00100.069279/2017-74

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII SUP. "C" AO Nº 52, QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2017

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.1 – **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de março de 2017 6

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de março de 2017 9

Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 22 de março de 2017 (em conjunto com a 2ª Reunião da CRA)

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de março de 2017 62

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2017 144

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de abril de 2017 145

1.2 – **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de março de 2017 147

Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de março de 2017 188

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2017 268

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2017 269

Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de abril de 2017 270

1.3 – **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2017 317

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de março de 2017 326

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de março de 2017 341

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2017 376

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2017 426

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

1.4 – **COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2017 484

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2017 496

1.5 – **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2017 506

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2017 525

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2017 526

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2017 527

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de março de 2017 549

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de março de 2017 598

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de março de 2017 645

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2017 700

1.6 – **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2017 717

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de março de 2017 720

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de março de 2017 749

1.7 – **COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2017 771

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2017 787

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de março de 2017 825

1.8 – **COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2017 863

Ata da 2ª Reunião, Conjunta, realizada em 22 de março de 2017 (em conjunto com a 3ª Reunião da CAE) 871

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2017 872

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2017 894

1.9 – **COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2017 896

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2017 904

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

1.10 – **COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de abril de 2017 941

1.11 – **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2017 948

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e onze minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senadores Raimundo Lira e Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, José Agripino, Omar Aziz, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Pedro Chaves e Thieres Pinto. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Serra, Otto Alencar, Ciro Nogueira e Lúcia Vânia. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2017/2018. Por aclamação, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, respectivamente, os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Raimundo Lira

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O nosso Secretário das Comissões, Dirceu, me telefonou na semana passada, pedindo para que eu fizesse a instalação desta Comissão. Perguntei: "Dirceu, vou estar lá porque sou fundador da Comissão?" Ele disse: "Não, é porque é o mais idoso." (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Instalação e eleição.

Assunto, finalidade: instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2017/2018.

Foi apresentada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Tasso Jereissati; para Vice-Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição por aclamação, visto que temos só uma chapa inscrita.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Estando todos de acordo, vamos fazer a eleição por aclamação.

Os Senadores que concordam com o nome dos Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho para Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, digam "sim" ao microfone.

(*Senadores, em coro, dizem "sim" ao microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Havendo acordo de todos, declaro eleitos os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho... (*Palmas.*)

...para Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente.

Convido os eleitos para ocuparem seus lugares à mesa: Senador Tasso Jereissati, Presidente, e Senador Garibaldi Alves Filho, Vice-Presidente. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sr. Presidente Raimundo Lira, que nos dá a honra enorme de presidir esta reunião que apontou o nome do Senador Garibaldi Alves Filho como companheiro nosso na direção desta Comissão pelos próximos dois anos, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu queria, primeiramente, agradecer a confiança de todos os meus pares, Senadores, a honra e a responsabilidade que nos dão em conduzir, juntamente com o nosso querido amigo e velho companheiro Senador Garibaldi, esta Comissão pelos próximos dois anos, num momento tão difícil da economia do nosso País.

Eu queria dizer a todos os senhores que espero atender ao tamanho da responsabilidade que nós vamos enfrentar e dar um papel de importante cooperação desta Comissão na condução das políticas econômicas e financeiras neste País. E não só ter a função de aprovar aqueles projetos que venham do Executivo ou que venham do Congresso, mas ter uma atuação bastante proativa nesses próximos meses principalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para isso, eu pretendo, já na companhia do Senador Garibaldi, na primeira reunião deliberativa, discutir e apontar a criação de duas comissões – uma delas obrigatória –, que é a comissão de análise tributária e fiscal. E digo obrigatória por constituir uma das principais funções desta Comissão, isto é, não só fazer o acompanhamento fiscal, mas também fazer uma análise quantitativa e qualitativa do Sistema Tributário Nacional.

Nesta Comissão, nós entendemos que poderemos dar, ao fim dos trabalhos, uma contribuição fundamental para que o ambiente de negócios, de realizações, de empreendimentos no Brasil seja bastante melhorado e que a justiça social se faça através de um sistema mais justo e mais correto.

Pretendo também, com o apoio dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, criar uma comissão que chamo de "custo Brasil" ou de "reformas microeconômicas", que é no sentido de poder ajudar a diminuir um dos pontos daquilo que é chamado custo Brasil; trabalhar de uma maneira dedicada quanto a todas essas enormes burocracias que vêm de todos os lados, de todos os níveis de governo ou mesmo dos níveis jurídicos, que atrapalham a vida do cidadão comum, das pequenas empresas principalmente e das grandes empresas também, atrapalhando a criação de empregos, que é a nossa grande meta e meta principal.

Dentro desta Comissão, com o mesmo objetivo, faremos um estudo profundo sobre a questão do juro, principalmente a questão do *spread*. Por que no Brasil o *spread* é tão alto e quais as razões, quais os motivos de nós termos um *spread* bancário acima, muito acima da média, ou daquilo que é desejável ou que é razoável nas economias, não só nas economias avançadas, mas em praticamente todas as economias do mundo?

Então, na próxima reunião, terça-feira que vem, às 10h... Já, nesse meio tempo, farei contato com alguns Senadores para ver aqueles que estão interessados em participar dessas comissões para que nós possamos apontar e criar essas comissões na próxima reunião, na próxima terça-feira, às 10h.

Mais uma vez, agradecendo a confiança de todas as Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, encerro a reunião, convidando para que todos estejam, terça-feira, na próxima reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Raimundo Lira, Simone Tebet, Roberto Requião, Waldemir Moka, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, José Medeiros, Benedito de Lira, Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Thieres Pinto, Cidinho Santos e como não membro Hélio José. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Jorge Viana, Lindbergh Farias e José Serra. A presidência declara aberta a reunião submetendo à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 1ª reunião, que é aprovada e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: 1. Aviso nº 1 de 2017 (Aviso nº 458/MF), de 23 de dezembro de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa dentro das Operações de Administração de Passivos realizadas no terceiro bimestre de 2016. 2. Ofício "S" nº 1 de 2017 (Ofício nº 11.859/SE-MF), de 28 de dezembro de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de novembro de 2016 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. 3. Ofício "S" nº 9 de 2017 (Ofício nº 10.191/SE-MF), de 25 de janeiro de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de dezembro de 2016 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. 4. Ofício "S" nº 12 de 2017 (Ofício nº 10.419/SE-MF), de 2 de março de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de janeiro de 2017 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. 5. Aviso nº 7 de 2017 (Aviso nº 20/MF), de 24 de janeiro de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior referente ao quarto trimestre de 2016. II – BANCO CENTRAL DO BRASIL 1. Aviso nº 59 de 2016 (Aviso 116/2016-BCB na origem), de 20 de dezembro de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de novembro de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 2. Aviso nº 3 de 2017 (Aviso 5/2017–BCB na origem), de 26 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao quarto trimestre de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 3. Aviso nº 6 de 2017 (Aviso 9/2017–BCB na origem), de 23 de fevereiro de 2017, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

referente ao mês de janeiro de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. III – CORRESPONDÊNCIAS 1. Correspondência, de outubro de 2016, do cidadão João Batista de Oliveira, com considerações a respeito da reforma da Previdência e da reforma Política no Brasil.

2. Correspondência, de 9 de novembro de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, solicitando a criação e a instalação de uma comissão especial para discutir e propor soluções que possam corrigir injustiças com o povo do Rio de Janeiro, em especial com os servidores daquele estado, considerando a crise econômica e social, a decretação de calamidade pública e dificuldades relacionadas à cadeia de extração petrolífera, eixo central da economia fluminense. 3.Ofício nº 211/2016 – CM, de 18 de novembro de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Dois Irmãos – RS, encaminhando moção de apelo para que seja proposta Emenda Constitucional com vistas a alterar o art. 29-A da Constituição Federal e seus incisos, diminuindo à metade os percentuais estabelecidos atualmente como limite das despesas dos poderes legislativos municipais. 4. Correspondência, de 22 de novembro de 2016, da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – Confetam/Cut, manifestando repúdio à aprovação da PEC nº 55/2016, que congela os investimentos públicos por duas décadas. 5. Ofício EX nº 1274/2016, de 7 de dezembro de 2016, da Câmara Municipal de Araraquara – SP, manifestando repúdio à sanção da Lei 13.364/2016, às propostas de Emenda Constitucional nº 50/2016 e nº 270/2016, bem como aos projetos de lei que visam elevar rodeios e vaquejadas à condição de patrimônio cultura imaterial do Brasil. 6. Correspondência, sem data registrada, da Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj, manifestando repúdio ao PLC nº 30/2015, que regulamenta a terceirização. 7. Ofício nº 613/2016–CMB–DL, de 7 de dezembro de 2016, da Câmara Municipal de Belém, estado do Pará, encaminhando requerimento com apelo para que o Poder Legislativo se manifeste junto à presidência do Banco do Brasil pela manutenção de agência no distrito de Mosqueiro. 8. Ofício nº 0167/2016/Sudene/Gab, de 13 de dezembro de 2016, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, encaminhando moção de apoio ao pleito da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil com respeito à renegociação das condições de financiamento das operações rurais do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste para o período 2012-2016. 9. Ofício nº 187/2016, de 20 de dezembro de 2016, da Câmara Municipal de Ijuí – RS, encaminhando moção de apoio à Frente Parlamentar Mista em defesa da Previdência social. 10. Ofício nº WMS. 802/2016, de 20 de dezembro de 2016, da Câmara de Vereadores de Xanxerê –SC, encaminhando moção de repúdio ao anúncio da Petrobrás, no qual a companhia comunicou o reajuste do preço do litro do óleo diesel em 9,5 %. 11. Ofício SGP nº 6099/2016, de 21 de dezembro de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando moção no sentido de tomarem medidas cabíveis para a aprovação imediata dos projetos em tramitação no Congresso Nacional que visem priorizar os interesses dos municípios. 12. Ofício SGP nº 6105/2016, de 22 de dezembro de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando moção a fim de que empreenda esforços e destine recursos adequados à Comissão de Juristas da Desburocratização – CJD. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. Comunicados da presidência: - senhoras e senhores senadores, informo que nos termos do art. 1º, § 2º, da resolução nº 42, de 2016, estou apresentando à deliberação desta comissão, o nome do senhor Gabriel Leal de Barros para ocupar o cargo de diretor da instituição fiscal independente, órgão do senado federal. - informo, também, que nos termos do art. 99-a, combinado com os artigos 393-a, 393-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

b, 393-c, 393-d, 393-e e 393-f, que trata de competência desta comissão, vou designar grupo de senadores para avaliar a funcionalidade do sistema tributário nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios. Comunico, ainda, que em atendimento ao regimento interno do senado federal, está confirmada a presença do presidente do banco central do brasil, senhor Ilan Goldfajn, dia 4 de abril de 2017. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1** - MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2017 que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 52,512,340.00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador (PRODETUR SALVADOR)"." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Favorável, nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 17). **ITEM 2** - MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2016 que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2016." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço (Ad hoc), substituiu Sen. Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM 3** - MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2016 que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2016, contendo estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional e justificativa da programação monetária." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço (Ad hoc), substituiu Sen. Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM 4** - MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2016 que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2016." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM 5** - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2015 que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar pagamentos antecipados." Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Relatoria: Sen. José Pimentel (Ad hoc), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM 6** - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2011 que: "Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade." Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Sen. Paulo Rocha. Relatório: Contrário ao projeto. Resultado: Adiado. **ITEM 7** - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2012 que: "Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa, nas condições que especifica." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cristovam Buarque. Relatório: Contrário ao projeto. Resultado: Adiado. **ITEM 8** - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, de 2011 que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, prevendo aplicação de recursos na recomposição ambiental das áreas de preservação permanente que especifica." Autoria: Deputado Fábio Souto. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Pela prejudicialidade do projeto. Resultado: Adiado. **ITEM 9** - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 714, de 2015 que: "Altera o art. 3º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para excluir da base de cálculo do laudêmio o valor das benfeitorias em terrenos de marinha, e dá outras providências." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Pela prejudicialidade do projeto. Resultado: Adiado. **ITEM 10** - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2007 que: "Estabelece instrumentos para evitar que as loterias da Caixa Econômica Federal possam vir a ser utilizadas para ações de "lavagem" de dinheiro." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 2-CAE (substitutivo) e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo). Resultado: Adiado. **ITEM 11** - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2011 que: "Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação." Autoria: Senador Inácio Arruda. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro (Ad hoc), substituiu Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. **ITEM 12** - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 739, de 2011 que: "Determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. **ITEM 13** - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 640, de 2015 que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR em substituição ao Ato Declaratório Ambiental – ADA." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. José Pimentel (Ad hoc), substituiu Sen. Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CMA-CRA, nos termos da Subemenda nº 1-CRA. Resultado: Adiado. **ITEM 14** - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 744, de 2015 que: "Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (PRO-SANTACASAS) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Sen. Lúcia Vânia. Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1, 3, 5 e 6-CAS, com mais quatro emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 4-CAS. Resultado: Adiado. **ITEM 15** - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2016 que: "Altera o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o Estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da Sudam." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. **ITEM 16** - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, de 2016 que: "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 17** - Minuta de Requerimento Nº , de 2017 que : "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 9 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2017, que "propõe nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 52,512,340.00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador (PRODETUR SALVADOR)"." Autoria: Sen. José Agripino e Sen. Lídice da Mata. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 18** - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 1 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Marcos Antonio Pereira, Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), com vistas a informar e explicar sobre os impactos para o comércio exterior decorrentes da operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 1/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 19** - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 2 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Blairo Borges Maggi, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, com vistas a informar e explicar a respeito da operação "Carne Fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 2/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 20** - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 3 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Osmar José Serraglio, Ministro de Estado da Justiça, com vistas a informar e explicar a respeito da sua participação nos eventos que resultaram na operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 3/2017. **ITEM EXTRAPAUTA** 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 4 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Leandro Daiello Coimbra, diretor geral da Polícia Federal, para tratar dos fatos que desencadearam a operação "carne fraca", efetivada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 4/2017**.** **ITEM EXTRAPAUTA 22** - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 5 de 2017 - Não Terminativo - que: "Nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública para debater os impactos à economia brasileira decorrentes das recentes divulgações acerca da operação deflagrada pela Polícia Federal, denominada "carne fraca". Para tanto, propõe que sejam convidados: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC; e Representante da Confederação Nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Trabalhadores na Agricultura – CONTAG." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 5/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 23** - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 6 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos do art. 99-A, combinado com os artigos 393-A, 393-B, 393-C, 393-D, 393-E e 393-F, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata de competência desta Comissão, a designação de grupo de Senadores para avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." Autoria: Senador Tasso Jereissati. Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 6/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 24** - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 7 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos regimentais, a criação de grupo de trabalho de reformas microeconômicas destinado a oferecer soluções que facilitem o investimento e geração de emprego e renda." Autoria: Senador Tasso Jereissati. Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 7/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 25** - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 8 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos do art. 99, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn, para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária." Autoria: Senador Tasso Jereissati. Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 8/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 26** - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 9 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, com a participação dos seguintes convidados: Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Antônio Deher Rachid; Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais-CARF, Dr.Carlos Alberto Freitas Barreto; e do Advogado Tributarista Igor Mauler Santiago; para debater os Bônus de Eficiência e Produtividade, gratificações instituídas pelos arts. 5° e 15 da Medida Provisória n° 765, de 29 de dezembro de 2016, a serem pagas aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e aos Auditores-Fiscais do Trabalho." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 9/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Havendo quórum, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento.

Ministério da Fazenda.

Aviso nº 1 de 2017 (Aviso nº 458/MF), de 23 de dezembro de 2016.

Ofício "S" nº 1 de 2017 (Ofício nº 11.859/SE-MF), de 28 de dezembro de 2016.

Ofício "S" nº 9 de 2017, de 25 de janeiro de 2017.

Ofício "S" nº 12 de 2017, de 2 de março de 2017.

Aviso nº 7 de 2017, de 24 de janeiro de 2017.

Do Banco Central.

Aviso nº 59 de 2016, de 20 de dezembro de 2016.

Aviso nº 3 de 2017, de 26 de janeiro de 2017.

Aviso nº 6 de 2017, de 23 de fevereiro de 2017.

Correspondências.

Correspondência, de outubro de 2016, do cidadão João Batista de Oliveira.

Correspondência, de 9 de novembro de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Ofício nº 211/2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Dois Irmãos (RS).

Correspondência, de 22 de novembro de 2016, da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal.

Ofício EX nº 1274/2016, de 7 de dezembro de 2016, da Câmara Municipal de Araraquara (SP).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Correspondência, sem data registrada, da Federação Nacional dos Jornalistas.

Ofício nº 613/2016–CMB–DL, de 7 de dezembro de 2016, da Câmara Municipal de Belém.

Ofício nº 0167/2016/Sudene/Gab, de 13 de dezembro de 2016.

Ofício nº 187/2016, de 20 de dezembro de 2016, da Câmara Municipal de Ijuí (RS).

Ofício nº WMS 802/2016, de 20 de dezembro de 2016, da Câmara de Vereadores de Xanxerê (SC).

Ofício SGP nº 6099/2016, de 21 de dezembro de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Ofício SGP nº 6105/2016, de 22 de dezembro de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Srªs e Srs. Senadores, informo que, nos termos art. 1º, § 2º da Resolução nº 42, de 2016, estou apresentando à deliberação desta Comissão o nome do Sr. Gabriel Leal de Barros para ocupar o cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado Federal.

Comunico ainda que, em atendimento ao Regimento Interno do Senado Federal, está confirmada a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Ilan Goldfajn, dia 4 de abril de 2017.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, sobre a indicação da autoridade da Instituição Fiscal Independente, há mais um nome sobre o qual tínhamos conversado em plenário e também acordado com V. Exªs sobre a indicação. Eu gostaria que fosse feita, e precisamos trazer o ofício para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Essa combinação está sendo respeitada. Uma das indicações é feita pela CAE e a outra indicação é feita pela Comissão de Meio ambiente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Na indicação pelo PMDB do novo Presidente da Comissão de Meio Ambiente, ficou acordado que seria feita...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Dr. Rodrigo Orair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ...se não me engano, o Dr. Orair...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso, Orair.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ...encaminhada pela Bancada do PT.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está combinado, e deve ser feita já na primeira reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço. Vou também encaminhar o ofício lá. Muito obrigada. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, pela ordem, antes de iniciar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria de trazer um tema a esta Comissão, que considero da maior gravidade e relevância.

Sei que há a pauta aqui sobre operação de crédito externo em relação ao Município de Salvador e outros itens na pauta, mas não podemos iniciar a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal sem tocar no problema de grande relevância para a economia nacional e que foi objeto, desde esse final de semana, de denúncias na imprensa e de impacto em toda a cadeia produtiva de carne do Brasil. Estou falando da operação Carne Fraca.

Sabemos que o Brasil hoje é um dos principais exportadores mundiais de carne, responde por 40%das exportações de carne avícola, 20% da exportação de carne bovina e quase 9% da suína. O meu Estado, Estado do Paraná, está entre os primeiros produtores de frangos para exportação. Em 2016, o Brasil foi o segundo maior exportador de carne bovina do mundo, perdendo, por motivos religiosos, apenas para a Índia, que não consome e, portanto, exporta toda a sua produção. Também em 2016, o Brasil voltou a ser o maior exportador mundial de carnes de aves.

Estamos falando, portanto, de uma operação que foi deflagrada aqui, no Brasil, que tem alto impacto na economia brasileira. São situações que estamos vendo agora, inclusive a de países consumidores da carne brasileira, que estão suspendendo as importações que fazem do Brasil.

Essa operação começa no meu Estado, Estado do Paraná, através de uma investigação feita em relação à merenda escolar, em que embutidos de peru foram fornecidos às crianças sem a carne do peru. A partir dessa investigação, descobriu-se o envolvimento de fiscais do Ministério da Agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com parlamentares do Paraná, principalmente do PMDB, inclusive envolvendo o Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, que chega a chamar o chefe da fiscalização no Paraná, o Sr. Daniel, que é o grande responsável por toda essa articulação de fiscais com os grandes frigoríficos que detonou a operação, de "grande chefe".

Então, nós temos um problema gravíssimo aí; um problema que compromete a saúde pública, o interesse nacional, os trabalhadores, o bem-estar dos consumidores brasileiros e envolve o Ministro da Justiça, que tem que dar explicações a esta Casa sobre como se relacionava com os fiscais do Ministério da Agricultura.

Somado a isso, Sr. Presidente, trata-se de um setor que está reclamando muito contra a espetacularização da Polícia Federal, com o que eu concordo plenamente. Eu acho que a Polícia Federal não pode agir do jeito que age, espetacularizando as suas operações como fez, colocando em risco a produção brasileira.

O problema é que essa espetacularização da Polícia Federal está sendo feita, sucessivamente, há três anos, e eu não vi Senadores desta Casa – a não ser os Senadores de esquerda e de oposição ao Governo Temer – se levantarem contra isso e dizerem que isso está prejudicando a economia nacional. Muito pelo contrário, os Senadores que hoje defendem o agronegócio brasileiro, quando se colocou uma operação grande da Polícia Federal em cima dos agricultores familiares do meu Estado, o Paraná, uma operação chamada Operação Feijão de Ouro, porque se dizia que os agricultores familiares estavam praticando preços do feijão acima do mercado e que eles não estavam conseguindo dar notas de pequenas vendas... Pasmem! Nós tivemos investigação porque havia a ausência de notas fiscais de R$20,00, de R$30,00. Foram presos agricultores familiares, foram presas pessoas que trabalhavam na Conab com agricultura familiar e com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). E eu não vi ninguém aqui do agronegócio falar contrariamente, mas, muito ao contrário disso, vieram aqui apoiar a operação, porque era uma operação ligada a pequenos agricultores, ligada, possivelmente, a movimentos sociais ou a partidos de esquerda. Então, todos apoiaram.

Assim, essa espetacularização da Polícia Federal que nós estamos vendo agora foi uma espetacularização apoiada por muitos membros desta Casa e até incentivada. Agora, nós estamos vendo os grandes produtores rurais atônitos com o que está acontecendo.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que sou contra isso, porque acho que tem um impacto sobre a economia brasileira, e não só na cadeia da carne, que é importantíssima para o nosso País, porque emprega, desenvolve e também tem relação com os pequenos agricultores... Por exemplo, no Paraná, a grande produção de frango se dá nas integradas, com agricultores familiares produzindo. E esses grandes frigoríficos não tratam bem esses pequenos produtores e agricultores. Está aqui o Senador Requião comigo, que já governou o Paraná, e sabe como é a relação dos grandes frigoríficos com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

seus integrados; sabe da exploração que há sobre eles. Então, isso também precisa vir à tona e ser investigado.

Eu estou defendendo a investigação; eu só não posso defender, Sr. Presidente, a quebra da economia nacional. E eu também não posso deixar de trazer a esta Comissão, que é a de assuntos econômicos, o impacto das operações, principalmente as ligadas à Lava Jato, sobre o setor de petróleo e gás e o da construção civil brasileira.

Nós temos dados aqui...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Gleisi, se me permite...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria só terminar, rapidinho termino.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É porque nós...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós temos dados aqui, Sr. Presidente, de que tiraram da economia R$142,6 bilhões, em 2015. É uma retração do PIB de 2,5% com essa operação, R$22,4 bilhões de queda na massa salarial, 1,9 milhão de empregos, entre diretos e indiretos. Só entre as construtoras, Sr. Presidente, são 300 mil empregos que foram retirados do setor. Isto tudo por essas operações.

Então, ou nós vamos discutir com seriedade o que está acontecendo no Brasil, o que está acontecendo na nossa economia, inclusive o que está acontecendo na Petrobras... Porque, por este setor, também, não tivemos nenhuma defesa nesta Casa. A Petrobras está sendo vendida – é o que temos dito – no mercadão, no feirão do Parente, e ninguém fala nada. Vendemos, por exemplo, o campo de Carcará para a Statoil, norueguesa, por US$2 o barril...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu pediria à Senadora Gleisi...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...ou 1,35 o barril. Eu acho isso muito grave. É muito grave! E nós temos que discutir isto aqui.

Não adianta discutirmos outra pauta sem colocar este problema aqui na Ordem do Dia da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Gleisi, com a sua permissão, nós temos aqui uma série de requerimentos, inclusive...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu apresentei, inclusive, quatro requerimentos de convocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ...por parte de V. Exª. Então, vamos ter oportunidade de discutir.

Por isso, eu pediria que déssemos continuidade...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu me solidarizo...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A minha única preocupação, Presidente, é que nós temos reunião de Líderes daqui a pouco e vamos ter que sair, os Líderes, e não posso deixar de pautar esses temas, porque eu acho que são da maior relevância.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas nós vamos pautá-los aqui na hora dos requerimentos. Esses temas vão ser discutidos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas aí é só no final.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Podemos antecipar, mas temos que dar andamento a alguma coisa na pauta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria fazer um apelo. Eu me solidarizo com a preocupação da Senadora Gleisi, acho que ela traz temas muito pertinentes, que devem ser discutidos, debatidos aqui na Comissão, mas todos nós estamos hoje com a agenda muito cheia, muito carregada. Eu sou o Relator da concessão do empréstimo para a Prefeitura de Salvador, que é o primeiro item da pauta, e, a partir das 11h, nós temos reunião de Líderes do Colégio de Líderes.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, se houvesse compreensão, que nós pudéssemos chamar a nossa pauta, a nossa Ordem do Dia, para que eu faça aqui o relatório desse importante empréstimo, desse importante financiamento para a Prefeitura Municipal de Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senador Fernando Bezerra.

Então, nós damos início à nossa pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 52,512,340.00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Salvador, Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador (PRODETUR SALVADOR)".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável, nos termos do projeto de resolução do senado apresentado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Salvador, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador (PRODETUR SALVADOR) ".

De imediato, Sr. Presidente, constata-se que, segundo o Parecer nº 1056, de 7 de dezembro de 2016, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM), da Secretaria do Tesouro Nacional, o Município atende aos requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, conforme ressaltado nos próprios pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional, que dizem respeito ao montante anual de operações de crédito passível de contratação, ao valor máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e ao montante da dívida consolidada dos Municípios.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entende que o Município de Salvador apresenta capacidade de pagamento suficiente, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Portaria Ministério da Fazenda nº 306, de 2012. Na referida análise – e aí eu gostaria de destacar –, o Município de Salvador aparece classificado na categoria B+. Portanto, não existe aqui nenhuma concessão, nenhum favor, o Município está muito bem ranqueado no seu *rating*, na sua classificação de risco, o que se traduz numa situação fiscal boa e risco de crédito médio.

Quanto à observância do limite para a União conceder garantias, a STN informa que há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relativamente às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Salvador não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos e se encontra adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Portanto, são observadas as exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Em conclusão, Sr. Presidente, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

O nosso voto.

O pleito encaminhado pelo Município de Salvador encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte – e aí eu me dispenso de ler o projeto de resolução por inteiro, em que se concede o empréstimo de US$52.512.340,00 para o Município de Salvador, dentro do programa Prodetur Salvador.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para discutir.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Para discutir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Colocando em discussão, Senador Ferraço, Senadora ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lídice e Senador José Agripino.

Senador Ataídes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Cumprimento, Sr. Presidente, o Senador Fernando Bezerra Coelho pelo cuidadoso e detalhado relatório, confirmando os elementos que colocam à cidade de Salvador, ao Município de Salvador, capital da Bahia – ao tempo em que naturalmente também cumprimentamos seu Prefeito, ACM Neto –, em razão da boa condição econômica e da boa condição financeira do Município, classificação, pela Secretaria do Tesouro Nacional, B+. Uma condição absolutamente estável e forte, o que abre condição para que o Município de Salvador possa captar aproximadamente R$155 milhões, para importantes investimentos no campo do turismo, da infraestrutura do turismo, que é uma das melhores e maiores vocações da cidade de Salvador.

Esse programa se propõe a adequações em infraestrutura turística de praias, praças, ruas, mercados tradicionais, à modernização de museus, a finalizações, a ações de capacitações de recursos humanos, a sistema tecnológico para segurança do turismo e dos turistas. Portanto, trata-se de um projeto não apenas para a população baiana, mas para a população brasileira e para todos aqueles que buscam em Salvador as características naturais dessa importante cidade. Portanto, está de parabéns a cidade de Salvador, pela boa condição econômica e financeira neste ambiente de muita restrição.

Nós precisamos, inclusive, realçar, porque esta é a primeira operação de crédito que estamos aprovando na Comissão de Assuntos Econômicos sob a Presidência de V. Exª, Senador Tasso, assim como sob a Vice-Presidência do Senador Garibaldi. Nós fizemos muitos debates acalorados nesta Comissão nos anos anteriores e chegamos a aprovar aqui operações de crédito, contra meu voto e com os meus protestos, para Estados e prefeituras que não tinham a condição de crédito que foi aqui assinalada pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, B+. Chegamos a aprovar aqui C-, chegamos a aprovar aqui operações de crédito para Estados e Municípios que não tinham nenhuma condição e que hoje são Estados que estão muito próximos do colapso, da insolvência. Portanto, quero crer que estejamos inaugurando um novo tempo nesta Comissão de Assuntos Econômicos. E não apenas aqui; também na equipe econômica do Governo Federal, do Ministério da Fazenda, porque, ao longo dos últimos anos, sob a coordenação do Ministro Guido Mantega e da sua equipe, foram cometidas verdadeiras atrocidades junto às excepcionalidades das operações de crédito que foram autorizadas sem que elas obedecessem à condição e à classificação de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A nossa Instituição Fiscal Independente, no seu último relatório, traz um dado que aponta, sob a coordenação do economista Felipe Salto, o conjunto dessas irresponsabilidades que ajudaram a mergulhar o nosso País nesta crise, quando estimularam Estados e Municípios, sem condição de captação de crédito, a se endividarem. Entre os anos de 2011 e de 2014, Estados e Municípios foram estimulados, através de operações excepcionais, a contraírem R$112,5 bilhões. Essa é a trajetória, Sr. Presidente, que nós precisamos corrigir. Foram mais de 73 operações de crédito, lamentavelmente avalizadas por esta Comissão, com classificação de risco C e D. Esses mesmos Municípios e Estados não apresentam agora condições de saldar as operações de crédito, porque, como diz o ditado, o inverno chega. O inverno chegou, e precisamos fazer o enfrentamento dessa realidade.

Por isso, quero entender que estejamos inaugurando aqui uma nova trajetória, sob a liderança de V. Exª, até porque acho que operações de crédito que forem desejadas e que não estiverem de acordo com a lei devem ser devolvidas de ofício, para que a gente não contribua para essas inconsequências e irresponsabilidades, que, graças a Deus, não fazem parte mais da orientação econômica tanto do Ministro Meirelles quanto da Secretária do Tesouro Nacional, Drª Ana Paula Vescovi.

São esses os comentários que eu gostaria de fazer, ao tempo em que cumprimento o Prefeito ACM Neto e a cidade de Salvador pela boa condição econômica, fiscal e financeira, o que sinaliza que fazer a coisa certa é um bom caminho, dá resultados para a cidade. Por isso mesmo, o prefeito foi reeleito em primeiro turno, com uma expressiva votação, o que confirma que fazer a coisa certa é bom, dá voto e nos encaminha para uma boa direção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, não tenho dúvida de que é um projeto de extrema importância para a cidade de Salvador. Eu, como Senadora da Bahia, como Senadora de Salvador – fui prefeita daquela cidade, sou a Senadora mais votada naquela cidade –, voto com muita tranquilidade, porque é um empréstimo para beneficiar a capital do nosso Estado, que tem condições fiscais para realizar essa operação de crédito, que, acima de tudo, é uma operação voltada para o Prodetur. Todos que conhecem Salvador sabem que Salvador é uma cidade sem indústrias de chaminé. A nossa indústria é o turismo, é a indústria da economia criativa, da cultura. Serviços de educação, de saúde, de ciência, de tecnologia e de inovação são oferecidos pela cidade, dentro do Estado. Portanto, ela receberá o apoio, sem dúvida, de toda a nossa Bancada da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Nós compreendemos que é fundamental o fortalecimento da nossa capital. O Governo do Estado tem feito investimentos na mobilidade urbana, assim como o Governo Federal. E, da mesma forma que votamos hoje nesse empréstimo para Salvador, temos a expectativa de que, em breve, possamos votar aqui, com o apoio de todas as Srªs Senadoras e de todos os Srs. Senadores, mais dois empréstimos do Governo do Estado da Bahia.

Na semana passada, estivemos – a Bancada da Bahia – com a Drª Priscilla, uma subsecretária do Tesouro Nacional, para tratar dos empréstimos do Estado da Bahia com o Banco do Brasil, de R$600 milhões, do Proinfa, para mobilidade urbana e infraestrutura do nosso Estado, com a expectativa de que isso possa ser liberado em breve, agora, no mês de abril. E tratamos também da autorização para empréstimo com o Banco Europeu de Investimento, no valor de US$200 milhões, voltados para a infraestrutura – mobilidade também, mas principalmente infraestrutura –, que complementa o nosso empréstimo junto ao Banco Mundial, hoje em execução, para o fortalecimento da infraestrutura rodoviária do nosso Estado.

A Bahia tem capacidade de endividamento. Nós temos hoje um comprometimento de menos da metade da receita corrente líquida do Estado, quando, todos sabem, o limite para que nós possamos obter os empréstimos é de até o dobro da receita. Portanto, o nosso Estado tem uma saúde econômica, fiscal e financeira que dá capacidade para que nós possamos efetivar essas transações de empréstimos, inclusive com as novas regras anunciadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que serão mais rígidas a partir de agora – estão em processo de elaboração – para dar mais rigor aos empréstimos que os Estados possam vir a tomar fora do Brasil e dentro do Brasil também.

Nós estamos muito tranquilos com as medidas tomadas pelo Governador Rui Costa, desde o início do seu Governo, no sentido de diminuir os custos do Estado, diminuindo a máquina do nosso Estado e diminuindo também custos, fazendo com que a Bahia hoje tenha uma saúde financeira bastante diferente da dos Estados chamados mais desenvolvidos do País, como São Paulo, que tem um nível de endividamento muito alto, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Sem nenhuma crítica a esses Estados, mas quero ressaltar que os chamados Estados, do Sul e do Sudeste, mais desenvolvidos têm já o seu nível de endividamento muito comprometido e uma situação fiscal bastante complicada, muito diferente da dos Estados do Nordeste, em geral tidos como Estados pobres. Talvez a pobreza dos Estados da nossa Região tenha feito com que os nossos administradores fossem mais seguros, mais sérios na administração dos recursos públicos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Voto com muita satisfação pelo empréstimo para a minha querida cidade de Salvador, que agora, no dia 29, fará mais um aniversário.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Passo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, vou procurar ser bastante breve para que possamos votar essa matéria.

Ouvi com muito agrado tanto a manifestação do Senador Ferraço como a da Senadora Lídice da Mata, Senadora pela Bahia, muito bem votada em Salvador – adversária política do Prefeito ACM Neto –, que empresta com a sua palavra o aval a um pedido de empréstimo absolutamente legítimo e importante.

Eu quero só fazer aqui um registro. Esse empréstimo de US$54 milhões, que se pretende tomar junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), refere-se a um programa que talvez tenha sido, no Nordeste, o que mais deu certo. É um programa voltado para o turismo: o Prodetur.

Como Governador, eu tive a oportunidade de ter sido pioneiro. O Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado a assinar contrato com o Prodetur. O meu Estado, a minha capital é hoje um grande sucesso no campo do turismo, com milhares de empregos gerados, graças ao Prodetur.

Salvador, que é um ícone do turismo no Brasil, foi enormemente beneficiada com o Prodetur, que é um programa feito por etapas. Essa é mais uma etapa. Essa é uma das etapas do Prodetur no Nordeste e em Salvador, fundamental para a geração de empregos de forma permanente.

De modo que quero, entusiasticamente, manifestar a minha posição favorável ao pleito da cidade de Salvador, encaminhado pelo Prefeito ACM Neto, do nosso Partido, e pedir que, desde já, V. Exª considere, caso aprovado o pedido, a urgência, para que esta matéria seja levada ao Plenário ainda hoje, caso positivo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Também serei muito rápido na minha fala. Quero dizer a V. Exª, Sr. Presidente, que o Senado Federal ganhará muito com a sua presença na Presidência desta douta Comissão.

A responsabilidade que cai sobre as costas de V. Exª, como Presidente desta Comissão, e sobre os membros é muito grande. O Senador Ferraço colocou muito bem que viu, ao longo desses quatro anos, muitas coisas absurdas acontecerem dentro desta Comissão, e esperamos que, doravante, esta Comissão tenha realmente a responsabilidade de agir como deve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Tenho dito que o problema da dívida no nosso País é a grande catástrofe, hoje, que o nosso povo está passando. Hoje, já ultrapassamos os R$4,5 trilhões da dívida do Governo Federal. A dívida dos nossos Estados e Municípios já ultrapassou os R$500 bilhões.

Devemos ter a responsabilidade de não conceder aqui, nesta Comissão, empréstimos, abonar, assinar e bater carimbo para Estados e Municípios que não têm a mínima condição de se endividar mais.

A gente percebe que muitos gestores municipais e estaduais fazem o seguinte: vamo-nos endividar e largar esse abacaxi para o próximo gestor. Esta Comissão tem de ter a responsabilidade de não deixar isso continuar acontecendo no nosso País.

O caso da Prefeitura – estou encerrando, Sr. Presidente – de Salvador, que está tomando esse empréstimo de 52 milhões de dólares, pode e tem grau de investimento satisfatório.

Portanto, Sr. Presidente, sou a favor, mas eu deixo sempre muito claro: é hora de enxugar a máquina, é hora de controlar os gastos públicos e não se endividar mais neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, começo parabenizando V. Exª no comando da Comissão de Assuntos Econômicos, V. Exª, que construiu, ao longo da sua vida, uma história honrada, digna, competente, revolucionou a Administração Pública do Ceará quando assumiu o governo. Foi reeleito, elegeu seu sucessor, fez obras importantes. Espero que ao Castanhão, que V. Exª construiu lá no Sertão do Ceará, esteja chegando água para abastecê-lo. Está chegando água?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pouca, mas está chegando.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Espero que o Castanhão possa sangrar para abastecer o povo do Ceará.

Eu quero, como baiano, dar meu apoio integral à aprovação desse projeto de US$52,212 milhões para a cidade de Salvador, até porque a cidade de Salvador tem capacidade para tomar esse empréstimo porque tem uma organização fiscal boa já agora, na gestão do atual Prefeito, ACM Neto, e também é um investimento para a área do turismo, já que a nossa capital tem uma vocação natural para a parte turística e precisa realmente desses investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós estivemos, recentemente – por duas vezes, aliás –, com o Ministro Henrique Meirelles, com o Dr. Mansueto e com a Secretária do Tesouro, Drª Priscila Santana. Falamos eu, a Senadora Lídice e o Senador Roberto Muniz sobre esse empréstimo, mas também estendemos o pedido para que o empréstimo que o Estado da Bahia está pleiteando no Governo Federal, que é do Banco Europeu de Investimento, de US$200 milhões, e o empréstimo do Banco do Brasil possam ser liberados e encaminhados aqui para a Comissão de Assuntos Econômicos, recursos que serão aplicados numa área muito importante, no setor da infraestrutura no Estado da Bahia, sobretudo na região oeste, que é a região produtora de grãos, da soja, produtora do algodão, da pecuária, para que não aconteça na Bahia, no oeste da Bahia – e eu fui Secretário de Infraestrutura e fizemos muitas estradas lá –, o que está acontecendo agora no Mato Grosso: a produção da soja não pode ser escoada por falta de estradas. Então, o Governo do Estado da Bahia tem também todas as condições de tomar esses recursos porque tem um ajuste fiscal que vem sendo seguro há muito tempo por todos os governadores.

E no Estado da Bahia há um fato importante que eu quero relatar aqui: o Estado deve à União 5 bilhões. É a dívida da Bahia: R$5 bilhões, contra R$220 bilhões de São Paulo, mais de R$100 bilhões do Rio de Janeiro, mais de 80 bilhões de Minas Gerais, mais de 70 bilhões do Rio Grande do Sul. Então, essa política agora do Governo, do Ministro Henrique Meirelles, do Presidente Michel Temer, não pode penalizar os Estados que, ao longo dos anos, fizeram ajuste fiscal e, como tal, podem tomar os investimentos para as suas necessidades na infraestrutura.

Eu sei que esses recursos serão importantes para Salvador. Salvador tem uma gestão responsável, uma gestão competente, como tem também o Governo do Estado da Bahia, com o Governador Rui Costa. Portanto, eu voto a favor. E espero que o Governo Federal, o Ministro Henrique Meirelles, a Secretária do Tesouro encaminhem para a CAE também os empréstimos de que o Estado da Bahia precisa.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Otto, pelas palavras gentis.

Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, realmente o que estamos aqui aprovando, neste momento, é o reconhecimento de um jovem político que, ao assumir a prefeitura de uma cidade que, indiscutivelmente, vivia uma situação precária, em curto espaço de tempo recuperou toda a condição de uma cidade referência, que é a cidade de Salvador. Soube constituir uma equipe de pessoas altamente qualificadas, tanto que o Secretário da Fazenda do Prefeito ACM Neto é exatamente o ex-Governador de Estado Paulo Souto, que, com o conhecimento e capacidade de gestão que apresentou quando esteve à frente do Estado, tem agido também junto à Secretaria da Fazenda Estado do Município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A capacidade do Prefeito ACM Neto, de mudar a face de Salvador, é reconhecida hoje por todos, independentemente de tendências políticas ou ideológicas. A recuperação de toda aquela área litorânea de Salvador, cidade que tem talvez uma das maiores extensões de litoral, vindo desde o reconhecido subúrbio ferroviário até São Cristóvão, já se deu em grande parte e hoje passa a ser um dos maiores pontos não só de lazer como de atração de turistas que lá chegam.

Sr. Presidente, a condição hoje está classificada em B+, o que dá a ele todas as credenciais para que possa almejar esse empréstimo de US$54 milhões e, com isso, concluir e fazer com que as obras nas regiões mais carentes de Salvador, como o subúrbio ferroviário, possam ter a mesma classificação das outras regiões da cidade.

Quero não só parabenizá-lo pela gestão, mas, ao mesmo tempo, apoiar e aplaudir essa iniciativa de contrair empréstimo e ampliar cada vez mais as condições de cidadania de toda a população de Salvador. A nossa posição é favorável à aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Caiado.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Fernando Coelho.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco em votação...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Coloco em votação o requerimento de urgência dos Senadores Fernando Bezerra, Lídice da Mata e José Agripino.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência, que será encaminhado para o Plenário do Senado Federal.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quero solicitar ao Plenário desta Comissão que pudéssemos inverter a ordem e discutir os requerimentos em relação à convocação e convite de autoridades sobre a operação Carne Fraca, requerimentos que apresentamos à Mesa.

Há outros ofícios que se referem à cadeia de petróleo e gás e à indústria da construção civil, ou seja, os impactos da operação nesses setores econômicos.

Queria pedir isso porque acho que, do ponto de vista econômico, é o que de mais relevante nós temos para discutir nesta Comissão. E nós estamos iniciando uma semana muito difícil para a economia brasileira e que tende a piorar. Eu acho que, se nós não nos debruçarmos sobre isso e não fizermos esse debate aqui, nós vamos perder tempo.

Então, eu queria solicitar a V. Exª para inverter, para que nós pudéssemos discutir esses requerimentos e, depois, retomaríamos a pauta normalmente. Até porque, Sr. Presidente, nós vamos ter reunião de Líderes daqui a pouco e eu terei de me retirar também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu só faria um apelo à Senadora Gleisi, que estava me comunicando dos diversos requerimentos a que deu entrada. Ocorre que a proposta dela é um amplo debate para investigar diversos setores da economia brasileira: petróleo e gás, construção pesada e, agora, o agronegócio exportador brasileiro. Eu não sou contra; eu acho que ela tem muita legitimidade e muito mérito em propor esse debate aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu pediria apenas que a gente procurasse dar um tempo para analisar como serão esses convites, quais as autoridades, quem viria para o debate nessas audiências. Só para a gente organizar melhor, ainda porque não tivemos tempo de ver os requerimentos da Senadora Gleisi por inteiro em relação às outras áreas. Em relação ao que está na mídia, que é a questão da operação Carne Fraca, estamos de acordo. Inclusive, o Ministro Blairo Maggi já foi convidado para se apresentar na Comissão de Agricultura. Poderíamos fazer uma reunião conjunta entre a Comissão de Agricultura e a CAE para ouvir o Ministro Blairo Maggi.

Agora, em relação às outras sugestões, eu só pediria a ela um pouquinho de compreensão para que a gente pudesse ver em que moldes se daria esse debate sobre o setor de petróleo e gás, sobre a construção pesada brasileira, uma vez que ela estaria, digamos assim, colocando em debate questões que envolvem setores que estão sofrendo em função de todas essas investigações que ocorreram, e em função de decisões até de política econômica que estão sendo tomadas pelo atual Governo.

Então, é preciso entender qual é a natureza desses requerimentos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu acho que a Senadora Gleisi Hoffmann tem razão quando, na primeira fala, disse que nós deveríamos hoje discutir essa questão da Operação Carne Fraca. Nesse aspecto, eu também concordo com o Líder, pois, embora eu tenha certeza de que os outros debates também são importantes, esse é prioritário. E por que ele é prioritário? Porque o Governo brasileiro está tomando – e precisa tomar rapidamente – atitudes no sentido de evitar que esses países deixem de importar a carne brasileira.

O prejuízo é muito grande. Nós estamos falando, só entre as carnes, de US$126 bilhões. Isso só perde para o setor de *commodities* minerais. E o pior: é uma situação em que... E estou aqui muito à vontade para falar, porque há muita gente que confunde, Sr. Presidente, pois acha que você está defendendo os frigoríficos.

Eu tenho um projeto aqui, de 2013, em que peço para tornar crime hediondo a adulteração, a falsificação de produtos alimentícios, porque isso é muito grave.

Agora, não podemos também pegar coisas pontuais e transformar isso em um contexto como se toda a cadeia produtiva estivesse sofrendo a mesma coisa. Isso é um equívoco.

Eu louvo o trabalho da Polícia Federal e acho que precisa ser feito, mas também acho que precisa ser vista a forma como isso vai ser colocado, até porque o maior consumidor da carne brasileira são os brasileiros, 80% da carne brasileira é consumida pelos brasileiros. Então, os primeiros que precisam ter essa segurança são os brasileiros.

E aí estamos falando de mais de quatro mil plantas de frigorífico. Há 23 em que há indícios, há três interditados, e toda essa celeuma criada no mundo inteiro. E é claro que países que são nossos concorrentes – como a Irlanda, por exemplo, que no passado já tentou várias vezes incriminar, desqualificar a carne brasileira – terão, neste momento, um prato cheio.

Então, por tudo isso, Senadora, eu acho que nós temos que realmente colocar... E aqueles que falsificaram ou fraudaram têm que ser punidos – e têm que ser punidos exemplarmente. Tem que ficar muito claro que a carne brasileira é, sim, a melhor carne do mundo.

Agora, tem uma coisa: o Brasil saltou de sexto exportador de carne do mundo para o primeiro. Isso tudo é que me preocupa. Será que essas coisas acontecem realmente sem nada por trás? Tenho muito medo dessas questões. Quando o Brasil começa a disputar esses mercados, ou fazem para a gente a barreira fitossanitária ou há outra coisa para atrapalhar, mesmo, porque nós temos a melhor carne e o melhor preço, somos imbatíveis nesse setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por isso eu acho que devemos não passar a mão na cabeça, mas punir exemplarmente aqueles que fraudam, que se corrompem. Mas esses aí são a minoria.

E o pior: lá na ponta, o maior prejudicado, além da população, é o pecuarista, sobretudo o pequeno pecuarista, que, daqui a pouco, não vai ter para quem vender o seu produto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Um minuto, por favor, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...na proposta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou passar já a palavra à Senadora Simone e ao Senador Ataídes, mas queria comunicar à Casa que eu já tinha tomado a iniciativa, ontem, de entrar em contato com o Ministro Blairo Maggi, convidando-o para estar aqui na próxima semana para fazer uma explanação sobre o problema.

Eu considero, Senadora Gleisi, Srs. Senadores, que existem vários requerimentos, fora o de V. Exª, outros requerimentos, que englobam bastante a questão, mas de uma maneira muito abrangente.

Eu acho fundamental, porque se trata de uma questão de Estado e não apenas de governo essa questão dos frigoríficos, da carne, e envolve a base do nosso sistema econômico, desde a questão de exportação à – principalmente – questão de geração de empregos.

Eu acharia bastante relevante, importante, que o Ministro Blairo Maggi possa vir aqui dar uma explicação, uma explanação, dando oportunidade a todos os Senadores de discutirem com ele, questionarem – isso vai levar, pelo menos, o dia inteiro – a real situação, as implicações concretas, o que já aconteceu, quem já suspendeu compras de carne brasileira, o andamento das investigações, as ressalvas que ele faz à investigação que pelos jornais nós já vimos.

Então, eu consideraria absolutamente prioritário e não dentro de um ambiente de debate entre ele e a Justiça, etc, porque não traria para nós uma explicação fundamental sobre o que está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Novamente, Senador, considerando sua questão, a carne foi e será em qualquer governo uma indústria fundamental na geração de empregos e de divisas para o nosso País. Por isso coloco essa posição.

Eu queria passar a palavra à Senadora...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria só depois fazer um encaminhamento, Senador, porque talvez a gente possa até...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Tasso, depois eu queria usar a palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu concordo que a gente fique com o foco na operação Carne Fraca, neste momento, até porque os demais requerimentos eu ainda vou apresentar à Mesa, mas queria solicitar, inclusive, ao Senador Bezerra e também ao Senador Moka que a gente pudesse, junto com o Ministro Blairo Maggi, ter aqui o Ministro do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, que é responsável pelo setor de exportações – eu acho que nós temos de ouvi-lo também sobre isso e os impactos que tem e acho muito importante estarem aqui, sim, o Ministro Osmar Serraglio e o Diretor Geral da Polícia Federal. Afinal, o Ministro está envolvido diretamente nesta situação, a menos que o Governo o demita já. Aí nós não temos condições de trazer...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, a causa aqui é política. Então, Sr. Presidente, não deixe tomar outro rumo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Claro, tudo aqui é político, tudo aqui é político. Aqui não tem só tecnicismo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, aí é fato político.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu acho que nós precisamos ter essas pessoas... Eu concordo plenamente e acho que dá para fazer com a Comissão de Agricultura. Nós podíamos, inclusive, dedicar a próxima terça-feira a esse assunto, com essas pessoas aqui debatendo as implicações que nós temos. Afinal, fazem parte do mesmo Governo, do Estado. Não pode uma parte agir de uma forma; a outra, de outra; a outra ajudar no descaminho das coisas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu só discordo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, talvez eu possa facilitar o entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu concordo com o convite ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, acho que é pertinente. Agora acho que ficaríamos com o Ministro Blairo e o Ministro de Desenvolvimento, Comércio Exterior, Indústria e Comércio, que têm a ver com o tema.

Em relação ao Ministro da Justiça e ao Diretor Geral da Polícia Federal, pode parecer que nós queiramos constranger as investigações. Vamos ouvir as áreas técnicas.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O Ministro da Justiça é investigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas vamos ouvir após, após.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Por favor, eu queria passar a palavra à Senadora Simone Tebet.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Presidente, eu estou querendo é fazer a ponderação para que a gente apoie...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu entendi, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – E a Liderança do Governo apoiará os Ministros da área técnica pertinente, para termos uma discussão aqui sobre o tema e não constranger as investigações. As investigações têm de continuar e elas vão prosseguir. Em determinado momento, poderá ser necessário ou não chamar as autoridades responsáveis pelas investigações: o Ministério da Justiça e o Diretor da Polícia Federal. Mas não agora.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k. Obrigado, Senador.

Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria de fazer coro com o Senador Fernando Bezerra, entendendo a preocupação da Senadora Gleisi, mas eu gostaria de alertar esta Comissão e a Casa que nós não podemos cometer o mesmo erro da Polícia Federal.

Ninguém discute o mérito da operação, ninguém discute que há uma possível fraude na fiscalização sanitária, envolvendo pagamento de propina entre servidores públicos e até agentes políticos. Ninguém discute isso. Acontece que a forma como foi colocada – e a Senadora Gleisi inclusive começou a sua fala nesse aspecto – causou um prejuízo irreparável ao País, à economia. Os senhores vão ver, a pequeníssimo prazo, as consequências graves para o agronegócio brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O meu Estado, Mato Grosso do Sul, já passou por isso. A Senadora Gleisi estava lá como Secretária do Governo do PT à época, quando nós comercializamos boi do Paraguai. Por conta de ter entrado a aftosa, através do meu Estado, Mato Grosso do Sul, ficamos quase dez anos amargando prejuízos, tentando reconhecimento junto ao mercado internacional para poder exportar a carne, lembrando que Mato Grosso do Sul já teve o maior rebanho bovino do Brasil e hoje está entre os três maiores, inclusive em exportação.

Então, tendo em vista que não discutimos o mérito da operação, mas a forma irresponsável como foi feita, sem se preocupar com mais de um milhão de empregos diretos desse setor, sem se preocupar com uma economia fragilizada, eu gostaria de fazer uma ponderação em relação ao requerimento da Senadora Gleisi. Não vamos errar na forma neste momento. Vamos convidar o Ministro, vamos ouvir os esclarecimentos dele ou de quantos Ministros quisermos, mas, após essa preliminar, essas colocações feitas, vermos de que forma nós podemos avançar no próprio controle que cabe à Comissão e ao Senado.

Ao tentarmos politizar essa questão, nós estaremos cometendo o mesmo erro da Polícia Federal. Agora, esta – vou repetir a frase do Presidente da Comissão – não é uma questão de política, é uma questão de Estado. Nós estamos na iminência de termos a China e o Mercado Comum Europeu fechando as nossas fronteiras para o grande carro-chefe da economia brasileira. Não só estou falando do boi, estou falando do suíno, estou falando do frango. Acho que nós podemos acertar tanto na forma quanto no mérito. Por isso, é que faço coro à ponderação do Senador Fernando Bezerra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.

Senador Ataídes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Tasso, eu peço a palavra a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A seguir, a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente.

Presidente e demais colegas, é sabido que essa operação Carne Fraca trará ao Brasil, ao povo brasileiro, uma tremenda crise na área moral, social e econômica. Isso é sabido. Agora, Sr. Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

esta douta Comissão tem a ver, sim, com essa operação. E até aí concordo com a Senadora Gleisi: temos que ouvir o Governo com relação à parte econômica. Agora, não podemos deixar que esta Comissão tome outro rumo senão o das atribuições que lhe são conferidas. Por exemplo, temos hoje a CMA, Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, e já está acertado pelos Líderes, através de uma resolução, que esta fiscalização, controle e defesa do consumidor passará a ser de responsabilidade da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle.

Portanto, Sr. Presidente, boa parte desse requerimento – não cheguei a lê-lo, mas eu o ouvi – tem a ver não com esta Comissão, mas, sim, com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Se V. Exª, como Presidente, e este Plenário deixarem que a oposição tome essa direção, vão bagunçar os trabalhos tão importantes desta Comissão, que trata de assuntos literalmente econômicos.

Eu queria fazer esse alerta, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Serei breve, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, quero deixar registrado aqui que esse é um problema que envolve todos nós, independentemente de sermos ou não de Estados produtores de carne, porque envolve as exportações brasileiras e o emprego direto da nossa gente, não só aqueles empregados, mas muitos produtores independentes.

Concordo e acho que o assunto é tão grave, Senador Tasso, que é bobagem...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A cadeia envolve seis milhões de empregos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – São seis milhões de empregos, exatamente! Então, acho que o assunto é tão grave, que nós não vamos nos reduzir a uma única audiência pública. Nós deveremos realizar tantas audiências públicas quantas forem necessárias.

O que estamos debatendo – assim estou entendendo aqui – é a nossa primeira audiência pública, para a qual estão sendo convidados – com o que concordo plenamente – o Ministro da Agricultura e o Ministro de Indústria e Comércio, que é quem cuida das exportações. Eu também apresentei um requerimento à Mesa, porque eu gostaria de destacar – esses dois convidados eu os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

contemplo – dois outros segmentos, Sr. Presidente. Um deles são os exportadores de carne. A indústria exportadora de carne conta com uma associação brasileira. O outro é a Contag, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, porque nós sabemos que essa cadeia trabalha diretamente com pequenos produtores, seja para a produção de frango, de aves ou de outras coisas.

Então, seria importante, se não der para ser exatamente na primeira audiência, que marcássemos pelo menos duas primeiras audiências, Sr. Presidente, para ouvirmos esses quatro segmentos que considero também fundamentais.

Ademais, quero cumprimentar aqui todos. Acho que todos nós temos o mesmo objetivo.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Senador Cidinho.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Também estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Depois, terá a palavra o Senador Requião.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Presidente. Eu queria corroborar a sua posição. Não podemos transformar este momento preocupante em que vivemos numa questão política. Não podemos expor o setor da agropecuária do Brasil mais do que ele já foi exposto nesse fim de semana. Nós passamos por ridículos no mundo todo. Ontem, vários frigoríficos cancelaram a escala de abate de bovinos. Ligou-me um amigo de Santa Catarina que têm 3,5 milhões de matrizes que produzem ovos. E algumas dessas empresas já pediram para cancelar 30%, para matar pintinhos quando do nascimento, no incubatório. Estão destruindo os ovos.

Então, é muito preocupante essa questão política. Nós devemos discutir futuramente e deixar que a Polícia Federal e a Justiça resolvam as questões criminais.

A questão econômica do Brasil é muito séria. Sou do setor, sei do que estou falando. Acompanhei, no fim de semana, as ações do Presidente Temer, que foram muito pontuais, e também as do Ministro Blairo Maggi, para tentar amenizar um pouco essa situação, que não vai se resolver em uma semana ou em um mês. Nós vamos ter, a partir de agora, grandes entraves para as nossas exportações. A União Europeia, por exemplo, que é o segundo maior importador do Brasil, sempre procurou motivo para nos colocar dificuldades em relação às exportações dos nossos produtos, mas nunca o teve, porque temos uma qualidade sanitária de primeira, com todas as questões ambientais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

sempre observadas. E, agora, eles acharam um motivo. Estamos sempre preocupados com a gripe aviária e com a questão da aftose no Brasil.

Nós mesmos colocamos aqui que é pior do que uma gripe aviária, porque envolveu as três cadeias – a cadeia de bovinos, a cadeia de suínos e a cadeia de aves – de uma vez só no Brasil. Isso para mim é um *tsunami*. E nós vamos ter consequências, não só na indústria, mas no granjeiro, o pequeno produtor que produz frango, no pequeno produtor que produz suínos, no criador de boi, na pessoa que está produzindo a maior safra agora de milho do Brasil – porque milho, daqui a alguns dias, de graça vai ser caro, ninguém vai querer, porque não há o que fazer com o milho. Envolve toda uma cadeia, Presidente, e é muito difícil sabermos as consequências. Então, eu concordo com a sua posição.

Concordo igualmente com o que a Senadora Vanessa falou: que deveríamos convidar para essa audiência não só o Ministro Blairo, mas também a associação brasileira – a ABPA, a Abiec – e as pessoas envolvidas no setor das exportações da produção interna, porque isso realmente é uma situação grave. Temos neste momento de ser solidários com o Brasil, e não expor mais o Brasil e esse setor importante da economia ao ridículo, como foi exposto nesse fim de semana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cidinho.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, estou me sentindo aqui um estranho no ninho. Eu sou um político. Esta é uma Casa política. Política é uma palavra que vem do radical grego <polis> – <polis> é a cidade – ao qual se acrescenta o sufixo <ico>, que transforma substantivo em adjetivo. Política é administração da cidade e, por extensão, do Estado, da nação. E essa questão tem que ser encarada pelo Congresso Nacional e por esta Comissão sob uma perspectiva política e radical. Radical é outra palavra – que vem do italiano, não do grego –, que significa raiz. Qual é a raiz desse problema todo? Nós temos de um lado o crime cometido com a fisiologia na nomeação dos fiscais da Secretaria de Agricultura. E eu, de certa forma, estou envolvido nisso, Presidente, porque fui consultado em determinado momento pela Ministra Kátia Abreu, dizendo que uma das regras do governo era observar indicações parlamentares para a nomeação dos superintendentes.

A Senadora Kátia Abreu já prestou uma informação, que vi publicada hoje, ao Josias de Souza, se não me engano, dizendo com toda a clareza a resposta que lhe dei. Eu disse o seguinte: "Senadora, em primeiro lugar, não aceite a indicação fisiológica da Bancada. Existem rumores muito sérios sobre a manipulação da fiscalização no Paraná e no Brasil. E, em segundo lugar, eu não farei indicação porque sou contra as indicações fisiológicas em uma atividade que diz respeito à fiscalização de um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

setores mais importantes do Brasil". E eu sugeri à Ministra que procurasse um técnico absolutamente isento para assumir a coordenação da fiscalização no meu Estado, o Paraná. Mas a Ministra sofreu pressão – fisiológica, não política, porque política diz respeito à administração. Ela sofreu pressão do atual Ministro de Justiça do Brasil, Osmar Serraglio – ela deixa claro isso, inclusive, na entrevista que deu ao Josias de Souza –, e de outro Deputado Federal, que é o Sergio Souza, e acabou, em função da visão do governo de coalizão, da famosa governabilidade, tendo, contrariamente à sua vontade, que nomear o tal Daniel.

Então, temos um problema criminal, mas político antes de tudo.

E o segundo problema que temos é o absurdo corporativo da Polícia Federal – 34 fiscais da Secretaria da Agricultura, que tem 11 mil trabalhadores. De 4.800 frigoríficos, há 21 atingidos.

Então, é evidente que foi uma irresponsabilidade corporativa dentro desse vezo de conseguir a independência da Polícia Federal. É um assunto político que tem de ser resolvido.

Temos de ir, Srs. Senadores, à raiz do problema. A raiz do problema é a corrupção neste tipo de Governo de coalizão, os interesses muito claros que se sucedem nos acertos entre frigoríficos e financiamentos de campanha.

É muito importante – se é que esta Comissão se respeita; se é que o Senado tem alguma utilidade neste momento sério da política brasileira – que nós convoquemos – não convidemos – o delegado da Polícia Federal, sim, para dizer por que exacerbou, transformando num problema monumental, um problema pontual de corrupção política na República, e convocar aqui o Ministro Osmar Serraglio, para explicar por que se empenhou tanto na nomeação de um quadro que o Paraná, o Brasil, as árvores das ruas e as pedras das calçadas sabiam que operava um sistema de corrupção no Paraná.

E ele continua Ministro da Justiça e está sendo investigado, agora, pela Polícia Federal, que é sua subordinada.

É claro, Senador Moka, que temos de defender o mercado brasileiro no mundo. Não é à toa que, na semana que vem, chegam os primeiros contêineres de carne norte-americana aqui.

Mas, de repente, nessa confusão, nessa anomia, nessa falta de comando do Estado, fazem com que o Presidente da República faça uma demonstração de segurança da carne brasileira na Steak Bull, uma churrascaria que, segundo o Google, oferece aos consumidores carne norte-americana, australiana e argentina.

Então, estamos vendo que está havendo uma falta de comando nesse processo todo, mas não há cabimento o Senado se furtar, agora, de aprofundar a investigação; chamar o Deputado Osmar Serraglio, para explicar por que insistiu em manter o esquema de corrupção na fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Afinal, o que fazemos nós aqui? Vamos jogar com firmeza, com dureza, na reabilitação do mercado brasileiro? Outra coisa: o Governo politicamente, o Governo brasileiro, já deveria ter cancelado as compras da Samsung, da Coreia, e retalhado o exagero que estão cometendo outros países numa chantagem que vai derrubar o preço da carne brasileira, que será seguramente comprada e vendida como carne australiana ou norte-americana nos mercados do mundo.

O Brasil precisa dar-se ao respeito e, acima de tudo, Senador Tasso Jereissati, esta Comissão tem que se dar ao respeito e politicamente aprofundar a investigação sobre esse problema.

Não podemos ficar fugindo disso e fazendo barretadas fisiológicas a companheiros que estão ou não no Governo. É muito mais importante a imagem do Brasil, e esta diz respeito à firmeza, à seriedade, com que possamos encarar esse problema.

Quero reiterar o meu apoio à proposta da Senadora Gleisi Hoffmann: sim, vamos trazer o Ministro da Agricultura, sem dúvida alguma; vamos viabilizar caminhos de defesa do mercado brasileiro, mas vamos convocar também o Ministro da Justiça, responsável pelo escândalo, o Deputado Sérgio Souza, que com ele foi pressionar a então Ministra da Agricultura para nomear uma quadrilha na fiscalização do Paraná.

E assim nós estaríamos levando o Senado a sério. O resto é escapismo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O resto é para divertir, também do italiano *divertere*, que significa desviar do que importa. Não vamos fugir à responsabilidade concreta da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem, Senador Requião, muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu acho que caberia trazer aqui o Ministro Aloysio Nunes, do Itamaraty, que tem as relações com os países que estão envolvidos nessa questão; saber dele como é que está realmente a relação do Brasil com o Chile, com a Coreia, com a Rússia. Eu acho que cabe muito a presença do Senador Aloysio, do Itamaraty, para dar suas razões.

Agora, eu concordo com a fala do Senador Roberto Requião, de que isso é uma coisa recorrente. Desde que estou aqui, é uma denúncia por semana com gestor público. Não é do Governo de agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

não; assim foi de Lula, no mensalão; assim é do petrolão, e agora da carne. É uma coisa que se sucede. Por quê? Porque se indicam pessoas que estão com problema na Justiça. Esse cara aí do Paraná, já havia inquérito contra ele, e o Ministro atual, Osmar Serraglio, pegou e avalizou, brigou por ele, como brigaram outros para colocarem lá. Então realmente é uma coisa... Deveria sair daqui, que é Comissão de Assuntos Econômicos, sabem para o quê? Para uma CPI, isso sim, para apurar a responsabilidade, ir fundo nisso, para deixar o exemplo de que quem senta na cadeira de qualquer direção, ordenador de despesa ou não, tem que ter ética, tem que ter moral, tem que ter vida limpa, proba, para estar ali.

Então, se eu vejo o Governo, nesse período todo, esforçando-se na economia, mas, pelo amor de Deus, parece que o Presidente não tem amigos, porque os amigos que ele chama são todos comprometidos com a pouca moral, a pouca ética, tanto é que já são nove ministros exonerados por isso. Será que não existe ficha limpa para saber se o cidadão tem condição ou não de assumir uma posição de ordenamento de despesa no Governo? E era um governo para fazer um ministério de notáveis! Notáveis onde? Tirou-se a Presidente Dilma para se fazer um governo que não iria ter ninguém comprometido com corrupção, com desvio de comportamento. E aconteceu o quê? Continua sempre o mesmo tom, a mesma substância corrupta que envergonha os brasileiros.

Então, é importante chegar e dar uma estancada nisso. Ou ele não conhece a vida dos amigos dele ou os amigos dele não têm dignidade para dizer: "Eu não vou ocupar o cargo não, que eu estou comprometido com a Justiça, eu não posso ocupar o cargo porque eu estou denunciado pelo Ministério Público, eu respondo a processo no Supremo, ou no Tribunal Superior, ou na primeira instância." Tem que ter coragem, patriotismo. Este Congresso está eivado de partidários, e pouco patriotismo que tem sangue para derramar em favor do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito bem, Senador.

Senador Humberto Costa. Em seguida, Senador Wellington Fagundes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu quero dizer que esse assunto é mais amplo do que meramente a questão com a preocupação da atividade econômica, pecuária no nosso País. Lógico que isso é seríssimo. Nós somos um país que é hoje o maior exportador de carne do mundo. Sabemos que há interesses.

Eu não sou adepto de teorias da conspiração, mas há interesses muito fortes no sentido de tirar o Brasil dessa condição. Portanto, temos de discutir isso, não tenham nenhuma dúvida. Agora, nós também não podemos deixar de discutir o processo como isso aconteceu.

Muita gente aqui bateu palmas e achou bonito quando muitas arbitrariedades, muitos abusos de autoridade foram cometidos contra integrantes do governo anterior, contra integrantes do nosso Partido, contra o próprio Presidente Lula. Pouquíssimos se manifestaram em relação a investigações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

malfeitas, a entrevistas e publicações apressadas sobre determinados casos, levando a problemas de altíssima gravidade e a prejuízos enormes.

O Brasil já foi o País, talvez, de empresas de construção civil com maior *expertise* em obras pesadas ou não. No entanto, hoje estão todas elas quebradas praticamente; nenhuma participou agora, por exemplo, dessa licitação para a concessão dos aeroportos. Então, é preciso discutir também os métodos que estão sendo utilizados para investigar no Brasil, porque isso não vai acabar. Não vai acabar, vai continuar! Pode-se fazer todo tipo de coisa sem limitação alguma. Então, Sr. Presidente, se é aqui, se é na CCJ, se é na CMA, tem que trazer o Ministro da Justiça, tem que trazer o Ministro da Agricultura, tem que trazer esse delegado da Polícia Federal. Não é a primeira vez – não é a primeira vez! – que ele age de forma precipitada.

Se é verdade que só uma única amostra de carne foi analisada, isso é um escândalo. É um escândalo a tentativa de confundir: falar em colocar papelão dentro da carne se o papelão era a embalagem. Se isso é verdade, pelo amor de Deus, se isso é verdade, o funcionário público que toma uma atitude de transformar isso em uma denúncia que pode ajudar a terminar de quebrar a economia brasileira faz uma coisa muito grave.

Então, quero aqui defender a posição da Senadora Gleisi Hoffmann de que possamos fazer tudo isso. Podemos até trazer o Ministro Blairo antes, mas nós, no Senado, não podemos nos omitir, em algum momento, em algum lugar, de discutir esta questão: até aonde pode ir o abuso de autoridade no Brasil? Essa é a questão fundamental que tem que ser debatida aqui entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Humberto Costa. Eu gostaria de pedir brevidade para que possamos colocar em votação esses pontos que estão aqui, inclusive esses requerimentos. É fundamental, porque há uma reunião de lideranças, e daqui a pouco não vamos ter condições de colocar em votação. Esse é o meu apelo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, dentro da brevidade necessária que V. Exª coloca, eu, como médico veterinário, poderia aqui estar também falando muito desse assunto. Então, penso que, como a reunião não tem especificamente esse objetivo, temos uma pauta, prefiro fazê-lo no momento em que a Comissão definir se vai haver a presença das autoridades aqui.

Corroboro com a posição de todos porque penso que é importante realmente convidarmos essas autoridades – e sejam elas convocadas ou convidadas– para que a gente possa realmente aqui discutir.

Como já temos um requerimento, aprovado na Comissão de Agricultura ainda no ano passado, como Relator do Seguro Rural, nós falamos com o Ministro Blairo e sabemos que existe a possibilidade de S. Exª estar aqui amanhã na Comissão de Agricultura para discutir, claro, esse assunto que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

assunto reinante. Então, eu gostaria até de aproveitar, em sendo possível essa presença – e ele vai me confirmar daqui a pouco, mas eu tenho ainda de definir com o Presidente Ivo Cassol, que também está em viagem, mas já está chegando, e, aí, claro, eu acho que todos nós poderíamos, amanhã inclusive, discutir esse assunto.

Só quero registrar, como médico veterinário, que realmente, Sr. Presidente, o número de veterinários, a cada ano que passa, vem diminuindo muito na área da inspeção sanitária. Nós tínhamos convênios feitos, inclusive com a Conab, que também foram suspensos. E isso, claro, prejudica o trabalho da inspeção.

Quero dizer aqui que, claro, a indicação dos auditores, dos fiscais não se dá por indicação política, mas por concurso. O que se falou aqui eu creio que se refere às indicações no caso de superintendências, enfim, os cargos de confiança. Portanto, a grande maioria – 99% – é de pessoas que trabalham em carreira, admitidas por concurso. E, claro, infelizmente, pode ser que nessa investigação apareçam pessoas inclusive concursadas, que não é o que a gente gostaria.

E eu gostaria. Sr. Presidente, em função da pauta, de pedir também a inversão do item 15, que é de minha relatoria. Como já foi lido, seria só a questão de votar, porque nós temos quórum. Trata-se de um projeto que interessa muito a toda a Região Amazônica. É o fato de que o Mato Grosso está, todo ele, na região da Amazônia Legal, e, aqui, o projeto, de autoria do Senador Roberto Rocha, faz a inclusão de todo o Mato Grosso também na área do FNO.

E, ainda, quando ao item 16, que é também de minha relatoria, como ele já está prejudicado, eu gostaria que fosse retirado de pauta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem. É só uma sugestão bem pequenininha e rápida.

Os requerimentos extrapauta, de cujo inteiro teor ainda não tenho conhecimento, pelo que percebi, solicitam a presença dos Ministros da Agricultura, da Indústria e Comércio, do Delegado da Polícia Federal e também do Ministro da Justiça. Assim, eu sugeriria o seguinte: vamos aprovar então os requerimentos convocando ou convidando os dois ministros, o da Indústria e Comércio e da Agricultura, deixando o Ministro Serraglio e o Delegado, que não têm nada a ver com a matéria econômica a princípio, para a Comissão competente para cuidar do assunto, que é a de transparência, fiscalização e controle.

É uma sugestão. Vamos deixar os Ministros da Agricultura e da Indústria e Comércio. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não.

Senador Moka, por favor, com brevidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente; é só para deixar clara uma situação aqui. Eu não tenho nenhuma dificuldade em votar uma convocação para trazer aqui o Ministro \Osmar Serraglio – nenhuma dificuldade! Acho que o Deputado Osmar Serraglio, hoje Ministro da Justiça, virá aqui e irá esclarecer todas as questões. Agora, neste primeiro momento, eu havia falado com a Senadora Gleisi que eu achava que nós tínhamos que tratar, em função do que há neste momento, da agricultura, indústria e comércio, para ver se conseguimos estancar.

Até porque, com mais de dois ministros aqui, a audiência começa a se tornar muito extensa, acaba não sendo produtiva.

Eu acho que a sugestão que está dando o Senador Ataídes, de depois, logo em seguida, aqui mesmo ou em outra Comissão, o Ministro da Justiça e o delegado... Nós faríamos, e eu não teria nenhuma dificuldade.

E quero dizer ao Senador Otto Alencar que, da minha parte, aqui nunca vai faltar aqui patriotismo. Eu sou um daqueles...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não me referi a V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, eu sei que V. Exª...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu me referi aos Ministros que entraram e saíram comprometidos com a corrupção.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O.k. Eu quero dizer a V. Exª que, da minha parte, sou um daqueles Senadores que, dependendo do assunto, e independente da coloração partidária, como já dei demonstração várias vezes nesta Casa, tenho posição de total independência. E não há de faltar o patriotismo a este Congresso para que a gente possa apurar tudo aquilo que precisa ser apurado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Moka.

Eu vou colocar em votação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria, então, só para a gente ver se chega a um acordo... Tenho a informação agora de que o Ministro Blairo Maggi viria amanhã à Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com outro tema.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É outro tema? Mas acho que está acordado que tem que ser este, não há outro tema neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria fazer uma sugestão, Presidente, se me permite, de que a gente foque amanhã – inclusive, eu vou estar na Comissão – em convidar aqui todos os membros da CAE para estarem na Comissão. Aproveitaríamos e faríamos uma reunião conjunta da CAE e da CRA, amanhã, para ouvir o Ministro. E eu sugeriria que, na próxima terça-feira, viessem a esta Comissão, sim, o Ministro da Justiça, a Polícia Federal e, se pudesse, inclusive, o MDIC e o próprio Ministro da Agricultura, para acompanhar. Porque nós temos que ter noção de que tanto a Justiça como o MDIC e a Agricultura são áreas do Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k., Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, eu queria sugerir este encaminhamento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, não dá para votar um requerimento em detrimento dos outros. O que nós podemos fazer aqui é o que a Senadora propõe.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, não é isso o que vou fazer, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois é, mas foi proposto isto: que votássemos alguns e outros não.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu gostaria de me pronunciar. Eu vou entrar em contato com o Senador Blairo Maggi agora, confirmando a vinda dele amanhã à Comissão de Agricultura. Em isso se confirmando, a sugestão é que façamos uma reunião conjunta da CAE com o Ministério da Agricultura. Esta é a nossa sugestão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu só quero dizer que esse requerimento, de minha autoria, foi aprovado no ano passado, mas eu não consegui falar com o Presidente da Comissão de Agricultura – ele está, como eu disse antes, em viagem para cá – para definirmos. Só que eu conversei com o Senador Blairo no final de semana, e ele manifestou interesse em vir inclusive a esta reunião amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas é isso que estou colocando. Vou entrar em contato agora com o Senador Blairo Maggi, se ele confirmar que vem amanhã à Comissão, nós faremos uma reunião conjunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E eu gostaria que votássemos o requerimento, então, do Ministro da Justiça e do Delegado da Polícia Federal para que a gente os ouvisse na próxima terça-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa.

É a última colocação. Depois eu vou colocar em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu ouvi com atenção todos os Senadores e as Senadoras que me antecederam aqui.

Acredito que o problema é gravíssimo para o País, e nós temos aqui, agora, de raciocinar para defender o nosso País no momento em que, como disse o Ministro Blairo, alcançar esses mercados exteriores é um trabalho a longo tempo, 10 anos, milhões e milhões de dólares investidos, e um momento como este pode fechar todos esses mercados, como já foi publicado que a Coreia do Sul, a China, a União Europeia, o Chile estão suspendendo a importação de carne brasileira, mas nós não podemos partidarizar a questão; não tem como. Há aqui um entendimento de trazer e voltar para a questão política quando nós temos de procurar resolver, da melhor maneira possível e no menor tempo, a questão econômica para o País.

Então, eu acredito que nós temos de ouvir o Ministro Blairo, o Ministro da Indústria e Comércio, mas isso não quer dizer que nós não venhamos a ouvir os outros agentes – Ministro da Justiça, o Delegado da Polícia Federal. Eu acho que sim. A grande talvez falta do Ministro Blairo... Porque esses superintendentes que estão agora sendo indiciados foram escolhidos, como aqui relatou o Senador Requião, a Senadora Gleisi, ainda no governo passado, e o Senador...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pelo Partido que está administrando o Brasil hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu queria, por favor, que cada um limitasse a palavra

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu concluo.

Então, o Deputado Souza, que era suplente da Senadora Gleisi e foi Senador conosco aqui...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É, infelizmente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... enquanto ela estava Ministra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, vamos ouvir o Ministro Blairo, vamos ouvir o Ministro da Indústria e Comércio e vamos, em seguida, depois ouvir as outras partes que estão envolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k., Senador Flexa. Eu vou colocar em votação os requerimentos aqui e esses requerimentos, fora o do Senador Blairo Maggi... Eu queria deixar já acordado e colocar para a Comissão – não sei se isso é usual –, mas, caso seja confirmada a presença do Senador Blairo, uma convocação para uma reunião em conjunto das nossas Comissões...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ...se estão todos de acordo, o.k.?

Senador Lasier queria usar a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, acompanhando pela televisão a reunião, eu queria confirmar que houve um encaminhamento de um requerimento para que o Ministro Blairo esteja amanhã, às 14h, na Comissão de Agricultura, da qual eu sou membro.

Estive em contato com o Senador Cassol, que se encarregou do contato, e o chefe de gabinete do Ministro Blairo disse que não haverá nenhum problema, está por confirmar, mas é praticamente certo que o Ministro virá, de modo que eu quero confirmar essa sugestão de fazermos reunião conjunta amanhã da CAE com a CRA.

É isso. Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k. Obrigado, Senador Lasier.

Eu coloco em votação o requerimento da Senadora...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Combinado com a Senadora Gleisi, em vez de a expressão convocar, colocar convidar no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito bem, Senador.

Requerimento das Senadoras Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin, convidando o Ministro Sr. Marcos Antonio Pereira, Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, com vistas a informar, explicar sobre os impactos para o comércio exterior da Operação Carne Fraca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 1, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Marcos Antonio Pereira, Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), com vistas a informar e explicar sobre os impactos para o comércio exterior decorrentes da operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Coloco em discussão...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só um minutinho, Senador, senão não damos ordem aqui. Só um minutinho.

É impossível confirmar a vinda dele amanhã, se eu não tive nenhum contato, se nenhum de nós tivemos. Nós temos que contactar o Ministro – no caso, não é convocação, é convite –, e ele marca o dia. Se ele puder vir amanhã, ótimo; senão, marcaremos outro dia.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, colocar em votação esse requerimento, volto a repetir, convidando delegado de polícia para vir a esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não é o Delegado, não é o delegado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O Ministro, por exemplo, da Justiça...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O senhor vota contra se o senhor quiser, mas a Comissão pode colocar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Um minuto, por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O Ato nº 1 da CAE...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só uma explicação, Senador Ataídes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nós estamos convidando o Ministro da Indústria e Comércio, para, provavelmente, vir em outro dia. Nós vamos entrar em contato com o Ministro para marcar.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Há uma questão formal: sessão conjunta, com convite também desta Comissão ao Senador Blairo Maggi.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 2, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Blairo Borges Maggi, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, com vistas a informar e explicar a respeito da operação "Carne Fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que concordam... (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 3, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Osmar José Serraglio, Ministro de Estado da Justiça, com vistas a informar e explicar a respeito da sua participação nos eventos que resultaram na operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Só para deixar bem claro, esses requerimentos não são para amanhã.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, volto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não. Não encerrou a discussão ainda.

Volto a repetir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está bom.

Continue a discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, o Ato nº 1 me permita a fala.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – O senhor está desatento. Ele já encerrou.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não estou desatento nunca, Senadora. Senão não estaria no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Ato nº 1 desta Comissão deixa muito claro, Sr. Presidente, que requerimento como este, por exemplo, que disciplina o processo de apresentação e votação de requerimento de audiência pública, convocação ou convite de Ministros e autoridades e de criação de subcomissão no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, tem de ser lido agora e votado depois, Sr. Presidente. Eu chamo a atenção para essa questão, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nenhum outro seguiu isso, nem também o empréstimo de Salvador. Então, por favor, vamos parar com essa marola aqui! Vamos colocar em votação, e o senhor vota contra se o senhor quiser.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes, realmente, existe essa praxe, mas quero dizer que nós quebramos isso hoje, com a autorização...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, vamos esquecer esse passado na CAE. Esse passado na CAE não é bom. Vamos esquecê-lo, vamos recomeçar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É do presente, é de hoje! Poupe-me!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes, nós abrimos esse precedente hoje, com o empréstimo de Salvador. Só estou colocando essa situação. Pergunto se V. Exª concorda com que a gente abra o precedente. (*Pausa.*)

O.k.! Obrigado, Senador Ataídes.

Encerrada a discussão, coloco-o em votação.

Aqueles que concordam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há um requerimento da Senadora Gleisi, se não me engano.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 4, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Leandro Daiello Coimbra, diretor geral da Polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Federal, para tratar dos fatos que desencadearam a operação "carne fraca", efetivada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco-o em votação.

Aqueles que concordam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, vejo que V. Exª está com meu requerimento em mão. Permita-me usar a palavra para apresentar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Na realidade, os requerimentos foram divididos. Então, teremos a primeira audiência pública, possivelmente com a presença de dois Ministros, e, posteriormente, as próximas. No requerimento que apresentei, ainda há a inclusão dos exportadores de carne e da Contag. Acho que poderíamos separar esses dois para uma outra oportunidade, porque é importante discutir nesta Comissão de Assuntos Econômicos com esses dois setores, Presidente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Se me permite, quero dizer que estamos numa Comissão que trata de assuntos econômicos. Como o Senador Requião disse, esta é uma Casa política. Mas, diante da emergência e do papel principal do Senado Federal, que é não só o controle, mas o cuidado com a coisa pública, o requerimento da Senadora Vanessa, talvez, tenha de ser votado realmente hoje. E essas entidades tenham de vir, às vezes, até anteriormente ou mesmo concomitantemente com os Ministros, fora o Ministro Blairo, porque eles falam exatamente de economia, de geração de emprego. Eles são as duas pontas dessa cadeia que foram impactadas de forma direta. Esta é a Comissão de Assuntos Econômicos, e o impacto dessa operação atinge diretamente a economia, não é topo, mas a base da pirâmide econômica brasileira.

Esse requerimento da Senadora Vanessa eu reputo da mais alta importância. Sei que é uma Casa política, sei do anseio da oposição de ouvirmos o Ministro da Justiça, mas acho que, após o Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Blairo Maggi, temos de, imediatamente, ouvir as associações que representam a classe produtora, produtiva, e o trabalhador brasileiro

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone.

O requerimento da Senadora Vanessa inclui, além dos já citados, o Ministro das Relações Exteriores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Um representante do Ministério das Relações Exteriores...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nós podemos tirar. (*Fora do microfone.*)

Ficariam apenas os setores produtivos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, seriam: o representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) e o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 5, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública para debater os impactos à economia brasileira decorrentes das recentes divulgações acerca da operação deflagrada pela Polícia Federal, denominada "carne fraca". Para tanto, propõe que sejam convidados: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC; e Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Coloco em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Quero reforçar o que a Senadora Simone disse. Acho que ela tem razão. Esse pessoal tem informação, sobretudo o pessoal da associação de exportadores e os trabalhadores na ponta, que sofrerão as consequências que possivelmente vão acontecer.

Quero somar-me a isso e falar da urgência, realmente, de trazer os representantes tanto dos exportadores como dos trabalhadores nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Moka.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

Os que estão a favor fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, então.

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 6, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 99-A, combinado com os artigos 393-A, 393-B, 393-C, 393-D, 393-E e 393-F, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata de competência desta Comissão, a designação de grupo de Senadores para avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Faço a designação, já previamente combinada com os Senadores em reunião anterior, para ser coordenador desse grupo o Senador Ricardo Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 7, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a criação de grupo de trabalho de reformas microeconômicas destinado a oferecer soluções que facilitem o investimento e geração de emprego e renda.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

A expressão custo Brasil denota a complexidade de se fazerem empreendimentos no País. Há várias razões para que seja custoso investir e empreender no Brasil. A exemplo da insegurança jurídica, a burocracia incentiva deficiências regulatórias e a questão dos juros bancários. Esse grupo tem por objetivo identificar essas dificuldades e oferecer soluções que facilitem a atividade empreendedora empresarial no Brasil a fim de gerar mais empregos e renda.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordem fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Designo o Senador Armando Monteiro para ser o coordenador desse grupo de trabalho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, um breve comentário.

Em primeiro plano, quero agradecer a confiança de V. Exª, na condição de nosso Presidente, ao me designar como coordenador de um grupo de trabalho, que, naturalmente, envolverá o conjunto das Srªs e dos Srs. Senadores, para que nós possamos fazer um profundo mergulho... E é bom que se diga, Sr. Presidente, que V. Exª, ao estruturar esse grupo de trabalho, está agindo em linha com o art. 52, XV, da Constituição Federal, que atribui competência privativa ao Senado da República e, em linha com o art. 99-A do Regimento Interno desta Casa, que atribui à Comissão de Assuntos Econômicos a competência de realizar um diagnóstico acerca da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, levando em conta, entre outros, a complexidade, a qualidade da legislação vigente, os custos de conformidade e a normatização tributária, a qualidade dos tributos, a carga tributária como um todo, o equilíbrio federativo, as renúncias fiscais, a harmonização normativa, a redução das desigualdades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

regionais e a compatibilidade com a legislação de outros países ou blocos econômicos com os quais o nosso País faz e tem aliança.

V. Exª inova com essa iniciativa, porque, em tempo algum, apesar de essa ser uma atribuição exclusiva e específica do Senado e desta Comissão, em que pese haver, Senador Armando Monteiro, previsão para que isso pudesse acontecer, não aconteceu até aqui. E, de fato, nós estamos batendo no teto. O gato subiu no telhado, como se diz, em razão das grandes deformações, dos grandes gargalos que o sistema tributário brasileiro confere a nossa economia, engessando-a, impedindo que ela possa prosperar mais, que ela possa gerar mais oportunidades.

Então, até a próxima terça-feira, nós estaremos apresentando a V. Exª e ao Plenário desta Comissão o nosso plano de trabalho, com prazo determinado, com oitivas, com requerimentos que nós precisamos fazer nos três níveis federados, não apenas na União, nos Estados, mas também nos Municípios, às entidades que respondem pelo setor empreendedor brasileiro, ao Confaz, a especialistas, à academia, a membros do Poder Executivo, ao Ministério da Fazenda, à Receita Federal. Enfim, nós vamos apresentar um plano de trabalho à Comissão de Assuntos Econômicos na próxima semana e, com prazo determinado, queremos entregar um relatório que será coletivo, mas um relatório que terá, seguramente, a capacidade de botar a mão na ferida, para que possamos fazer um diagnóstico amplo, seguro daquilo que nós precisamos enfrentar.

De modo que agradeço a confiança de V. Exª, e, já na próxima terça-feira, nós estaremos apresentando nosso plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Ferraço.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador, colegas aqui do Senado, eu queria agradecer essa designação. Sinto-me honrado com essa lembrança e quero dizer que, realmente, o Brasil tem um campo vasto na área microeconômica para nós avançarmos.

O fato é que o Brasil convive, desde os anos 90, do início da década de 90 até hoje, com uma estagnação da produtividade.

Durante o período que vai de 1990 até 2015, temos taxas médias de crescimento da produtividade inferiores a 1% ao ano. No período que vai de 1975 a 1990, tivemos taxas de crescimento da produtividade, ganhos de produtividade de quase 5% ao ano, o que era, em nível internacional, algo que se constituía em uma referência. Portanto, essa estagnação da produtividade no Brasil decorre, em grande medida, do fato de que em vários ambientes da economia temos ainda cenários complexos na área tributária, no campo das relações do trabalho, do comercio exterior. Há indefinição e insuficiência de marcos regulatórios adequados, portanto, há muito o que se produzir no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

sentido de criar um ambiente, no Brasil, de negócios mais propício, mais amigável aos investimentos e, sobretudo, ao estímulo à atividade econômica.

Quero acrescentar apenas que o Brasil precisa também construir um novo padrão de financiamento, e, quando se define um novo padrão de financiamento, necessariamente isso nos remete à discussão do custo de capital, do custo da intermediação financeira no Brasil. Isso decorre não apenas de anos e anos de descontrole inflacionário, da memória inflacionária que ainda temos presente e de mecanismos de indexação com os quais ainda convivemos lamentavelmente, mas me parece que há algo que representa, por assim dizer, uma patologia, que é a constatação de que as margens de intermediação financeira no Brasil estão muito acima de qualquer padrão internacional. E aí temos uma agenda múltipla, uma agenda multifacetada e, por isso mesmo, desafiadora, que nos leva a discutir o grau de concentração bancária no Brasil. Ou seja: hoje, cinco instituições financeiras, sejam elas públicas ou privadas, respondem por 75% dos ativos financeiros do País. É um nível de concentração que não encontra paralelo em outros países.

De igual modo, o Brasil tributa fortemente a intermediação financeira, a chamada cunha fiscal sobre a intermediação, que, no fundo, diferentemente do que se supõe ingenuamente ao fazer essa tributação severa, não se tributa a empresa financeira, mas o tomador do crédito, porque, em última instância, as instituições repassam toda essa cunha fiscal para o tomador do crédito. Temos ainda questões associadas à segurança jurídica, ao problema de que, no Brasil, por exemplo, executar uma garantia é algo que, às vezes, por conta do nosso processo no Judiciário, demanda dez anos para que se possa fazer efetivamente. Esse quadro, o regime de compulsórios, tudo isso nos coloca esta questão que, acho, nos desafia: o Brasil precisa construir um novo padrão de financiamento.

Creio que esta Comissão poderá dar uma contribuição para a melhoria do ambiente de negócios no Brasil.

Quero dizer também ao Senador Tasso que, na próxima terça-feira, vamos apresentar também, de acordo com aquilo que o Senador Ferraço nos apontou, um plano de trabalho que vamos submeter aqui ao exame dos nossos colegas na Comissão.

Muito obrigado pela confiança.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Tasso Jereissati, Sr. Vice-Presidente, Senadora Garibaldi Alves Filho, eu quero parabenizar V. Exªs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ao iniciar os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos, V. Exª, Senador Tasso, toma a iniciativa de trazer a criação desses dois grupos de trabalho e foi muito feliz na escolha dos coordenadores, tanto com o Senador Ferraço quanto com o Senador Armando Monteiro.

Eu quero pedir também a V. Exª, Senador Tasso... Conversei há duas semanas com o Presidente Eunício Oliveira sobre o fato de que, no ano passado, o Supremo Tribunal Federal colocou em pauta uma ADO do Estado do Pará sobre a regulamentação da Lei Kandir. Nessa ADO, o Supremo reconheceu a omissão do Congresso e determinou que a regulamentação da Lei Kandir fosse feita até novembro deste ano, ou seja, deu um ano para que o Congresso a fizesse, e, em não a fazendo, já definiu que o Tribunal de Contas da União a faça.

Então, nós não podemos deixar de legislar sobre um assunto que é de vital importância hoje, eu diria, para quase todos os Estados da Federação, que está pendente desde 1996. São praticamente duas décadas que os Estados exportadores de produtos primários são penalizados por não tributarem essa exportação – que está correto, não se exporta impostos –, mas não são compensados, como a lei determina, pela União, pois o País é que é favorecido na balança comercial.

Então, é importante que, na CAE ou no plenário do Senado, nós possamos, Senador Tasso, nos debruçar sobre essa questão para que, no menor espaço de tempo possível, possamos levar ao plenário a discussão e votação da regulamentação da Lei Kandir.

Então, eu queria pedir sugerir a V. Exª que também se criasse um grupo de trabalho aqui, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, para que nós possamos discutir e apresentar, como proposta da CAE, uma legislação de regulamentação para a Lei Kandir, de tal forma que os Estados exportadores possam ser compensados nas suas perdas de tributo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Flexa.

Eu faço a seguinte sugestão a V. Exª: que, quanto a esse ponto que V. Exª está tratando, seria mais eficiente e mais produtivo se nós o incorporássemos já à questão tributária, que está diretamente relacionada ao grupo coordenado pelo Senador Ferraço; se V. Exª concorda com essa solução?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sem problema. Eu acho que cabe exatamente no grupo coordenado pelo Senador Ferraço.

Eu só pediria, Senador Ferraço, que nós pudéssemos dar uma agilidade maior a essa questão, porque nós temos que aprovar a regulamentação aqui no Senado, tem que ir à Câmara Federal para ser aprovada lá antes do prazo definido pelo Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu gostaria de parabenizar o Senador Ferraço e o Senador Armando e dizer que tenho ouvido aí fora, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

representantes da nossa sociedade, uma expectativa muito grande em relação ao trabalho de V. Exªs, dizendo da nossa inteira confiança de que essa expectativa será correspondida pelo espírito público e pela capacidade de trabalho dos senhores.

Nós temos mais dois requerimentos para serem votados. Um é apenas para formalizar o requerimento de convite ao Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. Ele já foi contatado, já foi avisado, e sua presença estaria confirmada para o dia 4, na outra semana.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 8, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 99, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn, para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Ferraço, existe aqui um requerimento do Senador Ciro Nogueira que também tem a ver com uma proposta que já temos em andamento – posteriormente, eu gostaria de discutir com V. Exª – , que tem a ver também com o grupo de trabalho que V. Exª coordenará. O requerimento do Senador Ciro é o seguinte:

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 9, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, com a participação dos seguintes convidados: Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Antônio Deher Rachid; Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais-CARF, Dr.Carlos Alberto Freitas Barreto; e do Advogado Tributarista Igor Mauler Santiago; para debater os Bônus de Eficiência e Produtividade, gratificações instituídas pelos arts. 5° e 15 da Medida Provisória n° 765, de 29 de dezembro de 2016, a serem pagas aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e aos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Eu queria registar, com muita honra, a presença do ex-Ministro Furlan, que hoje ainda tem uma intensa atividade em vários conselhos de indústrias e atividades também dentro de conselhos de empresas hoje com ações na Bolsa em alta, como o Lide, onde não sei se ainda está. E quero dizer que é uma honra muito grande tê-lo aqui presente na nossa Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, permita-me também fazer de suas palavras as minhas, cumprimentar esse extraordinário brasileiro que foi e que é o eterno Ministro Furlan. Um ministro que, ao longo de sua trajetória, não apenas por sua passagem no campo empreendedor, mas também como ministro de Estado, foi um caixeiro viajante, assim como foi o Senador Armando Monteiro também.

Nós temos aqui dois dos mais extraordinários Ministros, que ajudaram muito a promoção do nosso País. De modo que eu quero cumprimentar o Ministro Furlan e estender esse cumprimento também ao Ministro Armando Monteiro.

O SR. LUIZ FERNANDO FURLAN – Muito obrigado.

Desculpe interromper o seu Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Foi uma honra muito grande tê-lo aqui e um prazer pessoal reencontrá-lo.

O SR. LUIZ FERNANDO FURLAN – Na verdade, eu vim aqui para ver a foto do meu avô Attilio Fontana, que presidiu esta Comissão, nos anos 60, por dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Que companhia honrosa eu terei.

O SR. LUIZ FERNANDO FURLAN – E eu estava tirando uma foto aqui no quadro, quando o Senador Armando Monteiro estava saindo; foi quem me trouxe aqui, para dentro, para interrompê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Foi um prazer pessoal a sua visita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIZ FERNANDO FURLAN – Também.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O requerimento coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

Os Senadores que concordem fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 4 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Kátia Abreu, Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Gleisi Hoffmann, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Serra, Ronaldo Caiado, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Omar Aziz, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Thieres Pinto e como não membro Hélio José. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião, Raimundo Lira, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Ciro Nogueira e Lídice da Mata. A presidência declara aberta a reunião submetendo à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª e 3ª reuniões, que são aprovadas e comunica aos membros que esta presidência, nos termos do art. 89, inciso i, do regimento interno do senado federal, combinado com § 1º, art. 117 da lei 13.408/2016 (ldo), irei solicitar ao ministério da fazenda (receita federal do brasil) informações sobre matérias que estão prontas para pauta nesta comissão e tratam de isenção tributária, com o objetivo de análise do impacto orçamentário e financeiro dessas proposições legislativas acerca da funcionalidade do sistema tributário nacional. São as seguintes matérias: PLS 4/2007 Senador Alvaro Dias; PLS 433/2008 Senador Alvaro Dias; PLS 240/2008 Senador Alvaro Dias; PLS 174/2008 Senador Paulo Paim; PLS 209/2009 Senador Valdir Raupp; PLS 57/2009 Senador Raimundo Colombo; PLS 41/2009 Senadora Marisa Serrano; PLS 205/2010 Senadora Kátia Abreu; PLS 201/2010 Senador Paulo Paim; PLS 187/2010 Senador Marcelo Crivella; PLS 563/2011 Senador Paulo Paim; PLS 200/2011 Senador Jorge Afonso Argello; PLS 130/2011 Senador Pedro Taques; PLS 89/2011 Senador Ciro Nogueira; PLS 22/2011 Senador Lindbergh Farias; PLS 268/2012 Senador Cássio Cunha Lima; PLS 267/2012 Senador Cássio Cunha Lima; PLS 79/2012 Senador Acir Gurgacz; PLS 489/2013 Senador Eduardo Braga; PLS 462/2013 Senador Aécio Neves; PLS 382/2013 Senador Paulo Paim; PLS 167/2013 Senador Wilder Morais; PLS 70/2013 Senador Valdir Raupp; PLS 76/2014 Senador Ciro Nogueira; PLS 34/2014 Senador Alfredo Nascimento; PLS 33/2014 Senador Alfredo Nascimento; PLS 678/2015 Senador Roberto Requião; PLS 673/2015 Senador Randolfe Rodrigues; PLS 647/2015 Senador José Medeiros; PLS 440/2013 Senador Acir Gurgacz; PLS 526/2011 Senador Jorge Viana, Senadora Ângela Portela, Senador Anibal Diniz e outros; PLS 369/2012 Senador Clésio Andrade; PLS 697/2011 Senador Aécio Neves; PLS 305/2012 Senador Jorge Afonso Argello; PLS 204/2012 Senador Vital do Rêgo; PLS 160/2012 Senador Fernando Collor; PLS 714/2015 Senador Marcelo Crivella; PLS 43/2014 Senador Vital do Rêgo; PLS 306/2014 Senador Valdir Raupp; e PLS 131/2013 Senador Eduardo Amorim. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1 - OFICIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 1, de 2017** que: "Submete o nome do Senhor GABRIEL LEAL DE BARROS para o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal." Autoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Concluindo que a Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Resultado: O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2016** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2016." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 3 - MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2016** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2016, contendo estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional e justificativa da programação monetária." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 4 - MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2016** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2016." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 5 - MENSAGEM (SF) Nº 15, de 2017** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos se destinam ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM 2ª Fase/2ª Etapa." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Braga. Relatório: Favorável nos termos do projeto de Resolução do Senado que apresenta. Resultado: O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista ao senador Ataídes Oliveira, nos termos regimentais. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 739, de 2011** que: "Determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: A comissão rejeita o projeto. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 640, de 2015** que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR em substituição ao Ato Declaratório Ambiental – ADA." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. José Pimentel (*Ad hoc*), substituiu Sen. Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CMA-CRA, nos termos da Subemenda nº 1-CRA. Resultado: Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 744, de 2015** que: "Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (PRO-SANTACASAS) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Sen. Lúcia Vânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1, 3, 5 e 6-CAS, com mais quatro emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 4-CAS. Resultado: O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2016** que: "Altera o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o Estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da Sudam." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: A comissão aprova o projeto. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2011** que: "Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação." Autoria: Senador Inácio Arruda. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, de 2011** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, prevendo aplicação de recursos na recomposição ambiental das áreas de preservação permanente que especifica." Autoria: Deputado Fábio Souto. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Pela prejudicialidade do projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2012** que: "Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa, nas condições que especifica." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Cristovam Buarque. Relatório: Contrário ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, contrário ao projeto. Vota vencido o senador Pedro Chaves. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2015** que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar pagamentos antecipados." Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Relatoria: Sen. José Pimentel (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: A matéria é retirada de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 10 de 2017** - Não Terminativo - que: "GRUPO DE TRABALHO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) DESTINADO A AVALIAR AS REFORMAS MICROECONÔMICAS." Autoria: Senador Armando Monteiro. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 10/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 11 de 2017** - Não Terminativo - que: "GRUPO DE TRABALHO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) DESTINADO A AVALIAR A FUNCIONALIDADE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL" Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 11/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 12 de 2017** - Não Terminativo - que: "Requer nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para debater a regulação do mercado de cartões de crédito e débito no Brasil e a eventual ocorrência de práticas anticoncorrenciais nestes mercados." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comissão aprova o Requerimento nº 12/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13 de 2017** - Não Terminativo - que: "Requer nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para debater a atual política de conteúdo local para o setor de petróleo e gás e propostas alternativas com o intuito de potencializar a produção nas próximas rodadas de leilões de exploração." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 13/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 14 de 2017** - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para debater o Programa FIES (Fundo de Financiamento Estudantil)." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 14/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 15 de 2017** - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater as graves consequências da operação "Carne Fria", deflagrada pelo Ibama. Nesse sentido, sugiro a participação dos convidados abaixo relacionados. Sr. José Sarney Filho - Ministro de Meio Ambiente; Sr. Adnan Demachki – Secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará; Sr. Luiz Fernandes Rocha – Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará; Sra. Suely Araújo – Presidente do Ibama; Representante do setor da indústria da carne no Estado do Pará; Representante dos produtores de proteína animal no Estado do Pará." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 15/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 16 de 2017** - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que o tema a ser avaliado por essa Comissão de Assuntos Econômicos, no ano de 2017, seja, no âmbito da questão federativa, a seguinte proposta: Avaliação do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos Pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, no tocante aos seus impactos sobre a geração de empregos, a redução da informalidade na atividade econômica, o aumento da arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais, e o incentivo ao empreendedorismo e à inovação." Autoria: Senador José Pimentel. Relatoria: Sen. José Pimentel. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 16/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 17 de 2017** - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos dos arts. 49, inciso X, e 58, inciso VI da Constituição Federal, e dos arts. 90, 96-B, e 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que dentre as políticas públicas a serem avaliadas por esta Comissão, no exercício de 2017, esteja contida a política de conteúdo local nos setores de petróleo e gás natural, telecomunicações, defesa e transportes." Autoria: Senador Lindbergh Farias. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 17/2017 - CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que esta Presidência, nos termos do art. 89, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o §1º do art. 117 da Lei nº 13.408, irá solicitar ao Ministério da Fazenda, Receita Federal do Brasil, informações sobre matérias que estão prontas para pauta nesta Comissão e tratam da isenção tributária, com o objetivo de análise do impacto orçamentário e financeiro dessas proposições legislativas acerca da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Existe uma série de matérias aqui – projetos – que tratam de isenção tributária. Então, nós tomamos a iniciativa de submetê-las à Receita Federal para que faça uma avaliação quantitativa das suas consequências; enfim, que sejam avaliadas no seu todo para que nós possamos melhor discutir quando colocarmos essas matérias para apreciação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam, pediria uma gentileza a V. Exª: como ainda não temos quórum para deliberar e como V. Exª é o Relator do item 12, se V. Exª tiver a disposição de ir lendo o seu relatório, eu agradeceria a V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia. Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Bom dia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu tenho toda disposição... (*Risos.*)

... sobretudo a esta hora da manhã, quando a gente está mais do que disposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Passemos, pois, ao item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2012

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Benedito de Lira.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria constou da pauta dos dias 29/11/2016, 13/12/2016 e 21/03/2017.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, o parecer é pelo arquivamento. Eu gostaria de, antes, ter conversado com o Senador Benedito de Lira, como gosto de sempre fazer quando voto contra um projeto; porém, neste caso, parece-me tão clara a sugestão que me deu a Consultoria, que, de fato, eu vou ler o parecer pelo arquivamento.

É uma proposta do Senador Benedito de Lira que regulamenta a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa, nas condições que especifica.

As alterações propostas pelo PLS nº 370, de 2012, objetivam assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa ao determinar que os planos de recuperação judicial não poderão prever prazo superior a um ano para o pagamento de créditos derivados de contratos firmados com microempreendedor individual ou microempresa, vencidos até a data do pedido de recuperação judicial, equiparando-os aos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O PLS também acrescenta regra no art. 83 da referida Lei com o intuito de que os créditos decorrentes de contratos firmados com microempreendedor individual ou microempresa, limitados a 150 salários-mínimos por credor, ocupem a segunda posição na classificação dos créditos na falência.

Após a análise da CAE, a matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas.

Em 13 de outubro de 2016, a matéria constou na pauta da CAE e, após leitura do relatório, foi concedida vista ao Senador Armando Monteiro. Em 17 de outubro de 2016, o Senador Armando Monteiro apresentou voto em separado contrário ao projeto.

A análise, Sr. Presidente, resumindo, é no sentido de que concordamos com o autor da proposição quando afirma ser incontestável a relevância socioeconômica das microempresas no cenário nacional.

O projeto confere o mesmo tratamento prioritário ao microempreendedor individual de que trata a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, no caso de falências. Para tanto, propõe a inclusão desses créditos na vigente classificação dos créditos falimentares.

Todavia – e aqui, o ponto importante –, não obstante o mérito da matéria, reformulamos nosso voto, após refletir sobre o que destacou o Senador Armando Monteiro, em seu voto em separado.

De fato, o advento da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, acabou dispondo sobre a referida matéria, ao conferir ao microempreendedor individual e à microempresa privilégio especial na classificação dos créditos da falência. Essa nova regra, assim, vem ao encontro das expectativas do Senador Benedito de Lira, quando apresentou o seu projeto.

A aprovação do projeto em tela, portanto, aumentaria ainda mais a prioridade já concedida ao microempreendedor individual e à microempresa, em prejuízo de outros credores do citado art. 83, como aqueles com créditos de garantia real ou com créditos tributários, além de outros que também possuem créditos com privilégio especial. Conforme citou o Senador Armando Monteiro, que acaba de chegar, no âmbito das relações sociais há de prevalecer não só os interesses dos indivíduos, mas também o interesse público, razão pela qual entendemos que a inclusão dos créditos do microempreendedor individual e da microempresa entre os de privilégio especial, nos termos da Lei Complementar nº 147, de 2014, já equacionou adequadamente esses interesses.

Portanto, parabenizando o Senador Benedito de Lira por sua intenção, eu voto pelo arquivamento do projeto de lei, por achar que já temos regulamentação suficiente para entender o que ele propõe. Lamento muito não ter tido oportunidade de conversar com ele antes de apresentar o meu parecer, mas essa é a minha posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cristovam, que é pelo arquivamento do projeto.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação, Senador Cristovam, quando houver quórum suficiente para que haja votação.

Eu pediria, então, ao Senador Armando Monteiro que lesse o seu plano de trabalho para o grupo de trabalho que o Senador vai coordenar. Apenas esclareço – se não me engano o Senador Cristovam não estava aqui na última reunião – que foram criados dois grupos de trabalho. Em um, o Senador Armando Monteiro é o coordenador e, no outro, é o Senador Ferraço. No do Senador Armando Monteiro, nós vamos discutir reformas microeconômicas, a questão da produtividade e a questão do *spread* bancário. Para hoje, ficamos combinados que o Senador Armando Monteiro leria o seu plano de trabalho para esse semestre, ao mesmo tempo em que falaria sobre a sua agenda de audiências públicas com o objetivo de alcançarmos os nossos propósitos.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, eu não estava naquele momento, mas tomei conhecimento e, inclusive, tive de abrir mão de uma subcomissão que surgiu aqui nesta Comissão, por indicação minha, há um tempo, porque, realmente, eu acho que essas duas são muito mais importantes hoje.

Entretanto, eu gostaria que, em algum momento, a Comissão fizesse o que eu queria com aquela subcomissão: acompanhar o impacto econômico do Orçamento. Nós tendemos a tratar o Orçamento da União como um instituto contábil, mas não é apenas contábil. Ele tem implicações econômicas sobre a produção.

Nesse sentido, em algum momento, eu trarei aqui uma proposta de uma audiência ou alguma outra proposta que não seja uma comissão permanente, como eu desejava naquela época, mas que essa comissão se dedique, na hora de tratarmos o Orçamento no Senado.

Às vezes, aqui, nem é importante, porque há a Comissão Mista do Orçamento, mas lá eles tratam – eu já fui lá também –, nós tratamos contabilmente se a receita casa no custo. E isso é fundamental. Eu não abro mão desse equilíbrio fiscal. Mas é preciso ver o impacto que o orçamento traz à economia.

Então, em um certo momento, creio que esta Comissão deveria se debruçar, lá para setembro, é verdade, sobre o impacto econômico do orçamento proposto para 2018.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com toda a certeza, Senador Cristovam, sua sugestão é aceita. No momento adequado, nós vamos trabalhar nesse sentido.

Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, eu gostaria também de abordar, na mesma linha do Senador Cristovam Buarque, um ponto que me preocupa bastante aqui no Senado já há algum tempo com relação à aprovação dos financiamentos internacionais dos Estados. Criou-se aqui uma rotina de que não aprovar esses financiamentos seria um prejuízo a esses Estados, uma perseguição a esses Estados.

Eu me lembro de que, quando estava aqui ainda, o Senador Pedro Taques foi um dos Senadores que questionaram várias vezes esses financiamentos internacionais. Então, não se trata de não querer ajudar. Nós queremos é ajudar de fato e de direito. Nem todo financiamento, às vezes, é bom para os Estados do Brasil.

Acredito que temos pessoas da maior capacidade no Senado, nas nossas consultorias e assessorias, que pudessem dar um parecer a cada um de nós membros desta Comissão com relação à real capacidade de pagamento desses Estados, o objetivo disso tudo. Porque tudo bem que, lá no Planejamento, na Fazenda, fazem esse trabalho, mas, se não precisassem do nosso voto, não passaria pelo Senado. Se passa pelo Senado e precisa do nosso voto, é porque precisa da nossa opinião.

Então, antes que chegue algum financiamento aqui do Tocantins – não há nenhum a caminho – , eu gostaria de deixar registrada esta minha preocupação de que nós pudéssemos votar com maior tranquilidade, no momento tão grave que o País passa, de um endividamento absoluto por parte dos Estados, da própria União e de muitos Municípios; de que pudéssemos ter uma tranquilidade maior, uma convicção maior para votar esses financiamentos a favor ou contra.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª tem alguma sugestão objetiva?

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Eu imagino que talvez pudesse V. Exª conversar com os consultores e ver algum grupo de consultores da Casa especialistas nessa área que pudesse nos ajudar. E quem sabe dois, três Senadores pudessem ser o contato deste grupo e, em caso de chegar aqui o financiamento, qualquer desses financiamentos, nós pudéssemos receber um parecer da Casa, não só dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, porque nós sabemos como tudo isso funciona.

Então, eu gostaria muito de que a Casa, os nossos consultores, com um grupo de Senadores, pudesse participar. Quando houvesse financiamento de determinado Estado, um Senador do Estado não poderia participar dessa análise, nós o substituiríamos. Assim, não seria uma comissão de três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Senadores fixa, mas de acordo com os Estados que se apresentassem solicitando financiamento, justamente para não incomodar e não deixar em constrangimento algum Senador de Estado que esteja avaliando seu próprio financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, a sugestão de V. Exª é que haja uma pré-avaliação da Consultoria do Senado que venha anexada à proposta de financiamento, quando vier para o julgamento daqui da Comissão. Normalmente, já é proibido que Senadores do mesmo Estado ou do mesmo partido, se não me engano, participem dos relatórios.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Bem razoável.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Isso já é proibido.

Uma lembrança importante, o próprio IFI, o novo Instituto Fiscal Independente, que foi criado aqui com o Felipe Salto, poderia fazer essa avaliação.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Maravilha! Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, nós poderíamos encaminhar ao Felipe Salto, no IFI... Está lembrando o que é o IFI?

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sim, claro. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Para que fizesse essa avaliação.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – E algum Senador, na sua relatoria, já apresentaria esse relatório para todos nós, distribuiria antes da aprovação.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando Monteiro, a leitura do...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, colegas daqui da Comissão, a ideia é exatamente apresentar o plano de trabalho, o plano de atividades para o grupo que foi constituído em 21 de março último pela CAE, por meio do Requerimento nº 7.

Segundo essa proposição, o objetivo do grupo é identificar os principais obstáculos que compõem o chamado custo Brasil e oferecer soluções que facilitem a atividade empreendedora, a fim de gerar mais empregos e renda.

É fato conhecido que a atividade econômica no Brasil se defronta com uma série de ineficiências, disfuncionalidades e elevados custos sistêmicos, como o excesso de burocracia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

complexidade ou deficiências regulatórias e grande insegurança jurídica. Esses fatores tornam o ambiente de operação das empresas mais hostil e oneroso, o que inibe os investimentos e dificulta consequentemente o empreendedorismo e a geração de emprego no nosso País.

Um reflexo direto desse ambiente institucional se expressa na estagnação ou nos reduzidos níveis de produtividade que podem ser constatados no País, nas últimas décadas. De fato, a produtividade do Brasil tem crescido a taxas muito baixas, inibindo o potencial de expansão econômica do País. Por exemplo, estimativas de economista do Insper apontam um aumento de 0,68% ao ano da produtividade agregada, no período que vai de 1990 até 2010. Isso é muito pouco comparado ao excelente desempenho dessa variável no período que vai, por exemplo, de 1965 a 1980, que foi da ordem de 4,5% ao ano. Também ficamos muito aquém de países que têm tido um desempenho muito mais positivo, como a Coreia do Sul e o Chile, para não falar, naturalmente, dos Estados Unidos.

Outro referencial que aponta esse ambiente relativamente hostil às empresas no Brasil é a pesquisa do Doing Business produzida pelo Banco Mundial, que analisa 11 áreas do ciclo de vida de uma empresa, dentre as quais dez são incluídas na classificação das economias em termos da facilidade de se fazer negócio – abertura de empresa, obtenção de alvarás de construção, registro de propriedade, obtenção de crédito, proteção dos investidores minoritários, pagamento de impostos, comércio internacional, execução de contratos e resolução de insolvência.

Na pesquisa mais recente, entre 190 economias, o Brasil ocupa apenas a 123ª posição no *ranking* geral, o que denota o quanto estamos distantes da fronteira dos países que oferecem um ambiente regulatório mais propício para a criação e operação das empresas. Por outro lado, esse cenário demonstra que há um espaço enorme para que possamos obter ganhos de produtividade por meio de reformas microeconômicas que melhorem o ambiente de negócio e estimulem a nossa capacidade empreendedora.

A agenda da produtividade ou de redução do custo Brasil é multifacetada e atinge diversos aspectos que dificultam o dia a dia das empresas. Nesse sentido alcança, por exemplo, os ambientes tributário, das relações do trabalho, do comércio exterior, do financiamento, da inovação e dos investimentos, sobretudo em infraestrutura.

Também é importante destacar a preocupação do Governo em identidades vinculadas ao setor produtivo na identificação dessa agenda como fundamental para o crescimento. No âmbito do Ministério da Fazenda, tem sido anunciada uma série de medidas que visam a melhorar as condições de crédito, por exemplo, a reforma do Cadastro Positivo, a instituição da duplicata eletrônica e da Letra Imobiliária Garantida, aperfeiçoamento na legislação de alienação fiduciária, redução da burocracia e automatização de registro no âmbito do sistema eSocial, que é aquele sistema para pagamento de tributos trabalhistas, e do Sped, que é o Sistema Público de Escrituração Contábil, e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Nota Fiscal Eletrônica, além dos avanços nas etapas de implantação do chamado Portal Único de Comércio Exterior.

Um tema que tem merecido a atenção do Banco Central são os *spreads* bancários e o custo de financiamento do capital, que são desproporcionalmente elevados no Brasil para qualquer padrão de comparação internacional. O Banco Central reconhece a importância de se trabalhar nessa agenda de forma estrutural e sustentável, para que possamos ter um sistema de crédito com aumento da eficiência e, consequentemente, oferecendo ganhos de produtividade à economia. Por isso, defende uma agenda de incentivo à adimplência e à execução de garantias, à promoção da queda dos custos administrativos e, sobretudo, de estímulo à concorrência no sistema bancário.

Já a CNI apresentou, no ano passado, um conjunto de propostas que visam a criar um melhor ambiente de negócios por meio de ações desburocratizantes e de melhoria da qualidade regulatória.

Todas as propostas têm, Sr. Presidente, um elemento comum, ou seja, apresentam custo fiscal zero. Nenhuma dessas propostas tem impacto fiscal. Portanto, são absolutamente adequadas ao momento que vivemos, marcado por um processo de enorme constrangimento fiscal.

Na mesma linha, o Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap), que é uma instituição sem fins lucrativos e que tem hoje mais de 60 empresas associadas de grande porte de 34 segmentos da economia, propõe medidas de redução de obrigações assessórias, que não afetam a carga tributária global da economia, mas que oferecem uma contribuição importante para reduzir a complexidade do nosso sistema.

A União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços, formada por entidades como a Associação Brasileira de Supermercados, a Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores, a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, a Associação Nacional de Materiais de Construção, a Associação Brasileira de Lojistas de Shopping, a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes e a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, que em conjunto são responsáveis por mais de 20% dos empregos formais do País e 16% do PIB, com R$1 trilhão de faturamento e quase 65% das vendas por meio de cartões de crédito e débito no Brasil, apresenta como pauta prioritária a simplificação tributária, a modernização nas relações de trabalho, a regulamentação e a melhoria do ambiente dos meios de pagamento, sobretudo olhando a questão dos cartões de crédito e débito.

Portanto, essas são algumas evidências que denotam que essa é uma agenda irrecusável para ajudar o País a melhorar o ambiente de negócios, garantir previsibilidade e segurança jurídica e estimular investimentos essenciais para a retomada do crescimento da nossa economia. O Senado Federal e a Comissão de Assuntos Econômicos precisam participar ativamente desse debate, oferecendo contribuição para o avanço desses sistemas.

Atividades propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para a consecução dos objetivos do Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas, propomos a realização de uma reunião de trabalho para a apresentação do presente plano com os membros do grupo.

Do ponto de vista temático, achamos pertinente focar em alguns temas da agenda de redução do custo Brasil, dada a multiplicidade de fatores que influenciam nesse assunto. Portanto, propomos priorizar o tema do custo do financiamento e dos *spreads* bancários, a simplificação e a desburocratização nos ambientes tributário, trabalhista e de comércio exterior.

Inicialmente, pretendemos realizar três audiências públicas. A primeira terá como objetivo apontar um diagnóstico sobre o processo de estagnação da produtividade no Brasil. Essa audiência deve contar com a presença de especialistas de várias instituições que possam contribuir, sobretudo, para identificar os principais determinantes ou fatores que expliquem o desempenho da produtividade no Brasil, no período mais recente.

Nesse sentido, sugerimos alguns nomes, como Marcos Lisboa ou Naercio Menezes, do Insper; Samuel Pessôa, do Híbrido, da FGV; João Manoel Pinho de Mello, que está no Ministério da Fazenda; e representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

A segunda audiência pública tratará especificamente sobre o tema dos *spreads* e deverá ter a participação de representantes do Banco Central, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, dessa entidade que reúne as empresas da área de comércio e serviços, que é a UNECS, do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) e da Confederação Nacional da Indústria.

A terceira audiência pública terá como conteúdo a contribuição do setor produtivo e do Governo para a agenda de reforma microeconômica. Nesse caso, representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, da Confederação Nacional da Indústria, da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços, e do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap) apresentarão suas propostas.

Consideramos ainda oportuna a interação como membros do GT que tratará sobre a avaliação do sistema tributário, obviamente quando o assunto se referir à simplificação tributária e redução de obrigações assessórias.

Além disso, serão realizadas reuniões técnicas com a assessoria dos gabinetes dos Senadores, Consultoria Legislativa do Senado, representantes do Governo Federal e instituições vinculadas ao setor produtivo.

Também é objetivo do grupo de trabalho indicar as proposições legislativas em tramitação na CAE e no Senado que deveriam ser objeto de priorização para votação, por serem convergentes com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

chamada agenda da produtividade. De modo análogo, também é possível apresentar temas que poderiam ser transformados em projetos de lei.

Para instruir os trabalhos do GT de Reformas Microeconômicas, os Senadores poderão solicitar requerimentos de informação para as autoridades públicas e contar com o apoio e o suporte – naturalmente – da Consultoria Legislativa.

Sr. Presidente, tem aqui um cronograma tentativo que eu gostaria de submeter preliminarmente aos companheiros. A previsão é de que o GT se reúna no dia 4 de abril, e as audiências públicas, a primeira delas ainda no mês de abril. As duas primeiras ainda no mês de abril, às 14h30 – era a ideia do horário –, e queremos ajustar essa data conciliando, naturalmente, com o cronograma de trabalho do outro GT. E, finalmente, a terceira audiência nós realizaríamos em maio, na primeira quinzena, em data a ser ainda fixada.

Entre esse período de abril a julho, nós faríamos um levantamento das proposições relevantes e da apresentação dos projetos de lei que eventualmente sejam indicados. No mês de agosto faríamos a elaboração do relatório do grupo de trabalho e, finalmente, faríamos a apresentação do relatório, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Sr. Presidente, esse é, portanto, o plano de trabalho que submeto preliminarmente aos ilustres membros da Comissão e aos companheiros que vêm integrar o grupo que foi constituído.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu pedi a palavra pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – ...para dizer que estou aqui sentado à mesa, mas vice é vice, eu já disse ao Presidente. E, como ainda se fala muito em golpe, o Presidente precisa ter cuidado comigo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Concedo a palavra pela ordem ao...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, fui injusto com o Senador Armando Monteiro, que apresentou um brilhante trabalho agora, que eu tive a oportunidade de ouvir, pelo menos, 50%. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Srs. Senadores, primeiro, quero parabenizar pela concisão, objetividade e lucidez do seu trabalho, Senador Armando Monteiro.

Passo a palavra ao Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Serei bem breve, Presidente. Essa é a segunda vez que participo desta Comissão sob a gestão de V. Exª. Percebo que estamos começando uma nova fase nesta Comissão tão importante para o nosso País.

Quero parabenizar o Senador Armando Monteiro, porque o importante neste País é termos a pessoa certa no lugar certo. Tenho dito isto: nós, que viemos da iniciativa privada, como V. Exª, o Senador Monteiro, eu, sabemos que não dá para colocar um advogado na área econômica e vice-versa. Então, o Senador Monteiro estar, como coordenador, à frente dessas reformas microeconômicas, daquilo que chamamos de o verdadeiro custo Brasil, me deixa muito feliz. Fico muito feliz em ver que V. Exª será o coordenador juntamente com esse GT, com esse plano, melhor dizendo, que V. Exª acabou de colocar para todos nós.

Eu gostaria, inclusive, se ainda for possível, de participar desse grupo de trabalho, porque não tenho dúvidas, Sr. Presidente e nossos demais colegas, de que ele vai ser uma valia extraordinária para o nosso País. Não tenho dúvida nenhuma! Vamos poder criar leis, vamos ter que baixar esse custo Brasil. O custo Brasil é um dos custos mais altos do Planeta Terra, e temos que baixá-lo a qualquer custo. E já demos o primeiro passo, que foi o equilíbrio das contas públicas, a famosa PEC 55.

Portanto, não tenho dúvidas de que o resultado final desse trabalho, ao final deste ano, vai ser parabenizado não só pelo povo brasileiro, mas mundo afora. Da mesma forma, será esse grupo coordenado pelo Senador Ferraço. Também não tenho dúvidas acerca desse grupo de trabalho, que vai analisar o problema tributário no Brasil, que é gravíssimo.

Nós temos que rever o sistema tributário no Brasil rapidamente. E eu não tenho dúvida de que todos esses dois grupos de trabalho vão em direção ao que o Presidente Michel Temer tem colocado a todos nós.

Eu, mais uma vez, repito, estou muito contente e, mais uma vez, parabenizo V. Exª, como Presidente desta douta Comissão, bem como os nossos colegas, pela designação do Senador Armando Monteiro, com toda a sua bagagem, para estar à frente dessa coordenadoria.

Nós temos algumas divergências sobre o Sistema S, mas, com certeza, ele vai observar isso para baixar o custo Brasil. De qualquer modo, eu tenho a minha admiração pessoal pelo colega Senador Armando Monteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Ataídes.

Senador Cristovam e, em seguida, Senador...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, se eu entendi bem – e não é sobre essa questão, Senador Cristovam –, o Senador Ataídes disse: "a pessoa certa no lugar certo". É isso ou foi...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – A pessoa certa no lugar certo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Mas essa é uma propaganda do PMDB! (*Risos*.)

V. Exª é do PSDB e...

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sim; essa é uma propaganda do PMDB.

E, em relação a golpe, tirando V. Exª, Senador Garibaldi, a Senadora Kátia e alguns outros Senadores, o PMDB é *expert* nisso. (*Risos*.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, eu ia ficar apenas no lado do bom humor do Garibaldi quando S. Exª falou em golpe, mas, agora que o Senador Aziz tocou no assunto, quando ele falou, veio-me à cabeça que, ultimamente, prestaram um grande desserviço à história do Brasil lá fora ao vulgarizarem a palavra "golpe".

Antigamente, Senadora, nós não usaríamos essa palavra, porque, quando se falava em "golpe", em "golpista", a gente via gente com sangue na cara, a gente via torturados, a gente via um Presidente exilado no Uruguai, onde acabou morrendo. Agora, quando se fala a palavra "golpe", a gente vê uma coisa fruto da Constituição, um processo de *impeachment*, a Presidente com passaporte diplomático, com os seus assessores. Enfim, esse é um péssimo serviço na consciência da nossa juventude, ou seja, a desmoralização das palavras "golpe" e "golpista".

Eu estou falando isso para agradecer, Garibaldi, por ter trazido o assunto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu peço desculpas se eu contribuí para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não; ao contrário! (*Risos.*)

Ao contrário; é que, hoje, a gente fala isso com normalidade. Antigamente, os golpistas eram uns gorilas torturadores. Agora, são Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – São golpistas simpáticos. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... Ministros do Supremo, o Presidente do Supremo etc.

Feito esse parêntese, Senador Armando, eu quero dizer que fico muito feliz com essa sua proposta e quero dizer que, se não houver ainda inscritos, eu quero ser o primeiro a me inscrever para fazer parte do grupo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam, só para esclarecer...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Primeiro tem que aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sim, vamos aprovar, mas – e não sei se a palavra correta é essa – nós tentamos fazer uma coisa diferente. Se é inovar eu não sei, mas não se trata de uma subcomissão. Nós estamos chamando de "grupo de trabalho" justamente para dar uma maior informalidade.

Todos aqueles Senadores que quiserem participar...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Automaticamente fazem parte. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ...se relacionam com o Coordenador e terão, evidentemente, toda a oportunidade, igualmente a qualquer outro Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, Senador Armando Monteiro, sendo aprovado, eu vou estar lá no dia...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, sendo aprovado, eu vou estar lá no dia 4 – não é isso? É dia 4 a primeira reunião?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sim; dia 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Até porque eu creio que é um grupo de trabalho muito importante e traz algo fundamental, que é essa convivência dos técnicos com os Senadores, não apenas para fazer aqui uma sabatina ou um debate com eles, mas para eles, junto conosco, elaborarem um documento para o Brasil.

Agora, eu aviso ao Senador Armando que, entre muitas outras coisas, até pelo meu interesse de professor de economia, eu vou me dedicar muito a mostrar que, sem educação, a gente não vai conseguir criar emprego, e, nesse sentido, o Senador Ataídes, talvez, na hora de analisar o custo do Sistema S, tenha de levar em conta também os benefícios do Sistema S, que são muito grandes.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Estou feliz, Sr. Presidente. Está todo mundo aqui muito contente, de graça, e isso dá um clima agradável na nossa Comissão.

Quero dizer para o Omar Aziz, aproveitando a brincadeira dele, que o maior juiz do Brasil não é o Moro, são as nossas próprias consciências.

Mas eu gostaria de parabenizar essa ação da CAE, através do Senador Armando Monteiro e de V. Exª, Senador Tasso Jereissati e – não sei se prestei atenção, se fui atenta o suficiente –, nessas microrreformas, em que eu até gostaria que o nome... Essa palavra reforma traz um trauma, já é uma coisa tão difícil no Brasil –, nessa atualização dessas normas e leis do País, que pudesse estar constando nisso a descomplicação do pagamento de tributos. Essa palavra desburocratização a gente já... Não estou falando em diminuir imposto, gente. Estou falando em descomplicar o pagamento de imposto porque eu acho que isso é o que hoje mais incomoda o empresário brasileiro, quer seja pequeno, médio, grande. Ninguém suporta.

Agora, se nós não tivermos uma ação forte do Governo em direção a essa descomplicação, não conseguiremos avançar, porque, em outras vezes, isso foi tentado. A Receita Federal, que é, de fato, competente, mas se julga acima do bem e do mal em qualquer hipótese, não aceita mudar nenhuma legislação, não aceita mudar nenhuma norma, sempre alegando que a arrecadação vai cair, que os sonegadores irão aumentar.

Então nós temos de ter uma força muito grande aqui no Senado, uma união de todos os Senadores para fazer valer o Palácio do Planalto no sentido de que a Receita Federal aceite as nossas sugestões e que isso possa, de fato, mudar. São décadas de burocracia e complicação, reclamação de todos os empresários do País, inclusive aqueles que têm empresas no Brasil e empresas fora do Brasil, que fazem uma comparação que chega a ser, no mínimo, ridícula, tamanha a complexidade dos impostos no País.

Então, eu conclamo a todos, especialmente quanto a este item, porque nós vamos enfrentar a Receita Federal, que desempenha um papel extraordinário – nenhuma reclamação a fazer –, mas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está numa posição muito cômoda. Não quer mudar absolutamente nada, quer só olhar o seu lado, e nós estamos precisando é de emprego. Sem empresário não há emprego, porque, na máquina, não cabe tanta gente.

Muito obrigada e parabéns. Quero fazer parte. Senador Armando Monteiro, gostaria muito de fazer parte e modestamente dar a minha contribuição nesse GT ou em qualquer um deles. Apesar de não ser economista e nem advogada, sou psicóloga, mas acho que dou conta de ajudar de alguma forma.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – A economia brasileira precisa mais do que nunca de psicólogos e, neste caso, de uma psicóloga com a sua bagagem, com a sua experiência.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Muito obrigada.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Tive o privilégio de ser colega no Ministério e posso dar o testemunho da competência, do espírito público da Senadora Kátia.

Só para esclarecer, um dos pontos centrais dessa agenda, Senadora, é a chamada redução das obrigações acessórias...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – Ótimo!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... que é exatamente o ponto que V. Exª colocou.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – Aí eu quero fazer parte.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Ou seja, se não é possível agora reduzir a carga tributária – isso seria, evidentemente, algo irreal –, mas que pelo menos se simplifique,...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Para diminuir custo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...se reduza a complexidade do sistema, que é um sistema, por exemplo, que obriga as empresas, para terem conformidade, a um elevadíssimo custo.

Portanto, vamos trabalhar nessa agenda: reduzir as obrigações, simplificar e melhorar a vida de quem paga imposto, sobretudo, simplificando os procedimentos.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, apenas para complementar. Eu tenho certeza absoluta de que nós encontraremos especialistas que vão nos dar, na ponta do lápis, qual é o custo de cada medida adotada e quanto nós economizaremos. Se não dá para tirar imposto, eu tenho certeza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

de que a descomplicação do pagamento de impostos pode ser tanta quanto o tamanho do imposto que nós pagamos, na hora em que desburocratizarmos.

Então, tenho certeza de que nós teremos consultores, especialistas para nos ajudar a fazer esse somatório. Obrigada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Tasso...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É só para aditar aqui algo às palavras do nosso Presidente do grupo, Senador Armando Monteiro. Eu acho que o sistema tributário nacional não precisa de psicólogo, ele precisa de psiquiatra. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Armando Monteiro pela iniciativa e pedir a S. Exª, se for possível, que traga também a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas do Brasil, porque eles têm hoje mais de um milhão de pequenos lojistas na sua rede nacional, e há um conjunto de itens simples que podemos reduzir, contribuindo para o custo Brasil.

Um exemplo concreto: há três anos, para cada bandeira de cartão de crédito, era obrigatório ter uma maquininha, e o aluguel de cada maquininha custava por mês R$150. Foi feita uma grande luta aqui no Parlamento, juntamente com os lojistas, e unificamos em uma única maquininha. Agora, nós temos a questão da compra à vista, em espécie, e a prazo, no cartão de crédito. O Senado Federal já aprovou um decreto revogando aquela legislação de 1989, da época da ultrainflação, mas, na Câmara, isso está parado. E isso aqui trará também uma redução significativa para quem compra à vista.

Nós temos a questão do crédito, em que... A rede de bancos... Eles são muito centralizados. Essa rede bancária não oferece crédito como deveria – ter um custo mais justo.

No início dos anos 2000, nós enfrentamos um debate muito forte com o Banco Central do Brasil e também com o sistema financeiro, organizando as organizações de crédito no Brasil, as cooperativas de crédito. E isso, para determinado segmento, teve um avanço significativo. Dessa experiência veio o consignado, e há toda uma luta para se criar a mesma estrutura na parte urbana, para que possamos ter algo parecido com as cooperativas de crédito, que hoje estão mais na área rural.

Por isso, eu quero, Senador Armando, estar com V. Exª nesse grupo e parabenizar nossa Comissão pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, só para esclarecer, a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas está incluída aqui na coalizão que é a da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços. Portanto, meu caro Senador Pimentel, essa interlocução é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Coloco em votação a aprovação do plano de trabalho do GT do Senador Armando Monteiro.

Os Senadores que concordam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu só gostaria de colocar em votação porque já foi lido pelo Senador Cristovam, quando ainda não havia quórum, o item 12. Foi colocado em discussão. Eu apenas queria agora colocar em votação. Trata-se do item 12, de autoria do Senador Benedito de Lira. O Senador Cristovam votou pelo arquivamento.

Altera a Lei nº 11.101, de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa, nas condições que especifica.

Repetindo, o voto do Senador Cristovam foi pelo arquivamento.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, eu poderia usar a palavra?

Eu estava ausente, estava na Comissão de Infraestrutura. Na verdade, eu não concordo com o ponto de vista do Relator, porque acho que... Não sei se é extemporâneo o que estou falando, mas se não for... Eu não estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Na verdade...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Estava aberto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Estava aberto.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Porque acho que o pequeno e o microempresários são extremamente sacrificados. Primeiro, tenho o exemplo de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, onde temos uma unidade da Petrobras. Ela começou a construção para fertilizantes. Já foram investidos lá 3,2 bilhões. Em 2014, ela simplesmente teve que parar a obra por problemas de caixa, ela e o consórcio. Com aquela parada, ficou devendo para a praça R$40 milhões. Com isso, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

pequenos e microempresários, na sua maioria, abriram falência e tiveram problemas graves, enquanto as grandes empresas tinham, na verdade, caixa para isso, tinham reserva, tinham condições de segurar e manter isso. Então, a maioria dessas micro e pequenas empresas realmente abriu falência.

Fico extremamente preocupado quando a gente não privilegia a pequena e a microempresa no caso de recuperação judicial ou no caso de falência. Eu acho que a gente deveria contemplar, sim, prioritariamente essas empresas no caso de recuperação judicial, no caso de um planejamento econômico em que se faz uma intervenção e esse recurso deve ser, na verdade, como prioridade, oferecido aos micro e pequenos empresários, porque eles não têm fôlego para aguentar. Às vezes, eles fazem concessões, vendem realmente a prazo, mas eles esperam receber rigorosamente em dia, principalmente de uma Petrobras. Isso estendo ao País todo.

Então, eu gostaria de apresentar e sensibilizar o Relator sobre esse problema grave que nós temos no caso prático, que é de Três Lagoas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quero dizer que minha primeira impressão desse projeto foi nesse sentido. Mas depois, sobretudo ao ler o parecer em separado do Senador Armando Monteiro é que me dei conta de que, como li aqui, o advento da Lei nº 147, de 7 de agosto de 2014, dispunha sobre a referida matéria, ao conferir ao microempreendedor individual e à microempresa privilégio especial na classificação dos créditos de falência.

Assim, fui pelo arquivamento, para não ser uma lei sem razão. Entretanto, se há a menor dúvida de que essa proposta do Senador Benedito seja fundamental para a microempresa, acho que devemos pedir vista, retirar de pauta, eu próprio, e debatermos com Senadores como o Senador Pedro. Se achar que tem dúvidas. Eu preferia já aprovar de uma vez o arquivamento. Estou seguro do meu parecer, mas é preciso que não pesem dúvidas de que o arquivamento não trará o que chamam custo de oportunidade, um prejuízo ao microempreendedor por esta proposta não ser aprovada. Se for necessário, estudo com mais detalhes, conversando com outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

A preocupação do Senador Pedro Chaves tem fundamento no que se refere ao mérito. Eu particularmente conheço bem essa realidade de Três Lagoas, porque eu fui Prefeita da cidade e fui eu quem levei a indústria de fertilizantes nitrogenados da Petrobras para Três Lagoas, inclusive adquirindo o terreno com recurso próprio do Município, em parceria com o Estado, para edificação desta que seria e vai ser – porque sei do desinvestimento da Petrobras e vai abrir para capital estrangeiro – a maior fábrica de fertilizantes nitrogenados da América Latina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Só para se ter uma ideia da grandeza desse investimento – está quase 90% pronta –, além dos bilhões investidos, ela vai ter capacidade sozinha, Senador Kátia Abreu, que é uma grande defensora dessa causa, de suprir 50% das necessidades do País no que se refere à compra de fertilizantes nitrogenados para a agricultura e para a pecuária, ou seja, vai diminuir a nossa dependência com o mercado externo e com os grandes fornecedores em 50% na compra de fertilizantes, barateando inclusive. E a maior parte dessa produção é para o mercado interno, Estado de São Paulo e grandes Estados produtores.

No caso desta empresa, quando a Petrobras, por razões que todos conhecem, teve de paralisar a obra – e por ter terceirizado os serviços – deixou um passivo na cidade, de cem mil habitantes, de R$36 milhões em relação aos pequenos e micro comerciantes e empresários. Daí a razão da preocupação do Senador Pedro Chaves.

Mas concordo com o Senador Cristovam. Acredito, pelo que pude olhar rapidamente, que a Lei Complementar nº 147, de 2014, já abriu essa preferência em relação ao pequeno e ao microempresário. Se houver alguma dúvida, poderemos até deixar para votar na semana que vem e fazermos um estudo mais aperfeiçoado, mas me parece realmente que o projeto se encontra prejudicado em função da Lei Complementar nº 147. Mas não quero de forma alguma aqui prejudicar ou impedir avanço no que se refere à legislação da micro e pequena empresa.

Eu gostaria de ouvir o Senador Armando Monteiro, para que ele pudesse fazer os esclarecimentos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Antes de dar a palavra ao Senador Armando Monteiro, queria lembrar que este projeto ainda vai para a CCJ.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu tenho, ao longo de toda minha trajetória, um compromisso com a micro e a pequena empresa. Eu participei da luta para criar o Simples Nacional, estive na linha de frente desse processo. Então, considero fundamental que se possa no Brasil dar prioridade à pequena empresa. Agora, precisamos ter cuidado, porque falamos aqui de segurança jurídica.

Além do aspecto que já foi referido, ou seja, de que a Lei Complementar nº 147, que foi posterior à apresentação do projeto, contemplou, em grande medida, a micro e pequena empresa, é importante aqui não exagerarmos nessa proteção, sob pena, por exemplo, de prejudicarmos aqueles credores constantes da ordem classificatória do art. 83, como, por exemplo, os que têm crédito com garantia real. Quer dizer, se nós subvertermos esse processo, nós vamos criar uma insegurança do ponto de vista do processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, parece-me que a prioridade conferida pela Lei Complementar nº 147 já atende, eu diria, a esse comando normativo de que se deve sempre conferir à micro e pequena empresa prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu não sei se é oportuno agora. Eu só queria ver a possibilidade de inverter a pauta, colocando o item 9, já que está presente o autor, e eu estou como Relator. Já foi lido esse projeto, então, é só votar. Como eu tenho uma consulta médica agora, eu gostaria de participar e estou pedindo a todo o Plenário essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu gostaria só, em seguida, de colocar em votação o relatório do Senador Cristovam.

Os Senadores que concordam fiquem como estão. Os Senadores que não concordam se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório de arquivamento, com o voto contrário do Senador Pedro Chaves.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Tasso, eu pediria a V. Exª – se puder consultar o Plenário – uma inversão de pauta para o item 4. Eu tenho uma audiência externa, que era às 11h. Eu vou direto ao voto. É coisa de três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu gostaria de consultar aqui o Plenário, porque quero lembrar que nós estamos em março, terminando o mês de março, entrando no mês de abril, e ainda não conseguimos votar uma extensa pauta que está aqui. Se concordarem o Senador Wellington e o Senador Flexa, votaremos pelo menos as terminativas para aproveitar esse quórum que nós temos aqui. Nós votaremos as terminativas e, em seguida, faremos essa inversão...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone.*) – O meu é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – No caso, é terminativa a do Senador Wellington.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Presidente Tasso...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – É exatamente para poder contribuir. Esse projeto...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador... O que é terminativo, o item 6, é o seu, Fernando Coelho? Não é à toa que é Coelho.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Senador Tasso, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Roberto Rocha com a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Exatamente para contribuir com o que foi dito aqui pelo Senador Wellington, que é Relator de um projeto de que sou o autor, esse projeto é terminativo na Comissão. Então, a gente poderia aproveitar o momento...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k. Eu vou colocar agora o do Senador Wellington.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – ... em que há quórum para poder votar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou colocar em votação.

Coloco em votação o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2016.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2016

- Terminativo -

Altera o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o Estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da Sudam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto;

2. Em 28/6/2016, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

3. A matéria constou da pauta no dia 21/03/2017.

O relatório já foi lido pelo Senador Wellington Fagundes na 18ª Reunião, de 2016.

Foi concedida vista coletiva.

Pergunto se o Sr. Relator gostaria de fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

A votação será feita pelo sistema eletrônico. Então, como é projeto terminativo, comecem a votar pelo sistema eletrônico, do seu computador. (*Pausa.*)

Todos os Senadores já votaram? (*Pausa.*)

Posso encerrar a votação? Todos os Senadores... (*Pausa.*)

Votou, Senador Raupp? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Projeto aprovado com 14 votos SIM, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção.

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Aprovado o projeto pela Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só mais um terminativo, para aproveitar que nós estamos com presença. Foram 15 votos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – No limite do limite aqui.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 739, de 2011

- Terminativo -

Determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCJ.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCJ-CMA.

3. A matéria constou da pauta no dia 21/03/2017.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Só um instantinho, Senador Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lúcia Vânia, pela ordem, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, sou Relatora do projeto de lei que trata das santas casas. Esse projeto, que é de autoria do Senador José Serra, já está na pauta há muito tempo. Eu gostaria que V. Exª colocasse em votação, ele é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senadora Lúcia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou tentar ser bastante sintético em relação à leitura do nosso parecer, que já se encontra à disposição de todos os membros desta Comissão.

A preocupação do então Senador Marcelo Crivella era no sentido de determinar obrigatoriedade de elaborar de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, com recursos da União.

O ordenamento jurídico vigente já confere lastro jurídico suficiente para que maus gestores sejam identificados e responsabilizados por órgãos e instâncias de controle da Administração Pública. A começar pelo princípio constitucional da eficiência, inserto no seu art. 37, *caput*. Seguindo, o art. 70 estatui que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta não ocorre apenas pelo aspecto da legalidade, mas também no que respeita à legitimidade e economicidade, dentre outros aspectos.

Portanto, Sr. Presidente, concluímos que já existem instrumentos legais suficientes para aferir a destinação imprópria dos recursos públicos, colocando-se a solução ao problema apontado na justificativa do PLS no plano de uma fiscalização mais eficiente dos gestores públicos a partir dos instrumentos legais já existentes.

Por consequência, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 739, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Portanto, o parecer é pela rejeição.

Em discussão.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quero defender a proposta, Senador Fernando, porque o Distrito Federal é um exemplo de como um projeto desse faz falta. Temos aqui uma edificação imensa, parada, que é um centro administrativo, por falta de um projeto cuidadoso de saber os benefícios e os custos. Temos um estádio de futebol que não serve para nada, inclusive, em um jogo importante na semana, faltou luz – duas vezes, aliás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas não é o único legado da Copa que é um desastre. Faltou uma análise de sustentabilidade nos projetos de estádios ou arenas, como eles gostam de chamar. Eu mesmo estou envolvido, Senador, em Recife, na tentativa de trazer o Náutico de volta para o bairro dos Aflitos – não sei o que o Armando acha disso –, porque o levaram para uma arena que fica muito distante, embora em um lugar maravilhoso, que é Camaragibe. Então, falta ao Brasil essa cultura da análise dos impactos com cuidado.

Quanto ao fato de que em obras públicas nem sempre são quantificados os benefícios, existem técnicas de saber se um hospital é correto ou não, independente das práticas economicistas. Nós sabemos como medir, analisar. O que não pode é fazer hospitais que ficam vazios depois porque não há médicos, como está cheio no Brasil; UPAs sem médicos, sem remédios, sem equipamentos; uma quantidade enorme de creches que o Governo Federal construiu e que repassa para o Estado, e o Estado não consegue colocar lá os funcionários. Isso tudo é falta de uma análise da sustentabilidade de cada projeto.

Por isso, eu sou favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não havendo mais quem queira discutir...

Eu tenho dúvida se nós temos quórum ainda para votar projeto terminativo.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria fazer um apelo a V. Exª, enquanto se avalia a questão do quórum para votar projeto terminativo, que pudéssemos relatar o item 5 da pauta, Sr. Presidente; que nós pudéssemos ler o parecer sobre o item 5 da pauta, que é um item importante que trata de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento para Municípios no Brasil, na ajuda do ajuste fiscal desses Municípios.

Portanto, solicito a V. Exª a prioridade na pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Eduardo, estamos apenas terminando a votação dos projetos terminativos enquanto temos quórum.

Coloco em votação o parecer do Senador Fernando Bezerra. Foi iniciada a votação. (*Pausa.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, uma orientação, por favor. Votar "não" é derrubar o parecer e retomar a necessidade do estudo sustentável?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quem vota "não" vota com o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vota "sim" quem vota pelo parecer, não é?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não. Vota "não" quem vota com o relatório; vota "sim" quem vota pelo projeto. Vota "não" quem vota com o relatório.

Repetindo: quem acompanha o Relator vota "não". Vota-se "sim" com o projeto ou "não" para o projeto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos Senadores já votaram?

Senador Jorge Viana, já votou? Não.

Falta o voto do Senador Jorge Viana ainda.

Pronto, todos os Senadores já votaram?

Vou encerrar a votação

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Resultado: NÃO, 12 votos; SIM, 1 voto.

Aprovado, portanto, o relatório pela rejeição do Senador Fernando Bezerra.

Antes de colocar o do Senador Eduardo Braga, que é importante, temos mais um. Eu pediria ao Senador Jorge Viana, se puder ficar, porque é terminativo, precisa de quórum.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Aliás, quero votar o item...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) –

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 744, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (PRO-SANTACASAS) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1, 3, 5 e 6-CAS, com mais quatro emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 4-CAS.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 6-CAS.

2. A matéria constou da pauta da Reunião nos dias 13/12/2016 e 21/03/2017.

Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 744, de 2015, de autoria do Senador José Serra, que institui programa de financiamento subsidiado destinado a atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

O PLS detalha as condições das linhas de financiamento subsidiado e estabelece condições para o acesso ao financiamento (apresentação de plano de reforma administrativa pelos beneficiários da linha de crédito).

Além disso, determina que a realização das operações de crédito deverá ser feita diretamente pelas instituições financeiras oficiais federais e limita o valor do crédito por beneficiário ao faturamento dos últimos doze meses com serviços prestados ao SUS.

Vou direto à análise, uma vez que os senhores têm nas mãos o projeto.

Análise.

A iniciativa parlamentar é legítima para o projeto em análise, uma vez que, nos termos do art. 22, inciso VII, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre política de crédito. Ademais, o assunto em tela não figura entre as competências privativas do Presidente da República, previstas nos arts. 61 e 84 de nossa Carta Magna. O PLS tampouco apresenta óbice no tocante à juridicidade e regimentalidade. Em particular, propõe inovação no mundo jurídico. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

deliberação sobre a matéria por esta Comissão também é legítima, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLS atende às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, que em seu art. 14 exige que a concessão de subsídios seja acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita.

Para atender à exigência, o parágrafo único do art. 5º da proposição prevê que o Poder Executivo, por ocasião da elaboração dos orçamentos, deverá discriminar a origem da receita que irá financiar a despesa decorrente da concessão dos subsídios creditícios.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, compartilhamos da preocupação do autor com as dificuldades financeiras enfrentadas pelas Santas Casas de Misericórdia, como também com a proposta de concessão de crédito subsidiado como forma de enfrentar essas dificuldades e viabilizar a continuação da atuação no atendimento de saúde pública dessas relevantes instituições filantrópicas. Entretanto, entendemos que a proposição pode ser aperfeiçoada por meio das emendas, que serão detalhadas a seguir, entre elas as que apresentamos em nosso parecer na Comissão de Assuntos Sociais.

A redação original da proposição limita a cobrança de outros encargos financeiros pelas instituições financeiras federais, além das taxas de juros, a um por cento ao ano, incidente sobre o saldo devedor da operação. A Emenda nº 1 – CAS eleva esse limite a 1,2% ao ano. O objetivo é evitar que as instituições financeiras federais venham a operar com prejuízo, o que, no médio prazo, poderia inviabilizar a continuação do programa de crédito subsidiado.

O projeto determina a apresentação de um plano de reforma administrativa por parte dos hospitais como contrapartida para a concessão dos empréstimos no âmbito do Pró-Santas Casas. Entendemos que as particularidades inerentes a cada instituição filantrópica impõem dificuldades para estabelecer metas mais abrangentes a serem atingidas pelos hospitais como condição para acessar os recursos no âmbito do programa em discussão.

Com esse entendimento, apresentamos, na Comissão de Assuntos Sociais, a Emenda nº 2 – CAS, que propunha substituir a exigência de apresentação de um plano de reforma administrativa pela exigência de compromisso por parte das instituições de manter o mesmo percentual de atendimento ao SUS verificado no semestre compreendido entre 1º de outubro de 2015 e 31 de março de 2016, proposta que foi aprovada na CAS.

Essa sugestão, entretanto, revelou-se inoportuna e por demais rigorosa, visto que alguns hospitais filantrópicos cumprem, atualmente, um percentual de atendimento ao SUS superior ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mínimo exigido pelo art. 4º, inciso II, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a chamada Lei da Filantropia, que é de 60%.

Por isso, estamos apresentando, aqui na CAE, emenda para suprimir o §2º do art. 2º do PLS nº 744, de 2015, contemplando, em parte, a Emenda nº 2 – CAS, uma vez que a emenda mantém a proposta de retirada da exigência de apresentação de um plano de reforma administrativa e substitui a exigência de compromisso, por parte das instituições, de manter o mesmo percentual de atendimento ao SUS verificado no semestre compreendido entre 1º de outubro de 2015 e 31 de março de 2016, pela exigência legal já existente, definida no art. 4º, inciso II, da Lei nº 12.101, de 2009.

Em decorrência dessa alteração, apresentamos outra emenda a fim de ajustar o texto da Emenda nº 4 – CAS ao limite exigido por aquele mesmo dispositivo da lei.

O PLS prevê que as operações de financiamento...

Sr. Presidente, peço um pouco de silêncio, porque o projeto...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... tem várias emendas e precisam ser bem entendidas.

O PLS prevê que as operações de financiamento no âmbito do Pró-Santas Casas sejam realizadas diretamente pelos bancos oficiais federais, sem a intermediação de qualquer outra instituição. A Emenda nº 3 – CAS autoriza a realização das operações com recursos do BNDES por qualquer instituição financeira oficial, o que facilitará o acesso das instituições filantrópicas ao programa de crédito subsidiado, devido ao maior alcance geográfico de instituições como Banco do Brasil e Banco do Nordeste.

A Emenda nº 5 – CAS permite às entidades beneficentes na área de saúde que estejam inadimplentes com obrigações tributárias junto à União o acesso ao programa de crédito subsidiado, desde que os recursos liberados sejam utilizados para quitar os débitos tributários.

A Emenda nº 6 – CAS, de redação, substitui a expressão "Pro-SantaCasas" por "Pro-Santas Casas".

Entendemos, portanto, que as emendas apresentadas na Comissão de Assuntos Sociais aprimoraram o PLS nº 744, de 2015, à exceção da Emenda nº 2 – CAS e da Emenda nº 4 – CAS, pelos motivos já expostos, que ora são substituídas pelas Emendas nº 7 – CAE e pela Emenda nº 8 – CAE, respectivamente.

Apresentamos, ainda, mais duas outras emendas. A primeira, a Emenda nº 9 – CAE, acrescenta um parágrafo ao art. 1º do projeto, a fim de evitar uma possível interpretação errônea da futura lei de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que instituições que tenham contratado operações de crédito antes da vigência da lei, ou mesmo após a vigência da lei, mas fora do programa, ou tenham feito qualquer tipo de renegociação de saldos devedores dessas operações, ou, ainda, que estejam inadimplentes em relação a tais empréstimos, sejam impedidas de contratar as operações no âmbito do Pró-Santas Casas.

A segunda, a Emenda nº 10 – CAE, confere ao Poder Executivo a competência para regulamentar o empréstimo consignado para as instituições filantrópicas e sem fins lucrativos de que trata a lei, regra já estabelecida no PROSUS, programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área de saúde e em outros programas destinados a socorro financeiro das Santas Casas.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do PLS nº 744, de 2015, pela rejeição das Emendas nº 2 e nº 4 e aprovação das Emendas nºs 1, 3, 5 e 6, todas da Comissão de Assuntos Sociais, e, ainda, com as seguintes Emendas: a nº 7, que já foi aqui explicitada; a Emenda nº 9, da CAE, e a Emenda nº 10, da CAE.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Antes, eu gostaria de dizer que todo esse projeto foi negociado com o Ministério da Saúde. Fizemos, por quase um ano, uma série de debates tentando solucionar os vazios que se apresentavam num plano anterior ProSUS, que não resultou em atender às demandas das Santas Casas, e eu fiz questão absoluta de explicitar as emendas, não fazendo um substitutivo, em homenagem ao autor do projeto, Senador José Serra, que foi Ministro da Saúde e é um especialista no assunto.

Eu entendi que esse projeto não poderia perder a autoria dele, uma vez que ele labutou muito para que nós chegássemos a esse ponto.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lúcia Vânia, parabéns pelo seu relatório.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Senador Cristovam e Senador Eduardo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, eu quero, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Serra e a Senadora Lúcia Vânia, porque as santas casas são fundamentais no sistema social. Sem elas, a saúde entraria numa crise ainda muito mais grave. Por isso, sou a favor do projeto. Eu só queria considerar, Senadora Lúcia Vânia, que não se suprimisse o dispositivo que está no projeto, que obriga os beneficiários do Pró-Santa Casa a apresentarem planos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de reforma administrativa, porque o mundo está vivendo duas coisas que exigem reforma administrativa em tudo. Por um lado, a modernização do sistema pela informática, por exemplo e, por outro lado, a austeridade na qual este País e o mundo vão ter que cair nas próximas décadas. Vamos ter um tempo de austeridade e inovação, e essas duas coisas fazem mudar os modelos gerenciais administrativos.

Hoje eu acho que até nas nossas casas a gente precisa fazer reforma administrativa; aqui no Congresso precisa; em todo lugar, precisa, e é uma maneira de pedir que a santa casa, cada uma delas, faça uma reforma administrativa da maneira mais barata possível. Não precisa também com isso terminar desperdiçando recursos.

Eu gostaria de perguntar, Senadora, se não seria possível modificar o parecer apenas neste item que suprime a exigência de reforma administrativa. Caso a senhora, que analisou melhor do que nós, considere que tenha que manter, eu vou pedir que se faça um voto em destaque para esse item, mas de repente a Senadora pode entender que faz sentido.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Cristovam, o que aconteceu é que o plano anterior, PROSUS, exigia uma reforma administrativa, um plano de ação. Acontece que cada entidade dessa tem uma especificidade. Algumas têm uma estrutura mais sofisticada; outras, menos. O que aconteceu? Nenhuma delas conseguiu atingir aquilo que determinava o plano. Então, o Ministério entendia que era melhor cada caso ser estudado com aquelas exigências que nós colocamos aqui dos arts. 1º e 2º, parece. Se o senhor observar, é o que determina a quantidade de paciente a ser atendida, como vai ser atendido, dentro daquelas regras que já existem na Lei da Filantropia, porque, se se amarrasse num plano uniforme para todas, como as especificidades de cada santa casa são únicas, ficaria totalmente engessado, e esse foi um dos grandes defeitos do PROSUS, que não deu resultado, porque fizeram um plano único, uma exigência única para o Brasil, com especificidades diferentes.

Essa foi a razão por que a gente colocou que cada caso seria estudado dentro das exigências que a Lei de Filantropia e a lei do próprio SUS determinam. Por um período seria a lei do SUS, depois ela se enquadraria na Lei de Filantropia, que é um pouco menos exigente que a lei que regulamenta o SUS.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu entendi que cada Santa Casa faria uma reforma de acordo com o seu tamanho. Pode ser até um pequeno estudo da diretoria, mas para que se possa dizer: olha aqui... Nós identificamos... Certamente qualquer um de nós hoje identifica desperdício até em casa. Então haveria uma análise.

Além disso, o Senador Serra é muito rigoroso nas coisas. Eu imagino que ele levou em conta o projeto anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Nós levamos em conta, Senador Cristovam, os defeitos, as dificuldades e os gargalos encontrados no plano anterior, que foi totalmente inócuo. Então, o Ministério da Saúde, junto com a equipe técnica, estudando, acharam melhor enquadrar isso na lei que já existe, do SUS, que determina, que faz um diagnóstico e uma exigência de prestação de serviço, e isso se daria caso a caso. Em princípio, seria dentro da lei que organiza o SUS e, posteriormente, dentro da Lei da Filantropia.

Por que isso? Porque, dentro da lei que regulamenta o SUS, a exigência de prestação de serviço é muito pesada para as Santas Casas. Então, eles entenderam que é melhor – essa é, inclusive, uma emenda do próprio Ministério – que seja dentro da Lei da Filantropia, em que a prestação de serviço é um pouco menor do que a exigência do SUS.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, primeiro, cumprimento V. Exª. Não tinha tido ainda a oportunidade, porque estava de licença por questões de saúde – aliás, em função até do tema. Cumprimento também a nossa Relator, sempre muito brilhante. E cumprimento o autor dessa matéria, pela oportunidade.

Presidente, o Brasil vem discutindo, neste momento, várias questões muito importantes, e de forma simultânea. E este projeto acaba tratando duas dessas questões, que estão no topo das prioridades da população que nos assiste neste momento: primeiro, a saúde pública; segundo, ajuste fiscal.

O assalariado brasileiro, o trabalhador brasileiro paga Imposto de Renda sobre salário de maneira bastante pesada, e nós sabemos disso. A filantropia, que é algo importante, necessário, precisa efetivamente de nova regulação, de uma nova fiscalização e de um estabelecimento de metas do que é filantropia dentro do Sistema Único de Saúde com subsídio de financiamento público e o que é filantropia na saúde privada, sob pena de nós beneficiarmos as instituições em detrimento da população, que precisa ter acesso à cirurgia, que precisa ter acesso à medicina e que, via de regra, não está conseguindo isso.

Quando vi que esta matéria estava na pauta, eu me interessei, inclusive, em acelerar na Comissão de Infraestrutura para poder estar presente exatamente a fim de discuti-la, porque comungo com o Senador Cristovam Buarque.

Está certo que não se estabeleça, Senadora Lúcia Vânia, uma regra geral, única e igual em parâmetros e paradigmas, mas que seja uma regra em que aquele que se beneficia de um subsídio financeiro, de um subsídio fiscal – dinheiro do povo, portanto – tenha contrapartidas muito claras e exigências muito claras da reformulação da sua gestão para que esse dinheiro não seja aplicado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

forma ineficiente, não quero aqui nem dizer de forma outra, predatória ou o que seja, mas de forma ineficiente.

Portanto, acho que esse é um tema importantíssimo, defendo santas casas, acho que são importantes, mas reconheço... Por exemplo, aqui há um artigo que trata da questão dos tributos. Ora, se há filantropia, se há tributos de que são devedores, são o quê? São encargos sociais, são direitos do trabalhador, que, via de regra, são a grande dívida das santas casas. São dívidas trabalhistas que estão amontoadas, muito provavelmente por grandes dificuldades de modelo de gestão.

Portanto, acho que com esse projeto, Sr. Presidente, nós aqui na Comissão estamos diante de uma oportunidade única, de podermos nos debruçar para daqui dar uma contribuição ao brilhante trabalho que a nossa Senadora Lúcia Vânia vem apresentando e ao projeto absolutamente oportuno que o Senador Serra coloca. O meu Estado, inclusive, tem uma santa casa fechada há mais de dez anos. Infelizmente, não se consegue reabrir por dívidas trabalhistas, dívidas sociais, etc., porque os outros tributos, pela Lei da Filantropia... E mais, quando aberta recebia recursos, mas não dava a contraprestação em leitos do SUS, eram basicamente voltados para a saúde privada.

Portanto eu indago da Senadora Lúcia Vânia. Caso contrário, Sr. Presidente, eu pedirei vista deste processo para que eu possa trazer uma manifestação por escrito com relação à questão das santas casas, deixando registrada a minha admiração, o meu respeito e o meu desejo em apoiar para que este projeto do Senador Serra, com a contribuição da Senadora Lúcia Vânia, possa ser aprovado não apenas no Senado, mas no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Há o pedido de vista do Senador Eduardo Braga...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Gostaria de responder ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador, o que acontece é que a tabela do SUS está tão defasada. Nós já colocamos aqui neste projeto 60% da prestação de serviço. Esses 60% já fazem uma revolução nesse atendimento porque hoje, com a tabela tão defasada, nós temos a apresentação de serviço de 40%.

Então, na verdade, eu acho, eu concordo...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Se a senhora me permite um aparte...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Só um instantinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Eu concordo com V. Exª quando diz respeito à Lei da Filantropia. A lei precisa realmente ser mudada e adequada, assim como a tabela do SUS precisa ser modificada. Porque se nós não tivermos uma certa tolerância agora neste projeto, o que acontece? Nós vamos fazer, nós vamos repetir o que aconteceu com o PROSUS. Simplesmente foi feito o projeto e apenas parece que cinco ou seis santas casas se habilitaram ao programa. Se nós fizermos um programa tão amarrado de forma que a gente não considere essa defasagem que existe na tabela do SUS, nós vamos submeter as santas casas a um projeto que vai ser inócuo, como foi o anterior.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Presidente, apenas em atenção à nossa Relatora.

É verdade, a tabela do SUS está defasada, mas está defasada para todos: para as santas casas, para os hospitais públicos, para todos. A tabela do SUS, portanto, remunera contraprestação de serviços. A cirurgia de apêndice é a mesma, seja para a Santa Casa, seja para o Hospital das Clínicas do Estado do Ceará ou do Estado do Amazonas. As cirurgias são todas dimensionadas da mesma forma, de igual modo os exames e os procedimentos.

No entanto, nós estamos tratando aqui é de concessão de mais recurso público, de forma subsidiada, de forma diferenciada, e acho que é necessário, é importante, é prioritário, mas é preciso calibrar muito bem a gestão, a contraprestação de serviço, para que o cidadão brasileiro – em última análise, o grande beneficiado do atendimento do setor público – possa ser de verdade atendido com qualidade e atendido de forma universal, como é o princípio do Sistema Único de Saúde.

Portanto, eu peço vista para que eu possa contribuir.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador faz o pedido de vista, também o Senador Otto Alencar. Dada vista coletiva...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Quando o hospital...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lúcia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Apenas respondendo. Quando o hospital é público, Senador Eduardo...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Como? Repita, Senadora, por favor.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Quando o hospital é público, ele recebe, a prefeitura ou o Estado tem um espaço fiscal para poder cobrir a diferença. Agora, quando é filantrópico, não há a quem recorrer. Então, se nós não tivermos uma atenção especial com os filantrópicos, nós vamos inviabilizá-los. Na verdade, não se pode comparar uma entidade filantrópica com um hospital público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Eu não entendi, Sr. Presidente.

(*Interrupção do som.*)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone.*) – Eu gostaria que ela explicasse qual é a diferença...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lúcia Vânia.

Senador Otto, em seguida.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone.*) – O filantrópico não é a mesma coisa que o público?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O quê?

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone.*) – A diferença. V. Exª disse que há diferença grande entre o filantrópico e o público.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sim, porque o público, a prefeitura ou o Estado, tem um espaço fiscal com que ele pode complementar, pode fazer funcionar. Agora, por exemplo, no meu Estado, há a Santa Casa. O Governo se compromete a dar complementação, mas faz praticamente um ano que não há um centavo de repasse.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, o grande problema é que também, aproveitando o argumento da Senadora Lúcia Vânia, o público não pode cobrar um real de ninguém, ao contrário das filantrópicas. Agora, o que acontece? Nós estamos aqui discutindo o mérito e a razoabilidade. Nós temos hoje uma infinidade de hospitais privados, que cobram dos seus pacientes, mas que também atendem SUS. Qual é a diferença deles com relação aos filantrópicos? É que eles não têm isenção de imposto algum. Então, como eles sobrevivem e as filantrópicas, não? É isso que eu gostaria de entender. Porque, se elas também podem cobrar, se elas podem fazer atendimento privado, qual é a diferença delas? Não com o público; com o público é enorme a diferença, porque o público não pode cobrar. Agora, qual é a diferença entre um hospital privado que atende SUS e a filantrópica, que pode cobrar e atende SUS e que tem isenção de impostos, o que o privado não tem? Eu gostaria de saber essa diferença.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O hospital privado, Senadora Kátia, só pode atender...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Interrupção do som.*)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Só para explicar, Senador Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O hospital privado só pode atender 10% do SUS. Então, ele tem uma parcela muito menor do que o filantrópico, que tem que receber todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu entendo a preocupação do Senador Cristovam. Acho que temos como adequar esse projeto rapidamente, modificando essa questão de um plano de reforma administrativa por algo mais simplificado, mais simples, dando um prazo de dois anos para que esses tomadores de recursos de financiamento possam fazer um plano operacional ou financeiro de retorno em relação inclusive a medidas que vão tomar de mais eficiência.

Mas eu gostaria só de chamar a atenção para que nós não invertamos aqui a ordem e a importância das santas casas. A impressão que se tem é de que estamos fazendo um favor para essas entidades filantrópicas, quando, na realidade, é exatamente o contrário. Quem foi gestor, como eu, em Município pequeno sabe que o SUS, a saúde pública no País não sobrevive sem essas entidades filantrópicas ligadas ao Sistema Único de Saúde. Na maioria absoluta dos Municípios brasileiros não existe hospital público. Quando há, são hospitais próximos em cidades próximas ou entidades beneficentes como as santas casas, que, na realidade, já atendem mais de 60% do público. Normalmente, no meu Estado, é assim.

Eu vou dar o exemplo então da capital Campo Grande. Lá, a Santa Casa em Campo atende a maioria absoluta pelo SUS dos pacientes da capital...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... e tem recebimento de menos de 10% do recurso que devia. Precisa ficar mendigando a repactuação dos contratos a cada um ano ou dois anos, quando não tem que entrar com um pedido, uma liminar na Justiça para conseguir a repactuação. As dívidas hoje são astronômicas e, por isso, esse projeto é muito bem-vindo, em boa hora. O programa de financiamento a juros baixos vai permitir que principalmente nas capitais e Municípios onde não haja hospitais públicos possamos dar uma sobrevida ao atendimento pelo SUS.

Faço um parêntese inclusive, parabenizando a Senadora Lúcia Vânia e o Senador José Serra por permitirem o financiamento direto com as entidades filantrópicas, porque, quando se exige anuência do governador ou do prefeito, o projeto empaca realmente para... Eu mesma tive que assinar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

repactuação de financiamento da entidades beneficentes da minha cidade por diversas vezes. Somos, às vezes, temerários na assinatura porque somos corresponsáveis quando assinamos. O financiamento direto vai colocar responsabilidade a quem de direito e vai agilizar o processo. A única observação que eu faria: não vamos deixar de votar na semana que vem e vamos modificar o plano de reforma administrativa, que é algo muito complexo, por um plano simplificado de prestação de contas para que, depois de dois anos, possa se ver como é que foi aplicado esse dinheiro e se ele vai poder retomar ou refinanciar o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Romero.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, apenas para fazer um reparo. O hospital privado não atende só 10%, são no mínimo 10%. Ele pode atender a quantidade que quiser.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – A maioria não quer nem atender. Joga tudo para a Santa Casa e tem isenção de imposto também.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Quero lembrar que, no meu Estado, Senadora Simone, não tenho nenhuma Santa Casa, e os hospitais atendem as pessoas normalmente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Dez por cento.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Romero. Em seguida, Senador Otto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, rapidamente.

Já foi dada vista coletiva?

Eu quero apenas aqui registrar a importância do trabalho da Senadora Lúcia Vânia, que foi à exaustão no entendimento com o Ministério da Saúde – é importante que se diga isso – e com o Senador José Serra, que propôs o projeto. Então, a Liderança do Governo vai encaminhar o voto favorável, nós vamos ser a favor do projeto na próxima semana, tendo em vista o pedido de vista coletiva.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, quero parabenizar o parecer da Senador Lúcia Vânia. Sendo médico, tendo sido Secretário da Saúde do meu Estado e conhecendo como conheço todas as Santas Casas do Estado da Bahia e os serviços que elas prestam – talvez o hospital mais filantrópico do Brasil seja o hospital da Irmã Dulce, Hospital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Santo Antônio, na Cidade Baixa – creio que as Santas Casas prestam um serviço que nenhum outro hospital, seja ele de qualquer natureza, pode prestar.

Os hospitais privados não atendem o SUS não! Ninguém é atendido pelo SUS no Einstein, no Sírio Libanês, no Oswaldo Cruz...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nem parcela nenhuma. Quando um hospital privado é credenciado pelo SUS, ele tem em torno de 20% de obrigação de atender. Quando ele é credenciado! Mas hospital privado aceita o credenciamento se ele desejar e, quando ele tem o credenciamento, tem benefícios também.

Portanto, a questão das Santas Casas em cada Estado dependeu de uma coisa só: auditoria. Por quê? Quem faz auditoria nas Santas Casas? As Secretarias da Saúde nos Estados e também o Ministro da Saúde, que faz auditoria porque é verba federal. Então, havendo auditoria permanente, dificilmente vai haver desvio de recurso e vai haver Santa Casa fechada.

Pelo menos no meu Estado, não conheço uma Santa Casa de Misericórdia fechada, e talvez, de todos os hospitais do Nordeste brasileiro, a Santa Casa de Misericórdia na Bahia seja o maior centro de cirurgia do coração do Nordeste brasileiro, sendo credenciada pelo SUS e operando pelo SUS. Isso depende de gestão.

Agora, querer aprovar uma reforma administrativa para cada Santa Casa do Brasil é uma coisa completamente errada, até porque o grande erro de Brasília e o grande erro do Congresso Nacional é fazer receita única para coisas completamente diferentes. Cada caso é um caso. Como fazer reforma administrativa, se está funcionando bem? É preciso ver o problema local, e isso depende de quê? De gestão, de quem se senta na cadeira para resolver. Então, esses hospitais precisam de ajuda do Governo Federal, precisam de subsídios.

E agora, na reforma da previdência, se acontecer o que estão anunciando na Câmara Federal e acabar o subsídio, com a isenção de impostos para as Santas Casas, vai fechar uma por uma. Pelo menos é o que está dizendo o Relator na Câmara Federal.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não. Santa Casa não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Relator, o Deputado Arthur Maia, está falando isso. Se for fechar, é largar o indigente, deixar o pobre coitado na rua da amargura, na condição de nenhum atendimento, na sarjeta, absolutamente na sarjeta.

Portanto, o relatório é consciente, feito por alguém que conhece isso e que foi, talvez, o melhor Ministro da Saúde do Brasil nos últimos anos, o Senador José Serra, que conhece perfeitamente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Santas Casas estão endividadas, inclusive a de São Paulo; uma das maiores dívidas das Santas Casas é a da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que tem o Pavilhão Fernandinho Simonsen, na área de ortopedia e traumatologia, que eu conheço.

Portanto, há que se tomar uma decisão para resolver essa questão, para o pobre ter o mínimo direito de ter um atendimento digno na área de saúde, e são os hospitais filantrópicos e as Santas Casas que assim o fazem.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fica dada vista coletiva. Concedo vista coletiva...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Apenas para não ficar...

(*Interrupção do som.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – ... em respeito até às colocações que o Senador Otto Alencar (*Fora do microfone.*)

tão brilhantemente traz.

Vejam, Sr. Presidente, senhores colegas, a minha posição é exatamente para que eu possa me debruçar, aprofundar e trazer uma contribuição no sentido de que nós possamos ter o sucesso das santas casas da Bahia estendido para outros Estados. Louvo, inclusive, a eficiência da Santa Casa de Misericórdia, no Estado da Bahia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fica concedida vista coletiva...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Eduardo Braga, V. Exª é uma pessoa meticulosa. Eu sugeriria que V. Exª fosse ao Ministério da Saúde e visse onde estão os gargalos do PROSUS para que V. Exª possa tomar sua deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Passo agora ao item 5...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, está havendo reunião de Líderes, e eu e o Senador Fernando Bezerra vamos precisar ir lá – o Senador Eunício está chamando. Eu queria registrar que há três pedidos de requerimento acerca da Operação Lava Jato, da Senadora Gleisi Hoffmann, que não está presente. Eu queria indagar se V. Exª vai colocar para votar ou se vai aguardar outra reunião com a presença da autora do requerimento, porque eu queria encaminhar contrariamente ao requerimento, acho que ele é inapropriado no momento atual, mas para esta Comissão e para... Não tem sentido vir aqui o Ministro da Fazenda falar sobre a repercussão da Operação Lava Jato. Isso é um negócio em que cabe tudo. E qualquer opinião aqui vai ser dada como se querendo parar a Operação Lava Jato, quando nós queremos acelerar a Operação Lava Jato – exatamente o contrário.

Então, eu queria pedir a V. Exª que, tendo em vista que está se concluindo... Que ficasse para a próxima reunião esses requerimentos.

Ao requerimento da Senadora Lúcia Vânia, que convida o Ministro da Educação, o Ministro do Esporte e o Ministro da Cultura, nós somos favoráveis. Eles virão conversar aqui sobre questões pertinentes à atividade econômica no que diz respeito a essas pastas. Mas a questão da Lava Jato eu acho que é um despautério.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Quando V. Exª julgar necessário, assim como fez o Senador Armando Monteiro, eu também desejaria submeter a V. Exª e à Comissão o plano de trabalho, que quero apresentar, para avaliação da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em linha com o que determina o art. 393 do Regimento Interno desta Casa e o art. 99 da Constituição Federal.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Respondendo ao Senador Romero Jucá, votaremos os requerimentos da Senadora Gleisi quando ela estiver presente. Então, será na próxima reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu gostaria de colocar em votação o item 5 – em seguida, colocarei o item 1 –, porque esse tem determinada urgência. Ele é não terminativo, e o Senador Eduardo Braga é o Relator.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 15, de 2017

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos se destinam ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM 2ª Fase/2ª Etapa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Não apresentado.

O Relator é o Senador Eduardo Braga, para quem eu passo a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Serei breve, Presidente Tasso Jereissati.

Esse é um projeto que trata da Mensagem nº 15, de 2017, ao Senado Federal, Mensagem nº 71, de 2017, na origem, da Presidência da República, que propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos se destinam ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM 2ª Fase/2ª Etapa.

Trata-se, portanto, de um pleito do Governo Federal para que seja autorizada a operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a República Federativa do Brasil. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros, na 2ª Etapa.

O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Recomendação nº 1.325, de 29 de junho de 2012, prorrogada pela Resolução Cofiex nº 6, de 2050, de 9 de setembro de 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na análise do relatório, de acordo com o Parecer nº 13, do Geope, em 28 de agosto de 2015, o plano nacional de ajuste fiscal dos Municípios tem por objetivo contribuir para a integração dos fiscos e a modernização da gestão administrativa fiscal, financeira e patrimonial dos Municípios brasileiros, aumentando a efetividade do sistema fiscal vigente.

Sr. Presidente, o órgão executor é o Ministério da Fazenda, por intermédio da Unidade de Coordenação de Programas (UCP), criada dentro da Coordenação-Geral de Programas e Projetos de Cooperação (COOPE), da Secretaria Executiva do referido Ministério.

A segunda fase do programa tem dois componentes:

Componente I: Coordenação e Assistência Técnica Nacional, entre outros.

Componente II: Fortalecimento institucional do Município, entre outros.

Segundo informações complementares, no Parecer nº 10.038, do Ministério da Fazenda, de 2014, o Componente I direciona-se ao Ministério da Fazenda, para financiar ações junto aos Municípios, no montante de US$15 milhões. Já o Componente II destina-se diretamente aos contratantes, aos Municípios, dentro do programa nacional, no montante de US$135 milhões, Sr. Presidente.

Os recursos do empréstimo serão desembolsados em seis anos. O custo total do projeto alcança US$166,7 milhões, sendo US$150 milhões com resultado da operação de crédito externo em comento, e o restante, US$16,7 milhões, correspondendo à contrapartida do Tesouro Nacional.

A Secretaria do Tesouro Nacional estima que o custo efetivo médio da operação situa-se a 4,11% ao ano, considerando-se o custo atual da curva média da captação do Tesouro Nacional em dólar, nos Estados Unidos da América no mercado internacional.

A operação encontra-se, portanto, em patamares aceitáveis para aquela secretaria.

O parecer da Secretaria do Tesouro Nacional considerou atendidas as exigências tanto da inclusão do projeto do Plano Plurianual, quanto a observância dos limites de endividamento.

Portanto, Sr. Presidente, o voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução do Senado nº 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos do projeto de resolução do Senado, de acordo com o que está distribuído, Sr. Presidente, a todos os Srs. Senadores.

Peço, portanto, que seja dispensada a leitura.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Coloco em discussão.

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, será que nós vamos resolver o problema dos nossos Municípios, endividando-os mais ainda? Será que esse é o caminho? Será que não chegou a hora de nós, principalmente este Congresso Nacional, pensarmos o Brasil, não o Brasil de hoje, mas o Brasil de amanhã, o Brasil de depois de amanhã? Será que não chegou a hora?

Quanto a essa PEC 55, eu disse, no dia 13 de dezembro do ano passado, que iríamos começar um novo Brasil. Não se gasta mais do que se ganha, do que se arrecada. Os nossos Municípios brasileiros, Sr. Presidente e demais colegas Senadores e Senadoras, Senador Braga, junto com seus Estados, já ultrapassaram a cifra dos R$500 bilhões de débitos, de dívidas.

Esses gestores assumem um Município, tomam um mundo de dinheiro emprestado – mesmo que se aplique esse dinheiro bem aplicado, o que não é regra no País, infelizmente não é regra –, depois eles vão embora e deixam a bomba para o próximo. É o caso do Brasil hoje. Dilma foi embora em agosto e deixou R$4,27 trilhões de dívidas.

Sr. Presidente, eu continuo achando que o caminho não é esse. O caminho é ter gestores responsáveis, competentes, que equilibrem as suas contas, que não façam daquele Município, daquele Estado um cabide de empregos e que procurem aumentar as suas receitas, não endividar mais.

Portanto, Sr. Presidente, com toda a vênia ao querido colega Braga, eu peço vista e quero discutir mais sobre esses empréstimos no País.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Ataídes pede vista.

O Senador Jorge pediu a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva... Só ao Senador Ataídes? (*Pausa.*)

Concedida vista ao Senador Ataídes.

Coloco em votação o item 1 da pauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Coloco o item 1 da pauta.

Senadora.

ITEM 1

OFICIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 1, de 2017

- Não terminativo -

Submete o nome do Senhor GABRIEL LEAL DE BARROS para o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Relatoria: Senadora Simone Tebet

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O relatório é bem objetivo e sucinto, como manda o Regimento nesses casos de indicação de autoridades, para ser aprovada e deliberada a sua escolha nessa Comissão.

Em exame nesta Comissão, o Oficio nº 1, de 2017, do Senador Tasso Jereissati, que submete o nome do Senhor Gabriel Leal de Barros para o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal.

A Instituição Fiscal Independente do Senado Federal foi criada pela Resolução nº 42, de 2016, e tem a sua finalidade descrita no art. 1º. Nos termos do art. 1º, §2º e §3º da Resolução, a IFI será dirigida por um Conselho Diretor composto por três membros, sendo um indicado pela CAE do Senado Federal, entre brasileiros de reputação ilibada e detentores de notório saber nos temas de competência da Instituição, após arguição pública e aprovação pelo Senado Federal.

Ao examinar os documentos que acompanham o Oficio nº 1, de 2017, observa-se que o indicado é brasileiro, possui reputação ilibada, sendo Graduado em Economia pela Universidade Federal Fluminense, com MBA em finanças pela mesma Universidade e mestrando em Finanças e Economia Empresarial pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas.

O indicado tem larga experiência na área. Desde fevereiro deste ano, já atua como economista da IFI, onde elabora análises técnicas com foco na política macroeconômica, fiscal e orçamentária do País. Já trabalhou como economista e pesquisador no Instituto Brasileiro de Economia, da FGV, de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2015, tendo sido autor das seções de política fiscal do Boletim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Macroeconômico do Instituto Brasileiro de Economia da FGV. Atuou, também, como economista do Departamento de Economia do Banco BTG Pactual, de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2017, sendo responsável pelas análises, projeções e cenários para política fiscal no Brasil e no México.

Vale ressaltar que consta do currículo do indicado a autoria de uma série de análises econômicas, particular e especialmente sobre as finanças públicas do País, publicadas em boletins macroeconômicos do Instituto Brasileiro de Economia da FGV e no Jornal Valor Econômico. Finalmente, liderou, por três vezes consecutivas, o *ranking* Prisma Fiscal, organizado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, por seus trabalhos realizados para o Banco BTG Pontual.

Portanto, à luz das informações e documentos que acompanham o Oficio, documentos esses referentes às exigências do art. 383, inciso I, alínea "b", 1, 2, 3, 4 e 5, do Regimento Interno, há que se reconhecer que o indicado é detentor de notório saber. Juntou as documentações exigidas pelo Regimento Interno.

Desta forma, entendemos que esta Comissão de Assuntos Econômicos se encontra, Sr. Presidente, em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Gabriel Leal de Barros para ser conduzido ao cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, nos termos preconizados pela Resolução do Senado.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Agradeço a Senadora Simone Tebet.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que estamos marcando para o próximo dia 11 – sem ser nesta semana, a próxima – a sabatina do Sr. Gabriel Leal de Barros, indicado para o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal.

Coloco em pauta o item 11, que tem como Relator o Senador Jorge Viana.

O item 11 é de autoria do Deputado Fábio Souto.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, de 2011

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, prevendo aplicação de recursos na recomposição ambiental das áreas de preservação permanente que especifica.

Autoria: Deputado Fábio Souto

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A matéria constou da pauta nos dias 13/09, 18/10, 01/11/2016 e 21/03/2017.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, esse é um projeto que ficou prejudicado, apesar de meritório. É o PLC 81, de 2011, mas foi apresentado antes de termos feito a atualização do novo Código Florestal e as mudanças no Código Florestal.

Então, ele altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, Lei das Águas, e prevê uma série de medidas absolutamente meritórias, mas que incorporamos – eu fui Relator do Código Florestal – todas elas. Apesar de meritório, foi demorada a sua tramitação.

É de autoria do Deputado Fábio Souto.

Portanto, mesmo com o objetivo de trabalhar a recuperação de nascentes e ter também um trabalho voltado a um tema que é tão atual – estamos vivendo o racionamento aqui em Brasília –, o meu voto é pela prejudicialidade. O tema desse projeto de 2011 foi tratado, incorporado em 2012 pelo Código Florestal.

Portanto, Sr. Presidente, com base no que eu mesmo, como Relator, recepcionei no Código Florestal, garantindo a manutenção, a recuperação ou a recomposição das áreas de preservação permanente e reserva legal de uso restrito, essa incorporação do propósito do projeto no Código Florestal torna o projeto prejudicado.

Então, o meu voto é pela prejudicialidade dessa importante iniciativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Coloco em discussão o relatório do Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em votação o relatório do Senador Jorge Viana.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE pela prejudicialidade do projeto.

Eu peço ao Senador Ricardo Ferraço que seja Relator *ad hoc* dos itens 2, 3 e 4 da Presidência da República, que se referem à programação monetária.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2016

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2016.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador *ad hoc* Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta.

Observações:

1. A matéria constou da pauta no dia 21/03/2017.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no § 3º do artigo supramencionado.

Com a adoção do Plano Real, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as autoridades monetárias – além das audiências públicas em comissões nas duas casas do Congresso, em conjunto ou separadamente – têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a Programação Monetária para cada trimestre do ano civil.

Ainda que a adoção do regime de metas de inflação, a partir de 1999, tenha constituído a taxa básica de juros como o principal instrumento de política monetária para manter a inflação dentro dos intervalos de tolerância, o controle da evolução dos agregados monetários ainda se mantém como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

obrigação legal a ser cumprida e como medida coadjuvante no processo de controle do nível geral de preços.

Do ponto de vista metodológico, a Programação Monetária contém estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários (nos conceitos de moeda M1 e M4), metas indicativas de evolução trimestral e descrição das perspectivas da economia nacional para o trimestre em curso. As projeções são efetuadas com base em modelos econométricos, considerando a demanda por componentes dos meios de pagamento, a evolução do PIB e a trajetória esperada da taxa Selic, da taxa de câmbio e de inflação, entre outros elementos.

O Relatório sobre a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2016 mostra projeções tecnicamente consistentes.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2016 nos termos como segue:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o 1º trimestre

de 2016, nos termos da Mensagem nº 4, de 2016 (nº 597, de 2015, na origem), da Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Ao longo do processo nenhuma retificação, nenhuma contribuição, nenhuma emenda. Enfim, nada foi acrescentado ou aditado que pudesse merecer uma visão diferente dessa que estamos apresentando, Sr. Presidente.

É como relato.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão.

Senador José Serra, quer discutir?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Voto a favor, mas com ressalvas porque trata-se de uma Programação Monetária passada, e, a meu ver, temos que analisar a futura, que vai ser feita. Tenho reparos quanto à consistência econômica dessa Programação Monetária que levou inclusive, me desculpe a expressão em inglês, a um *overshooting* em matéria de aperto monetário, taxas de juros siderais.

Basta dizer que, nesse período, o Brasil estava com a oitava taxa... Perdão, com 8% reais ao ano, a primeira taxa do mundo e mais de duas vezes a segunda, que era a da Rússia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho, Sr. Presidente, meu caro Relator, que, num outro momento, tínhamos que sistematizar esse tipo de discussão aqui, inclusive na presença do próprio pessoal do Banco Central, no caso, que produz esse relatório, que faz essa programação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O relatório fica aberto, para que V. Exª, assim como os demais Senadores, possam incorporar...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, é do passado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... as suas preocupações até como forma de retificação.

Mas o Presidente do Banco Central estará aqui, na próxima semana, e V. Exª poderá...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim, eu só quero ver a programação monetária deste ano...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Isso.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... porque estamos apenas examinando uma programação monetária que já foi feita.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É verdade. É verdade.

Mas, na próxima semana, o Presidente do Banco Central estará aqui, e será uma bela oportunidade para que esse tema possa ser encaminhado.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu só fiquei preocupado, porque o projeto das Santas Casas ia ser votado na semana que vem. Presumo que...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Na semana que vem. Vista...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu sei. Mas se ele vem...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só entra depois, porque, na próxima semana, é o Presidente do Banco Central, a audiência pública.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E, na outra, a Semana Santa.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – E, na outra, a Semana Santa, mas, na terça-feira, há sessão.

Mas V. Exª tem razão. Acho que todos aqui levantaram essa questão, já que estamos aprovando. Nós vamos discutir mais dois relatórios de dois trimestres passados, e acho que devemos colocar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

discussão com o Presidente do Banco Central, aqui, na próxima semana, quando ele vai vir para uma sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos.

Acho que temos que consertar esse rumo, porque realmente o rumo está equivocado, já que estamos aprovando uma programação que já houve.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo, então...

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2016

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2016, contendo estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional e justificativa da programação monetária.

Autoria: Presidência da República

Relator a*d hoc*: Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra o Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, cabe a esta Comissão emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no § 3º do artigo supramencionado.

Eu confesso, Sr. Presidente, que não foi uma matéria sobre a qual me debrucei, até porque ela era da lavra do Senador Fernando Bezerra. Fui designado agora por V. Exª para apenas emitir a leitura do parecer que foi exarado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho.

Com a adoção do Plano Real, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as autoridades monetárias têm o dever de encaminhar ao Senado a Programação Monetária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para cada trimestre do ano civil. E assim procedeu o Banco Central, enfim, o Ministério da Fazenda, para que esta Comissão tivesse a oportunidade de fazer essa análise e impor ou incorporar sua visão crítica.

Do ponto de vista metodológico, a Programação Monetária contém estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, metas indicativas de evolução trimestral e descrição das perspectivas da economia nacional para o trimestre em curso. Constam aqui todos esses cenários nos relatórios encaminhados.

As projeções são efetuadas com base em modelos econométricos, considerando a demanda por componentes dos meios de pagamento, a evolução do PIB, assim como a trajetória esperada da taxa Selic, da taxa de câmbio e de inflação, entre outros elementos.

O Relatório sobre a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2016 mostra projeções tecnicamente consistentes. Assim entendeu o Senador Fernando Bezerra Coelho, autor deste relatório.

Por estas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o exercício trimestral de 2016, nos seguintes termos:

Fica aprovada a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2016, nos termos da Mensagem nº 34, de 2016.

Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra, lido pelo Senador Ricardo Ferraço.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2016.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta.

Observações:

1. A matéria constou da pauta no dia 21/03/2017.

Relatoria Senador Flexa, para quem passo a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – sr. Presidente, Senador Tasso; Vice-Presidente, Senador Garibaldi, com vontade de assumir a Presidência, Senador Tasso.

Então, desejo vida longa a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Sem golpe.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, essa palavra não pode ser mencionada porque já foi motivo de ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... confusão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Srs. Senadores, Senador Tasso, o voto sobre a Mensagem nº 62, de 2016, analisa a Programação Monetária do terceiro trimestre do ano de 2016 do Banco Central.

Da mesma forma que a análise feita pelo Senador Fernando Bezerra e relatada aqui, como relator *ad hoc*, pelo Senador Ferraço, pela aprovação do primeiro e segundo trimestre de 2016, o nosso também, pelo terceiro trimestre de 2016, é pela aprovação da Programação Monetária, nos termos da Mensagem 62, de 2016, nº 373, de 2016, na origem, do Presidente da República.

O parecer é pela aprovação.

O que eu quero aqui, rapidamente, é só fazer um registro, Senador Tasso. É lamentável que estejamos encerrando o primeiro trimestre de 2017 e estamos analisando e aprovando as programações monetárias, encaminhadas pelo Banco Central, do primeiro, do segundo e do terceiro trimestres de 2016. Então, se o Senado Federal, por meio da Comissão de Assuntos Econômicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

quisesse fazer alguma sugestão ou alguma alteração na programação monetária, não teríamos como. Ela já é fato passado.

É como se estivéssemos numa estrada sem conhecer a capacidade de uma ponte, qual é a carga suportada por ela ou a largura, ou altura, e você passasse por ela e do outro lado dissesse: "Passei por uma ponte." É o que acontece nesses casos. Nós estamos aprovando porque o fato já foi, já ocorreu, só para que possamos ver de que forma podemos analisar essas programações monetárias a tempo de se fazer alguma observação.

O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Flexa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que aprovam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

Quero dizer ao Senador Flexa que o Senador José Serra já levantou essa questão aqui, e ficou acordado que, na próxima semana, com a vinda do Presidente Ilan aqui a esta Comissão, vamos questionar e pedir que haja uma modificação no costume que está vigendo até hoje, na medida em que todas as vezes chegam os relatórios já passados e já vencidos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Temos que avaliar inclusive a efetividade disso, porque, na medida em que temos meta de inflação, estamos avaliando o passado, sem que possamos fazer qualquer mudança em relação ao consolidado. Então, me parece que há uma reflexão para ser feita sobre a efetividade e a eficiência da necessidade dessa programação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ferraço, existe aqui ainda o item 13, não terminativo, que é de autoria do Deputado Antonio Carlos Thame, que já foi lido, que é de relatório de V. Exª. Já foi lido pelo Senador José Medeiros, mas eu acho que poderíamos aproveitar e colocar em votação para...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Para ganharmos tempo. Então é o item 13. Relatório já lido, do Senador Ricardo Ferraço, já lido pelo Senador José Medeiros, favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Foi o relatório do Senador Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar pagamentos antecipados.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 18/10/2016, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

2. A matéria constou da pauta no dia 21/03/2017.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa;

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Srs. Senadores, o projeto do Deputado Antonio Mendes Thame tem, no seu objeto, uma preocupação do Deputado que é correta. Agora, acho que fica muito complicado termos de aprovar uma lei que vede pagamento antecipado. O pagamento antecipado não deve ocorrer nunca, a meu juízo. Como vamos aprovar uma lei que diz que não pode fazer o pagamento antecipado. Não pode mesmo. O pagamento antecipado é uma irregularidade já prevista e não deve ser feita. Esse é o juízo.

Como o relatório é pela aprovação, eu gostaria de conversar com o Deputado – não sei os outros Pares – e com o Relator, Ricardo Ferraço. Gostaria de trocar uma opinião com o Senador Ricardo Ferraço se o juízo que estou fazendo é correto ou não, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Na verdade, o Deputado Antonio Carlos Thame busca inspiração para o seu projeto no fato de que empresas de publicidade receberam pagamentos substanciais antes mesmo da aprovação das campanhas publicitárias contratadas. Aqui ele faz menção, inclusive, à inspiração no assunto relacionado ao publicitário Marcos Valério. Esse caso foi a inspiração dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A preocupação do Deputado é correta. Lamentavelmente, isso aconteceu. E espero que não aconteça mais. Quer dizer, você pagar antes do serviço executado? Eu não vejo sentido para isto: fazer uma lei para vedar o que já é proibido, a meu juízo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu solicito, então, que tiremos de pauta, para que façamos um exame mais detido em relação ao tema, para não versarmos sobre uma letra morta ou algo que não faça sentido.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fica acatado o pedido de vista. Não sei se alguém mais pediria vista, para que fosse coletiva.

Já foi concedido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, regimentalmente, já foi solicitado pedido de vista, parece. Então, eu solicitaria que o projeto fosse retirado de pauta, já que não se pode fazer pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k. Retira-se da pauta.

Eu gostaria também de, como adiantamento de trabalho, me referir ao item 10, que é um projeto terminativo, do Senador Inácio Arruda. O Relator Lindbergh é pela prejudicialidade. O Senador Flexa poderia fazer o relatório *ad hoc*? Como é pela prejudicialidade, facilitaria o encaminhamento.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável com a Emenda nº 1-CI.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CE.

3. A matéria constou da pauta no dia 21/03/2017.

4. A votação do relatório pela prejudicialidade da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Farei a leitura do relatório do Senador Lindbergh Farias, como Relator *ad hoc*.

É submetido ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2011, do Senador Inácio Arruda, que altera a Lei nº 12.351, de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social (FS) e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

O projeto do Senador Inácio Arruda, para tanto, acrescenta o §3º ao art. 47 dessa lei, para destinar o percentual mínimo de 50% do total dos recursos destinados ao Fundo Social para o desenvolvimento da educação, pública, básica e superior. O referido fundo, criado na forma do *caput* desse artigo, é constituído, entre outros, por recursos dos *royalties* e da participação especial provenientes da exploração e da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas.

O projeto ainda permite ao Poder Executivo propor o uso de recursos correspondentes ao principal do Fundo Social, na forma que especifica.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de matérias que lhe sejam submetidas por despacho do Presidente.

Quanto ao mérito, não restam dúvidas sobre a oportunidade e conveniência do PLS nº 138, de 2011.

De fato, como bem enfatizado na justificação do projeto, consideramos que o restabelecimento de um percentual para a educação de 50% dos recursos do Fundo Social para financiamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

programas e projetos sociais é um ato de comprometimento com a elevação quantitativa e qualitativa da educação no Brasil.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, e em consonância com o art. 133, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, opinamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, e por seu arquivamento.

Este é o parecer do Senador Lindbergh Farias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador Flexa.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Conforme o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 2015, da Secretaria-Geral da Mesa, a apreciação da prejudicialidade da matéria será tomada pelo processo simbólico, por se tratar de questão preliminar ao mérito.

Em votação o relatório do Senador.

Aqueles que o acompanham fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Lindbergh.

Assim como já foi feito pelo Senador Armando Monteiro, que apresentou uma proposta plano de trabalho para os próximos meses para o seu GT, como estamos chamando aqui, seu grupo de trabalho, e também sobre o planejamento de audiências públicas a serem feitas nos próximos meses, o Senador Ricardo Ferraço, como coordenador do grupo de trabalho que vai avaliar, diagnosticar e discutir a questão tributária, passa a ler agora o seu plano de trabalho.

E eu gostaria que o Senador José Serra...

Senador José Serra...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, com a vênia...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Ferraço vai ler agora a sua proposta de plano de trabalho para o grupo que vai discutir a questão tributária, bem como fazer um planejamento de audiências públicas para os próximos meses voltadas para discutir essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Como sei que V. Exª é extremamente afeito a essa questão, eu só estava lhe chamando a atenção para a leitura desse relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, com a vênia...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tenho até um comentário irreverente, mas vou deixá-lo aqui para efeito de provocação.

Eu sou contra projeto de reforma tributária que mexa na Constituição. Por quê? Porque, mexendo na Constituição, o governo não tem poder de veto, e o resultado vai ser, eu não tenho dúvida nenhuma, aumentar o déficit federal, aumentar a cumulatividade dos impostos e por aí vai; acirrar questões regionais e tudo o mais.

Eu acho que toda mudança tributária deve ser feita por lei ou até por atos do Executivo que estejam dentro da legalidade. Mas essa é uma tese diferente, e eu queria só transmiti-la aqui em geral apenas para animar um pouco o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Perfeito.

O que nós...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Primeiro, Senador José Serra, nós estamos cumprindo uma obrigação constitucional, ou seja, que esta Comissão avalie, periodicamente, o sistema fiscal brasileiro, inclusive com uma avaliação de tributos, sua efetividade, sua qualidade, e fazer diagnósticos em torno dessa questão. Tenho certeza, como...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Até porque pela lei, por atos, é possível mexer em muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Exatamente.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Lei complementar, lei ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – E essa é a discussão que nós vamos ter: o que é possível e o que não é possível. Mas eu acho que, mais do que nunca, vale a pena discutir essa questão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, com a vênia de V. Exª, eu gostaria, antes porém, de solicitar a V. Exª que nós pudéssemos programar a inclusão na pauta do Projeto de Resolução do Senado nº 61, que chegou a constar da pauta como item 14. Chegou a ser publicada uma pauta constando esse item 14, que é de minha autoria, já com parecer favorável do Senador José Medeiros, mas saiu uma segunda pauta, retificando, sem esse item.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu gostaria de apelar a V. Exª que nós pautássemos a matéria para que esse debate pudesse ser feito aqui na Comissão, obviamente numa sessão deliberativa, em função da relevância desse tema. Chegou a constar da primeira publicação, mas aí houve uma retificação e ele foi subtraído.

Então, eu gostaria de fazer esse apelo a V. Exª, para nós pudéssemos fazer constar...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Do que trata?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... o item 14.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Ferraço, do que trata o PLS?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Trata-se, Senador José Serra, da revogação de uma resolução que foi aprovada nesta Casa, a Resolução 13, em razão de graves denúncias que consideraram que a construtora Odebrecht e a Braskem teriam irrigado de propina uma votação em relação a esse tema. Consta de uma gravíssima denúncia feita por um dos diretores dessa empresa que teria pagado propina para que Senadores votassem aqui numa resolução que fosse de interesse da construtora Odebrecht e da Braskem. Considerando, portanto, esse vício nesse processo legislativo, inadmissível numa Casa parlamentar, nós estamos propondo a revogação dessa resolução e, evidentemente, a nulidade dos efeitos que ela gerou.

Sr. Presidente, a Constituição Federal, em seu art. 52, XV, atribui competência privativa ao Senado da República para avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional em sua estrutura e seus componentes e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, delegou a esta Comissão a tarefa de realizar esse mandamento constitucional, conforme dispõe o art. 99-A. De acordo com o Regimento Interno, essa avaliação deve ser feita anualmente por um grupo de Senadores designados pelo Presidente desta Comissão, com poderes de realizar as diligências previstas no art. 393-B, as quais serão detalhadas adiante. O Regimento Interno também sugere prazos para realização dos trabalhos sujeitos à modificação referendados pelos membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Para o desenvolvimento dos trabalhos dos grupos de Senadores, será realizado um diagnóstico acerca da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, levando-se em conta, entre outros, a complexidade e a qualidade da legislação vigente, os custos de conformidade à normatização tributária, a qualidade dos tributos, a carga tributária como um todo, o equilíbrio federativo, as renúncias ficais, a harmonização normativa, a redução das desigualdades regionais e a compatibilidade com a legislação de outros países ou blocos econômicos com os quais nosso País tenha acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Isso tudo está determinado na Constituição Federal, que delega isso a esta Comissão, e o Regimento Interno da Casa delegou, para que, pontualmente, todas essas questões fossem enfrentadas.

Já o desempenho das administrações tributárias dos entes federados será avaliado com base na relação entre o custo da administração e o montante arrecadado no exercício efetivo das competências tributárias de cada ente, no desempenho da fiscalização, na relação entre o pagamento espontâneo e coercitivo dos tributos, no desempenho da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa tributária, na efetividade dos programas de recuperação fiscal, especialmente quanto a parcelamento, anistia e remissão. Também serão considerados o grau de interação das administrações tributárias, os gastos e os resultados com educação fiscal, a qualidade do atendimento ao contribuinte e o grau de informalidade da economia.

Com o resultado dos trabalhos, será elaborado um relatório para apreciação da totalidade dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo, conforme prevê o art. 393 do Regimento Interno.

O Presidente da República e o Presidente da Câmara Federal, os governadores dos Estados e do DF, as Assembleias Legislativas estaduais, a Câmara Legislativa do DF e os Tribunais de Conta receberão cópia integral do parecer. Já aos Municípios será entregue um resumo executivo com as principais conclusões desse grupo de trabalho.

Eu quero chamar atenção, Sr. Presidente, enaltecendo o trabalho de V. Exª, para o fato de que isso consta do nosso Regimento Interno desde sempre, mas nunca, em momento algum, esta Comissão de Assuntos Econômicos adotou tal providência, em que pese haver uma determinação constitucional e regimental, vício que estamos tendo oportunidade de corrigir em função da iniciativa de V. Exª.

Para consecução dos objetivos do grupo de trabalho, propomos a requisição de informações e documentos aos entes federados, compreendidos os três Poderes e os órgãos e entidades da administração direta e indireta, além do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e de outras instituições da sociedade organizada, bem como visitas a autoridades e oitivas de especialistas em audiências públicas. Após, sugerimos a realização de reuniões para leitura, discussão e aprovação do relatório.

Para a instituição dos trabalhos desse grupo de Senadores, estamos sugerindo a realização de audiências públicas para realizar esse diagnóstico dos grandes gargalos e problemas do sistema tributário nacional, para debatermos o problema do sistema tributário nacional, que não é pequeno, que não é novo, como freio, inclusive, ao desenvolvimento do País, bem como para tratar dos aspectos jurídicos relacionados aos problemas do sistema tributário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não se trata aqui de uma proposta de uma reforma tributária. Nós estamos, de maneira preliminar, fazendo um mergulho aprofundado e preciso acerca de todos os gargalos que esse sistema impõe à economia brasileira.

Assim, nós estamos propondo a presença dos seguintes convidados para as nossas audiências públicas: o Sr. Bernardo Appy; o Sr. José Roberto Afonso; o Sr. Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade; o representante do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap), Sr. Roberto Quiroga Mosquera; o Sr. Hamilton Dias de Souza; o Sr. Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda; o Sr. Jorge Rachid, Secretário de Receita Federal do nosso País; o Sr. André Horta Melo, Secretário da Fazenda do Rio Grande do Norte e Coordenador do Confaz; o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; o Sr. Dr. Everardo Maciel, ex-Secretário da Receita Federal; e o representante do Movimento Brasil Competitivo, que tem largos estudos relacionados aos gargalos que o nosso sistema tem imposto aos empreendedores brasileiros na geração de crescimento, prosperidade, oportunidade e assim por diante.

Nós não estamos aqui, Sr. Presidente, nem definindo nem sugerindo datas para audiências públicas, para que isso possa ser alvo de uma consulta com os nossos convidados e uma agregação de matérias que possam ter afinidades, Sr. Presidente.

Este é o plano de trabalho que, por hora, nós estamos apresentando a V. Exª para que V. Exª possa submeter às Srªs e Srs. Senadores, com o objetivo de incorporação de sugestões e críticas que possam nos levar a uma massa crítica, fazendo, ao fim, um relatório que possa analisar, de A a Z, todas as questões que estão relacionadas à deformação do Sistema Tributário Nacional.

É como submeto a V. Exª, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ferraço, obrigado pela apresentação do plano de trabalho.

Coloco em discussão o plano de trabalho do Senador Ferraço.

Quer discutir, Senador Serra?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, se o Senador concordar, podíamos dar uma examinada no plano de trabalho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Desculpe, não entendi.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se o Senador concordar, podemos dar uma examinada no plano de trabalho.

Vamos votar o plano de trabalho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Votar a aprovação do plano de trabalho.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Do plano.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas o fato de votarmos essa aprovação não significa dizer que ele não vá estar absolutamente aberto a contribuições, retificações, correções de rumo. Essa é apenas uma primeira proposta, para que inclusive nós possamos marcar a primeira audiência pública, que julgo importante, ouvindo aqui o Dr. Bernard Appy e o Dr. José Roberto Afonso, que é conhecido de V. Exª, que trarão enormes contribuições...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – São os dois conhecidos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Acho que são dois competentes técnicos que trarão luzes a este trabalho da Comissão.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sem dúvida nenhuma, os melhores da área.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Inclusive um presente, que é o Dr. José Roberto Afonso. Fico muito agradecido pela disponibilidade. Ele pode aceitar o convite e começar a falar, ato contínuo inclusive. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não havendo quem queira discutir...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não quero discutir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... só quero parabenizar V. Exª pela criação e pela escolha dos coordenadores dos grupos de trabalho, tanto o Senador Ferraço quanto o Senador Monteiro. São dois grupos de trabalho da maior importância.

A CAE assume o protagonismo de discutir isso que lamentavelmente não se faz nunca. Essa questão do sistema tributário... Há um outro ponto que é tão importante quanto esse – eu sugiro a V. Exª, Presidente, que a gente possa também criar um grupo de trabalho –, que é com relação ao pacto federativo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Está aqui dentro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está aí dentro? Ótimo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, já está contemplado no grupo de trabalho do Senador Ferraço, como está também, como na reunião anterior eu havia pedido, a análise da Lei Kandir e da CFEM. O Senador Ferraço disse que iria incluir no plano de trabalho. Para mim está perfeito.

Só quero parabenizar tanto o Presidente quanto os dois coordenadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, com relação a essa última importante contribuição do Senador Flexa Ribeiro, quero ressaltar que esse é um tema que nós precisamos enfrentar. E nós já temos massa crítica, até porque o Senador Serra é relator de uma proposta.

Qual é o fato objetivo? O Supremo Tribunal Federal, em 30 de novembro de 2016, determinou – determinou! – a regulamentação do disposto no art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 25, explicitando a urgência com que o Congresso Nacional deve tratar do assunto.

Ali, numa decisão do Supremo Tribunal Federal, foi estipulado prazo de até 12 meses para que o Congresso Nacional pudesse regulamentar o tema. Tal decisão é uma resposta, por óbvio, à inércia na propositura por parte do Governo Federal...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Qual o tema, Senador?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... de normas e procedimentos destinados a ressarcir Estados brasileiros pelas perdas decorrentes das desonerações das exportações.

Essa lacuna tem causado fortes prejuízos financeiros aos Estados e ao DF, especialmente àqueles que têm como ponto forte das economias as exportações, como é o caso, inclusive, do meu Estado, o Estado do Espírito Santo, do Estado de V. Exª, assim como de tantos outros Estados.

Vale registrar, Sr. Presidente, que, na ausência dessa nova lei complementar, continua vigente, Senador Serra, a compensação introduzida na Lei Complementar nº 87, de 1996, que desonerou as exportações e vem sendo utilizada para ressarcir Estados com valores em índices imutáveis desde a sua publicação.

Para termos uma ideia, nos últimos anos, estão sendo transferidos cerca de R$3,9 bilhões anualmente, sendo R$1,95 bilhão com base na Lei Kandir e R$1,95 bilhão por meio de Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações, o chamado FEX. Em geral, os recursos são transferidos com base, pasmem V. Exªs, em medidas provisórias, editadas a cada ano, sem uma lei estabelecida que regulamente, que possa dar estabilidade, que possa permitir não apenas ao Governo Federal, mas aos Governos estaduais que façam um adequado planejamento sobre esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estamos, anos a fio, improvisando. Essa que é a verdade. Ficamos aqui, todo ano, na undécima hora para entrar em recesso, correndo e aprovando, abrindo crédito por medida provisória.

Portanto, o Supremo Tribunal Federal determinou: se não fizermos isso em 12 meses, estaremos perdendo uma prerrogativa e ele vai transferir essa tarefa ao Tribunal de Contas da União, para que o Tribunal de Contas da União o faça.

Muito bem. Há projeto tramitando nesta Comissão, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que mereceu relatoria do Senador Flexa Ribeiro, que já está entregue à Mesa, para que a Mesa possa pautar.

Portanto, eu sugiro que, como primeira providência desta Comissão, que trata de todos esses temas alusivos às relações federativas, façamos esse enfrentamento aqui na Comissão, para que o Congresso brasileiro possa oferecer uma resposta ao Supremo Tribunal Federal. Caso contrário, o Supremo, num acórdão, determinou que, se o Congresso não o fizer, quem vai fazê-lo é o Tribunal de Contas da União. E nós temos até o mês de dezembro para concluirmos esse trabalho.

Portanto, eu quero sugerir a V. Exª que, na primeira reunião deliberativa, possamos pautar esse ato com prioridade.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Ferraço, V. Exª poderia repetir do que trata essa decisão do Supremo? Qual o aspecto, o conteúdo?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A decisão do Supremo determina que o Congresso Nacional regulamente os efeitos da Lei Kandir. A Lei Kandir não está regulamentada desde a sua sanção, desde a sua edição. Portanto, após muitos anos, desde 1996, ano a ano, estamos improvisando essa compensação aos Estados que têm, como fonte de financiamento das suas receitas governamentais, a exportação.

O que nós precisamos, inclusive por determinação do Supremo, é interromper essa improvisação para adotar uma regra consistente e equilibrada – é o que já apresentou o Senador Flexa Ribeiro –, para que nós possamos fazer um debate...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não por coincidência, do Estado que mais sofre os efeitos da Lei Kandir sobre as suas receitas – efeitos negativos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu não sei se é o Estado do Pará...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É o Pará.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... ou se é o Espírito Santo, mas eu sei que esses dois Estados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... anualmente sofrem muito. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas eu só queria acrescentar, Sr. Presidente, que, junto com essa questão, há outra: o não pagamento aos Estados em relação aos créditos da exportação.

Ouviu, Senador Ferraço?

Há um problema grave, que anda de mãos dadas com esse, que não é, digamos, "a favor dos Estados" no sentido de regulamentar a Lei Kandir, mas que é da não concessão de créditos; ou melhor, os créditos ficam sem pagamento durante décadas praticamente, o que significa uma perda para o setor exportador de cerca de R$50 bilhões, R$100 bilhões, uma coisa dessa natureza, o que é gravíssimo para efeito do nosso comércio exterior.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É porque são companhias que acumulam esse crédito...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... e esse crédito...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O seu Estado tem muito esse problema.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito!

E são créditos que são impagáveis, porque eles ficam sendo acumulados e, não havendo a compensação, estrangula-se ainda muito mais, criando enorme dificuldade para importantes companhias brasileiras.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu coloco essa questão da regulamentação da Lei Kandir também como um ponto que tem que ser discutido imediatamente.

Nós reclamamos, aqui no Congresso, quando o STF legisla, dizendo: "Ah, mas o Judiciário está legislando!" Ele o está fazendo, porque nós, no Congresso, pecamos pela omissão, como é o caso da Lei Kandir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, essa lei de 1996 teria que ter sido regulamentada, mas nunca o foi. E nunca o foi porque os governos todos que passam não permitem que o Congresso faça tramitar a lei, Senador Serra. E V. Exª falou com perfeição – aliás como sempre, nessa área, V. Exª é professor de todos nós aqui.

Então, o fato de os Estados não serem compensados pelas perdas de receita leva esses Estados a também não pagarem o crédito das empresas exportadoras de ICMS. Não há como pagar.

Quanto a esses R$3,9 bilhões, a cada ano tem que ser feita uma luta no Legislativo, na Comissão de Orçamento, porque não vem do Executivo rubrica para a Lei Kandir; tem que ser acrescentada na Comissão Mista de Orçamento. E mais, aí se abre o crédito através de uma medida provisória no último momento.

Essa pequena compensação, que não chega a 15% das perdas, no ano de 2014, não foi paga; no ano de 2015, não foi paga; em 2016, pagou-se 2015 e 2016, relativamente a essa parte que é menor.

Então, eu conversei com o Presidente Eunício Oliveira e disse a ele que era preciso que se tomasse esse assunto como prioritário da nossa agenda aqui no Senado, porque, se nós não o fizermos...

E não é, Senador Ferraço, até dezembro, são. São 12 meses. O voto do Ministro Gilmar Mendes foi aprovado em 30 de novembro; então, a contar 12 meses, é até final de outubro.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E tem que passar pela Câmara.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Exato! Nós temos que aprovar aqui e tem que ir à Câmara.

Existe uma PEC do Senador Pedro Simon que está pronta para ser votada no plenário; está lá adormecida.

Então, temos que promover – e foi isso que eu sugeri ao Presidente –, através da CAE, um estudo de tudo o que existe em tramitação, no Senado e na Câmara, sobre a regulamentação da Lei Kandir e tirar um substitutivo que possa ser, por consenso, já votado aqui e na Câmara. Isso para não perdermos a possibilidade e, esgotado o prazo, o TCU ter que regulamentar a lei em substituição ao o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu me comprometo, Senador Flexa, a colocar no rol das prioridades aqui da CAE essa questão.

Em votação, o plano de trabalho.

Os Senadores que o aprovam fiquem como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado o plano de trabalho do grupo que cuidará da questão tributária, sob a coordenação do Senador Ferraço.

Vou ler mais alguns requerimentos aqui.

Requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 12, de 2017

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para debater a regulação do mercado de cartões de crédito e débito no Brasil e a eventual ocorrência de práticas anticoncorrenciais nestes mercados.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Considerando a motivação da audiência pública requerida, S. Exª recomenda a presença dos seguintes convidados: Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, Presidente interino do CADE; Otávio Ribeiro Damaso, Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil; Ricardo de Barros Vieira, Diretor Executivo da Abecs; e Paulo Solmucci Júnior, Presidente Executivo da Abrasel.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13, de 2017

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para debater a atual política de conteúdo local para o setor de petróleo e gás e propostas alternativas com o intuito de potencializar a produção nas próximas rodadas de leilões de exploração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Considerando a motivação da audiência pública requerida, S. Exª recomenda a presença dos seguintes convidados: Sr. Rubens Barbosa, Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias de São Paulo; um representante do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP); e o Sr. José Ricardo Roriz Coelho, Diretor de Competitividade da Fiesp.

Coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 14, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para debater o Programa FIES (Fundo de Financiamento Estudantil).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Considerando a motivação da audiência requerida, S. Exª recomendo a presença dos seguintes convidados: Sr. Sílvio de Sousa Pinheiro, Presidente da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE), Sr. Cláudio de Moura Castro, economista especializado em educação; um representante do MEC; e um representante do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – V. Exª estaria aberto a alguma proposição?

Sugiro alguém claramente mais crítico. Já há o Cláudio de Moura Castro, mas acho que temos que pegar alguém mais crítico do Fies. Isso porque, do que eu ouvi, parece que são três mais a favor e um mais crítico. Eu acho que precisaríamos balancear mais. Eu, particularmente, sou um crítico desse programa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Fica aberto para a contribuição de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Aprovado o requerimento? (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do Senador Flexa Ribeiro:

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 15, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal e nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater as graves consequências da Operação Carne Fria, deflagrada pelo Ibama.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Para tanto, S. Exª sugere a participação dos convidados abaixo relacionados: Sr. José Sarney Filho, Ministro do Meio Ambiente; Sr. Adnan Demachki, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará; Sr. Luiz Fernando Rocha, Secretário do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará; Srª Suely Araújo, Presidente do Ibama; um representante do setor industrial da carne no Estado do Pará; e um representante dos produtores de proteína animal do Estado do Pará.

Coloco em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eu peço para falar porque o Senador Serra...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Para que V. Exª esclarecesse o que é a Operação Carne Fria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim; por isso eu queria que V. Exª me concedesse a palavra para esclarecer ao Senador Serra e praticamente a todos os brasileiros a respeito, porque todos conhecem, lamentavelmente, a Operação Carne Fraca.

A Operação Carne Fraca foi aquela operação da Polícia Federal lamentável na forma, não no mérito. Quer dizer, aqueles agentes públicos que estavam obtendo vantagens indevidas no exercício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

das suas funções têm que ser punidos exemplarmente. Agora, da forma como isso foi feita, colocou em risco a economia do País. O Brasil está saindo de ...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu só perguntei qual a diferença. O que é a Operação Carne Fria? Isso porque a gente ouviu falar na Operação Carne Fraca, mas não fria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A Operação Carne Fraca, Senador Serra, foi realizada na sexta-feira da semana retrasada; e a Operação Carne Fria, na segunda-feira seguinte.

Eu já disse da tribuna que, no Pará, além da queda, veio o coice, porque a Operação Carne Fria abrangeu Pará e Tocantins só. A Operação Carne Fraca é no Brasil todo – no Brasil todo!

Então, o que houve é que, pela Carne Fria, não permitiram mais o funcionamento de todos os frigoríficos – foram bloqueados. Por quê? Porque o Ibama e o Ministério Público Federal achavam que os bois que estavam sendo adquiridos pelos frigoríficos eram oriundos de fazendas embargadas por desmatamento ilegal.

Então, eu conversei com o Ministro, com a Presidente do Ibama, Drª Suely, que não deveria nem ter colocado a operação na segunda-feira, em função do estrago da Operação Carne Fria, mas, já que começou, que ela suspendesse. Até hoje, lamentavelmente, não foi suspensa.

Como é que o Ibama vai provar que o boi que o frigorífico comprou... Já existe um TAC, no Ministério Público Federal do Pará, com os frigoríficos, com os produtores exatamente para que não sejam adquiridos bovinos de áreas embargadas por desmatamento. Então, isso já está pacificado.

A urgência disso, Presidente, é para que nós possamos fazer essa audiência, se possível, nesta semana, porque há um prejuízo que já vem da questão da Carne Fraca e, agora, com a pá de cal em cima da Carne Fria.

Eu peço o apoio dos meus pares para que possamos aprovar o requerimento e, o mais rápido possível, Presidente, fazer essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em votação.

Aqueles que concordam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do Senador José Pimentel.

ITEM 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 16, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que o tema a ser avaliado por essa Comissão de Assuntos Econômicos, no ano de 2017, seja, no âmbito da questão federativa, a seguinte proposta: Avaliação do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), no tocante aos seus impactos sobre a geração de empregos, a redução da informalidade na atividade econômica, o aumento da arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais, e o incentivo ao empreendedorismo e à inovação.

Autoria: Senador José Pimentel.

O requerimento se justifica por si mesmo.

Essa é a proposição do Senador José Pimentel sobre a política pública a ser avaliada pela Comissão neste ano.

Coloco em discussão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, não é nem para discutir, apenas...

Primeiramente, eu quero me desculpar por não conseguir vir antes – estávamos na reunião de Líderes.

Nós temos um outro requerimento. Há o do Senador Pimentel e há um requerimento também do Senador Lindbergh, que propõe, como um dos temas de sugestão de política pública, a questão do conteúdo local.

Então, eu queria propor que nós pudéssemos adotar estas políticas públicas, já que assim dispõe o Regimento: tanto a proposta pelo Senador Pimentel como a proposta pelo Senador Lindbergh. Estou falando isso antes da aprovação do requerimento para a aprovação desse requerimento não impedir o outro. Portanto, eu queria esse entendimento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Gleisi, eu pediria para colocar a do Senador Lindbergh, porque há o entendimento de que seria uma política pública por Comissão. Contudo, vou avaliar isso com a assessoria aqui e nós colocaríamos a do Senador Lindbergh na próxima reunião.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É, mas temos um prazo para definir. Não é hoje o prazo para definir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É no dia 31?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O prazo é até hoje, mas o entendimento aqui é de que é uma política pública.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Temos aqui art. 96-B do Regimento Interno, que coloca que, no desempenho da competência prevista no inciso IX do art. 90, "as Comissões Permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas".

Penso que não haveria problema nenhum. O que abunda não prejudica, até porque é uma coisa que interessa ao País.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Poderíamos fazer as duas, e os dois Senadores que as propuseram seriam relatores da matéria e trariam a matéria à discussão.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Inclusive, ficou aprovado numa audiência pública sobre conteúdo local.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sobre?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sobre conteúdo local. Não ficou?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não. Ainda não.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Falou-se sobre conteúdo local, falou-se em convidar os nomes dados, foram aprovados...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tenho certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Isso é no grupo de trabalho do Senador Ferraço.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ah, dentro do grupo de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Que é algo correlacionado com um tema para ser discutido de política pública. É que o tema "conteúdo local" oferece grande interesse, a meu ver, para o debate.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É; e não teria problema, porque não é uma questão deliberativa. É para discutirmos e acompanharmos. Acho que a gente pode fazer.

As outras Comissões decidiram avaliar mais do que uma política pública. Estou vendo que não prejudica.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas, se tiver, prefiro que fique essa e não a outra. Sem nenhuma marcação sobre o Senador Lindbergh, mas que façamos sobre conteúdo local.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não; a do Senador Lindbergh é essa.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A de conteúdo local.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A outra é do Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não; V. Exª havia apresentado algo do Senador Lindbergh aqui... Falava de conteúdo local?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não. A que eu apresentei do Senador Lindbergh foi outra... A do Senador Lindbergh não foi requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Era o projeto de que ele foi relator.

O do Senador Pimentel – este que estou lendo...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... apresentou este requerimento aqui.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sobre política fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sobre política pública. Ele fala sobre Simples, ou ainda, avaliação do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, esse objeto não estaria contido no grupo de trabalho que tem como coordenador o Senador Monteiro?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O caso aí é de conteúdo local. O caso do Senador Lindbergh.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, não; esse do Senador Pimentel. Pelo que depreendo da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O do Senador Pimentel?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não; acho que não, porque aqui ele está falando do impacto do Simples na geração de emprego, geração de renda etc. Não é questão de...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, realmente, tecnicamente, não poderiam ser aprovados os dois? Ou seja, este de conteúdo local e o outro?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu até queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não vamos abrir aqui essa coisa, apesar de ser a visão diferente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Até porque o §1º do 96 fala...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Que fique o crédito em relação à Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É. Até porque, para ficar assim mais confortável para V. Exª e contrariando a orientação da Secretaria, o §1º do art. 96-B diz: "Cada Comissão Permanente selecionará as políticas públicas até o último dia útil do mês de março de cada ano". Frise-se: "as políticas públicas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho que não há divergência aqui. A gente tem condição...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Aqui, Senadora Gleisi, existe um outro parágrafo que diz: "§3º. Ao final da Sessão Legislativa, a Comissão apresentará relatório com as conclusões da avaliação realizada".

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Das políticas públicas; não de uma só.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É um relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Bom, eu vou...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria até apelar para V. Exª, porque eu acho que não vai prejudicar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... não querendo, mas, enfim, para mostrar a boa vontade que nós temos aqui, especialmente com a Senadora Gleisi e com o Senador Lindbergh.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Apoiado, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, aprovado, o do Senador Pimentel? (*Pausa.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, passemos a outro requerimento, agora do Senador Lindbergh:

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 17, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 49, inciso X, e 58, inciso VI da Constituição Federal, e dos arts. 90, 96-B, e 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que entre as políticas públicas a serem avaliadas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

esta Comissão, no exercício de 2017, esteja contida a política de conteúdo local nos setores de petróleo e gás natural, telecomunicações, defesa e transportes.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

As matérias estão de acordo com o art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Tasso, eu pediria licença a V. Exª para fazer um registro: o Senador Ronaldo Caiado esteve no Pará, este final de semana, e, conversando com ele, S. Exª pediu para ser, juntamente comigo, o subscritor do requerimento da audiência pública.

Então, eu pediria que pudesse incluir o Senador Ronaldo Caiado, juntamente comigo, como subscritor do requerimento que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k.

Nada mais havendo a deliberar...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não há ainda um requerimento meu para leitura?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O seu requerimento foi lido...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Foi lido? Ah, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... mas o Senador Romero Jucá pediu que, dada a sua ausência e como foi combinado, ele seria lido na próxima reunião.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não; eu só queria pedir para considerá-lo lido para a gente votar na próxima reunião. Eu cheguei a tempo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu cheguei a ler?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu não cheguei a ler não.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ah, não?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ficou para a próxima reunião, conforme o pedido do Senador Romero Jucá, que falou aqui como Líder do Governo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, não, eu sei, mas é porque, se ficar para a próxima reunião, só se vai votar na outra. Entendeu? Aqui a gente tem uma tramitação...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, nós estamos votando na mesma reunião.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ah, na mesma? Então, está ótimo! Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Na semana passada, nós resolvemos isso.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bem. Obrigada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, V. Exª levou a reunião até às 13h30min, o que deu tempo de a Senadora Gleisi chegar para colocar os requerimentos dela.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, só quero, para finalizar, manifestar minha satisfação: é a primeira atividade legislativa que eu tenho desde de maio do ano passado. Queria me congratular com V. Exª pela operosidade que foi demonstrada, inegavelmente, com muita clareza, na reunião de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado. E é uma honra muito grande ser justamente nesta Comissão que V. Exª tivesse a sua primeira atividade legislativa – V. Exª que sempre contribui tanto não só para esta Comissão, como para o próprio Senado como um todo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vou guardar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – ... este vídeo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, pode gravar à vontade. É conhecida a minha admiração por V. Exª e por todos.

Proponha a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 2ª e 3ª Reuniões.

Todos concordam?

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Encerrada a reunião nada mais havendo a tratar.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Roberto Requião, Simone Tebet, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Humberto Costa, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Thieres Pinto, Cidinho Santos e como não membros Ivo Cassol e Hélio José. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Raimundo Lira, Gleisi Hoffmann, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra, José Agripino, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Fernando Bezerra Coelho, Lídice da Mata, Armando Monteiro e Vicentinho Alves. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQE 5/2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. **Finalidade:** Debater os impactos à economia brasileira decorrentes das recentes divulgações acerca da operação deflagrada pela Polícia Federal, denominada "carne fraca". **Participantes:** João Fagundes Salomão, Coordenador-Geral da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Antoninho Rovaris, Secretário de Meio Ambiente (representante de: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag). Herlon Alves Brandão, Diretor de Estatística e Apoio à Exportação da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Resultado:** Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião pode ser acompanhada em áudio e vídeo pelo link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/03/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 6 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Kátia Abreu, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Omar Aziz, José Medeiros, Benedito de Lira, Fernando Bezerra Coelho, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Thieres Pinto, Hélio José e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião, Raimundo Lira, Simone Tebet, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, José Serra e Ciro Nogueira. Comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: I – CORRESPONDÊNCIAS 1. Correspondência, sem data registrada, da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, encaminhando moção de apoio ao PLS nº 409/2016. 2. Ofício nº 15/2017, de 23 de março de 2017, da Câmara Municipal de Taubaté, estado de São Paulo, encaminhando solicitação para verificação do cumprimento de limites e condições necessários à contratação de operação de crédito com Corporação Andina de Fomento e de pedido de Concessão de garantia da União. 3. Ofício nº 194/2017, de 22 de fevereiro de 2017, da Câmara Municipal de São José do Rio Preto – SP, encaminhando moção de repúdio ao Projeto de Lei 6.787, que extingue os direitos trabalhistas e prejudicam o conjunto da classe trabalhadora do Brasil. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal. **Participante:** Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil. **Resultado:** Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião pode ser acompanhada em áudio e vídeo pelo link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/04/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 7 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Roberto Requião, Waldemir Moka, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Wilder Morais, Ivo Cassol, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Roberto Rocha, Lídice da Mata, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registra a presença o Senador José Medeiros. Usam da palavra os Senadores José Medeiros e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, José Maranhão, Jorge Viana, Aécio Neves, Benedito de Lira, Antonio Carlos Valadares e Randolfe Rodrigues. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, de 2011 – Terminativo, que: "Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Sen. Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição da Emenda nº 4-S. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 3 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 125, de 2015 – Não Terminativo, que: "Fixa os critérios para escolha do Advogado-Geral da União, bem como o procedimento para a sua nomeação." Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, de 2013 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, e dá outras providências." Autoria: Senador Cyro Miranda. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 a 9-CMA-CAE e da Emenda nº 10-CAE, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 a 9-CMA-CAE-CCJ, nº 10-CAE-CCJ, e nºs 11 a 14-CCJ. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 –Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Aprovado o Projeto e a Subemenda nº 1-CCJ à Emenda nº 1-T. Registra-se o voto favorável da Senadora Gleisi Hoffmann. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Concedida vista aos Senadores Flexa Ribeiro e Wilder Morais, nos termos regimentais. ITEM 9 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 –Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países." Autoria: Deputado Walter Pinheiro. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu a Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2014 – Terminativo, que: "Acrescenta art. 83-A à Lei nº 4.737, de julho de1965 (Código Eleitoral) para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas." Autoria: Senador Anibal Diniz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tornar obrigatória a adição de marcadores químicos nas munições e seus insumos destinados a armas de fogo." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRE. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, de 2011 – Não Terminativo, que: "Obriga a criação de unidade do Procon nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências." Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais. ITEM 17 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 – Não Terminativo, que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2013 – Não Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 96 da Constituição Federal, para determinar a participação dos juízes de primeira instância nas eleições para os órgãos diretivos dos tribunais." Autoria: Senador Eduardo Amorim e outros. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, de 2015 – Não Terminativo, que: "Dá nova redação ao art. 30 da Constituição Federal, para prever prestação de contas simplificadas para os Municípios de menor porte." Autoria: Senador Antonio Anastasia e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, de 2011 – Terminativo, que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas." Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 – Terminativo, que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, de 2007 – Não Terminativo, que: "Altera a redação do art. 102, inciso I, alínea h, e acrescenta inciso XII ao art. 109 da Constituição Federal, permitindo ao STF delegar aos Juízes Federais de 1ª instância a homologação de sentença estrangeira relativa à separação judicial e divórcio." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pelo arquivamento da Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento da Proposta. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2011 – Terminativo, que: "Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o § 1º ao art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 699 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de determinar a prioridade na tramitação de processos, da competência do juízo de família, envolvendo acusação de alienação parental." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 5º e o art. 21-A à Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para fixar em cinco anos o prazo prescricional para o cumprimento do compromisso de ajuste de conduta e o prazo para a propositura da ação civil pública, bem como em um ano o prazo para a vigência do termo de ajustamento de conduta." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denunciação da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, de 2015 – Terminativo, que: "Inclui, na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei n. 4.657, de 1942), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº1-T, com sete emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2007 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. TRAMITA EM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2011 - Não Terminativo, que: "Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para deputado federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o sistema majoritário às eleições de deputado estadual e deputado distrital e de vereador." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, de 2015 - Não Terminativo, que "Dá nova redação ao caput do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil." Autoria: Senador Reguffe e outros. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das Propostas e, no mérito, favorável à PEC nº 61, de 2007 e prejudicialidade das demais, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2008 – Complementar – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 91, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 103, de 2015 – Não Terminativo, que: "Revoga o § 2º do art. 57 da Constituição Federal." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM EXTRAPAUTA 33 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, de 2017 – Não Terminativo, que: "Altera o Regimento Interno do Senado Federal para redefinir as atribuições e as denominações das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Transparência e Governança Pública (CTG)." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. Aprovado o Requerimento nº 2, de 2017-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 2, de 2017 – "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2017." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 32. Sabemos que o item 1 teve o seu exame adiado a pedido do Relator.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada, Senador Lobão. Quero cumprimentar V. Exª e cumprimentar aqui os Senadores e as Senadoras presentes.

Antes de iniciar a pauta, Senador Lobão, eu apresentei três requerimentos a esta Comissão – dois, na realidade, porque podem ser resumidos –, de convocação do Sr. Ministro da Justiça Osmar Serraglio, para que venha aqui explicar a situação que envolve S. Exª e alguns Deputados do Paraná nessa operação Carne Fraca, onde ele aparece em gravações muito comprometedoras. E também convites ao Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal, e ao Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, para trazer explicações.

Não apresentei aqui um requerimento de convocação ou convite ao Ministro da Agricultura porque aprovamos ontem, na CAE, esse convite, e hoje às 14 horas, nós teremos uma audiência conjunta da CAE e da Comissão de Agricultura, com a presença do Ministro da Agricultura, o Senador Blairo Maggi, que eu penso que deve ser o primeiro a falar a este Senado sobre o problema tão grave que se abateu sobre o País com essas denúncias sobre frigoríficos e a operação feita.

Penso que esta Comissão de Constituição e Justiça não pode se furtar a ouvir e chamar aqui...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...o Ministro da Justiça, para que tenhamos esclarecimento dele. Aliás, causa espanto que, seis dias após todos esses acontecimentos, esse Ministro ainda se encontre no cargo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, eu gostaria, pela relevância da matéria, pelo que está representando para o País neste momento, que nós invertêssemos a pauta e discutíssemos esses requerimentos e a situação que hoje tem impacto no País, com a operação Carne Fraca. Portanto, peço a inversão de pauta para depois podermos discutir os requerimentos e também as razões que me fazem apresentá-los.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Lopes e, em seguida, Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Isso, pela ordem.

Eu gostaria de perguntar à Senadora Gleisi. A senhora comentou sobre a reunião conjunta, hoje, da CRA e da CAE, onde o Ministro Blairo estará presente. E o Ministro Marcos Pereira também estará presente. Foi aprovado o convite. Então, pergunto se realmente é necessário, uma vez que ele estará hoje às 14 horas, que ele esteja novamente aqui na Casa?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu não tinha informação da confirmação dele, Senador. Se ele estará presente hoje, não há necessidade de vir mais uma vez. Então, quero manter aqui o requerimento de convocação do Ministro da Justiça e do Diretor-Geral da Polícia Federal.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Obrigado, Senadora. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, penso que é plausível e importante. Isso não tem pedido de oposição, não concordância de situação, oposição ou situação. É um problema do País que acabou maculando a Nação num item tão importante para nós, que estamos vivendo um estrangulamento da nossa economia: a nossa exportação da carne, um item tão importante para nós e que demoramos tanto tempo para conquistar.

Nada mais natural e plausível, realmente, porque a operação foi da Polícia Federal, a quem rendo os meus respeitos pelo trabalho que tem feito, mas penso que, com o que tenho ouvido do nosso Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que conhece a área, sabe exatamente o que está falando e como o Brasil se preparou ao longo dos anos nos seus itens de inspeção... E o mundo também tem os seus itens. A nossa carne sai inspecionada daqui e também é inspecionada quando chega lá. De repente, você toma um susto porque, se na verdade estivéssemos comendo carne podre, todos nós já estaríamos mortos. Todos nós! Nós somos um povo afeito ao consumo de carne. Todos nós estaríamos mortos já.

Então, se foi uma comunicação equivocada, dada a maneira como foi colocada pela Polícia Federal, acho que a própria Polícia Federal é quem mais pode contribuir nesse momento. E dizer, na verdade... Porque está claro que o que a Polícia Federal rastreou na investigação foi corrupção, propina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

corrupção dentro do sistema, dentro da operação, a partir do Ministério da Agricultura. Na verdade, ela não estava ali inspecionando ou fazendo uma investigação porque se estava vendendo carne podre para o mundo e dando carne podre para brasileiro comer. Então, a própria Polícia Federal é quem mais pode contribuir. Acho que, se o Dr. Daiello der uma declaração desta, ela vai embora para o mundo: "A Polícia Federal estava investigando corrupção. Nós não estamos investigando carne podre." Se apareceram algumas distorções, com o País com o volume do que nós temos, essas distorções jamais poderão macular o todo, que é o nosso volume de exportações para o mundo.

Então, a Senadora Gleisi traz esse pedido de convocação ou de convite para que nós possamos ouvi-los, e eu tenho certeza de que eles virão de bom grado, porque a Nação precisa, e o Senado não pode furtar-se das suas prerrogativas e das suas responsabilidades de trazê-los aqui para que nós possamos ouvi-los.

Quero parabenizar a Senadora Gleisi. Ela tem o meu apoiamento completamente, porque acho que para o mundo o que vai valer muito mais é a explicação da Polícia Federal, dizendo: "a nossa comunicação não foi correta, não era exatamente assim; nós não estávamos investigando carne podre – não estamos vendendo nada podre para vocês –, mas corrupção". Foi colocada equivocadamente a maneira da comunicação, e se criou esse banzé todo a que estamos assistindo no mundo e também internamente.

Parabéns, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Requião e, em seguida, Senador Anastasia.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu sou Relator de um projeto que irá em segunda votação para o Plenário hoje. Mas, em face dos argumentos levantados pela Senadora Gleisi e pelo Senador Magno Malta, acho que há um consenso no Plenário de que esse projeto seja deixado para a próxima reunião da Comissão.

Além disso, faço um pedido para a assessoria técnica da Comissão examinar uma emenda feita pelo Senador Magno Malta, que, na verdade, não é uma emenda, é um substitutivo. Sendo um substitutivo, é antirregimental e não poderia nem ser votado. Como nós vamos deixar para a próxima quarta-feira, eu acredito que a Comissão poderia examinar essa natureza de substitutivo da emenda apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Defiro o pedido de V. Exª, como Relator, para que o item 1 da pauta seja retirado até nova deliberação.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a V. Exª e aos eminentes Senadores e Senadoras.

Em relação à solicitação da eminente Senadora Gleisi Hoffmann, eu gostaria de apresentar a S. Exª a sugestão de ser convite, porque a Senadora mencionou convocação. Que seja convite ao Ministro de Estado da Justiça, como é praxe no primeiro momento, até porque os outros também foram por convite. Se, porventura, o convite não for aceito, aí discutiríamos mais adiante. Mas, conversando com os pares, parece que há uma tendência de aprovar a figura do convite, se V. Exª assim também estiver de acordo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Se me permite, Senador Anastasia, o convite... Até porque, dos 21 frigoríficos, 20 são do Estado do Ministro. Acho que ele, mais do que ninguém, tem interesse de vir. Então, penso que é cortês, é educado o convite. Depois, se ele cismar de não vir, o que acho que ele não fará, porque vai virar outro falatório e acho que o Ministro tem todo o interesse em esclarecer a situação, como, aliás, todos nós temos interesse de ouvi-lo, se ele realmente depois... É igual àquela história de coercitiva. Você não pode levar ninguém coercitivamente se antes você não o convidar para ir e ele disser que não vai. Se ele disser que não vai, aí você o leva coercitivamente. Então, é a mesma coisa. Vamos convidar o Ministro, e tenho certeza de que ele virá.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Quando presidi a Comissão de Educação, por sugestão do Plenário à época, passei a adotar uma alternativa que me parece bastante lógica: que seja sempre o pedido feito através de um convite, mas com a alternativa de que, se o convite não for atendido prontamente, se transforme numa convocação. Agora, é evidente que a convocação imediata seria a repetição daquilo que todos nós criticamos na Justiça Federal hoje com as conduções coercitivas, o que não tem, realmente, cabimento. A minha sugestão é que seja feito um convite, mas já com a alternativa do Plenário, para que não se retarde a necessária oitiva, de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª deseja se manifestar?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Tenho concordância com a colocação dos colegas. Inclusive, queria sugerir à Comissão, como ontem nós aprovamos também convite a ele na CAE, que possamos fazer uma sessão conjunta de oitiva, então, tanto do Ministro como do Diretor-Geral da Polícia Federal, CAE e CCJ. Se pudéssemos, marcaríamos já para o início da semana, Senador Lobão, porque, como vêm hoje os dois Ministros aqui, o Ministro Blairo Maggi e o Ministro da Indústria e Comércio, acho que não dá para demorar muito a vinda do Ministro da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, eu queria dizer que não tenho problema quanto a isso. Concordo, mas que tivéssemos, entre nós aqui, o acordo, como disse o Senador Requião e o Senador Magno Malta, de que, se ele se recusar a vir no início da semana, façamos a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi, Srs. Senadores que sobre o assunto trataram, eu fui Ministro de Estado e recebi inúmeros convites para comparecer a comissões técnicas do Senado e da Câmara, jamais uma convocação. E a todos atendi prontamente. Creio que essa é até uma demonstração de educação parlamentar. O Senador Requião tem uma proposta alternativa, porém, temos adotado aqui, na Comissão de Constituição e Justiça e nas demais comissões do Senado, esse procedimento do convite. Em não sendo atendido, passa-se, então, ao passo seguinte, que é a convocação.

Porém, no caso presente, Senadora Gleisi Hoffmann, nós, nesta Comissão, assim como nas demais, somos regidos pela Constituição Federal, pelo Regimento Interno do Senado Federal e pela tradição, pelas chamadas normas consuetudinárias. Há uma decisão desta Comissão, à época em que foi Presidente o Senador Eunício Oliveira, seguida posteriormente pelo Senador Vital do Rêgo, na Presidência, e pelo Senador José Maranhão, segundo a qual convites dessa natureza são deliberados, sim, mas na reunião seguinte da Comissão. Não desejo romper essa tradição, até nem devo fazê-lo no caso presente, sobretudo pelo fato de que V. Exª obteve em outra Comissão o convite ao Ministro da Agricultura, a quem essa questão está mais diretamente ligada. Agora, creio que também é aceitável a proposta de V. Exª no sentido de se fazer isso conjuntamente. Porém, a deliberação quanto ao Ministro da Justiça e ao Diretor-Geral da Polícia Federal ficaria para a reunião da próxima quarta-feira, na forma da tradição, que torna essa uma norma a ser seguida por esta Comissão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria fazer um apelo a V. Exª.

Eu presidi a Comissão de Assuntos Econômicos. Tínhamos uma norma exatamente igual à da CCJ. Como é uma norma deliberada pelo Plenário da Comissão, portanto o Plenário é soberano também se entender que não deve aplicá-la em relação a determinado assunto. Considerando a gravidade desse assunto, Ministro Lobão, considerando o impacto que isso está tendo no País e considerando que as discussões têm de ser feitas rapidamente, como também os esclarecimentos, sob pena de uma série de prejuízos que possamos ter, eu queria encarecer a V. Exª e a esta Comissão que pudéssemos aprovar o convite hoje, para já ficar junto com a CAE, que aprovou os convites ontem, para já podermos marcar a reunião. Senão, vamos jogar isso para frente. A situação vai piorando, vai deteriorando. Isso impacta na situação econômica do Brasil, impacta na segurança alimentar da nossa população, impacta, inclusive, no fato de a população se sentir segura de que o que ela está consumindo realmente está adequado. Principalmente, isso é importante para esclarecer, já que o epicentro de todo esse problema se deu no Estado do Paraná. O Ministro da Justiça é de lá. Como bem lembrou aqui o Senador Magno Malta, quase

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

a totalidade dos frigoríficos envolvidos é do Paraná. E o Brasil inteiro está pagando um preço descomunal por conta dessa situação.

Então, eu queria encarecer a V. Exª para que a gente pudesse votar o convite aqui. V. Exª pode conversar com o Ministro e solicitar a ele que ele venha aqui o mais rápido possível, assim como seus colegas estão fazendo. Como a gente diz no bom e velho jargão, quem não deve não teme. Vi um Ministro, ontem, falar na imprensa sobre as denúncias. Acho que o lugar adequado para ele falar é esta Comissão de Constituição e Justiça, para ele se explicar.

Eu queria reiterar este pedido e dizer que, na CAE, havia essa norma aprovada. Não sei se há uma norma aprovada aqui ou se ela é consuetudinária. Mas lá há uma norma aprovada, e, por diversas vezes, em acordo com a Comissão, superamos essa norma, inclusive ontem, quando aprovamos o convite aos Ministros.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pelo que entendi, hoje já há uma convocação do Ministro da Agricultura e do Ministro da Indústria e Comércio. O que eu entendi de V. Exª é que na próxima semana teremos o convite do Ministro da Justiça juntamente com o Diretor-Geral da Polícia Federal. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não. O que eu disse é que há uma norma nesta Comissão no sentido de que proposta dessa natureza não é deliberada na reunião em que ela é feita, e sim na reunião seguinte, uma semana depois.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – O.k., Presidente, entendido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi, eu acho um perigo estarmos a qualquer momento alterando leis. Esta não é uma lei escrita, mas é uma norma tomada, deliberada pela Comissão. Episodicamente, propõe V. Exª que se altere isto. Nós não teríamos sequer, neste momento, quórum para esta deliberação – no painel, sim; na presença, não. Poderemos até tratar do assunto ao final desta reunião. Ao final da reunião, trataríamos do assunto.

Agora, veja V. Exª que este é um interesse momentâneo. Já houve governos passados, governos diferentes do atual, em que a deliberação foi desejada por outra razão. Mas eu porei em votação a proposta de V. Exª ao final desta reunião, o que não altera nada o objetivo do que V. Exª propõe.

Vamos, então, à pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, se me permite, antes de iniciar a pauta, eu queria fazer algumas considerações sobre este caso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com todo prazer.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Até porque ele envolve o meu Estado, o Estado do Paraná, e penso que, como Senadora do Paraná, tenho que deixar registrada aqui uma posição clara sobre o que está acontecendo. E gostaria de, nesta Comissão de Constituição e Justiça, deixar este esclarecimento. É rápido. Mas eu gostaria de fazê-lo no início, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, V. Exª tem até cinco minutos, porque pede a palavra pela ordem, e eu a concedo a V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu agradeço. Sei que V. Exª será consciencioso e me dará tempo, se eu precisar, para terminar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Por todas as razões, V. Exª merece o tempo que for necessário.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, a chamada Operação Carne Fraca foi conduzida com estardalhaço irresponsável. Foi feita dentro do quadro do processo penal do espetáculo em que se transformaram as investigações no Brasil, que começa com as ações da Polícia Federal, onde a imprensa chega antes aos locais, em que as pessoas são expostas, condenadas, muito antes do devido processo legal, e vai até a ação de juízes igualmente espetaculosos, como foi o caso da condução coercitiva ontem do jornalista Eduardo Guimarães, mais uma condução coercitiva, no âmbito da Operação Lava Jato, feita sem notificação prévia, como manda o Código de Processo Penal, em que o juiz quebrou o sigilo da fonte de um profissional de jornalismo e usou o argumento de que pode fazer isso porque ele não tem diploma, agredindo, inclusive, a decisão do Supremo Tribunal Federal transitada em julgado que diz não é necessário diploma para ser jornalista.

O segundo ponto é que a operação atingiu um importante setor produtivo do País, que terá, sem dúvida, dificuldade para se recuperar. Um setor que estimula uma longa cadeia produtiva que envolve milhões de brasileiros e suas famílias, inclusive de pequenos agricultores e criadores.

A operação Carne Fraca generaliza acusações que, aparentemente, só podem ser dirigidas contra uma parcela não exportadora de um setor estratégico gigantesco e configurada majoritariamente no Estado do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As reações internacionais ao escândalo já começaram a aparecer. A Coreia do Sul, a União Europeia, a China, o maior importador de alimentos do Brasil, e até mesmo o vizinho Chile anunciaram medidas restritivas contra a importação de carnes brasileiras. Isso deverá desencadear um efeito dominó nos principais mercados do produto, os danos poderão ser substanciais.

Hoje a Polícia Federal assina uma nota com o Ministério da Agricultura, dizendo que a carne do Brasil é de qualidade. Difícil é uma nota consertar o estrago que já foi já foi feito. É provável que o Brasil tenha de baixar o preço da carne para manter as suas exportações. Sabemos a consequência disso para nossa economia.

Defender o setor produtivo do agronegócio – é bom que se explicite aqui – não afasta as críticas que devem ser feitas sobre os problemas que têm esse setor. Diversas vezes já tratamos aqui, por exemplo, dos problemas trabalhistas do setor agronegócio: trabalho análogo ao trabalho escravo, exploração de pequenos agricultores, exploração dos integrados. Disse ontem na CAE, por exemplo, que temos um grande problema em relação aos frigoríficos com os produtores de carne de frango, de carne de suínos. E, no Estado do Paraná, por exemplo, que é o segundo produtor de carne de frango, eu conheço bem como se dá essa relação; uma relação verticalizada e, muitas vezes, de exploração, que nós temos que tratar. E há também os problemas ambientais: de desmatamento, de tratamento inapropriado de resíduos, de uso extensivo de agrotóxicos, que o setor também tem aqui de explicar. De fato, esses problemas existem, são muito graves e merecem nossa crítica e nossa luta.

Também não podemos desconhecer que temos que apoiar com contundência a agricultura familiar, base da produção para o mercado interno e para os trabalhadores explorados no campo. Hoje 70% dos alimentos consumidos no Brasil vêm da agricultura familiar, Senador Lobão, que produz em apenas 25% das terras agricultáveis no nosso País.

O ponto central que eu quero levantar aqui diz respeito ao que a operação que poderia ter sido conduzida sem espetáculo revelou.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E revelou que há envolvimento extremamente grave de membros do Governo na Operação Carne Fraca.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi, essa campainha não é para advertir V. Exª e sim os assessores que, insistentemente, conversam entre si, atrapalhando o funcionamento da Comissão.

Peço, portanto, aos assessores que se mantenham em silêncio.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Lobão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, o ponto centro que quero levantar aqui diz respeito ao que a operação, que poderia ter sido conduzida sem espetáculo, revelou. E revelou que há envolvimento extremamente grave de membros do Governo na Operação Carne Fraca. O envolvimento do Ministro Justiça, Osmar Serraglio, no episódio deveria ter causado sua imediata destituição do cargo, o que, aliás, temos falado aqui nesta Casa com insistência. Não há razão de esse Ministro continuar como Ministro da Justiça. É totalmente absurdo que, seis dias após a divulgação de gravações da Polícia Federal em que o Ministro aparece em conversa com o fiscal agropecuário Daniel Gonçalves Filho, considerado líder do esquema de corrupção investigado na Operação Carne Fraca, a quem chama de "grande chefe" e pede sua intervenção para resolver um problema em um frigorífico do Paraná, ele ainda esteja no cargo, sem se dar qualquer explicação sobre sua participação no esquema de corrupção.

Conforme informações veiculadas por diversos órgãos de imprensa, a Senadora Kátia Abreu teria, quando à frente do Ministério, pedido a demissão do Sr. Daniel, mas teria sido impedida pelo *lobby* liderado justamente pelo Osmar Serraglio e pela Bancada do PMDB do Paraná na Câmara dos Deputados, os Deputados Federais do PMDB do Paraná. Por isso a convocação do Ministro nesta Comissão é extremamente necessária e urgente, já que o Senhor Presidente da República não se digna a afastá-lo e demiti-lo. Ele precisa vir aqui explicar ao País que tipo de relação ele tinha com o servidor público a quem chama de grande chefe e com os fiscais. É acusado pela Polícia Federal de ser o grande operador do sistema de corrupção em uma operação que envolve inclusive a segurança alimentar, saúde e o bem-estar de milhões de consumidores brasileiros. É esse Ministro a causa de toda essa operação que foi feita e que está comprometendo todo o setor produtivo da carne no Brasil. E quero repetir aqui: eu sou crítica a esse setor, já fizemos diversas críticas ao *modus operandi* desse setor, mas não é possível que um ministro, um Deputado Federal do Paraná no exercício do seu cargo, com a sua atitude, tenha causado toda essa situação que nós estamos vendo no Brasil.

Por isso eu quero aqui reiterar, já que o Presidente da República não demite esse Ministro seis dias após o ocorrido, não se digna a tirá-lo do cargo, que ele venha aqui o mais rápido possível. Por isso, nós não podemos deixar para aprovar esse convite na semana que vem. É urgente, esse Ministro colocou ao Brasil, de forma irreversível, os impactos para sua economia em relação ao comércio externo. Ele tem que vir aqui explicar o que ele fez.

Portanto, o pedido aqui, Sr. Presidente, é para que votemos o quanto antes esse requerimento de convite. Penso que talvez nós já tenhamos quórum aqui para que a Casa dê uma resposta séria ao País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, existem nessas situações aqueles que querem resolver o problema e aqueles que querem tocar fogo na lona do circo. Usar esse grave problema que o Brasil está passando para a questão da política local é deplorável, deprimente e inaceitável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Desde esse episódio que estou vendo a preocupação da Senadora com o local, aquela coisa pequena, e nós estamos tratando aqui de coisa séria. No meu Estado, que é o maior exportador de carne, os pecuaristas estão todos apreensivos, todo mundo com medo do que vai acontecer, não sabe o que vai... A cadeia toda preocupada, a cadeia do milho... E aqui nós estamos vendo um embate que não é... Sente-se por trás – eu diria – até a maldade. Nesses mesmos momentos, essas mesmas dificuldades esse pessoal do PT passou. E, mais grave, vir pedir a demissão do Ministro quando metade do PT está presa; vir pedir a demissão do Ministro quando o Sr. Mercadante ia lá fazer obstrução de Justiça; quando a Presidente nomeava gente no Judiciário para poder fazer *lobby* para soltar alguém; quando o Ministro da Justiça recebia a delegação completa dos envolvidos na Lava Jato. Então, que se peça, quem for podre que se quebre. Agora, posar de santo aqui não dá para aceitar.

Esse Partido não tem moral. Eu fico incomodado... Eu não gosto de apontar dedo, mas eu fico maluco da vida, Senador Edison Lobão, com quem tem telhado de vidro e fica acusando os outros a todo momento. Vá falar de outro assunto! Eu acho que quaisquer outros têm, menos a Bancada do PT, para dar uma de vestal aqui.

Eu digo o seguinte: nós precisamos é resolver esse assunto. Mas, não; querem tocar mais fogo ainda, para um problema que já foi maior, a partir da entrevista atabalhoada do Delegado da Polícia Federal, para que o assunto fiquei queimando e arrebentando com a nossa economia. Eu não sei que país é esse que dizem defender. Eu fico incomodado com a forma irresponsável com que alguns tocam o Parlamento, com como querem tocar os assuntos do País. Nós precisamos jogar água nessa fervura.

Agora, vamos lá. Se esse Ministro tiver problema, eu sou o primeiro... Não tenho dificuldade. Fui um dos que fiz a representação, na época do Senador Delcídio, por pedido do meu Partido. Não tenho dificuldade. Agora, vamos pelo mérito, pelos áudios. Senador Lobão, eu ouvi dizer o seguinte... E outra: é normal que se ligue, e a pessoa até em homenagem diga "grande Senador fulano". Agora, estão querendo dar a conotação de que o Deputado tinha o servidor como chefe dele. E já estão pondo como se ele fosse membro de uma quadrilha. Ele simplesmente diz... Se no meu Estado fechar uma planta frigorífica, eu serei um dos primeiros a acionar a Bancada e dizer: o que está acontecendo? Porque, se fecha uma planta frigorífica, eu sei o que acontece. Às vezes são 300, 400 empregos que vão para o brejo. E é obrigação do Parlamentar, como representante do seu Estado, dizer: o que está acontecendo? E eu ouvi, na fala do Ministro, ele dizer o seguinte: "não há um procedimento para se fechar um frigorífico?" Eu não o vi ali fazendo gestão... Não. "Há um procedimento? Isso não tem que ter alguma..." Eu vi total lisura naquele procedimento ali. Não vi nada que pudesse macular a pessoa dele.

E mais: eu penso que a gente tem que preservar, até onde se possa, a honra e a moral das pessoas. Que eu saiba... Não o conheço, nunca encontrei esse moço, a não ser pelos corredores, de vê-lo. Mas eu o acompanhei, na época do mensalão – e talvez a sanha do PT seja essa, porque ele se portou muito bem na época do mensalão –, e até onde eu sei esse rapaz é da mais alta honradez. Se amanhã ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

depois for provado que não, eu serei o primeiro a estar aqui para cobrar explicações, mas não vejo motivo para esse alarde a ponto de dizerem que ele é o responsável pela bandalheira que aconteceu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vamos...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... iniciar a votação dos projetos da pauta.

Item nº 30: Projeto de Lei...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, eu só queria, como houve citação direta à minha fala e, inclusive, ao meu Partido, utilizar-me do art. 14, porque preciso fazer alguns esclarecimentos aqui para não passar...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora, eu não falei o nome de ninguém!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria só, Senador, primeiro dizer que não é um problema...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora, nós precisamos encerrar esse debate.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós vamos encerrar. Só que eu acho que é bom esclarecer, porque o Senador está nervoso aqui e está dizendo que é um problema paroquial do meu Estado. Não é um problema paroquial do meu Estado. O fato é que o Paraná foi o epicentro dessa crise. Todos os frigoríficos envolvidos são de lá. E são frigoríficos que têm ligação com a Bancada de Deputados do PMDB do meu Estado e, principalmente, com esse Sr. Osmar Serraglio, que ocupa o Ministério da Justiça. E isso tem impactado o Brasil inteiro. A indústria da carne no Brasil inteiro está sofrendo por isso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – É isolado!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não é isolado. Então, é importante dizer. É bom não misturar os problemas, não há problema nenhum de o PT estar respondendo a processo. Aliás, está, e todo mundo está de cabeça erguida e vai responder aos processos. Mas isso não nos tira o dever de trazer aqui para dentro as situações que achamos que têm problema e impacto no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, não só temos moral como temos voto popular para fazer a proposta que fiz aqui, Senador. Eu fui eleita no meu Estado com mais de três milhões de votos para representar aqui os paranaenses. E venho aqui trazer essa proposta porque sei que preocupa o meu Estado.

Então, quero insistir, novamente, Sr. Presidente, para que a gente coloque – já temos quórum aqui – o requerimento em votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi, eu já decidi, embora contrariando as normas tradicionais desta Comissão, que nós votaremos, mas tem que ser no tempo da Presidência e não no tempo de V. Exª. Perdoe-me. Votaremos hoje, sim, a colocação ou não, a decisão ou não – hoje.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 30.

ITEM 30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2008

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para proferir o seu relatório.

É o item nº 30.

Nós estamos aguardando a localização do projeto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu ouvi certo o que V. Exª disse a respeito do projeto? É tornar inelegível quem for denunciado e não quem for condenado em instância final? Isso significa que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

amanhã, se eu resolver fazer uma denúncia ao autor do projeto, ele não pode ser candidato a mais nada?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Exato. É isso que está na ementa do projeto. E foi muito bom que V. Exª pedisse a atenção do Plenário para a gravidade dessa situação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Mesmo que fosse o caso de uma denúncia aceita em juízo, haveria a presunção da inocência, a possibilidade de um equívoco judicial, de um erro do juiz que aceitou a denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É a famosa presunção da inocência até a condenação em face das provas obtidas num processo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Exatamente. O Sr. Relator certamente explicará, no seu voto de Relator, essa situação levantada pelo Senador Requião, que poderá, em seguida, participar da discussão, no encaminhamento da votação desse projeto.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, este projeto tem uma importância muito grande. Todo mundo sabe do que esta Casa fez, do que o Senador fez pelo Brasil, a partir de 2006, com a instalação da CPI da Pedofilia; como nós avançamos na técnica e avançamos na legislação, a partir do art. 240, com a mudança do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituindo criminalização da posse. E como o Brasil acordou na questão do abuso, na questão da pedofilia no País!

Hoje, pedofilia no Brasil: o boteco fala, fala a Universidade, falam indoutos, falam doutores. É um tema recorrente. Hoje, o Brasil, encorajadamente, após a CPI da Pedofilia, denuncia, fala. Hoje, o inquérito do pedófilo preso é feito com ele preso. Nós avançamos muito nessa questão.

A intenção do Senador Cristovam Buarque é a melhor possível, mas, diante de uma matéria dessa natureza, a partir do questionamento do Senador Requião, como Relator, peço a V. Exª que retiremos e, na próxima semana, quero discutir com o Senador Requião – até que não percamos tempo com um debate aqui no plenário – e o Senador Cristovam, para que possamos chegar a um entendimento, porque a profundidade, a importância desta matéria é muito grande.

De maneira que peço a V. Exª que o retire de pauta, para que a matéria volte na pauta da próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª será atendido. O projeto fica suspenso da pauta até a próxima reunião.

Item nº 32.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 32

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 103, de 2015

- Não terminativo -

Revoga o § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável à Proposta

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para a leitura do seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou só localizar aqui o Item 32 para fazer a leitura do parecer.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 103, de 2015, que tem como primeiro signatário o Senador Cássio Cunha Lima, pretende revogar o §2º do art. 57 da Constituição Federal, que estabelece que a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

Nesse sentido, o art. 1º da proposição estabelece que fica revogado o §2º do art. 57 da Constituição Federal e o art. 2º estatui que a Emenda Constitucional que se quer adotar entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da iniciativa, registra-se que pelo segundo ano consecutivo (trata-se do ano de 2015) chegou-se ao final de semestre sem que a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) tenha sido aprovada, em função da exiguidade do prazo para sua discussão e votação.

A justificação pondera que isso não tem impedido o Poder Executivo de elaborar a proposta orçamentária, que chega ao Congresso no final de agosto, acrescentando que a intenção da presente inciativa é conferir ao Congresso Nacional um prazo mais elástico para conduzir o processo de aprovação da LDO sem que se tenha que, ao final de cada semestre, votar o tema no afogadilho devido a um prazo fixado em mandamento constitucional.

Por fim, a justificação recorda que os projetos de lei de diretrizes orçamentárias e o da lei orçamentária anual, tramitando simultaneamente no Congresso Nacional, no segundo semestre, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

têm sido empecilho para fixação das importantes metas estabelecidas na execução da proposta orçamentária para o ano seguinte.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Consoante prevê o art. 356 do Regimento Interno da Casa, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre proposta de emenda à Constituição.

Nesse sentido, conforme nos parece, quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, nada impede a livre tramitação da matéria.

Com efeito, segundo entendemos, a proposição não fere as cláusulas que impedem deliberação sobre proposta de emenda à Constituição inscritas nos §§1º, 4º e 5º do art. 60 da Lei Maior.

Não há unidade da Federação sob intervenção federal e não se está sob estado de defesa ou de sítio (§1º). A proposta não fere a forma federativa de Estado, nem o voto direto secreto, universal e periódico, não macula a separação de Poderes, nem os direitos e garantias individuais (§4º). Por fim, a matéria objeto da proposição não foi rejeitada nem prejudicada na presente sessão legislativa (§5º).

Por outro lado, quanto ao mérito, somos plenamente favoráveis à presente proposta de emenda à Constituição.

Com efeito, como se tem observado, o disposto no §2º do art. 57 da Constituição Federal, inovação adotada em 1988, não tem tido a efetividade que se requer das normas jurídicas, ainda mais em se tratando de norma constitucional.

Ademais, consoante os próprios termos da justificação, a falta de efetividade da regra constitucional que ora se pretende revogar não tem provocado prejuízo ao processo de elaboração da lei orçamentaria anual, nem tem sido empecilho para a fixação das importantes metas estabelecidas na execução da proposta orçamentária para o ano seguinte.

Desse modo, entendemos que é de todo positivo que o Congresso Nacional possa ter prazo mais distendido para aprovar a lei de diretrizes orçamentárias, sem que, ao final de cada semestre, tenha-se que correr com o tema, de afogadilho, como disse, devido a prazo fixado em mandamento constitucional que não tem se demonstrado adequado e eficaz.

Voto.

Em face do exposto, o nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2015.

É o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável à proposta.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, de 2011

- Não terminativo -

Obriga a criação de unidade do Procon nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Felipe Bornier

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para proferir o seu parecer.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Obrigado, Presidente. Como o relatório é muito extenso, se o senhor me permitir, eu gostaria de ler só o voto. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Esteja à vontade. O relatório já foi distribuído a todos os Srs. Senadores.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Já é de conhecimento de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Portanto, é do conhecimento dos membros desta Comissão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, queria aqui registrar a presença do Vereador Atilon, do Município de Marechal Thaumaturgo, divisa do Peru, um grande Vereador do meu Estado, que nos dá o prazer de estar presente na nossa reunião de hoje.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cumprimentos pelo seu poder de síntese, Senador Petecão.

Em discussão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Ele só perde para o Suplicy.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – para discutir, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O senhor disse que os Srs. Senadores já tinham conhecimento do parecer. Então, li só o voto.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria naturalmente louvar o Deputado Felipe Bornier pela iniciativa do projeto, aprovado na Câmara; saudar o Senador Sérgio Petecão pelo seu relatório e cumprimentá-lo, porque a iniciativa, de fato, é muito meritória, mas eu queria fazer um alerta e ponderar ao eminente Senador Petecão, porque os PROCONs são órgãos vinculados aos Estados federados. Nós não poderíamos, salvo melhor juízo, na União, ter uma lei determinando aos Estados que criassem órgãos na sua administração, porque nós iríamos ferir a autonomia administrativa dos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, é uma ponderação que faço. Talvez, eu possa pedir vista do processo, para depois conversar e tentar ver uma solução. Então, talvez, eu pudesse pedir vista e conversar com o Senador Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo vista da matéria a V. Exª na forma regimental.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Esse pedido de vista vindo do nosso professor, a maior autoridade nesta Comissão, com certeza, irá nos ajudar. Mas fiz o parecer ouvindo a nossa assessoria jurídica, tanto a assessoria jurídica do meu gabinete quanto a do Senado. Graças a Deus, estamos muito bem servidos aqui com essas assessorias. Mas um pedido de vista vindo de V. Exª, com certeza, irá nos ajudar, e muito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Passamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, DE 2013

- Terminativo -

Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: - *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e*

Fiscalização e Controle;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, entre a apresentação do projeto pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e a elaboração do nosso parecer, foi aprovada, no final do ano passado, a nova Lei de Licitação, que aprovamos no plenário e que foi encaminhada à Câmara. Essa matéria foi lá tratada de modo muito claro.

Desse modo, eu solicitaria a V. Exª que a retirasse de pauta, porque vou modificar o parecer pela prejudicialidade deste projeto, já que o seu tema, como eu disse, foi atendido na lei nova de licitação que aprovamos no final do ano passado.

Então, eu peço a retirada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Como Relator da matéria, tem V. Exª a prerrogativa de usar realmente a retirada temporária da votação do projeto.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013

- Terminativo -

Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu peço a atenção dos Srs. Senadores, porque não temos ainda quórum para votação em caráter terminativo e, em consequência disso, até que haja quórum, eu pedirei aos Relatores que façam a leitura de seus relatórios.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente, desse item 4 eu sou o Relator, e o autor terminou de me ligar, pedindo para deixar para a próxima semana. Então, estou retirando de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Adiada, portanto, a leitura do relatório e a votação dele respectivamente.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, e dá outras providências.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 a 9-CMA-CAE e da Emenda nº 10-CAE, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Antonio Anastasia para a leitura de seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem ao exame da Comissão Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, cuja ementa foi transcrita acima por V. Exª. O objetivo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

projeto é regular a fabricação, a comercialização e a utilização de fogos de artifício em todo o território nacional.

O projeto possui 36 artigos, divididos em 6 títulos, e por isso mesmo o relatório para conhecimento dos nossos pares é um pouco longo e vou passar diretamente à análise do tema para poupar o nosso tempo.

O mérito da matéria já foi ampla e brilhantemente discutido na CMA e na CAE, duas comissões do nosso Senado. Para não nos alongarmos ainda mais, correndo o risco de sermos repetitivos, concordamos com a análise dessas comissões quanto à importância e à relevância do projeto para regulamentar o setor pirotécnico, trazendo mais segurança e qualidade para esses produtos, em benefício de toda a sociedade.

Adicionalmente, cabe-nos aduzir no âmbito da CCJ que não identificamos quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade e que a proposta foi produzida em boa técnica legislativa. Cabem, entretanto, alguns pequenos ajustes finais ao projeto.

Verificamos a necessidade de alteração das alíneas “b” e “f” do inciso IV do art. 2º, para cobrir todo o leque de produtos controlados. Exemplificamos: entre os fogos de artifício da Classe D estão, no texto original, foguetes com diâmetro de até 101,6 milímetros, contendo até 25 gramas de pólvora branca por peça, cuja comercialização seria permitida. Já na Classe E, de materiais proibidos, estão, na alínea “b”, foguetes com diâmetro superior a 50,8 milímetros, contendo mais de 20 gramas de pólvora branca por peça. Há, evidentemente, uma superposição de categorias no que concerne ao diâmetro dos foguetes, gerando um conflito na regulamentação.

Desse modo, melhoramos a redação para que superemos essas dificuldades. Propomos, assim, um ajuste de caráter técnico, de modo que a alínea “b” seja complementada em relação à alínea "f" quanto ao diâmetro dos foguetes.

No art. 6º, propomos um ajuste para vincular qualquer atividade relacionada a fogos de artifício à devida autorização.

Já no que concerne ao art. 19, entendemos que a queima de fogos deve ser limitada em determinados locais e a certa distância mínima do público, sendo relacionadas por profissionais capacitados para isso. Daí nossa sugestão de alteração no texto inicial para viabilizar o trabalho dos profissionais de pirotecnia (*bláster*).

Por último, sugerimos o acréscimo de um parágrafo único ao art. 33, que trata da competência para aplicação das sanções administrativas, para não penalizar o interessado na produção ou comercialização de fogos a eventuais divergências normativas entre os órgãos responsáveis pela autorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 497, de 2013, nos termos das Emendas nº 1 a 9 da CMA, da Emenda nº 10 da CAE – já foram apresentadas e aprovadas nessas duas Comissões – e das seguintes emendas de alteração da CCJ:

EMENDA Nº 11 - CCJ

Dê-se às alíneas "b" e "f" do inciso IV do art. 2º do Projeto Lei do Senado nº 497, de 2013, a seguinte redação:

> Art. 2º .....
> .....
> IV - .....
> .....
> b) foguetes com diâmetro de até 50,8 (cinquenta vírgula oito) milímetros, contendo até vinte e cinco gramas de pólvora branca por peça;
> .....
> f) conjunto de múltiplos tubos, tais como girândolas, cakes, kits, tortas e outros, para calibres menores ou iguais a 101,6 (cento e um vírgula seis) milímetros;
> .....

EMENDA Nº 12 - CCJ

Dê-se ao art. 6º do Projeto Lei do Senado nº 497, de 2013, a seguinte redação:

> Art. 6º É proibida qualquer atividade com fogos de artifício em desacordo com as licenças concedidas.

EMENDA Nº 13 - CCJ

Dê-se ao *caput* do art. 19 do Projeto Lei do Senado nº 497, de 2013, a seguinte redação:

> Art. 19. .....
> .....
> §1º A distância segura de público ou usuário deve:
> .....
> §2º São permitidas queimas de fogos de artifício em terraço somente se executados por profissional habilitado com *carteira de bláster pirotécnico* e mediante autorização do órgão competente.

EMENDA Nº 14 - CCJ

Acrescente-se ao art. 33 do Projeto Lei do Senado nº 497, de 2013, o seguinte parágrafo único:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 33. .....
Parágrafo único. A emissão de licença ou documento similar deverá ocorrer de forma independente entre os órgãos competentes, de modo a não se restringir direito do interessado em razão de divergências normativas entre os organismos responsáveis.

Sr. Presidente, esse é o relatório. Lembro aos nossos pares que é importante regulamentar essa matéria. Já passou pela CMA e também pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde recebeu aprimoramento. É de autoria do Senador Cyro Miranda. É de muita importância regulamentarmos a questão de fogos com a segurança devida.

Portanto, é o parecer pela aprovação, com as emendas das Comissões anteriores e aquelas que aqui apresento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro esta fase da tramitação e coloco em votação nominal, consultando os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do Parecer.

Em votação.

Tratando-se de matéria terminativa, a votação será nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Enquanto aguardamos quórum...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa, já temos quórum.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já completou?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, eu falo depois. Vamos apurar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Estamos aguardando o voto precioso do Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Consulto os Srs. Senadores se todos já votaram. (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação.

Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Tendo a Senadora Ana Amélia também votado, encerro a presente votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O projeto foi aprovado por 13 votos. Com o do Presidente, são 14 votos, para efeito de quórum. Não houve voto contrário.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 a 9, da CMA, da CAE e da CCJ; a Emenda nº 10, da CAE e da CJJ; e as Emendas nºs 11 a 14, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa, para que sejam tomadas as providências regimentais cabíveis.

Passamos ao item 8, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 584, de 2011, que também é terminativo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O item 7 não vai ser apreciado, Sr. Presidente? Nós pulamos para o item 8.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quanto ao item 7, inclusive, já li o relatório, Sr. Presidente. É só votar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Apreciaremos, em seguida, o item 7.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – É porque ele é não terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ah, entendi, o senhor está pedindo os terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O item 7 é terminativo também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou antecipar o item 7, em razão da saída provisória do Senador Pimentel, que é o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T.

Observações:

- Em 26/05/2015, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Davi Alcolumbre;

- Em 17/08/2016, foi lido o relatório e adiada a discussão;

- Votação nominal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu já li o relatório. Se quiserem votar...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O relatório de V. Exª foi lido no dia 26 de maio de 2015. Em 17/08/2016, foi lido o relatório e adiada a discussão. A votação será nominal.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vou encerrar esta fase da tramitação.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para a subemenda apresentada à Emenda nº 1-T, nos termos do parecer.

Em votação. Por se tratar de matéria terminativa, a votação é nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Apenas para enaltecer a iniciativa do Senador Dário Berger em relação a esse projeto, que veda a interrupção da prestação de serviços públicos, no que se refere a água, energia e telefonia, no caso de órgãos ou entidades públicas que prestem serviços relevantes para a sociedade, como saúde, segurança pública, educação, proteção à criança e ao adolescente.

Para não atrapalhar o projeto, eu não pedi vista e nem apresentei emenda. Mas devemos pensar, depois da aprovação pela Câmara, em incluir aqui também aquelas entidades sem fins lucrativos que, contribuindo com o Poder Público, também prestam esses serviços, seja na saúde, seja na proteção da criança e do adolescente. Estou falando especificamente dos hospitais filantrópicos, dos orfanatos, enfim, que também não podem ter esses serviços essenciais interrompidos pelo prazo, conforme a lei, de pelo menos 60 dias, para que possam regularizar sua situação financeira sem a interrupção de serviços tão essenciais à sociedade.

Não quis apresentar emenda porque acho que é um projeto relevante que estamos aprovando. Assim que for aprovado pela Câmara dos Deputados, poderemos, quem sabe, avançar nesse sentido também.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – As observações de V. Exª são judiciosas.

A Presidência aguarda a votação aqui e, depois, na Câmara, e as providências que S. Exª o representante do Mato Grosso haverá de tomar.

Senador Capiberibe já pode votar.

A votação é nominal.

(*Continua em processo de votação.*)

Todos os Srs. Senadores já votaram? (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

Foram 13 votos favoráveis; 1 voto NÃO.

O projeto foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, quero justificar...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O projeto e a Subemenda nº 1, da CCJ, à Emenda nº 1-T.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis, não sem antes ouvir a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

Apenas para justificar meu voto. Houve uma desatenção da minha parte na hora de digitar. Eu votei "não", mas sou favorável ao projeto. Quero retificar meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Ata registrada a comunicação de V. Exª.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação nominal

Concedo a palavra ao Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Item 8, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à análise terminativa desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 584, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa.

O PLS propõe-se a alterar a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em dois pontos: inserindo um art. 49-A e um parágrafo único ao art. 93. No primeiro caso, para condicionar a adjudicação do objeto do procedimento licitatório à comprovação de que nenhum dos sócios da empresa vencedora do certame – ou seus parentes até o terceiro grau – tinham participação significativa ou controle em outra empresa que participou da licitação.

Análise.

O PLS não possui qualquer vício de inconstitucionalidade, já que trata de matéria de competência privativa da União e sobre a qual não há reserva de iniciativa do Executivo. Trata-se, inequivocamente, de normas gerais acerca do tema, tais como exigidas pelo citado inciso do art. 22 e pelo inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal. Está vazado em irretocável técnica legislativa, utiliza-se da espécie normativa adequada à modificação pretendida (lei ordinária) e sua tramitação seguiu o previsto no Regimento Interno desta Casa. É, portanto, constitucional, regimental, jurídico e de boa técnica legislativa.

O mérito da proposição é também inquestionável. Revela-se oportuna e adequada, porquanto visa a preencher lacuna da Lei de Licitações e Contratos que, ainda hoje, não veda que licitantes oportunistas participem da mesma licitação através de pessoas jurídicas diferentes, seja diretamente, seja por meio de parentes que controlam as outras empresas participantes.

O PLS vem a resolver essa insustentável situação, que tantos prejuízos causa aos cofres públicos. Condiciona, pela inserção do art. 49-A, a adjudicação do objeto da licitação à comprovação, pelo vencedor, mediante certidões emitidas pela junta comercial, de que nenhum de seus sócios ou respectivos parentes, consanguíneos ou afins, na linha reta ou colateral, até o terceiro grau, detinha participação significativa ou controle, direto ou indireto, em outra empresa que tenha participado do certame.

Com isso, a lei resultante da aprovação do projeto gerará uma verdadeira concorrência no âmbito dos procedimentos licitatórios, dificultando a criminosa e inadmissível prática de licitantes “maquiarem” as propostas.

Trata-se, portanto, de regra regularizadora, e que, além disso, certamente terá o efeito de gerar o barateamento dos preços obtidos pelo Poder Público em suas contratações, especialmente quando da utilização da modalidade convite. É de se espantar, aliás, que a legislação ainda não preveja tal espécie

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de normatização. O PLS merece, por conseguinte, a aprovação desta Casa, por meio da decisão terminativa desta CCJ.

Voto.

Por todos esses motivos, opinamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLS nº 584, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Eu gostaria de sugerir ao Relator, Senador Pimentel, que nós colocássemos uma emenda no projeto dizendo o seguinte no disposto desta lei: que ela não se aplique a processos administrativos iniciados anteriormente à data da sua publicação. É uma sugestão de emenda ao Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, eu entendo que a emenda é desnecessária porque a lei surte efeito a partir da sua publicação. Quando nós queremos resguardar direitos anteriores é que a gente torna explícito. Portanto, para mim não há dificuldades. Se o Plenário entender que devemos incluir, não há problema.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, foi apenas, Senador Pimentel, uma sugestão e V. Exª é o Relator, haverá de se manifestar mais objetivamente sobre essa matéria.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, vou pedir vista do projeto porque a intenção do Senador Humberto Costa é boa, ele tem uma intenção boa. Só que, na prática, nós podemos estar restringindo a livre concorrência. Por quê? Se o sócio de uma outra empresa é parente em terceiro grau da que venceu, mesmo não tendo relação, como ele está preocupado, de conluio, ele vai ficar impedido de participar. Ele quer concorrer, quer disputar e não vai poder.

Então, eu queria analisar com mais profundidade junto ao autor, Senador Humberto Costa, e ao Relator, Senador Pimentel, para que nós possamos discutir essa restrição que aqui está no projeto.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, eu também quero pedir vista coletiva, na mesma linha do Senador Flexa Ribeiro. Ele tem razão, não é porque há parentesco. As empresas de repente não podem participar de uma licitação porque um parente tem uma empresa e são concorrentes. Afinal de contas, só questão familiar.

Quero também participar desse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Presidência concede vista coletiva e, por sua vez, observa que, de fato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Presidência concede vista coletiva e observa que, de fato, a Lei de Licitações é extremamente exigente, rígida, muitas vezes obstaculizando a ação dos administradores.

Não se quer, é claro, e nem se pretende uma lei frouxa. Porém, também não é recomendável uma lei impeditiva.

Vista coletiva.

ITEM 23

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, de 2007

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 102, inciso I, alínea h, e acrescenta inciso XII ao art. 109 da Constituição Federal, permitindo ao STF delegar aos Juízes Federais de 1ª instância a homologação de sentença estrangeira relativa à separação judicial e divórcio.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pelo arquivamento da Proposta.

Observações:

O Relator é o Senador José Pimentel, a quem concedo a palavra para proferir o seu parecer.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a exame a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2007, que "altera a redação do art. 102, inciso I, alínea 'h' e acrescenta inciso XII ao art. 109 da Constituição Federal, permitindo ao STF delegar aos Juízes Federais de 1ª Instância a homologação de sentença estrangeira relativa à separação judicial e divórcio".

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em preliminar necessária, incumbe assinalar que o art. 102, inciso I, alínea "h", da Constituição Federal, que a proposição pretende alterar, foi revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, chamada Reforma do Poder Judiciário. A competência que até então constava como originária do Supremo Tribunal Federal foi deslocada para o âmbito das competências originárias do Superior Tribunal de Justiça, como alínea "i" do inciso I do art. 105.

Por conta disso, a proposição não tem objeto, ficando prejudicada, devendo, por isso, ser arquivada, como conclui este parecer.

Prosseguindo, e apenas para argumentar, para considerar o cenário que se teria se a pretendida delegabilidade fosse atribuída ao Superior Tribunal de Justiça, cabe registrar a existência de deficiências de técnica legislativa e injuridicidade nos termos da proposição em exame.

A PEC nº 13, de 2007, pretende dar ao revogado dispositivo a seguinte redação:

> Art. 102. .....
> I – .....
> .....
> h) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente e, tratando-se de separação ou divórcio, aos juízes federais de primeira instância.

Nota-se que a redação pretendida versa sobre os dois núcleos originários de competência: a homologação de sentença estrangeira e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

Tais matérias judiciais não se confundem. A homologação de sentença estrangeira é exigência constitucional e jurisdicional para que decisão judicial proferida por tribunal estrangeiro produza efeitos legais no Brasil, após a análise da compatibilidade do quanto decidido e seus fundamentos com o Direito brasileiro. As cartas rogatórias, por seu turno, são solicitações de providência judicial formuladas por tribunais estrangeiros, os quais rogam que autoridade judiciária brasileira as realize em território nacional. Sua sujeição a *exequatur* deve-se à necessidade de verificar se o pedido estrangeiro é possível em face da legislação jurídica brasileira.

Como dito, ambas as competências foram transferidas às competências originárias do Superior Tribunal de Justiça. A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, não alterou, contudo, o inciso X do art. 109, que determina a competência da Justiça Federal de 1º grau para execução do *exequatur* eventualmente concedido pelo STJ às cartas rogatórias e, igualmente, de sentenças estrangeiras, após a homologação por este Tribunal Superior.

Nesse cenário constitucional inaugurado em 2004, portanto, a competência originária é do Superior Tribunal de Justiça, para concessão ou não do *exequatur*, e para a homologação ou não da decisão estrangeira, e a execução de ambos incumbe à Justiça Federal de 1º grau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto a isso, nota-se que a redação pretendida pela proposição em análise não distingue homologação de sentença estrangeira de carta rogatória, apenas especificando que, nos casos de separação ou divórcio, a competência pode ser delegada aos juízes federais de 1º grau.

Considerando que tanto as sentenças estrangeiras a serem homologadas quanto as cartas rogatórias vindas de Tribunais estrangeiros podem versar sobre "separação ou divórcio", aparentemente a proposição pretendeu a delegabilidade de ambas as competências, hoje, repita-se, no Superior Tribunal de Justiça.

Com isso, ter-se-ia, mesmo considerada a hipótese delegatória em favor do STJ, uma situação na qual os Juízes Federais, já competentes para a execução, também tornar-se-iam competentes para a concessão do *exequatur*, no caso da carta rogatória, e para a homologação da sentença estrangeira exequenda, no segundo caso.

Providência normativa constitucional que tal merece crítica, por não ser razoável e, mais, por ser contrário à própria solenidade e objetivos da atribuição de competência ao 3º grau de jurisdição para cartas rogatórias e homologação de sentenças estrangeiras, que o mesmo juízo seja competente tanto para o controle de compatibilidade jurídica do direito estrangeiro com o pátrio quanto para a execução das decisões.

Em síntese, mesmo que a proposição sob exame fizesse referência ao art. 105, inciso I, letra h, da Constituição Federal, a providência normativa que se pretende deveria atrair o repúdio dos membros do Senado Federal, pelas razões expostas.

Voto.

Por todo o exposto, somos pelo arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2007, por se referir a dispositivo já revogado.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pelo arquivamento da proposta.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão pelo arquivamento da proposta.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Há uma alteração no Regimento Interno como resultado de um grande acordo político na definição de duas comissões. Para esse tema foi apresentado um projeto de resolução pela Senadora Rose de Freitas, fruto desse acordo dos Líderes, e eu pediria a V. Exª e aos nossos pares, se possível, incluir extrapauta, porque a intenção é votar hoje, no plenário do Senado, para que a gente conclua esse processo de composição e de formação das comissões permanentes.

É o PRS nº 5, se V. Exª concordar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Pimentel, eu consulto o Plenário. Pelas regras desta Comissão, o Plenário terá que aprovar a inversão por unanimidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A inclusão extrapauta por unanimidade. (*Pausa.*)

Não havendo quem objete, está, portanto, aprovada a proposta de V. Exª, de inclusão, e vamos passar ao exame da matéria.

EXTRAPAUTA

ITEM 33

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, de 2017

- Não terminativo -

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para redefinir as atribuições e as denominações das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Transparência e Governança Pública (CTG).

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2.

Em 15 de março de 2017, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Romero Jucá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel para proferir o seu parecer.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, o Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2007, altera o Regimento Interno do Senado Federal para redefinir as atribuições e as denominações das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Transparência e Governança Pública (CTG) – parece sigla de centros de tradição.

Em face da urgência, vou apresentar o parecer neste momento.

Relatório.

O PRS altera o Regimento Interno do Senado Federal, alterando os arts. 72, 77, 102-A, 102-B, 102-D, 102-F e 107 e revoga o art. 104-E, para redefinir as denominações e as competências da CMA e da Comissão de Transparência.

Mérito.

Há forte correlação do assunto fiscalização e controle, com o tema Transparência e Governança Pública, os quais, por sua vez, estão francamente vinculados aos termos de meio ambiente e defesa do consumidor.

A medida confere maior racionalidade ao tema.

Voto

O parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PRS nº 05, de 2017 e, no mérito, pela sua aprovação, adotadas as Emendas nºs 1 e 2, do Senador Romero Jucá e do Senador Flexa Ribeiro, sobre a designação da instituição fiscal independente e defesa do consumidor.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, há uma emenda de redação: no art. 72, inciso XIII, que tem Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor está CFC e é para ser CMA. Portanto, altera a sigla, que está errada, CFC para CMA.

É esse, Sr. Presidente, o resultado do acordo político dos líderes que relato e aqui estou apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, sendo a segunda de mera redação.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, gostaria de pedir urgência, por gentileza, desse tema, se houver a aquiescência dos Pares.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o requerimento de urgência. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, concedida a urgência.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não sou membro desta douta Comissão, mas queria, neste momento, Sr. Presidente, agradecer ao Relator, Senador Pimentel, por ter acatado essas nossas emendas e ter cumprido este acordo.

Essa Comissão de Transparência e Governança Pública lamentavelmente, até então, não deu início a suas atividades no Senado Federal. Percebo que isso tem, inclusive, trazido problemas para as duas comissões que estão em andamento, como esta Comissão de Constituição e Justiça e também a Comissão de Assuntos Econômicos.

Hoje, aqui, logo quando cheguei, vi um requerimento que convida o Ministro da Justiça, para vir aqui dar explicações. Vejo que não é atribuição desta douta Comissão. Isso está acontecendo por essa deficiência do início das atividades dessa Comissão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Portanto, mais uma vez, agradeço ao Relator, Senador Pimentel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, não temos mais quórum para deliberação em caráter terminativo. A Senadora Gleisi Hoffmann havia requerido a presença do Ministro da Justiça e do Diretor da Polícia Federal, e nós teríamos de alterar os procedimentos desta Comissão por uma decisão unânime da maioria desta Comissão. Sucede, em primeiro lugar, que já não temos esse quórum e, em segundo lugar, a Senadora teve necessidade de ausentar-se por razões superiores e já não se encontra mais presente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nestas condições, eu deixo de submeter à deliberação do Plenário aquilo que foi requerido pela Senadora.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 8 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Antonio Anastasia e José Pimentel, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores E duardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Hélio José, Jorge Viana, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Rocha, Regina Sousa, Aécio Neves, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Davi Alcolumbre, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Morais, Ivo Cassol, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes e Cidinho Santos. Registram a presença os Senadores Thieres Pinto e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, de 2017 – Não Terminativo – que: "Dispõe sobre a Identidade Civil Nacional e dá outras providências." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Rejeitado o Requerimento nº 3, de 2017-CCJ, de adiamento da discussão por 30 dias. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, de 2016 – Complementar – Não Terminativo – que: "Dispõe sobre o número total de Deputados Federais, fixa a representação por Estado e pelo Distrito Federal para a Quinquagésima Sexta Legislatura (2019-2023), nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, de 2015 – Terminativo - que: "Inclui, na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei n. 4.657, de 1942), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº1-T e das Emendas nºs 2 a 8, com sete emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-T-CCJ e 2 a 15-CCJ. ITEM 4 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 125, de 2015 – Não Terminativo - que: "Fixa os critérios para escolha do Advogado-Geral da União, bem como o procedimento para a sua nomeação." Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Concedida vista ao Senador Roberto Requião, nos termos regimentais. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo - que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo - que: "Altera o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009 – Terminativo - que: "Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países." Autoria: Deputado Walter Pinheiro. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 – Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2014 – Terminativo - que: "Acrescenta art. 83-A à Lei nº 4.737, de julho de1965 (Código Eleitoral) para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas." Autoria: Senador Anibal Diniz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, de 2011 – Terminativo - que: "Altera a Lei nº. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tornar obrigatória a adição de marcadores químicos nas munições e seus insumos destinados a armas de fogo." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRE. Resultado: Retirado de pauta para aguardar realização de audiência pública, nos termos do Requerimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nº 7, de 2017-CCJ. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, de 2011 – Não Terminativo - que: "Obriga a criação de unidade do Procon nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências." Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 15 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 2011 – Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2013 2011 – Não Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 96 da Constituição Federal, para determinar a participação dos juízes de primeira instância nas eleições para os órgãos diretivos dos tribunais." Autoria: Senador Eduardo Amorim e outros. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, de 2015 2011 – Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao art. 30 da Constituição Federal, para prever prestação de contas simplificadas para os Municípios de menor porte." Autoria: Senador Antonio Anastasia e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, de 2011 – Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas." Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 – Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 – Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2011 – Terminativo - que: "Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o § 1º ao art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2017 – Não Terminativo - que: "Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública." Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 – Terminativo -que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denunciação da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2008 – Complementar - – Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 91, de 2015 – Não Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2013 – Terminativo - que: "Prever a destinação de no mínimo cinco por cento dos recursos do Fundo Partidário para promoção da participação política dos afrodescendentes." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2016 – Não Terminativo - que: "Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências." Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Sen. Roberto Requião. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, contrário às Emendas de Plenário nºs 5, 8, 9, 10, 11, 15, 16 a 23, 25 e 26, e pela prejudicialidade das demais Emendas. Resultado: A Presidência concede vista coletiva, nos termos regimentais. Durante a reunião, o Relator oferece Parecer contrário à Emenda nº 27; Aprovados os Requerimentos nºs 4, 5, 8, 9 e 10, de 2017-CCJ, de Audiência Pública para instruir a matéria; Rejeitado o Requerimento nº 6, de 2017-CCJ, de adiamento da discussão por 30 dias. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2011 – Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências." Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, de 2015 – Não Terminativo - que: "Altera a redação do § 1º do art. 42 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências." Autoria: Deputado Eli Corrêa Filho. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 30 - OFICIO "S" Nº 24, de 2014 – Terminativo - que: "Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituicão Federal, cópia do acórdão proferido no processo de recurso extraordinário nº 559.937, referente ao julgamento da incostitucionalidade da expressão "acrescido do valor do imposto sobre Operações Relativas à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal de Comunicação - ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições", contida no inciso I do art. 7° da Lei nº 10.865/04." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 24, de 2014. Resultado: Adiado. ITEM 31 - OFICIO "S" Nº 26, de 2015 – Não Terminativo - que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 239.458, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1° da Lei nº 10.905 do Município de São Paulo." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 32 - OFICIO "S" Nº 3, de 2015 – Não Terminativo - que: "Encaminha, para fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário n° 680.089, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do Protocolo ICMS n° 21, de 1° de abril de 2011, do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ (tributação sobre compras não presenciais)." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 3, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 610, de 2015 – Não Terminativo - que: "Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a Lei nº 6.830, de 15 de dezembro de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e dá outras providências." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 3 de 2017, que: "Requeiro, nos termos do inciso III, do art. 279, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento, por 30 (trinta) dias, da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2017, que "Dispõe sobre a Identidade Civil Nacional e dá outras providências." Autoria: Senador Eduardo Lopes. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 35 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 4 de 2017, que: "Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública desta Comissão para discussão do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2016, que "define os crimes de abuso de autoridade de dá outras providências", com a presença dos seguintes convidados: 1. Roberto Livianu, Promotor de Justiça MPSP, doutro em Direito pela USP e Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Não Aceito Corrupção; 2. Fábio Tofic Simantob, advogado e Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa; 3. Jayme Martins, Juiz de Direito em SP, Presidente da AMB; e 4. Lucieni Pereira, Auditora Federal Presidente da ANTC." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 36 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 5 de 2017, que: "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com a finalidade de instruir e debater o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 280, de 2016, para a qual indico, como convidado, o Exmo. Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

CIDADANIA Nº 6 de 2017, que: "Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art(s). 279, III do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão por 30 dias do PLS nº 280, de 2016." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 7 de 2017, que: "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 607, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tornar obrigatória a adição de marcadores químicos nas munições e seus insumos destinados a armas de fogo, com os seguintes convidados: 1) Salesio Nuhs- Vice-Presidente da Companhia Brasileira de Cartuchos-CBC 2) Geraldo Bertolo- Perito Criminal da Polícia Federal 3) Domingos Torquetto- Perito Criminalístico 4) Daniel Samapaio- Delegado da Polícia Federal aposentado" Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 39 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 8 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento dos seguintes nomes a audiência pública para instruir o PLS nº 280/2016: Representante da Polícia Federal Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP -; Ministro Gilmar Mendes - STF; Juiz Federal Silvio Luis Ferreira da Rocha". Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 9 de 2017, que: "Nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao Requerimento nº 4-CCJ, de audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2016, sejam convidados os juristas e ex-ministros do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto e Joaquim Barbosa." Autoria: Senador Lasier Martins. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 41 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 10 de 2017, que: "Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública desta Comissão para discussão do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2016, que "define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências", com a presença dos seguintes convidados: 1. Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; 2. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; 3. Luiz Antonio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; 4. José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR" Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 34.

Eu solicitaria ao Senador Pimentel a gentileza de assumir a Presidência, tendo em vista que sou Relator do item 1, para que eu possa fazer a leitura do relatório.

Agradeço muito a gentileza do Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia a todos!

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Identidade Civil Nacional e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: - *em 28/03/17, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Lasier Martins.*

A referida emenda depende de relatório.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Pimentel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passo à leitura do relatório.

Submete-se, nesta oportunidade, ao crivo desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 19, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que tem por objeto a criação da Identificação Civil Nacional (ICN), com o objetivo de identificar o brasileiro, em suas relações com a sociedade e com os órgãos e entidades governamentais e privados.

Armazenada e gerida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a base de dados da Identificação Civil Nacional (ICN) se utilizará de informações biométricas colhidas na Justiça Eleitoral, nos dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), na Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC Nacional), e de tantas outras informações contidas nos institutos de Identificação dos Estados e do Distrito Federal e do Instituto Nacional de Identificação.

Fica criado também o Documento de Identificação Nacional (DIN), com fé pública e validade em todo o Território nacional, com impressão a cargo da Casa da Moeda, sendo gratuita a emissão da primeira via do DIN. Nele será incorporado, também de forma gratuita, o número do CPF.

Entre outras inovações trazidas pelo projeto de lei, cumpre mencionar a instituição do Fundo da Identificação Civil Nacional (FICN), com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento e manutenção da Identificação Civil Nacional (ICN) e das bases por ele utilizadas; e a criação de um comitê com integrantes do Poder Executivo federal, do TSE, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do CNJ com competência para estabelecer as diretrizes gerais dos padrões de informações biométricas e de formação do número da ICN, e também para gerir a administração do fundo.

O Poder Executivo, na justificação, informa que há muitos anos vem se discutindo a criação de um registro civil nacional e de um documento nacional de identificação, com o objetivo de permitir que o cidadão possa identificar-se e relacionar-se de modo simples e seguro nos espaços públicos e privados.

Com esse objetivo em mente, o Governo Federal e o TSE resolveram somar esforços para a criação de um documento nacional de identificação, aproveitando a base de dados da Justiça Eleitoral, que já vem identificando biometricamente o eleitorado brasileiro, como forma de tornar mais segura a identificação do cidadão para o exercício do voto. Por sua vez, o Poder Executivo federal trouxe as informações de que dispunha do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), com a finalidade de sistematizar os dados produzidos pelas serventias de registro civil em todo o Território nacional.

Nesse sentido, pretende-se, por meio da interoperabilidade entre essas bases de dados, criar a Identificação Civil Nacional (ICN), cujo número, atribuído pela Justiça Eleitoral ao Documento de Identificação Nacional (DIN), permitirá identificar cada cidadão com segurança. Vale destacar, nas palavras do Poder Executivo, que não se está pretendendo impor um documento único nem criar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

documento novo, pois o documento de DIN poderá futuramente substituir o título de eleitor e conterá diversas informações e números oriundos de outros órgãos do Poder Público, com a finalidade de simplificar, com segurança, a identificação do cidadão.

Análise.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "d" e "l", do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por deliberação do Plenário, despacho da Presidência ou consulta de qualquer comissão, bem assim, no mérito, emitir parecer sobre matérias afeitas ao direito civil e aos registros públicos. De resto, à vista dos demais dispositivos do Regimento Interno, o PLC nº 19, de 2017, não apresenta vício.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e registros públicos, a teor do disposto no art. 22, incisos I e XXV, da Constituição Federal, bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma. Ademais, a medida se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: I) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; II) a matéria nele vertida é cercada de inovação ou originalidade, em face do direito positivo em vigor; III) possui o atributo da generalidade, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; IV) afigura-se dotado de potencial coercitividade, isto é, a possibilidade de imposição compulsória do comportamento normativo estabelecido; e V) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o PLC nº 19, de 2017, cumpre as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, que garantam às proposições legislativas as características esperadas pela lei: clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos.

No mérito, julgamos louvável a inovação vertida no Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2017, porquanto hábil a contribuir para a eficácia da identificação do cidadão para todos os atos da vida civil.

A cédula de identidade é, ainda hoje, o principal documento de identificação do cidadão, conquanto avulte, com a mesma finalidade, a utilização da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e das chamadas “carteiras profissionais” (expedidas por órgãos reguladores de profissão). Por esse motivo, à função de confirmar o nome, a imagem, a ascendência, a naturalidade e o número do CPF de seu portador, deve ser agregada à tarefa de registrar informações que permitam estabelecer claro vínculo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

entre o portador do documento e o indivíduo que está descrito no documento, cuja checagem será realizada por meio do uso dos caracteres inalteráveis da biometria.

Não restam dúvidas de que os dados biométricos traduzem aspectos singulares que podem identificar e diferenciar um indivíduo entre os demais. Na verdade, foi somente com o desenvolvimento tecnológico que se tornou possível a obtenção de informações diretamente relacionadas com identificação biométrica das pessoas.

A solução encontrada pela proposição foi a de se criar número único de Identificação Civil Nacional (ICN) em escrita direta na carteira, para que se pudessem unificar os dados de identificação do cidadão.

Adicionalmente, é importante ressaltar, Sr. Presidente, que, há anos, vem se discutindo um novo modelo de identificação civil que unificaria todos esses documentos e números, o Registro de Identidade Civil (RIC) instituído pela Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997.

A instituição do DIN, em tese, eliminaria a necessidade de todos os demais números de identificação utilizados. Contudo, apesar de a Lei do RIC ter sido publicada há mais de 15 anos, até o momento, ela não surtiu efeitos práticos. Certamente, foi em razão do insucesso do RIC que o Poder Executivo, encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.775, de 2015, que ora examinamos sob o novo formato do PLC nº 17, de 2009, para que se realizasse nova regulamentação da matéria.

Na prática, e em resumo, a medida inovadora trazida pelo PLC nº 19, de 2017, permite a materialização de prerrogativas fundamentais dos indivíduos, pertinentes à informação e, em certos casos, à efetividade dos direitos ao exercício pleno da cidadania.

No que diz respeito ao número de inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas (CPF), por outro lado, a matéria desburocratiza a vida do cidadão, permitindo que um só documento sirva às mais diversas situações do dia a dia, nas quais se exige a comprovação de dados pessoais perante órgãos e entidades públicos e privados.

Com base nesses argumentos, acolhemos a sugestão contida na proposição, recomendando, desde logo, a sua aprovação.

Voto.

Diante de todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 19, de 2017.

É o relatório, Sr. Presidente.

Permitam-me aduzir às eminentes Senadoras e Senadores que se trata de projeto extremamente relevante. Estamos conseguindo, com o alcance da tecnologia, da biometria da Justiça Eleitoral, que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

estende a cada dia, a garantia de termos um sistema extremamente confiável de identificação. Por esse grande pesadelo que temos hoje no Brasil, com cada Estado tendo a sua carteira e com a dificuldade de registrar se aquela pessoa lá descrita é a portadora do documento, será substituída exatamente em razão dessa unidade.

A matéria foi largamente discutida na Câmara dos Deputados e agora está sendo submetida à apreciação dos nossos pares. No momento oportuno, darei parecer sobre a emenda do Senador Lasier.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Em primeiro lugar, Senador, não pela ordem, quero louvar o brilhante relatório do Senador Anastasia. Espero que esse projeto seja rapidamente, à unanimidade, aprovado na Comissão.

Mas eu queria requerer à Mesa, Senador Pimentel...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ...uma inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Para o item 27?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Há um projeto de minha relatoria, o projeto de abuso de autoridade, que está na pauta. Se fosse possível a inversão, nós daríamos início a essa discussão. Certamente, nesta reunião, alguém pediria vista. E, a partir da próxima reunião, poderemos discutir em profundidade e votar esse relatório.

Por que eu me preocupo com isso? Parece, Senador Pimentel, que o Ministério Público acordou para o problema. Embora não tivesse gentilmente participado oficialmente da discussão, quando da elaboração do meu relatório, o Ministro Janot assume, agora, uma postura de Janot Tomasi di Lampedusa e sugere um projeto que admite os excessos dos agentes públicos, de todos eles. E, admitindo os excessos, tenta, com um artifício legal, descriminalizá-los. Diz o seguinte: se o excesso for fundamentado, deixa de ser crime. Ou seja, é um momento muito sério para levarmos essa discussão.

Nós estamos, na pauta do Plenário do Senado, com a discussão do fim do foro privilegiado, e o foro privilegiado transforma-se num instrumento muito razoável de visão republicana do direito, principalmente se for acompanhado da responsabilização criminal dos excessos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, a minha solicitação é para que se inverta a pauta, de forma que eu possa apresentar hoje o relatório, que, como eu disse, sofreria naturalmente um pedido de vista coletiva. E, numa próxima reunião da Comissão, nós teríamos toda a condição de votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Requião, nós vamos concluir o item 1, que já foi lido, para ver qual será o encaminhamento. Em seguida, há o item 3, da Senadora Simone Tebet, e, posteriormente, o item 27, para o qual V. Exª pede a inversão. Portanto, se nossos pares não apresentarem divergência, nós aprovaremos esta ordem: o item 1, o item 3 e o item 27.

No item 1, foi apresentado pelo nobre Senador Eduardo Lopes um requerimento com o seguinte teor.

EXTRAPAUTA

ITEM 34

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 3,

DE 2017

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento, por 30 (trinta) dias, da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2017, que "dispõe sobre a Identidade Civil Nacional e dá outras providências."

Autoria: Senador Eduardo Lopes.

Dou cinco minutos para que o autor faça a sua justificativa.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – A questão, Senador Anastasia, não é quanto ao mérito, porque, realmente, é um projeto importante, mas há alguns pontos que devem ser mais discutidos, inclusive porque podem até gerar gastos para o Governo e atrapalhar a questão do teto. Então, esses 30 dias serviriam para conversarmos e analisarmos melhor, a fim de evitar esse tipo de coisa. Por isso, fiz o pedido de adiamento. Nada tenho contra o mérito, mas queremos estudar melhor essa situação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Eduardo, ouço-o com muita atenção e respeito as ponderações de V. Exª, mas, por se tratar de matéria que não é terminativa e por ser um projeto em tramitação há muito tempo, que foi bastante debatido, eu peço, com muito respeito e vênia a V. Exª, que deliberemos sobre ele nesta Comissão. Vamos debatê-lo no plenário, com mais tempo, porque, é claro, naturalmente, ele será ainda debatido lá com bastante tempo.

Então, meu encaminhamento, com todo o respeito ao Senador Eduardo, é contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu queria fazer uma ponderação ao Senador Eduardo. Quanto a essa matéria, há certo acúmulo que vem de outros projetos.

Como não é terminativo, Senador Eduardo, pergunto a V. Exª se não é possível retirar o requerimento. Como é não terminativo, como vai ao Plenário, eu pediria...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Mas, com todo o respeito ao Senador, acho pertinente a questão que coloquei, porque, realmente, em reuniões, foi levantada a questão. Se a primeira via é gratuita, isso pode gerar gastos, pode atrapalhar na questão do teto. Então, caso o requerimento venha a ser derrubado, vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Então, vamos levar a voto o requerimento, o que é regimental.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram, e os que não concordam levantem a mão. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento por maioria.

Em discussão a matéria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Então, já faço o pedido de vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Então, foi pedida a vista coletiva. A vista está concedida.

Vamos ao item 3, conforme a inversão de pauta já aprovada.

Vou devolver a Presidência ao Senador Anastasia. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Pimentel. (*Fora do microfone.*)

Agradeço ao Senador Pimentel a gentileza de ter assumido o exercício da interinidade da Presidência.

Passo ao item 3 da pauta, conforme foi decidido pelo Presidente. Trata-se da leitura do relatório do Projeto de Lei nº 349.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2015

- Terminativo -

Inclui, na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657, de 1942), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público.

Autoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatoria: Senadora Simone Tebet.

Relatório: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T, com sete emendas que apresenta.

Observações: *- em 16/06/2015, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Antonio Anastasia;*

- em 19/11/2015, foi realizada audiência pública para instruir a matéria;

- em 28/03/2017, foram recebidas as Emendas nºs 2 a 8, de autoria do Senador Benedito de Lira, que dependem de relatório;

- votação nominal.

Com a palavra a eminente Relatora, Senador Simone Tebet.

Eu pediria silêncio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu pediria ao Plenário silêncio, por gentileza, para, com todo o respeito, ouvirmos a eminente Relatora, que fará a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Terminado o relatório, havendo quórum, vamos deliberar. Não havendo quórum, vamos passar ao item 27, conforme a inversão de pauta. Depois, voltaremos ao item 2.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de tudo, eu gostaria de agradecer a V. Exª, como autor desse projeto, por ter me escolhido como Relatora do PLS 349, de 2015.

Na realidade, vou fazer uma preliminar. Como o parecer é muito longo e como o projeto, numa primeira leitura, parece ser de difícil entendimento, vou fazer uma preliminar, para que possa, depois, na leitura do relatório, ir diretamente aos pontos mais relevantes, mais importantes.

Na realidade, esse projeto visa a inserir na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que é conhecida como Lei de Introdução ao Código Civil, os princípios gerais e regras do Direito Público, que são preceitos aplicáveis como diretrizes gerais no âmbito do Direito Tributário, Administrativo, Processual, etc., relacionados à criação, à interpretação e à aplicação do Direito Público.

Foram muitos os debates, Srªs e Srs. Senadores, com mesa-redonda, com audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça, e muitos especialistas e juristas se pronunciaram favoravelmente a esse texto. Sei que o texto é genérico, é abstrato, como deve ser qualquer texto, qualquer norma introduzida na própria lei de introdução a um código, e também complexo. Mas é preciso, como eu disse, talvez mais de uma leitura para entender seu alcance. Basicamente, o projeto a ser aprovado vai garantir ao Poder Público, ao servidor público, à sociedade, ao cidadão agilidade, segurança jurídica nos atos e decisões do Estado, eficiência, transparência, diminuição da burocracia.

Enfim, ele se baseia num anteprojeto elaborado por juristas da Fundação Getúlio Vargas. Se eu pudesse aqui elencar quatro grandes avanços desse projeto, eu incluiria, primeiro, a unificação de conceitos, aproximando entendimentos e interpretações divergentes, dando previsibilidade para os atos praticados por gestores para os administrados.

Segundo, prevê critérios para a anulação de atos administrativos pelos órgãos de controle que hoje paralisam obras e contratos por diversos anos.

Terceiro, evita a criação de exigências desarrazoadas para os administrados, garantindo segurança jurídica e também desburocratizando os atos administrativos.

Por fim, permite soluções jurídicas dentro da própria administração, no próprio controle interno, resolvendo conflitos internos dentro da administração, dentro da legalidade e da eficiência, é claro, evitando, com isso, a judicialização.

Esse é o relatório resumido.

Vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa do projeto.

Registramos que a proposição não incide em qualquer tipo de inconstitucionalidade, seja formal, seja material, e que não há óbices quanto à juridicidade.

Esse projeto sugere a inclusão, em dez novos artigos, de normas de Direito Público na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Mesmo em sua redação original, a lei não abrangia apenas normas de Direito Privado. É o caso, por exemplo, de coisa julgada, direito adquirido e ato jurídico perfeito. Portanto, não é de causar estranheza tentar introduzir nesta lei normas de Direito Público.

Na p. 4 do relatório, já nomeio: cumpre lembrar que não temos no Brasil um código de Direito Administrativo. Isso se deve não só à nossa tradição de abordar temas dessa disciplina de forma isolada, mas também ao fato de que legislar sobre normas administrativas cabe a todos os entes da Federação.

A proposta de incluir normas gerais de Direito Público na LINDB permitirá solucionar essa situação, trazendo, assim, uma maior coerência sistêmica, unificando conceitos desde o Direito Penal até o Direito Administrativo, passando até pelo Direito Processual.

Quanto ao mérito, só temos elogios a fazer.

Os arts. 20 e 26 do projeto em análise visam a positivar o princípio da motivação concreta. Ambos os artigos tratam da exigência de que os administradores, ao praticarem atos administrativos, façam-no com motivação concreta, o que traz um ganho de qualidade para as decisões, pois se passa a exigir não só alguma motivação, mas uma que seja específica. De outra parte, será necessário, nas decisões discricionárias, apontar por que se adotou uma solução e não outra, proceder como há muito exigido pelos estudiosos do Direito Administrativo.

À p. 6, finalmente, de forma adequada e meritória, positiva-se a necessidade de evitar danos ou prejuízos excessivos aos administrados, o que significa a concretização do princípio constitucional implícito da proporcionalidade. Apresentamos apenas duas emendas de redação nesse sentido.

Já o art. 21 visa a evitar abuso dos órgãos controladores, protegendo o gestor que atua de boa-fé. Trata-se de norma direcionada principalmente aos órgãos de controle, que, por vezes, fazem exigências deslocadas da realidade dos gestores.

Consideramos que a norma é não só conveniente, mas também oportuna, pois, a partir dela, o exercício da função dos órgãos controladores deverá levar em conta a realidade do gestor fiscalizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cremos, porém, ser possível aperfeiçoar o dispositivo e, por isso, nele incluímos dois parágrafos, apenas para que possamos tratar de forma adequada temas como, por exemplo, a proibição do *bis in idem.*

O art. 22 trata da obrigatoriedade, em casos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ...de mudança de entendimento sobre norma indeterminada, da adoção de regimes de transição.

Ao proteger as situações consolidadas pelo tempo e ao proibir mudanças de interpretação retroativas ou abusivas, ambos os artigos concretizam o princípio constitucional da segurança jurídica, especialmente no aspecto da proteção da boa-fé e das legítimas expectativas do administrado ou jurisdicionado.

À p. 9, diz-se que, nesse contexto, a disposição prevista no PLS vem ao encontro da doutrina mais moderna.

Quanto aos arts. 23 e 29, pode-se afirmar que são conexos, uma vez que ambos têm por objetivo reforçar a prática da chamada administração pública consensual ou dialógica, celebrar um compromisso com particulares a fim de sanar irregularidades ou de resolver contentas.

Já o art. 29 faculta ao Poder Público exigir compensação por benefícios indevidamente fruídos ou prejuízos causados resultantes do processo ou do comportamento dos envolvidos. Aqui seguem os artigos.

À p. 10, diz-se que se pode dizer que referidas normas trazem o reforço da Administração Pública consensual, inclusive realizando o princípio constitucional da razoável duração dos processos. No último parágrafo dessa mesma página, é dito que deve ser enfaticamente destacado o aperfeiçoamento legislativo trazido pelo art. 24, ao instituir a ação declaratória da validade de ato ou contrato por parte do Poder Público e, assim, acabar com a "guerra de liminares" dos interessados em atrasar políticas públicas.

À p. 11, dizemos que, em geral, os licitantes inabilitados, desclassificados ou que não sejam declarados vencedores judicializam a discussão sobre a validade do procedimento e, por vezes, do próprio contrato. Visa-se a mitigar a incerteza jurídica da Administração em relação ao reconhecimento da validade de seus atos, facultando-se, no regime da ação civil pública, o ajuizamento de ação para obter, com efeito *erga omnes*, a declaração de que ato ou contrato é válido.

O art. 27 delimita a responsabilidade do agente público, ao final da p. 11. Prevê-se, por meio da norma que se pretende criar, a responsabilização do agente apenas em caso de dolo ou culpa grave

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(erro grosseiro). Demais disso, exclui-se a responsabilização em caso de adoção de entendimento dominante à época da prática do ato.

Resolve esse artigo, Sr. Presidente, um problema de incerteza do Direito.

À p. 12, está dito ainda em relação ao mesmo assunto: como responsabilizar um agente público que adote interpretação posteriormente rejeitada pelos órgãos públicos?

Prevê-se, ainda, o apoio da entidade (ou órgão) da Administração quando o agente tiver de se defender por ato praticado no exercício da função. A previsão de erro grosseiro, aliás, vem ao encontro da pacificada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

À p. 13, no penúltimo parágrafo, está escrito: entendemos, entretanto, ser necessário apresentar uma emenda para incluir o §3º no dispositivo, de modo que, em caso de o agente ser condenado definitivamente, seja a entidade pública por ele ressarcida das despesas relacionadas à defesa.

É preciso também apresentar emenda de redação apenas para inserir um "não" que faltou no §1º.

Finalmente, o art. 28 tem por finalidade estabelecer a realização de consulta pública como condição para a edição de atos normativos.

À p. 14, é dito que sabemos que é uma proposta inovadora, e tudo que é novo pode gerar reações. Porém, as consequências práticas benéficas para a sociedade, para o cidadão, para a Administração Pública e para os agentes públicos são inúmeras: eficiência, transparência, celeridade e segurança jurídica, isto é, tudo que a Constituição Federal exige como princípios da Administração Pública.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Ante todo o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, somos pela aprovação do PLS nº 349, de 2015, da Emenda nº 1-T, com as redações que seguem, extraídas de contribuições oferecidas na audiência pública e na mesa-redonda realizadas nesta Casa, bem como das Emendas nºs 2 a 8, do Senador Benedito de Lira, todas elas não mexendo basicamente no mérito do projeto, mas visando apenas ao aprimoramento da redação e à utilização de algumas expressões técnicas que estavam implícitas, muitas vezes, no artigo. O Senador Benedito de Lira, em bora hora, com sua contribuição, aprimora o projeto com essas emendas.

É o parecer, é o voto que coloco à apreciação desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Simone Tebet, pelo maiúsculo relatório que apresenta a uma matéria complexa. Agradeço muito a leitura de seu conteúdo extraordinário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos realizar a votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Havendo aquiescência, coloco-os em votação.

Trata-se de matéria terminativa, com votação nominal.

Eu pediria à Secretaria que providenciasse a abertura dos terminais para a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já pode fazê-lo? (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Consulto o Plenário para saber se todos os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras já votaram. (*Pausa.*)

Ainda não.

(*Continua em processo de votação.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, vou votar na ata, porque continua travando. Eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Tendo em vista que todos já votaram, declaro encerrada a votação.

Peço que se abra o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Houve 20 votos SIM.

O Presidente se absteve.

Resultado: aprovados o projeto e as Emendas nºs 1-T-CCJ e 2 a 15-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Permitam-me um agradecimento à Senadora Simone Tebet, Relatora desse projeto, pelo seu trabalho hercúleo e ciclópico, tendo em vista a relevância do tema. Tenho a esperança de que ele contribua – permitam-me dizê-lo, como Presidente – para a segurança jurídica nacional.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente, quero dizer que a honra foi minha e que o mérito é todo de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Fico gratíssimo!

Vamos, de acordo com a inversão da pauta, aprovada pelo Presidente Pimentel, ao item 27, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2016.

ITEM 27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2016

- Não terminativo -

Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.

Autoria: Senador Renan Calheiros.

Relatoria: Senador Roberto Requião.

Relatório: favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, contrário às Emendas de Plenário nºs 5, 8, 9, 10, 11, 15, 16 a 23, 25 e 26 e pela prejudicialidade das demais emendas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Randolfe. V. Exª está com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Em relação a esse tema, o item 27 da pauta, que trata do PLS 280, de 2016, de relatoria de S. Exª o Senador Roberto Requião, sobre abuso de autoridade, eu tenho um requerimento, que está sobre a mesa, para a realização de audiência pública, convidando para essa audiência pública o Sr. Roberto Livianu, promotor de Justiça e doutor em Direito pela USP; o Sr. Fábio Tofic Simantob; o Sr. Jaime Martins; e a Srª Luciene Pereira.

Justifica-se essa audiência pública, Sr. Presidente – e aqui requeiro a V. Exª –, pelas seguintes razões: primeiro, considero que essa matéria, como já foi manifestado, inclusive, pela Presidência desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comissão, deve ser aprofundadamente debatida nesta Comissão, que tem esse encargo. Por isso, apresento este requerimento com esse fim, trazendo especialistas para o tema.

Além do mais, Sr. Presidente, ainda ontem foi trazido para o Congresso Nacional, da lavra da Procuradoria-Geral da República, de iniciativa do Sr. Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, um projeto sobre abuso de poder, sobre abuso de autoridade, que começa a tramitar na Câmara dos Deputados. Eu considero pertinente, paralelamente a esse debate, sem prejuízo desse debate, nós acompanharmos o debate que se inicia sobre esse projeto apresentado no dia de ontem.

Nesse sentido, apresento os fundamentos para que, antes de hoje procedermos à leitura do relatório e ao consequente pedido de vista, nós apreciemos, em primeiro lugar, os requerimentos referentes às audiências públicas que estão sendo propostas sobre esse tema.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – São os termos pelos quais peço o deferimento de V. Exª e dos nobres Senadores.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Randolfe.

Com a palavra o Relator, Senador Roberto Requião.

Depois, terá a palavra o Senador Ferraço.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Quero contraditá-lo em parte.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu proponho à Mesa que se faça a leitura do relatório e que se aceda à audiência pública, que pode ser feita na próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Ronaldo Requião... Desculpe-me, Ronaldo Caiado, que também é autor... É uma bela mistura. (*Risos.*)

O Senador Caiado, que também é autor de um requerimento, tem a palavra.

Foi um lapso mental.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Apresentei um requerimento para que pudéssemos também convidar o Procurador-Geral da República, Dr. Janot. Ele teve oportunidade de trazer ontem uma proposta sobre o projeto de lei que trata de abuso de autoridade. É uma matéria polêmica. Esta Comissão tem exatamente esse objetivo. O Senador Randolfe já apresentou também um requerimento com outras pessoas que devam ser ouvidas.

Já que, quanto a essa matéria, a sociedade brasileira tem dúvidas em relação ao porquê da celeridade em votá-la, nós não podemos aqui fazer nada que não seja muito transparente. Tem de ser um debate muito claro. Essa matéria não passou por comissão alguma, foi diretamente a Plenário. Nós conseguimos, com vários Líderes, retirar a matéria de plenário, de votação – ela estava pautada –, e trazê-la para a Comissão. A Comissão não precisa ter essa celeridade. Tão logo chegue a matéria, lê-se o relatório e vota-se. Não! Por ser a matéria polêmica, todas as dúvidas deverão ser esclarecidas. Quais são as pessoas que devem ser convidadas? Eu já fiz um requerimento, que está sobre a mesa.

Como o debate antecede a votação ou a leitura do relatório, eu pediria ao nobre Relator que concordasse com a audiência pública para ouvirmos as pessoas e colocarmos aí as posições também, para que se possa acolher um texto que seja um texto compatível agora, depois de ouvir as audiências.

Na verdade, o Senador Requião já tem um substitutivo, já apresentou o substitutivo, mas não nos ouviu, não teve a oportunidade também de fazer uma audiência pública, de confrontar o substitutivo dele com a proposta que foi trazida ontem pelo Janot e com outras sugestões que serão trazidas também pelo requerimento apresentado pelo Senador Randolfe.

Pondero, Sr. Presidente, que nós não deveríamos avançar na leitura, até porque eu acredito no bom senso do nosso Relator. Ele terá a humildade de absorver os pontos positivos para podermos fazer um substitutivo...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ...que expresse o sentimento da Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Caiado.

Por gentileza, eu pediria... Vou dar a palavra a todos que estão pedindo a inscrição pela ordem. Não é preciso haver aflição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como o Senador Ferraço já havia levantado a mão primeiro, passarei a palavra a ele. Depois, eu a concederei ao Senador Garibaldi e à Senadora Gleisi, para, depois, o Relator, então, fazer um comentário sobre todas as observações. Vamos ouvir todos.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Julgo eu que não há tema que não possa e não deva ser debatido numa Casa plural como é o Parlamento.

Sr. Presidente, tentaram votar esse tema sob regime de urgência no final do ano passado. Houve uma resistência muito grande, o regime de urgência não prosperou. Esse tema retornou, portanto, ao seu escaninho correto e adequado, qual seja a Comissão de Constituição e Justiça, para que aqui fizéssemos um debate.

Na medida em que estamos, primeiro, conhecendo o projeto do Senador Requião, o relatório do Senador Requião, e na medida em que será aberta vista coletiva, isso significa dizer que teremos até a próxima semana para votar esse projeto, por força regimental. Então, parece-me uma inversão de valores.

Por convicção própria, acho que a pressa é inimiga da perfeição, em que pese não haver texto perfeito. Então, parece-nos, Presidente Anastasia, que o mais adequado, com relação a esse tema, é combinarmos um calendário especial, como já fizemos com outras matérias, decidindo se vamos fazer uma ou duas audiências, para que possamos receber na Comissão de Justiça não apenas as indicações que o Senador Randolfe faz, mas também a indicação do Procurador-Geral da República, que, ontem, foi recebido nesta Casa, trazendo contribuições, oferecendo-se para o debate.

Portanto, parece-me uma inversão de valores a proposta feita pelo Relator Requião, na medida em que ele quer relatar para depois fazer a audiência pública. Ora, se ele relatar, haverá vista coletiva. Havendo vista coletiva, obrigatoriamente esse projeto terá de ser votado na próxima semana, como determina o Regimento. O Regimento determina que, com vista coletiva dada, o projeto tem de ser votado na próxima reunião.

Não me parece adequado, não me parece conveniente, não me parece recomendável essa pressa. Todos nós precisamos exercer o nosso valor de juízo, a nossa massa crítica. Portanto, primeiro, deveríamos fazer a audiência pública, para que, em seguida, possamos, à luz da massa crítica e do juízo de valor que cada um terá, fazer o debate e o enfrentamento em relação a esse tema. Por que não ouvirmos esses convidados, essas autoridades, que trarão aqui sua visão e sua opinião crítica?

Acho que não cairá bem...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...nós votarmos esse tema como essa velocidade. O tema pode e deve ser enfrentado, até porque estamos tratando aqui de uma legislação dos anos 60, para ser mais preciso, de 1965. O mundo mudou, os procedimentos culturais da sociedade mudaram.

Há, inclusive, por parte do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, sugestões de efetivos abusos de autoridade nos tempos atuais, contemporâneos, que precisam ser enfrentados.

Portanto, a pressa não me parece uma boa sugestão.

Quero trazer minha manifestação na linha do Senador Randolfe e do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

O próximo inscrito é o Senador Garibaldi.

Por gentileza, Senador Garibaldi!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, se quisessem ouvir um suplente, eu diria, como os Senadores que me antecederam, que se faz necessário realmente um debate.

Desde logo, quero dizer que sou a favor do projeto de lei do Senador Requião. Não se trata aqui...

Celular só toca no momento errado.

Não se trata aqui, pelo menos da minha parte, de uma tentativa de protelar a discussão desse projeto. O problema é que abusos de autoridade temos em qualquer grau, do maior ao menor.

Então, acho que um debate... Tenho a impressão de que o Senador Requião, é claro, está preparado para esse debate e há de convencer todos nós.

Então, minha opinião é essa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Acho que fazer uma audiência pública não impede que nós façamos a leitura do relatório do Senador Requião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse é um projeto que, há tempos, estamos debatendo, e estamos nos debatendo nele nesta Casa. O projeto já foi ao Plenário, já voltou a esta Comissão. Passou-se um longo tempo. Acho que é uma matéria importante, para que a gente faça a deliberação, que não precisa ser feita de forma apressada, mas que também não pode ser feita de forma lenta, porque o País precisa de uma legislação clara em relação a abuso de autoridade. Não se trata só de questões que estamos vendo por parte do Judiciário, mas se trata de qualquer autoridade, policial, legislativa e também autoridade do Executivo.

Eu queria fazer um apelo aqui ao Senador Randolfe. Nós fizemos um acordo com o Senador Randolfe e com o Senador Alvaro Dias em relação ao projeto do foro privilegiado. Nós também queríamos um debate maior, mas concordamos em votar o projeto, em deixá-lo na discussão do Plenário. E vamos formar uma comissão pública de plenário para fazermos o debate, que vai ser marcado, inclusive. Pode ser até que haja também emendas ao projeto do foro privilegiado. A nossa disposição, o que nós acertamos com o Senador Randolfe e com o Senador Alvaro Dias foi que, havendo emendas, o projeto entraria automaticamente na pauta da CCJ, para nós deliberarmos, para votarmos em plenário.

V. Exª estava em plenário quando fizemos esse acordo.

Penso que estamos tratando de matérias com pesos e complexidades muito semelhantes. O foro privilegiado também é matéria complexa, também é matéria que gera discussão. E também estamos dando celeridade a ela, porque é uma necessidade do momento.

Então, eu queria fazer um apelo ao Senador Randolfe, para termos com essa matéria o mesmo trato que tivemos com o foro privilegiado. Ou seja, o Senador Requião poderia fazer a leitura do relatório, para que ele ficasse público, para que esta Comissão o conhecesse.

Nós recebemos aqui a proposta do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. Acho que há coisas que ali ele fala que são importantes, e daria para nós as colocarmos no projeto, daria para adequar isso, embora eu queira fazer aqui uma crítica ou uma ressalva à prática do próprio Procurador, porque o Senador Requião fez várias reuniões de debates e de conversas e, inclusive, chamou o Ministério Público, e o Ministério Público não veio aqui no momento em que foi chamado. Depois o Procurador apresenta um projeto. Nada tenho contra isso, mas está é uma Casa que legisla. Então, nós precisamos também ter os tempos da Casa e os fóruns de discussão adequados. Mas não há problema, o Procurador pode apresentar, e vamos ver o que é correlato.

Quero pedir que nós marquemos para a semana que vem a audiência pública. Assim, esta Casa teria responsabilidade com dois temas de grande importância, que têm alta complexidade e divergências, mas que nós temos de resolver sem amarras e sem pressa derradeira.

Então, eu queria propor aqui o mesmo tratamento que nós fizemos para o foro privilegiado para essa matéria que o Senador Requião está relatando: que nós possamos ler o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Deixo claro também – já fui presidente de comissão e, portanto, sei como funciona – que, se nós lermos o relatório aqui, não há nenhuma determinação imutável de que nós tenhamos de votar na próxima semana, mas isso facilitaria para iniciarmos o debate e conhecer a matéria. Então, eu gostaria que o Senador Requião pudesse ler o relatório, sem prejuízo de nós fazermos a audiência pública, tal qual nós acertamos em relação ao projeto do foro privilegiado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senadora Gleisi.

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente Anastasia, em primeiro lugar, quero endossar a manifestação do Senador Ferraço.

Em segundo lugar, quero dizer que quero subscrever o requerimento do Senador Randolfe, entendendo, Presidente, que se trata, de fato, de matéria relevantíssima, complexa, que ainda não está pronta para discutirmos aqui, principalmente porque houve fato novo com a visita do Procurador Janot ontem ao Congresso, trazendo contribuições ainda não bem conhecidas, cujos detalhes nós precisamos ler, conhecer melhor. Por outro lado, audiência pública numa matéria como essa só nos vai trazer proveito, vai aprofundar o debate.

Eu quero sugerir, inclusive, um nome também, que depois vou confirmar por escrito, porque nós precisamos neste momento nos servir das grandes inteligências brasileiras. Eu quero propor o nome de alguém que tem uma inteligência iluminada, que é o jurista Carlos Ayres Britto, homem respeitadíssimo, que, certamente, pela respeitabilidade que tem, vai trazer uma boa contribuição para a audiência pública.

Estou também de acordo com a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lasier.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Serei breve, Sr. Presidente.

Na realidade, o que estamos ouvindo não estou entendendo como algo que seja incompatível. Vários Senadores aqui defendem, a partir de um requerimento do Senador Randolfe, que seja realizada uma audiência pública. Há outra proposta para que seja lido o relatório a partir de hoje. Eu acho que poderíamos fazer as duas coisas – conversei com o Senador Randolfe – sem prejudicar, sem atrapalhar o andamento da matéria, sem procrastinar absolutamente nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O que a Senadora Gleisi falou em relação ao foro privilegiado também é verdade. O que nós decidimos no plenário? Teremos no plenário uma sessão de debate sobre o foro. O projeto receberá emendas – aliás, várias emendas já estão transitando; já estão colhendo assinaturas – e, posteriormente, virá para cá. Aqui também não estaremos impedidos de debater alguns problemas, algumas questões relativas à matéria.

Então, o que solicito, Presidente, é que V. Exª encaminhe a possibilidade de um acordo. O Senador Requião faria a leitura do relatório, e aprovaríamos também uma audiência pública – não há problema – que poderia ser feita já na semana que vem no âmbito desta Comissão. Então, essa é a minha proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Vamos ouvir, por derradeiro, o Relator, para tomarmos a nossa decisão.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente, a proposta que se materializou em um texto que condena o abuso de autoridade não é nova. Ela tramita há mais de sete anos no Senado da República. Ela não é de autoria do Senador Renan Calheiros. O Senador Renan apenas subscreveu uma proposta elaborada pelo Ministério da Justiça, pelo Supremo Tribunal Federal, pela Procuradoria de Justiça, elaborada pela Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição. Portanto, está na hora de ela ser votada.

A minha preocupação maior, e peço a atenção dos Srs. Senadores, é que estamos com tramitação no plenário do Senado de uma emenda à Constituição que põe fim ao foro privilegiado, uma emenda, sem a menor sombra de dúvida, republicana. Mas vocês imaginem se votamos o fim do foro privilegiado sem estabelecermos com clareza o que é o abuso do poder. Poderíamos ver, no dia seguinte da promulgação da emenda à Constituição, um juiz de primeira instância viabilizar uma condução coercitiva para um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Estamos vivendo um momento de interpretação hermenêutica aberta dos regulamentos legais que levam ao abuso por parte de autoridades com uma constância monumental. Se considerarmos admitir o texto aberto dos princípios legais, vamos chegar à conclusão de que não existe mais crime de responsabilidade no Brasil, porque qualquer administrador público, fiscal, policial, promotor, juiz, qualquer agente público poderia interpretar a legislação ao seu alvitre, ao seu alvedrio...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ...sem nenhuma possibilidade de criminalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Quero, ouvindo com muita atenção e respeito, V. Exª, alertar que V. Exª já está entrando no mérito da discussão, e ainda estamos discutindo a forma.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Estou dizendo o porquê...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A relevância nós conhecemos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Estou argumentando o motivo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ...pelo qual vou propor uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Por uma questão de economia processual, atendendo ao apelo de V. Exª, proponho o seguinte: façamos a leitura do relatório hoje. Podemos fazer as audiências públicas no dia 4, terça-feira, e a votação no dia 19 de abril, que é uma quarta-feira. Isso não impediria uma amplíssima discussão.

Eu, por exemplo, não tenho condições de votar o fim do foro privilegiado sem votar o fim do abuso de autoridade, porque estaríamos promovendo a anarquia da legislação brasileira e a possibilidade concreta de um juiz de primeira instância, concursado ontem, viabilizar a condução coercitiva para depoimento de um ministro do Supremo Tribunal Federal.

Então, nós não podemos mais retardar esse processo.

E não se diga que nós não admitimos as audiências públicas. Vamos fazê-las e postergar a votação para o dia 19/4. Assim, resolvemos esse problema paralelamente ao fim do foro privilegiado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – E, Sr. Presidente, que seja, no dia 19, o primeiro item da pauta.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Permita-me, primeiramente, passar a palavra ao Senador Eduardo. Depois, imediatamente, passarei a V. Exª, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ainda há pouco, conversávamos com o Senador Requião, com o Senador Caiado, com o Senador Ferraço e com o Senador Randolfe Rodrigues exatamente que nós estamos em processo de votação, em plenário, do fim do foro privilegiado. Quero, inclusive, aproveitar a oportunidade, Presidente, para dizer que sou a favor do fim do foro privilegiado para todos os níveis, não apenas para os parlamentares e para os políticos, mas para todos, a fim de que nós possamos ter direitos iguais e condições iguais para todas as autoridades brasileiras. Portanto, trata-se do fim do foro privilegiado para os membros de todos os Poderes, para o Executivo, para o Legislativo e para o Judiciário, para a Magistratura, exceção feita ao Presidente da República.

Mas acredito, Sr. Presidente, que essas audiências públicas, que são importantes e que são necessárias, serão ainda mais enriquecedoras se o relatório já tiver sido lido. E mais: quanto à hipótese do impedimento regimental, Sr. Presidente, esta Casa, esta Comissão e o Secretário-Geral, que aqui nos assessora já há algum tempo, sabem que há precedentes nesta Casa de concessão de vista coletiva. O processo volta para a pauta, mas, não necessariamente, é votado.

Portanto, podemos acatar a sugestão de calendário do Sr. Relator, Senador Requião, e realizar a audiência. Se houver o entendimento de que há a necessidade de mais de uma audiência, podemos fazer mais de uma audiência. Mas que comecemos esse processo, a fim de que possamos também andar com a votação do fim do foro privilegiado.

Assim, faço um apelo aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras para que cheguemos a um entendimento, para que possamos ler o relatório, conceder vista coletiva e marcar as datas para as audiências públicas, até para que a sociedade brasileira tenha um amplo debate, mas sob a guia e a orientação de um relatório público, de conhecimento geral da Nação, a partir da sua leitura na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas o relatório é conhecido e publicado, não precisa ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Ferraço, por gentileza.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Quanto maior e mais ampla for a sua divulgação, melhor! Ou V. Exª quer que ele fique apenas publicado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senhoras e senhores, por gentileza!

Houve o pedido para uma questão de ordem do Senador Caiado, que nós vamos ouvir. Depois, vamos ouvir o Senador Randolfe. Parece-me que já há uma inclinação majoritária. Então, nós vamos decidir, ainda porque não podemos postergar essa discussão *ad aeternum*.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, do adiamento da discussão, art. 279.

> Art. 279. A discussão, salvo nos projetos em regime de urgência e o disposto no art. 349, poderá ser adiada, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão, para os seguintes fins:
> .....
> III – ser realizada em dia determinado; [..]

O artigo nos autoriza um prazo de 30 dias, requerimento que faço chegar à Mesa.

E pondero tanto com o nobre Relator como com Senador Eduardo Braga que realmente não tem muito lógica. Não muita não, não tem nenhuma lógica a inversão das ações da Comissão. Primeiro, audiência pública tem a finalidade de nos trazer argumentos, dados, para que possamos chegar a um texto final que, se não for da concordância de todos, tenha a convergência da maioria. É isso que se busca. Não queremos aqui fazer um texto para derrubar o texto do Relator e ter que indicar Relator do vencido. O sentido é: se o Relator já traz o texto substitutivo dele, ele anula a importância das audiências.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – V. Exª me permite um aparte? Acho que a colocação de V. Exª é muito pertinente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Queria lembrar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que houve uma audiência pública sobre abuso de autoridade, com a presença do Juiz Sérgio Moro e com a presença do Ministro Gilmar Mendes, no plenário do Senado, durante cinco horas, em que amplamente esse tema foi debatido. Então, apenas para contribuição ao debate, primeiro, houve uma audiência pública, no plenário do Senado da República, com a presença do Juiz Sérgio Moro, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

presença do Ministro Gilmar Mendes, entre outros, e do próprio Relator Roberto Requião, durante cinco horas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Ora, meses depois, está pautada aqui na Comissão de Constituição e Justiça a leitura do relatório. Ora, nós não somos realizarmos novas audiências públicas, mas nós já fizemos uma audiência pública no plenário do Senado, com a presença do Juiz Sérgio Moro, com a presença do Ministro Gilmar Mendes, entre outros, com participação do Relator Roberto Requião – portanto, o mesmo Relator – e com a participação de dezenas de Senadores no debate.

Portanto, o que nós estamos aqui dizendo a V. Exª e dizendo ao povo brasileiro é:1) já fizemos audiência pública; 2) não somos contra audiências públicas; 3) queremos votar o fim do foro privilegiado para todos – para todos – e queremos votar também a questão do abuso de autoridade, porque este País precisa ter uma norma com relação a esta questão.

(*Interrupção do som.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Estabelecimento de mais uma ou duas audiências públicas e posterior votação do relatório aqui nesta Comissão é o apelo que faço a V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – V. Exª quer concluir, Senador Caiado?

Depois vou passar ao Randolfe e, na sequência, vamos encerrar esse debate.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Só para concluir o meu raciocínio, Sr. Presidente, sobre a lógica apresentada pelo Senador Eduardo Braga. Ele tem de entender neste momento que foi apresentado um novo texto, trazido à Casa ontem. Esta é a realidade. Até então as pessoas se posicionaram lá no plenário defendendo uma tese ou outra, mas não havia nenhum texto redigido. Ontem foi recebido um texto, que está aqui, com todos os artigos. Está aqui apresentado em negrito.

Fiz questão de fazer uma planilha comparativa, que está aqui, toda ela: com autoria, o projeto original; o substitutivo de V. Exª; e o projeto apresentado pela PGR. Fiz todo o comparativo, de artigo por artigo, do que nos foi encaminhado.

Por isso, acredito que, diante de todas essas sugestões trazidas, nada melhor do que nós fazermos as audiências públicas. E, aí, sim, se alguns desses itens puderem ser acolhidos pelo nobre Relator, nós já votaríamos um texto aqui finalizado. Eu acredito que isso será muito mais convergente do que, realmente, uma leitura prévia, até para não constrangermos o nobre Relator para ter que mudar alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

posição. Ele terá toda a tranquilidade de poder, amanhã, incluir no seu texto alguns dos itens que aqui foram trazidos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... ou alguma sugestão ou sugestões que serão trazidas também por aqueles que foram aqui encaminhados pelo Senador...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... pelo Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Caiado, por gentileza, vamos ouvir o Senador Randolfe para nós fazermos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, na esteira da questão de ordem apresentada pelo Senador Ronaldo Caiado e na melhor das intenções de construirmos aqui um acordo, veja: qual é o sentido de uma audiência pública? Preliminarmente, me parece que aqui há um acordo sobre haver a audiência pública. O Regimento da Casa nos diz o sentido da audiência pública.

> Art. 93. A audiência pública será realizada pela comissão para:
> I – instruir matéria sob sua apreciação;
> II – tratar de assunto de interesse público relevante.

Ou seja, qual é o sentido, Senador Eduardo, de uma audiência pública? Instruir a matéria que está em debate. Se nós anteciparmos e já ouvirmos o relatório do Senador Requião, nós vamos ter um parecer aqui emitido antes da instrução da matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Com todo...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Pela ordem! Presidente, art. 14!

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Citado, eu quero ter a oportunidade de contestar os argumentos do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu vou pedir ao Senador Randolfe para concluir em 60 segundos; dar a palavra, pelo art. 14, ao Senador Requião; e vou decidir imediatamente, porque, do contrário, nós ficaremos aqui *ad eternum*.

Por gentileza, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A argumentação, Sr. Presidente... (*Fora do microfone.*)

e a proposta aqui às claras, aberta, transparente de construção de acordo. Número um: concordamos em ter data marcada para a votação. Número dois: concordamos, desde que sejam necessárias as audiências públicas anteriormente – então, termos primeiro as audiências públicas –, para que as audiências públicas possam trazer fundamentos em relação à convicção do Relator da matéria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pode mudar a qualquer hora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É exatamente por isso, exatamente por esse argumento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É exatamente por esse argumento que eu considero pertinente, Sr. Presidente, Sr. Relator, que anteriormente sejam marcadas as audiências, porque aí... Sinceramente, não vejo problema na ordem dos fatores. Se ele pode, primeiramente, acolher a qualquer momento qualquer sugestão, então não há necessidade da leitura do relatório hoje. É essa a argumentação que faço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem.

Com a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Concordamos com a definição de data, mas que sejam anteriormente marcadas as audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Roberto Requião, pelo art. 14. E vou decidir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente, audiência pública nós já fizemos. O Ministério Público foi convidado a participar. O relatório que eu redigi teve o apoio de procuradores do Brasil inteiro, de juristas.

E quero lembrar aos Srs. Senadores que, durante a audiência pública, o Juiz Sérgio Moro concordou com a sua integralidade, menos um ponto: ele queria garantir a liberdade da hermenêutica, que é o que traz de volta o Procurador-Geral da República, Janot, que pretende aceitar tudo, reconhece os excessos dos agentes públicos, inclusive do Judiciário e do Ministério Público, mas pretende a indulgência plenária. Ele diz o seguinte: "Não será considerado abuso de poder qualquer sentença ou despacho de juiz que tenha fundamentação." Por exemplo, ele poderia propor o enforcamento do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Requião...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... Randolfe. Desde que fundamentado, não seria criminalizado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Requião, muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Estamos brincando com matéria séria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senhores e senhoras...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Brincadeira é essa que V. Exª fez.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... a maioria se manifesta de modo visível pela realização das audiências públicas, que têm aquiescência do Sr. Relator.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Desse modo, indago ao Plenário se todos estão de acordo com o requerimento apresentado pelo Senador Ronaldo Caiado de audiência pública, bem como pelo Senador Randolfe. Nós aprovaríamos e marcaríamos a data. Ouviríamos nesta data a leitura do relatório.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Depois, é claro, se o Relator quiser mudar o relatório pela oitiva, ele poderá ou não. E cada um poderá fazer as emendas em tempo oportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 35

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 4, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública desta Comissão para discussão do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2016, que "define os crimes de abuso de autoridade de dá outras providências", com a presença dos seguintes convidados:

1. Roberto Livianu, Promotor de Justiça MPSP, doutro em Direito pela USP e Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Não Aceito Corrupção;

2. Fábio Tofic Simantob, advogado e Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa;

3. Jayme Martins, Juiz de Direito em SP, Presidente da AMB; e

4. Lucieni Pereira, Auditora Federal Presidente da ANTC.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 36

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 5, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com a finalidade de instruir e debater o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 280, de 2016, para a qual indico, como convidado, o Exmo. Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Em votação os requerimentos de realização de audiência pública.

Aqueles que estão de acordo com os requerimentos, por gentileza, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados por unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a palavra o Relator para a leitura do relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A palavra está com o Relator para a leitura do relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Mas há um requerimento meu que regimentalmente tem que ser votado anteriormente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não chegou ainda.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, *habemus* relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O adiamento da discussão é após a leitura do parecer.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O projeto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu peço, Senador Humberto, por gentileza, vamos ouvir o relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É apenas em relação aos requerimentos, porque o requerimento não somente propôs data e a realização da audiência...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não tinha data.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Apresentaram nomes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós aprovamos os nomes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, mas deve-se saber se esses nomes representam um equilíbrio entre posições. É importante que...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Enquanto houver a leitura do relatório, que deve ser longo, os Srs. Parlamentares se inteiram dos nomes e, ao final da leitura, nós podemos eventualmente discutir outro requerimento. Perfeito.

Vamos ouvir...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O meu requerimento é preliminar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... a leitura.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – V. Exª conhece o Regimento. O meu requerimento é preliminar: "Quando, para a mesma proposição, forem apresentados dois ou mais requerimentos previstos no inciso III do *caput*, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo."

Está certo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, procede. Temos que primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Caiado...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... o requerimento de V. Exª solicita adiamento da discussão por 30 dias. A discussão só pode ser adiada quando ela se inicia. Ela só vai se iniciar depois da leitura do relatório.

Então, desse modo, está indeferida.

Com a palavra o Relator. Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, é para recorrer da decisão de V. Exª ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É para recorrer da decisão de V. Exª ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente.

O recurso está aceito. É regimental.

Aqueles que estão de acordo com a decisão da Presidência de indeferir o requerimento do Senador Caiado – aqueles que estão de acordo – permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Mantida a decisão, com os votos contrários de três Srs. Senadores.

Com a palavra, para a leitura do seu relatório, o Senador Roberto Requião.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Revoga-se o Regimento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente, este relatório foi feito depois de exaustiva consulta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu peço, por gentileza, a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores, pela polêmica do tema e sua complexidade. Peço a atenção à leitura do relatório do Senador Requião, por favor. Da mesma forma, de modo enfático, a toda audiência.

Senador Requião, V. Exª tem a palavra, sem interrupção.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente.

Eu peço ao pessoal do controle de som que melhore o nível de som, porque está muito baixo.

Esse relatório foi redigido após amplíssima consulta a juristas, procuradores, juízes, promotores, e depois de uma exaustiva audiência pública no plenário do Senado Federal.

Vamos ao relatório.

> O Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2016, define taxativamente os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, em sentido amplo, abarcando servidores públicos e pessoas a eles equiparadas, além de membros do Ministério Público e dos Poderes Judiciário e Legislativo de todas as esferas da Administração Pública – federal, estadual, distrital e municipal.
> Nos termos do PLS, os crimes de abuso de autoridade serão processados mediante ação pública condicionada a representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça, admitida a ação privada se o Ministério Público não apresentar a denúncia no prazo de quinze dias, contado do recebimento do inquérito ou da representação do ofendido. A ação penal será pública incondicionada, todavia, no caso de pluralidade de vítimas ou se houver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

risco à vida, à integridade física ou à situação funcional do ofendido que queira exercer o direito de representação.

A proposição estabelece, como efeito da condenação, a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juízo criminal fixar o valor mínimo de reparação, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido. No caso de reincidência, a condenação tem como efeito, ainda, a perda do cargo, mandato ou função pública, independentemente da pena aplicada.

Além da pena, o crime de abuso de autoridade tem repercussão nos âmbitos cível e administrativo. De acordo com o art. 7º do PLS, a responsabilidade civil e administrativa independe da penal, não se podendo questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal. Entretanto, pela interpretação do art. 8º da proposição, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito exclui as responsabilidades civil e administrativa.

Consoante disposição do art. 39, o rito do processo por crime definido no PLS é o do processo comum, previsto no Código de Processo Penal.

O projeto de lei promove também diversas alterações na legislação vigente.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescenta artigo para estabelecer que, no caso dos crimes previstos naquele estatuto, praticados com abuso de autoridade, a perda do cargo, função ou mandato eletivo, prevista no art. 92, I, do Código Penal, somente incidirá no caso de reincidência, mas independerá, nesse caso, da pena aplicada ao reincidente.

Na Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, altera a redação do art. 10, que tipifica o crime de interceptação telefônica, de fluxo de comunicação informática e telemática, ou escuta ambiental, sem autorização judicial, para: modificar a pena privativa de liberdade cominada, de reclusão de 2 a 4 anos para detenção de 1 a 4 anos; acrescentar tipos penais equiparados, para o agente que promove quebra de sigilo bancário, de dados, fiscal, telefônico ou financeiro sem autorização judicial ou fora das hipóteses em que a lei permitir, ou que dá publicidade, antes de instaurada a ação penal, a relatórios, documentos ou papéis obtidos como resultado de interceptação telefônica, de fluxo comunicação informática e telemática, de escuta ambiental, de quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico ou financeiro regularmente autorizados; sujeitar o agente ao regime de sanções previstas em legislação específica, no caso de o crime ter sido praticado com abuso de autoridade.

Na Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a prisão temporária, promove alteração do art. 2º, para prever que o mandado de prisão conterá necessariamente o período de duração da prisão temporária bem como o dia em que o preso deverá ser libertado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, eu peço licença apenas, Senador Requião... Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O assunto é da maior relevância, peço que V. Exª insista na atenção do Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já pedi muitas vezes.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... para que nós, Senadores, possamos ouvir o relatório do Senador Requião. Nem isso estamos conseguindo, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu insisto mais uma vez no pedido realizado, até porque já aumentamos o som do Senador Requião, que já tem uma voz muito bonita e alta, mas, de todo modo, como estamos diante de uma sala fechada apinhada de pessoas, e as pessoas conversando, nem mesmo o ouvido mais apurado conseguiria distinguir as palavras.

Então, mais uma vez, reitero a solicitação feita, de modo enfático, sob pena de solicitar até mesmo a retirada daqueles convidados que não se comportem com o silêncio devido e o protocolo na oitiva desse relatório, que é de suma importância, até para os debates que se iniciarão no momento oportuno, após a leitura.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) –

> Decorrido o prazo, o preso deverá ser posto em liberdade pelo agente responsável pela custódia, independentemente de ordem judicial, salvo se prorrogada a prisão temporária ou decretada a prisão preventiva. Estabelece ainda que, na contagem do prazo, deve ser computado o dia do cumprimento do mandado.
> No mais, o PLS revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que "regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade", além dos seguintes dispositivos do CP: §2º do art. 150 – violação de domicílio cometido por funcionário público com abuso de poder); §1º do art. 316 (excesso de exação) e arts. 322 (violência arbitrária) e 350 (exercício arbitrário ou abuso de poder), porque contemplados, com ajustes, no texto da proposição.
>
> Na justificação, o autor argumenta que a Lei 4.898, de 1965, que atualmente regula a matéria, está defasada, carecendo de atualização para melhor proteger efetivamente os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição Federal, no que diz respeito à sua violação ou mitigação por meio de ato praticado por abuso de autoridade.
Foram realizadas audiências públicas para instruir a matéria, inclusive debate em plenário com a presença de magistrados da estatura do Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes e do Juiz Federal Sérgio Fernando Moro, que apresentaram diversas sugestões para aprimoramento do PLS.
Foram apresentadas as seguintes emendas.
A Emenda nº 01, do Senador Romero Jucá, de caráter substitutivo, promove importantes modificações no PLS. No parágrafo único do art. 4º, exige, para a perda do cargo, mandato ou função, a reincidência na prática de crime por abuso de autoridade, e não a mera reincidência em qualquer tipo de crime. No art. 21, enquanto o PLS se refere a invasão de casa alheia, o substitutivo alude a imóvel alheio, conceito obviamente bem mais abrangente do que o de casa. No art. 22, o substitutivo exclui do tipo penal o atingimento de terceiros nas interceptações telefônicas. No mais, mantém a essência do PLS, apenas aprimorando sua redação e técnica legislativa.
A Emenda nº 2, do Senador Fernando Collor, modifica a redação do art. 36, para ampliar o espectro da prevaricação nele descrita, de modo que configure crime a conduta de "deixar de determinar a instauração de procedimento investigatório para apurar a prática de infração penal ou de improbidade administrativa quando dela tiver conhecimento e competência para fazê-lo", não mais se restringindo aos crimes previstos no próprio PLS.
A Emenda nº 3, do Senador Randolfe Rodrigues e outros, de caráter substitutivo, mantém, na essência, o texto do PLS, mas aprimora pontualmente diversos dispositivos.
A Emenda nº 4, do Senador Ricardo Ferraço, é no sentido de estabelecer ressalva para evitar o crime de hermenêutica. Assim, propõe que dispositivo prevendo que "não configura o crime previsto nesta lei a divergência na interpretação da lei penal ou processual penal ou na avaliação de fatos e provas".
A Emenda nº 5, também do Senador Ricardo Ferraço, suprime o art. 30 do PLS, que tipifica a conduta de "dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa, com abuso de autoridade", ao argumento de que não se pode criminalizar interpretação jurídica.
A Emenda nº 6, do Senador Telmário Mota, é no sentido de incluir, no art. 8º do PLS, parágrafo único prevendo que "a mera divergência de entendimento ou de interpretação entre membros do Ministério Público e juízes, ou entre estes e outros órgãos jurisdicionais, não constitui abuso de autoridade". Também aqui a justificação diz respeito à impossibilidade de crime de hermenêutica.
As Emendas nºs 7 e 8, do Senador Ricardo Ferraço, têm o mesmo teor que as já apresentadas pelo Parlamentar, designadas por Emendas nºs 4 e 5, diferenciando-se daquelas por incidirem sobre o substitutivo que agora apresento, cujo teor foi divulgado com antecedência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Emenda nº 9, do Senador Ricardo Ferraço, propõe-se a suprimir o inciso III do art. 13 do Substitutivo, relativo ao constrangimento de preso para produção de provas contra si ou contra terceiros.

Por sua vez, a Emenda nº 10, do mesmo Parlamentar, é no sentido de suprimir o art. 10 do substitutivo, que versa sobre a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo.

A Emenda nº 11, também do Senador Ricardo Ferraço, é no sentido de estabelecer que os crimes de abuso de autoridade cometidos por magistrados e por membro do Ministério Público serão de iniciativa, respectivamente, do Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República. É um foro privilegiado pretendido aí.

As Emendas nºs 12 a 21 foram apresentadas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A de nº 12 é no mesmo sentido da Emenda nº 4, proposta pelo Senador Ferraço.

A Emenda nº 13 propõe-se a aperfeiçoar o *caput* do art. 5º do PLS, para ressaltar que as penas restritivas de direito têm caráter substitutivo em relação às privativas de liberdade.

A Emenda nº 14 retira do parágrafo único do art. 6º do PLS a menção ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, posto que o próprio dispositivo já prevê que a representação do ofendido será encaminhada à autoridade competente, com vistas à apuração de falta funcional.

A Emenda nº 15 pretende alterar a redação do art. 9º do PLS, que ficaria da seguinte forma:

Art. 9º Decretar prisão preventiva, busca e apreensão de menor ou outra medida de privação da liberdade, fora das hipóteses legais ou sem o cumprimento ou a observância de suas formalidades:

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas a autoridade judiciária que, sem justa causa, deixar de:

I – relaxar a prisão manifestamente ilegal;

II – substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível;

III – deferir liminar ou ordem de *habeas corpus*.

Ressalta o autor que a expressão “prazo razoável”, constante do substitutivo, é demasiadamente subjetiva.

A Emenda nº 16 altera a redação do art. 9, para dispor que constitui crime “decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado sem prévia intimação de comparecimento ao juízo”, argumentando que a expressão “manifestamente descabida”, constante da redação do substitutivo, é extremamente subjetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Emenda nº 17 substitui, no inciso IV do parágrafo único do art. 12, a expressão "sem motivo justo e excepcionalíssimo" por "injustificadamente". Argumenta o autor que a expressão "excepcionalíssimo" é muito subjetiva.

A Emenda nº 18 propõe a supressão do art. 15 do substitutivo, que incrimina a conduta de não comunicação ao preso dos seus direitos ao silêncio e à assistência jurídica. Argumenta o autor que a conduta é desprovida de perigo social.

Do mesmo argumento se serve a Emenda nº 19, que pugna pela supressão do art. 16 do substitutivo, que criminaliza a conduta de não identificação de falsa identificação do agente de segurança pública ao preso.

A Emenda nº 20 é no sentido de suprimir, no art. 27 do substitutivo, a expressão "ou fazer uso de provas de cuja origem ilícita se tenha conhecimento", ao argumento de que a ilegalidade da prova pode ser discutida com base na doutrina e na jurisprudência.

A Emenda nº 21 propõe a supressão do art. 45 do substitutivo, que prevê a criminalização de condutas que violem a prerrogativa profissional do advogado, alegando que proposta deslocará o equilíbrio processual para longe do intuito de Justiça criminal, promovendo um embate entre patronos e órgãos responsáveis pela persecução penal.

A Emenda nº 22 propõe a supressão da expressão "ou moral" do art. 23 do substitutivo, que prevê a criminalização de prática de violência física ou moral, alegando que proposta é imprecisa quanto ao conceito de violência moral.

A Emenda nº 23 propõe a supressão do art. 33, parágrafo esse que não existe no substitutivo. É uma emenda impossível.

Presidente, eu acho que estou deixando muito claro que esse substitutivo de minha autoria, com a participação de juízes, promotores e juristas de todo o Brasil, não foi feito sem uma intensa discussão com a sociedade e com os Parlamentares, inclusive com os que estão aqui agora, nesta reunião.

A Emenda nº 24 propõe a inclusão da expressão "sem justa causa" e a substituição da expressão "crimes previstos nesta lei" por "infração penal ou de improbidade administrativa" do art. 36 do substitutivo, que prevê a criminalização de inércia dos membros do Ministério Público, quando tiverem conhecimento de prática de crime.

Isso é muito importante. É o famoso embargo de gaveta.

A Emenda nº 25 propõe a supressão do art. 39 do substitutivo, sob alegação de que seria impossível constatar a prática de crime por procrastinação. O art. 39, todavia, não trata dessa matéria.

A Emenda nº 26 propõe a substituição integral de todo o projeto.

Após isso, foi deliberado pelo encaminhamento do projeto à Comissão de Constituição e Justiça para emissão de parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos, então, Presidente, à análise.

Não observamos no PLS nº 280, de 2016, quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou de juridicidade, tampouco óbices de natureza regimental. O PLS versa sobre matéria de Direito Penal, cuja competência legislativa é atribuída à União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, sendo legítima, neste caso, a iniciativa parlamentar, consoante dispõe o art. 61 da Carta Política.

No mérito, consideramos o PLS conveniente e oportuno. E mais oportuno ainda neste momento, Presidente, em que estamos votando o fim do privilégio do foro, que está em tramitação no plenário do Senado Federal.

Convém registrar que a proposição guarda pertinência com um dos objetivos do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, qual seja, o de buscar o “aperfeiçoamento e fortalecimento das instituições de Estado para uma maior efetividade do sistema penal no combate à violência e criminalidade, por meio de políticas de segurança pública combinadas com ações sociais e proteção à dignidade da pessoa humana", bem como com um dos compromissos a que estão obrigados os signatários do referido pacto, no sentido de “incrementar medidas tendentes a assegurar maior efetividade ao reconhecimento dos direitos".

O meu substitutivo, Presidente, é garantista, é claramente garantista.

Esse Pacto Republicano, vale frisar, foi firmado pelos Chefes dos Poderes da União em 13 de abril de 2009. Não surgiu agora, vem de 2009. A matéria do PLS, portanto, não representa nenhuma novidade para este Senado da República. Até porque, como bem registra a justificação, suas disposições refletem a convergência alcançada após ricas discussões e debates no âmbito do Comitê Interinstitucional de Gestão do mencionado Pacto Republicano, composto por representantes deste Poder, inclusive, do Poder Judiciário.

Substancialmente, o PLS estabelece taxativamente trinta tipos penais, sem falar nas figuras equiparadas, descrevendo precisamente cada uma das condutas incriminadas. Não há no substitutivo o tipo aberto, Presidente, o que representa nítida vantagem em relação à vaga e imprecisa definição prevista no art. 3º da Lei nº 4.898, de 1965. Sob esse aspecto, então, o projeto confere certeza e segurança jurídica ao sistema legal penal, o que não se verifica no texto da atual lei vigente.

Com efeito, o art. 3º da Lei nº 4.898, de 1965, estabelece que constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

a) à liberdade de locomoção;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

b) à inviolabilidade do domicílio;
c) ao sigilo da correspondência;
d) à liberdade de consciência e de crença;
e) ao livre exercício do culto religioso;
f) à liberdade de associação;
g) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto;
h) ao direito de reunião;
i) à incolumidade física do indivíduo;
j) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional.
Fica evidente, Presidente, que, por apresentar um rol exemplificativo, sem descrição precisa de condutas, o art. 3º dessa lei não define crimes, posto que evidente e indiscutível o desatendimento ao princípio da legalidade em matéria penal. Apenas no art. 4º, a Lei nº 4.898, de 1965, define crimes, mas o faz em relação a nove condutas.
Da nossa perspectiva, laborou bem o projeto de lei ao ampliar as espécies de crime de abuso de autoridade, para alcançar condutas francamente reprováveis, mas que não estavam tipificadas no nosso ordenamento jurídico.
Não obstante, o texto do projeto pode e deve ser aprimorado.
Logo de início, cabe inserir dispositivo para evitar realçar a configuração do abuso de autoridade, evitando a criminalização de mera divergência de interpretação jurídica. Fizemos isso, inspirados na sugestão apresentada pelo Juiz Federal Sérgio Moro, que acolhemos com ajustes, logo no art. 1º, mediante inclusão de parágrafo único, para que, pela sua posição no texto legal, permeie e oriente a interpretação dos tipos penais descritos subsequentemente.
Desse modo, estabelecemos que não constitui crime de abuso de autoridade o ato amparado em interpretação, precedente ou jurisprudência divergentes, bem assim o praticado de acordo com avaliação aceitável e razoável de fatos e circunstâncias determinantes, desde que, em qualquer caso, não contrarie a literalidade desta lei.

Ou seja, estabelecemos uma certa flexibilidade, mas, por não termos as prerrogativas de um Papa, não concedemos ao juiz a indulgência plenária. A indulgência plenária, Sr. Presidente, eliminaria qualquer hipótese de crime de responsabilidade para qualquer agente público no Brasil – um administrador de empresa, um prefeito, um governador de Estado, um secretário de Estado, um ministro da República –, porque não caberia a criminalização de uma interpretação fundamentada, apesar de irrazoável e absolutamente contrária à literalidade da lei. Foi esse o sentido da análise das correções feitas ao PLS.

No que se refere ao sujeito ativo do crime, preferimos adotar uma definição amplíssima, inspirados na constante da Lei de Improbidade Administrativa.
Relativamente ao procedimento, não vislumbramos vantagem em estabelecer, como faz o PLS, que a ação penal para o processo dos crimes de abuso de autoridade seja condicionada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

representação ou a requisição do Ministro da Justiça, o que seria o estabelecimento de um foro privilegiado, que nós estamos republicanamente tratando de liminar numa reforma constitucional no plenário do Senado.

A propósito, vale notar que a "representação" a que alude a vigente Lei de Abuso de Autoridade não é condição de procedibilidade, mas mera comunicação ou *notitia criminis*. Trata-se, simplesmente, de o ofendido reportar o ocorrido com vistas à apuração do fato.

Nesse sentido, ensina Daniel Ferreira de Lira, "os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública incondicionada. A representação mencionada no art. 12 não é aquela condição de procedibilidade do Código de Processo Penal, e sim apenas [e tão somente] o direito de petição contra o abuso de poder previsto no art. 5º, XXXIV, 'a', da Constituição".

Portanto, no sistema da lei em vigor, a ação é pública incondicionada. A "representação" a que alude a Lei nº 4.898, de 1965, somente no nome se assemelha à representação prevista no Código de Processo Penal, assim considerada na acepção jurídica do termo.

Como se sabe, a representação deve servir para evitar a segunda vitimização do ofendido, como, por exemplo, no crime de perigo de contágio venéreo (art. 130 do Código Penal). Exigir a representação como condição de procedibilidade para o processo dos crimes de abuso de autoridade, além de ser um despropósito, pode fazer com que muitos delitos dessa natureza deixem de ser processados.

Estamos, afinal, combatendo o foro privilegiado.

Em vista disso, convém estabelecer que a ação, no caso, será pública incondicionada. Esse entendimento, aliás, acolhe sugestão contida na Nota Técnica PGR/SRI nº 086/2016, da Secretaria de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral da República.

Passando aos crimes em espécie, registro que incorporamos ao Substitutivo que apresentamos ao final praticamente todas as sugestões encaminhadas pelo Ministro Gilmar Mendes. As sugestões visavam a dar mais segurança jurídica ao aplicador da norma, seja especificando melhor os tipos penais, seja prevendo salvaguardas para evitar que circunstâncias excepcionais acarretassem injustiças aos envolvidos.

Suprimimos do projeto os dispositivos relacionados à quebra de sigilo bancário e fiscal, à omissão de socorro, ao excesso de exação e ao favorecimento real, porque já suficientemente regulados na legislação vigente, na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e no Código Penal, Senador Lasier, arts. 135, 316, 325 e 349.

Suprimimos também o tipo relacionado com a coação de preso para obtenção de favor ou vantagem sexual. Apesar de sua semelhança com o crime de assédio sexual, previsto no art. 216-A do Código Penal, fomos alertados pelo Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República no sentido de que, devido à hipossuficiência do preso, tal conduta configura mesmo o crime de estupro, ainda que na modalidade tentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Foi aí a participação concreta do Ministério Público através do Presidente da sua associação.

Com relação ao dispositivo relativo à interceptação telefônica ilegal, preferimos promover a modificação diretamente no art. 10 da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que, aliás, comina pena bem mais severa do que a pretendida no PLS que relatei.
Acolhemos também diversas contribuições encaminhadas pelas Lideranças desta Casa, o que reflete a legitimidade do processo de construção do texto que apresentamos. Entre as sugestões, vale mencionar a tipificação do crime contra direito ou prerrogativa de advogado.

As Lideranças dos partidos na Casa participaram da elaboração desse projeto e desse relatório em profundidade e densidade.

Entre as sugestões, vale mencionar a tipificação do crime contra direito ou prerrogativa de advogado.
Com relação à Emenda nº 1, consideramos procedentes as alterações relativas aos arts. 4º, 21 e 22 do PLS.
Aproveitamos, do mesmo modo, a modificação proposta pela Emenda nº 2, que aperfeiçoa a redação do tipo descrito no art. 36 do projeto.
Com relação à Emenda nº 3 do Plenário, substitutiva, observamos que praticamente todas as suas disposições estão contempladas, com ajustes, no substitutivo que apresentamos, cabendo destacar as seguintes:
a) redação do parágrafo único do art. 6º da emenda, que foi contemplada no nosso substitutivo;
b) §2º do art. 25 da emenda, que foi inserido como §2º do art. 28 do nosso substitutivo;
c) redação do art. 26 da emenda, que foi aproveitada no art. 29 do nosso substitutivo;
d) *caput* do art. 37 da emenda, que foi inserido como parágrafo único do art. 35 do nosso substitutivo;
e) redação do art. 34 da emenda, que foi aproveitada no art. 36 do nosso substitutivo.
Abundante a participação e colaboração dos Srs. Senadores, que apresentaram emendas brilhantes, que foram aproveitadas na sua integridade ou compuseram a redação de artigos já elaborados.
No que tange às Emendas nº 4, 6 e 07 do Plenário, observamos que foram inspiradas na sugestão ofertada pelo Juiz Sérgio Moro, que, por sua vez, como já registramos, foi contemplada, com ajustes, no parágrafo único do art. 1º do nosso substitutivo.
Rejeitamos as Emendas nº 5 e 8 do Plenário, até porque, com a inclusão do parágrafo único no art. 1º, fizemos a ressalva para evitar a criminalização da divergência de interpretação.
Rejeitamos as Emendas nºs 9 e 10 do Plenário, porque as condutas que pretendem suprimir configuram evidentes abusos de autoridade, não se podendo confundi-las com crime de hermenêutica, aliás já ressalvado nos termos do parágrafo único do art. 1º do substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Rejeitamos também a Emenda nº 11 do Plenário, porque, na prática, subtrai a competência de iniciativa legislativa dos membros do Parlamento em matéria penal, o que configura evidente ofensa à Constituição Federal.

Acolhemos as Emendas nºs 13 e 14, que estão contempladas no substitutivo que apresentamos.

Rejeitamos as Emendas nºs 15 e 16. Essas se fundam no argumento de que a redação do substitutivo contém expressões demasiadamente subjetivas. Observo, todavia, que as emendas também trazem expressões carregadas de subjetivismo. Afinal, o que se entende por "justa causa"? Não seria esta expressão passível de interpretação? Aliás, não é com base na ausência de "justa causa" que muitos *habeas corpus* são concedidos para trancamento de ação penal em curso, a despeito de o juiz de primeiro grau ter vislumbrado a existência desse requisito?

Portanto, a justa causa é material, ela é menos substitutiva do que as emendas pretendiam fazer crer.

De outra parte admitimos que expressões como "razoável" trazem certo grau de subjetividade ao texto legal, mas é bom que assim seja, pois de outro modo poderíamos prescindir mesmo da atividade jurisdicional. Onde não cabe interpretação, não necessitamos de juiz. Nesse caso, até as máquinas poderiam sentenciar.

Registro, ademais, que todo o nosso ordenamento jurídico, inclusive o sistema penal, é orientado pelo princípio da razoabilidade, conceito que está na base do senso comum teórico do jurista e que, por isso mesmo, não lhe é estranho, tampouco lhe causa dificuldade a interpretação de textos legais expressamente orientados segundo esse princípio.

Rejeitamos as Emendas nºs 18 e 19, porque, do nosso ponto de vista, os arts. 15, 16 e 45 do substitutivo definem condutas que claramente caracterizam abuso de poder por parte da autoridade pública. Se o preso tem o direito legal de ser informado sobre seu silencio, sobre a possibilidade de assistência judiciária e, ainda, da identificação do agente que executou a prisão, parece-nos fora de dúvida que a falta dolosa de qualquer dessas informações caracteriza, indiscutivelmente, abuso de autoridade.

Rejeitamos também a Emenda nº 21. Observamos que a divergência de interpretação e de avaliação de atos já está ressalvada no parágrafo único do art. 1º, de modo que não procede a preocupação, neste ponto, do autor da referida emenda. Ademais, parece-nos óbvio que o tipo penal alude à utilização de prova sabidamente ilícita, o que constitui, inequivocamente, abuso de autoridade.

Quanto à Emenda nº 22, rejeitamos porque entendemos que a violência punível não pode se limitar à ação física, mas deve igualmente atingir a esfera da agressão moral.

Quanto às Emendas nº 23 e 25, rejeitamos porque propõem a supressão de textos que não correspondem ao artigo ou parágrafo nelas indicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

> No que se refere à Emenda nº 24, entendo plenamente pertinente, no que tange a considerar crime apenas a inação "sem justa causa"; quanto a abranger, além dos crimes, os atos de improbidade administrativa, a matéria já foi objeto de acolhimento na Emenda nº 2.
> Sobre a Emenda 26, rejeitamos porque ela se destina a redesenhar todo o projeto, desconfigurando-o em todo o conjunto de detalhes, que já foi examinado e decidido no âmbito da definição deste parecer.

Voto, Presidente, vou ao voto.

Há uma outra emenda antes do voto, Senador, uma emenda de plenário feita pelo Senador Ricardo Ferraço, que é o grande emendador deste projeto e que colaborou com intensidade e atenção com o trabalho que nós realizamos. Por isso eu estranho quando dizem que nós não temos discussão suficiente para realizar a votação.

Propõe o Senador Ricardo Ferraço a Emenda nº 27, que sugere a supressão do art. 31 do substitutivo, que tem a seguinte redação:

> Art. 31. Dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa, com abuso de autoridade:
> Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Alega o Senador proponente que a exclusão de tal dispositivo teria sido sugerida pelo Juiz Sérgio Moro. Não foi sugerida pelo Juiz Sérgio Moro. Eu quero chamar a atenção para que o Juiz Sérgio Moro se ateve simplesmente a uma questão, que era a questão da liberdade absoluta de hermenêutica do juiz, o que eu já disse que não poderia acatar, porque cabe ao Papa, e eu não tenho esses poderes. Senão nós estaríamos liquidando todo o texto legislativo brasileiro. Então eu impugno aqui essa referência ao Juiz Sérgio Moro, que certamente foi feita por um assessor, e não pelo Senador Ferraço.

Alega ainda que a atual redação proporcionaria a possibilidade de condenação a promotor e juiz que após, respectivamente, apresentar denúncia e julgar improcedente a denúncia, o processado fosse julgado inocente nas estâncias recursais.

Análise.

A avaliação do proponente sobre a matéria se conclui com a qualificação do tipo previsto no art. 31 como de "excessiva vagueza e abrangência." De fato o exame de abuso de autoridade é por sua natureza um conceito vago e impreciso; mas essa imprecisão é observada em quase todo o exame de dolo na prática de qualquer crime, e nem por isso deixa de constar da lei o dever que tem o magistrado de promover a exauriência da cognição com vistas ao justo convencimento. A subjetividade de um tipo penal não pode nunca ser razão para exclusão da punibilidade já no nascimento da norma jurídica. Ao contrário, cabe ao Parlamento dar à sociedade o poder de criminalizar práticas de abuso de autoridade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seja de promotores ou de juízes. Assim como cabe ao próprio Judiciário promover uma correta perseguição à verdade real, sobre a qual devem ser exarados os dispositivos sentenciais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Em face do exposto, o meu voto é pela rejeição da emenda.

Vamos então...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço vista, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sr. Presidente, também gostaria de pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Por gentileza, não acabou a leitura. A pressa está tão grande, as pessoas estão tão angustiadas... O eminente Relator não concluiu ainda a leitura; falta ler o voto.

Aproveito a interrupção para informar ao douto Plenário que tão logo termine a leitura e se iniciar a discussão, e já sabendo que haverá o pedido de vista, mas, aí, sim, Senador Caiado, nós vamos colocar em deliberação o requerimento de V. Exª, que solicita o adiamento da discussão por trinta dias. O Plenário vai deliberar. Depois de liberar sobre o requerimento de V. Exª, nós teremos ou a discussão ou o pedido de vista, que será também discutido. Mas ainda não está no momento, porque estamos na conclusão do voto do eminente Senador Requião, o Relator.

Continue com a palavra, por favor, Relator.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) –

> Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2016.
> E, no mérito, pela sua aprovação, na forma da seguinte emenda substitutiva, restando rejeitadas as Emendas de números 05, 08, 10, 11, 15, 16, 23, 25 e 26 do Plenário e prejudicadas as demais.
> Projeto de Lei do Senado
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> CAPÍTULO I
> Disposições Gerais
> Art.1º Esta Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.
> Parágrafo único. Não constitui crime de abuso de autoridade o ato amparado em interpretação, precedente ou jurisprudência divergentes, bem assim o praticado de acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com avaliação aceitável e razoável de fatos e circunstâncias determinantes, desde que, em qualquer caso, não contrarie a literalidade desta Lei.
CAPÍTULO II
Dos Sujeitos do Crime
Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, compreendendo, mas não se limitando a:
I – servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;
II – membros do Poder Legislativo;
III – membros do Poder Judiciário;
IV – membros do Ministério Público;
V – membros dos tribunais ou conselhos contas.
Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no *caput*.
CAPÍTULO III
Da Ação Penal
Art. 3º Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.

Capítulo IV – Dos Efeitos da Condenação e das Penas Restritivas de Direitos.
Seção I – Dos Efeitos da Condenação.
Art. 4º ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com licença, Senador Requião.

A situação está praticamente insustentável, porque, eu aqui, a poucos metros do Relator, não estou ouvindo. Então, eu pediria, por gentileza, mais uma vez – e é interessante que a gente pede e as pessoas aquietam, depois passam-se uns minutos e agitam-se novamente –, uma trégua até o final da leitura.

O eminente Relator está lendo um substitutivo que é longo, vai demorar mais alguns minutos, então, eu pediria a paciência, a cordialidade e a civilidade de todos na oitiva do Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, um artigo não lido é inexistente neste texto, que seja constrangido ao silêncio quem estiver impedindo a leitura do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É o nosso apelo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Não atendendo ao constrangimento, que seja retirado do recinto.

> Art. 4º. São efeitos da condenação:
> I – tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido;
> II – a perda do cargo, do mandato ou da função pública, no caso de reincidência em crime de abuso de autoridade.

Eu queria fazer notar esse capítulo. Nós não estamos condenando o primeiro cometimento de abuso de autoridade. Como é uma lei nova, que aperta um parafuso que deveria ser apertado, nós estamos estabelecendo a condenação na reincidência, na teimosia e na insistência.

> II – a perda do cargo, do mandato ou da função pública, no caso de reincidência em crime de abuso de autoridade.
> Parágrafo único. A perda do cargo, do mandato ou da função deverá ser declarada, motivadamente, na sentença e independerá da pena aplicada.
> Seção II – Das Penas Restritivas de Direito.
> Art. 5º. As penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas nesta Lei são:
> I – prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;
> II – suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com perda dos vencimentos e das vantagens;
> III – proibição de exercer funções de natureza policial ou militar no município em que houver sido praticado o crime e naquele em que residir e trabalhar a vítima, pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) anos.
> Parágrafo único. As penas restritivas de direito podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
> Capítulo V – Das Sanções de Natureza Civil e Administrativa.
> Art. 6º. As penas previstas nesta Lei serão aplicadas independentemente das sanções de natureza civil ou administrativa porventura cabíveis.
> Parágrafo único. As notícias de crime previsto nesta lei, se descreverem eventual falta funcional, serão informadas à autoridade competente com vistas à apuração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 7º. As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato ou sobre quem seja seu autor, quando estas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

Atravessando um pouco a leitura, eu acho que essa é a essência da divergência. Os agentes do Ministério Público e os juízes querem transformar tudo em pena administrativa e descriminalizar o crime. É rigorosa e absolutamente inadmissível pelo projeto que eu analisei e pelo substitutivo que eu ofereço.

Das sanções... Não.
Art. 7º As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato ou sobre quem seja seu autor, quando estas questões tenham sido decididas no juízo criminal.
Art. 8º Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
CAPÍTULO VI
Dos Crimes e das Penas
Art. 9º Decretar prisão preventiva, busca e apreensão de menor ou outra medida de privação da liberdade, em manifesta desconformidade com as hipóteses legais.
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas a autoridade judiciária que, dentro de prazo razoável, deixar de:
I – relaxar a prisão manifestamente ilegal;
II – substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível;
III – deferir liminar ou ordem de *habeas corpus*, quando manifestamente cabível.
Art. 10. Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo.
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
Art. 11. Executar a captura, prisão ou busca e apreensão de pessoa que não esteja em situação de flagrante delito ou sem ordem escrita de autoridade judiciária, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei, ou de condenado ou internado fugitivo.
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
Art. 12. Deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal.
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

I – deixa de comunicar, imediatamente, a execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou;
II – deixa de comunicar, imediatamente, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ele indicada;
III – deixa de entregar ao preso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão e os nomes do condutor e das testemunhas;
IV – prolonga a execução de pena privativa de liberdade, de prisão temporária, de prisão preventiva, de medida de segurança ou de internação, deixando, sem motivo justo e excepcionalíssimo, de executar o alvará de soltura imediatamente após recebido, ou de promover a soltura do preso, quando esgotado o prazo judicial ou legal.
Art. 13. Constranger o preso ou o detento mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a:
I – exibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública;
II – submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei;
III – produzir prova contra si mesmo ou contra terceiro.
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo da pena cominada à violência.
Art. 14. Fotografar ou filmar, permitir que fotografem ou filmem, divulgar ou publicar filme ou filmagem de preso, internado, investigado, indiciado ou vítima em processo penal, sem seu consentimento ou com autorização obtida mediante constrangimento ilegal.
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Não haverá crime, se o intuito da fotografia ou filmagem for o de produzir prova em investigação criminal ou processo penal ou o de documentar as condições do estabelecimento penal.
Art. 15. Deixar de advertir o investigado ou indiciado do direito ao silêncio e do direito de ser assistido por advogado ou defensor público.
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa
Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem:
I – prossegue com o interrogatório de quem decidiu exercer o direito ao silêncio ou o de quem optou por ser assistido por advogado ou defensor público, sem defensor;
II – constrange a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo.
Art. 16. Deixar de identificar-se ao preso, por ocasião de sua captura, ou quando deva fazê-lo durante sua detenção ou prisão, assim como identificar-se falsamente:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Incorre nas mesmas quem:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

I – como responsável por interrogatório, em sede de procedimento investigatório de infração penal, deixa de identificar-se ao preso;
II – atribui a si mesmo, sob as mesmas condições circunstanciais do inciso anterior, falsa identidade, cargo ou função.
Art. 17. Submeter o preso, internado ou apreendido ao uso de algemas ou ao de qualquer outro objeto que lhe restrinja o movimento dos membros, quando manifestamente não houver resistência à prisão, ameaça de fuga ou risco à integridade física do próprio preso, da autoridade ou de terceiro:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. A pena é aplicada em dobro se:
I – o internado tem menos de dezoito anos de idade;
II – a presa, internada ou apreendida, estiver visivelmente grávida, ou cuja gravidez tenha sido informada no momento da prisão ou apreensão;
III – o fato ocorrer em penitenciária.
Art. 18. Submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Art. 19. Impedir ou retardar, injustificadamente, o envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente para a apreciação da legalidade de sua prisão ou das circunstâncias de sua custódia:
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas o magistrado que, ciente do impedimento ou da demora, deixa de tomar as providências tendentes a saná-lo ou, não sendo competente para decidir sobre a prisão, deixa de enviar o pedido à autoridade judiciária que o seja.
Art. 20. Impedir, sem justa causa, a entrevista do preso com seu advogado:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem impede o preso, o réu solto ou o investigado de entrevistar-se com seu advogado ou defensor, por prazo razoável, antes de audiência judicial, e de sentar-se ao seu lado e com ele comunicar-se durante a audiência, salvo no curso dos interrogatórios ou no caso de audiência realizada por videoconferência.
Art. 21. Manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento:
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem mantém, na mesma cela, criança ou adolescente na companhia de maior de idade ou em ambiente inadequado, observado o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Presidente, acho que nós tínhamos que aplicar o código do silêncio aqui com mais energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com certeza. Como está no finalzinho, acho que o último fôlego agora dessa solicitação nos permitirá a leitura das últimas três páginas.

Eu faço, mais uma vez, a solicitação ao douto Plenário e aos convidados para que fiquem atentos à leitura da fase final do substitutivo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Até como uma gentileza ao Relator, que está tendo a voz forçada ao limite.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É verdade. Mas o Relator tem cordas vocais bastante robustas e está indo muito bem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) –

> Art. 22. Invadir ou adentrar, clandestina, astuciosamente ou à revelia da vontade do ocupante, o imóvel alheio ou suas dependências, assim como nele permanecer nas mesmas condições, sem determinação judicial e fora das condições estabelecidas em lei:
> Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
> § 1º Incorre nas mesmas penas quem, na forma prevista no *caput*:
> I – coage alguém, mediante violência ou grave ameaça, a franquear-lhe o acesso a imóvel ou suas dependências;
> II – executa mandado de busca e apreensão em imóvel alheio ou suas dependências, mobilizando veículos, pessoal ou armamento de forma ostensiva e desproporcional, ou de qualquer modo extrapolando os limites da autorização judicial, para expor o investigado a situação de vexame;
> [É uma capitulação que condena os imitadores dos filmes de televisão policial americana.]
> III – cumpre mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21 horas ou antes das 5 horas.
> § 2º Não haverá crime se o ingresso for para prestar socorro, ou quando houver fundados indícios que indiquem a necessidade do ingresso em razão de situação de flagrante delito ou de desastre.
> Art. 23. Praticar ou mandar que se pratique violência física ou moral contra pessoa, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la:
> Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo da pena cominada à violência.
> Art. 24. Inovar artificiosamente, no curso de diligência, de investigação ou de processo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de eximir-se de responsabilidade, de expor pessoa ao vexame ou à execração pública ou de responsabilizar criminalmente alguém ou agravar-lhe a responsabilidade:
> Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem pratica a conduta com o intuito de:
I – eximir-se de responsabilidade civil ou administrativa por excesso praticado no curso de diligência;
II – omitir dados ou informações, assim como com o de divulgar dados ou informações incompletas, para desviar o curso da investigação, da diligência ou do processo.
Art. 25. Constranger, sob violência ou grave ameaça, o funcionário ou empregado de instituição hospitalar, pública ou particular, a admitir para tratamento pessoa cujo óbito tenha ocorrido, com o fim de alterar local ou momento de crime, prejudicando sua apuração;
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.
Art. 26. Proceder à obtenção de provas por meios manifestamente ilícitos ou fazer uso de provas de cuja origem ilícita se tenha conhecimento, no curso de procedimento investigativo ou de fiscalização.
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
Art. 27. Induzir ou instigar pessoa a praticar infração penal com o fim de capturá-lo em flagrante delito, fora das hipóteses previstas em lei:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
§ 1º Se a vítima é capturada em flagrante delito, a pena é de detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
§ 2º Não configuram crime as situações de flagrante esperado, retardado, prorrogado ou diferido.
Art. 28. Requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Art. 29. Divulgar gravação ou trecho de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada, ou ferindo honra ou a imagem do investigado ou acusado:
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
Art. 30. Prestar informação falsa sobre procedimento judicial, policial, fiscal ou administrativo com o fim de prejudicar interesse de investigado.
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem, com igual finalidade, omite dado ou informação sobre fato juridicamente relevante e não sigiloso.
Art. 31. Dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa, com abuso de autoridade:
Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
Art. 32. Estender a investigação sem justificativa, procrastinando-a em prejuízo do investigado ou fiscalizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem, inexistindo prazo para execução ou conclusão do procedimento, o estende de forma imotivada, procrastinando-o em prejuízo do investigado ou do fiscalizado.
Art. 33. Negar ao defensor, sem justa causa, acesso aos autos de investigação preliminar, ao termo circunstanciado, ao inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa, assim como impedir a obtenção de cópias, ressalvadas as diligências cujo sigilo seja imprescindível:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem decreta, à revelia da lei ou sem motivação expressa, sigilo nos autos.
Art. 34. Exigir informação ou cumprimento de obrigação, inclusive o dever de fazer ou de não fazer, sem expresso amparo legal:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem se utiliza de cargo ou função pública ou invoca a condição de agente público para se eximir de obrigação legal ou para obter vantagem ou privilégio indevido.
Art. 35. Deixar de corrigir, de ofício ou mediante provocação, tendo competência para fazê-lo, erro relevante que sabe existir em processo ou procedimento:
Pena – detenção, de 3 (três) a 6 (seis) meses, e multa.
Art. 36. Deixar, sem justa causa, de determinar a instauração de procedimento investigatório para apurar a prática de infração penal ou de improbidade administrativa, quando deles tiver conhecimento e competência para fazê-lo:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Art. 37. Coibir, dificultar ou, por qualquer meio, impedir a reunião, a associação ou o agrupamento pacífico de pessoas para fim legítimo:
Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.
Art. 38. Decretar, em processo judicial, a indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapole exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida da parte:
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
Art. 39. Requerer vista de processo em apreciação por órgão colegiado, com o intuito de procrastinar seu andamento ou retardar o julgamento:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
CAPÍTULO VII
Do Procedimento
Art. 40. Aplicam-se ao processo e ao julgamento dos delitos previstos nesta Lei, no que couber, as disposições do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

CAPÍTULO VIII
Das Disposições Finais
Art. 41. O art. 2º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, passa a viger com a seguinte redação:
"Art. 2º .....
.....
§4º-A. O mandado de prisão conterá necessariamente o período de duração da prisão temporária estabelecido no art. 2º, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado.
.....
§7º Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.
§8º Para o cômputo do prazo de prisão temporária, inclui-se o dia do cumprimento do mandado de prisão". (NR)
Art. 42. O art. 10 da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 10. Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, promover escuta ambiental ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei:
Pena – reclusão, de dois a quatro anos, e multa.
Parágrafo único. Incide nas mesmas penas a autoridade judicial que determina a execução de conduta descrita no *caput*, com objetivo não autorizado em lei ou com abuso de poder." (NR)
Art. 43. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 244-C:
"Art. 244-C. Para os crimes previstos nesta Lei, praticados por servidores públicos com abuso de autoridade, o efeito da condenação previsto no art. 92, inciso I, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), somente incidirá em caso de reincidência. [Como se vê, Presidente, estamos estabelecendo sempre a reincidência por ser uma lei nova.]
Parágrafo único. A perda do cargo, do mandato ou da função, nesse caso, independerá da pena aplicada na reincidência".
Art. 44. A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a viger acrescida do seguinte art. 7º-B:
"Crime contra direito ou prerrogativa de advogado
Art. 7º-B. Violar direito ou prerrogativa de advogado previstos nos incisos II a V do art. 7º:
Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa."
Art. 45. Revogam-se a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, o §2º do art. 150 e o art. 350, ambos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
Art. 46. Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sala da Comissão,

Relator, Roberto Requião.

Presidente, eu só queria, neste momento, agradecer a intensa colaboração dos Srs. Senadores, com as suas emendas, as suas observações e a efusiva e decisiva participação no debate público que fizemos no plenário do Senado Federal. E quero registrar, fundamentalmente, o estímulo, a participação e as contribuições intensas do Senador Ricardo Ferraço, que eu considero um parceiro na elaboração deste substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião. Cumprimento V. Exª pelo fôlego da leitura.

Conforme já havia anunciado, vamos colocar em deliberação o requerimento do Senador Ronaldo Caiado, agora sim, tendo em vista a leitura do parecer.

ITEM 37

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 6, de 2017

- Não terminativo -

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art(s). 279, III do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão por 30 dias do PLS nº 280, de 2016.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Caiado. Eu vou dar a palavra a V. Exª para um encaminhamento rápido, porque a matéria já foi muito discutida.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Rápido, rápido, rápido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Um em contrário, e vamos deliberar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, só para pedir o apoio dos nobres pares no requerimento, que propõe exatamente o tempo que o Regimento também prevê de nós definirmos as audiências que já foram aprovadas, com isso, dando prazo de 30 dias para votarmos, aí, o resultado final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Essa é a ponderação que faço e esse é o apoio que peço a todos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço a palavra do Senador Caiado, bem objetiva.

Vamos, então, colocar em votação o requerimento.

Aqueles que estão de acordo com o requerimento, ou seja, apoiam o requerimento de suspensão por 30 dias, devem levantar a mão. Os contrários devem permanecer como se encontram. Vamos inverter a tradição...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não, calma, meus senhores. Calma, calma.

A Senadora Marta vai sentar primeiro.

Aqueles que estão de acordo com o requerimento permanecerão como estão. Os que são contrários levantarão a mão. (*Pausa.*)

Foi rejeitado.

Em discussão a matéria do projeto de lei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Gostaria de um esclarecimento por parte de V. Exª e da Mesa: rejeitado o requerimento do Senador Caiado...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Entramos em discussão. Há a notícia de que haveria o pedido...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Há o pedido de vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pedido de vista...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não há necessidade de vista, porque vamos ter uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas é regimental. Está concedida a vista.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O esclarecimento que peço a V. Exª é o seguinte: qual será o procedimento, visto que foram aprovados requerimentos de audiência pública, e foi obviamente, regimentalmente, acatada a vista. Qual o calendário que teremos do debate em si?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agora eu vou conversar com o Senador Lobão para marcar as audiências públicas. Certamente, já na semana que vem, teremos a marcação; mas eu tenho de ouvir o Presidente, Senador Lobão, para marcação das audiências dos requerimentos já aprovados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu queria, Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu queria só encaminhar a V. Exª um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Queria só encaminhar a V. Exª um requerimento de acréscimo de mais algumas autoridades para as audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O senhor pode encaminhar à Mesa, por gentileza?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agora, nós temos que deliberar sobre essa matéria. Está havendo uma clara evasão do nosso quórum deliberativo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Evidente evasão; evidente e clara evasão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Evidente evasão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Por gentileza, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria só pedir um tempo para aditarmos o requerimento de audiência pública; nós temos a indicação de alguns nomes. Então, se V. Exª pudesse nos dar até o final do dia hoje, porque nós também temos que consultar as pessoas. Então, eu peço a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas, Senadora Gleisi, o aditamento – lembra bem a Secretaria – tem que ser deliberado pelo Plenário. Então, como nós estamos deliberando agora, ficaria uma situação um pouco complicada. Se pudermos fazer esse aditamento ainda hoje...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É para indicar nome, ainda estamos consultando. O Senador Requião tem dois nomes para indicar – vou passar a palavra para ele agora, para fazê-lo –, mas nós temos mais um nome ou dois. Nós estamos consultando as pessoas. Eu não quero indicar aqui e depois correr o risco de a pessoa não poder vir. Se puderem dar um prazo, pelo menos até o final da reunião...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Claro, até o final da reunião, nós vamos deliberar.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador, eu poderia...? Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Marta Suplicy, com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senadora Gleisi, se for referente ao convite ao Ministro Serraglio, nós hoje aprovamos, na nossa Comissão, a CAS, fazer junto aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É outro assunto. Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós vamos concluir esse item da pauta...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Alguma observação final sobre esse item da pauta?

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu quero sugerir ao Plenário que sejam replicados os nomes da nossa audiência pública no plenário: o do juiz federal, o do Ministro Gilmar Mendes, o do representante da Defensoria da União. Que seja reproduzido o convite às personalidades que estiveram no debate no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu solicitaria a V. Exª para formalizar, por gentileza, o requerimento, porque, conforme combinado com a Senadora Gleisi e com o Senador Randolfe, nós teremos até o final desta reunião, que ainda está em funcionamento, para deliberarmos sobre a matéria.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu peço à assessoria da Mesa que redija...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não havendo mais...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... reproduzindo o convite.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... sobre este item qualquer observação a ser feita, nós encerramos este item e vamos dar sequência à nossa pauta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria só fazer uma solicitação a V. Exª, com aquiescência do Plenário, é claro.

O item 13 é um projeto do Senador Marcelo Crivella, cuja relatoria aqui é do Senador Randolfe Rodrigues. Eu tenho, desde dezembro de 2016, Presidente, um requerimento para uma audiência pública sobre esse mesmo tema, que é exatamente para dar a fundamentação, para discussão e debate. O Senador Relator, que está presente, Randolfe Rodrigues, concorda com a audiência pública, e já estão nominados aí. Então, eu só pediria apenas aceleração e agilização da questão processual na nossa Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, sobre esse tema.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Por favor, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Randolfe.

Vamos tema por tema, porque, do contrário, nós vamos nos desorganizar um pouco.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sobre esse tema, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, eu quero, em relação a esse tema, acordar com o encaminhamento que eu defendia em relação ao tema anterior. Óbvio. Se há um requerimento, que eu já acato como Relator, da Senadora Ana Amélia para termos uma audiência pública sobre o tema, eu sugiro que, primeiro, nós possamos ter a audiência pública e, somente depois, eu possa fazer a leitura do meu parecer. É o encaminhamento que faço à Mesa como Relator.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está de acordo, Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É exatamente isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo aquiescência do Plenário, ficaremos com essa solução encontrada em comum pela senhora e pelo Sr. Relator.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço imensamente o ato democrático e republicano do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Isso. Já está, portanto, submetido à aprovação de todos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Petecão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tem que ser votado... Aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Aprovou-se, por aquiescência do Plenário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Colocamos em votação, com a aquiescência do Relator, o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O requerimento. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Isso.

(Matéria não lida:

EXTRAPAUTA

ITEM 38

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 7, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 607, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tornar obrigatória a adição de marcadores químicos nas munições e seus insumos destinados a armas de fogo, com os seguintes convidados:

1) Salesio Nuhs- Vice-Presidente da Companhia Brasileira de Cartuchos- CBC

2) Geraldo Bertolo- Perito Criminal da Polícia Federal

3) Domingos Torquetto- Perito Criminalístico

4) Daniel Samapaio- Delegado da Polícia Federal aposentado

Autoria: Senadora Ana Amélia.)

Os Senadores e as Senadoras que estejam de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, eu gostaria, se fosse possível, de uma inversão de pauta. O meu item é o item 14. Na verdade, esse relatório já foi lido, era apenas para ler uma emenda que, inclusive, é de autoria de V. Exª. Se o senhor assim permitir, eu lhe prometo aqui dar a maior celeridade possível para que possamos avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não. Eu vou solicitar, então.

Como a matéria é muito singela, já foi lido o relatório na semana passada e há uma emenda de minha autoria também muito simples, em relação à qual já há parecer favorável, salvo engano, do Relator, dou a palavra, portanto, ao Senador Petecão para esse parecer, para nós deliberarmos, já que é de caráter não terminativo e não precisa de quórum.

(Matéria não lida:

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, de 2011

- Não terminativo -

Obriga a criação de unidade do Procon nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Felipe Bornier

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

- Em 22/03/2017, a Presidência concedeu vista ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais;

- Em 28/03/2017, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Antônio Anastasia, que recebeu Parecer favorável.)

Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Obrigado, Presidente.

Então, eu vou ler a emenda e o voto.

A Emenda nº 1, da CCJ, de autoria do nobre Senador Antonio Anastasia, dá nova redação à Ementa e ao *caput* de art. 1º do PLC nº 109, de 2011, para ampliar o rol de entidades do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor que podem atuar para defesa e a proteção pretendidas no projeto. Assumo que convém com ela concordar e acatá-la, por ser meritória e tornar mais eficaz e abrangente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

alcance do veiculado na proposição, tendo em vista que, de fato, inexiste obrigatoriedade de que dita tutela seja exercida exclusivamente por uma unidade do Procon. Como se sabe, alerta a justificação da emenda:

> [...] o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor previsto no CDC é composto por órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, bem como entidades privadas de defesa do consumidor, o que confere um diversificado leque de opções para atender as demandas da população.

E, com certeza, sem a alteração trazida pela emenda, a proteção efetiva poderia redundar em *capitis deminutio*.

Queria parabenizar V. Exª pela emenda que, com certeza, melhorou o nosso projeto.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação, com a redação dada pela Emenda nº 1 desta Comissão.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Petecão. Agradeço a V. Exª pela leitura do seu relatório.

Tendo em vista a aquiescência a essa emenda, eu coloco em discussão novamente o projeto. Indago se alguma Srª Senadora ou Sr. Senador gostaria de se manifestar.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É uma emenda indiscutível, de qualidade indiscutível, e deve ser aprovada à unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Algum outro Senador ou Senadora gostaria de se manifestar? (*Pausa.*)

Não havendo, vamos colocar, então, em deliberação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, na forma do seu parecer, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº1-CCJ.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 125, de 2015

- Não terminativo -

Fixa os critérios para escolha do Advogado-Geral da União, bem como o procedimento para a sua nomeação.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros

Relatoria: Senador José Maranhão

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão, para proferir o relatório.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 125, de 2015, do Senador Ricardo Ferraço e outros, que fixa os critérios para escolha do Advogado-Geral da União, bem como o procedimento para a sua nomeação.

I – Relatório

Trata-se de proposição legislativa de iniciativa parlamentar que pretende alterar a Constituição para definir critérios e disciplinar o processo de escolha do Advogado-Geral da União.

A medida toma forma mediante a alteração de dispositivos constitucionais pertinentes, tais como o art. 84, que trata das atribuições do Presidente da República; o art. 102, que se refere à competência do Supremo Tribunal Federal (STF) para o julgamento de ações penais relativas a agentes públicos com prerrogativa de função; e o art. 131, que dispõe sobre a própria Advocacia-Geral da União.

As normas pertinentes à competência do Presidente da República são alteradas para definir que a nomeação do Advogado-Geral da União está sujeita à prévia aprovação do nome deste agente público pelo Senado Federal.

As normas pertinentes ao STF são modificadas para instituir a competência de julgar, nas infrações penais comuns, o Advogado-Geral da União.

Por fim, os aspectos essenciais da PEC 125, de 2015, constam das alterações promovidas no art. 131 da Constituição, que dispõe precisamente sobre a Advocacia-Geral da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A primeira e mais importante alteração é feita no §1º do art. 131 para excluir a hipótese de livre nomeação do Advogado-Geral da União pelo Presidente da República. A designação passa a ser precedida da elaboração, pela própria Advocacia-Geral da União, de uma lista tríplice a ser submetida ao Chefe de Estado.

Demais disso, a nomeação passa a exigir a prévia aprovação do nome do novo Advogado-Geral pelo Senado Federal. Do mesmo modo, a destituição desse agente público, de iniciativa do Presidente da República, passa a também depender da aprovação da maioria do Senado Federal.

O art. 2º da PEC veicula regra transitória que consiste na promoção pela Advocacia-Geral da União de uma lista tríplice para a escolha de seu sucessor, no prazo de 120 dias a contar da promulgação da nova emenda à Constituição.

O Senador Ricardo Ferraço, primeiro signatário, e os demais subscritores da proposta argumentam, em sua justificativa, que a natureza constitucional da Advocacia-Geral da União – aspas – "decorreu da necessidade de articular as respostas do Estado à complexidade de novas demandas sociais, cada vez mais ampliadas, figurando como instituição essencial ao Estado Democrático de Direito".

Por isso, articula a justificativa da PEC 125, de 2015, que – aspas:

> "[...] toda a atividade estatal se desenvolve nos quadros do Direito. Mesmo quando a administração exercita as faculdades discricionárias, tende à atuação do justo, suprema e constante aspiração desse organismo essencialmente jurídico, que é o Estado regido pelo escopo ético e pela valoração do interesse público."

Assim, uma vez que é

> confiada à Advocacia-Geral da União a representação judicial e extrajudicial dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nada mais lógico do que conferir ao Advogado-Geral da União um mandato, e que seja ele escolhido dentre os membros das carreiras que estruturam a Instituição, a exemplo do Procurador-Geral da República, que chefia o Ministério Público Federal.

Essa disciplina visaria, informa o texto, a – aspas – "conferir um tratamento absolutamente isonômico na relação da Advocacia-Geral da União com os órgãos da União de todos os Poderes e das Funções Essenciais à Justiça", pois – abre aspas – "atualmente, em virtude do fato de o Advogado-Geral da União ser de livre nomeação e exoneração por parte do Presidente da República, há uma flagrante preponderância do Poder Executivo sobre a AGU, muitas vezes em prejuízo da relação com os demais Poderes da União".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Após breve relato do percurso histórico do Ministério Público no Brasil, desde o período imperial, a justificativa expressa o "entendimento de que, diante da tradição firmada de nosso direito administrativo, a Advocacia Pública Federal possui posição equivalente à do Ministério Público Federal, tanto que ambas as funções sempre foram desempenhadas, no âmbito da União, pelo Ministério Público Federal".

A Advocacia-Geral da União foi criada pela Constituição de 1988 para representar a União (Executivo, Legislativo e Judiciário) judicial e extrajudicialmente, bem como prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, retirando do Ministério Público Federal as funções típicas de representação dos interesses do Estado brasileiro, que são próprias da Advocacia Pública.

A justificativa expressa também o entendimento de que, malgrado definições legais adotadas que veem o Advogado-Geral da União como Ministro de Estado, esse agente político encontra-se, na verdade, "no mesmo patamar dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República", razão que justifica a alteração do foro competente para as ações penais respectivas.

Por tudo isso, a proposição se justifica porque a estabilidade por ela pretendida representa um avanço, pois "ao tempo em que potencializa o controle pelo Poder Legislativo, fundado no princípio democrático, possibilita que a Advocacia-Geral da União alcance a plenitude de seus objetivos almejados pelo Constituinte de 1988, como Instituição vocacionada à defesa do Estado, em relação com os Poderes da República".

Não foram apresentadas emendas à proposição sob exame.

II – Análise

Compete à CCJ, nos termos regimentais (art. 101, I, combinado com o art. 356, RISF), opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação regimental de proposta de emenda à Constituição (PEC), e também sobre o seu mérito.

No que respeita ao exame de proposta de emenda à Constituição, cumpre apreciar, preliminarmente, sua constitucionalidade material, especialmente diante dos limites materiais à reforma da Constituição, inscritos em seu art. 60, §4º e seus incisos: por eles, não será objeto de deliberação a PEC "tendente a abolir" determinados preceitos constitucionais básicos, dentre eles os direitos e garantias individuais, o voto direto, secreto, universal e periódico, a forma federativa do Estado e a separação dos Poderes.

O único desses princípios que efetivamente guarda pertinência temática com as normas constantes da PEC sob exame é o da separação dos Poderes: com efeito, trata-se de norma legislativa que dispõe sobre as atribuições e competências, além de aspectos organizacionais de um órgão vinculado o Poder Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cabe, aqui, entretanto, apreciar dois aspectos essenciais: o primeiro para compreender que se está, mediante a espécie normativa adequada, alterando as normas constitucionais que estabelecem o status de um ente público no âmbito do Estado brasileiro. Aqui, não se vê a Advocacia-Geral da União como mero ente jurídico do Poder Executivo, mas como instituição estatal.

A assessoria jurídica pura e simples dos entes do Poder Executivo, caso aprovada a PEC que ora se examina, seria uma das atribuições da nova AGU, compartilhada com outras, como aqui se aponta.

Por outra parte, não deve haver invasão da competência constitucional atribuída ao Presidente da República de dispor, até mesmo mediante a edição de decreto autônomo, (art. 84, VI), sobre a organização interna de entes do Poder Executivo.

Como a AGU é, ainda, vinculada ao Executivo, e seu contexto constitucional não foi alterado, penso que parte da PEC que ora se aprecia apresenta-se carente de adequação ao contexto constitucional pertinente: refiro-me à especificação detalhada da forma como deve ocorrer a escolha da lista tríplice de candidatos ao cargo de Advogado-Geral da União.

Nesse caso, entendo que seria mais consentâneo com o contexto constitucional respectivo, e também com a própria natureza de uma norma constitucional, que deve comportar, em uma medida ainda mais elevada do que uma lei ordinária, abstração e generalidade, não conter detalhamentos tais como os que constam dos dois incisos que são acrescidos ao §1º do art. 131 da Constituição.

Bastaria, então, que a Constituição abrigasse o novo *status* constitucional do Advogado-Geral da União, ao determinar que o ocupante de tal cargo seria escolhido mediante lista tríplice elaborada pela própria instituição, nos termos de regulamento por ela editado, para mandato de dois anos.

Entendo razoável, também, nesse contexto, admitir uma recondução, tal como ocorre com o Chefe do Ministério Público Federal, algo que não consta do texto ora apreciado.

Por outro lado, nada há nas demais normas da Proposta de Emenda à Constituição nº 125, de 2015, que possa afetar quaisquer dos limites materiais à revisão da Constituição, ou outras normas e princípios de nossa Carta Magna.

Do mesmo modo, a proposta nos parece induvidosa quanto aos aspectos jurídicos, pois é inovadora, genérica, abstrata, imperativa e conforme os princípios gerais do Direito.

O mesmo se pode entender quanto à conformidade com as regras e os princípios pertinentes à elaboração legislativa a que se refere a Lei Complementar nº 95, de 1995, e com as normas internas pertinentes ao processo legislativo regimental.

Quanto ao mérito, a iniciativa nos parece digna de encômios: com efeito, contribui de forma decisiva para conceder à Advocacia-Geral da União um *status* jurídico-constitucional elevado, distinguido, e, desse modo, acha-se em plena harmonia com os princípios constitucionais que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

disciplinam a Administração Pública, especialmente a legalidade – que tudo tem a dizer quanto ao ente de que aqui se trata –, e assim a moralidade também se acha prestigiada. Esperamos que, nesses termos, possa mudança também contribuir para uma maior eficiência no funcionamento da Advocacia-Geral da União.

Por tais razões, concluímos pela adequação constitucional da PEC nº 125, de 2015, e por sua pertinência e oportunidade.

III – Voto

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação regimental da proposta de emenda à Constituição e voto, quanto ao mérito, por sua aprovação, adotada a seguinte emenda:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 125, DE 2015

EMENDA Nº , CCJ

Dê-se ao §1º do art. 131 da Constituição, nos termos do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 125, de 2015, a seguinte redação, excluídos do referido parágrafo os seus incisos I e II:

> "Art. 131. .....
> §1º A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República, escolhido em lista tríplice dentre os membros das carreiras que compõem a instituição, de notável saber jurídico e reputação ilibada, maiores de trinta e cinco anos, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal para mandato de dois anos, admitida uma recondução.
> .....
> § 4º A destituição do Advogado-Geral da União, por iniciativa do Presidente da República, será precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal."

Sala das Comissões.

Assinado, o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador José Maranhão.

Encerrada a leitura, coloco em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Em primeiro lugar, Presidente, o Advogado-Geral da União está na estrutura do Executivo brasileiro. Portanto, a proposta tem um vício inicial de iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Por outro lado, tem um vezo corporativo que vai-se tornando inaceitável no Brasil, que é o predomínio das corporações. Seria mais ou menos a mesma coisa que propormos que a Advocacia do Senado fosse viabilizada por lista tríplice; que o Diretor-Geral fosse escolhido por lista tríplice dos funcionários; e que a esposa do Presidente da República, sua companheira, devesse ser submetida a uma lista tríplice, examinada pelo Senado.

Eu acho que nós não temos aqui quórum razoável para exame da matéria. Eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Concedida vista.

Mas concedo a palavra à Senadora Gleisi. É sobre este assunto?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Permite-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu só queria reforçar aqui o que o Senador Roberto Requião falou. Quer dizer, nós estamos caminhando para uma situação em que vamos submeter os Poderes a uma relação quase que de hierarquia entre si. Nós estamos acabando com o sistema de pesos e contrapesos, com a autonomia de cada Poder.

Uma proposta como esta, de o Advogado-Geral da União ser indicado por lista tríplice para o Congresso Nacional dispor, é uma interferência no Poder Executivo absurda. Aliás, não está na Constituição nem que o Ministério Público deve ser indicado por lista tríplice. Não sei se esta Casa sabe, mas a Constituição Federal não determina isso. Apenas os Estados têm determinação de ter lista tríplice. Foi o Presidente Lula que, no espírito republicano de ser, colocou a indicação de Procuradores por lista tríplice. Mas não é preciso. Porque o Chefe do Executivo pode indicar, dentre os quadros do Ministério Público, quem ele achar mais adequado e submeter o nome à sabatina desta Casa.

Então, é uma inversão completa que nós temos aí da separação dos Poderes. Montesquieu deve estar se revirando no túmulo. Uma coisa absurda.

Eu queria deixar isso registrado. Nós não temos quórum aqui para votar. Eu acho que a vista que o Senador Requião pediu é importante. Nós também vamos querer fazer essa discussão na próxima reunião.

Eu queria dizer a V. Exª, que vai colocar os requerimentos agora em votação, que eu já estou com um requerimento quase pronto – já está subindo para eu assinar e entregar a V. Exª – sobre a indicação dos nomes que nós queremos adicionar à audiência pública sobre o projeto de abuso de poder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço à Senadora Gleisi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Só para eliminar qualquer má interpretação da minha intervenção, eu quero deixar claro que, como Senador, se a escolha da esposa do Presidente da República for submetida ao Senado em lista tríplice, eu não hesitaria em homologar o nome da D. Marcela.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos continuar.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Com todo respeito ao Senador Requião, que termina a sua intervenção judiciosa de uma forma jocosa, não obstante isso, eu estou vendo que é flagrante a quebra de quórum, a falta de quórum. Então, eu peço o encerramento da reunião e da própria Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já foi concedido, eminente Senador, o pedido de vista, mas, antes de encerrar a reunião – e V. Exª tem razão –, conforme me comprometi com os membros do Plenário, propor a aprovação dos requerimentos das indicações para a audiência pública relativa ao processo de Lei de Abuso de Autoridade.

Recebemos aqui na mesa, portanto, o requerimento da Senadora Gleisi Hoffmann, solicitando o convite para audiência pública de um representante do Departamento da Polícia Federal, do Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, do eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e do Juiz Federal Silvio Luís Ferreira.

Dois desses são exatamente os mesmos do Senador Roberto Requião: o Juiz Silvio Luís e o Ministro Gilmar Mendes. Portanto, está prejudicado o de V. Exª, porque está constando no da Senadora Gleisi.

O Senador Lasier apresenta também requerimento no mesmo sentido, indicando para convidar os Juristas e ex-Ministros do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Brito e Joaquim Barbosa.

O Senador Randolfe Rodrigues apresenta os seguintes convidados: Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp); Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Luiz Antonio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; e José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA

ITEM 39

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 8, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento dos seguintes nomes a audiência pública para instruir o PLS nº 280/2016:

Representante da Polícia Federal

Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos ANADEP

Ministro Gilmar Mendes STF

Juiz Federal Silvio Luis Ferreira da Rocha

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

EXTRAPAUTA

ITEM 40

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 9, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao Requerimento nº 4-CCJ, de audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2016, sejam convidados os juristas e ex-ministros do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto e Joaquim Barbosa.

Autoria: Senador Lasier Martins.

EXTRAPAUTA

ITEM 41

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 10, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública desta Comissão para discussão do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2016, que "define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências", com a presença dos seguintes convidados:

1. Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP;

2. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT;

3. Luiz Antonio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA;

4. José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Eu pediria, portanto, se houver a aquiescência do Plenário, a votação em globo de todos eles, já que houve manifestação anterior deste Plenário.

Se todos estiverem de acordo, nós votaremos...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Eu não estou de acordo porque é evidente a falta de quórum para fazermos (*Fora do microfone.*)

qualquer votação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós temos presença no painel ainda para requerimento?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O quórum para requerimento é simples. Não precisa quórum qualificado. Então, é metade mais um dos presentes, sendo que nós temos quórum no painel.

Eu gostaria, até para que nós não prejudiquemos a matéria, como foi aqui acordado anteriormente com os Senadores sobre esta matéria, que pudéssemos referendar os nomes. Se alguém tiver algo ao contrário, levanta na próxima reunião ou questiona à Presidência, porque não podemos atrasar a audiência pública que nos dispusemos a fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Maranhão, eu pediria a compreensão a V. Exª, com todo o respeito, porque houve, de fato, um compromisso nosso. Pedimos que os nomes fossem trazidos. Houve, praticamente, um acordo naquele momento que a audiência seria realizada, alguns nomes já foram apresentados e outros seriam trazidos até o final desta reunião. Como houve aquela rápida debandada, e a aquiescência majoritária, quase unânime, dos membros da Comissão era no sentido de que houvesse a audiência, eu, na verdade, me sinto aqui constrangido ao não submeter esta votação a este Plenário. Havendo a presença do quórum no plenário e não sendo necessário quórum qualificado, tomo, portanto, a decisão de submeter aos membros a decisão de aprovar esses nomes.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Mas, Sr. Presidente, sem querer contestá-lo e já o contestando...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Claro.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – ... não existe quórum no plenário. Existe no painel, mas no plenário não há quórum. Estão presentes um, dois, três, quatro Senadores.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O senhor está pedindo verificação de quórum? Porque se houver pedido de verificação e houver quem o apoie, nós vamos fazer.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Não. Eu estou dizendo outra coisa. Eu estou dizendo que é evidente a falta de quórum.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O.k. Quando é evidente...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – É materialmente comprovado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sem problema nenhum. Quando se é evidente, pede-se a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Exatamente, porque não impede...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se V. Exª tiver apoiamento para verificação, nós vamos fazer.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – V. Exª está, naturalmente, hábil e maliciosamente – desculpe a franqueza –, aproveitando o momento em que há apenas um Senador que está se opondo a isso. Como é que eu posso fazer um requerimento se não há Senadores que pensem igual a mim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas, eminente Senador Maranhão, a matéria...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Agora, eu acho que é flagrante a falta de quórum aqui. Se nós continuarmos com essas exceções ao Regimento e à boa prática, à austera prática da condução dos trabalhos da reunião, não sei onde é que vamos terminar.

Esta é a Comissão mais importante do Congresso Nacional e sobre ela pesa o juízo da opinião pública, eis que as nossas reuniões são todas transmitidas pela TV Senado, ouvidas e assistidas em todo o Brasil.

Então eu, que conheço a qualidade ética do nosso Presidente, a sua austeridade, a sua seriedade, peço a V. Exª que atente para este fato: é flagrante, é gritante a falta de quórum para esta deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeito. Mas eu vou me inspirar, Presidente Maranhão, no exemplo de V. Exª, porque, por diversas vezes, com a minha presença, deliberamos aqui, nesta Comissão, quando o senhor era Presidente, com quórum muito baixo.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Tudo bem, Sr. Presidente, deliberamos, mas com o consentimento de todos os presentes. Agora há pelo menos um que não concorda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas, naquele momento, não havia aqui a decisão. Quer dizer, sob o ponto de vista do quórum existente naquela época, também não havia.

De todo modo, estamos tratando aqui de adendo a requerimentos que já foram aprovados aqui. São adendos a requerimentos que já foram aprovados. Nós estamos tão somente acrescentando nomes aos requerimentos já aprovados. Então, parece-me que não há aqui nenhuma mácula na aprovação desses requerimentos.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Não, eu concordo com V. Exª. V. Exª usou muito bem a palavra "adendo", mas o adendo é um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Lasier, V. Exª quer se manifestar?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sim. Presidente, como houve uma reunião um tanto agitada, acho que seria interessante fazermos uma recapitulação sobre o roteiro que se vai seguir a partir de agora. Parece-me que, pelo número de pessoas indicadas para a audiência pública, serão necessárias talvez duas audiências públicas. Eu gostaria de saber, então, quantos nomes foram indicados para audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Segundo, será possível que se faça numa única audiência pública? Ou haverá duas? E, dentro desta contingência toda, qual é o roteiro que nós vamos seguir a partir de agora nessa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nesse aspecto, Senador Lasier, nós vamos submeter os nomes agora aprovados ao Senador Lobão, Presidente da Comissão, que tem o juízo discricionário para fazer designação da data. E se será uma, duas, três, caberá ao Presidente da Comissão fazer a designação.

Hoje mesmo S. Exª está ausente por uma questão de um pequeno mal-estar. Nós vamos comunicar-lhe e ele fará a designação da data ou das datas, a juízo da Presidência.

Sendo assim, coloco em votação o requerimento, o adendo ao requerimento, com a manifestação formal, contrária, do Senador José Maranhão. E que fique registrada para eventos ou efeitos futuros.

Aqueles que estão de acordo permaneçam como estão, com o registro do Senador José Maranhão. (*Pausa.*)

Está aprovado o adendo, com o voto em contrário do Senador Maranhão.

Está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 9 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia três de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Ana Amélia, Roberto Rocha e Vanessa Grazziotin. Registram a presença os Senadores Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Usa da palavra o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Simone Tebet, Marta Suplicy, José Maranhão, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Morais, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Armando Monteiro, Eduardo Lopes e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos seguintes requerimentos: RQJ 4/2017, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; RQJ 5/2017, de autoria do Senador Ronaldo Caiado; RQJ 8/2017, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann; RQJ 9/2017, de autoria do Senador Lasier Martins; e RQJ 10/2017, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Finalidade: Instruir o PLS nº 280, de 2016, que "define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.". Participantes: Sr. NÍVIO DE FREITAS SILVA, Subprocurador-Geral da República (representante de: RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, Procurador-Geral da República); Sr. FERNANDO CALMON, Defensor Público de Segunda Instância no Distrito Federal e Ex-Presidente da ANADEP (representante de: ANTONIO JOSÉ MAFFEZOLI LEITE, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP); Sr. JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO, Juiz de Direito e Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Sr. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR); Sr. LUIZ ANTONIO COLUSSÍ, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA). Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 10 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Roberto Requião, Renan Calheiros, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Benedito de Lira, Wilder Morais, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin e Vicentinho Alves. Registram a presença os Senadores Wellington Fagundes, Alvaro Dias e Pedro Chaves. Usa da palavra o Senador Alvaro Dias. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, José Maranhão, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Aécio Neves, Lasier Martins, Armando Monteiro, Eduardo Lopes e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos seguintes requerimentos: RQJ 4/2017, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; RQJ 5/2017, de autoria do Senador Ronaldo Caiado; RQJ 8/2017, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann; RQJ 9/2017, de autoria do Senador Lasier Martins; e RQJ 10/2017, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Finalidade: Instruir o PLS nº 280, de 2016 que "define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.". Participantes: Sra ANA CLAUDIA MONTEIRO, Vice-Presidente da ANPT (representante de: ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT); Sr. FÁBIO TOFIC SIMANTOB, Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa; Sra. LUCIENI PEREIRA DA SILVA, Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC; Sr. VICTOR HUGO PALMEIRO DE AZEVEDO NETO, Vice-Presidente da CONAMP e Promotor de Justiça no Rio Grande do Sul (representante de: NORMA CAVALCANTI, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP); Sr. ROBERTO LIVIANU, Promotor de Justiça em São Paulo; Sr. DELANO CERQUEIRA BUNN, Superintendente Regional no Estado do Ceará e Delegado de Polícia Federal (representante de: LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral da Polícia Federal). Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e onze minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Antonio Anastasia, Lasier Martins e Roberto Rocha, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Rose de Freitas, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Wilder Morais, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta e Cidinho Santos. Registra a presença o Senador José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Eduardo Braga, José Maranhão, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Aécio Neves, Benedito de Lira e Randolfe Rodrigues. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, de 2017 – Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a Identidade Civil Nacional e dá outras providências." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 4. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 4. Aprovado Requerimento nº 11, de 2017-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, de 2016 – Não Terminativo - que: "Altera o inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal, para tornar imprescritíveis os crimes de estupro." Autoria: Senador Jorge Viana e outros. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. Vota vencido o Senador Roberto Requião. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, de 2016 - Complementar – Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o número total de Deputados Federais, fixa a representação por Estado e pelo Distrito Federal para a Quinquagésima Sexta Legislatura (2019-2023), nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 4 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 125, de 2015 – Não Terminativo - que: "Fixa os critérios para escolha do Advogado-Geral da União, bem como o procedimento para a sua nomeação." Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, de 2011 - Terminativo - que: "Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Sen. Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo apresentado e pela inadmissibilidade da Emenda nº 4-S. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 - Terminativo - que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2014 - Terminativo - que: "Acrescenta art. 83-A à Lei nº 4.737, de julho de1965 (Código Eleitoral) para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas." Autoria: Senador Anibal Diniz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 – Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2013 – Não Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 96 da Constituição Federal, para determinar a participação dos juízes de primeira instância nas eleições para os órgãos diretivos dos tribunais." Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Eduardo Amorim e outros. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, de 2015 – Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao art. 30 da Constituição Federal, para prever prestação de contas simplificadas para os Municípios de menor porte." Autoria: Senador Antonio Anastasia e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, de 2011 – Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas." Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 – Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 – Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2011 – Não Terminativo - que: "Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o § 1º ao art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2017 – Não Terminativo - que: "Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública." Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 – Terminativo - que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denunciação da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2008 – Complementar – Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil." Autoria: Senador Cristovam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Buarque. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 23 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 91, de 2015 – Não Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2013 – Terminativo - que: "Prever a destinação de no mínimo cinco por cento dos recursos do Fundo Partidário para promoção da participação política dos afrodescendentes." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2016 – Não Terminativo - que: "Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências." Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Sen. Roberto Requião. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, contrário às Emendas de Plenário nºs 5, 8, 9, 10, 11, 15, 16 a 23, 25 e 26, e pela prejudicialidade das demais Emendas. Resultado: Retirado de Pauta para atender o Requerimento nº 12, de 2017-CCJ, de tramitação conjunta com o PLS 85/2017. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2011 – Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências." Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, de 2015 – Não Terminativo - que: "Altera a redação do § 1º do art. 42 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências." Autoria: Deputado Eli Corrêa Filho. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - OFICIO "S" Nº 24, de 2014 – Terminativo - que: "Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no processo de recurso extraordinário nº 559.937, referente ao julgamento da inconstitucionalidade da expressão "acrescido do valor do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal de Comunicação - ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições", contida no inciso I do art. 7° da Lei nº 10.865/04." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 24, de 2014. Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício "S" nº 24/2014. ITEM 29 - OFICIO "S" Nº 26, de 2015 – Terminativo - que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 239.458, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1° da Lei nº 10.905 do Município de São Paulo." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 30 - OFICIO "S" Nº 3, de 2015 –Terminativo - que: "Encaminha, para fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário n° 680.089, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do Protocolo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ICMS n° 21, de 1° de abril de 2011, do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ (tributação sobre compras não presenciais)." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 3, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 610, de 2015 – Não Terminativo - que: "Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a Lei nº 6.830, de 15 de dezembro de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e dá outras providências." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 32 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 11 de 2017, que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2017." Autoria: Senador Eduardo Lopes. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 33 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 12 de 2017, que: "Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2016, que "Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências", com o Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2017, que também "Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências", por disporem sobre matérias correlatas." Autoria: Senador Roberto Requião. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 13 de 2017, que: "Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, reitero a realização de audiência pública, nesta Comissão, nos termos do Requerimento nº 14, de 2015-CCJ, aprovado na reunião de 19/08/2015, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2014, que Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA; altera as Leis nºs 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995; revoga as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.312, de 5 de novembro de 1996, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 11.646, de 10 de março de 2008, e dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, 9.064, de 20 de junho de 1995, 9.065, de 20 de junho de 1995, 9.874, de 23 de novembro de 1999, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências, sugerindo com os seguintes convidados, sem prejuízo da inclusão de outros posteriormente indicados: Pelo Poder Público: Representante do Ministério da Cultura; Representante do Fórum de Secretários Estaduais de Cultura; Representante do Fórum de Secretários das Capitais de Cultura; • Representante da Rede de Gestores de Fomento à Cultura. Pela sociedade civil: Albino Rubim (pesquisador); Isaura Botelho (pesquisadora); Lia Calabre (pesquisadora); Chico César (artista, ex-secretário de cultura da Paraíba); Guilherme Reis (produtor cultural, atual Secretário de Cultura do DF); Fernando Yamamoto, Clowns de Shakespeare (ator e diretor teatral); Representante do GIFE (pelo empresariado). Pela histórico do PROCULTURA: Juca Ferreira (ex-Secretário Executivo do MinC (2003-2007) e Ministro da Cultura (2008-2010 e 2015-2016)); Henilton Menezes (ex-Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, acompanhou a tramitação do PL na Câmara dos Deputados); Carlos Paiva (ex-Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, coordenou o estudo apresentado ao Senador com sugestões à proposta que saiu da Câmara)." Autoria: Senador Roberto Rocha. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 8º Reunião Ordinária e das 9ª e 10ª Reuniões Extraordinárias.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 31. (*Pausa.*)

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Sr. Presidente Anastasia, eu gostaria que V. Exª me concedesse a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

Com a palavra o eminente Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Sr. Presidente, colegas Senadores, peço a palavra pela ordem, e, graças à boa vontade do Presidente Anastasia, ele me concede.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, não tive a oportunidade, em razão de algumas dificuldades de agenda, de ter o privilégio de participar das audiências públicas sobre a questão tão polêmica desse projeto de lei que trata do crime de responsabilidade. Tenho acompanhado o noticiário da televisão, das rádios, dos jornais e dos blogues e, particularmente, a discussão aqui no Senado, onde, inclusive, tenho ouvido manifestações favoráveis e manifestações contrárias de figuras das mais respeitáveis do Senado Federal, a partir do Relator desta matéria, o Senador Roberto Requião. Lamento profundamente que ele não esteja aqui, porque pretendo deixar públicas algumas indagações, Sr. Presidente.

Tenho mais de 50 anos de vida pública, ocupei todos os cargos no Parlamento brasileiro e, inclusive, tive o privilégio de ser Presidente desta Casa e do Congresso Nacional. Sou formado em Direito, evidentemente bacharel de província da Universidade Federal do Pará. Não tenho seguramente o currículo de alguns que tiveram a oportunidade de fazer mestrado, doutoramento e pós-doutoramento em grandes universidades do Brasil e de fora do Brasil. Daí eu peço aos meus colegas de Comissão e particularmente a V. Exª, que é um estudioso do Direito e do Direito Constitucional, que já deu demonstrações disso nesta Comissão... Sr. Presidente, nós vamos continuar apreciando essa matéria, que continua polêmica, ainda sem data para a apreciação dela no plenário desta Comissão, já com novos projetos sendo apensados à matéria, inclusive oferecidos pelo Procurador-Geral da República e por ilustres colegas Senadores integrantes desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sr. Presidente, minhas indagações são simplérrimas, mas pode ser que eu esteja equivocado. Eu estou ganhando idade e não quero ficar idoso emburrecido. Eu posso até ficar idoso aborrecido, mas emburrecido eu me reclamo a ficar.

Tenho ouvido algumas manifestações, inclusive de colegas Senadores, a respeito desse projeto sobre o crime de responsabilidade. Pelo que sei, a legislação vigente ainda é de 1965, da época do regime militar, um decreto-lei do Presidente Castello Branco.

Sr. Presidente, fico a me perguntar. Primeiro, o projeto trata do assunto em todas as esferas da Administração Pública brasileira, no Judiciário, no Legislativo, no Ministério Público, no Poder Legislativo, onde ocorrer abuso de autoridade, não especificamente em determinada área. Fico assustado quando se diz que a tramitação desse assunto visa, especificamente, a prejudicar uma investigação que está em curso no Brasil, a famosa Operação Lavo Jato.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Ainda bem que aqui chegou o Senador Requião!

Senador Requião, eu dizia aqui...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Bom dia, Senador!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone*.) – Bom dia!

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Não tenho a cultura jurídica de V. Exª, mas, pela benevolência do nosso Presidente, neste início de reunião da Comissão de Justiça, resolvi fazer algumas indagações, porque estou cheio de dúvidas. Se estou cheio de dúvidas, depois de tantos anos de vida pública e de atuação no Parlamento e no Executivo – só não fui integrante do Poder Judiciário –, imagino as dúvidas que a opinião pública brasileira tem em relação a esse assunto.

Ouço dizer que a aprovação dessa lei de responsabilidade serve para inibir a ação do Ministério Público Federal, serve para inibir a ação de integrantes do Poder Judiciário e, mais do que isso, é uma revanche à Operação Lava Jato. Tenho ouvido isso, Sr. Presidente, não só da imprensa, diuturnamente, mas também de integrantes desta Casa que merecem o maior respeito.

Estou, Senador Requião, profundamente intrigado. Fiz uma leitura do substitutivo de V. Exª. Agora, já está apensada uma contribuição do Procurador-Geral da República, e, pelo que soube, colegas do Senado também já a apresentaram.

Eu gostaria de perguntar a V. Exª o seguinte: quem vier a cometer crime de responsabilidade... No caso, o projeto disciplina isso em todas as áreas, nas áreas do Executivo; da Administração Pública, seja municipal, estadual ou federal; do Ministério Público; do Poder Judiciário. Pergunto a V. Exª: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ministério Público acompanhará os procedimentos decorrentes da apuração de infração por abuso de autoridade? É uma pergunta. Fico pensando: será que foi excluído o Ministério Público? Será que o Ministério Público não atuará na apreciação desse assunto, quando houver representação a respeito dele?

A minha outra indagação, Senador Requião e demais Senadores, é feita de muito boa-fé. É que eu estou me colocando como cidadão brasileiro que assiste a esse noticiário dantesco de que esse projeto visa a manietar o Poder Judiciário e a impedir a ação do Ministério Público, de que é um projeto contra a Lava Jato, enfim, de que é um projeto que visa a preservar a impunidade.

Mas, Senador Requião, pergunto a V. Exª, como Relator: se houver um enquadramento em crime de responsabilidade, quem irá apreciar a representação a respeito de crime de responsabilidade? Se alguma autoridade do Executivo, do Legislativo, do Ministério Público, do Poder Judiciário for objeto dessa representação, quem vai apreciar? É o Poder Judiciário? São os integrantes do Judiciário? Ou será que é esta Comissão de Justiça do Senado? É o Plenário do Senado, é a classe política, é a Câmara dos Deputados que irá apreciar a representação?

Eu fico a me perguntar isso, em face do noticiário, porque me parece que esse instrumento que estaria sendo apreciado aqui, que estaria sendo montado, é um instrumento para estabelecer um tribunal de exceção que será instalado no Poder Legislativo. Será a classe política que, vingando-se das apurações, seja dessa Operação Lava Jato, seja de outras operações, irá trazer para o pelourinho dessa apreciação essas autoridades, sejam representantes do Ministério Público, sejam integrantes do Poder Judiciário?

Francamente, reconheço que sou apenas um bacharel de província, mas sou um cidadão. Mas assisto ao noticiário e assisto, inclusive, Senador Requião, à manifestação de ilustres integrantes do Senado, dizendo que isso vai ocorrer, que essa é uma revanche da classe política, que isso é um absurdo, que é um torniquete no Poder Judiciário para evitar apuração, para evitar investigação. Isso é dito por ilustres integrantes desta Casa, que merecem de mim o maior respeito. Eu fico pensando no cidadão comum que está do outro lado recebendo a notícia e dizendo: "Essa classe política brasileira é um absurdo! Está redigindo uma lei para impedir que o Poder Judiciário atue, que o Ministério Público atue!"

São essas dúvidas que me assaltam neste momento, Sr. Presidente. Eu gostaria, francamente, que V. Exª, com boa vontade com este seu companheiro de Senado, pudesse permitir que o Senador Requião me desse a resposta, dizendo se o Ministério Público não vai atuar. Aí eu fico pensando: se o Ministério Público está com medo da atuação do próprio Ministério Público que vai acompanhar o processo, se os juízes estão com medo de seus colegas juízes que vão apreciar as causas, se eles estão com medo dos tribunais, aí, Sr. Presidente, eu não entendo mais nada, aí eu fico bastante preocupado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vejo a imprensa tratando da questão relativa ao foro privilegiado. Nós temos esse foro privilegiado. Presidente, se for verdade essa especulação que vejo diariamente, aí quero saber quem é que quer não o foro privilegiado neste País, mas o superforo privilegiado, que não permite nem representação, pois se pode cometer abuso de autoridade, recusando-se a ser objeto de representação, recusando-se a ser acompanhado por seus colegas do Ministério Público, recusando-se a ser apreciado pelos membros do Poder Judiciário!

Não, Sr. Presidente! Eu estou cheio de dúvidas, com todos esses anos de vida pública. Imagino o que está pensando o cidadão comum, que assiste a esse noticiário dia e noite e que assiste até à manifestação de alguns integrantes respeitáveis deste Senado.

É a indagação que, se V. Exª permitir, eu gostaria de dirigir ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Jader Barbalho.

Antes de passar a palavra...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu quero indagar a V. Exª: o projeto está em tela, está em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não, não está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu não estou entendendo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Peço-lhe um minuto, Senador Ricardo Ferraço.

Nós fizemos, nas duas últimas reuniões extraordinárias, audiências públicas sobre o assunto. O assunto foi debatido. O Senador Jader Barbalho pediu aqui uma questão de ordem...

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ele pediu a palavra pela ordem e fez esse relatório.

A matéria, de fato, neste momento, eminente Senador Jader, não está em discussão. É o item 25 da pauta. Então, como não temos inversão de pauta nem podemos tê-la, eu pediria a V. Exª... O Relator, no momento oportuno, que terá hoje ou em próxima reunião, certamente responderá a V. Exª em detalhes. Do contrário, nós vamos inverter, de modo equivocado, a pauta, vamos debater um tema que não está na ordem e vamos prejudicar nossos trabalhos. Temos 31 itens e não podemos ficar também aqui monotemáticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, o Relator, no momento oportuno – tenho a certeza de que o fará –, responderá as indagações do Senador Jader. Nós vamos dar início à ordem dos trabalhos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Foi apenas esse o esclarecimento que solicitei. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos dar início ao item 1.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Eu gostaria, inclusive, de fazer um apelo ao Senador Ferraço, que é um dos Senadores mais brilhantes desta Casa, reconhecidamente, por sua atuação, para que ele permitisse, relevasse a este seu companheiro, seguramente com mais anos de vida, sem a juventude do Senador Ferraço, sem o seu talento, que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Ressalto todos os outros dotes que o Senador tem. Eu pediria que ele relevasse e que o Senador Requião pudesse me responder, apenas sumariamente, rapidamente: o Ministério Público vai acompanhar?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Jader...

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Quem vai jugar crime de responsabilidade é juiz. Será que o pessoal do Ministério Público está com medo dos seus colegas? Será que os juízes estão com medo do julgamento dos seus colegas integrantes do Poder Judiciário? É isso que eu quero saber!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu não me oponho ao debate, muito pelo contrário. A minha indagação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eminente Senador Jader...

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Era só uma respostinha rápida! Só isso, nada além disso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Jader, por gentileza, nós temos aqui a pauta. O Senador Lobão está adoentado, eu estou na Presidência, temos de manter aqui a ordem dos trabalhos. A inversão de pauta, como nós sabemos, só pode ocorrer se houver a unanimidade dos presentes, que não existe, já pela manifestação do Senador Ricardo Ferraço. O tema é complexo. O Senador Requião tem feito um belíssimo trabalho como Relator e terá a oportunidade, no momento certo, de fazer a discussão, a apresentação do tema. Tenho certeza de que ele está até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ansioso para responder, porque eu o conheço. Senão, vai haver uma anarquia generalizada nos nossos trabalhos. Se nós temos a pauta, vamos segui-la. É o item 25.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas eu não me oponho, em hipótese alguma, à manifestação do Senador Jader, muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Ferraço, a Presidência...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E agradeço as vênias e homenagens que V. Exª me fez.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Ferraço, por gentileza...

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA. *Fora do microfone*.) – Eu só queria ouvir a explicação do Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ele vai ter oportunidade disso, senhoras e senhores.

Senador Requião, o senhor não vai responder, porque, do contrário...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Anastasia, deixe o Senador Requião falar por cinco minutos só.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vai alterar completamente a ordem, mas, se houver a aquiescência geral do Plenário, eu concedo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas Requião tem a capacidade sucinta de Suplicy.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, é mais uma questão de informação que de ordem. Eu sou o Relator do projeto de abuso de autoridade, mas me coube também a relatoria do projeto alternativo apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues. Eu não sei, do ponto de vista regimental, qual seria o procedimento, mas acho que me cabe dar apenas uma informação à Comissão:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

vou apensar o projeto do Senador Randolfe Rodrigues – na verdade, é uma proposta do Procurador-Geral da República – a esse projeto. Conforme nós havíamos resolvido numa reunião anterior, eu me proponho a apresentar o relatório final para votação no dia 19, que é uma quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeito, Senador Requião! Eu agradeço.

No dia 19, na apresentação desse relatório, com a presença do Senador Jader, certamente esses assuntos, essas indagações procedentes serão levantadas por V. Exª e pelos demais colegas e serão vivamente debatidas. Então, nós deixamos...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Em 30 segundos, quero dizer que são os juízes que julgam o abuso de poder. Se não cair o foro privilegiado, Senador Jader, conforme a proposta do Senador Alvaro Dias, os juízes serão julgados por conselhos de juízes, como também os promotores e os agentes todos que têm foro privilegiado.

É de iniciativa pública, é de iniciativa do Ministério Público, mas estou fazendo uma alteração: como um agente público ofendido pode processar o seu ofensor, eu estou estabelecendo no projeto, sem usar o "juridiquês", para não complicar a informação para o público da televisão e do rádio, a possibilidade de qualquer cidadão ofendido, privadamente, processar também o agente ofensivo. E, fundamentalmente, não é contra agentes públicos, nem contra juízes, nem contra promotores, é contra o abuso de autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem!

Vamos ao item 1 da pauta.

Como, no item 1 da pauta, eu sou...

Senador Jader, tenho uma boa vontade extraordinária com V. Exª, que merece meu respeito.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Exatamente. E, por isso mesmo, quero agradecer a V. Exª, sabendo que foi uma deferência de V. Exª. Eu, agora, vou ficar mais sossegado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem!

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – ...porque pensei que abuso de autoridade seria apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que procuradores e juízes seriam julgados por nós. Agora, com essa resposta do Senador Requião, fico mais tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O senhor fica mais tranquilo.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Não somos nós que vamos julgar procuradores e juízes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, Senador Jader!

Feito esse esclarecimento, passo a Presidência ao Senador Lasier, tendo em vista que o item 1 da pauta tem a minha pessoa como Relator.

Por gentileza, Senador Lasier! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Srªs e Srs. Senadores, fico honrado por substituir por alguns instantes o nosso eminente Senador Anastasia.

Tenho certeza de que vamos votar um item bem menos polêmico do que aquele que estava sento travado aqui. Diz respeito a uma lei do meu conterrâneo Pedro Simon, ainda no ano de 1997, lei regulamentada só em 2010, que se refere ao Documento Único de Identidade Nacional.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Identidade Civil Nacional e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: favorável ao projeto.

Observações: - *Em 28/03/17, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Lasier Martins (dependendo de relatório);*

- Em 29/03/2017, foi rejeitado o Requerimento nº 3, de 2017-CCJ, de adiamento da discussão por 30 dias;

- Em 29/03/2017, foi concedida vista coletiva nos termos regimentais;

- Em 30/03/2017, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Roberto Rocha (dependendo de relatório);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Em 04/04/2017, foram recebidas as Emendas nºs 3, de autoria da Senadora Ana Amélia, e 4, de autoria do Senador Roberto Rocha.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Antonio Augusto Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lasier.

Trata-se de um projeto de cujo relatório já fiz a leitura na semana passada. Discutimos o tema, foram apresentadas três emendas: uma do próprio Senador Lasier, outra da Senadora Ana Amélia e uma terceira do Senador Roberto Rocha. Sr. Presidente, o parecer sobre as três é contrário, tendo em vista que duas delas tratam do art. 8º – tenho a impressão de que o Senador Eduardo vai mencionar, na discussão, esse assunto do art. 8º – e que a outra trata do art. 3º, do Senador Roberto, que vedaria a transferência de dados entre órgãos de governo. É muito importante que isso ocorra porque a biometria tem exatamente o propósito de permitir que dados confiáveis sejam utilizados, inclusive pelas Polícias, para verificar a identidade das pessoas. Desse modo, o parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, só para...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Na semana passada, pedi vista. Depois, foi pedida a vista coletiva. Deixei bem claro que não tinha nada contra o mérito da matéria, que eu considerava, e considero, muito importante para o País. Agora, diante do que o Relator apresentou, quero aqui dizer que não tenho nenhum óbice e que vou votar a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário às emendas.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Volta à Presidência dos trabalhos o nosso Senador Antonio Anastasia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador Lasier.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Passemos ao Item 2.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 2016

- Não terminativo -

Altera o inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal, para tornar imprescritíveis os crimes de estupro.

Autoria: Senador Jorge Viana e outros.

Relatoria: Senadora Simone Tebet.

Relatório: favorável à Proposta.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet para proferir o seu relatório.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Como V. Exª mencionou, a proposta em comento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Simone, peço-lhe só um minuto.

Eu pediria, por gentileza, mais uma vez, pela enésima vez nesta Comissão, paciência, calma e silêncio aos nossos convidados, necessários para que a Relatora possa ler o seu relatório, porque, do contrário, temas importantes não serão ouvidos para a deliberação dos Srs. Senadores.

Com a palavra a Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como V. Exª já mencionou, a proposição em comento pretende tornar imprescritível a prática do crime de estupro (arts. 213 e 217-A do Código Penal).

Trata-se de uma PEC de autoria do ilustre Senador Jorge Viana, que justifica a proposição apontando dados do IPEA, que calcula que, de algo em torno de 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no País, apenas 10% seriam reportados à Polícia. A subnotificação dos crimes de estupro ocorre devido ao receio que as vítimas têm de sofrer preconceito, superexposição ou serem revitimizadas.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Da análise, Sr. Presidente.

Esta Comissão, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, é regimentalmente competente para apreciar a matéria.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sob exame observa a exigência constitucional quanto à iniciativa. Não se identificam óbices relativos à juridicidade e à regimentalidade.

Da mesma forma, não existem vícios de constitucionalidade material na proposição em análise. A mais recente doutrina destaca que o tema da prescrição não é materialmente constitucional, mas de intrínseca natureza legal, mais especificamente de natureza penal.

Trago aqui o escólio de Luciano Feldens, que, já em negrito, ao final da p. 2, afirma que: "Referidas disposições constitucionais não afastam a hipótese, em gênero, de que outras infrações penais submetam-se a idêntico regime de imprescritibilidade, observado o princípio da proporcionalidade."

À p. 3, refiro que o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 460.971 – ao final da página, no item I, subitem 3 –, entendeu que: "3. Ademais, a Constituição Federal se limita, no art. 5º, XLII e XLIV, a excluir os crimes que enumera da incidência material das regras da prescrição, sem proibir, em tese, que a legislação ordinária criasse outras hipóteses."

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a prática do estupro e do estupro de vulnerável, previstos nos arts. 213 e 217-A do Código Penal, é considerada crime hediondo, o que atende plenamente o princípio da proporcionalidade na espécie.

O que pretende a presente Proposta de Emenda à Constituição é inserir no texto constitucional, por meio de alteração do inciso XLII do artigo 5º da Constituição Federal, a imprescritibilidade do crime de estupro, equiparando-o, portanto, nesse particular, ao crime de racismo. Cabe, então, perguntar, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, qual a correlação entre ambos, ou qual o fundamento comum que permite considerá-los crimes de igual potencial ofensivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Encontraremos a resposta na própria História do Brasil, marcada, sim, por quatro séculos de regime escravista declarado e por cinco séculos de discriminação, explícita ou velada, contra a população de ascendência africana, mas também por cinco séculos de um dos regimes patriarcais mais resistentes à mudança em todo o Planeta. O racismo e o machismo, no Brasil, andam de mãos dadas e contribuem com igual relevância para os aspectos mais negativos da nossa sociedade, mesmo em pleno século XXI.

Às mulheres restou, no passado, sempre o fundo das casas, ou, quando nas ruas, aquelas de má fama. Falamos sempre, no passado, da "senzala" das mulheres, mas também do seu "tronco", que se materializa em cárceres privados ou na nem sempre velada ameaça de violência a qualquer veleidade de protesto ou rebeldia.

Já à p. 5, é importante...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Senadora Simone, desculpe-me, mas a situação está ficando insustentável. Estou acompanhando aqui, até pela visão panorâmica que tenho da sala, a conversa ficar generalizada. Lamentavelmente, vou fazer um pedido agora mais veemente e vou ter de tomar uma medida até inédita nesta Comissão, daqui a pouco, de pedir a retirada daqueles convidados que não param de conversar, porque, daqui, não escuto a Senadora Simone lendo ali, e acredito que os meus pares também não.

Então, por gentileza, peço de maneira enfática que se silenciem. Se quiserem conversar, não há nenhum problema, o corredor é largo, está ali fora.

Por favor, Senadora Simone!

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente. Ainda mais porque se trata de tema tão relevante!

Foi seguramente com a consciência dessa tragédia histórica que o Constituinte fez incluir, no art. 5º, a imprescritibilidade do crime de racismo. É essa mesma consciência que embasa a presente proposta de emenda à Constituição do Senador Jorge Viana.

Aqui poderíamos perguntar por que incluir o crime de estupro, além da questão histórica, como crime imprescritível, sendo que o crime de homicídio e mesmo o latrocínio, que são tão graves quanto, não são imprescritíveis. E aqui vem a resposta. Cabe acrescentar, no tocante ao crime de estupro, aquela que é uma de suas características principais, que o diferencia de todos os demais crimes cometidos contra homens e mulheres: o lapso de tempo que pode transcorrer entre o crime e a sua denúncia. Não é possível prever a duração desse lapso, pois isso vai depender da capacidade de reação de cada vítima, da sua capacidade de assimilar o trauma sofrido até ser capaz de se decidir pela busca da reparação judicial. Essa não será nunca uma decisão fácil, pois implicará sempre na exposição pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da sua dor – é quase como reencenar o próprio estupro, agora em arena pública, aberta aos olhos de todos.

Se isso já é suficientemente difícil para quem tenha sofrido essa violência na idade adulta, o que dizer de quem tem a infelicidade de sofrê-la na infância ou na adolescência? Segundo dados do Ipea, 70% dos casos de estupro envolvem crianças e adolescentes. Quanto tempo leva, Sr. Presidente, para se recuperar, no íntimo da alma, uma infância perdida, uma adolescência violada?

Nesse particular, há um agravante muito específico no que diz respeito à violência sexual: é que, como é sabido, grande parte dos casos ocorre no ambiente familiar da vítima. É sempre difícil dizê-lo, mas é preciso: os agressores são, muitas vezes, pais, tios, irmãos, companheiros. Portanto, ao trazer a público a sua dor, o seu trauma, a vítima estará, ao mesmo tempo, expondo todo o seu núcleo familiar, expondo-se, dessa forma, à incompreensão não apenas da sociedade – entre aspas – "exterior", digamos assim, mas também daquelas pessoas que, em toda a vida, lhe são mais próximas. Uma exposição desse tipo pode acarretar, no limite, a destruição da própria família, de onde se entendem as idas e vindas, as angústias e indecisões que cercam a decisão da denúncia, de onde se entende, portanto, por que essa decisão pode exigir muito mais tempo do que pode prever qualquer tabela de prazo prescricional.

Já estou chegando ao final, à última página, Sr. Presidente.

Por onde quer que analisemos o crime de estupro e a sua denúncia e punição, encontramo-nos sempre às voltas com a questão do lapso de tempo, porque é esse lapso de tempo que fertiliza a impunidade, e é essa impunidade que se pretende combater ao tornar o estupro, como hoje é o racismo, um crime imprescritível.

Sr. Presidente, sei que há dúvidas em relação à possível inconstitucionalidade. Quero aqui apenas lembrar que o crime de estupro hoje tem uma prescrição de 20 anos, mas, trabalhando com dados, como trabalhamos na Presidência da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, de que quase 70% dos casos de estupro acontecem no ambiente familiar e de que muitos, talvez a maioria deles, envolvem crianças e adolescentes, nós não podemos colocar prazo para que uma criança violentada, não uma, mas diversas vezes, denuncie. O prazo não pode ser de apenas 20 anos. Uma criança que sofre esse tipo de crime e de violência, não só no seu corpo, mas na sua alma, por anos consecutivos não leva apenas 20 anos para denunciar. Ela precisa, primeiro, alcançar a maioridade, romper o ciclo de violência, ter independência econômica, trabalhar no seu cérebro, na sua cabeça, tirando da própria consciência o fato de que não é culpada ou responsável pelo ato. Normalmente, ela vai conseguir laborar todo esse processo depois dos 40 anos ou, às vezes, dos 50 anos de idade. Vinte anos nesse caso é muito pouco tempo.

Sei que poderão ser levantadas arguições de natureza constitucional contra a presente proposta, mas devo dizer, com toda a sinceridade, com toda a convicção, que, como jurista, professora de Direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e, sobretudo, como mulher, filha e mãe de mulheres, não vejo óbices à sua aprovação, vejo simplesmente justiça.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senadora Simone Tebet.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Colocamos em discussão a matéria.

Já se inscreveram o Senador Magno Malta, o Senador Eduardo e, depois, a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Senador Magno Malta está com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, quero parabenizar a Senadora Simone, não pelo relatório favorável, mas até pelo texto, pela maneira como descreveu, pela riqueza, resgatando a própria história e contextualizando esse crime absolutamente violento.

Nós já deveríamos ter tomado uma atitude. Muitas vezes, nós somos, de fato, devedores da sociedade brasileira, porque nós tardamos demais em algumas coisas que são cruciais para a vida humana.

Senadora Simone, quando, em 2006, comecei a CPI da Pedofilia, a denúncia de um abusador era uma ação privada. Se uma criança fosse abusada, o Ministério Público só podia denunciar se a família autorizasse. Muitas vezes, não denunciava porque a família tinha vergonha, para não expor a criança porque foi alguém da família, foi alguém da comunidade, foi um professor, foi um padre, foi um pastor, foi o pai. Sei lá quem foi! E a família ficava com vergonha.

Quando Joanna Maranhão veio depor aqui, dizendo que foi abusada na infância pelo seu técnico de natação – o nome dessa lei passou a ser Lei Joanna Maranhão –, nós fizemos uma modificação, Senador Presidente Anastasia, e essa passou a ser uma ação pública, não mais privada.

Quem é que tinha conhecimento de uma lei? Quando a criança fazia 18 anos, ela tinha seis meses para denunciar seu abusador. Se não o denunciava em seis meses, acabava o crime! Então, era fácil demais! Mesmo não tendo conhecimento... O problema é que nem se tinha conhecimento e que a lei era muito ruim. Agora, é uma ação pública. Quando a lei foi sancionada, a Xuxa foi a público e falou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

com quase 50 anos de idade, que tinha sido abusada na infância pelo namorado da avó, porque ela já contava com a Lei Joanna Maranhão para se amparar, para poder falar e denunciar o seu abusador.

Então, Senadora Simone, realmente, 20 anos é pouco tempo. Não tem de se encerrar mesmo! Quem recebeu violência, quem foi abusado, uma mulher estuprada, uma criança estuprada ou uma idosa, seja quem for, precisa, no seu momento emocional, no momento da sua decisão, ter o seu tempo, para ver punido aquele que, do alto da sua tara, da sua doença mental, da sua safadeza, da sua indignidade, abusou e violentou outro ser humano.

Parabéns, Senadora Simone Tebet!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Com a palavra o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Obrigado, Presidente.

Eu queria dar uma sugestão à nossa Relatora, a Senadora Simone. Na Lei 8.930, de 1994, nós temos a lista dos crimes hediondos, onde está inscrito o estupro. Então, qual seria minha sugestão? De acordo com a própria lista da Lei 8.930, por que não colocarmos nesse relatório todos os crimes que estão ali também listados?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra a Senadora Simone, para fazer seus esclarecimentos.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Tive o cuidado... Agradeço-lhe, Senador. A princípio, esta é a intenção de todos nós: diante de crimes bárbaros e hediondos, queremos que esses crimes estejam sempre abertos a qualquer tipo de punição. É que a regra no Direito é a prescritibilidade, quer dizer, o Direito não socorre quem dorme. Em determinado momento, perco o direito de entrar com uma ação contra alguém. Essa é a regra, em nome da chamada segurança jurídica. Para podermos considerar um crime imprescritível, isso, a princípio, teria de ser feito pelo poder constituinte originário, a não ser que seja algo em que haja tamanha relevância e correlação, que poderia, a princípio, em tese, como dizem alguns juristas, incluir.

Eu tive o cuidado de colocar no parecer o histórico, fazendo um paralelo com o crime de racismo, até colocando por que o homicídio doloso e o latrocínio não o são, justamente porque da mesma forma, no caso do racismo, no passado, como a pessoa que sofria esse tipo de discriminação, que é uma discriminação que lhe toca a alma, levava muito tempo para laborar e ter coragem de denunciar, porque achava que o crime iria revitimizá-la, isso ocorre no caso de estupro. Então, são dois crimes que, de alguma forma, têm correlação histórica. Em função do problema do lapso temporal, porque ambos são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

crimes que, ao serem expostos, revitimizam e, portanto, criam um problema para a própria vítima ter a coragem de denunciar, leva-se tanto tempo!

Não podemos dizer que o homicídio ou o latrocínio são crimes menores que o estupro; eles são tão graves quanto o estupro. Mas o homicídio rapidamente é apurado, porque nós o presenciamos ali, porque é uma coisa pública a morte, o cadáver; consequentemente, aciona-se a força policial, abre-se inquérito. É mais por essa correlação que se abriu uma brecha, a meu ver, para incluirmos o crime de racismo como imprescritível. Do contrário, haveria também dificuldade de incluí-lo na Constituição como imprescritível.

Hoje, na Constituição, praticamente temos só dois crimes imprescritíveis e agora estamos incluindo o terceiro. Mas é muito válida a sua ponderação. Eu agradeço, porque também me permitiu esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

V. Exª quer falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, a Senadora Rose tem de presidir uma comissão. Ela poderia falar antes de mim, Presidente? A Senadora Rose tem de presidir uma Comissão. Seria possível que ela falasse antes de mim?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo a permuta, a Senadora Rose de Freitas tem a palavra.

A Presidência tenta dirimir todas as questões da maneira mais harmônica e cordial possível.

Com a palavra a Senadora Rose de Freitas, em permuta.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Muito obrigada, Senadora Vanessa, pela compreensão. De vez em quando, as mais antigas ou os mais antigos têm de presidir a comissão.

Primeiro, quero parabenizar a Senadora Simone e dizer que há coisas que ficam imprescritíveis dentro da alma da pessoa, que carrega a vida inteira essa herança, essa marca indelével de uma violência como essa. E outros nem podem viver para recorrer ao tempo que lhe acode naquele momento, para que faça essa denúncia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós estamos lutando há muitos anos, Sr. Presidente. Estão aqui exemplos de mulheres que lutam. E vários homens que aqui estão, Srs. Parlamentares, lutam ao lado das mulheres contra esses crimes considerados hediondos.

Eu lembro que, há 30 anos, eu aumentei a pena para estupro. Na época ainda do Presidente Fernando Henrique, também tornei a aumentá-la. E nós vamos aumentando a punição. Mas a cultura que leva a esse crime hediondo não se extingue.

Portanto, o aspecto de ter a qualquer momento o direito, talvez se desfazendo das mordaças, das amarras, de recorrer à Justiça me parece um caminho extremamente justo, extremamente correto, nesta hora em que estamos procurando um caminho para que a vítima possa acusar o seu algoz e não ser acusada.

Acoadas estão milhares de mulheres neste Brasil, porque, se elas denunciam, alguns vão dizer que elas provocaram isso, fizeram isso, são culpadas etc. Então, esse caminho para mim é o certo, inclusive para outros argumentos de outros projetos de lei que vão até o idoso, até o menor, e por aí afora.

Por isso, parabenizo V. Exª.

Agradeço muito a oportunidade à Senadora Vanessa, Sr. Presidente. Obrigada mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senadora Rose.

Com a palavra, para discutir, o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Entendo, com toda a clareza, a revolta que deve causar a qualquer pessoa civilizada, no mundo hoje, o crime de estupro, mas essa imprescritibilidade me assusta um pouco. É a impossibilidade da remissão. Então, do ponto de vista teológico, por exemplo, não haveria mais conversão do infiel para igreja alguma. Eu lembro, por exemplo, que uma igreja como a Católica sobrevive com o instituto do perdão. Em primeiro lugar, vem o arrependimento; em segundo lugar, a confissão, a penitência e o perdão. Então, uma imprescritibilidade de 20 anos me parece consistente, principalmente partindo do princípio levantado pelo Senador Jorge Viana de que uma parte desses absurdos ocorre no ambiente familiar e de que crianças menores de idade não têm informação nem coragem para fazer uma denúncia, têm um constrangimento muito grande. Os 20 anos resolvem esse problema. Agora, a imprescritibilidade me parece uma redução ao absurdo no próprio sistema judiciário.

Insisto que o crime é absurdo, que deve haver penas duras, mas eu não poderia, com a formação que eu tenho, de advogado, votar na imprescritibilidade do tipo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Requião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, tem a palavra a eminente Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu falo rapidamente, porque acho que há consenso em relação a essa matéria.

Quero cumprimentar, além da Senadora Simone, que apresentou um belo relatório, o Senador que foi o propositor da matéria, o nosso querido Senador do Estado do Acre Jorge Viana, que tem inúmeros projetos relativos à proteção da criança, do adolescente e das mulheres.

Eu não sou da área jurídica, mas temos, parece-me, dois crimes que são imprescritíveis: o crime de ação armada e o de racismo. São apenas dois, e esse viria a ser o terceiro. Então, isso é fundamental, porque, muitas vezes, o crime de estupro, como aqui já foi dito, acomete pessoas indefesas, o que é lamentável, e deixa cicatrizes não apenas nessas pessoas, mas em toda a família.

Então, cumprimento o Senador Jorge Viana e a Senadora Simone Tebet por esse importante projeto que estamos votando.

Presidente, o projeto é terminativo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É emenda constitucional.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, então, já poderíamos sugerir para o Presidente pautá-lo imediatamente em plenário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Está inscrito o autor da proposição, a quem passo a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu queria agradecer à querida colega Senadora Simone Tebet, que foi muito cuidadosa, pediu prazo, estudou a matéria. Certamente, a minha proposta não receberia os elogios que recebeu se não fosse o relatório de S. Exª, que conseguiu traduzir bem a intenção que tenho. Não sou advogado, mas construí isso com minha equipe, com auxiliares, e também a partir de muitos pedidos.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Desculpe-me, Senador Jorge Viana, mas o mérito é todo de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Senadora.

Nós estamos lidando com algo que está muito invisível. As organizações da sociedade, os órgãos públicos, todo o aparato policial não consegue alcançar sequer a cifra relativa ao número de estupros em nosso País, mas nós, no Brasil, disputamos os primeiros lugares no mundo. É algo que ficou corriqueiro.

Temos situações de tentativas dentro dos metrôs em São Paulo, dos ônibus, nos transportes públicos e em toda parte deste País. No meu Estado, notificados, são mais de 500 casos por ano. Em Rondônia, mais de 600 por ano. E o Ipea traz um estudo, Sr. Presidente, que mostra que a subnotificação é maior que em qualquer tipo criminal. Menos de 10% do que ocorre é registrado nos boletins de ocorrência de estupro, é o que nós temos contabilizado, ou seja, o nosso País tem mais de meio milhão de estupros por ano. E nós vamos calar diante disso? Nós não podemos, com todo respeito.

Eu tenho uma admiração tremenda pelo Senador Requião, nosso colega aqui, e temos que ouvi-lo sempre, seus aconselhamentos, suas ponderações. Mas há uma diferença enorme entre esse crime e qualquer um outro. E eu não estou dizendo que não pode haver um arrependimento tardio, um entendimento posterior entre até quem causou... Quem dera que a pessoa possa se recompor! Mas uma lei como essa, as normativas que temos tipificando crimes e estabelecendo acertos entre quem cometeu crimes e a sociedade com penas é um sinal também que mandamos antes que o crime ocorra: "Olha, se você cometer um crime de estupro, esse é um crime hediondo. É um crime inafiançável."

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Jorge, só para cooperar, porque teologicamente, como diz o Senador Requião, Deus perdoa, mas não o livra de pagar pelo crime que você cometeu. Você pode, dali para a frente, mudar sua vida. O perdão existe para mudar a sua vida, mas você tem que responder pelo que você cometeu. V. Exª está absolutamente certo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado.

Então, o crime de estupro, no Brasil, já é inafiançável e também hediondo. Isso quem estabelece é a Lei 8.930. O que eu estou propondo, exatamente pelo tipo de crime... Senador Requião, mais de 70% dos estupros ocorrem em pessoas de menor idade, crianças, adolescentes, e no seio, na maioria dos casos, da família e do círculo de amizades, de convivência. Uma criança de 13 anos, de 12 anos, dificilmente vai reunir as condições de denunciar alguém superior a ela! E ela fica com a chaga, com o trauma para a vida inteira.

Se nós usarmos a lei de hoje, 20 anos é o máximo, dificilmente alguém é condenado a 20 anos, é o máximo. Ora, o estupro contra uma jovem de 12 anos vai prescrever quando ela tiver trinta e poucos anos! Eu, sinceramente, não estou querendo condenação prévia, mas quando nós olhamos que a Constituição recepciona o crime do racismo como um crime imprescritível... Está lá no inciso XLII do art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

5º da Constituição, que é salvaguarda de todo e qualquer cidadão, o que às vezes é desrespeitado, mas é ali que para mim estão as garantias individuais de todos nós, homens, mulheres, crianças, idosos, enfim. Está lá escrito que o crime de racismo é um crime que não prescreve. Está lá escrito que a ação de grupos armados contra a Constituição e o Estado democrático também não prescreve. Isso não significa dizer que não pode haver o arrependimento de quem cometeu crime, mas quem cometer esse crime vai saber que, a qualquer tempo, a criança que ele atingiu e quase destruiu ou que destruiu pode, em algum momento... A maioria de casos de que a gente toma conhecimento, de personalidades públicas, no Brasil e no mundo, já adultas, casadas, com filhos, reúnem as condições de falar de um trauma que viveram, e não significa que a pessoa acusada vai passar 40, 50 anos na cadeia, mas, pelo menos, vamos ter a certeza de que aquela pessoa não vai ficar impune e que aquilo vai servir de exemplo para que outros não cometam esse tipo de crime. É só isso. Não é condenação prévia, não é impedir o arrependimento; ao contrário, acho que as punções vêm, pelo menos, fundamentadas no propósito de recuperar quem cometeu crime, quem cometeu grave erro.

Então, é nesse propósito que parabenizo a colega Simone Tebet e acho, sinceramente, que devemos, pela tipicidade do crime – já que é um crime que dá dó de estudar, traumatiza quem sofre, mas angustia quem lê, quem se aprofunda nos dados –, aperfeiçoar a nossa Constituição, estabelecendo no inciso XLII do art. 5º que também o crime de estupro é imprescritível, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senadora Simone Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável à proposta.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Roberto Requião.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai a Plenário.

Como sou o Relator do item 3 da pauta, peço a gentileza ao Senador Roberto Rocha, que está aqui ao meu lado, que assuma a Presidência por um instante.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) –

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre o número total de Deputados Federais, fixa a representação por Estado e pelo Distrito Federal para a Quinquagésima Sexta Legislatura (2019-2023), nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto

Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha, que preside neste momento.

Passo à leitura do relatório.

Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2016 - Complementar, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre o número de total de Deputados Federais, fixa a representação por Estado e pelo Distrito Federal para a Quinquagésima Sexta Legislatura (2019-2023), nos termos do art. 45, §1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.

A proposição reproduz, em primeiro lugar os dispositivos constitucionais relativos aos números mínimo e máximo de Deputados que as bancadas estaduais devem respeitar, 8 e 70 Deputados respectivamente, assim como as normas legais hoje vigentes quanto ao número total de Deputados Federais, 513.

Em segundo lugar, apresenta, em anexo ao projeto, nova distribuição de Deputados Federais por Estado e pelo Distrito Federal.

Em terceiro lugar, explicita o procedimento por meio dos qual a nova distribuição foi calculada. Em poucas palavras, calculam-se, primeiramente, o Quociente Populacional Nacional (QPN) e os Quocientes Populacionais Estaduais; ajustam-se, em seguida, os resultados obtidos aos limites acima indicado; e, finalmente, as sobras de cadeiras são distribuídas entre as unidades da Federação. Conforme assinala o autor, o procedimento é o mesmo que define o quociente partidário, os quocientes eleitorais e a partilha das sobras nas eleições proporcionais.

Em quarto lugar, a proposição ordena que os ajustes periódicos no tamanho das bancadas estaduais e do Distrito Federal tomem como base a atualização estatística demográfica da população dos Estados e do Distrito Federal disponibilizada pelo órgão competente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Finalmente, a proposição revoga a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993.

Na justificação, o autor recupera o histórico da matéria. Lembra que, conforme seu art. 45, §1º, a Constituição prevê o ajuste do número de Deputados Federais por Estado e pelo Distrito Federal no ano anterior a cada eleição. Assinala ainda que o Congresso Nacional apenas uma vez exerceu essa prerrogativa, por meio da Lei Complementar nº 78, de 1993, que delegou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a tarefa de fixar a representação de cada Estado e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados.

O TSE, por sua vez, mediante a Resolução nº 23.389, redefiniu a distribuição do número de cadeiras na Câmara dos Deputados por Estado, a vigorar a partir da Legislatura que se iniciou em 2015. No decorrer de 2014, no entanto, provocado por seis Ações Diretas de Inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucionais a Lei Complementar nº 78, de 1993, e a Resolução nº 23.389, de 2013, do TSE.

Com o objetivo de sanar a inconstitucionalidade e redefinir o número de Deputados por Estado e pelo Distrito Federal, foi apresentado pelo Senador Eduardo Lopes o Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2013, que não concluiu sua tramitação a tempo de alterar o tamanho das bancadas antes das eleições de 2014. O projeto ora em apreço mantém a metodologia do cálculo das bancadas prevista no PLS nº 221, de 2013, mas atualiza a composição da Legislatura a ser eleita em 2018 com base nos dados populacionais mais recentes, divulgados em 2015.

É o relatório.

Análise.

Compete a esta Comissão avaliar o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2016, no que respeita a sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, conforme o art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e também quanto ao mérito, por se tratar de matéria pertinente ao direito eleitoral.

Não há óbice no que se refere à constitucionalidade do projeto, uma vez que compete à União legislar sobre direito eleitoral, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Não há reparos, tampouco, no que toca à juridicidade e regimentalidade da matéria.

A respeito do mérito, vale lembrar que o projeto em apreço nada mais faz que dar consequência ao disposto no art. 45, §1º, da Constituição Federal. Esse dispositivo determina, em primeiro lugar, que o número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar; em segundo lugar, que essa representação será proporcional à população; e, finalmente, que haverá ajustes no ano anterior às eleições. Ora, o projeto sob exame reafirma esses três mandamentos e dá a eles a operacionalidade necessária para sua vigência.

É preciso ainda considerar que os comandos que constam do art. 45, §1º, decorrem diretamente de outro princípio, estabelecido no *caput* do art. 14 do Texto Constitucional. Diz o art. 14 que “a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, *com valor igual para todos*...” (grifamos).

Ora, uma vez que a demografia é essencialmente dinâmica, congelar a representação política na distribuição adequada para a população brasileira de 1985 e utilizar essa mesma distribuição nas eleições posteriores, até 2018, implica, claramente, conceder maior valor ao voto de brasileiros residentes em alguns Estados e menor valor ao voto de outros brasileiros, residentes em outras unidades da Federação. A omissão pregressa do Congresso Nacional nessa matéria atenta, portanto, a rigor, contra os direitos e garantias individuais, consagrados como cláusula pétrea da Constituição, por força do disposto no seu art. 60, §4º.

Cumpre assinalar que a representação de Deputados Federais resultante da aplicação dos mandamentos constitucionais difere em muitos pontos da vigente.

Caso o projeto em exame venha a ser aprovado, 13 unidades da Federação manteriam o número de Deputados Federais que elegem hoje: São Paulo, Maranhão, Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima.

Sete Estados, por sua vez, perderiam Deputados. Rio de Janeiro perderia três cadeiras; Rio Grande do Sul, Paraíba e Piauí, duas cadeiras cada; enquanto Paraná, Pernambuco e Alagoas ficariam com um Deputado a menos.

Sete outros Estados aumentariam sua Bancada. O Pará passaria a ter quatro Deputados a mais; Amazonas e Minas Gerais ganhariam duas cadeiras cada; e o ganho de Bahia, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Norte seria de um Deputado.

Entendemos que esse reajuste é absolutamente necessário, cabendo assinalar que as mudanças em relação ao tamanho das Bancadas atuais dos Estados e do Distrito Federal aumentaram a discrepância quando comparadas com aquelas propostas pelo TSE em 2014, precisamente em razão da dinâmica demográfica e da demora do Congresso Nacional em proceder aos ajustes correspondentes.

Voto.

Em razão do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2016, Complementar e, no mérito, pela sua aprovação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone*.) – Para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É o cumprimento puro e simples da Constituição. Portanto, eu acredito que não há o que discutir, e, sim, aprovar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Eu gostaria... Esse é um tema importante.

Em 2013, eu fui autor do decreto legislativo que suspendeu a resolução no TSE. E, como disse o Senador Requião, nada contra o mérito. Eu também acho que a questão demográfica, se ela é o que determina a representação, tem que ser respeitada. Então, como foi citado pelo Relator, não pode a densidade de 1985 valer para uma eleição de 2018.

Por que digo isso? Porque pode parecer até para o meu Estado – o Rio de Janeiro, que está perdendo três Deputados; na resolução, em 2013, o Rio de Janeiro perderia um –, pode-se pensar o seguinte: o Senador Eduardo Lopes brigou para o Rio não perder um, apresentou o projeto de lei e, com esse projeto de lei de autoria do Senador Flexa, o Rio perde três. Então, como isso é possível?

Então, é importante dizer que, na ocasião, eu não discutia o mérito da mudança; eu discutia a maneira como estava sendo feita, por resolução no TSE; e a Constituição diz que tem que ser por lei complementar, o que está acontecendo aqui. Então, não vou me opor; vamos fazer a densidade.

Inclusive, o Senador Flexa já disse que os dados são de 2015, a tabela foi feita em 2015. Eu só colocaria uma questão: se daria, até por questões técnicas e condições reais, para ser feita com 2016. Então, teria que dar uma estudada aqui. Mas, como aqui vamos aprovar, não é terminativo, e vai para o plenário, vamos fazer os estudos e, se houver condições de usarmos 2016 como referência, eu vou apresentar essa emenda em plenário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar aqui não apenas o autor da matéria, Senador Flexa, mas sobretudo o relatório apresentado pelo Senador Anastasia, e o posicionamento dos dois Senadores que me antecederam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta é uma questão legal, de nós trazermos de volta a legalidade, e o relatório deixa isso muito claro. Não é uma questão, no meu entendimento, de um Estado ganhar ou um Estado perder. A representação na Câmara dos Deputados é de acordo com a população, o número de eleitores, e não há como, como disse o Relator Anastasia, congelarmos essa representação de 1985 até agora. São mais de duas décadas! Então, nós temos que seguir.

Eu até sou adepta de uma mudança ainda mais radical, Senador Flexa. A lei complementar, que foi motivo de uma ação, um decreto legislativo, porque alegada inconstitucional, no meu entendimento, não era inconstitucional, porque a lei complementar repassava essa atribuição para o Tribunal Superior Eleitoral. Não foi esse o entendimento da maioria. Eu respeito. Então, agora, estamos trabalhando. Mas, no meu entendimento, isto deveria, sim, ser automático, porque não é uma questão política. Nós não podemos ficar aqui disputando politicamente quem vai ganhar e quem vai perder. Nós temos que fazer cumprir a Constituição Federal. Já passamos muitas eleições com esses dados e essa representação deturpada, e não podemos – 2018 está chegando. Então, acho que é um projeto que a gente precisa votar com certa urgência.

Cumprimento V. Exª mais uma vez, Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Roberto Rocha, primeiro, quero agradecer o Senador Anastasia pelo parecer.

V. Exª, como sempre, pela sua competência e conhecimento, faz um parecer que por si só esclarece toda e qualquer dúvida que porventura ainda possa existir.

Quero também parabenizar o Senador Requião e o Senador Eduardo Lopes, que, entendendo que é uma questão constitucional, que nós apenas estamos cumprindo o que diz a Constituição, para que se faça – e ela diz mais –, um ano antes de cada eleição, esta revisão, para distribuir proporcionalmente o número de cadeiras dos Estados e do Distrito Federal na Câmara Federal, proporcionalmente à população. E, como o nosso Relator bem colocou aqui, nós estávamos ainda sob a égide de uma relação proporcional de 1985.

O Senador Eduardo Lopes, com propósito, argui que a tabela que foi feita e que consta do projeto se refere ao Censo de 2015. Eu disse a ele que não foi usado o de 2016, porque, quando entramos com o projeto, não estava ainda disponível o de 2016. Agora já se encontra disponível, então vou preparar o cálculo com o de 2016.

Não é um cálculo fácil. Só para que os senhores tenham uma ideia – a televisão pode mostrar –, esta é a planilha que chega ao final da proporcionalidade. Mas ele será revisto, e vou encaminhar. Pelo que penso da fala dos dois Senadores, nós vamos aprovar para discutir no plenário. Mas, ainda na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

próxima semana, eu encaminharei ao Senador Eduardo e a todos os Senadores da Comissão de Constituição e Justiça a nova distribuição com o Censo ou a população de 2016.

Quero, então, Senador Anastasia, agradecer a V. Exª. Ao entendimento dos demais Senadores, como disse a Senadora Vanessa, é uma questão constitucional.

Senador Roberto Rocha, a questão da demografia de cada momento vai definir os Estados que têm direito a uma Bancada maior ou menor. O Estado de V. Exª, o Maranhão, permanece nos 18 Deputados Federais, mas havia uma incongruência. Há muito tempo, desde 1985, o Estado do Pará tem 17 Deputados Federais; e o Maranhão, com 18 Deputados Federais. A população do Maranhão é inferior à do Pará.

Então, é uma anomalia que estamos, agora, corrigindo. Espero que, daqui para frente, seja feito da forma como a Constituição determina: um ano antes de cada eleição, que seja revista a proporcionalidade.

O Senador Anastasia, com perfeição, coloca no seu parecer que não estamos alterando o número de Deputados da Câmara Federal. São 513, e permanece o mesmo número, mantendo o que diz a Constituição: no mínimo, 8; e, no máximo, 70. Entre os dois parâmetros – mínimo e máximo –, há a distribuição pelos demais Estados e pelo Distrito Federal.

Parabéns, Senador Anastasia. Agradeço a V. Exª, como sempre, pelo brilhantismo do seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco a matéria em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Convido o Senador Anastasia para reassumir esta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao eminente Presidente, Senador Roberto Rocha, a gentileza da Presidência.

Estamos saltando o item 04, porque o Relator, que é o Senador José Maranhão, não está presente. Está em missão no exterior.

Então, vamos saltar o tem 04. Vamos, então, ao item 05.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, o Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Faço requerimento, para que a votação seja nominal. Faço requerimento à Mesa, para que a suplementação à votação seja nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – No momento oportuno, Senador, vamos apreciar, porque temos de ouvir primeiro o relatório do Senador Roberto Requião, se ele vai estar presente.

Ele está saindo. Não sei se ele vai ler o relatório.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, fica adiado o item nesta reunião. Já que ele se ausentou, não podemos deliberar sem a presença do Relator.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Na minha terra, o nome disso é "correu do pau".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos agora ao item...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Gostaria de fazer um requerimento também oral.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Um requerimento de urgência para o item nº 01, que aprovamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, vamos submeter à urgência o item 01.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Sr. Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Aproveitando esse rabo do interregno, queria lembrar que a PEC 35, que V. Exª conhece muito bem, a respeito das indicações para o Supremo, cumpriu as cinco sessões e está de volta à CCJ, esperando que a Comissão indique o Relator, que. Aliás, se não houver objeção, gostaria que V. Exª fosse, de novo, o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Iremos falar com o Presidente Lobão, que, como Presidente, faz a designação dos relatores.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – De acordo com a nossa regra dos presentes para a leitura dos projetos, Senador Magno Malta, V. Exª é o Relator do próximo item, o item 22.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Vou ficar, porque não sou de correr do pau.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está com a palavra o Senador Eduardo Lopes

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Só também...

Está aqui o requerimento, e eu vou assinar o requerimento de urgência.

Quero lembrar também e ratificar aqui o compromisso de veto do Governo na questão da produção física do documento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Art. 8º.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Art. 8º.

Então, quero aqui reforçar que há esse compromisso de veto no art. 8º, referente à identificação nacional, o item 1 da nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª o esclarecimento, porque já sabíamos, como Relator, com o nosso conhecimento e aquiescência.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2008

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, para proferir o relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – O meu relatório foi favorável, Sr. Presidente. Na sessão passada, o Senador Requião fez uma ponderação e, discutindo com o Senador Cristovam, que é o autor da lei, nós então resolvemos acatar a emenda do Senador Requião.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, pela aprovação do PLS nº 209, de 2008, com as seguintes emendas:

> Dê-se à ementa do PLS nº 209, de 2008, a seguinte redação:
> Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível quem tenha contra si denúncia recebida por praticar ou concorrer para crime de submissão de criança ou adolescente à prostituição ou exploração sexual.
> EMENDA Nº – CCJ
> Dê-se ao art. 1º do PLS nº 209, de 2008, a seguinte redação:
> “Art. 1º O inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea r:
> ‘Art. 1º .....
> I – .....
> .....
> r) quem tenha contra si denúncia recebida por praticar ou concorrer para crime de submissão de criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual, até o prazo de 8 (oito) anos após o fim do cumprimento da pena, salvo se sobrevier decisão judicial pela absolvição do réu ou pela extinção da punibilidade;

Explico, Sr. Presidente.

O texto original do Senador Cristovam Buarque, dizia "qualquer pessoa que estava sendo investigada". É inconstitucional. Seria juízo antecipado e um juízo até criminoso. Mesmo que o indivíduo tenha praticado o crime, necessário se faz que haja uma investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O Senador Requião chamou a atenção para o texto da proposição, e a mudança que vem é a seguinte: após denúncia do Ministério Público, porque quando o Ministério Público denuncia, é porque já houve uma investigação. Para tanto, com esse texto – e penso que é mais um avanço na defesa das crianças no combate a abuso, a pedofilia, que é o termo mais conhecido da sociedade brasileira, que se encorajou pelo avanço das nossas leis. Hoje a sociedade brasileira denuncia, fala, não se intimida; o povo brasileiro não quer conviver nem com pedófilo, nem com criança abusada –, penso que, se essas leis produzem inibição na proteção da criança, o indivíduo vai pensar dez vezes. Se é um doente, um abusador contumaz de criança – porque não existe pedófilo de uma criança só. Quando o pedófilo é pego, ele é revelado –, pode investigar que há uma série de sofrimentos na trajetória dele, de sangue, de choro, de lágrimas, de violação do emocional e do moral de crianças. Mas a lei passa a vigorar dessa forma, é mais que justo.

E uma lei é sempre um cadeado na bicicleta. Você bota o cadeado na sua bicicleta e deixa-a na porta. O "cara" passa, olha, há um cadeado. Ele pensa dez vezes, vai embora, porque há um cadeado, não dá para levar. Mas se ele for ladrão mesmo e cismar de levar, ele põe a bicicleta na cabeça e leva. E a lei é assim. Você pode fazer a lei mais dura. Quem está disposto a cometer crime vai cometer. Bota a bicicleta na cabeça e vai embora, independente de ela estar com um cadeado.

De maneira que esse é mais um cadeado punitivo e também preventivo, porque o indivíduo vai pensar dez vezes antes de botar a bicicleta na cabeça, porque ela está com um cadeado. Por isso o meu relatório é favorável.

Parabéns ao Senador Cristovam Buarque pela proposição tão oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Senador Magno Malta pela leitura do relatório e coloco em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto, com duas emendas.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam, queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e 2-CCJ.

A matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

Bem, eminentes Senadores, nós temos, em decorrência da diminuição do nosso quórum, dois requerimentos para concluir a nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 33

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 12, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2016, que "Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências", com o Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2017, que também "Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências", por disporem sobre matérias correlatas.

Autoria: Senador Roberto Requião

Então ele vai concentrar os dois. Estando todos de acordo, nós aprovaríamos esse requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estão de acordo, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O segundo requerimento é do Senador Roberto Rocha.

ITEM 34

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 13, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, reitero a realização de audiência pública, nesta Comissão, nos termos do Requerimento nº 14, de 2015-CCJ, aprovado na reunião de 19/08/2015, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2014, que Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA; altera as Leis nºs 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995; revoga as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.312, de 5 de novembro de 1996, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 11.646, de 10 de março de 2008, e dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, 9.064, de 20 de junho de 1995, 9.065, de 20 de junho de 1995, 9.874, de 23 de novembro de 1999, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências, sugerindo com os seguintes convidados, sem prejuízo da inclusão de outros posteriormente indicados:

Pelo Poder Público:

- *Representante do Ministério da Cultura;*
- *Representante do Fórum de Secretários Estaduais de Cultura;*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

• Representante do Fórum de Secretários das Capitais de Cultura;

• Representante da Rede de Gestores de Fomento à Cultura.

Pela sociedade civil:

• Albino Rubim (pesquisador);

• Isaura Botelho (pesquisadora);

• Lia Calabre (pesquisadora);

• Chico César (artista, ex-secretário de cultura da Paraíba);

• Guilherme Reis (produtor cultural, atual Secretário de Cultura do DF);

• Fernando Yamamoto, Clowns de Shakespeare (ator e diretor teatral);

• Representante do GIFE (pelo empresariado).

Pela histórico do PROCULTURA:

• Juca Ferreira (ex-Secretário Executivo do MinC (2003-2007) e Ministro da Cultura (2008-2010 e 2015-2016));

• Henilton Menezes (ex-Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, acompanhou a tramitação do PL na Câmara dos Deputados);

• Carlos Paiva (ex-Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, coordenou o estudo apresentado ao Senador com sugestões à proposta que saiu da Câmara).

Autoria: Senador Roberto Rocha

As Srªs e os Srs. Senadores que estão e acordo com o requerimento, permaneçam como se estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo...

Senador Romero Jucá com a palavra. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pode sentar com calma, Senador Romero Jucá. Nós vamos aguardar V. Exª falar no microfone.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Há um projeto de V. Exª, de prestação de contas para Municípios menores, que é um processo simplificado, extremamente de bom senso e que facilitará a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vida das prefeituras. O meu parecer é favorável. Como é algo extremamente benéfico e não tem nenhum tipo de polêmica, queria aproveitar a oportunidade para apresentar o voto favorável para que seja avaliado pelas Srªs e pelos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a presença de V. Exª como relator, portanto, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para proferir, de modo sintético, como é sua característica, o relatório do Item 15 da pauta.

(Matéria não lida:

ITEM 15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, de 2015

- Não terminativo -

Dá nova redação ao art. 30 da Constituição Federal, para prever prestação de contas simplificadas para os Municípios de menor porte.

Autoria: Senador Antonio Anastasia e outros

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós estamos avaliando a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de autoria do ilustre Senador Antonio Anastasia, que cria um regulamento, um formato, para que tenhamos, simplificadamente, as prestações de conta para facilitar o tratamento jurídico diferenciado, com vistas à simplificação da liberação de recursos e à fiscalização das contas prestadas, inclusive quando se tratar de transferência voluntária entre Entes da Federação. Portanto, vem ao encontro da ideia do Governo Michel Temer e também deste Congresso, que é simplificar procedimentos. Nós estamos querendo desburocratizar. A PEC é nessa direção.

Portanto, Sr. Presidente, dou parecer favorável, na forma do relatório que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Romero Jucá.

Coloco em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Um esclarecimento, Sr. Presidente. O que se entende por Município de pequeno porte? Pelo que eu estava lendo aqui, seria com uma população inferior a 15 mil habitantes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra o eminente Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Seriam Municípios com até 15 mil habitantes.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Só para tirar a dúvida, então, essa população está prevista no texto?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não. O texto, se me permite o Relator, a proposta original prevê "definidos em lei". A lei definirá, mas a proposta do Senador Romero é de até 15 mil habitantes.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O corpo é para até 15 mil habitantes. Nós não estamos colocando na emenda constitucional, até porque isso pode ser ampliado. Apresentando resultados, a ideia é que possa migrar para escalas maiores, mas a base da primeira proposição é exatamente começar balizando a lei em 15 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está esclarecido, Senador Lasier?

Então, continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório, favorável à proposta, com emenda.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável, da Comissão, com a Emenda nº 1, da CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Indago ao eminente Senador Romero Jucá se se encontra preparado para o relatório do item 13?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, essa PEC é exatamente aquela questão do Senador Renan Calheiros, que diz sobre o veto de medida provisória. Há ainda um debate, internamente dentro do Governo, porque, da forma como o Senador Renan Calheiros propõe, há vedação de medida provisória com outros contratos administrativos. Na minha avaliação, isso pode gerar uma série de dificuldades para o Governo emitir medida provisória.

Então, estamos procurando construir um texto alternativo que preserve a segurança jurídica, até porque são contratos, juridicamente atos perfeitos. Mas que se possa, efetivamente, atender o pleito do Senador Renan, mas também não obstaculizar a capacidade de intervenção do Governo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu me ressalvo a apresentar num outro momento, dentro já dessa perspectiva de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está adiado, desse modo, conforme a orientação do relator.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013

- Não terminativo -

Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta.)

Indago ao eminente Senador Romero Jucá, com o objetivo de nós irmos limpando a nossa pauta, se o item 28, de que V. Exª é Relator – é o Ofício "S" nº 24, cujo relatório é pelo arquivamento desse ofício –, se pode ser relatado por V. Exª neste momento?

(Matéria não lida:

ITEM 28

OFICIO "S" Nº 24, de 2014

- Terminativo -

Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituicão Federal, cópia do acórdão proferido no processo de recurso extraordinário nº 559.937, referente ao julgamento da incostitucionalidade da expressão "acrescido do valor do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal de Comunicação - ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições", contida no inciso I do art. 7° da Lei nº 10.865/04.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Romero Jucá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 24, de 2014.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, o ofício do Supremo Tribunal Federal encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no processo de recurso extraordinário nº 559.937, referente ao julgamento da inconstitucionalidade da expressão "acrescido do valor do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal de Comunicação (ICMS) incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições".

É uma matéria que já foi julgada pelo Supremo. Pela Norma, precisa ser comunicado à Casa, a Casa registra e arquiva. Portanto, o parecer é pelo procedimento legal e regimental da Casa, reconhecendo a informação e mandando ao arquivo o registro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá. Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório, que conclui pelo arquivamento do ofício.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo arquivamento do Ofício "S" nº 24, de 2014.

A matéria vai à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu anunciei ontem, no plenário, que tinha, na questão da prerrogativa de foro, assinado a urgência, porque eu acho que esse é um assunto que a Casa precisa discutir com profundidade, e apresentei duas emendas substitutivas com modulações diferentes. E anunciei ontem também que iria entregar hoje aqui, ao Presidente Eunício e a V. Exª, um pedido para que a Comissão de Constituição e Justiça e a Consultoria do Senado possam rapidamente levantar todas as situações de foro especial dadas no País.

Nós vamos discutir aqui o fim do foro, o fim da prerrogativa de foro. E é preciso que essa Comissão entenda de tudo do universo que nós estamos tratando. Nós vamos aqui extinguir prerrogativa de foro de entidades ou de pessoas ligadas a Municípios, aos Estados, à União, ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário. Então, há um escopo bastante grande, e a gente vai ter que discutir, efetivamente, para onde vai cada coisa dessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu apresento à Mesa esse pedido de que possa ser feito, rapidamente, um levantamento, pela Consultoria da Casa, determinado pela CCJ, para que nós tenhamos, efetivamente, qual escopo de retirada de prerrogativa de todas as pessoas que estarão no âmbito dessa legislação que vamos fazer. Então, entrego à Mesa para que isso possa ser providenciado e possa embasar a discussão técnica no momento apropriado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Romero.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Se me permite, só para acrescentar. É muito importante o que o Senador Romero Jucá colocou, porque eu já ouvi alguns números. Então, isso vai nos dar o número real. Eu ouvi uma vez 22 mil e já ouvi 38 mil pessoas que seriam contempladas pelo foro privilegiado. Então, já ouvi 22 e já ouvi 38. O Senador diz aqui que há mais. Mas o importante é que vamos ter, realmente, o mapa completo dessa situação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Se a gente pegar só os prefeitos, são mais de 5,6 mil prefeitos; e vice-prefeitos, mais 5 mil. Só aí são 10 mil. Se formos para secretários de Estado, governadores, juízes, promotores e por aí vai, é uma população extensa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É porque, de fato, as constituições estaduais também dispõem sobre a matéria.

A matéria será encaminhada à Secretaria para as providências administrativas necessárias.

Não havendo mais, portanto...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Eu não ouvi o Senador Romero Jucá, mas soube ontem que ele pretendia apresentar um requerimento sobre essa questão do foro privilegiado. Eu creio que é apenas uma tentativa de postergação dessa tramitação, que já é lenta, é um projeto que vem desde 2013. Eu não entendo qual é o objetivo desse requerimento. Não vejo razão para que ele seja encaminhado. Não sei qual é o procedimento, se ele foi colocado em deliberação ou não.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não. É um pedido de informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – É um pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Na verdade, é uma solicitação ao Presidente da Mesa do Senado para identificar o universo das pessoas abrangidas no Brasil pelo foro. Como a matéria, inclusive, é dirigida ao Presidente da Casa, estou passando à Secretaria para as medidas administrativas. Não é um requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Não vejo nenhum problema em que essas informações sejam fornecidas, até porque nós já possuímos. Há um levantamento já sobre quais são as autoridades privilegiadas. Temos aqui, inclusive. Há cerca de 33.387 autoridades no País. Temos autoridades privilegiadas demais neste País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Na verdade, temos esse número de autoridades, mas temos mais de 200 milhões de brasileiros. Portanto, eu creio que todos somos iguais perante a lei.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, só para deixar claro e não tomar como verdade a afirmativa do Senador Alvaro Dias, minha ideia não é postergar de jeito nenhum a discussão, tanto que eu assinei a urgência da discussão. Agora, acho que é muito importante nós termos, efetivamente, o quadro para definir até quem vai julgar quem e como será direcionada a questão do foro. Quer dizer, quem? Juiz vai julgar juiz? Juiz vai julgar desembargador? Juiz vai julgar Ministro do Supremo? Como vai ficar essa situação toda? Quais serão as prerrogativas? Então, eu acho que essa pesquisa não é uma coisa difícil de se fazer, mas quero discutir com profundidade não a tese. É muito fácil levantar uma tese. O problema não é a tese; o problema é a operacionalidade da tese, como vai funcionar na prática, para ver se isso vai facilitar ou vai piorar a investigação.

Portanto, nós vamos discutir com profundidade, e eu preciso dos dados até para que a gente possa realmente fazer uma discussão propositiva em cima do projeto do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente, apenas para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Eu creio que o projeto é claro. Ele é de transparência absoluta. Quer dizer, não haverá autoridade privilegiada. Todos serão tratados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

igualmente, já que somos iguais perante a lei, e especialmente nós, que somos Parlamentares, portanto, responsáveis pela legislação no País.

Se nós conferimos à Nação um modelo de Justiça, devemos também nos submeter a esse modelo que criamos. Não podemos de forma alguma viver esse constrangimento de passar a ideia de que não concordamos com esse modelo. Esse é o modelo que temos e deve ser o modelo de todos nós brasileiros.

Se o Presidente permitir, eu posso ler, até, o número de autoridades, já atendendo o desejo do Senador Romero Jucá:

Presidente da República, 1; Vice-Presidente, 1; Ministros de Estado, 28; Comandantes das Forças Armadas, 3; Chefes de Missões Diplomáticas Permanentes, 138; Governadores, 27; Vice-Governadores, 27; Secretários de Estado, 405; Prefeitos, 5.564 mil; Ministros do STF, 11; Ministros de Tribunais Superiores, 77; Membros do CNJ e CNMP, 8; Juízes, Desembargadores, Tribunais da União, Estaduais e do DF, 16 mil; Membros do Ministério Público, 9 mil; Senadores, 81; Deputados, 513; Deputados Estaduais, 900; Membros das Cortes de Contas Estaduais, 189; Membros do TCU, 9; Total, 33.387 mil autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

A matéria, então, vai passar à Secretaria para as providências.

Senador Magno Malta, antes de encerrarmos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Rapidamente, eu concordo com o Senador Alvaro. Acho que a tese está posta, mas isso aqui é Parlamento, e existe o Regimento de que se pode fazer uso dele. E não tem nada de ilegítimo no que está fazendo o Senador Romero, até porque ele está dentro do direito dele, é Parlamentar, nós temos Regimento.

Agora, penso, que o que o que está posto é a tese, e há um anseio na sociedade brasileira. Penso que, em crime comum – crime comum –, já passou da hora de que qualquer cidadão investido, que tenha se tornado autoridade pela via do concurso público ou pelo concurso do voto, responder como qualquer cidadão comum que não esteja investido de autoridade pela via do concurso, pela via do anel, ou da faculdade, ou pelo concurso do voto, do sufrágio popular. Então, penso também que nós não podemos protelar.

E dizia ontem o Ministro Herman Benjamin, com a outra Ministra, que queria protelar, protelar e protelar mais o julgamento da chapa Dilma-Temer: "Agora, nós vamos convocar Adão e Eva para depois ouvirmos a serpente". Nós não podemos também fazer isso aqui, convocar Adão e Eva para depois ouvir a serpente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação ao julgamento da chapa Dilma-Temer, eu sei o dia exato em que isso vai encerrar – só eu que sei dessa informação – e vou passar para vocês agora: "Só quando o morcego doar sangue e o Saci cruzar as pernas". Nesse dia é que vai acabar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Magno, muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas encerro, dizendo que, em relação à tese do Senador Alvaro, sou a favor plenamente do fim do foro privilegiado. O Senador Romero usa do artifício do Regimento, porque o Regimento existe para ser usado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A matéria...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – E ele sabe usar.

É dentro da matéria, Sr. Presidente. É porque...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A matéria não está em deliberação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Não, não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – V. Exª pode concluir, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas eles também falaram, sem a matéria estar em deliberação. Então, eu também faço coro, porque gosto de acompanhar os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Faz muito bem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Para eles não ficarem sozinhos.

De maneira que, posta a tese, há uma expectativa na sociedade. Os tempos mudaram. É o advento da internet. As pessoas acordaram, o País é outro. O povo está ávido com essa história de lista. O que é a lista fechada na reforma política? É uma caixa para esconder a cara suja de quem não quer mostrar a cara.

Então, o povo acordou, Senador Presidente. O povo acordou. Não tem mais como fazê-lo dormir.

Nós vamos ficar velho, e a internet é sempre uma moça nova. Vai ser sempre uma criança; a cada dia, ela se renova. E a sociedade sabe, a sociedade tem lista de transmissão, a sociedade tem WhatsApp, a sociedade tem Twitter. Eles têm Instagram.

A sociedade acordou, e algumas coisas que ficaram embarreiradas ao longo do tempo e que trouxeram benefícios a pessoas que cometem crimes na vida pública não há como mais segurar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De maneira que penso: é plausível saber quantos são? É plausível. Saber quem vai julgar quem, essa também é uma coisa que se precisa responder. Quem cometeu crime, quem é que vai julgar quem?

Então, a tese como está posta é uma tese que tem uma linha: todos somos iguais perante a lei. V. Exª é professor de Direito Constitucional. É o art. 15, não é, Professor?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É o 5º da Constituição.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – É o 5º da Constituição.

Quinto e cinco. Alguns têm medo disso, porque estão com medo de ir para os quintos com esse negócio de acabar o foro, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu que agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Lúcia Vânia e Pedro Chaves**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Simone Tebet, Hélio José, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Thieres Pinto, Vicentinho Alves e Fernando Collor. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira, João Alberto Souza, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz, José Medeiros, Ciro Nogueira, Lídice da Mata e Eduardo Lopes. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para o biênio 2017/2018. **Resultado:** Eleitos por aclamação a Senadora Lúcia Vânia, Presidente, e o Senador Pedro Chaves, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, convidados, o nosso bom-dia.

Neste momento, vamos realizar a 1ª Reunião, Extraordinária, destinada à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para o biênio 2017/2018.

Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião.

Vamos então verificar os objetivos maiores. Faremos a eleição, como dissemos, do Presidente e do Vice-Presidente.

Tendo em vista a indicação de chapa composta pela Senadora Lúcia Vânia, para a Presidência, e pelo Senador Pedro Chaves, para a Vice-Presidência, e tendo sido esta a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação.

Então, as Senadoras e os Senadores que concordam com a proposta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. (*Palmas.*)

Consulto o Plenário sobre a aprovação da chapa registrada... Já falamos isso.

Declaro eleitos, como Presidente, a Senadora Lúcia Vânia e, como Vice-Presidente, o Senador Pedro Chaves.

Por favor, Senadora Lúcia Vânia, venha aqui para me substituir. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Vice-Presidente; senhores membros da Comissão; Sr. Líder do meu Partido, Senador Fernando Bezerra, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentá-los e de agradecer os votos que foram a mim conferidos nesta abertura dos trabalhos da Comissão de Educação.

Quero dizer da nossa alegria de poder presidir uma Comissão desta importância, ao lado de um grande Senador, especialista em educação, o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Também quero aqui mencionar a honra de ter como membro desta Comissão o Senador Cristovam Buarque, que é o nosso maior referencial na área de educação. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero dizer aos Srs. Senadores que a confiança em mim depositada neste momento é, sem dúvida alguma, uma confiança que demanda de minha parte um esforço enorme para conduzir uma Comissão de tamanha importância.

Quero, nesta oportunidade, cumprimentar todos os técnicos do Ministério da Educação e todos os educadores que acompanham esta solenidade e dizer que o nosso trabalho aqui vai ser um trabalho colegiado, um trabalho em que vamos captar o desejo e a experiência de cada membro desta Comissão. Vamos trabalhar naquilo que o Ministério da Educação propõe, mas vamos também fazer propostas importantes, criar alternativas a programas e projetos importantes para a área de educação.

Atualmente, temos de evidenciar aqui a importância do Ministério da Educação na atual gestão do Ministro Mendonça, que tem feito com que a educação chegue aos Municípios com sua presença e com a dos técnicos do Ministério, mostrando a necessidade de chamar os prefeitos como parceiros deste grande desafio, que, talvez, seja o maior de todos, que é do gosto especial do Senador Cristovam, que é o de buscar o Plano de Ações Articuladas, em que o Ministério tenta ou procura articular todas as ações que visam o grande desafio de melhorar a qualidade do ensino no País.

Este plano visa o aperfeiçoamento dos profissionais da educação; ele também fala dos gestores em educação; articula com as práticas pedagógicas mais modernas e inovadoras, e, por fim, trata também da infraestrutura das escolas.

Então, é um plano ambicioso, que sem dúvida nenhuma, na minha visão, é o grande desafio deste momento.

Vamos também revisitar alguns programas importantes, como o Fies, o Fundeb. Vamos também apoiar e sugerir aperfeiçoamento no Ideb, que é uma proposta do Ministério de ampliar o seu âmbito de ação. Vamos também acompanhar a retomada da construção de creches, visando a consolidação da educação infantil. Por fim, vamos também aprimorar, fiscalizar e acompanhar o repasse de recurso direto na escola, que é um programa que visa desburocratizar a educação.

Então, a nossa pauta é enorme. Quero aqui dizer que é o primeiro ano que vamos acompanhar e fiscalizar o Orçamento, que visa um limite do teto de gastos, e o nosso pensamento é trazer o projeto orçamentário da educação para debatê-lo profundamente aqui, nesta Casa, para que a gente possa realmente mostrar à sociedade brasileira que o orçamento da educação foi preservado por esta Comissão.

Esse vai ser o nosso grande desafio. Acredito que os senhores concordarão comigo, porque é o primeiro momento em que vamos fazer essa análise aqui, com a limitação dos gastos no Orçamento da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, encerro as minhas palavras, agradecendo a presença de todos e dizendo que me honra muito presidir uma Comissão que tem Senadores do mais alto gabarito, especialistas em diversas áreas, que irão colaborar, para que tenhamos realmente uma gestão profícua.

Tenho certeza de que o meu Vice-Presidente, que é um especialista na área, vai estar aqui ao meu lado, respaldando-me e acompanhando toda essa gestão.

Vamos fazer uma gestão compartilhada, para que a gente possa fazer o melhor possível. Portanto, antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, passarei ao nosso Vice-Presidente desta Comissão.

Agradeço a todos e, mais uma vez, cumprimento a todos e quero externar a minha satisfação com esta votação unânime que foi dada pelos meus pares. (*Palmas.*)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado.

Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, mais uma vez, o nosso bom-dia e o meu agradecimento a todos os Senadores por este honroso cargo que assumo hoje.

Assumo o compromisso formal com todos. Envidarei todos os esforços para me doar, com toda experiência que tenho, não só como professor como também como reitor, durante muitos anos, o que poderá estar sempre a serviço do Senado, a serviço do Ministério da Educação e da educação brasileira como um todo.

Sei que temos uma tarefa grande pela frente, e a nossa preocupação deve ser desde a educação infantil até o ensino de doutorado. Acho que a gente precisa avançar em todos os níveis, não aceitando que o aluno fique apenas no ensino fundamental. É necessário que ele avance cada mais. Isso é importante, mas é óbvio que devemos começar das séries iniciais. Só vamos poder mudar a sociedade brasileira mudando as crianças, porque elas é que realmente trazem a notícia boa para os pais.

Como experiente na escola de ensino básico, eu sempre notava que, quando havia uma mudança de postura ou quando a gente orientava as crianças nas salas de aula, elas orientavam os pais sobre como deveriam agir. Vou dar um exemplo: na época do apagão, orientávamos as crianças para que mantivessem as luzes apagadas, e o mínimo acesas para aquilo que fosse necessário. Em casa, eles realmente determinavam e orientavam os pais nesse sentido. O que acontecia era que os pais, às vezes, reclamavam, dizendo: "Poxa, minha casa está vivendo na escuridão. Meu filho não deixa eu acender as luzes", mas era uma forma de economizar energia.

Depois, o problema de sinal vermelho. Orientávamos as crianças para que não passassem no sinal vermelho. O pai queria passar em sinal vermelho, a criança não deixava, dizendo: "A minha professora falou que temos que passar no sinal verde". Cigarro: a queda do consumo de cigarros foi devido a isso. Orientamos na escola do infantil, do fundamental, que a pessoa não pode fumar, então caiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

verticalmente o número de fumantes. Acho que é através da educação das crianças que podemos educar os adultos.

Era isso o que eu queria dizer, e a gente precisa levar essa mensagem para todos e envidar esforços nesse sentido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O respeito à faixa de pedestres aqui, em Brasília, foram as crianças que forçaram os pais.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É muito importante: educando as crianças, estamos educando os adultos.

Muito obrigado. Era isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Antes de passar a palavra aos Senadores, eu gostaria de convidá-los...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ...para a próxima reunião, terça-feira, às 11h.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente, eu não poderia deixar de me pronunciar neste momento, primeiro, pela trajetória da Senadora Lúcia Vânia, reconhecida e respeitada não só na política do nosso Estado de Goiás. S.Exª tem uma trajetória de vários anos na Câmara dos Deputados e agora, no Senado Federal, também, com dois mandatos. A sua experiência não só na parte orçamentária, mas também em toda a área de infraestrutura e na área da educação sempre foi um realce. Tenho a convicção absoluta de que a Senadora Lúcia Vânia saberá exatamente, com total sintonia com aquilo que é a vontade e o sentimento da população, juntamente com o Senador Pedro Chaves, aqui, na Comissão de Educação, fazer um avanço real.

Tive oportunidade também de ler o relatório do Senador Pedro Chaves em relação à reforma do ensino médio, mostrando a sua competência e a sua capacidade. E a Senadora Lúcia Vânia, com o preparo que tem, na discussão orçamentária, vai mostrar ao Brasil todo que aquilo com que eles ameaçavam, dizendo que o teto de gastos iria restringir verbas na educação... Vamos ver, como colocou muito bem o Senador Cristovam, como será a posição de cada Senador aqui, na hora de votar suas prioridades.

Com isso, minha conterrânea Lúcia Vânia, é um orgulho enorme tê-la na Presidência desta Comissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tenho a certeza absoluta de que tudo o que você pega você leva adiante com muita capacidade. Por isso, o reconhecimento como política no meu Estado de Goiás, durante anos e anos a fio, sendo eleita por voto de opinião, independentemente de qualquer máquina de governo.

Meus parabéns e meus cumprimentos a todos!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada. Senador Ronaldo Caiado, principalmente meus agradecimentos pelas gentis palavras. Eu acho que V. Exª foi extremamente generoso em relação a mim.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Rapidamente, Senador Lúcia Vânia, até porque eu acredito que a educação no Brasil não comporta mais discursos; é tempo de ação.

Esta Casa se engrandece e dá um exemplo de que quer ser atuante nessa temática ao colocar V. Exª na Presidência da Comissão de Educação, pela competência, pela capacidade e pela seriedade.

V. Exª está ao lado de um sul-mato-grossense que dedicou a sua vida à educação, e não só à educação de ensino superior. Ele fala que é reitor, mas a família dele foi responsável por educar grande parte das nossas crianças, hoje adultos campo-grandenses, na antiga escola primária – hoje de ensino fundamental I e do ensino fundamental II –, a Mace.

Então, é um prazer muito grande e tenho certeza de que esta Comissão vai dar a sua contribuição para que possamos avançar.

Nós temos, pelo menos, duas décadas de gerações perdidas. Eu diria que temos três gerações que nós perdemos. Elas se perderam, essas gerações se perderam e nós perdemos; o Brasil perdeu essas gerações de jovens, hoje adultos, em função da péssima qualidade do ensino, do descaso. E é preciso que nós, realmente, façamos aqui um exame de consciência e assumamos a nossa parcela de responsabilidade pelo descaso com a educação.

Tenho certeza de que esta Comissão se engrandece e vai dar a sua parcela de contribuição para ajudar o Brasil neste momento tão difícil.

Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada, Senadora Simone Tebet. Estendo também os agradecimentos do Senador Pedro Chaves que está aqui ao meu lado, seu conterrâneo.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora, apenas para dizer que esse é um voto que dei com muita satisfação, principalmente por, pela sua história, inclusive no Peti, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou a campanha para que as crianças deste País não trabalhassem e sim estudassem, a senhora foi a grande defensora e promotora daquele programa.

Por tudo isso, eu creio que nós estaremos sob uma ótima Presidência.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Cristovam e quero lhe dizer, Senador, que V. Exª será um grande mentor desta gestão.

Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente.

Igualmente para parabenizar V. Exª e o Senador Pedro Chaves. Estaremos aqui para trabalhar sob o seu comando em prol da educação brasileira.

Meus parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Muito obrigada, Senador Anastasia.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Senadora Lúcia Vânia, eu quero parabenizá-la também, como todos aqui já o fizeram e estão fazendo, primeiramente pela sua competência e pela sua dedicação. V. Exª é uma Senadora que sempre procurou, através da sua articulação também, ser uma grande líder aqui, neste Congresso Nacional. E, agora, com certeza, tem a responsabilidade de dirigir uma das Comissões mais importantes da Casa, pois trata exatamente daquilo que representa o futuro de qualquer nação.

Então, quero parabenizá-la e também, como Líder do Bloco Moderador, parabenizar o Senador Collor, que aqui está, eleito que foi, agora há pouco também, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, para muita honra do nosso Bloco.

E eu quero também aqui compartilhar por ter nos indicado também o Senador Pedro Chaves para ser o Vice-Presidente desta Comissão. V. Exª não poderia contar com alguém com tanta competência ou mais competência que o Senador Pedro Chaves. Eu fui, inclusive, aluno da escola em que o Senador Pedro Chaves foi fundador, lá no Mato Grosso, a escola Moderna Associação Campograndense de Ensino, e depois ele também foi o criador de uma grande universidade no Mato Grosso do Sul, sendo reitor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu tenho certeza de que a sua experiência nessa área, além de ser um grande ser humano também, vai ajudá-la a fazer aquilo que todo o Brasil espera: transformações, a evolução que precisamos fazer na nossa educação. E ouvi agora há pouco seu pronunciamento sobre a reforma do ensino básico. Enfim, são muitos desafios. Aqui está o Senador Cristovam, que é sempre uma referência nessa área.

Eu quero aqui concluir fazendo até um pedido em nome do meu Estado e principalmente da minha cidade, Rondonópolis, Mato Grosso. Nós temos lá um *campus* da Universidade Federal, que é um *campus* bastante antigo, quase 30 anos. A Presidente Dilma, no ano passado, assinou o projeto de criação da Universidade Federal da Região Sul de Mato Grosso. Esse projeto já está tramitando na Câmara dos Deputados, já teve o parecer favorável em todas as comissões, está na última comissão. Eu acredito que neste ano esse projeto chegue aqui. Eu já quero pedir o apoiamento da Presidente da Comissão de Educação do Senado, bem como do Vice-Presidente, inclusive numa audiência pública, que quero promover depois lá no meu Estado, para que a gente possa discutir a criação de uma universidade, não apenas a criação de uma nova universidade. Inclusive a Secretaria da Fazenda, do Tesouro Nacional, já deu parecer favorável pelo impacto que é relativamente baixo. E o que nós queremos – já discuti isso com o Senador Cristovam – é exatamente criar uma universidade moderna, que venha principalmente participar do desenvolvimento daquela região – a região sul de Mato Grosso tem muito a ver também com o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul – para que a gente possa fazer dela uma universidade transformadora da economia, já que esta região já está toda aberta, uma região de alta produção, com alta produtividade, mas precisamos exatamente agregar valores, porque exportar produto *in natura* não é o melhor negócio para o Brasil.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Wellington.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Presidente Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – E quero dizer, Senador Wellington, da minha satisfação de V. Exª ter tido a sensibilidade de me dar um Vice com tamanho prestígio e com tamanha experiência. Obrigada pela indicação.

Pode ter certeza de que o pleito de V. Exª será visto com o maior carinho.

Com a palavra o Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Presidente Lúcia Vânia, eu fiz questão de vir aqui à eleição e à posse de V. Exª, eu e o Senador Ronaldo Caiado, que, além de conterrâneo, é Líder do nosso Partido, e eu sou Líder do Bloco de Oposição, para prestar um testemunho. V. Exª sabe que o Ministro da Educação, Deputado Mendonça Filho, pertence aos quadros do nosso Partido. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

razões óbvias, a Comissão de Educação é uma Comissão que diz respeito, em grande medida, à ação do Governo Temer na pasta da educação exercida por um correligionário nosso.

Por essa razão, o nosso Partido tinha interesse na Presidência da Comissão de Educação. Quando tomei conhecimento, pelo Líder Fernando Bezerra Coelho, de que o nome do indicado do PSB era V. Exª, eu deletei o assunto, conversei com o Ministro e disse: "Estaremos muito bem servidos de presidente. É uma mulher operosa, equilibrada, sensata e que só tem a contribuir."

Era esse o testemunho que eu precisava prestar na oportunidade em que V. Exª é eleita e assume a Presidência da Comissão de Educação.

Quero dizer a V. Exª que nós seremos, tanto o Ronaldo Caiado como eu, interlocutores permanentes e positivos da ação da Comissão junto ao Ministério da Educação.

Muito boa sorte a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço, Senador Agripino, e quero dizer que a experiência de V. Exª aqui, nesta Casa, e a interlocução que V. Exª e o Senador Ronaldo Caiado têm com o Ministério da Educação muito fortalecerá os nossos pleitos e as nossas demandas, as alternativas criadas aqui nos debates. Portanto, eu fico muito lisonjeada com a presença de V. Exª aqui.

Encerrado?

Não havendo nada mais a tratar – não sei se o nosso Vice...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e seis minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Raimundo Lira, Hélio José, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz, Humberto Costa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Thieres Pinto e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa, Ricardo Ferraço, Cristovam Buarque, Pedro Chaves e Eduardo Lopes. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** - Divulgação do diagnóstico processual; - Definição do plano de trabalho da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para 2017; - Deliberação sobre metodologia e ritos a serem adotados no biênio; - Recebimento de sugestões dos membros sobre assuntos diversos. **Resultado:** Divulgado o diagnóstico processual, apresentada proposta de plano de trabalho da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para 2017 e aprovada a Decisão nº 01-CE, que dispõe sobre o rito para a escolha de autoridades da Agência Nacional do Cinema - ANCINE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Texto com revisão

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que esta reunião se destina à divulgação do diagnóstico processual, definição do plano de trabalho da Comissão para 2017, deliberação sobre a metodologia e ritos a serem adotados no biênio e recebimentos se sugestões dos membros sobre assuntos diversos.

Conforme deliberação unânime dos membros deste Colegiado e em consonância com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, na primeira decisão, a Decisão nº 1 da Comissão de Educação – eu gostaria que o Senador Anastasia e a Senadora Maria do Carmo opinassem sobre essa decisão –, fica aprovado o seguinte rito pormenorizado para a escolha de autoridades da Agência Nacional de Cinema, Ancine:

I – Recebida na Comissão a mensagem do Presidente da República, após leitura no plenário do Senado Federal, o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte designará Relator para a matéria, nos termos do art. 89, Inciso III, do Regimento Interno.

II – O Relator apresentará à Comissão relatório sobre a pertinência e adequação dos documentos apresentados pelo indicado nos autos às exigências do art. 383, Inciso I, alíneas "a", "b" e "c", do Regimento Interno, e expedirá recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais, de modo a atendê-las integralmente.

III – O Presidente da Comissão divulgará, com antecedência mínima de dois dias úteis, a pauta da reunião, na qual o Relator procederá à leitura do relatório, ocasião em que será concedia automaticamente vista coletiva aos membros da Comissão e divulgado o seu teor por meio do Portal do Senado Federal.

IV – O Relator examinará, com vista ao seu aproveitamento, informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas pela sociedade por meio do Portal do Senado Federal, inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública em face das indagações e informações recebidas.

V – O Relator poderá discutir com os membros da Comissão o conteúdo das questões que serão formuladas ao indicado.

VI – A Comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado não inferior a 5 (cinco) dias úteis, a contar da leitura do relatório, ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado.

VIII – Para inquirição de candidato, cada Senador interpelante disporá de 10 (dez) minutos, assegurado igual prazo para resposta, imediata, do interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por 5 (cinco) minutos.

IX – O relatório será votado, abrindo-se a votação apenas após o final da fase de inquirição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

X - Além da arguição do candidato e do disposto no art. 93, a Comissão poderá realizar investigações e requisitar, da autoridade competente, informações complementares.

XI – O relatório deverá conter dados sobre o candidato, passando a constituir parecer com o resultado da votação, aprovando ou rejeitando o nome indicado.

O item 12 é o item que se diferencia um pouco dos demais atos das outras Comissões.

XII – A reunião será pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto, vedadas declaração ou justificação de voto, exceto com referência ao aspecto legal.

E, aqui, eu acrescento que não abriremos a votação enquanto o sabatinado estiver expondo o seu currículo e sendo arguido pelos Parlamentares.

Eu gostaria de saber se os Srs. Senadores querem fazer alguma sugestão ou se aprovam como está.

Está o.k? Concordam com a ideia de que a gente não abra a votação enquanto o sabatinado estiver sendo inquirido?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Sr. Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Cumprimento V. Exª e a equipe, sempre muito eficiente, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, pela proposta, que tem o meu apoio, aplauso e endosso.

O que eu observo, todavia, na prática, nesses dois anos que estou aqui no Senado, é uma certa aflição dos nossos pares, durante as reuniões das Comissões, inclusive da CCJ, da qual sou membro também, em fazer essas votações, em razão de outros compromissos. Mas eu, pessoalmente, sempre fiquei até o final, no caso das sabatinas na CCJ, e não vejo nenhuma dificuldade, até porque, em tese, de fato, o correto é que aguardemos a conclusão da sabatina e dos questionamentos para averiguarmos, então, no caso concreto, se o Senador vota "sim" ou "não".

Então, não vejo nenhum óbice. Embora acredite que V. Exª terá dificuldades na aplicação dessa decisão no dia a dia, tem o meu apoio total.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Anastasia.

Vamos passar ao segundo item da pauta, que seria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Ah, sim.

Vamos colocar a proposta em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a Decisão nº 1 da Comissão de Educação.

Senador Anastasia e Senadora Maria do Carmo, eu estava pensando em modificar o horário das reuniões da Comissão. Eu acho que às 11 horas da terça-feira é um horário complicado, pois ele coincide com o da Comissão de Assuntos Econômicos e, em geral, com a reunião de Líderes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Como nós temos, nesta Comissão, cerca de 23 Parlamentares que são membros da Comissão de Assuntos Econômicos, eu estava pensando – e queria saber a posição de V. Exªs – em passar a reunião desta Comissão para às 9 horas das terças-feiras. (*Pausa.*)

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A princípio, não tenho nada a opor. Muitas vezes, no meu caso em especial, como eu venho de Belo Horizonte na terça-feira, posso ficar um pouco preso por uma questão do horário do voo, que sai de lá por volta das 8 horas. Mas acredito que V. Exª tenha toda condição de, ouvindo os pares, mudar o horário, porque, de fato, essa coincidência... Sendo 9 horas aqui, como a outra é às 10 horas, então também haveria, eventualmente, uma sombra de interseção de horários.

Mas a decisão que V. Exª tomar terá o meu aplauso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada.

Senadora Maria do Carmo, V. Exª concorda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Está bem.

Encontra-se sobre a mesa de cada um dos Srs. Parlamentares um balanço de todas as matérias que estão tramitando na Casa. Eu gostaria que os senhores tomassem conhecimento dessas matérias e que as analisassem, a fim de saber se algum dos senhores deseja a relatoria respectiva. E, se assim o for, eu pediria que fizessem a solicitação à Comissão por meio de ofício, para que não tenhamos dificuldade...

Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Nessa síntese da composição da Comissão, nós temos aí 27 titulares e 27 suplentes.

Os partidos estão representados aqui. Alguns blocos ainda não indicaram todos os seus membros. O quórum para abertura dos trabalhos da Comissão é de seis Senadores. O quórum para votação simbólica é de 14 Senadores presentes no painel. O quórum para votação nominal é de 14 Senadores presentes em plenário, ao mesmo tempo para votação eletrônica nominal.

O quórum para realização de audiências públicas. Serão observados horário e data ordinários definidos para reuniões deliberativas, no Regimento Interno, quais sejam às terças-feiras, às 11 horas da manhã, que é o atual horário da Comissão.

Senadora Lídice e Senador Hélio José chegaram agora. Eu estou consultando os Srs. Senadores sobre se gostariam de passar o horário desta Comissão para às 9 horas, uma vez que às 11 horas nós temos reunião de Líderes e coincide com a Comissão de Assuntos Econômicos. Então, o quórum aqui se torna muito difícil nesse horário das 11 horas.

Eu queria saber de cada um o que acha.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Senadora Lúcia Vânia, a Comissão de Infraestrutura, que se reunia geralmente nas quartas-feiras, a partir de 8h30 da manhã, mudou o horário para às terças-feiras, às 9 horas da manhã. O que transcorre? Se nós temos Comissão de Infraestrutura, da qual muitos membros são também membros desta dileta Comissão, e muitos membros da CAE também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

são membros desta Comissão, a sugestão que eu coloco para avaliarmos, para que a senhora, nossa Presidente, avalie, é se seria possível que o horário que pertencia à Comissão de Infraestrutura, no qual geralmente havia quórum e tínhamos condições de funcionar bem, que era às 8h30... Mesmo que não seja às 8h30, mas seja às 9h... Eu não sei como haveria possibilidade... Se o nosso grupo da Comissão de Educação avaliasse, talvez fosse um horário muito bom, porque seria um horário rotineiro de reunião da CI.

Eu não tive oportunidade de participar da reunião da CI que mudou o horário, porque eu iria propor a continuidade das quartas-feiras, às 8h30 da manhã, em que sempre havia quórum. Então, mudou para terça-feira, às 9h. Se nós mudarmos também a nossa Comissão de Educação para esse horário, teremos uma concorrência e muitos colegas nossos não poderão participar.

A senhora coloca também a reunião de Líderes, sobre a qual a senhora tem total razão. Às 11 horas da manhã da terça é muito difícil para nós todos. E a CAE é às 10 horas, se não me engano. É às 10 horas, não é? Então, fica essa sugestão para V. Exª avaliar, analisar, pois tem esse horário que era da Comissão de Infraestrutura e estaria bastante bem disponível.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Srª Presidente, queria me associar às palavras do Senador, porque algumas Comissões realmente têm uma relevância muito grande, e a de Educação tem uma relevância muito grande nos trabalhos da Casa. Mas, infelizmente, a Comissão de Infraestrutura está marcada para às 9 horas. E eu vejo aqui que diversos Senadores que fazem parte desta Comissão também são da Comissão de Infraestrutura. Então, eu me associo à possibilidade de termos isso nas quartas-feiras às 8h30, ou 9 horas, a depender do desejo da maioria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O.k. Obrigada, Senador Roberto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, eu não sou da Comissão de Infraestrutura. Então, ficaria numa situação delicada, porque outros companheiros são. Mas sou da Comissão de Assuntos Econômicos e em geral há muitos Senadores que participam desta Comissão e da Comissão de Assuntos Econômicos. A minha única preocupação é que a gente fique no mesmo horário. Se não ficar no mesmo horário, eu sou favorável. Como a senhora já disse, a de Assuntos Econômicos é às 10h, eu acabei de vir. Por isso cheguei um pouco atrasada aqui, porque o primeiro ponto de pauta na Comissão de Assuntos Econômicos hoje era o empréstimo do Banco Mundial para viabilizar o Prodetur na cidade de Salvador, capital do meu Estado. Eu não podia estar ausente, tinha que participar daquela discussão e votação. Mas acho que o horário que for mais conveniente para o conjunto... Não vai haver horário que dê para todo mundo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – É verdade.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agora, às 11h temos duas dificuldades: temos a dificuldades do Colégio de Líderes, que é um momento importante da Casa, e também a Comissão de Assuntos Econômicos, que, ao desenvolver a sua falta, geralmente uma pauta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

longa, pode também nos atingir no quórum. Mas V. Exª, para mim, tem toda a possibilidade de definir o melhor horário para nosso funcionamento.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Primeiramente, quero parabenizar a Senadora Lúcia Vânia por estar à frente desta Comissão. Eu também tenho essa dificuldade porque estou na CAE. Então, não é fácil. Mas V. Exª, com certeza, vai saber conduzir da melhor forma. Estou aberto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Então eu vou consultar por escrito, porque aí a gente faz uma média, não é? Acho que é o melhor.

Eu pediria aos senhores para acompanharem. Na mesa de cada um há um relatoriozinho do que nós temos aqui na Comissão. Todos têm aí as matérias que estão em tramitação na Casa. Essas matérias em tramitação estão nesse caderno que está aí na mesa. Eu gostaria que aqueles Senadores que se interessassem pela relatoria fizessem a solicitação por escrito. Se algum Senador estiver com algum projeto da educação e quiser continuar relatando esse projeto, ele também pode solicitar, não há nenhum interesse em tirar a relatoria de quem já está com ela.

Então, os senhores têm aí as matérias e o quórum que nós precisamos ter para deliberação. É melhor por escrito para que não haja nenhuma dificuldade. É claro que nós temos que fazer o equilíbrio dessa relatoria por partidos. Então eu recebo a solicitação e vamos fazer um balanço, de forma que nenhum partido fique em minoria em relação ao outro.

Outra coisa, aqui está a relação do número de projetos que estão aguardando designação de Relator, são 83 projetos. Quanto a esses aí, eu gostaria que os senhores solicitassem o interesse na relatoria.

Quanto às matérias com relatoria já distribuída para os Senadores, nós temos 40. Então, àqueles Senadores que não se interessarem em continuar com a relatoria eu pediria que devolvessem os projetos, para que a gente pudesse dar prosseguimento ao trabalho.

Há dois projetos aguardando o recebimento de emendas. Prontos para a pauta na Comissão são 58, faltando apenas a designação. Aliás, já estão designados 58, mas a gente tem de fazer uma revisão, porque alguns membros não continuam na Comissão.

Quanto às audiências públicas, eu gostaria de ouvir os senhores. O que a gente pensa em fazer durante o ano?

Senador Hélio José e Senadora Lídice, preciso de uma sugestão dos senhores sobre as audiências públicas.

Como é uma Comissão em que há um volume muito grande de projetos, não podemos fazer centenas de audiências públicas. Então, eu gostaria de sugerir o seguinte: aquelas audiências públicas que fossem destinadas a instrumentalizar processos não teriam número limitado, ou seja, todas aquelas que fossem destinadas a instrumentalizar, a esclarecer os projetos seriam realizadas, mas não no dia da Comissão; elas seriam feitas no dia posterior ou em dia que seria acertado com os senhores. Agora, quanto às audiências públicas que tratariam de temas da educação, de estratégia, de Plano Nacional de Desenvolvimento, acredito que a gente poderia selecionar dez audiências públicas temáticas para discutir a educação, e os demais projetos seriam discutidos nas audiências públicas que seriam objeto de instrução dos processos. Eu gostaria que cada um pudesse opinar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É claro que não será uma coisa muito rígida, mas isso serve apenas para estabelecermos uma estratégia, para não ficar todo dia aquela quantidade enorme de requerimentos, para esses requerimentos não ficarem defasados, sem que discutamos a educação na sua essência. Então, se tivermos uma estratégia de onde vamos começar, para vermos aonde queremos chegar com a audiência pública, nós poderemos estabelecer um número de audiências que venha a contemplar essa estratégia.

Com a palavra a Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lúcia Vânia, quero cumprimentá-la, desejar-lhe boa sorte e dizer a V. Exª que, a despeito de, por indicação do meu Partido, estar assumindo a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, continuo como titular desta Comissão. Não largo a educação de maneira alguma, porque tenho toda uma história de vida e uma trajetória voltadas à luta em defesa da escola pública, à luta em defesa da educação.

Também quero dizer a V. Exª, desde já, que espero que, na Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional – deverei contar também com a presença da Senadora Lídice –, possamos fazer boas parcerias, até porque não há como pensar as políticas nacionais de desenvolvimento regional sem dar a prioridade que a educação requer, pois a educação é um tema estruturante para qualquer projeto de desenvolvimento, seja local, seja regional, seja nacional.

Então, seguramente, repito, vamos realizar boas parcerias.

Quero saudar os demais Parlamentares colegas da nossa Comissão, inclusive os que permanecem, como os Senadores Anastasia, Hélio José, Roberto, Lídice e tantos outros.

Por fim, opinando diretamente com relação às sugestões que V. Exª acaba de fazer, primeiro, concordo, no que diz respeito aos projetos de lei ou aos projetos de emenda à Constituição em tramitação aqui no nosso Colegiado, que possam ter toda prioridade no sentido de naquilo que for necessário haver audiências públicas ou qualquer outra atividade que possa instrumentalizar, fundamentar o trabalho nosso aqui, como Relatores e Relatoras e, inclusive, como membros da Comissão.

Segundo, em relação à questão das audiências públicas, não. Gostaria de ponderar com a senhora que nós não tivéssemos essa limitação, dado exatamente o quanto é importante o debate programático, e as audiências públicas têm muito esse caráter. Claro que elas têm o caráter também de processo mobilizatório, o que é bom para a democracia, o que é bom para a luta em defesa da educação.

Além do mais, Senadora Vânia, é importante a gente levar em consideração que nós estamos no Parlamento, e a essência do Parlamento é o debate. A essência do Parlamento é a discussão, inclusive garantir, como temos feito até hoje – e como V. Exª fará, até porque conheço a tradição democrática de V. Exª –, o debate mais plural possível, para garantir aqui que todos tenham voz e defendam suas teses e suas ideias.

E ainda vivemos um momento muito desafiador. V. Exª sabe disso, até pela situação que o País vive. Há muitas medidas que foram tomadas com relação à educação que dividiram este Parlamento. V. Exª sabe disso. Medidas foram aprovadas, mas foram aprovadas com muita resistência e com muito descontentamento até hoje, como a reforma do ensino médio e várias outras iniciativas. É o Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Nacional de Educação que está ameaçado neste exato momento, várias iniciativas importantes de promover a educação brasileira.

Então, Senadora, o nosso intuito aqui é de colaborar. Apenas faço esse apelo: uma coisa é ordenar os trabalhos, e concordo com V. Exª; agora, penso que não cabe ao Parlamento, de maneira nenhuma, tomar esta decisão de limitar o número de audiências públicas. Minha ponderação, meu apelo é para que, ao contrário de limitar, a senhora possa, com sua assessoria, organizar como distribuir isso melhor, de forma que a gente garanta o máximo de debate aqui na nossa Comissão, pela relevância do tema da educação, mas também da cultura e do esporte.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço a Senadora Fátima Bezerra. (*Fora do microfone.*)

A presença de V. Exª aqui é muito importante. V. Exª tem toda uma experiência de vida nesta área e uma dedicação que nenhum de nós sabemos ou de que duvidamos.

O que quis dizer... Eu não quis limitar o debate. Estou dizendo que a gente poderia organizar as audiências públicas dentro de uma estratégia com começo, meio e fim.

O que não se pode é... Como vamos ter um número infinito de audiências públicas para instruir processos e, depois, teremos uma discussão sobre educação, acredito que a discussão só terá ritmo se nós tivermos uma estratégia de aonde queremos chegar, o que queremos debater. E acredito que dez audiências públicas não seria pouco. Acho que uma estratégia caberia perfeitamente. Agora, se esse não for o entendimento da Comissão, está livre, mas vai acontecer o que tem acontecido em todas as Comissões: há centenas de requerimentos para audiências públicas, elas não se realizam, não há estratégia, e a gente não sabe o produto dessas audiências públicas. Então, o que eu sugeri é ordenar isso. Como já fui Presidente de várias Comissões em que nós trabalhamos assim e, após essa estratégia, tivemos uma publicação do produto dessa discussão, seria mais fácil ordenar, tendo uma estratégia, sabendo aonde queremos chegar com a discussão. Mas, se a Comissão entender que temos de deixar livre, não tenho objeção nenhuma. Essa é apenas uma forma de organizar o debate.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não, Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria de colaborar neste debate.

Primeiro, gostaria de cumprimentá-la pela tentativa de manter, proporcionalmente, a participação das Bancadas nas relatorias. Acho isso importante, pois contempla todo mundo, com os Partidos todos ficando devidamente representados. Acho que essa é uma atitude muito louvável de V. Exª, que tem a prerrogativa de definir, evidentemente, as relatorias.

É prerrogativa de V. Exª também marcar as datas, mas a senhora abre aqui esta discussão. Eu volto a reafirmar que quarta-feira, no horário do início da manhã, seria um horário extraordinário, se assim a maioria entender e se V. Exª, que tem a prerrogativa de definir, achar devido. A gente poderia, de repente, mantendo aquele horário de 8h30, talvez a CDR indo para as 9h30... Às 11h sabemos que tem a CCJ, às 10h30, 11h, na quarta-feira. A gente conseguiria encaixar a possibilidade de ambas as discussões acontecerem sem atropelo com a CI, com a CAE ou com a CCJ. E nem com o Colégio de Líderes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação ao que foi falado por V. Exª, acho também complicado a gente limitar, embora entenda o mérito que a senhora colocou. A senhora achou que todas as instruções não têm limite; a senhora só está querendo que as instruções de projetos sejam prioritariamente feitas em data diferente da data da Comissão. É isso que a senhora colocou.

Há um reparo que eu queria colocar a V. Exª. Nós, do PMDB, temos o Ministro do Esporte, e o PPS tem o Ministro da Cultura, dois Ministérios também muito importantes. A gente discute todas as políticas desses dois Ministérios, que são importantíssimos para nós – e falo aqui como Vice-Líder do Governo na Casa –, e a gente precisaria dar um jeito de constar neste calendário as macropolíticas do esporte – por exemplo, há assuntos importante, como Estatuto do Torcedor, a questão dos jogos indígenas – e da cultura – em que há assuntos fundamentais para encaminhar. Então, poderia a senhora priorizar esse calendário da discussão da educação sem se esquecer de incluir a cultura e o esporte em alguma das audiências a serem priorizadas.

Obrigado, nobre Presidente. Era isso que eu tinha de colocar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Mais uma vez eu quero reforçar, o senhor veja bem: se nós fizermos dez audiências públicas da educação, dez de esportes e dez da cultura, são trinta audiências públicas. Nós não vamos fazer mais nada. Então, se não houver uma ordenação dos trabalhos, nós vamos priorizar uma área em detrimento da outra. Eu quero ver se nós mantemos o equilíbrio de educação, esporte e cultura, porque nós não podemos deixar as duas outras áreas a descoberto.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente, estou entendendo a sua preocupação, e é justamente por isso que temo que, estabelecendo um número fixo, a gente entre num conflito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente. Porque a educação, queiramos ou não, tem um tamanho agigantado em relação aos dois outros Ministérios, inclusive. Ela tem uma capilaridade institucional grande. Preocupa-me que, se a gente estabelecer dez para educação, claro que esporte vá querer dez, o outro vá querer dez, e serão trinta. E estabelecer a menos para os outros fica, de início, já um peso definido pela Comissão, o que vai nos trazer problema. Eu acho que a gente podia tentar fazer um acordo depois sobre o número que a gente pode estabelecer de todas as temáticas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Só para melhor compreensão. Podemos fazer o acordo, não há o menor problema. O que eu quero é o seguinte: o que nós vamos debater na educação? Que tenhamos uma estratégia. Vai começar pelo ensino fundamental, ensino médio, ensino a distância, ensino superior, para poder, no final do ano, a Comissão ter o Plano Nacional de Educação totalmente avaliado, no seu conjunto. Era só para isso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu concordo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – E mesmo porque, também este ano, nós vamos debater o orçamento da educação aqui dentro da Comissão. Então...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Esses já serão temas que estarão nessa discussão temática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... é dentro dessa estratégia. Porque, se nós fizermos um planejamento para saber que até o final do ano nós vamos ter audiências públicas... Vamos dizer, de 15 em 15 dias, uma audiência pública, com a estratégia de chegar no final e termos uma avaliação do Plano Nacional de Educação. É isso que... Podem ser dez, podem ser vinte, trinta...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Mas o que eu sugiro...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O que a senhora pretende é que nós foquemos no Plano Nacional de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O que eu sugiro é que tenhamos como base de discussão o Plano Nacional de Educação, de desenvolvimento da educação. Eu acho que isso é fundamental, porque vivemos falando: "Não está sendo cumprido isso, não está sendo cumprido aquilo." Então vamos ver, vamos testar se esse plano está sendo discutido, se está sendo aplicado, se está sendo acompanhado dentro daquilo que nós pretendemos, e até que ponto, qual o percentual que está sendo atendido em cada área. Então, que nós tenhamos um produto, um resultado.

Pois não, Senadora, com a palavra ainda.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vou terminar. Eu acho que nós estamos falando mais ou menos de forma semelhante. Só acho que não deveríamos estabelecer isso aqui hoje, em função de trabalhar melhor depois esse assunto.

E principalmente, Senadora, há também, quanto às comissões do Senado – eu me lembrei de que fui relatora já em duas Comissões –, uma definição de que a comissão temática, obrigatoriamente, tem que fazer análise do resultado de uma determinada política pública daquela comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O que não é comum, não é?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Como?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O que não é comum nas comissões.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas hoje já se faz. Eu fui Relatora na Comissão de Turismo, fui Relatora de dois planos, se não me engano, aqui, na Comissão de Educação, na área de cultura. Então, nós teremos também esses espaços nesse momento. Nós temos um problema, porque é uma comissão que reúne, como a CMA, três temas muito relevantes numa só comissão, que são educação, cultura e esporte. No passado, podiam estar no mesmo Ministério, mas hoje, são três Ministérios. Isso exige, da Comissão, debruçar-se sobre essas políticas.

Por isso, acho que a gente devia ter um tempo para compatibilizar esses interesses todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Concordo com V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Acredito que o tema que V. Exª traz à apreciação do Plenário é pertinente, porque V. Exª, naturalmente, quer ordenar os trabalhos, e é natural que o faça.

Todavia, auscultando os pares, e V. Exª também, Parlamentar tão experiente que é, sabemos que a questão do debate acaba refletindo na própria existência da Casa. Então, o que me parece, como a Senadora Lídice acabou de abordar e V. Exª corroborou, é que nós teremos um *leitmotiv*, uma coluna vertebral do tema que V. Exª sugere, com algumas audiências marcadas, sem prejuízo de que, porventura, surjam vários temas ao longo do ano, que eventualmente exijam ou motivem audiências públicas sobre qualquer uma das três áreas de atuação. Então, se surge um problema específico na área de educação, a Senadora Fátima sugere uma audiência, ou eu sugiro na cultura, o Senador Roberto no esporte.

Quer dizer, naturalmente não podemos ter, e nem, tenho certeza, é a pretensão de V. Exª, uma camisa de força. É só uma orientação, que acho que sim, foi a pretensão de V. Exª, que está muito bem encaminhada. Teremos essa coluna vertebral dos temas fundamentais, que é o próprio Plano Nacional, a questão orçamentaria, e, *a latere*, surgirão outras necessidades, até porque, como audiência tem necessidade de quórum só de dois, ela eventualmente ocorrerá fora do horário tradicional, com aqueles que estão mais interessados no tema. É o que me parece.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agora, as audiências públicas sobre o Plano de Educação, eu faria no horário da Comissão. As outras audiências para instruir processo é que a gente faria fora do horário da Comissão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora, permita-me ainda, eu gostaria de...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Deixe-me só complementar a fala do Senador Anastasia.

Eu concordo, Senador, acho que V. Exª colocou bem. Não há óbice algum. A única coisa que eu desejo é que a gente apresente um resultado, que a gente tenha um plano, que será acompanhado e analisado até o final da discussão.

Agora, o número de audiências públicas, obviamente, vai depender.

Eu só pediria aos Srs. Senadores que não acumulassem tantos requerimentos, porque a dificuldade que a gente tem... Eu já presidi cinco comissões. A dificuldade é o volume de audiências públicas que se pedem e que a gente acaba não fazendo, e acaba prejudicando os projetos. É muito confuso tudo.

E esta é uma Comissão de muita responsabilidade. Nós temos que dar conta do recado. Vejam o volume de processos que nós temos. Então, a minha preocupação é só esta: apresentar resultado, fazer com que o Executivo respeite esta Comissão pelos resultados que ela está produzindo.

E, quando levantarmos uma questão no Plano Nacional de Educação, que ela seja ouvida, porque ele está discutido com seriedade aqui dentro.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lúcia, sem dúvida, louvo toda essa preocupação de V. Exª. As sugestões que V. Exª está apresentando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

são louváveis. Agora, quero só reforçar o que coloquei aqui. Primeiro, acho que seria muito ruim para uma Comissão de Educação e Cultura...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Isto é assunto vencido, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, eu sei, não vamos limitar o debate.

Segundo, eu quero contribuir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não estou limitando o debate...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Acho que é importante, também, no âmbito da Comissão...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... estou disciplinando o debate.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Mas quero contribuir, porque sei da responsabilidade e do compromisso que V. Exª tem. Eu quero contribuir também no sentido só de reforçar para V. Exª que acho que V. Exª tem toda a razão quando diz que é preciso estar atento à questão do requerimento porque não é só propor uma audiência por propor. V. Exª tem toda a razão. É preciso, inclusive, que quem proponha a audiência pública...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Esteja presente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... esteja presente, exatamente, se empenhe para ajudar no processo de mobilização para a realização daquela audiência pública, etc. Porque, desta forma, aí sim estaremos delegando, descentralizando também o trabalho da Comissão, o que é bom, estaremos fazendo da Comissão uma gestão cada vez mais colegiada e, sobretudo, estaremos delegando responsabilidade a quem, de fato, quer o debate, propõe o debate. Porque, quando trazemos um debate a esta Casa, não o estamos trazendo em nosso nome, mas em nome da sociedade – não é, Senador Anastasia? –, que nós representamos aqui dentro.

Então, é só nesse sentido que eu acho que, sinceramente, quanto mais audiência pública e debate houver, melhor. Isso vai é fortalecer cada vez mais a nossa Comissão e vai tornar a gestão de V. Exª cada vez mais exitosa.

Por falar nisso, eu peço a V. Exª que inclua como extrapauta um requerimento de nossa autoria. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu me esqueci de uma coisa, a primeira coisa, e vou colocar em votação isto aqui: eu não vou aceitar nenhum requerimento extrapauta em situação nenhuma. Eu só aceito requerimentos e só aceito projetos se for dada transparência para que todo mundo possa participar. Isto aí eu coloco em votação. Se acharem...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas, Presidente, eu até concordo com a necessidade da transparência, acho que é uma medida muito interessante, que nós podemos... O problema é que o Regimento garante que o Plenário decida sobre isso na hora, então fica complicado. Um Senador vai chegar aqui e dizer: olha, eu tenho o direito, vou pedir, com base no Regimento Interno, que o meu requerimento extrapauta seja analisado. E aí o Plenário vai analisar e pode aprová-lo. A minha preocupação é essa. Concordo que o extrapauta é chato. Agora, o problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

é que o Regimento garante ao Senador o direito de apresentar extrapauta e colocá-lo em votação para que o Plenário decida naquele momento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lúcia, eu peço a palavra também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Pode falar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lúcia Vânia, apenas para corroborar com o que a Senadora Lídice colocou. Além de constar no Regimento o uso desse instrumento, que é a apresentação de uma proposição sem constar na pauta, ou seja, o chamado instrumento extrapauta, além de isso ser regimental, penso também, Senadora Lúcia Vânia, que é bom para a condução dos trabalhos que a gente tenha sensibilidade para ver as excepcionalidades. Eu concordo com V. Exª que, do ponto de vista de organização do trabalho, é bom o que a senhora está propondo aqui; que se apresente, até para os Senadores terem conhecimento. Isso é didático, isso é bom. Não tenho nenhuma discordância. Só acho que toda regra tem a sua exceção. E, neste caso, são exceções inclusive amparadas pelo próprio Regimento.

Não estou fazendo nem defesa do Regimento, do que ora pedi para constar como extrapauta, porque isso aqui pode muito bem entrar na pauta seguinte. Agora concordo com a Senadora Lídice de que não dá, acho extremamente inoportuno que a Comissão adote esse procedimento de ser impeditivo, de ser proibida aqui, eventualmente, a apresentação de uma proposição via extrapauta.

Era esse o apelo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – É uma prerrogativa da Presidência julgar se o requerimento é urgente, é relevante, e, naturalmente, isso eu farei quando for uma coisa de urgência. Fora isso, eu não aceitarei, definitivamente, requerimento extrapauta.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas a senhora não vai submeter isso ao Plenário?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não, não vou. Essa é uma prerrogativa minha.

Eu entreguei para os senhores toda a relação dos projetos que estão na Comissão. Eu dei transparência a tudo que será feito na Comissão. Portanto, o requerimento será publicado, a não ser que seja de urgência e relevância, e compete a mim, como Presidente, julgar a urgência e a relevância. Portanto, está decidido: não aceito nenhum requerimento extrapauta que não seja de urgência e relevância.

Os senhores têm aí a relação de todos os projetos que estão tramitando na Comissão. Os senhores poderão avaliar os projetos, solicitar relatoria, e isso será colocado no *site* da Comissão para que todos tomem conhecimento. A transparência será total na Comissão. Não haverá nada açodado, nada será votado de forma a prejudicar o andamento da Comissão. Sinto muito ter que decidir dessa forma, mas é o meu estilo de trabalho. Eu procuro ser justa. Os senhores vão ver que não há nenhuma conotação partidária nesta Comissão. Todos os Senadores que frequentam a Comissão serão atendidos nas suas solicitações, mas eu espero que os senhores respeitam a decisão de dar a transparência que eu quero dar a esta Comissão.

Não havendo nada mais a tratar, eu declaro encerrada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Só uma observação. Uma das coisas também que eu vou adotar, como já disse aqui no começo – acho que vocês não estavam, a maioria não estava aqui –, é que na sabatina – nós vamos sabatinar aqui agora, recentemente, o presidente da Ancine – eu só vou abrir a votação do presidente com o término da sabatina, com o término da inquirição do indicado.

Não vai haver essa história de o sabatinado estar falando e ser aberta a votação. Na hora em que terminar a sabatina será aberta a votação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora, primeiro um esclarecimento. Com relação ao horário da Comissão: permanecerá esse de terça-feira?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu vou fazer uma solicitação por escrito. O que a maioria decidir nós atendemos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, o.k. É que me parece que a tendência da maioria aqui é permanecer a Comissão mesmo...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Parece que sim.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...na terça-feira.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Parece que sim, parece que a maioria vai opinar por permanecer.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Segundo: pedir para que fosse incluída na pauta da próxima reunião deliberativa da Comissão o nosso Projeto de Lei nº 212, de 2016, que trata de instituir o primeiro marco regulatório da leitura e da escrita no Brasil. Esse projeto já está todo pronto, o relatório já foi, inclusive, lido, já no finalzinho dos trabalhos legislativos. Enfim, gostaria que fosse incluído como ponto prioritário de pauta na próxima reunião da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O pedido de V. Exª será atendido.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Eu estou vendo aqui, no material preparado pela Secretaria – como eu disse, muito bem elaborado –, que, dos 40 itens com relatoria, só há um que está comigo – e eu acabei de assiná-lo hoje, devolvendo, já com o parecer pronto de autoria do Senador José Agripino, é o PLS 383. Então, à semelhança da eminente Senadora Fátima, que acaba de se manifestar, eu queria também solicitar, se fosse possível, a inclusão desse projeto na pauta da próxima semana, porque é uma matéria importante que trata da desburocratização, um tema muito relevante hoje no País.

Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – V. Exª será atendido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes de encerrar, eu gostaria de colocar aqui para os senhores o seguinte.

Nos termos do §1º do art. 96-B do Regimento Interno, até o último dia útil do mês de março serão selecionadas políticas públicas para avaliação por esta Comissão Permanente ao longo do ano de 2017. As avaliações serão realizadas em parceria com o IFI – essa resolução é anterior à minha gestão; eu falei da estratégia de a gente ter um elemento de fiscalização, de acompanhamento, e vi que isso já existia aqui.

As avaliações serão realizadas em parceria como IFI, o Instituto Fiscal Independente, e a Consultoria Legislativa. Esta Comissão se põe à disposição dos Parlamentares para avaliar sugestões de como a gente vai fazer esse acompanhamento e essa fiscalização das políticas públicas, obviamente tendo por base o Plano Nacional de Educação.

Com a palavra o Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Srª Presidente, é simplesmente para solicitar – já entrei com a solicitação, com um memorando escrito – a permanência da relatoria do PLC nº 49, de 2016, porque já chegou para mim no final do ano passado. Quero solicitar aqui à senhora para permanecer Relator.

A minha intenção é fazer uma avaliação, primeiro, parabenizando a sua equipe pelo trabalho que foi feito – foi o primeiro relatório que encontrei dessa forma nas comissões de que participei.

Fico feliz de poder ter uma ideia do todo. Acho que isso vai me facilitar para poder contribuir com V. Exª e com os colegas aqui do plenário na solicitação da relatoria de alguns projetos que sejam, assim, condizentes com os meus interesses e com a minha história política.

Então queria parabenizá-la e solicitar minha permanência no PLC nº 49, para continuar sendo Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço.

V. Exª será atendido na sua solicitação.

Agradeço, em nome da Assessoria, o elogio que V. Exª faz ao trabalho.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Lúcia Vânia e Pedro Chaves**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Eduardo Lopes, Vicentinho Alves, Thieres Pinto, Fernando Bezerra Coelho e Dalirio Beber. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, José Agripino, José Medeiros, Ciro Nogueira e Lídice da Mata. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2016** que: "Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatoria:** Sen. Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2016** que: "Institui o Selo de Desburocratização e Simplificação e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 735, de 2015** que: "Dispõe sobre a responsabilidade dos gestores públicos pela garantia de padrão de qualidade na educação básica." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da autora. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 581, de 2007** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2007, com uma emenda que apresenta, e contrário aos Projetos de Lei do Senado nº 466, de 2009; 454 e 715, de 2015; e 186, de 2016. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2013** que: "Dispõe sobre o processo de escolha de dirigentes das instituições de ensino superior." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela apresentação à Mesa de requerimento de sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2013, até que se ultime a apreciação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2011. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à apresentação à Mesa de requerimento de sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2013, até que se ultime a apreciação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2011. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, de 2016** que: "Denomina Rodovia Frei Jorge o trecho da rodovia BR-251 localizado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

no perímetro urbano da cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Deputado Zé Silva. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2016** que: "Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, para estender o prazo de cômputo das matrículas das pré-escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que atendam crianças de quatro a cinco anos, para fins de distribuição de recursos do Fundo." **Autoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 646, de 2015** que: "Cria o Programa Bolsa Jovem Estudante." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2011** que: "Dispõe, em consonância com o exercício da liberdade de crença religiosa, de que tratam os incisos VI e VIII do art. 5º da Constituição Federal, sobre o período de realização de concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos e empregos públicos e para a realização de provas para ingresso nas instituições de ensino superior; altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a realização de atividades curriculares nas instituições de educação básica e de educação superior; e altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar aspectos referentes ao repouso do empregado." **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009** que: "Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, de 2016** que: "Confere à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose." **Autoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e votação. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2016** que: "Dispõe sobre a denominação do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Blumenau." **Autoria:** Senador Dalirio Beber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 2007** que: "Dispõe sobre o financiamento das Universidades Estaduais e Privadas pela União, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, de 2007** que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para garantir aos estudantes financiados que tenham quitado 75% da dívida sem atrasos nos pagamentos das parcelas anteriores desconto na quitação do saldo devedor ou bônus de adimplência nas parcelas vincendas." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2013** que: "Institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno." **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para instituir a escola de tempo integral no ensino fundamental." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, de 2015** que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para garantir a reserva de vagas para pessoas com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as emendas nº 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016** que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para mitigar a frequência mínima exigida na educação básica, nos níveis fundamental e médio, dos educandos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatoria:** Sen. Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016** que: "Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 2 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no dia 13 de junho de 2017, para fazer o lançamento da Semana de Ação Mundial 2017 que apresentará um balanço da luta nacional contra o trabalho infantil e para realizar o lançamento, no Brasil, da iniciativa global contra o trabalho infantil e de combate à exclusão escolar, denominada "100 milhões por 100 milhões", com a presença ilustre do Nobel da Paz, Kailash Satyarthi, idealizador da inciativa no mundo." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 3 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura, Roberto Freire, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta, com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos pela CE, conforme tradição nesta Casa." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 4 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Leonardo Picciani, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta, com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos pela CE, conforme tradição nesta Casa." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 5 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Mendonça Filho, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta, com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos pela CE, conforme tradição nesta Casa." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, o nosso bom-dia.

Na ausência da nossa querida Presidente, Senadora Lúcia Vânia, eu, como Vice-Presidente, estou abrindo a presente reunião até que S. Exª se desincumba de outras missões que são igualmente importantes aqui no Senado.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos agora à pauta.

Item 1.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vamos passar diretamente ao item 2, porque o Relator do item 1 está ausente.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, DE 2016

- Terminativo -

Institui o Selo de Desburocratização e Simplificação e dá outras providências.

Autoria: Senador José Agripino.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta.

Observações: *1 - será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Já foi lido o relatório?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu pergunto ao Senador Antonio Anastasia se poderia ler o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu o faço com muito gosto, agradecendo a gentileza de V. Exª.

Passo à leitura rápida do relatório que apresentei ao item 2, que trata de projeto de autoria do Senador José Agripino.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 383, de 2016, de autoria do Senador José Agripino, que institui o Selo de Desburocratização e Simplificação e dá outras providências.

O projeto é composto por cinco artigos. O primeiro deles propõe a instituição do Selo de Desburocratização e Simplificação, estabelecendo que ele se destina a reconhecer e estimular programas, projetos e práticas que simplifiquem o funcionamento da Administração Pública e melhorem o atendimento ao usuário dos serviços públicos.

O art. 2º elenca os critérios a serem considerados para a concessão do selo criado.

Já o art. 3º estabelece que será registrada no assentamento funcional do servidor sua participação no desenvolvimento de programas aos quais forem concedidos o referido selo.

O art. 4º dispõe que os órgãos ou entidades estatais que receberem o Selo de Desburocratização e Simplificação serão inscritos no Cadastro Nacional da Desburocratização.

Por fim, o art. 5º determina a vigência da lei em que se converter o projeto, estabelecendo, para tal, a data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o autor afirma os males da burocratização excessiva para o serviço público. Cita, ainda, palavras do Ministro Hélio Beltrão, segundo o qual o objetivo da desburocratização não é uma operação de curto prazo nem um ataque imediato a todos os problemas da Administração, mas, sim, um programa constante, duradouro e formado por ações diversas.

O projeto foi distribuído unicamente a esta Comissão, que se deve pronunciar em decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, incisos III e VI, do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e outros assuntos correlatos, temas afetos ao PLS 383.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Primeiramente, cumpre destacar o mérito do projeto. É extremamente bem-vinda a iniciativa que busca exterminar o excesso de burocratização presente na Administração Pública. O que se deve ter em mente é que os serviços públicos devem funcionar para facilitar a vida dos cidadãos, resolvendo-lhes os problemas, e não lhes dificultando o acesso a serviços e informações que são financiados pelos próprios cidadãos-usuários.

Como bem salientou o autor da proposta, seu objetivo é promover uma mudança cultural e de foco dos órgãos públicos, fortalecendo um ambiente de simplificação e desburocratização na gestão pública.

A instituição do selo é medida louvável que visa a premiar órgãos públicos que se dediquem à busca de soluções para a facilitação de procedimentos administrativos.

Dessa forma, reconhecemos e exaltamos o mérito do projeto.

Além disso, por pronunciar-se em sede de decisão terminativa, compete a esta Comissão analisar os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da proposição.

O PLS 383 versa sobre matéria de competência legislativa da União. Ademais, não trata de tema reservado à iniciativa privativa do Presidente da República, podendo o processo legislativo ser iniciado por iniciativa de parlamentar. Além do mais, é adequado o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, visto que o projeto não versa sobre tema reservado à lei complementar.

Igualmente, não vislumbramos óbices relacionados à juridicidade ou à regimentalidade da proposição.

Quanto à técnica legislativa, propomos a apresentação de cinco emendas, visando a adequar a redação da proposta ao que determina a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

A primeira emenda visa à adequação da ementa do projeto, com a retirada da expressão “e dá outras providências” e a complementação de seu sentido.

A segunda emenda visa a corrigir mero erro de digitação no inciso III do art. 2º.

A terceira emenda visa a corrigir erro de concordância no *caput* do art. 4º do projeto.

A quarta emenda tem a intenção de alterar, no parágrafo único do art. 4º, a expressão “em cada Estado brasileiro”, a fim de contemplar, também, o Distrito Federal.

Por fim, a quinta emenda visa a corrigir a redação do art. 5º do projeto, no qual falta uma palavra.

Voto.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2016, com as seguintes emendas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

EMENDA Nº – CE

Dê-se a seguinte redação à ementa do PLS nº 383, de 2016:

> "Institui o Selo de Desburocratização e Simplificação e estabelece critérios para sua concessão."

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao inciso III do art. 2º do PLS nº 383, de 2016:

> "Art. 2º.....
> .....
> .....
> .....
> III – os ganhos sociais oriundos das medidas de desburocratização adotadas;
> .....
> ....."

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 4º do PLS nº 383, de 2016:

> "Art. 4º Os órgãos ou entidades estatais que receberem o Selo de Desburocratização e Simplificação serão inscritos no Cadastro Nacional da Desburocratização, na forma do regulamento.
> .....
> ....."

EMENDA Nº – CE

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 4º do PLS nº 383, de 2016:

> "Art. 4º.....
> .....
> *Parágrafo único.* A partir do cadastro referido no *caput*, serão premiados anualmente, em cada Estado brasileiro e no Distrito Federal, dois órgãos ou entidades estatais, selecionados com base nos critérios elencados no art. 2º."

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 5º do PLS nº 383, de 2016:

> "Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

É o parecer, é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Considerando que não existe quórum, o relatório é dado como lido, e fica adiada a discussão, porque a votação é nominal.

Obrigado.

Lemos agora o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 735, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a responsabilidade dos gestores públicos pela garantia de padrão de qualidade na educação básica.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: - *matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

A Senadora pretendia retirá-lo de pauta a matéria. Pergunto se confirma a retirada de pauta. (*Pausa.*)

Então, vamos retirá-lo de pauta.

Vamos agora ao item 4.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 581, DE 2007

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".

Autoria: Senador Paulo Paim.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, DE 2009

- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para autorizar os titulares de contas a aplicarem até 10% (dez por cento) de seu saldo em fundos de investimento que aplicam seus recursos em projetos de exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos situados na área do pré-sal.

Autoria: Senador Paulo Paim.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, para permitir a utilização do FGTS para pagamento de mensalidade escolar do ensino superior do trabalhador, de seu cônjuge e de seus dependentes.

Autoria: Senadora Simone Tebet.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 715, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o custeio de despesas com educação e qualificação profissional.

Autoria: Senador Reguffe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a movimentação de recursos do Fundo para fins de pagamento de saldo devedor de financiamento concedido no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil.

Autoria: Senador Blairo Maggi.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2007, com uma emenda que apresenta, e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 466, de 2009; 454 e 715, de 2015; e 186, de 2016.

Observações: - *matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, colegas Senadores e Senadoras, como sou obediente, Presidente Pedro Chaves, vou obedecer às suas ordens.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como já foi enunciado na leitura do que estamos tratando agora neste relatório a mim conferido, são várias iniciativas apensadas tratando do tema Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da utilização desses recursos do trabalhador para algumas finalidades. Pelo menos três delas têm a mesma natureza, pois visam ao financiamento estudantil, para pagar parcelas atrasadas ou quitar dívidas com o financiamento estudantil, e à qualificação, para o pagamento de despesas com o custeio de qualificação profissional, usando os mesmos recursos, e também de mensalidades escolares do ensino superior.

Faço questão de salientar a atuação dos Senadores Simone Tebet, Reguffe e Blairo Maggi e do autor do PLS 581, Senador Paulo Paim, que também é autor de um projeto que trata da aplicação dos 10% para saldo em fundos de investimentos que aplicarem recursos no pré-sal.

Como é um relatório longo, quero, antes, agradecer à Consultoria Legislativa do Senado Federal, que tem sempre sido extremamente zelosa com as matérias legislativas. Para facilitar, vou à p. 4 do relatório, com um resumo, quer dizer, não um resumo, mas indo ao essencial, porque todas as questões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

das formalidades, daquilo que é regimental, do que está dentro da competência, podem ter a leitura dispensada por uma questão de economia de tempo.

Vou à p. 4, à análise do mérito.

Passando à análise do mérito, o PLS nº 581, de 2007, de iniciativa popular (endossado por 1.257.649 assinaturas, conforme informação prestada pelo autor), foi apresentado pelo Senador Paulo Paim, para que pudesse tramitar regularmente no Congresso Nacional. Sua elaboração envolveu técnicos, sindicalistas, estudiosos e trabalhadores em geral.

Na sua justificação, o autor enumera os argumentos que demonstram a relevância e a oportunidade da proposição. Afirma que, apesar de o FGTS ter significado uma conquista para o trabalhador brasileiro, houve muitas perdas para os donos dessas poupanças, por falta de depósito de empresas, expurgos inflacionários, erros bancários, não aplicação de juros progressivos, entre outros.

A proposição, então, busca: a) alterar o índice de correção monetária da Taxa Referencial para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por considerar que o índice reflete melhor a inflação e evita perdas aos trabalhadores; b) repartir o lucro obtido com o FGTS nos financiamentos de imóveis no Sistema Financeiro da Habitação, já que os juros cobrados atualmente vão para a conta Patrimônio Líquido do FGTS (fundo de reserva para cobrir as despesas operacionais e eventuais do próprio FGTS); c) possibilitar a aplicação pelo trabalhador de até 20% dos depósitos de sua conta vinculada em fundos de ações e investimentos que ofereçam juros melhores que os do FGTS; d) diminuir de três para um ano o prazo para saque dos valores de conta de FGTS inativa, para beneficiar aquele que ficar desempregado por esse período; e) diminuir de setenta para sessenta anos a idade para que o trabalhador tenha direito de sacar a qualquer momento o dinheiro de seu FGTS, em harmonia com a idade prevista no Estatuto do Idoso; f) reduzir o prazo para recolhimento pelas empresas das parcelas de FGTS em atraso para 12 meses; g) estabelecer que a multa paga pelo empregador em caso de recolhimento atrasado do FGTS seja repassada à conta vinculada do trabalhador; h) reestruturar o Conselho Curador do FGTS, para prever paridade entre o número de representantes de trabalhadores, de empresários e do governo. Observa-se, pois, a relevância e a oportunidade da matéria, que já percorre as Comissões do Senado Federal desde o ano de 2007, sem nenhuma deliberação conclusiva sobre o mérito.

Por sua vez, o PLS nº 466, de 2009, pretende permitir a utilização de até 10% (dez por cento) do saldo da conta vinculada para investimentos em empreendimentos de exploração e produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos líquidos pela Petrobras desenvolvidos na área do pré-sal. Observa-se que o investimento é facultativo e dependerá da vontade expressa do trabalhador em fazer a dita aplicação, ou não, e ainda assim limitados a 10% do valor do saldo do FGTS, motivo pelo qual não vislumbro óbice à sua aprovação.

Esses dois projetos, os de nºs 466 e 581, são de autoria do Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Apesar de considerarmos de grande impacto social as mudanças acima descritas, não nos cabe discutir de forma aprofundada, na Comissão de Educação, o mérito das proposições acima elencadas, uma vez que não compete a esta Comissão de Educação a decisão terminativa sobre a matéria, tarefa esta destinada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Por essa razão, analisamos apenas a relevância social das proposições e concordamos com a necessidade de mudanças, que poderão ser mais bem esmiuçadas nas fases seguintes da tramitação da matéria, em especial no que diz respeito ao impacto econômico das medidas propostas.

Compete-nos, por outro lado, verificar o mérito educacional das proposições, que está consubstanciado nos PLS nºs 454, de 2015; 715, de 2015; e 186, de 2016, respectivamente da Senadora Simone Tebet, dos Senadores Reguffe e Blairo Maggi.

Atualmente disciplinado pela Lei nº 8.036, de 1990, o FGTS é constituído de contas vinculadas, abertas em nome de cada trabalhador, em que o empregador faz depósitos mensais equivalentes a 8% do salário pago ao empregado, acrescido de atualização monetária e juros. Com o FGTS, o trabalhador tem a oportunidade de formar um patrimônio, que pode ser sacado em momentos especiais, como o da aquisição da casa própria ou da aposentadoria, e em situações de dificuldades, que podem ocorrer com demissão sem justa causa ou em caso de algumas doenças graves. Todas as situações em que a conta pode ser movimentada estão expressamente estabelecidas no art. 20 da mencionada lei, ao qual se pretende incluir a previsão de que recursos do Fundo possam ser utilizados para custeio de despesas com educação e qualificação profissional ou para abatimento de saldo devedor de financiamento estudantil no âmbito do Fies.

Destacando a natureza social conferida ao Fundo, acreditamos que o trabalhador deveria poder utilizar seus depósitos para pagamento de encargos com educação profissional e tecnológica ou com o ensino superior, da mesma forma que pode ele hoje utilizá-lo para adquirir ou reformar um imóvel. O emprego desses recursos no pagamento de encargos com a educação é investimento que poderá garantir futuro promissor ao trabalhador e à sua família, já que nenhum fator isolado tem tanta relevância no aumento da renda dos brasileiros quanto o diploma de nível superior. Com efeito, segundo dados de 2013 do IBGE, trabalhadores com nível superior, no Brasil, tinham renda 219,4% acima dos trabalhadores com menos estudo, com menor escolaridade.

Ademais, notadamente neste momento em que programas educacionais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Fies têm sofrido profundos cortes em número de vagas e recursos orçamentários, possibilitar a utilização de recursos do FGTS para a educação profissional e técnica de nível médio e para a educação superior pode ser estratégia fundamental para o cumprimento das metas 11 e 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. A propósito, a meta 11 determina que até o final da vigência do Plano, em 2024, deverão ser triplicadas as matrículas da educação profissional técnica de nível médio. A meta 12, por sua vez, prevê a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ademais, especificamente no que diz respeito à movimentação da conta vinculada para pagamento do Fies, considerando que os recursos do FGTS são de titularidade do trabalhador, não é justo que ele não possa utilizá-los para pagamento do financiamento com taxa de juros de 6,5% ao ano, enquanto o rendimento do FGTS é de somente 3% ao ano.

Por fim, apenas para sistematizar a matéria e pelo fato de tramitarem conjuntamente, apresentamos emenda para deslocar as propostas contidas nos PLS nºs 466, de 2009; 454, de 2015; 715, de 2015; e 186, de 2016, para o PLS nº 581, de 2007, com pequenas adaptações formais relativas à numeração e à remissão de artigos em face da evolução legislativa ocorrida no período.

Assim, nos termos regimentais, ficarão rejeitados os PLS nºs 466, de 2009; 454, de 2015; 715, de 2015; e 186, de 2016, com o aproveitamento das matérias no PLS nº 581, de 2007.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 581, de 2007, com a emenda apresentada a seguir, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 466, de 2009; 454, de 2015; 715, de 2015; e 186, de 2016:

EMENDA Nº – CE

(ao PLS nº 581, de 2007)

Dê-se ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2007, a seguinte redação:

> "Art. 20.
> .....
> .....
> .....
> .....
> VIII – quando o trabalhador permanecer doze meses ininterruptos fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta;
> .....
> .....
> XV – quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a sessenta anos;
> .....
> .....
> XIX – aplicação em Fundos de Ações ou Fundos de Investimento, permitida a utilização máxima de vinte por cento do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

XX – sem prejuízo do disposto no inciso XVII, integralização de cotas do FI-FGTS, permitida a utilização máxima de 10% (dez por cento) do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção, cujos recursos deverão ser destinados, exclusivamente, a investimentos em empreendimentos de exploração e produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos líquidos pela Petrobras desenvolvidos na área do pré-sal;
XXI – para pagamento, total ou parcial, de:
a) despesas do trabalhador ou de seus dependentes com mensalidade escolar de curso de educação profissional e tecnológica ou de educação superior;
b) saldo devedor de financiamento concedido no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.
.....
§15. A transferência de recursos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações, nos termos dos incisos XII e XIX deste artigo, ou de cotas do FI-FGTS não afetará a base de cálculo da multa rescisória de que tratam os §§1º e 2º do art. 18 desta Lei.
.....
§22. A garantia a que alude o §4º do art. 13 desta lei não compreende as aplicações a que se referem os incisos XII, XVII e XX do *caput* deste artigo.
§23. A integralização das cotas previstas nos incisos XVII e XX deste artigo será realizada por meio de Fundo de Investimento de Cotas (FIC), constituído pela Caixa Econômica Federal especificamente para essa finalidade.
§24. Os recursos para se atender ao previsto na alínea a do inciso XXI do *caput* deste artigo serão repassados mensalmente e diretamente para a instituição em que o trabalhador ou seu dependente estiver matriculado, mediante requerimento subscrito pela instituição e pelo titular da conta, acompanhado de cópia do contrato de prestação de serviços educacionais.

Este é o voto, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Coloco em discussão a matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sou contra esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse projeto é um dos vários projetos que a gente recebe e em que acabam colocando penduricalhos para extinguir...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Isso é verdade.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ...ou praticamente diminuir o Fundo de Garantia.

O FGTS tem um propósito muito claro de proteger o trabalhador no momento de maior instabilidade financeira, que, no caso, são o desemprego compulsório e a aposentadoria, além do amparo aos seus dependentes em caso de falecimento. Nós não podemos nos distanciar dessa finalidade, da qual todos nós temos a convicção da importância.

Na criação do fundo, ele foi destinado à execução de políticas habitacionais prioritariamente para a população de baixa renda, bem como de políticas de infraestrutura e de desenvolvimento urbano, que proporcionam melhores condições de vida à população e criam empregos também, que é algo muito importante.

Penso que a proposta da Relatora, que coloca a inclusão de vários artigos, distancia-nos dos objetivos da criação do FGTS. Além disso, há políticas específicas de assistência ao ensino superior, tais como os programas citados no projeto, o Fies e o Prouni.

Entendemos que é um assunto de extrema importância. Essa preocupação está na nossa Comissão exatamente por causa disso, porque é relevante para a educação. Mas observo que apenas uma parte dos trabalhadores seria contemplada com essa proposta, haja vista que, segundo dados da Caixa Econômica, em agosto de 2016, 56% das contas do Fundo de Garantia possuíam saldo médio de R$240. Por outro lado, somente 11% das contas possuíam saldos maiores que R$10 mil. Com isso, poucos trabalhadores poderiam ser, de fato, beneficiados, mas estes, por serem detentores dos maiores saldos em conta, poderiam sacar expressivos valores do FGTS, prejudicando a política que beneficia, sobretudo, os trabalhadores de menor renda.

Por isso, eu votarei contra.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Em discussão.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, diante da complexidade do assunto e em respeito, inclusive por se tratar de projeto cuja iniciativa original teve grande número de apoiadores da população – existem especialistas dedicados a isso, e, na origem, também corroboro o que disse a Senadora Marta Suplicy no sentido de que o Fundo de Garantia serve de lastro para diversas atividades que não são as originais –, parece-me que o tema tem de ser discutido um pouco mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Peço vênia, portanto, à eminente Senadora Ana Amélia, que rejeita – e me parece que seu voto, portanto, coincide com a minha posição – os diversos projetos e acolhe o principal, para, diante das ponderações da Senadora Marta, solicitar vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Será concedida vista individual, segundo o Regimento, ao Senador Anastasia.

Vamos ao próximo item. Parece-me que a Senadora Marta gostaria de inverter a pauta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Posso iniciar?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É um projeto do Senador Cristovam Buarque de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria, antes, de anunciar essa inversão.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009, terminativo.

Senadora, esse projeto é terminativo.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Vou só fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Nesse caso, fará só a leitura, não é?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – V. Exª concorda, não é? Então, está o.k.!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É o item 11.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Trata-se do item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, DE 2009

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Relatório: pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: *1 - Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.*

2 - Votação nominal.

3 - A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

4 - A matéria constou da pauta da reunião de 14/12/2016.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir o seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada.

Retorna à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que tem como finalidade instituir a exigência de comprovação de condições adequadas de construção e de equipamentos pedagógicos para o funcionamento de escolas de educação básica do País.

De acordo com a proposta, para que seja autorizado a funcionar, o estabelecimento deverá obter, junto ao Poder Público municipal, documento de comprovação da observância de padrões mínimos de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação.

A desobediência à referida exigência é impeditiva da candidatura ou da reeleição do Chefe do Poder Executivo, inclusive a cargo eletivo diverso, enquanto durar a apuração das irregularidades da construção.

A proposição estabelece também que, a cada cinco anos, o MEC poderá modificar os requisitos de qualidade fixados e que a lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor destaca que a escola brasileira tem se apresentado como instrumento de reprodução das desigualdades sociais. Isso estaria ocorrendo porque Municípios com situações financeiras distintas oferecem padrões educacionais também diferentes, os quais, por sua vez, concorrem para a formação de seres humanos com oportunidades também muito diferenciadas: alguns não alcançam sequer a condição de cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ainda na visão do autor, a federalização da educação básica de qualidade requer a uniformização dos padrões de qualidade das escolas brasileiras, o que, em parte, poderá ser efetivado com a definição de critérios mínimos nacionais para a construção e adequação das escolas, assim como para os equipamentos pedagógicos.

O projeto foi arquivado, ao final da Legislatura, em 2014. Contudo, voltou a tramitar mediante a aprovação do Requerimento nº 119, de 2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque e de outros Senadores. Na primeira tramitação, a matéria chegou a receber, nesta Comissão, três relatórios não votados, cujas contribuições são retomadas no presente texto.

Antes de vir à CE, a proposição foi examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), segundo a qual, "sob o ponto de vista econômico, verifica-se que o projeto não apresenta nenhum impacto sobre as finanças públicas federais, posto que apenas prevê a fixação de padrões mínimos de qualidade pelo Ministério da Educação, a serem observados pelos Estados e Municípios".

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais sobre educação. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 525, de 2009, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

O projeto trata de diretrizes e bases da educação nacional, matéria de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, admitindo-se, no caso, a iniciativa de membro do Congresso Nacional.

Constava do primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) da atual ordem constitucional, vigente entre 2001 e 2011, a previsão de elaboração, para todos os níveis da educação básica, de padrões mínimos nacionais de infraestrutura compatíveis com as realidades regionais, incluindo, entre outros itens, a edificação, iluminação, insolação e ventilação apropriadas, espaços para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar, além de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos. O PNE 2001-2011 também condicionava a autorização, a construção e o funcionamento de escolas de educação básica ao cumprimento dos requisitos de infraestrutura definidos.

Apesar desses preceitos, até hoje muitas escolas de educação básica funcionam em condições de algum nível de precariedade. Essa constatação revela que o mencionado preceito do PNE 2001-2011 não foi adequadamente observado por pelo menos parte dos entes federados responsáveis pela autorização, credenciamento e supervisão dos estabelecimentos de seu sistema de ensino, conforme preconizado nos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, conhecida como LDB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O PNE 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho 2014, voltou ao tema, ao tratar da Meta 7, relacionada à qualidade da educação básica. A 21ª estratégia estabelecida para se atingirem as metas de qualidade nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio prevê que:

> A União, em regime de colaboração com os entes federados subnacionais, estabelecerá, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação desta Lei, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

Nesse contexto, julgamos adequada e oportuna a iniciativa do Senador Cristovam Buarque de fazer constar em lei a comprovação de condições adequadas de construção e de equipamentos pedagógicos para o funcionamento das escolas de educação básica. Acreditamos que essa medida poderá conferir maior grau de efetividade aos esforços de construção de sistemas de ensino eficientes, capazes de garantir aos estudantes brasileiros uma educação de qualidade, conforme determina a Constituição Federal.

Assim, quanto ao mérito, somos favoráveis à iniciativa em análise.

Reiteramos, todavia, as restrições apontadas nos relatórios não votados apresentados nesta Comissão, assim como na CAE, no que concerne às normas de inelegibilidade, à competência privativa do Poder Executivo e à técnica legislativa.

A atribuição de competência ao MEC – para definir condições civis mínimas de construção e equipamentos – e os impedimentos de reeleição e de candidatura previstos no art. 2º da proposição são passíveis de questionamento quanto à constitucionalidade e à juridicidade.

Isso porque, de acordo com o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, abro aspas: “compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos”, fecho aspas.

No que tange aos casos de inelegibilidade, cabe indicar que a matéria deve ser tratada por lei complementar. Dessa forma, não procede a iniciativa de tratar do assunto na proposição em apreço.

Quanto à técnica legislativa, salientamos que a edição de norma, abro aspas, “avulsa” para tratar de temas já abordados em diplomas legais vigentes não se coaduna com a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, devendo, por isso mesmo, ser evitada. Matéria como a proposta no PLS em tela deve ser direcionada à LDB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Dessa forma, julgamos conveniente apresentar emenda substitutiva ao projeto em exame, mediante alteração da LDB. Na sugestão fica preservada a valiosa ideia do Senador Cristovam de condicionar a autorização de funcionamento de escolas de educação básica ao cumprimento das condições adequadas de funcionamento, estabelecidas pela União, reforçando, ainda, sua associação ao princípio do padrão mínimo de qualidade do ensino, preconizado no art. 211 da Constituição, na LDB e no PNE 2014-2024.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, DE 2009

Altera os arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para condicionar a criação de escolas de educação básica ao cumprimento das condições adequadas de funcionamento definidas pela União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 9.394, de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte §1º, transformando-se seu parágrafo único em § 2º:

"Art. 10. .....
.....
§1º A autorização de que trata o inciso IV fica condicionada à comprovação do cumprimento das condições adequadas de funcionamento, definidas pela União, relativas à construção e aos insumos pedagógicos necessários à oferta de padrão mínimo de qualidade do ensino;
§2º..... " (NR)

Art. 2º O art. 11 da Lei nº 9.394, de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte §1º, transformando-se seu parágrafo único em § 2º:

Art.11.....
.....
.....
.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

§1º A autorização de que trata o inciso IV fica condicionada à comprovação do cumprimento das condições adequadas de funcionamento, definidas pela União, relativas à construção e aos insumos pedagógicos necessários à oferta de padrão mínimo de qualidade do ensino;
§2º..... (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado.

O relatório é dado como lido. Ficam adiadas a discussão e a votação, porque a votação é nominal, por falta de quórum.

Vamos agora ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre o processo de escolha de dirigentes das instituições de ensino superior.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela apresentação à Mesa de requerimento de sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2013, até que se ultime a apreciação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2011, ao PLS nº 147, de 2004.

Observações:

1- Em 26/11/2015 e 06/04/2016, foram realizadas Audiências Públicas para instrução da matéria.

2- A votação do relatório será realizada pelo processo simbólico.

3- A matéria consta da pauta desde a Reunião de 22/11/2016.

Desta forma, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proferir o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, antes, quero agradecer o belíssimo trabalho da Senadora Marta e a melhoria que ela fez no projeto, que é de minha iniciativa e que creio que agora passa a ser também dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Considero, Senadora Marta, como a senhora falou, assim como os demais Senadores, que nós precisamos de regras nacionais para o sistema de educação. Os bancos no Brasil seguem regras rigorosíssimas. Os frigoríficos... Bastou gravar um fiscal conversando com alguém e descobrir uma falha em um frigorífico e veja o escândalo que aconteceu no Brasil e no mundo. Mas a gente não faz esse tipo de cuidado com as crianças. Se um carro sai com defeito, há um *recall* imediatamente, mas uma criança sai sem formação e ninguém pensa nos problemas que isso gera.

Por isso, a minha proposta aqui tenta fazer, em um pequeno setor, a participação federal na educação municipal e estadual, tratando a criança como brasileira e não como municipal, como hoje a criança é tratada.

Mas, dito isso, eu quero dizer que o ex-Senador Delcídio do Amaral apresentou um projeto de um tema fundamental, Senador, e esta Comissão precisa se debruçar sobre isto mais do que as audiências que fiz – como devemos escolher os nossos reitores.

Durante muito tempo, era quase que uma questão do Governo, com uma pequena consulta à comunidade acadêmica. Há 30 anos, começamos a utilizar um sistema de escolha, nas universidades públicas pelo menos – aliás, prefiro chamá-las de estatais, porque nem todas elas cumprem papel público, como deveriam –, por eleição direta.

Isso teve um papel fundamental. Foi fundamental para que as universidades respirassem, para que a comunidade participasse do conceito de universidade.

Hoje, esse sistema está se esgotando; está se esgotando no partidarismo, que põe o interesse de partidos na frente do interesse da universidade, e no corporativismo, que é outra forma de manifestação que nega o interesse maior da instituição e coloca a instituição a serviço dos seus professores, servidores e alunos, sendo que, nem sempre, o que querem o servidor, o aluno e o professor é o que a sociedade precisa. Aí precisa escolher um novo sistema.

O que o Senador Delcídio propõe é simplesmente colocar em lei o que hoje virou prática, que é a escolha do reitor por eleição direta e paritária. Hoje, eu defenderia isso por falta de outro sistema, mas creio que devemos debater um novo sistema. Existe hoje, mais avançada que o projeto dele, uma proposta, que também não resolve, que diz que cada instituição, cada universidade definirá o seu critério. Eu creio até que é melhor do que impor a paridade, mas gera um certo caos, com, em cada eleição, a comunidade querendo saber se o voto do professor é igual ao do aluno, se o do aluno é paritário ou é menor que cada um. De qualquer maneira, eu decidi propor a suspensão do projeto dele, enquanto continua a discussão na CCJ do projeto que veio da Câmara. Eu quero insistir: vamos trabalhar um projeto de lei em que se defina de uma vez como é que respeitamos – isso é fundamental – a comunidade, mas sem esquecer a comunidade maior, que é a comunidade brasileira em geral, que é a comunidade científica. Quem usa os serviços da universidade não são só os alunos, são os clientes dos médicos futuros, é o Brasil. Então, eu proponho o sobrestamento, enquanto continua essa discussão na CCJ do outro projeto e que aqui nós trabalhemos para chegar a uma proposta que resolva isto que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

problema hoje: como ser democrático e meritório ao mesmo tempo, como ser democrático para dentro e como ser democrático fora, no mundo externo à universidade.

Essa é a minha posição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu coloco em discussão a matéria.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria, Presidente Pedro Chaves, cumprimentar o Senador Cristovam Buarque por mais uma lição de lucidez num tema crucial, que interessa, como ele disse muito bem, não às corporações, mas à sociedade brasileira, sobretudo à juventude, que depende de uma boa educação de nível superior em nosso País. Então, Senador, eu penso que a sugestão de V. Exª tem bom senso, razoabilidade e oportunidade para o que nós estamos vivendo. Nem oito, nem oitenta, um meio-termo que possa servir mais ao interesse da sociedade e não, como bem disse V. Exª, das corporações. Acho que tivemos avanços, mas V. Exª, que foi o Reitor de uma universidade pública muito importante, que é UnB, conhece mais do que nenhum de nós aqui essa realidade. Então, eu fico feliz de ver e ouvir um Senador com esse conhecimento e essa experiência a nos trazer uma solução alternativa definitiva ou que, pelo menos enquanto o nosso País estiver amadurecendo, sirva melhor do que o sistema que está aí em vigor atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – A minha opinião não seria diferente da opinião da Senadora Ana Amélia, de manifestar ao Senador Cristovam Buarque – um emérito da ideia de quem já está aposentado, mas ele está numa ativa diferente hoje, no Parlamento, educador, experiente e conhece essa questão no seu âmago – que, na verdade, o corporativismo na universidade serviu muito bem aos propósitos político-partidários de quem estava eventualmente no Poder e transformou a comunidade acadêmica num verdadeiro gueto que sempre colocava as questões político-partidárias acima das verdadeiras questões de interesse da educação.

De maneira que eu me sinto feliz de saber que nós temos, nesta Comissão, como no Congresso Nacional, pessoas que se dispõem a discutir essa questão que é uma questão delicada. É fora de qualquer dúvida que a onda que se formou no rastilho do corporativismo é muito forte. Eu tenho certeza de que vai haver reações, nem sempre reações positivas. Mas essa questão, aqui no Congresso Nacional, precisa ser discutida com grandeza, com altura, porque realmente nós não podemos permitir que a educação, especialmente a de nível superior, esteja caminhando ao sabor dos interesses político-partidários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, gostaria de colocar o relatório em votação.

Os senhores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela apresentação à Mesa de requerimento de sobrestamento da matéria, que será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Vamos, agora, ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, de 2016

- Não terminativo -

Denomina Rodovia Frei Jorge o trecho da rodovia BR-251 localizado no perímetro urbano da cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Deputado Zé Silva

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria consta da pauta desde a Reunião de 22/11/2016.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

É um projeto muito singelo já aprovado na Câmara Deputados, em que passou por três comissões, e que dá denominação a uma rodovia federal na parte urbana do Município de Unaí, no Estado de Minas Gerais.

A proposta, de autoria do Deputado Federal Zé Silva, tem por objetivo homenagear o Sr. Jorge Van Kampen, que nasceu na Holanda, em 1932. Por cerca de trinta anos, atuou na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Unaí. Frei Jorge, em seu trabalho de evangelização, foi um dos principais religiosos a se estabelecer naquela região noroeste de Minas Gerais. Ao longo de sua vida, conquistou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

respeito de todos, com sua generosidade e amor ao próximo. Frei Jorge faleceu no dia 8 de agosto de 2013, aos 81 anos de idade, e seu corpo foi velado no Convento do Carmo, em Unaí.

Entendemos a importante iniciativa de atribuir o nome do religioso à rodovia que corta a região. É uma forma inconteste de manter vivo seu exemplo de vida serena e dedicada à comunidade.

Portanto, concluímos ser meritória a proposição, que atende a todos os requisitos formais para a sua tramitação e aprovação.

Acresço ainda, por oportuno, que em pesquisa realizada na Rede de Informação Legislativa e Jurídica, não se constatou nenhuma denominação oficial para o trecho rodoviário em questão.

Desse modo, sugiro, de acordo com o meu voto, Sr. Presidente, a aprovação do projeto, na forma oriunda da Câmara dos Deputados.

É o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, à matéria aprovada.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, para estender o prazo de cômputo das matrículas das pré-escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que atendam crianças de quatro a cinco anos, para fins de distribuição de recursos do Fundo.

Autoria: Senadora Ângela Portela

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:

A votação do Projeto será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, eu vou pedir para retirar de pauta. A razão é simples. O meu voto é pela prejudicialidade, uma vez que o projeto se choca com a MP de que fui o Relator, na época, sobre as creches.

Entretanto, eu não gosto de defender prejudicialidade ou arquivamento de um projeto, ou até mesmo o voto contra, sem antes conversar com o autor ou autora do projeto. E só hoje eu consegui falar com a Senadora Ângela, por telefone, e, juntos, acertamos de retirar de pauta. Vou conversar com ela e ver se ela tem argumentos que me convencem de mudar essa minha posição ou se mantenho o voto de prejudicialidade. Mas não sem antes fazer esse gesto de conversar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Então, está retirado de pauta o projeto.

Vamos agora ao item nº 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, de 2016

- Terminativo -

Confere à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose.

Autoria: Senadora Simone Tebet

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta das Reuniões de 29/11/2016 e 14/12/2016.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Somente a leitura, está bem, Senador? Porque a votação é nominal.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Está o.k.

Vem à Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 178, de 2016, de autoria da Senadora Simone Tebet, que propõe seja conferido à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose.

O art. 1º da proposição confere a referida homenagem, e a cláusula de vigência, no art. 2º, propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, a autora da matéria afirma que foi na produção da celulose que o Município de Três Lagoas revelou toda a sua vocação industrial. A Senadora enfatiza ainda que o desenvolvimento desse setor da economia ganhou tal destaque em Três Lagoas que a cidade passou a ser informalmente reconhecida como a Capital Mundial da Celulose.

A matéria foi distribuída para a apreciação exclusiva e terminativa da Comissão de Educação.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

A celulose é uma substância que está localizada dentro das células da maioria dos vegetais. Ela garante rigidez e firmeza às plantas. Não é digerível pelo ser humano, mas é alimento essencial para algumas espécies de animais, principalmente os ruminantes, como bovinos e caprinos. Além dessa importante função na natureza, é extraída industrialmente de várias matérias-primas, principalmente da madeira, e utilizada na fabricação de vários produtos, como plásticos, vernizes, filmes, seda artificial e químicos, mas principalmente papel.

Em Três Lagoas, na região leste de Mato Grosso do Sul, a 338km de Campo Grande, a indústria de extração da celulose de fibra curta, a que é utilizada para a produção de papel para a impressão, para escrita e com fins sanitários (higiênico, toalhas de papel e guardanapos, etc.), está mudando a história daquela cidade. Primeiro com a instalação de duas plantas, a atual Fibria, em 2009, e a Eldorado, em 2013, que geraram emprego, renda e desenvolvimento, transformando a vida de milhares de pessoas no Município e no seu entorno.

Agora, Sr. Presidente, com o grande volume de investimentos que as empresas do setor vêm realizando na região, Três Lagoas deixa de ser a capital brasileira do gado para se transformar na metrópole global da celulose, com a maior produção de celulose de uma única cidade no mundo. É uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

verdadeira revolução industrial em um Município historicamente sustentado pela pecuária e pelos empregados da extinta Rede Ferroviária Federal.

Essa realidade econômica vem gerando aumento da diversidade de oportunidades empreendedoras, de emprego e renda, que se revertem na visível melhoria da qualidade de vida das famílias que trabalham e residem em Três Lagoas.

Por essas razões, e, como bem afirma a autora da matéria, a Senadora Simone Tebet, considerando que o título de Capital Nacional da Celulose representará o reconhecimento à capacidade empreendedora da gente de Três Lagoas, que não se intimida diante das crises e adversidades, a iniciativa em tela é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional. Da mesma forma, no que tange à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2016, da Senadora Simone Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – O relatório é dado como lido; ficam adiadas discussão e votação.

Com muito prazer, convido a nossa querida Presidente Lúcia Vânia para assumir a Presidência.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – V. Exª pode continuar presidindo, que é um prazer enorme estar aqui sob a sua Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado.

Senador Dário Berger, gostaria de ler o item 14 ou prefere deixar para depois?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Acho que seria importante ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – É um projeto de lei importante do Senado, nº 48, de 2016, terminativo.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2016

- Terminativo -

Dispõe sobre a denominação do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Blumenau.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da Reunião de 14/12/2016.

Com muito prazer, concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O projeto de lei é de autoria, como V. Exª mesmo mencionou, do Senador Dalirio Beber, que dispõe sobre a denominação do *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Blumenau, no Estado de Santa Catarina.

A proposição estabelece, em seu art. 1º, que o *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina, situado no Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, passa a denominar-se Campus Universitário Senador Evelásio Vieira.

Por sua vez, o art. 2º determina que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

De acordo com a justificação, o autor do projeto argumenta que a atribuição do nome do ex-Senador Evelásio Vieira a esse *campus* é uma justa homenagem ao "nome de um homem público que soube honrar e dignificar as nossas mais caras tradições políticas".

O projeto foi distribuído exclusivamente para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão em caráter definitivo.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

À Comissão de Educação compete opinar sobre proposições que versem sobre instituições educativas e homenagens cívicas, nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição a esta Comissão, cumpre também analisar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

No que concerne à constitucionalidade e à regimentalidade do projeto, não identificamos óbices à sua aprovação. Registre-se, também, que o projeto se coaduna com a ordem jurídica.

Registre-se ainda que, no que concerne à técnica legislativa, o projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Passemos, Srª Presidente, à análise do mérito da proposição propriamente dita.

Evelásio Vieira nasceu em 27 de novembro de 1925, na cidade de Indaial, no Estado de Santa Catarina. Foi Deputado Estadual pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, de 1967 a 1970; foi Prefeito de Blumenau, de 1970 a 1973; e Senador da República, de 1975 a 1983, sempre eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro, atual PMDB.

Em Blumenau, como radialista, defendeu, perante a sociedade, a campanha para a criação da Universidade Regional. Paralelamente a isso, transformou sua emissora de radiodifusão em um veículo de permanente defesa das aspirações coletivas.

Em seu mandato como Prefeito de Blumenau, destacou-se pela defesa da educação, que sempre considerou um instrumento de transformação social: ampliou a rede municipal, dotou as unidades de ensino de excelência e infraestrutura, e foi o precursor das creches públicas. Também atraiu empresas para Blumenau e realizou importantes obras de infraestrutura urbana, como a expansão da rede de água.

Faleceu em Blumenau, em 29 de junho de 2004, aos 78 anos de idade.

Sendo assim, é sem dúvida justa e meritória a iniciativa de denominar "Senador Evelásio Vieira" o *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina, situado no Município de Blumenau, ao reconhecer e homenagear o nome de um homem público que honrou as tradições políticas.

Vamos ao voto, então, Srª Presidente.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2016, de autoria do Senador Dalirio Beber.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Berger.

O Relatório é dado como lido, uma vez que nós não temos quórum para votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Perguntaria ao Senador Cristovam se V. Exª concorda em fazer audiência pública para instruir o projeto que V. Exª relata sobre leitura.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Concordo satisfeito.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Na quinta-feira?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É.

Audiências sempre são positivas. Mas esse é o projeto da Senadora... Não, não, esse é outro projeto.

Está bom. Eu concordo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Concorda? Na quinta-feira, às 10 horas?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Está bem. Para mim, há um problema: coincide com a reunião Comissão de Relações Exteriores, na qual sempre estou presente e começa às 10 horas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Então, eu vou estudar com Senador Paulo Paim, que é autor do projeto, uma data para que a gente possa fazer uma audiência pública com a presença de V. Exª e do Relator, na próxima semana, porque acredito que esta semana não daria mais para chamar os convidados. Mas, de antemão, deixo V. Exª avisado, porque na semana que entra, talvez na terça ou quarta-feira, de acordo com o autor do projeto e de V. Exª, a gente faça essa instrumentalização do projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Uma vez que alguns Senadores têm que se deslocar para a CNI, antes de encerrar a reunião, gostaria de submeter ao Plenário dois requerimentos de minha autoria, que podem ser subscritos por outros Senadores, se assim o desejarem.

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 3, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura, Roberto Freire, para apresentar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

diretrizes e os programas prioritários da sua pasta, com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos pela CE, conforme tradição nesta Casa.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O segundo é um requerimento convidando o Ministro do Esporte, com o mesmo teor, para que venha a esta Comissão apresentar as diretrizes e os programas prioritários da Pasta.

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 4, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Leonardo Picciani, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta, com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos pela CE, conforme tradição nesta Casa.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

O nosso objetivo é fazer com que a Comissão de Educação também abrace a cultura e o esporte para não ficarmos em dívida com esses setores.

Portanto, solicitaria aos Srs. Senadores que concordam com a vinda do Ministro de Estado do Esporte, Leonardo Picciani, que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os dois Ministros já foram contatados. O Ministro Roberto Freire, em princípio, viria no dia 4, e o Ministro do Esporte viria na outra semana.

Com o mesmo objetivo, estamos convidando o Ministro da Educação, para estabelecer as prioridades da Pasta e para que possamos nortear nos nossos trabalhos aqui.

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 5, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Mendonça Filho, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta, com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos pela CE, conforme tradição nesta Casa.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Outro requerimento, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que foi subscrito pela Senadora Regina Sousa.

Submeto a V. Exªs o requerimento.

> Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no dia 13 de junho de 2017, para fazer o lançamento da Semana de Ação Mundial 2017, que apresentará um balanço da luta nacional contra o trabalho infantil e para realizar o lançamento, no Brasil, da iniciativa global contra o trabalho infantil e de combate à exclusão escolar, denominada "100 milhões por 100 milhões", com a presença ilustre do Nobel da Paz, Kailash Satyarthi, idealizador da inciativa no mundo.
> Para compor a mesa desta audiência pública, sugere-se:
> 1 - Nobel da Paz: Kailash Satyarth;
> 2 - Ministro do Tribunal Superior do Trabalho: Lélio Bentes Côrrea;
> 3 - Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e representante da iniciativa "100 milhões por 100 milhões no Brasil": Daniel Cara;
> 4 – Representante do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil: Isa Oliveira;
> 5 - Presidente do Congemas - Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social: Vanda Anselmo Braga dos Santos;
> 6 - Presidente da Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação: Alessio Costa Lima;
> 7 - Presidente do Conasems - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde: Mauro Guimarães Junqueira;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

8 – A estudante secundarista e coordenadora jovem da iniciativa "100 milhões por 100 milhões": Ana Júlia Ribeiro;
9 - Coordenador Nacional do Fórum Nacional de Educação – FNE: Heleno Araújo;
Recomenda-se também que sejam convidados para a ocasião: o Coordenador-Geral da ONU-Brasil; e representações da OIT, UNESCO, UNICEF, ONU Mulheres e OIT.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia, Senadora Presidente e Senador Dário. O requerimento é autoexplicativo. Já houve quem dissesse e há quem diga sempre que, se cuidarmos das nossas crianças, vamos ter um mundo melhor. Talvez seja a única garantia de ter um mundo melhor. A gente já fez aqui a discussão do marco da primeira infância. Então, é mais uma razão. E essa semana é muito importante.

Eu queria só pedir para incluir o Sr. Ronaldo Curado Fleury, que é Procurador-Geral do Trabalho no Ministério do Trabalho, porque é importante saber que acúmulo há lá para discutirmos. Passo o nome dele direitinho para a Secretaria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço a V. Exª. Vou incluir o nome.

Quero cumprimentar a Senadora Fátima e V. Exª, Senadora Regina. Eu, particularmente, me sinto muito feliz em aprovar esse requerimento uma vez que fui, no governo Fernando Henrique, a criadora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no País. Esta audiência pública, sem dúvida nenhuma, é de extrema importância, principalmente em um momento como este. Deixo o meu abraço a V. Exª e à Senadora Fátima pela iniciativa.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e treze minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Hélio José, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Davi Alcolumbre, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Roberto Muniz, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Thieres Pinto, Garibaldi Alves Filho, Fernando Bezerra Coelho, Ricardo Ferraço e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Ciro Nogueira e Eduardo Lopes. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 3/2017, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. **Finalidade:** Receber o Ministro de Estado da Cultura, Roberto Freire, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta, com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão. **Participante:** Roberto Freire, Ministro de Estado da Cultura. **Resultado:** Realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2017** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga da decorrente do término do mandato da Senhora Rosana dos Santos Alcântara." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Roberto Muniz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 6 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências", conforme já solicitado pelo Senador José Medeiros em Requerimento de nº 100/2016 apresentado e aprovado na Comissão de Direitos Humanos - CDH." **Autoria:** Senador Pedro Chaves e outros. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A primeira parte da presente reunião atende ao Requerimento nº 3, de 2017, da Comissão de Educação, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a receber o Ministro de Estado da Cultura, Roberto Freire, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua Pasta, com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão.

A segunda parte destina-se à leitura do relatório da Mensagem nº 16, de 2017, e deliberação de requerimento.

Dando início à audiência pública, solicito ao Vice-Presidente, Senador Pedro Chaves, que acompanhe o convidado para tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Cumprimento o Ministro Roberto Freire e informo que a audiência pública terá a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão do Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Eu cumprimento o Ministro Roberto Freire.

Quero dizer aos Srs. Senadores que a vinda do Ministro a esta Comissão nos traz a oportunidade de, primeiramente, ouvir de S. Exª as diretrizes e as propostas do Executivo para a cultura e, em segundo lugar, a oportunidade de oferecermos nossas ideias para que sejam levadas em consideração pelo Governo.

Continuo destacando que esta audiência pública conta com serviços de tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e será realizada em caráter interativo, por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado, o que enriquecerá ainda mais os nossos debates, permitindo que o Senado Federal possa dar uma contribuição mais efetiva para a área de cultura, em sintonia com o pensamento da sociedade brasileira.

Portanto, declaro abertos os nossos trabalhos.

E passo, de imediato, a palavra ao Sr. Ministro Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE – Srª Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Educação e Cultura; Srs. Senadores; Srª Senadora Fátima Bezerra, digo da minha imensa satisfação de voltar a esta Casa, em que por oito anos estive, e de voltar ao Parlamento, do qual por mais de 40 anos dele fiz parte, seja na Assembleia Legislativa em Pernambuco, por quatro anos, seja na Câmara Federal e no Senado, pelo restante dos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estou retornando numa qualidade em que não imaginava que aqui viesse. Depois de tanto tempo no Parlamento, eu já havia excluído das minhas perspectivas a ida para o Executivo. Até tentei, no Executivo Maior, em 1989, quando da primeira eleição, após a redemocratização, com o fim do regime militar de 1964, e encontrei, na minha caminhada política, em grande parte, obstáculos a ser governo. Era um partido que, pela sua posição histórica, tinha imensas dificuldades em ser governo dentro da ordem estabelecida no Brasil. Era um tempo em que pensávamos em revolucionar essa ordem, e, em duas oportunidades, tive presença forte nos governos, e, por coincidência, ambos frutos de um processo de intervenção constitucional, no *impeachment*, anteriormente, do Governo Collor, com a assunção do Vice-Presidente Itamar Franco, oportunidade em que fui Líder do Governo na Câmara dos Deputados, e agora, nessa nova interrupção com intervenção constitucional do impeachment de Dilma, sendo convidado para ser Ministro do Governo Temer.

Dito isso, quero manifestar a satisfação de estar aqui falando como Ministro de um Governo que enfrenta graves dificuldades. Não vim aqui para falar do legado, do que o Brasil enfrenta em termos de crise, salvo pontualmente ou marginalmente quando tiver que dizer das dificuldades que estamos enfrentando no Ministério. Eu diria que a minha dificuldade no Ministério foi parcialmente enfrentada e resolvida com meu antecessor, que foi aquele que enfrentou, no primeiro momento, as maiores dificuldades do processo. Uma área em que todo e qualquer movimento que ocorrer pode ter uma dimensão muito grande em termos de impacto na sociedade exatamente porque são artistas, são celebridades, são pessoas que têm presença maior na própria sociedade, na opinião pública, e claro que com isso reverberam muito mais todos os problemas que ali surgem. Mas eu diria que isso foi bem encaminhando.

Uma ideia básica que teve meu antecessor, tem o Governo Temer e tenho eu pessoalmente é de que nós não fomos para o Governo com nenhuma ideia e revanche. Eu até costumava dizer que, quando restauramos a democracia derrotando o regime militar em 1985, o nosso Partido (Partido Comunista Brasileiro), naquela oportunidade, dizia muito claramente que nós iríamos para o Governo e precisávamos não imaginar nenhuma revanche. Isso na política pode trazer graves prejuízos, ao invés de se olhar para frente, se olha pelo retrovisor e se começa a ter ideia de que temos que enfrentar o adversário do passado ou até inimigo e não enfrentar as dificuldades que se oferecem no nosso caminho, olhando para as nossas responsabilidades e o que fazer. Isso soava até estranho porque tínhamos acabado de derrotar um regime que tinha produzido evidentemente problemas gravíssimos pelo caráter de repressão, de restrição às liberdades e de perseguição, como foi toda a crônica conhecida no regime militar de 1964.

Mas, se naquela oportunidade tínhamos essa compreensão, muito mais agora, que não estávamos superando nenhum regime discricionário, estávamos apenas dando continuidade a um processo democrático dentro até – eu diria – de uma afirmação profundamente democrática como é exatamente a aplicação do processo de impeachment e suas consequências.

Digo isso porque é importante salientar que, no Ministério, não houve nenhuma caça às bruxas, não houve nenhuma razia, não houve nenhuma perseguição; houve, evidentemente, mudanças que, no regime presidencialista, qualquer troca de governo provoca. Este, talvez, seja um dos aspectos que infelizmente não se consegue discutir com profundidade e com viabilidade: a mudança de regime para a modernidade do parlamentarismo, o que, por si só, daria uma estabilidade ao estamento da burocracia estatal, que no presidencialismo inexiste. O presidencialismo, pela própria condição, faz mudanças toda vez que muda o governo, e muda em uma quantidade que, no Brasil, é excessiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não fizemos ainda nem mesmo uma reforma administrativa que fosse digna desse nome. Fizemos a mudança que seria aconselhável até porque houve também mudança de foco. Eu não diria mudança substantiva de programas e objetivos, mas mudança de foco, de ênfase e evidentemente, em alguns momentos, mudanças que, nessa ênfase, podem até significar correções de rumos.

Nesse sentido, posso dizer que assumi dentro de um quadro que, no País, não seria diferente, num quadro em que as instituições estão sofrendo, ainda estão sofrendo, processos de deterioração, degradação em alguns aspectos, perda de valores, um quadro em que talvez o mais simbólico que se possa dizer é a presença de uma Lava Jato como um renovar de esperanças de que poderemos superar todos esses obstáculos e problemas na transparência da Administração Pública e no uso dos recursos públicos.

O Ministério da Cultura não ficou ausente desse processo de discussão, deterioração e críticas a muitas de suas atividades. Nesse sentido, percebia-se claramente que o Ministério da Cultura era, em alguns aspectos, quase que vinculado ao problema da Lei Rouanet. E, sobre a Lei Rouanet, começou-se a criar pensamentos e ideias, algumas delas equivocadas, que geravam na sociedade e na opinião pública a ideia de que a Lei Rouanet também tinha sido um instrumento para que os desvios, os ilícitos, não apenas irregularidades, mas até crimes de corrupção poderiam ser praticados em função de sua existência.

O clima de disputa política, legítimo em qualquer regime democrático, quando se acirra, gera, evidentemente, contradições e se perde, nesses aspectos, por conta da radicalização, certa racionalidade. E, na avaliação da Lei Rouanet, muitas vezes essa racionalidade desaparecia e se imaginava que a Lei do Mecenato pudesse estar facilitando processos de corrupção, beneficiando adeptos do regime que tinham sofrido o *impeachment*. Isso, na opinião pública, era algo que precisava ser combatido, e em alguns momentos combatido, inclusive, esquecendo ou pedindo a extinção da Lei Rouanet. Havia um processo de demonização dessa lei. E é bom que a gente lembre que ela foi algo surgido da ideia de um grande brasileiro – e não só surgido da ideia, mas implementado por um grande brasileiro –, que foi Celso Furtado, quando Ministro da Cultura.

Aproveitando, inclusive, nós que somos nordestinos e vivemos isso – e aqui está o nosso Senador Cristovam Buarque. Ambos híbridos: ele, pernambucano, Senador pelo Distrito Federal; eu, pernambucano, Deputado hoje por São Paulo. Nós vivemos, quando estudantes, a luta pelo desenvolvimento regional, pela criação da Sudene. E um dos aspectos fundamentais daquela proposta de Celso Furtado, Ministro do Planejamento, foi a criação dos incentivos fiscais para a Região nordestina. Era a base da Sudene, no seu processo de industrialização, no chamado artigo 34/18, que era o incentivo fiscal de uma renúncia que o governo concedia do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas. Ele trouxe isso para a cultura.

A Lei Rouanet é uma mudança, que foi operada no governo Collor, da lei original, que foi inclusive denominada na época Lei Sarney, que era o Presidente da República na ocasião em que Celso Furtado era Ministro da Cultura e elaborou essa lei.

Estou dizendo tudo isso para afirmar que o nosso foco, ao entrar no Ministério, era o de encontrar respostas para que paralisássemos essa ideia de que a Lei Rouanet era responsável por problemas – alguns deles, inclusive, já sob a alçada da Polícia Federal e do Ministério Público, em uma operação chamada Boca Livre. Para tentar deter esse processo e dizer da importância da Lei Rouanet para a cultura brasileira, nós iniciamos desde logo uma discussão, dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ministério da Cultura e, depois, aberta para aqueles que são promotores da cultura, produtores, patrocinadores, aqueles que sempre utilizaram a Lei Rouanet, para debater com eles mudanças que pudéssemos ter como resposta para dizer que a lei não era responsável, mas que ela precisava de algumas modernizações, atualizações, de maior transparência e de responder algumas críticas que não eram demonizantes, mas eram, evidentemente, pertinentes, porque eram distorções na sua aplicação, fugindo do objetivo, que é o incentivo à cultura em nível nacional.

Ela gerava uma distorção muito clara, e, quando se viam os dados da Lei Rouanet, percebia-se que, em grande parte, a sua aplicação, a sua eficácia era quase que totalmente, perto de 80%, no Sudeste brasileiro; pouco mais de 10% no Sul do País e o restante distribuído, quase que menos de 1%, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ao mesmo tempo, era muito concentrada a presença de patrocinadores e produtores, e aqueles que propunham os projetos para ter benefícios da Lei Rouanet... Isso não tinha muita transparência; não havia a democratização na ampliação para outros setores, com críticas recorrentes; uma delas, que não era recorrente, mas que se mostrou e é algo que temos como um grave problema no próprio Ministério, é no sentido de que não havia nenhuma transparência na avaliação, na análise dos projetos e as suas respectivas prestações de contas depois de realizados. Basta dizer que nós temos um passivo, no Ministério, de prestação de contas da Lei Rouanet de algo acima de 15 mil projetos, cujas contas foram prestadas mas não foram analisadas pelo Ministério. Esse, evidentemente, é um passivo que tem que ser extinto. Isso representa, inclusive para todos nós, um receio de que nós não sabemos, nessas prestações de contas, o que existe de irregularidades ou de ilícitos até.

Então, esse ´é um problema que nós estamos enfrentando; é um problema subsequente já de alguns encaminhamentos de soluções, porque já demos. Esse, talvez, tenha sido o primeiro momento de intervenção concreta do Ministério, isto é, a mudança que fizemos na Lei Rouanet. Não na lei, mas na sua análise e na sua aplicação, na sua tramitação. E por que fizemos isso? Porque analisamos que pedir a mudança legal talvez demorasse um tempo e que o debate pudesse ser contaminado, neste momento, por uma demonização até de se querer extinguir a lei de mecenato.

Então, era importante termos respostas para, num primeiro momento, readquirir credibilidade na própria lei, credibilidade na ação do Ministério com a Lei Rouanet, e, a partir daí, caberá ao Congresso dizer se discutirá mudanças legislativas.

Eu até imagino que a CPI da Lei Rouanet, que está na Câmara dos Deputados, poderá trazer, no seu relatório final, alguma contribuição do ponto de vista de aperfeiçoamento da Lei Rouanet.

Nós temos até dois problemas que poderiam... Não são propriamente problemas – podem ser até soluções – que poderiam ser enfrentados nessa mudança da Lei Rouanet – mudança parcial – e que poderiam ser interessantes. Uma delas é que têm condições de utilizar o benefício da renúncia fiscal da Lei Rouanet apenas as empresas, pessoas jurídicas, que tenham lucro real. Em grande parte, as empresas brasileiras estão no lucro presumido. Isso, muito provavelmente, bem mais presente nas nossas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quem sabe possamos discutir a possibilidade de aquelas empresas de lucro presumido – esta é uma análise que deve ser feita – também poderem contribuir e fazer da renúncia fiscal uma política de incentivo à cultura?

Outro aspecto já está previsto na lei, mas, talvez, precisasse sofrer uma regulamentação diversa, até porque é quase ineficaz, que é a contribuição de pessoa física, que pode contribuir também com sua renúncia fiscal do Imposto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Renda que venha a pagar para a Lei Rouanet. Mas, quanto a isso, Celso Furtado não encontrou a solução, que era muito simples. Para se destinar o sistema 3418 para a Sudene e para o desenvolvimento do Nordeste, no momento em que a pessoa física declarava o Imposto de Renda, ela, naquela oportunidade, já fazia a dedução, para que isso fosse encaminhado para o Nordeste. No caso da Lei Rouanet, não há como fazer isso. De acordo com a lei, não há como fazer isso na declaração de Imposto de Renda da pessoa física. Talvez, tivéssemos de encontrar um mecanismo para que isso ocorresse. Não tenho dúvida de que aí poderíamos ampliar, de forma substantiva, esse aporte de recursos de pessoa física para incentivo à atividade cultural.

O que posso dizer é que, ao fazermos essas mudanças na Instrução Normativa que já está em vigor, foram pouquíssimas as contestações, foram pouquíssimos os setores que colocaram alguma crítica ou que se mostraram desconformes, achando que, talvez, não fosse o melhor encaminhamento. Mas mesmo esses admitiram que tinha sido um excelente avanço.

Há mais um aspecto que aqui quero ressaltar, dizendo, inclusive, para os Srs. Senadores que nós políticos estamos vivendo, evidentemente, uma crise de representatividade, não apenas no Brasil, mas no mundo. No mundo, está havendo um profundo processo revolucionário de mudanças nas relações em todos os campos, de mudanças nas instituições, e essas instituições políticas estão sofrendo esse embate. Falta de representatividade se dá não apenas no Brasil. No Brasil, há a falta de representatividade e alguns outros problemas. Mas, de qualquer forma, toda a política está também sendo revolucionada no mundo, basta a gente analisar o que está ocorrendo em alguns países que são grandes expressões no concerto das nações.

O político me trouxe uma discussão. Os técnicos do Ministério da Cultura, que foram, em grande parte, os responsáveis por analisarem e formularem essa instrução, falaram da prestação de contas, em função desse passivo, da dificuldade que, normalmente, há no Brasil de prestação de contas da utilização de recursos públicos – não precisamos dizer mais de outras dificuldades. Mas veio aquilo que da política tinha trazido um bom resultado, embora também com os desvios, com as irregularidades, com os ilícitos. Mas a prestação de contas das campanhas políticas é uma prestação de contas em tempo real.

Esse é um dado interessante para a gente entender que aquela contribuição política e da política poderia ser importante para encontrar o nível desejado da transparência na prestação de contas dos projetos da Lei Rouanet. E eles, hoje, são em tempo real, de acordo com a instrução. Esse é um grande avanço. Tudo pode ser acompanhado, com a transparência devida e com acesso fácil, no *site* do próprio Ministério. Então, estamos tentando com isso dizer: acompanhem a aplicação dos recursos públicos frutos da renúncia fiscal da Lei Rouanet. E isso é possível neste momento.

Podemos falar de outros programas que nós temos no Ministério...

Vou tentar adiantar um pouco, porque estou falando demais, talvez sentindo a falta de estar no Parlamento.

Mas quero dizer, por exemplo, que um dos aspectos importantes... Inclusive está aqui a Senadora Fátima Bezerra, autora de um projeto de lei que trata do incentivo à leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O objetivo é exatamente instituir o primeiro marco regulatório voltado para a Política Nacional de Leitura e Escrita. Está pautado, inclusive, para ser votado nesta Comissão, não é, Senador?

O SR. ROBERTO FREIRE – Quero dizer que, inclusive, pedi à Liderança do Governo que o aprovasse. E por quê? Porque uma das coisas que nós percebemos – e percebe a sociedade brasileira – é que o Brasil lê muito pouco. Nós somos um país que, infelizmente, ainda tem analfabetos, que, até por força dessa sua condição, não leem, e aqueles que, mesmo alfabetizados, leem pouco.

A política de incentivo à leitura é um dos focos na nossa gestão. Desde que lá chegamos, começamos a levanta problemas da participação do Ministério em feiras de livros e em jornadas literárias, que normalmente são instrumentos importantes para se criarem novos leitores e se incentive o livro como algo significativo na vida de todos nós. Quando me perguntaram sobre o que eu lembrava de cultura como algo a que eu me dedicava, a única coisa de que me lembrei foi o livro, mas depois ressaltei que era por conta da minha idade. Na época em que comecei a me interessar do ponto de vista de ter acesso à cultura, o mais fácil que havia era o livro, porque no meu tempo não havia nem televisão. Só para a gente ver que não era uma coisa simples. Nós avançamos muito, e este mundo novo oferece muitas outras oportunidades. Então, o Ministério está com uma política muito definida de incentivo à leitura, de participar e incentivar a promoção de feiras do livro e de jornadas literárias.

O Ministério há muito tempo, só para dar um exemplo, não participava da Feira Pan-Amazônica do Livro, realizada em Belém, que é a quarta feira de livros, em dimensão, que temos no Brasil; as primeiras são as duas Bienais do Rio e de São Paulo, de Porto Alegre é a terceira, e essa feira em Belém do Pará é a quarta. Então, é importante dizer da nossa presença como uma forma de buscar incentivar o livro.

Estamos tentando, juntamente com essas plataformas que oferecem leitura digital, para saber como também o Ministério a isso se integrar, discutindo com a Amazon e com outras, que parecem até muito dispostas a contribuir com o setor público, como demonstram lá na cidade de São Paulo. Então, estamos tentando buscar isso para que as bibliotecas do nosso País sejam abertas permanentemente.

Estamos numa luta tremenda para reabrir a Biblioteca Demonstrativa aqui do Distrito Federal. Lamentavelmente, no Distrito Federal... Permitam-me esta crítica, porque, mesmo alguns desses equipamentos culturais não sendo da administração do Ministério, é inadmissível para qualquer Ministério da Cultura do País olhar a Esplanada dos Ministérios e ver o Teatro Nacional fechado há quatro anos.

Agora, em Brasília, se teve facilidade de fazer um dos estádios que, infelizmente, é um dos exemplos dos escândalos que nos resultaram das várias arenas da Copa. Para isso houve dinheiro, mas não para a cultura. Nós continuamos aí com um teatro fechado. Inclusive, a Bancada do Distrito Federal, o Senador Cristovam Buarque e os outros dois Senadores integraram-se nessa busca de solução para a reabertura do Teatro Nacional. Estamos discutindo com algumas dificuldades, em especial a dificuldade, que é nacional, de todo um processo de ajuste fiscal, de dificuldades orçamentárias, de contingenciamento, como este recente, que foi muito duro e que vai exigir da gestão, seja ela de qualquer ministério, também muita dureza na contenção dos gastos para poder se adequar a esta nova realidade, que espero poder ser solucionada o mais rápido possível, com a retomada do crescimento econômico, que está ainda num ritmo vagaroso. Mas quem sabe, o Brasil sempre surpreende, e há sinais positivos de que possa haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

certa aceleração. Talvez a gente comece a recuperar a capacidade de investir mais nos nossos ministérios, em algumas atividades – investir, inclusive, na cultura.

Eu uso esse termo "investir" porque um dos aspectos que estamos enfatizando também nesta gestão, com a criação inclusive de uma Secretaria da Economia da Cultura, é o de que a cultura faz parte significativa, neste novo mundo, e cada vez mais, de atividade econômica e impactante. E com uma perspectiva de grande crescimento, porque este mundo que está aí vai a cada dia, evidentemente, destinar mais tempo a todos nós para o lazer, para o entretenimento e para a cultura, sem nenhuma dúvida.

Se víamos, no século XX, aquilo que significavam as linhas de montagem – talvez a maior expressão do fordismo tenha sido a linha de montagem da indústria automobilística –, hoje isso está deixando de ser algo do futuro, isso começa a ser do passado, mesmo quando os Trumps da vida não entendem tal mudança. Nós temos que começar a ver não as linhas de montagem, mas as linhas de criação que estão se criando no mundo da cultura, para começarmos a ver que isso será o futuro.

E aí essa Secretaria da Economia da Cultura está começando a ter perspectiva de incentivar plataformas de negócios na área da cultura. Não apenas ter a Jornada do Livro, mas ter também, nas Jornadas do Livro, o negócio com aquilo que é edição, aquilo que é distribuição, aquilo que é produção da atividade literária em todas as suas linguagens.

Da mesma forma no audiovisual. Mais do que nunca, o Brasil deve ampliar aquilo que já foi feito. É importante ressaltar que, desde a Lei do Audiovisual – inclusive tive a honra de encaminhar, como Líder do governo Itamar na Câmara dos Deputados, a aprovação da Lei do Audiovisual –, lá no início da década de 90, até hoje, o Brasil avançou, e avançou substantivamente, nisso. E é importante ressaltar que precisa continuar avançando.

No Ministério, estamos dando uma ênfase grande a que a economia seja entendida na sociedade brasileira não como algo supérfluo. Porque em uma crise de imediato vem a ideia: o que nós precisamos é de saúde, é de hospitais, é da área da educação. Sim, isso precisamos permanentemente. Mas é preciso também entender que, para que isso exista, é necessário que tenhamos uma economia que cresça, uma economia que gere renda para que esses serviços essenciais possam também crescer, não apenas na oferta, mas em qualidade. E nesse ponto a economia da cultura tem que ser entendida, porque a cultura passa a ser algo dinâmico nessa economia em crescimento, nesse novo mundo que aí está. Então, isso é importante salientar, porque nós estamos dando muita ênfase no Ministério.

No Sistema Nacional de Cultura, estamos dando continuidade, sofrendo um pouco do impacto do contingenciamento, com a diminuição de algumas das suas atividades, e estamos tendo o cuidado de diminuir a atividade meio, não a atividade fim. Porque, infelizmente, houve algumas distorções nesse Ministério, em que uma atividade meio foi muito enfatizada e incentivada até. Houve certas conferências, com um número elevado de participantes, que, evidentemente, em uma época de vaca gorda, se podia até nem perceber, mas agora é evidente que é algo distorcido. Não podemos enfatizar isso, não podemos incentivar. Vamos manter, mas vamos ter que também fazer contingenciamentos.

Não o faremos na ponta, até porque o único – não é contingenciamento – o único abalo sofrido em algumas dessas atividades, inclusive Pontos de Cultura, é porque muitos desses Pontos de Cultura não prestaram conta, e nós estamos tratando de recursos públicos. Seja para Pontos de Cultura, seja para Lei Rouanet, para o audiovisual, não importa a destinação, aquilo é recurso público e tem que ser bem cuidado. Não se podem admitir prestações de contas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ou não prestações de contas que não sigam aquilo que determina a lei e não atentem para o bom uso desses recursos. Então, o único problema que está acontecendo em alguns dos programas do Ministério são aqueles referentes à não prestação de contas ou à má prestação de contas.

Quanto a isso nós seremos rígidos, até porque a probidade administrativa assim exige, mas, no restante, nós estamos tentando manter, até porque existem experiências muito exitosas.

Há problemas na Secretaria de Fomento, porque, com esse contingenciamento, nosso Fundo Nacional de Cultura zerou – aviso a todos. Inclusive, nós estávamos com uma tentativa em vias de se concretizar para regulamentar a legislação que trata do fundo a fundo, da transferência de recursos do fundo nacional para os fundos estaduais e municipais de cultura, de acordo com o nosso Sistema Nacional de Cultura. Só que esse programa terá que ser adiado até que recobremos a nossa capacidade de poder implementá-lo, até porque hoje não há recurso algum em função desse contingenciamento. Nós estamos lá vendo o que cortamos de gordura.

E esse é um aspecto positivo. Eu gostaria de dizer que nem tudo a gente tem que ver pelo lado negativo. Esse contingenciamento vai forçar, necessariamente, o serviço público a cortar gorduras, eu estou vendo isso no Ministério. Há algo que representa muita gordura e eu, inclusive, senti da parte do Presidente Temer uma tentativa de equacionar isso – não sei se solucionar, mas pelo menos encaminhar discussões nesse sentido. É que, quando a gente analisa, por exemplo, o que os ministérios têm que dispender em alugueis, ficamos impressionados. Eu vi isso no Ministério da Cultura, que é um pequeno ministério. Assim mesmo, nós, com um mínimo de racionalidade e de organização nos escritórios do próprio Ministério, conseguimos entregar dois pisos de um prédio chamado Parque – é um prédio moderno onde havia instalações do Ministério. Nós conseguimos trazer pelo menos dois andares que estavam lá para o Ministério na Esplanada.

E isso não é apenas o nosso Ministério que pode fazer, muitos outros podem fazer isso. Inclusive, há uma boa perspectiva em relação a um dos órgãos vinculados, o IPHAN, que é um dos órgãos importantes que este País tem, com 80 anos de história entre nós e um serviço prestado para que nós tenhamos a nossa memória, o patrimônio material das nossas cidades históricas, aquilo que nós fomos e nos deu condições de estarmos aqui e sermos amanhã a nacionalidade brasileira. O IPHAN é um órgão que merece todo o nosso respeito. Eu queria ressaltar isso não apenas em comemoração aos 80 anos dele, mas pelos serviços que ele presta. Muitas vezes faz isso com dificuldade e é mal entendido, porque tudo o que se faz neste País precisa da licença do IPHAN, seja licença para construção em função do patrimônio material e imaterial, seja licença ambiental, por instruções que são por ele determinadas. O IPHAN em Brasília, por exemplo, está em vias de adquirir uma sede própria, e com ganhos para o Ministério. A Secretaria de Patrimônio da União está em tratativas para resolver isso.

E digo isto até para que o Governo e a sociedade comecem a entender: a Secretaria de Patrimônio da União está tendo um papel muito ativo em ofertar imóveis para que se possa enfrentar essa questão dos aluguéis. Então, é importante salientar isso, porque é um dos aspectos que eu fiz e busco fazer no Ministério da Cultura, e espero que todos os ministérios e órgãos públicos neste País façam, até porque temos muitos imóveis e não necessitamos, talvez, de muitos aluguéis.

Bom, talvez encerrando, para abrir o debate que, é possível que seja melhor, pois já demorei um pouco e peço desculpas, apenas quero dizer que estamos retomando um programa. Eu tinha um cacoete... Aliás, eu sempre tive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

alguns cacoetes. Eu me lembro de um tempo em que eu dizia... E depois eu tive contato aqui, com ele, direto, mas quando eu era jovem, só para me lembrar de um, eu dizia que onde Roberto Campos estivesse, eu estaria do outro lado. E depois eu o conheci e com ele tive algum contato, inclusive na Constituinte, e vi o economista brilhante que ele era, com discordâncias, e que achava que – próprio do cacoete – eu tinha sido injusto, porque ele podia contribuir com alguma coisa.

Inclusive, ele contribuiu e muito, por exemplo, com o grande banco brasileiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, sem o S naquela época.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO FREIRE – E outras, claro! Foi um bom Embaixador do Brasil em Washington. Isso eu digo, até porque foram períodos críticos no pré-golpe de 1964. Depois, eu revi meu cacoete. Mas houve outros cacoetes. Então, são cacoetes em que eu dizia o seguinte: a ditadura militar fez alguma coisa, mas eu não vou dizer que foi boa coisa nenhuma, porque a ditadura fez tanta coisa ruim para as nossas gerações, para o País, que eu não vou dizer nada de bom. Aí eu fui pego, agora, na contramão, tal como fui pego com o Sr. Roberto Campos.

Houve outros cacoetes. Eu não vou lembrar porque a gente aqui pode... Eu tenho muita história para contar, tenho muita idade. Mas eu comecei a analisar, até na visão da economia que a cultura oferta, que não é só o Carnaval, não é o Carnaval do Rio de Janeiro.

Eu tenho um estudo que me deram, há algum tempo – eu não imaginava nem ser Ministro da Cultura –, sobre a economia do Carnaval no Rio de Janeiro. É impressionante! Quem me deu, inclusive, foi Luiz Carlos Prestes, que me trouxe – não o pai, o filho – e disse: "Olha, analise isso aí..." Há algum tempo, porque ele estava trabalhando em que a Lei Rouanet estava com alguns problemas com as escolas de samba, e ele disse: "Olha, isso aqui é importantíssimo para a economia do Rio de Janeiro."

Não é só para a economia do Rio de Janeiro, é para todas as economias, todos os Municípios que fizeram os seus Carnavais, mesmo em momento de crise. Teriam de ter feito, e muitos fizeram, era a redução dos gastos; fazer um Carnaval com custo menor, mas não extinguir, porque o Carnaval ativa a economia. Em algumas economias, como a do Rio, não só ativa, é impactante e tem significado.

Então, pensando nisso, nessa visão de que a cultura tem que buscar sustentabilidade, tem que ser parte integrante da economia, eu comecei a pensar – e aí vem o cacoete – que a ditadura não queria nada, e me lembrei que tinha surgido na década de 70, portanto, em pleno regime militar, um programa interessante, que abria um mercado de trabalho e ofertava um entretenimento e um lazer importantíssimo, que foi o projeto Pixinguinha, e também o projeto Mambembão, que trata das artes cênicas, da dança e do circo.

É uma forma direta de incentivar os produtores culturais, aqueles que fazem cultura, incentivar a cultura e oferecer um mercado de trabalho para eles, e oferecer lazer, entretenimento e o prazer da cultura para a sociedade brasileira a preços módicos, como são os preços do Pixinguinha. Quem é que não lembra, na sua cidade, normalmente naquela época feito nas grandes cidades e capitais, porque tínhamos poucos equipamentos de teatro, equipamentos culturais? E agora, de uma forma bem mais extensa, temos presente em outros Municípios brasileiros, fora das grandes cidades e das capitais, e podemos expandir muito mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, é só para dizer que o cacoete, eu relevei exatamente para me apropriar disso e, para não ser, assim, muito duro no meu recuo, eu disse que isso foi anistiado porque, depois do fim da ditadura, ele continuou, tanto no governo Fernando Henrique como, em parte, até no governo Lula. Então, foi anistiado e, portanto, estou agora trazendo... E a Funarte, por intermédio do seu Presidente, Stepan Nercessian, vai iniciar, eu acredito que ainda neste mês de maio, ainda neste semestre, esses dois programas, que acredito são importantes para a sociedade brasileira, até porque também vão nos ajudar a enfrentar melhor a crise, tendo aqueles artistas consagrados com aqueles que são novos e que estão surgindo, emergindo. Esta é uma característica importante desses projetos: eles juntam o consagrado com o que está surgindo, o iniciante, e isso ajuda que nós formemos os futuros artistas e criadores da cultura no Brasil.

E termino dizendo que, na cultura, estamos tentando ajudar o País a enfrentar a crise e a afirmar cada vez mais a sua identidade nacional.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Ministro Roberto Freire.

Vou direto, Ministro, a algumas perguntas. Algumas V. Exª já respondeu, mas apenas para clarear alguns pontos que, na minha visão, ainda precisam de esclarecimento.

V. Exª colocou aqui as alterações feitas na Lei Rouanet, em função de quebrar todo esse mito de que a lei gera desvios, enfim. V. Exª colocou muito bem isso. Eu gostaria de saber qual é a posição de V. Exª em relação ao projeto que tramita aqui na Casa tentando modernizar a Lei Rouanet e se o Ministério tem alguma sugestão a fazer em relação a esse projeto.

A segunda questão seria em relação à Funarte. Eu queria que V. Exª falasse um pouquinho sobre a Funarte, qual o papel que ela vai desempenhar na sua função.

Por fim, eu gostaria de saber as mudanças que estão sendo feitas na Ancine, que geraram expectativa na indústria cinematográfica. V. Exª poderia falar quais são as alterações que estão sendo promovidas pelo Ministério.

Mas antes de passar a palavra ao nosso Vice-Presidente, eu gostaria de fazer aqui uma pergunta que nos foi feita pelo e-Cidadania, é uma pergunta mais voltada para o MEC, mas acho que V. Exª poderá responder. A participação é de Alexandre Ughini, do Rio Grande do Sul. Ele pergunta o seguinte, Ministro: "Os livros atualmente estabelecidos pelo MEC, tanto para o Ensino Fundamental como para Ensino Médio, são verdadeiras cartilhas de doutrinação comunista!! É simplesmente estarrecedor! Os de História, por exemplo, utilizados do 6º ao 9º ano, são todos do mesmo autor comunista!"

O SR. ROBERTO FREIRE – Olha, vou começar por essa e responder muito sumariamente.

Eu passei grande parte da minha vida lutando para que tivéssemos liberdade de expressão, de opinião, de organização. Evidentemente que isso pode ser uma opinião, é a expressão de um cidadão, respeitável. Mas, evidentemente, discordo profundamente da sua compreensão. Isso me cheira muito à ideia de imaginar uma doutrinação ao contrário, de uma que ele julga que existe.

Eu acho que nós vivemos... O exemplo maior... E falo com conhecimento de causa, eu venho dessa origem do movimento comunista internacional, e uma das coisas mais difíceis é você lutar contra um regime comunista. Eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

regimes ditatoriais, nós tínhamos a ideia de que, através de uma ditadura do proletariado, iríamos construir um mundo novo, um homem e uma mulher também novos. Infelizmente, a história nos derrotou.

Então, se no Brasil houvesse isso efetivamente, nós não estaríamos vivendo o processo democrático que estamos vivendo, que, inclusive, foi posto à prova de uma forma muito dura e expressiva no processo de *impeachment* da Presidente Dilma. Isso é a demonstração de que a democracia brasileira funciona e de que quanto a isso aí, se porventura houver algum autor ou professor comunista, ele tem todo o direito de exercer a sua posição política, expressar as suas ideias e deve ser respeitado nessa sua atividade como cidadão brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em relação à Lei Rouanet, o projeto que está no Congresso?

O SR. ROBERTO FREIRE – Olha, o projeto é uma mudança substantiva, não é uma mudança – até como eu aqui coloquei – de dois aspectos de aprimoramento, de modernização da Lei Rouanet. Esse projeto tem... Esse é o grande debate, quero dizer até que de vez em quando sou lá acionado no Ministério sobre o que o Ministério pensa. Eu digo o que penso, mas eu não tenho nenhuma preocupação em dizer que o que eu penso seja o que vai ser adotado pelo Congresso. Ao contrário, eu sou daqueles que dizem que o Congresso sempre aprimora as leis, ao contrário do que se imagina, como se o Congresso atropelasse, atrapalhasse essas ideias, inclusive, que o Congresso desfigurou. Olha, vamos parar com isso. Numa democracia, quem legisla é o Congresso. Nós estamos vendo o que está acontecendo na Venezuela, para a gente ter a exata noção do que significa democracia.

Cabe à Câmara e ao Senado discutir e decidir sobre a reforma ou sobre a reforma ou sobre a mudança que vai fazer na lei do mecenato. Esse projeto, que está em tramitação aqui, na minha avaliação – e faço essa avaliação não como Ministro, mas como Parlamentar que acompanhou essa tramitação na Câmara dos Deputados –, envolve uma concepção segundo a qual o mecenato diminui em função de uma maior intervenção do Estado. Isso está presente nesse processo.

E eu quero dizer que não sei se esse é o melhor caminho. O Estado hoje tem a sua capacidade de intervir para diminuir distorções, seja no Ministério, seja até na própria Ancine, seja distorção regional, aplicação em determinada linguagem ou expressão cultural. Isso existe no Fundo Nacional de Cultura, são os instrumentos próprios do Ministério, da Ancine e do Estado. A lei do mecenato, tal como está na Lei Rouanet, pode ser aperfeiçoada, mas não se pode mudar a sua concepção.

O que é que a Lei Rouanet significa como garantidora do pluralismo cultural brasileiro? É que não há intervenção do Estado, salvo para autorizar a captação e controlar a execução, porque, de qualquer forma, é recurso público. A Lei Rouanet possibilita uma junção de interesses que são próprios da sociedade. É o proponente, o autor do projeto, do evento, o museu, a biblioteca, o projeto que pretende ter recursos do mecenato e o patrocinador, que é o mecenas, com participação do Estado na renúncia, mas sem interferência do Estado, é um encontro entre eles. O Estado apenas julga se está de acordo com a Lei do Mecenato, autoriza a captação, fiscaliza e analisa a prestação de contas, mas aquilo surge da sociedade, do seu pluralismo, e é importante que isso continue. Cabe ao Estado algo complementar, atuar com o intuito de corrigir distorções ou atender aquilo que essa lei do mecenato não atendeu, lá não chegou ou não pôde concretizar. Então, é preciso ter essa exata compreensão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E mais uma vez quero me referir a toda a nossa história e trajetória. Eu já fui de um tempo que achava que o Estado é que tinha que cuidar disso, diretamente, mas, lamentavelmente, também um exemplo histórico nos ensinou: muitas vezes, com essa interferência, deixamos de ter cultura, passamos a ter propaganda. Temos que ter cuidado com isso. Então, é apenas para dizer que...

Mas, quanto a esta análise aqui, eu quero colocar: não é como Ministro da Cultura, eu estou fazendo essa colocação como Parlamentar que fui e que, no momento preciso, não era favorável à mudança tal como prevista nesse projeto. Há alguns dispositivos que podem ser aproveitados? Claro, não estou querendo dizer que é *in limine*, mas a sua concepção é contrária à concepção da Lei Rouanet – para a gente ter clareza nisso –, pelo menos na minha avaliação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu não vou pedir que sejam respondidas as outras perguntas porque, senão, eu impeço os outros de fazerem as suas.

Eu quero passar a palavra aqui para o Vice-Presidente da Comissão, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Ministro, só duas perguntinhas.

Analisando a Instrução Normativa nº 1, de 2017, do Ministério da Cultura, constatamos que algumas das medidas permitem melhor acompanhamento dos gastos dos projetos aprovados pela Lei Rouanet, tais como o acompanhamento da movimentação dos recursos incentivados em tempo real, a partir de extratos, ou da adoção de uma conta única para o projeto, vinculada ao Banco do Brasil.

Uma das medidas contidas nessa instrução normativa torna, no entanto, menos rígido o controle, ao permitir alterações de 50% do valor de item orçamentário, sem autorização do Ministério, ao invés dos 20% antes aceitos. Pergunto a V. Exª se em sua opinião as medidas implementadas nessa norma, e outras que venham a ser tomadas, serão eficazes para diminuírem consideravelmente a fraude e a má utilização dos recursos aprovados pela Lei Rouanet?

O SR. ROBERTO FREIRE – Como se trata de algo que é em tempo real, se essa permissão de ampliar mudanças... E por que isso foi feito? Eu não sou produtor cultural, nunca fui, não sou cineasta, não participo disso, mas o Ministério tem aqueles que conhecem. Uma das coisas que os próprios técnicos falavam é que numa produção cultural você não pode ter uma rigidez de imaginar que não tenha que... Até os artistas fazem cacoete nas suas apresentações. Eles têm a memória do que têm a dizer, mas muitas vezes criam, que é o que chamam de... Não lembro o nome, mas eles criam na sua apresentação.

Então, imagine você produzindo um filme, produzindo um evento importante, o que surge de imprevistos, de mudanças que você tem de fazer! Se eu estou em tempo real e todo o processo é acompanhado em tempo real, mesmo admitindo essa mudança, eu irei acompanhar a mudança, sabendo se dali a ideia é de desvio ou de aplicação justa, porque você tem a clareza. Não tem que esperar que termine todo o projeto para que analise. Não. Você o está analisando em tempo real. Então, se houver desvio, você tem o controle. Não tem nenhum problema. Foi avaliado. Isso é importante. Eu diria a você que esse é o ponto mais pacífico de toda mudança que fez.

Agora, eu só queria perguntar uma coisa para os nossos técnicos, porque é a Instrução Normativa nº 1; o que vale, então, é o ano, que é 2017. Porque há várias instruções anteriores. Eu pensei que fosse ser o quinto, talvez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu só tenho mais uma pergunta, aqui, com relação aos recursos que viabilizarão os programas do Ministério da Cultura. V. Exª acredita que seja possível adotar meios para viabilizar o aporte de recursos necessários para a cultura, mesmo com a limitação dos gastos imposto pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que estuda o novo regime fiscal?

O SR. ROBERTO FREIRE – Olha, nós estamos enfrentando um contingenciamento que é muito mais grave do que esse novo regime fiscal.

Eu diria a você que o Ministério da Cultura já teve alguns orçamentos razoáveis, e foram no tempo em que nós tínhamos um crescimento importante que o Brasil experimentou; não um crescimento do PIB, mas um crescimento, inclusive, em função do *boom* da economia internacional, do que o Governo, inclusive, teve como capacidade de gastos. E houve o Ministério da Cultura alguns bons orçamentos.

Nesses últimos anos, os orçamentos só minguaram. Nesse orçamento para 2017, nós conseguimos, até num primeiro momento, um crescimento até além do que é previsto na recomposição em função da inflação passada. O Ministério da Cultura teve um *plus*, teve algo mais, e agora perdeu. Também não foi o que mais perdeu no contingenciamento, não; houve outros que tiveram perdas maiores, porque talvez tivessem também mais recursos para serem contingenciados.

Então, é claro, há problemas. Eu disse aqui: o Fundo Nacional da Cultura zerou. Então, eu vou ter problema de imaginar o descontingenciamento, quando vai ser, porque também isso, no ano passado, aconteceu. Houve um contingenciamento, e depois houve um descontingenciamento, e chegou quase ao que vimos. Estamos esperando um pouco isso, e, enquanto não chega essa bonança, nós vamos ter que cortar as gorduras, que não são muitas. Mas o que houver de gordura nós vamos cortar.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Ministro.

Passo agora aos Srs. Senadores. Eu perguntaria aos Srs. Senadores se poderíamos fazer de três em três para agilizar.

O SR. ROBERTO FREIRE – É melhor, porque termino falando muito, e aí vai demorar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu passo a palavra agora à Senadora Fátima Bezerra. Posteriormente, ao Senador Roberto Muniz e ao Senador Cristovam Buarque.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lúcia Vânia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Cada Parlamentar tem cinco minutos para questionamento e cinco para réplica.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Senadora, são dez minutos e cinco de réplica, não?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos às perguntas, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, cumprimento a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Pedro Chaves, os demais Senadores e Senadoras. Cumprimento o Ministro Roberto Freire e toda a sua equipe.

Ministro, primeiro, quero aqui só expressar o meu ponto de vista. Respeito o posicionamento de V. Exª, mas quero aqui registrar a nossa discordância com relação ao contexto político, quando, ao contrário de V. Exª, nós consideramos que, na verdade, o que houve no Brasil, o ano passado, foi um ataque à democracia, na medida em que nós consideramos que, por não haver existência de crime de responsabilidade – isso ficou muito claro –, o que houve infelizmente foi um *impeachment* fraudulento e uma farsa política. Desse *impeachment*, inclusive, emerge um governo, que, infelizmente, ao assumir, Ministro, uma das suas primeiras medidas atingiu fortemente a cultura. E me refiro quando da extinção do próprio Ministério, ainda bem revertida depois, graças à mobilização social principalmente da comunidade artística e da comunidade cultural pelo Brasil afora.

Terceiro, V. Exª chega ao Ministério num momento realmente muito tumultuado, na medida em que substitui o Ministro Calero, em decorrência da denúncia que o Ministro Calero fez à época, que chocou o Brasil, quando ele deu conhecimento ao povo brasileiro das pressões que um outro Ministro do Governo à época fazia, pressões nada republicanas; pelo contrário, de tráfico de influências, etc., que culminaram, inclusive, na queda do próprio Ministro. Essas são apenas algumas considerações, Ministro.

Segundo, quero colocar para o Ministro, para efeito do nosso diálogo, que, desde 2003, nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, as políticas de fomento e promoção da leitura, do livro e das bibliotecas foram prioridades do Ministério da Cultura.

Nesse período, Ministro Roberto Freire, de 2013 a 2014, foram aprovadas importantes matérias, algumas inclusive aqui mencionadas pelo senhor hoje. Por exemplo, a Lei nº 10.753, de 2003, que institui a Política Nacional do Livro e que define o que é o livro no Brasil. Segundo, a Lei nº 11.033, de 2004, que desonera o PIS e Cofins das editoras, livrarias e distribuidoras, uma medida muito importante para tentar promover o acesso ao livro e à leitura no Brasil; a Lei nº 12.343, de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura – e tive a alegria, Ministro Roberto Freire, de ter sido a Relatora. Isso foi fruto de um amplo e intenso debate em todo o Brasil; ainda tivemos a Lei nº 12.761, de 2012, que instituiu o Programa de Cultura do Trabalhador e criou o vale–cultura – o projeto, inclusive, já beneficiou mais de 443 mil trabalhadores, com destaque para aquisição de livros e revistas; tivemos, ainda, a Lei nº 12.244, de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

Ao lado dessas iniciativas, destaco, ainda, a portaria interministerial do MinC e o decreto de 2011 que criaram o Plano Nacional do Livro e Leitura, cujas diretrizes, objetivos e eixos articularam a política pública para o desenvolvimento da leitura no Brasil, criando programas voltados para o livro, a leitura, a literatura e a biblioteca.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Especialmente no MinC, essas diretrizes foram fundamentais para implantar, pela primeira vez, mais de 1.700 bibliotecas em cidades brasileiras que, até 2006, não possuíam bibliotecas públicas; modernização de bibliotecas; criação de bibliotecas referenciais do Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Bibliotecas Vivas; Bibliotecas Parques, realizadas em parceria com os Estados, foram implantadas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Tivemos ainda, Ministro, o programa de formação de mediadores de leitura. Destaco aqui o programa chamado Agentes de Leitura, que capacitou mais de 2 mil agentes, em diversos programas desenvolvidos em cidades brasileiras. Encontros, seminários simpósios, todos como atividades de formação, fomento e incentivo à formação de leitores no Brasil, foram realizadas desde 2005 e, principalmente, após a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura em 2006.

Destaco aqui, para reflexão com V. Exª, um marco também importante, Ministro, que foi a criação de uma estrutura administrativa e gerencial para cuidar desse setor que V. Exª considera como muito importante. Refiro-me à criação, em 2008, da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, responsável, inclusive, pelo gerenciamento da verba que era destinada para a área do livro, da leitura e da biblioteca, através do programa Cultura Viva.

Enfim, Ministro, faço aqui essas considerações porque, apesar de todas essas iniciativas, de todos esses esforços não só do Governo, mas com a participação da sociedade, o fato é que o Brasil está muito distante ainda de ser um país de leitores, uma nação de leitores – V. Exª, inclusive, mencionou isso aqui –, em que pese ter havido avanços. E vou dar dados. Por exemplo, a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Fátima, peço que conclua. Os outros Senadores estão aguardando.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, estou só pedindo um prazo regimental que era de dez minutos...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – E depois há a Resolução 398, que destina cinco minutos para cada um.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. É que nós fomos informados de que eram dez minutos para cada um, com cinco minutos de réplica.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não, são cinco minutos; a resolução determina.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está bem, vou terminar esta primeira parte. Peço apenas a paciência de V. Exª. O Ministro está vindo aqui pela primeira vez, no início deste ano, com um tema tão importante.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Mas é que há outros Senadores. V. Exª terá...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, mas hoje é terça-feira, nós temos tempo suficiente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... oportunidade na réplica e na tréplica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Certo, Senadora. Perfeito. Volto a dizer que vou tentar concluir aqui. Até porque fui informada de que nós teríamos direito a dez minutos e a cinco minutos de réplica. Mas vou concluir.

Então, como eu ia colocando, Ministro, apesar de todos esses esforços, de fato, o País ainda está muito distante de ser um país de leitores e leitoras, que é o que todos desejamos, embora – repito – tenha havido melhoras, porque a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, em 2011, revelou que 50% da população é leitora. Ou seja, de mais de 200 milhões, 104,7 milhões inseridos no universo de uma população leitora.

Em 2016, nós aumentamos um pouquinho...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Fátima, eu vou ter que cortar o som de V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... de 50% para 56%.

Só um momentinho, estou terminando.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Isto é um desrespeito aos colegas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Depois, a pesquisa de 2011 mostrou que um brasileiro lia quatro livros por ano, Ministro Roberto Freire, e em 2016 aumentou um pouco, passamos para 4,96.

Portanto, pergunto a V. Exª, diante desse cenário, como estão exatamente as políticas voltadas para o livro e para a leitura, a estrutura lá da Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas.

Por fim, quero dizer a V. Exª da nossa expectativa de aprovar o PLS, como já falamos aqui, que vai instituir o marco regulatório para a Política Nacional de Leitura e Escrita como uma estratégia permanente para fomentar a biblioteca, a leitura, a escrita, etc.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por fim, com relação ao orçamento, eu gostaria que V. Exª pudesse discorrer aqui melhor como está exatamente o orçamento em face desse último contingenciamento que foi feito, se afetou muito o Ministério da Cultura.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu gostaria de saudar a Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, o Senador Pedro Chaves e o Ministro Roberto Freire.

Quero dizer que fico muito feliz de poder estar aqui, neste instante, com a sua presença. Entendo que V. Exª leva algo relevante para o Ministério, que é a sua própria história política.

Reputo que a cultura e os movimentos culturais são um catalisador das percepções e dos costumes sociais ou trabalham, muitas vezes, como instrumento de contestação permanente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, a cultura é, sem sombra de dúvida, um marco de consolidação da história ou da mudança da própria história. Então, nada melhor do que termos alguém que tem uma história política e que possa entender esse processo histórico dentro desse novo perfil que a cultura conseguiu alcançar no Brasil.

Em relação a isso, Ministro, eu fico muito feliz, porque o senhor traz algumas questões importantes, como a questão do instrumento de pluralismo. Quer dizer, consolida mais a cultura como um evento de transformação social. E colocou a questão da diminuição das distorções das regiões, da possibilidade de a cultura levar esse novo alento às regiões que não tiveram ainda a oportunidade de fazer uma produção cultural mais consubstanciada, com uma dimensão maior para o nosso País.

O senhor traz também a ideia de trazer de volta o projeto Pixinguinha. Eu fui alguém que viveu ao lado do cinema. Eu morei ao lado do teatro e vi diversos artistas novos, na esteira de velhos artistas já consagrados – velho, na ideia do consagrado. E traz a ideia de tentar sempre atualizar o olhar sobre a modernização da Lei Rouanet, tão importante como mecenato brasileiro. Então, fico muito feliz.

Trago aqui uma questão muito importante, que é o setor do audiovisual, Ministro. Acho que esse é um setor que teve um crescimento muito grande depois da Lei 12.485, da qual foi Relator o Senador Walter Pinheiro, de quem sou suplente – assumi aqui o mandato, e ele está como Secretário de Educação na Bahia. Essa lei trouxe coisas interessantes. Quando se pegam alguns números do mercado audiovisual, o valor adicionado pelo audiovisual saiu, de 2011, de 16,3 bilhões para 24,5 bilhões. Aumentou R$8 bilhões, 50% no valor adicionado do PIB brasileiro. Saiu de 16 para 24. No indicador do público, nós saímos de 143 milhões de pessoas para 172 milhões de pessoas assistindo, na bilheteria, a filmes no nosso País, sendo que, nos filmes brasileiros, saímos de 17 milhões para 22 milhões de pessoas.

Só para o senhor ter ideia, hoje, lá no Estado da Bahia, graças a essa lei, nós temos quatro filmes produzidos no Estado que estão nos cinemas da nossa cidade, Salvador. Então, filmes baianos, filmes brasileiros, podendo levar a cultura brasileira mais para perto das pessoas.

É claro que isso traz uma situação, Ministro, sobre a qual já conversei antes com o senhor, que eu acho muito importante: existe um coletivo de produtores e de empresas de audiovisual, com cineastas, diretores das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... que são usuários da lei, principalmente no art. 27, que estabelece que 30% dos recursos do Fundo do Audiovisual sejam colocados diretamente nessas regiões.

E a gente tem um vazio, Ministro, já aproveitando a sua ideia de diminuir essas distorções, ampliar o fortalecimento da regionalização, a gente precisa fazer uma instrução normativa sobre essa questão. Então, eu queria que o senhor falasse um pouco da regionalização e dessa possibilidade.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia a cada um e a cada uma. Bom dia, Srª Presidente. Bom dia, Ministro. É um prazer estar aqui com o velhíssimo amigo, dos bancos escolares de Recife.

Eu vou fazer uma pergunta do outro lado da cultura, que é a cultura da mente, do Brasil. Não é uma cultura a que estamos acostumados, que é a cultura das artes, e nem mesmo essa coisa que tomou conta, que é a cultura do financiamento das artes pelo Estado, o que prova como se fala tanto na Lei Rouanet.

Eu quero lembrar que ontem, Senadora, depois de anos de notícias ruins sobre Brasília, racionamento de água, desperdício de dinheiro, corrupção inclusive interna – não falo na corrupção nacional que acontece aqui –, hospitais que não funcionam, tivemos uma notícia boa: 20 anos da faixa de pedestre. As pessoas perguntam como deu certo aquilo? Deu certo porque em vez de tratarmos o assunto como uma questão de trânsito, tratamos como uma questão de cultura. Criou-se uma cultura, a cultura do respeito ao pedestre; do empoderamento do pedestre e do respeito da população.

Pois bem, foi uma questão de atitude. E é isso que eu gostaria de debater com o senhor, já que os outros todos vão falar da cultura atividade artística. No fim, farei uma pergunta bem concreta. Mas como a gente pode envolver o Ministério da Cultura na mudança de atitudes do brasileiro? Respeito às filas, pontualidade, gosto pelas artes. Uma coisa é financiar as artes, outra coisa é promover ações que levem ao gosto pelas artes, que é o objetivo do meu projeto de lei, que já é lei, de colocar cinema nas escolas; filmes brasileiros.

O cuidado com o voto é uma questão de atitude. A prioridade à cultura e à educação, a indignação com a desigualdade educacional, não só do Brasil em relação aos outros países – somos dos piores – mas, aqui dentro, há desigualdade entre quem pode e quem não pode pagar uma boa escola.

Veja duas atitudes que têm sido divulgadas, mas não é na cultura: a luta contra o machismo e contra o racismo, mas tem sido no espaço político da diversidade, não o espaço da cultura, da mente do Brasil.

O próprio enfrentamento do analfabetismo para mim é um problema cultural, mais do que educacional. É a cultura de não querermos um País onde 13 milhões não reconhecem a bandeira, porque não sabem ler Ordem e Progresso, e sem saber ler, a gente não pode falar em aumento da leitura.

Outra coisa interessante é a cultura da negação de que a República tem limites de recursos. Nós temos a cultura, a mente do Império, em que o tesouro era do rei. Então, a gente podia querer gastar tudo, porque o rei que vendesse as joias.

Não conseguimos passar, ainda, nem criar uma cultura republicana de dizer que não se pode gastar mais do que se arrecada, do que se dispõe.

Pois bem, todas essas ideias, do respeito ao patrimônio público, todas essas atitudes, a meu ver, são uma questão da cultura, logo, do Ministério. Mas isso é conseguido com a educação.

A minha pergunta é bem direta e simples: como está a combinação do MEC com o MinC? Como está a cultura nas escolas? Como estão as artes na escola? Como está esse casamento entre cultura e educação?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada, Senador Cristovam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passo a palavra, agora, ao Sr. Ministro.

O SR. ROBERTO FREIRE – Inicialmente, quero dizer à Senadora Fátima Bezerra que, em nenhum momento – e falei muito até na questão da revanche –, aqui ou em qualquer lugar, desconheço que o Brasil andou para a frente. E isso não é de agora, não é de 14 anos, não é de 20; é a nossa longa e já histórica caminhada.

Existem alguns retrocessos, alguns recuos, alguns desastres, como tivemos, recentemente, algo que a nossa história econômica não conhecia, ou seja, uma recessão tão longa como a que tivemos e que ainda estamos enfrentando, porque só agora estamos dela saindo. Mas isso não implica que o País retrocedeu, ainda porque, em outros aspectos, há avanços, como foi aqui bem colocado pelo Senador Roberto na questão do audiovisual, em que o Brasil cresceu. Se houve recessão em quase todos os setores da economia, no setor da economia da cultura não foi bem assim. Há um aspecto positivo no crescimento, inclusive, do audiovisual brasileiro.

Então, para nós termos... E essa é uma compreensão que tenho e, em nenhum momento, quero me colocar como se os 14 anos do governo do PT fossem de atraso. Isso seria uma estultice, e eu não sou estúpido. O que se pode discutir e estranho seria – aí sim – é se, nesses 14 anos, dos quais V. Exª trouxe à colação algumas contribuições, não tivesse havido nenhuma contribuição. Se, em 14 anos não se apresentasse nada, evidentemente, desculpe-me, provavelmente não teria durado os 14 anos. Então, fique tranquila que eu integro, inclusive na minha intervenção, as contribuições que V. Exª trouxe do que foi feito durante o período.

O que eu tenho dito é que nós tivemos pouca ênfase, no Ministério da Cultura, inclusive a algumas das suas preocupações. Isso porque, se passamos mais de dez anos sem aportar nenhum apoio à quarta feira literária brasileira, se deixamos também de participar de feiras culturais da língua inglesa, a gente tem que dizer que nem tudo que deveria ser feito foi feito. E foi isso que eu disse. Não é que nada foi feito.

Fiz correções de rumos em algumas das despreocupações com a ideia, criada lá na gestão Gilberto Gil, dos pontos de cultura, muitos dos quais – permita-me dizer – se transformaram muito mais em correia de transmissão de disputa pluripartidária no seio do próprio Governo do que em qualquer perspectiva de que aquilo viesse a nos ajudar do ponto de vista da produção cultural brasileira. É uma crítica que faço, e, evidentemente, me parece que a realidade nos dá razão.

Eu vou falar muito sumariamente sobre a questão política, porque senão vamos transformar o tema em uma disputa que eu acho que a sociedade brasileira não está mais disputando. Eu só lamento que nós, quando iniciamos o processo de *impeachment* do Collor... Quando digo "nós", incluo... V. Exª é jovem, mas, de qualquer maneira, devia ser estudante à época. Não sei se era cara pintada, mas nós estávamos juntos. E foi uma tremenda dificuldade, naquela oportunidade, para que as pessoas... Ninguém procurou não. Até porque eram dois anos apenas de um governo de um *outsider*, que não tinha nenhuma grande base de sustentação, não tinha nem partido político, e foi facilmente derrotado politicamente. E o *impeachment* se implantou com muita tranquilidade.

Naquela oportunidade, o partido de V. Exª era um dos baluartes daquela luta. Lembro-me bem da nossa participação conjunta, inclusive, discutindo com o Itamar a participação no governo como seria, em que ministério, junto com o Presidente da época, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Eu não sei se naquela época ele usava o Lula ou se era apenas algo que a sociedade falava mas que não estava no seu nome. É só para dizer que eu acompanhei toda essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

trajetória muito de perto. E depois, inclusive, cobrava daqueles que junto conosco fizeram o *impeachment* e não participaram do governo, foram para a oposição. Então, conheço bem isso.

Naquela oportunidade, o Collor ensaiou também que era um golpe. É evidente que aqueles que sofrem o império da lei, muitas vezes, buscam qualquer alternativa para se justificar. E ali foi buscada também, tal como agora, só que agora com um pouco mais de força, porque era um governo de 14 anos e um governo que não era *outsider.* Era um governo que tem presença na sociedade, que tem, e tinha, um partido forte e uma representação no movimento social. Isso é fruto da democracia que estamos vivendo aí.

Agora, é evidente que essa narrativa – este é um termo bem utilizado – não encontra nenhuma sustentação, até porque se esvaziou muito claramente. Hoje em dia, só alguns poucos ainda a falam. E quero aqui até salientar que V. Exª teve até a perspicácia de colocar algo que pode ser discutido – se o crime de responsabilidade existiu ou não. Pelo menos dá um pouco de racionalidade a esse debate. Quando pura e simplesmente se fala de golpe, desconhece-se que, desde o fim do Império, encontra-se lá na primeira Constituição republicana o instituto do *impeachment.* Ele não foi utilizado porque, infelizmente, no Brasil se utilizava o golpe de Estado. Este, sim, com intervenção militar, destituía o Presidente sem levar em consideração nenhum respeito à Constituição brasileira, que era pura e simplesmente rasgada. Também nós vivemos isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO FREIRE – V. Exª estava lá em 1964 também. Então é bem distinto do que aconteceu.

Mas quero dizer que, no caso do orçamento, nós sofremos um contingenciamento de quase metade do orçamento. Nós tínhamos um orçamento próximo de 700 milhões, e estamos agora, com o contingenciamento, com quatrocentos e pouco. Para dizer que vamos ter que cortar muita gordura...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – De quanto?

O SR. ROBERTO FREIRE – Quatrocentos e poucos milhões. Foi um corte de quase 50%. Eu espero que... Em 2016, houve também um corte desses, e depois houve compensação. Então, vamos imaginar que no segundo semestre possa haver algum descontingenciamento. Mas agora é um período em que nós estamos lá, no Ministério, reunidos com todas as secretarias para fazer um corte, e vai ser um corte que vai diminuir sensivelmente a nossa intervenção. Mas vamos também ser muito duros – tal como foi a dureza desse contingenciamento que sofremos – e cortaremos também internamente alguns dos nossos projetos, programas, convênios. Alguns dos nossos programas sofrerão, evidentemente, um corte.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra...

O SR. ROBERTO FREIRE – Não...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Ela quer uma réplica.

O SR. ROBERTO FREIRE – Ah, sim. Pensei que era...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Você quer fazer a réplica agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROBERTO FREIRE – Vou responder depois, para fazer o mesmo...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Tudo bem.

O SR. ROBERTO FREIRE – Está ótimo.

Ao Senador Roberto quero inclusive agradecer, porque ele vai ser o Relator do nosso recém-indicado para Diretor da Ancine, que se encontra aqui presente, o Sérgio Sá Leitão. Ele será o Relator aqui, e espero que faça uma boa sabatina, até porque estamos precisamos discutir. E eu queria salientar: não é discutir ir para a Ancine com uma ideia de que precisamos mudar tudo, dar novo rumo. Não! Vai haver correção de rumos, até porque outras pessoas serão responsáveis pela condução, e a própria característica de cada um dará a diferenciação. Nós vamos buscar, por exemplo, uma coisa que em parte responde alguns dos seus questionamentos: nós vamos buscar transparência e participação. Eu, tão logo assumi o Ministério, tive que designar um novo Conselho Superior do Cinema, que é o órgão, de acordo com a lei, responsável por definir diretrizes do cinema nacional, diretrizes, inclusive, para a Ancine e diretrizes para o audiovisual brasileiro.

Sobre esse Conselho, o testemunho de alguns que foram reconduzidos – embora tenhamos, em grande parte, renovado – era de que o Conselho se reunia para homologar, e nunca para discutir resoluções ou definir diretrizes e tomar deliberações. Foi o testemunho daqueles. Isso não vai acontecer. Conselho é para aconselhar, no mínimo; não é para homologar. E, nesse sentido, nós vamos inclusive discutir algumas das suas preocupações, entregando ao Conselho Superior do Cinema a responsabilidade de definir as diretrizes, inclusive em uma preocupação sua, na questão do Oscar, das indicações de cinema feitas pelo Governo brasileiro; que o Conselho Superior do Cinema defina as normas. Isso não é um problema do Ministério. É muito melhor que a sociedade civil brasileira, lá representada no Conselho Superior de Cinema, tome a si essa responsabilidade, até porque nunca teremos a unanimidade, até porque seria burra.

Não vamos ter também, com facilidade, consenso numa escolha dessa. Qualquer que seja o júri que vai escolher, ele está passível de haver discordâncias, haver contestação. Mas de qualquer forma, se você entrega a um colegiado que vem da sociedade civil, a crítica em relação a qualquer interferência do Governo será efetivamente muito menor. E eu espero não sofrer essa crítica. Se alguém quiser fazer, que faça ao Conselho Superior de Cinema.

Transparência. Eu quero dizer que no Brasil há até alguns experimentos que nós estamos vivendo e não sabemos bem o impacto. Um deles: eu não conheço no mundo um Supremo, uma Corte Suprema de Justiça que tenha as suas deliberações, as suas sentenças feitas de público e pela televisão. Isso é algo novo no mundo. Isso gera, num primeiro momento, até algumas distorções de *performance*, que se não houvesse a abertura, talvez se cingisse mais rapidamente a questões bem mais objetivas da hermenêutica. Mas isso, eu credito como algo positivo. E, se houver distorções, é porque estamos no começo. E isso pode ser muito positivo para a sociedade. É mais uma forma de dar transparência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO FREIRE – Isso inclusive no mundo é problemático, porque no mundo há certo hermetismo na questão do Judiciário. É sempre algo muito fechado, e o Brasil está abrindo, e a sociedade está tomando conhecimento. A cidadania está inclusive participando mais, o que é positivo do ponto de vista democrático.

Então nós temos isso como algo importante no Ministério. Onde for necessário, transparência; transparência inclusive que terá que ser adotada nas decisões da Ancine, que é algo que é necessário, até para se controlar melhor a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

aplicação das suas regras, das suas normas e dos seus regulamentos, inclusive na descentralização dos recursos e na aplicação dos 30% em regiões que são – vamos chamar assim – desfavorecidas do atendimento dos recursos na área da cultura.

Então, quero dizer isso a você: a regionalização da Ancine, com a transparência nas suas decisões, você pode ter melhor controle. Inclusive esses comitês que lá são formados poderão também ter uma participação maior, mais ativismo nas suas demandas, o que é importante salientar, porque você está falando de quatro.

Eu digo para você, por exemplo, que lá no Nordeste, que a Bahia desenvolva ainda mais, porque um bom desenvolvimento, nós temos em Pernambuco, que é um grande polo cinematográfico, e até no Ceará. Então, é importante a gente ver isso, que ainda falta, por exemplo, na Ancine, uma presença maior de representantes das atividades audiovisuais e do cinema de outras regiões brasileiras. Mas isso é algo que a gente pode deixar pelo menos como ideia, e se possível, concretizar algo para que depois continue, não seja uma chuva passageira.

Bom, Senador Cristovam, o que você nos chama à atenção é que você conseguiu fazer com que todos os habitantes do Distrito Federal fossem agentes culturais.

O que você está comemorando é algo que o Brasil todo comemora, embora não pratique. Todos admiram que esse respeito ao pedestre não seja apenas algo que alguém dá com uma mão, mas algo que está enraizado na cultura do habitante, da população do Distrito Federal. Isso é uma grande conquista cultural, não da cultura de que estamos falando, mas da cultura de uma cidadania, e espero que o Brasil avance nesse sentido.

Para que isso avance, o Ministério da Cultura pode ajudar. Por exemplo, ontem, tivemos um encontro no Ministério com uma organização – e me fugiu agora o nome da organização – que trata do teatro acessível, da acessibilidade das pessoas com deficiência. Então, no momento em que o Ministério incentiva essa prática, dá-lhe sustentação, nós estamos ajudando a sociedade e a cidadania a entenderem a importância da acessibilidade, que aquilo não é algo para atender a poucas pessoas. Não, até porque não são poucas. Há que atender à sociedade, à cidadania, ao ser humano, à visão humanista, que é da cultura maior do que aquilo que significa apenas a cultura como produção ou até como economia. Tem toda razão.

Uma das coisas que seriam importantes, e não temos, é que todos esses apoios que fossem dados pudessem ter, da parte do próprio Ministério, uma publicidade maior, exatamente para tentar despertar na cidadania a preocupação com questões como essa. Isso é um trabalho para que a gente crie a cultura cidadã e republicana, que é no que V. Exª ajudou, e muito, no Distrito Federal, um exemplo para o Brasil todo.

Quanto ao casamento do MEC/Minc, estamos tentando, e recebemos da parte do Ministro Mendonça Filho o interesse. O Ministério da Educação, inclusive, já tem no Brasil – acho que é bem mais, acredito que isso tenha crescido –, segundo o último número que tinham nos dado, aproximadamente 60 mil pontos digitais em escolas públicas pelo Brasil, em todos os Estados brasileiros. Um dos programas que formulamos internamente, e já estamos em contato com o Ministério da Educação, é o de nos associarmos a essa plataforma, oferecendo aquilo que, dentro dessa reforma do ensino médio, na escola de tempo integral... O ensino das artes, o ensino, enfim, de acesso à cultura no País poderia ser melhor, mais efetivo, se pudéssemos acoplar a essa plataforma digital, que está lá para oferecer o currículo escolar, o acervo do Ministério da Cultura, aquilo que ele pode disponibilizar em todos os campos, dos seus museus, das suas bibliotecas, hoje digitais em grande parte – na Biblioteca Nacional o programa da digitalização cresce –, dos espetáculos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

artísticos, do teatro, da dança. Disso o Ministério tem acervo. Há alguns casos em que o direito autoral ainda não permite que você possa liberar ao público, mas pode ser que seja licenciado pelo próprio detentor do direito autoral para que se tenha acesso a isso nas salas de aula das escolas vinculadas ao MEC – no caso, as escolas públicas. Isso está em andamento e seria um grande casamento, porque você tem e precisamos ofertar.

Uma preocupação muito grande que tenho é que nós temos, por exemplo, uma cinemateca que precisa ser mais conhecida. Fala-se sempre do cinema nacional na escola. Eu não tenho nenhuma dúvida de que a cinemateca tem condições de oferecer o seu acervo, majoritariamente de domínio público, ofertar esse serviço cultural que se propõe, inclusive, em um projeto de lei.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Já está aprovado.

O SR. ROBERTO FREIRE – Já está aprovado?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Já foi sancionado.

O SR. ROBERTO FREIRE – Já foi sancionado? Então, melhor ainda. Mas isso é com o MEC. Eu apenas posso dizer ao MEC que, se começar a implementar, a cinemateca pode ofertar aquilo que significará não apenas a intenção, mas algo concreto, efetivando o cinema nacional. Isso é também incentivo.

Quero dizer ainda que, quando falei em incentivo, Senadora Fátima, V. Exª falou de uma recente pesquisa que mostra um crescimento ainda pequeno, mas um crescimento, na leitura no Brasil, um aumento no número de livros lidos. E há algo muito interessante, é uma homenagem que a gente precisa fazer: a pesquisa mostra que quem mais incentiva a leitura é a mãe. Esse é um dado interessantíssimo. Não é o professor, embora o professor seja o segundo; a pesquisa indicou quem mais incentiva a leitura é a mãe.

Estou terminando esta bateria, voltando para a senhora porque haverá a réplica, dizendo que, nesse campo, mais uma vez, nós precisamos nos associar, inclusive para que esta Casa aprove o seu projeto o mais rápido possível, porque isso vai ajudar a todos nós.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem dúvida, Ministro, e já está pautado. Volto aqui a ressaltar a importância do projeto de lei que vai instituir o marco regulatório para a política nacional de leitura e escrita. Ele foi fruto exatamente de todo um debate pelo País afora ao longo de todo esse último período. Na verdade, o projeto de lei tem como horizonte definir estratégias claras para promover o livro, a leitura, a literatura e a biblioteca.

No tocante à biblioteca, também sou Relatora de um projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque muito importante, que vem na linha de que nós possamos avançar para ter uma política nacional de incentivo à instalação de bibliotecas no País. Na verdade, o projeto de Cristovam é muito importante porque trata de nós criarmos as condições para termos um sistema nacional de bibliotecas.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, voltando ainda ao nosso tempo aqui, Senadora Lúcia Vânia, eu queria rapidamente trocar ideias com o Ministro, primeiro, com relação ao Sistema Nacional de Cultura.

Tinha-se como meta, através do Plano Nacional de Cultura, que até o ano de 2020 o Sistema Nacional de Cultura deveria estar institucionalizado e implementado em 100% das unidades da Federação e em 60% dos Municípios, com os respectivos sistemas de cultura institucionalizados por leis próprias e devidamente implementados. Gostaria de saber em que estágio se encontra isso, como é que o Ministério está trabalhando. Repito: a meta do Plano Nacional de Cultura estabelece que até 2020 o Sistema Nacional deveria estar implementado em 100% das unidades da Federação e em 60% dos Municípios.

Com relação ao Fundo Nacional de Cultura, num processo de fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura com os repasses fundo a fundo para Estados e Municípios: como é que está essa situação? Qual é a perspectiva de ampliar os recursos do Fundo Nacional da Cultura em 2017 e nos próximos anos?

Um grande desafio que a cultura enfrenta ainda é a questão do financiamento. Lamentamos, inclusive, Ministro, que não tenha prosperado até hoje no âmbito do Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição que pretende vincular recursos para a área da cultura, assim como acontece na área da educação, assim como acontece na área da saúde. Infelizmente, o que nós vimos, fruto desse momento de ruptura democrática, foi exatamente o contrário: uma PEC de teto de gastos em que, ao invés de a gente avançar na vinculação para a cultura, fizemos foi retroceder, porque tiramos a vinculação para a educação e para a saúde.

Quero ainda aqui dizer para V. Exª: em 2003, nós tínhamos apenas R$200 milhões como despesas discricionárias para o Ministério da Cultura. Fizemos um esforço – repito, não é só o Governo, mas toda a sociedade – e chegamos a R$1 bilhão até 2010. Em 2015/2016, houve um decréscimo, inclusive no ano passado, 2016, chegamos a R$700 milhões, e V. Exª agora traz um dado para nós preocupante: com esse contingenciamento, caiu para R$400 milhões. Esperamos, Senadora Lúcia Vânia, que possamos, no mínimo, recuperar o patamar que foi investido no ano passado – no mínimo, para poder avançar.

Ainda, Ministro, com relação à Conferência, me permita aqui também uma reflexão com V. Exª. Tudo bem, entendo a preocupação que V. Exª tem de racionalizar ao máximo os recursos face a todo esse contingenciamento. V. Exª coloca que a Conferência é uma atividade-meio e que V. Exª estaria com um olhar mais atento para ampliar os recursos, ou garantir recursos, para as atividades-fim. No entanto, faço aqui uma observação com relação à Conferência: embora ela seja atividade-meio, ela é uma atividade muito importante, pelo fato de que possibilita não só o debate programático, mas o processo de mobilização da sociedade. Inclusive, tenho uma indagação a esse respeito para V. Exª. Ela é realizada de quatro em quatro anos e, nesse caso, está prevista para o ano de 2017 a IV Conferência Nacional da Cultura. Pergunto se esse calendário está mantido.

Mais uma vez ressalto aqui, Ministro...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...que nós devemos dar à Conferência a grandiosidade que ela vinha tendo nesses últimos tempos, até porque ela é um espaço fundamental, e sei que V. Exª concorda, de envolvimento e engajamento da sociedade na luta para fortalecer as políticas culturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação aos Pontos de Cultura, também pediria a V. Exª um olhar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... bem atento. Também pediria a V. Exª um olhar bem atento pelo quanto significou esse projeto em termos de romper com toda aquela visão elitista e arcaica que tradicionalmente se tinha com relação à cultura em nosso País.

Reputo os Pontos de Cultura como uma das ações mais exitosas, mais protagonistas, até porque não vêm de cima para baixo. O Estado, com os Pontos de Cultura, está ali apenas para valorizar, para incentivar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Fátima...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Gostaríamos de informações concretas – vou terminar – com relação à questão dos Pontos de Cultura, à retomada desse projeto, ressaltando o protagonismo e o respeito que merecem, até porque V. Exª, como crítico do Escola sem Partido, considerado pelos profissionais de educação e pelos estudantes como uma lei de mordaça, e V. Exª mais uma vez mencionou isso aqui... Tenho certeza de que V. Exª não vai querer os Pontos de Cultura sem direito à crítica, tenho certeza disso.

Termino, Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Fátima, eu não quero ser deselegante e cortar o som de V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, vou terminar entregando aqui ao Ministro...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – V. Exª precisa respeitar os seus colegas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Termino aqui só entregando ao Ministro reivindicações nossas, lá do Rio Grande do Norte, com relação à Biblioteca Câmara Cascudo, que é um dos símbolos para o Rio Grande do Norte. Câmara Cascudo dispensa comentários...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...e essa biblioteca, infelizmente, há mais de três anos, está com suas obras travadas. Então, pediria a V. Exª...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Ministro...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... toda a atenção para que essa obra fosse...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... para responder à Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Ela está assim com uma questão dos Pontos de Cultura lá do Estado e impacta cidades históricas. Vou entregar a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROBERTO FREIRE – Pois não.

Só quero dizer que o calendário está mantido. Nós estamos analisando como fazer dentro dessas limitações impostas pelo contingenciamento, realidade que a sociedade brasileira vive. Nós, inclusive, temos alguns exemplos dentro do Ministério que nos trouxeram algumas graves preocupações, mas isso foi entregue a uma auditoria e a uma sindicância, porque alguns desses encontros, inclusive, não tiveram nenhuma prestação de contas e estão com problemas dentro do Ministério.

Como é uma questão interna, nós não tivemos a visita da Polícia Federal. Mal cheguei ao Ministério, e estava lá a Polícia Federal, o Ministério Público, com a Boca Livre, uma das operações que ela fazia. Então, pelo menos nesse, na questão de alguns encontros desse tipo, em que se tinha a mobilização e o ativismo como mais fundamentais do que a atividade-fim... E é isso que eu retomo para dizer que, quanto ao Ponto de Cultura, é preciso que se entenda que se está utilizando recurso público.

Eu acompanhei alguns Pontos de Cultura que não recebiam recursos públicos, e alguns deles eram até mais fortes do que os que recebiam, porque tinham maior vinculação com a sociedade, buscavam recursos na comunidade, com os comerciantes, com as pessoas que participavam. Então, eram muito mais responsáveis do que aqueles que simplesmente recebiam a transferência do Governo Federal.

Então, isso, evidentemente, é uma cultura na cultura. Isso não é bom e não nos leva a um bom caminho...

(*Soa a campainha.*)

...porque, em vez de termos avanços e expressões de criatividade, podemos ter, talvez, instrumentos chapa-branca. Precisamos ter cuidado com isso. E isso se reflete, inclusive, na péssima *performance* de prestação de conta dos Pontos de Cultura. Nós vamos começar a ter um trabalho, inclusive tentando fazer com que... Vai chegar aqui ao Congresso um projeto de lei que regulamenta a transferência fundo a fundo prevista em lei, que não era regulamentada e não se utilizava. Nós estamos agora com um projeto de lei pronto e, por esses dias, o Presidente da República deve encaminhá-lo aqui para o Congresso – é uma tentativa de regulamentar esse ponto a ponto.

E esse ponto a ponto só pode existir se os Municípios forem integrados – os Estados, acredito, já estão quase todos integrados no sistema nacional. Os Municípios são ainda uma parcela pequena, mas precisam se integrar para poderem ter a possibilidade de receber transferência fundo a fundo, porque têm que ter o Conselho Municipal de Cultura, têm que ter o Fundo de Cultura e se integrar ao Sistema Nacional de Cultura. Então, será política do Governo, do Ministério da Cultura, a maior integração dos Municípios, porque ainda são muitos os que não participam do Sistema Nacional de Cultura.

Bom, acredito que... Não sei...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO FREIRE – Ah, bom, biblioteca!

Você veja o seguinte – era uma das coisas que eu ia dizer, mas não queria provocar polêmica. Eu fui para um evento do patrimônio imaterial dos nossos caboclinhos de Pernambuco, uma expressão cultural do Carnaval pernambucano, e uma das críticas que veio, inclusive de uma Parlamentar, como V. Exª, foi que a Lei Rouanet

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

concentrava recursos, que as nossas bibliotecas estavam fechadas. A única coisa que eu disse foi: "Mas vocês passaram quase quatorze anos e não resolveram isso, não esperem que eu agora, com três ou quatro meses, resolva". Mas pelo menos nós estamos atentos, e vou levar em consideração a questão, porque um dos objetivos nossos é que não tenhamos bibliotecas fechadas, como está fechada a Demonstrativa de Brasília há mais de três anos. Não queremos que fique fechada a do Rio Grande do Norte, do grande Fernando Cascudo, que conheci vivo em Pernambuco, pela proximidade com o Rio Grande do Norte, grande intelectual brasileiro. E há também o Teatro Nacional. Eles não podem permanecer fechados.

Com esse contingenciamento, isso não será fácil, mas nós vamos levar a questão em consideração. E responderei, até porque estamos tentando enfrentar esse problema. Inclusive, eu estou fazendo com que, pela falta de recursos orçamentários, a gente comece a experimentar a Lei Rouanet. Vamos fazer isso no Nordeste, onde as pessoas não buscavam a Lei Rouanet porque sempre entravam um pouco nesta ideia: "Vai ser difícil captar, nós não temos condições, esperamos que o governo venha com o fomento através dos fundos, do Fundo Nacional de Cultura ou da Ancine". Não. Nós estamos agora querendo dizer o seguinte: vamos tentar a Rouanet, porque a renúncia fiscal é alta, vamos buscar isso. Há dificuldade? Sim, mas a comunidade do Rio Grande do Norte, Câmara Cascudo, tem condições de mobilizar aquilo com que o Rio Grande do Norte pode contribuir.

E o Ministério está assumindo uma posição de protagonismo nisso. Nós não vamos aprovar a Lei Rouanet e, depois, deixar que se vire o proponente para buscar patrocinador. Não, vamos buscar juntos, se for do interesse do Ministério o projeto. E não tenha dúvida de que uma biblioteca merece a participação e o protagonismo do Ministério da Cultura, buscando, junto com o Estado, junto com a prefeitura, junto com a comunidade, patrocinadores para isso. Conte conosco.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só acrescento, Senadora Lúcia Vânia, que, no caso da biblioteca, o problema não foi do Governo Federal, Ministro. O Governo Federal realmente aportou os recursos. Houve problema foi de gestão no plano local durante dois governos, o que fez com que chegássemos a essa situação. Assim como o teatrinho Sandoval Wanderley, lá em Natal, que é um símbolo da política cultural da cidade, nós conseguimos na época também recursos. E não foi adiante por problemas de natureza burocrática local. Por isso reforço aqui e agradeço toda a atenção de V. Exª.

O SR. ROBERTO FREIRE – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Regina Sousa. Depois, o Senador José Medeiros e, posteriormente, o Senador Hélio José.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não houve réplica. Desculpe-me.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não, mas é coisa rápida.

Ministro, primeiro, só uma questão de fundo político, porque eu acho que devíamos fazer um pouco de autocrítica, quem tem uma vida política longa, como muitos de nós que estamos aqui – ninguém chega ao Senado entrando na política ontem, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se tudo estava certo, se todos nós estávamos certos durante a caminhada, por que alegamos tantas dificuldades para o País? A sociedade está querendo entender isso. Por que, depois de tantas coisas boas que tantos fizeram e que colocamos, não conseguimos construir uma sociedade mais justa, mais igual e com tantas dificuldades, como o senhor está colocando agora, no Orçamento?

Mas fico muito feliz, Ministro, quando saímos daquela ideia do Estado grande, ou do Estado suficiente, para a do Estado inteligente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O Estado precisa ser inteligente. E usar a mobilização da sociedade, usar a transparência, como o senhor está colocando, é uma ideia de um Estado moderno, que se ajusta com as necessidades, mas consegue colocar contribuições e responsabilidades para a sociedade também. E o papel do Ministério da Cultura, através da cultura, pode ser o de um mobilizador dessa transformação cultural que foi alertada aqui pelo Senador Cristovam Buarque, que também foi Ministro da Educação.

Então, fico muito esperançoso de podermos dar continuidade a essa caminhada, para diminuir essas distorções regionais.

O baiano e geógrafo Milton Santos diz algo muito interessante, que cabe muito bem na cultura. Trata-se do agir local e pensar global.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Nada mais importante do que isto: valorizarmos o que está acontecendo lá na ponta, valorizarmos a cultura local, fortalecê-la. Eu digo sempre, quando termina um filme e vemos 300, 400 nomes colocados na tela, que aquilo tudo são trabalhadores, são empresas, são empregos que foram gerados naquela localidade.

Então, fico muito feliz. Tenho certeza de que a participação e a transparência são, sem sombra de dúvida, como o senhor colocou, algo importantíssimo para a gente avançar ainda mais.

Era só para parabenizá-lo e dizer que estamos trabalhando junto com o senhor nessa caminhada para a melhoria da cultura, tão importante para o nosso País, como base de transformação de uma sociedade.

O SR. ROBERTO FREIRE – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Quer responder, Ministro?

O SR. ROBERTO FREIRE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Bem, como não houve perguntas, passo a palavra agora à Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Ministro Roberto Freire, eu quero voltar ao Ponto de Cultura, porque, na minha concepção em relação a povo, foi o que de melhor aconteceu neste País. Eu andei muito no meu Estado vendo o funcionamento disso e a alegria das pessoas fazendo cultura. Foram os Pontos de Cultura que foram lá... Cada Município tem coisas maravilhosas e que ninguém conhece, nem a própria população. Nem os estudantes sabem por que sua escola leva o nome de uma pessoa lá, não sabem. Então, houve um resgate dos saberes do local, do saber local, principalmente nos pequenos Municípios, aqueles que nem secretaria de cultura têm – os pequenos Municípios não têm secretaria de cultura, têm secretaria de cultura e esporte, mas só fazem esporte, um campeonato uma vez ao ano.

Eu vi muitos Pontos de Cultura resgatando a história, os personagens, as personalidades, os cânticos. No Município pequeno a lavadeira tem cantigas que são próprias daquele Município. A quebradeira de coco tem cantigas que elas cantam enquanto estão trabalhando. Disso tudo foi feito o resgate. Houve um Município que até gravou um CD com as músicas locais, não é? Os meninos aprenderam a gravar, a produzir, formar locutores.

Foi uma descoberta: as pessoas descobrindo o seu lugar. Eu acho que foi o que de melhor aconteceu, porque a cultura não chega ao pobre. A cultura é concebida como aqui: a discussão aqui foi mais sobre cinema, audiovisual, outras coisas, *show*. A cultura é *show,* e essas pessoas não chegam a esses lugares. Então, eu sinto que eleva a autoestima.

Agora, é claro que há problemas. Por exemplo, a sede, onde funcionar. Normalmente eram levados para uma prefeitura, a prefeitura cedia um espaço, mas mudava o prefeito e o prefeito pedia o espaço. Aí os equipamentos iam para a casa de alguém. E aí isso ia se desfazendo, porque também tem que treinar as pessoas para a gestão disso.

Eu, particularmente, venho repetindo isto a cada vez que tenho a oportunidade de discutir este assunto: o Ponto de Cultura tinha que funcionar na escola. Toda escola, se não tiver uma sala livre, tem um espacinho para construir uma salinha três por quatro, que não custa caro, que a prefeitura pode construir, o Governo do Estado pode construir, para funcionar o Ponto de Cultura. Até para ele não ser de ninguém, ele ser da cidade, ele ser dos estudantes principalmente. Seria bom colocar os estudantes para dirigir isso.

Eu acho que a gente não pode acabar com essa política. É aquela tal história, não é pelos defeitos... Não se pode matar a vaca para tirar o carrapato – esse ditado é da minha região. (*Risos.*)

A vaca está com carrapato e você mata a vaca para tirar o carrapato? Não. Vamos tirar o carrapato sem matar a vaca. Vamos treinar as pessoas para a gestão, mas que se volte com os Pontos de Cultura. É uma despesa pequena. Mesmo com o orçamento apertado, não é uma despesa grande. V. Exª precisa conhecer a felicidade das pessoas que fazem isso, a participação das pessoas que fazem isso. No meu Estado, eu visitei muito locais aonde hoje eu tenho tristeza de chegar e ver o Ponto de Cultura fechado ou perguntar pelos Pontos de Cultura e ouvir dizerem: "Não, os equipamentos estão na casa de fulano, porque a prefeitura pediu a casa."

Então, eu acho que a gente tem que resolver essa questão, tem que fazer essa associação com o MEC (Ministério da Educação), para que seja na escola. Se não há um espacinho, construa, porque não é caro construir uma salinha de 3 por 4, mas a gente não pode deixar de fazer isso para a cultura chegar ao povão lá dos grotões deste nosso País, que os nordestinos sabem que existem muitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto à Lei Rouanet, eu acho que o senhor tem razão quando fala da questão da cultura *versus* a propaganda. Realmente é mais fácil para os empresários patrocinarem grandes *shows*, porque vão repetir o nome deles não sei quantas vezes durante o *show* com 50 mil pessoas assistindo, que vão acabar comprando seu produto no dia seguinte, principalmente quando se trata de empresa de loja de departamento ou de varejo.

Eu já me propus a fazer captação com... Por exemplo, no meu Estado há um evento chamado Salão do Livro do Piauí (Salipi), um evento que já se tornou internacional, ao qual vão escritores de muitos países. Ele acontece em junho. Então, a gente saiu visitando empresários, mas ninguém quer patrocinar, porque não vai aparecer o nome; no máximo vai haver um *banner* lá com o nome dos patrocinadores – não é propaganda para eles. Com os mais íntimos eu até brincava: "Eu acho que vocês não pagam imposto de renda, porque não querem patrocinar uma coisa dessa, maravilhosa, com muitos escritores." E não é só o salão; há também oficinas, as escolas vão, poetas brincam com os meninos de rimar. É uma coisa maravilhosa, mas há uma dificuldade danada. E pegou no Piauí inteiro; em quase todas as cidades, estão fazendo salão do livro nos fins de semana, onde a cultura, o livro e a leitura são os personagens principais.

Mas é preciso que o MEC e o Ministério da Cultura se voltem para isso, talvez vendo, fazendo um levantamento do que existe nessa linha de salão do livro, tentando também enveredar mais fortemente por essa política, porque é muito importante. É aquela história: a mãe que ensina a criança a gostar de ler, porque toda mãe que não sabe ler sonha com que o filho saiba ler.

Então, que o senhor olhe com carinho para essa história do livro e da leitura e para a história dos Pontos de Cultura.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Ministro Roberto Freire, nossa Presidente Lúcia Vânia, Senadores aqui presentes, primeiro, sinto-me muito honrado de V. Exª estar aqui, Ministro; sua presença realmente enriquece o debate. Eu militei no Partido do Presidente Roberto Freire por mais de 15 anos. Se não fossem questões locais, eu ainda estaria militando. Tenho um respeito muito grande, principalmente porque...

O SR. ROBERTO FREIRE (*Fora do microfone*.) – Só para saber: são questões que a gente possa resolver? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito bem! (*Risos.*)

Vamos falar.

E, Presidente Lúcia Vânia, eu admiro o nosso Ministro Roberto Freire, porque ele tem aquele tipo de política do "sim", "sim"; "não", "não". Nós precisamos muito disto, o nosso povo quer este tipo de política: que não saia pela tangente; que o que tem que ser dito, seja dito logo, de forma que as coisas fiquem muito transparentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ministro, sobre essa questão dos Pontos de Cultura, eu quero só fazer uma ressalva aqui – sem querer também polemizar. É que, pelo que foi passado aqui, fica a impressão de que o Governo Temer ou V. Exª tenham, de repente, decidido acabar com os Pontos de Cultura. Na verdade, no fim do primeiro mandato do Governo Lula, a verba para os Pontos de Cultura já tinham caído pela metade.

Em 2011, o pessoal da Comissão Nacional de Pontos de Cultura chegou a ocupar o Ministério e fizeram um protesto contra a Ministra Ana de Hollanda, porque praticamente já tinham acabado, naquela época, os Pontos de Cultura. Não estavam funcionando. É só para fazer essa ressalva de que a questão da verba vem de antes. Sabemos que não há bom pagador sem haver dinheiro, e os programas também não se sustentam, assim como tantos outros programas que o governo passado implantou – programas bons, aparentemente, mas não havia dinheiro para serem levados a cabo. Tanto é que, no último ano da Presidente Dilma, retiraram 87% da verba de todos aqueles programas.

Dito isso, só quero parabenizá-lo pela forma como V. Exª vem se conduzindo. Essa ideia de começarmos a trabalhar a Lei Rouanet com outra visão é maravilhosa. Inclusive, há um ponto em Cuiabá...

Cuiabá, Senadora Lúcia Vânia, tem uma cultura muito peculiar, um pouco parecida com a de Goiás em termos de comidas – pequi com arroz lá é bem famoso –, mas temos a cultura cuiabana, que é própria e um pouco diferenciada até do restante de Mato Grosso, assim como temos ali a Vila Bela da Santíssima Trindade, em que há um quilombo ainda que não se misturou; eles são da época dos escravos, as construções são muito peculiares. E nós temos um ponto em Cuiabá que se chama Mercado do Porto, que está quase caindo. Quando V. Exª fala da questão da Rouanet, é uma ideia que podemos buscar para revitalizar aquele cenário, porque a sociedade cuiabana vai ali aos sábados e passa quase o dia inteiro comendo os mais diversos tipos de comida. Realmente é um ponto cultural da cidade que se mantém sozinho, assim como temos lá um lugar chamado Senadinho, a que os mais velhos vão para discutir política, falar das suas ideias. São pontos muito interessantes. Não são financiados, obviamente, pelo Governo, mas, no caso do Mercado do Porto, eu quero procurá-lo em uma hora para talvez levarmos um projeto de buscarmos recursos na Lei Rouanet para revitalizarmos isso.

E quero parabenizá-lo, mais uma vez, jogando agora só um pouco de pimenta: eu vibrei com a resposta que V. Exª deu a um senhor, cujo nome não vou declinar, que recebeu um prêmio e foi de extrema grosseria. V. Exª realmente deu uma reposta à altura.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu acho que o homem público tem de se portar dessa forma.

Minhas homenagens, mais uma vez.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, quero cumprimentar V. Exª por esta importante audiência pública, cumprimentar S. Exª o Sr. Ministro Roberto Freire, e cumprimentar os membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero comentar, Sr. Ministro, que V. Exª tem feito um trabalho exemplar no Ministério da Cultura. Fui recebido lá por V. Exª e por sua assessoria de uma forma muito cortês, muito alegre, querendo realmente construir. O senhor sabe que a minha ida lá foi principalmente para resolvermos um grave problema do Brasil: as obras são feitas e ficam pela metade; ou são construídas e faltam algumas coisas para poderem funcionar. Falei com V. Exª sobre o complexo cultural de uma grande cidade de Brasília, que é Samambaia, que o senhor conhece bem. O Complexo Cultural foi construído com verbas do Fundurb e está totalmente pronto nessa grande cidade do Distrito Federal, é uma referência – Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Gama, a região oeste do Distrito Federal tem quase 2 milhões de habitantes. Esse Complexo Cultural todo completo, construído na cidade de Samambaia, encontra-se fechado por falta de R$500 mil, que poderiam ter vindo com aquele financiamento do Fundurb para fornecer os equipamentos mobiliários, podendo haver ali um polo aglutinador da cultura, ou seja, da identidade de um povo.

V. Exª pediu para dar encaminhamento. Queria até que voltássemos a sentar para podermos conversar sobre esse tema, porque igual a esse que aconteceu em Samambaia, nessa região de 1,5 milhão de habitantes, pode haver vários em outros lugares do País, com casas e centros culturais totalmente montados que não estão funcionando por uma pequena parte, que seria o mobiliário, para poder garantir o funcionamento.

Quero reforçar os meus cumprimentos; dizer que é dessa forma democrática e aberta que fazemos; colocar-me aqui à disposição para voltarmos a dialogar sobre esse importante tema para o Distrito Federal e para o Brasil, que são obras inacabadas, que precisam ter a complementação final para andarem; e cumprimentar o Ministério por todas as revisões que estão sendo feitas.

Por exemplo, em Brasília temos outro problema grave, que é o problema do Teatro Nacional, que recebeu tantas pessoas importantes do mundo e do Brasil e que está aqui para os nossos grandes governantes. O teatro está fechado há mais de dois anos, o teatro que é referência da Capital do País. Hoje, estamos privados de termos obras e peças fundamentais. Então, precisamos também, nessa segunda audiência que espero que V. Exª fale com sua secretária para marcar, retomar essa discussão, porque Brasília clama por isso.

Quero concluir dizendo a V. Exª que, como Senador do Distrito Federal, como Senador desta Casa, como membro do PMDB e como Vice-Líder do Governo, no que eu puder ajudar a nossa cultura – o Ministério dos Esportes, o Ministério da Educação, mas principalmente a nossa Cultura, que é nossa prima pobre, que, muitas vezes, não tem um dinheiro, que, muitas vezes, não tem um orçamento... Eu vou estar na CMO neste ano e, no que eu puder ajudar a fomentar, a desenvolver esse setor... Sabemos que são com pequenos investimentos que fazemos grandes coisas. Em cidades do interior, com um pequeno investimento, de repente numa ONG...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... ou num pequeno grupo, conseguimos fazer grandes coisas.

Então, agradeço a V. Exª e me coloco à sua disposição. Desejo todo o sucesso do mundo para V. Exª. Estou acompanhando de perto o seu trabalho, com o qual estou muito satisfeito.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Como falta só o Senador Flexa, eu o colocaria neste bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Lúcia Vânia, nosso Ministro da Cultura, Deputado Roberto Freire, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero, primeiro, saudar a presença do Deputado Federal Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, que está aqui acompanhando esta audiência pública com o Ministro Roberto Freire, e também da Deputada de Santa Catarina Carmen Zanotto. Os dois, Senadora Lúcia Vânia, enriquecem esta audiência pública que temos com o Ministro Roberto Freire.

Ministro, primeiro eu quero saudar V. Exª por mais uma missão em que foi chamado a ajudar o nosso País. Tenho a certeza absoluta de que, como nas anteriores, V. Exª vai desempenhar com competência, com amor e com determinação essa missão.

O ministério de V. Exª é um dos mais importantes, apesar de, como já foi dito aqui, não ser, às vezes, até levado à posição que deveria ter no nível do Governo. Mas ele tem a importância de resgatar a história, a cultura de todas as regiões do nosso Brasil.

O meu Estado do Pará tem, eu diria, uma condição especial, Senadora Lúcia Vânia: lá nós temos condições culturais que nos levam ao resto do Brasil e ao mundo. Ainda agora, Deputado Arnaldo Jordy, o Governador Simão Jatene está com um projeto em implantação de um centro gastronômico internacional, porque a gastronomia do Pará tomou ares do mundo todo – do mundo todo! Os sabores, os produtos do Pará estão em evidência.

Eu queria perguntar V. Exª, mas, primeiro, eu queria pedir a V. Exª que dê ao Estado do Pará o apoio nas necessidades na sua pasta da Cultura. No governo passado havia um programa do Ministério da Cultura, Cidades Históricas, e Belém foi incluída nesse programa. Mas, pelo que sei, até hoje não houve liberação de recursos do programa. Eu perguntaria a V. Exª se, para esse programa, está sendo dada continuidade – agora, com V. Exª como Ministro da Cultura –, e, em sendo assim, como é que nós poderemos depois verificar os projetos em que o Estado do Pará e, em especial, a cidade de Belém poderiam ser contemplados.

Há uma outra questão sobre a qual eu queria também conversar com V. Exª. É que, há pouco tempo, coisa de um mês e pouco atrás, o Palácio Antônio Lemos, que é onde fica a sede da prefeitura, passou por um incêndio. É um prédio tombado, de importância cultural e histórica para a nossa cidade. Gostaria de verificar a possibilidade de se conseguir recursos para a restauração dessa parte que sofreu o incêndio. Eu até pedi ao gabinete de V. Exª que agendasse uma audiência, para a qual o Prefeito Zenaldo Coutinho viria até aqui para ter esse entendimento com V. Exª.

Por último: falamos muito aqui na Lei Rouanet, Deputado Jordy, e nós vimos a dificuldade desses Estados de regiões menos desenvolvidas acessarem a Lei Rouanet.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então me veio à mente, Ministro, que nós não podíamos fazer um estudo também. Assim como existem cotas hoje para todos os segmentos de etnias, nós podíamos também estabelecer cotas para a Lei Rouanet, de forma que o incentivo também pudesse chegar a essas regiões menos desenvolvidas, que não têm talvez, junto às empresas e aos empresários, um apelo tão grande quanto tem um projeto para ser financiado nas Regiões Sul e Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo, que acabam carreando esses recursos que faltam para essas regiões. Eu vou depois conversar com V. Exª para ver se nós podemos caminhar nessa direção.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Registro a presença do Sr. José Paulo Soares, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura.

Quero desejar boas-vindas à Deputada Carmen Zanotto e ao Deputado Arnaldo Jordy e dizer da importância da presença de S. Exªs. Sejam bem-vindos a esta Comissão.

Com a palavra o Ministro Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE – Quero aproveitar para saudar os presentes. Eu já tinha falado do nosso futuro Diretor da Ancine, o Sérgio. Eu queria saudar os nossos companheiros e amigos da Bancada, o Jordy e a Deputada Carmen Zanotto, e dizer da minha satisfação de contar com a honrosa presença de vocês. Isso qualifica, sem dúvida alguma, essa minha presença no Senado.

Quero dizer também da presença entre nós daqueles que representam as instituições vinculadas ao Ministério – a Fundação Palmares, o Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), o IPHAN, a Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, e a Biblioteca Nacional – e da importância do complexo que forma o Ministério da Cultura aqui no Brasil.

Senadora Regina, do Piauí, eu queria aqui começar saudando-a, porque o Piauí tem talvez algo a que o Brasil precisa estar sempre muito atento – as atribulações por que passa e a necessidade de todos nós sermos responsáveis –, que é a Serra da Capivara, um grande projeto, um sítio arqueológico que tem um grande museu. É algo de que a sociedade brasileira precisa tomar conhecimento, até para que colabore efetivamente para que se desenvolva, porque aquilo não é um problema apenas do Piauí nem do Brasil, é do mundo. Aqui eu queria dizer, por exemplo, da presença muito efetiva que tem ajudado em momentos críticos do Governador do Piauí.

Eu estive recentemente na Serra da Capivara e assinamos um acordo de gestão do qual o próprio Governo do Piauí, o Governador Wellington Dias, participa. Então, saliento essa contribuição importante que o Governo do Piauí também dá a esse grande empreendimento, grande equipamento cultural brasileiro, que é a Serra da Capivara.

Quero dizer, Senadora, primeiro, que nós não estamos extinguindo Ponto de Cultura, não estamos extinguindo nenhum programa que o Ministério tinha – talvez, ênfase maior em alguns.

E uma coisa que me chamou a atenção – e aí queria transmitir para V. Exªs – é que esse Ponto de Cultura não atinge o Brasil não, é muito restrito, ele está presente apenas nas grandes cidades brasileiras, concentrado em São Paulo e em outras capitais. Isso não tem ido ao interior não, lá isso não existe. Ao contrário. Nós estamos querendo criar o fundo a fundo exatamente para chegar, aí sim, na ponta dos pequenos Municípios, que não vêm aqui, que não têm condições de ter Parlamentares buscando recursos para eles. Lá não chega o Estado brasileiro e, na cultura, muito menos.

Daí a nossa tentativa, junto com o MEC, de criar um *link* na plataforma das escolas públicas para ver se os atingimos, porque o MEC tem certa presença, capilaridade, em todo o País. Então é para tentar chegar lá, até porque, pelos Pontos de Cultura, nós ficamos, quando muito, nas periferias das grandes cidades. Não estamos pretendendo acabar, mas nós temos que dar uma diretriz concreta.

De recurso público há que se prestar contas do seu uso. Isso não vai ser modificado, mas, ao contrário, será cada vez mais rígido, até porque precisamos responder ao povo brasileiro neste momento de profundo desmantelo que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

temos com a utilização dos recursos públicos. Até como disse o Senador Cristovam, dar a ideia de que precisamos mudar aquilo que é costume da cultura brasileira, de dar um jeitinho e de tudo ter saída independentemente da observância das leis.

O Senador José Medeiros fala de Cuiabá. Um dado interessante: Cuiabá tem quase nula presença do Ministério da Cultura. Ele saiu, mas lembro que ele falou do Mercado. Há um projeto do Governador Pedro Taques de também utilizar um equipamento que era do Exército para criar um grande centro cultural. Já tivemos conversa nesse sentido.

E qual é o nosso problema? E a resposta também vai para o Senador Flexa Ribeiro: no caso da restauração de prédio, tem que ser prédio do patrimônio público para poder receber, ou é preciso que haja alguma associação que possa, via Lei Rouanet, buscar recursos da renúncia fiscal. No caso de qualquer restauração hoje, nós temos maiores limitações, porque há algo que já vinha com anterioridade. Nenhuma obra nova deveríamos começar com recursos orçamentários, até porque nós temos aproximadamente 148 Céus das Artes, um programa que foi da Senadora Marta Suplicy e que é interessante. Depois houve uma diminuição da sua dimensão, mas temos 148 que estão inacabados. Então algumas vezes Municípios vêm nos buscar para saber por que não construir. Nós temos que dar prioridade para terminar aqueles que estão inacabados, até para que não se transformem numa deseconomia. E nesse mesmo nós estamos tendo dificuldade por falta de recursos.

Isso se reflete, Senador Flexa Ribeiro, no Programa de Cidades Históricas, que é de responsabilidade do IPHAN. São recursos nos quais o IPHAN, nesse contingenciamento, também sofreu um grande corte. Nós estamos definindo no Ministério que não vamos, nesse ajuste interno, cortar nada daqueles órgãos vinculados, porque estes têm atividades – por exemplo, a Fundação Palmares, os nossos quilombos – que precisamos manter. Então, não podemos cortar. O Ibram, no caso do museu, que não é uma atividade sustentável no Brasil. Ainda assim nós não podemos permitir que museus sejam fechados, sob pena de dizer que o Ministério da Cultura não está cumprindo com as suas obrigações. O Brasil já tem poucos museus, tem pouquíssimas bibliotecas. Nós não podemos conviver com o fechamento desses locais.

Então, nós não vamos cortar nada do que já foi cortado pelo contingenciamento geral. Mas, de qualquer forma, o PAC vai ter dificuldade de imaginar obras novas em outros patrimônios de cidades, como o caso de Belém. Há já uma programação, e eu posso, desde logo, se quiserem, com a nossa assessoria, marcar uma audiência para discutirmos, inclusive com o IPHAN, esse programa da cidade histórica de Belém. É evidente que o Ministério da Cultura tem de ter um olhar mais atento a isso. Está tendo. Estive no Pará. Inclusive, pouca coisa está sendo feita, mas há um grêmio literário português que tem uma biblioteca que é a terceira biblioteca do país em livros raros. É algo até emocionante, eles me mostraram livros de 1530 que estão lá nessa biblioteca. Ela precisa ser restaurada, precisa de recursos. Apesar da Lei Rouanet, ela não está conseguindo captar.

Nós estamos começando a trabalhar. Estive na Vale, que tem trabalho importante no Estado do Pará, é lá a província mineral nossa. Pois bem, estivemos com a Vale para que ela pudesse aportar recursos. Não sei como isso está andando, até porque a Vale mudou agora de presidente. Nós vamos buscar discutir com o novo presidente para ver se há alguma resposta com relação a isso. Estamos aportando recursos para a Feira do Livro Amazônico, que há muito tempo não recebia, há dez anos, como me diz agora o Deputado Jordy. Estamos discutindo o Palácio São Cristóvão. Melhor dizendo, o Teatro São Cristóvão, que tem algo a ver com as lutas de libertação, de independência do Pará, vinculações. Então, há uma discussão. Estamos abertos para discutir isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, o que nós temos, e disse isso, inclusive, para a Senadora Fátima Bezerra, é que recursos orçamentários para o restauro, para a recuperação de obras... Estamos, evidentemente, limitados por esse contingenciamento. Não há recursos. Mas podemos começar a pensar em restauração via Lei Rouanet. Isso é possível. E temos que começar a trabalhar, porque o Pará, pelo seu desenvolvimento, precisa incorporar muitas das suas empresas à preocupação com a cultura.

Há receios. Há desconhecimento. Há dificuldade de como fazer projetos. E nisso nós estamos, inclusive, fortalecendo a representação do Ministério do Pará – está para sair a nova reestruturação –, criando um escritório com maior presença e com maior competência de informar, de orientar na questão dos projetos que o Ministério tem, dos programas que possa ter, exatamente para ver se podemos trazer maiores reivindicações dessas regiões. Porque uma coisa também é verdade, reconhecida por todos: nós temos pouquíssimos projetos dessa região. Precisamos incentivar que venham projetos e começar a trabalhar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ministro, há outro projeto que também já estava aprovado pelo Ministério da Cultura, que é a revitalização do Mercado Ver-o-Peso. Ele é o cartão postal de Belém, completou 390 anos na semana passada. Acho que o IPHAN tinha aprovado o projeto arquitetônico e, depois, disse que não tinha aprovado. O Governador até completou os recursos, pelo Tesouro do Estado, com R$25 milhões, e acabou não se desenvolvendo a licitação e o contrato. Mas isso também é um assunto que, quando formos em audiência com V. Exª, vamos pautar para ver em que pé está e como retomar, porque é necessário fazer a restauração daquele ponto tão importante para a história do nosso Estado.

O SR. ROBERTO FREIRE – Olha, o Pará tem...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência, acho que o senhor deve ter se esquecido das minhas perguntas. Se o senhor puder ver a questão do Fundurb, a questão da cultura de Samambaia e do Teatro Nacional, fico agradecido.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Vai responder.

O SR. ROBERTO FREIRE – Eu vou responder ainda. Eu estou alterando a ordem, mas vou responder a todos. Pelo menos tomei nota aqui, Senador Hélio.

Olha, o Pará tem essa característica. Esse Teatro São Cristóvão também foi fruto de um acerto, um acordo com o Governo do Estado, em que havia contrapartida. O Governo do Estado aportou essa contrapartida, e o Ministério da Cultura não deu andamento. Então, há alguns problemas, e vamos levar em consideração, até porque o Deputado Arnaldo Jordy, tão logo eu assumi, disse que era uma exigência da Bancada do PPS que fosse a Belém do Pará, como Ministro da Cultura, para entrar em contato com esses problemas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Deputado Jordy é o nosso ponta de lança do Pará no Ministério da Cultura. Ele defende bem.

O SR. ROBERTO FREIRE – Mas eu não vou querer um ponta de lança só não. Eu quero que venham outros. É uma *blitzkrieg*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ele nos comanda lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROBERTO FREIRE – Uma *blitzkrieg* lá do Pará para ver se a gente pode enfrentar esses problemas, até para que a gente possa responder que o Ministério está começando a se preocupar, efetivamente, com o processo de descentralização. E só não será maior, não tenho dúvida, porque vai haver um contingenciamento também em função, inclusive, do nosso Fundo Nacional, que foi zerado.

Agora, só para lembrar mais uma vez que, no ano passado, no primeiro semestre, também houve um contingenciamento tão duro quanto este.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO FREIRE – E, no segundo semestre, houve um descontingenciamento, que voltou quase ao orçamento inicial. Então, nós estamos esperando que isso ocorra também neste ano, até para não ficarmos em situação de tremenda dificuldade, inclusive uma delas é a questão da Samambaia. Foi uma das primeiras audiências que nós tivemos, um processo de licitação para compra de equipamentos, porque o centro já está construído.

Mais uma vez vamos ver, até porque é um desperdício. Está construído, precisamos ver, até mesmo para que, de uma forma não definitiva, se possa ter certo mobiliário para que ele possa começar a servir à população do Distrito Federal, especificamente de Samambaia.

Teatro Nacional. Tão logo assumi, procurei o Governo do Distrito Federal, que é o responsável pelo Teatro Nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO FREIRE – Tudo que há na Esplanada é de responsabilidade do Governo do Distrito Federal, seja a Biblioteca, seja o Museu, são todos de propriedade... Não é bom dizer "propriedade", porque a propriedade é da República, mas é de responsabilidade do Governo do Distrito Federal. Procurei o Governador, porque entendia que o Ministério da Cultura, mesmo não sendo o responsável, perante a sociedade é responsável por haver na Esplanada dos Ministérios um equipamento como o Teatro Nacional fechado. Tem que fazer alguma coisa e tem que fazer com quem também tenha responsabilidade. E o Governo do Rodrigo Rollemberg demonstrou, inclusive, interesse em assinar um acordo de gestão compartilhada dos bens da Esplanada dos Ministérios – o Ministério da Cultura e o Governo do Distrito Federal.

O que é o entrave? É que o orçamento que existia para essa restauração do Teatro Nacional me parece excessivo, mas foi um projeto que foi aprovado, lá atrás. Então, estamos discutindo como é que vamos refazer um orçamento para que seja adequado à realidade. Até porque eu digo e repito que nós aqui em Brasília precisamos ter a preocupação de analisar alguns orçamentos que tivemos. Porque o orçamento que tivemos no Mané Garrincha, evidentemente, é um exemplo de como não fazermos o orçamento público, para dizer o mínimo.

Então, nós queremos rediscutir. Estamos com o IPHAN para tentar ver como isso pode ser feito. E mais: temos que discutir como vamos restaurar, porque também valem para o Teatro Nacional restrições orçamentárias. Então, nós precisamos saber da possibilidade da Lei Rouanet, da Parceria Público-Privada.

Quero dizer que nós estamos em diálogo com o Sesc e o Senai, que são instituições que têm uma presença significativa na atividade cultural brasileira. Eles fazem gestão de equipamentos culturais e são *experts* nesse ramo, nesse assunto, e nós estamos em discussão com eles se é possível alguma parceria. Até porque isso tem o aspecto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

importante da gestão, porque, muitas vezes, o Poder Público restaura e dali a cinco, seis anos tem que restaurar novamente porque não deu uma boa manutenção, não teve a capacidade de manter a gestão, inclusive se adequando a novas tecnologias, que também na área da cultura inovam todos os dias e exigem permanentemente modernização, adaptação. E isso nós estamos enfrentando inclusive aqui em Brasília, no Espaço Cássia Eller, que está fechado e também precisa ser reaberto. Estamos em via de começar, através da Funarte, a reabertura também do Espaço Cássia Eller.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência, eu, como Coordenador da Bancada do Distrito Federal e como membro da CMO, quero dizer a V. Exª que me coloco à disposição para sentarmos e vermos em que a Bancada pode contribuir, para que possamos tornar realidade a abertura do Teatro Nacional, do Cássia Eller e o funcionamento de Samambaia.

O SR. ROBERTO FREIRE – Eu tenho... Quanto a isso, depois eu vou procurar os coordenadores de bancada, aqui, de todos os Estados, para dizer da importância, por exemplo... Emenda de bancada não é emenda individual, até porque essa é muito importante, inclusive, para os pequenos Municípios brasileiros. Qualquer emenda individual de um Parlamentar, impositiva que é, pode significar, inclusive, um teatro numa região ou num Município que não tem nenhum equipamento social para isso, um auditório de multiuso – com uma pequena emenda individual. Vou procurar os coordenadores de bancada para dizer isso, da importância do que significam essas emendas individuais. E mais ainda: com os coordenadores, para começar a discutir emenda coletiva no campo cultural.

Já há um primeiro projeto. O Ministério da Cultura do Brasil está responsável pelas comemorações do Bicentenário da Independência brasileira.

Eu estou sabendo o que significa o bicentenário, porque estamos comemorando, e o Ministério da Cultura tem participado disso. Vai haver até uma exposição na Biblioteca Nacional do Bicentenário da Revolução Pernambucana de 1817. Ainda éramos império português, e Pernambuco inventou de ser uma república; continuou com esse sonho e conseguiu fazer uma república por poucos meses. Foi esmagada, mas, de qualquer forma, estamos comemorando esse bicentenário.

Em 2022, nós vamos comemorar o Bicentenário da Independência brasileira.

Saibam os senhores: a USP é a responsável pelo Museu da Independência ou Museu do Ipiranga, em São Paulo. A USP está trabalhando para reabri-lo, para restaurá-lo e reabri-lo.

Nós precisamos dar urgência, porque não podemos chegar a 2022 sem que o Museu da Independência esteja plenamente em funcionamento.

Então, a Bancada de São Paulo será procurada, para, numa emenda de bancada, poder pelo menos viabilizar mais de 50% da obra – para discutirmos a Lei Rouanet. E São Paulo tem condições para isso. Esse é um primeiro projeto para 2022 – para 2022 ter um grande movimento, em que cada Estado da Federação possa patrocinar um grande evento de restauração, de recuperação através dessa emenda coletiva, para as comemorações de 2022, seja, por exemplo...

Eu estava imaginando o Estado do Rio Grande do Norte: um levantamento de quantos Municípios não têm nenhum equipamento cultural – um auditório, uma sala de cinema, um teatro –, um levantamento do que falta em certas regiões. Muito provavelmente, não serão poucos os Municípios. São muitos. Por que a Bancada do Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Norte não dá uma emenda de bancada, para atender a polos regionais com equipamentos sociais para as comemorações, tendo como mote as comemorações do Bicentenário, para que, naquela oportunidade, essas regiões brasileiras, desassistidas do ponto de vista cultural, possam ter esses seus equipamentos? É uma ideia.

Eu acho que nós precisamos ter em mente que as bancadas podem exercer um papel significativo nesse processo. Em vez de dispersar, podem entender que isso ajuda ao crescimento, porque não é apenas o ponto de vista da nossa nacionalidade, da nossa identidade; é também econômico.

Outro exemplo que aqui eu queria dizer, e já consegui, para os Parlamentares... Podem até alguns não entender, mas quero dizer que uma coisa que sempre, como Parlamentar, me chamava atenção é que há teatros que são restaurados, construídos, em sua grande maioria, por emenda de Parlamentar.

Agora mesmo, tive a presença de um Parlamentar da Paraíba, de Patos, o Deputado Hugo, do PMDB, que foi responsável pela quase totalidade de recursos para a construção do teatro em Patos, uma região na Paraíba que tem pouquíssimos equipamentos. Pois bem, aquilo me chamou atenção no sentido de que, na inauguração de um teatro desse, se tiver Lei Rouanet, muito provavelmente, vai constar a placa das empresas que aportaram recursos e patrocinaram, via Lei Rouanet, a construção daquele teatro. Da mesma, o Prefeito que foi responsável pela execução da obra vai estar lá, junto com os seus secretários.

Eu quero dizer que consegui no Ministério que o Parlamentar que contribuir com emendas para a construção, para a restauração, para que exista um equipamento desses também poderá colocar seu nome em placa, dizendo que foi responsável por uma lei que aportou recursos para a construção.

Precisamos dizer à sociedade que o trabalho de um Parlamentar existe, mesmo quando muitas vezes é esquecido, imaginando-se que uma lei, que é de sua iniciativa no Orçamento, não tem o mesmo peso ou o mesmo valor daquele que se beneficiou de uma renúncia fiscal, oferecida pelo Estado; e que tem reconhecida para História a sua presença na construção de um bem para a sociedade.

Então, quero dizer da importância de começarmos a ter um relacionamento mais estreito, para entendermos que o Parlamentar é responsável também pelo crescimento cultural brasileiro.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ministro, é que eu preciso ir a uma outra comissão, onde estão me chamando.

O SR. ROBERTO FREIRE – Será um prazer.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – São três coisinhas, porque eu não fiz réplica, nem é preciso.

Primeiro, quanto à Serra da Capivara, eu agradeço – e até isso já estava em minha pauta de réplica – ter sido criada aquela espécie de comitê gestor. Eu acho que é um espaço que todo mundo deveria conhecer. Acho que os empresários que fossem conhecer iriam voluntariamente querer colaborar com aquilo lá, porque realmente é um patrimônio da humanidade muito importante.

Também quero dizer que eu não disse que estão extintos os Pontos de Cultura neste Governo, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROBERTO FREIRE – Então, me desculpe. Eu entendi...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eles tiveram um tempo áureo na gestão do Ministro Gilberto Gil. Foi o tempo áureo dos Pontos de Cultura...

O SR. ROBERTO FREIRE – Ele, inclusive, foi o idealizador.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sim, foi o idealizador. Então, como ele conhece também...

Quando a gente vai a um pequeno Município, conversa com os políticos, com os sindicatos, mas a cultura local... Até porque nem há Secretaria de Cultura. E ele, como é artista, como é o compositor, bebe na fonte do cordel, das cantigas de roda. Então, ele teve essa sensibilidade, que eu achei fantástica.

E a questão de funcionamento. No meu Piauí, funciona é no interior; na capital, não. Eles estão...

(*Soa a campainha.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... distribuídos no interior. Os que ainda existem estão todos no interior e nas cidades menores, porque a cidade maior sempre tem algum recurso, tem uma secretaria de cultura que promove as coisas, que vai aos bairros. Agora, os Municípios pequenos é que precisam ter, porque isso mexe com a autoestima das pessoas.

Obrigada.

O SR. ROBERTO FREIRE – Eu agradeço a sua complementação. E diria que estou esperando que esse Repasse Fundo a Fundo, que será regulamentado e virá para o Congresso nesses dias, vai ajudar que esses pequenos Municípios possam ter recursos para atender não só os seus Pontos de Cultura, mas aquilo que a comunidade vai dizer que tem importância. Não cabe a nós aqui, de Brasília, dizer o que é que deve ser feito.

Então, vamos transferir não apenas os recursos, mas a responsabilidade, para que cada Município adote aquilo que é, no seu entender, de maior importância, através da comunidade, de seus conselhos municipais de cultura e da própria sociedade.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ministro, só um complemento bem rapidinho.

O SR. ROBERTO FREIRE – Pois não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – No Rio Grande do Norte – inclusive isso consta no ofício que entreguei a V. Exª –, são 43 Pontos de Cultura. Quero também aqui dar o meu testemunho. Os Pontos de Cultura no Rio Grande do Norte não estão só nas periferias de Natal, da capital, eles adentraram pelo interior, nas pequenas cidades. O que nós desejamos, além da continuidade, é ampliar, ou seja, para que ele possa chegar ao maior número de Municípios, inclusive nessa parceria – eu acho um casamento perfeito, Senadora Lúcia – que é com a escola, com a questão da educação. Até porque o orçamento da educação...

O SR. ROBERTO FREIRE – É bem maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... tem uma dimensão bem maior do que o orçamento da cultura. E isso é um casamento que dá certo em todos os sentidos, do ponto de vista orçamentário e do ponto de vista do conceito, porque não há como separar a questão da educação e da cultura.

Então, concluo, mais uma vez, aqui renovando...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... a V. Exª o nosso apelo que o Ministério possa disponibilizar a terceira parcela, no valor de R$2,120 milhões, que é para dar continuidade ao convênio do Rio Grande do Norte com o MIC no que diz respeito aos Pontos de Cultura.

O SR. ROBERTO FREIRE – Olha, V. Exª sabe quanto é que, depois do contingenciamento, o Ministério vai ter de discricionário para atender o Brasil todo? Apenas três milhões mais do que V. Exª está pedindo para os 45 Pontos de Cultura do Rio Grande do Norte. Veja como é que nós estamos. Veja como deixaram o País.

Creio que encerrou. Posso já encerrar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO FREIRE – Pois não.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Ministro, quero aproveitar...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Rapidez.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É só uma coisa, Ministro. Para tratar das questões da Bahia, eu preciso pedir ao senhor uma audiência para que eu possa levar uma série de solicitações, mas acho que é mais pertinente a gente ter uma audiência.

O SR. ROBERTO FREIRE – Pessoalmente.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu posso levar também o Secretário de Cultura do Estado da Bahia, o Jorge Portugal.

O SR. ROBERTO FREIRE – Será muito bem atendido, até porque o diretor da Biblioteca Pedro Calmon, que é velho amigo nosso, foi companheiro de partido, o Zulu, esteve lá conosco. Um dos pedidos dele nós estamos providenciando, que é acervo para a Biblioteca Pedro Calmon, uma das bibliotecas maiores do Brasil, lá em Salvador.

Nós estamos tentando atender ao seu pedido, que é enviar acervo da disponibilidade que temos na Biblioteca Nacional. Portanto, você será muito bem recebido e, quem sabe, pode ser atendido.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ministro, só me permita dizer a V. Exª mais uma vez aqui o quanto é importante a mobilização para buscarmos fortalecer os recursos do Orçamento para a cultura. Tenho de deixar muito claro que nós entendemos que esse cenário é muito difícil, sobretudo em tempos de políticas de austeridade, que tiram educação, que tiram saúde do orçamento. Não. Isso é um fato concreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O que eu gostaria de deixar registrado é que lutemos para que pelo menos – pelo menos! – o orçamento da cultura volte, Senadora Vânia, ao patamar do ano de 2016, que foi destinação para despesas discricionárias em torno de R$750 milhões.

O SR. ROBERTO FREIRE – Não, não teve isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não. Teve. Ele terminou em 2016, Ministro Roberto Freire, com R$700 milhões. Esse foi o patamar destinado às despesas discricionárias, ou seja, à questão dos investimentos. E hoje, com o contingenciamento, nem isso mais.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nem isso. E lembro que os senhores estão no Governo já há quase um ano, não é? Prometeram que iriam resolver o problema da economia, que o País iria crescer. O que estamos vendo é desemprego, é corte de investimento, inclusive na cultura.

O SR. ROBERTO FREIRE – Por favor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou aqui para colaborar.

O SR. ROBERTO FREIRE – Não. Essa colaboração ajuda. Sabe por quê? Porque vemos a incapacidade de entender o que fizeram. Ficaram imaginando que 13 milhões de desempregados é responsabilidade de um governo que tem pouco mais de um ano. Isso é responsabilidade da irresponsabilidade com que este País foi administrado pelos 14 anos do seu governo.

Eu não estava querendo discutir política. Mas, por favor, não cometa essa injustiça de querer colocar em um Governo que aí está todas essas mazelas e desmantelos que foram cometidos pelo seu governo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não. Não estou colocando isso, Ministro.

O SR. ROBERTO FREIRE – Por favor. Está colocando.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Até porque, em 14 anos, houve 22 milhões, inclusive, de criação de empregos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO FREIRE – Que se perderam todos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Permita-me dizer, na condição aqui de Parlamentar que sou, de toda uma atuação que tenho na área da cultura, da área da educação. Coordeno a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Livro, da Leitura e da Biblioteca no Congresso Nacional e quero aqui colaborar.

O SR. ROBERTO FREIRE – E estamos trabalhando, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Independentemente das nossas divergências políticas, quero aqui contribuir porque, acima de tudo, nós temos compromisso com a política cultural não só do meu Estado, do Nordeste, mas do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Nós agradecemos, Senadora Fátima.

O SR. ROBERTO FREIRE – E V. Exª é testemunha viva de que o Ministério busca essa colaboração, entendeu a importância do seu projeto e se associou logo de imediato, sem nenhuma intenção de saber de que partido era. O importante era que aquilo atendia ao interesse público.

Bom, quanto às outras, nós vamos continuar tendo as nossas divergências. (*Risos.*)

Mas, de qualquer maneira, eu quero aqui agradecer à Senadora Lúcia Vânia. Quando me encontro com ela, me lembro de que a conheci nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Éramos de partidos diferentes. Naquela oportunidade, era líder do Partido Comunista Brasileiro, o que causava certo espanto à própria Senadora, àquela época Deputada Constituinte, mas que se transformou numa grande Constituinte e que teve, junto conosco, com a nossa Bancada, participação muito efetiva nos trabalhos da Constituinte, superando todo e qualquer temor e se transformando numa grande Constituinte, que ajudou a todos nós nos trabalhos da Constituição cidadã.

E quero dizer da nossa satisfação por termos aqui participado. E repito: foi com muita honra que voltei aqui à Casa, em situação diferente, mas sempre sendo o Parlamentar que durante 40 anos fui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Ministro Roberto Freire.

Quero dizer a todas as pessoas que vieram aqui assistir a esta audiência pública da nossa satisfação de recebê-los aqui na Comissão. E quero dizer que o debate foi profundamente ilustrativo; nós tivemos clareza do esforço que o Ministério da Cultura está fazendo para atender às demandas dessa área, e a importância da cultura na nossa vida, no nosso cotidiano.

Acho que o Ministro Roberto Freire deixou muito claro o seu compromisso com a cultura, o seu compromisso de dotar o ministério de uma estrutura ágil e moderna. É isso que todos nós esperamos dele, que foi um Parlamentar – e hoje é Ministro – atuante, competente, competente no debate, competente na ação. Foi um grande líder do governo Itamar Franco.

Portanto, eu tenho certeza de que a sua experiência, a sua dedicação, o seu compromisso com o interesse público vão fazer desse ministério um novo ministério. Eu não tenho dúvida disso, meu querido Ministro Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Quero dizer à Senadora Fátima Bezerra que eu peço desculpas pela minha imprudência, mas acontece que nós tínhamos vários Senadores que precisavam falar. De qualquer forma, eu quero aqui reconhecer de público a sua cooperação, o seu interesse em participar, o seu interesse em querer ajudar e contribuir com esta Comissão. Só pediria que a gente pudesse resumir um pouco o tempo de fala, para não haver esse incidente que nós tivemos hoje, que é normal em um debate, mas que, de certa forma, quando há muitos Senadores, dificulta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

No mais, eu quero agradecer a todos os senhores que aqui estão, aos técnicos do Ministério da Cultura que nos honram com suas presenças aqui. Esta Comissão, sob minha Presidência, terá uma integração muito grande entre educação e cultura e dará força a isso. Nós vamos fazer com que a cultura seja presente nesta Comissão.

E quero dizer, Ministro, que a sua presença hoje foi muito importante, mas teremos, se Deus quiser, a sua presença aqui em outras oportunidades...

O SR. ROBERTO FREIRE – Estou à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... para falar, para nos orientar sobre os caminhos que devemos tomar.

Agradeço a todos.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta reunião, convocando uma nova reunião para a leitura do relatório que o Senador Roberto fará sobre a indicação do Presidente da Ancine.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Dando continuidade à nossa reunião, vamos passar ao segundo item da pauta de hoje, que é a Mensagem nº 16, de 2017, não terminativa.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga da decorrente do término do mandato da Senhora Rosana dos Santos Alcântara.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Roberto Muniz

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o exame de indicações seguirá etapas: na primeira, o Relator apresentará o Relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais, após o quê será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão e divulgado o Relatório por meio do portal do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos, portanto, às observações: nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e da Decisão nº 1 da Comissão de Educação, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas.

Na primeira etapa, que ocorrerá nesta reunião, o Relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente.

Na segunda etapa, em reunião a ser agendada oportunamente, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz para proferir o relatório.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, tenho a honra de trazer a esta Casa, com base legal na Constituição Federal, na Medida Provisória nº 2.228-1, referente à Mensagem nº 16 do Presidente da República, à apreciação dos membros desta Comissão o nome do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema na vaga decorrente do término do mandato da Srª Rosana dos Santos Alcântara. Anexados à mensagem, encontram-se o *curriculum vitae* e as declarações do indicado, além de cópias de documentos legais e fiscais.

O Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão é brasileiro, natural do Rio de Janeiro, e tem 50 anos. Graduou-se em Jornalismo em 1988 pela URFJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Até fevereiro deste ano, 2017, foi Diretor-Executivo da produtora Escarlate Audiovisual, desde 2016, e Diretor do Cine Odeon, Centro Cultural Luiz Severiano Ribeiro desde 2015. Também foi Diretor-Executivo da produtora AfroReggae Audiovisual, de janeiro a junho de 2016. No segundo semestre de 2015, foi Diretor da agência de publicidade Sentimental Filmes.

Quero destacar, caros colegas, que, no setor público, o candidato foi diretor da própria Ancine (Agência Nacional de Cinema), de março a dezembro de 2008, tendo antes trabalhado um ano como assessor da diretoria da mesma agência, ou seja, tem um conhecimento muito claro do funcionamento desse ente tão importante para a regulação do cinema nacional.

Foi assessor da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no período de 2006 a 2007, e também, como colocou ele pessoalmente para mim, com muita honra, foi Chefe de Gabinete e Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, de 2003 a 2006, trabalhando diretamente com o baiano Gilberto Gil. Foi membro do Conselho Petrobras Cultural, Vice-Presidente da Comissão Interamericana de Cultura (OEA) e Vice-Presidente da Associação das Distribuidoras Brasileiras (Adibra). Participou da criação do Fundo Setorial do Audiovisual e da elaboração da Lei 12.485, que regulamenta a situação do audiovisual e da TV paga no Brasil e que foi até fruto do debate com o nosso Ministro Roberto Freire.

Mais recentemente, foi Diretor-Presidente da RioFilme Distribuidora de Filmes S.A., gerida pela Prefeitura do Rio de Janeiro, de 2009 a 2015. Em novembro de 2012, assumiu também o cargo de Secretário Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro, nele permanecendo até janeiro de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como Diretor-Presidente da RioFilme, cabe destacar que conduziu um processo de revitalização da empresa que a tornou o segundo maior investidor do audiovisual brasileiro. Entre 2009 e 2014, a RioFilme investiu R$185 milhões em 484 projetos de empresas cariocas, gerando R$2,2 bilhões em PIB e 32 mil postos de trabalho. Implementou diversos mecanismos inovadores, como o investimento automático reembolsável em séries de TV. Neste caso, cada R$1 investido atraiu R$6,3 de outras fontes e gerou R$30 em PIB, R$3,57 em impostos e R$1,04 em receita para a empresa. O sucesso da RioFilme inspirou a criação da Spcine, em São Paulo.

Na iniciativa privada, trabalhou na Clear Channel Entertainment, nos anos de 2001 e 2002, e foi diretor da Solar Filmes e da 20/01 Design, em ambos os casos nos anos de 2000 a 2002. Trabalhou também como jornalista na *Folha de S.Paulo*, no *Jornal do Brasil* e no *Jornal dos Sports*, em períodos situados na última década do século XX. Integrou o Conselho da Fundação OndAzul, ONG ambientalista, e foi responsável pela criação do CineCarioca Nova Brasília, que ele destaca pessoalmente como uma grande iniciativa, pois foi o primeiro cinema 3D em uma comunidade ou favela brasileira e também a sala com a maior taxa de ocupação no País, Sr. Presidente. É muito importante destacar que esse projeto elevou a quantidade de pessoas indo ao cinema, ou seja, motivando brasileiros a ter acesso mais facilmente às obras da nossa produção cultural.

No âmbito acadêmico, o candidato lecionou, entre 1988 e 2017, na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), na Universidade Cândido Mendes, na Universidade Veiga de Almeida, na UniverCidade e na UFRJ.

Publicou três livros de sua autoria nas áreas de jornalismo, esporte e música, sendo produtor executivo de dois filmes de longa-metragem e de uma série de TV; e também dirigiu pessoalmente dois filmes de curta-metragem.

Dessa forma, depreende-se que o histórico profissional do indicado atende ao disposto no item 1 da alínea "a" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em complementação ao *curriculum vitae*, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, devem apresentar declaração sobre requisitos a serem avaliados pelos Senadores, listados nos cinco itens da alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno, bem como argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que demonstrem ter experiência profissional, formação técnica, adequação e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Nesse sentido, o indicado encaminhou aos Senadores argumentação escrita em que destaca a sua ampla atuação na área cultural, tanto no setor privado como no público – e tive oportunidade de destacar alguns pontos –, tendo coordenado diversas iniciativas relevantes tais como o projeto do Cine Odeon e o processo de transformação do AfroReggae, com a elaboração de um plano de negócios e com a expansão das suas atividades, no ano seguinte. Coordenou também, como Secretário de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, a elaboração do projeto da nova Lei Municipal de Incentivo à Cultura, considerada a mais avançada do País.

Destaca-se, ademais, sua experiência anterior, como foi colocado, como Diretor da Ancine. Ressaltando ter demonstrado uma conduta ilibada ao longo de sua carreira, declarou considerar-se apto à função para a qual está sendo indicado, por reunir os requisitos para isso necessários.

Também anexou todas as declarações exigidas pelos itens 1 a 5 da alínea "b" do inciso I do art. 383, tais quais:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

– declaração de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional.

– declaração, também, quanto à sua participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos. Relativamente a essa declaração, ele informou que foi sócio da empresa Escarlate Conteúdos Audiovisuais e Experiências Criativas até fevereiro de 2017, não tendo informado a data de início de sua participação na sociedade.

– declaração de que não possui pendências fiscais nos âmbitos federal, estadual, municipal e distrital, conforme documentação anexada (item 3).

– (item 4) declaração de que não figura como autor ou réu em ações judiciais, conforme cópia de certidão da Justiça Federal, relativa à Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

– declaração quanto à sua atuação, nos últimos 5 anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras. O indicado declarou que integrou o Conselho de Administração da empresa RioFilme – Distribuidora de Filmes SA, de janeiro de 2009 a janeiro de 2015, assim como do Conselho de Administração da Orquestra Sinfônica Brasileira (Fundação OSB), de dezembro de 2012 a janeiro de 2015, e o Conselho de Administração da Fundação Planetário do Rio de Janeiro, de dezembro de 2012 a janeiro de 2015.

Assim, considerando o histórico pessoal e profissional apresentado e a documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão, para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema, na vaga decorrente do término do mandato da Srª Rosana dos Santos Alcântara.

Este é o meu relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Roberto.

Concedo vista coletiva.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora, apesar de que V. Exª tem adotado um método aqui, que é o de não acolher os pedidos de audiências extrapauta, eu queria já dar conhecimento aqui à Comissão de Educação... Até porque esta Comissão de Educação foi, é e, através do Ministério da Educação, continua parceira de um importante programa governamental, que é exatamente o Programa Mais Médicos.

Acho que V. Exª acompanhou, nesses últimos dias, que, em decorrência do contingenciamento que houve ao Orçamento Geral da União, no valor de R$42 bilhões, com reflexos na área social, o Programa Mais Médicos, portanto, foi contingenciado, Senadora Lúcia Vânia. Para se ter uma ideia, o contingenciamento no Programa Mais Médicos é do montante de R$3,3 bilhões destinados ao programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além disso, outra mudança, nesse contexto do contingenciamento, que nos causa uma enorme preocupação é o fato de eles terem modificado os recursos destinados ao Programa Mais Médicos, que antes, inclusive aprovado pelo Congresso Nacional, constavam como despesas obrigatórias. O Governo agora simplesmente modificou o *status* de despesas obrigatórias para despesas discricionárias. É evidente que, como despesas discricionárias, Senador Roberto Rocha, o que significa? Fica a critério do gestor. O gestor pode, enfim, garantir a destinação desses recursos ou não.

Repito, pela importância que tem o Programa Mais Médicos, que, graças a Deus, revelou-se como uma ação extremamente eficiente, exitosa, de caráter humanitário pelo País afora, na parceria com os nossos Estados e com os nossos Municípios, por tudo isso é que eu gostaria de pedir a V. Exª o apoio dos nossos pares para que a gente pudesse trazer esse tema para debate na Comissão de Educação. Repito, por entender que esse é um tema não restrito somente à Comissão de Assuntos Econômicos. Por quê? Pela parceria que o Ministério da Educação tem no desenvolvimento do programa, assim como o Ministério da Saúde. Tanto é que, na Comissão de Assuntos Sociais, também está sendo pedida uma audiência pública.

A nossa proposição vai em duas direções. Primeiro, seria uma audiência pública atendendo, inclusive, as reivindicações das entidades, do Conselho Nacional de Saúde e de várias entidades que trabalham com o tema do SUS, com o tema da saúde pública no nosso País, evidentemente que com a presença do Ministro, de representantes do Ministério. Então, uma audiência pública, repito, com essa configuração, para que a gente pudesse, a Comissão de Educação, contribuir para equacionar esse grave problema.

Os outros requerimentos que nós estamos apresentando seriam de convocação – que pode muito bem ser transformada em convite, não tem problema algum – dos Ministros respectivos, tanto do Ministro Ricardo Barros, como do Ministro Dyogo, porque é o Ministro do Planejamento, bem como do Ministro da Educação, Mendonça Filho.

Então, os requerimentos vêm nesta direção: um, de audiência pública com as entidades, com o Ministério, com representantes dos Estados, dos Municípios; e o outro seria de convocação ou convite aos Ministros respectivos, para que nós pudéssemos aprofundar o debate aqui acerca desse contingenciamento que atingiu várias áreas sociais, inclusive o Programa Mais Médicos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Gostaria de dizer, Senadora Fátima, que eu não tenho nenhuma restrição. Obviamente esse requerimento terá que ser apresentado na próxima semana, quando vamos ter uma reunião. E a minha sugestão é que façam uma reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Para não haver esse argumento de que é um tema mais vinculado à Comissão de Assuntos Sociais.

E o segundo aspecto é que nós já estamos com a audiência do Ministro da Educação marcada, já foi aprovado o requerimento. Ele deverá estar aqui na segunda quinzena do mês de abril, porque nós teremos agora, no dia 11 de abril, na próxima reunião, a presença do Ministro do Esporte, que virá – a exemplo do que fez o Ministro da Cultura – apresentar as diretrizes da sua pasta e, obviamente, dar oportunidade aos Senadores para que conheçam os programas, inclusive, ele poderá falar também do contingenciamento. Enfim, é uma audiência pública que já foi marcada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

confirmada pelo Ministro de Esporte para o dia 11, terça-feira, às 11h. Essa audiência visa receber o Ministro de Estado do Esporte, Leonardo Picciani, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta, com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão, em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2017, de minha autoria.

Então, nós tomamos aqui, em conjunto, a deliberação de ouvir os Ministros da Educação, da Cultura e do Esporte para, posteriormente, podermos discutir uma pauta visando aos objetivos propostos pelo conjunto de Senadores aqui desta Comissão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pedindo ainda a V. Exª, eu vou formalizar os requerimentos tanto da audiência pública como da convocação/convite junto aos Ministros, repito, pela dimensão que tem esse tema, 3,3 bilhões de contingenciamento. Além do mais, repito, Senadora Lúcia Vânia, ele está tirando o Programa Mais Médicos da configuração Despesas Obrigatórias para a configuração Despesas Discricionárias. Quando fica nesse estágio de Despesas Discricionárias, V. Exª sabe melhor do que eu que não há garantia nenhuma. Imagine o impacto que isso terá lá na ponta, nas redes estaduais de saúde, nas redes municipais de saúde!

Mas nós vamos formalizar os requerimentos e fazer o registro aqui também da nossa indignação com relação a mais um retrocesso na área da educação, que foi o anúncio, por parte do Ministro Mendonça Filho, de acabar com o Programa Ciência sem Fronteiras, retrocesso brutal para a educação brasileira. Isso aí vai ser objeto, inclusive, de requerimento nosso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu agradeço a todos.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia onze de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências das Senadoras Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Lídice da Mata,** reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Simone Tebet, José Maranhão, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Hélio José, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, José Agripino, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Roberto Muniz, Randolfe Rodrigues, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Eduardo Lopes, Vicentinho Alves, Thieres Pinto, Garibaldi Alves Filho e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Maria do Carmo Alves, Ciro Nogueira e Cristovam Buarque. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 4/2017, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. **Finalidade:** Receber o Ministro de Estado do Esporte, Leonardo Picciani, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta, com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão. **Participante:** Leonardo Picciani, Ministro de Estado do Esporte. **Resultado:** Realizada. **2ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2017** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga da decorrente do término do mandato da Senhora Rosana dos Santos Alcântara." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Roberto Muniz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à escolha do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - Ancine, com 15 votos favoráveis e 1 voto contrário. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Minuta de Requerimento Nº , de 2017** que : "Nos termos Regimentais, requeiro urgência para a Mensagem (SF) nº 16, de 2017, que submete o nome do Senhor SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE." **Autoria:** Sen. Roberto Muniz. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado Federal.. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte
(*Texto com revisão.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A primeira parte da presente reunião atende ao Requerimento nº 4, de 2017, da Comissão de Educação, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a receber o Ministro de Estado do Esporte, Leonardo Picciani, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua Pasta, com o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão.

A segunda parte destina-se à deliberação da Mensagem nº 16, de 2017, que submete o nome do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), na vaga decorrente do término do mandato da Srª Rosana dos Santos Alcântara.

Dando início à audiência pública, solicito ao Senador Roberto que acompanhe o Ministro para tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Quero dizer, Ministro, da satisfação em recebê-lo aqui. E quero informar aos senhores que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com o serviço de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800 61 2211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

O Ministro Leonardo Picciani muito nos honra com sua presença aqui nesta ocasião. Tenho a mais absoluta certeza de que S. Exª sabe muito bem a importância de mantermos um permanente diálogo entre os Poderes Executivo e Legislativo, já que também é detentor de mandato parlamentar na Câmara dos Deputados.

Lembro, ainda, que o direito ao esporte foi consagrado internacionalmente por diversos tratados e convenções porque proporciona vários benefícios ao praticante. Entre outros benefícios, a prática desportiva melhora a autoestima, ajuda a controlar o estresse, a ansiedade e as predisposições para doenças crônicas. Além disso, já existem evidências científicas de que a prática de atividades físicas melhora a frequência escolar e o nível de retenção do aprendizado. O exercício sistematizado, com a tentativa e o erro, faz com que o jovem desenvolva a persistência e a perseverança.

Antes de franquear a palavra a S. Exª, quero apenas lembrar que esta audiência pública, como disse aqui, conta ainda com o serviço de tradução para Língua Brasileira de Sinais (Libras), que será realizado, em caráter interativo, através dos portais e-Cidadania e Alô Senado, no esforço que o Senado Federal realiza em prol da inclusão social e da democracia participativa.

Declaro, portanto, abertos os nossos trabalhos. Passo a palavra ao Ministro Leonardo Picciani.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Antes de V. Exª iniciar o trabalho e saudar o Ministro Picciani, eu queria registrar, Presidente, um destaque de V. Exª na Presidência da Comissão fazendo agora o *clipping* semanal sobre os temas que trata esta Comissão. Acho que é uma iniciativa louvável, não posso deixar de registrar e de parabenizá-la por isso.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço, Senadora Lídice, e vamos continuar fazendo esse trabalho para subsidiar os nosso Senadores.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. LEONARDO PICCIANI – Muito bom dia a todos os Srs. Membros desta Comissão. Quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal, e agradecer pelo convite, pela oportunidade de discutirmos o esporte em um ano tão especial para o esporte brasileiro, uma vez que concluímos com sucesso, no ano passado, a tarefa de sediar o mais importante evento do esporte mundial e um dos mais importantes eventos da humanidade, que são os Jogos Olímpicos, um ano em que iniciamos a preparação para o próximo ciclo olímpico, com a tarefa de consolidar o legado e os frutos advindos dos Jogos Olímpicos.

Cumprimento o Senador Pedro Chaves, Vice-Presidente desta Comissão; cumprimento a Senadora Fátima Bezerra, com quem tive a satisfação de conviver na Câmara dos Deputados; cumprimento a Senadora Lídice da Mata; cumprimento o Senador Roberto Muniz e cumprimento o Senador Hélio José, do Distrito Federal. Honram-me e acompanham-me aqui dois Secretários Nacionais, que compõem a nossa equipe no Ministério: o Secretário Leandro Cruz, Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, e o Secretário Luiz Lima, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, atleta olímpico do Brasil, campeão pan-americano, representando a natação brasileira e que hoje nos honra compondo a nossa equipe.

Sr. Presidente, vou tentar atender, da melhor forma possível, à demanda que nos foi feita por esta Comissão, de apresentar as nossas diretrizes, alguns dados que, certamente, subsidiarão esta Comissão na discussão e na tomada de decisão das matérias relativas ao esporte e que, neste ano, terão o Congresso Nacional como palco fundamental dessa discussão.

Temos aqui, no Senado Federal, em discussão o projeto que reformula a legislação esportiva advinda de uma comissão de especialistas, que debateu o tema e apresentou sugestões. Temos, no âmbito da Câmara dos Deputados, a discussão do Plano Nacional do Esporte, que trata de diretrizes de médio e longo prazos do esporte brasileiro. Portanto, o Congresso Nacional, na construção do nosso sistema nacional do esporte, no fortalecimento do esporte como direito da população brasileira, como fator de cidadania, de desenvolvimento social, desenvolvimento humano dos brasileiros será um palco fundamental e certamente um palco prioritário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Inicio, com dados gerais, falando a respeito das diretrizes dos programas prioritários. O esporte e o lazer são direitos de todos, como foi bem lembrado pela Presidente Lúcia Vânia na abertura desta reunião, quando expôs o esporte como um direito das pessoas, consagrado pela sociedade no mundo inteiro.

Então, uma das premissas que nos movem, neste momento, é nacionalizar o legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016, para permitir o desenvolvimento do esporte de base e de alto rendimento.

O Brasil, por conta da realização dos grandes eventos, investiu na construção de uma rede moderna de infraestrutura do esporte que, evidentemente, tem o seu principal ponto de eclosão na cidade do Rio de Janeiro, onde foram realizados os jogos, mas também em todas as regiões, em muitas cidades brasileiras, como nós poderemos ver ao longo desta apresentação. Isso nos permitirá expandir a prática de atividade físicas, o esporte educacional e o lazer a todos os brasileiros.

Quando assumi o Ministério, em maio do ano passado, Senadora Lúcia, uma das decisões que nós tomamos foi descontingenciar os recursos da área social do Ministério, que se encontravam, naquele momento, cerca de 90% deles, contingenciados. Isso nos permitiu voltar a investir em programas de natureza social sem prejudicar, evidentemente, os investimentos no alto rendimento, o investimento na preparação dos atletas das categorias de base brasileiras.

Acho que não dá para falar do esporte brasileiro sem ter um tópico específico, uma página dedicada ao que representou a realização dos Jogos Olímpicos, ao impacto, em termos de visibilidade, que trouxeram ao País e, para o esporte, o que possibilitou em termos de investimentos e, até mais do que investimentos, em termos de transmissão aos brasileiros dos bons valores do esporte.

Eu acho que o esporte é, sobretudo, feito por exemplos, por valores, que devem ser os valores da determinação, os valores da lealdade na disputa, os valores do *fair play*, os valores da amizade e, por que não dizer, os valores também voltados ao desejo de vitória, da busca pelo bom resultado, da busca por uma vida saudável. Então, o esporte é feito de valores, e os Jogos Olímpicos permitiram transmitir esses valores do esporte a todos os cantos do nosso País e, como contrapartida, fizeram aumentar o interesse pelo esporte em todas as nossas regiões, até mesmo por modalidades que não eram tradicionalmente muito difundidas, muito praticadas no Pais.

Bom; aqui temos alguns dados de investimentos.

A partir de 2009, quando foi escolhida a cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, o Governo Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, faz um investimento da ordem de R$4 bilhões na preparação do País, sendo cerca de R$3 bilhões investidos em infraestrutura, R$600 milhões em investimentos diretos para os atletas de alto rendimento, para a preparação, e que culminaram com a melhor participação do Brasil na história dos Jogos Olímpicos, no Rio 2016; outros convênios, e o Bolsa Pódio, que é o programa específico para os principais atletas brasileiros, atletas que nas suas modalidades lideram os rankings mundiais, olímpicos e paralímpicos, vamos frisar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós enxergamos o legado esportivo da Rio 2016 como um legado amplo, porque se buscou privilegiar todas as modalidades que fazem parte do programa olímpico, e também algumas modalidades não olímpicas, e também modalidades paralímpicas; democrático, porque ele é pensado para se iniciar na base e ir até o alto rendimento; nacional, nós implantamos unidades da rede nacional em todas as regiões brasileiras e em todas as unidades da Federação; e de longo prazo, porque ele foi pensado para ir muito além dos Jogos de 2016 e servir continuamente ao País e ao esporte brasileiro.

A Rede Nacional de Treinamento é, vamos dizer assim, o carro-chefe dos programas do Ministério. Ela contempla um equipamento, reúne todos os nossos equipamentos e programas em que o Ministério atua. E está em fase de desenvolvimento um *software* específico que vai permitir uma maior conectividade entre os atletas de todas as regiões brasileiras, sejam eles atletas olímpicos, atletas de alto rendimento, ou um jovem atleta, iniciando a sua caminhada, buscando informações sobre a modalidade que deseja praticar, sobre a modalidade que deseja conhecer melhor, podendo identificar na sua região quem são os profissionais capacitados para darem orientação, quem são os treinadores, onde há equipamentos disponíveis para a prática de determinadas modalidades.

Isso nos dará uma extraordinária visão região a região de qual modalidade é mais praticada, mais demandada naquela região. E isso nos norteará para os investimentos futuros. Por exemplo, se temos uma região onde há uma demanda muito forte pelo basquetebol, ou pelo voleibol, não adianta fazermos pista de atletismo; se há uma região em que há uma demanda muito grande pela natação, pelos esportes aquáticos, não adianta a gente fazer quadra de basquete, quadra de voleibol. Então, é melhor se otimizarem os investimentos.

Com essa estrutura de ponta que está instalada em todas as regiões brasileiras, quanto ao CIE (Centro de Iniciação ao Esporte), nós temos atualmente 39 em construção. No final deste ano, nós teremos concluído 56 empreendimentos do CIE, e temos mais de 200 selecionados, que serão subsequentemente feitos.

Eu friso que esse projeto ficou paralisado durante o ano de 2016, o final de 2015 e o ano de 2016, por não dispor de recursos orçamentários e financeiros, e que, ao fim do ano passado, com a decisão de se retomar obras do PAC – ele é um projeto do PAC – de até R$10 milhões que se encontravam paralisadas, pôde ser retomado.

As pistas de atletismo eram uma demanda. Nós fizemos em praticamente todas as unidades da Federação, em sua maioria em parceria com as universidades federais, que, em sua maioria, receberam e, hoje, detêm a guarda e a operação desses equipamentos. São centros de treinamento, centros nacionais de treinamento de primeira linha – é o cinza. Os equipamentos são diversos: ginásios, pistas, piscinas, quadras, salas de *dojo,* de treinamento das modalidades de luta e a estrelinha ali, o COT, o Centro Olímpico de Treinamento, exatamente as instalações das Olimpíadas no Rio de Janeiro, que estão no topo dessa pirâmide, no topo da nossa infraestrutura esportiva.

Rede Nacional de Treinamento. Ali é basicamente a explicação que já dei. Os pilares dela são: atender as pessoas, do iniciante ao atleta de alto rendimento. Ela já integra as bases legais e diretrizes para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvimento, aquilo que se pensa no plano de longo prazo. Ela contempla e traz para a participação a gestão das entidades esportivas por meio dos programas.

Bom, o custeio é feito com recursos da União e também dos demais participantes, visto que as entidades esportivas recebem recursos públicos, mas são recursos repassados diretamente através da Lei Agnelo/Piva. Não transitam no âmbito do Ministério, no âmbito da Administração direta; eles são repassados diretamente ao Comitê Olímpico do Brasil, ao Comitê Paralímpico Brasileiro e ao Comitê Brasileiro de Clubes.

A página específica do legado olímpico no Rio de Janeiro, que é um legado para o País. À esquerda, temos o Parque Olímpico da Barra da Tijuca, onde quatro dessas instalações hoje são dirigidas pelo Governo Federal, através do Ministério do Esporte. Uma dessas arenas está sob guarda da Prefeitura do Rio de Janeiro, que a transformará em uma escola, em um ginásio olímpico experimental, uma escola vocacionada para o esporte, e as duas da ponta, as duas instalações retangulares da foto, mais próximas ao espelho de água da Lagoa, são equipamentos temporários que serão desmontados pela Prefeitura do Rio de Janeiro e terão outra destinação. Parte do parque é área pública gerida pela Prefeitura, e outra parte é dirigida pela concessionária. Ainda há – não aparece na foto, mas veremos a seguir – dois equipamentos da época do Pan-Americano: a Arena Rio, que é uma concessão privada mas funciona também como área de esportes, e o Parque Aquático Maria Lenk, hoje sob gestão do Comitê Olímpico do Brasil. À direita, o Complexo Esportivo de Deodoro, o Parque Olímpico de Deodoro, onde nós já temos algumas modalidades. Lá é uma área militar, a gestão é feita pelo Exército brasileiro em convênio com o Ministério do Esporte.

Eu abro parênteses, porque esse tema, Presidente Lúcia Vânia, foi muito tratado pela mídia nacional, em alguns casos até com certa desinformação. Então eu acho que cumpre, neste momento, informar aos Srs. Senadores todos os procedimentos que se deram até a assunção da gestão do Parque Olímpico da Barra da Tijuca pelo Governo Federal, através do Ministério do Esporte.

Inicialmente esses equipamentos, que pertencem à Prefeitura do Rio de Janeiro, mas que tiveram significativo volume de recursos da União investidos, seriam objeto de uma parceria público-privada que se buscou fazer. No entanto, em dezembro de 2016, a PPP não obteve êxito, a iniciativa privada não apresentou interesse em assumir naquele momento a gestão.

E nós fomos demandados à época pela Prefeitura do Rio de Janeiro – que do meu ponto de vista acertadamente identificou as dificuldades que teria na construção de um calendário esportivo, na gestão de um calendário esportivo de alto nível, que deve ser um calendário nacional ou internacional de competições, de treinamento e também de programas de inclusão –, que nos fez a proposta de uma cessão. E cedeu, por 25 anos, à União esses equipamentos, num termo assinado no dia 23 de dezembro, pelo qual no dia 26 de dezembro o Ministério efetivamente recebeu as chaves das arenas.

A partir de então, eu tomei a iniciativa de criar um grupo de transição, designando servidores e identificando nominalmente quem seriam esses servidores, que cuidou desse processo de recebimento das arenas, da transição, e das primeiras medidas que tivemos obrigação de tomar até a semana passada, quando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidente Temer editou a Medida Provisória 771 transformando a Autoridade Pública Olímpica na Autoridade de Governança do Legado Olímpico, aí sim uma estrutura de fato executiva preparada para essa missão.

A missão lá é concretizar – a gente, basicamente, já elaborou a maior parte – o plano de legado, promover a manutenção das instalações e estabelecer parcerias com as entidades esportivas e com a iniciativa privada para construir um calendário. Nós já temos mais de duas dezenas de demandas de datas para competições esportivas – essa é a maioria –, para eventos de treinamento e algumas solicitações para eventos culturais, o que também pode ser uma destinação das instalações.

Evidentemente, a preferência é sempre para o calendário esportivo, sempre para as atividades do esporte.

Eu vou pedir para passar um vídeo de um minuto, um minuto e meio, que mostra um pouco o que é o Parque Olímpico e ilustra um pouco a explicação que eu dei sem muito talento. O vídeo vai ilustrar melhor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. LEONARDO PICCIANI – É sempre importante ilustrar, Presidente Lúcia Vânia, para aqueles menos familiarizados com o parque entenderem exatamente o que é esse equipamento, quais são de fato os equipamentos ali existentes e a destinação de cada um, para que não se cometam alguns equívocos em análises que são feitas.

Como eu falei anteriormente, a edição da Medida Provisória 771 institui a Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo), que nasce a partir da transformação da Autoridade Pública Olímpica (APO), que era um consórcio interfederativo. Uma vez que tanto a Cidade do Rio de Janeiro quanto o Estado do Rio de Janeiro deixaram o consórcio, a União permaneceu sozinha e transformou essa estrutura numa estrutura executiva, reduzindo significativamente a estrutura da APO. Cortaram 86 cargos; houve a extinção de 86 cargos que faziam parte da APO. Houve a suspensão de todos os contratos da APO, sobretudo contratos de aluguel, de custeio, uma vez que não se alugará nenhum imóvel nem nada desse tipo, pois funcionará dentro das instalações do próprio parque, em salas disponíveis dentro das arenas.

Outro ponto importante a frisar é que também nasce sem gerar nenhum novo custo ao orçamento da União, uma vez que ela corre às custas do orçamento já previsto pelo Ministério do Esporte, num remanejamento feito pelo próprio Ministério, para alterar a atribuição de adequar e manter as instalações esportivas olímpicas e paralímpicas destinadas a atividades de autorrendimento e outras manifestações esportivas; e estabelecer o calendário de uso, o plano de uso, como falamos anteriormente.

Aqui há mais detalhes do parque olímpico. Ele serve exatamente à possibilidade de competições e treinamentos do alto rendimento e também programas de inclusão social, programas de iniciação esportiva com crianças, em categorias de base.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

As arenas são basicamente multiuso. O velódromo tem uma característica mais específica, ele é mais específico. Quanto ao Centro Olímpico de Tênis, nós já demos uma demonstração da versatilidade que tem. Ele sediou um evento de vôlei de praia e vai sediar agora, de novo, no final de maio, etapas do mundial do vôlei de praia; e, no segundo semestre, sediará competições do calendário do tênis. E também programas de inclusão social serão feitos em parceria com a iniciativa privada, já abrindo vagas ainda este ano, no segundo semestre.

A Arena Carioca 1 é a arena multiuso de eventos. Ela tem hoje, como está, 6,5 mil lugares já montados e pode chegar a até 15 mil se colocados os assentos temporários.

A Arena 2 está por dentro completamente desmontada e terá como destinação se transformar em um centro de treinamento. É, sem dúvida alguma, a arena mais vocacionada para a área social, para os projetos de inclusão social.

Abaixo, o Estádio Aquático e a Arena do Futuro. Não estão sob a guarda do Governo Federal, estão sob a guarda da Prefeitura do Rio de Janeiro e são instalações temporárias, que estão sendo desmontadas. No caso do Estádio Aquático, são duas piscinas. Parece-me, pelo que tem anunciado a Prefeitura do Rio de Janeiro, que uma dessas piscinas será montada na Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), e a outra será destinada à cidade de Palmas, atendendo a um pedido da Prefeitura de Palmas, que é a única capital brasileira que não dispõe de uma piscina olímpica, com dimensões olímpicas.

O Ministério possuía três dessas piscinas disponíveis, além das que estão instaladas, por exemplo, na Universidade da Força Aérea e em outros centros brasileiros. Uma está sendo destinada ao Estado do Amazonas, onde será remontada em parceria com o Governo do Amazonas, na Vila Olímpica de Manaus; outra, destinada à cidade de Salvador, onde será remontada em parceria com a Prefeitura de Salvador; e a terceira, destinada à unidade da Força Aérea, na cidade de Guaratinguetá, no interior de São Paulo, um importante centro de treinamento de atletas de alto rendimento do País. Ou seja, uma permanece no Sudeste; uma, sendo destinada ao Nordeste; outra, destinada ao Norte do País; e uma quarta, que não é de posse do Governo Federal, é de posse da Prefeitura do Rio de Janeiro, sendo destinado também ao Estado do Tocantins.

O Parque Olímpico de Deodoro, como eu disse, também é vocacionado para o alto rendimento. Ele é gerido pelo Exército Brasileiro, como eu havia comentado. Algumas modalidades que há lá: o hóquei sobre grama; o Centro Nacional de Tiro Esportivo; o pentatlo moderno, que tem piscina, pista de atletismo; a Arena da Juventude, uma arena multiuso; e o Centro Nacional de Hipismo.

Eu friso, para quem está um pouco mais familiarizado com a cidade do Rio de Janeiro, que esse equipamento fica na região mais carente da cidade do Rio de Janeiro, na divisa com a Baixada Fluminense, na interseção entre a Zona Norte e a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Portanto, ele também tem grande vocação para a inclusão social, o que já ocorre através de programas como o Forças no Esporte, que é uma parceria do Ministério da Defesa com o Ministério do Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Hoje há 20 mil crianças em todo Brasil; a nossa meta é chegar a 30 mil até o próximo ano. E um equipamento de primeira linha, que nos permite também sediar competições de nível internacional, sediar as principais competições mundiais, inclusive com calendário já definido. E nós temos plena confiança na gestão do Exército Brasileiro, que faz esse trabalho de forma muito competente.

O Parque Radical é um equipamento que faz parte do Centro Olímpico de Deodoro, mas tem a sua posse pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Ele tem a mais moderna instalação para canoagem slalom: um lago artificial. Sediará, no ano que vem e em 2019, etapas da seletiva olímpica, o campeonato mundial e o campeonato pan-americano. Hoje, encontra-se fechado, mas a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciou já, para o fim do mês, a reabertura desse equipamento, o que muito nos tranquiliza – era uma preocupação que esse equipamento ficasse fechado. E a pista olímpica do BMX poderá ser reaberta também.

Isso é uma importante área de preparação de atletas e também de inclusão social.

O centro de canoagem slalom funciona também, concomitantemente, durante os finais de semana, como uma espécie de área de lazer dessa região, como disse, a região mais carente da cidade do Rio de Janeiro. Nós esperamos que, muito em breve, a Prefeitura reabra esse equipamento.

Além disso, foram investidos, como centros de treinamento, na UFRJ e em unidades militares – o CCFEx, que também receberá agora a piscina olímpica, o CFAN, da Marinha; a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro); também a Escola Naval; além da Universidade da Força Aérea, do Clube da Força Aérea, que também tem equipamentos esportivos.

Outro legado importante para o País é a política de controle de dopagem. O Brasil avançou bastante com a criação do laboratório antidopagem; é um investimento importante para o esporte brasileiro e importante para a ciência e tecnologia no País, porque é um equipamento vinculado à universidade, portanto permitirá a capacitação e a formação de novos especialistas brasileiros.

O Brasil recentemente ficou em não conformidade com a Agência Mundial Antidoping, por não ter instalado no prazo previsto, entre 2015 e 2016, a Justiça Antidopagem, o Tribunal de Justiça Antidopagem, o que foi concluído no final do ano passado e no início deste ano, portanto o tribunal já está em pleno funcionamento, o que fará com que – temos plena convicção –, na próxima reunião técnica da Agência Mundial Antidoping, o Brasil esteja novamente em conformidade, até porque o nosso laboratório continua em conformidade. E atualmente, após o fechamento, no fim do ano passado, do laboratório da Colômbia, o nosso laboratório ficou sendo o único da América do Sul credenciado, o único da América Latina credenciado para fazer exames antidopagem.

Nós buscamos hoje ampliar o leque, inclusive com a demanda que nos fez a Agência Mundial Antidoping de que nós recebêssemos os exames do Cone Sul e de outros países. Além disso, temos feito um apelo a diversas entidades brasileiras, a exemplo da Confederação Brasileira de Futebol, porque a entidade certamente faz o maior número de controle de dopagens no País, mas faz os seus exames fora do Brasil, em Los Angeles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós tivemos avançadas conversas com a CBF para que os exames do futebol brasileiro possam ser feitos aqui, no laboratório do Rio de Janeiro, o LBCD – Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem.

Essa é a construção do prédio. O LBCD foi construído em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. É administrado pelo Instituto de Química da UFRJ.

Recentemente, eu e o Ministro Mendonça Filho conversamos bastante sobre o desenvolvimento do laboratório, torná-lo competitivo para que receba exames de outras partes do mundo, até mesmo os exames brasileiros na sua totalidade. E certamente o Ministério da Educação e a Universidade fazem um uso importante dele na sua missão educacional, na sua missão de ciência e tecnologia.

Outros centros brasileiros em outras cidades brasileiras.

Nós temos o Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, que atende... Ali estão 15, mas são 16 modalidades. O Presidente do Comitê, semana passada, na audiência que fizemos na Câmara dos Deputados, me fez esta correção: são 16 modalidades atendidas no Centro Paralímpico. É um equipamento que foi construído na cidade de São Paulo, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo. Tínhamos, no Rio 2016, 22 modalidades paralímpicas. Em Tóquio serão 24. Nós atendemos a 16 em um único local. É um centro extraordinário. Vale a pena conhecer, aqueles que se interessam pelo esporte, sobretudo pelo esporte paralímpico. É uma gestão compartilhada entre o Governo do Estado e o Comitê, com a parceria do Ministério do Esporte.

Há o Centro de Formação Olímpica do Nordeste, em Fortaleza, que atende a 26 modalidades do programa olímpico e a algumas não olímpicas. Ele é gerido pelo Governo do Estado do Ceará. O investimento foi feito pelo Ministério do Esporte, que custeou a construção do Centro.

O Centro de Desenvolvimento do Handebol é administrado pela Confederação Brasileira de Handebol, em São Bernardo do Campo; o Centro Pan-Americano de Judô, em Lauro de Freitas, na Bahia, gerido pela Confederação Brasileira de Judô, teve a sua construção feita em parceria com o Ministério do Esporte e o Governo do Estado da Bahia; o Centro de Excelência em Saltos Ornamentais, na UnB, em Brasília, Distrito Federal.

É importante destacar que os atletas brasileiros do salto, em todas as edições anteriores de jogos olímpicos, fizeram a sua preparação no exterior.

O Brasil não tinha os equipamentos necessários à preparação específica para os Jogos Olímpicos. Para o ciclo olímpico passado, o ciclo olímpico do Rio 2016, a preparação já foi feita aqui, em Brasília, no Centro de Excelência em Saltos Ornamentais. O Velódromo de Indaiatuba juntamente com o de Maringá e com o Velódromo Olímpico fazem parte da preparação de categorias de base, da preparação das seleções brasileiras. Há o Centro de Canoagem Slalom em Foz do Iguaçu. Agora existe também o Parque Radical, o Parque Olímpico. E há o Centro de Treinamento do BMX em Londrina, que hoje é o centro de treinamento da seleção brasileira e também dos principais atletas nacionais. Aí são 47 pistas de atletismos em universidades, como podem ver, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

todas as regiões do Brasil. Nós temos também – não fazia parte ali do eslaide – um centro de formação no atletismo, que está em fase final de construção na cidade de Cascavel, no Paraná. Há equipamentos de ponta das mais diversas modalidades, modalidades olímpicas, como tiro com arco na cidade de Maricá. Há, na Universidade do Maranhão, um equipamento importante do basquete. Há, na ginástica, equipamento importante na Arena Rio, no Rio de Janeiro, e também em Sergipe, no seu centro de treinamento. Há o Campo Olímpico de Golfe, hoje uma parceria público-privada entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a iniciativa privada. São alguns exemplos.

Muitos desses equipamentos foram adquiridos em parceria com o Ministério do Esporte. Para os Jogos, o Ministério do Esporte adquiriu 216 itens. Essas aquisições foram feitas pelas Forças Armadas, conduzindo o procedimento de compra, com repasse do Ministério do Esporte. E o Comitê Olímpico Rio 2016 adquiriu mais de 2.800 itens – uma boa parte já foi doada, e outra parte está em processo de doação. Por exemplo, nós vimos ali anteriormente o Cefan, da Marinha, onde está montado o Centro Nacional de Treinamento do Levantamento de Pesos, e todo esse centro foi equipado com equipamentos que foram usados na Rio 2016. Nós usaremos muitos desses equipamentos para equipar as arenas do Parque Olímpico, e outros serão destinados a outras cidades, a outras regiões e a outras entidades esportivas.

Centro de Iniciação ao Esporte. Como eu disse, até o final deste ano, nós teremos 56 em funcionamento. Essa é a primeira unidade que foi concluída, ainda no final do ano passado, em Franco da Rocha, que está em plena atividade e faz um trabalho extraordinário. Esse é o legado olímpico mais social que há, porque ele é inteiramente voltado à iniciação ao esporte e fica nas regiões de menor IDH das cidades onde ele é construído, portanto, permitindo uma política permanente de inclusão social. São até treze modalidades olímpicas, até seis modalidades paralímpicas e uma modalidade não olímpica, o futsal, que é uma das modalidades, evidentemente, mais praticadas no País.

A melhor campanha da história do Brasil são sete ouros, seis pratas e seis bronzes. O Ministério achou por bem fazer esta homenagem, colocando a foto de todos os nossos medalhistas olímpicos e também das nossas seleções, seleção de voleibol, seleção de futebol, que foram campeões.

Os nossos atletas paralímpicos tiveram o melhor resultado: saímos de 43 medalhas na edição de Londres para 72 medalhas na edição da Rio 2016, uma evolução muito significativa do esporte paralímpico brasileiro, que já é uma potência mundial. O Brasil já é uma potência do paradesporto, e isso será consolidado, cada vez mais, pelos investimentos que foram feitos e pelo talento dos nossos atletas.

O Bolsa Atleta, um programa de apoio direto aos atletas, que nós decidimos manter mesmo com o severo contingenciamento que tivemos – aliás, que todo o Governo Federal teve – da ordem de 51% do orçamento do Ministério do Esporte. O Bolsa Atleta é um programa que decidimos manter na sua integralidade, porque a sua interrupção teria um efeito, Senador Elmano, direto na preparação para o ciclo olímpico de Londres.

Os dados do ano passado: tivemos 6.217 contemplados; dentre esses, 1208 paralímpicos, e 1080 de modalidades não olímpicas e não paralímpicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O ciclo 2016-2020 já começou. Nós aprimoraremos o Bolsa Pódio: usar as instalações para uma melhor preparação dos nossos atletas e também fazer uma junção entre a preparação dos atletas de alto rendimento e a participação para a população em geral, além de atividades educacionais.

Aqui estão os programas da área social: Segundo Tempo, que é bastante consolidado do Ministério e atua no contra turno das escolas; o programa Forças no Esporte, com parceria com o Ministério da Defesa, utilizando as instalações militares e os investimentos que foram feitos na área esportiva nessas instalações; o Brincando com o Esporte, que atua nas férias e é um importante complemento do Segundo Tempo – chegavam as férias escolares, e as crianças ficavam sem atividade. Hoje, eles complementam participando do Brincando com o Esporte. Foi um programa que se iniciou em janeiro deste ano; O Esporte e Cidadania; o Lutas pela Cidadania; o PELC; o Vida Saudável, um programa que vai até a terceira idade, até as pessoas idosas; o Lutas é um programa voltado para as modalidades de artes marciais; e o Esporte Cidadania é um programa novo que será lançado na próxima semana. Ele está sendo coordenado também pela Universidade Federal Fluminense, se não me engano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEONARDO PICCIANI – O secretário me informa que são 137 convênios em todas as regiões brasileiras. São atividades esportivas em unidades onde há jovens que cumprem medidas socioeducativas, portanto um instrumento importante de ressocialização e de inclusão.

Eu agradeço, mais uma vez, o convite da Comissão. Espero ter colaborado com o debate do tema do esporte.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Ministro.

Quero dizer, Ministro, da nossa satisfação, mais uma vez, em saber das diretrizes do Ministério e saber que o Ministério está em boas mãos. Sentimos que V. Exª está se esforçando para dar função a esse legado que é de todos os brasileiros.

Eu, antes de passar a palavra aos Senadores, vou ler algumas perguntas que foram feitas pelo e-Cidadania.

José Ivan Mayer de Aquino, do Distrito Federal: "Prezado Ministro do Esporte, parabéns pela condução dos Jogos Olímpicos/Paralímpicos Rio/2016. Gostaria que discorresse sobre a Rede Nacional de Treinamento como parte importante do legado da Rio/2016. Pergunto sobre a ida de V. Exª e equipe ao CIE Franco da Rocha em 12/5?"

A segunda pergunta – só vou ler as duas para que V. Exª possa resolver – é de José Ivan Mayer de Aquino, do Distrito Federal: "Prezado Secretário Luiz Lima, nadador de mar aberto, quais os planos da sua Secretaria para a detecção e desenvolvimento esportivo de jovens nas escolas brasileiras?"

Essas são as duas perguntas que foram feitas pelo e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LEONARDO PICCIANI – Bom, eu quero agradecer ao José Ivan pela participação. Primeiro, eu discorri aqui sobre a Rede Nacional de Treinamento, faço novamente resumido.

A Rede Nacional é, sem dúvida nenhuma, o principal programa do Ministério, porque ele integra todos os programas. Ele tem por finalidade construir o mapa do esporte brasileiro, organizando as nossas instalações esportivas em todas as Regiões – não só as instalações, mas informações sobre profissionais, técnicos, atletas e interesse por cada modalidade ao redor do País –, disponibilizando, numa rede aberta, através de um *software*, como se fosse uma rede social, que tem sido desenvolvida, essa informação a todos os brasileiros, que poderão saber, perto da sua casa, quais são os equipamentos esportivos que existem, quem são os atletas que treinam lá, quem são os profissionais que dão o treinamento e qual é o interesse Brasil afora pelo esporte.

Esta é a finalidade da Rede Nacional de Treinamento: integrar todos os equipamentos esportivos com todos os programas do Ministério e com o Sistema Nacional de Esporte, confederações, federações.

Com relação ao CIE de Franco da Rocha, como eu disse, é o primeiro em funcionamento. Tem sido feito um trabalho extraordinário gerido pela Prefeitura de Franco da Rocha, através da sua Secretaria Municipal de Esportes. Eu tenho convite para ir lá no próximo dia 12 de maio e espero, sem dúvida nenhuma, atender esse convite e participar desta importante atividade.

A outra pergunta foi dirigida ao Luiz Lima. Eu não sei se V. Exª permite que ele responda ou se quer que eu responda, mas ele poderia responder melhor – ele é o nosso Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento.

O SR. LUIZ EDUARDO CARNEIRO DA SILVA DE SOUZA LIMA – Obrigado, Ministro Leonardo Picciani. Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Senadora, por onde eu passo, eu faço questão de agradecer muito ao Ministro Leonardo Picciani por, pela primeira vez, convidar um professor de educação física e um atleta olímpico a ocupar o cargo de Secretário Nacional. Eu me sinto muito honrado com esta oportunidade.

Agradeço também ao Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Leandro Cruz, que sempre está me ajudando e conduzindo nesta nova fase da minha vida, que é da Administração Pública. É um presente viver todo este movimento.

Agradeço também ao assessor especial Vanderley dos Reis, sempre muito presente na nossa vida do Ministério.

Respondendo à pergunta do Jose Ivan e voltando ao CIE de Franco da Rocha, que foi uma agradável surpresa para nós quando nós chegamos ao Ministério – não havia sido inaugurado esse Centro de Iniciação Esportiva. O que deu mais força ainda para iniciarmos esse programa foi que o Centro de Iniciação Esportiva de Franco da Rocha – se não me engano, o Prefeito Kiko e a Secretária de Esporte, Silmara –, Senadora Lúcia Vânia, é fantástico. Ele tem 13 modalidades olímpicas; as modalidades são realizadas de forma superorganizada, muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

bem-feita; as crianças aprendem esporte; há iniciação, aperfeiçoamento, alto rendimento. E esperamos que os 56 CIEs que estão autorizados sigam na mesma linha de Franco da Rocha.

Quanto à pergunta de Jose Ivan sobre detecção de talentos, é um programa que está nascendo também em Franco da Rocha, em que as crianças são avaliadas pelas suas características físicas e habilidades especificas com a modalidade, e que sonhamos um dia poder replicar nas 168 mil escolas do nosso País. Por isso, precisamos que as 5.600 cidades sejam parceiras do Governo Federal e, através do Ministério da Educação... Eu digo que, se o Ministério da Educação espirrar um pouquinho o esporte, ele já transforma o esporte no Brasil inteiro. Há aí quase 100 bilhões do Ministério da Educação, e, se fosse destinado 1% para o esporte escolar, já faríamos uma revolução. Educação é complementada com esporte e cultura – dois braços da educação. A nossa intenção é a detecção de talentos num plano piloto em Franco da Rocha para poder expandir para as escolas que tenham a iniciação esportiva presente no seu escopo curricular.

Eu cheguei a uma Olimpíada, porque, no Bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro, eu estava numa escola particular em que eu tive aulinha de natação. Era uma escola chamada Afonsinho, em Campo Grande. Então, eu sou fruto do esporte escolar.

Obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Obrigado, Ministro Leonardo Picciani.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço

Passo a palavra agora aos Senadores. Eu vou pedir que os três primeiros Senadores façam as perguntas, quando o Ministro responderá. Eu pergunto se os Senadores presentes concordam que se façam as perguntas de três em três. (*Pausa.*)

Primeiro, será a Senadora Fátima Bezerra; posteriormente, a Senadora Lídice da Mata; posteriormente, o Senador Roberto Muniz.

Primeiro, Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, cumprimentar o Ministro, com quem convivi enquanto era Deputada Federal, e cumprimentar a sua equipe.

Inicio falando, Ministro, da Medida Provisória nº 771, já mencionada por V. Exª, pela qual fica a Autoridade Pública Olímpica, criada pela Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, transformada em autarquia federal temporária, denominada Autoridade de Governança do Legado Olímpico, a chamada Aglo.

Segundo a própria MP, à diretoria executiva dessa autarquia compete exercer a direção, formular e implementar o planejamento estratégico, financeiro e orçamentário da Aglo, submeter ao Ministério do Esporte relatórios periódicos sobre o desempenho das atividades desenvolvidas pela Aglo e submeter ao Ministério do Esporte uma proposta de orçamento anual da Aglo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Perguntas, Ministro.

É importante sabermos claramente o que tem sido realizado nesse sentido, ou seja, os relatórios que têm sido entregues periodicamente? A proposta orçamentária da Aglo foi examinada pelo Ministério do Esporte? Que papel assume esse Ministério diante de tamanha responsabilidade? O número de cargos de assessoria foi bastante ampliado na nova estrutura. Daí perguntamos que projetos e planos de trabalhos já foram apresentados, acordos firmados, etc. com relação às providências necessárias para a destinação do legado olímpico, previstos para serem concluídos em 2019? Perguntamos ainda o que explica a criação de uma autarquia, ou seja, de uma nova e cara estrutura se o Ministério do Esporte, conjuntamente com o Ministério da Educação, poderia assumir as tarefas previstas para a Aglo?

Acrescento, Ministro, que, diante desses tempos de contingenciamento... O Orçamento sofreu agora um contingenciamento de mais de 42 bilhões, afetando durante a área social, inclusive o seu Ministério. V. Exª teve um contingenciamento, se não me engano, da ordem de 92 milhões. A própria imprensa inclusive tem indagado, diante de toda essa conjuntura de contingenciamento, como se explica a criação dessa nova estrutura cujas despesas, por exemplo, com o pagamento de salários chegarão ao montante de mais de R$10 milhões.

A segunda pergunta, Sr. Ministro, que colocamos é com relação à questão dos programas do Ministério. Por exemplo: consta do PAC a construção de quadras nas escolas ou de coberturas para quadras já existentes.

Constam do *site* do PAC mais de 700 obras em fase de licitação. Diante do contingenciamento que o Ministério de V. Exª está enfrentando, como é que V. Exª vai... PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), aquelas ações que estavam voltadas para a construção de quadra nas escolas...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, diante desse contingenciamento, indagamos a V. Exª: como ficará a ação do Ministério no tocante também à questão do apoio ao esporte escolar, Ministro, sejam jogos de caráter universitário, sejam jogos regionais, sejam jogos escolares em parceria com os Estados e com os Municípios?

Indago, ainda, V. Exª com relação ao PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade), em sintonia com o programa muito exitoso, chamado Vida Saudável. Eu sou testemunha do quanto foi exitoso o programa PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade) pelo País afora, pelo quanto ele proporcionou de atendimento à juventude, às pessoas com deficiência, às pessoas idosas, em convênio com os Municípios – V. Exª sabe disso –, inclusive tendo uma participação muito importante no acompanhamento das nossas universidades. Na maioria das vezes, esses convênios foram, enfim, supervisionados, coordenados por nossas universidades.

Indago também sobre um outro programa muito importante, que tem um rebatimento com relação ao apoio ao esporte escolar, que é o Segundo Tempo.

Por enquanto, Senadora Ângela, Senadora Lúcia Vânia, fico com essas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço à Senadora Fátima e passo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Ministro, Srª Presidente, caros companheiros, o Brasil foi agraciado nos últimos anos, a partir do governo do Presidente Lula – e eu acompanhei o período na Câmara, na Comissão do Esporte, fui ao Rio de Janeiro acompanhar toda a preparação para o Pan-Americano.

Realizamos um Pan, logo depois uma Copa, ainda no governo do Presidente Lula, Dilma, uma Olimpíada. Logo após isso, o Ministério do Esporte sofre um contingenciamento de 51%. Isso não é uma contradição? Como é que um País investe em trazer para o Território nacional os três maiores eventos esportivos do mundo e, logo depois, reduz em mais de 50% o orçamento para o ministério que seria, portanto, a continuidade desse trabalho? Quanto ao Ministério do Turismo, sem dúvida nenhuma, todas as três ações são ações que se relacionam com o esporte e com o turismo, com atração de visitantes para o Brasil.

Não teria o Ministério do Turismo, juntamente com o Ministério do Esporte, a obrigação de apresentar ao Brasil um amplo plano que pudesse deixar claro para o povo brasileiro esse legado de forma mais objetiva, não apenas esse plano de legado de aproveitamento de espaços físicos, mas de investimentos que justificassem para o Brasil o custo que foi a vinda desses três megaeventos esportivos?

Dando continuidade à pergunta da Senadora Fátima em relação à Autoridade Pública Olímpica, o Ministério do Esporte pretendeu transferir para a iniciativa privada parte das instalações esportivas construídas para as Olimpíadas de 2016. O que vemos agora é o Governo criando mais uma autarquia para administrar esse legado olímpico. O que é que deu errado para as empresas privadas não se interessarem pelas arenas do Rio? O Governo vai ter recursos para manter esse patrimônio?

Queria também, nessa mesma linha, perguntar: desse orçamento de mais de 50% de contingenciamento, de corte efetivo, qual a prioridade que terão as linhas de promoção do esporte escolar, do esporte amador e do esporte comunitário, que hoje é uma grande realidade em nosso País? As comunidades se reúnem, fazem seus campeonatos. Que tipo de promoção, de incentivo o Governo vai dar além das construções de quadras nas escolas? Creio ser essa uma linha fundamental, mas também há a linha do Segundo Tempo e a promoção da publicidade dessas atividades. É claro que as grandes redes brasileiras têm uma enorme participação na manutenção das redes de comunicação, a sua programação desportiva. Eu diria que ela é uma grande âncora da manutenção...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – .... das redes de comunicação do País. Em contrapartida, nenhuma promoção, divulgação é feita desse tipo de esporte, da olimpíada escolar... Não haveria necessidade, portanto, de se estabelecer uma contrapartida nas concessões das redes de TV para que pudesse haver a divulgação? Na Bahia, a TVE está cobrindo o Campeonato Intermunicipal. Mas ainda é preciso ir mais adiante para cobrir as olimpíadas escolares, para cobrir os jogos comunitários. De que maneira o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Esporte pode contribuir para a efetiva divulgação disso que é uma linha desportiva que dá sustentação à inclusão social no nosso País? Nos Estados Unidos e em outros países do mundo, nós vimos que é o esporte escolar a grande experiência de base de onde são tirados os atletas para os principais times, seja de basquete, seja de futebol americano.

Por que não transformar isso no centro de toda a atividade ou da maior parte da atividade do Ministério do Esporte, uma vez que, em tese, o esporte de grande rendimento teria mais o apoio das empresas privadas?

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente, Senadora Lúcia Vânia, também quero saudar aqui pelo material que recebemos no início dos trabalhos, algo diferente de todas as outras comissões – acho que é muito importante a gente ter esse olhar sobre o que está acontecendo, sobre a temática do Brasil. Então, eu me associo às palavras da Senadora Lídice –, saudar o Ministro Leonardo Picciani e sua equipe, parabenizar V. Exª pelo trabalho, dizer que fico aqui um pouco estarrecido com a diminuição do orçamento de V. Exª, do Ministério do Esporte, quase 50% do valor de R$3,3 bilhões para R$1,573 bilhão. Isso requer um rebatimento enorme principalmente em duas rubricas aqui que é o desporto de rendimento que cai de quase R$2 bilhões para R$1,1 bilhão e o desporto comunitário, que cai de R$1,1 bilhão para R$225 milhões.

Eu acredito, Ministro, que o esporte é, sem sombra de dúvida, uma forma de se poder atrair a juventude para um novo momento, uma nova proposta de vida. Eu tenho experiência com um ex-técnico de futebol e um ex-jogador de futebol que é meu amigo que é o Chiquinho, Francisco de Assis, que me disse uma coisa: "Para você deixar uma criança na sala de aula você precisa ter uma estrutura muito grande, mas para fazê-lo ouvir um técnico de futebol basta ter um apito e uma bola debaixo do braço." A criança fica sentada, Senadora Lúcia Vânia, ao meio-dia, no sol a pino, para ouvir o técnico de futebol, para ouvir as instruções do seu time. Sem sombra de dúvida, os estádios, as quadras, as piscinas olímpicas, onde estiver o esporte, ali estará a transformação do ser humano. Então, essa é minha crença, acredito nisso, acredito no esporte de rendimento e acredito muito no esporte comunitário e fico um pouco estarrecido com a queda dos valores aqui colocados a sua disposição para o senhor trabalhar durante este ano. Mas quero parabenizá-lo por entender essa questão do legado das Olimpíadas. Acho que a gente precisa fazer um esforço muito grande. É, sem sombra de dúvida, um patrimônio do País, a gente precisa mantê-lo, cuidar e propor uma caminhada mais longa principalmente para os desportistas.

Preciso chamar a atenção, Ministro, para que a gente precisa ter esse mesmo olhar sobre a questão do legado da Copa do Mundo. Os estádios de futebol estão se acabando, estão sendo abandonados; o Maracanã é um exemplo e outros estádios do Brasil todo. O Ministério precisa entrar fortemente nesse debate porque é,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

sem sombra de dúvida, nos estádios brasileiros, nos finais de semana, que existem os olhares da maioria dos brasileiros que acompanham seus campeonatos regionais, campeonatos estaduais e o campeonato brasileiro.

E aí, Ministro, quero aproveitar a sua formação de advogado para pedir uma coisa ao senhor. A família brasileira não aguenta ver, todo final de semana, um jovem ser morto por torcidas organizadas. Nós temos que parar essa matança no País.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Nós estamos matando o sonho de todos os jovens de quererem torcer para o seu time. As nossas médias, a não ser em grandes jogos, têm descido sempre por conta da violência, muitas vezes não só dentro do estádio, mas no entorno do estádio.

Então a primeira coisa que eu queria pedir ao senhor é que, junto do programa Jogo Limpo, a gente amplie isso e traga talvez, Senador, aqui para essa Casa esse debate que está sendo feito de forma estadual. Todos os Estados têm tentado, através da Polícia Militar, da Polícia Civil, da crônica esportiva, que se mobiliza a cada final de semana, pedindo socorro ao futebol brasileiro que já não consegue mais sobreviver a tantas famílias perdendo seus entes simplesmente porque estão usando a camisa de um time adversário.

Nós precisamos olhar isso, Ministro, e quero pedir ao senhor que tenha a capacidade desse entendimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... de mobilizar essa estrutura que está debatendo isso em cada Estado e trazer isso para o Plano Nacional, aqui, Senadora, para o Senado, para a gente fazer um debate profundo e acabar de vez com esse mal que está trazendo tanta infelicidade todas as segundas-feiras. Isso é muito importante. E aí eu preciso que o senhor entre um pouco mais no debate sobre o direito de transmissão. O direito de transmissão neste País está aprofundando, Senadores, o fosso e as diferenças regionais.

Hoje as grandes redes de televisão beneficiam claramente os grandes clubes, e quando isso acontece nós estamos quebrando uma cadeia da produção dos talentos brasileiros. Então é outra questão para a qual nós precisamos do seu empenho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... da sua autoridade, da sua articulação, para que clubes do Nordeste, do Norte e do Centro Oeste, clubes também menores possam acessar esses recursos de forma mais equânime, senão nós vamos ser fadados ao que acontece em outros países onde apenas dois ou três clubes têm estrutura e os outros todos compõem o que chamam "a rabada do esporte".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então é fundamental que o senhor traga isso. E só para finalizar, Ministro, como já foi colocado aqui, um olhar especial sobre os atletas, os paratletas. Acho que esse também é um tema muito importante, mas queria abrir, no seu projeto Jogo Limpo, Presidente, essa questão da violência nos estádios e essa questão da desigualdade regional que está sendo patrocinada e ampliada cada vez mais com o direito de transmissão mal distribuído.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu perguntaria aos Srs. Senadores se eu poderia ouvir os dois outros últimos, Hélio José agora e Ataídes para que o Ministro pudesse responder a todos ao mesmo tempo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Melhor assim Senadora, porque nós temos uma sabatina.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Então, com a palavra o Senador Hélio José e, posteriormente o Senador Ataídes.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria de cumprimentar o nosso Ministro Leonardo Picciani pelo trabalho, pela competência que vem demonstrando à frente do Ministério e pela exitosa realização das Olimpíadas e da Copa do Mundo aqui, no nosso Brasil, e pelo acompanhamento.

Estamos tendo problema, Leonardo, com o legado. Recentemente, uma rede de TV demonstrou até uma reportagem, colocando o abandono de certas áreas. A gente precisa verificar uma forma de melhor aproveitar, afinal, os investimentos foram muito elevados.

Dentro dessa linha, Leonardo, que foi colocada aqui, por exemplo, o estádio de Brasília não fica atrás: o estádio mais caro do Brasil, quase R$2 bilhões, uma obra que muitos acusam de superfaturada. Até hoje a Lava Jato não demonstrou a questão. Quero ver a Lava Jato demonstrar a questão do Distrito Federal. Quero que a Lava Jato... Quero, inclusive, fazer contato com o Moro e, como Senador de Brasília, quero tirar a limpo a questão do estádio do Distrito Federal e a questão de algumas coisas no DF. Até hoje, a Lava Jato...

A Andrade Gutierrez foi a empresa que fez Brasília. Não sei por que, cargas d'água, a gente não sabe o que aconteceu com o estádio mais caro do Brasil. A Lava Jato não aponta os problemas que aconteceram na construção dele.

Então, essa é outra discussão, que não é a sua aqui. A sua, de que quero falar, é a seguinte: esse estádio, que é maravilhoso, que está aqui, no Distrito Federal, que recebe vários confrontos nacionais, que enche, mas que, de repente, fica impossibilitado de receber jogos no Campeonato Nacional.

Então, quero saber qual vai ser a ação do Ministério do Esporte perante a Confederação Brasileira de Futebol, para que a gente possa novamente resgatar grandes eventos no Distrito Federal, para que o nosso estádio, aqui, o Mané Garrincha, volte a ter público. Se se juntar o público de todos os jogos do Distrito Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

aqui, no campeonato do DF, não se enche o estádio num jogo só. Ou seja, se se juntarem todos os jogos do campeonato, não se enche o estádio.

Quer dizer, nós precisamos mudar essa realidade. Dentro dessa linha, Leo, queria ver com você, nobre Ministro Picciani, como o nosso Ministério do Esporte está discutindo forma de nos ajudar a fomentar o futebol e outros – principalmente o futebol – em Estados como o Distrito Federal, onde há uma certa dificuldade.

Nós não temos um time nem na primeira, nem na segunda, nem na terceira divisão. Aí a Caixa Econômica só patrocina quem está em primeira e segunda divisão. Então, nós precisamos discutir uma forma de socializar esse fomento para o esporte – como está sendo lá na Secretaria Nacional de Futebol e na sua gestão –, uma forma de resgatar essa questão do futebol em regiões como o Distrito Federal, o Centro-Oeste, o Norte, o Nordeste, que têm dificuldade, como o nosso nobre Senador Roberto Muniz aqui colocou.

Eu acho que a questão do Estatuto do Torcedor... Eu, inclusive, fiz uma audiência pública com todas as torcidas organizadas. Nós precisamos rediscuti-lo de forma melhor, de forma a... Inclusive, o Gustavo, seu Secretário Nacional, teve que ir comigo à audiência pública do Estatuto do Torcedor. Nós precisamos pacificar, não podemos criminalizar também a torcida organizada.

Eu sou contra criminalizar a torcida organizada. Acho que algumas pessoas que fazem arruaça e que não são dignas de estarem na torcida organizada têm que ser criminalizadas, agora, a torcida organizada, não.

Acho que nós temos que dialogar, conversar e ver como vamos contornar essa situação.

Recentemente, mesmo, lá no jogo do Gama e outro time de Brasília, houve uma crise. E a crise não foi da torcida organizada, da Ira, que é uma torcida fanática do Gama, que é o time que tem a maior torcida de Brasília, e sim de dois ou três arruaceiros que estavam lá dentro e que criaram o problema.

Então, a penalização não pode ser no global da torcida organizada, que faz a alegria e a beleza do futebol, mas, sim, de quem faz arruaça.

Esse seu planejamento, no ciclo 2016/2020...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... nobre Ministro, realmente é um planejamento bastante interessante. Quando ele fala em participação e lazer para a população em geral, com foco em saúde e bem-estar, isso é o que a população quer, isso é o que o nosso povo quer, nobre Ministro Leonardo Picciani.

Então, eu quero saber como é que nós podemos, inclusive aqui no Congresso e na Comissão de Orçamento, ajudar mais, participar mais do debate com vocês, para fomentar um programa tão importante como esse.

E também quero saber sobre a questão educacional, porque sei que, assim como eu, você, que é um excelente Deputado na Câmara e que hoje está respondendo pelo Ministério, sabe da importância de investir lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

na escola, lá no Segundo Tempo, lá no primeiro tempo, nas áreas de educação física, para despertar no jovem aluno realmente o interesse por uma modalidade esportiva.

Eu acompanho de perto essas questões e queria que V. Exª nos esclarecesse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... os reflexos que ficaram... Eu fiz parte da CPI do Futebol e também fiz parte daquela comissão que discutiu a nova lei do futebol. Quais foram os reflexos positivos para esse importante esporte brasileiro alcançados pela CPI do Futebol e pela lei que discutiu essas questões? Como é que nós vamos abrir a Lotomania para poder atender mais clubes? E como espalhar essas questões de apoio a mais clubes no Brasil?

Esse corte de mais de 50% realmente atinge em cheio o nosso sonho de ver o nosso esporte amador, de ver o nosso futebol mais ampliado. Nós temos que trabalhar juntos nesta Comissão, da qual sou membro, para sanar essa questão.

Por último, minha nobre Senadora Lídice da Mata, eu quero dizer que estes programas novos, nobre Ministro Leonardo Picciani – Brincando com Esporte, Esporte é Cidadania, Luta pela Cidadania –, são programas que eu vejo que têm um alto alcance social e quero cumprimentar V. Exª e sua equipe pelo lançamento desses novos programas. Quero saber ainda como é que o povo comum vai poder acessar, participar dessa questão.

Há um último ponto aqui, que é a questão do Ministério da Defesa. Você fez referência ao Forças no Esporte. Houve um investimento de 15,9 mil, em 2016, e a meta é de 30 mil, em 2018. Como é que a pessoa comum que está nos ouvindo vai poder procurar as entidades militares ou as entidades onde há esse programa para poder acessá-lo?

Obrigado, Ministro. Sucesso para você! Você sabe que aqui tem amigos que torcem muito pelo seu sucesso e que estão juntos com você.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com a palavra o Senador Ataídes.

Logo depois, Senador Ataídes, nós passaremos a palavra ao Ministro, para que possa responder, e, se necessário, voltaremos a alguma questão.

Muito obrigada.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente Lídice da Mata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sr. Ministro Leonardo Picciani, é uma satisfação tê-lo aqui conosco. Devido a outras comissões, lamentavelmente eu não pude chegar a tempo de assistir à apresentação do seu plano de trabalho, mas eu estou aqui com ele por escrito e vou então ler com muito carinho.

Essa sua pasta é muito importante para o nosso País e, principalmente, para os nossos jovens.

Eu só quero fazer aqui, Ministro, uma observação e uma sugestão a V. Exª.

Cheguei, peguei logo a capa e vi as metas do seu Ministério.

Meta nº 1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola. Parabéns!

2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos de idade. Parabéns!

3. Todo aluno com aprendizado adequado até o seu ano. Parabéns!

4. Todo aluno com o ensino médio concluído até os 19 anos. Parabéns!

5. Investimento em educação ampliada e bem gerida. Parabéns por essas cinco metas, Sr. Ministro!

Agora, eu gostaria de colocar, me permita, a sexta meta, que é curso de qualificação profissional, Ministro. E V. Exª não vai precisar de dinheiro para qualificar essa nossa mão de obra, ou melhor, para dar a oportunidade a esses nossos jovens iniciarem a sua vida profissional, Ministro. Veja que coisa interessante que eu vou sugerir a V. Exª.

Nós sabemos que nós temos uma geração no Brasil chamada de nem-nem-nem, que nem estuda, nem trabalha e nem está procurando mais emprego. Dos 14 até os 29 anos, nós temos mais de 12 milhões de jovens nessa situação, que não entram no mercado de trabalho por vários motivos. Um deles é a oportunidade de fazer um curso profissionalizante, Ministro. Ele não tendo essa oportunidade, ele vai então para a droga, para o álcool e para o crime.

No meu Estado do Tocantins, é o danado do *crack*, Ministro. O *crack* tomou conta dessa geração dos nem-nem, lamentavelmente. E nós podemos, sim, resolver esse problema, Ministro, através da sua pasta. Como? Eu explico: sem dinheiro, volto a repetir.

O Sistema S – Sesi, Senai, Sest, Senat, Senar – recebe, por ano, de contribuição, meu querido Cacá, de contribuições sociais e impostos, R$30 bilhões por ano – Sesi, Senai, Sest, Senat –, com a finalidade, Sr. Ministro, tão somente de qualificar a mão de obra, levar lazer e saúde ao trabalhador.

Só que eles não fazem isso. Hoje, eles têm mais de R$28 bilhões aplicados no mercado financeiro, no mercado imobiliário e também no mercado comercial.

Portanto, Ministro, eu vejo que V. Exª pode colocar aqui o sexto item de sua meta, que é dar a oportunidade a esses garotos de fazer um curso de eletricista. Se ele aprender eletricidade, ele vai arrumar um emprego; se ele conseguir fazer um curso profissionalizante de pedreiro, ele vai arrumar trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho que aí pode alavancar, e muito, o trabalho de V. Exª.

O Sistema S, eu repito, tem esse dinheiro em caixa, Ministro, basta V. Exª exigir deles.

Se V. Exª quiser melhores informações, eu cheguei a escrever um livro chamado *A Caixa-Preta do Sistema S*, no qual eu os defendo, porém, eu quero saber onde é que está se gastando esses R$30 bilhões. É para manter eleições de políticos? É para ir para o mercado financeiro e imobiliário? Não, a finalidade é qualificar essa mão de obra.

Então, Ministro, por favor, pense com carinho neste sexto item de sua meta, dar oportunidade a esses milhares, milhares de jovens, são mais de 12 milhões de jovens, oportunidade para fazer um curso profissionalizante, Ministro. Eu lhe peço isso e coloco-me à disposição de V. Exª para o dia e a hora em que quiser bater um papo sobre o assunto.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Passo a palavra, agora, para o Ministro Leonardo Picciani para que possa responder.

O SR. LEONARDO PICCIANI – Muito obrigado, Senadora Lídice, passando aqui, vou iniciar pela Senadora Fátima Bezerra, que fez as perguntas primeiro.

Senadora Fátima, acho muito boas as perguntas sobre a Medida Provisória nº 771, até porque nos permitirá aqui esclarecer algumas informações. Evidentemente que esse tema ainda tramitará, ainda está em tramitação no Congresso Nacional, de modo que os Senadores e Deputados irão poder aprofundar ainda mais esse debate através da comissão especial da medida provisória e também da tramitação dela no plenário da Câmara dos Deputados e no plenário do Senado Federal.

Eu, com relação à competência, à necessidade dos relatórios e envio dos dados, faria a seguinte ressalva. Nós temos cerca de menos de duas semanas da edição da medida provisória, a nomeação dos primeiros, do presidente e do diretor executivo, ocorreu na última sexta-feira, na sexta-feira passada, de modo que estes procedimentos estão em fase de implantação e, pode ter certeza, V. Exª e esta Comissão, de que estas obrigações serão efetivamente cumpridas, essas providências serão efetivamente tomadas.

Com relação à ampliação de cargos, essa informação não procede. Está sendo extinto, se V. Exª ler os artigos subsequentes e o anexo III da medida provisória, identificará que estão sendo extintos 86 cargos da antiga APO, o que gera uma economia de 9,6 milhões anuais. A estruturada da Aglo é significativamente menor do que a estrutura da APO, da estrutura que existia até então. Portanto, ela está sendo transformada em uma estrutura menor. Não há custo extra ao orçamento da União, uma vez que ela terá as suas atividades custeadas através do orçamento do Ministério do Esporte, que já o faria diretamente na gestão dos equipamentos que a Aglo tem a responsabilidade de fazer.

Respondendo à pergunta de V. Exª, se o ministério poderia assumir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Até poderia, só que todos nós aqui sabemos que nem o Ministério do Esporte, nem nenhum outro ministério tem a característica de executor. O Ministério é um regulamentador, um fomentador do esporte. Ele não possui braços executivos com a robustez necessária, com a capacidade técnica necessária para executar a gestão complexa como é a gestão dos equipamentos olímpicos, como é a gestão do Parque Olímpico.

Portanto, essa medida era uma medida necessária para que a missão do Governo Federal de gerir bem o legado olímpico, de preservar bem os equipamentos fosse cumprida.

E eu aproveito e avanço aqui nas questões colocadas pela Senadora Lídice, que quem tentava transferir, por meio de uma PPP, à iniciativa privada não foi a União. Esse processo não foi conduzido pela União, de modo que eu não posso avaliar que tenha ocorrido nenhum erro da União nesse processo. Ele foi conduzido pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Também não faço a avaliação de que houve qualquer tipo de equívoco por parte da Prefeitura.

Penso eu que a falta de interesse da iniciativa privada naquele momento se deva à situação econômica por que atravessa o País, que tem desestimulado. Nós vamos entrar no terceiro ou quarto ano de retração da economia do País, o que desestimula os investimentos da iniciativa privada em todos os setores.

Creio também que um dos fatores que pesou foi não haver um calendário definido para o uso dessas arenas. E essa é a principal tarefa da Aglo e do Ministério. O esporte precisa necessariamente ter um calendário robusto. Nenhum equipamento esportivo tem sucesso – e era a questão que o Senador Roberto e o Senador Hélio José colocavam, a preocupação, por exemplo, com os estádios de futebol. Por que é que se preocupa com os estádios de futebol aqui em Brasília? Pela possibilidade de eles ficarem sem calendário. E evidentemente, sem calendário não há atividade que se sustente.

Eu creio que a partir da concretização de um calendário esportivo sólido e da recuperação econômica do País, de uma retomada do crescimento econômico do País, nós teremos, interesse da iniciativa privada, e uma das missões da Aglo é também preparar a transição, essa possível concessão, possível parceria público-privada, para a iniciativa privada.

Com relação aos recursos de manutenção, Senadora, eles estão disponibilizados no orçamento do Ministério do Esporte. Aliás nós fizemos essa previsão no ano passado, antes inclusive de assumirmos a Arena, porque desconfiávamos que isso poderia vir a ocorrer. Enviamos na nossa proposta, o Congresso Nacional aprovou no âmbito do orçamento destinado ao Ministério do Esporte, e este reservou recursos para essa finalidade. Nós estimamos lá um investimento que pode chegar a um valor máximo de 45 milhões para este ano. Nos equipamentos do Parque Olímpico da Barra, foram investidos pela União, na construção da rede de equipamentos, mais de R$1,5 bilhão naqueles equipamentos específicos.

De modo que nós estamos falando de menos de 3% do valor do bem, do valor investido destinados à manutenção. Parece-me algo absolutamente compatível. Você destinar 2%, 3% do que vale, do que foi investido em determinado bem para cuidar da sua manutenção não me parece nada fora do previsto, nada fora daquilo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

que se deve esperar. Você deve destinar parte do orçamento para a manutenção de qualquer bem que você tenha: um automóvel, um imóvel. As arenas, a mesma coisa. Nós precisamos destinar parte dos recursos para o seu funcionamento e para a sua manutenção.

Então, resumindo, eu creio que é acertada a decisão uma vez que o Governo Federal tenha essa tarefa de transformar a APO em um braço executivo capaz de enfrentar esses desafios. Afirmo que há redução dos custos entre o que era e como funcionava a APO e como funcionará a Aglo (Autoridade de Governança do Legado Olímpico). E, certamente, o Congresso aprofundará esse debate durante a tramitação dessa medida provisória.

Com relação ao PAC, Senadora Fátima, há um dado que me parece divergente. Não consta das responsabilidades do Ministério do Esporte no PAC essa construção, requalificação e cobertura das quadras. Essa é uma atribuição que está a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), portanto, no âmbito do Ministério da Educação.

No PAC destinado ao Ministério do Esporte são os Centros de Iniciação ao Esporte. Existem mais de 200, 284 Centros de Iniciação selecionados. No entanto, existem 39 obras em andamento e 17 obras que receberão a autorização de início de obra este ano. Por quê? Porque o recurso que nós temos destinado para utilizar este ano comporta que nós façamos 56 obras. Então, nós iniciaremos 56 obras para terminar. Nós não iniciaremos 200 para termos 200 esqueletos País afora.

Para dar um dado a V. Exª, quando assumi a gestão do Ministério, no primeiro contato com o CIE, encontrei... Normalmente, os Centros de Iniciação custam entre R$3,5 milhões e R$4,5 milhões, o projeto. E nós tínhamos vários com empenhos, ao final do ano de 2015, de R$15 mil. Como uma obra que custa R$3,5 milhões, R$4 milhões, R$4,5 milhões pode ter o seu início autorizado com empenho de R$15 mil? É para começar e não concluir. É para enganar o gestor municipal. É para enganar quem está vendo o projeto. E nós tomamos a decisão de que isso não será feito, esse tipo de escalada orçamentária, que serve muito mais a desinformar e a desqualificar a gestão, nós não faremos.

Os projetos que estão em andamento serão concluídos. E os que terão ordem de início terão garantidos o seu empenho e garantido o seu recurso financeiro para irem do início ao fim.

Com relação ao apoio ao esporte escolar, o esporte escolar é uma prioridade do Ministério. Os nossos programas que são destinados ao esporte escolar – o Segundo Tempo, o PELC e agora o Brincando com o Esporte – serão mantidos. Mesmo diante do contingenciamento, nós manteremos, não será fechado nenhum núcleo nem do PELC, nem do Segundo Tempo, nem do Brincando com o Esporte, nem do Luta pela Cidadania em nenhuma cidade brasileira. Todos os núcleos selecionados, que estão em andamento continuarão em pleno funcionamento, mesmo diante do contingenciamento. Nós remanejaremos de outras áreas. E nós, diante do contingenciamento, semana passada já determinamos um corte de mais de 50% em atividades de custeio do Ministério, para que os recursos destinados à atividade-fim, sobretudo aos programas escolares, sociais e ao Bolsa Atleta, sejam preservados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Essa é a diretriz nossa diante do contingenciamento.

Bom, foi um pouco sobre o questionamento levantado pela Senadora Lídice da Mata também com relação ao contingenciamento. A Senadora lembrou a realização dos grandes eventos, o Pan-Americano, a Copa do Mundo, as Olimpíadas. Eu ainda acrescentaria alguns, Senadora. Nós realizamos também os Jogos Mundiais Militares. Realizamos também a Copa das Confederações. Realizamos 46 eventos testes dos Jogos Olímpicos. Portanto, foi, de fato, uma década extraordinária do ponto de vista da realização de eventos para o esporte brasileiro que muito contribuiu para o desenvolvimento do esporte brasileiro.

Não sei se o Brasil, num curto prazo, viverá uma situação como essa novamente. Acho muito pouco provável. Acho que nós mesmos não teremos a oportunidade de ver novamente isso acontecer no Brasil.

Então, o que nós devemos fazer, no momento em que encerramos os grandes eventos, é de fato planejar para que o País tenha um calendário esportivo contínuo, que continue contribuindo para a imagem do País, que continue contribuindo para o turismo no País, que continue contribuindo para o desenvolvimento do esporte e também para motivar as pessoas, para motivar os jovens, criar ídolos, para que eles participem e busquem o esporte.

Com relação à pergunta de V. Exª, num plano mais amplo, sobre o Ministério do Turismo, evidentemente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO PICCIANI – ... isso cabe ao Ministério do Turismo falar. Eu tenho certeza, convicção de que o Ministro Marx e a sua equipe conduzem um plano à altura para o País.

Com relação à efetiva divulgação do esporte escolar e também à questão da valorização do esporte escolar, do esporte universitário como matriz, o Brasil tem uma matriz hoje muito mais de formação por clubes, diferentemente dos Estados Unidos, o exemplo dado por V. Exª, onde há uma matriz universitária de formação.

Consta do nosso projeto do PNE (Plano Nacional de Esporte), que está sendo enviado à Câmara dos Deputados, que nós precisamos fortalecer o esporte universitário, sem evidentemente prejudicar a nossa matriz de formação por clubes, mas também fortalecer o esporte universitário como matriz.

O Secretário Luiz Lima, que foi atleta olímpico brasileiro, campeão pan-americano, várias vezes campeão brasileiro, recordista pan-americano, deu o exemplo. Ele se iniciou na escola, mas depois foi levado, aos cinco anos de idade, para um clube, que no caso dele foi o Fluminense, que o formou na sua carreira. Esse normalmente é o caminho da maioria dos atletas de alto rendimento e atletas olímpicos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEONARDO PICCIANI – E o Paulo Vítor, nosso goleiro, campeão brasileiro pelo Fluminense.

Há muito tricolor essa audiência. Isso não é bom sinal. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Intervenção fora do microfone.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu, como flamenguista, ressalvo.

O SR. LEONARDO PICCIANI – Vou fazer esse protesto, Senador.

São dois grandes atletas que merecem a nossa referência e a nossa homenagem.

Então, essa é nossa matriz de formação, que vai ao encontro com o que falaram o Senador Roberto e o Senador Hélio, sobre a importância de se tratar melhor o legado da Copa do Mundo, os estádios.

Nós temos, Senador Roberto, o Sisbras, que é o Sistema Brasileiro de Classificação dos Estádios. O laudo, que é importante para a segurança dos estádios, coordenado pelo Ministério. Temos cobrado das federações, da CBF, e também com a participação dos estádios, envolvendo polícia, bombeiro, Anvisa, laudo de engenharia dos estádios. Isso com a coordenação do Ministério tem sido feito. E é um instrumento muito importante.

E entro no tema da violência nos estádios, que é realmente inadmissível.

Eu tenho a impressão e tenho manifestado isso publicamente, inclusive tenho forçado um diálogo com o Ministério da Justiça, diálogo com outros que têm responsabilidade, com os governos estaduais, o próprio Poder Judiciário, Ministério Público, que tem um papel fundamental junto com todos nós no combate à violência nos estádios, porque é simples o diagnóstico. Eu concordo com o Senador Hélio, não podemos generalizar, que todo mundo que faz parte de torcida organizada pratica violência. Isso não é verdade. O que nós temos são determinados marginais, que são sempre os mesmos que causam esse tipo de prejuízo ao futebol, prejuízo à sociedade, e que na minha opinião devem sofrer medidas que os afastem dos estádios. Nós devemos identificar esses marginais e não deixá-los ter a segunda chance. Na primeira arruaça, no primeiro ato de violência que cometerem, devem sofrer medidas que os impeçam de entrar nas partidas de futebol, que eles tenham que se apresentar numa delegacia, num foro, no dia das partidas de futebol e que fiquem impedidos de praticar esse tipo de ato nos estádios. E que isso sirva de exemplo para aqueles que pretendem se iniciar nessa má conduta, nessa má prática.

Então, eu creio que a solução é justamente identificarmos esses marginais.

Concluindo com o Senador Hélio, que falou também do fortalecimento do futebol, sobretudo dos campeonatos locais, de determinadas federações e Estados que não conseguem fomentar, nós tivemos, recentemente, a manifestação de interesse, por exemplo, dos Correios de patrocinarem alguns campeonatos estaduais, sobretudo campeonatos que enfrentavam maior dificuldade na sua realização, mas é preciso fortalecer o futebol brasileiro. V. Exª tem toda a razão: o futebol brasileiro nasce do talento de brasileiros e da paixão do brasileiro pelo futebol, espalhado nos quatro cantos do País em centenas, milhares de pequenos times, de pequenos clubes, de pequenas ligas que alimentam os grandes clubes, as grandes paixões nacionais. Precisamos fortalecer esse sistema como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

As legislações são fundamentais, como é fundamental, Senador Lídice, o que vamos discutir aqui no plano, na reformulação da Lei do Esporte e no Plano Nacional do Esporte, para fortalecermos o esporte amador e também o futebol... Não se pode confundir a realidade da grande maioria dos clubes, jogadores, atletas e profissionais do futebol com a realidade de alguns superídolos que temos e que, muitas vezes, olhamos e parece que todo jogador de futebol tem aquela supercondição econômica, tem aquela supercondição de fama, quando a realidade da maioria não é essa, a realidade da maioria é dura, de trabalho duro e de pouca oportunidade.

E, para encerrar, para não ficar muito extenso, com relação aos programas, ao Brincando com Esporte, foi feito um edital que as entidades e cidades aderiram por livre demanda. E, com relação ao Forças no Esporte, ele é coordenado pelo Ministério da Defesa, mas é livre o cadastramento, há essas informações disponíveis nas redes sociais das Forças Armadas, do Ministério da Defesa e também do Ministério do Esporte, informando que atividades há, em quais locais e como o cidadão faz para buscar a prática dessa atividade. Muitos são formados também já em projetos desempenhados pelas próprias Forças Armadas em comunidades em que as Forças Armadas atuam diretamente.

Obrigado, Senadora Lídice.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada.

Vou passar à tréplica da nossa Bancada de Senadores, mas solicitando brevidade em função de que nós temos ainda uma sabatina planejada para as 11h e já estamos às 11h23. Então, quero fazer esse apelo, sem interferir, é claro, no direito de debate das Srªs e Srs. Senadores.

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Lídice.

Ministro, vamos lá. O debate aqui sobre a extinção da APO e a criação da Aglo.

Veja: de acordo com os dados contidos na própria medida provisória, é fato que estão sendo extintos 86 cargos, mas é fato que estão sendo criados 89 cargos para a criação da Aglo. E há um detalhe: na proposta de criação da Aglo, o Governo está ampliando exatamente os cargos de maior valor salarial. Na tabela, varia de R$5 mil a R$22 mil o salário dos que vão fazer parte da Aglo, mas com este detalhe, Senadora Lídice: diminuem os cargos de menor valor, e aumentam os de maior valor, que...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...são os cargos de assessoria e de consultoria.

É claro, Ministro, que, quando trago este debate aqui, isso é importante, até porque a medida provisória está aqui, e o que nós queremos dar a isso é transparência, porque, afinal de contas, é uma autarquia que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

lidar com temas bastante polêmicos, como o estabelecimento de Parcerias Público-Privadas, que, enfim, vai cuidar de toda esse legado do Parque Olímpico. Então, é preciso a gente dar muita transparência a isso.

Segundo, Ministro, nós gostaríamos ainda de colocar, com relação à questão do Bolsa Atleta, que, inegavelmente – V. Exª concorda com isso –, esse foi um dos maiores legados dos governos Lula e Dilma, pelo quanto esse programa avançou, pelo quanto ele foi estruturante do ponto de vista de promover, inclusive, os esportes paraolímpicos no nosso País. A Olimpíada é um exemplo disso, foi o momento...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...em que o Brasil conquistou mais medalhas.

Recentemente, vimos na imprensa, Senadora Lídice, muitos beneficiários do programa Bolsa Atleta se queixando que, em face de uma determinação do INSS, esse programa estaria ameaçado. Então, eu gostaria que V. Exª pudesse voltar exatamente a esse assunto.

Quero ainda deixar aqui uma indagação para V. Exª com relação ao episódio em que a Polícia Federal prendeu, na semana passada, os principais dirigentes da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, com a acusação de que eles desviaram R$40 milhões de convênios feitos com o Ministério do Esporte. Como é que o senhor e o Ministério têm acompanhado essa operação? Que conhecimento V. Exª tem? Haveria o envolvimento de servidores do Ministério nessa fraude?

Por fim, Senadora Lídice, só para concluir mesmo, permita-me passar às mãos do Ministro um ofício que foi endereçado pelo Prof. Wyllys, que vem a ser o reitor do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do nosso Rio Grande do Norte. Esse instituto, no meu Estado, a exemplo do seu Estado e de todo o Brasil, passou por um processo de expansão e de fortalecimento fantástico. Assim é necessário, Ministro, sem dúvida alguma, haver investimentos na reestruturação dos seus complexos esportivos. Na medida em que os reitores não contam, no Ministério da Educação, com recursos destinados para isso... V. Exª tem razão quando falou aqui do PAC. De fato, o PAC relacionado à construção de quadras está no Ministério da Educação. O que não há no Ministério da Educação são investimentos para essas áreas, tanto das nossas universidades como dos nossos institutos.

Ele apresentou um projeto que já foi muito elogiado pela equipe técnica do seu Ministério, que seria destinado para a reestruturação do Parque Poliesportivo do Campus Central de Natal, que atende uma população de mais de 800 mil habitantes, bem como para a reestruturação de outra unidade do IFRN no Bairro das Rocas.

Vou passá-lo às mãos de V. Exª. E gostaria que tivéssemos uma audiência com a presença do Ministro, para que pudéssemos avançar.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero só reforçar um negócio, Ministro.

O Programa Segundo Tempo, que foi um programa extraordinário, foi marcado por uma série de escândalos com relação à prestação de contas, o que levou a uma série de processos contra as pessoas. Como esse programa foi gestado no Ministério do Esporte – não era a gestão de V. Exª ainda – na gestão anterior, eu gostaria de saber como está sendo o acompanhamento, a apuração e a continuidade desses processos, para que o Brasil possa saber que aquele desvio feito foi sanado e que um novo Segundo Tempo está vindo em um formato de acompanhamento mais direto.

Obrigado, Ministro.

O SR. LEONARDO PICCIANI – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Senadora Fátima Bezerra, com relação ao debate da Aglo, de fato, ele é fundamental e importante. É um tema, de fato, relevante, e é muito bom que a Casa possa discutir esse assunto. Como eu disse, esse debate será muito esmiuçado, porque será feito na Comissão Especial e nos plenários tanto da Câmara quanto do Senado, e é bom que já estejamos começando hoje, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, a fazê-lo.

Apenas faço um ajuste, Senadora, se me permite: não estão sendo extintos e criados novos cargos. A APO possuía 181 cargos, dos quais 86 estão sendo extintos. Evidentemente, permanecem os que sobram, que, no caso, são 95; destes, efetivamente, são 65 cargos de livre nomeação e 30 funções técnicas, funções gratificadas para servidores de carreira, para servidores com vínculo com a Administração Pública. Esses 86 cargos que estão sendo extintos e, portanto, retirados representam uma economia de R$9,6 milhões anuais, o que significa dizer que a Aglo custará ao menos R$9,6 milhões a menos do que custava a APO (Autoridade Pública Olímpica), que já vinha funcionando há alguns anos. Faço apenas esse esclarecimento. Não estamos tratando da criação de um órgão, mas da transformação de um órgão que já existia, com redução da sua estrutura.

Não tenho, Senadora Fátima, nenhuma dificuldade em reconhecer bons programas, e o programa Bolsa Atleta é um bom programa. Tanto o considero bom, que ele é uma prioridade na nossa gestão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO PICCIANI – Com relação à reclamação dos atletas sobre a cobrança do INSS, espero que haja uma discussão coordenada, no âmbito da Câmara dos Deputados, por alguns Parlamentares que atuam na área do esporte, como o Deputado João Derly, a Deputada Mara Gabrilli, o Deputado Evandro Roman e o Deputado Danrlei, que têm propostas no sentido de alteração dessa legislação que foi, diga-se de passagem, uma legislação enviada à época do governo Dilma.

Falo isso com toda a tranquilidade porque eu era Líder de um partido da Base e votei o projeto, à época, que instituiu a cobrança de INSS sobre o Bolsa Atleta. Espero que agora possamos rever e retirar isso, porque me parece um contrassenso cobrar essa contribuição do Bolsa Atleta, que não é um rendimento, que tem uma finalidade específica para a preparação do atleta, para o apoio ao atleta, sobretudo ao paratleta. E aí se gera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ainda mais confusão. O INSS cobrava que alguns paratletas que têm aposentadoria por invalidez optassem: ou recebiam a aposentadoria ou recebiam a bolsa. Isso é um absurdo completo. Espero que esta Casa, juntamente com a Câmara dos Deputados, nessa legislação que está sendo debatida, possa rever essa situação que foi aprovada ainda no final do ano de 2015 e implementada a partir do ano de 2016.

Com relação à CBDA, as denúncias que apareceram na CBDA são gravíssimas, apontam a possibilidade do cometimento da prática de ilícitos penais. Ontem, designei um assessor especial do Ministério, o Delegado da Polícia Federal Márcio Derenne, que atua junto ao Ministério, que hoje cumpre a função de assessor, para acompanhar as investigações e para colaborar com a Polícia Federal, com o Ministério Público Federal, com a CGU e com o TCU na tarefa de esclarecer esses possíveis desvios e de identificar também a possibilidade de que isso tenha ocorrido em outros convênios feitos no âmbito do Ministério do Esporte com qualquer entidade esportiva.

No ano passado, ao assumir o Ministério, suspendi um edital de repasse às confederações, um edital que tinha sido publicado na véspera da minha posse como Ministro, que transferia R$150 milhões às confederações. Nós julgamos que os critérios não estavam bem clarificados, não estavam bem definidos, e tomamos a decisão de suspender esse edital.

Preocupa-nos o cometimento de possíveis ilícitos penais, que devem ser investigados pela Polícia, mas nos preocupa também uma má governança da gestão das entidades esportivas. Nós precisamos fazer um debate, implementar uma melhor gestão das entidades esportivas. Evidentemente, o crime é inadmissível, mas nós também não podemos admitir a má gestão, que também gera desperdício dos recursos públicos.

Então, o Ministério irá acompanhar, respondendo à pergunta de V. Exª, com muita atenção, com muita preocupação, muito de perto, essas investigações.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Até porque, Ministro, é claro, toda a preocupação deve haver com relação ao apoio à questão da natação...

O SR. LEONARDO PICCIANI – Sem dúvida alguma!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...pela projeção que tem, pelo protagonismo que tem. Então, tem de se ter muito cuidado com isso aí, com o apoio efetivo, repito, às políticas públicas voltadas para o incentivo da área de natação.

O SR. LEONARDO PICCIANI – Creio que é preciso auxiliar a Confederação a se reerguer, a dar apoio aos atletas e a manter o seu calendário, que é importante para o País.

É muito importante o tema trazido por V. Exª, da mesma forma como o que traz o Senador Hélio.

Vou receber a importante solicitação – desculpe-me, Presidente – que me encaminha o Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Sr. Ministro Picciani.

Quero dizer, Ministro, da nossa satisfação em recebê-lo aqui. Sem dúvida alguma, a sua exposição foi altamente elucidativa, para entendermos perfeitamente o que está se passando na área do esporte. Agradeço a V. Exª a aquiescência ao nosso convite. Estará esta Comissão sempre à sua disposição, para que V. Exª possa conversar aqui com os Senadores e debater qualquer assunto que seja de interesse do esporte brasileiro. Muito obrigada.

Declaro encerrada essa audiência pública. (*Palmas.*)

Vamos para o item 2 da pauta desta reunião. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui!

Vamos à mensagem constante do item 1, não terminativo.

(*Soa a campainha.*)

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 16, DE 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), na vaga decorrente do término do mandato da Srª Rosana dos Santos Alcântara.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Roberto Muniz.

Relatório: pronto para a deliberação.

Observações: *1 - em 04/04/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de indicação de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2 - após a arguição do indicado, a votação do relatório será procedida por escrutínio secreto, nos termos do art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e, posteriormente, à votação do relatório, em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e à Decisão nº 1, da Comissão de Educação.

Convido os Srs. Senadores Hélio José e Lídice da Mata para conduzirem o Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho ao recinto da reunião. (*Pausa.*)

Cumprimento o Sr. Sérgio Henrique. Seja bem-vindo!

Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para que faça a sua exposição.

V. Exª dispõe de 15 minutos para fazer sua exposição.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu pediria aos senhores convidados que mantivessem o silêncio, para que pudéssemos ouvir o sabatinado.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO – Bom dia, Senadora! Bom dia, Srs. Senadores e Srªs Senadoras! É uma honra estar aqui com vocês neste dia.

Muito obrigado também aos artistas, aos profissionais, aos cineastas e aos representantes de entidades e associações do setor audiovisual de todas as regiões do País e de todos os segmentos da atividade que vieram acompanhar esta sabatina na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado e que manifestaram seu apoio à minha indicação.

Temos hoje no Senado Federal representantes da Associação de Produtoras Independentes de Televisão; da Associação de Diretores e Produtores do Audiovisual do Centro-Oeste, Norte e Nordeste; da Associação dos Canais e das Programadoras de TV Paga; da Associação das Empresas Exibidoras; do Sindicato da Indústria Audiovisual do Rio de Janeiro; do Sindicato da Indústria Audiovisual de São Paulo; da Associação das Empresas de Infraestrutura; da Associação das Distribuidoras Brasileiras; da Motion Picture Association; da Associação de *games* e de várias outras.

Agradeço muito a presença de cada um de vocês aqui hoje, em especial do cineasta Cacá Diegues, que muito admiro; da atriz Suzana Pires; e do ator Jorge Pontual, em nome de quem cumprimento todos os presentes.

Obrigado pelo apoio e pela consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como eu disse, é uma honra estar hoje nesta Casa, que simboliza a democracia brasileira, para falar da Agência Nacional do Cinema e do desenvolvimento de um setor estratégico em temos culturais e econômicos para o Brasil, para o qual o Brasil demonstra uma vocação evidente.

Aproveito também, mais uma vez, para agradecer ao Presidente Michel Temer e ao Ministro Roberto Freire pela indicação e também, é claro, ao Relator da minha indicação, que é o Senador Roberto Muniz, que fez um parecer favorável.

Quero colocar minha experiência, minha capacidade de trabalho e meu conhecimento, já demonstrados em muitos anos de vida profissional a serviço do desenvolvimento do setor audiovisual do País. Para isso, espero contar com a aprovação dos Srs. Senadores e Senadoras aqui presentes.

Acho que nada recomenda mais uma pessoa do que o seu histórico, do que o que já fez. Acho que isso vale muito mais do que planos ou do que palavras muitas vezes vazias. Eu gostaria de, rapidamente, compartilhar aqui com os senhores um pouco do meu histórico, do qual tenho muito orgulho.

Fui, recentemente, diretor da produtora Escarlate Audiovisual e também diretor do Cine Odeon, Centro Cultural Luiz Severiano Ribeiro, que é um cinema no Rio de Janeiro, um centro cultural localizado na Cinelândia. É o cinema de rua mais antigo em funcionamento no Rio de Janeiro. Foi criado em 1926 e, hoje, é uma espécie de templo do cinema no Rio. Mais de 30 mostras e festivais de cinema acontecem lá todos os anos. Nós tivemos, nesse período em que eu estive à frente dele, mais de 120 mil pessoas presentes nos eventos e nas sessões.

Em 2015, coordenei o projeto de revitalização do Cine Odeon para o Grupo Severiano Ribeiro Kinoplex, que é a maior empresa brasileira do segmento de exibição, e coordenei também o processo de transformação da produtora Afroreggae Audiovisual, ligada à ONG Afroreggae, em sociedade anônima, com a elaboração de um Plano de Negócios, com a entrada de um grupo de investidores liderado por Armínio Fraga e com a expansão das atividades da empresa. Parece-me um caso bem interessante de uma ONG que tem acesso direto à realidade social de uma cidade como o Rio de Janeiro, que tem um conteúdo audiovisual muito importante desenvolvido sobre isso e que, com esse trabalho, ganhou estruturação e se tornou uma produtora atuante, ativa, capaz de disputar com qualquer outra o mercado, gerando recursos capazes de sustentar a ONG. Então, essa equação é que me parece bem interessante.

Coordenei também a abertura da área de conteúdo da produtora Sentimental Filme, que é uma das maiores do País em publicidade. Fui ainda produtor executivo da série de tevê No Rastro do Crime, exibida pelo Mais Globosat. Enfim, participei do desenvolvimento, da formatação e da estruturação de dezenas de filmes e séries de tevê. Portanto, acho que conheço a atividade não só do ponto de vista da gestão pública e da política pública, mas também do ponto de vista de quem faz, dos desafios, dos problemas, das questões, das pessoas, homens e mulheres, que fazem o audiovisual brasileiro.

Também já fui diretor da Agência Nacional do Cinema. Já estive aqui, Senadora, nesta posição, participando de uma sabatina, em 2007. Então, conheço bem a Ancine.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Inclusive, muito me honra a presença aqui, neste momento, dos representantes da Associação dos Servidores de Agências Reguladoras, com quem tenho um grande diálogo. Algo que aprendi ao longo dos meus 12 anos de trabalho na administração pública é que o gestor não vai longe se não conseguir engajar, mobilizar os servidores do órgão no qual ele trabalha, porque os servidores são a alma, são a força, são a potência de cada um dos diversos órgãos públicos.

Então, muito me honra a presença aqui dos representantes da Associação dos Servidores de Agências Reguladoras. Eu espero ter na minha gestão na Ancine, caso venha a ser aprovado pelos Srs. Senadores, um diálogo muito franco, muito amplo, aberto e permanente com os servidores da casa, para que juntos possamos trabalhar em prol do desenvolvimento do audiovisual brasileiro.

Trago também minha experiência como Secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro e como Diretor-Presidente da RioFilme, que é a empresa de investimento em audiovisual que pertence à Prefeitura do Rio, entre janeiro de 2009 e janeiro de 2015. Foram, portanto, seis anos de trabalho muito intenso. Tanto a Secretaria quanto a RioFilme foram reestruturadas, e nós conseguimos implementar uma política pública voltada para o fomento estruturante à produção cultural da cidade e também para a ampliação do grau de acesso da população. Acho que nós não podemos perder de vista que o destinatário final de toda e qualquer política pública é o cidadão. A Ancine lida com um setor específico da sociedade brasileira, que é o setor audiovisual, mas não é o setor audiovisual o destinatário final da nossa atuação e de tudo o que a Ancine faz, mas, sim, é o cidadão brasileiro, é a sociedade. É fundamental que isso esteja presente em tudo o que não apenas os dirigentes mas também os servidores da agência fazem no seu dia a dia.

Eu pude, nessa experiência, coordenar a criação da nova Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio, que é hoje considerada uma das mais avançadas do País, e o processo de revitalização da RioFilme, que transformou a empresa no segundo maior investidor do cinema brasileiro, só perdendo para o Governo Federal por meio da Ancine e do Ministério da Cultura. Acho que lá pudemos implementar diversos mecanismos inovadores que serviram de referência inclusive para a própria Ancine, como um investimento automático reembolsável em séries de tevê.

Entre 2009 e 2014, a RioFilme investiu R$185 milhões em 484 projetos de empresas de audiovisual, gerando R$2,2 bilhões em PIB para o País e 32 mil postos de trabalho. Cada R$1 investido pela RioFilme atraiu R$6,3 de outras fontes e gerou R$30 em PIB para a cidade e para o País, R$3,57 em impostos e R$1,04 em receita para a empresa. Acho esses números muito significativos porque demonstram que o investimento na indústria audiovisual é um investimento no desenvolvimento do País, porque é uma indústria capaz de gerar emprego, de gerar renda, de gerar crescimento econômico para todos, e não apenas para si. O efeito multiplicador do investimento público na indústria audiovisual é muito positivo, e esses números demonstram claramente isso. Ou seja, além do retorno para a sociedade em termos de emprego e de PIB, para cada R$1 que a Prefeitura investiu no setor audiovisual do Rio por meio da RioFilme, foram gerados de retorno para os órgãos públicos R$3,57 em impostos. É apenas um dado, mas muito relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acho que, por tudo isso e por ter demonstrado ao longo da minha trajetória profissional e pessoal uma conduta sempre ilibada, como atestam os órgãos de controle, o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas do Município, considero estar apto a exercer essa função, tendo a experiência profissional, a formação técnica e a afinidade intelectual e moral necessárias e exigidas por lei.

Muitas pessoas têm me perguntado o que penso a respeito da agência e do audiovisual brasileiro, querem saber o que pretendo fazer caso o Senado aprove a indicação e caso o Presidente efetive a nomeação. Eu gostaria de resumir aqui em alguns pontos, compartilhando com vocês essencialmente o que são essas perspectivas. Agora, é claro que todas as críticas, sugestões e contribuições são mais do que bem-vindas. Acho que é sempre fundamental estabelecer um diálogo verdadeiro com respeito, com franqueza e, sobretudo, com integridade.

Quanto ao contexto, o audiovisual brasileiro vive um momento muito positivo hoje, com uma taxa de crescimento anual acima da média da economia brasileira, com um volume de produção muito expressivo, com um grau de diversidade significativo, com receitas crescentes.

Diversas medidas positivas foram tomadas pela Ancine, mas é possível e necessário avançar muito mais, mantendo e aperfeiçoando o que há de bom e solucionando os vários problemas existentes, sobretudo com mais eficiência e com mais transparência.

Outro ponto importante é que a Ancine integra o sistema do Ministério da Cultura, e me parece que ela deve atuar mais em parceria com a Secretaria do Audiovisual, com o Conselho Superior do Cinema, com o Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual e com outros órgãos, sob a liderança do Ministro e do Presidente, contribuindo para a implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento nacional e regional e que estimulem a diversidade e a potência da cultura brasileira.

As instâncias consultivas e participativas precisam ser mais valorizadas. Isso é absolutamente fundamental.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO – Outro ponto é a desburocratização. A Ancine deve se tornar mais ágil, mais dinâmica, mais abrangente e mais eficiente no registro, na fiscalização, na regulação, no acompanhamento do mercado e no fomento por meio da revisão e da simplificação das instruções normativas e dos regulamentos em vigor, no limite, é claro, das leis e da Constituição, de modo a acelerar processos, a desonerar o setor de exigências e intervenções desnecessárias e, assim, a maximizar os resultados, reduzindo prazos e entraves.

Um ponto fundamental que eu gostaria de acrescentar é que a Ancine hoje é a única agência reguladora cujas reuniões de diretoria não são públicas. Isso me parece algo anacrônico. Eu assumo aqui com os senhores o compromisso de propor à Diretoria Colegiada da Ancine, caso venha a ter a minha indicação efetivada, que, imediatamente, as reuniões da Diretoria da Ancine passem a ser transmitidas ao vivo pela internet e, num passo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

seguinte, que elas aconteçam num auditório onde elas possam ser presenciadas por quem assim o queira, por cidadãos e por pessoas interessadas. E um terceiro passo, que me parece fundamental, é que partes interessadas em questões que serão deliberadas no âmbito da Diretoria possam se pronunciar nessas reuniões, como já acontece na Anatel e em outras agências reguladoras. Precisamos trazer isso para a Ancine. Acho que vai ser um movimento de transparência muito importante.

Para concluir esses pontos, que me parecem os pontos mais importantes, acho que a Ancine deve ampliar o escopo e aperfeiçoar a sua política de fomento com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual e também com recursos oriundos da Lei do Audiovisual, de modo a contemplar em equilíbrio os vários segmentos da atividade, a buscar melhores resultados, a visar à sustentabilidade das empresas do setor e a reduzir o grau de dependência dessas empresas em relação ao Estado, para que esse fomento público seja, sobretudo, um empurrão, no sentido de que as empresas possam, cada vez mais, se tornar autônomas, adequando-se às dinâmicas e aos modelos de negócio existentes, além de incluir ações de capacitação e de preservação, o que é fundamental. Temos um patrimônio audiovisual riquíssimo no Brasil que não tem sido objeto de políticas que incentivem a preservação e a difusão desse patrimônio. Refiro-me a todo o estoque de filmes e de séries de televisão feitos ao longo da história do cinema no Brasil. Estamos falando de mais de cem anos de produção audiovisual. Precisamos de uma política efetiva de preservação e de apoio à infraestrutura. Temos de combinar mecanismos automáticos e seletivos, reembolsáveis e não reembolsáveis, e de manter, aperfeiçoar e dar mais transparência aos mecanismos de incentivo à produção regional.

É fundamental que a gente entenda que o Brasil é um País de dimensões continentais e que há talento e riqueza no País inteiro. Muitas vezes, isso precisa ser apenas estimulado, promovido e empurrado para que floresça. A Ancine já tem mecanismos que apontam para isso, mas penso que nós podemos aprofundar. Tenho conversado com muitas pessoas a respeito disso. Há uma produção riquíssima não apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também no Sul, no Centro-Oeste, no Norte, no Nordeste e no Sudeste, em Minas Gerais e no Espírito Santo. Nós temos a previsão legal de investimento de 30% dos recursos do Fundo Setorial em projetos do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste e precisamos, na verdade, efetivar isso, de maneira que possamos cumprir essa missão de desenvolver os polos regionais de produção de conteúdo audiovisual.

Outro ponto que me parece fundamental é que a Ancine deve valorizar e levar em consideração, em todas as áreas e segmentos em que atua, a independência, a liberdade, a relevância e a diversidade dos agentes econômicos e criativos do setor audiovisual em todas as regiões do País, respeitando sua pluralidade e sua autonomia, promovendo o equilíbrio entre os diversos elos das cadeias de valor e arranjos produtivos do setor e entre os vários estilos, gêneros, plataformas e formatos de conteúdos. A Ancine deve também acompanhar atentamente as transformações pelas quais passa esse setor. Nós estamos vivendo um momento de revolução tecnológica, que impacta diretamente o setor audiovisual e que tem sido responsável por um índice de crescimento muito significativo nesse setor, não apenas no Brasil, mas no mundo. No Brasil o setor audiovisual cresceu, nos últimos dez anos, a uma taxa média de 8% ao ano, portanto bem superior à média da economia brasileira. Isso também se repetiu em outros países. É um fenômeno universal, que deriva, sobretudo, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

impacto das novas tecnologias, que ampliaram, sobremodo, as possibilidades de produção, de difusão e de acesso da população, da sociedade aos conteúdos audiovisuais produzidos.

O audiovisual, o conteúdo audiovisual, tem um papel cada vez importante na vida de cada um de nós cidadãos. O tempo e o volume de recursos destinados ao consumo de conteúdos audiovisuais só têm crescido. É fundamental que a Ancine esteja atenta a isso e acompanhe essas transformações, tomando muito cuidado para que não contribua para o engessamento dessas transformações, que, em geral, são muito positivas, por meio de normas ou regulações que muitas vezes podem, por mais bem-intencionadas que sejam, sufocar essas transformações. Acho que essa é uma questão muito importante. Para isso, é vital que a Ancine assuma seu papel de mediador, e não de parte, nas questões, sobretudo, regulatórias, para que possamos botar na mesa todos os agentes interessados em relação às questões, para que possamos tentar buscar sempre o caminho do meio, o chamado justo meio, em tudo que façamos, sempre, é claro, tendo em vista o interesse público.

Portanto, para isso, precisamos estabelecer uma dinâmica permanente e abrangente de diálogo com todos os segmentos da atividade audiovisual, buscando compreender suas especificidades e estabelecer conexões e sinergias entre eles e a agência, assim como ouvir, valorizar e engajar seus servidores, sempre respeitando o interesse público, levando em conta o desenvolvimento do setor e do País.

Como eu disse, a Ancine deve ter uma postura mais pragmática e equânime em sua atuação, funcionando como um mediador entre os diversos agentes e elos das cadeias de valor do audiovisual e entre o setor e a sociedade, buscando construir um ambiente de negócios mais propício ao desenvolvimento do audiovisual brasileiro e, por conseguinte, ao desenvolvimento do País, promovendo, deste modo, seu imenso potencial de geração de renda, de emprego e, sobretudo, de inclusão social.

Eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que as atividades culturais e criativas, como o audiovisual, mas não só o audiovisual, as festas populares, o teatro, o circo, a dança, os museus, as artes visuais, as mostras e os festivais, a moda, o *design*, a música, o entretenimento, a arquitetura, a literatura, os *games* e outras, são vocações evidentes do Brasil, com uma dimensão não apenas cultural e social, mas também econômica muito importante. Isso constitui uma economia forte, dinâmica, com elevada capacidade de geração de renda e emprego.

São atividades fundamentais para estimular o senso de pertencimento dos cidadãos de todas as idades, de todas as regiões, de todos os gêneros, de todas as formações e crenças e que impactam positivamente não apenas a constituição da nossa identidade como Nação, como sociedade, mas também a nossa imagem nacional; internacionalmente, impactam a atração de investimentos e a receita com o turismo. O turismo, na verdade, como se sabe, é basicamente uma atividade com dois ramos: o turismo é natural ou é cultural. Então, a cultura desempenha um papel muito importante também no que diz respeito ao turismo.

Segundo os últimos dados que nós temos, a economia criativa representa 4% da economia brasileira e quase 3% dos empregos formais do País, com um salário médio mensal de R$4.693,00 – são dados do IBGE –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

que é pouco mais do que duas vezes a média salarial das demais atividades econômicas neste País. Então, nós temos dados que revelam como são atividades importantes.

O audiovisual brasileiro me parece ser o protagonista entre as atividades criativas e encontra-se hoje num bom momento. O salto vivenciado desde a criação da Ancine – a agência completou recentemente 15 anos – é muito claro. Nós passamos de 29 para 143 filmes brasileiros lançados em cinema anualmente; de 8% para 14% de participação na bilheteria; de 1,6 mil para 3,1 mil salas de cinema; de 91 milhões para 190 milhões de ingressos vendidos para todos os tipos de filmes; de 3,5 milhões para 19 milhões de assinantes de serviços de TV paga; e de 2 milhões para 165,5 milhões de acessos a conteúdos audiovisuais em banda larga. Aí nós temos um número que evidencia a questão que eu mencionei antes, a do impacto das novas tecnologias sobre essa atividade.

Como eu disse, a taxa média anual de crescimento nesse período foi três vezes maior do que a do conjunto da economia brasileira, e nós tivemos, em 2006, nada menos do que 30 milhões de ingressos de cinema vendidos para filmes brasileiros produzidos no Brasil e 143 filmes. Recentemente, tivemos um grande sucesso, o filme Minha Mãe é uma Peça 2, que ultrapassou a marca de 9 milhões de espectadores, tornando-se um dos cinco filmes de maior bilheteria na história do Brasil, pelo menos nas últimas três décadas, considerando, inclusive, grandes sucessos internacionais.

Recentemente, muitos filmes brasileiros – e continuaremos neste ano – também estiveram em competições internacionais. Estivemos em Sundance, em Roterdã e em Berlim. Só no festival de Berlim, 12 filmes brasileiros estiveram presentes, competindo. No festival de Roterdã, foram 15.

Hoje, nós temos essa parceria entre a produção independente e a televisão – tanto a TV aberta quanto a TV paga – que vai se estreitando ao longo do tempo. Nós temos, hoje, 105 canais nos serviços de TV paga que exibem, ao menos, seis horas semanais de conteúdo audiovisual brasileiro. A participação do audiovisual brasileiro no PIB do País é de 0,46%.

Posto isso, acho que é fundamental – encerro aqui – dizer que esse cenário positivo se deve essencialmente ao trabalho e ao talento de milhares de profissionais de audiovisual em todo o País, em todas as regiões do País – volto a enfatizar a necessidade de pensarmos o Brasil como um todo, não apenas aquelas cidades que historicamente se estabeleceram como centros de produção audiovisual –, profissionais dos segmentos de criação, produção, programação, distribuição, exibição, infraestrutura, tecnologia, serviços, formação, divisão e outros.

Isso se deve também à política pública de audiovisual implementada a partir de 1993, com a Lei do Audiovisual – aliás, a Lei do Audiovisual vence este ano, é um assunto para o Legislativo, deve entrar na pauta do Legislativo nos próximos meses –, aprimorada em 2001 com a instalação da Ancine e, depois, com a criação do Fundo Setorial do Audiovisual, com a promulgação da lei da TV paga, que foi construída aqui no Congresso Nacional, e com a realização de diversos programas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esses avanços da política de audiovisual são conquistas da sociedade brasileira. E me parece que é possível avançar muito mais, sobretudo com menos burocracia, com menos dirigismo e com mais diálogo, com mais liberdade, com mais mercado, com mais participação e com mais abrangência.

Muito obrigado a todos pela atenção.

Eu me coloco à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras para responder às perguntas que forem feitas.

Eu gostaria de terminar com uma saudação a todos os profissionais do audiovisual brasileiro, que têm construído um caso de sucesso, do qual todos nós cidadãos deste País podemos efetivamente nos orgulhar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Após a exposição do Sr. Sérgio Henrique, passemos à fase da arguição.

Portanto, concedo a palavra, primeiramente, ao Senador Roberto Muniz, Relator da mensagem.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora Lídice da Mata, Dr. Sérgio Sá Leitão, é um enorme prazer tê-lo aqui nesta Casa.

Quero dizer da importância e da grandiosidade deste ato que estamos fazendo aqui, porque estamos, neste instante, fortalecendo um dos poucos e talvez o único setor do Brasil que cresceu enormemente nos últimos anos. Enquanto o PIB do Brasil afundava, Senador Anastasia, o valor adicionado pelo audiovisual crescia enormemente: saiu de R$16,3 bilhões, em 2011, para R$24,5 bilhões, em 2014. O que acho mais impressionante nisso tudo é que o crescimento da bilheteria se deu em maior parte no público dos filmes brasileiros.

Então, isso que você traz com alguns números, eu trago aqui como uma questão muito importante, a de você trazer de volta o prazer de ir a um cinema para ver os nossos artistas, a nossa cultura representada.

Nós saímos de 17 milhões de pessoas, nos filmes brasileiros, para 22,5 milhões em 2015. Ele já traz um número de quase 30 milhões. Ou seja, houve um acréscimo de quase 80% do valor, ao adicionar o valor a 2011. Enquanto isso, o público de filmes estrangeiros saiu de 125 milhões para 150 milhões, ou seja, houve 20% de acréscimo, em um momento de grande crise financeira em nosso País.

Então, esse é, sem sombra de dúvida, um nicho, um segmento que está indo muito bem, graças à Lei do Audiovisual, que foi algo muito importante e transformador, lei aprovada por esta Casa, que conseguiu levar novos recursos para o setor. Esse setor tem tido a oportunidade de fazer com que diversas regiões no País sintam-se contempladas através dos recursos oriundos do Fundo Setorial do Audiovisual.

Então, é de fundamental importância esse debate com a chegada do Dr. Sérgio Sá Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero, inicialmente, mais uma vez – já fiz isto aqui na Casa, lendo o meu relatório –, parabenizá-lo pelo seu histórico, pelo seu currículo, pela diversidade dentro do mesmo setor, por ter acompanhado esse setor com um olhar do Estado brasileiro. Já esteve dentro da Ancine, já foi também servidor do Ministério da Cultura, junto com o nosso baiano. Lídice, ele trabalhou com Gilberto Gil. Colocou também seus préstimos à serviço da ONG OndAzul – como bons baianos que somos, agradecemos essa importante contribuição – e de outras ONGs também. Quero destacar o seu trabalho na realização do cinema 3D, colocando o primeiro cinema 3D em uma comunidade de baixa renda.

Então, ele tem um currículo, Srs. Senadores, que demonstra qualificação suficiente, qualificação até que sobra para os novos desafios que esse setor vai ter de enfrentar.

Nesses novos desafios, trago já, para deixar você ampliar um pouco mais durante as respostas aos outros colegas Senadores, algumas questões que você coloca aí também. Na conversa que tivemos antes deste momento, destacou-se a importância de você fazer valer a cláusula que traz os 30% para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa é uma solicitação muito grande do coletivo de produtores, de empresas, de cineastas e de diretores dessas regiões, que querem ver, através de algumas questões que foram levantadas aqui pelo Sérgio, através da transparência e da desburocratização, a possibilidade de acompanhar isso. Esse já é um direito colocado aqui pela lei.

Eu queria deixar claro que, no CONE, coletivo que congrega todos esses atores do setor de audiovisual, eles se mobilizaram e já tiveram uma conversa com o Dr. Sérgio, para buscar fortalecer ainda mais essa estruturação da cadeia produtiva do audiovisual nessas regiões.

Então, eu queria que o senhor tratasse um pouco mais dessa questão e, mais profundamente, da regionalização, do fortalecimento, da transferência, da desburocratização.

Há outra questão sobre a qual eu queria que o senhor pudesse nos falar também um pouco. Depois de todo esse tempo, há a possibilidade de ser feito um balanço do Fundo Setorial, para que a gente possa, por meio desse balanço, ver quais são as políticas que deram certo, as que não deram certo, as que podem ser fortalecidas.

Há uma visão muito própria sua, que tem um rebatimento importante no crescimento regional, que é o olhar sobre os produtos ditos comerciais, sobre os produtos culturais, um olhar sobre esse nicho mercadológico, para atender não somente o mercado brasileiro, mas também os mercados internacionais. Acho que essa questão é também fundamental.

Fiquei muito sensibilizado quando, no debate, a gente levantou a importância dessa percepção do que foi chamado pelo Dr. Sérgio de *underground* produtivo, aquele produto que passa despercebido pelas grandes redes de televisão e pelas grandes cadeias de rádio. Isso está acontecendo em cada esquina do nosso País. Isso precisa ser estimulado, fomentado, para que algo daí surja, para, quem sabe, se tornar um grande produto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

comercial. Ou não necessariamente deve ser um grande produto comercial, mas, sim, deve haver a reafirmação da nossa cultura brasileira.

Então, duas questões precisam caminhar juntas, a questão comercial e a reafirmação da cultura brasileira, olhando todo o *background* que pudemos trazer do passado e também a leitura do que está acontecendo em todas as regiões e nas áreas de fomento da cultura.

Eu queria, para finalizar, parabenizá-lo pelo trabalho que você já realizou. Quero aqui, além desse elogio, dar uma certeza: percebi, durante nossos contatos e conversas, seu comprometimento com a cultura e com o setor do audiovisual. Quero passar isso aqui de público para os colegas Senadores e Senadoras desta Casa.

Parabéns! Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Senador baiano Roberto Muniz pelo seu relatório.

Dando continuidade às arguições, passo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar V. Exª, Senadora Lídice da Mata, solicitando que abra o painel, já que o expositor fez sua exposição.

Inclusive, fiz permuta com a Senadora Fátima Bezerra, que estava na minha frente e que permitiu que eu falasse primeiro, porque um prefeito e um secretário estão me esperando no meu gabinete. Mas fiz questão de ficar aqui para participar e votar nesta importante oitiva.

Quero dizer que me orgulho de estar nesta Casa. Sou servidor público concursado e gosto quando estão aqui servidores públicos concursados sendo apontados para agências reguladoras. Mas, neste caso, Sérgio, eu me sinto muito confortável porque você é um profundo conhecedor da realidade desse mercado tão importante para a cultura brasileira. Então, você deixar de ser um servidor público concursado para estar na agência reguladora é o de menos para mim, porque você traz consigo a bagagem de quem conhece em todas as pontas, inclusive por já ter sido servidor público concursado do setor. Então, é uma pessoa de alto conhecimento, com competência. O seu currículo diz por si.

Eu acho que a sua trajetória de recuperação de um cartão postal do Brasil, que é a questão do Cine Odeon, toda a recuperação daquilo que expressa a cultura brasileira, só isso já o credencia, ainda mais tendo trabalhado como Secretário da Prefeitura do Rio, tendo recuperado a empresa pública RioFilme, dando realmente condição para ela poder atuar, tendo atuado tanto na ponta de mercado quanto na ponta da execução, fazendo, realmente, as coisas de todos os lados. Então, o pobre do brasileiro, que tem a sua cultura tão judiada e tão sem recursos, tem a necessidade de ter gestor para propiciar, realmente, que o nosso País possa expressar todo esse sentimento cultural, essa riqueza audiovisual, essa riqueza artística que temos em cada rincão deste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu sou o Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo e sei o tanto que a cultura é importante para fomentar e fazer com que o turismo cada vez seja mais forte.

Eu quero cumprimentá-lo por trazer a esta Casa um ícone do nosso cinema nacional, que é o Cacá Diegues. Eu estava conversando com ele hoje, no meu gabinete, sobre a importância do filme Bye, bye, Brasil. A gente está com saudades de filmes daquele naipe, que relatava e retratava a realidade brasileira do momento complicado que a gente vivia. A gente vive novamente momentos difíceis. E é hora de trazermos novamente para o cinema, para as telas brasileiras filmes que nos enchem de emoção, como os filmes do Cacá.

Você traz aqui também a Suzana Pires, uma criativa, jovem e talentosa diretora de novelas, que está agora, inclusive, fazendo uma novela em uma importante TV brasileira, levando a nossa cultura; e o nosso querido Pontual, que está em outra TV brasileira importante, um jovem ator, com atuação como diretor. Brasília se orgulha da nossa querida Suzana Heringer, que está com vocês, nos ajudando na questão dessa divulgação. E as pessoas de Brasília também estão relacionadas. Nós precisamos de quem conhece para nos ajudar a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O Brazza.

Nós precisamos resolver a abertura do nosso querido Teatro Nacional. Não dá para Brasília, capital do País, dar esse mau exemplo de o Teatro Nacional estar fechado há tanto tempo, sem condições de receber uma boa peça, sem condições de fazer boa atividade cultural.

Nossas salas de cinema, muitas vezes, estão recebendo enlatados americanos ou de outros lugares em vez de estarem valorizando nossa cultura nacional. Eu já andei esse mundo todo e, sinceramente, desconheço alguma telenovela ou alguma coisa melhor do que as brasileiras nesse mundo inteiro. A gente está cansado lá, quer ver uma TV e coisa e tal, e são aquelas coisas chatas, pedantes. E a gente vai ao Mundo Animal da NET ou qualquer coisa assim para poder verificar, porque não vale a pena acompanhar. No Brasil, a pessoa não precisa nem assistir à novela como um todo. Se assiste a um capítulo, vê a questão de uma realidade, de uma situação cultural.

Quer dizer, precisamos apoiar, apoiar o cinema, apoiar a novela, apoiar a dramaturgia, apoiar os amadores. Então, essa experiência que você traz das ONGs é importante, porque são as pequenas ONGs, os pequenos fomentos que fazem com que a nossa cultura seja grande, e nós precisamos pensar em formas de colaborar com isso. Eu quero dizer que participo desta Comissão com orgulho de saber que a cultura pode realmente demonstrar para o mundo a nossa identidade.

Sérgio, voltando a você, eu queria ver, com essa experiência toda, como nós vamos recuperar formas para a Lei Rouanet ter mais legitimidade para poder trazer financiamento realmente para quem precisa e para corrigir os equívocos que existem; como nós vamos melhor distribuir os poucos e escassos recursos para que tenhamos condição de respeitar nossas pequenas ONGs, que vão lá pedir um fomento, um pequeno apoio para poder fazer; como vão ser as parcerias com os governos dos Estados e as prefeituras ou indiretamente, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

nós viabilizemos isso; e em que podemos colaborar aqui, no Senado, seja na Comissão de Orçamento, de que faço parte, seja aqui no plenário, seja apresentando projetos. Estamos à disposição para ajudar a Ancine e para ajudar o Ministério da Cultura a colocar os pingos nos "is" que precisam ser colocados nessa questão tão importante.

Eu vou concluir e vou me retirar.

Se estiver aberto, quero votar – está aberto?

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Para eu poder atender o Prefeito.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador, antes de passar ao próximo pronunciamento para arguição, já outros Senadores se pronunciaram no sentido de que pudéssemos abrir a votação. Chegaram mais duas Senadoras, a Senadora Marta e Senadora Simone Tebet, e o Senador Caiado também nos dá presença. Portanto, eu creio que, como recomenda o bom senso, nós vamos abrir a votação para os Senadores que estavam presentes e vamos dar continuidade à arguição, mas já podendo votar.

Agradeço.

Quero chamar a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores para o fato de termos cinco minutos de pronunciamento. E a campainha vai tocar independentemente das minhas mãos, porque assim está programado. E vai encerrar também.

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, Sr. Sérgio Sá Leitão, a quem cumprimento, vamos direto aqui às perguntas.

Sr. Sérgio, o Programa Cine Mais Cultura, que V. Sª conhece, são espaços para exibição de filmes com equipamento de projeção digital, de obras brasileiras em DVD, do catálogo da Programadora Brasil, Oficina de Capacitação Cineclubista, enfim. Cada espaço desse Cine Mais Cultura, Senadora Lídice, recebe um *kit* contendo telão, aparelho de DVD, projetor, mesa de som de quatro canais, caixas de som, amplificador, microfones etc.

Pergunto ao senhor: como a Ancine pode contribuir para a retomada do Programa Cine Mais Cultura pelo tanto que ele é importante para fomentar e para promover a produção e difusão do cinema nacional? Esse Programa Cine Mais Cultura, V. Sª deve conhecimento, foi coordenado pela SAv. Mas agora vamos a uma outra ação que é de responsabilidade direta da Ancine; outra ação, Dr. Sérgio, que eu considero muito importante, que é o projeto da cinemateca nacional. Por exemplo, lá no meu Estado – vou rapidamente colocar para V. Sª –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

nós, em parceria com o Ministério da Cultura, instalamos a Cinemateca Potiguar, que fica situada lá no IFRN, na Cidade Alta.

Ela surgiu como um espaço de contribuição na preservação e circulação do material audiovisual produzido pelos realizadores do Rio Grande do Norte e de difusão de filmes nacionais. Destaca-se na Cinemateca Potiguar também o compromisso com a educação, o apoio à produção cinematográfica, a valorização e o fortalecimento do cinema potiguar e nacional.

O acervo construído visa a fornecer ao público filmes que fortaleçam a diversidade cultural brasileira, disponibilizando também livros, revistas, roteiros e cartazes, importantes instrumentos de pesquisa. O espaço físico da Cinemateca Potiguar possui também estrutura para que o público possa assistir a filmes de forma individual ou coletiva.

Ou seja, eu conheço o projeto, Dr. Sérgio, da Cinemateca Potiguar do IFRN e posso aqui dizer que é uma beleza, assim como os esforços que estão sendo feitos para projetos semelhantes na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E repito: a exemplo do programa cine clube, pela importância que tem o projeto da cinemateca para valorizar, para democratizar o acesso ao cinema brasileiro, pergunto, portanto, que ações podem ser desenvolvidas na Ancine para que nós resgatemos o projeto da cinemateca nacional?

Acrescento ainda aqui a V. Sª: como aliar as iniciativas audiovisuais aos Pontos de Cultura, pela importância dos Pontos de Cultura, pelo caráter...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... inovador que eles trouxeram, para que, de baixo para cima, possamos apoiar as iniciativas culturais, considerando a rica diversidade cultural no nosso País?

Ainda acrescento aqui também o que V. Sª já mencionou: avançar nessa direção, que é desconcentrar os investimentos realizados nos centros, como Rio e São Paulo, para que possamos chegar às demais Regiões – Norte e Nordeste.

Por fim, claro, quero dizer a V. Sª da nossa preocupação diante desses tempos de teto de gastos, de política de austeridade. Isso nos preocupa muito, porque não basta só ter belas ideias, ter belas intenções, bons programas. Mas o que fazer diante da desidratação orçamentária que vive hoje o Brasil e, principalmente, as chamadas áreas sociais? O corte agora é de R$42 bilhões, e o Ministério da Cultura foi atingido também – ele, que tem já um orçamento diminuto.

Então, coloco isso para que esta Comissão, como Comissão de Educação, Cultura e Esporte, possa se constituir num espaço importante para superarmos essas dificuldades.

Eu encerro, Senadora Lídice, dizendo que nossa luta, há muito tempo, é para colocar a cultura no orçamento, tanto é que eu sou autora de uma proposta de emenda à Constituição, a exemplo do que foi feito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com a educação, a exemplo do que foi feito com a saúde, para vincular recursos também para o orçamento, mas, infelizmente, nós não avançamos. Ao longo desse período, não avançamos, em que pese por dever de justiça eu dizer aqui que, à época do governo do Presidente Lula, houve, sim, um avanço do ponto de vista do investimento para a cultura. Mas não avançamos o que desejaríamos. Pelo contrário – encerro –, estamos vivendo tempos de retrocesso, porque o Governo tirou educação e cultura do orçamento.

Parabenizo-o, Dr. Sérgio Sá, pelo currículo que V. Sª tem, de um homem muito identificado com a luta em prol da valorização da política cultural no nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Senadora.

Eu vou utilizar o mesmo critério anterior: nós fazemos três inscrições, três perguntas, e depois colocamos para que o sabatinado possa responder, buscando ser rápidos, tanto nós quanto ele. Eu já conversei isso com ele. Temos a preocupação com o quórum, mas agora diminuiu essa preocupação. Só faço um apelo para que os Senadores que estejam aqui já possam votar e realizar essa tarefa essencial, que é dar quórum à votação.

Muito obrigada.

A próxima inscrita sou eu mesma. Vou fazer três perguntas rápidas.

A fala da Senadora Fátima me fez ter uma postura saudosista, porque, nos tempos de estudante, eu não apenas organizava os cineclubes da minha universidade, da minha escola, mas tive oportunidade de ir a uma viagem ao Nordeste brasileiro na tentativa de reorganização do congresso da UNE. Alguns não gostam muito, mas a reorganização do congresso da UNE, que se deu em 1979, na Bahia, foi um importante momento da etapa de reconquista democrática. E, no Rio Grande do Norte, a nossa articulação toda não se dava pelo movimento estudantil, mas sim pelos cineclubes que eram organizados naquele Estado. E eu, ouvindo a senhora falar, quis fazer esse registro sobre a importância do cineclube naquele período da ditadura militar como polo de resistência.

As minhas perguntas. Duas críticas surgem em relação à Ancine com mais força, que são a burocracia nos processos e a concentração na distribuição dos recursos para o conjunto do País. O senhor já tratou das duas questões aqui se comprometendo justamente a modificá-las.

Quanto à lei dos 30%, eu quero registrar que ela surge porque há uma discriminação histórica, uma concentração histórica no Sul e no Sudeste do País quanto aos recursos de distribuição, no geral, de toda a verba da cultura, mas, especialmente, no caso da Ancine. Quero dizer que isso ocorre não apenas em relação à Ancine, mas a todos os programas culturais do País. Eu fiz um levantamento à época sobre o patrocínio das grandes empresas estatais do Brasil nos projetos culturais, e era uma coisa aterradora para quem vive e faz cultura no Nordeste.

Quero lembrar que, além do grande diretor Cacá Diegues, aqui presente, que também retratou muito do Norte e do Nordeste brasileiro e é nordestino, o Glauber Rocha, referência do cinema nacional, é nordestino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

também. No entanto, as nossas verbas continuam com esse tipo de concentração. Então, eu fico feliz com a afirmação de V. Sª de que vai dar atenção a isso. Eu queria que falasse mais sobre isso.

O Governo também estuda cobrar uma taxa cultural sobre *games*, e a Ancine está se preparando para tributar a Netflix e outros serviços de *streaming* no Brasil. Eu queria saber o que o senhor pensa a respeito disso.

É claro que o audiovisual é uma das grandes expressões da economia criativa em nosso País, e, infelizmente, os governos insistem em ignorá-lo. Inclusive insistem em não ter um programa direto de estudo sobre o impacto da economia criativa no PIB nacional, assim como na área do turismo. E eu creio que são muito importantes esses dados sobre o crescimento do cinema e da nossa participação na economia criativa, em nosso País, neste momento, para que nós possamos sensibilizar as autoridades brasileiras, inclusive para que elas possam adquirir uma disposição de tratar os orçamentos dessa área de forma diferenciada, para que elas não sofram o mesmo tipo de corte que ocorre em outras áreas sem compreender que este é um novo momento da economia no mundo pós-industrial. Portanto, a economia criativa tem de ter outro olhar das autoridades, inclusive do atual Governo nos cortes que fez para os orçamentos da cultura, do esporte, do turismo, etc.

Por último, o percentual de mulheres que dirigiram filmes lançados no Brasil aumentou de 14,7%, em 2015, para 20,3%, em 2017, segundo a própria Ancine. Este ano, o Ministério da Cultura pretende fomentar o crescimento da presença feminina no setor, realizando premiações para filmes feitos por mulheres. Como a Ancine pode contribuir para isso?

Em seguida, o Senador José Medeiros usará da palavra, e imediatamente devolverei a palavra ao senhor para que possa responder.

Senador...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Srª Presidente.

Muito obrigado. É uma mera sugestão a V. Exª. Como muitas perguntas têm a mesma estrutura e até o mesmo objeto, se V. Exª, em razão do adiantado da hora, pudesse permitir aos Senadores que fizessem sua intervenção, o nosso eminente sabatinado daria suas respostas em globo.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não. Atendo de pronto sua sugestão.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Srª Presidente, Senadora Lídice da Mata, Srs. Senadores, nosso sabatinado Sérgio Henrique Sá Leitão, as minhas palavras serão muito breves até porque nosso objetivo aqui é sabatinar e justamente ver, aferir a capacidade do sabatinado, de forma que, em nome da celeridade, quero apenas desejar-lhe um grande sucesso na jornada, porque eu creio, pelo que foi exposto aqui, que V. Sª com certeza será aprovado.

Dou as boas-vindas a esses mestres que nos deram a honra de nos visitar hoje: o ator Jorge Pontual, o grande cineasta Cacá Diegues, a nossa atriz Suzana Pires. Quero dizer que, como cinéfilo de carteirinha... Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

morava na roça, Senadora Lídice, e quando cheguei à cidade a minha escola resolveu levar os alunos para assistir a um filme no cinema. Primeiro eu vi aquela tela, aquela coisa, parecia que eu tinha entrado no céu quando começou a tocar aquela valsa de Strauss, aquela coisa toda. Imagine alguém que nunca tinha nem visto TV chegar à cidade e ver aquilo tudo. Então, sou um fã do cinema e principalmente desejo muito sucesso ao cinema brasileiro.

Creio que V. Sª vai contribuir muito ali na agência reguladora.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Senador José Medeiros.

Imediatamente passo a palavra para o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Fátima Bezerra.

Cumprimento as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores.

Ilustre Dr. Sérgio Leitão, quero igualmente cumprimentá-lo. Permita-me, em primeiro lugar, fazer um registro ao seu Relator, o eminente Senador Roberto, a quem quero elogiar pelo relatório denso, profundo e que, de fato, alcançou de maneira muito clara todos os aspectos de sua trajetória. Aliás, nos momentos de hoje, é muito difícil podermos aplicar o famoso adágio: o homem certo no lugar certo. Uma pessoa com seu perfil, com sua trajetória profissional e, mais do que isso, com sua sensibilidade para as questões da cultura e do cinema em particular certamente vai não só ilustrar a Diretoria Colegiada da Ancine, mas, mais do que isso, vai trazer uma capacidade de gestão e desempenho que certamente contribuirá, de modo muito claro, para um avanço expressivo das questões do cinema em nosso País.

Como todos os meus pares que me antecederam deixaram de modo muito claro, o cinema, mais do que uma paixão nacional e internacional, é uma rica – e sua exposição também foi muito clara, translúcida nesse sentido –, uma indústria extremamente forte do ponto de vista econômico. Emprega muito, com remuneração, desenvolve-se onde se aplica e, por isso mesmo, tem uma importância estratégica não só pelas condições internas, até pelo famoso *soft power* que o cinema pode expressar sob o ponto de vista internacional, no qual o Brasil, é claro, tem também a sua posição geopolítica de destaque. Então, é uma posição de muita estratégia e de vibrante desempenho.

Eu quero dizer, Dr. Sérgio, que, como V. Sª sabe, nós Senadores representamos os Estados da Federação. O meu Estado, Minas Gerais, tem a vaidade, digamos assim, de ter hoje uma indústria do cinema bastante vigorosa, florescente, que remonta aos precursores de Cataguases, Senadora Lídice da Mata, onde houve um grande desenvolvimento do cinema na década de 20, como uma reação ao cinema estrangeiro. Naquele momento, sob o ponto de vista do nacionalismo que se adotava no Brasil ao tempo da Semana de Arte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Moderna, nós tivemos, com Humberto Mauro e outros tantos, em Cataguases, um surto, digamos, e um grito que cravou desenvolvimento em outras áreas do Brasil. Então, temos esse gene, digamos assim, no nosso DNA e, por isso mesmo, gostamos muito do cinema.

Mas é claro que, quando se discute aqui nesta audiência a questão da descentralização das verbas, à semelhança do Nordeste, o Estado de Minas também a reivindica, porque, na realidade, o que nós temos hoje é que o famoso eixo Rio-São Paulo tem, eu não diria, um monopólio, mas, até pela tradição cultural, acaba tendo um acervo maior das verbas. Mas nós temos de ser cada vez mais democráticos e federalistas. Tenho certeza de que a Ancine já tem esse papel, esse perfil, e a sua ida para lá vai contribuir muito nesse esforço.

Eu queria também acrescer, antes que meu tempo se exaura, que a questão da gestão na área cultural é fundamental. Sua experiência na gestão de organizações não governamentais e na Secretaria Municipal do Rio de Janeiro poderá contribuir para algo que disse na sua exposição e que soa como música aos nossos ouvidos: desburocratizar, simplificar, facilitar – ainda mais na área cultural. As pessoas, as personalidades renomadas que aplaudimos, da área cultural, muitas vezes não têm nem o gosto pela questão burocrática – que, aliás, de fato não é fácil, Senador Roberto. Nós sabemos que a questão burocrática muitas vezes é espinhosa e acaba levando a controvérsias e até desconhecimentos. Por isso mesmo, essa questão da facilitação da relação entre o Poder Público e os profissionais da área...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... do cinema deve ser encarada com muita seriedade. Quero parabenizá-lo por tocar nesse tema e estimular que V. Sª e seus pares na Ancine o desenvolvam bem, facilitando a vida de todos que estão sob o pálio da atividade cinematográfica.

Quero, por fim, concluindo a minha intervenção, não só parabenizá-lo mas dizer que estaremos aqui ao seu dispor, exatamente com o objetivo de colaborar com uma indústria que é fundamental não só do ponto de vista econômico e cultural, mas fundamentalmente – e aí concluo – para nossa identidade nacional. Não há nada mais importante para o sentido de Nação e de Pátria do que ter uma cultura sólida, e o cinema, uma das Sete Artes, é, naturalmente, um pilar fundamental, até pelo potencial de popularização e de inserção na sociedade que ele, quase como uma atividade de massa, pode levar, com seus números, ao conhecimento de todos.

Parabéns, e boa sorte!

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quero registrar que esta audiência está tendo a participação de dois ex-Ministros: a ex-Ministra da Cultura, Senadora Marta Suplicy, e o ex-Ministro do Esporte, Deputado Orlando Silva.

Para usar da palavra, o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Só fazendo um registro, eu também sou um ex-Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É verdade, Senador!

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Ex-Ministro da Pesca e Aquicultura. Então, há três Ministros aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Três ex-Ministros.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Três ex-Ministros presentes nesta audiência.

Eu quero cumprimentar o Dr. Sérgio Henrique Sá Leitão. Já estivemos juntos lá no Rio de Janeiro. Ele me visitou lá no meu gabinete, no Estado do Rio, na cidade do Rio de Janeiro, e lá nós pudemos conversar exatamente sobre esse momento que ele nos colocou ali, explicando a sua carreira, a sua história. E, a partir daquele momento em que nós conversamos – até com tempo, tranquilamente, tomando um café –, eu disse que nós estaríamos apoiando a sua indicação, apoiando que ele realmente fosse conduzido a esse posto tão importante na Ancine.

Nós ouvimos aqui os Senadores, e as perguntas – como disse o nosso Senador Anastasia – foram todas na mesma linha. Mas duas coisas que foram citadas pelo Senador Anastasia eu quero reforçar aqui: a questão da desburocratização, que foi citada pelo Senador, e também a questão da descentralização.

Eu creio que isso está bem claro no seu rumo, na direção do seu trabalho que vai ser desenvolvido, tenho certeza, à frente da Ancine, com a nossa aprovação. Seu histórico garante isso. Eu ouvi parte dos seus dados iniciais – ouvi no gabinete – e, depois, já vim para cá, pois não poderia deixar de cumprimentá-lo, de participar da votação e, claro, apoiar, como já tinha dito anteriormente, a sua indicação. Parabéns!

Eu também, como ouvi aqui, sou amante do cinema, gosto muito de bons filmes. E um detalhe interessante: o cinema é uma coisa tão maravilhosa que a gente conhece tantos lugares, tantas culturas, tantas coisas através do cinema! Eu acho uma coisa muito bacana quando vejo um lugar, por exemplo, no cinema, e depois eu tenho a oportunidade de conhecer esse local pessoalmente.

Então, o cinema tem essa força, seja ele no documentário, seja ele na ficção, seja ele na ação, na aventura, no drama, no suspense. Enfim, o cinema tem realmente essa força para atrair, e não é à toa que é considerado a Sétima Arte.

Então, Sérgio, quero aqui cumprimentá-lo e parabenizá-lo, porque eu tenho certeza de que, à frente da Ancine, com aquilo que você já tem em mente para trabalhar junto com aqueles que serão os seus companheiros, fará um trabalho exitoso. Desejo todo o sucesso para você e para toda a equipe da Ancine.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Continuando, passo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu queria, primeiro, saudar a escolha do perfil escolhido para esse cargo e também lembrar que, quando Ministra de Cultura, nós levamos também à recondução como presidente da Ancine o Manoel Rangel, que também fez um bom trabalho na Ancine, um excelente trabalho, que mudou a questão do cinema no Brasil. Inclusive, o montante – eu diria – dos recursos para a Ancine, tanto no governo Lula como no governo Dilma, foi assegurado. Isso fez uma diferença também bastante grande, e eu espero que esse olhar da importância permaneça.

Foi mencionada pelo Senador Anastasia – mas isso era uma frase também minha na Cultura, dia sim e outro também – a importância do *soft power.* Só quem não vê a dimensão do que é o *soft power*, do poder do *soft power* entre as nações não entende o poder do cinema, porque a imagem americana foi feita em grande parte por Hollywood. Muito do que nós pensamos sobre a França também – aí entra também a literatura, a gastronomia; o *soft power* diz tudo. E, na Itália, o cinema italiano povoou grande parte das nossas juventudes, e até hoje é um marco para a Itália.

Então, nós, no Brasil, estamos adquirindo um espaço muito especial no cinema. É um nicho, eu diria. Às vezes, a gente erra nas nossas indicações; às vezes, não conseguimos ir para lá ou para cá, mas na maioria das vezes eu acredito que a gente não tem caminhado para trás. Ao contrário, nós estamos indo para frente, e eu espero que a sua direção nesse nicho também vá nesse ritmo.

Eu tinha duas perguntas, basicamente. Três! A primeira é uma curiosidade, porque V. Sª vem da iniciativa privada. Como isso agrega para a gestão pública?

A outra é: como avalia e qual a posição que terá sobre o Brasil de Todas as Telas – eu o considero um programa de excelência – e qual a sua proposta, a sua avaliação sobre a continuação desse programa?

Por último, que proposta V. Sª tem para o marco regulatório para o *video on demand*? Porque essa vai ser uma das grandes questões a serem resolvidas agora.

São essas as minhas preocupações.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, permita-me só um segundinho. É que eu queria aqui também saudar o cineasta Manoel Rangel, que deixa agora a presidência da Ancine; saudá-lo pelo reconhecimento do importante trabalho que ele fez quando esteve à frente da Ancine.

Destaco aqui, por exemplo, duas iniciativas: o papel de articulação em prol da aprovação, Senadora Marta, da Lei 12.485, que trata do novo marco regulatório da televisão paga no Brasil, a lei que foi responsável por estabelecer cotas para filmes e obras audiovisuais brasileiras; e destaco também Lei 12.599, que instituiu o Cinema Perto de Você. Ele, inclusive, foi para a Ancine na gestão da Ministra Marta Suplicy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, fica aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nossa saudação ao cineasta Manoel Rangel pelo importante papel que desempenhou à frente da Ancine, em prol do fortalecimento do audiovisual e do cinema brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Creio que todos podemos assinar esse tipo de manifestação, incorporá-la.

O Senador deseja usar da palavra? (*Pausa.*)

Não?

Então, vou passar a palavra para as considerações finais do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão.

Obrigada.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO – Muito obrigado, Senadora.

Eu gostaria de agradecer todos os Senadores e Senadoras pelas palavras e também pelas perguntas. Parecem-me todas muito importantes. Eu vou procurar aqui dar conta de tudo o que foi colocado, de forma sintética, até para não nos estendermos muito.

Em relação à questão da regionalização, eu me sinto muito à vontade para afirmar que o meu compromisso com a ideia de que a política de audiovisual de um país tão grande quanto o Brasil precisa contemplar toda a nossa dimensão territorial e, portanto, todas as Regiões que compõem esta vasta Nação, na verdade, não é apenas um compromisso retórico.

Eu tive a oportunidade de, nos últimos anos, me reunir e participar de eventos em vários Estados da Federação, sempre procurando compartilhar e dividir a minha experiência à frente da RioFilme, com os produtores, os realizadores, cineastas e também com autoridades públicas de diversos Estados – eu poderia citar aqui Minas Gerais, poderia citar Bahia, Pernambuco, Pará, Distrito Federal, Rio Grande do Sul. Enfim, eu estive em todos esses lugares sempre com o intuito de dividir e compartilhar a experiência da RioFilme. Sempre que fui chamado, compareci justamente por apostar que essa experiência da RioFilme poderia ser uma espécie de um paradigma para outras Regiões e para outros Estados do País. E fiquei muito feliz porque a experiência da RioFilme estimulou a criação em São Paulo da SPCINE e estimulou movimentos em vários outros Estados. Na Bahia, estive lá em duas ocasiões, discutindo a criação da Bahia Filmes. Estive, em diversas ocasiões, em Minas Gerais, Senador Anastasia, e lá há um movimento muito forte envolvendo não apenas as autoridades públicas, mas sobretudo os realizadores, os cineastas, os produtores, que estão se articulando para de fato constituir em Minas Gerais um polo de produção audiovisual, mas de uma forma bastante consistente, com formulações baseadas não apenas em impressões ou achismos, mas em dados – um trabalho de levantamento de dados muito consistente. Enfim, eu estive lá procurando apoiar essa iniciativa e compartilhando a experiência da RioFilme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu posso dizer aqui aos senhores e às senhoras que o meu compromisso com a regionalização não é apenas retórico, é um compromisso prático. Eu venho fazendo isso e acho que, uma vez na diretoria da Ancine, terei mais instrumentos para contribuir para a criação de polos regionais de criação, desenvolvimento e produção de conteúdo audiovisual.

Acho que uma das características da era em que nós vivemos é que os meios de produção deixaram de ser diferenciais. Com as novas tecnologias... Aliás, não só os meios de produção, mas também os meios de difusão. Então, hoje, há muito mais acesso, o custo é muito menor, e as condições para que propriedades intelectuais sejam desenvolvidas em qualquer recanto do Brasil, de modo geral, estão dadas.

Mas, para que isso aconteça com mais efetividade, o que nós precisamos fazer – e acho este um dos pontos mais importantes – é um programa nacional de formação e capacitação na área audiovisual...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO – ... que englobe todo o País e que, inclusive, envolva a vinda de profissionais de fora do Brasil, dos grandes polos de produção audiovisual do mundo, que possam vir aqui compartilhar o seu *know-how* conosco para que nós possamos elevar a massa crítica e dar mais oportunidades para que os talentos no País inteiro possam de fato aflorar. A questão central hoje, no mundo do audiovisual, é o conteúdo. O conteúdo hoje é o rei, o conteúdo dá as cartas. Portanto, é uma atividade que se baseia na criação, na gestão e na exploração de propriedade intelectual. E é aí que está o valor agregado: na propriedade intelectual. Um roteiro pode surgir, pode ser escrito em qualquer lugar do Brasil, e muito pode, inclusive, ser produzido, virar produto, e pode virar obra em muitos lugares diferentes. E penso que a Ancine pode de fato contribuir, sobretudo através do diálogo com o setor audiovisual de cada uma das nossas Regiões, de cada um dos Estados. Como eu disse, eu tenho visto muito vontade, muito desejo de que isso aconteça. E acho que o nosso papel como Agência Nacional do Cinema é dar os instrumentos, é apoiar e estimular para que isso efetivamente aconteça.

E aí eu faço uma conexão com a questão da desburocratização, que foi mencionada pelo Senador Anastasia e por vários Senadores aqui também e que me parece uma questão chave, essencial. Hoje, de fato, o excesso de burocracia que há no trabalho da própria agência acaba se constituindo como um fardo que pesa sobre a atividade e que, de alguma maneira, atrapalha o seu pleno desenvolvimento – e acho que não é do interesse de ninguém que isso aconteça. Muitas vezes são processos que vão se constituindo e se estabelecem, mas que, às vezes, contrariam, inclusive, o próprio bom senso.

Acho fundamental que possamos empreender na Ancine uma revisão do conjunto de instruções normativas que regulam o trabalho da agência, com essa diretriz, com esse viés, que é o da desburocratização, da simplificação, do destravamento, para que nós possamos, inclusive, fazer com que a Ancine se atenha e realize – aí, sim, com excelência – as suas atribuições legais. Nada a mais, nada além disso. E acho que, para isso, é fundamental empreender um processo de revisão das instruções normativas. E isso deve ser feito com ampla participação dos interessados de todos os segmentos que são de alguma forma afetados por isso e também com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma ampla participação dos servidores da agência, que estão ali no dia a dia da operação e que têm uma visão, eu diria, muito aprofundada do que funciona, do que não funciona, do que é necessário, do que é desnecessário. E tenho a impressão de que, com isso, nós estaremos fazendo um grande bem a essa atividade, permitindo que os nossos criadores, os nossos profissionais, os nossos artistas possam realizar o seu trabalho de forma mais eficiente e mais dinâmica.

A Senadora Fátima trouxe aqui a questão dos Pontos de Cultura. Uma das coisas de que eu tenho mais orgulho foi justamente ter participado, na gestão do Ministro Gilberto Gil, da gestação desse programa. E, depois, como Secretário Municipal de Cultura, em parceria com o Ministério da Cultura na gestão da Senadora Marta Suplicy, nós implantamos esse programa no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro, por razões até de ordem política, ficou à parte desse programa, e nós pudemos, por meio de um convênio entre a Prefeitura do Rio e o Ministério da Cultura – e a Senadora Marta foi uma entusiasta disso desde o início –, criar cem Pontos de Cultura na cidade do Rio, seis Pontões de Cultura, sendo que, desses cem Pontos de Cultura, 20 eram cineclubes.

E aí a sua questão relacionada aos cineclubes, Senadora Lídice. Nós pudemos apoiar o trabalho de 20 cineclubes em comunidades, na periferia da cidade. E cineclubes que não apenas trabalhavam a questão da difusão do audiovisual brasileiro, mas também a formação e a capacitação de jovens cineastas.

Eu lembro até...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos exatamente que isso volte.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO – Isso. Exatamente. Já temos aí um instrumental. Já temos as referências. Eu acho que é uma questão de trazer isso à tona.

Eu lembro aqui, Cacá, que nós fizemos todo aquele processo do Cinco Vezes Favela, numa parceria da RioFilme com a Luz Mágica, que é a produtora do cineasta Cacá Diegues. Houve – acho que todos aqui devem se lembrar – um filme chamado Cinco Vezes Favela, que mostrava histórias passadas em favelas do Rio de Janeiro, filmadas por cineastas consagrados, conhecidos e tudo mais.

Em 2010, o Cacá veio com a ideia de que nós deveríamos fazer um projeto semelhante, mas dessa vez os filmes seriam dirigidos, produzidos e muitas vezes realizados, quase em sua plenitude, por cineastas e profissionais oriundos das favelas, moradores das favelas. Então, foi feito todo um processo de seleção de histórias, de elaboração de argumentos, e depois de roteiros, e depois de seleção de pessoas que participariam, quem seriam os diretores, todos os diretores dos filmes moradores de favelas... E a RioFilme, na minha gestão, apoiou de forma decisiva esse projeto, permitindo que ele se viabilizasse, e disso resultou um filme maravilhoso, chamado Cinco Vezes Favela, que foi, inclusive, um filme que teve um desempenho, nos cinemas, até surpreendente para muita gente. Ou seja, foi um filme popular, de sucesso comercial, e que levou essa geração de cineastas de favela ao Festival de Cannes. Um dos momentos mais emocionantes que eu pude vivenciar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

constatar foi ver aqueles meninos e meninas das favelas do Rio de Janeiro, que dirigiram, atuaram e trabalharam nesses pequenos filmes que constituíram o filme grande, subindo aquele tapete vermelho do Festival de Cannes, com aquelas milhares de lentes e câmeras fotografando-os e mostrando-os, exatamente o mesmo percurso que grandes cineastas como Steven Spielberg e tantos outros fazem regularmente.

Eu acho que isso mostra que nós precisamos, de fato, ter como norte, em tudo que nós fazemos no campo da cultura, a questão da democratização do acesso. E acho que isso é algo que eu pretendo levar, até em função dessa minha experiência.

O próprio Senador Roberto Muniz trouxe à tona um exemplo também, que foi a criação do CineCarioca Nova Brasília, que é o primeiro cinema 3D de projeção digital numa favela, no Rio de Janeiro. É uma experiência que já tem seis anos, e é o cinema no Brasil que tem a maior taxa de ocupação. Fizemos uma pesquisa, logo no terceiro mês de existência do cinema, e constatamos que 91% do público jamais haviam estado dentro de um cinema antes.

Então, a ideia de criação de cinemas em comunidades, em periferias, em cidades onde não há cinemas... Nós temos cinemas, hoje, no Brasil, em menos de 10% dos Municípios brasileiros, e a Ancine pode, de fato, ser uma apoiadora decisiva desse processo. Isso é algo que faz todo o sentido dentro de uma lógica de democratização do acesso.

Com isso, eu acho que dei conta aqui das principais questões.

Eu gostaria de me colocar à inteira disposição dos Srs. Senadores, para, inclusive, responder diretamente...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E a cinemateca nacional?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO – Ah, sim, sim... Perdão! Eu vou chegar à cinemateca.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO – Isso. Exatamente.

Eu defendo que pelo menos 5% dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual sejam empregados numa política nacional de conservação, preservação e difusão comunitária de filmes. Acho que nós temos um órgão, no âmbito do Governo Federal, que está plenamente capacitado para liderar essa política que é a Cinemateca Brasileira, órgão que é ligado à Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, e acho que a Ancine pode dar uma grande contribuição, porque, como é a gestora do Fundo Setorial do Audiovisual, ela pode empregar os recursos para que isso aconteça. Eu assumo aqui, com os senhores, o compromisso de lutar por essa bandeira, para que 5% dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual sejam destinados a uma política de conservação e preservação, que é absolutamente fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, claro, Senadora, estaremos na Ancine empreendendo a luta para que os recursos do Fundo Setorial, que, como os Srs. Senadores sabem, são oriundos da própria atividade... Então, não são recursos oriundos do Tesouro Nacional; são da própria atividade, por meio de uma Cide, que é a Condecine, que incide sobre todos os negócios realizados no âmbito do setor. Então, como eu dizia, estaremos lutando para que esses recursos não sejam contingenciados e cumpram a sua destinação legal e constitucional de apoiar o desenvolvimento desse setor, que, como os senhores mesmos disseram, é tão importante para o desenvolvimento do Brasil.

Então, eu me despeço aqui, agradecendo tudo o que foi dito e a todos os senhores e senhoras e a todos que puderam comparecer aqui.

Termino fazendo uma homenagem a outro grande mestre do cinema brasileiro, que está aqui presente. Já havíamos falado de Cacá Diegues, e temos agora aqui também Vladimir Carvalho, que nos abrilhanta com a sua presença. Eu gostaria de fazer uma homenagem a ele. (*Palmas.*)

Tivemos aqui também o secretário-executivo do Ministério da Cultura, também cineasta, João Batista de Andrade.

Muito obrigado a todos pela presença e pela atenção. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu queria encerrar a votação.

V. Exª precisa falar?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – É rapidinho, Srª Presidente, até porque também os nossos internautas estão nos assistindo.

Eu quero, inicialmente, parabenizar aqui o Senador Roberto Muniz pelo brilhante relatório.

Dr. Sérgio – ou Sérgio –, eu quero também dizer que no nosso Estado, Mato Grosso, alguns cineastas estão assistindo a esta audiência pública. O cineasta Bruno Bini coloca aqui alguma coisa que V. Sª já respondeu, mas eu vou ler rapidamente.

> Há alguns tópicos importantes, considerando todo o processo de democratização adotado pela Ancine nos últimos anos. Um ponto forte é o dos 30% para Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Outro é o programa Brasil de Todas as Telas e, principalmente, os arranjos regionais que juntam recursos federais com recursos estaduais e municipais para os editais. Isso trouxe resultados muito bons para os Estados, principalmente no caso de Mato Grosso, que começou a retomar sua produção audiovisual depois de um período de poucos investimentos. Então, é bom ter um compromisso de manutenção do Brasil de Todas as Telas, que V. Sª já colocou. Além disso, como a Ancine poderia contribuir no processo de distribuição de obras audiovisuais dos Estados periféricos?

Isso também já foi aqui colocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

De que forma a agência pode contribuir para fortalecer a manutenção e criação das salas de cinema de rua numa luta contra as grandes cadeias, que limitam a presença de obras nacionais e internacionais?

E a Lei do Curta, que garante a exibição de curtas-metragens antes dos longas; como fazer com que ela funcione?

Como já foi bastante extensa, eu só queria questionar exatamente de que forma essas salas de cinema que são privadas poderiam ter alguma coisa de intervenção da Ancine para que, de uma forma, para as crianças... Alguém já disse aqui que assistiu e estava no céu, não precisou nem morrer; foi dentro do cinema que ele se sentiu no céu. De que forma a gente, principalmente no interior, poderia utilizar – agora muitos *shoppings* abriram praças de cinema –; que programa nós aqui, inclusive como Parlamentares, poderíamos trabalhar em parceria com a Ancine, até em termos de colocação no orçamento de uma rubrica nacional, para que tivéssemos essa participação em todos os Municípios em que existe sala, mas que não é democratizada porque as pessoas mais humildes não têm como ir lá e pagar o ingresso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO – Senador, muito obrigado pela...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Só um minutinho.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO – Claro.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Antes de V. Sª falar, o Senador pediu a palavra pela ordem, para um encaminhamento de urgência.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Srª Presidente, nos termos regimentais, eu requeiro a urgência para a Mensagem nº 16, de 2017, que submete o nome do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de diretor na Agência Nacional do Cinema (Ancine).

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – De acordo com o Regimento, primeiro nós proclamaremos o resultado da votação para posteriormente apreciar. De qualquer forma...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Já há a certeza do Relator de que vai ser por unanimidade.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida.

Vou passar a Presidência à Senadora Marta Suplicy, porque tenho um compromisso inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pode abrir o painel, por favor.

Está encerrada a votação. Vamos abrir o painel para os resultados.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – SIM, 15; NÃO, 1.

Aprovado. (*Palmas.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, agora podendo fazer o requerimento, solicito a urgência nessa mensagem da indicação do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aproveito para parabenizá-lo pelo relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Encerrada a reunião, convoco para o dia 18 de abril, terça-feira, às 11h, reunião ordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Airton Sandoval e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Dalirio Beber, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, João Capiberibe, Cristovam Buarque, Thieres Pinto, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Wellington Fagundes, Hélio José, Wilder Morais e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Romero Jucá, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Gladson Cameli, Lídice da Mata e Fernando Collor. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor para o biênio 2017/2018. **Resultado:** Reunião realizada. Foram eleitos: Senador Ataídes Oliveira para Presidente e Senador Airton Sandoval para Vice-Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Senador Airton Sandoval

Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Bom dia a todos.

Estou aqui exercendo o privilégio da idade.

Havendo número legal, declaro aberta a 1ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio de 2017/2018.

Consulto os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição, primeiro, do Presidente da Comissão e, após, à eleição do Vice-Presidente. (*Pausa.*)

De acordo.

Como candidato a Presidente, temos o Senador Ataídes Oliveira.

Consulto os Srs. Senadores se concordam com a eleição do Senador Ataídes para a Presidência por aclamação.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. *Fora do microfone.*) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Com a concordância, aprovado.

Não havendo objeção, declaro eleito o Senador Ataídes Oliveira Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Convido o Senador Ataídes Oliveira para ocupar o seu lugar de Presidente à mesa para a condução dos trabalhos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos.

Primeiramente, quero agradecer a Deus. Agradeço aos nossos pares, o Senador Dalirio, o Senador Dário, o Senador Capiberibe, o nosso amigo Thieres, o Senador Davi Alcolumbre, e o nosso Presidente, que acabou de instalar esta Comissão, Senador Airton Sandoval.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero fazer uma pequena fala, coisa de três minutos, mas vamos passar agora à eleição do Vice-Presidente desta Comissão, que será sem sombra de dúvida de muita importância para o nosso Parlamento, especialmente para o povo brasileiro.

Foram apresentadas as seguintes candidaturas: Airton Sandoval como vice.

Consulto os Senadores se podemos fazer a eleição também do vice por aclamação. Podemos?

Não havendo nenhuma rejeição ao nome do nosso colega, ele, então, está efetivado no cargo de Vice-Presidente desta douta Comissão.

E aproveito para dizer que para mim é um privilégio muito grande porque eu ainda acabei de conhecer o Senador Airton Sandoval. Porém, temos informações extraordinárias, Senador, e agora Vice-Presidente desta Comissão, sobre a história política de V. Exª, a competência que lhe é peculiar. Assim sendo, não tenho dúvida de que irei aprender muito com V. Exª, e juntos nesta mesa com os nossos companheiros aqui titulares e suplentes desta Comissão iremos, sem sombra de dúvida, prestar um grande serviço à nossa Nação.

Portanto, é uma honra e, ao mesmo tempo, um desafio enorme assumir a Presidência desta Comissão num momento em que nosso País está calejado por tantos escândalos de corrupção, por tantos desmandos, por tanta irresponsabilidade. Transparência deixou de ser um princípio democrático genérico. Um grande juiz norte-americano disse que a melhor transparência em combate à corrupção é quando você joga luz sobre ela. E essa é uma das atribuições desta Comissão, que, é bom que se diga, foi criada pelo nosso querido Senador Capiberibe, a Comissão de Transparência e Governança, que agora ficou Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle – mais ético e digno, que todos queremos.

A indignação diante da corrupção institucionalizada e da má gestão da máquina pública, outro pecado capital que vem corroendo nossa economia, também dá dimensão ainda maior a uma das atribuições constitucionais deste Parlamento, ou seja, a fiscalização. Mais do que nunca é nosso dever fiscalizar e controlar cada ato, cada projeto, cada iniciativa do Poder Executivo. Temos que ser rigorosos ao cobrar lisura, investigar e fechar todas as brechas possíveis para eventuais malfeitos. Essa fiscalização rigorosa passará longe de qualquer posição político-partidária, de qualquer sentido de retaliação a quem quer que seja.

É um dever institucional fundamental para o fortalecimento do Senado Federal e de nossa democracia – fundamental, acima de tudo, para a boa execução de práticas públicas. É uma resposta à sociedade brasileira, que já não suporta mais as irregularidades, esta danosa corrupção em que o País se viu mergulhado nos últimos tempos. É esse, portanto, o desafio que temos pela frente e que, tenho certeza de que saberemos, ou saberei, melhor dizendo, cumprir com firmeza, com o apoio e com a participação de cada um dos Srs. e Srªs Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Eu pretendo, meus colegas Senadores... Eu sei que esta Comissão terá muitos desafios. Nós estamos em um momento realmente muito delicado no nosso País e nós sabemos que a oposição é muito competente no que faz – isso é bom que se diga. No que se faz com relação à oposição, eu não tenho dúvida, Senador Airton Sandoval, nós vamos ter muitos desafios aqui, mas eu peço a Deus que nos dê muito equilíbrio. Espero que haja nesta Comissão, e vai haver, muitos debates calorosos, não tenho dúvida disso, mas que o respeito entre os nossos colegas, os nossos convidados, seja mantido, seja fundamentalmente respeitado. Isto é o que eu espero que aconteça nesta Comissão.

Eu queria hoje, então, só fazer aqui uma solicitação. Regimentalmente, o horário fixado para as nossas reuniões ordinárias está previsto para as terças-feiras, às 11h30. Este era o horário em que esta Comissão funcionava no passado, no biênio 15/16. Eu vejo que esse horário não é de bom alvitre para nós. Volto a repetir, aqui vai haver muitos pontos interessantíssimos e aí vai começar às 11h30 e vai até às 15h, talvez até às 16h, e vai ser difícil mantermos quórum aqui, nesta Comissão. Então, eu gostaria de propor aos senhores mudar, então, para as quartas-feiras, que nós temos menos comissões em funcionamento às quartas-feiras, e às 9h da manhã.

Eu gostaria de ouvir de V. Exªs se concordam. Se concordam, nós já vamos marcar para a próxima semana, para a quarta. É o feriado? Se não houver o feriado.... Não há o feriado. Então, quarta-feira, às 9 horas, passará a funcionar esta Comissão.

Gostaria de ouvir de V. Exªs se estão de acordo ou não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Ataídes, primeiro, eu quero parabenizá-lo pela eleição tanto sua quanto do Senador Sandoval, por aclamação, para Presidente e para Vice-Presidente da Comissão de Transparência e Controle do Senado Federal. Esta Comissão tem, como V.Exª colocou, um papel muito importante não só no que se refere à questão da transparência agora, mas também no sentido de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

Como eu sempre comentava na Comissão de Meio Ambiente, que tinha controle e fiscalização, e eu quero novamente colocar aqui para V. Exª, a gente teria que estudar essa questão do controle e da fiscalização em tempo real, ou seja, não deixar acontecerem os malfeitos para tentar corrigi-los anos depois, quando não décadas depois. Então, se a gente pudesse – V. Exª com certeza vai buscar a forma de fazer isso – ter um acompanhamento, se não de todas, mas pelo menos daquelas que são mais importantes de serem efetivamente acompanhadas, como dever ser, porque é obrigação nossa, do Congresso, acompanhar e fiscalizar a aplicação desses recursos...

Eu tenho certeza de que nós vamos ter um biênio muito proveitoso com a Presidência de V. Exª e a Vice-Presidência do Senador Sandoval.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação ao dia e hora da Comissão, eu não tenho aqui de pronto quais as comissões que já estão funcionando na quarta-feira. Seria bom que soubéssemos quais as comissões em funcionamento para buscarmos um horário adequado para não haver problema de quórum. Sei que na quarta-feira temos a CCJ, às 10 horas, o que toma o tempo de todos. Temos, às 8h30, a CDR e a CCT; temos CAS às 9 horas; CCJ às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito. Às terças, Senador, nós temos CAE, Educação...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso! CAS.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... a CTFC, a CDH, a CI. Então, nós temos uma, duas, três, quatro, cinco, na terça-feira. Repetindo: CAE, CE, CTFC, CDH e CI, na terça. Na quarta, nós temos: CCJ, CMA, CCT e CDR. Então, nós temos quatro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E CAS.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É na quinta. CAS é na quinta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, é quarta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Ah, estão fazendo às quartas.

Então, cinco na terça e cinco na quarta. Se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come.

Na quinta-feira, vamos ter dificuldades. Então, continuo propondo na quarta-feira, às 9h. Senão terça, às 9h. Com esse horário de 11h30 é que acho que não vamos ter sucesso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Bom, eu acredito que, nesse horário de 11h30, nós já possamos ter passado nas outras comissões, verificado os interesses de cada Estado, para que possamos vir, então, para a Comissão de Transparência, Controle e Fiscalização.

Acho que às 9h nós vamos, de novo, ter CDR, CCT e CAS.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só como sugestão. Se meus Pares decidirem por 9h, vamos fazer na terça, às 9h.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Presidente Ataídes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O problema, Presidente, é que Deus criou o mundo e estabeleceu uma semana de sete dias e o Senado a comprime em dois. Aí é inconciliável. Essa que é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É verdade.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Você estar em cinco comissões, em três comissões... Cada um de nós participa de várias comissões, duas, três, todo dia, e mais outras agendas. Por exemplo, neste momento, você tem a reunião das lideranças, com o Presidente, tem a CCJ, com um debate importante. Enfim, acho que isso não equaciona o nosso problema do quórum. O que equaciona o problema do quórum é a qualidade dos projetos em debate. É isso que termina atraindo os Senadores para o debate.

Acho que, além da transparência e governança, nós acrescentamos o controle e a fiscalização, que é uma decorrência da transparência...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E a defesa do consumidor.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... decorre da transparência.

Eu ouvi, com muita atenção, a proposta do Senador sobre o controle social. A ideia é prevenir. É isso, não é, Senador Flexa Ribeiro? Propõe que a gente trabalhe a prevenção, faça o acompanhamento para prevenir que aconteça o desvio de recursos públicos. E parece-me que a gente pode contar com o conjunto da sociedade brasileira para o cumprimento dessa tarefa, estimulando o controle social, a participação da sociedade, porque, de fato, os dados estão disponíveis. Só que temos hoje um problema: antes, não tínhamos informação; hoje, temos um excesso de informação.

Então, temos que nos debruçar em como legislar para aproveitar as informações disponíveis hoje em todos os portais de transparência. E o Governo Federal tem o melhor exemplo de transparência. Ocupamos hoje, na cena internacional, um espaço grande em relação à transparência dos gastos públicos do Governo Federal.

E aí temos que ver como legislar aqui e como estimular esse controle social, como a sociedade pode acompanhar e pode nos alertar também. Porque, se abrirmos para ouvir a sociedade como um todo, acho que as informações sobre dúvidas ou sobre comportamentos de alguns entes públicos podem nos chegar antes, e aí poderemos tomar providências para que, de fato, não aconteçam.

A corrupção no Brasil é sistêmica. Ela não é um desvio de comportamento pessoal de A, B ou C. É um sistema e esse sistema está ancorado pelo poder político, com uma participação ativa da economia, dos agentes econômicos. Há uma associação entre a política... Nós estamos vendo isso com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

muita clareza, pela primeira vez, no nosso País. As investigações estão nos mostrando que a corrupção não é praticada apenas pelos agentes políticos, tem de haver uma associação com o agente econômico. Eles estão juntos nessa prática que está levando o País a consequências que não conseguimos nem vislumbrar.

Eu acho que esta comissão tem um papel fundamental na mobilização da sociedade para o exercício do controle social e para a prevenção, como quer o Senador Flexa Ribeiro. Nós vamos pensar muito nisso. Nós vamos trabalhar exatamente esta fase. Nós avançamos muito. Temos três leis importantíssimas no País que abriram o Estado brasileiro ao conhecimento do cidadão e, antes delas, não se sabia de nada. É a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2001, a Lei nº 101, de 2001, que já estabeleceu regras para disponibilizar informações, mesmo que essas informações fossem mais técnicas, com relatórios de execuções orçamentárias para leitura de gente mais especializada. Depois, a Lei Complementar nº 131, de 2009, que é de nossa autoria. Essa é uma lei ativa, que obrigou o Estado a expor, em tempo real, as suas receitas e despesas públicas. E, por último, a Lei de Acesso à Informação. São três leis que ancoram a transparência no País.

Agora nós temos que partir para o próximo passo, que é legislar para possibilitar o controle social, para ampliá-lo, em vez de reservar esse controle para as instituições. E nós estamos vendo que essas instituições também estão absurdamente comprometidas com a corrupção. Na semana passada, dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, prenderam cinco. Dos conselheiros do Tribunal de Contas da União, há dois ou três que estão sendo investigados. Então, nós já sabemos que não dá para colocar nas mãos apenas das instituições o controle da corrupção, pelo fato de ela ser sistêmica. É necessário que haja, de fato, controle social. E esta comissão tem esta tarefa de abrir possibilidade para a sociedade brasileira exercitar esse controle.

Obrigado, Presidente. Parabéns!

Desejo uma boa condução a esta Comissão. E sucesso nesta missão!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Capiberibe.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Presidente Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Primeiro, aproveito este espaço para desejar a V. Exª sucesso nessa nova empreitada que inicia no dia de hoje, ao lado do Senador Airton Sandoval, com a missão de construir esta Comissão, que recebe hoje, por intermédio de um projeto de resolução do Senado Federal, que foi aprovado na CCJ, um reforço ainda maior na questão da transparência, da fiscalização, do controle, da defesa do consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, será uma comissão e uma Presidência inéditas na história do Senado Federal, porque se constituiu esta comissão, a partir de hoje, com um novo modelo, com novos moldes, para que possamos fazer esse exercício da fiscalização e da transparência do recurso público, que, com certeza, é a principal tarefa de Senadores e Deputados Federais no trabalho de fiscalização do recurso público.

Além de legislar, logicamente, devemos propor a legislação para alterar as leis nacionais. Nesse sentido, faço das palavras do Senador Capiberibe e do Senador Flexa as minhas.

Entendo o que V. Exª propõe. Hoje já estava esta Comissão marcada para terça-feira, às 11h30, e V. Exª quer alterar para quarta. Eu concordo que seja alterada para quarta. Independentemente de terça ou quarta, nós teremos o mesmo nível e o mesmo ritmo de trabalho acelerado, como V. Exª teve a oportunidade de perceber ao relacionar as comissões que funcionam na terça e na quarta, mas há um ponto positivo. Eu gostaria de que fosse na quarta, porque, geralmente, na terça-feira, muitos Senadores ainda estão chegando a Brasília. Ou seja, a Comissão poderá ficar esvaziada na quarta pela atribuição de um Senador em outra comissão ou poderá contar com a presença dos Parlamentares, mas, na terça-feira, ela poderá ficar esvaziada pela ausência de Senadores no Senado Federal.

Então, acato a sugestão de V. Exª e gostaria de que pudéssemos estabelecer um horário mais adequado na quarta-feira – fica como sugestão quarta-feira. V. Exª, junto com o Plenário desta Comissão, decidirá o encaminhamento do melhor horário possível para que possamos participar. Falo em meu nome e, como membro titular desta Comissão, gostaria de ter uma participação ativa nesta Comissão ao lado de V. Exª e dos colegas Senadores e Senadoras. Nesse sentido, acho que a quarta-feira seria o dia mais adequado para contarmos não fisicamente com a presença dos Senadores nesta Comissão ou em outra, mas no Senado Federal, haja vista que grande parte dos Senadores chega a Brasília na terça-feira, depois de 10h, 11h, meio-dia.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente, também quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Dalirio e, depois, a Senadora Regina Sousa.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Primeiro, eu gostaria de cumprimentar V. Exª por ter sido escolhido, por unanimidade, para ser Presidente desta Comissão, bem como o Airton Sandoval, seu Vice-Presidente. Com certeza, teremos dois anos de grande e profícuo trabalho em torno de todos os assuntos que são agora pertinentes a esta Comissão.

De fato, acho que as ponderações feitas tanto pelo Flexa quanto pelo Capiberibe com relação ao alcance que se possa dar à ação da Comissão abordam não apenas aquilo que nós passamos a saber em função do que se contemplou, mas também tudo aquilo que pode ser agregado dentro dos temas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da transparência, da governança, da fiscalização e do controle, para que, de fato, nós possamos contribuir com o aprimoramento da nossa legislação, no sentido de fazer com que os órgãos todos saibam o que vem ocorrendo e atuem de forma a atender às expectativas da população brasileira.

Com relação à questão do horário, é realmente bastante complicado. Nós sabemos que terça e quarta são dois dias de grande trabalho no Senado, não só no plenário, mas sobretudo nas comissões. Muitas vezes, os Senadores até intercalam eventuais idas a ministérios para tratar de assuntos de interesse do próprio mandato parlamentar. Na quarta-feira, nós temos a CAS, às 9h, horário que coincide com o que foi sugerido aqui. Às 11h30, seria um horário melhor para nós – no meu caso, em particular –, mas respeitamos a decisão da maioria.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra a Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Primeiro, quero parabenizar os dois pela eleição.

Quero dizer, primeiro, que a gente está resumindo muito essa nossa semana parlamentar aqui. Eu tenho, na quarta-feira, a CDH, sou Presidente. A reunião ordinária deliberativa já é na quarta, e tenho muita dificuldade de vir. Eu tenho um problema sério de colocar o meu nome, como coloquei ali. Por isso vim, porque foram lá para pedir que eu colocasse. E não vir é muito ruim. Essa é uma prática que a população certamente não aprovaria se soubesse. Com essa história desses computadores para a gente assinar onde estiver, aí é que facilitou mesmo, todo mundo está presente em todo lugar. Ninguém é Deus! (*Risos.*)

Então, eu acho que é muito complicado comparecer na quarta-feira. Sei que sou voto vencido, parece-me que a discussão está terminando, mas estou colocando a minha dificuldade, porque é uma comissão da qual eu gostaria de participar, pois o tema é importante. A questão de gestão governamental, transparência governamental, é muito importante.

A gente precisa estender essa semana até quinta, porque na quinta-feira aqui não há quase ninguém. Eu fico aqui na quinta e ando, geralmente faço audiências públicas, mas não tem...

Não dá para a gente colocar isso para quinta-feira? Porque a gente também está reduzindo muito a semana aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Airton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Bom, eu fui surpreendido duplamente nesta Comissão. Primeiro, pela indicação do Líder para compor a Comissão e, depois, pelo privilégio da idade, de presidir a abertura e a instalação desta Comissão. Mas eu quero dizer aos colegas que eu me sinto muito confortável aqui. Vencidas, evidentemente, as primeiras exibições do novato, do noviciado, sinto-me bem à vontade, por uma razão muito simples. No início da minha vida profissional, prestei serviço a várias prefeituras da minha região exatamente fazendo a transição daquela escrituração que era manual, em grandes livros, para uma escrituração à máquina.

Posteriormente, não peguei a transição para a informática, porque, em 1974, elegi-me Deputado Federal e vim para Brasília, onde fiquei até 1993. Mas eu tive também o privilégio de, na Câmara dos Deputados, ocupar a Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas. Então, com a minha formação, além de técnico em contabilidade e advogado, acredito que eu possa dar a minha contribuição para os objetivos que tem esta Comissão, que é da maior importância. E vou estar aqui sempre à disposição dos companheiros e dos colegas.

Eu quero agradecer a confiança que estão depositando na minha pessoa. Espero corresponder a essa confiança.

O meu muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Airton.

Olha que coincidência interessante, eu também venho da contabilidade e do direito tributário. Olha que coincidência!

Senador Flexa, V. Exª colocou algo com muita sabedoria. Este é o grande problema do Brasil – só fecha a porta depois que o ladrão saiu. Nós temos falado isso, ao longo dos anos, não só na parte da corrupção, mas em relação ao problema da saúde no Brasil. Nunca se trata a causa, mas sim o efeito, sempre, sempre, no Brasil. Aquela saúde preventiva que era feita lá no passado... Eu morava em uma cidade muito pequena e me lembro de que havia um médico que ia às casas, com uma maletinha, procurar as pessoas. V. Exª colocou muito bem quando disse que nosso trabalho aqui tem que ser um trabalho preventivo. E nós temos, realmente, que trabalhar nessa linha, porque nós estamos – eu percebo – com um novo Brasil pela frente. Após essa Operação Lava Jato, após essa aprovação do controle de gastos aqui, no Congresso Nacional, e outros fatos mais importantes, inclusive na área política, nós vamos agora recomeçar este País. Para isso, nada melhor do que a gente fazer tudo preventivamente. Fico muito feliz em ouvir que a fala de V. Exª foi unânime aqui.

Voltando a tratar do dia e do horário desta Comissão, eu continuo insistindo, permitam-me, por favor. Porque, começando os trabalhos desta Comissão às 11h30 – repito, ela deve ser uma das Comissões mais requisitadas deste Senado Federal –, ela vai concluir seus trabalhos lá pelas 14h, 15h,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

talvez até às 16h. Como é que nós vamos ficar nesta Comissão sem o almoço? Não tem jeito, não é? Então, eu continuo achando que nós temos... Porque aqui não há outra saída. Na terça-feira, nós temos diversas comissões; na quarta, também. Então, vamos fazer na quarta. Eu já percebo que há não uma unanimidade, mas uma maioria. Vamos fazer às quartas, às 9h. Se não estiver bom, nós podemos – não é, Senador Airton? – levar novamente ao Plenário desta Comissão e mudar. Mas, a princípio, eu gostaria que V. Exªs começassem esses trabalhos às quartas-feiras, às 9h.

Quem concorda que seja às 9h de quarta-feira levante a mão.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Com a posição de V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isso.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Só eu e V. Exª. Não vou deixar V. Exª só no primeiro dia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Quarta-feira é o dia em que há mais Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, na terça-feira, às 9h. Vamos, então, iniciar às 9h da manhã?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. *Fora do microfone*.) – Meu voo chega às 10h. Mas tudo bem.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É tarde, é muito tarde. Eu acho que vamos ter problema, porque isso vai começar às 11h30, logo vem o almoço, não é?

Vamos fazer um teste. Gostaria de ter a compreensão de V. Exªs. Vamos começar na quarta-feira, às 9h. Se não der certo, mudamos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, só como sugestão: marque terça ou quarta-feira, às 8h, porque começa antes de todas.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k. Então, quarta-feira, às 8h.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pronto! Porque aí...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Às quartas, às 8h.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... começa antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Às 8h30. Vamos fazer às 8h30? Vamos fazer às 8h30?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Às 8h30, acho que já há aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Quarta-feira, às 8h30.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Há a CAS às 9h, e, às 8h30, a CCT.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, nós não vamos encontrar nenhum horário que não monte com outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos soltar a bola e, depois, a gente vê o que faz.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos ter que resolver no dia, em função, como disse o Senador Capiberibe, da pauta e do interesse de cada Senador em ter projetos para serem discutidos. Vamos experimentar. Não há como não fazer desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos fazer às quartas-feiras, então, às 8h30? Está fechado.

Não havendo mais outro assunto, encerro a aludida reunião. Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia onze de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Thieres Pinto, Armando Monteiro, José Pimentel, Pedro Chaves, Lídice da Mata, Vicentinho Alves, Paulo Rocha, Hélio José e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Romero Jucá, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Aviso 824-Seses-TCU-Plenário; Aviso 903-Seses-TCU-Plenário; Aviso 911-Seses-TCU-Plenário; Ofício nº 0098/2017-TCU- SEINFRARODOVIAAEROPORTO; Ofício 028/2017-Câmara Municipal de Itamarandiba-MG; Ofício nº 10227/EXP-Câmara Municipal de São José dos Campos-SP; Aviso 7-Seses-TCU-Plenário; Ofício EX nº 1278/2016-Câmara Municipal de Araraquara-SP; Ofício nº 06/2017/OUVI/SFB/MMA; Aviso nº 1047-GP/TCU; correspondência do Sr. Francisco Antonio Pace, pedindo providências necessárias para a resolução definitiva dos seus problemas com a prestadora GVT, TJ e Anatel; Aviso nº 1104-GP/TCU; Aviso 150-Seses-TCU-Plenário e, por derradeiro, Ofício 262/2017, do Senado Federal. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 2 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a Resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que permite às companhias aéreas cobrar pelo despacho de bagagem dos passageiros. Com a participação dos seguintes convidados: - José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; - Marilena Lazzarini, Presidente do Conselho Diretor Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec; - Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR; - Cláudio Candiota Filho, Presidente da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo – ANDEP. - Carlos Ebner, Country Director Brazil da International Air Transport Association – IATA." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 4 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Transparência, Governança, Fiscalização e controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir as altas taxas de juros cobradas pelas principais bandeiras de cartões de crédito. Com a participação dos seguintes convidados: - JOÃO PEDRO PARO, Mastercard Brasil S/C Ltda; - RÔMULO DIAS, Banco Bradesco Cartões S.A (AMERICAN EXPRESS); - EDUARDO GOUVEIA, Cielo S.A - FERNANDO TELES, Visa Administradora de Cartões de Crédito; - Rodrigo Cury, Superintendente Executivo de Cartões do Banco Santander; - Cesário Nakamura, Diretor da Bradesco Cartões; - Marcos Antônio Vaz de Magalhães, Diretor de Cartões do Banco Itaú; - Marcelo de Araújo Noronha, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; - Rogério Magno Panca, Diretor de Meios de Pagamento do Banco do Brasil; - Fábio Lenza, Vice-presidente de Produtos de Varejo da Caixa Econômica; - Cláudio Monteiro Considera – Presidente da Proteste – Associação de Consumidores - André Luiz Lopes dos Santos – Diretor do Departamento de Defesa do Consumidor – Ministério da Justiça." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado com aditamento, corrigindo-se o nome do Presidente da ABECS, Fernando Chacon. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 5 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de as gravíssimas denúncias referentes à "Operação Carne Fraca", deflagrada pela Polícia Federal. Com a participação dos seguintes convidados: - Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República; - Maurício Moscardi Grillo; Delegado da Polícia Federal; - Wesley Batista, Presidente da JBS; - Pedro de Andrade Faria; Presidente da BRF; - Responsável pela área de Fiscalização, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; - Jarbas Barbosa; Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; - Marilena Lazzarini, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC; - Armando Luiz Rovai; Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 6 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater a transparência e demais assuntos relacionados ao Sistema "S". Com a participação dos seguintes convidados: - Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI; - Clésio Andrade, presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT; - Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC; - João Martins da Silva Junior, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; - Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex-Brasil; - Luiz Augusto de Souza Ferreira; Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI; - Marcio Lopes de Freitas, Organização das Cooperativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasileiras - OCB;" **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 9 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a situação administrativa e financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Com a participação dos seguintes convidados: - Responsável pela Área de Fiscalização/Controle, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; - Guilherme Campos Júnior, Presidente Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; - André Luís Carvalho da Motta e Silva, Presidente da Postalis Instituto de Previdência Complementar; - Maria Inês, Presidente Associação dos Profissionais dos Correios - ADCAP; - José Rivaldo da Silva, Secretário Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares – FENTECT; - Marcos César Alves Silva; representante dos empregados no Conselho de Administração da ECT; - Amanda Gomes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal e Região do Entorno – SINTECT/DF." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 10 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a situação das obras Transnordestina, Ferrovia Norte-Sul e Transposição do Rio São Francisco. Com a participação dos seguintes convidados: - Bernardo Figueiredo, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; - Responsável pela Transposição do Rio São Francisco, do Ministério da Integração Nacional; - Responsável pela Área de Ferrovias, do Ministério da Integração Nacional; - Gustavo Bambini, Presidente da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários; - Mario Mondolfo, Presidente da VALEC; -Responsável pela Área de Ferrovias, do Ministério dos Transportes; - Presidente Executivo, Mendes Júnior Engenharia, responsável pelas obras da transposição do Rio São Francisco; - Sérgio Leite, Transnordestina Logística LTDA; - Uriel de Almeida Papa, Secretário de Fiscalização do TCU." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar meu amigo, Senador Dalirio, e também todos os nossos amigos e companheiros de trabalho desta Comissão, nosso Secretário Raymundo, Estevão, Oscar, Selma e os demais. Um bom dia a todos. Estamos iniciando nossos trabalhos.

Declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Aviso 824-Seses-TCU-Plenário; Aviso 903-Seses-TCU-Plenário; Aviso 911-Seses-TCU-Plenário; Ofício nº 0098/2017-TCU-SEINFRARODOVIAAEROPORTO; Ofício 028/2017-Câmara Municipal de Itamarandiba-MG; Ofício nº 10227/EXP-Câmara Municipal de São José dos Campos-SP; Aviso 7-Seses-TCU-Plenário; Ofício EX nº 1278/2016-Câmara Municipal de Araraquara-SP; Ofício nº 06/2017/OUVI/SFB/MMA; Aviso nº 1047-GP/TCU; correspondência do Sr. Francisco Antonio Pace, pedindo providências necessárias para a resolução definitiva dos seus problemas com a prestadora GVT, TJ e Anatel; Aviso nº 1104-GP/TCU; Aviso 150-Seses-TCU-Plenário e, por derradeiro, Ofício 262/2017, do Senado Federal.

Esses são os avisos de hoje.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* para o acesso a seus conteúdos, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar sobre eles se assim o desejarem.

Vamos à pauta de hoje, que contem tão somente requerimentos. Eu acredito que, a partir da semana seguinte... Porque essa transferência de responsabilidade, que migrou da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização para esta nova Comissão, hoje com a sigla CTFC, ainda está em procedimento, não é, Raymundo? Então, acredito que, a partir da semana seguinte, vamos deliberar sobre esses projetos terminativos e também sobre os não terminativos, Senador Dalirio.

Então, vamos ao primeiro item da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 2, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a Resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que permite às companhias aéreas cobrar pelo despacho de bagagem dos passageiros.

Com a participação dos seguintes convidados:

- José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

- Marilena Lazzarini, Presidente do Conselho Diretor Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec;

- Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR;

- Cláudio Candiota Filho, Presidente da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo – ANDEP.

- Carlos Ebner, Country Director Brazil da International Air Transport Association – IATA.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Requerimento de minha autoria.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aprovado o requerimento.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 4, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Transparência, Governança, Fiscalização e controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir as altas taxas de juros cobradas pelas principais bandeiras de cartões de crédito.

Com a participação dos seguintes convidados:

- JOÃO PEDRO PARO, Mastercard Brasil S/C Ltda;

- RÔMULO DIAS, Banco Bradesco Cartões S.A (AMERICAN EXPRESS);

- EDUARDO GOUVEIA, Cielo S.A

- FERNANDO TELES, Visa Administradora de Cartões de Crédito;

- Rodrigo Cury, Superintendente Executivo de Cartões do Banco Santander;

- Cesário Nakamura, Diretor da Bradesco Cartões;

- Marcos Antônio Vaz de Magalhães, Diretor de Cartões do Banco Itaú;

- Marcelo de Araújo Noronha, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS;

- Rogério Magno Panca, Diretor de Meios de Pagamento do Banco do Brasil;

- Fábio Lenza, Vice-presidente de Produtos de Varejo da Caixa Econômica;

- Cláudio Monteiro Considera – Presidente da Proteste – Associação de Consumidores

- André Luiz Lopes dos Santos – Diretor do Departamento de Defesa do Consumidor – Ministério da Justiça.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Esse requerimento também é de minha autoria. Eu percebo que nós vamos ter que chamar, Senador Dalirio, mais alguns representantes de cartões, que eu entendo de fundamental importância. O problema desses cartões de crédito no Brasil... Eu reconheço que as empresas precisam ter rentabilidade. Eu venho da iniciativa privada. Agora, eu percebo que há uma certa extorsão nesses juros de 484, agora 461. Nós temos que conversar para ver onde é que está esse erro.

Pois bem, coloco esse requerimento em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aprovado o referido requerimento. (*Pausa.*)

Vamos fazer uma pequena retificação aqui: o representante da Abecs é o Sr. Fernando Chacon. Estou retificando, então. O Presidente da Abecs é Fernando Chacon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 5, de 2017

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 93, inciso II, e 102-A, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de as gravíssimas denúncias referentes à Operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal.

Com a participação dos seguintes convidados:

- Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República;

- Maurício Moscardi Grillo; Delegado da Polícia Federal;

- Wesley Batista, Presidente da JBS;

- Pedro de Andrade Faria; Presidente da BR Foods (BRF);

- Responsável pela área de Fiscalização, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

- Jarbas Barbosa, Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

- Marilena Lazzarini, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec);

- Armando Luiz Rovai, Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Requerimento em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado o referido requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 6, de 2017

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 93, inciso II, e 102-A, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater a transparência no uso dos recursos e demais assuntos relacionados ao Sistema S.

Com a participação dos seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);

- Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT);

- Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);

- João Martins da Silva Junior, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

- Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos, Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil);

- Luiz Augusto de Souza Ferreira, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI);

- Marcio Lopes de Freitas, Organização das Cooperativas no Brasil (OCB).

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Esse requerimento, Senador Dalirio, é para, então, batermos um bom papo com esses representantes do Sistema S no Brasil, que nós sabemos que recebe dinheiro público através das contribuições sociais. É um rio de dinheiro hoje. Representa o sexto orçamento hoje no Brasil, orçamento do Governo Federal, o sexto. Eles têm orçamentos tão somente menores do que o da saúde, educação, o da previdência, do trabalho e da defesa.

Então, vamos chamá-los para bater um papo para ver onde é que estão aplicando esses R$30 bilhões. Eu sou um defensor do Sistema, eu tenho colocado – a Aninha está ali; carinhosamente a gente a chama de Ana, que faz o trabalho, aqui, do Sistema S tão bem, o trabalho que ela faz aqui, Ana –, para a gente conversar, para a gente ver como é que está isso aqui. É momento de, no Brasil, agora, a gente jogar luz onde há coisa pública, e é atribuição desta Comissão, então vamos agir como tal.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aprovado o referido requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 9, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Transparência, Governança, Fiscalização e controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a situação administrativa e financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Com a participação dos seguintes convidados:

- Responsável pela Área de Fiscalização/Controle, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

- Guilherme Campos Júnior, Presidente Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT;

- André Luís Carvalho da Motta e Silva, Presidente da Postalis Instituto de Previdência Complementar;

- Maria Inês, Presidente Associação dos Profissionais dos Correios - ADCAP;

- José Rivaldo da Silva, Secretário Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares – FENTECT;

- Marcos César Alves Silva; representante dos empregados no Conselho de Administração da ECT;

- Amanda Gomes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal e Região do Entorno – SINTECT/DF.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 10, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a situação das obras Transnordestina, Ferrovia Norte-Sul e Transposição do Rio São Francisco.

Com a participação dos seguintes convidados:

- Bernardo Figueiredo, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Responsável pela Transposição do Rio São Francisco, do Ministério da Integração Nacional;

- Responsável pela Área de Ferrovias, do Ministério da Integração Nacional;

- Gustavo Bambini, Presidente da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários;

- Mario Mondolfo, Presidente da VALEC;

-Responsável pela Área de Ferrovias, do Ministério dos Transportes;

- Presidente Executivo, Mendes Júnior Engenharia, responsável pelas obras da transposição do Rio São Francisco;

- Sérgio Leite, Transnordestina Logística LTDA;

- Uriel de Almeida Papa, Secretário de Fiscalização do TCU.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Eu sou Presidente, Senador Dalirio, da Comissão das Obras Inacabadas no Brasil. Aqui é realmente um cemitério de obras paradas, com uma avalanche de dinheiro público. Eu chego a dizer que hoje nós temos mais de 20 mil obras paralisadas neste País, não dá nem para imaginar o montante desse dinheiro, que é do povo, que está aí a céu aberto, Brasil afora. Agora chegou a hora, realmente, de discutir a transposição do Rio São Francisco, que foi uma ideia brilhante do Lula.

Permitam-me fazer este comentário rapidamente: eu fui um opositor do Lula, e continuo sendo, mas essa ideia da transposição foi uma ideia magnífica, entretanto, mal executada, uma obra avaliada, Senador Dalirio, em 2,5 bilhões, para conclusão em 2012. Já foram gastos mais de 10 bilhões, e essa obra ainda não foi concluída.

A Ferrovia Norte-Sul, que corta meu Estado do Tocantins e vai até São Paulo, até hoje consumiu um rio de dinheiro. Já foram presos os ex-gestores da Valec.

Essa Transnordestina: passou agora, há poucos dias, uma matéria no Jornal Nacional, mostrando dezenas, centenas de vagões jogados no sol ou na chuva, apesar de que ali não chove muito, lamentavelmente.

Então, está na hora de saber o que foi feito e para onde está indo o dinheiro do trabalhador.

Requerimento em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado o requerimento.

Não havendo mais a tratar, dou por encerrada esta reunião e agradeço a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Thieres Pinto, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Ângela Portela, Paulo Paim, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, José Medeiros, João Capiberibe, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Garibaldi Alves Filho, Fátima Bezerra, Eduardo Amorim, Ricardo Ferraço, Romário e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Instalação e Eleição. Finalidade: INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA PARA O BIÊNIO 2017/2018. Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos por aclamação a Senadora Regina Sousa e o Senador Paulo Paim para Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para o biênio 2017-2018, respectivamente. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 1 de 2017, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater 'Democracia e Direitos Humanos'." Autoria: Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 2 de 2017, que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências em todos os Estados da Federação, para debater "As reformas da previdência e trabalhista"." Autoria: Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 3 de 2017, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, para debater 'As reformas previdenciária e trabalhista'." Autoria: Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 4 de 2017, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater 'A situação do Setor Rodoviário'." Autoria: Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 5 de 2017, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater 'Discriminação e todo tipo de preconceito'." Autoria: Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 6 de 2017, que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências em todos os Estados da Federação, para debater 'A situação do Setor Rodoviário'." Autoria: Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 7 de 2017, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater 'A utilização do amianto no Brasil'." Autoria: Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 8 de 2017, que: "Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para discutir, documentos, revelações e depoimentos sobre agressões aos direitos de povos indígenas durante a ditadura militar (1964-1985) relatados no livro 'Os fuzis e as flechas - História de sangue e resistência indígena na ditadura', de autoria do jornalista Rubens Valente que será lançado neste mês de abril de 2017, pela editora Companhia das Letras. A iniciativa da Comissão de Direitos Humanos é averiguar possíveis medidas a serem tomadas para compensação de danos causados pelo Estado brasileiro aos povos indígenas durante a ditadura militar." Autoria: João Capiberibe. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 9 de 2017, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater 'Direitos trabalhistas e contrato de trabalho dos trabalhadores terceirizados do Senado Federal'." Autoria: Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 10 de 2017, que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema 'Consequências da Reforma da Previdência na Vida das Mulheres'." Autoria: Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal , a realização de audiência(s) pública(s) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 'para que autoridades públicas e representações de classe dos policiais possam debater os dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos, que serão fornecidos pelos Ministros de Estado da Justiça e da Defesa'." Autoria: José Medeiros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100 de 2016, que: "Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater 'a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências'." Autoria: José Medeiros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109 de 2016, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater, junto com as autoridades responsáveis, 'A audiência de custódia no Brasil'." Autoria: José Medeiros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a relevância da criação da Universidade Federal de Barra do Garças (UNIBARÇAS), por meio do desmembramento do Campus Universitário do Médio Araguaia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)." Autoria: José Medeiros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 155 de 2016, que: "Requer, com base no art. 58, §2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inc. II, e 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a 'Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Temer e, muito especialmente, os seus efeitos para os profissionais da segurança pública, notadamente os policiais'." Autoria: José Medeiros. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores: **Thieres Pinto, Regina Sousa, José Medeiros, Paulo Paim, Lindberg Farias e João Capiberibe**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2017-2018.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente, a Senadora Regina Sousa... (*Palmas.*) Para Vice-Presidente, o Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

Havendo a concordância de V. Exªs, gostaria de propor que a eleição ocorresse por aclamação.

Coloco em votação a proposta de eleição por aclamação da chapa inscrita.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. (*Palmas.*)

Foram eleitos por aclamação, para Presidente desta Comissão, a Senadora Regina Sousa e, para Vice-Presidente, o Senador Paulo Paim.

Convido os eleitos a ocuparem seus lugares à mesa. Em seguida, usaremos da palavra. (*Palmas.*)

Senadora Regina, Senador Paulo Paim, por gentileza, tenham a bondade de ocupar seus lugares. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todas e a todos.

Obrigada pela presença dos Senadores e das Senadoras.

Toda posse tem que ter um discursinho, não é? Mas eu escrevi, para ficar pequeno, senão eu ia falar demais, e nós ainda vamos trabalhar. Logo após a posse, eu gostaria que ficássemos aqui para podermos já encaminhar algumas coisas, alguns requerimentos que estão aqui há algum tempo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Temos direito a aparte no discurso? (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já há alguns requerimentos aqui, e a gente está instalando a Comissão meio tarde, já na metade de março. Mas quero, primeiro, agradecer à minha Bancada, a generosidade da minha Bancada de ter me indicado para presidir a Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Agradeço a generosidade da Bancada de me indicar. Quando cheguei aqui, eu me sentia meio deslocada, e foi nesta Comissão que eu me achei, me encontrei, porque tinha tudo a ver comigo, com o que eu fiz até hoje na minha vida, na militância política, sindical. Então, eu encontrei uma Comissão, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que tem sido, ao longo dos anos, a trincheira de defesa dos direitos humanos em nosso País. Uma trincheira ocupada pelas mulheres, na defesa dos seus direitos; pelos negros, na luta contra o racismo; pelos indígenas, na defesa de seus territórios; pela população de rua, em busca do respeito à sua dignidade; pelos povos ciganos; pelos membros das mais variadas religiões; pela diversidade humana.

Nos últimos anos, tem se intensificado a crítica aos direitos humanos, tratados como se fossem a defesa de criminosos, enquanto a população estaria desarmada, correndo risco, cotidianamente, nas ruas do País. Este argumento, repetido à exaustão em programas de TV que se alimentam do sensacionalismo, é falacioso. Os direitos humanos são o conjunto de leis e convenções nacionais e internacionais construído historicamente pela humanidade para preservar os direitos frente à truculência do Estado e de setores do poder econômico. Esse conjunto de leis é fundamental para todos e todas nós, porque nos defende como seres humanos.

A crítica aos direitos humanos acabou se consolidando no discurso do ódio, um discurso para o qual toda queixa, toda reclamação, toda acusação de arbitrariedade, toda contestação, enfim, é tratada como "mimimi", ou seja, algo sem relevância. Atrás do discurso do ódio, alinham-se forças fascistas que defendem o fim dos direitos sociais e dos direitos humanos. Apresentam-se com vários nomes e reúnem em suas fileiras os machistas, os homofóbicos, os racistas, os misóginos, os intolerantes com a diversidade religiosa, entre tantos outros que se alimentam de preconceito e praticam a discriminação.

Talvez tenhamos baixado a guarda. Não percebemos que, ao defendermos apenas as particularidades dos nossos movimentos, deixamos de defender o todo que está necessariamente sob o conceito de direitos humanos. Isso permitiu que o discurso do ódio se tornasse preponderante nas redes sociais, provocando até mesmo mortes, como a de Fabiane Maria de Jesus, que foi espancada e assassinada no Guarujá, em São Paulo, ao ser confundida com uma suposta sequestradora de crianças que praticava rituais de magia negra. Esse é um exemplo dos efeitos desse tipo de discurso intolerante em nossa sociedade.

É nesse contexto que assumo a Presidência da Comissão de Direitos Humanos, uma grande honra, pois estarei trabalhando junto com o Senador Paulo Paim – que é a cara desta Comissão e vai continuar sendo, com certeza –, que é um símbolo na defesa dos direitos humanos.

Este mandato junto à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa se construirá junto com a sociedade, pois nos moverão as vítimas da intolerância, como o menino Vítor Pinto, uma criança kaingang de dois anos de idade que foi cruelmente assassinada no colo de sua mãe, ou como o menino João Victor, morto em circunstâncias cruéis, cujo laudo pericial foi elaborado por alguém que, publicamente, manifestava seu ódio contra as minorias.

Este mandato será também inspirado nos meninos e nas meninas da Candelária, no Rio de Janeiro; nos mortos no massacre do Cabula; na juventude negra, que sofre com a repressão direcionada pelos aparatos de segurança do Estado; nas meninas e mulheres que são estupradas e vilipendiadas em todo o País.

Estarão conosco os trabalhadores e trabalhadoras que têm seus direitos ameaçados pela ganância do deus mercado. E aí entra a questão da tentativa de criminalizar os movimentos, o que a gente vai combater duramente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Juntos, haveremos de contribuir para mudar os rumos da história do nosso País, especialmente a história bem recente. E, se o discurso do ódio e o ódio são contagiosos, esperamos que a defesa dos direitos humanos e o amor também o sejam. Somos todos e todas iguais, somos todos e todas humanos.

Quero, de público, agradecer aqui ao Paulo Paim. Quero dizer que conto muito com ele. Ele tem toda uma história aqui, um *know-how*, e me ensinou muita coisa. Quero continuar aprendendo. A gente vai aqui nos dividir, porque esta Comissão não se pode dar ao luxo de funcionar só um dia na semana. Então, a gente sabe que um tem um tempo e que o outro tem outro tempo. Vamos exatamente preencher esse tempo com a demanda que vem dos movimentos e dos segmentos sociais que chamamos de invisíveis. A gente vai dar visibilidade a essas pessoas na luta pelos seus direitos.

Então, agradeço a todas e a todos.

Agora vamos colocar alguns requerimentos para a apreciação dos Senadores, extrapauta. Então, primeiro, temos de aprovar os requerimentos.

Já há alguns requerimentos... (*Palmas.*)

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão dos requerimentos extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2017

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Ciclo de Debates desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Democracia e Direitos Humanos".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, primeiro, não há como eu não me dirigir a V. Exª e a este Plenário. Primeiro, quero dizer que, para mim, foi muito importante ter presidido esta Comissão durante dois anos, mas, mais do que falar da Presidência, eu queria falar do trabalho que aqui fizemos, rapidamente, sempre acompanhados por V. Exª. V. Exª esteve sempre presente, como outros Senadores.

Eu serei muito rápido. Realizamos 170 audiências públicas aqui, quando a média na Casa fica em torno de 150. Isso só foi possível pela presença de vocês.

Eu queria agradecer muito também, Senador Medeiros, aos Líderes do Senado Federal, que estavam dispostos, Senadora Regina, a até mesmo dar uma ajeitada no Regimento para que eu pudesse continuar na Presidência se não fosse já um grande entendimento que tivemos. Disse que não, mas concordava em ser Vice de uma grande Senadora, que há de fazer um trabalho igual ou melhor, que é a Senadora Regina Sousa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, é com muito orgulho que assumo a Vice-Presidência, para trabalhar ao lado de V. Exª. É claro que conversaremos muito. Faremos o que chamamos de gestão compartilhada. A responsabilidade dos trabalhos da Comissão será dos dois.

Por isso, já encaminhei alguns requerimentos, conversando com a Presidenta sempre, de um trabalho semelhante ao que fizemos no ano passado.

Direitos Humanos e democracia. Quem é contra? Ninguém é contra!

Então, o que tivermos de debater debateremos no momento adequado, com datas combinadas com os senhores e as senhoras, a respeito de questões como essa.

Por isso, peço a aprovação desse requerimento, minha querida Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Primeiro o Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Srª Presidente, há quantos requerimentos extrapauta?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Deixe-me ver aqui com a Secretaria. (*Pausa.*)

Nove.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É só para sabermos os temas. Gostaria que V. Exª nos pudesse dizer os temas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É claro.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Porque tenho alguns requerimentos, que são do ano passado, que gostaria que fossem colocados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos colocar. Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos debater os seguintes temas:

I - Democracia e Direitos Humanos;

II - Reforma da Previdência e Trabalhista;

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos também fazer Diligência sobre a Reforma da Previdência e Trabalhista;

IV - Situação do Setor Rodoviário;

V - Discriminação e Todo Tipo de Preconceito;

VI - A Situação do Setor Rodoviário [Um é referente ao debate; e o outro, à diligência.];

VII - Utilização do Amianto no Brasil;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

VIII - Direitos Trabalhistas e Contratos de Trabalho dos Trabalhadores Terceirizados do Senado Federal [Trata-se de uma questão específica do Senado.];

IX - Consequência da Reforma da Previdência na Vida das Mulheres, em conjunto com a Procuradoria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – V. Exª gostaria de acrescentar os seus?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sim, porque há alguns pendentes, do ano passado, sobre audiência de custódia e a questão da segurança dos equipamentos usados pelas polícias do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vou lendo aqui. Ele vai refundamentando, e V. Exª traz os seus, para que já possamos votar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já estão aqui? Mas já com a numeração deste ano?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não.

Então, depois, repetimos a temática.

Paulo Paim, encaminhe os seus.

O pessoal está pedindo para votar em bloco, porque...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se vocês concordarem, poderíamos votar, então, como propôs a Presidenta, num pacote, inclusive os do Senador José Medeiros.

Ninguém é contra?

Senador José Medeiros?

Senador José Medeiros, estava propondo, inclusive, votar os seus no mesmo bloco. Os que você argumentou votaríamos todos num único bloco.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – No mesmo bloco, porque são muitos, e temos outras comissões...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – As diligências seriam...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ajustadas, combinadas com os Srs. Senadores tal como fizemos no ano passado. Por exemplo, fizemos uma lá no seu Estado para debater esse tema. Seria, então, da mesma forma.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Ah, sim, entendi. Então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo seria agendado com este Colégio aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Votação em bloco dos onze requerimentos.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados. (*Palmas.*)

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 2, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências em todos os Estados da Federação, para debater "As reformas da previdência e trabalhista".

Autoria: Senador Paulo Paim.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 3, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, para debater "As reformas previdenciária e trabalhista".

Autoria: Senador Paulo Paim.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 4, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A situação do Setor Rodoviário."

Autoria: Senador Paulo Paim.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 5, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Discriminação e todo tipo de preconceito".

Autoria: Senador Paulo Paim.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 6, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências em todos os Estados da Federação, para debater "A situação do Setor Rodoviário".

Autoria: Senador Paulo Paim.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 7, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A utilização do amianto no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria:

Relatório:

Observações:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 9, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Direitos trabalhistas e contrato de trabalho dos trabalhadores terceirizados do Senado Federal"

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria:

Relatório:

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 10, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "Consequências da Reforma da Previdência na Vida das Mulheres".

Autoria: Senador Paulo Paim e outros.

Relatoria:

Relatório:

Observações:)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Capiberibe acaba de chegar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quero apenas parabenizar V. Exª, uma mulher que tem uma história de lutas, de combatividade. V. Exª está presidindo esta Comissão de Direitos Humanos juntamente com o Senador Paulo Paim, que fez um trabalho fantástico. Esta Comissão de Direitos Humanos virou a Comissão dos trabalhadores, de todos os que lutam pela democracia no País, de todos que querem preservar direitos. Tenho certeza de que esta Comissão vai continuar sendo um palco de resistência, porque o que há este ano contra os trabalhadores é muito preocupante.

Não preciso aqui falar da reforma trabalhista, tão discutida por esta Comissão. O Presidente da Câmara dos Deputados, agora, está querendo votar, na próxima semana, o projeto de terceirização, que sabemos o que significa: redução salarial. E tenham a certeza de que esta Comissão de Direitos Humanos vai ser o palco do debate da reforma da previdência.

Eu, sinceramente, Senador Paulo Paim, acredito que podemos derrotar essa reforma da previdência, porque é uma reforma draconiana da previdência, é um pacote de maldades. Desvincular o salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada, no caso da assistência? Quem recebe é a pessoa com deficiência e os idosos que têm uma renda inferior, *per capita*, de 1/4 de salário mínimo.

Outro ponto da reforma da previdência que não passa de jeito nenhum é a tese de você ter que trabalhar 49 anos para ter aposentadoria integral, ou seja, você tem que começar a trabalhar aos 16 anos para receber a aposentadoria integral aos 65 anos. E sabemos, Senadora, que ninguém trabalha 49 anos de forma ininterrupta. A pessoa sempre sai de um trabalho, procura outro, passa um período na informalidade. Então, estão proibindo os mais pobres de se aposentarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Fiquei muito impressionado com o mapa na cidade de São Paulo que saiu na revista *Carta Capital* desta semana, o mapa da cidade de São Paulo. Podia-se diferenciar pelos bairros, bairros mais ricos e bairros mais pobres, a taxa de mortalidade, ou seja, com quantos anos, em cada uma daquelas regiões, as pessoas morrem. E vê-se concretamente que, nos bairros mais ricos, chega-se a 78, 79 anos, enquanto que, nos bairros mais pobres, na cidade de São Paulo, a idades abaixo de 70 anos, Senador Paulo Paim. Essa é a verdade, infelizmente, nas regiões mais pobres do nosso País, no Nordeste brasileiro inclusive. Os cinco Estados que têm os piores índices de taxa de mortalidade são do Nordeste. Eles estão querendo colocar 65 anos, mas há Estados em que se morre aos 65,9, 66 anos de idade. Então, na verdade, estão impedindo é o povo pobre brasileiro de se aposentar.

Falo tudo isso porque esta Comissão vai continuar sendo a Comissão que vai ecoar a voz dessa resistência. Então, quero muito cumprimentar V. Exª, que está muito bem acompanhada do Senador Paulo Paim. Ele tem que ensinar V. Exª, inclusive, porque esta Comissão de Direitos Humanos parece uma Comissão que se multiplica, tem dez audiências por semana, vai aos Estados... Então, ao cumprimentar V. Exª, eu quero cumprimentar muito esse dinamismo que o Senador Paulo Paim conseguiu imprimir à Comissão neste último período.

Parabéns, Senadora Regina! Bom trabalho!

Eu espero que a gente já faça, na próxima semana, alguma audiência pública que discuta os temas reforma da previdência e reforma trabalhista.

Concluo dizendo que vejo até algumas declarações, como a do Senador Renan Calheiros, que conhece de PMDB, dizendo que quem está mandando no Governo é o Eduardo Cunha, da cadeia. E vocês vejam o que é isso também.

Vocês sabem o que é isso? É o desgaste deste Governo. Por isso que eu digo que a reforma da previdência vai ser derrotada. Quanto mais o tempo anda, mais as pessoas começam a perceber que está chegando 2018 e que quem estiver junto com esse Temer e esse programa vai ter muitas dificuldades em 2018.

Parabéns, Senadora Regina, Senador Paulo Paim! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Lindbergh. Com certeza, nós contamos também aqui com a sua participação para fazer o bom debate e para combater o bom combate, porque, certamente, se esta Comissão, que já era a caixa de ressonância dos movimentos dos trabalhadores em busca dos seus direitos, neste ano tem muito mais razão para sê-lo.

Como ainda temos mais requerimentos para votar, vou começar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Deseja falar, Senador?

Senador João Capiberibe, com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Srª Presidente, Sr. Vice-Presidente, apenas para cumprimentá-los pela eleição à Presidência da Comissão.

Esta Comissão tem uma responsabilidade enorme com a história do nosso País, em especial com todos os conflitos envolvendo perda de direitos. E, neste momento, nós estamos vivendo uma fase dificílima, quando a democracia está sendo duramente atingida por medidas autoritárias de um Governo que eu considero ilegítimo, porque este Governo não foi eleito para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

fazer as reformas, e as que propõe são reformas para retirar direitos, para condenar os mais vulneráveis e fortalecer os que mais possuem. Estes são os objetivos das reformas em curso.

Dessa forma, esta Comissão vai ter um papel muito importante na defesa do conjunto da sociedade. No Brasil, a Constituição de 1988 é mais que um regramento para o País; é uma proposta civilizatória, e essa proposta civilizatória está sendo bombardeada. Há uma tentativa explícita de eliminar essa possibilidade de construirmos uma nação de direitos, uma nação que contemple a todos.

Portanto, com V. Exª, assessorada pelo Senador Paulo Paim ao lado como seu Vice-Presidente, com enorme experiência e compromisso, nós vamos produzir um bom trabalho aqui na Comissão.

E queria ainda aproveitar a oportunidade para propor um requerimento extrapauta que está sobre a mesa.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Capiberibe.

Vou começar com o do Senador Capiberibe e, em seguida, leio o do Senador Medeiros, em bloco. Eu leio os temas e S. Exªs fazem a defesa.

O requerimento do Senador Capiberibe está sem número ainda. Então, eu vou só ler o tema e passar a palavra para ele fundamentar.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 8, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para discutir, documentos, revelações e depoimentos sobre agressões aos direitos de povos indígenas durante a ditadura militar (1964-1985) relatados no livro "Os fuzis e as flechas - História de sangue e resistência indígena na ditadura", de autoria do jornalista Rubens Valente que será lançado neste mês de abril de 2017, pela editora Companhia das Letras. A iniciativa da Comissão de Direitos Humanos é averiguar possíveis medidas a serem tomadas para compensação de danos causados pelo Estado brasileiro aos povos indígenas durante a ditadura militar.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Senador Capiberibe, para fundamentar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Vejam, esse é um livro que conta uma história trágica dos povos indígenas no período da ditadura. É de um jornalista pesquisador, investigador, Rubens Valente. Ele realmente traz dados muito importantes. A sociedade brasileira precisa tomar conhecimento do que aconteceu no período autoritário, no período da ditadura. Não só houve alguns genocídios, etnias inteiras desapareceram nesse período, mas também em grandes projetos, como o caso da Perimetral Norte, a estrada que deveria cortar o perímetro da Amazônia, indo do Amapá até o Acre, no meio do caminho, nas várias frentes montadas, várias etnias foram praticamente dizimadas pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

presença dessas empresas nessas obras. Então, é importante. Ele traz também no seu livro uma relação de genocídios praticados contra as etnias.

Portanto, acho que é importante para esta Comissão que ele participe, devemos ouvir e convidar algumas pessoas para esse momento.

Muito obrigado.

Eu peço a aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passemos agora aos requerimentos do Senador Medeiros, dois dos quais a gente mencionou aqui. Proponho que façamos da mesma forma, leiamos os cinco, o Senador fundamenta e a gente vota.

São requerimentos ainda do ano passado, não vou dizer a numeração porque eles vão receber novos números.

O primeiro é para debater a "Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Temer e, muito especialmente, os seus efeitos para os profissionais da segurança pública, notadamente os policiais". Da audiência deverão participar, ao menos, representantes das seguintes categorias: Polícia Federal, Polícia Civil, peritos criminais, agentes da Polícia Federal, agentes da Polícia Rodoviária Federal, agentes da Polícia Civil, policiais militares e bombeiros militares – a carreira militar praticamente mais a Polícia Federal para debaterem a reforma da previdência.

O outro é para debater com as autoridades citadas a aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para *recall* e incidentes durante o uso dos equipamentos, que serão fornecidos pelos Ministros de Estado da Justiça e da Defesa. O requerimento cita já as autoridades a serem convidadas para debater principalmente a aquisição de produtos controlados. É o segundo.

O terceiro é para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências".

Também já cita os convidados: Conselho Federal de Enfermagem, Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, entidades ofertantes da Associação Brasileira de Educação a Distância. Então, é o terceiro requerimento.

O outro: ele quer debater, junto com as autoridades responsáveis, "A audiência de custódia no Brasil" – V. Exª já tinha mencionado inclusive, não é, Senador?

Por último, debater a relevância da criação da Universidade Federal de Barra do Garças, por meio do desmembramento do *Campus* Universitário do Médio Araguaia da Universidade Federal do Mato Grosso. Também já cita as autoridades a serem convidadas.

Então, Senador, pode fazer uma fundamentação em bloco, e aí a gente vota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Em primeiro lugar, Senadora Regina, meus parabéns por ser a nossa nova Presidente, ao tempo em que também parabenizo o Senador Paulo Paim pela importante gestão que fez à frente da Comissão, com debates e temas importantes durante o ano passado. Havia horas em que estávamos na mesma trincheira e outros momentos em que estávamos em lados opostos, mas sempre dentro de uma cordialidade muito própria do Senado Federal, à altura do Senado Federal.

Relembro aqui uma audiência que houve no meu Estado: ele de um lado e eu do outro, Senadora Regina, mas ele foi muito cordial, pediu que não vaiassem. Lá estava só CUT, estava tudo vermelho lá, e ele falou: "Olha, gente, vamos fazer um debate à altura aqui". Convivemos de forma a representar o povo brasileiro aqui, e acho que este tem de ser o espírito desta Comissão: cada um de nós apresentamos nossas divergências, os nossos pontos de vista, e o Plenário decide.

Sobre os requerimentos, Senadora Regina. Esse requerimento, por exemplo, relativo aos equipamentos policiais, eu o fiz devido à demanda que tem existido. Nós temos tido acidentes um atrás do outro com equipamentos policiais, em viaturas inapropriadas, porque na verdade a polícia brasileira não tem viaturas, ela tem o carro familiar envelopado e com um rádio. Elas não são próprias para o trabalho policial, e nós temos de começar a discutir isso, porque tem havido muitos acidentes, prejuízo para o Erário.

Outro ponto, a questão do armamento. Está havendo acidentes. Agora, recentemente, a pistola de um rapaz disparou sozinha. A gente precisa discutir esses temas. O Brasil tem uma reserva, até entendo, mas não é porque nós temos uma reserva e não podemos comprar no exterior que as nossas empresas não vão ter esse cuidado. Eu sou totalmente a favor da indústria nacional, mas elas precisam ter a compreensão de que arma não é brinquedo. E também há a questão de coletes, já mostramos aqui num outro momento, essa é uma preocupação da polícia brasileira.

A questão da reforma da previdência. Nós a solicitamos porque já tivemos uma audiência com o Ministro Padilha. Ele nos atendeu e ali ficou combinado que faríamos uma audiência para discutir, porque, na reforma da previdência, ficou combinado que os militares não entrariam neste momento e as outras forças policiais... Aí a Polícia Militar também não entrou. As outras forças policiais têm alegado que não há diferença na questão da natureza do serviço. Portanto, eles queriam discutir, e vamos fazer isso aqui trazendo algumas autoridades do Governo para explicar o tema.

Aí vem a questão da enfermagem, que é uma luta que o pessoal, há tempos, vem enfrentando e quer trazer aqui o ponto de vista deles.

A Universidade de Barra do Garças é uma questão local, de Mato Grosso, que foi solicitada também.

Enfim, são audiências que nós vamos trazer aqui para debater durante este ano.

Não tenho dúvida de que V. Exª será uma democrata, assim como foi esse gaúcho muito respeitado em Mato Grosso.

Para finalizar: eu não queria tocar nesse tema, Senador Paim, porque hoje é um dia praticamente de comemoração dessa eleição, mas não posso deixar de frisar algo. O Senador Lindbergh foi muito duro. Eu entendo a luta política, mas temos, às vezes, que medir o que falamos. Eu, por exemplo, não posso dizer que... Por exemplo, o Presidente Lula é réu numa ação. Ser réu numa ação não significa que está condenado. E eventualmente... Réu é réu, não importa se está preso ou não. A única diferença entre o réu que está preso e o que está solto é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

que há um carimbo no processo lá. Réu preso, o processo anda mais rápido para poder angariar... Eventualmente, poderá... Digamos que Eduardo Cunha saia de lá. Não estou defendendo Eduardo Cunha, mas estou dizendo que, da mesma forma que ele disse que o Eduardo Cunha está dando pitaco no Governo, provavelmente ele recebe instruções do Lula, que é um réu também.

Eu não queria tocar nesses assuntos, mas acho que, às vezes, o ódio fala mais alto do que o raciocínio, e foi justamente o discurso que V. Exª fez hoje. Acho que nós estamos em um momento de colocar água na fervura e buscar discutir os temas à la Paim, porque nós precisamos, acima de tudo, o PT e os outros partidos todos, tirar o Brasil do buraco em que se encontra. Agora não cabe ficar olhando o retrovisor.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Medeiros.

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só fazer um comentário rápido, Srª Presidente, discutindo a matéria em relação ao Senador Medeiros.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou pegar um requerimento específico de V. Exª, que é exatamente relativo à reforma da previdência. E quero situar, sim, Senador Medeiros, para vermos que essa questão da reforma da previdência não é partidária, não é ideológica, é a preocupação que todos nós temos. A minha visão é exatamente igual à de V. Exª no que tange aos interesses dos policiais civis e militares, eu diria.

Perguntaram-me outro dia: "Paim, tu não achas um absurdo deixarem de fora os militares?" Eu disse que não, porque eu tenho uma visão – naturalmente V. Exª a conhece – contra esta reforma, e eu não quero que entre nem Polícia Militar nem Polícia Civil, que é o teor correto do seu requerimento, e não quero que entrem também os outros trabalhadores da área pública ou privada.

Então, o seu requerimento vem numa boa hora. Os policiais civis... E aqui V. Exª cita todos, corretamente: bombeiros, delegados... Os delegados, que conquistaram há pouco tempo a aposentadoria especial, estiveram aqui na frente com 5 mil pessoas – nós acompanhamos, V. Exª também acompanhou.

Parabéns pelo requerimento. Vamos debater aqui exaustivamente. E pode ter certeza de que, se V. Exª entender que deva haver algum evento, baseado no seu requerimento, em algum Estado, como já estão me convidando em Minas, Goiás, para discutir especificamente essa questão da Polícia Civil – e aí bombeiros, pela sua amplitude –, eu estarei lá com V. Exª. Parabéns por todos os requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em votação os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos do Senador Medeiros.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência(s) pública(s) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), "para que autoridades públicas e representações de classe dos policiais possam debater os dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos, que serão fornecidos pelos Ministros de Estado da Justiça e da Defesa".

Autoria: Senador José Medeiros.

Relatoria:

Relatório:

Observações:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências".

Autoria: Senador José Medeiros.

Relatoria:

Relatório:

Observações:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Participativa (CDH) para debater, junto com as autoridades responsáveis, "A audiência de custódia no Brasil".

Autoria: Senador José Medeiros.

Relatoria:

Relatório:

Observações:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a relevância da criação da Universidade Federal de Barra do Garças (UNIBARÇAS), por meio do desmembramento do Campus Universitário do Médio Araguaia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

Autoria: Senador José Medeiros.

Relatoria:

Relatório:

Observações:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 155, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com base no art. 58, §2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inc. II, e 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater a "Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Temer e, muito especialmente, os seus efeitos para os profissionais da segurança pública, notadamente os policiais".

Autoria: Senador José Medeiros.

Relatoria:

Relatório:

Observações:)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Regina, como amanhã não haverá reunião aqui, quero apenas avisar que amanhã será o aniversário do Senador Paim. Então, a gente já pode antecipar os parabéns hoje.

Meus parabéns, Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Paim está de parabéns todos os dias porque ele é um guerreiro, mas fique à vontade. (*Risos.*)

Amanhã não teremos reunião aqui, porque nós estamos esperando... Talvez permaneça na quarta-feira, mas vamos ver como ficam as outras comissões para vermos um horário em que não haja atropelamentos, porque está muito tumultuada a quarta-feira – meia hora de uma comissão para outra não dá para fazer nada.

Então, amanhã fica mais cômodo para a gente decidir, porque a gente já vai estar sabendo sobre a instalação das outras comissões e os horários das reuniões. Em princípio, permanecem nas quartas-feiras as nossas reuniões ordinárias e, claro, serão realizadas reuniões extraordinárias à medida em que isso for necessário. O Senador Paulo Paim usa muito a segunda-feira, porque é um dia bom para mobilizar as pessoas para virem aqui para audiências públicas. Então, a gente não vai mudar a rotina da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte de março de dois mil e dezessete, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Thieres Pinto. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 3 de 2017-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "As Reformas Previdenciária e Trabalhista", com foco na Reforma Trabalhista. O Senhor Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Lourenço Ferreira do Prado, Representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT e representante do Ministério Público do Trabalho; Luiz Antonio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Berna Menezes, Dirigente da Intersindical; Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Hugo Melo Filho, Presidente Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho – ALJT; Giovanni Frizzo, Representante da Central Sindical e Popular - CSP-Conlutas. O Senhor Presidente eventual concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no Plenário: Alexandre Caso, Intersindical. O Senhor Presidente eventual passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente eventual registra a presença de pessoas presentes no Plenário. O Senhor Presidente eventual faz o seguinte encaminhamento: 1) Apresentar Moção de Apoio à Associação Latino Americana de Juízes do Trabalho – ALTJ, que vem sofrendo ataques ideológicos pela posição assumida na luta contra a precarização do trabalho no Brasil. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e oito minutos; e para constar, eu, Christiano De Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezessete, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Thieres Pinto, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros Fernando Bezerra Coelho e Flexa Ribeiro. Registra-se a presença do Deputado Federal Bohn Gass. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 3 de 2017-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "As Reformas Previdenciária e Trabalhista", com foco na CPI da Previdência. O Senhor Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Warley Martins Gonçalles, Presidente Executivo da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP e Representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Charles Jonhson da Silva Alcantara, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO; Achilles Linhares de Campos Frias, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – SINPROFAZ; Vereador Amauri Sérgio Mortágua, Representante do Município de Tupã/SP e Coordenador da Frente de Entidades Tupãenses em Defesa dos Direitos da Aposentadoria – FTA; Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Lineu Neves Mazzano, Secretário Geral da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Políticas de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Berna Menezes, Dirigente da Intersindical; Luiz Carlos Prates, Representante da Central Sindical e Popular - CSP-Conlutas; Gibran Ramos Jordão, Representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil - Fasubra Sindical; Luiz Gonçalves Bomtempo, Diretor Secretário da Associação Nacional – UNAFISCO; Assunta Di Dea Bergamasco, Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e Seguridade Social, de Políticas Sociais e de Assuntos Especiais do SINDIFISCO NACIONAL; Marco Aurélio Gonsalves, Diretor Jurídico do Instituto MOSAP; Rudinei Marques, Vice-Presidente da Central Pública do Servidor; Graça Costa, Secretária das Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Waldemiro Livingston de Souza (Peixe), Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal – APRESEFE; Sérgio Ricardo Moreira de Castro, Diretor de Assuntos Previdenciários do SINDIRECEITA. O Senhor Presidente eventual concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no Plenário: Iburici Fernandes, Presidente da Central dos Aposentados. O Senhor Presidente eventual registra a presença de pessoas presentes no Plenário. Às dez horas e cinquenta e nove minutos o Senhor Presidente eventual passa a presidência à Senadora Regina Sousa. Às treze hora e quarenta e seis minutos a Senhora Presidente passa a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Thieres Pinto, Paulo Rocha, Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e quarenta e oito minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Maria do Carmo Alves, José Medeiros, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Romário, Magno Malta, Thieres Pinto, Wellington Fagundes, Flexa Ribeiro, Roberto Requião, Ronaldo Caiado e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Hélio José, Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2013. Terminativo. "Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011. Terminativo. "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011. Terminativo. "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011. Terminativo. "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015. Terminativo. "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2015. Terminativo. "Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982." Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CCJ. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ/CDH. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015. Terminativo. "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, adiadas a discussão e votação do Projeto. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012. Terminativo. "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2016. Não terminativo. "Institui a Política Nacional para Doenças Raras no Sistema Único de Saúde - SUS." Autoria: Deputado Marçal Filho. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 12 - SUGESTÃO Nº 7, de 2016. Não terminativo. "Sugere 'Proibir, expressamente, o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de internet de Banda Larga Fixa'." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 11 de 2017, que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater 'A Operação Carne Fraca'." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 12 de 2017, que: "Requer, nos termos regimentais, que seja o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTI -, Gilberto Kassab, convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do processo de universalização da banda larga nas escolas e no projeto habitacional 'Minha Casa Minha Vida'." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 13 de 2017, que: "Requer a realização de Audiência Pública, para debater sobre 'Cotas nas Universidades e o Compromisso com a Permanência'." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os seguintes senhores Senadores: Regina Susa, Romário, Paulo Paim, Magno Malta, Eduardo Amorin, João Capiberibe, Sérgio Petecão, Marta Suplicy, Paulo Rocha, Angela Portela, Fátima Bezerra e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 1ª e da 3ª Reunião da CDH.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia, Presidente.

Gostaria de pedir inversão de pauta para o Projeto de Lei nº 56, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Romário está pedindo inversão de pauta para colocar em votação o item 11, não terminativo.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Então, com a palavra o Senador Romário, para a leitura de seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Trata-se aqui do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 56, de 2016, do Deputado Marçal Filho, que institui a Política Nacional para Doenças Raras no Sistema Único de Saúde.

O relatório é o seguinte: vem ao exame desta Comissão (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 56, de 2016 (Projeto de Lei nº 1.606, de 2011, na Casa de origem), que institui a Política Nacional para Doenças Raras no Sistema Único de Saúde.

A proposição trata da política que determina ao SUS o suporte necessário quanto à medicação das pessoas com doenças raras, bem como determina as instituições e redes que realizarão atendimento especializado, humanizado e integrador de todas as áreas de cuidados indicadas ao caso do paciente.

Ademais, a proposição contém duas soluções normativas que, ao que tudo indica, irão aliviar em muito as aflições dos doentes e de seus familiares: a primeira delas comanda a análise, a título prioritário, pelo SUS, da inserção de "medicamento órfão" na relação de medicamentos a serem obrigatoriamente adquiridos pelo SUS. A segunda solução complementa a primeira: prevê que o Poder Executivo deverá fixar, no Orçamento, valores referentes a equipes profissionais para atendimento, bem como para os procedimentos correspondentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O autor justifica sua proposição, basicamente, com as seguintes razões: estando o diagnóstico e a medicação disponíveis, ainda que custosos, não há como negar ao cidadão o acesso a eles; contudo, como é sabido, a obrigação de o SUS cuidar dos portadores de doenças raras tem sido determinada, no mais das vezes, pelo Poder Judiciário a título de reconhecimento do direito constitucional à saúde. Ganham na Justiça.

Análise.

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CDH o exame de matéria atinente a direitos humanos, o que determina sua competência nesse caso.

É constitucional e não há conflito da proposição com outras afirmações normativas do ordenamento jurídico.

Não há reparos a fazer quanto ao mérito, que só podemos elogiar, nem quanto à forma. E há que se louvar a criação do PLS, que dará solução duradoura e razoável ao grave problema que se arrasta há anos. Ao criar uma política de Estado para o assunto, este Parlamento busca otimizar, limitando-os reciprocamente e articulando-os do modo mais razoável possível, os princípios de maximização da vida. Que seja determinada sua competência nesse caso.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2016 (Projeto de Lei nº 1.606, de 2011, na Casa de origem).

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Romário.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Romário, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto. O projeto segue para análise da CAS.

Enquanto aguardamos o quórum, consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta. Vamos passar para requerimentos, porque estamos aguardando quórum para votar os terminativos. Temos pelo menos um que é prioridade aqui.

Então, consulto os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos aos requerimentos, então.

ITEM 13

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 11, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Operação Carne Fraca".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, o Brasil todo está acompanhando e debatendo essa questão das denúncias sobre a Operação Carne Fraca, da Polícia Federal. Outras comissões também aprovaram requerimento semelhante a este. Já se fala em algumas audiências conjuntas, e eu não sou contra. Acho importante que o Parlamento se debruce sobre esse tema, e a gente possa, então, aprofundar o que realmente aconteceu, o que vem acontecendo, e o papel da Polícia Federal num tema tão importante que preocupa todo o País, inclusive em relação a nossas operações de exportação da carne principalmente.

Então, o objetivo é esse. É possível que haja dois ou três requerimentos que vão no mesmo sentido e com a mesma argumentação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 14

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 12, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTI -, Gilberto Kassab, convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do processo de universalização da banda larga nas escolas e no projeto habitacional " Minha Casa Minha Vida".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paim para encaminhar o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, esse é um pedido de inúmeros setores, das escolas principalmente, que estão muito preocupados com a questão da banda larga, se vai continuar e se expandir nas escolas ou não. E, por isso, é fundamental a presença do Ministro aqui para que ele exponha o seu ponto de vista sobre esse tema que interessa a todos nós.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu gostaria que o Senador Paulo Paim assumisse a Presidência para apresentar um requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Este requerimento é de autoria da Senadora Regina Sousa.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 13, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, para debater sobre "Cotas nas Universidades e o Compromisso com a Permanência"

Autoria: Senadora Regina Sousa

É o Requerimento nº 13, de 2017, em que se requer, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, para debater sobre "Cotas nas Universidades e o Compromisso com a Permanência", com a presença dos seguintes representantes: Dr. Mário Resende, especialista em estudos sobre permanência estudantil; Dr. Thiago Thobias, coidealizador das bolsas, via cartão, para indígenas e quilombolas; Prof. Pedro Rodrigues Curi Hallal, reitor da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul; Prof. Roberto Leher, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e ainda um representante da Casa Civil; um do MEC; Frei David Santos, da Educafro; e Drª Déborah Duprat, Vice-Procuradora Geral da República.

Esse é o requerimento da Senadora Regina Sousa, que está com a palavra para justificar o requerimento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Esse requerimento foi movido por uma demanda de vários segmentos dessa política de cotas, principalmente de quilombolas, do pessoal da educação no campo e dos que trabalham a questão da política de combate ao racismo. Então, foi esse conjunto que fez com que eu apresentasse esse requerimento, porque estão acontecendo algumas dificuldades de implementação, de continuidade desses projetos no âmbito do MEC. Por isso, a importância da presença de alguém do MEC também, inclusive da secretaria, a Secadi, que cuida dessa área, para a gente debater esse assunto, com a presença do Drª Deborah Duprat, que, com certeza, está preocupada e está estudando, investigando esse assunto para saber o que está acontecendo na política de cotas em alguns lugares. Essa audiência vai servir para a gente esclarecer essa questão.

Então, eu gostaria que meus pares aprovassem esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em votação o requerimento.

Se alguém quiser discutir... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há algumas moções que foram enviadas a esta Comissão e que temos que ler.

Enquanto isso, cada um vá mobilizando alguns Senadores para que possam vir, porque agora temos projetos terminativos.

Inclusive, Senador, peço que permaneça aqui porque há um projeto que é seu, V. Exª vai ser o Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Eu sou o Relator de um.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Comissão recebeu as seguintes moções:

A de nº 23.2, de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovada em sessão plenária, que manifesta repúdio à violência, repressão e perseguição ao direito de manifestação dos jovens em todo o Brasil.

As de nºs 286, 682 e 2.664, de 2016, das Câmaras Municipais de Hortolândia, Jundiaí e Limeira, respectivamente, aprovadas em sessão plenária, que manifestam repúdio à recente decisão do Supremo Tribunal Federal de descriminalizar o aborto realizado até o terceiro mês de gestação.

A de nº 1.462, de 2016, da Câmara Municipal de Barretos, aprovada em sessão plenária, que manifesta repúdio ao uso de aparato logístico e humano do Poder Público em audiência de custódia de preso.

As moções estão disponíveis na secretaria desta Comissão para todos os Senadores.

Em discussão as moções.

Caso algum Senador queira discutir... (*Pausa.*)

As moções estão disponíveis na secretaria da Comissão.

Como temos um quórum já aumentado, esperamos que, começando os trabalhos, possamos ter a presença de todos os Senadores que se comprometeram a vir a esta reunião para votar.

Item 6 da pauta.

O Relator é o Senador Paulo Paim.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Autoria: Senadora Sandra Braga

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

Observações:

Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.

- Em 17/02/2016, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com as Emendas nº1 e 2-CCJ.

- Em 02/03/2016, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para suas considerações, se julgar necessário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, como o relatório é só de duas folhas e nós estamos esperando ainda o quórum, falta um somente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto.

Enquanto ela busca o Senador Eduardo Amorim, eu faço a leitura.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015, que altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos portadores da "Síndrome de Talidomida" (causada por medicamento comercializado no País entre 1958 e 1965, sem a devida atenção das autoridades sanitárias, donde derivou a responsabilidade indenizatória do Estado). Para tanto, a proposição altera o valor de referência que deve ser multiplicado pelo número indicativo do grau de comprometimento causado pela síndrome, elevando-o dos atuais R$359,63 para R$800,00.

A autora sustenta, em sua justificação, que as condições das pessoas portadoras da síndrome agravam-se continuamente com o passar do tempo (novas deficiências, novas dores, novas próteses, novas sequelas), decorridos já mais de 52 anos da interdição da comercialização do medicamento. Também se elevam os custos da lida com a doença, que não mais se deixam vencer pelo valor atual da pensão.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e também a esta Comissão, que sobre ela deverá pronunciar-se de modo terminativo. A CCJ pronunciou-se favoravelmente nos termos de duas emendas, elevando o valor de referência dos R$800,00 propostos para R$1.000,00 e determinando que a lei produza efeitos apenas no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Análise – estamos só esperando a chegada do Senador.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, à CDH compete opinar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, o que torna regimental o exame do PLS nº 504, de 2015.

Tampouco se deixam observar vícios de constitucionalidade ou de juridicidade, conforme demonstra o parecer da CCJ sobre a proposição ora em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Quanto à substância da matéria, não podemos deixar de apoiar e, ao mesmo tempo, cumprimentar, das os parabéns à iniciativa da Senadora Sandra Braga, que contém responsabilidade e senso de justiça para com as vidas marcadas das pessoas portadoras da síndrome de talidomida.

Andou muito bem a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1992, quando reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro ao não coibir a difusão de produto tão destrutivo. O que ora fazemos não é senão cumprir, da melhor forma que pudermos, com nossa dolorosa obrigação reparatória.

As duas emendas aprovadas pela CCJ, a nosso ver, aprimoram o projeto, tanto por aumentar o apoio às vítimas quanto pela precaução com a identificação das devidas fontes orçamentárias.

Esse é o voto, Srª Presidente.

Mediante o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 504, de 2015, nos termos do parecer e das emendas aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sr. Presidenta, terminando, eu queria muito cumprimentar esses jovens homens e mulheres que estão aqui à minha direita, que fizeram um corpo a corpo mesmo com cada Senador e cada Senadora para que tivéssemos quórum. (*Palmas.*)

A SRª CLAUDIA MARQUES MAXIMINO – Esta é uma causa por que estou há 50 anos lutando neste País. As pessoas se esquecem de que as vítimas da talidomida existem e que só houve controle porque a associação, há 26 anos, briga junto à Anvisa e briga junto ao Governo.

Eu só lamento que o Governo Federal não nos coloque no colo, já que reconheceu uma dívida com a gente. O Governo Federal tinha que ter proposto isso, pelo Executivo. Ele não tinha que fazer a gente ficar aqui rastejando, pedindo, implorando. Ele tinha que dar, como todos os países lá fora fizeram.

Obrigada.

Desculpe-me, estou emocionada. Se estou revoltada? Estou, porque são seis anos só atrás desse projeto.

Desculpem-me, senhores.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a melhor parte do meu relatório. Relatório feito e defendido brilhantemente pela nossa colega aqui de Parlamento.

Muito bem. Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Valeu o trabalho.

O Senador Magno Malta quer discutir.

Em discussão.

E o Senador Romário.

Sejamos breves para não perdermos o quórum.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Srª Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já deu o quórum.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já temos quórum. Então, vamos ser breves para não perdermos o quórum.

Depois, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Não é nem discutir, Srª Presidente, porque não há o que discutir. Na verdade, este momento não é nem para louvar o relatório, e penso que o quórum também nem merece esse aplauso todo. Nós estamos todos atrasados no tempo. O que nós devemos às vítimas de talidomida é um pedido de desculpas, porque não é tão somente o Executivo, mas também o Parlamento. Nós é que fazemos as leis. Elas saem daqui. Ainda que fosse uma proposta do Executivo, nós é que teríamos que discutir, que debater.

Faço parte da CDH desde que ela começou e fui o seu primeiro Presidente, seguido depois por outros, pelo Senador Paim, e agora V. Exª. E esta Comissão sempre teve momentos muito importantes na vida da Nação, resgatando dívidas como essas, que são históricas.

Quando estudei em Recife, eu tinha um colega chamado Roberto, que eu chamava de Robertinho, também vítima de talidomida. Então, o que se faz hoje com esse relatório do Senador Paim...

Queremos saudar, por não estar aqui, a Senadora Sandra, que era suplente do esposo e estava no exercício do mandato, Senadora Regina, quando aqui esteve e tomou essa iniciativa. Penso até que perdemos tempo com outros tipos de assunto, que talvez não tenham nos levado a nada, e poderíamos já ter vivido esse momento antes, Senador Paim.

Penso que há coisas de que temos que fazer registro, é importante: a chegada do Senador Romário a esta Casa. Ele tem uma filhinha, a Ivy, com síndrome de Down, e encampou no seu mandato, como bandeira mais importante – é o vento que toca o mandato do Senador Romário –, essa luta em favor das pessoas portadoras de deficiência. Eu também tenho um sobrinho com síndrome de Down, o Senador Lindbergh tem uma filhinha com síndrome de Down, e hoje vieram essas vítimas da talidomida, pelos corredores, empolgados, vivendo, trabalhando, mas reclamando um direito. E esse direito lhes foi negado não tão somente pelo Executivo, mas pelos Poderes como um todo.

Vejam bem, eu digo Poderes como um todo, Senadora Regina, porque o Judiciário se mete em tanta coisa que não lhe pertence, o Judiciário legisla quando não é chamado para legislar, podia muito bem o Judiciário ter tomado a paternidade, já que mete o bedelho em tudo que é lugar, mas não o fez, e nós também não fizemos. Então, às vítimas de talidomida nós devemos um pedido de desculpas, e eu o faço até porque este é o meu segundo mandato nesta Casa, e eu nunca deixei essa Comissão.

Vocês estão de parabéns pela luta, e a nós cabe um pedido de desculpa, porque as gerações futuras haverão de fazer esse registro. Vocês são parte importante da sociedade, e, embora o Poder Público lhes negue um direito, ele lhes cobra imposto. Vocês pagam imposto como qualquer cidadão, trabalham, geram emprego, geram dignidade.

Portanto, essa é a minha fala neste momento, parabenizando o Senador Paim, a Senadora Regina na Presidência, os Senadores desta Comissão e vocês. Recebam de coração o meu pedido de desculpa neste dia tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Consulto os Senadores sobre o seguinte: como a gente sabe que há muitos compromissos, eu sugeriria que se abrisse o painel e que a gente continuasse falando. Pode ser? (*Pausa.*)

Abre-se o painel para votar, porque quem tiver compromisso... Mas a gente continua a discussão.

Senador Romário com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, o Senador Magno Malta já, nas suas poucas palavras, definiu praticamente tudo aquilo que eu também tinha vontade de falar.

Quero agradecer aqui ao Senador Paim por esse brilhante relatório, à Senadora Presidente desta Comissão, Senadora Regina, por dar essa oportunidade a essas pessoas que sofreram anos com esse problema gravíssimo. Mas o mais importante é o que a gente tem que pensar daqui para frente. Esse problema foi resolvido, eles vão ter de novo a oportunidade que deixaram de ter nesses últimos anos, e eu fico feliz e agradecido por todos desta Comissão entenderem a importância da liberação desse recurso para essas pessoas, o que na verdade já está há muitos anos atrasado.

Muito obrigado a todos, e parabéns para vocês por essa brilhante conquista, de muita garra, muita determinação. Vocês realmente merecem.

A SRª CLAUDIA MARQUES MAXIMINO (*Fora do microfone.*) – Estamos juntos nas lutas...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Podem contar com a gente.

A SRª CLAUDIA MARQUES MAXIMINO (*Fora do microfone.*) – ... pelas pessoas com deficiência, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Exatamente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Romário.

O painel está aberto para que os Senadores possam votar.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Srª Presidente, colegas Senadores, é só para dizer que este caso demorou e demorou muito. Tardamos, mas a justiça está sendo feita. E que isso sirva de exemplo para outros casos, não farmacológicos como esse da talidomida mas, até para o caso da zika, que, com certeza, fez um estrago grande e continua fazendo, no nosso País, com as microcefalias. Com certeza, teremos milhares de brasileiros sequelados, uma nova geração de sequelados, com lesões cerebrais graves. E essas famílias, com certeza, precisarão também de uma ajuda especial, de uma aposentadoria especial como essa.

Vocês sofreram muito. Mas tenho certeza de que esse sofrimento e essa luta de vocês estão dando o exemplo para que nós Parlamentares possamos fazer a nossa parte e o Governo possa reconhecer isso. Cito aqui uma nova geração. Existiu a geração da talidomida; agora existe a geração da microcefalia, causada pelo vírus, e que precisa de uma assistência também.

Esse projeto está tramitando, está indo para a CAE, e lá, de forma terminativa, espero que todos nós, Senadores, tenhamos a sensibilidade, como estamos tendo aqui também, de aprová-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Obrigado pelo exemplo! Obrigado pela luta! Que essa luta seja a inspiração para muitos outros brasileiros sequelados também.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senadora Regina...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Petecão. Depois, Senador Capiberibe.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, é apenas para fazer um registro. Eu, sinceramente, fiquei emocionado quando vi aqui a companheira Claudia. Quando estava vindo do meu gabinete, fui abordado por um senhor que me pediu isso com tanto carinho, como se eu estivesse fazendo um favor. Mas não estou aqui fazendo um favor. Estou aqui cumprindo a minha obrigação.

Eu queria dar aqui um testemunho. Eu tive a oportunidade de rodar este Brasil todo com o Romário – nós tínhamos um time de futebol, Câmara e Senado – exatamente tentando fazer a nossa parte também, ajudando as pessoas que precisam, e precisam muito, neste Brasil.

Então, Claudia, parabéns! Eu estava conversando aqui com os amigos, e as suas palavras, com certeza, emocionaram todos os membros desta Comissão. Nós políticos, nós Parlamentares vivemos um momento muito difícil – às vezes, todo mundo tenta desmoralizar o Parlamento, todo mundo tenta diminuir o Parlamento –, e nessas horas, Senador Paim, eu vejo que vale a pena, sim, ser Parlamentar. Eu tenho certeza de que este momento que nós estamos vivendo hoje aqui foi reclamado por ela. Ela não queria... Não é que ela não queria; é que não precisava chegar aqui, até esta Comissão. Foi um trabalho de muitos anos. Ela falava de 40 anos de luta, dela e de outros companheiros. Às vezes, outros nem tiveram a oportunidade de estar aqui, vivendo este momento, pois ficaram pela metade da viagem.

Mas estou aqui com o sentimento do dever cumprido e de que vale, sim, a pena ser um Parlamentar, porque é através do Parlamento que nós podemos ajudar, principalmente aquelas pessoas que são injustiçadas neste País.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Petecão.

Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a negligência do Estado brasileiro está presente em todo momento da história. A talidomida talvez seja um dos mais antigos casos de negligência, de incúria do Estado brasileiro, e continua até hoje.

A convivência com esse Estado que promove injustiça, que permite que uma parcela significativa da sociedade brasileira, do povo brasileiro, principalmente os mais necessitados, os mais distantes do poder, sofram injustiças permanentes... Há um estado de injustiça permanente no Estado brasileiro.

Infelizmente, nós temos que constatar que esse comportamento ocorre exatamente por falta de uma burocracia mais profissionalizada. Enquanto nós alimentarmos o Estado na base da repartição, do loteamento de cargos públicos, do patrimonialismo, nós vamos continuar convivendo com injustiças gritantes como essas.

A luta das pessoas, das vítimas da talidomida parece invisível nessa sociedade. Nossa sociedade não dá visibilidade a milhões de pessoas neste País que vivem permanentemente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

num estado de injustiça terrível e não têm visibilidade. As vítimas da talidomida representam exatamente milhões de outros brasileiros. Infelizmente, essa é a realidade triste no nosso País.

Agora mesmo, nós estamos testemunhando mais um caso de negligência, de corrupção, de omissão do Estado brasileiro, com graves prejuízos para a economia. Não se pode acusar as investigações, porque se sabe que esse comportamento desonesto, criminoso na área econômica é praticado em vários campos da produção. Isso reflete a negligência do Estado brasileiro, que nós precisamos reformar.

Era isso, Sr. Presidente.

Parabéns pela aprovação desse projeto, que já deveria ter acontecido há muitos anos. Já deveria ter sido reconhecida a necessidade de se praticar a justiça a essas pessoas desde o começo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Marta. Em seguida, o Senador Paulo Rocha.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Conforme o compromisso assumido com os portadores de síndrome da talidomida, estou aqui para votar favoravelmente, em virtude de me parecer completamente fora dos padrões mínimos o que hoje os portadores dessa síndrome recebem. Esse aumento de subsídio é uma quantia que não impacta, de forma alguma, o nosso País e é o mínimo que se pode fazer – não há desculpa –, considerando algo terrível que lhes foi feito em razão da negligência do Estado.

Meu voto é "sim".

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Marta.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu já estou há algum tempo no Congresso Nacional – estou desde 1991 aqui, como Deputado e, agora, como Senador – e vivi grandes momentos do Parlamento brasileiro, como a aprovação de projetos importantes para resgatar a dignidade e a cidadania do nosso povo.

Eu mesmo fui autor de projetos, como, por exemplo, o projeto de combate ao trabalho escravo, que consegui aprovar aqui. Foi um grande momento do Parlamento brasileiro.

Petecão, colega lá da Amazônia, esses acontecimentos ocorreram à medida que o povo também conseguiu colocar aqui verdadeiros representantes da sua gente que vêm para cá defender os seus interesses, o interesse do nosso povo e da nossa gente.

Aqui mesmo, está espelhada, nesta bancada, essa representação. Não são representações dos grandes, mas são representações de regiões pobres, de mulheres de dignidade, de trabalhadores, de operários, o Romário aqui como jogador de futebol, enfim...

Eu queria dizer aos companheiros, líderes dessa luta, que é assim que temos conquistado essa interação dos chamados representantes do povo com a mobilização.

A mobilização de vocês no corredor provocou esse processo aqui. Então, é um grande momento do Parlamento brasileiro, um grande momento da luta do povo.

Eu queria registrar, até porque eu fui um dos primeiros a chegar aqui, e, como toda a nossa Bancada está ali, o meu voto não vai entrar. Mas registrem aí que eu estou presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Senadora Regina, eu também gostaria de parabenizar a autora...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Ângela.

Eu gostaria que liberassem também o resultado.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Eu quero parabenizar a autora, Senadora Sandra Braga, nossa querida lá do Amazonas; o Relator, Senador Paulo Paim, que é histórico aqui na defesa das causas das pessoas mais necessitadas; e, também, a Senadora Regina, porque ela fez uma grande mobilização, convidou todos os Senadores. Agora mesmo nós estávamos todos relatando projetos na CCJ, e ela nos convidou para vir aqui para aprovar esse projeto tão importante que mostra claramente a ineficiência, a lentidão do Poder Público federal, estadual e também do Legislativo. São 50 anos de luta que precisavam ser resgatados agora na aprovação desse projeto que vai beneficiar todos vocês.

Parabéns pela mobilização de vocês, também, que ficaram desde cedo lá no corredor abordando os Senadores para que pudessem estar presentes, dando quórum aqui na Comissão de Direitos Humanos para aprovar o projeto que é do interesse de vocês, que é meritório. Vocês merecem, com toda certeza, essa mobilização de todos nós aqui na CDH.

Parabéns e obrigada.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Poderia haver uma inversão de pauta – quando finalizarem a discussão – para o projeto do item nº 9, se não houver quórum, porque ele é terminativo, pelo menos para fazer a leitura?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza, Senadora.

A Senadora Fátima chegou.

Vamos atender à Senadora Marta para pelo menos fazermos a leitura do item.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E eu posso votar, não é?

Depois eu peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É o item 9, Senadora?

Eu queria aproveitar, enquanto a Senadora Fátima vota, o que é simbólico também, para dizer que eu gostaria muito de ter votado nesse projeto, de clicar aqui o meu "sim", mas a Presidente só vota se houver empate. Eu tentei, mesmo que aparecesse ali em lilás, mas eu gostaria muito de ter votado esse projeto. Faz tempo que eu conheço a luta desse pessoal que anda por aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

E mais do que necessário, eu gostaria de lamentar que se precise de uma lei, porque o processo legislativo é lento. Eu acho que cuidar das pessoas deveria ser estratégia de governo, não precisaria tanta legislação. Mas, infelizmente, ainda é preciso isso para poderem ser lembrados.

Então, como disse o Senador Magno Malta, só temos que pedir desculpas por ter demorado tanto.

Vamos encerrar a votação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vou encerrar a votação para proclamarmos o resultado.

Senadora Fátima, depois passo a palavra para V. Exª.

Nós tivemos 11 pessoas no quórum, mais a Presidente.

Votaram SIM, 10; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Então, aprovado por unanimidade. (*Palmas.*)

Parabéns!

Aprovado o projeto e as Emendas de nºs 1 e 2 da CCJ/CDH.

Ela quer fazer um agradecimento. Vamos ouvir a Senadora Fátima, aí depois... Não é comum a gente abrir, mas esse aqui merece.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero, tão somente, Claudia, em seu nome e de todos que fazem a Associação Brasileira dos Portadores da Síndrome de Talidomida, saudá-los pela aprovação do projeto e pelo quanto esse projeto simboliza de respeito, de dignidade, de cuidar das pessoas e de expressar a cidadania.

Senadora Regina, era só isso.

Associo-me aqui aos demais Senadores e Senadoras que aqui já discorreram sobre o mérito, o caráter social e o caráter humano que tem a aprovação desse projeto.

Quero parabenizar todo a Comissão de Direitos Humanos, sob a sua liderança e do Senador Paim, e em especial a vocês, porque foi preciso muita perseverança, muita esperança, muita garra da parte de vocês em não abrirem mão dos sonhos de vocês de maneira nenhuma. Isso foi fundamental para que nós chegássemos a este momento agora e com o projeto aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Vou passar para a Claudia Marques Maximino.

É isso?

A SRª CLAUDIA MARQUES MAXIMINO – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ela quer fazer um agradecimento, e acho que é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A SRª CLAUDIA MARQUES MAXIMINO – Sim, novamente.

Até quero pedir desculpas pela emoção, pelo desabafo, mas quero agradecer a todos, desde a Senadora Sandra Braga ao Senador Paim, porque há dois anos nós estamos indo para cá e para lá, e a todos os senhores que nos apoiaram, pois tivemos uma votação unânime. A preocupação de trazê-los foi porque sei das suas atividades parlamentares, que são complicadas.

Obrigada a todos os assessores que compraram a nossa briga. Adorei conhecê-los, e vamos continuar na luta, porque agora temos o calvário da Câmara. Então, se eu precisar da galera, eu peço ajuda!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos passar, para atender a Senadora, ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Passo a palavra à Senadora Marta para a leitura do seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Primeiro, eu gostaria de parabenizar a Senadora Regina pelas palavras tão bonitas que colocou aqui nesta votação da síndrome de talidomida e também de parabenizar a Senadora Sandra Braga, porque finalmente podemos votar esse projeto tão esperado.

Parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação.

Relatório.

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 126, de 2016, do Senador Waldemir Moka, que dispõe sobre o uso de símbolos não pejorativos para identificar a pessoa com deficiência e a pessoa idosa.

Para tanto, o PLS altera a Lei nº 7.405, de 1985, retirando da legislação a referência ao Símbolo Internacional de Acesso, atualmente em uso, e substituindo-a pela expressão "símbolo identificador de pessoa com deficiência, universal e livre de conteúdo pejorativo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Também modifica a Lei nº 10.741, de outubro de 2003, para estabelecer que o símbolo de acessibilidade, quando se referir à pessoa idosa, deve ser desprovido de caráter pejorativo, baseado objetivamente na idade mínima de 60 anos.

O Senador Waldemir Moka justifica sua iniciativa...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Marta, desculpa... É que o pessoal queria fotografar. Pode até vir para cá e, em seguida, continua a sua leitura.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Está bem. Vou para aí, então.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente não pode deixar de fazer, porque é um registro importante da história. (*Pausa.*)

Convido a Senadora Marta a retomar sua leitura.

Então, com a palavra a Senadora Marta, para leitura do seu relatório – continuar a leitura.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O Senador Waldemir Moka justifica sua iniciativa argumentando que essas leis se destinam justamente à proteção das pessoas com deficiência e pessoas idosas e não devem incorrer, portanto, no fortalecimento de juízos constrangedores e preconceituosos.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

Análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção e integração social das pessoas com deficiência, além de proteção aos idosos, caso do PLS nº 126, de 2016, ora em análise.

Em vista da distribuição do PLS em decisão terminativa a este do Colegiado, também cabe à CDH pronunciar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, os quais consideramos plenamente satisfeitos.

No mérito, entendemos ser oportuna a iniciativa, uma vez que busca justamente chamar a atenção para que os símbolos identificadores de pessoas com deficiência ou idosas não carreguem consigo preconceitos reforçadores de padrões ultrapassados, como, por exemplo, considerar a pessoa com deficiência alguém incapaz de se mover ou se referir a uma pessoa idosa como alguém doente e cansado, com bengalinha.

A proposição, acertadamente, em vez de proibir os atuais símbolos, indica as características das imagens identificadoras, expressando de modo positivo que devem ser livres de conceitos pejorativos.

Com relação à pessoa idosa, orienta o regulamento a apresentar uma pictografia baseada na idade, e não no estado físico, medida que consideramos correta e desejável.

Já em relação à pessoa com deficiência, o projeto suprime a necessidade de que a identificação utilize a imagem do Símbolo Internacional de Acessibilidade (SIA), criado na década de 1969, conforme termos definidos pela Organização Internacional de Padronização (ISO, na sigla em inglês).

O SIA foi concebido para identificar serviços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos livres de barreiras arquitetônicas. Sua finalidade é informar que, naqueles locais, pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida poderão usufruir de certo grau de independência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O símbolo pertence ao domínio público, ou seja, pode ser utilizado independentemente do pagamento de qualquer taxa, desde que cumpridas as condições estabelecidas pela organização que o concebeu.

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamento da Lei nº 10.098, de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade, designa o uso do SIA para os transportes públicos adaptados e para os locais destinados a pessoas com dificuldade de locomoção. Orientação semelhante pode ser encontrada na Lei nº 13.146, de 2015, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O uso do símbolo, portanto, dirige-se, fundamentalmente, a identificar, marcar ou assinalar uma rota para edifícios ou equipamentos acessíveis. Existem, ainda, outros símbolos internacionais especificamente destinados a designar locais acessíveis a pessoas com deficiência visual; auditiva; e intelectual.

Concordamos que a cadeira de rodas estática pode não ser o melhor símbolo para designar as pessoas com deficiências locomotivas; e sabemos que há discussões em comissões específicas da Organização das Nações Unidas acerca da construção de um novo símbolo universal, associado às definições consubstanciadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

No entanto, embora a proposição não vede o uso do Símbolo Internacional de Acessibilidade, a flexibilização de seu uso pode acarretar uma perda indesejada do nível de padronização já alcançado. Essa condição é ainda mais agravada no quadro contemporâneo de sociedades globalizadas, nas quais pode ser um conforto para alguém com deficiência no estrangeiro reconhecer um símbolo adotado mundialmente há mais de 50 anos.

Ademais, em que pese a evidente preocupação do autor da matéria em proteger as pessoas com deficiência de serem vistas de maneira estereotipada, as despesas necessárias a adaptações a novos padrões eventualmente criados após a aprovação da medida poderiam ser mais bem empregadas na ampliação do nosso nível de acessibilidade, muito aquém dos níveis aceitáveis.

Por isso, apresentamos emenda no sentido de manter a legislação no que se refere ao uso do SIA, a fim de garantir, inclusive, a conexão dos padrões brasileiros aos estabelecidos universalmente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 126, de 2016, com as seguintes emendas:

Emenda:

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2016:

> Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa idosa.

Emenda:

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2016:

> Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa idosa.

Emenda:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Suprimam-se os arts. 2º, 3º e 4º do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2016, renumerando-se os seguintes.

É esse o relatório, Srª Presidente.

Acabando de ler o relatório, não temos quórum para votar porque é terminativo, eu gostaria de fazer um comentário, porque foi feita uma observação. Não sei se foi o Senador Valadares que falou sobre a questão da carne, acho que foi – se não foi ele, peço desculpas; eu estava de costas e não vi, não identifiquei. Juntando com a história da talidomida, da negligência e de tudo mais, eu acredito que realmente há uma negligência bastante séria ainda em relação à fiscalização de tudo no Brasil. Não é só do que consumimos, é de tudo. E isso está dando nesse mar de corrupção e de dinheiro desviado.

Agora, eu também me ressenti, como Senadora, mas, principalmente, como cidadã – porque tenho acompanhado também o êxito das nossas empresas que viraram internacionais durante os governos Lula e, depois, Dilma –, foi com a falta de sensibilidade, eu diria, a falta de tarimba até, ou por querer palco, não sei. Porque a população, Senadora, teria que ser informada do que está acontecendo, porque é um acinte para o consumidor.

Ao mesmo tempo, nós temos mais de quatro mil frigoríficos no País, e são 21, ou 31, que estão com esse problema tão sério. E o que acarretou? Eu me lembrei de fazer esse comentário porque acabou de entrar no meu celular: "Exportação de carne brasileira despenca de R$63 milhões por dia a R$74 mil após operação da Polícia Federal". O que isso vai acarretar em termos de perda de emprego, de prestígio internacional – porque foram dez anos para conquistar e tanto empenho dos governos anteriores, dos próprios empresários, por acreditarem no Brasil, e de tanta gente que trabalhou para isso – é trágico, e eu queria deixar esse sentimento aqui de indignação de como foi conduzida essa operação.

É isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza, Senadora Marta.

O seu relatório está lido, e a gente deixa a discussão para quando houver quórum, porque é um tema superimportante para a questão das pessoas com deficiência e dos idosos. Então, quando houver quórum, a gente faz a discussão, na reunião em que houver quórum.

Mas a senhora tem razão também no seu comentário, porque eu acho que a gente deixou exagerar. As investigações estão sendo muito feitas para a mídia. Em primeiro lugar, quem toma conhecimento é a mídia, e não é essa a finalidade de uma investigação. Eu acho que deixar a gente dois anos sem saber o que estava comendo, o que estava consumido é grave. Então, é preciso que a gente tenha a discussão ampla desse assunto, sem disputa ideológica, mas para a gente chegar a algo. Eu acho que não dá para as investigações neste País sempre serem um espetáculo, e, depois, acontecer o que está acontecendo. Então, já estão desdizendo uma coisa aqui, outra ali, não é do tamanho que parecia, mas o estrago já está feito.

Então, é preciso que a gente discuta isso mesmo. Acho até que está havendo uma discussão lá, na CCJ, nesse sentido.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Regina e Senadora Marta Suplicy, eu vou também entrar no assunto, até porque isso tem tudo a ver com a Comissão de Direitos Humanos. Neste momento, sendo confirmado esse dado que a Senadora Marta Suplicy trouxe aqui, ele é uma hecatombe, porque, de milhões baixar para milhares, isso vai deixar muitas famílias desempregadas. E mais: o impacto em toda a cadeia, de ração, dos pecuaristas.

Em Estados como – eu creio – até o próprio Piauí, há pequenas pessoas que criam as suas vaquinhas e têm a esperança de vender. Agora, talvez não ache mercado e, se achar, o preço cai. Então, isso prejudica todo mundo.

Todo mundo aqui, no Senado, tem desde o início apoiado. Eu trabalhei na Polícia Federal por 22 anos – é a mesma polícia no Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal e a Federal –, mas o que eu sinto é que a população, a classe política e todos sempre deram muito apoio, independente de governo, para que a polícia brasileira trabalhasse de forma autônoma e independente. Agora, nós não podemos ter no País uma Gestapo.

Aqui não quero generalizar, Senadora Marta, mas todas as corporações e todos os lugares têm aqueles que exageram na sua forma de agir. É justo que um homem tenha prazer no seu trabalho bem executado, mas, às vezes, até no futebol, em uma comemoração, o jogador, por mais bonito que seja o gol, às vezes, toma cartão amarelo e, por vezes, até vermelho por exagerar. Vai lá, joga-se para a torcida, colocou a torcida em perigo, o juiz vai lá e dá cartão. Até no futebol. Então, não queremos, e eu não vi nenhum Senador maculando o mérito da investigação. Todos querem que o nosso sistema seja bem fiscalizado – e o é, conheço-o bem.

Agora, quando eu li na imprensa "a maior operação da história", eu pensei que estava vindo BNDES, vindo questão de corrupção. Não! Encontraram algumas carnes que estavam sendo lavadas com ácido ascórbico – e isso não é de hoje que eu ouço que acontece –, para deixar a carne mais vermelha e mais bonita; confundiram ácido ascórbico com ácido sórbico; enfim, virou aquela confusão; disso aí já virou para carne podre; e daí a pouco já virou carne moída com papelão.

E eu já tenho dito aqui que meu pai, Senadora Regina, é um homem analfabeto, mas, quando ele viu esse negócio, ele começou a dar risada, porque ele trabalhou em frigorífico. E ele falou: "Não, isso aí não é assim". Quando se fala de papelão na carne é porque nos frigoríficos papelão é caro, então, quando se fala de embalar em papelão, isso indica custo e tem que pedir autorização. Porque geralmente se coloca em saco plástico. Quando se coloca no saco plástico, a carne dá aquela espalhada, é mais volume e tal; quando se coloca em uma caixa de papelão, o espaço obviamente é menor, mas tem custo. Por isso que se pergunta: "e aí, põe papelão na carne?" Ele disse que é: "embala com papelão?"

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É inacreditável...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É isso que eu estou falando.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É inacreditável! E a gente achando que havia papelão na carne.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não. Meu pai trabalhou muitos anos em frigorífico e me falou isso. É um homem analfabeto, mas nem por isso deixa de ter credibilidade. Eu falei: o senhor está brincando que é isso? Ele falou: lógico, tenta moer papelão com carne para ver se você não vai perceber. Você percebe, não tem como.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, essas coisas não podemos... E aí, por causa de uma má interpretação dessa, todos os oportunistas agora do mercado mundial vão dizer: "a carne do Brasil está podre; não vamos comprar" e tarará e tarará. Nós podíamos ter tratado esse assunto como o assunto de polícia que é. Lá, quem for podre que se quebre. Agora, os oportunistas políticos vêm para cima disso, quem quer ganhar mercado vem para cima disso, e a própria Polícia Federal teve um prejuízo imenso.

Se eu fosse o Presidente da República, com todo o respeito pelo diretor, teria trocado a diretoria – e sugiro isso, trocar a diretoria – para que se faça um freio de arrumação, Senadora Regina. Eu diria: queremos a polícia efetivamente trabalhando, tem todo o apoio, mas esse departamento de *marketing* precisa ser revisto, porque a polícia e as leis existem para servirem as pessoas, para servirem os cidadãos, não o contrário. E, nesse momento, a gente viu que foi usada toda a credibilidade do País, gastamos ficha que não tínhamos para servir, vamos dizer assim, ao *marketing* geral ou de alguém ou de uma corporação.

Muito obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu quero parabenizar as palavras tão elucidativas do Senador Medeiros, porque realmente essa informação que V. Exª deu é muito importante.

Agora, é realmente uma campanha... Parece que todos querem só se "bacanear". E, na medida em que querem fazer isso, eles infligiram ao País, primeiro ao consumidor nacional, uma preocupação gigantesca. Querendo ou não, está valendo também: um vendedor de coxinha vegetariana no final de semana vendeu o quádruplo do que costuma vender porque as pessoas não estavam consumindo nenhum produto como cachorro-quente ou coisas que havia ali na região, como hambúrguer, tal. Quer dizer, houve um impacto para a população, o medo que se gerou, para mães também.

E, ao mesmo tempo, como V. Exª levantou muito bem, houve o impacto internacional. Quer dizer, nós estamos conquistando a duras penas um prestígio internacional dos nossos produtos, e isso demorou muitos anos; não foi do dia para a noite. E de repente nós vimos isso despencar.

Acredito que o Governo está fazendo uma contraofensiva boa. Ao contrário do que alguns disseram, eu achei que o Presidente ter levado os embaixadores a almoçar em uma churrascaria foi absolutamente correto. Não importa que depois alguns tenham dado para trás ou para frente. Não importa; o gesto foi feito, e isso está começando a ser revisto. E o Ministro Blairo também, passando todo o tempo na televisão como se processa toda a carne, os cuidados etc.

Mas o custo é esse que eu estava repetindo já, de bilhão passou para milhão, e o desemprego vem aí, como V. Exª colocou. É desastroso o que fizeram.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Regina, só para dar mais um esclarecimento sobre a fiscalização. Dentro dos nossos frigoríficos, os países têm pessoas fiscalizando. Inclusive, para quem não sabe, para o pessoal da cultura árabe, que vem do Islã, o gado tem que ser morto de acordo com as especificações: é morto por uma espada, que corta ali na aba abaixo do pescoço, para inclusive seguir os preceitos da religião.

Quer dizer, quem tiver a oportunidade de ir em uma planta frigorífica pode ver. Se cair um pedaço de carne no chão, isso já não serve mais, como disse o Senador Cidinho. Agora, é óbvio que, em quatro mil e tantas plantas que existem no Brasil, um ou outro quer fazer número e faz esse tipo de coisa, que acabou prejudicando todo mundo e deu esse problema.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Medeiros. Só para confirmar aquilo que eu falei, da questão da necessidade do espetáculo, porque me parece que essa coisa do papelão saiu nas gravações, mas no relatório da PF me parece, pelo que eu fui informada, que não consta isso. Mas aí, o que vale é a gravação, o mundo inteiro ouviu...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Internacionalmente saiu. Na imprensa internacional saiu.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois é, como estou dizendo, parece-me que o papelão foi mais uma coisa de noticiário de mídia do que no relatório da PF. O que me informaram...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Foi incompetência mesmo! Confundiram a escuta. Incompetência. É um desastre ter um grupo dessa responsabilidade que se porta dessa forma.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, obrigada Senadora Marta, Senador Medeiros.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia vinte e três de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência eventual do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, José Medeiros e Ronaldo Caiado, e ainda da Senadora não membro Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Regina Sousa, Eduardo Amorim, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Thieres Pinto. O Senador Hélio José justifica sua ausência. Registra-se a presença da Deputada Federal Raquel Muniz. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 10/2017, de autoria do Senador Paulo Paim e outros. **Finalidade:** Debater o tema: "Consequências da Reforma da Previdência na Vida das Mulheres", em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal. Inicialmente, o Senhor Presidente eventual concede a palavra a Procuradora da Mulher do Senado Senadora Vanessa Grazziotin para que faça suas considerações iniciais. o Senhor Presidente eventual concede a palavra a Srª Roberta Viegas do Observatório da Mulher, da violência contra a mulher do Senado Federal. O Senhor Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem de **Participantes:** Denise Lobato Gentil, Professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Rosa Maria Campos Jorge, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Luciana Farias, Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários - IAPE; Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; Maria Inez Rezende, Presidente da Fundação ANFIP; Isis Tavares Neves, Secretária de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; Anna Beatriz Parlato, Assessora no Ministério Público do Trabalho e integrante da Associação de Advogados pela Igualdade de Gênero, Raça e Etnia; Dorenice Flor da Cruz, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. **Resultado:** Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). O Senhor Presidente eventual concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no Plenário: Roberta Viegas e ex-Senadora Emília Fernandes. O Senhor Presidente eventual registra a presença de pessoas presentes no Plenário. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e as Senadoras Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Paulo Paim
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 10, de 2017, desta Comissão, de autoria tanto da Senadora Regina Sousa, nossa, como também da Senadora Vanessa Grazziotin e outros, para debater as consequências da reforma da Previdência na vida das mulheres, em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo nº 0800-612211.

Antes de passar a palavra, porque quero que ela abra... Sempre digo que esta audiência pública é das mulheres, mas os homens têm de estar juntos, porque essa é uma luta de todos nós. Por isso fiz questão de vir aqui.

Registro que a abertura seria feita pela Presidenta Regina Sousa, mas ela teve um problema de saúde, está aqui no posto médico, logo que se recuperar vem para cá.

Eu ficarei aqui pelo tempo necessário. A minha querida Senadora Vanessa terá de viajar. Então, de imediato, ela fará a abertura política, técnica, social, já avançando no que significa essa maldita reforma da Previdência.

Vida longa às mulheres brasileiras!

Ela fará a abertura e, em seguida, a gente formata a Mesa. (*Palmas.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador Paim.

Primeiro, quero dizer da alegria que, tenho certeza, não só eu, mas todas nós aqui, as mulheres e os homens, temos de tê-lo presidindo esta importante reunião. Eu aqui quero aproveitar esses pouquíssimos minutos que tenho para registrar o papel que o Senador Paim tem desempenhado no Senado Federal, porque aqui no Senado nós temos muitas matérias que tramitam ao mesmo tempo; entretanto, em todas aquelas vinculadas aos direitos dos trabalhadores diretamente, a gente tem, no Senador Paim, a nossa grande referência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um auxiliar teu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não! O que é isso? É nossa grande referência.

A Comissão de Direitos Humanos, de que ele hoje é Presidente e presidiu até o ano passado, tem sido um local, tem sido o espaço do Senado Federal a serviço do conjunto da Nação brasileira, das trabalhadoras e dos trabalhadores. Isso para a gente é muito bom. O exemplo está aqui no dia de hoje, uma quinta-feira pela manhã, uma audiência em conjunto da Comissão de Direitos Humanos e da Procuradoria da Mulher do Senado Federal, para tratar especialmente dos impactos da reforma da Previdência sobre as mulheres, porque nós, efetivamente, somos a parcela da sociedade que mais sofrerá, caso seja aprovada essa reforma da Previdência.

Nós, efetivamente, somos a parcela da sociedade que mais sofrerá caso seja aprovada essa reforma da previdência.

Aquilo que o Presidente ilegítimo anunciou no dia de ontem, que tirará servidores estaduais e municipais, não é verdade, eles ainda estão buscando a fórmula para ver como separar. Mas aquilo tem um único objetivo. Aqui eu vejo a companheira Isis, que além de ser da direção nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, também é da CNTE – não sei se há mais alguém aqui da CNTE, Isis; é, a Taís é da CNTE –, e os professores não são bobos, porque a notícia de ontem é para tentar tirar servidores públicos estaduais e municipais da luta contra a reforma da Previdência. Mas ele não está tratando com nenhum ignorante, porque os professores, os trabalhadores em educação, os policiais, mais do que ninguém, sabem que, uma vez aprovada a reforma nacional, imediatamente serão aprovadas as estaduais, tal qual estão fazendo com o teto dos gastos públicos. Ele está impondo que, para que a União possa ajudar os Estados, que os Estados aprovem a mesma medida aprovada em nível nacional. Então, eles estão enganados em pensar ou imaginar que nós sairemos das ruas e das lutas. Não sairemos! (*Palmas.*)

Pelo contrário, tomaremos as ruas cada vez mais.

E Paim, o que aconteceu ontem, eu acho que tem que servir de alerta. O que a Câmara aprovou ontem à noite, a lei, porque vai à sanção diretamente – um projeto de 1988, e o Paim passou anos e anos tentando negociar um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dois anos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente. Fizemos. Ele, pessoalmente – depois é importante relatar –, fez um acordo com a Câmara dos Deputados, com o Presidente, sobre o qual passaram por cima, e aprovaram um projeto que diz que é para regulamentar, criar empregos. Mentira! É para transformar toda mão de obra brasileira em mão de obra terceirizada. E por quê, o que significa, qual a diferença? Não têm os direitos que têm os trabalhadores contratados diretamente. Aumentaram para nove meses o período de trabalho temporário e dispensa.

Ou seja, gente é aquilo. Eu recebi um *post* hoje que nós temos que viralizar. Há dois documentos que eles poderiam abolir: o título de eleitor e a carteira de trabalho; o título de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

eleitor e a carteira de trabalho, que não está valendo mais para nada. E o próximo passo é a reforma da Previdência.

Mas, Paim, por fim dizer que nós já acertamos com algumas convidadas – eu vejo a Fattorelli aqui também, que sei que ajudará; a Rita, as consultoras e os consultores do Senado que estão presentes, que atuam tanto para a Comissão quanto para a Procuradoria –, e a gente precisa muito que esta audiência de hoje aqui já esteja no papel, mas não é em uma ata da reunião não, é em forma de apresentação, publicada, para terça-feira de manhã termos centenas de cópias, para distribuirmos aqui no Senado e na Câmara dos Deputados. É disso que a gente precisa. Então, terça-feira, Paim, quando a gente chegar, nós vamos panfletar os impactos ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estarei junto lá.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... da reforma da Previdência para o conjunto das mulheres brasileiras, está certo, gente?

Muito obrigada, um grande abraço e uma boa audiência pública para todas.

Obrigada, Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um abraço, valeu, valeu.

De imediato, para a gente poder ouvi-las – para mim é fundamental ouvi-las–, eu vou chamar à Mesa Maria Lucia Fattorelli, por favor, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública. (*Palmas.*)

Maria Inez Rezende, Presidente da Fundação Anfip. (*Palmas.*)

Luciana Farias, Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários. Por favor.

Denise Gentil, Professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – que tem sido uma referência para todos nós e vai ser chamada à CPI para defender o povo contra os ladrões que querem continuar roubando o dinheiro da Previdência.

Rosa Maria Campos Jorge, Diretora-Executiva do Sindicado Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). (*Palmas.*)

Pediram-me, a assessoria estava me cobrando...

Sejam todas bem-vindas, e um abraço para cada uma.

A assessoria me pediu que, no primeiro momento, eu passasse a palavra para a Srª Roberta Viegas fazer uma comunicação, conforme já acordado com a querida Senadora Vanessa e com a Senadora Regina, que está no posto médico.

Por favor, com a palavra a Srª Roberta Viegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ROBERTA VIEGAS – Bom dia, Senador Paim, bom dia a todos os membros da Mesa, bom dia a todos e todas da plateia.

Agradeço por este espaço e serei breve, só aproveitando que no mês de março está em pauta o tema das mulheres em geral. Eu trabalho no Observatório da Mulher, da violência contra a mulher, aqui do Senado, que surgiu do diagnóstico da lacuna de dados sobre violência de forma consolidada no Brasil, para a melhoria no combate à violência contra as mulheres. Política pública só se faz com dados, e a ausência de dados atrapalha a execução da política.

Eu vim apresentar especificamente, muito brevemente, um artigo que fizemos, analisando uma pesquisa que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública fez, agora em fevereiro, em parceria com o Datafolha e o Instituto Avon.

É uma pesquisa ampla sobre violência contra mulheres em geral, e o Observatório analisou especificamente a tolerância social à violência contra mulheres em espaço público, que é um aspecto ainda muito pouco analisado, muito pouco trabalhado. Então, há muitos dados interessantes, dentre os quais eu posso destacar que três em cada cinco mulheres de 16 a 24 anos relataram ter sofrido violência em espaço público nos últimos doze meses. É um dado muito forte e, ainda assim, possivelmente subnotificado, diminuído. Então, a gente problematiza esse dado e fala sobre outros também.

Essa pesquisa pode ser acessada no *site* do Observatório aqui do Senado, que é o www.senado.leg.br/omv. Se baixar a página, está lá nos destaques. É uma pesquisa bastante interessante, e convido todas e todos para acessá-la.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Srª Roberta Viegas.

De imediato, convoco a nossa querida amiga, guerreira, lutadora que viaja este País todo, Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Bom dia a todas e a todos! Bom dia, Senador Paim! Registro aqui o agradecimento à Senadora Regina. Espero que ela logo melhore do mal-estar e esteja aqui conosco.

Eu preparei uma apresentação – e peço para os assessores irem passando – sobre as consequências, mas, em respeito ao tempo, vou ter de pular muitas telas. Então, peço ajuda para passar adiante, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu marco dez, mas são dez com mais cinco. São, no mínimo, quinze minutos para cada um.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Está bem.

Vamos ao primeiro. O Brasil atualmente é a nona economia mundial. E esta audiência pública vem num dia muito especial: acaba de ser divulgado o relatório da ONU sobre o IDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Índice de Desenvolvimento Humano). O Brasil está na 79ª posição, empatado com a Ilha Granada.

Por favor, passe a tela. Obrigada.

Septuagésima nona posição, Senador Paim, junto com a Ilha Granada! Eu procurei saber, porque eu não me lembrava, sobre a Ilha Granada: uma ilha no Caribe, que tem 344km², 110 mil habitantes e produz noz-moscada. O nível de atendimento dos direitos humanos, o IDH do Brasil é o mesmo IDH dessa ilha, que tem 344km² e produz noz-moscada. O Brasil é a nona economia mundial. É o país mais rico do mundo em minérios, temos 55 minérios. Temos o nióbio, temos petróleo, temos água, terras, riquezas, todas as fontes energéticas! Temos US$370 bilhões em reservas internacionais, temos mais de um trilhão esterilizados no caixa do Banco Central das operações de mercado aberto, temos sobra orçamentária todo ano, um colchão de segurança para pagar juros da dívida de centenas de bilhões de reais! Temos uma dívida por cobrar, uma dívida ecológica por cobrar porque temos mais de 500 anos de exploração ambiental, e o conceito de dívida ecológica nem é estabelecido no Brasil! Não há interesse. Nós temos trilhões de créditos em dívida ecológica por cobrar, e sequer o conceito está estabelecido. E temos um potencial de arrecadação tributária fenomenal, porque poderíamos estar cobrando imposto sobre grandes fortunas, poderíamos estar cobrando os lucros distribuídos aos banqueiros sócios, os lucros remetidos ao exterior e demais lucros distribuídos e não cobrados e benesses tributárias, renúncias fiscais e desonerações fiscais. Então, temos potencial de arrecadação.

Era para estarmos em outro patamar neste País, mas estamos num patamar miserável que não atende aos direitos humanos: 79º IDH para este País. É uma vergonha, é uma grande vergonha! Então, aqui estamos na Comissão de Direitos Humanos, e era preciso registrar isso antes de entrar no tema.

Nosso tema aqui é a PEC 287, a contrarreforma. Os argumentos do Governo para essa contrarreforma não se sustentam. O primeiro argumento: o falacioso déficit. O déficit não existe, o déficit é fabricado. Pegam apenas uma das receitas, uma das fontes da seguridade social, o INSS pago pelos empregados e empregadores, e comparam com toda a despesa da Previdência Social.

Não computam a Cofins, que é paga por todos nós, embutida no consumo, a Contribuição Social Sob o Lucro Líquido, paga pelas empresas, o PIS/Pasep, a contribuição que incide sobre a venda de produção rural, a contribuição que incide sobre as importações, e tantas outras contribuições menores, a parcela que o próprio Governo tem que colocar na seguridade social.

Quando fazemos a conta honestamente, em 2005, sobraram R$72,7 bilhões. Em 2010, sobraram R$53,9 bilhões; em 2011, R$76,1 bilhões; em 2012, R$82,8 bilhões; em 2013, R$76,4 bilhões; em 2014, R$55,7 bilhões; em 2015, caiu para R$11,7 bilhões, mas ainda houve um superávit na seguridade social, uma sobra de recursos.

E para onde estão indo esses recursos? São desviados, são desvinculados, por meio da chamada DRU, para pagar juros sobre a sobra de caixa dos bancos, que fica lá no Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Central. E o Banco Central remunera diariamente. Atualmente, R$1,86 trilhão, Senador, parados no caixa do Banco Central, e o Banco Central remunerando isso diariamente e gerando dívida pública. E aí a dívida pública elevada é a justificativa para todas essas contrarreformas e retiradas de direitos.

Em relação ao setor rural, é outro déficit fabricado, R$105 bilhões o Governo anuncia. É outro déficit fabricado, que não existe. O Governo se esquece de que ele mesmo desonerou o *agrobusiness* de pagar contribuições e depois fala que tem déficit e quer que o trabalhador rural, que sempre foi tratado como escravo no nosso País e que é o responsável pela vida... Porque são os produtores rurais que colocam alimento na nossa mesa. Agora querem que ele pague para ter direito, depois de 49 anos de contribuição, a um salário mínimo de aposentadoria. É o retorno, Senador, ao estado de escravidão em nosso País.

As mulheres do campo são as mais sacrificadas, porque as condições de trabalho são precárias, a informalidade é enorme. Como é que elas vão comprovar tempo de contribuição?

Outro argumento do Governo: a longevidade. A longevidade não é problema; a longevidade é solução, é uma benção. O problema do financiamento da Seguridade Social está no desemprego. Nós estamos vivendo tempos de desemprego recorde. Dados da pesquisa do IBGE (PEA 2016) demonstram isso.

Nós temos 166 milhões de pessoas em idade para trabalhar; dessas 166 milhões, apenas 90 estão empregadas; 12 milhões desempregadas e 64 milhões fora do mercado de trabalho. Então, nós temos 76 milhões de pessoas fora, sem emprego no Brasil, ou na informalidade, ou abandonados na rua, sem contribuir. E agora, com esse projeto aprovado ontem na Câmara, essa estatística ainda vai piorar mais, e o financiamento da seguridade social vai ficar ainda mais comprometido sob esse aspecto das contribuições sobre a folha. E nós temos um nível salarial muito baixo no Brasil. Quase um quarto recebe menos de um salário mínimo.

Então, a longevidade não é problema. O problema do País é o desemprego, porque, se tivéssemos emprego para essas 76 milhões de pessoas, não haveria problema nenhum para financiar a seguridade social.

Pode passar, por favor.

As mulheres. O argumento do Governo em relação às mulheres é de que as mulheres não precisam de tratamento diferenciado. Esquecem-se das condições totalmente diferentes em que somos tratadas no mundo do trabalho. O modelo capitalista machista discrimina as mulheres. Nós temos muito mais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho; não temos condições adequadas. Nós temos creche para colocar nossos filhos, para que possamos trabalhar? Nós temos salários mais baixos, apesar da maior escolaridade comprovada das mulheres; nós temos menor acesso a postos de chefia e a cargos, mesmo no serviço público, onde as mulheres ingressam por concurso – olhem os cargos de chefia! Temos muito mais dificuldade de acesso a cargos de chefia. Aqui mesmo no Congresso, representantes mulheres... É um dos países com a menor representação feminina no Parlamento. Desconsideram a nossa jornada de trabalho; de quem cria os filhos; de quem cuida da saúde da família. A PEC extingue o direito das mulheres a se aposentarem cinco anos antes. E nós sabemos, nas outras modificações da PEC, quando ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

iguala homens e mulheres para atingir 65 anos de idade mínima, que ninguém vai conseguir se aposentar com 65 – 65 é o mínimo, é a partir daí! Todas as pessoas, homens e mulheres, terão que comprovar tempo de contribuição.

Com esses afastamentos das mulheres dedicadas à própria procriação... Eu fui mandada embora, quando fiquei grávida do meu primeiro filho. Eu era terceirizada da Acesita, eu trabalhava na Acesita, maior companhia de aço da América Latina, eu era terceirizada, eu era contratada pela Selen e, quando eu cheguei lá, toda feliz da vida, contando que estava grávida do meu primeiro filho: rua! Fui mandada embora. Por isso que depois eu fui estudar para fazer concurso, porque falei: "Como eu vou fazer para me sustentar a vida toda?" Tem de ter a garantia do concurso público.

Seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Que agora vai desaparecer...

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Que vai desaparecer, porque agora tudo pode ser terceirizado. Tudo pode ser terceirizado!

Então, diante dessa dificuldade das mulheres para completar tempo de serviço – porque somos mandadas embora quando engravidamos, somos mandadas embora quando os filhos começam a adoecer muito, somos mandadas embora em tempos de crise, somos as primeiras a serem mandadas embora... Na Grécia, quando veio a crise, todas as mulheres foram demitidas, porque isso possibilitou que se fechassem as creches públicas. Para que creche, se as mulheres estão em casa? Para que serviços de assistência social? As mulheres que cuidem dos seus doentes e dos seus incapazes, das suas crianças. Acabaram com os serviços de creche e de assistência social. Podemos ver que isso é o que está planejado para cá, em um dos países mais ricos do Planeta.

A prova da dificuldade das mulheres para completar tempo de contribuição está nos números da estatística: em 2014, 64,5% das aposentadorias concedidas para mulheres foram por idade; quanto aos homens, apenas 36% foram por idade. As mulheres não conseguem completar tempo de contribuição por causa de toda essa intermitência. E a situação é ainda mais grave para as mulheres do campo, submetidas a uma rotina ainda muito mais pesada.

Pode passar.

Outro argumento do Governo é de que a previdência tem um gasto muito elevado, que é insustentável, e que é preciso tirar direitos, alongar o tempo, para adiar a aposentadoria das pessoas para que elas recebam aposentadoria por menos tempo antes de morrer. Mentira! O maior gasto público do Brasil é com a chamada dívida pública. É o maior gasto. Todo ano, juros e amortizações da dívida levam quase a metade. E a maioria disso aqui são juros...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – ... porque, desde a CPI da dívida, nós temos denunciado a megapedalada, a megacorrupção financeira que está acontecendo no Brasil, que é a contabilização de juros como se fossem amortização, burlando-se o art. 163 da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Federal, fazendo a dívida explodir. Fazendo a dívida explodir! E aí, a dívida elevada é a justificativa para o aumento da DRU, para as contrarreformas e tudo mais.

É por isso – já partindo para o encerramento – que o que está por trás dessa reforma, dessa contrarreforma da PEC 287, é morder os recursos da Previdência Social, que ainda recebe 22% do Orçamento federal para atender a mais de 60 milhões de brasileiros e brasileiras. O que está por trás é morder essa fatia para beneficiar ainda mais o pagamento de juros e, adicionalmente, possibilitar um grande volume de negócios para o mercado financeiro, com os planos de previdência privada, com os fundos de pensão que os Estados e Municípios estão sendo obrigados a abrir; previdência complementar de natureza aberta, que será administrada pelo mercado financeiro.

Então, centenas de entidades da sociedade civil estão lançando uma campanha, uma Consulta Nacional Popular, com quatro perguntas sobre: a reforma da previdência; a reforma trabalhista; as privatizações, que estão avançando sobre saúde, educação, água terras e sobre a auditoria da dívida

Queremos perguntar à população: Você concorda em que é necessário barrar a reforma da previdência (PEC 287), que destrói o seu direito à aposentadoria e pensão para privilegiar ainda mais o mercado financeiro? Você concorda em que é necessário barrar a reforma trabalhista, que aumenta a jornada de trabalho, retira direitos como férias, décimo terceiro, carteira assinada, entre outros? Você concorda em que é necessário impedir a privatização da educação, saúde, transporte, energia e riquezas naturais como água, petróleo, nióbio, terras, entre outros? Você concorda em que é necessário realizar a auditoria cidadã da dívida pública a fim de acabar com o privilégio dos bancos e garantir mais recursos para educação, saúde, previdência, moradia, reforma agrária, segurança e outros?" Todas as pessoas podem responder na página www.consultanacional2017.com.br e também abraçar essa campanha. As entidades que ainda não enviaram os logotipos podem fazer contato. Neste *site* mesmo, www.consultanacional2017.com.br, há um ícone "contato", podem enviar o logotipo e fazer parte. Se vocês conhecem alguma comunidade que tem dificuldade de acesso à internet, nós temos também votação por meio de cédulas e listas para que todas as pessoas possam participar dessa consulta nacional, criar uma grande mobilização nacional e forçar essa classe política em grande parte denunciada, que deveria estar atrás das grades e que aqui e na Câmara... (*Palmas.*)

... votando, modificando a nossa Constituição, retirando direitos, jogando um dos países mais ricos do mundo na humilhante condição de miséria comparável com Ilha Granada. Não é possível isso! É preciso parar tudo, Senador, é preciso parar tudo e perguntar: "Aonde está indo a nossa riqueza do nióbio?" A Noruega, com um poço de petróleo mudou realidade do país. Olha a realidade do Brasil com essa vastidão de petróleo, de nióbio, de 55 minerais e tudo mais! Onde está toda essa riqueza? A quem toda essa riqueza está servindo? Não é possível mais, não aceitaremos a retirada de direitos nem das mulheres e nem de nenhum outro ser do nosso País, as crianças jogadas das ruas porque não têm assistência social e todo esse superávit na seguridade social.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Agradeço e fico depois da exposição responder às perguntas. Conto com a participação de todas e de todos nessa consulta nacional sobre reformas e auditoria.

Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida pública.

Eu queria registrar a presença no plenário da ex-Senadora Emilia Fernandes. Bem-vinda, Senadora, à sua Casa. Fez um brilhante trabalho como Senadora. (*Palmas.*)

Mas, Maria Lucia, só uma questão. Estive ontem num debate de uma Bancada, não importa qual, e fui lá argumentar contra a reforma da previdência e trabalhista. Foi da Bancada do PTB, foi um bom debate. Mas um dos debatedores me disse o seguinte: que é 40% do Orçamento, mas ele não diz...Primeiro, que não são 40%, e você diz aqui que são 22...

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI (*Fora do microfone.*) – É que eles não computam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente, são 22, faltou com a verdade.

Segundo, mas desses 22, quem arrecada somos nós. Nós, na verdade, não estamos tocando em nenhum centavo do Orçamento da União, nós arrecadamos com a contribuição de empregado, empregador e tudo aquilo que colocamos na Constituinte: tributação sobre o lucro e faturamento, PIS/Pasep, Cofins e jogos lotéricos. Isso é fruto do trabalho constituinte que sabia que nós tínhamos que arcar naturalmente com a responsabilidade das contribuições para sustentar a Previdência. Porque eles falam de uma forma tal como se nós estivéssemos abocanhando parte do Orçamento que não é nossa.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Eles que estão abocanhando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso que ela é minha líder. (*Palmas.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Eles que estão abocanhando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles é que estão abocanhando.

Mas vamos em frente: Maria Inez Rezende, Presidente da Fundação Anfip.

Chegou já a Senadora Fátima Bezerra. Estarei hoje à noite lá no seu Estado. Amanhã de manhã audiência pública e de tarde na Paraíba, não é? Faremos esse roteiro juntos lá.

A SRª MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO – É um prazer ter sido convidada para falar com vocês dos dados que a gente faz de pesquisas na Fundação Anfip, que é a Fundação Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como a Maria Lucia e a Denise Gentil vão falar dos dados numéricos e econômicos, eu escolhi, neste tempinho curto, falar dos dados das mulheres, a grande desproteção social que pode vir com a PEC 287, que é a reforma da Previdência, provavelmente muito mais para as mulheres do que para os homens a desproteção social. Um dado importante é – a Maria Lucia Fattorelli já tocou nisso – que as mulheres recebem salário médio menor do que o salário médio masculino, apesar de às vezes fazerem o mesmo trabalho com qualidade e comprovadamente com maior formação intelectual do que os homens, o IBGE já provou isso.

As mulheres recebem um salário médio de R$1.217 no Brasil, nosso salário médio é muito baixo, e o dos homens, R$1.673, então pouco mais de R$400, quase um terço a mais do que as mulheres recebem os homens recebem. Lógico que se vê já o nível baixo financeiro que a maioria da população brasileira vive que redunda nesse IDH baixíssimo em que foi tocado aqui. Aí, como as mulheres – já está provado – têm muito mais horas de trabalho familiar, cinco horas por semana a mulher trabalha por dia a mais do que os homens, quatro horas a mais: mulher trabalha cinco horas e homem uma hora por dia na sua casa. Isso é média nacional já contabilizada. Então, as mulheres tinham o presente de se aposentarem com cinco anos a menos: cinco anos a menos de contribuição até hoje e cinco anos a menos de idade. Tudo isso é cortado na PEC 287, iguala-se: "Homem e mulher não precisam – o próprio Governo falou –, não precisam de nenhum benefício, as mulheres sabem se virar." Só que ele esquece que nós ainda não temos igualdade masculina e feminina no Brasil nem culturalmente – isso nós sabemos na pele, todos os dias, as mulheres – nem financeiramente e nem em horas de trabalho.

Então, isso é uma ofensa às mulheres. A gente tem se virado mesmo, todas as mulheres. Para mulheres do serviço público como eu e a Maria Lucia Fattorelli – somos colegas da Auditoria da Receita Federal – é fácil, nós temos estabilidade no emprego como o homem tem. No Regime Geral celetista a mulher é a primeira a perder o emprego, principalmente a mulher negra. A mulher negra é a primeira a ser demitida; o homem negro é o terceiro. Primeiro é a mulher negra, depois a mulher branca, depois o homem negro e o último é o homem branco. Então, há mesmo uma desigualdade medida pelo IBGE, não são dados de outras equipes que não sejam do próprio Governo, não. Quarenta e quatro por cento da mão de obra brasileira é feminina, 44%, quase metade, apesar de as mulheres serem 52% da população mais ou menos. Mas o mais chocante é que 40,5% das famílias brasileiras são sustentadas por mulheres, os homens abandonam as mulheres com seus filhos e as mulheres nunca os abandonam, essa é a nossa realidade cultural. Na hora em que você vê estes números – 40% das famílias serem sustentadas por mulheres – você vê que elas precisam mesmo de uma proteção, no mínimo a creche, quando a criança é pequena, e no mínimo uma ajuda aos idosos, pois resta à mulher cuidar dos seus familiares idosos (pai, mãe, tia e avó). Cinquenta e seis por cento dos benefícios do RGPS hoje são de mulheres. Interessante, 56%. Por quê? Por causa da pensão, a mulher vive um pouquinho a mais, então as pensões, na maioria, são para as mulheres. Mas, apenas 51% – 5% a menos – dos valores pagos pelo benefício RGPS são para as mulheres. Então, até o benefício da mulher é menor, como o salário da ativa é menor o benefício também é menor.

A mulher hoje em média ainda tem 1,7 filho no Brasil, cada ano essa média tem caído. Até 1991, a mulher rural não tinha benefício previdenciário. Isso faz pouco tempo, não é? Até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1991. Foi a Constituição de 1988 que igualou o direito rural a homem e mulher. Até a Lei nº 8.213, só o pai de família rural conseguia a sua aposentadoria, o famoso segurado especial era apenas o dono da casa. Então, os inúmeros filhos com mais de 16 anos que hoje são segurados especiais e toda a família ganham o seu benefício previdenciário, a maioria deles por idade – 55 mulher e 60 homem, porque são 5 anos a menos para o rural pela atual Constituição, o que a PEC quer mudar –, eles ganharam a partir de 1991 o benefício com a contribuição quando vendem a produção rural: na hora da lavoura, na hora em que ele vende o porco, o bando de galinhas, sua vaca e na hora em que ele tira o leite. A PEC quer mudar isso drasticamente e isso é uma grande desproteção que eles vão causar. Querem que se contribua mensalmente. Se ele só tem receita na hora em que vende a sua produção, como é que ele vai conseguir contribuir mensalmente para todos os membros da família?

O que vai acontecer? Só o pai de família de novo vai ter o seu benefício rural. Lógico, a mulher vai ser abandonada, os filhos de 16 anos em diante vão ser abandonados, os agregados, os sobrinhos que estão morando ali. O benefício rural vai cair drasticamente, vai exigir 25 anos de contribuição – 25 anos! – para que se tenha o benefício de apenas 76%, não é? No mínimo, salário mínimo e 76% do que pagar, porque é 1% ao ano mais 51.

Então, essa desproteção é drástica, o que vai acontecer? Setenta por cento do alimento hoje consumido internamente é produzido na pequena produção rural, nas economias de família rural, porque as grandes produções são exportadas, as grandes sojas, os grandes gados são exportados. Então, 70% do que nos alimentamos são dessas famílias rurais que aposentam como segurados especiais. Vai aumentar o preço da alimentação de todo mundo. Então, seu poder aquisitivo e de todo brasileiro – que já ganha em média mil e pouquinho – vai diminuir, porque o alimento dele vai ficar mais caro e vai reduzir o benefício. Então, o que vai acontecer? Êxodo rural, vai aumentar a violência na cidade.

Então, essa PEC é monstruosa, não só para a pessoa, para o atual aposentado – toda vez que ele for receber o benefício vai correr mais risco de ser assaltado –, como já há violência urbana, vai aumentar com o êxodo rural, porque ele chega aqui e não tem formação para trabalhar na cidade. O que ele sabe fazer, que é produzir o nosso alimento, está sendo desconsiderado nessa PEC. De modo algum, nós podemos permitir que se exija contribuição mensal para o segurado especial vir a se aposentar. Isso não condiz com a economia rural brasileira, que só de vez em quando vende, principalmente pequena produção. Não é todo mês que você tem para vender. Então, é só alface que se vende todo dia, mesmo assim há dia em que ainda deu formiga lá, ele tem de dar uma limpada no terreno e não dá para ele produzir naquele mês.

Então, tudo isso tem que ser analisado e está sendo ignorado nessa PEC. A proibição também de acumular aposentadoria e pensão de qualquer regime vai reduzir demais o valor do benefício da família. Hoje, como a mulher tem 56% dos benefícios, principalmente por causa da pensão, ela já vai perder a pensão. Então, se ela tinha dois salários mínimos – a aposentadoria dela e do idoso dela, do marido –, faleceu, a renda já caiu pela metade, só um. Não acumular qualquer valor de benefício também é uma monstruosidade, que se faça isso para os benefícios de alto valor. Estou aqui até falando contra mim, contra o servidor público, mas para a maioria dos trabalhadores brasileiros, 70% dos benefícios do INSS são de um salário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

mínimo, 70%. Então, na hora em que ele mexe em benefício previdenciário, ele está mexendo com a classe mais baixa do Brasil, ele está mexendo com a pessoa que não consegue mais trabalhar. Você só tem benefício previdenciário quando está doente ou idoso e 70% deles são de um salário mínimo, não se pode mexer nisso. Isso é um pecado mortal, isso é uma monstruosidade com a população brasileira. Então, não é só: "Vou excluir servidor estadual e municipal para essa PEC passar", não.

Ela tem que ser estudada linha por linha e repensada, porque está causando problemas atuais para o próximo benefício e para o grande futuro do Brasil. Se nós somos ainda um grande Brasil agrícola, vamos deixar de ser. Qual família vai querer ficar lá? Vai aumentar, decerto, o divórcio: "Largo esse marido trabalhando aí, e ele me paga pensão para eu morar na cidade, porque eu não me aposento aqui mesmo."

Isso não se pode fazer mais. Depois que você teve esse direito, não se pode mais arrancar. Tivemos muito tarde. De 1991 em diante, apenas, que foi conseguido esse direito para todos os membros da economia familiar rural. Não se pode mais tirá-lo. Isso é contra... Por isso tem até um documento da ONU rodando por aí, falando que ela tira direitos valiosos para o cidadão. Vai cair muito mais o nosso IDH. Se é em 79º lugar que estamos, dentro de pouco tempo vamos estar em cento e tantos, apesar de sermos a nona economia mundial. Por quê? Só para guardar dinheiro do orçamento para pagar juros e amortização de dívida.

O cidadão é o dono do País! O cidadão e o trabalhador que trabalhou quando tinha forças, a maioria na informalidade, porque quase 30% dos trabalhadores brasileiros – ela deu esse dado – está na informalidade. O informal nunca vai levar benefício, porque 25 anos de contribuição é demais para o informal. Então, mesmo trabalhando na informalidade, ele está produzindo alguma coisa na zona urbana ou na zona rural. E isso tem que ser valorizado quando ele estiver idoso. Por quê? Porque senão somos nós, e não o Estado, que protegemos hoje 86% dos idosos brasileiros. É o segundo melhor índice mundial.

Nós temos de bom que os nossos idosos – 86% deles – estão protegidos por previdência ou por assistência social, ou benefício LOAS. Se tirar isso, somos nós que vamos sustentar e não o Estado. E desse sustento – eu já disse para vocês –, 70% é salário mínimo. Então, é um sustento baixo que mesmo assim querem tirar, para investir na área financeira! E sabe-se lá quem leva! A maioria que está aqui eu duvido que seja grande investidor bancário de ganhar alguma coisa, tem é uma poupancinha baixa.

Não é esse o juro alto, esse é o juro baixo. O juro maior do mundo, que é o que o Brasil paga, é nos outros investimentos. Não precisa tirar do povo para pagar mais. Não pode. Então, quando passaram ao congelamento dos gastos, já se previa essa monstruosidade. Agora, continuar com isso, além de tirar direitos trabalhistas, é tirar direito do idoso ou do incapaz. Não pode!

Não é só para a mulher e não é só para a família de hoje, é para os atuais idosos e para os outros. O atual idoso pode ser prejudicado, a hora em que não se deixa acumular benefício de aposentadoria e pensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, o tempo já foi muito longo e temos de passar para as outras valiosas que estão aqui. Muito obrigada pela atenção. Se precisarem de dados, nós temos, dentro dos nossos *sites*, as publicações, livros, no fundacaoanfip.org.br, ou anfip.org.br. Há muitos livros valiosos lá. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria Inez Rezende, Presidente da Fundação Anfip.

Nós vamos passar, de imediato, para a Luciana Farias, Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários (Iape). Exatamente isso?

A SRª LUCIANA FARIAS – Isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Eu queria só dizer para vocês que eu até gostaria de passar a Presidência para uma Senadora, mas, infelizmente, a Senadora Fátima terá de viajar mais cedo para preparar as nossas atividades de amanhã; a Senadora Vanessa teve que viajar, e da Senadora Regina Sousa me informaram, agora, que o médico recomendou que ela não saia do posto médico até o meio dia. Então...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Sigamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...eu ficarei aqui. Estou meio triste, mas vou ficar. Olhem os meus olhos aqui, essa piscada aqui. (*Risos.*)

Está muito boa a audiência. Ficarei com uma enorme alegria aqui, até o último minuto. Claro, lamento apenas pela Senadora que está adoentada. As outras duas foram para missões tão importantes e você vai agora para o Estado preparar as duas audiências de amanhã.

Então, por favor, Drª Luciana.

A SRª LUCIANA FARIAS – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim. É uma satisfação estar aqui nesta manhã, ao lado de estudiosas e um grande defensor da Previdência Social. Então, é com grande responsabilidade que eu me coloco aqui nesta mesa, nesta manhã.

Ao ver as expositoras, eu pensei: o que vou falar? Estava pegando dados da Denise, da Fattorelli. Pensei: "Elas vão estar lá". Então, eu como advogada representando o Instituto dos Advogados Previdenciários, vou focar na inconstitucionalidade dessa PEC; focarei mais na parte jurídica.

Passa o eslaide para mim, por favor.

Com relação às emendas constitucionais, à reforma da Previdência, eu digo sempre que nós estamos vivendo num período em que a reforma da Previdência já está vindo a conta-gotas. Há algum tempo temos várias alterações no texto da Lei nº 8.213, de 1991, a lei citada que trouxe os direitos previdenciários pós Constituição de 88. Então, várias alterações já estão vindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com o passar do tempo. E com relação à mulher, cito aqui a alteração na redação da lei da pensão por morte, que era vitalícia. Como ficou a pensão por morte, agora? A mulher tem que comprovar vários requisitos para que tenha uma pensão como antes.

Então, o segurado deve ter uma carência, uma contribuição de 18 meses; tem que comprovar o relacionamento de pelo menos dois anos; e aí tem que ver a idade da mulher, para saber por quanto tempo ela vai receber, podendo ser de quatro meses, e só depois de 44 anos de idade ela vai receber uma pensão por morte vitalícia, como era antes. Então, várias questões previdenciárias que tratam de direito social, direito fundamental, direitos humanos, já estão sendo reformuladas. E já estamos tendo uma diminuição de direitos.

Pode passar, por favor.

Essa grande reforma, a PEC nº 287, reformula tudo. Eu trouxe aqui algumas pontuações do que ela traz e altera a legislação previdenciária. Entre elas, como já citado aqui, temos a idade de 65 anos para homens e mulheres, tanto rurais como urbanos. Olhem a diferenciação: iguala tudo para 65 anos. Como era? Na rural já temos para o homem, cinco anos a menos, e para a mulher, dez anos a menos. Essa PEC aumenta e iguala para 65 anos, acaba com a aposentadoria por idade, acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição, como temos hoje, porque terá essa idade mínima, e aí teremos um tipo de aposentadoria: 65 anos de idade e no mínimo 25 anos de contribuição. E para termos uma aposentadoria integral, são 49 anos de contribuição. Com quantos anos a gente tem que começar a trabalhar? Com 16 anos. E não parar nunca! Não parar nunca!

Pegando o gancho, há a diferença do homem e da mulher, nessa situação. O homem começa com 16 anos, a mulher começa com 16 anos. O que vai acontecer, no decorrer da nossa vida? A mulher terá filho, chega a maternidade. Por falta de creche, a mulher tem de parar de trabalhar para cuidar do filho. O homem não para de trabalhar, quem para é a mulher. Aí esse período que ela para já não... Caminhando juntos, homem e mulher, quando chegarem nos 65 anos, o homem já terá mais tempo do que a mulher. Se a mulher, então, tiver dois ou três filhos, o tempo já vai diminuindo. Estamos só raciocinando com relação à maternidade, no período para a mulher cuidar do seu filho, por falta de creche, porque para colocar numa creche, muitas vezes é mais caro do que o salário que a mulher recebe. Então, isso faz com que ela saia do mercado de trabalho para cuidar do seu filho.

Iguala-se homem e mulher, igualam-se as aposentadorias. Aí, uma questão importante de se colocar é com relação à aposentadoria especial, que é aquela em que a pessoa que trabalha em ambiente prejudicial à sua saúde se aposenta com 25 anos de contribuição, dependendo da gravidade do ambiente prejudicial. O tempo de 25 anos é mais comum para quem trabalha com ruído acima de 85 decibéis; para quem trabalha em ambiente hospitalar, em que é mais comum a aposentadoria especial de 25 anos. Vai acabar esse tipo de aposentadoria especial, vai igualar!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para os professores.

A SRª LUCIANA FARIAS – Para os professores! Os professores!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para a Polícia Federal.

A SRª LUCIANA FARIAS – Pois é.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para os bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acaba para os bombeiros.

A SRª LUCIANA FARIAS – Pois é. Acaba!

A aposentadoria especial é justamente por quê? Se a pessoa trabalha mais de oito horas num ambiente com ruído acima de 85 decibéis, ela vai adoecer. Então, essa aposentadoria é justamente para tirar essa pessoa do ambiente prejudicial à sua saúde, para que ela não adoeça. Como está o texto da PEC? Só vai ter a aposentadoria especial se houver a comprovação do dano, ou seja...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª LUCIANA FARIAS – ... espera ficar doente. Se ficar doente, aí aposenta. Está indo na contramão da defesa do ambiente do trabalho.

Benefício assistencial. Iguala tudo para 70 anos. Aí já foi falado.

Não cumulação. Com relação à não cumulação, é a não cumulação de aposentadorias entre Regime Geral de Previdência Social, INSS, e Regime Próprio. Cadê a regra da contrapartida? A pessoa trabalha em dois regimes de Previdência e contribui. Nós trabalhamos. Querendo ou não, sai do nosso bolso a contribuição. Querendo ou não, a contribuição é obrigatória. É um tributo. Então, se eu trabalho em dois regimes diferentes, estou contribuindo em dois regimes diferentes! Eu tenho direito a duas aposentadorias! Tinha. Se passar a PEC, não tenho mais.

A regra da contrapartida, art. 195 § 4º da Constituição Federal, é isso. Eu pago para receber. Cadê? Acabou! E aí também há a não cumulação de aposentadoria e pensão por morte. São fontes de custeio diversas! Eu contribui para que eu me aposente. Então, a mulher é aposentada, e se o marido falece, ela não pode receber a pensão. Mas para aquela pensão houve o custeio. Ele era segurado. Porque um dos requisitos é que o falecido seja segurado. Então, teve a fonte de custeio, mas não vai ter a contrapartida do benefício. Com a PEC nº 287 isso acaba.

Por favor.

Aí eu trago alguns pontos em que a PEC nº 287 é inconstitucional.

Primeiro, o art. 60 da Constituição Federal: "Art.60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, pode haver emendas à Constituição Federal. No entanto, o §4º dispõe: "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: (...) IV- os direitos e garantias individuais".

Os direitos e as garantias individuais não podem ser alterados, não podem ser tirados por meio de PEC.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUCIANA FARIAS – Direitos e garantias individuais são os direitos fundamentais. Aí estão compreendidos os direitos sociais e constituem sempre limite do poder de reforma à Constituição. Não se pode suprimir direitos que já se conquistaram. Se conquistou, é o direito que só entra, não sai. Entra e não sai. São direitos fundamentais: art. 60 da Constituição.

Pode passar.

Art. 201 da Constituição.

"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo [eu tenho que pagar] e de filiação obrigatória [eu, querendo ou não, tenho de estar filiado à Previdência Social. Não tem opção. Trabalhei, tenho que pagar], observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial... (*Falha na gravação.*)

Vou por aqui, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Vá lá.

A SRª LUCIANA FARIAS – Então, a Previdência Social não é para ser nem deficitária, nem superavitária. É equilíbrio atuarial, pelo nosso sistema. No sistema que tem a Previdência Social não se fala em déficit ou superávit. Mas vamos deixar aqui essa parte com a querida Drª Denise.

"(...) e atenderá, nos termos da lei, a: I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;" Eu trouxe esse artigo por quê? Na hora em que falam que não pode haver cumulação entre aposentadoria e pensão, não terá a cobertura da morte. Vai ter o falecimento de um segurado. E, se o dependente já recebeu uma aposentadoria, não vai acumular dois benefícios.

Pode mudar, por favor.

Princípio da universalidade da cobertura e do atendimento – art. 194 da Constituição Federal: saúde, previdência e assistência social. Compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade destinados a assegurar saúde, previdência e assistência social. Aí se fala da universalidade da cobertura e do atendimento, determina a quem a seguridade social deve atender: todos os homens e todos os riscos, e deve só entrar, não pode sair; deve entrar proteção, e não ser retirada.

Pode mudar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com tudo isso que temos na PEC 287, o que vemos então? Um retrocesso social, um retrocesso social total. E temos, na Constituição Federal, também o princípio do retrocesso, que impede que sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão. Uma vez que se alcançam esses direitos fundamentais, esses direitos da seguridade social, da previdência social, já que a PEC engloba previdência e assistência, na hora da LOAS também, há a obrigação de não tirá-los, de abster-se de atentar contra a realização dada o direito social, ou seja, colocou, não pode tirar, sob pena de haver o retrocesso social.

E a mulher na PEC? A elevação da idade mínima para a aposentadoria da mulher acaba com a necessária igualdade material. Tudo isso que já vem sendo explanado agora mostra que é necessário. Isso está também na Constituição, é a isonomia entre homens e mulheres. Então, não é uma vantagem o fato de a mulher se aposentar cinco anos antes; é uma necessidade para igualar homens e mulheres. A mulher não vai conseguir trabalhar o mesmo tempo que o homem porque ela tem que sair do emprego para cuidar do filho, ela vai ter quatro horas a mais para cuidar da casa, para o dia a dia. E, aí, para que se iguale, é preciso haver essa diferenciação na legislação, em respeito à isonomia, em respeito à mulher.

Esse já é um dado que a Fattorelli trouxe, portanto, não vou repetir.

Há clara desigualdade material e extinção dos direitos inerentes à condição de mulher no mercado de trabalho.

Passa para mim, por favor.

Eu trouxe um gráfico que representa a desigualdade entre homem e mulher também ao encontro do que foi falado. Aqui, temos em números, quantas horas a mulher trabalha...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUCIANA FARIAS – ... menos. E ele trabalha menos no trabalho dela, por quê? Porque tem que cuidar da casa e, muitas vezes, vai trabalhar um período menor, muitas vezes vai trabalhar meio período. Qual a consequência? Salários menores. Qual a consequência? Valor de benefícios menor. Tudo isso é uma consequência da cultura, da nossa cultura. Não temos ainda a isonomia, então, é necessário haver a diferenciação. Horas gastas em afazeres domésticos, está lá. Como foi falado, a mulher fica cinco e o homem fica uma.

Está ali a jornada total. Então, a mulher trabalha mais, contando a jornada dentro de casa e a jornada no trabalho formal. Isso não é balela. "Ah, mas temos que ter direitos iguais". Não, porque não estamos ainda nessa isonomia. Para termos direito iguais, é necessário que haja uma diferenciação na hora da aposentadoria.

Passa para mim, por favor.

Aposentadoria rural: já foi falado aqui, então, nem se fala o quanto a mulher vai ser prejudicada com a aposentadoria rural. Primeiramente, a idade, e aqui ela foi triplamente prejudicada. Vai acontecer aquilo que a Fattorelli falou, ou seja, que terá que se pagar a contribuição mensalmente. Antes, era uma vez ao ano, pagava-se 2% ao ano, mas agora vai ser mensal a contribuição do trabalhador rural. E o que vai acontecer? Não haverá dinheiro para pagar para o esposo, para a esposa, para o filho. Quem vai pagar para quem? Para o chefe de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

família, e quem é o chefe de família? É o homem! E a mulher vai ficar sem a proteção social. Os 49 anos de contribuição ela vai conseguir? Isso nem se fala porque é como se não fosse mais existir uma aposentadoria rural para a mulher;

Pode passar.

Aqui eu trouxe um dado relevante, que é a diferença da expectativa de vida e a sanidade. Uma coisa é a pessoa ter expectativa de vida, mas qual é a condição que essa pessoa vai ter de estar trabalhando aos 65 anos, aos 64? Então, há uma grande diferença nesse aspecto, diferença entre o aumento da expectativa de vida e a idade de sanidade de uma pessoa, que reflete até qual idade uma pessoa se mantém apta ao trabalho e ao desenvolvimento de suas funções. Enquanto uma expectativa de vida chega aos 75 anos, a sanidade vai aos 63 anos. Então, essa é a diferença. Se essa pessoa vai ter sanidade, condições de trabalhar até os 63 anos, ela vai ter que trabalhar até os 65. Então, dos 63 aos 65, como ela vai trabalhar? Ali está a fonte desses dados

O próximo eslaide fala da regra de transição rapidamente apenas.

A regra de transição o que seria? Essa PEC vai valer a partir da hora em que, se passar, for assinada, vai valer dali para frente. Como ficam as pessoas que estão no sistema? Aí, foi proposta uma regra de transição, só que essa regra de transição vai valer só para o homem que tenha 50 anos na data da assinatura e a mulher que tenha 45 na data da assinatura da PEC, caso passe desse jeito. O homem ou a mulher, com essa idade, vão ter condições de ter os benefícios tal como é agora, mas vai haver um pedágio. Vai ter que pagar 50% do tempo que faltava para a sua aposentadoria. Então, eram 35 anos, e ele tinha 25 anos, ou seja, faltariam dez anos para se aposentar por tempo de contribuição, no caso de um homem que tenha 50 anos na data da assinatura da PEC. Faltariam dez anos, mas, agora, quantos vajo faltar então? Dez anos mais 50%, o que daria 15 anos. Então, é assim que vai funcionar a regra de transição: 50 anos para homem e 45 para a mulher. Essas são as idades para a regra de transição.

Pode passar.

Concluindo, a PEC 287 é extremamente prejudicial ao trabalhador, traz um retrocesso social e viola o princípio da dignidade humana, o princípio da isonomia, diretos humanos.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUCIANA FARIAS – E, por isso, não podemos aceitá-la. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Luciana Farias, que falou pelo Iape (Instituto dos Advogados Previdenciários).

Peço para registrar a presença de Ana Paula Tongo. Secretária Nacional de Políticas do Trabalho e Autonomia das Mulheres e Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Já registrei a presença da ex-Senadora Emília Fernandes e também da Deputada Federal Raquel. Onde está a Raquel? Ali. Uma salva de palmas para a Deputada Raquel Muniz. (*Palmas.*)

A Emília já cumprimentamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concedo audiência pública a palavra à Senadora Fátima Bezerra, que pacientemente esperou até este momento para falar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paim, quero cumprimentá-lo. Meu bom-dia às companheiras mulheres lutadoras, valorosas, mulheres que, neste momento, vêm liderando a resistência, no Brasil na luta em defesa da democracia, mulheres que tiveram repito, um papel muito significativo na luta contra o golpe parlamentar que arrancou do poder uma mulher legitimamente eleita. Na esteira desse golpe, continuamos na resistência e no enfrentamento da agenda de retirada de direitos.

Quero aqui saudar a todas vocês, a todas as entidades e quero dizer o quão valiosa tem sido a contribuição que as entidades representadas pelas mulheres têm dado nesse momento tão difícil, tão duro para a vida do povo brasileiro, em especial para a vida das mulheres. A reforma da previdência é um exemplo claro disso, como foi tão bem aqui explicitado por vocês. Vocês estão dando uma aula, uma verdadeira aula, uma aula – não é, Paim? – em prol da cidadania do povo brasileiro, em prol da cidadania das mulheres.

A proposta de reforma é perversa, é perversa em todos os sentidos, é cruel em todos os sentidos. Primeiro, começa pela sua falta de legitimidade. Ela é ilegítima, porque uma proposta que nasce de um Governo ilegítimo é ilegítima. Foi uma proposta apresentada inclusive em um momento tão difícil, de desemprego, de corte de investimentos, de estagnação econômica. Ela é cruel pelo seu conteúdo. E vocês, repito, estão aqui, mais uma vez, com dados precisos, com uma argumentação convincente, dialogando com a sociedade brasileira, mostrando a crueldade da proposta de reforma da previdência, pela lógica que ela adota na medida em que vai ferir direitos sociais fundamentais.

Querer elevar a idade para 65 anos em um país como o Brasil, que guarda ainda tantas desigualdades sociais, tantas desigualdades regionais, desigualdades do ponto de vista da questão de gênero, de profissão, é um atentado contra o interesse da Nação. E é evidente que, com relação às mulheres, temos toda razão: ela nos afeta ainda mais duramente, por tudo que sabemos, pelo quanto é necessário ainda, em um País como o Brasil assim como em muitos outros países, respeitar as condições em que vivem as mulheres do ponto de vista de tanta desigualdade na luta por oportunidades e direitos – no Brasil e em muitos países.

Querer igualar a idade para a aposentadoria para homens e mulheres, querer acabar com os regimes de aposentadorias especiais, que não são privilégios de maneira nenhuma... E, mais uma vez, vocês estão dando uma aula aqui e estão mostrando que não há nada de privilégios. Longe de ser privilégio a aposentadoria especial do magistério, é um direito, pelo exercício do magistério no País, pelo exercício do magistério em um País em que o sistema educacional brasileiro apresenta ainda as deficiências que apresenta.

Falo, Denise, do professor e da professora que sou, daquele que está, neste exato momento, nas creches pelo País afora, nas salas de aula superlotadas, com infraestrutura extremamente deficitária como é a das escolas das redes estaduais e municipais por este País afora, com salários ainda tão aviltantes como os que são pagos. Não é à toa que órgãos como a Organização Mundial de Saúde apresentam o magistério como uma das profissões que têm um dos maiores níveis de estresse do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A questão da trabalhadora rural dispensa comentários, Maria Lucia Fattorelli. É outra realidade que eu também conheço. Sou sobrevivente da seca, venho de lá do Nordeste; nascida na Paraíba, migrei para o Rio Grande do Norte e sei muito bem o que é o dia a dia da agricultora, da trabalhadora rural, exposta de sol a sol, sem contar a realidade que enfrentamos com a estiagem, enfim, tantas dificuldades que marcam a saga da mulher, da trabalhadora rural, da agricultora. E o que essa reforma quer? Simplesmente agora também igualar a idade de aposentadoria dela, e, como se não bestasse, exigir o absurdo de, a partir de agora, uma contribuição previdenciária rural mensal tanto para o homem como para a mulher. O que vai acontecer? Vai acabar e inviabilizar, na prática, a previdência rural.

E eles são tão cínicos que ainda estão dizendo o seguinte: "Não, de repente, os trabalhadores rurais e trabalhadoras podem procurar o Benefício de Prestação Continuada", com que eles também estão querendo acabar quando pretendem elevar para a idade de 70 anos e quando desvinculam o BPB do reajusto do salário mínimo.

Essa questão da previdência rural é muito grave se considerarmos inclusive o peso que ela tem sobre a promoção da cidadania.

Não é à toa que o montante de recursos financeiros oriundos da previdência rural que circula em 3.857 Municípios do Brasil é maior, Senador Paim, do que aquilo que advém exatamente do FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

Então, eu termino dizendo que é uma tragédia de conotação social jamais vista na história de luta do povo brasileiro. O Governo que está aí começa a sentir que nós, felizmente, estamos começando a ganhar esse debate junto à sociedade. Essas últimas atitudes do Governo, a meu ver, sinalizam que o Governo está passando o recibo, volto a dizer, de que a nossa luta está avançando.

Vejam bem: quando o Paim propôs a CPI da Previdência aqui, muitos diziam que Paim não conseguiria arrancar 20 assinaturas...

E chegamos a quantas, Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A 62 assinaturas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A 62 assinaturas!

Claro que a CPI da Previdência – e ninguém está trabalhando aqui com essa ideia – não vai inviabilizar a reforma da previdência. Não se trata disso! Agora, ela será um palco muito importante, muito importante, para o debate, para passar a limpo, para fazer a verdade prevalecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E esta mesa aqui será chamada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente! (*Palmas*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero que eles venham para cá sustentar a tese deles de que há rombo nas contas da Previdência, de que há déficit nas contas da Previdência.

Venham para cá ficar cara a cara com as mulheres, com as entidades... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... com as instituições que, com tanta seriedade, têm travado esse debate, trazendo dados precisos, dados exatamente técnicos.

A CPI da Previdência, a meu ver, contribuirá principalmente para isso, para desmascarar essa farsa, para desmistificar essa mentira que, enfim, eles têm jogado pelo País afora sobre a questão do rombo.

Por fim, outra iniciativa do Governo que, a meu ver, demonstra o quanto a nossa luta está avançando é a manobra, recentemente anunciada, agora nessa última terça-feira, de que vai excluir os servidores estaduais e municipais. Olha, gente, quanta hipocrisia! O Governo diz simplesmente o seguinte – e vejam que coisa bonita: em nome dos princípios federativos, da autonomia dos Estados, os servidores municipais e estaduais, agora, estão excluídos da proposta de reforma da previdência. E isso como se fosse possível excluir os Estados e Municípios deste momento que nós estamos vivendo, de política de austeridade, de um ajuste fiscal draconiano. A mesma PEC 55, que congela os investimentos pelos próximos 20 anos, já está também na realidade dos governos estaduais.

Segundo, o próprio Governo anuncia essa medida, mas, até o presente momento, não mandou nenhuma iniciativa legislativa aqui para o Congresso Nacional.

Terceiro, Paim, eu quero, aqui inclusive, alertar para uma coisa: essa manobra do Governo pode prejudicar mais ainda os servidores estaduais e municipais. E sabem por quê? Porque já está tramitando nesta Casa projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos Estados, e o Governo já exige, como contrapartida, o aumento da contribuição previdenciária.

No meu Estado, o Rio Grande do Norte, além de sequer os servidores terem calendário de pagamento, agora, o Governo, como se achasse pouco, já mandou um projeto de lei para a Assembleia Legislativa estadual para aumentar a contribuição previdenciária de 11% para 14%.

Então, o projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos Estados, repito, exige aumento da contribuição previdenciária, congelamento dos concursos e, ainda, a aprovação de legislações que suspendam os investimentos. A chamada PEC do teto de gastos eles também estão exigindo que seja implementada nos Estados. E, para nós, não será nenhuma surpresa se, agora, eles adicionarem mais outra exigência, mais outra contrapartida no que diz respeito à renegociação das dívidas dos governos estaduais – e sabe qual é, Denise? Que os governos estaduais também aprovem alterações no sistema de previdência local.

É por isso que eu não tenho nenhuma dúvida de que os professores e professoras do Brasil, inclusive aqueles que estão em greve, que os policiais, que os trabalhadores do campo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

da cidade, repito, os servidores estaduais e municipais não vão se deixar levar por esse engodo, por essa manobra, até porque governo golpista e ilegítimo como esse que está aí não merece um pingo de confiança nem de respeito.

Não tenho nenhuma dúvida de que os servidores estão atentos para o fato de que isso é uma manobra para tentar nos dividir, para esvaziar, para enfraquecer o nosso movimento. Mas eles não vão conseguir!

Paim, peço a sua compreensão, porque, se eu pudesse, passaria o dia todo aqui, pois vocês estão me dando uma verdadeira aula – não só a mim, mas a todo o Brasil –, repito, pela seriedade com que vocês apresentam aqui o seu ponto de vista, as suas opiniões frente àquilo que nós consideramos uma tragédia que é essa reforma da previdência. Mas eu vou ter que sair, porque vou começar a organizar a nossa jornada de mais um debate, de mais um momento de luta contra a reforma da previdência lá no Estado. Refiro-me ao debate que nós vamos realizar com o Senador Paim amanhã. E digo que, se eu pudesse, levaria todas vocês para lá também amanhã.

Por fim, digo só uma coisa aqui: gente: olha, ontem tivemos um retrocesso brutal na Câmara. Sem dúvida nenhuma, foi um dia muito duro. Era inimaginável a gente pensar que nós estaríamos, hoje, em matéria de direitos, retrocedendo ao século passado. Isso porque o projeto de lei que foi apresentado ontem vem da época dos tucanos, é de 1998, da época do Governo Fernando Henrique Cardoso. Aliás, esse é o modo tucano de governar: eles adoram cortar direitos, eles adoram retirar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em nome do chamado Estado mínimo de direitos máximo de privilégios. Foi muito duro aquilo! É um retrocesso brutal, mas eu, como sempre faço, discípula que sou de Paulo Freire, gosto de trazer uma mensagem de esperança. Eu acho que, mais do que nunca, nós temos que reafirmar a nossa esperança, a nossa confiança, porque nós estamos ganhando esse debate, Maria Lucia; e nós estamos ganhando esse debate no que diz respeito à luta contra a reforma da previdência. As manifestações do dia 15 são um exemplo claro disso. E, com o calendário que está posto aí, nós vamos intensificar essa luta cada vez mais. Isso porque temos uma clareza e uma certeza: esse Presidente que está aí tem prazo de validade – ouviu? E este Congresso que está aí também tem prazo de validade.

Eles que nos aguardem... (*Palmas.*)

... porque as mulheres estão liderando esse movimento.

Um bom debate a todos!

Paim, até mais!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até mais!

À noite, devemos estar chegando à capital do seu Estado, Natal.

Muito bem! Parabéns, Senadora Fátima Bezerra! Ela que tem a força e a coragem de sempre das mulheres brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

De imediato, passo a palavra à Srª Denise Gentil, professora de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A SRª DENISE LOBATO GENTIL – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Paim!

Eu agradeço enormemente a honra de participar de mais uma Mesa sob a coordenação do Senador Paim, que é um gigante no nosso Senado.

V. Exª é um homem que ficará na história deste País como um dos Senadores que mais bravamente lutou pela manutenção dos direitos sociais. Por isso, é uma honra, Senador, estar aqui com o senhor, por quem tenho um enorme respeito.

Queria pedir aqui o aplauso das mulheres a esse Senador que nos dedica muito amor, porque esse é um gesto do amor. (*Palmas.*)

V. Exª tem dedicado às mulheres um gesto de amor muito grande.

Muito obrigada.

Eu quero começar dizendo que sou muito conhecida por dizer que a previdência não tem déficit. Eu e Maria Inez aqui, nossa querida colega, Presidente da Anfip, temos insistido muito em que a previdência não tem déficit, que a previdência tem, sim, um enorme superávit, mesmo com todas as manobras que o Governo tem feito para provocar o déficit na previdência, como, por exemplo, brutais desonerações tributárias, um descaso enorme com a cobrança da dívida ativa previdenciária, fazendo pouco caso da fiscalização dos sonegadores, enfim, fazendo uma enorme depressão econômica que enfraquece a economia, enfraquece os postos de trabalho e, portanto, atinge diretamente a previdência na sua arrecadação. O Governo tem se esforçado demais para que a previdência chegue a um déficit.

Todavia, a gente tem tentado mostrar que, apesar de todo esse esforço, a previdência continua sendo superavitária, e o que é mais incrível: o último trabalho que a Anfip patrocinou, em conjunto com o Dieese, o qual eu tive a honra de organizar juntamente com o Cláudio Puty, que é outro economista, mostra que o modelo atuarial da previdência brasileira é precário, é incompleto, é completamente vazio de qualquer possibilidade de projeções para o futuro.

Já está pronto esse livro. Esse livro foi lançado há pouco mais de uma semana. Então, a gente vai provar, nesse livro, que não existe déficit hoje nem haverá no futuro, porque, quando a gente reconstrói, com base no próprio modelo precário do Governo, e insere variáveis que o modelo não prevê, como, por exemplo, um mercado de trabalho dinâmico que seja capaz de incorporar as características que o modelo brasileiro tem no mercado de trabalho, enfim, se a gente incorpora um crescimento razoável de produtividade, até inferior ao que o Governo tem dito que prevê, mas não prevê... Porque o Governo tem dito, criticando o nosso trabalho, que ele prevê um crescimento de produtividade de 2,5%, mas dizer é fácil, colocar no modelo é que é difícil. Então, ele não mostra a incorporação dessa produtividade na memória de cálculo. Aliás, nós temos um modelo atuarial que não tem memória de cálculo. Então, o Governo projeta para o futuro o que quer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas nós fizemos um trabalho sério, juntamente com grandes engenheiros e matemáticos renomados no País, como é o caso de Solon de Carvalho, Patrick Alves, Marcelino Silva e Renato Lisboa Francês, que são nomes conhecidos, inclusive fora do País, e nós fizemos uma verdadeira engenharia reversa no modelo atuarial do Governo, partindo das tabelas para as equações, para poder provar e desmontar todo o sistema atuarial brasileiro.

Então, reparem: essa reforma está sendo proposta em cima de previsões de um modelo que erra sistematicamente nas suas previsões. A gente consegue provar que, entre 2002 e 2015, os erros de previsão do Governo ultrapassaram a casa dos 40%, sempre subestimando a receita e superestimando o gasto e, com isso, projetando um déficit sempre para o futuro, que é um déficit arbitrado por variáveis irreais, equações irreais.

Mas, enfim, eu estou falando tudo isso para dizer o seguinte: por conta dessas previsões, o Governo chegou à conclusão de que as mulheres são também culpadas pelo déficit, porque, afinal de contas, as mulheres vivem demais e contribuem de menos. Elas acharam de ter uma sobrevida, uma expectativa de vida após os 65 anos muito longa, e contribuem cinco anos menos que os homens. No caso das trabalhadoras rurais, contribuem 10 anos menos que os homens. Então, as mulheres, agora, que já não são mais as mulheres da década de 80, diz o Governo, precisam ser tratadas em pé de igualdade com os homens no século XXI, porque, afinal de contas, elas estão mais escolarizadas, elas se empoderaram, e, agora, o Governo pode tratá-las em pé de igualdade com os homens.

Pois bem; a identificação de que a velhice é essencialmente feminina, como diz o Governo, não cria um problema que vá ser resolvido com a restrição ao acesso ao benefício. Não vai ser resolvido esse suposto problema aumentando a idade da mulher para se aposentar e aumentando o tempo de contribuição. Não é assim que se resolve! E por quê? Porque o problema do modelo do Governo é que ele é, essencialmente, de tendência demográfica. O que pesa sobre as previsões do Governo e sobre as conclusões do Governo são as variáveis demográficas, quando, em qualquer outro país do mundo, o que deveria pesar são as variáveis do mercado de trabalho, porque a nossa previdência é referenciada no mercado de trabalho.

E o que acontece no mercado de trabalho? No mercado de trabalho – e vou reafirmar o que as brilhantes expositoras já disseram antes –, nós temos uma situação em que o Governo demonstra – aliás, essa é a cara do Governo – um brutal desconhecimento ou uma brutal indiferença com relação às estatísticas do mercado de trabalho brasileiro. E digo isso porque, se assim não fosse, ele não proporia uma reforma tão bestial quanto essa reforma da previdência.

Se nós formos considerar as características do mercado de trabalho brasileiro, a gente sabe que a PNAD de 2015, lançada recentemente pelos estudiosos do IBGE, mostra que as mulheres trabalham 24,4 horas por semana em afazeres domésticos e que os homens trabalham apenas 10,6 horas; que, somando jornada de trabalho com afazeres domésticos, as mulheres trabalham 53,6 horas semanais, enquanto os homens trabalham 46,1 horas, totalizando, portanto, 7,5 horas a mais o trabalho feminino se comparado com o masculino.

Estou repetindo isso que as expositoras anteriores já disseram só para acrescentar uma coisa: no ano, isso significa que as mulheres trabalham 390 horas a mais que os homens. Portanto, as mulheres trabalham 16 dias a mais que os homens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quando a gente vai para os cálculos da aposentadoria, segundo a proposta do Governo Temer, se uma mulher começa a trabalhar aos 16 anos junto com um homem, quando ela chegar aos 65 anos, que é a idade de aposentadoria dos dois pela PEC, considerando essa carga a mais de trabalho ao ano; considerando a taxa de desemprego, que para as mulheres é de quase quatro pontos percentuais superior à dos homens – o desemprego entre as mulheres é, em média, de 11,6% e entre os homens é de 7,8%, segundo a PNAD de 2015 –; considerando tudo isso; considerando que as mulheres passam grande parte do tempo de sua vida laboral na informalidade do trabalho e até sem trabalho, para poderem criar os filhos e atender aos idosos; considerando toda essa conjuntura, segundo o trabalho que resolvemos fazer junto com a Anfip, quando homens e mulheres chegarem aos 65 anos, as mulheres terão trabalhado 9,6 anos a mais do que os homens, quase dez anos a mais do que os homens.

Então, se houvesse justiça na votação...

(*Soa a campainha.*)

A SRª DENISE LOBATO GENTIL – ...a idade das mulheres teria de ser dez anos menor do que a idade dos homens.

Então, nós vamos ter de pensar segundo o funcionamento do mercado de trabalho, não segundo as variáveis demográficas que mostram que as mulheres estão vivendo mais.

A segunda questão é que, mesmo trabalhando essa carga muito maior, as mulheres ganham muito menos que os homens. Por exemplo, as mulheres negras – anotem! – ganham 41% do salário de um homem branco, 41%! E uma mulher branca ganha 70% do salário médio de um homem branco, embora as mulheres sejam mais escolarizadas. A gente sabe, por exemplo, segundo a PNAD, que hoje 20,2% das mulheres têm até 12 anos ou mais de estudo, contra 16,7% dos homens. Então, as mulheres estão mais escolarizadas. Mas o que é surpreendente? Quanto mais elevado o nível de escolaridade das mulheres, maior é a assimetria entre o salário delas e o dos homens. Então, as mulheres estão sendo punidas no mercado de trabalho por serem mais estudiosas, por terem uma formação superior mais elevada, por trabalharem mais e agora por viverem mais. Estão sendo punidas por isso.

A gente sabe também que a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho é inferior à dos homens. Isso atingiu um teto. A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho é de 55% há duas décadas – ou seja, há uma cláusula de barreira para a entrada das mulheres no mercado de trabalho –, enquanto a taxa de participação dos homens é de 78%. As mulheres não conseguem ultrapassar os 60% de taxa de participação. E que barreiras são essas que impedem as mulheres de participarem mais do mercado de trabalho? A própria taxa de desemprego das mulheres é maior, porque o mercado dá preferência aos homens. Os contratos feitos com as mulheres são contratos mais precários, de alta rotatividade e de informalidade. A informalidade entre as mulheres é maior. Rupturas frequentes nas carreiras profissionais as mulheres têm de fazer, pois, a cada nascimento de um filho ou cada doença na família, elas têm de interromper suas carreiras, e isso prejudica a escolaridade e o desempenho profissional dessas mulheres. São cláusulas de barreira a uma maior participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, ao invés de o Governo aumentar a participação das mulheres, para que elas contribuam mais para a Previdência, para que possam ser mais produtivas e contribuir mais, com uma taxa de participação maior no mercado de trabalho... Para isso, seria necessário apresentar serviços públicos, como creches públicas, escolas em tempo integral. Os cuidados com idosos deveriam ser públicos, pois isso hoje está a cargo das mulheres. Isso aumentaria a taxa de participação das mulheres e, portanto, a contribuição das mulheres. O Governo, ao contrário de fazer isso, quer cortar benefícios e aumentar o tempo de contribuição e a idade das mulheres, ou seja, o Governo faz o avesso de tudo.

Por exemplo, o Governo diz que, na Europa, a gente tem uma situação que hoje é de igualdade entre homens e mulheres. Mentira! Isso não é verdade. Vamos começar a esclarecer.

Por favor, passe várias transparências para frente. Vá para frente, por favor! Quero mostrar uma coisa para vocês que está um pouco mais para frente. Quero mostrar para vocês o acontece na Europa.

Qual é a probabilidade de uma mulher chegar aos 65 anos no Brasil? Essa é a questão. Não querem chegar à idade de 65 anos? Então, está bem. Qual é a probabilidade de uma mulher não chegar aos 65 anos no Brasil? É de 22,3%. É claro que a probabilidade de um homem não chegar a essa idade é mais alta ainda, é de 37,3%. Pois bem, querem estabelecer a idade de 65 anos para homens e mulheres, igual ao que acontece na Europa, mas lá a probabilidade de alguém, homem ou mulher, não chegar a essa idade, por exemplo, no Reino Unido, é duas vezes menor, é de 10,6%. A probabilidade, nos Estados Unidos, de um homem ou uma mulher não chegar aos 65 anos é de 20,9% e de 13,3%, respectivamente. Na Alemanha, a probabilidade de uma mulher não chegar aos 65 anos é de 9,5%. Isso não é mostrado a ninguém. No Brasil, a situação é completamente diferente! Deveria estar no modelo atuarial do Governo...

(*Soa a campainha.*)

A SRª DENISE GENTIL – ...a probabilidade distinta entre homens e mulheres. (*Palmas.*)

Passe mais uma transparência, por favor.

Quero mostrar também para vocês que o desemprego entre os idosos no Brasil é muito superior ao desemprego entre os idosos em vários países europeus. Nós temos uma taxa de desemprego no Brasil, como vocês podem ver naquela coluna, de 29,3%, enquanto nos demais países, como na França e na Itália, ela oscila entre 5% e 8%. Isso significa que uma mulher que faz 60 anos ou 65 anos de idade e que não consegue completar os 25 anos de contribuição também não conseguirá emprego no mercado de trabalho, porque a taxa de desemprego média já é alta para as mulheres, já é quase quatro pontos percentuais acima da média. Imaginem o que ocorre na fase acima dos 65 anos! O desemprego é muito superior.

Passe mais uma transparência, por favor.

Digo isso para mostrar que o Governo não está fazendo uma reforma...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª DENISE GENTIL – ...igual à da Europa. (*Fora do microfone.*)

Tenho mais quanto tempo, Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais cinco minutos ainda.

A SRª DENISE GENTIL – Vou mostrar para vocês que, na Europa, a idade de 65 anos foi conquistada gradualmente. Há países que ainda nem acabaram de implementá-la. Por exemplo, o Canadá só vai terminar de implementar os 65 anos de idade mínima em 2029; na Áustria, isso ocorrerá em 2023; na Alemanha, isso se dará em 2029 também e, na Espanha, em 2027. Quer dizer, o Governo quer fazer isso no Brasil de uma tacada só! Serão 65 anos no ano que vem, se passar, para homens e para mulheres.

Agora, reparem que existe uma diferença na Europa. Existe uma diferença entre a idade mínima para se aposentar e a idade de referência, coisa que o Governo também não conta para nós. O que é a idade mínima? Uma pessoa na Europa pode se aposentar, por exemplo, com 55 anos, com 57 anos. Ela não receberá 100% da aposentadoria, mas ela pode se aposentar com menos de 65 anos. A idade de referência é que é a de 65 anos. O Governo quer estabelecer uma idade única de 65 anos, dizendo que está fazendo igual ao que se faz na Europa e no resto do mundo. Não é verdade! Na Europa, há uma idade mínima de aposentadoria bastante inferior à idade de referência. E o que é importante? Na Europa, eles dão importância à saída da força de trabalho. Então, se, na verdade, a idade de saída da força de trabalho é inferior a 65 anos, a idade mínima não pode ser de 65 anos. Concordam? Por isso, eles têm essa flexibilidade entre a idade de referência e a idade mínima. E nós, que não olhamos a idade de saída do mercado de trabalho, estamos querendo impor isso, sem exigir que o Governo faça esse cálculo de qual é a idade de saída da sociedade brasileira da força de trabalho.

Passe mais uma transparência.

O tempo de contribuição de 25 anos é realista? Vamos ver a exclusão que vai acontecer. Em 2015, 60% das aposentadorias por idade concedidas foram dadas a trabalhadores que não chegaram a 20 anos de contribuição. Em 2015, 79% dos aposentados por idade haviam contribuído menos que os 25 anos que serão exigidos na reforma. Isso é muito pior para as mulheres, porque são as mulheres que mais se aposentam por idade no Brasil. A gente sabe, por exemplo, que 64,5% das aposentadorias concedidas para as mulheres são dadas por idade. Por que isso se dá por idade? Porque elas não conseguem ter tempo de contribuição de 30 anos, para se aposentarem por tempo de contribuição. E 48,3% desses benefícios por idade que as mulheres recebem são equivalentes a um salário mínimo. Então, a mudança vai atingir principalmente as mulheres mais pobres, cujo benefício é de R$890, em média.

Passe, por favor, só mais uma transparência.

É só o último quadro, para eu mostrar para vocês o percentual de aposentados por idade: em Tocantins, são 96%; em Rondônia, 96% das aposentadorias são por idade; no Acre, o percentual é de 92,6% e, no Pará, é de 90%. Quem é que mais será atingido com a idade de 65 anos? As mulheres dos Estados mais pobres do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por favor, mostre a última.

A quem interessa, afinal de contas, essa reforma da previdência? A três grupos sociais muito importantes. Se essa reforma não serve a ninguém, se não serve às mulheres, se não serve aos homens, se não serve aos rurais, se não serve aos urbanos, se não serve aos professores, aos médicos, aos bombeiros, aos policiais, a quem serve essa reforma, afinal de contas? Em primeiro lugar, ela serve aos bancos, porque os seus fundos de previdência privada complementar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª DENISE GENTIL – ... ampliam de forma soberba suas carteiras. A gente sabe, por exemplo, que as carteiras dos bancos privados de previdência complementar deram um salto. Eles aumentaram em R$42 bilhões as suas carteiras entre janeiro e outubro.

Já vou concluir, Senador.

Em segundo lugar, a gente sabe também que o patrimônio desses fundos aumentou de R$72 bilhões, em fevereiro de 1997, para R$759 bilhões em outubro de 2006, só com o anúncio da reforma da previdência. Ela ainda nem foi feita e, se Deus quiser, não será feita, mas, só com o anúncio, já houve esse aumento.

Os segundos são os proprietários de títulos públicos, porque a eles interessa que se rebaixem todos os custos primários, principalmente o que eles chamam de o maior custo de todos, que é o custo com a previdência. Para quê? Para que sobrem mais recursos para pagar a mais elevada taxa de juros reais do mundo. Não basta que ela seja alta, ela tem de ser crível. E, para uma taxa de juros ser crível, é preciso achatar os demais gastos.

Em terceiro lugar, serve para as bancadas do Congresso, que, como se sabe, pactuam com os *lobbies* que negociam os votos. A gente sabe que, hoje, há mais de 20 Senadores que estão indiciados pela Lava Jato. Desculpem-me! São mais de 20 Deputados Federais nessa situação, e há oito Senadores indiciados por circunstâncias como essas. A gente sabe que isso acontecerá muito tanto com a reforma trabalhista quanto com a reforma previdenciária.

Vamos ao último eslaide agora, por favor, o último dos últimos. Da captação privada já falei.

Aqui, mostramos o rombo da Previdência pública no Brasil. Reparem que, quando a gente fala – eu e a Anfip falamos, e muitos outros pesquisadores também já chegaram às mesmas conclusões – que temos uma Previdência que é superavitária, a gente costuma dizer que, no Brasil, o Governo brasileiro sabe que há uma Previdência tripartite, onde contribuem Estado, empregador e empregado, mas ele só faz as contas contabilizando os empregados e os empregadores. Ele se retira, a parte dele ele a considera déficit. Mas não querem nos comparar com a Europa? Pois bem, na Europa, não é assim que se faz o cálculo, não! Na Europa, faz-se o cálculo desta forma: essa parte roxa mais clara representa a participação do Governo, que vai desde 75,6% do total das contribuições para o regime na Dinamarca até, por exemplo, a contribuição nos Países Baixos e na Alemanha de 33,6% ou, como no caso de Luxemburgo, de 44,7%. Enfim, todos computam o tripé. Aqui, no Brasil, não se quer fazer esse cálculo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha.*)

A SRª DENISE GENTIL – Quer se fazer só o cálculo dos empregados e dos trabalhadores.

Enfim, para encerrar, Senador Paim, senhoras que estão na plateia, o Governo está achando que vai passar essa reforma, porque o desemprego é alto; os trabalhadores estão desmobilizados, estão desanimados com a terceirização e com o desemprego e estão sem coesão; os servidores públicos disputarão com os trabalhadores da iniciativa privada; e ele vai dividir a oposição. O Governo também acha que nós não conseguiremos esquecer as nossas diferenças do passado para nos unirmos hoje contra ele. E, mais do que isso, o Governo não está acreditando no movimento feminista brasileiro. Mas acho que ele está cutucando as onças com vara curta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Nossos cumprimentos à Professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro Drª Denise Gentil!

Quero dizer que, com certeza, para a nossa CPI, esta Mesa toda já está convocada. Vamos ver a segunda Mesa, vou avaliar. Mas tenham a certeza de que vamos convocar, e certamente vão depor na CPI. Esses dados que todos mostraram aqui são fundamentais para o debate, para, como você disse muito bem, acabar com essa história da farsa do déficit.

A SRª DENISE GENTIL (*Fora do microfone.*) – Agora e no futuro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns! Parabéns mesmo!

Agora, Rosa Maria Campos Jorge, Diretora Executiva do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Bom dia, bom dia a todas as mulheres e homens aqui presentes, bom dia, Senador Paim! Seu nome, Senador Paim, com certeza já está escrito na história do Brasil como um dos maiores defensores da classe trabalhadora, dos aposentados e pensionistas. (*Palmas.*)

A gente gostaria de chamar a atenção do grande Estado do Rio Grande do Sul para que jamais deixe de eleger o Senador Paim para o bem do Brasil. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar todas essas mulheres maravilhosas que me antecederam, que trouxeram aqui todos os dados importantes para nós. Quero dizer, Senador, que eu, como muitos, hoje estou de luto porque a Câmara dos Deputados traiu a classe trabalhadora na calada da noite de ontem. Votaram para atender os financiadores de campanha e esqueceram que foram eleitos pelo voto do povo. Mas eu vou dizer para o senhor que, se estão achando que, apesar de estarmos tristes e de luto, nós vamos nos render, estão enganados. Vão nos enfrentar! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu gostaria de dizer para o senhor que os auditores fiscais do trabalho, representados aqui pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, vêm, em primeiro lugar, denunciar o caráter ilegítimo dessa reforma, ilegítimo porque não foi fruto de debate com a sociedade, nem no processo eleitoral – enganaram-nos na eleição – e nem posteriormente. Em segundo lugar, vêm alertar para a inconstitucionalidade do texto, que agride o princípio da vedação do retrocesso social. Em terceiro, vêm protestar pelo desmonte do sistema público de repartição e solidário da previdência, com o objetivo de favorecer o mercado financeiro, bancos e seguradoras que exploram a previdência privada. A proposta é excessivamente perversa com os segurados em geral e ainda consegue ser mais dura com as mulheres, que serão mais prejudicadas com essa reforma, caso venha a ser aprovada.

As mulheres. Alguém que não gosta mesmo das mulheres elaborou essa proposta. Ela é uma proposta machista, sexista. É como se nós estivéssemos sendo duramente castigadas por sermos mulheres, por termos evoluído até aqui, por vivermos mais, por cuidarmos das nossas famílias, por educarmos nossos filhos.

É a família que está sendo atacada. É a família brasileira que está sendo atacada. A unificação dos critérios para acesso aos benefícios, tanto os benefícios previdenciários quanto os assistenciais, entre homens e mulheres ignora a baixa participação dos homens em atividades domésticas e a dupla jornada das mulheres, como já foi aqui sobejamente explanado.

A PEC faz três grandes modificações estruturais na forma de concessão de benefício da previdência, dois na assistência social e dois nas pensões, todas em prejuízo, respectivamente, dos segurados, dos idosos carentes e dos pensionistas. Em todas elas, as mulheres são as principais prejudicadas. No caso dos segurados, há aumento da idade mínima e da carência, ampliação do tempo de contribuição e redução do benefício. No caso da assistência social, há ampliação da idade e o valor do benefício é desvinculado do salário mínimo. E no caso das pensões, além do aumento da idade mínima, há a desvinculação do valor da pensão do salário mínimo.

A idade mínima instituída em 65 anos para os segurados em geral e aumentada no regime próprio de 55 para 65 anos ambos, podendo aumentar ainda mais de acordo com o aumento da expectativa de vida é isto: não é só 65, pode aumentar de acordo com a expectativa de vida. Isso chega a ser cruel frente ao fato de que as mulheres já trabalham em média oito horas semanais a mais que os homens, recebem salários menores e são mais vítimas do desemprego do que os homens. Além disso, também sofrem preconceito e desigualdade de gênero por conta da maternidade.

O aumento da carência para ter acesso ao benefício de 15 para 25 anos dificulta ou mesmo impede o usufruto de aposentadoria por idade e, com isso, joga a maioria dos segurados na assistência social, especialmente trabalhadores rurais e domésticos, assistência que também vai deixar de existir. Apenas para ilustrar, basta dizer que, dos atuais aposentados por idade no INSS, somente 24% comprovaram, no ato da aposentadoria, tempo de contribuição igual ou superior a 25 anos. Logo, 76% não teriam se aposentado, já que o tempo de contribuição comprovado era superior a 15 anos, mas inferior a 25.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A fórmula de cálculo iniciando o valor do benefício em 51% da média de contribuição com 1% para cada ano de contribuição igualmente impede que o segurado possa ter acesso à aposentadoria integral já que, para tanto, terá que comprovar 49 anos de contribuição. Ora, de acordo com as estatísticas do INSS, se a média de contribuição anual é 9,1 para cada doze meses, para atingir 49 anos de contribuição, o segurado precisaria de 64,6 anos depois de iniciada a vida laboral. Então o quadro é muito pior do que aquilo que está escrito na realidade.

Ora, de acordo com as estatísticas do INSS, se a média de contribuição anual é 9,1 para cada 12 meses, para atingir 49 anos de contribuição o segurado precisaria de 64,6 anos depois de iniciada a vida laboral. Então, o quadro é muito pior do que aquilo que está escrito na realidade. A situação das pensões é traumática porque, além de não poder acumular seu valor com o da aposentadoria, ela não será mais vitalícia e deixará de ter, como piso, o salário mínimo.

Se uma mulher não trabalha fora e seu marido vem a falecer antes de se aposentar ou antes de completar o tempo de requerer a aposentadoria, o valor da pensão será calculado com base na aposentadoria a que teria direito esse segurado. Por exemplo: um segurado que ganha R$5 mil e vem a falecer com cinco anos de contribuição. Ele teria direito de aposentadoria de 56% da média de seu salário de contribuição. Sendo 51% como regra de entrada e 1% a cada ano de contribuição, o valor seria R$2.800. A pensão da viúva seria correspondente ao valor de 60% – sendo 50% da cota familiar e mais 10% por dependente; como a própria viúva é dependente, ficaria em 60%.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – O valor da pensão dessa viúva seria de R$1.680. Se houver dependente menor ou inválido, cada um, até o limite de quatro, poderia receber mais R$280. Uma vez alcançada a maioridade desses dependentes, menos os inválidos, perderia o benefício.

A proposta de reforma, por qualquer ângulo que se analise, é perversa e cruel com as mulheres.

Eu quero dar aqui o nosso viés trabalhista. Ontem, com a aprovação do PL 4.302, de 1998 – agora vai à sanção presidencial o substitutivo –, vai acabar a possibilidade da previdência social, porque a média de empregabilidade ou de tempo que um terceirizado fica no mercado de trabalho é um terço do tempo do trabalhador por prazo indeterminado. Ora, comprovar 49 anos de contribuição como? Como? Esse ataque não é um ataque pequeno. "Não, mas vai melhorar." Eu ouvi, eu assisti, com esses olhos que a terra há de comer, o descalabro praticado dentro do plenário da Câmara ontem, a desfaçatez de alguns Parlamentares, dizendo "ah, nós já temos aí 12 milhões de trabalhadores terceirizados que estão desprotegidos". Sim, e agora eles querem jogar o restante dos trabalhadores, os 35 milhões que estão hoje com contratos formais por prazo indeterminado, querem jogá-los nessa mesma conta.

Vão inverter a conta porque, com todas as vantagens de poder contratar terceirizados, com a ampliação do prazo para contrato temporário... Primeiro, vão acabar com os sindicatos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

que é a proteção que a classe trabalhadora tem. Vai acabar! Segundo, vai acabar o contrato por prazo indeterminado porque ele não vai ser mais interessante para os empresários. Vão substituir toda a mão de obra formal por prazo indeterminado, que tem ainda aí um pouquinho de proteção dada pela CLT; substituir por trabalhadores que virão, passando fome, para continuar passando – um pouquinho menos – fome, sofrendo acidente de trabalho, morrendo no ambiente de trabalho.

Quero dizer para vocês que, dos acidentes de trabalho hoje, a cada dez acidentes do trabalho, oito são com terceirizados. A cada cinco mortes no trabalho no Brasil, quatro são de terceirizados. Isso é o que foi construído ontem. É isso. Por que isso? Porque o sistema neoliberal quer acabar com os dois principais institutos de proteção social que ainda existem neste País, que é a Consolidação das Leis do Trabalho e a previdência social pública. Querem acabar. Querem nos punir, punir a toda a sociedade, que ousamos enfrentar e eleger um candidato, uma candidata do campo popular, trabalhador, para poder governar o País. Nós estamos recebendo é a punição, e essa punição é financiada pelas grandes corporações, especialmente pelo sistema financeiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Eu quero também aqui dizer para vocês que nós precisamos de uma reação muito grande. Nós precisamos exigir que o Presidente da República vete o PL 4.302.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Precisamos exigir isso.

Eu quero dizer também para vocês que 2018 tem eleições. Nós precisamos colocar no poste a cara dos traidores da população brasileira! (*Palmas.*)

Eu queria – permita-me só mais um minutinho aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está concedido um minuto lá. Pelas palmas do Plenário, se eu digo que não dou um minuto, estou ferrado. (*Risos.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Eu quero só ler aqui um trechinho, não vou ler tudo, de um texto publicado no jornal *Diário do Amazonas*, no dia 19 de março passado, de autoria de José Ribamar Bessa Freire.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Ele diz assim:

> Conta a tradição oral que quando a onça ataca o jacaré, ele permanece quieto e impassível enquanto ela começa a devorá-lo [pela cauda] [...]. Ouvi essa história na infância sempre acompanhada de comentários indagando por que um réptil tão [poderoso] [...], que acumula histórias de luta, se entrega [...] à voracidade de [outro] [...], que tem um volume e um peso muito menor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

> Essa narrativa parece fantástica, mas dezenas de estudiosos da Amazônia a confirmam, entre eles o cônego Bernardino de Souza, que [...] [acha] "incrível o jacaré deixar-se agarrar pela onça e morrer sem oferecer a menor resistência", conforme registrou em "Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas" (1873).
> Os caboclos [...] [também] não encontram explicação. [O fato intrigou] naturalistas ingleses [...] que viveram vários anos na Amazônia em meados do séc. XIX. Wallace [...] observou no rio Solimões "uma onça devorar, vivo ainda, um enorme jacaré do qual ia arrancando e comendo pedaços da cauda. Enquanto estava a devorá-lo, o jacaré permanecia perfeitamente imóvel" [...].
> Parece uma metáfora do que está acontecendo no Brasil. O jacaré somos nós. A onça é o poder. São [...] [quatro] onças rugindo de forma ameaçadora [...]: Executivo, Legislativo, Judiciário e Mídia [...]. Por que o jacaré não se defende, não luta? Essa é a pergunta que fazem alguns cientistas sociais intrigados com a inércia do movimento popular diante da corrupção do governo Temer e dos ataques para eliminar as conquistas sociais, tornando a vida dos brasileiros mais insegura e angustiada.

Eu vou parar aqui o texto, só para conclamar as mulheres e os homens, mas especialmente as mulheres. Mulheres, vamos dar um basta! Uni-vos! Vamos juntas evitar mais essa catástrofe nacional!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Rosa Maria Campos Jorge, que falou pelo Sinait.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Rosa, nós vamos ter que mudar essa história. Nós vamos ter de nos transformar em onças, como a Denise falou, e o jacaré são todos esses corruptos que deveriam estar atrás das grades e estão modificando a nossa Constituição para retirar direitos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Com esse final belíssimo, eu convido...

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Posso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Poder não pode, mas já pode.

Ela pergunta se pode, mas, se já pegou o microfone, é claro que pode.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Quero só pedir desculpas e dizer que vou me ausentar, porque o presidente do nosso sindicato, Carlos Silva, está agora na Comissão Especial da Reforma Trabalhista, e, como ele foi duramente atacado na Comissão da Reforma da Previdência, o que já denunciamos aqui, estamos também com expectativa negativa, porque ele vai lá para falar a verdade, ele vai falar da sonegação e do descalabro e, certamente, será atacado. Nós vamos lá para apoiá-lo naquilo que for necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Convido as nossas painelistas a retornarem ao plenário.

De imediato, vamos à segunda Mesa.

Srª Dorenice Flor da Cruz, secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agriculta (Contag). Seja bem-vinda!

Srª Isis Tavares Neves, secretária de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Srª Anna Beatriz Parlato, assessora do Ministério Público do Trabalho e integrante da Associação de Advogados pela Igualdade de Gênero, Raça e Etnia.

Sejam todas bem-vindas.

De imediato, passamos a palavra à secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Dorenice Flor da Cruz.

Tenho viajado muito, Senadora Emilia, pelo País, mas as maiores mobilizações que eu vi de rua são dos trabalhadores da área rural. Em Santa Rosa havia 15 mil na rua; em Santa Cruz do Sul, 10 mil. Então, uma salva de palmas pela grande mobilização que todo o movimento social e sindical está fazendo.

A palavra é sua.

A SRª DORENICE FLOR DA CRUZ – Bom dia a todas e a todos! Quero agradecer ao Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, e também à Senadora Vanessa Grazziottin e à Senadora Regina Souza por nos oportunizarem esse debate, que é tão importante e tão caro aos trabalhadores rurais, em especial às trabalhadoras. Em nome da Contag e de milhares de mulheres de todo o Brasil, muito obrigada pela luta que vocês fazem aqui neste espaço. A gente sabe que não é fácil uma minoria aqui defender os trabalhadores e as trabalhadoras. Muito obrigada!

Como o Senador já disse, a gente vem há tempo fazendo esta luta em defesa da previdência rural. No mês de março, nós, trabalhadoras rurais do movimento sindical, temos como lema "Margaridas em marcha contra a reforma da previdência". Retirar direito das mulheres é uma violência. E, como aqui já foi dito, é uma das piores violências que pode chegar a acontecer para as mulheres, caso mais uma vez aconteça a traição daqueles a quem as trabalhadoras e os trabalhadores confiaram o voto.

O que aconteceu ontem na Câmara foi um tapa na cara dos trabalhadores, com a aprovação da terceirização. E podem ter certeza de que os trabalhadores não vão se esquecer disso. Já diz o ditado: quem bate esquece, mas quem apanha, não. Então, a gente precisa registrar este momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quando a gente fala em reforma, o que logo vem? A gente pode trazer como exemplo aqui uma reforma da nossa casa. A gente pensa em uma reforma para melhorar a casa, para deixar mais bonita, para melhorar o ambiente. E aí, quando vem a reforma proposta por esse Governo ilegítimo, é um ataque aos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e uma continuidade do golpe dado na democracia brasileira em 2016. Por isso, a gente chama uma contrarreforma da previdência.

A proposta de reforma da previdência apresentada por si só é uma tragédia. Quando a analisamos na perspectiva das mulheres, a situação se agrava, e, quando nos reportamos às trabalhadoras rurais, a situação fica ainda pior. Nós, trabalhadoras rurais, temos tripla jornada de trabalho, cuidando da casa, da família e da produção. Começamos a jornada ainda de madrugada, no escuro, e só terminamos, só paramos o serviço depois das 23 horas – e olhe lá, porque, de repente, é preciso estender um pouco mais. E, só depois de 40 anos de trabalho, a gente pode, se tiver a comprovação da atividade – o que é um desafio para as mulheres trabalhadoras rurais também –, solicitar o benefício da aposentadoria para receber um salário mínimo.

E para muitas mulheres é a partir da aposentadoria que elas conquistam a autonomia financeira, porque, como já foi dito aqui e se sabe, a renda na agricultura familiar é árdua e é pequena. E vem em primeiro lugar a despesa de casa e dos filhos; se sobrar, a mulher tem direito a pegar um pouquinho para atender algum desejo que ela tenha. E só com a aposentadoria...

Por isso, a gente fala que a crueldade que está sendo proposta com essa reforma é muito grande e certamente vem de alguém que não tem mãe, que não tem esposa e que não tem filha. E, se tem, não as considera, porque crueldade tamanha é de quem não conhece.

Então, as mulheres vão estar sujeitas a trabalhar mais de 50 anos, como já foi dito aqui. Nós trabalhamos de nove a dez anos a mais que os homens, e a trabalhadora do campo enfrenta chuva, sol, os desafios climáticos. Então, é um desafio muito grande. Ainda assim, muitas vezes o acesso às políticas básicas de saúde, ao saneamento básico e ao transporte não existe.

Eu falo de uma realidade que conheço. Sou trabalhadora rural da agricultura familiar. Meu Município, Paranaíta, fica a 900km da capital de Mato Grosso. Quando a gente fala na saúde... Saneamento básico para nós rurais não é nem realidade ainda. A situação é precária, e é nessa condição que o trabalhador e a trabalhadora conquistaram há tempos, como já foi dito aqui, com muita luta, a previdência, o direito a se aposentar – principalmente a trabalhadora rural, a ser reconhecida como trabalhadora –, que agora querem simplesmente nos tirar, assim, como se fosse algo insignificante, que não importa, que não vai atingir ninguém. Para nós, as consequências vão ser as piores possíveis, se essa reforma passar. É drástica!

Aumentar a idade para trabalhadores e trabalhadoras acessarem a aposentadoria para 65 anos e igualar essa condição para todos os trabalhadores é desconsiderar as condições de trabalho a que estão submetidos os agricultores e as agricultoras, cuja expectativa de vida em muitos Municípios não chega aos 70 anos de idade; é não reconhecer a igualdade de gênero que caracteriza o mercado de trabalho, as relações de famílias e as políticas públicas no País; é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

desconsiderar a tripla jornada de trabalho das mulheres que garantem a realização do trabalho doméstico, os cuidados, e a reprodução da força de trabalho.

Aí pergunto: quem de vocês não conhece um trabalhador ou uma trabalhadora rural que começou sua vida na roça, cuidando do gado, da plantação ainda adolescente ou até mesmo criança, em condições precárias, como já foi colocado, enfrentando chuva, enfrentando seca, inundação e todo tipo de dificuldade que vocês podem imaginar? Isso tudo para garantir a produção de alimentos com qualidade. Como já foi dito aqui, 70% dos alimentos que vão para a mesa do brasileiro e da brasileira vêm da agricultura familiar. Mesmo os trabalhadores da agricultura familiar tendo a menor proporção de terra, são eles que garantem alimentação de qualidade.

Quando a gente fala em alimentação de qualidade, é alimentação sem agrotóxico. Sabemos que o nosso País é um dos maiores consumidores de agrotóxico, e isso prejudica a saúde de todos os brasileiros e brasileiras, mas principalmente dos trabalhadores, que estão expostos ao manuseio, e até mesmo dos agricultores familiares que querem produzir uma alimentação saudável, mas a quem não é dado esse direito, porque estão cercados pela produção do agronegócio, pela concentração de terra, que é muito grande, e que, como foi liberado há pouco tempo, semeia veneno sobre as nossas cabeças. Então, a situação é precária.

É de conhecimento geral o quanto o serviço rural é penoso, causando incômodo, sofrimento, desgaste e até dor, o que torna a execução dessa atividade mais árdua ainda. Os danos desse tipo de atividade à saúde e à integridade dos trabalhadores geralmente ocorrem no médio ou no longo prazo e se materializam em lesões que reduzem a capacidade laboral e a expectativa de vida, precocemente, do trabalhador e da trabalhadora. Para nós, mulheres, inclusive a fertilidade é afetada.

A situação do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras no mundo rural é muito mais complicada. Além de não haver formalização e de se ter em geral um contingente pouco escolarizado...

(*Soa a campainha.*)

A SRª DORENICE FLOR DA CRUZ – ... são pessoas que, devido às dificuldades degradantes, acabam por envelhecer bem mais cedo, demandando maiores cuidados na velhice, principalmente as mulheres.

Com tudo isso, além da diferença do trabalhador urbano, o trabalhador rural, majoritariamente, como já disse, começa a trabalhar muito cedo. Com essa mudança, seriam mais de 50 anos na ativa. Esse esforço terá impacto ainda maior sobre as mulheres, tendo em vista que a gente tem a responsabilidade ainda com os cuidados com a família e com os trabalhos domésticos.

Quando a gente fala na exigência da contribuição de 25 anos para acesso à aposentadoria, essa é uma situação bem complicada, porque, como já foi dito aqui, dos assalariados rurais e das assalariadas rurais, muitos ainda estão na informalidade. E, quando não, trabalham por safra, por tempo de trabalho. Hoje, eles já têm dificuldade para provar os 15 anos de contribuição; imaginem provar 25 anos. Qual será a idade do desse trabalhador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

É praticamente dizer que o trabalhador rural não tem direito à aposentadoria, vai morrer sem se aposentar.

E se a gente fala da agricultura familiar, como já foi dito aqui... O agricultor e a agricultora familiar não têm uma renda mensal, como já foi falado aqui antes; a dificuldade ainda vai ser maior. E, mesmo se tivesse, a desigualdade ainda de gênero, no meio rural, é muito grande. Hoje as pesquisas mostram que a maioria das pessoas que saem do campo são mulheres, justamente por não terem condições de permanecer ali. Imagine se puder pagar a previdência para uma pessoa, para quem vai pagar? Então, essa resposta já é sabida por todos: para quem se vai pagar. As mulheres, os jovens vão ficar desprovidos, não vão ter condições de ter esse direito a aposentadoria.

Então, gente, a situação nossa é bastante complicada. Com as condições colocadas, o acesso à aposentadoria será inviabilizado para a maior parte da população. E, aí, se a gente fala dos trabalhadores rurais, principalmente as mulheres, é aquilo que eu disse: é acabar com a aposentadoria rural.

Vale ressaltar aqui, como já disse, a dificuldade de acesso a aposentadoria por parte dos trabalhadores assalariados da agricultura, tanto homens quanto mulheres, pela dificuldade de comprovar a contribuição. E quando a gente fala, como também já foi colocado aqui, em aumentar para 70 anos o Benefício da Prestação Continuada, para as mulheres, também, é uma perda muito grande. Como eu já disse aqui, muitas mulheres têm dificuldade em comprovar a sua atividade rural, porque a documentação não está no nome delas, embora tenham trabalhado a vida inteira. Isso serve não só para as assalariadas, que acabam acompanhando os maridos nas fazendas, e aí o patrão só registra um. Quem ele registra? Sempre é o homem. A mulher faz o trabalho ali, mas não é reconhecida e não tem seus direitos garantidos. Para as trabalhadoras rurais é a mesma coisa.

Eu tenho um filho de dois anos agora. Eu dei entrada no auxílio-maternidade assim que ele nasceu, há dois anos, e ainda não consegui recebê-lo, porque o INSS não reconhece a minha condição de trabalhadora rural. Na época que eu entrei no movimento sindical, em 2002, a documentação toda que eu tinha era da minha família, dos meus pais, então não estão querendo reconhecer. Há uma série de exigências, e estamos lá brigando pelo reconhecimento. É um direito, e queremos garanti-lo. Então, a dificuldade é tremenda, e eu já disse que vai ser uma das piores formas de violência praticadas contra as mulheres, principalmente contra as trabalhadoras rurais.

É importante destacar que, se acabar com a previdência rural, o impacto não vai ser só para os trabalhadores rurais, como já foi colocado aqui, mas para a sociedade como um todo. Primeiro porque são os trabalhadores rurais que produzem alimentação com qualidade, como a gente já disse, e, em muitos casos, são os benefícios dessa aposentadoria que ajudam, de repente, a comprar semente, garantindo que a gente tenha aquela produção.

Por outro lado, também já foi colocado aqui que a maioria dos Municípios brasileiros, como disse a Senadora Fátima, são pequenos, rurais, e o recurso que gera ali o comércio local vem da aposentadoria, que ultrapassa o valor do Fundo de Participação dos Municípios. Então, vai ser um impacto na sociedade como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha.*)

A SRª DORENICE FLOR DA CRUZ – Para finalizar, eu queria aqui falar com todas as mulheres e todos os homens que são eleitores e que votam.

Então, é com o voto que hoje esses ditos representantes do povo – na verdade, não representam o povo, representam o interesse do capital – estão votando e retirando os nossos direitos. Vamos ficar atentos, com olhos e ouvidos alerta, e, em 2018, vamos dar a resposta, vamos renovar esse espaço e colocar, de fato, quem representa o povo. Não vamos votar em quem vota para retirar direito dos trabalhadores e das trabalhadoras. Não vamos votar e ainda vamos fazer campanha contra aquele Deputado e aquela Deputada que votarem a favor da reforma da previdência e contra os trabalhadores.

Então, é essa a mensagem que quero deixar para vocês, convidando-os a acompanhar e fortalecer as nossas mobilizações que vêm sendo feitas, como o Senador registrou aqui no momento.

(*Soa a campainha.*)

A SRª DORENICE FLOR DA CRUZ – A Contag, o movimento sindical está na luta e conta com cada um e cada uma de vocês para a gente se fortalecer e alcançar essa vitória. Estamos juntos contra a reforma da previdência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dorenice Flor da Cruz, que falou pela Contag e deixou uma marca aqui muito definida – quem votar "sim" pela reforma não volta. É isso?

A SRª DORENICE FLOR DA CRUZ – Não volta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não volta.

Há uma charge nesse sentido, nós devemos tê-la aí. Poderia jogá-la na tela? É uma charge que está circulando e que já tem quase um milhão de acessos. Ela diz exatamente isto: quem votar a favor não volta.

Ísis Tavares Neves, Coordenadora da Secretaria de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

A SRª ÍSIS TAVARES NEVES – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero aqui parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero só dizer que esta é a charge que o Latuff fez para a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, contra a reforma da previdência. Uma salva de palmas ao Latuff pela criatividade. (*Palmas.*)

A SRª ÍSIS TAVARES NEVES – Eu quero, primeiro, parabenizar aqui V. Exª pela audiência, mas especialmente por convidar as entidades que representam as mulheres rurais e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalhadoras, que vão ser uma das mais penalizadas. A CNTE, que representa mais de dois milhões, exatamente 2,2 milhões de trabalhadores em educação, agradece aqui ao Senador Paim, à Senadora Vanessa, à Senadora Regina, enfim.

Mas eu gostaria também de pedir licença para compartilhar com vocês algo que aconteceu agora, quando cheguei aqui. Eu trouxe a revista *Mátria*, uma publicação anual da CNTE que nós fazemos. Hoje, ela saiu dos muros das escolas e é bastante difundida. Eu trouxe 30 revistas para distribuir aqui na Comissão, e o que aconteceu? Na hora em que eu cheguei para entrar, eles perguntaram de que se tratava. Eu abri os pacotes e mostrei todas as revistas, e aí o rapaz falou que ele não poderia me deixar entrar porque pareciam esses panfletos que as centrais trazem para cá. Então, eu teria que primeiro ir à Polícia do Senado para que eles autorizassem. Eu falei: mas você pode examinar, não há nada perigoso. Aí ele disse: "Não, tem que ir lá, porque tem que ver o conteúdo."

Ele queria que eu levasse as 30, e aí, com muita conversa, eu levei uma. Chegando à Polícia do Senado, foram lá para dentro, examinaram o conteúdo, e fui orientada a trazer as revistas para cá, mas só posso distribuí-las aqui na Comissão, não poderia dá-las para ninguém que me pedisse fora daqui.

Então, só para registrar, a gente falou tanto de déficit aqui. Eu acho que o déficit que estamos tendo, desde o ano passado, é de democracia. (*Palmas.*)

Esta aqui eu já quero deixar com o Senador, mas nós temos mais revistas ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dê-me algumas, se assim você entender, porque vou panfletar dentro do plenário do Senado. Está bem? (*Palmas.*)

A SRª ÍSIS TAVARES NEVES – Obrigada. Estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E vou panfletar mesmo.

A SRª ÍSIS TAVARES NEVES – Nós estamos vendo, em nível mundial, um grande ataque às liberdades democráticas, aos direitos trabalhistas e sociais. E o Brasil, agora, com o golpe, entra em todo esse processo também de ataques aos direitos.

Foram exposições brilhantes aqui da minha companheira da Contag e de todas as outras que nos antecederam, então eu vou me ater à questão dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação, em especial.

No Brasil, existem, como já coloquei, 2,2 milhões de trabalhadores em educação. Desses, apenas 435 mil são do sexo masculino, e concentradamente nas séries iniciais do magistério. E esse universo de maioria feminina é confrontado cotidianamente pela necessidade de formação continuada, planos de carreira com valorização do professor e da professora, priorização de maiores investimentos na educação como um todo. Dessa forma, o modelo de previdência que está sendo desenhado mostra-se irredutível no que diz respeito à identidade do trabalho na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

educação básica, que é constituído, em quase sua totalidade, por mulheres docentes em praticamente todas as etapas do ensino básico.

O conteúdo da PEC ainda apresenta regra de transição aplicada para o professor que é considerado segurado especial e valerá para homens que tiverem idade igual ou superior a 50 anos e mulheres de 45 anos de idade ou mais, desde que se cumpra o pedágio, que corresponde ao aumento de 50% do tempo que resta para alcançar o número de contribuições necessárias para requerer o benefício.

Nesse caso, o Censo Escolar de 2015 demonstra que os professores da educação básica estão concentrados na faixa entre 30 e 49 anos. O que quer dizer isso? Não precisa examinar muito para ver que mais ou menos 1,2 milhão de trabalhadores não vão estar na regra de transição. Ou seja, como é que eles vão se aposentar? E sendo a maioria professoras. A grande maioria é de professoras.

Agora, há outra questão que está também vinculada ao magistério. Hoje, você precisa ter nível superior. Isso quer dizer que você entra no magistério após os 21 anos, no mínimo. E como é que essa carreira do magistério, que já não é atrativa para a grande maioria de jovens, por todos esses problemas que já coloquei aqui, vai atrair pessoas? Como?

Eu gostaria também de colocar mais uma questão: 74% dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação têm afastamento devido a problemas de saúde de todo tipo, osteomusculares, cardiovasculares, mas também problemas relacionados ao que vem sendo bastante discutido, a síndrome de burnout, o sofrimento psíquico do trabalhador em educação, que tem vários estágios.

De vez em quando, a gente vê alguma notícia de uma professora que tacou o apagador na cabeça de uma criança e tal.

Então, há todos esses agravantes em relação às professoras. E fora aquelas que trabalham em locais de difícil acesso. Por exemplo, eu sou do Amazonas. Lá, nós temos os Municípios de Tefé, São Paulo de Olivença, onde há comunidades indígenas, Benjamin Constant. Temos, lá em cima, no Alto Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, lá na "Cabeça do Cachorro", como o pessoal coloca, Cucuí. As professoras, para acessarem esses lugares, passam por dificuldades enormes, que põem em risco sua própria vida. Geralmente, as prefeituras não têm o transporte adequado. Vou dar o exemplo aqui de São Paulo de Olivença. A professora vai para lá trabalhar e, às vezes, não há nem uma residência onde ela possa ficar, porque precisa ficar, e ela fica na casa do pajé ou de alguém. E, quando há problemas com as tribos lá, como é que fica a professora?

Então, são questões que a gente vê que os trabalhadores e as trabalhadoras em educação estão enfrentando hoje, e a aposentadoria especial não é uma benesse.

E acho que também há outra questão quando se coloca idade ainda produtiva para trabalhar – a aposentadoria é para você aproveitar, certo? É aquela idade máxima em que você pode aproveitar, usufruir daquele tempo que lhe resta para estar com a família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Uma coisa que fica muito patente quando a gente trabalha é que parece que nós não somos seres humanos, porque os seres humanos trabalham... O trabalho não dignifica. Quem dignifica o trabalho são as pessoas no seu fazer diário. Então, nós não podemos ser tratados apenas como força de trabalho, porque temos também uma singularidade, a nossa especificidade da humanidade. Nós precisamos também de diversão, de lazer.

Então, todas essas questões não são levadas em conta. A maioria das vezes, no trabalho das professoras, por exemplo, nós temos dupla e até tripla jornada de trabalho. E quando digo tripla, não estou contando ainda o trabalho doméstico, porque há professoras que têm três jornadas. E elas podem se aposentar apenas em duas; a terceira, geralmente, elas não têm.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ÍSIS TAVARES NEVES – E ainda há a questão da casa, o trabalho invisível, que é o trabalho doméstico.

É uma profissão histórica e ideologicamente tratada como de segunda categoria. E, para vermos hoje o que está acontecendo, precisamos entender... Eu queria só um tempinho para colocar isso. Eu não entendo essa reforma da previdência como algo isolado. Acho que a gente precisa atacá-la, sim, mas é algo que vejo como mais um elo. Um elo que começou com um golpe na democracia. Um elo para todas essas reformas e mudanças que estão acontecendo. Aí veio a PEC 55, mais um elo; o PLP 257, mais um elo; a lei que instituiu o regime de partilha na camada pré-sal, mais um elo; a reforma do ensino médio, mais um elo.

Por que a reforma do ensino é mais um elo? Porque veja como isso casa muito bem com a reforma da previdência e com a terceirização, que foi aprovada agora também. Porque a nossa juventude que está na escola pública, os filhos de trabalhadores não vão ter acesso a educação com qualidade.

Por que não vai ser com qualidade? Porque algumas matérias vão ser extintas, outras não vão ser obrigatórias, e a escola pública não vai oferecê-las, mas a escola particular vai; um processo já também de privatização da educação, porque quem puder vai tentar pagar a escola.

Acaba com a carreira do professor de notório. Acabou a carreira do professor. Acabou! O professor de notório saber cada vez mais precariza a educação dos nossos filhos e filhas, os filhos dos trabalhadores. Esse estudante vai concorrer em um vestibular que vai ter todas as disciplinas com aquele que teve todas as disciplinas. E uma grande parte não vai conseguir adentrar à universidade. O que vai acontecer? Mercado de trabalho. O exército de reserva aumenta com o trabalho precarizado, já com essa questão da previdência pública, já com a terceirização, já com os ataques que virão com a reforma trabalhista, de acabar com todos os benefícios, com tudo. Então, nós vamos ter uma juventude que vai estar à mercê disso tudo. Na grande verdade, isso é um retrocesso civilizacional. É um crime contra a nossa juventude, contra o futuro dos brasileiros e das brasileiras, o que estão fazendo com a nossa juventude nessa idade.

E muito mais: o Governo tem um déficit muito grande de investimentos, porque, se quer gerar empregos melhores e se fosse verdade essa questão do déficit da previdência... O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gera a contribuição? São empregos dignos, empregos em que se consiga trabalhar e contribuir de forma digna. E o que está acontecendo é exatamente o contrário.

E aí, para fechar tudo isso, vem o quê? A Escola sem Partido, que a gente chama de lei da mordaça, que é justamente o fechamento, o apoiamento, a sustentação ideológica do golpe, que é não se poder falar disso nas escolas. Porque aí acaba tudo; os professores serão triplamente penalizados por algo, por uma questão que é realmente um retrocesso civilizatório.

Então, nós da Secretaria de Relações de Gênero da CNTE temos procurado trabalhar muito isso e também com comparações, na América Latina, das professoras. Isso é o que está acontecendo no mundo inteiro. O Brasil está entrando nesse retrocesso civilizatório, e nós precisamos, como já disseram todas as minhas antecessoras aqui, de resistência; muita resistência, muita paciência revolucionária para construirmos uma grande unidade. Uma grande unidade em que consigamos colocar – porque nós não temos a mídia –, em que nós possamos debater isso cada vez mais e chamar cada vez mais também os pais dos alunos. Acho que o principal é colocar isto: isso não atinge só a professora. Ao atingir a professora, isso vai atingir o futuro do seu filho, da sua filha; vai atingir inclusive aquela pessoa que poderia ser quem vai lhe ajudar, quem vai lhe dar essa sustentação na velhice também.

Então, vai haver uma onda de precarização muito grande, e para mim isso constitui um crime contra a humanidade, um crime contra o futuro dos nossos jovens e das nossas jovens.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Ísis Tavares Neves, que falou pela CNTE; Coordenadora da Secretaria de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Passamos agora para Anna Beatriz Parlato, assessora do Ministério Público do Trabalho e integrante da Associação de Advogados pela Igualdade de Gênero, Raça e Etnia.

A SRª ANNA BEATRIZ PARLATO – Bom dia a todas.

É um desafio falar depois dessas mulheres brilhantes. E eu fiquei pensando, enquanto as ouvia, no que eu ia falar.

Eu queria estar aqui debatendo a ampliação dos nossos direitos e da nossa proteção social, mas os tempos são tão difíceis que nos exigem uma articulação desse tamanho para não a gente não perder o que já foi conquistado.

Um pouco na linha do que a Drª Luciana falou, eu acho que a gente tem que pensar a previdência no paradigma proposto pela Constituição de 1988, que inaugura a seguridade social, promovendo a proteção universal de brasileiras e brasileiros, de forma a assegurar o mínimo social necessário à existência digna. Nesse sentido, não dá para ficar discutindo previdência como se estivéssemos falando de um seguro privado, de uma simples concessão de benefícios em contrapartida de uma contribuição individual.

As mulheres encaram o que a gente chama de dupla situação opressora no mercado de trabalho, porque, além de ocuparem cargos com remunerações mais baixas, elas ainda contam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

com responsabilidades que não são remuneradas. Porque a conquista do mercado de trabalho não significou a redefinição dos papéis em relação às tarefas domésticas. E são esses afazeres que impactam sensivelmente – como mostram os dados trazidos – o aumento do número de horas trabalhadas pelas mulheres. E mais do que isso: a dupla, a tripla jornada retira da mulher o tempo de recomposição do corpo que o intervalo interjornada assegura aos homens. Então, por mais que o ordenamento jurídico quisesse que isso fosse diferente, não o é, e ele tem que encarar isso. Assim, essas diferenciações promovidas pelas regras da previdência não podem ser vistas apenas como uma resposta à dupla jornada, mas também à precariedade da vida ativa feminina em relação à dos homens.

Diante de todo esse cenário, a previdência foi construída como única política que reconhece e considera essas desigualdades de gênero no mundo do trabalho. A diferenciação da idade e do tempo de contribuição é o único mecanismo que faz frente à divisão sexual do trabalho. Enquanto essa realidade não for alterada, não há como se permitir uma mudança desses critérios. Como já foi falado, é patente a inconstitucionalidade dessa reforma, porque a diferenciação consagra a igualdade material, que é o que prega a nossa Constituição. Particularmente, eu acho muito complicado a gente pensar em uma reforma da previdência a partir do texto proposto, com mil alterações que sejam feitas. Há que se começar do zero, partir de outras premissas para que seja feita uma reforma da previdência. E a gente ainda tem que ouvir algumas propostas tipo condicionar a redução para mulheres que têm filhos ou para mulheres casadas, o que é um verdadeiro absurdo, porque as tarefas de cuidado e as responsabilidades não remuneradas das mulheres vão muito além da maternidade.

Outro ponto que foi falado aqui é o da pensão por morte. Além da diferenciação de idade, que é escancaradamente uma alteração que afeta as mulheres, há várias outras alterações no texto da PEC 287 que impactam prioritariamente mulheres, que é o caso da aposentadoria especial dos professores, dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, e a pensão por morte também.

A Débora Diniz, professora e antropóloga da UnB, diz que as viúvas, além de experimentarem o luto, vão experimentar empobrecimento. E isso é muito grave. Isso é mais um exemplo da perversidade dessa reforma.

Acho que estes eventos são muito importantes, porque temos assistido a um debate pouco franco sobre as alterações, sobre dados, sobre dados manipulados para tentar justificar a necessidade dessa reforma, ainda mais vinda de um Congresso tão masculino. Como pensar que são eles que vão definir essas novas regras se não for com a participação das mulheres aqui?

Por isso, hoje eu aprendi muito aqui. Fiquei impressionada com os dados. Porque me incomoda muito o discurso – que está até na exposição de motivos da PEC – de o Brasil estar acompanhando uma tendência mundial de igualar as idades. A Profª Denise trouxe aqui dados que nem eu, tentando estar sempre atualizada, sabia, da diferença da idade mínima, da idade de saída do mercado de trabalho, dessa referência. Ou seja, a gente vê que o que está sendo divulgado pelo Governo está bem longe do que a gente realmente precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho – para acabar as minhas breves considerações – que uma reforma da previdência tem que avaliar, e constantemente, os impactos das transformações demográficas, promovendo os ajustes necessários, pensando nas gerações futuras. Mas ela deve, principalmente, buscar enfrentar essas desigualdades vividas no mundo do trabalho, priorizando incorporar ao sistema trabalhadores sem cobertura. Isto é um desafio: como trazer mais pessoas para esse sistema, mais mulheres, como é o caso das domésticas e do trabalho informal em geral – e a gente vê que, com o cenário que está sendo construído, isso só vai aumentar –, e não fazer uma reforma que retira tantos direitos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Anna Beatriz Parlato, assessora do Ministério Público do Trabalho e integrante da Associação de Advogados pela Igualdade de Gênero, Raça e Etnia.

Recebi aqui da assessoria – nós todos estamos preocupados com a questão da terceirização – que o Presidente do Senado acaba de, em um pronunciamento no Senado, dizer que o Senado tem que votar o projeto de terceirização, o qual está na mão deste Senador, o Senador Paulo Paim. E ele alega: até porque o Senado é "Casa revisora". "É preciso que a gente atualize esse projeto que [lá] foi aprovado através de um outro projeto que está tramitando no Senado [...]. Os projetos podem ser complementares."

Diante da fala do Presidente do Senado, qual é a questão? Esse é um projeto de 1998; arcaico, atrasado, totalmente irregular, fora de qualquer parâmetro da sociedade de hoje, já que é de 1998. E o projeto que eu relatei a Câmara mandou para cá um ano e meio atrás. Ele está pronto, e eu já o entreguei à CCJ. É só a CCJ votar, e ele vai para a Câmara.

Então, mediante o que disse o Presidente do Senado – que eu achei muito positivo, porque abriu uma janela para que um projeto que visa... Pelo projeto do meu relatório, eu proíbo a terceirização na atividade fim, estendo aos 13 milhões de terceirizados os mesmos direitos dos outros trabalhadores e garanto a responsabilidade do pagamento do terceirizado – porque é comum hoje, infelizmente, no País a empresa fechar as portas, ir embora, e o terceirizado não recebe nada –, a responsabilidade solidária, inclusive aqui no Senado.

Então, eu coloco no meu relatório dois instrumentos: um, que a empresa tem que provar que tem três vezes mais patrimônio do que a folha de pagamento – provar! –; dois, tem que depositar a empresa matriz todo mês no banco o correspondente à folha de pagamento daqueles terceirizados; e a responsabilidade solidária ainda. Dessa forma, não há como nós não garantirmos todos os direitos para o trabalhador terceirizado.

Mediante esse fato, eu queria aqui, aproveitando quase que o encerramento da nossa audiência pública, liderada aqui pelas mulheres, fazer mais um apelo ao Presidente da República no sentido de que ele vete esse projeto. Foi um equívoco a votação dele, um atraso total para o País. Então, que o projeto seja vetado. E este, que está aqui no Senado, uma vez aprovado, passará pela Câmara; que ele, então, o sancione para garantir os direitos dos terceirizados. Este é o apelo: que ele vete o projeto, mostrando que nós não aceitaremos... Ninguém pode aceitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

um projeto que vá na linha de precarizar totalmente a relação entre empregado e empregador. É ruim para todos.

Segundo quem leu o projeto – e eu o li –, cria, sim, uma insegurança jurídica total o projeto da Câmara. O conflito vai aumentar ainda mais, e haverá outros milhões de ações na Justiça do Trabalho. Hoje, de cada 100 ações na Justiça, 80 são de empresas terceirizadas. A partir desse projeto da Câmara, se o objetivo era diminuir os conflitos no campo jurídico, eles só vão aumentar. E o bom senso diz isso.

Presidente, em uma linha de bom senso, eu lhe faço três pedidos: vete esse projeto e retire a reforma da previdência e a reforma trabalhista. (*Palmas.*)

Agora, vamos para o encerramento. Já são 12h30.

Se a Senadora Emilia assim entender...

A SRª EMILIA FERNANDES (*Fora do microfone.*) – Eu gostaria só de cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não; é mais. É mais do que isso.

Se a Senadora Emilia aceitar, devido ao horário, ela falará, pelo mesmo tempo dos outros convidados, em nome do Plenário.

A palavra está com você. Já aceitou! O tempo é você que decide.

A SRª EMILIA FERNANDES – Não, não. Eu ia pedir dois minutos apenas, primeiro, para cumprimentar a Procuradoria Especial da Mulher, do Senado e da Câmara também, mas em especial a do Senado, que tem pautado temas importantíssimos. Com essa questão da Pauta Feminina e uma reunião mensal, que vem sendo realizada, com os mais diferentes temas, de importantíssima atualidade e necessidade de se falar, não apenas para as mulheres, mas de se falar para a sociedade, a Procuradoria se afirma como um espaço realmente de atuação e de interlocução com o povo brasileiro. Então, acho que isso é uma coisa que precisa ser registrada e ressaltada.

Eu tenho vindo a algumas, sempre que possível, e particularmente nesta estamos presentes inclusive com colegas e amigas; colega professora, integrante do Fórum de Mulheres do Mercosul, do qual sou a Presidenta no Brasil. E nós fazemos essa interlocução, inclusive, com os outros países exatamente para sentir e medir os avanços, os retrocessos, os desafios e as dificuldades, para a gente não ficar no nosso mundo Brasil. Esse foi o espírito dessa nossa entidade quando foi criada há 22 anos. Dialogamos com os governos e com a sociedade, a partir do olhar das mulheres na luta de integração dos povos.

Particularmente eu queria apenas fazer dois registros que eu considero importantíssimos: cumprimentar todas as palestrantes, todas as mulheres. São muito fortes as colocações, com muito conteúdo; dá para ver como as mulheres, naquilo que abraçam, fazem com a seriedade, com a qualidade e com o compromisso que vai além da sua luta corporativa. Vai, fala, e conclama a sociedade brasileira, de homens, mulheres e jovens, para que estejam atentos aos momentos que o País, principalmente o País, vive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito também me congratulo com a fala da minha colega professora. Eu venho da luta sindical, do CPERS, no Estado do Rio Grande do Sul, onde é toda a minha origem de luta, portanto o CNTE nos representa. E, a partir daí, também com a identificação das mulheres rurais, porque o nosso Estado é muito forte. E sempre nós, Paim e eu como Senadora, Deputada Federal, Ministra de Política para as Mulheres do Lula, quando ele nos chamou para abrir aquele espaço, porque hoje se fecha... Depois de muitas lutas, de muitas conquistas, de conferências, enfim, de construção coletiva das mulheres, infelizmente, hoje a gente vê o espaço das políticas para as mulheres se fechando, sendo totalmente desvalorizado até.

Vejam a luta da mulher do campo. Isso é uma coisa imprescindível: a agricultura familiar; a reforma agrária, que precisa se intensificar neste País; o estímulo da permanência das populações no campo. E o que está proposto aí é totalmente o inverso.

Então eu quero cumprimentar – está aqui a Rita Polli, que é da Procuradoria da Mulher, quero que transmita a todas – principalmente a nossa Senadora Vanessa, Procuradora, e todas as integrantes e funcionárias da Procuradoria e dizer que realmente o País vive um momento de grandes retrocessos. Eu nunca vi e pensei que eu nem estaria viva para ver os retrocessos que o País está vivendo, porque, como foi falado aqui, são elos, são cadeias que vão se conectando. Não foi por acaso que uma Presidenta mulher foi retirada do Poder. Não houve crime, houve acusação, e, principalmente, por ser mulher. Então está aí o elo fundamental do preconceito, do ódio, da intolerância contra a luta das mulheres e os avanços que as mulheres vêm demonstrando nos espaços que ocupam e na luta como um todo, pela democracia. Então quero cumprimentar e parabenizar todas. Nós precisamos ter o maior acesso possível aos dados, às informações que aqui foram colocadas.

Eu acho que a Procuradoria pode disponibilizar os *sites* onde a gente, a população brasileira e as mulheres brasileiras possam acessar e olhar os dados com mais dedicação, inclusive, e atenção.

Então, eu quero cumprimentar, em segundo lugar, a luta do Paim. Conheço-o, venho da luta da rua junto com ele, no Estado do Rio Grande do Sul. Eu acho que esse espaço de conquista, sob a sua liderança, o sindicato dos aposentados trouxe para se fazer essa investigação, para se fazer essa CPI. É fundamental para a história do Brasil que a luta seja de resistência, de avanços. E, principalmente, só teremos transformações e resistências realmente se o povo estiver nas ruas e nas suas entidades. (*Palmas.*)

O Congresso Nacional que me perdoe, que me perdoe, mas quem conhece o Congresso Nacional, tanto uma Casa como outra – não vou generalizar porque é muito importante que a gente não generalize –, sabe que a grande maioria não tem compromisso com a luta e a conquista da classe trabalhadora, nem com a democracia, nem com a soberania nacional e nem com o respeito e a dignidade que o povo brasileiro tem de ter por parte dos seus representantes que foram eleitos e que chegaram aqui. (*Palmas.*)

Não é em nome do pai, da mãe, da religião, como se ouve por aí. Tem de ter fundamento ideológico, de compromisso; trazer os seus discursos de campanha e ver o que estão fazendo aqui dentro deste Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então nós temos, sim, e o povo brasileiro sempre diz, memória curta! Por favor, que o povo brasileiro apague isso da sua história; que o eleitor brasileiro, a eleitora brasileira faça suas lutas, com derrotas, porque isso é o processo histórico, mas, acima de tudo, com resistência e com coerência. Que não se esqueça tão facilmente de quem destrói o nosso País, quem o entrega ao capital internacional, aos interesses internacionais. Está aí o povo vendo: o capitalismo está esgotado. Que o socialismo busque os caminhos de alternativas cada vez mais para o nosso País e para a nossa gente!

Cumprimento todos. Parabéns às mulheres maravilhosas que estiveram aqui. O Paim hoje era minoria da minoria naquela Mesa. Assim a gente mostra, demonstra e prova o quanto as mulheres estão qualificadas para fazer os seus enfrentamentos, para defender suas causas e, acima de tudo, defender o povo brasileiro e o nosso País.

Um abraço a todas e a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Emilia Fernandes, sempre Senadora.

Eu queria só fazer um encaminhamento e registrar a presença aqui do Urbano, da Contag, um eterno líder sindical, que peleou contra a ditadura e continua peleando até hoje. (*Palmas.*)

No encerramento, queria cumprimentar, primeiro, todas as painelistas. Todas foram brilhantes.

A SRª EMILIA FERNANDES (*Fora do microfone.*) – Registre nas atas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou registrar na ata, levarei para o plenário e farei o registro lá.

Mas queria falar sobre duas coisinhas só para encerrar: eu recebi um estudo do Dieese que é muito interessante. Vou falar nesse estudo do Dieese em 30 segundos. O que diz o estudo do Dieese? Ele pegou a média do emprego dos trabalhadores no nosso País e, com os cálculos da Previdência, verificou o seguinte: os trabalhadores trabalham, durante os 12 meses, em média, 9 meses. Então, ele trabalhou com 9.1. Aí deu o seguinte cálculo: se você que está assistindo agora à TV quiser saber quando vai se aposentar, pegue a idade que você tinha quando você assinou a carteira e some em cima 64.6 – 64.6.

Eu fui com esse documento à tribuna do Senado e pedi que alguém o desmentisse. Até agora ninguém o desmentiu. Fui a uma série de eventos, levei-o também, pedindo resposta. Porque, de 12 meses, a gente trabalha só 9, então, para chegar aos 49 anos de contribuição o número referência é 64.6. Significa que quem começar a trabalhar com 16 vai se aposentar com 80; quem começou a trabalhar com 20, 21, vai se aposentar com 84. Isso vai ser a média nacional. Estará todo mundo morto! É como vocês disseram aqui muito bem.

Com esse estudo, devido ao desemprego que acaba assolando as nossas vidas, eu fiz o meu cálculo: o meu ia dar 74, porque eu comecei muito cedo, com quase 12 anos, com aquela carteirinha do Senai como menor aprendiz, mas aí, depois, eu perdi o emprego. Eu vendi,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

durante algum tempo, até conseguir um emprego fixo, quadros e livros. Consequentemente, não assinei a carteira, por isso eu fui para 74 assim mesmo – isso porque, com 12 anos, eu tinha a carteira assinada. Calcule a pessoa que chegou com 16! O cálculo fecha, inclusive, infelizmente, que vamos aposentar... Por isso que digo: até 65 é uma farsa! A idade para se aposentar é, em média, 80 anos, se começar a trabalhar com 16, aí oscilando o desemprego.

Por fim, para vocês que são professoras, eu achei que foi uma loucura isso que eles fizeram ontem: de dizer... Então, Emilia, eu me lembrei: lá no meu Rio Grande, uma professora da Universidade Federal vai ter que contribuir 49, 50 anos; e a professor estadual, lá no meu Estado, se a lei não vai valer para eles, 25. Como se explica isso? Eu não acredito que eles vão manter, porque depois vão fazer a chantagem em cima da dívida dos Estados, mas uma professora municipal, como é para cada Município, em um Município pode se aposentar com 25 de contribuição, no outro, 50. Por quê? Porque ele disse que cada um vai escolher como quiser! Olha a loucura total que vai ser este País! Teremos pessoas na mesma função, com a mesma capacidade, até com a mesma formação... A professora pode ter optado por ficar no Estado, mas estar preparada para ser professora universitária. Com a mesma capacidade, com a mesma formação, uma terá que trabalhar 25 anos a mais do que a outra.

Vamos falar agora de segurança: os policiais do Estado poderão se aposentar com a especial de 25, e o pessoal da Polícia Federal, da segurança nacional? Vai ter de ficar 50!

É tanta loucura que eu só posso dizer: vida longa às mulheres do Brasil e do mundo! À coragem e à fibra, que deram aqui uma lição. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Palmas a vocês. E nos encontramos na CPI, com certeza absoluta!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como?

Repitam, repitam!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As onças... Estava aqui querendo entender. Não seremos jacarés, seremos onças e leões, para fazer o bom combate.

Uma salva de palmas a todas vocês pela brilhante exposição no dia de hoje. (*Palmas.*)

A partir do momento desta foto, está encerrada oficialmente a reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e nove minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim e Thieres Pinto. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 3/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "As Reformas Previdenciária e Trabalhista", com foco na Reforma da Previdência. Participantes: Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB; Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH; Celso Malhani de Souza, Diretor de Aposentados e Pensionistas da FENAFISCO; Gibran Jordão, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Políticas de Classe da ANFIP; Diego Cherulli, Representante da OAB-DF e representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP; Rita Girão, Diretora de Ações Estratégicas do Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central – SINAL e Presidente da Regional de Brasília; Adriana Faria, Coordenadora Jurídico-parlamentar da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público; José Luis Wagner, Assessor Jurídico da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF, SINASEFE Nacional e ANAUNI; Luiz Gonçalves Bomtempo, Diretor do SINDIFISCO NACIONAL; Thiago Botelho, Presidente Regional da Central Pública do Servidor; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados Pensionistas – MOSAP; Mário Junior, Coordenador de Educação da FASUBRA Sindical; Gilson Matos, Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. O Senhor Presidente eventual registra a presença de pessoas presentes no Plenário. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Realizar Audiência Pública na CDH sobre "Reforma da Previdência", com foco no idoso e pessoa com deficiência no dia 17 de abril; Apoiar e incentivar a realização de manifestações, carreatas e debates a nível Estadual, Municipal e Regional contra a reforma da previdência; Realizar uma Audiência pública com o seguinte tema: reforma da previdência na ótica dos professores, dos profissionais de segurança (policiais) e das aposentadorias especiais (metalúrgicos, radiologista, etc.); realizar uma Audiência pública para debater a aposentadora dos trabalhadores rurais; e realizar uma audiência para debater a reforma da previdência na visão dos estudantes. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 3, de 2017, da CDH, de nossa autoria e de outros, para discutir as reformas, hoje a previdenciária, com foco num debate amplo que vai acontecer naturalmente, sobre as preocupações que todos estão tendo com a questão trabalhista e a terceirização.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós teremos duas Mesas para esse debate. Vamos, de imediato, convocar para esta primeira Mesa: Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh); Celso Malhani de Souza, Diretor de Aposentados e Pensionistas da Fenafisco; Gibran Jordão, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Políticas de Classe da Anfip; e Diego Cherulli, representante da OAB. Há espaço para todos.

Você pode me dar a lista de presença para eu assinar, porque eu não assinei. Para eu abrir, eu tenho que assinar. Eu não posso abrir a reunião sem ter assinado a lista de presença. Eu estou um pouco assim, por causa do que eles estão fazendo, pessoal; não é por causa de ninguém aqui, não. É demais o que os caras estão aprontando aí. Em todas as reformas, é demais, é demais, é demais!

Já deram para o Senador assinar? Já deram para ele assinar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, mas vai aonde? Calma, calma, calma. Agora, temos eletrônica, mas tem também a presença aqui.

Eu queria, pessoal, no início, dar um destaque especial para o Senador Thieres Pinto, que está aqui toda segunda-feira de manhã, colaborando com esse debate, e presidindo a sessão às duas horas da tarde quase todos os dias. Meus cumprimentos ao Senador Thieres Pinto, do PTB. Eu já digo que estive lá, a convite dele e do Presidente do PTB, num bom debate que aconteceu, com toda a estrutura, Deputados Federais, Estaduais, do PTB, sobre a reforma da Previdência.

Eu gosto de dizer que o maior elogio que eu ouvi sobre a reforma, dos convidados naturalmente – porque ministro é ministro, tem que cumprir o seu papel, e ministro eu respeito –, foi de que a reforma é uma reforma selvagem. Foi no geral, eu diria. O maior elogio que eu ouvi lá foi esse. Por isso, estou muito animado com a posição do PTB nesse debate.

Nós, antes de iniciarmos, pessoal, teremos duas Mesas e, se necessário, até uma terceira Mesa. Eu sempre digo que o importante não é quem está na primeira ou na segunda, é estar em todas as Mesas. Nós vamos iniciar com um vídeo, pessoal, de uma moradora do Município chamado Selbach – lembra muito aquela caminhada nos Estados Unidos, do Martin Luther King, dos direitos civis, que partiu de Selma e foi até a capital, fez um grande movimento naquela região –, Juliane Schneider da Silva. Mas tem um outro vídeo também, que eu espero que esteja aí, que é da área rural. O outro é da área urbana. São dois vídeos pequenos, pessoal, porque eu queria aproveitar este momento aqui.

O Diego foi convidado para a Mesa. Quer ficar na segunda? Ah, tá. O Diego fica na segunda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Eu estou recebendo, pessoal, centenas de vídeos, um melhor que o outro, demonstrando as maldades dessa reforma. Como eu não posso passar todos, eu vou passando alguns. Teve um que eu recebi de um senhor que trabalha como motorista em obras nas estradas, e ele mostra a indignação dele no vídeo. Só que ali não foi uma palavra que diz "essa reforma é selvagem". O elogio que ele dá ao Congresso e ao Governo é de "fp" para baixo, ou para cima, se quiserem. Então, eu tive o cuidado de manter o conteúdo. Eu pedi – já fizeram esse – para eles colocarem um ponto onde é ofensa pessoal. Ele ofende até a mãe dos Parlamentares.

Eu não estou aqui criticando, com todo o respeito. Eu estou tendo cuidado, porque tenho que passar para a TV Senado. Mas é muita indignação. Ele demonstra a indignação dele, que é o que está crescendo nas ruas. O Presidente Temer quer criar uma convulsão social neste País, que é o que vai acontecer se continuar assim, porque é muita indignação. Ele mostra e faz o cálculo dele. Ele diz: "Olha, eu trabalho aqui. Eu comecei a trabalhar com 14 anos. Eu tenho hoje 44. Já estou, então, com 30 de contribuição. Com mais 35 anos de contribuição eu teria condição de me aposentar. Agora, me disseram que eu vou ter que trabalhar mais 20. Vem trabalhar aqui onde eu estou."

Ele mostra. Eu, claro, tirei as ofensas pessoais, porque não é esse o nosso objetivo, mas eu estou muito chateado com tudo que estão fazendo. Tem que ser muito do mal para concordar com essas duas reformas. Muito do mal. Muito do mal.

Bom, vamos começar. Primeiro, o vídeo da Juliane.

Eu acho que esses vídeos, pessoal, ajudam muito. As nossas falas aqui são fundamentais – nós vamos falar direto para a TV Senado –, mas são falas, claro, técnicas e políticas, porque todos que estão aqui são líderes, mas é importante ouvir também a opinião do povão mesmo, saber como é que ele está vendo. Mas são centenas e centenas. Eu nem vou falar do fim de semana que eu tive na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Os espaços lotados, lotados, muito maiores do que este aqui. Dois deste aqui. E o pessoal do lado de fora com telão. É uma indignação. Talvez o Governo não consiga medir ainda o que ele está plantando. E quem planta colhe.

É policial da Polícia Civil, é professor, é sem-teto, é sem-terra, é trabalhador rural, é servidor público. Enfim, são todos os setores da sociedade mostrando essa enorme indignação contra essas duas reformas.

Bom, vamos ver os vídeos, então. Vamos lá.

Solte o primeiro vídeo.

É um vídeo bem simples. Ele mostra a indignação do trabalhador rural. Vamos ver o vídeo.

É importante dizer o seguinte, pessoal: como os telefones estão abertos, se as pessoas falarem, nós não vamos ouvir nada. Então, faço um apelo ao Plenário.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, nesse vídeo há uma senhora, mas o vídeo que eu pedi mesmo e eu anunciei aqui – e ela deve estar vendo na casa dela – é da D. Juliane Schneider da Silva, moradora do Município de Selbach. Esse é um outro vídeo – deu para ver a indignação –, mas eu havia pedido, quase implorei para o pessoal – porque eu estava fazendo uma série de entrevistas – que, quando eu chegasse aqui, houvesse o vídeo. O vídeo não está, mas faz parte da vida.

Não sei mais o que fazer com tanto trabalho, pessoal. Desculpem-me o desabafo em público, mas eu corro para todo lado e não consigo controlar até o vídeo. Se eu tiver que controlar o vídeo... Temos aí pelo menos o segundo, que é daquele senhor?

Vamos passar.

Esse é o mais forte de todos, na minha avaliação. Eu só pedi para dar um bipe, quando houver ofensa pessoal mesmo. Mas mostra a indignação. Vocês viram esse aí, e depois há outra agricultora, que está de chapéu, no meio da roça, e ela convida... Viu, não é? "Vem pra cá, colher essa roça comigo. Vem. Vem ficar aqui 70 anos, comigo, aqui, para ver se aguenta!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O.k. Vamos começar, então. Depois, nos intervalos a gente vai colocando os vídeos. Eu espero que vocês localizem os dois vídeos – conversem com o pessoal do gabinete – para a gente passar.

Bira, é contigo a primeira fala de hoje.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Mais uma vez saliento a sua disposição. Até entendo um pouco da sua...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Brabeza.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ...indignação, porque você está vivendo essa situação de segunda a segunda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De segunda a segunda.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – De segunda a segunda, seja através de vídeo, seja no plenário, seja as falcatruas que os caras fazem aí, as manobras, etc. e tal. Mas eu, em primeira mão, queria parabenizar pela atitude que o senhor teve a semana passada, certo?

Semana passada teve uma audiência pública aqui sobre a CPI da Previdência, aí estava bastante concorrido, várias pessoas aqui falaram; depois, nós fomos em passeata, para fazer o protocolo lá na Primeira Secretaria. Aí, chegamos e fizemos um ato lá.

Você vê que a gente está com o coração tão bom, porque se quisesse ter invadido ali, a gente teria invadido ali. Vai vendo como está a situação. Mas o Senador, com a sua tranquilidade, disse: "Não, vamos mostrar o nosso processo". E nessa indignação aqui.

Depois, fomos lá para a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A mesma coisa.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – A mesma coisa, certo?

Um monte de gente, situação bastante tensa. E eles sabem que estão fazendo coisa para destruir o Brasil.

Senador, nós estamos, lá em São Paulo, a CGTB... Em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, nós estamos indo nos principais pontos de concentração. Na sexta-feira de manhã, nós estivemos em Osasco. Em Osasco é o seguinte, é um turbilhão de gente. Quando viam o panfleto dizendo da greve geral, paravam. A gente estava com som, parava o povo; a gente falando e o povo dando o seguinte tipo de apoio: "Para! Tem que parar tudo! Invade, bate, quebra!" Assim. Não sou eu que estou falando, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – É o povo, são os trabalhadores! Falando desse jeito.

Eu tive a oportunidade de acompanhar a luta dos trabalhadores metalúrgicos, puxados pelo Miguel Torres, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da CNTM, também Vice-Presidente da Força. Eu fui em duas manifestações que ele fez na segunda-feira, de manhã cedinho, na hora em que os trabalhadores... Poxa! Fizemos uma passeata pela Via Anchieta e fomos também na Avenida do Estado fazer o nosso protesto.

Quer dizer, a situação está de explodir! Hoje à tarde, as centrais vão se reunir. As centrais vão se reunir hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bira, permita-me, só na sua fala... Esclarece aí, porque lançaram uma nota dizendo que as centrais estavam se vendendo para o Governo. Eu, de cara, disse que aquilo era mentira. Mas é bom que você esclareça.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Foi a matéria, na *Folha de S. Paulo*, de sábado, na qual o jornalista – nem sei o nome desse cara; o Moacyr sabe – usou o nome... Não usou o nosso nome da CGTB, mas usou o nome de outras coirmãs, certo? É coirmã sim, porque trabalha junto com a gente, na luta. Estão nessa batalha. E qualquer tentativa de divisão agora é fazer o jogo do patrão, do imperialismo. Fazer o jogo de quem quer que seja. Então, tomem cuidado com o que falam, porque são coirmãs mesmo! São pessoas que lutaram muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Se tem um cometendo um erro aqui e outro ali, têm que ser punidos. Agora, não pode é querer jogar a bacia, a criança e a água fora, porque aí você deixa passar a reforma e deixa passar tudo.

Então, toma muito cuidado com o que está falando, porque o troco vem pesado, pode crer. Portanto, é o seguinte: a situação está desse jeito, e vêm esses caras: "Quem é que fez isso?". "A *Folha".* Para quê? O que a *Folha* está defendendo? O que a *Folha de S.Paulo*, a Rede Globo – eu vou ter que falar aqui – e outras emissoras estão defendendo? Estão defendendo que passe a reforma da Previdência, estão defendendo que passe a reforma trabalhista. Para que estão fazendo isso? Para os seus caixas subirem através da publicidade. Que se lixem o trabalhador, a classe trabalhadora, os operários!

Então, é o seguinte: estão se reunindo hoje, Senador Paulo Paim, as centrais. A demonstração do dia 15 já foi muito grande, não foi brincadeira. Aqueles que defendem o Temer, aqueles que defendem a reforma foram para a rua ontem, com meia dúzia de gatos pingados por aí. Como é que vai se fazer manifestação em defesa da reforma da Previdência, em defesa da reforma trabalhista, do "fica Temer"?

Evidentemente que o povo não está nem aí para esses aventureiros, que estão querendo se aproveitar da indignação para tentar jogar para o outro lado. Não vai ter boi! A gente vai paralisar o Brasil em abril! Já há proposta para o dia 28, vai ser decidido hoje – o nosso companheiro da CGTB está lá, para entrar lá e dar o nosso depoimento.

O caso é o seguinte: esse depoimento que o Paim falou é pura verdade. O cara sabe que não vai se aposentar. Ele vê por cima a proposta do Governo e sabe que não vai se aposentar. Nem o cara da construção civil, nem o trabalhador rural, a mulher. Então, o que estão querendo fazer é terra arrasada, é política de ave de rapina para destruir o Brasil.

Como é que pode um trabalhador contribuir 49 anos, liderança? Quarenta e nove anos! Tendo que ter, para pegar integral, 65 anos de idade. Vocês sabiam – tenho que falar bem claramente, porque é verdade – que o Arthur Maia, lá da Bahia, é apoiado, os caras dão grana para ele se eleger? Sabem quem são esses caras? É o pessoal lá da previdência privada, são as pessoas que querem acabar com a Previdência para se dar bem e prejudicar o trabalhador. Porque, com seis meses, oito meses de previdência privada, nego some, desaparece, a grana some e já era.

Então, Bradesco, Itaú, Santander estão apoiando esse cara. Que tipo de relatório que ele vai fazer? Qual o relatório que esse cidadão vai fazer, senão um relatório para prejudicar milhões e milhões de brasileiros e favorecê-lo e a mais meia dúzia de apaniguados?

Não é à toa que este Congresso está eivado, de cabo a rabo, salvo honrosas exceções, de pessoas que estão na Lava Jato, que estão próximas de ser presas. E presas, sabem por quê? Porque meteram a mão no dinheiro público. É disso que nós estamos cercados! E aí vai penalizar o trabalhador?

Rouba o dinheiro do povo, assalta a Petrobras, assalta a Nação, e vai descontar em cima da classe trabalhadora? Tem que ser preso! Tem que ser preso, seja quem for! Roubou o dinheiro do povo, agora está essa situação no Brasil: 24 milhões de trabalhadores desempregados.

Se você multiplica por quatro isso aí, dá 96 milhões de pessoas desassistidas. Por que multiplicar por quatro? Porque a família, em média, tem quatro pessoas. Está entendendo como é? Então, essa é a política de terra arrasada. É a mesma coisa da reforma trabalhista. A reforma trabalhista eles estão jogando no sentido de destruir dezenas de anos de batalha, dezenas, desde a época do Getúlio Vargas, na minha opinião, saudoso Presidente Getúlio Vargas, que jogou duro no sentido de ficar do lado da Nação contra o monopólio, contra o imperialismo, contra o capital financeiro internacional. Então, só nos resta uma saída, senhores.

Senhores das centrais que estão me ouvindo, porque não começou a reunião ainda, prestem atenção no que vão fazer! Teve gente que falou que não iria ter nada no dia 15 de março, que iria ser normal, como um dia qualquer. Quebrou a cara, porque em São Paulo foram mais de 200 mil pessoas; em Pernambuco, em Porto Alegre, no Rio de Janeiro, na Bahia, no Ceará, tudo... Quer dizer, paralisaram vários setores do Brasil, mostrando a indignação com relação a essas questões.

Então, o diagnóstico todo mundo já tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Reforma trabalhista, destruir as conquistas dos trabalhadores: férias, décimo terceiro, descanso semanal remunerado, almoço... Ou seja, querem voltar à época da escravidão, do capataz, etc. e tal. A reforma previdenciária, para ninguém se aposentar. Tudo isso para encher as burras dos banqueiros de dinheiro. Tudo isso para dar dinheiro para os monopólios.

As desonerações que foram feitas com a Dilma e até há pouco tempo atrás, quantos milhões foram? Os caras deixaram de pagar. Pagavam 20% e pagaram 1,5%, prejudicando a Previdência Social. Os desempregados também não podem contribuir porque não estão trabalhando, não têm recurso. Então, cai a arrecadação. Então, a situação está assim. Daqui a pouco vai haver milhões de pessoas vagando pelo mundo aí. Mas nós vamos organizar esse povo pobre. Nós vamos organizar esses filhos do nosso povo, os trabalhadores de maneira geral, para barrar.

O Paim está certo: o Governo está querendo uma convulsão social. Está querendo. Vocês se lembram quando quebraram a grade do Governo Montoro lá em São Paulo. Eu estava lá. A ira é muito grande. O ódio é muito grande. Eu não sou de violência, não sou disso, mas, na hora de defender a minha vida, a vida dos meus filhos, dos meus amigos, do meu povo, não tem quem possa parar a gente! Um para, cem param, mas um milhão, cinco milhões, dez milhões não param! (*Palmas.*)

Não tem como parar!

Por isso, senhoras e senhores, companheiros, Senador Paulo Paim, a gente já saiu com nosso boletim de greve geral, e estamos distribuindo hoje de novo. Aqueles que quiserem tentar reter não vão ser felizes, porque a indignação está grande. Vocês vão ver o vídeo. Eu vi o vídeo de que o companheiro falou, vi outros também, pela internet, e a indignação é grande. E nós vamos vencer, porque nós estamos do lado certo. Nós vamos vencer, porque nós estamos defendendo a verdade. Nós vamos vencer, porque a luta vai ser tão dura, que eu não tenho dúvida de que o resultado dela vai ser derrubar a reforma trabalhista, derrubar a reforma da previdência e derrubar esse governo que fica insistindo em destruir a Nação, o Brasil, os direitos trabalhistas e os trabalhadores.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Sr. Senador Paulo Paim, e vamos em frente que tenho certeza de que vamos vencer essa batalha. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, CGTB.

Pessoal, os dois vídeos estão prontos.

Confesso, como estou viajando o Brasil pela terceira vez, que não dá para aceitar. Ninguém aqui quer pregar a violência e a convulsão, mas ponham-se no lugar do trabalhador. Ponham-se no lugar dele. Nós estamos aqui, os meus filhos são filhos de Senador, e o filho do peão, do trabalhador, do agricultor? Eu sempre digo que se coloquem no lugar do outro. Você ia ficar quieto? Eu não ia ficar quieto. Confesso que não ia. Eu não ia ficar quieto. E os trabalhadores não vão ficar quietos. Eles estão desafiando... Olhem, que a história mostra: onde houve grandes mudanças radicais no mundo foi quando desafiaram, e esse Presidente está sendo irresponsável ao fazer isso.

Cortei a metade desse vídeo que eu vou mostrar aqui. Desculpe-me esse cidadão que me mandou o vídeo e pediu que eu o ajudasse a divulgar. Ele mandou para todo mundo. Não fui só eu que recebi não. Eu cortei, mas eu o vi derramar lágrimas e dizer... Ele dá a cara para bater, pessoal. Cada vez está surgindo mais gente no País com essa visão. Eu acho que o Presidente da República e sua equipe... Eu tenho que usar esta expressão para não ser mais duro: é uma irresponsabilidade continuar com essa reforma.

Vocês acham que os policiais vão concordar com essa reforma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

É mais ou menos o seguinte: o policial federal vai ter que contribuir 50 anos; o do Estado vai contribuir 25; o do outro Estado pode contribuir 50, 40 ou 30, porque agora é cada um... Professor, num Município, 50 anos de contribuição; no outro, podem ser 25.

Quem é que vai aceitar isso? É uma lambança, é uma bagunça. E ele tentou explicar numa TV – eu fiquei assistindo à entrevista dele – e dizia: "Não, não é 65; é 25". Só que ele não dizia que, para se ter um mínimo de direito, ele passou de 15 para 25, mas, como é o princípio da integralidade que vai ser tempo de contribuição também para o rural, vai ser, no mínimo, 65. Ele se agarrou no 25; quer dizer, é dourar a pílula, é faltar com a verdade. Não é legal isso.

Aqui, a gente fala tudo. Os convidados falam o que quiserem.

Eu queria também desafiar também os representantes do Governo: venham aqui para a Comissão, coloquem o seu ponto de vista, digam que não são verdade os números do Dieese – não são nem 65 anos. Como o desemprego assola o País e pega todo mundo, a não ser quem tem estabilidade, o tempo de trabalho é 9,1; ou seja, você tem garantidos nove meses em doze, em média, do brasileiro. Sabe o que dá isso? Pegando-se 16, somando-se com 64,6, vai dar 80 anos. A maioria dos brasileiros vai-se aposentar com 80 anos, por esse cálculo deles. Eles têm de vir aqui dizer que isso não é verdade. Mas venham dizer. Eu sei que vocês estão assistindo.

Vamos passar rapidamente os dois vídeos. Cada um tem dois minutos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A exemplo da outra trabalhadora rural. A gente aplaude as duas.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que dirá 49.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, essa foi a Juliane Schneider da Silva, moradora do Município de Selbach, Rio Grande do Sul.

Teve mais de dois milhões de acessos, já me disseram até que se aproximou de três milhões, esse videozinho dela. Vídeo simples, mas ela fala a verdade. Quem fala a verdade, pessoal, fala com o coração, fala com a alma, tem essa repercussão.

Mas vamos a um da área urbana agora, em que também falou esse senhor aí; ele colocou a cara para bater... Só um pouquinho, segura um pouquinho. Ele pôs a cara para bater para o Brasil todo e pediu, por amor de Deus, multipliquem, reproduzam.

Eu tirei as partes em que ele foi mais duro com os Senadores e Deputados e o Governo, ele pega os três, e não leva ninguém para compadre; mas ele faz uma fala sobre que a gente tem que, no mínimo, refletir.

Eu aconselho o Presidente Temer a assistir a um vídeo como esse. Mas são milhares de vídeos como esse. Eu peguei um. Eles me mostram... Eu estou na rua, estou no bar, as pessoas chegam e me perguntam... No bar, que eu digo – dificilmente eu bebo –, é tomando um cafezinho numa padaria: "Senador, o senhor viu isso aqui? Leva, coloca esse lá".

Mas vamos ver, vamos ver o dele.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele está trabalhando.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, eu sei que é um vídeo forte, eu tive o cuidado de... As expressões mais duras que ele usou, eu tive o cuidado, claro, respeitando a audiência da TV Senado, de não permitir. Mas ele,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

de fato, derruba lágrimas, e olha, mas eu sou honesto com vocês, porque eu não consigo mentir, Senador Thieres; se eu estivesse na situação dele, eu falaria tudo o que ele falou! Eu me ponho sempre no lugar do outro. O senhor acha que lá fora... Eu trabalhava numa fundição, é ferro quente caindo todo o período, e você está ali, aquele ferro no meio da terra, você quebra depois a terra, e sai a peça quente, você pega um gancho e separa ela. E eu teria direito a especial, naturalmente. Com 25 anos. E o cara dizer para mim que eu vou ter que trabalhar mais vinte e cinco!

Isso porque ele não foi agressivo. Ele não foi agressivo no aspecto da violência. Ele foi agressivo na fala. Mas eu acho que, Senador Thieres, a gente que o chapéu não serve, a gente fica tranquilo. Mas aqueles que o chapéu serve devem ter ficado muito brabos com esse vídeo. Esse vídeo aí vai para mais de cinco milhões de pessoas, com certeza; circula, porque ele está em todo o Brasil, já, e eu recebi ele ontem. Eu até tentei falar com ele, e peço desculpa a ele, eu não consegui falar com ele. Mas ele deixou o telefone dele. E eu não consegui, não teve jeito de falar, mas eu reproduzi da forma que dava. Mas eu acho que demos a nossa contribuição.

Isso é em todo o Brasil, pessoal, eu quero insistir com isso. As pessoas não estão entendendo, esse Governo não está entendendo que é na beira do rio... Quando se para... Nessas viagens que eu faço pelo Brasil, se eu parar no verdureiro que está ali, ele diz: "É isso mesmo, Senador?" Digo: "É isso mesmo. Infelizmente vocês têm razão".

Tem duas coisas, vou ser ousado em dizer: ou eles estão fazendo o jogo de não estarem entendendo, e querem que haja, sei lá, chego a pensar isso, um golpe militar, algo nesse sentido... Porque para fazer tanta maldade numa única hora, não deve amar a democracia. Na reforma trabalhista, na reforma da Previdência... Essa terceirização aí é o pior projeto que a gente já viu, um projeto de 98, e estão dizendo que ele vai sancionar; não vai esperar, como estava no acordo, aqui, do Senado. Qual era o acordo? Enquanto não votasse aqui, não votava lá, eles não iam votar esse projeto.

O Presidente Rodrigo Maia sabe, que eu estava na sala, muito dirigente estava junto, na sala do Renan, quando ele disse: "Paim, se você votar o projeto que regulamenta o setor de hotelaria, restaurante, dos garçons, da gorjeta, eu não voto, fico esperando o que vier daqui". Nós cumprimos o acordo, sancionou o das gorjetas, todo mundo ficou feliz, foi um grande acordo – por isso que é bom o acordo –, empregado e empregador ficaram felizes. Ele colocou em votação a matéria, rompendo o acordo.

Vamos em frente. Passamos agora para Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Presidente da Contratuh.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Senador Paulo Paim, na sua pessoa gostaria de cumprimentar todos os Senadores aqui presentes, gostaria de cumprimentar a Mesa, os dirigentes sindicais aqui presentes.

Senador, sábado, nós fomos surpreendidos por uma matéria... Permita-me dar uma fugidinha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Nós fomos surpreendidos com uma matéria na *Folha de S. Paulo* dizendo que as centrais sindicais estariam negociando com o Planalto. Inclusive, dizia que teve uma audiência no Planalto onde nós estávamos negociando os direitos dos trabalhadores a troco da taxa assistencial e da contribuição sindical.

Não sei qual foi a fonte desses dois jornalistas – Bruno Boghossian e Paulo Gama – da *Folha* que fizeram praticamente uma página sobre a matéria. Gostaria de deixar bem claro, primeiro, que não existiu essa audiência no Palácio do Planalto, com as centrais sindicais. Pelo menos com a Nova Central, comigo como secretário, com o nosso Presidente Calixto, não tivemos participação em nenhuma. Falei com o companheiro Bira. O Bira também não teve. Ninguém da Central teve. Os companheiros da CUT também não estiveram lá; da Força, parece-me, também não estiveram; da UGT também não estiveram. Até porque fizeram uma nota para a imprensa, com algumas centrais juntas e coisa e tal. Não tenho a procuração de ninguém, Senador, para falar sobre esse assunto, mas admira-me muito. Para mim só pode ser matéria plantada pelo Planalto para desmobilizar o movimento sindical, as centrais, neste momento em que o Brasil inteiro, em que as centrais todas, sem exceção, posso dizer, têm se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

debruçado contra essa reforma maligna da Previdência Social, que acaba com a Previdência Social, e também a favor da questão dos direitos dos trabalhadores na reforma trabalhista.

Tenho dito – e já ouvi em muitas oportunidades V. Exª também ter feito – que o pessoal reclamava muito dos militares. Mas nem os milicos tiveram o peito e a coragem de fazer o que este Governo tem feito. Isso nos deixa muito preocupados. A maior preocupação, Senador, é com a composição que nós estamos tendo dentro do Congresso Nacional nessas questões.

No dia 21, Senador... Gostaria, inclusive, de poder parabenizá-lo. Vou parabenizar umas três vezes V. Exª pela CPI. No momento em que V. Exª estava protocolando a CPI, nós estávamos em uma audiência na Câmara discutindo a questão do negociado sobre o legislado e sobre a jornada flexível. É de nos arrepiar, Senador, a forma como os empresários trazem a matéria e são firmes. Eles dão como se fosse matéria ganha e matéria já vencida dentro da visão deles. O negociado sobre o legislado...foi ali que conheci V. Exª, que teve papel fundamental.

Aí não sei se agradeço ou não, mas graças ao 618, àquela luta, nós temos V. Exª aqui no Senado. Naquela oportunidade, V. Exª foi muito claro quando fez o encaminhamento da Constituição à Mesa, dizendo que teria que vir aqui para o Senado para reverter essa questão, e aqui está V. Exª. Passou tanto tempo e agora eles dão como garantido. Então, isso nos deixa muito preocupados.

Senador, eu também gostaria de parabenizá-lo. Eu não tive oportunidade de fazê-lo no seu aniversário, agora dia 15. Liguei para V. Exª e pedi a Deus que continue dando muita saúde e paciência a V. Exª, porque a sua jornada não está nada fácil. A gente tem acompanhado, muitas vezes estamos juntos, mas agora já faz um período que a gente não consegue formalizar nossas agendas. Mas que Deus lhe dê muita saúde e perseverança, porque fugir da luta eu tenho certeza que você não foge.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Neste final de semana, você vai ter que estar. Paraná e Santa Catarina.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Sim, Paraná e Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E em nome das mulheres com quem nós estávamos lá no Espírito Santo, agradecer a V. Exª por ter participado indiretamente, através do telefone, da imagem, do nosso movimento, da ação que estávamos fazendo.

Senador, retornando ao assunto, eu gostaria também de dizer ao Floriano que a participação da Anfip nesse processo, na questão da Previdência, tem sido fundamental, Floriano.

De maneira simples e clara, os auditores da Receita Federal, os auditores fiscais,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Procuradores da Fazenda.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – ... os Procuradores da Fazenda têm trazido o tema ao debate e se têm desdobrado, no Brasil inteiro. Para qualquer evento de trabalhador em que se chamam os companheiros da Anfip, eles estão ali presentes. Se não está o Floriano, está... Uma senhora foi de São Paulo em um bate-volta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Romero, que é o Presidente.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – O Romero está sempre presente. Todos os companheiros que fazem parte da Anfip têm levado ao Brasil uma visão diferenciada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom dizer, se me permite, inclusive, que a Anfip tem sido atacada – o Romério, o Floriano – pela clareza dos dados e dos números.

Eu sempre digo, Floriano, que ninguém bate em cachorro morto. É sinal de que vocês estão incomodando.

Eu queria deixar toda a nossa solidariedade e uma salva de palmas para a Anfip, para o Floriano e o Romero principalmente, que são os dois que eles estão mais atacando.... (*Palmas.*)

Eu ataco, mas tenho uma imunidade. Então, não adianta bater em mim. Quanto mais eles batem, mais eu bato neles. E vocês eu sei que não recuam também.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Então, nós temos... E esses vídeos que V. Exª está colocando têm uma penetração na sociedade de uma forma muito forte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O povo brasileiro, a pessoa simples, está sentindo na carne a maldade que está sendo colocada. Nós falávamos aqui – depois, o companheiro Floriano vai destrinchar –, com certeza, da questão dos 49, dos 65, das maldades que estão sendo feitas.

Mas a gente tem a convicção, Senador Paulo Paim, de que a sociedade, eu acho que só na época das Diretas Já, se mobilizou dessa forma, porque onde quer que a gente vá, há alguém falando sobre a maldade que o Governo está fazendo. Não há canto deste País em que você não tenha essa... E a facilidade hoje das redes sociais tem nos ajudado e muito nas questões dessa divulgação.

Fazer reforma para que se até esses dias atrás foi feita uma minirreforma da 85/95? Cobrar os débitos da previdência, dos grandes devedores, ninguém fala. Esses dias atrás, saiu uma relação dos 500 maiores devedores, ninguém contestou essa relação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E está saindo um movimento social – você tem razão, quero dar um destaque. E são grandes grupos econômicos – o Floriano depois pode aprofundar, mas eu também tenho dito: é Bradesco, é Itaú, é Vale do Rio Doce.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Banco do Brasil, Caixa Econômica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse grande frigorífico que está envolvido agora nessa malandragem da carne.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Friboi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Amanhã vamos ter um debate sobre essa questão da carne aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... vamos ver quem é quem, todos grandes devedores. E são R$426 bilhões só aí. Mas, depois, a Mesa vai aprofundar, sei que há especialistas aqui que vão falar sobre isso. Só quis reforçar que a população já sabe onde está o pulo do gato.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Descontam dela.

Há um dado que recebi e que gosto de repetir em que, nos últimos quatro anos – os auditores me passaram e provam –, houve um setor – porque não é todo empresariado – que descontou do bolso do trabalhador, Bira, de 8% a 11%, quase 100 bilhões. E deve ter comprado muita fazenda, iate, apartamento em outros países e, simplesmente, ficou por isso mesmo. Cem bilhões! Apropriação indébita, não é?

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E querem cobrar, mas estão com dificuldade.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – O ladrão de galinha vai para a cadeia, Presidente.

E, então, como eu estava dizendo, essa questão nos deixa bastante revoltados.

E dizer, Senador, que nós lá do Paraná, da mesma forma que na época da Constituição, em que nós fizemos a renovação, em 1988, que nós tínhamos aquele grupo da Intersindical, foi criada também agora a Liga da Previdência. É um grupo muito grande de sindicatos. E tem esse nome, Senador, porque abrange todo o movimento sindical, independentemente de qual é o segmento, de quem é feito e de qual categoria. Estão fazendo confecções de vídeo, de *outdoor* no Estado, fazendo debates e levando ao povo o conhecimento.

Já estourou meu tempo, Senador. Eu gostaria de pedir mais uma reflexão a todos que estão assistindo a nós e aos companheiros do movimento sindical.

Nós estamos pagando, efetivamente, o nosso erro das últimas eleições. Nós da nossa confederação – e V. Exª tem conhecimento –, toda época de eleição, fazemos uma campanha com cartazes e divulgação no nosso meio sobre a questão da valorização do voto, porque o voto é uma procuração assinada em branco. Quando você deposita seu voto ali, está dando uma procuração assinada em branco para uma pessoa para que ela tenha o direito de dar educação, saúde, segurança e todas as questões principais, como tenho o direito de tirar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

E é lamentável essa procuração, que demos, nas últimas eleições, e que foi para nos tirar direitos, tirar direito à previdência, tirar direito dos trabalhadores, tirar direito das questões trabalhistas.

Mas, tenho absoluta certeza, Senador, de que, se o Brasil continuar da forma como estão andando as coisas e a sociedade se organizando, e nós das centrais sindicais nos articulando, conforme foi feito dia 15, está sendo construída uma greve geral. Dizer que a greve geral é do dia para a noite, isso não acontece, mas acontece se construirmos aos poucos. E é o que a gente está fazendo.

E, para finalizar, não poderia ser ingrato com V. Exª, gostaria de agradecer seu empenho, sua articulação política, seu nome na questão da regulamentação das gorjetas da nossa categoria. Foi graças a V. Exª, que costurou um projeto que defendia os nossos interesses, há mais de 20 anos, que nós conseguimos.

Agora, Senador, fico com uma pergunta com uma interrogação bem grande: nós lutamos para regulamentar a gorjeta, para podermos nos aposentar com um salário digno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para incorporar a gorjeta...

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Para incorporar na previdência para podermos nos aposentar com a gorjeta e mais o salário. E agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perde tudo.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Lutamos mais de 30 anos, posso lhe dizer, V. Exª se desdobrou, fizemos quantas reuniões, quantas questões para a gente conseguir isso? Conseguimos. E agora o que faremos?

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, se passar...

Vamos dar uma salva de palmas a você, com certeza. (*Palmas.*)

Se passar essa reforma, é melhor reverter, porque vocês vão pagar e não vão se aposentar.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Pois é, nós brigamos para contribuir com a previdência, agora conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um absurdo.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Bem, agora vocês contribuem. Mas, agora, vocês também não vão se aposentar. E coloca, que nem aquela senhora fez, os dois fizeram, imagina um garçom subindo e descendo escada, que nem acontece, um cozinheiro em cima do fogão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com 70 anos.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – ... com 80 anos, 70 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando a gente fala, parece que a gente está brincando, mas é de chorar, é de chorar. Chega uma hora em que dá uma crise na gente mesmo e o senhor que está ouvindo aí, não tenho vergonha, quando eu tiver que chorar, eu choro mesmo. Se tiver que chorar, chore – você que está me ouvindo – porque transmitimos direto pela TV Senado para todo o Brasil, porque é de chorar mesmo. Se você parar para pensar, você fica em estado de choque mesmo com o que pode acontecer.

É gravíssimo. Para mim tinha que colocar na cadeia quem inventou essa proposta. Deve ter tido uma quadrilha que montou esse projeto. Não acredito que foi alguém do bem que montou esse projeto. Tinha que haver uma quadrilha por trás, que os grandes bancos disseram: "Olha, monta isso, vamos tratar aqui de bilhões e bilhões, vai vir tudo para os bancos porque ninguém mais vai se aposentar e vão ter que contribuir." Aí o cara vai saber que lá na previdência não dá, ele corre para o banco, para fundo de pensão privada, para uma poupança. Tem que haver uma quadrilha por trás.

Digo sim, e tenho dito em outros lugares também, não é só aqui não. Tem que haver uma quadrilha por trás. E tomara que na CPI apareça.

Celso Malhani de Souza, diretor de Aposentados e Pensionistas da Fenafisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA – Bom dia a todos. Uma saudação ao Senador Paim, que tem feito um trabalho louvável, liderando este movimento pelo País afora com muito desprendimento. É importante ressaltar o trabalho desta Liderança, ressaltar esse desprendimento, porque vocês sabem que Parlamentar vive de voto, em todos os Estados, e digo a vocês que, muito possivelmente, 90% das visitas que o Senador tem feito e dos movimentos que tem feito são em Estados que não votam nele. Acho que essa observação é importante para se ter clareza do vínculo da liderança do Senador Paim com a causa.

Queria fazer uma saudação a todas as entidades presentes, vocês que, neste momento, têm aqui a grande missão de representar os trabalhadores brasileiros neste importante debate. Nós somos muitos, sim, nós somos todo o povo brasileiro neste momento, aqui, representado por vocês.

Pois bem, nós estamos em um momento de desmonte da previdência dos trabalhadores brasileiros e de seu regramento trabalhista também, porque a reforma da previdência é um alvoroço, ela não é uma reforma, ela destrói a previdência. Enquanto ela vem andando, nós estamos aqui concentrados nessa justa luta, por trás vem passando e andando reforma trabalhista, terceirização, relevante alteração no Código Tributário Nacional, algumas coisas que estão acontecendo e que acabam sendo encobertas por essa cortina, essa luta e essa energia que nós precisamos concentrar contra a prosperidade desse absurdo contido na Proposta de Emenda à Constituição nº 287.

Pois bem, esses regramentos previdenciários e trabalhistas foram construídos ao longo de muitos anos pelas lutas do povo brasileiro como um todo. Os trabalhadores que entregam sua vida ao Brasil e, em qualquer setor de trabalho, no campo, na cidade, nos canteiros de obra, nos hospitais, no serviço público, promovendo educação, segurança, saúde e provendo tantas outras demandas da nossa sociedade em busca também da justa recompensa pelo seu trabalho e do sagrado sustento das suas famílias, que é o que as pessoas fazem: trabalham buscando, sim, melhorar o País e melhorar a condição de vida das suas famílias.

Pois bem, vimos alguns vídeos de trabalhadores brasileiros externando seu relevante grau de indignação com a inequívoca disposição deste Governo de usurpar as condições mínimas de os trabalhadores de qualquer setor do Brasil terem uma mínima condição de aposentadoria. É preciso ter claro que as condições propostas no conjunto são as mais gravosas do mundo ao trabalhador. Então, prestem atenção: as condições propostas, no seu conjunto – aí quando eu digo no seu conjunto, eu me refiro a tempo mínimo de contribuição, tempo de contribuição, idade mínima, condições de pensionamento e outras questões –, no conjunto, são as piores do mundo sem nenhuma dúvida.

O que está acontecendo é que vimos alguns vídeos em que as pessoas estão externando o seu relevante grau de indignação com a inequívoca disposição para essa usurpação.

É preciso ter claro que a Fenafisco tem dito repetidamente em seu material de divulgação, em tudo, que não é reforma; é o fim da Previdência para os trabalhadores brasileiros. A Previdência está sendo transformada em um filé para o sistema financeiro, para os rentistas. O trabalhador brasileiro será jogado, desculpem-me a expressão, no colo do sistema financeiro, muitas vezes na esperança de formar uma poupancinha mínima para não ser exposto a condições de miserabilidade na sua aposentadoria.

O que nós temos claro hoje? Que o trabalhador brasileiro nunca atingirá aquela aposentadoria sonhada. A política adotada é de prometer um benefício que, pelas condições e pelas constatações estatísticas, jamais chegará a ser pago. Se for pago, vai ser pago por um número modesto de meses. O Governo, na busca de provar o que não é aceitável pelo grau de usurpação dos trabalhadores brasileiros, passa a fazer todo tipo de manobras, algumas perigosas até para a estabilidade do País. O exemplo mais recente é o caso das posições conflituosas adotadas por segmento de nossa sociedade que estão a demonstrar um caminho perigoso, quando se sabe que alguns movimentos mais radicais a favor das pseudorreformas externaram posições inclusive ofensivas a entidades e lideranças do serviço público, mas que, pela condição técnica, estão, sim, na defesa de todos os trabalhadores brasileiros.

A Fenafisco coloca-se, sim, ao lado de todos os trabalhadores brasileiros, ao lado da Anfip e ao lado de todas as entidades que lideram essa luta. O Presidente da República, de forma ardilosa, mas não menos desastrada, encaminhou politicamente em discurso o fatiamento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

reforma, excluindo, segundo ele e seu grupo afirmam, os Estados e Municípios do contexto da PEC 287, com o objetivo único de desmobilizar e enfraquecer a organização da sociedade contra a verdadeira destruição dessas mínimas expectativas de condições dignas de vida dos trabalhadores brasileiros após uma vida de trabalho e luta pelo nosso País.

A proposta de fatiamento da PEC 287, excluindo momentaneamente Estados e Municípios, não é séria com os trabalhadores e com o Brasil. O Presidente quer fazer dois brasis. Um dos 49 anos de contribuição ou 588 meses de contribuição – façam essa conta –, para obter uma aposentadoria pelas médias plenas de contribuição, considerado todo o período de contribuição desses 588 meses...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permite-me, só para ajudar a esclarecer – neste momento, podem ter certeza, mais de 13 milhões de pessoas estão assistindo, porque elas sabem que toda segunda-feira de manhã aqui é falada a verdade – o seguinte: eles dizem que essa reforma vai atingir os grandões. Eu quero só que vocês digam, não sou eu que vou dizer: já não houve uma reforma que fixou um teto? E esse teto é para todo mundo, de 5 mil? Então, eles mentem, mas mentem. Agora, vocês têm que dizer: quem está mentindo, eu ou eles?

Esses dias eu discuti com três radialistas, todos defendendo a reforma, e eu solito. Eu disse: "Deixa eu falar, rapaz. Perguntou, deixa eu responder agora." "Porque os *capos* dos servidores públicos não querem reforma, porque vai pegar eles." "Vai pegar coisa nenhuma! Vai pegar os pequenos, já existe um teto, não é?"

Se quiser ganhar mais, vai ter que complementar, como eu também, todo mundo vai ter que pagar. Dá para um dos dois falarem sobre o teto que já existe?

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA – É importante ter claro que o teto para as aposentadorias hoje é o do Regime Geral da Previdência Social, que é o de R$5.331, que vale, enfim, para a absoluta maioria dos Estados brasileiros e da União, para todos os trabalhadores, que é o teto do Regime Geral da Previdência Social. Hoje é de R$5.331, mas faço questão de lhes dizer, e os nem tão novos assim lembram que esse teto já foi de 20 salários mínimos. Lembram? Eu contribuía sobre 20 salários mínimos. Já foi 10, já foi 9, já foi 7, é menos de 6 e será 2. Então, essa colocação que o Senador Paim está fazendo é absolutamente pertinente, na medida em que, sim, existe um teto que tende a 2 salários mínimos daqui a 20 anos, no máximo. É muito importante se ter claro isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA – Eu gostaria ainda de dizer a todos vocês que esse fatiamento – como eu disse, nós acompanhamos bastante o debate técnico nessa questão –, do ponto de vista prático, jurídico, é inviável. Nós vamos ter dois brasis. O Brasil dos 588 meses de contribuição e, no mínimo, 65 anos de idade. Esse Brasil que está na reforma não existe, pessoal, porque é um Brasil de pleno emprego, um Brasil de 588 meses sem perder o emprego não é verdade, nós não temos essa condição. Então, podemos imaginar que, numa média geral não pessimista, poderemos agregar, nesses 588 meses, pela fase real do início de contribuição, que nunca se dará aos 16 anos, nós podemos dizer que a aposentadoria, como está proposta, está sendo jogada para os 74 anos de idade, se se buscarem as médias plenas para aposentadoria.

Eu chamo a atenção de vocês, pessoal, que essas médias plenas calculadas em 588 meses vão puxar para baixo o valor dessa aposentadoria lá adiante, o que vai distanciar e muito o valor do benefício que o trabalhador vai receber daquele benefício que ele recebe naquela época.

Quero dizer a todos vocês que nós precisamos nos unir cada vez mais. Esse fatiamento não quer dizer nada. Vou dizer para vocês: eu sou do Rio Grande do Sul, um Estado hoje endividado, no qual a União está colocando o PL 343/2017, que é o PL que pretende regular os acordos de ajuste fiscal com os Estados, e esse PL determina que os servidores desses Estados signatários do acordo não tenham uma vírgula de direitos diferentes dos servidores da União. Então, vocês concordam que o fatiamento que está sendo proposto no discurso, porque ninguém conseguiu escrevê-lo ainda, se tornou risível, porque, no meu Estado, mediante o que está proposto no PL 343, o fatiamento não é admitido por lei, uma vez que os direitos dos trabalhadores devem estar, no mínimo, idênticos aos direitos dos trabalhadores da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Refiro-me ainda à grande massa de trabalhadores do Regime Geral, que está sendo efetivamente alijada de qualquer processo de aposentadoria nessa reforma.

O que peço, cumprimentando mais uma vez o Senador Paim, os colegas de Mesa e todas as lideranças aqui presentes, é que a gente reforce cada vez mais essa luta, que a gente, quando voltar para as nossas entidades, deixe muito claro que nós não podemos efetivamente acabar com as condições de trabalho do trabalhador brasileiro, e o que foi proposto, em termos de fatiamento da reforma, não procede, do ponto de vista técnico nem do ponto de vista político. É preciso fortalecer a luta para parar essa reforma.

Quero dizer a vocês: outra reforma é possível. E essa outra reforma é pelo lado da receita, da receita previdenciária – aquela mesma receita que está sendo atacada por uma desvinculação que é aplicada independentemente da insuficiência das receitas; está sendo atacada por desonerações relevantes, por isenções e por uma inanição nos processos de cobrança. É preciso que o Governo invista nas condições de cobrança.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Celso Malhani de Souza, Diretor de Aposentados e Pensionistas da Fenafisco.

Como nós vamos ter três meses, é sinal de que o pessoal quer participar, e é um bom sinal isso aí. Todos aqui são pessoas preparadas. Eu ainda quero ver vocês na CPI, no mês de abril, levantando esses dados – não é, Floriano? Vamos ver então quem está mentindo. "Ah, é mentira!" Vamos ver quem está mentindo. Pode ter certeza de que a gente aprendeu que a verdade tem uma grande força, por isso é que nós vamos fazer vocês engolirem muita coisa que disseram de todos nós.

Gibran Jordão, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

O SR. GIBRAN JORDÃO – Bom dia a todas as companheiras e companheiros.

Eu queria cumprimentar todos os colegas que estão aqui na Mesa, cumprimentar o Senador. Não é a primeira vez que nós estamos aqui, nem será a última. Eu queria parabenizar pela iniciativa.

Nós achamos que estamos ganhando esse debate na opinião pública. Nós estamos – e existem fatos importantes que vêm acontecendo que provam isso. Acho que o esforço que têm feito as entidades sindicais, os Parlamentares que estão do lado dos trabalhadores nesse tema da reforma da previdência, e o fato de que todo trabalhador que se preocupa com a sua aposentadoria, ao fazer suas contas, rapidamente consegue compreender as consequências da reforma da previdência que está sendo proposta na PEC 287 pelo Governo Temer e pela maioria do Congresso Nacional têm demonstrado que nós temos razão nesse debate.

Agora, parece-nos que não basta ter razão. Nós temos visto que o Congresso Nacional, em sua maioria, e o próprio Governo não estão preocupados em ter razão nesse debate, porque mesmo depois das mobilizações do dia 15, que foram massivas... Eu acho que, se as centrais sindicais hoje convocarem um calendário unificado para o mês de abril – digo hoje porque hoje haverá uma reunião, como disse o companheiro da CGTB, às 14h, em São Paulo –, do qual culmine uma greve geral, vai ser maior que o dia 15. Acho que vai ser muito maior que o dia 15. (*Palmas.*)

E isso demonstra e nós estamos tendo razão no debate, nós estamos ganhando o debate público. Nós estamos ganhando a opinião pública. E o fato de as mobilizações do MBL ontem, daquele movimento Vem pra Rua, terem sido um fiasco, uma derrota política completa, porque não conseguiram mobilizar a sociedade na pauta que eles apresentaram... Qual foi a pauta que eles apresentaram? A pauta que o MBL e o Vem pra Rua apresentaram ontem nas suas mobilizações tinha o objetivo de convencer a população de que a reforma da previdência era boa para o País.

Na última hora, nem eles mesmos tiveram coragem de colocar isso nos seus atos, porque é algo sobre o que nós já ganhamos o debate. Então, tiveram de gerar tudo para a Lava Jato, porque a Lava Jato ainda tem uma popularidade, então... Mas dentro das pautas das mobilizações de ontem havia: a favor da reforma trabalhista; a favor da reforma da previdência. Nem eles mesmos tiveram coragem de sustentar essas bandeiras.

Isso serve para abrir os olhos dos trabalhadores, da população em geral para o fato de que esses movimentos estão a serviço do grande capital, dos grandes empresários, desse Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

que está aí – porque essas mobilizações também não tinham, em nenhum momento, nenhuma crítica ao Governo. Não estamos nem falando de "Fora, Temer!": estamos falando de crítica ao Governo – nem isso tinha; nem isso tinha. Então, serve para abrir os olhos da população para o fato de que esse tipo de mobilização não serve para os trabalhadores e não deve ser fortalecido.

Bem, há um elemento importante, comum à reforma da previdência e à reforma trabalhista, que a gente tem de reforçar nesse debate – é importante, inclusive, a gente fazer os cálculos e ver o que significa isso –: a jornada de trabalho. Estou falando da jornada de trabalho semanal e da jornada de trabalho de uma vida inteira, e as consequências disso na saúde do trabalhador, as consequências disso na vida das pessoas ao longo do tempo.

O Congresso Nacional e o Governo Temer conseguiram avançar em dois projetos nesse último período: eles aprovaram a PEC do fim do mundo, que impede que o Estado possa fazer grandes investimentos sociais nos próximos 20 anos, e aprovaram na semana passada as terceirizações, que, de certa forma, do jeito como está no texto, vão desregulamentar, vão ajudar a desregulamentar a legislação trabalhista, fazendo com que a maioria dos trabalhadores tenham menos direitos ou menos acesso a direitos trabalhistas – essa é uma das consequências das terceirizações. E as terceirizações, como está no texto do projeto que foi aprovado, da época do governo FHC, atingem tanto o setor público como o setor privado. Juntando isso com a reforma da previdência, e juntando isso com a reforma trabalhista, nós vamos ter uma ampla camada de trabalhadores – a maioria dos trabalhadores – com uma jornada de trabalho desregulamentada, ou seja, vai haver uma ampla maioria de trabalhadores que vão ter uma jornada semanal de trabalho maior do que é hoje, que já é massacrante. Você não vai ter garantias em relação a horas extras, você vai ter banco de horas de forma mais draconiana do que hoje, você vai ter uma situação em que a jornada de trabalho não vai ter mais uma lógica que possa atender os interesses dos trabalhadores no que tange à sua saúde.

Segundo o INSS, até 2020 a maioria dos afastamentos do trabalho por algum tipo de doença será o adoecimento mental, ou seja, estresse, que vira depressão, que vira uma situação na qual o trabalhador precisa se afastar do trabalho por algum tipo de adoecimento mental.

Bem, se você aumenta a possibilidade de os trabalhadores terem uma jornada de trabalho maior do que 44 horas semanais – nós estamos falando de jornada semanal –, se a legislação aumenta também, com a reforma da previdência, a jornada de trabalho de uma vida inteira, a jornada de trabalho que já é massacrante vai se tornar na vida dos trabalhadores, seja uma jornada semanal, mensal, ou a jornada de trabalho de uma vida inteira, um pesadelo completo.

Então, muitos estão dizendo de forma correta o seguinte: "Quando eu chegar a 60, 65, 70 anos, eu não vou ter mais condição de trabalhar, não vou poder me aposentar, ou vou ter condições mais difíceis para me aposentar, não vou conseguir emprego, porque com 70 anos já não vou ter mais aquela energia, seja física, seja psicológica, para arrumar um emprego." Só que, se você junta com a reforma trabalhista, isso não vai chegar aos 70 anos. Aos 50, 60 anos, muito provavelmente, muitos trabalhadores não vão ter mais condições físicas e psicológicas de estar no mercado disputando uma vaga de emprego. Hoje, de acordo com círculos mais favoráveis e menos favoráveis da economia, há 12 milhões de desempregados no País.

Então, pode haver, daqui a alguns anos, se passam essas reformas, uma camada de trabalhadores muito maior do que há hoje, doentes mentalmente por conta do alto índice de estresse da jornada de trabalho que está colocada e da falta de perspectiva de ter uma vida melhor no futuro. Isso gera uma tensão social na qual vai haver uma camada muito grande de trabalhadores incapacitados psicologicamente. Isso é uma parte. A outra parte é que vai haver uma camada de trabalhadores já depois dos 60 anos de idade que não vão arrumar emprego e não vão conseguir se aposentar. Isso significa que vai haver milhões de pessoas vagando pela rua, pedindo esmola, muito mais do que já há hoje, muito mais do que a gente vê quando anda pelas ruas de São Paulo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIBRAN JORDÃO – ... milhares de trabalhadores, de pessoas morando na rua.

Então, é uma situação na qual os trabalhadores, ainda que não tenham acesso a todos os cálculos que nós estamos fazendo e a todos os estudos, já percebem, porque é muito fácil você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

perceber as consequências dessa reforma sem precisar fazer conta, como mostrou a indignação nos vídeos que o Senador Paulo Paim colocou aqui para a gente.

Vejam vocês que o ataque é muito mais profundo do que à previdência social e aos direitos dos trabalhadores, ou seja, o Governo aprovou a PEC do fim do mundo no ano passado, aprovou as terceirizações na semana passada, está na pauta a reforma da previdência, está na pauta a reforma trabalhista, que é um verdadeiro saque a direitos sociais, e está na pauta a reforma política, que também joga na ilegalidade uma série de organizações políticas que cumprem um papel importante no País hoje. Então, são ataques a direitos sociais e a direitos democráticos, num momento em que nós estamos...

A Constituição, no ano que vem, faz 30 anos.

Ou seja, o Governo e o Congresso Nacional estão retirando pequenas concessões que existem na Constituição de 1988, para direcionar tantos recursos do Estado, como também a força de trabalho que existe hoje, no País, para atender os interesses de poucas famílias de bilionários e milionários que existem hoje, no País e fora do País, que querem viver da riqueza, dos recursos naturais, da mão de obra barata e dos recursos do Estado que existem hoje no País. Então, é um projeto que nós temos o dever de combater porque, se nós formos derrotados, uma geração inteira será jogada num sacrifício brutal nos próximos anos.

Eu reforço dizendo que hoje as centrais sindicais e os movimentos sociais têm uma responsabilidade muito grande. E nós temos também a oportunidade conjuntural, uma porta na conjuntura se abriu, para que possamos tentar virar essa correlação de forças que estava difícil no ano passado.

Não conseguimos unidade, não conseguimos um calendário unificado, as centrais sindicais e os movimentos sociais faziam, cada um, um ato num dia. Desta vez, nós temos oportunidade de concentrar forças, de unificar calendários e de construir um calendário de lutas que pode culminar uma greve geral no País, que possa não só parar a produção, parar os órgãos públicos, parar os bancos, parar o transporte público, mas também mobilizar milhões de pessoas nas ruas. É disso que nós estamos falando e é disso que nós precisamos neste momento.

Nós esperamos que, hoje à tarde, as centras sindicais tenham juízo e possam acordar um calendário unificado de lutas para que possamos, no mês de abril, fazer um abril vermelho, um abril de lutas, um abril que seja inesquecível na história da classe trabalhadora e na história deste País, porque nós podemos fazer essa correlação de forças, abriu-se uma porta.

O dia 15 de março mostrou que há disposição de luta e há disposição dos trabalhadores de pararem. Esses vídeos que o Paulo Paim mostrou aqui agora mostram a indignação que existe na base. E o ato do MDL de ontem mostra que ninguém está a fim de ficar fortalecendo mobilizações que vão contra a classe trabalhadora, que vão a favor dos projetos do grande capital, que vão a favor dos projetos do Congresso Nacional e deste Governo. Então, se não for agora, não é mais. Abriu uma chance, uma oportunidade para que possamos colocar milhões de pessoas nas ruas deste País, no mês de abril, começando não só em abril, mas agora no finalzinho do mês de março.

Quero fazer um convite aqui ao Senador, a todos os Parlamentares que estão sensíveis a essa causa, às centrais sindicais, aos sindicatos que estão nos ouvindo, aos trabalhadores: amanhã nós vamos fazer uma carreata do aeroporto até o Ministério do Planejamento. Na verdade, a carreata é um funeral, que é o enterro da previdência social. Nós vamos nos concentrar no aeroporto, às 7h da manhã, onde nós vamos já abordar os Parlamentares que vão chegando a Brasília para fazer a nossa campanha contra todos esses projetos aqui, destacando a reforma da previdência. De lá, nós vamos em funeral, com uma funerária e caixão mesmo na frente. Isso é uma atividade que está sendo construída pelo Fórum dos Servidores Públicos Federais, vários sindicatos ligados a várias centrais, é um ato unitário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIBRAN JORDÃO – E vamos terminar na porta do Ministério do Planejamento, onde nós vamos protestar contra a reforma da previdência, mas também – eu queria fazer uma denúncia importante aqui – contra o fato de o Governo, desde quando assumiu, nunca ter aberto negociações em relação à pauta do funcionalismo público federal. Nós já protocolamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

já pedimos audiências, seja nas pautas específicas das entidades sindicais, como também na pauta geral do funcionalismo público federal.

Até hoje não existe canal de negociação, não existe aquela possibilidade de o Governo receber as entidades para dialogar as suas pautas específicas e a pauta geral. A Fasubra, a entidade da qual sou o diretor – os companheiros vão falar daqui a pouco; está aqui o companheiro Mário Junior –, nunca foi recebida pelo MEC para discutir a sua pauta específica. E a maioria absoluta das entidades dos servidores públicos federais também nunca foi recebida.

Então, vamos fazer esse ato amanhã. Dia 31, um ato será realizado nos Estados, importante, contra a reforma da previdência. E nós esperamos que em abril tenhamos um calendário unificado. Estamos na expectativa das reuniões das centrais.

Termino por aqui, agradeço o espaço e um grande abraço. Um abril vermelho nos espera. Contamos com a unidade de todas as centrais e do movimento sindical. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Gibran Jordão, membro da Secretaria Executiva Nacional do CSP-Conlutas. Parabéns pelas mobilizações. O dia 31 vai ser um grande dia. Nesse dia estaremos no Paraná também. Vai ser o encontro dos Estados. No Paraná, eu sei que vai ser um encontro unitário. Vamos unir todo mundo. Nós estaremos lá. O meu Rio Grande do Sul que me desculpe, mas eu estarei, na outra semana, no Rio Grande do Sul também, para os grandes eventos que vamos realizar lá.

Agora vou passar a palavra para o nosso querido amigo e líder, Vice-Presidente da Anfip, Floriano Martins de Sá Neto, que tem sempre ajudado com subsídios, com números, com dados ao longo desses 31 anos em que estou aqui no Parlamento.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Bom dia a todos.

Ao saudar o Senador Paulo Paim, saúdo toda a Mesa, todos os presentes e a quem está nos vendo pela TV Senado e pela internet.

Quero dizer, Senador, em primeiro lugar, que é uma alegria que este espaço continue sendo ocupado pela frente parlamentar de entidades civis em defesa da previdência social, porque havia o receio de que nesta Legislatura não pudéssemos continuar a ocupar este espaço, que é nobre. Graças a Deus, estamos aqui, com a oportunidade de falar e de potencializar a ação da nossa frente parlamentar de entidades civis em defesa da previdência social.

Começando pela provocação, nós temos que realmente reafirmar: a reforma da previdência social do servidor público no âmbito federal já foi feita. Nós temos hoje um teto igual ao do regime geral. Portanto, os novos servidores, admitidos a partir de 2013, já se encontram no mesmo patamar. Então, não cabe mais jogar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Floriano, não leve a mal, mas repita, porque parece que eles são teimosos. Dizem que nós estamos mentindo, que não, não, não.

Repita por favor. Diga até o ano, que é importante.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Eu vou ler a lei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na hora, eu não me lembrava nem do ano em que eu estava no debate. Eu disse: "Rapaz, já existe um teto para o servidor!" "Vocês estão mentindo!"

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – A Emenda Constitucional foi a de nº 41, que foi regulamentada pela Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. Então, desde 2013, todos os servidores públicos no âmbito federal, sejam eles magistrados, delegados até o menor servidor, de salário mais baixo, todos estão hoje limitados ao teto do Regime Geral. Portanto já houve a reforma federal.

Em termos de INSS, do Regime Geral, há seguidos projetos de lei que vêm reformando. O último foi o que instituiu a fórmula que vai até 90/100, em 2026. Portanto há uma escadinha progressiva. E essa é uma das críticas que fazemos com relação a essa reforma, que é radical, impõe um corte.

O papel da Anfip ao longo desses meses tem sido esse. Nós temos participado... Hoje o nosso Presidente não está aqui, porque tem uma palestra no Rio Grande do Sul e se desloca para, hoje à noite também, uma palestra em Santa Catarina. Na média, é mais ou menos uma palestra por dia em qualquer lugar do Brasil. Nós temos colegas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Quero dizer que a Anfip formou um grupo de multiplicadores. Aqui está a Fenafisco como nossa parceira, temos o pessoal da Anauni... Formamos multiplicadores para possibilitar a nossa presença em todos os rincões do Brasil.

Senador, efetivamente, esse diagnóstico de que estamos ganhando a batalha da comunicação está acontecendo, mas temos que ficar sempre com o pé atrás, porque esse caso, por exemplo, que já foi citado, das centrais, é emblemático. Ao fazer isso desmobilizamos em tese... Quer dizer, essa ideia de que ou as centrais ou os servidores públicos estaduais estariam fora da reforma em tese desmobiliza, mas o que temos ouvido falar dos colegas dos Estados é que eles não arredarão o pé um milímetro sequer. Vamos continuar unificados na questão da reforma da previdência social.

Não vou me alongar muito, Senador. Vou sair daqui a pouquinho, porque vamos ter que provocar o Judiciário. Nós temos um vídeo bastante ofensivo à nossa entidade e a mim também, inclusive como pessoa física.

Essa questão que nós vimos nos vídeos, isso, sim, é um vídeo para ser multiplicado, porque se trata de uma trabalhadora do campo que não precisou ler nenhum *script*, ela não precisou de nenhum marqueteiro para falar. É um poder que está na mão de todos os brasileiros, com o qual eles não contavam. Isso é uma revolução. Isso vai mudar a eleição de 2018.

Agora, Senador, repito sempre: não basta pensarmos que vamos ficar atrás de um computador e postar no Facebook para ganhar essa batalha. A batalha é essa da rua. Isso serve como instrumento para convocar, para, mais do que convocar, cutucar os governantes, porque eles vão ter medo. Eles vão ter medo. Eu quero ver um Deputado da base governista ter coragem hoje de cumprimentar essa senhora. Eu quero ver realmente. Eu gostaria muito de ver baixar um helicóptero do Presidente da República para cumprimentar essa trabalhadora pela coragem que ela tem.

Senador, estou um pouco indignado justamente por conta disso. Temos colocado a tapa a nossa entidade. Nós não temos a proteção que os Parlamentares têm. Eu sou um servidor público, mas tudo aquilo que eu digo não ocorre da noite para o dia, Senador. A Anfip faz esses estudos desde os anos 90, desde 92, 93. Eu posso lhe mostrar o livrinho de 2007, no qual nós temos a mesma estrutura... Vamos falar de dez anos. De dez anos para cá, a Anfip divulga do mesmo jeitinho, e não houve nenhum governo que veio apontar o dedo para nós. O que o Governo está fazendo agora? Como fez o Ministro do Planejamento na semana passada, na Comissão Parlamentar: ele pegou a nossa metodologia... Então, já que não dá mais para fugir da realidade, de que existe o orçamento da seguridade social, agora eu vou manipular o orçamento da seguridade social ao meu gosto.

Então, o Governo, hoje, incluiu nessa conta, apresenta a conta incluindo os servidores aposentados e excluindo várias outras receitas que nós entendemos que, como a Anfip divulga ao longo dos anos com essa metodologia, fazem parte do orçamento da seguridade social.

Portanto, eu queria desafiar o Ministro Dyogo: Ministro, apresente alguma coisa de dez anos atrás em que o senhor ou que o governo de plantão falava sobre o orçamento da seguridade social. Apresentem-me algum estudo, alguma coisa. Não, isso não acontece; isso acontece, basicamente, de 2015 para cá, há alguns arremedos de planilhas.

Não é, essa reforma da previdência social não é séria, não é para ser levada a sério porque, se fosse para ser levada a sério, nós seríamos os primeiros interessados porque nós queremos que as nossas previdências sejam sustentáveis. (*Palmas.*)

Nós temos interesse nisso. As lideranças não são irresponsáveis a querer sacrificar gerações em proveito da geração que está hoje recebendo. A solidariedade é uma via de duas mãos, a gente também é solidário à geração que estar entrando no mercado de trabalho.

Senador Paulo Paim, em linhas gerais, é isso.

Digo que a Anfip vai continuar na luta. Não arredamos pé do que escrevemos e publicamos ao longo de todos esses anos. Estamos fazendo também mais vídeos. Semana que vem, iniciaremos também uma campanha nas tevês. Eu acho que o momento é esse, é o momento em que nós temos que sair dessa indignação, que é legítima, que a gente vê no rosto das pessoas, e, como lideranças e como políticos, verdadeiros representantes da sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

brasileira, nós temos que ir para o enfrentamento e não deixar passar propostas como essa, como a PEC 287.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Políticas de Classe da Anfip. Tanto ele como o Romero, que é o Presidente, têm sido atacados diretamente. Até falamos por telefone, nesse fim de semana, de algumas preocupações que nós todos temos pela forma como, infelizmente, este Governo está agindo, mas eu digo para você, Floriano, porque eu recebi aqui: "Por que tu não deixaste o cara no vídeo? Tu não dirias se tu estivesses na fábrica?" Eu diria tudo que está no vídeo, se eu estivesse a fábrica. Tu não achas que lá, entre nós, dentro da fábrica, na fundição em que eu trabalhava da Maesa, em Caxias do Sul, eu não ia dizer: esses filhos de uma... Ia chamar de tudo que vocês imaginarem. Eu estou lá, no meio da fundição, os caras me fazem uma picaretagem dessa, eu ia mais longe do que ele falou até, mas só que aqui eu não posso colocar, pessoal. Vocês têm que entender que aqui é a TV do Senado, eu não poderia deixar que isso fosse colocado, mas lá, na rua, na fábrica, imagina se eu não ia falar. Ele tem toda a razão. Só para dizer que ele tem razão.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Muito obrigado por mais este convite de poder representar a Comissão de Seguridade Social da OAB-DF e o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário.

Senador, eu começo um pouco – pouco, não – elogiando a sua equipe também que, por trás do senhor, o tem auxiliado muito nessa luta. O senhor é nosso comandante nessa luta. Todos aqui são seus guerreiros, mas há alguns guerreiros que o comandam por trás, como o Cleriston, a Mariana, o Christiano, o Agostinho, o Leandro e a Ivanete, Chefe de Gabinete, que merecem também todos os elogios pelo trabalho que o senhor desenvolve. A equipe da Frente Parlamentar da Previdência também, todo mundo. Todos estão de parabéns por lhe darem esse suporte e esse apoio para que o senhor continue sendo o nosso guerreiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Peço para providenciarem, no intervalo das duas Mesas, um vídeo atualizado de um minuto e meio, que mostra também a crueldade disso tudo.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Maravilha.

Queria também começar ridicularizando um pouquinho esse Movimento Brasil Livre (MBL) pelo pífio movimento que eles tiveram ontem, e é um negócio tão risível, Senador.

Estão divulgando no Facebook dele que estamos comemorando. Eles falam que o movimento foi nosso, um movimento da esquerda, um movimento de oposição à reforma da previdência. Não foi. Foi de vocês! Vocês erraram e vocês não conseguiram mais trazer a população para o lado de vocês. E isso só demonstra, Senador, presentes e ouvintes da TV Senado, a exemplo do que ocorreu com a terceirização, que o Governo não tem votos hoje para aprovar a PEC da reforma da previdência. (*Palmas.*)

Palmas para o Governo, que conseguiu se autodestruir com uma mentira, com mentiras, com ataques brutais, com ataques de baixo calão, como vem fazendo com a Anfip. Isso só demonstra o desespero de um Governo que não tem mais apoio político.

A título de curiosidade: para aprovação de uma PEC na Câmara, deve haver três quintos dos votos – três quintos representam 308 votos. Eles tiveram só 231 na terceirização, que não tinha, infelizmente, toda a força da reforma previdenciária. Ou seja, a reforma previdenciária está com muito mais oposição.

E, falando ainda da questão política da reforma, acabei de receber uma notícia do Senador Eunício Oliveira, o Presidente do Senado: ele também é dono de uma das empresas – agora, como Senador, ele se desvinculou formalmente da empresa, mas todos sabem que ele é dono da Confederal – que deve R$8 milhões em dívidas com a União, entre as quais, dívidas previdenciárias.

A Confederal, como todos sabem, é uma empresa terceirizada, é uma empresa que presta serviços de terceirização, inclusive serviços de segurança com atividade especial, cuja retirada ele apoia. Então, é uma vergonha!

O nosso do Relator da reforma da previdência na Câmara, Arthur Maia, também tem uma empresa devedora, uns postos de gasolina. Os seus funcionários também exercem atividade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

especial, cuja reforma que ele promove quer retirar. Então, o que está acontecendo com nosso País? Temos democracia ou temos gente defendendo seus próprios interesses, Senador?

Com relação à matéria da *Folha*, que divulgou a questão dos sindicatos, das centrais sindicais, afirmo que ando com o pessoal das centrais e dos sindicatos e sei que aquilo é uma mentira. Mas o que é isso? Isso é reflexo da nova estratégia do Governo para obter apoio popular e obter apoio político para a reforma da previdência, porque eles viram que, na terceirização. Não têm mais apoio político para aprovar a PEC.

E agora a outra estratégia deles é o fatiamento do RPPS, dos regimes próprios dos Estados e dos Municípios, da nova reforma da previdência. Muitos comemoraram... E eu venho falando isto desde a semana passada, quando foi disponibilizada essa informação pelo Governo: isso não é para se comemorar. Por quê? Juridicamente é impossível! Muito provavelmente haverá inconstitucionalidades flagrantes – e serão ajuizadas ações em massa no Supremo Tribunal Federal e em outros tribunais, para se verificar a possibilidade de acabar.

Mas a função disso é desmobilizar o movimento dos servidores públicos, que hoje exerce a maior pressão sobre a reforma da previdência. Esse hoje é o principal objetivo do Governo – e ele vem conseguindo, por conta de algumas falhas de união, ainda, entre as centrais. Isso deve ser resolvido imediatamente. Vocês hoje estão com o poder de representar o povo brasileiro – Dr. Ubiraci, que leve a mensagem às centrais. Vamos nos unir, porque agora são, sim, todas coirmãs; são todas representantes dos trabalhadores, aposentados, pensionistas, e todos devem trabalhar juntos contra essa reforma. (*Palmas.*)

Uma brigar com a outra não vai levar nada a lugar nenhum, vamos unir essas forças. Como vocês sabem, no tocante à reforma da previdência, a OAB Nacional e todas as suas seccionais já apoiam contra a proposta do Governo, que foi enviada. Inclusive, fizemos um ato aqui no dia 14 de março, um dia antes da greve geral do dia 15, em que o nosso Presidente foi barrado na porta, o Claudio Lamachia, da Câmara dos Deputados, junto com quase todo o Conselho Pleno.

Foi uma situação ridícula, que serviu para alertar a nossa OAB e o nosso Conselho Pleno do que está acontecendo nas casas legislativas. O que está acontecendo aqui não é uma situação de democracia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quer dizer que o Presidente não pôde entrar?

O SR. DIEGO CHERULLI – Com a mão no peito. Eles disseram, Senador, que tinham só 25 autorizações de membros da OAB para entrar na Casa. Como várias pessoas vieram antes, quando o Presidente chegou, falaram: "Não, já entrou todo mundo". Ele disse: "Mas eu sou Presidente da OAB". "Não, já entrou todo mundo, o senhor não pode entrar não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas que barbaridade!

O SR. DIEGO CHERULLI – Então, foi uma situação ridícula.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos dar uma salva de palmas para a OAB, a nossa solidariedade ao Lamachia. (*Palmas.*)

O SR. DIEGO CHERULLI – E a OAB está com o povo nessa luta, Senador. A OAB está com o povo nessa luta, não vamos deixar, permitir que passem abusos e autoritarismos.

Foi possível o acesso do Claudio Lamachia – quero registrar isso –, por ser o Presidente. Ele, depois, falou: "Não entro enquanto todos aqui não entrarem". E não eram só advogados!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. DIEGO CHERULLI – Havia representantes de centrais, representantes de sindicatos, eram mais de 500 pessoas do lado de fora, e a mídia não cobriu – a mídia não cobriu! Do mesmo jeito que a mídia não divulgou o fracasso da manifestação de ontem. Risível! E não adianta jogar para nós, como se essa manifestação fosse da oposição, porque não é, simplesmente não é.

Queria lhe parabenizar também, Senador, pela caravana que o senhor tem feito pelo Brasil. Eu estive lá no Rio Grande do Norte, em Natal, em um simpósio de direito previdenciário do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. O senhor estava em outro evento, na mesma cidade, no Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só não fui lá, vou até pedir desculpas a eles, porque eu tive que ir para a Paraíba. Chegamos à Paraíba ainda com 1h30 de atraso.

O SR. DIEGO CHERULLI – Mas todos sentiram a energia positiva que o senhor mandou. Havia mais de 700 pessoas no simpósio, e eu vi que o senhor conseguiu ocupar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. DIEGO CHERULLI – ... o plenário grande do Instituto Federal e, do lado de fora, um espaço enorme com telão,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Foi muito bom.

O SR. DIEGO CHERULLI – ... cheio de gente vibrando e mostrando a força da união.

Muito nos impressionou, porque, no dia do simpósio, no dia da minha palestra, que foi no sábado, descobri que, no andar de cima, estava havendo o congresso nacional do PSDB, e nós éramos 700 – acho que lá não havia uns cem. Eu falei: "E aí, gente?". Mas não podia, não podia fazer nada. Mas o recado foi passado.

Por fim, Senador, o senhor sabe que eu não gosto de ocupar todo o tempo, eu quero parabenizá-lo, assim como a Cobap também, pela iniciativa da CPI da Previdência, que todas as entidades apoiaram. É um ato político importantíssimo, sobre o qual todos nós devemos marcar, 24 horas por dia, porque temos que conseguir essa relatoria na mão do Senador Paulo Paim. O senhor deve ser o Relator dessa CPI, pois é uma pessoa que está no meio, conhece todo o trabalho e pode tocá-lo. Vai ser uma luta, mas nós vamos conseguir! Nós já tiramos o apoio do Governo para reforma da previdência na Câmara. Conseguir o Senador agora na relatoria é coisa mole.

Então, vamos em cima. Se Deus quiser, a presidência também, porque nós temos que aprovar na CPI que a hermenêutica de cálculo e a contabilidade criativa do Governo não vão passar. Vocês têm que cumprir a Constituição, e a Constituição é muito clara: essa contabilidade criativa não passa. E, Sr. Marcelo Caetano, não adianta também tentar inovar demais, colocando os militares como despesa da seguridade social. Não sei se a Anfip viu isso recentemente. Vamos parar de inovar! Sigam as Constituição e, se tiver que fazer reformas, que façam com base na verdade, e não na mentira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO CHERULLI – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns! (*Palmas.*)

Esse foi o Diego Cherulli, representante da OAB e representante do IBDP, representante da OAB, representante do IBDF, e dizer, Diego, o que também alguns não querem publicar, que, a exemplo da OAB, a CNBB... Eu estive lá num grande evento, fazendo uma palestra, lotado... Inclusive Deputados também estavam lá. Eu falei como Senador, por causa da CPI, né? E tiraram, por unanimidade, que a CNBB vai orientar todas as paróquias no Brasil a se mobilizarem... Já começou na homilia de domingo.

Então, eu queria também, além da OAB, para dar uma grande salva de palmas de fato para a CNBB... (*Palmas.*)

... porque já está fazendo, que vai fazer. O Floriano justificou muito bem aqui.

Eu convido esses meus amigos a voltarem à primeira fila.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ir falando enquanto eles vão retornando.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Permita-me só fazer um registro que acabei esquecendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E vamos convidar em seguida a segunda Mesa.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Sábado, lamentavelmente, nós perdemos um grande companheiro sindicalista, que era o companheiro Pavão, que trabalhou e estava prestando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

serviço na UGT. Lamentavelmente, nós perdemos uma pessoa bem jovem que contribuía muito com o movimento sindical e, com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um barbudinho, né?

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Não, um de óculos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, sei!

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Com certeza, o movimento sindical vai perder e perdeu muito com ele.

Senador, boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas aos familiares! E que as palmas o acompanhem... Lá no alto, com certeza, ele está do lado do bem, com Deus.

E vamos para a segunda Mesa.

Rita Girão, Diretora de Ações Estratégicas do Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central – Sinal e Presidente da Regional Brasília.

Seja bem-vinda!

Adriana Faria, Coordenadora Jurídico-Parlamentar da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público.

Seja bem-vinda!

José Luis Wagner, Assessor Jurídico da Condsefe, Sinasefe Nacional e Anauni.

Luiz Gonçalves Bomtempo, Diretor Executivo do Sindifisco Nacional.

E ainda vamos ter uma terceira Mesa.

Já temos a segunda Mesa. Eu vou só pedir que passem aquele vídeo de um minuto e meio, conforme já ajustado, que é também de uma trabalhadora rural que deu uma pequena confusão no início.

Então, esse vídeo é da Juliana Schneider da Silva, moradora do Município de Selva, Rio Grande do Sul. O outro é de uma outra também que nós já produzimos e todo mundo elogiou. Esse é mais curtinho que aquele primeiro.

(Procede-se à reprodução de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! Parabéns! (*Palmas.*)

Esse vídeo também chegou já a 13 milhões de pessoas, tanto aqueles outros dois como esse. Treze milhões de pessoas já assistiram a esses vídeos. Foi bom porque mostramos duas trabalhadoras, que são mais atingidas que o homem rural, e um trabalhador da área urbana.

De imediato, Rita Girão, Diretora de Ações Estratégicas do Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central – Sinal e Presidente da Regional Brasília.

A SRª RITA GIRÃO – Bom dia!

Bom dia a todos!

Bom dia, Senador!

Veio muito bem a calhar esse vídeo com a nossa colega trabalhadora que... Na realidade, é complicado, cruel, para nós, mulheres, o quanto essa reforma nos atinge.

Eu sou servidora pública federal. Passei no meu primeiro concurso federal aos 20 anos. Minha expectativa de aposentadoria era depois de 30 anos de contribuição, com 50 anos. Entrei antes das duas reformas anteriores. Entrei antes de 2000, e, como eu fiz 44 anos no mês passado e não 45, não vale mais nada. Vamos começar, volta para o início do jogo, não vale mais nada. Minha colega que estudou comigo e passou no mesmo concurso e é um ano mais velha que eu tem outros direitos. Então, ela entrou nas regras de transição, e, pelas regras de transição, em vez dos 50, 53. Com as novas regras, ela paga um pedágio e diminui de 53 para 52. Eu tenho que trabalhar mais 19 anos. E eu estou numa situação privilegiada. Eu sou servidora pública e tenho garantido o meu emprego. Outras colegas, outras mulheres que não conseguem ter o pleno emprego durante toda a sua vida produtiva, não só por conta da situação econômica, mas também por conta dos filhos... A gente não tem uma estrutura. Onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

é que vai deixar os filhos? Muitas mulheres têm que interromper o trabalho para cuidar de casa, para cuidar dos filhos pequenos. O que a gente ouve falar é que esses números, essa idade, essa igualdade entre homens e mulheres vem imitando, copiando um padrão europeu, mas e o resto do padrão europeu?

Essa igualdade entre homens e mulheres vem E a infraestrutura padrão europeu? E as escolas? E as creches? Quando é que a gente vai receber esse padrão europeu também?

E quando ouvi essa colocação de que estamos copiando o padrão europeu, eu me lembrei de uma palestra a que assisti dois anos atrás na Embaixada da Itália, com o famoso sociólogo italiano, Domenico De Masi, e ele começou a falar da crise europeia. E ele via a crise europeia, que já tinha começado e está assolando a Europa até hoje, como uma crise social e não como uma crise econômica. Todas essas mudanças, e ele falava da mudança previdenciária, essas mudanças neoliberais que vieram baseadas em contas, ignoraram completamente a questão social.

Então, houve a mudança da previdência, que se está querendo fazer. Com isso, as pessoas tinham de trabalhar mais e, quando se aposentavam, tinham seu vencimento reduzido. Então, ninguém desmamava mais, continuava trabalhando até cair, até não conseguir mais. Com isso, não se abre espaço para os novos no mercado de trabalho e há na Europa adultos morando e vivendo na dependência dos pais, que não podem parar de trabalhar nunca, porque têm de sustentar os filhos. Isso, multiplicado, vira um caos social. Vai haver desemprego, e você não tem espaço.

Eu vislumbro esse futuro para nós. Se, a Europa, que tem um padrão europeu de infraestrutura, que tem todos aqueles países desenvolvidos, está passando por toda essa dificuldade, imagine nós que somos um país em desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, só para concordar com você, dizer que um colega meu foi aos Estados Unidos e me fez este mesmo relato, de que, nos Estados Unidos, trabalhadores que foram para o fundo de pensão privada andam mendigando nas ruas. Calcule como vai ser aqui no Brasil. Ficarem nessa situação...

A SRª RITA GIRÃO – É surreal, porque, como falei anteriormente, colocando-se uma linha de corte, de que, agora – a gente já teve a reforma, como falou o colega da Anfip –, a reforma do servidor público já houve. Os novos entraram sob as novas regras e quem entrou a partir de 2013 está no mesmo teto de quem trabalha na iniciativa privada.

Agora, para quem já estava lá sob outras regras, chegar agora, na reta final e dizer "Não vamos brincar mais. Mudou tudo!"

E por que isso? Com que lógica esse corte de 45 para mulher e 50 para homem? Ninguém nunca explicou de onde veio esse corte. O único dado que eu tenho é de que essa idade é rentável para os planos de previdência privada. Se você é mais velho que isso, não adianta bater no banco para contratar. Não vale a pena. Você não gera mais lucro para os bancos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eles têm parâmetros. O parâmetro deles é a previdência privada.

A SRª RITA GIRÃO – A previdência privada, esse lucro que vem dos bancos.

Então, a gente tem que trabalhar todos esses números. Todos são questionáveis. Eu acho que a gente não pode servir aos números. Os números têm que servir ao social, têm que servir às pessoas. Tem que ser ao contrário. É claro que a gente não vai fazer nada desconsiderando os números, mas não se pode desconsiderar as pessoas e focar só nos números.

Eu sou católica. Também fiquei muito emocionada com a nota da CNBB, e eu acho que é justamente isso... (*Palmas.*)

Estamos vivendo em sociedade, e a nossa função é proteger os mais necessitados, senão vamos voltar para onde? Cada um pega o seu tacape, vamos acabar com os mais fracos e voltar para a seleção natural da espécie. É isso?

A gente não pode prescindir desta questão social, de trabalhar e de proteger os mais fracos.

Se essa reforma traz problemas para mim, que sou uma servidora pública, imagina para outras mulheres em condições muito mais precárias!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns!

Essa comparação que você faz é muito interessante, porque, apesar de você também cair na vala comum de não se aposentar, mas, pelo menos, você tem um emprego. Foi bom esse exemplo que você deu. A outra mulher que é do setor privado, quem vai lhe dar emprego depois dos 60 anos? Nunca!

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO (*Fora do microfone.*) – E o terceirizado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o terceirizado? Querem aprovar essa loucura aí. É um desespero. Seu exemplo foi muito feliz.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato. Daí, vai entrar naquelas regras dos 80. Segundo o Dieese, pelo cálculo que me apresentaram, a média do brasileiro que não tem o mínimo de garantia no emprego é 9.1 meses por ano. Se trabalhar 12 meses, a média dá 9.1. Com esse número, fizeram os cálculos, e é preciso pegar o dia em que a carteira foi assinada, lá com 16 anos, as raras exceções – a maioria foi depois dos 20 – e somar com 64.6. Vai levar 80 anos para a pessoa se aposentar.

Quem começar com 20 vai até 84. É sério isso? É brincadeira! O senhor acha que um Senador da República iria estar aqui brincando com esse terrorismo? São dados, são números, são estimativas.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO (*Fora do microfone.*) – E a expectativa de vida com saúde no Brasil é de 65 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, expectativa de vida. É ele quem está dizendo. Depois, repita esse número, porque eles dizem que sou eu que invento.

Não tem invenção, pessoal. Todo número tem que ter um fundamento, senão ninguém é louco de apresentar.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO (*Fora do microfone.*) – ...Organização Mundial da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Organização Mundial da Saúde, a média é 65 anos.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Do brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do brasileiro.

A SRª RITA GIRÃO – O servidor público não corre o risco, talvez, de perder o emprego, mas a gente corre o risco de ter vários servidores públicos com a saúde debilitada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E morrendo antes.

A SRª RITA GIRÃO – ...e nos prestando um serviço numa qualidade não tão boa, não é? Afinal de contas, eles estão lá obrigados a ficar trabalhando até...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Rita. Mais uma vez, a Rita nos ajuda. Calcule o servidor com quase 80 anos trabalhando, se fosse o caso, ou 70...

A SRª RITA GIRÃO – Um policial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ou, se pegar o policial, sim. Eu vi uma matéria...

A SRª RITA GIRÃO – "Vai correndo".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente, esse exemplo foi bom. Eu vi uma matéria dos policiais. Calcule um policial com mais de 60 anos correndo atrás de um ladrão de 20, 30, 40 ou 50.

Mas, vamos lá. Parabéns. Mais uma salva de palmas para a Rita pela bela fala. (*Palmas.*)

Adriana Faria, Coordenadora Jurídica Parlamentar da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A SRª ADRIANA FARIA – Bom dia a todos. Agradeço ao Senador pela oportunidade e pelo seu trabalho.

A gente deveria ter começado pela CPI, não é? Esse seria o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRª ADRIANA FARIA – Rita, eu posso dizer que nós somos o exemplo da incongruência dessa reforma. Eu tenho mais de 20 anos de serviço público também e tenho 45 anos. Então, eu pego a regra de transição, e você, não. Isso não traz nenhuma razoabilidade. Não tem nenhuma razoabilidade nisso.

Só vou fazer uma observação em relação à sua fala, de que o servidor público tem emprego garantido. Eu anuncio que o próximo projeto é acabar com a estabilidade do servidor público, portanto, nenhum de nós tem o emprego garantido com esse projeto, sob a justificativa de que isso seria um privilégio, quando, na verdade, sabemos que a estabilidade é uma garantia para o cidadão. É a única garantia que o cidadão tem de que aquele que está no serviço público não está sujeito a atos de corrupção, porque ele pode dizer não sem ter medo de perder o seu emprego. Tentei contextualizar a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajudar, ele não tem direito a fundo de garantia também.

A SRª ADRIANA FARIA – Não tem direito a fundo de garantia. Essas diferenças dos sistemas que se equivalem, na verdade, não são colocadas. Eu fiz uma preparação da minha fala. Tentei contextualizar dentro da questão dos direitos humanos, que acho bastante importante.

Em 1988, eu era adolescente, mas me lembro bem da Constituinte. Eu peguei o final do regime militar, vi o movimento do Diretas Já e assisti também à Constituinte. Eu sei, nós sabemos, que a Constituição Cidadã não foi entregue de mão beijada, não foi planejada dentro de um gabinete para ser entregue à população; ela é resultado da insatisfação do povo, da luta do povo, de um triste histórico mundial de muita violência e vilipêndio dos direitos humanos, que atingiram o seu auge no Século XX, resultado de guerras e violência, mas resultado também de muita luta e coragem. Portanto, ela não foi imaginada e entregue ao cidadão. Não é um projeto de governo, é um projeto de Nação, a nossa Constituição.

Assim, a Constituição de 1988 erigiu a dignidade da pessoa humana e a prevalência dos direitos humanos como princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. É um sistema constitucional que escolheu o homem como beneficiário da proteção jurídica, não o capital. Mas, de emenda em emenda, a nossa Constituição está virando, realmente, uma verdadeira colcha de retalhos. Algumas delas, realmente, repararam algumas distorções do sistema, porque a gente sabe que a democracia acaba sendo a ditadura da maioria, e a gente precisou corrigir algumas coisas, mas boa parte delas têm servido para deteriorar e desfigurar o nosso sistema constitucional.

A PEC do limite de gastos, a PEC da reforma da previdência, a reforma trabalhista, a terceirização, todas trazem a exata noção de que a gente está girando a roda do tempo para trás. Ao invés de estarmos lutando por novos direitos para evoluir a nossa sociedade, estamos tendo de lutar para preservar os direitos que já são nossos. Portanto, a gente está girando a roda do tempo para trás, tendo de lutar pelo que já lutou antes, como se não houvesse um histórico de luta para tudo o que se tem hoje.

O que está sendo feito nas reformas e nas PECs é como se eu pegasse um papel de grafite e passasse a borracha, irresponsavelmente, apagando os direitos que existem na Constituição Cidadã. É a ruptura de um sistema constitucional. Isso é muito grave! É a mudança das escolhas de uma sociedade de forma totalmente ilegítima. É mudar as escolhas de uma sociedade por meio de PECs que são tratadas dentro de gabinetes fechados, com ideias mirabolantes de pessoas que não têm o menor compromisso com o povo. A arrogância surda do Parlamento ignora a população brasileira e o que ela quer, em termos de país.

Rasga a Constituição para construir um Brasil que não queremos entregar aos nossos filhos. Nós não queremos entregar este Brasil que está sendo trazido para nós. Faz-se a escolha por Estado mínimo a portas fechadas, em gabinetes. Então, a solução para a crise é o Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

mínimo. Uma escolha de sociedade feita em gabinete fechado? Trazer o Estado mínimo como resposta, sem ouvir a sociedade ou, pior, ignorando os gritos da sociedade? (*Palmas.*)

É uma mudança no caráter da nossa Nação, da forma de vida da nossa população. Fazer a escolha de um Estado mínimo e transformar o nosso País em uma Nação de miseráveis, sem dignidade de vida? É essa a escolha, por meio de uma PEC? Algumas, porque é todo um conjunto, destruindo o que temos de sociedade, de pensamento de sistema constitucional. Quando uma Constituição deixa de refletir os valores do seu povo e os desejos da sua sociedade, deixa de ser a lei que legitimamente pode comandar uma Nação, torna-se um documento vil de vontades personalizadas e de interesses espúrios e se torna a vergonha de um povo. Quando a Constituição deixa de representar a vontade do povo ela passa a ser a vergonha desse povo. (*Palmas.*)

E é isso o que estão fazendo com a nossa Constituição, transformando um texto da Constituição Cidadã numa vergonha para o povo. Mas temos uma justificativa para isso, Senador, a crise fiscal, a crise econômica, financeira. E aí é a lógica de que os fins justificam os meios. Só se esquecem de dizer que a maior crise que enfrentamos hoje é a crise da moralidade, é a crise da falta de vergonha na cara. Essa é a crise verdadeira que estamos enfrentando neste País, porque se essa não houvesse, as soluções que seriam pensadas para a crise fiscal, financeira, econômica seriam outras. E aí nós, realmente, atacaríamos os verdadeiros males que corroem este País, porque as atuais soluções propostas seguem a mesma lógica nefasta de sempre, mais para quem tem mais e menos para quem tem menos. Essas são as soluções trazidas.

No que diz respeito especificamente à PEC 287, estão sendo desprestigiados os direitos sociais. A Constituição diz que são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. A PEC que limitou os gastos, a PEC da reforma da previdência, a reforma trabalhista e a terceirização vão fulminar o acesso a todos esses direitos. É uma verdadeira hecatombe, que acaba por arruinar os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana.

É bom lembrar que o Estado tem o dever de proporcionar aos indivíduos o pleno exercício dos direitos sociais para que possam viver com dignidade. Pelo menos é isso o que diz o Pacto de San José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. *O* Pacto de San José da Costa Rica diz também que temos de ter um desenvolvimento progressivo de acesso aos direitos sociais. E o que a gente está vendo, na verdade, é um retrocesso social inadmissível! Ora veja, estamos girando mesmo a roda do tempo para trás. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, dois órgãos federais, portanto, publicaram na semana passada manifestações contrárias à reforma da previdência. (*Palmas.*)

Esse foi um grande ganho para nós.

A Procuradoria divulgou uma nota técnica, mostrando que a PEC fere direitos fundamentais assegurados na Constituição.

Destacou aí, na sua nota técnica, alguns pontos do que está sendo violado dentro da Constituição, que seriam: o aumento da idade mínima para aposentadoria; equiparação entre homens e mulheres; redução no valor do benefício; tratamento dado aos trabalhadores; restrição na concessão de pensões; fixação no tempo da aposentadoria especial; inacumulabilidade de benefícios; alterações dos benefícios concedidos a idosos e às pessoas com deficiência. Todos esses são tratados como violações da Constituição.

Em linhas gerais, o que é que a gente poderia dizer aí, em relação à drástica mudança do funcionamento da nossa sociedade? Bom, aumento da idade mínima de 65 anos. A gente sabe que isso ignora que em algumas regiões do País as pessoas nem sequer alcançam 65 anos de expectativa de vida. Então, a gente vai torcer para Deus ou o Padim Ciço – não é? – para conseguir chegar à aposentadoria.

Fazer comparação com países europeus... Bom, primeiro me dá a qualidade de vida da Europa e, aí, a gente começa a discutir, me dá o acesso à saúde, porque com a saúde que temos, muito, muito pouca gente chegará aos 65 anos. Nós levamos meses e meses para conseguir fazer um exame simples de saúde no nosso sistema, e vai piorar com a restrição de 20 anos em cima disso daí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Equiparação entre homens e mulheres. Bom, eu teria uma infinidade de coisas para falar a respeito disso, mas vou me conter à disposição Constitucional que diz que todos são iguais perante a lei. Essa é a isonomia constitucional, que é a isonomia tratada pelo aspecto substancial, que trata iguais como iguais e diferentes como diferentes. Só assim se traz, efetivamente, a igualdade entre todos nós, porque somos diferentes realmente.

Dizer que essa igualdade de idade é uma conquista para as mulheres ou, como disse o nobre Deputado Rodrigo Maia, uma reivindicação das mulheres é um deboche. Eu gostaria de saber quais foram as mulheres, ou representantes, ou movimentos que procuraram o Deputado, das mulheres, para dizer que "sim, nós queríamos a igualdade de idade, porque isso é uma conquista para as mulheres"? Isso é um deboche. É um deboche e é um desrespeito com as mulheres, sem reconhecer que a diferença de cinco anos que existe hoje nada mais faz do que reconhecer a jornada invisível que as mulheres desempenham, que, segundo o Ipea, é de cinco anos, cerca de cinco anos.

Nós não conquistamos a igualdade social, nem de condições de trabalho. Portanto, não há que se falar em retirada de direitos para que venha a igualdade. Isto é, realmente, um deboche.

Bom, tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos, tempo mínimo de 30 para 49 anos para aposentadoria integral é realmente desconhecer que o brasileiro passa cerca de 16 anos sem contribuir para a previdência durante sua vida laboral, porque, naturalmente, entre um emprego e outro, fica sem contribuir. Com a terceirização, isso vai se agravar ainda mais. Ou seja, é inatingível, é claramente inatingível essa condição, e é claro que isso é a extinção do direito a aposentadoria.

O tratamento ao trabalhador rural, ao professor e aos que exercem atividade de risco só demonstra que é a concepção de pessoas que não conhecem o trabalho da roça, e nem querem conhecer, que desrespeitam os professores, sistematicamente desrespeitados, desrespeitam o trabalho que eles desenvolvem e ignoram, ou querem ignorar, os riscos de uma atividade que envolve riscos e que precisa de uma idade razoável para ser desenvolvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O pessoal da segurança, por exemplo.

A SRª ADRIANA FARIA – Da segurança, principalmente.

Quanto ao servidor público, o que a gente pode dizer, e eu já tive oportunidade de dizer isso em outra audiência pública na Câmara, é que fomos escolhidos como os bodes expiatórios dessa crise, como se fôssemos os responsáveis pela dilapidação dos cofres públicos, mas, na verdade, isso é uma cortina de fumaça para desviar a atenção dos verdadeiros ladrões dos recursos públicos. Encontraram alguém em quem botar a culpa e desviam a atenção da classe política, onde se encontram os verdadeiros ladrões deste País, que acabam com os recursos públicos, e não os servidores públicos, que agora têm que se envergonhar de terem feito concurso e de servirem à população.

É uma distorção total dos valores dessa sociedade. (*Palmas.*)

Mal sabe a população que este é um projeto para deixar a população com menos saúde, menos educação, menos justiça, menos todos os serviços que são disponibilizados à população, num desprestígio sistemático ao serviço público, porque, é claro, muito melhor substituir um servidor público por um terceirizado, ou por um comissionado, que está a serviço da corrupção.

Por fim, eu só gostaria de lembrar ao povo brasileiro que é preciso reagir. É preciso reagir e cobrar a fatura dos Parlamentares urgentemente, porque nós somos a geração...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ADRIANA FARIA – ... que tem a responsabilidade de não deixar este legado de miséria e de falta de dignidade humana que está sendo plantado agora para as próximas gerações.

E, só para finalizar, Senador, eu vou pedir licença para dizer sobre um poema, que é antigo, mas que já foi usado várias vezes, em diversas situações, e que eu acho bem apropriado.

Na primeira noite eles se aproximam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem;
pisam as flores,
e matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E não podemos dizer mais nada. (*Palmas.*)

Vamos dizer, enquanto podemos, que nós não queremos este País que estão plantando para nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Adriana Faria, Coordenadora Jurídico-Parlamentar da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público, que termina com um poema, e eu vi aqui, ao lado dela, algumas lágrimas escorrendo no rosto e a voz embargada. É assim que o povo brasileiro está, e eles não querem enxergar.

O teu poema, no final, e todo o contexto, muito bem colocado, reflete como o povo brasileiro está se sentindo, e o Presidente parece que não quer entender, não quer ver, não quer enxergar. É tirar o por idiota. O nosso povo não é idiota. Mas Deus é Pai, como digo às vezes. Lá em cima, tem alguém que está torcendo pelo bem.

José Luis Wagner, Assessor Jurídico da Condsefe, Sinasefe Nacional e Anauni.

O SR. JOSÉ LUIS WAGNER – Bem, bom dia a todos.

Inicialmente, eu quero cumprimentar os integrantes da Mesa e os demais presentes na pessoa do Senador Paim.

Eu o conheci na sua primeira campanha para Deputado Federal em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, chegando de ônibus, e acompanhei até agora a trajetória dele como Parlamentar. Pode-se dizer do Senador Paim que teve uma trajetória linear, permanentemente séria, honesta e compromissada com a classe trabalhadora. Eu não me lembro, sinceramente, em momento algum de sua longa carreira política, que essas qualidades tenham deixado de existir ou que se tenha questionado esse tipo de conduta. Então, na verdade o que se vê aqui, com essas iniciativas, inclusive da audiência pública, da frente parlamentar, da CPI, é a reafirmação dessa trajetória, que muito nos orgulha como brasileiros. Conheci na sua primeira campanha para Deputado Federal em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, chegando de ônibus, e acompanhei até agora a trajetória dele como Parlamentar. Pode-se dizer do Senador Paim que teve uma trajetória linear, permanentemente séria, honesta e compromissada com a classe trabalhadora. Eu não me lembro, sinceramente, em momento algum de sua longa carreira política, que essas qualidades tenham deixado de existir ou que se tenha questionado esse tipo de conduta. Então, na verdade o que se vê aqui, com essas iniciativas, inclusive da audiência pública, da frente parlamentar, da CPI, é a reafirmação dessa trajetória, que muito nos orgulha como brasileiros.

Bem, o fato é que, a respeito das mudanças propriamente ditas da PEC...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Wagner, só para – já que você tocou nesse assunto, é tanta confusão, no bom sentido, de pessoas para lá e para cá, que eu nem tinha visto que é você que estava aí, Wagner. (*Risos.*)

O Wagner, na verdade, na sua humildade, na verdade nem disse que ajudou a minha primeira campanha, ele estudante, militante em Santa Maria – aí eu fico quase que nem você só em lembrar – as vezes chegava de ônibus ou com o fusquinha do de Selvino, lembra? Selvino Heck. E essa moçada estudante é que fazia nossa campanha. Então, uma salva de palmas aos estudantes na tua pessoa... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

... que eles estão do nosso lado, eles sabem disso.

Desculpa atrapalhar, Wagner.

O SR. JOSÉ LUIS WAGNER – Bem, o fato, então, é que esses aspectos relativos, digamos assim, aos aspectos técnicos em si, da reforma, e as questões de financiamento, têm sido abordados de forma sistemática não só nesta audiência pública, como em outras também. Então, para evitar ser repetitivo e maçante, resolvi pinçar alguns aspectos que acho absolutamente relevantes e que poderiam ter uma consideração particularizada nessa minha intervenção. E algumas coisas serão obviedades, mas, às vezes, as obviedades precisam ser ditas, para que a gente se lembre da sua existência. Uma dessas obviedades é que, pela sistemática atual, em que o reajuste do salário mínimo é maior do que o reajuste dos benefícios do Regime Geral, todo e qualquer beneficiário do Regime Geral, num dado momento da sua vida, vai acabar ganhando um salário mínimo: a pessoa inicia com dois, três salários mínimos, e, como o salário mínimo tem um aumento maior, o que acaba acontecendo? Aquele benefício dele, proporcionalmente ao salário mínimo, vai ficando menor, vai se igualando ao salário mínimo.

Deve ser dentro desse contexto que o Ministro do Planejamento, outro dia, disse que 64% dos benefícios que são pagos são equivalentes a um salário mínimo. Claro, numa sistemática destas, em que os benefícios não recebem a correção monetária do salário mínimo, acaba havendo uma identificação com o valor do salário mínimo.

Mas o salário mínimo paga exatamente o que, hoje? Novecentos e poucos reais, consegue-se pagar o que com isso? Eu acho que essa é uma discussão, e o Governo tem colocado posições como se ganhar um salário mínimo fosse uma grande coisa, mas novecentos e poucos reais para um idoso, vai resolver que tipo de gasto? Vai conseguir pagar água, luz, alimentação, a enormidade de remédios que acompanham o andar da idade? Vai conseguir pagar outros tipos de despesas que se tem, como aluguel, por exemplo? Evidentemente que não. Esse valor é absolutamente baixo, não permite uma condição de sobrevivência em condições de dignidade.

Na verdade, é essa a situação. Muito mais ainda se mais de uma pessoa depender desse montante. Então, em primeiro lugar, destacar esse aspecto, em relação ao salário mínimo.

Há um discurso – está embutido nesse discurso do Governo – de que se está conseguindo igualar todos. Mas igualar todos no quê? Na miserabilização, é essa a lógica. Vão finalmente conseguir igualar todos de forma a que venham receber no futuro um salário mínimo, novecentos e poucos reais. Ora, a igualdade que se busca, a igualdade, que é fundamento da Constituição, não é a igualdade na miséria, é a igualdade numa condição digna de sobrevivência para todos, na obtenção de uma condição digna de sobrevivência, e não com o sentido inverso que está sendo feito agora.

Bem, o Presidente da República, inclusive falando no outro dia, disse que quem estava reclamando contra a reforma da Previdência não eram os que ganhavam um salário mínimo, eram aqueles privilegiados. Ora, os privilegiados que devem ganhar até R$5.531 – me parece que esse seja um privilégio enorme. No máximo, esse montante consegue garantir uma condição mínima de sobrevivência digna. E não é privilégio nenhum. Até porque foi obtido graças às contribuições ao longo de uma vida.

Outro aspecto que eu acho absolutamente relevante de destacar é que eu não vi até agora ninguém que vá sobreviver de um salário mínimo na sua velhice defendendo a reforma da Previdência. Alguém já viu? O Presidente tem uma remuneração, uma aposentadoria de trinta e poucos mil reais, ao que me consta, os Deputados, Senadores, altos funcionários, muitos dos quais vindo da iniciativa privada, alguém acha que alguma dessas pessoas que defendem a reforma da Previdência vai se ver na contingência de estar recebendo um salário mínimo aos 65 anos, aposentado? Evidentemente que não. São pessoas que têm um outro poder aquisitivo. Os próprios donos dos meios de comunicação e os principais jornalistas desses meios de comunicação têm um determinado poder aquisitivo que vai permitir a eles um acúmulo de patrimônio para complementar a renda ou, no mínimo, aderir a um plano de previdência privada. Então, estas pessoas é que estão defendendo essa miserabilização da Previdência Social. Para os outros, não para eles, não é? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

E eles sabem perfeitamente que também não será para os filhos deles. Porque os filhos deles, pelo acesso que têm à educação, à cultura, à condição social e econômica dos pais, terão outra condição futuramente. Então, quem está discutindo, quem está defendendo isso, e aí quando se fala dos jornalistas que estão defendendo isso, estão defendendo isso para os outros; estão defendendo isso para aquelas pessoas com as quais eles não se importam. Não é para eles. Eles não vão estar nessa situação. Eu acho que esse corte social é bastante importante para se ter claro o que é que está acontecendo.

Bem, os arautos da reforma da Previdência têm apresentado o respeito ao direito adquirido dos que já estão aposentados, dos que já são pensionistas e dos que já preencheram os requisitos para se aposentar como se fosse uma grande coisa, como se fosse uma concessão do Governo: "Olha, o Governo vai respeitar o direito adquirido!" Ora, o direito adquirido está previsto na Constituição Federal. Ninguém pode desrespeitar o direito adquirido, portanto esse discurso, ele é enganoso e hipócrita. Na verdade, o direito adquirido está na lei. Eles não poderiam fazer nada diferente disso.

Sobre a idade mínima de ao menos 65 anos para aposentadoria voluntária, cabem aí diversas considerações. A primeira delas já foi referida. Não tem sentido nenhuma apresentar uma alteração como uma adequação à tendência internacional quando, na verdade, a média de vida nesses outros países é muito superior e a condições de vida são superiores também. Então, estão nos igualando, numa situação de um País com sérias dificuldades sociais, com os países europeus. Não tem sentido, evidentemente, colocar-se a questão dessa forma.

Um aspecto que não foi mencionado aqui, que eu acho absolutamente relevante, é que o texto prevê que não é a elevação da expectativa de vida da população que poderá aumentar essa idade mínima para 65 anos. Essa idade mínima de 65 anos poderá ser aumentada – está escrito isso na proposta – se a vida média das pessoas que têm 65 anos aumentar. Ou seja, se no Brasil 90% dos adultos morressem até 64 anos e 10% vivessem até os 65, só a média de vida desses que viveram até os 65 é que será levada em consideração para o fim de calcular a elevação desse piso de idade de 65 anos. Isso é um absurdo! E a justificativa utilizada pelo Ministro do Planejamento é em função de que a mortalidade infantil é muito grande e estaria, digamos assim, desequilibrando essa estimativa de vida dos brasileiros. Ora, então seria só tirar, se fosse o caso, a mortalidade infantil dessa base de cálculo, e não levar em consideração a expectativa de vida de quem tem 65 anos, pelo simples fato de que quem já tem 65 anos tem um organismo mais preparado, tem um organismo em melhores condições, por isso chegou aos 65 anos. Então, é bem provável que alguém que chegou aos 65 anos consiga ter uma sobrevida maior. Isso sempre foi assim. Antigamente, no tempo da minha infância, as pessoas não chegavam às idades em que chegam hoje, mas quem tinha 60 anos era provável chegar aos 80. Da mesma forma é agora. Então, essa é uma distorção absurda e está no texto da lei. A idade de 65 anos não é o limite, é o primeiro passo, poderá ser aumentada.

Bem, um outro aspecto que eu acho importante referir é que a defesa da reforma da previdência tem evitado tratar da questão das mulheres. No caso, por exemplo, das policiais e das professoras do ensino infantil, até o médio, elas trabalhariam 25 anos para obter a aposentadoria integral. Vão passar a trabalhar 49 anos. Isso é o dobro do tempo – o dobro do tempo! Como marido, companheiro, pai e avô – e não sei se vocês todos têm alguma dúvida sobre isso –, reconheço que elas têm uma jornada dupla de trabalho. Isso é um dado cultural nosso. Não tem como não admitir. Então, essa diferenciação de tratamento com as mulheres nada mais é do que justiça. Então, está se desfazendo uma justiça histórica, uma justiça histórica que se tinha construído ao longo desses anos. (*Palmas.*)

Quanto ao prejuízo para os pensionistas com a nova fórmula de cálculo, a desvinculação do salário mínimo e também o Benefício de Prestação Continuada. O que acontece hoje? Se o cidadão recebe um salário mínimo e falece, a esposa vai ficar ganhando 60% do salário mínimo, ou seja, o salário mínimo não garante condição digna de sobrevivência, nós sabemos disso. Agora, 60% do salário mínimo vão garantir o que, exatamente?

Um outro aspecto: as regras de transição anteriores, aplicáveis aos servidores públicos deixarão de existir. Então, aquelas regras de transição que foram aprovadas nas emendas anteriores, as regras de transição para os servidores públicos, deixarão de existir, estão sendo revogadas. Então, as pessoas não vão se aposentar, em nenhuma hipótese, com paridade ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

com outros direitos que eram decorrentes de terem entrado no serviço público há muito mais tempo.

Essa afirmação que está sendo feita de que as regras de transição terão efeito durante 20 anos só pode ser de efeito estatístico. Porque, na prática, se o cidadão morre, a esposa dele fica recebendo 60% do valor da pensão, da antiga aposentadoria dele. Ou ela e o filho ficam recebendo 70%. Quer dizer, então, essa questão de 20 anos não considera o cidadão individualmente.

Um outro aspecto que eu queria colocar é o seguinte: é possível fazer o enfrentamento dessa questão? É possível. Acho que são dois movimentos dentro do Congresso Nacional. Os dois movimentos estão sendo feitos, evidentemente. Um deles é ajudar a instrumentalizar, com dados e com estudos, o discurso daqueles Deputados e Senadores, sejam da oposição e até alguns da base do Governo, que estão contrários à reforma da previdência. Mas restam os outros todos, e esses outros todos nós só vamos conseguir convencer se nós tivermos uma grande mobilização popular, uma efetiva mobilização popular que parta da unidade de ação das nossas centrais sindicais, dos nossos sindicatos, confederações, federações e das entidades da sociedade civil. Para isso, nós temos de conseguir fazer duas coisas que eu acho que nós estamos tendo dificuldades de fazer. A primeira delas é falar com essa população, na medida em que o nosso acesso aos meios de comunicação está sendo dificultado. A segunda coisa é falar com uma linguagem que as pessoas entendam. E isso porque essa linguagem é muito técnica; isso aqui é muito complicado para as pessoas conseguirem compreender.

Nessa perspectiva, nós tomamos a iniciativa, como assessoria das entidades a que a gente se referiu, de fazer uma cartilha da reforma da previdência – que a gente distribuiu para os senhores, inclusive, e que está disponível na nossa página. É a nossa contribuição para tentar, digamos assim, tornar essa discussão mais acessível, tornar possível que a gente converse com as pessoas e que as pessoas compreendam efetivamente o que está acontecendo.

Então, quero dizer que nós estamos juntos nessa luta. Estamos contrários a essa absurda injustiça e achamos que não temos o direito de sermos derrotados nessa disputa em relação à reforma da previdência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, José Luis Wagner, assessor jurídico da CONDSEF, da SINASEFE Nacional e ANAUNI.

Parabéns, Wagner, mais uma vez. É uma satisfação enorme. Os anos se passaram, mas você continua o mesmo. As causas é que norteiam nossas vidas. Isso é muito bom.

Luiz Gonçalves Bomtempo, Diretor Executivo do SINDIFISCO Nacional. Vamos para a terceira Mesa, concluindo os trabalhos.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – É só uma correção. Sou só diretor, não tem nada de diretor executivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diretor do SINDIFISCO Nacional.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tiramos aqui o "executivo". (*Risos.*)

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Está o.k.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar o nosso Senador Paim, de cumprimentar a Mesa, de cumprimentar, principalmente, a Adriana e a Rita, as mulheres presentes, os colegas.

Quero dizer que não poderíamos deixar de estar presentes, isto é, o Sindifisco nacional não poderia deixar de estar presente aqui a esta audiência. E sempre que formos chamados, estaremos aqui presentes, dando a nossa colaboração.

Esteve aqui presente mais cedo o representante da Anfip. Na semana passada, esteve presente também o representante da Unafisco. Hoje, estou aqui representando o Sindifisco. São as três entidades mais unidas nessa batalha, nessa batalha, nessa luta.

Estiveram presentes aqui, em vários dias, os representantes dos fiscos. A Fenafisco estava presente aqui hoje; a Febrafite, a Fenat, todos os representantes do físico, sejam eles estaduais, municipais ou da União. Estamos aqui nessa luta, junto com V. Exª e junto com o povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

E quero dizer também que o Sindifisco desenvolve outras campanhas como a do imposto justo. Em várias ocasiões, tivemos a oportunidade de falar sobre a campanha do reajuste da tabela do Imposto de Renda. Estamos presentes diuturnamente na Frente Parlamentar Mista em Defesa do Fisco, sempre trabalhando em prol do trabalhador e da população brasileira.

Mas, há aqueles que se sentem incomodados e nos atacam. Nós vimos aqui, Senador, o ataque cruel contra nosso colega Floriano e o nosso colega Romero. Mas não é só um ataque a eles, não; atacam também a nossa classe. Agora mesmo, estão dizendo que nós somos "sangue azul", que somos uma categoria... E não só os auditores fiscais, mas as carreiras típicas de Estado.

Na semana passada, estava eu no Fonacate... Que somos privilegiados, de "sangue azul". Como "sangue azul"?

Senador – e eu tenho a certeza de que essa é a realidade de muitos –, meus avós, meus pais eram agricultores. Eu sou a primeira geração que veio expulsa do campo. Essa geração veio buscar uma vida mais digna até mesmo para ajudar os seus pais, os seus avós.

Mas eu gostaria de dizer o seguinte: nós, servidores públicos, estaremos sempre do lado do trabalhador, porque também somos trabalhadores. (*Palmas.*)

E, neste momento, não poderia ser diferente; neste momento em que tramitam essas reformas contra o trabalhador.

Quanto à reforma da previdência, o que eles dizem? Qual é o argumento? Dizem que a seguridade social é deficitária. E nós temos trazido os elementos para dizer o contrário.

Senador, eu gostaria, neste momento, de passar às suas mãos a nota técnica produzida pelo Sindifisco nacional – a Norma Técnica nº 34: A reforma do sistema de seguridade social – financiamento, desoneração tributária e as inconstitucionalidades.

Nesse trabalho, Senador – e buscando uma fala do nosso colega Celso Malhani, que nos antecedeu –, fala-se da DRU, a Desoneração das Receitas da União. Senador, e o que é a DRU? É aquela arrecadação de impostos que são efetivamente arrecadados e são desvinculados para que o Governo possa fazer o que bem entender, inclusive, pagar os juros da dívida.

Nesse trabalho, Senador, o senhor vai ver – e trazemos as fontes, fontes da Secretaria do Tesouro Nacional – que, em 2016, só das contribuições sociais – PIS, Cofins e a CSLL – foram desvinculados R$106,702 bilhões, Senador. A contribuição previdenciária não consta nesse valor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí não está a contribuição do empregado e do empregador?

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E essa eles não computam para efeito de cálculo.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – E dizem que a seguridade social é deficitária.

Mas não ficamos só nisso, não, Senador e colegas. E as renúncias tributárias? Sabem de quanto foi em 2016? Isso está aí no trabalho elaborado pelo Sindifisco nacional – e quem desejar acessar esse trabalho é só entrar na página da internet (sindifisconacional.org.br) e vai ter acesso a esse trabalho. Renúncias tributárias em 2016, Senador – e aí todas as contribuições, inclusive, a Previdência Social: R$127 bilhões, Senador! E, depois, vêm dizer que é deficitário?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles se dão ao luxo de abrir mão de recolher R$127 bilhões.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Isso! Muito bem dito, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – As desvinculações são aquelas que foram arrecadadas e essas aqui são aquelas que poderiam ter sido arrecadadas e deixam de sê-lo. E isso com o objetivo de realizar o desenvolvimento, criar mais empregos... Estamos aí com o desemprego a mais de 11%, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais de 11%.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Onde foi parar esse dinheiro? Qual o retorno que teve? A CPI tem que ver isso, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O retorno é zero, infelizmente; de emprego, é zero.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – É, Senador, a coisa não é...

O nosso colega Moacyr, da Contratuh – esteve presente, não está aqui mais, teve que sair –, falou sobre a cobrança dos débitos. É estarrecedora a cifra da dívida ativa da União com os tributos.

Vou repetir – o Senador conhece esses números, mas vou repetir, e é bom repetir várias vezes para que as pessoas ouçam e mudem o curso dessa reforma: a dívida ativa da União chegou à cifra de – e não são bilhões, não; vou dizer – R$2 trilhões!

Semana passada, o representante do Sinprofaz... Qual é mesmo o nome dele? Falha-me a memória aqui. O representante do SINPROFAZ disse o seguinte: "Olha, são R$2 trilhões!" São os Procuradores da Fazenda que fazem essa cobrança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles me mandaram por escrito esse documento enfatizando isto: em torno de R$2 trilhões. Eu li na tribuna e ninguém respondeu.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – São R$2 trilhões. Só com as contribuições sociais são R$500 bilhões que estão aí para serem cobradas.

E ele disse, na semana passada – não foi, Senador? –, que a metade dessa cifra é uma dívida boa; a outra metade é uma dívida podre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E ele disse mais: segundo as informações que eles têm, grande parte do dinheiro vai para quem? Você enfatizou muito aqui: para campanhas políticas. Ele deixa de cobrar e vai para isso que você falou.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Mas eu disse para todos os presentes aqui. "Mas só R$2 trilhões?" Olha, vamos multiplicar isso por dois. Vamos multiplicar por dois! Não são dois, não. Eu quero repetir: são R$4 trilhões! Porque o contencioso judicial e o contencioso tributário já somam mais R$2 trilhões.

Nas delegacias de julgamentos... É uma coisa interessante, sabe? Olha, Senador, para um sonegador ser alcançado pela fiscalização da Receita Federal, no mínimo, leva dois anos depois de sonegar – dois anos! Então, o auditor vai, fiscaliza, autua. Aí o contribuinte faz a impugnação, essa impugnação vai para as delegacias de julgamento e lá permanece até dois anos. Vai fazendo as contas: dois mais dois. Mais de dois anos para ser julgado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se pagassem os juros disso tudo, mas não pagam nada.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Depois, é possível recorrer ao Carf, que é a segunda e terceira instância, e lá pode ficar mais, em média, cinco anos. Ou seja, são sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nossa!

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Nas DRJs, há um estoque de processos a serem julgados na faixa de pouco menos de R$200 bilhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Estão tramitando na primeira instância. No Carf, já chega a quase R$600 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E querem tirar o dinheiro de quem ganha, na verdade, de dois a três salários mínimos, porque vão atingir mesmo é o Regime Geral da Previdência indiretamente.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Na Justiça Federal, que leva mais tempo para transitar esses processos de cobrança, esses processos de julgamento das autuações, são 10 anos. Aí eu já somei 17 anos, não é? Vamos colocar em média de 15.

Há um ditado que muita gente conhece, Senador: não se paga dívida velha, e as novas deixamos envelhecer. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não paga nada então? Se as novas deixam envelhecer e as dívidas velhas não se pagam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Mas somando, Senador, são R$4 trilhões que poderiam, na cobrança das dívidas, dar mais instrumentos para a procuradoria... E, na semana passada, eles estavam reclamando: "Olha, nós não temos nenhuma carreira de apoio".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Têm que carregar os processos na mão, porque não há quem leve esses processos.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – O contencioso poderia agilizar, reformar esse processo de julgamento. São inúmeros recursos até que uma decisão final transite em julgado. E aí reclamamos: precisamos de mais apoio, precisamos de prerrogativas, garantias, que nos querem tirar e não querem nos conceder, porque, com isso, poderíamos ser mais ágeis para cobrar esses débitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se não me engano, ele falou que eles têm dois mil funcionários em todo o País; e, se esse número passasse para 10 mil, eles dobrariam a receita da previdência. Dobrariam, no mínimo, se tivessem isso tudo para trabalhar.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Mas é isso; essa é a realidade. Isto é, não fazem nada para agilizar a cobrança, não fazem nada para que esses processos sejam julgados no menor tempo possível, no menor prazo possível, e agora querem jogar essa conta para cima do trabalhador.

Agora, não vão ficar só nessa reforma, Senador. Está vindo aí a reforma tributária também. E dei uma lida lá. Olha, não há nada lá que nos diga que haverá uma regressividade do sistema tributário. Não se fala sobre a extinção da punibilidade em crimes contra a ordem tributária e não se fala também nas nossas condições de trabalho, a fim de melhorar, agilizar, todos esses processos.

Mas, é isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Quero concluir, agradecendo, mais uma vez, o convite, e dizer que estamos sempre presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi Luiz Gonçalves Bomtempo, Diretor do SINDIFISCO Nacional. (*Palmas.*)

Esses dados todos vamos levar para CPI, e eles que expliquem por que não é executado, por que não é feito, por que não é cobrado. E você já fala de algo em torno de R$4 trilhões. A que ponto nós chegamos.

Convido vocês a retornarem à primeira fila e vamos chamar a última Mesa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Convido a comporem a mesa Thiago Botelho, Presidente Regional da Central Pública do Servidor.

Bem-vindo, Thiago!

Edison Guilherme Haubert, Presidente do Mosap, que é o Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas; Mário Júnior, Coordenador-Geral da Fasubra Sindical; e, representando a nossa querida Cobap, o Dr. Gilson, o grande Gilson.

Uma salva de palmas para toda nova mesa aqui. (*Palmas.*)

A Cobap, pessoal, foi fundamental, junto com as centrais, federações, confederações, por organizar a coleta também de assinaturas... Claro que nós, aqui dentro, tínhamos que fazer o maior papel, porque estamos aqui 24 horas por dia, a bem dizer. Mas a Cobap foi fundamental, desde o início, na questão da CPI da Previdência.

Deixamos registrado o trabalho do Varlei, editor dos outros líderes.

Então, de imediato pessoal, vamos para o Sr. Thiago Botelho, Presidente Regional da Central Pública do Servidor.

O SR. THIAGO BOTELHO – Obrigado, Senador.

Bom dia, bom dia a todos; bom dia a quem nos assiste.

Primeiramente, quero parabenizar V. Exª pela liderança da nossa resistência aqui no Senado, há muito tempo. E é uma satisfação ver que não perdemos este espaço e que continuamos podendo atuar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Thiago, só me permita, pois pediram para eu registrar – e acho que é importante, até para se ver que em todo o Brasil há movimentos: neste momento, segunda pela manhã, está havendo um grande evento na OAB de Minas Gerais, lá em Belo Horizonte; na OAB de Santa Catarina, Chapecó; um grande movimento em Santana do Ipanema, em Alagoas; e um grande movimento também, com audiências públicas, no Espírito Santo. Todos os dias há movimentos no país contra as reformas da previdência e a trabalhista.

O SR. THIAGO BOTELHO – Isso. E temos feito uma série de debates, percorrendo o Brasil. A Central Pública também tem percorrido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem.

O SR. THIAGO BOTELHO – Então, já deixo até aqui as desculpas do nosso Presidente Nilton Paixão por não poder estar aqui, bem como Rudinei, que esteve na semana passada aqui, mas também estão militando aí pelo Brasil todo.

Então, eu, como Presidente Regional da Central Pública aqui no DF, também estou Vice-Presidente do Fórum Permanente das Carreiras Típicas de Estado, então falo pelo Fonacate também; e não posso me esquecer da minha entidade de base: sou Presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras. Então, somos também de uma carreira nova, uma carreira que começou em 2004, que já pegou a transição, então mais essa falácia, como o senhor havia já denunciado aqui, que já não nos aposentamos mais pela integralidade e, a todo momento, agora, praticamente de 10 em 10 anos, vem uma reforma e nos ceifa direitos e volta lá para o início do jogo. Então, realmente, é muito difícil, muito complicado todo esse cenário.

Quero reiterar aqui, reforçar, a denúncia que a Pública fez contra a questão do Secretário da Previdência, Marcelo Caetano. Hoje está na agenda da Comissão de Ética da Presidência fazer o julgamento do caso. Esperamos que isso seja colocado em julgamento e que se dê uma resposta adequada, porque não pode quem gesta, quem está gerindo o fim da previdência, estar do outro lado da mesa, defendendo a previdência privada.

As mesas anteriores colocaram, de forma muito clara...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para saber: ele é funcionário...

O SR. THIAGO BOTELHO – ... Da Brasilprev. Não; ele é membro do Conselho de Administração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Remunerado?

O SR. THIAGO BOTELHO – Remunerado. Ele está lá na Administração fazendo a estratégia da empresa, fazendo a estratégia de quem vai atacar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A previdência pública.

O SR. THIAGO BOTELHO – Sim, a previdência pública, fazendo o papel de administrador da previdência privada, de quem vai recolher isso aí.

Foi colocado aqui, nas mesas anteriores, de forma muito clara, que o trabalhador olha, não consegue entender muito bem a tecnicidade do assunto, mas entende que não se aposentará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato.

O SR. THIAGO BOTELHO – Entende que não vai ter mais o direito a sua aposentadoria. E aí eles ceifam isso, mas, quando se olha para o lado, está lá previdência privada para se fazer aquele mínimo... Então, estamos entregando os nossos trabalhadores à previdência privada. E o mentor disso está com os dois chapéus: está fazendo a reforma, conduzindo a reforma como Secretário da Previdência, e está lá no Conselho de Administração gerindo estratégias do outro lado.

Então, é uma situação esdrúxula que a gente denunciou. Houve uma repercussão, num primeiro momento, mas agora já estão dizendo: "Ah, isso não tem nada não, isso não vicia o processo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Vicia sim! E a gente espera que a Comissão de Ética da Presidência tome uma atitude contra isso, que o Ministério Público Federal, onde também fizemos denúncia, tome uma atitude contra isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é gravíssimo!

O SR. THIAGO BOTELHO – E que esta Casa aqui consiga avançar nessas questões.

A gente precisa colocar algumas coisas. A PEC nº 95, lá atrás, armou uma bomba-relógio. Então, de fato, é necessário um debate, uma modificação da previdência, porque, a partir do momento em que você passa a fazer um reajuste orçamentário, um IPCA, um acúmulo de inflação, e a previdência sobem mais, isso é uma bomba-relógio. Lá na frente, em quatro, cinco anos, a sociedade vai estar clamando por uma reforma da previdência, porque todos os recursos estarão para a previdência. Então, é preciso fazer uma reforma, mas uma reforma; o que está sendo feito é uma destruição de todos os direitos. Todos os direitos conquistados até agora estão sendo destruídos.

Quarenta e nove anos para que se possa se aposentar – 49 anos de trabalho! Então, só vai se aposentar com 80 anos. Pagamentos de benefícios aquém do mínimo. Mas o mínimo é o mínimo! Já está posto o que é o mínimo. Então, é inadmissível isso, ou seja, que o Governo proponha benefícios menores do que o salário mínimo, que já não é lá essas coisas.

Essas questões que são colocadas, como o senhor mesmo alertou, Senador, dos benefícios ou dos privilégios que se colocam, isso é uma grade falácia, uma vez que a nossa reforma do serviço público já foi feita. O Funpresp está aí, está aí para todo mundo. Agora, todo servidor que ingressa após 2013 vai direito para o Funpresp; e, agora, com essa reforma, o que estão fazendo é acabando com a paridade de trabalhador e patrão dentro do fundo e ainda abrindo para gestão privada essa questão. É gravíssimo!

Então, essas falácias que ficam colocando em cima do servidor, como se nós fôssemos os culpados pela dilapidação do patrimônio público, pelos erros de gestão, pelas desonerações, por todas as questões equivocadas que fizeram, isso não pode ser colocado na nossa conta, até porque para quem tratava, que entrou com determinadas regras, isso é um verdadeiro enriquecimento ilícito por parte do Governo. Avança na quebra de contrato, porque, apesar de não nos aposentarmos mais pela integralidade, a nossa contribuição é em cima do salário integral. A gente contribui não é em cima do teto; a gente contribui em cima do salário integral. E muda-se de novo, e a cada hora muda de novo.

Então, é importante fazermos essa resistência. É importante nós continuarmos a divulgar, como estamos divulgando, quais são os Parlamentares que estão apoiando essas medidas, porque 2018 está aí. Não podemos deixar que os Parlamentares que atuaram contra o trabalhador voltem para estas Casas, para o Congresso Nacional. Não pode! Temos que continuar demarcando, assim como a Pública vem demarcando, bem como o Fonacate e outras entidades, quem é quem, quem trabalha na defesa do trabalhador e quem trabalha contra o interesse do trabalhador, quem trabalha contra o interesse do País. Então, precisamos demarcar essas questões.

E só para reforçar, aproveitando este nobre espaço, já que também é tema a reforma trabalhista, a denúncia da verdadeira intervenção branca que a Secretaria de Relações do Trabalho tem feito na nossa categoria, uma vez que ela não julga o nosso processo. O processo está há mais de seis meses esperando uma resposta do Secretário, e nada. O prazo da LPA, da Lei de Processo Administrativo, é de cinco dias, e já se passaram seis meses, o processo está na mesa do Secretário e ele simplesmente não faz nada.

É um verdadeiro absurdo; é uma intervenção branca que o Governo está fazendo, que esse Secretário está fazendo, rasgando a Convenção 151 da OIT. Então, acho que a gente tem que pontuar todos os desmandos que vêm acontecendo. É uma questão orquestrada e muito maior.

Queria agradecer novamente a oportunidade.

Estou à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Thiago Botelho, Presidente Regional da Central Pública do Servidor, que enfatizou uma campanha – a briga aqui já está em todo o Brasil –, "quem votar 'sim' não volta".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Há até uma charge que pode ser jogada... Essa charge está transformada agora em um símbolo que é da Frente Parlamentar Mista. Então, pega todos nós que estamos aqui e pega todos aqueles que estão se mobilizando pelo País de dia e de noite. Essa charge vai virar um tipo de – como é que se chama? – um *bottom*, um adesivo, para que todos possam olhar, divulgar, para que a campanha pegue. Está sendo mandado para todos os Municípios: "Quem votar 'sim' não volta".

Essa é a charge, onde dá para ver que ele está para apertar o "sim". "Se votar, não volta". Frente de Defesa da Previdência. O Latuff fez praticamente de graça – essa e outras – para que pudéssemos divulgar. O Latuff é um cartunista conhecidíssimo, famoso e que está do lado de nós todos contra essas reformas.

Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap).

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Bom dia a todos e a todas – ou boa tarde já a esta altura.

Eu quero iniciar saudando a Presidente desta Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, Senadora Regina Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que só não está aqui porque ela teve um problema de saúde já na quinta-feira. Eu tive que presidir, porque, inclusive, o tema era "As mulheres e a previdência". E ela teve que sair, eu presidi. E hoje a mesma coisa, mas amanhã ela está aí.

Aliás, Bira, eu aproveito aqui para registrar que – e eu vou descontar o teu tempo, naturalmente, para tu não perderes os minutos lá –, amanhã, vamos ter uma audiência pública aqui sobre essa questão das denúncias sobre a Carne Fraca. Todos estão convidados.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Às 9 horas.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Saúdo também os componentes desta mesa, os componentes que já falaram nas duas mesas anteriores e quero saudar o Senador Paulo Paim, que é sempre o Presidente efetivo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser Presidente simbólico.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – ... e líder desta Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Efetiva é a Presidenta, a querida Regina Sousa.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Mas o Senador Paulo Paim, tanto quando ela, institucionalmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E aí somos dois!

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – ... na prática, está sempre efetivo nas lutas aqui da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

E saúdo cada um também dos senhores que aqui estão e os telespectadores que, por ventura, estejam ouvindo e assistindo a esta audiência pública.

Revestem-se de muita importância essas audiências promovidas pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, principalmente face à vontade ferrenha do Governo de, em curtíssimo espaço de tempo, querer aprovar a reforma da previdência do Governo na Câmara dos Deputados, antes que novos fatos venham à tona ou que fatos já conhecidos sejam relembrados também pela Lava Jato.

O Governo tem demonstrado uma pressa extraordinária para aprovar uma matéria de tanta importância e significado também para todo o povo brasileiro, sobretudo o trabalhador brasileiro público e privado. Essa é uma preocupação que nós todos sentimos junto aos Parlamentares da Base do Governo. Mas nós também já estamos sentindo que as dificuldades que eles também estão enfrentando não são poucas. E, se não são poucas, é porque, na verdade, essa proposta não deveria nem estar tramitando na Câmara dos Deputados. O Governo não teria que ter mandado essa reforma, porque, segundo relatos de tantas e tantas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

pessoas, de tantas e tantas entidades do serviço público e do serviço privado brasileiro, de todas as suas entidades representativas, conclui-se que essa reforma é absolutamente desnecessária.

Já foi falado aqui sobre o famoso déficit da Previdência, foi falado já na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, provado por A mais B, provado com números, provado com todas as condições necessárias para poder desmentir aquele discurso fácil e falso do Governo. E o Governo insiste em que há um déficit extraordinário e que, se não se resolver esse déficit, a nossa Pátria brasileira vai para o brejo. Essa é uma conclusão que a gente sente. O Governo está tentando transferir e pressionar a sociedade, para que ela assuma essa condição: se não houver reforma, não haverá nenhum benefício mais no futuro. Esse é um discurso fácil e difícil: fácil para o Governo, mas difícil para a sociedade.

A sociedade não pode entrar nesse diapasão do Governo. Nós não podemos acreditar nesse discurso, porque, na verdade, não existe déficit da Previdência. E vários mecanismos que a própria sociedade, as próprias entidades estão defendendo, o Governo se opõe. Até hoje, não foi cumprido um mando constitucional, que é a auditoria da Dívida Pública brasileira.

Até hoje, o Governo não se dispôs a fazer uma análise tranquila, verdadeira, com base, primeiro, na Constituição e, segundo, nos dados que todo o Governo tem, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda e o extinto Ministério da Previdência Social. O Governo sabe que não existe déficit, mas ele insiste.

Quero aqui fazer uma homenagem ao Tribunal de Contas da União e um reconhecimento ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, que é oriundo desta Casa, que aceitou fazer uma auditoria nas contas da Previdência Social, para, através de exames, através de estudos, através do trabalho específico do Tribunal de Contas da União, vir a público e dizer: não existe déficit, por essas e tantas razões. Certamente, o Tribunal de Contas irá disponibilizar isso ao Congresso Nacional, à sociedade brasileira e ao próprio Governo, ao Executivo, que acho que tem de tomar conhecimento. Ele sabe disso, mas tem de tomar conhecimento através de outro órgão, que é o Tribunal de Contas da União, para se convencer de que não existe déficit.

Mais importante ainda é a CPI da Previdência no Senado Federal. Todas as entidades dos trabalhadores brasileiros, todos os que militam neste País e toda a sociedade civil têm de exigir com efetividade a instalação imediata dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi tão brilhantemente conseguida no Senado Federal através do acolhimento de assinaturas de expressiva representação do Senado Federal. Foram 60 ou 58 assinaturas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Houve 62 assinaturas, demonstrando que os Senadores querem investigar.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Sessenta e duas assinaturas! O que nós servidores públicos podemos fazer? O que nós entidades representativas de todos os trabalhadores e da sociedade podemos fazer e devemos fazer, na minha avaliação? Estimular que o Senado Federal possa cumprir, de certa forma, aquele mando constitucional da Auditoria da Dívida Pública, embora aqui seja uma CPI específica para a dívida ou para a situação da Previdência Social. Talvez, não seja nem da dívida. O Governo diz que a dívida é extraordinária; as entidades provam o contrário. Mas, vindo de uma CPI específica no Senado Federal, acho que não vai haver possibilidade de nenhum contraditório.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Tem de ser feita, e nós temos de participar.

Eu me lembro de que, no dia 27 de janeiro deste ano, a Cobap e nós, do Mosap, numa conversa no gabinete do Senador Paulo Paim – ele estava descansando, mas veio só para essa reunião –, discutimos e falamos sobre a necessidade de resolver esta questão: há ou não há déficit da Previdência? Aí surgiu a ideia, e o Senador imediatamente disse e afirmou que essa CPI iria acontecer. Se Deus quiser, ainda no primeiro semestre, haverá pelo menos a sua instalação! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos ver se ela acontece em abril já.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Então, nós temos uma tarefa ingente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Mas eu queria dizer que o Mosap (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados Pensionistas) é um movimento do serviço público, é um movimento constituído pelas entidades, do qual muitas entidades que aqui já falaram fazem parte. Esse movimento surgiu na Constituinte e, mais fortemente, se institucionalizou na revisão constitucional, defendendo princípios básicos dos servidores públicos aposentados e pensionistas como a paridade, a integralidade e a não contribuição para a Previdência.

Pois bem, na reforma de 2003, na reforma da previdência, votou-se no Congresso a contribuição previdenciária dos servidores públicos já aposentados e pensionistas. É um fato histórico, que todo mundo conhece. Mas é outro fato histórico, que também nós conhecemos, o de tentar tirar essa contribuição. Entramos com uma emenda à Constituição. Depois do Congresso, foi para o Supremo; o Supremo, por quatro votos a sete, disse que era constitucional. Entramos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e lá não houve admissibilidade, porque simplesmente a matéria não foi analisada. À época, o governo brasileiro tinha uma ascendência muito forte na América Latina. Houve pressão, e foi aceito que não se analisasse essa questão. Pois bem, nós perdemos lá e entramos com uma proposta de emenda à Constituição na Câmara dos Deputados, em 2006. Em 2010, a Comissão Especial aprovou a proposta, a PEC 555, que depende ainda de aprovação daquela Casa.

Agora, nessa PEC 287, encaminhamos uma emenda à proposta, tentando extinguir essa contribuição gradativamente, começando aos 60 anos e extinguindo-a aos 70 anos. Nós nos baseamos em dois artigos, especificamente num artigo do Presidente do PMDB de então, de 2003, Deputado Michel Temer. Ele era Presidente do PMDB. Quando ele trata dos inativos, dos direitos adquiridos e da constitucionalidade da emenda, nós entramos este ano com essa emenda, com base nas afirmações do próprio Presidente, quando ele fala:

> Institutos como o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada destinam-se a preservar a estabilidade das relações sociais. O direito existe para que os indivíduos, no pacto social que constituíram, saibam quais são as "regras do jogo" em todas as relações pessoais, sejam civis, comerciais, tributárias, familiares etc.
> Os institutos já mencionados visam a impedir que os componentes do pacto (o povo) sejam surpreendidos por modificações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT –

> ...das "regras do jogo", depois que certos direitos já foram consolidados. Tratando-se de ato jurídico perfeito, ele é imodificável por lei ou por emenda constitucional, já que faz parte dos Direitos Individuais catalogados em cláusula pétrea, nos termos do art. 60, parágrafo IV, da Constituição.

Esse princípio que o então Presidente do PMDB, hoje Presidente da República, citou vale não só para essa nossa questão, mas, no nosso entender, vale para todos os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público e do regime geral que já estão nos sistemas, que já adquiriram, através de contratos, os seus direitos. Quanto aos aposentados da Cobap, é ato jurídico perfeito, coisa julgada.

Então, nós não estamos solicitando que se extingam privilégios, nós estamos querendo que a Constituição seja respeitada. Aí alguém me diz: "É, mas o Supremo decidiu em contrário." Tudo bem. Na época da análise no Supremo, vocês todos sabem que a dificuldade financeira do País já era presente e latente. Então, tudo se baseia sempre no princípio da necessidade de se adequar financeiramente a situação do Brasil, do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais.

Dizem os governistas que o déficit é impagável e que o déficit vai terminar com a Previdência se não houver reforma. Essas palavras são da lavra de Marcelo Caetano – já foi dito aqui quem ele é –, foram assumidas pelo Ministro da Fazenda e também pelo Ministro do Planejamento e defendidas arduamente na Comissão Especial da Câmara. Quer dizer, é uma reforma para acabar com o sistema público de previdência e para alavancar a previdência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

privada. Essa é que é a lógica, esse é que é o jogo que está sendo agora jogado na Câmara e que depois virá para o Senado!

Nós temos de nos contrapor a isso. Como é que nós vamos nos contrapor? Já foi dito aqui hoje: nós temos de nos contrapor através da união, através dos movimentos nas cidades do interior.

Eu tive um depoimento, embora por telefone, no sábado à tarde, de que, no interior de Minas Gerais, num Município perto de Teófilo Otoni, num Município de menos de 30 mil pessoas, havia uma carreata de mais ou menos 500 pessoas contra a reforma da Previdência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! É isso mesmo! Isso está ocorrendo em todos os Municípios.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Este é o trabalho que nós temos pela frente: continuar estimulando isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – ...nas comunidades interioranas, municipais, nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas e aqui também, no poder central. Então, esse é o trabalho que a gente tem.

Nós do Mosap concordamos com todas as afirmativas que aqui já foram expedidas. Como citamos, há a necessidade da união de todas as centrais, da união de todas as entidades e da união de nós trabalhadores brasileiros e servidores públicos deste País, porque a reforma, se vier, atingirá todos: os aposentados, nas pensões; os ativos, através das regras de transição injustas; e o trabalhador brasileiro, com todas as consequências...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – ...que já foram faladas.

Muito obrigado.

Parabéns à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Mosap, pela sua fala! Lembro o exemplo que você deu, dessa carreata que virá amanhã aqui, promovida pelos servidores.

O senhor que está assistindo, eu tenho certeza, à TV Senado pense bem e organize uma carreata na sua cidade, com faixas e cartazes contra a reforma da previdência e contra a reforma trabalhista. Você vai gastar, quem sabe, R$50 de gasolina e pode salvar a sua velhice, ou a nossa velhice, e o direito de se aposentar.

Acho que todas as cidades deveriam organizar carreatas, que é um movimento simples que a gente faz muito nas campanhas municipais.

Lembro aos Deputados e Senadores que quem votar por essa reforma não volta. Alguém me disse, Bira, numa oportunidade em que usei essa frase: "É, mas eu voto com a minha consciência." Então, eu espero que a sua consciência seja a favor do povo brasileiro, e não contra o povo brasileiro, porque o povo brasileiro também vai olhar o voto de cada um, se teve ou não consciência na hora do voto. Pede o voto, prometendo o céu e a terra, e, depois, na verdade, trai o povo brasileiro.

Recebo muitas charges, mas há uma que é muito boa, a do Papa falando ao ouvido de um Parlamentar – digo Parlamentar, mas é o representante do Executivo. O Papa disse para ele: "Fique esperto, todo mundo sabe que você é um traidor, que você é Judas." Aí há o exemplo de Judas. O Papa já disse que é contra essa reforma.

Com a palavra Mário Junior, Coordenador de Educação da Fasubra Sindical.

O SR. MÁRIO JUNIOR – Boa tarde a todas e todos que nos estão assistindo pela TV! Boa tarde a todas e todos que estão, ao vivo, nesta audiência!

Eu gostaria de cumprimentar também os membros da Mesa, com quem estou compartindo este debate.

Quero agradecer e cumprimentar o Senador Paulo Paim por abrir este espaço para a Fasubra se posicionar sobre esse tema e reforçar a disposição da Fasubra em acompanhar a CPI que foi aberta na semana passada, que foi protocolada na semana passada. Minha fala vem no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

sentido de tentar dialogar também com os trabalhos que virão com essa CPI que foi protocolada na semana passada.

A grande questão que nós gostaríamos de pontuar em nossa intervenção nesta audiência refere-se ao discurso mentiroso do Governo, à propaganda mentirosa do Governo Temer de que existe um déficit no sistema previdenciário. Primeiro, como já foi apresentado aqui por outras entidades nesta e em outras audiências, o Governo adotou uma tática de abordar as contas apenas de um tripé do sistema previdenciário, sendo que o sistema previdenciário é composto pela previdência, pela saúde e pela assistência social. O Governo recorrentemente busca apenas as contas do tripé da previdência para alegar um falso déficit, que não existe. Então, acho que a tarefa em que nós temos de ser repetitivos na argumentação e no diálogo com a população é que não existe déficit na Previdência e que a seguridade social é um dos programas de distribuição de renda mais eficazes que existem hoje no País.

Então, eu gostaria de ratificar o que o representante da OAB, o Diego Cherulli, afirmou aqui hoje: o Governo não está fazendo um debate honesto. O Governo não está se dispondo a fazer um debate honesto com a população e com as entidades. Vale um destaque: primeiro, se pegarmos as contas de 2015, nós temos uma receita de R$675 bilhões para a seguridade social e uma despesa de R$659 bilhões, ou seja, um superávit de R$16 bilhões. Esse dado já justifica a posição de que não há necessidade de fazer essa reforma no sistema previdenciário.

A segunda questão é a desoneração tributária, que é importante ser pontuada. Em 2016, foram mais de R$270 bilhões que o Governo deixou de arrecadar em desonerações tributárias. Na saúde, foram R$93 bilhões; na educação, foram quase R$94 bilhões; na assistência social, foram R$71 bilhões que deixaram de ser arrecadados, o que aumentaria o superávit que já existe na Previdência, no sistema previdenciário.

Então, esse é o primeiro aspecto que eu gostaria de abordar sobre esse assunto.

O segundo aspecto é que, quando se fala em reforma da previdência, o assunto é sempre muito traumático. Assim foi em 1998, com FHC. De outra forma, foi também bastante traumático com Lula, em 2003, e com Dilma, em 2012, com o Funpresp. E agora, com Temer, em 2016, ganha outra conotação, porque é uma reforma com um teor de destruição completa do sistema previdenciário e que está sendo imposta de forma ilegítima. Pretendo abordar esse aspecto, daqui a pouco, em outros elementos da minha intervenção.

Eu gostaria de, neste momento, pontuar alguns aspectos da reforma em que ela não leva em consideração a expectativa de vida nas diversas regiões do País, que são expectativas desiguais, que podem variar em até sete anos de uma região para outra. Não leva em consideração a sobrevida após a aposentadoria em diversas regiões também. Não leva em conta o cotidiano das mulheres que têm dupla ou tripla jornada de trabalho e penaliza ainda mais os setores mais pauperizados, mais precarizados da nossa sociedade.

A regra de transição de que o Governo tanto fala é uma farsa, porque as mulheres acima de 45 anos e os homens acima de 50 vão ter de trabalhar 50% a mais do que o tempo já previsto para a aposentadoria. Então, essa reforma atinge todos e todas, trabalhadoras e trabalhadores que ainda não se aposentaram e que já se aposentaram de todos os setores, do serviço público ou do setor privado.

Há a questão da regra geral de aumentar para 49 anos o tempo de contribuição, sendo que o País, que se caracteriza por uma economia dependente, subalterna, não consegue manter um ritmo de pleno emprego para uma geração da nossa sociedade. Então, é raro a gente se deparar com pessoas que tiveram 49 anos de pleno emprego, sem em nenhum momento da vida estar desempregado ou desempregada.

Digo isso sem falar que essa reforma para a população que vive no campo é a coisa mais absurda que a gente pode pontuar. Aumentar em dez anos a idade para se aposentar para quem vive e trabalha no campo é, de fato, negar o direito à aposentadoria. Eu fico imaginando a gente exigir 49 anos de contribuição para quem corta cana ou para quem passa a vida toda produzindo e colhendo no campo. Isso realmente não tem nenhuma lógica. Não há nenhum respaldo lógico e científico para se propor algo assim.

O quarto aspecto que eu gostaria de pontuar tem a ver com a questão do tempo que nós estamos vivendo hoje. O professor da Unicamp Ricardo Antunes coloca que há tempos de judicialização da política e tempos de politização da Justiça. A gente se depara com um golpe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

parlamentar, midiático e jurídico, no País, que depõe uma Presidenta eleita sem provas cabais, e, ao mesmo tempo, o mesmo processo que a depõe a isenta da perda dos seus direitos políticos. Recorrendo aqui às palavras do Prof. Ricardo Antunes, eu posso dizer que se reiterou a farsa ao condenar uma Presidenta por um crime que o mesmo Parlamento reconhece que ela não cometeu.

A questão é que esse golpe que a gente vive hoje no País, esse golpe parlamentar, jurídico e midiático, traduz-se num golpe contra a população brasileira e contra os nossos direitos. A gente pode se deparar com essa constatação quando a gente avalia quais foram as medidas que este Governo ilegítimo de Temer adotou desde que o golpe se promoveu.

Poderíamos destacar aqui que esse golpe jurídico, parlamentar e midiático tem três objetivos. O primeiro é privatizar tudo o que resta de público, essa é a proposta, inclusive setores bastante estratégicos, como o setor petrolífero, que ainda não está totalmente privatizado. Em que pese os governos anteriores já terem iniciado concessões de bacias petrolíferas, que se trata de uma forma de privatização e de reforço de dependência econômica do País, esse Governo ilegítimo de Temer pretende avançar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO JUNIOR – ...no processo de privatização. O segundo objetivo é ampliar a desestruturação, a destruição por completo de toda a legislação trabalhista, que hoje ainda existe no País, que garante, de alguma forma, alguns direitos trabalhistas para a classe trabalhadora. O terceiro aspecto é preservar os grandes interesses econômicos, em especial o duvidoso e imoral mecanismo do sistema da dívida pública.

Só para a gente ter um ponto para refletir, no Equador, que é um país cuja economia tem uma perspectiva de dependência similar à economia brasileira, foi feita uma auditoria da dívida do Equador, na qual se chegou à conclusão de que 70% do que era pago da dívida pública eram pagamentos ilegais e abusivos, e a dívida pública do Equador foi reduzida a 30%.

A Constituição Federal, que é algo que este Governo não respeita e está querendo destruir a cada medida, a cada proposta de emenda à Constituição, prevê a realização de auditoria. Desde 1988, quando se promulgou a Constituição, é prevista a realização de uma auditoria da dívida pública, e essa auditoria nunca foi feita. E este Governo que está aí não pretende mexer nesse aspecto.

Por fim, gostaríamos aqui de tentar apresentar alguns aspectos e de relacionar a reforma da previdência com um projeto de sociedade e de Estado que está se desenhando para o nosso futuro. Esse projeto de reforma da previdência, a PEC 287, relaciona-se diretamente com a Emenda Constitucional 95, a PEC 55, que foi aprovada no Senado em 2016, anteriormente à PEC 241, aprovada na Câmara das Deputadas e dos Deputados. Essa emenda constitucional prevê um limite de investimento nas áreas sociais, em especial saúde e educação, que vai forçar o que hoje existe de serviço público no Brasil a buscar parcerias público-privadas, a mercantilizar o que é garantido como direito a todas e todos pela Constituição Federal.

Essa reforma da previdência tem um diálogo direto com o PL 4.302, de 1998, que, depois de 19 anos arquivado na Câmara das Deputadas e dos Deputados, foi apreciado na semana anterior e aprovado. É um projeto que prevê a terceirização geral e irrestrita no País. Esse projeto tem como uma das perspectivas precarizar ainda mais as condições de trabalho, instituir condições de trabalho ainda mais degradantes, dificultar as trabalhadoras e os trabalhadores a terem acesso, por meios judiciais, à garantia dos seus direitos básicos, sem falar que esse projeto causa impactos no sistema previdenciário, porque, quando o projeto permite que a empresa contratante contrate uma pessoa física como pessoa jurídica, diminui-se a receita do sistema previdenciário.

A PEC 287 também dialoga diretamente com o PL 6.786, de 2016, ou com a PEC 300, de 2016, que trata da reforma trabalhista, que tem como dois aspectos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO JUNIOR – ...aumentar a jornada de trabalho diária para até dez horas e estabelecer que o acordado vai se sobrepor ao que está legislado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A reforma da previdência dialoga com a questão da concessão dos portos, aeroportos e bacias petrolíferas, como falei anteriormente, com todas essas concessões que foram provocadas, nos últimos anos, também pelos governos Lula e Dilma. Com o Governo ilegítimo de Temer, essa política tende a se fortalecer.

Essa reforma da previdência tem uma relação direta com a PEC 395, que visa a mercantilizar os cursos de pós-graduação nas universidades públicas. Essa PEC tem uma perspectiva, então, de dialogar diretamente com as demandas do capital fictício, em especial no que se refere à manutenção do mecanismo de pagamentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO JUNIOR – ...de serviços e juros da dívida pública.

Para finalizar, Senador, eu gostaria aqui de reforçar o convite feito pelo companheiro Gibran, da CSP-Conlutas, e também pela Coordenação-Geral da Fasubra. No dia 28 de março, ou seja, amanhã, o Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal vai realizar aqui, em Brasília, no período da manhã, do aeroporto até o Ministério do Planejamento, um funeral da previdência. Então, eu queria convidar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO JUNIOR – Trata-se da reforma.

Convido todos e todas a participarem desse ato nosso amanhã, do aeroporto até o Ministério do Planejamento. Vai ser muito importante a gente recepcionar as Parlamentares e os Parlamentares quando eles chegarem amanhã ao aeroporto.

Convido também todas e todos a participarem dos atos de 31 de março, nessa sexta-feira, em todo o País. É muito importante que...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MÁRIO JUNIOR – A Fasubra está aguardando a reunião de hoje das centras sindicais, CSP-Conlutas, CTB, CUT e outras, que vão se reunir, e a data que vão tirar do próximo dia de mobilização de greves gerais. A Fasubra vai se inserir nesse processo para fortalecer a mobilização e derrotar essa reforma da previdência, que, na verdade, não é uma reforma, é um projeto que quer destruir o sistema previdenciário no País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Mário Júnior, Coordenador de Educação da Fasubra Sindical!

Por fim, Gilson Matos falará pela Cobap, representando o Presidente Warley Gonçalles.

O SR. GILSON MATOS – Boa tarde, Senador!

Boa tarde, componentes da Mesa!

Boa tarde a todos!

Nós vamos falar hoje em expectativa de vida. O Governo fala muito que a expectativa de vida aumentou. Realmente, ela aumentou. Mas e a expectativa de trabalho? Como ficou? O que nós chamamos de expectativa de trabalho? É o tempo que o sujeito tem de trabalho, em que ele aguenta trabalhar, e o tempo pelo qual o empresário mantém aquele empregado com aquela idade na empresa. Apesar de termos a expectativa aumentada, a população brasileira ainda é uma população jovem. Não existem aqui mais idosos do que jovens. Num país como este, o sujeito com 40 anos já está fora do mercado de trabalho. Falo isso porque trabalhei em empresas e sei que, aos 40 anos, ninguém ficava mais na empresa, era substituído.

Depois, nós tivemos também um fator que nos prejudicou, que foi a automatização, que gerou muito desemprego, Senador. A automatização gerou empregos toda a vida. Trabalhei numa empresa em Minas que, quando iniciei, tinha 1,5 mil empregados. Quando saí, havia mil empregados, e a produção era a mesma, pela sua automatização. Então, o que isso gerou? Quinhentos desempregos.

Nós temos hoje 13 milhões de desempregados. O que o Governo está fazendo para que esse pessoal volte ao mercado de trabalho? Nada. O que o Governo está fazendo para diminuir o desemprego no Brasil e para aumentar o trabalho? Nada. Só fala em reforma da previdência, como se a reforma da previdência fosse resolver todos esses problemas no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Nós estamos sofrendo demais neste País e precisamos ir para a rua, fazer movimento de rua, para começar a derrubar este Governo. Em todos os governos que chegam, a primeira coisa tratada é a reforma da previdência, como se a reforma da previdência mandasse no País inteiro, como se a reforma da previdência resolvesse o problema do País. De tantos números ouvimos falar aqui hoje, e é como se a reforma da previdência chegasse a esses índices.

Então, gente, vamos nos preocupar mais com o nosso trabalhador. Se passar essa reforma, acredito que poucas pessoas chegarão à aposentadoria com 60 anos, sem falar nos 49 anos para receber a aposentadoria integral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o desemprego para completar 49 anos.

O SR. GILSON MATOS – Para completar, são 25 anos e 60 anos de idade. Poucas pessoas vão chegar a isso, porque, quando chegarem aos 40 anos, aos 45 anos, serão jogadas para lá e para cá. E vai aumentar muito mais o nível de desemprego, que será muito maior do que o que nós temos hoje, se o País não se preocupar em trazer mais empresas, em criar mais indústrias. Hoje estamos fechando indústrias.

Estive agora no interior e estava vendo numa cidade lá que o prefeito não deu para uma indústria o terreno para ela construir. Ela construiu em outra cidade. Depois que ela construiu em outra cidade, ele pensou que podia ter feito lá. Quer dizer, ninguém está se preocupando em melhorar as coisas no País. Não vem nenhuma empresa para o País para aumentar... Só se preocupam em aumentar os encargos, os impostos, e com a previdência social. Se abaixa alguma coisa, aumenta o imposto.

Gente, nós não podemos viver desse jeito. Temos de criar meios para arrecadar. Não é só querer aumentar; são meios para arrecadar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. GILSON MATOS – Não é só criar problema para termos aqui só desemprego...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem paga paga muito, quem não paga não paga nada.

O SR. GILSON MATOS – Não paga nada.

Então, vamos procurar melhorar a nossa situação.

Nós temos de nos preocupar também com essa automatização, gente. Isso faz parte do progresso, mas para o empregado, às vezes, não é benéfico, não. É prejudicial. Você vê que, antigamente, um departamento de pessoal tinha quatro, cinco ou seis funcionários, e, hoje, dois empregados fazem o serviço todo. O computador resolve tudo ali. Os bancos acabaram com tudo. Quatro caixas no banco resolvem o problema. Tudo está automatizado.

Então, gente, quanto desemprego isso gerou? Muito mesmo! Hoje há 13 milhões de desempregados esperando o quê? O que o Governo vai fazer? Vemos engenheiro vendendo latinha de cerveja na praia ou trabalhando como motorista de ônibus. Então, gente, de que adiantou o sujeito estudar para depois viver num País que não dá recursos, que não tem recursos para isso, para esse pessoal que está desempregado?

Nós temos de nos preocupar com os nossos aposentados, temos de nos preocupar com o País inteiro, porque tudo está sendo.... Não está funcionando nada neste País. Esse desemprego vai gerar muita coisa, isso pode gerar muita desgraça no País, porque o sujeito chega hoje... Se amanhã vem um traficante e lhe oferece R$10 mil para levar uma droga, ele vai, porque está desempregado, porque está na miséria! Isso vai aumentar muito mais o tráfico no País. Se a família do sujeito está na miséria e se um cara fala que vai lhe dar R$2 mil para ele levar uma caixinha para o Rio de Janeiro, na mesma hora ele a leva. Se não deu nada, em outra vez ele a leva de novo, até chegar uma hora em que ele vai ser pego.

Então, gente, nós temos de nos preocupar com isso. O Governo não está se preocupando isso, só está se preocupando com previdência social. Agora houve esse problema da carne, que mexeu um pouco com o Governo, mas ele está deixando que se resolva de qualquer jeito. Não está fazendo nada para resolver. Do jeito que acontecer vai ser resolvido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, gente, precisamos trabalhar em função nossa. Nós vamos trabalhar para as nossas aposentadorias, para os nossos aposentados e para os trabalhadores também, que são futuros aposentandos.

Tenho dúvida, tenho medo. Nem sei o que dizer para esse pessoal que vai se aposentar daqui a 25 anos, se é que vão conseguir pegar uma aposentadoria. O Governo, talvez, nessa época, tenha de melhorar muito a saúde, porque muita gente terá problema de saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Gilson Matos, que falou pela Cobap!

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Peço-lhe só um segundinho, que aí passo a palavra para você.

É bom lembrar, Gilson, que, com 25 anos, terão o benefício mínimo. Se tiverem algum acidente, algum problema... Eles querem fazer com que o trabalhador rural tenha 49 anos de contribuição e 65 anos de idade.

O Gilson falou muito bem. Ninguém tinha falado que, antes, o benefício mínimo era obtido com 15 anos. Agora eles passaram para 25 anos, para se ter o mínimo do mínimo. Se quiser se aposentar pelo novo sistema – para o trabalhador rural, não vai ser o talão de nota, mas o individual para cada membro da família –, serão 49 anos de contribuição.

O SR. GILSON MATOS – Mesmo assim, o benefício obtido nesse tempo de 49 anos não vai ser integral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não há integral. Integral não há mais para ninguém.

O SR. GILSON MATOS – Vai ser a média do que obteve nos últimos 36 meses.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não! Nem é a média dos últimos 36 meses, mas desde a origem.

O SR. GILSON MATOS – Desde a origem? Então, piorou mais ainda!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se tu começaste com 16 anos e vais te aposentar com 80 anos, devido ao desemprego, eles vão calcular tudo isso. No início, é o salário mínimo. Mas vai dar o quê? Vinte por cento. No mínimo, serão 25% a 30% a menos. Ninguém recebe.

Então, parabéns pela tua fala, porque enfatizou essa questão do benefício mínimo.

O Presidente da República – ouvi uma fala dele na TV – dava a impressão de que as pessoas iam se aposentar com 25 anos de contribuição. Diga-me onde, cara pálida! Em lugar nenhum, tu te aposentas com 25 anos, a não ser... Tu passas a ter o benefício se sofres um acidente, por invalidez ou sei lá o quê. Mas, se quiseres te aposentar mesmo, só com 49 anos de contribuição e, no mínimo, com 65 anos. Pelos nossos cálculos, com o desemprego, serão de mais de 70 anos, entre 70 anos e 80 anos, conforme o caso.

O SR. GILSON MATOS – Mas, se ele tiver 25 anos de contribuição e 65 anos de idade, ele se aposenta proporcionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem o limite mínimo.

O SR. GILSON MATOS – Ele se aposenta sem o limite! É proporcional ao período!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calcule: o pessoal com 25 anos se aposentar com meio salário mínimo? Essa é a proposta deles que nós estamos denunciando. É um banditismo!

Vá lá, Bira!

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – É só o seguinte: vi na internet, Senador, uma charge dizendo "Luto! Estou de luto porque acabaram de enterrar a previdência social" etc. e tal. Eu quero dizer o seguinte: essa luta toda, essa resistência toda que nós estamos fazendo é para impedir que isso aconteça. Então, uma charge dessa não ajuda a luta do nosso povo. Nós estamos resistindo firme para impedir que a previdência social seja destruída.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É claro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Por isso, estamos preparando a greve geral, que deve sair em abril. Vai sair a greve geral, unificando todos os setores da sociedade, para impedir essa catástrofe.

Eu só queria registrar isso em função do que tenho visto na internet, com o pessoal já entregando o ouro, ou seja, deitando a bandeira. Está muito longe disso. O povo está se levantando, e nós vamos impedir que isso aconteça. Alguém falou aqui, hoje: se for o mesmo resultado do negócio da terceirização, os caras vão para o vinagre, porque é PEC. Não é projeto de lei; é PEC. E PEC precisa de dois terços. Como é possível derrotar essa proposta, você tem de ganhar fôlego para derrotar as outras e aquelas que também já foram viabilizadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Vamos para os encaminhamentos? Vamos ver o que foi mais ou menos colocado aqui.

A audiência pública sobre a reforma da previdência com foco no idoso e nas pessoas com deficiência será realizada no dia 17 de abril, para incentivar a realização de manifestações, carreatas e debates em nível estadual, municipal e regional contra a reforma da previdência e para criar os comitês municipais.

É bom lembrar que nessa grande carreata.... Numa cidade de 30 mil habitantes, havia 500 carros na rua. Foi o João Pimenta, da Cobap e da Federação dos Aposentados do Distrito Federal, que nos passou essa informação. Isso ocorreu em Jampruca, não é? Foi em Jampruca.

Eu gostaria de lembrar também que, no dia 21, fez 25 anos o Mosap.

Então, peço uma salva de palmas para o Mosap, que, no dia 21, fez 25 anos. (*Palmas.*)

Vamos realizar uma audiência pública com o tema da reforma da previdência na ótica daqueles que tinham aposentadoria especial, como os professores, a segurança pública, os policiais civis, os metalúrgicos, os mineiros, esse pessoal todo. Esses, sim, tinham direito à aposentadoria integral aos 25 anos, recebiam aposentadoria de acordo com seu salário. Agora, acabou. Vão ter de trabalhar também por 50 anos de contribuição e, no mínimo, até os 65 anos de idade.

Queremos realizar uma audiência pública só para debater a questão que aqui foi abordada muito bem: a questão dos trabalhadores rurais. Pretendemos aprofundar esse debate, para vermos o que significa essa mudança. Quando eles saírem da questão do talão de nota, eles vão exigir contribuição de cada membro da família por 49 anos. Todos vão ter de contribuir. É nesse sentido que as coisas estão caminhando. Isso nos preocupa muito, muito, muito, a não ser com raras exceções.

Queremos organizar uma audiência pública para debater a reforma da previdência com os estudantes. Os estudantes também estão preocupados, porque, se eles têm 16 anos, não vão ter acesso ao trabalho porque vão achar que eles não estão preparados, não têm formação. Como o senhor disse muito bem, quem passou dos 40 anos e dos 50 anos, como disse o Gilson, já está com idade avançada.

O SR. GILSON MATOS – Acham que já é velho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, nós vamos fazer também todos esses debates aqui.

Lembro que amanhã teremos aqui audiência pública sobre a operação da Polícia Federal intitulada de Carne Fraca, às 9h.

Faremos reunião, no dia 31, em Curitiba e, no dia 3, segunda-feira, em Santa Catarina.

Depois, teremos uma reunião na região sul e na região norte do Rio Grande do Sul e na capital também. No outro fim de semana, haverá outros eventos. Na Bahia, nós a faremos no dia 20, se não me engano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No dia 28. E, no dia 10, será feita em Goiás. É isso? Em Goiás, será feita no dia 20 e, na Bahia, no dia 28.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em Minas Gerais, será realizada no dia 27.

Pessoal, nós encerramos. Já é uma hora. Nós temos de, em seguida, abrir a sessão no plenário também para falar deste tema.

Então, agradeço muito, muito a todos.

Nós vamos ter audiência toda semana aqui, pessoal. Toda semana, vai haver audiência sobre a reforma da previdência, sobre a reforma trabalhista e sobre os impactos na vida do povo brasileiro.

Eu queria agradecer muito às pessoas que liberaram para a gente passar aqui os áudios e os vídeos, mostrando pessoas do povo, trabalhadores e trabalhadoras que demonstraram toda a sua indignação, o que é natural, pessoal. Este Governo está desafiando o povo brasileiro. O povo brasileiro vai às ruas. Uma hora, vai haver um milhão, dois milhões em frente ao Palácio ou em frente a este Congresso. Quero ver quem é que vai segurar, embora no momento a orientação que todos nós estejamos dando é a de fazer grandes eventos nos Municípios, nas regiões de todos os Parlamentares. As centrais estão a caminho de uma grande greve geral. Mas eu quero ver, se continuarem provocando. Se uma hora houver um milhão, dois milhões aqui em frente ou em frente ao Palácio, quero ver quem segura.

Presidente, mais uma vez, vou pedir-lhe: por favor, desista dessas duas reformas, retire-as. Ainda está em tempo.

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Regina Sousa, Thieres Pinto e Wellington Fagundes e ainda dos Senadores não membro, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho e Garibaldi Alves Filho. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Eduardo Amorim, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, José Medeiros, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 11/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A Operação Carne Fraca". **Participantes:** Deputado Estadual Altemir Tortelli, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Coaraci Castilho, Chefe de Gabinete do Ministro Blairo Maggi, representante do Ministério da Agricultura; Ricardo João Santin, Vice-Presidente de Mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA; Darci Pires da Rocha, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – CNTA; Antoninho Rovaris, Secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Siderlei de Oliveira, Presidente da Confederação Democrática dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins – CONTAC-CUT; Valdemir Moreira Corrêa, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul – FTIA/RS; Alexander Dornelles, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários - ANFFA SINDICAL; Ernane Garcia Ferreira, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná; Flávio Werneck Meneguelli, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal – SINDIPOL; Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; Claudir Nespolo, Presidente da CUT - Rio Grande do Sul; Dirceu Dresch, Deputado Estadual de Santa Catarina; Carlos Cerqueira, Diretor do Sindalimentação do Estado da Bahia; Osvaldo Teófilo, Presidente da Federação Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Minas Gerais; João Bosco, Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários do DF - ASFAGRO. O Senhor Presidente eventual registra a presença de pessoas presentes no Plenário. Fazem uso da palavra os Senadores: Paulo Paim, Garibaldi Alves Filho e Regina Sousa. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Enviar a denúncia apresentada pelo Siderlei ao Ministério da Agricultura por meio do Chefe de Gabinete do Ministro, Coaraci – encaminhamento realizado durante a reunião; 2) ampliar a transparência sobre o "SIF" com a participação de sindicatos; 3) diligenciar para que a seleção de agentes de fiscalização e segurança seja realizada apenas mediante concurso público, que seja dada prioridade na reposição desses agentes, servidores de carreira, e seleção de dirigentes submetida ao critério da meritocracia, conforme o processo nº 21000.014322/2016-81; 4) apoiar a elaboração de um código de conduta para agentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

públicos de inspeção e fiscalização que identifique os sinais de enriquecimento ilícito; 5) apoiar um programa emergencial de consumo de massa de carne com financiamento público; 6) punição mais severa para corruptores e corruptos; 7) encaminhamento de um estudo de metodologia investigativa do Brasil; 8) buscar outros países que têm índices de eficiência – para que o Ministério da Justiça e Ministério da Agricultura possam usar como exemplo; 9) buscar caminhos para que os trabalhadores não sejam demitidos, através de mecanismos que os mantenham em seus empregos; 10) buscar apoio financeiro aos produtores integrados de aves e suínos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 11, de 2017 desta Comissão, de autoria do Senador que vos fala e outros para debater a Operação Carne Fraca.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários, perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vamos de imediato, como atrasei uns minutos – sempre abro 9h em ponto, mas foi o tráfego que fez com que eu atrasasse – à composição da Mesa: Deputado Estadual Altemir Tortelli, que falará em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Ele foi o primeiro a me procurar, mas todos nós estamos preocupados, naturalmente, com a chamada Operação Carne Fraca.

Por favor, Deputado Estadual Altemir Tortelli aqui na Mesa.

Uma salva de palmas já para todos. (*Palmas.*)

Chamamos o Chefe de Gabinete do ex-Senador e Ministro hoje, Blairo Maggi, representante do Ministério da Agricultura. Convidamos o Sr. Coaraci Castilho.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Coaraci Castilho é conhecido nosso aqui de longos anos, trabalhava na época com o Senador...

O SR. COARACI CASTILHO – Com o Ramez Tebet, Walter Pereira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com o Ramez Tebet, Walter Pereira e agora com o Blairo Maggi.

Quero cumprimentá-lo porque, como sempre digo, fazemos um debate, e é fundamental que o Governo mande um representante para colocar seu ponto de vista, podendo divergir. O Plenário terá todo o direito de divergir, mas é fundamental permitir que o contraditório aconteça.

Convidamos Antoninho Rovaris, Secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) (*Palmas.*)

Ricardo João Santin, Vice-Presidente de Mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Darci Pires da Rocha, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA). (*Palmas.*)

Siderlei de Oliveira – começamos juntos, praticamente, no movimento sindical. Não vou dizer há quantos anos porque seria demais. Eu não tenho problemas, mas vou respeitar a idade dele.

O SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA – Três, quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele falou três, quatro, bota um zero ao lado. (*Palmas.*)

Há quarenta anos, no mínimo.

Darci Pires da Rocha, Diretor da...

Não, o Darci já chamei.

Eu ia anunciar só que teremos uma segunda Mesa, que já vou anunciar.

Só vou citar o nome: Waldemir Moreira Corrêa, Alexander Dornelles, Ernane Garcia Ferreira, João Bosco, Flávio Werneck Meneguelli, Péricles Salazar, Carlos Cerqueira, só para situar... Se alguém não está na lista se habilite que podemos ter duas três Mesas se necessário.

O Tortelli foi um dos primeiros a falar comigo sobre esse tema. Veio lá do Rio Grande do Sul logo que vieram essas denúncias que preocupam a todos, o mercado interno e também o mercado externo, não é Secretário? Preocupa a todos porque sou o primeiro a dizer: seja quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

for, cometeu o crime, vai ter que responder pelo que fez. Além disso, há a repercussão no mundo todo. Essa é uma questão da nossa exportação, e lutamos muito para conseguir chegar num estágio, e também dos próprios empregos. Tudo preocupa.

Então, faremos aqui um debate no mais alto nível, deixando que todos possam expor o seu ponto de vista sobre um tema tão delicado que está, digamos, deixando a todos, todos, muito, muito preocupados. São denúncias que surgiram por parte de fatos que aconteceram, e a Polícia Federal fez o que tinha que fazer. Não dá para dourar a pílula de um ou de outro.

Eu sempre digo que doa a quem doer – falo inclusive na questão partidária, e o papel da Polícia Federal é investigar – temos que trazer as situações à tona e buscar os esclarecimentos para que quem cometeu o delito responda.

Mas vamos lá. A melhor coisa, em vez de fazer um discurso aqui sobre o tema, é deixarmos os nossos convidados falarem. Por isso, a palavra está contigo, Deputado Estadual Altemir Tortelli, que foi o primeiro a provocar o tema, mas com o apoio de todas as entidades presentes. Em seguida, fala o representante do Governo e falarão, na sequência, os outros convidados.

Você tem dez minutos mais cinco. Claro que não serei rígido no tempo e, se for necessário dar um tempo maior, daremos.

Eu pergunto se o Bira está na lista aqui. Teremos uma Mesa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está presente também a Intersindical.

O SR. ALTEMIR TORTELLI – Alô...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando acender o verde, está funcionando.

O SR. ALTEMIR TORTELLI – O.k.

Na nossa assembleia, quando está aceso, liga o vermelho.

Bom dia a todos e a todas. É uma satisfação estar neste espaço do Parlamento brasileiro, no Senado Federal, especialmente, Senador Paim, a seu lado. Eu me orgulho muito de estar contigo em muitas caminhadas, há muitos anos, e de estar, mais uma vez, junto contigo aqui tratando desse tema que, com certeza, está preocupando todos os cidadãos, homens e mulheres do nosso País, porque estamos tratando não simplesmente de uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento o Senador Garibaldi, que veio prestigiar o nosso debate aqui. (*Palmas.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, se eu soubesse que tinha esse prestígio todo eu já teria vindo muitas vezes aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui V. Exª será sempre aplaudido, meu ex-Ministro.

O SR. ALTEMIR TORTELLI – Então, como eu dizia, Senador, estar tratando de um tema que preocupa, com certeza, a todas as mães, a todos os pais de família que veem, com seus filhos, a mesa sendo colocada no café, na janta, no almoço e, com certeza, estão preocupados em saber e em ter alguma segurança do que é que estão levando para seus filhos se alimentarem. Então, acho que esse tema não é só econômico, é um tema, na minha opinião, se segurança alimentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

Agora chegou, pessoal, a Senadora Regina Sousa que é a Presidente desta Comissão – eu sou o Vice-Presidente –, e ela assumirá a Presidência no momento em que entender mais adequado, já que temos diversas Comissões com votação hoje.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza, e hoje quero que V. Exª presida esta audiência porque tenho uma sessão solene em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

homenagem ao meu Estado do Piauí e tenho que ir à Câmara. Então, vou ficar aqui até a hora de ir para lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas ao Piauí e à nossa Senadora. (*Palmas.*)

Se chegar um outro Senador, anunciarei nos intervalos de fala entre um e outro.

O SR. ALTEMIR TORTELLI – Eu queria, Senador, em sua pessoa, saudar a Senadora Regina Sousa, o Senador Garibaldi Alves, o representante do Governo, o Coaraci Castilho, que falará aqui em nome do Ministério da Agricultura; o Ricardo Santin, que está representando a ABPA; o Darci Pires da Rocha, que representa a CNTA; o Antoninho Rovaris, o nosso vizinho catarinense – nós nos conhecemos há muito tempo –, uma liderança da agricultura familiar no Estado e em nível nacional, representando a nossa grande confederação Contag. Saúdo também outro companheiro, uma liderança – também nos conhecemos há muito tempo –, que é o Siderlei de Oliveira, que representa a Confederação Democrática dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Comércio, nosso companheiro e também gaúcho, que preside a Confederação dos Trabalhadores no Brasil.

Eu não sei se vi na relação, Senador Paim, a confirmação do Ministério Público e da Polícia Federal. Quando eu fiz a sugestão para o senhor liderar esta atividade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Estão na segunda lista.

O SR. ALTEMIR TORTELLI – O.k.

Seria muito importante porque, de fato, são eles que estão na linha de frente, estão fazendo efetivamente uma ação que se tornou pública, nacional e internacional, que leva à nossa sociedade, leva ao povo brasileiro a grande preocupação dessa ação ainda chamada Carne Fraca. Quero só colocar duas ou três questões preliminares.

Primeiro, quero dizer que sou agricultor familiar de uma cidadezinha do norte do Rio Grande do Sul próxima a Erechim e lembro-me muito bem, Siderlei, de quando, há quarenta e poucos anos, se iniciaram as primeiras movimentações das nossas cooperativas – na época, não eram cooperativas, era uma empresa estatal chamada Corlac, uma companhia estatal que foi criada pelo Governo do Rio Grande do Sul para dinamizar e levar tecnologia aos agricultores que pudessem produzir leite e, obviamente, levar um leite de qualidade bem tratado, bem cuidado para a população daquela região do Alto Uruguai, norte gaúcho, como também para o Estado.

Essa companhia era estadual e foi fomentadora, dinamizadora, com certeza, nas décadas de 70 e 80, de dezenas de milhares de agricultores que se integraram ao processo da produção leiteira.

E lembro-me muito bem de que, naquele período – eu era menino ainda – aquelas vacas de leite e aquela forma de produção serviam muito para uma complementação de renda da nossa família. E, com o passar do tempo, houve um processo de modificação, ampliação de tecnologia, produtividade, genética. Mas o que vimos nesse processo – o Antoninho, acho, tem autoridade maior do que a nossa para falara sobre isso – é que, na medida em que fomos nos aperfeiçoando, fomos melhorando a produção, fomos nos integrando aos processos. Não havia mais a estatal, que foi praticamente abandonada pelo Estado, foi cooperativada.

Estruturam-se grandes cooperativas, mas se instalaram grandes complexos agroindustriais. E, ao mesmo tempo em que foram crescendo esses complexos, foi aumentando a produção, foi aumentando a produtividade e foi sendo feito um processo de exclusão de milhares de famílias de agricultores. A minha família inclusive não servia mais para o modelo, porque começou-se a exigir, há 30 anos, a produção de 80, 100 litros de leite por dia. Quem não produzia não interessava para a indústria, porque era inviável para ela recolher os leites daquelas famílias.

E o que me deixa muito preocupado, Senador Paim, o senhor conhece o nosso Estado, é o fato de que esse modelo, esse sistema, não foi só com a minha família e com milhares de famílias na área do leite. Se formos ver, nas décadas de 70 e 80, a outra base de produção da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

propriedade do meu pai e de 90% dos agricultores do Rio Grande do Sul era a produção de suínos, era o porco banha. O objetivo central não era carne, era produzir banha. E se criava sem alta tecnologia, mas aquela foi a época em que os nossos agricultores produziram renda e compraram propriedades. As famílias eram grandes, com oito, nove, dez filhos, e, por esse investimento na produção e criação de suínos, conseguiam adquirir outras propriedades para os filhos terem as suas áreas quando se casassem.

E o que vemos hoje? Na região do Alto Uruguai, em torno de Erechim, que é uma cidade maior, são aproximadamente 15 mil famílias de agricultores. Se tu me perguntares quantas existem hoje que produzem suínos, direi que não passam de cem produtores. Nas décadas de 70 e 80, 90% dos agricultores estavam embasados na produção de milho, trigo, suínos e leite. E cada agricultor tinha dez, doze criadeiras, fazia todo o processo, comercializava. Ganhava e sobrava dinheiro para comprar para que os filhos pudessem continuar vivendo na agricultura.

Hoje – vou dar uma proporção –, de 15 mil famílias, não existem cem integradas na suinocultura. Houve um processo violentíssimo da seleção. Nós vemos lá estruturas abandonadas, chiqueirões enormes que não produzem nada mais do que pó e teia de aranha.

E para aonde foram aquelas famílias?

Se formos ver a avicultura, é muito parecido.

Então, é importante tratar desse assunto num momento desses em que estamos tratando de, na minha opinião, um crime que se faz com a população, que é contaminar alimentos, maquiar alimentos. Lá temos muitas ações contra o leite, chamado o leite compensado, o leite em que se coloca soda cáustica para garantir a sua sobrevivência, para dar o equilíbrio, não azedar o leite.

E estamos vendo que essa situação ocorre não só com o leite, faz-se maquiagem e compensação de leite. Então, imagina o que significa um leite contaminado indo para uma casa, na caixinha, não só o barriga mole, mas o leite de caixinha, que entra na casa, fica um mês, e os nossos filhos se alimentando com esse leite contaminado dessa forma.

E não foi uma ou duas, mas dezenas de ações do Ministério Público, da Polícia Civil do Estado nesses últimos quatro anos, dezenas. Pergunta-se: são as pequenas empresas? São cooperativinhas pequenas de agricultores nos pequenos Municípios? Não é verdade. São grandes empresas articuladas com nomes estratégicos e importantes da agricultura nacional, como a Bom Gosto. Muitos conheceram a Bom Gosto ou dela já ouviram falar. Era uma grande empresa que, em menos de dez anos, virou uma potência internacional, tomou conta de todas as cooperativas, quase tomou conta de todas pequenas empresas e virou uma multinacional, quase ocupando espaço da Parmalat.

E hoje, faliu, não está mais lá, devendo bilhões de reais ao BNDES. E a conta, o problema e o prejuízo fica para os trabalhadores, para os agricultores familiares integrados que investiram e não sabem de quem cobrar inclusive.

Estou dando três exemplos para visualizarmos como se construíram os processos. Eu vivi pelo menos dois deles, que é na suinocultura e na produção de leite. Não há hoje dados no contexto mais nacional. Temos algumas informações, mas se sabe que o processo de seleção, da chamada verticalização dessas cadeias produtivas, expulsa, expurga aqueles que não servem mais para o sistema, aqueles que não dão mais resultado econômico. Infelizmente, uma grande parte dos agricultores familiares no sul do Brasil, pelo menos, não servem mais para esse modelo; servem, hoje, ou para serem aposentados ou irem embora para a cidade, engrossar as filas e as favelas das nossas cidades, ou uma casinha lá para viver o resto da vida.

Então, estou colocando esse elemento preliminar porque, na minha compreensão, Senador Paim, nós, como figuras públicas, que somos liderança sindical, que representamos agricultores, produtores, representamos governos, não podemos olhar só para o tema do mercado internacional. Temos de fazer todo o debate centrado ou na questão econômica ou na questão do mercado. Eu acho que o desafio está colocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

E eu também faço isso por ter ficado junto com o companheiro Lula durante oito anos no Conselho de Segurança Nacional. Representei os agricultores familiares junto com os colegas da Contag, porque de fato temos responsabilidade de discutir como se dão todas as coisas, como se interligam as questões, como se dá a relação com o Estado, qual a relação e o comprometimento do Estado, da sua estrutura, das suas políticas com esses setores. Trata-se de questões econômicas, mas trata-se de vidas nas propriedades, nas comunidades, de perspectivas, de projeto de futuro, e de segurança alimentar. E, na minha opinião, quando se fala em segurança alimentar, estamos falando da segurança de um país, nós estamos falando de uma nação. O país e o governo que cuidam bem do seu povo tratam de segurança nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALTEMIR TORTELLI – Com isso, quero colocar que, não é a minha opinião, não é uma construção que nós temos consolidado...

Hoje sou Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Nós estamos fazendo debates lá, audiências, mas vejo muitas opiniões tanto de Governo, como da grande mídia nacional e de setores empresariais, que estão tratando, na minha opinião, de forma muito irresponsável, muito superficial esse tema que é muito mais grave e muito mais profundo.

Eu trouxe aqui, se os senhores me permitirem, um vídeo que não foi feito pelo meu partido, não foi feito pela Contag, pela Contac ou uma ONG ligada a nós. Foi feito por um setor do empresariado do agronegócio. E me parece que esse vídeo expressa um pouco, na minha opinião, o que deve ser tratado e o que está centralmente por trás do tema da Carne Fraca.

O senhor me permite passar esse vídeo, cinco minutos?

Segue execução de vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.) (*Palmas.*)

O SR. ALTEMIR TORTELLI – Senador Paim, tive acesso a esse vídeo no sábado. Como o senhor já tinha encaminhado e aprovado esta audiência, fiz questão de usar parte da minha fala para colocá-lo, porque, para mim, de fato, o debate tem que ser feito com essa profundidade e com essa envergadura, porque simplesmente tratarmos como elemento central o tema da sanidade é inaceitável. Então, essa é a minha colocação. Os dados que estão aqui apresentados não são dados de nenhum partido de esquerda. São dados do Ministério da Agricultura do nosso País.

Só para finalizar, tenho certeza de que, pela sua história, pelo seu currículo de compromisso com a verdade, com a realidade do que temos que tratar, esta Comissão, mais do que nunca, se preocupará com os direitos humanos, com a legislação participativa, com as pessoas, com os seres humanos. Então, acho que é com essa profundidade que temos de tratar isso neste espaço.

Eu lhe agradeço.

E vamos estar debatendo juntos aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Deputado Altemir Tortelli, que falou em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Ele trouxe um vídeo muito interessante, que mostra todo esse mundo que, para quem está aqui na área urbana, muitas vezes, é desconhecido. Ele é muito ilustrativo e poderá contribuir muito para o nosso debate.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Coaraci Castilho, Chefe de Gabinete do Ministro Blairo Maggi, representando aqui o Ministério da Agricultura. É um cidadão que conhecemos há anos do Senado e que agora está nesse cargo importantíssimo do nosso País.

Com a palavra o Sr. Coaraci Castilho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. COARACI CASTILHO – Sr. Presidente, neste momento, Senador Paulo Paim; nossa Presidente, Senadora Regina, da CDH; Senador Garibaldi Alves, a Mesa participativa aqui, a primeira turma, Deputado Estadual Altemir Tornelli, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; o Ricardo João Santin, Vice-Presidente de Mercados da Associação de Proteína Animal; Darci Pires da Rocha, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA); Antoninho Rovaris, Secretário do Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag; Siderlei de Oliveira; Siderlei de Oliveira, Presidente da Confederação Democrática dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins; senhoras e senhores, é com grande satisfação que estamos retornando à nossa Casa Legislativa, o Senado Federal.

Aqui aprendemos, por muitos e muitos anos. Trabalhamos com o saudoso Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet; posteriormente, com o Senador Walter Pereira; e agora, quando o Senador Blairo Maggi, de Mato Grosso, assumiu, nos convidou para o ser o Chefe de Gabinete aqui no Senado Federal. E, ao assumir o Ministério da Agricultura, fomos convidados para ser o seu Chefe de Gabinete.

Quero aqui, nesta hora, neste momento, dizer aos senhores e às senhoras que o Ministro Blairo Maggi queria estar aqui, Presidente. Ele só não está aqui – e justifico a ausência do Sr. Ministro da Agricultura Blairo Maggi –, porque neste momento está em audiência com o Comissário para a Saúde de Segurança Alimentar da União Europeia, o Sr. Vytenis Andriukaitis, e com o Embaixador João Gomez Cravinho, da União Europeia, para tentar desvendar todos esses acontecimentos por que está passando o nosso Brasil.

No dia 17, fomos surpreendidos, o Ministério da Agricultura como um todo, com a Operação Carne Fraca. Fomos pegos de surpresa, assim que começou o processo, com a explicação da Polícia Federal. Foi construído por muitos anos um modelo robusto, que é o nosso sistema do Ministério da Agricultura. Nós não temos aqui de defender ninguém que faz coisa errada. No momento em que o Ministro Blairo Maggi recebeu a denúncia do Sr. Juiz de Direito da Justiça Federal, de imediato, agiu. O juiz solicitou apenas que se afastassem nove funcionários. Mas o Ministro, assim entendendo, para que não se incorresse em nenhuma injustiça, afastou 33 funcionários, num parâmetro de 11,3 mil funcionários. Então, a operação foi localizada em três Estados: Goiás, Paraná e Minas Gerais.

O Ministro, ao tomar conhecimento, tomou todas as providências, num trabalho rápido, num trabalho dentro da verdade, num trabalho determinado para que pudéssemos realmente explicar para a população que muitas falácias eram contadas não pelo delegado da Polícia Federal, pois ele explicou a operação. Mas aí começaram as redes sociais a soltar sobre carne de papelão, sobre churrasco de papelão e uma série de demasias, de falácias, que fez com que o povo não estivesse comendo mais carne.

Nós acompanhamos a operação aqui, no Walmart, na Asa Norte, juntamente com o Sr. Ministro Blairo Maggi e com a equipe de operação. Ele até soltou um vídeo, numa rede social, de uma senhora se dirigindo a ele: "Ministro, eu posso realmente comer carne?"

"Há dois dias que eu não como carne". Aí o Ministro disse: "A senhora pode comer carne e aves. Não tem problema nenhum para a saúde". E ela disse: "Mas, Ministro, posso comer mesmo? Não tem papelão?"

Então, isso é para vocês entenderem até onde foi parar essa operação, que foi deflagrada. Nós não somos contra a Polícia Federal. Tem que realmente...Eu, como policial militar, sou coronel da Polícia Militar, penso que nós temos que fiscalizar e temos que afastar os maus elementos que estão no serviço público, o que não ocorre só no Ministério da Agricultura, mas no Ministério Público Federal, na própria Polícia Federal. Em todos os lugares, existem benfeitores e poucos malfeitores.

Respeitamos, como disse anteriormente, a Polícia Federal. Mas, como foram feitos os comentários, o País ficou de cócoras; o País tomou um choque. Imediatamente no domingo, no dia 19/3, nós nos reunimos com o Senhor Presidente da República, com o Sr. Ministro Blairo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Maggi e a sua equipe, bem como com Embaixadores dos países importadores e com todo o segmento da carne (Abiec, ABPA, Abrafrigo), e foi constatado que dos 21 SIFs, tão somente três deles foram interditados de imediato e os outros 18 foram suspensos para exportação. Nenhum deles diz respeito ao produto propriamente dito e sim a corrupção, propina, entre fiscais e possíveis empresários, tudo flagrado por meio de escuta telefônica, como consta nos autos. Apenas dois laudos constataram, nesses dois anos, o que a Polícia Federal vem investigando na Operação Carne Fraca.

Dos 21 SIFs, somente quatro exportam para outros países. É natural que os países que receberam as informações digam: "Vamos parar de importar. Vamos suspender até que tenhamos os devidos esclarecimentos." De imediato, o Sr. Ministro Blairo Maggi fez contato com a China, Rússia, União Europeia, Argentina, Uruguai, Chile, Japão e outros países. Questão burocrática: o sistema de controle do MAPA é muito robusto. O problema foi pontual, localizado, em uma conduta – repito – de 33 funcionários do MAPA, num universo de 11,3 mil funcionários, ou seja, de 21 SIFs. Estamos preocupados, sim, mas confiantes em que o Ministro Blairo Maggi e a sua equipe estão resolvendo o assunto com muita rapidez e que, com certeza, voltaremos à normalidade. A expectativa do Ministério da Agricultura é que fique só nas 21 plantas.

A imagem do Brasil foi arranhada, machucada e abalada, no mundo inteiro. O prejuízo pode ser avaliado pelos 10% de oscilação do mercado, ou seja, 1,5 bilhão de prejuízos por ano e 6,7 milhões de desempregados, entre eles milhares de pequenos produtores, granjeiros, entre outros. O embarque diário, na média de US$63 milhões, com a Operação Carne Fraca caiu para US$74 mil. Vejamos o tamanho do prejuízo.

O consumidor pode ficar tranquilo quanto à qualidade do produto. O Ministro Blairo Maggi voltará novamente aos países importadores para explicar e garantir que a nossa carne é de qualidade e que houve ação localizada de poucos funcionários.

Vejamos alguns dados reais da situação apurada pela Polícia Federal na Operação Carne Franca durante dois anos de investigação. Foram dois anos de investigação em praticamente todas as plantas frigoríficas do País. Isso está nos autos, e não podemos contestar a investigação tão bem feita pela Polícia Federal.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. *Fora do microfone.*) – Quantas plantas são?

O SR. COARACI CASTILHO – Vinte e uma, sendo que só três foram interditadas, não conformes, entre 4952 estabelecimentos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Vinte e uma plantas no Brasil?

O SR. COARACI CASTILHO – Menos de 0,5%.

O SR. ALTEMIR TORTELLI – Vinte e uma investigadas.

O SR. COARACI CASTILHO – Investigadas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Ah, bem. E quantas plantas são no Brasil?

O SR. COARACI CASTILHO – No Brasil – acabei de falar, Sr. Deputado: 4952 estabelecimentos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – A pergunta dele foi essa.

O SR. COARACI CASTILHO – Eu sei. É por isso que eu estou respondendo ao Senador Garibaldi.

Do total de 11,3 mil funcionários, 33 funcionários estavam envolvidos nas fraudes, ou seja, 0,3% de desvio.

Conclui-se que 99,5% das unidades frigoríficas estão dentro dos padrões de segurança.

Viu-se que 99,7% dos funcionários do Ministério da Agricultura não cometeram nenhuma irregularidade.

Portanto, eu quero afirmar aos senhores e às senhoras, aos Srs. Senadores que, ontem, o Sr. Ministro da Agricultura fez um balanço...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. COARACI CASTILHO – ... total da semana.

Na operação, Srs. Senadores... (*Falha na gravação.*)

Na força-tarefa que nós designamos, foram fechados mais três: Souza Ramos (SIF 4040); farinha de carne (SIF 4460); laticínio (SIF 3459), por não conformidade.

Souza Ramos: embutido, fizemos o recolhimento, por não conformidade, não receita e risco à saúde (preventivo). Farinha de carne: não conformidade com o padrão, falta de controle (datas). Laticínios S.S.P.M.A., por embaraço à fiscalização. Eles não deixaram adentrar para fazer a fiscalização, e nós fechamos.

Foram visitadas 21 plantas. Em 22 Estados, recolhemos 174 amostras, com 12 laudos que não prejudicam a saúde pública até o momento. Dos 12 laudos, foram constatados, no 1010, BRF; 530, 2155, Peccin: formalidade, não conformidade. Até o momento, não há problema nenhum quanto à saúde pública.

Nós tivemos ontem uma conferência, Sr. Presidente, com Hong Kong, em que eles pediram mais um documento de um frigorífico, e, hoje à noite, teremos uma nova conferência. Aí, pela determinação do Ministro Blairo Maggi, por falar a verdade com determinação, com certeza nós vamos reabrir também em Hong Kong.

Essa é a nossa primeira fala neste primeiro momento. Estamos abertos às perguntas. Se nós não conseguirmos responder, nós enviaremos uma resposta por *e-mail* à Presidência da CDH. Com certeza, responderemos todas as perguntas.

Quero agradecer a todos por essa oportunidade e dizer que o nosso trabalho, ao lado do Ministro Blairo Maggi, é um trabalho sério, determinado, falando sempre a verdade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Coaraci Castilho, Chefe de Gabinete do Ministro Blairo Maggi e representante do Ministério da Agricultura, que expôs aqui o seu ponto de vista sobre a Operação Carne Fraca.

Nós vamos concluir, é claro, o trabalho das duas Mesas e, depois, vamos às perguntas.

De imediato, Ricardo João Santin, Vice-Presidente de Mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

O SR. RICARDO JOÃO SANTIN – Bom dia, Senador Paim.

Exmo Sr. Senador Paulo Paim, que ora preside esta Câmara; Exma Srª Senadora Regina Sousa, Presidente da CDH; Exmo Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, é um prazer estar aqui com V. Ex^a^s.

Cumprimento o Deputado Tortelli, do Rio Grande do Sul, que já falou; Coaraci Castilho, Chefe de Gabinete do nosso Ministro Blairo Maggi, a quem saúdo de maneira muito especial; Antoninho Rovaris; Darci Pires da Rocha; e Siderlei de Oliveira – trabalhamos juntos em comissões para passar a Lei da Integração e conseguimos construir uma lei de comum acordo com a iniciativa dos trabalhadores e com os empresários.

Primeiro, Presidente Paim, gostaria de pedir desculpa pela ausência do nosso Presidente Francisco Turra, que está preparando uma viagem ao México exatamente para buscar abertura de mercados que são importantes para a manutenção do equilíbrio das nossas empresas e dos nossos setores.

A ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal) congrega 142 associados, entre eles as entidades estaduais representantes não só dos avicultores das indústrias, mas também dos avicultores integrados, dos avicultores produtores do nosso setor e dos suinocultores produtores do nosso setor. Nós queríamos deixar aqui bem clara a nossa confiança na indústria e nas carnes brasileiras.

Aqui trabalhadores também falarão, com certeza, Darci. Independentemente das diferenças que possa haver com relação à forma de trabalho, à Lei da Integração, eu tenho certeza – e todos os trabalhadores sabem disso – de que todo frigorífico tem um próprio mercado: o funcionário sai do seu trabalho, vai lá e compra carne para a sua família, como eu compro para a minha e como todo mundo compra para todo mundo. Não há nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

problema de sanidade nas nossas produções. Elas são investigadas não só pelo Ministério Público, não só por outros países, não só pelas empresas, mas também pelos próprios trabalhadores e consumidores do Brasil que, na sua grande maioria, têm dito: "Eu confio na carne brasileira." Falo de carne bovina, suína e de aves e incluo aqui a proteína do ovo, que nós também representamos.

Nós temos mais de 700 mil trabalhadores em chão de fábrica, e, na nossa cadeia, são 4 milhões de empregos em todo o giro. O senhor é gaúcho como eu e sabe como é lá no Rio Grande. Sou de uma cidade pequena também, Tortelli, sou de Marau. A avicultura transformou a minha cidade. Era uma cidade pobre, de pequena propriedade rural. A avicultura chegou lá, e hoje há prédios, há tudo. É uma coisa bonita de se ver.

Mas também quero deixar aqui muito claro o apoio da ABPA às investigações. É importante dizer – repito o que você falou, Castilho – que, se alguém fez alguma coisa errada, tem que pagar, seja quem for: empresário, intermediário ou fiscal. É importante dizer: o erro pontual de divulgação da Operação Carne Fraca – e é isso que nós entendemos que aconteceu, infelizmente com efeitos deletérios perversos para o nosso País – não pode denegrir duas carreiras essenciais para o nosso País, que são a Polícia Federal e os auditores fiscais federais do nosso Ministério da Agricultura. Nós contamos, hoje, com a confiança da população na nossa carne e dos outros mercados – são mais de 160 mercados no mundo. O Brasil tem 40% do *market share* global. O segundo colocado são os Estados Unidos, que têm menos de 30%. Isso foi conquistado com muito trabalho, com muita seriedade, com muita investigação e com muito suor de todo mundo. Então, estas carreiras – o fiscal federal agropecuário e a Polícia Federal – têm que ser preservadas, porque são patrimônio do nosso País. Nós não podemos generalizar.

Eu peço desculpa, Deputado Tortelli, mas nós não podemos fazer uma generalização aqui; não podemos dizer que há problema de sanidade nas nossas indústrias. Eu acho que o que mais aconteceu nesse episódio, Senador – e a posição da ABPA é clara –, foram corrupções e fraudes econômicas. Depois, estaremos abertos às perguntas. A fraude econômica de não se usar o produto adequado, mas muito pouco, o que colocou em risco a saúde da população. A Polícia Federal tinha somente um laudo, e, agora, todos os laudos do Ministro Blairo, na força-tarefa, são claros ao estabelecer: não há risco para a população comer a carne do Brasil. Então, esse é um ponto que eu queria deixar claro.

Então, nós não somos a favor da generalização em nenhuma situação, nem mesmo quanto à atitude do delegado, que fez o seu trabalho e se equivocou na forma de falar, fazendo parecia que tudo estava com problema. Isso não é verdade. Como o Castilho disse, 99,7% dos funcionários do MAPA não foram investigados, tampouco as plantas existentes.

Senadora Regina, 80% do mundo simplesmente não baniu o Brasil até agora, no primeiro momento, e sabe por quê? Porque há países que precisam do Brasil para comer. Se o Brasil não atuar lá, eles têm dificuldades.

Só para citar um exemplo, Senadora Regina, nos últimos 40 anos, o setor de avicultura exportou 60 milhões de toneladas, equivalendo a 2,4 milhões de contêineres, e US$94 bilhões foram trazidos ao nosso País. Em relação à carne suína, nos últimos 40 anos, foram 9,3 milhões de toneladas com 369 mil contêineres e US$19 bilhões. São mais de US$110 bilhões que nós trouxemos de receita e que não ficaram só para a indústria; ficaram distribuídos nessa cadeia que está aí, com mais de 4 milhões de trabalhos diretos e indiretos. Se formos colocar as três carnes, Senador Garibaldi, nós vamos para US$15 bilhões de exportação e 7 milhões de pessoas envolvidas. Essa cadeia é um patrimônio do nosso País.

Nós também fomos investigados, Senador Paim, nos últimos dois anos, por 12 missões internacionais veterinárias de 12 países, que vieram ao Brasil, viram a carne e disseram: "A produção brasileira de suínos, de aves e de carne de boi é boa, é saudável, é sanitária e é confiável." Esse é um patrimônio que se conquista a duras penas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Eu sou Vice-Presidente do Conselho Internacional de Avicultura. Quando vou lá fora, as pessoas respeitam o Brasil. Por quê? Por essa indústria desenvolvida em poucos anos, em pouco tempo.

O senhor sabe que há mais de 50 anos o Brasil era importador de alimentos, gente. Nós não tínhamos essa indústria; nós não tínhamos esses empregos; e nós, ainda por cima, dependíamos de comprar carne de Chernobyl. Vocês se lembram disso, vocês, de mais idade, de cabelo branco como eu.

E, hoje, estamos falando, porque um laudo disse que havia problema. Com isso vamos colocar, vamos enlamear a nossa indústria? Toda essa cadeia de produção, as nossas mais de 140 mil famílias integradas que produzem? Não podemos jogar isso no lixo hoje. Não dá para generalizar. E saúde pública, segurança alimentar, é tema sobre o qual não podemos tergiversar. Se há problema, a Polícia tem de ir atrás e acabar com o problema. Nós, como entidade, apoiamos integralmente isso. Aqueles que, por acaso, se desviaram das condutas lícitas devem pagar por isso a todo tempo.

Além dessas missões, recebemos, semanalmente, missões comerciais. Temos aqueles *private standards*, selos privados, como Global GAP, *BRC* e *Humane Society*, todos que são os mais altos do mundo. O Brasil cumpre todos os seus requisitos, porque, para exportar para esses países, ele faz isso. Quem está trabalhando na nossa cadeia, sabe que não dá como produzir, Senadora, para exportar e produzir para o Brasil.

É a mesma produção. O cara produz a mesma coisa. É o mesmo viário, a mesma ração, que vai aí. O frigorífico é tão ligeiro – no caso de aves, são 6,9 bilhões de ave por ano. Como você vai dividir e saber como está produzindo? Produzimos para o mercado interno com a mesma qualidade. E o mercado interno – quero dizer isso – é o maior cliente do Brasil. São 70% da nossa produção que fica no Brasil. Tudo o que se faz aqui se faz para o Brasil; o que sobra vai para os outros países.

Esta é a grande mensagem: o Brasil é um dos maiores consumidores de carne do mundo, mais de cem quilos por habitante, unindo todas as proteínas. No caso de aves, são 41 quilos *per capita*/ano; no caso de suíno, 15 quilos *per capita/*ano; e no caso de ovos, 191 ovos por ano.

Esses padrões, são todos eles que fazem o quê? Vão levantando. E a exportação acabou fazendo um efeito positivo para o Brasil. Ela levantou a régua, a qualidade de produção para o Brasil também, já que produzimos para vender para fora e também para dentro. Com isso, o consumidor brasileiro foi protegido também.

Nesses testes que tivemos aí da missão tarefa foi comprovado, reafirmado novamente, que não há problema de saúde pública. Não temos problema sanitário. As fraudes econômicas, que são do tipo: numa salsicha, ao invés de se colocar 70% de ICMS, coloca-se 75 ou 80%, mas ela não tem a qualidade. Isso o próprio delegado colocou. O delegado da *Yellow* afirmou também a qualidade.

E esta é a posição da indústria. A indústria está aberta para colaborar com melhorias do processo, melhorar o processo, melhorar as relações que nós temos, mas, acima de tudo, respeitar também o nosso consumidor e o de fora.

O senhor me permite ter um tempo extra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO JOÃO SANTIN – Tá. Então, quero mostrar aqui o volume que vai também para o exterior. Não temos que ficar só cuidando do exterior, mas ele traz uma receita muito grande, que ajuda a manter o equilíbrio nas nossas proteínas.

Hoje, por semana, Senador Paim, mandamos algo em torno de 3 mil contêineres. O senhor tente imaginar o que são 3 mil caminhões toda semana, moto-contínuo, indo para 160 destinos no mundo, trazendo 180 milhões de dólares para o País, de uma exportação – é importante que se diga – que é líquida. Ela tem 1% de importação, que são os sais minerais, as vitaminas, probióticos, que são importados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O resto é produzido aqui: milho nosso, soja nossa, farelo de soja nossa, mão de obra nossa. E agora temos tecnologia nossa. Hoje, as Universidades brasileiras desenvolveram um capital humano de inteligência, que faz com o mundo veja o Brasil.

Vamos ter agora, em agosto, o Salão Internacional da Agricultura e Suinocultura – o senhor já está convidado, assim como as Srªs e os Srs. Senadores – em São Paulo, onde há mais de 50 países que estão vindo ao Brasil. Sabem o que eles vêm ver? Qual foi o milagre do Brasil. E sabem o que a gente diz sobre o milagre do Brasil? Primeiro deles, sistema de integração, em que há população vocacionada ao trabalho do campo, tempo, clima, qualidade e sanidade, com um Governo que cuida bem das suas atribuições. Qual seja: se o País diz "eu preciso que você certifique que não tem uso de sal nesta carne", o Governo vai lá, e o fiscal agropecuário não assina o certificado se tiverem usando. Esse é um sistema que se autorregula e se autogestiona.

Infelizmente, como quaisquer sistemas, há falhas. E essa operação está demonstrando uma coisa boa para o País. Ela está demonstrando que o sistema conseguiu pegar falhas – o sistema Brasil, dentro de suas várias instituições – e está coibindo essa corrupção dentro das carnes, porque não há como aceitar nenhuma hipótese de, digamos assim, colocar em risco a qualidade da população.

Volto a repetir, então, que, na posição da indústria, estamos a disposição para perguntas e respostas. É de confiança plena na qualidade e na capacidade da produção brasileira animal, no nosso caso, principalmente de aves, suínos e ovos, mas também na carne de boi, que confiamos também.

Como esta CDH trata de direitos humanos, um dos principais direitos é ter acesso à comida com segurança. Quando fazemos algo... E volto a dizer, foi infeliz o enfoque dado na entrevista inicial e infeliz a divulgação demasiada de fatos que não corresponderiam com a generalização.

Mas quando as pessoas deixam de comer proteínas por conta de mitos ou de falsas impressões, estamos tirando dessas pessoas – por exemplo, de uma criança – o acesso à colina, que ajuda a fazer a ligação neuronal. Temos o selênio, no peito de frango, que ajuda na prevenção da degeneração macular. São coisas que, inclusive, ajudam na saúde pública.

Por isso, então, volto a repetir, temos de trabalhar sim, para melhorar os processos, evitar equívocos como esses que aconteceram, e a indústria está totalmente aberta para participar, melhorar e reiterar a sua confiança nos produtos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. Ricardo João Santin, Vice-Presidente de Mercado da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou a passar a palavra a V. Exª, Senador. Somente um minutinho.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente, também gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou passar a palavra a V. Exªs. Só um minutinho.

Só queria dizer o seguinte, pessoal: é muito grande a responsabilidade desta nossa audiência pública – todos nós sabemos disso, e todas são assim. Estamos pela TV Senado para o Brasil e o mundo. Tudo o que dissermos aqui terá a sua devida repercussão.

Então, queria muito que fizéssemos o debate – eu sei que assim o será – do mais alto nível, mas que todos percebam isso. Estamos falando aqui de uma denúncia grave. Aqui, acho que, na mesa, todos foram firmes de dizer que quem errou vai responder pelo que fez, mas também temos de ter o cuidado – acho que todos tiveram até o momento – de não generalizar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

porque também conquistamos esse mercado de exportação, assim como conquistamos o mercado interno. Digo "conquistamos", porque está sendo com os outros que vêm vender aqui.

Então, precisamos ter esse cuidado. Quero dizer aqui que presido a reunião. Temos de ter esse cuidado enorme pela importância desse debate aqui na Comissão de Direitos Humanos. Tivemos já o Tortelli, que colocou, com muito equilíbrio, as suas preocupações, dois representantes, digamos, do setor e do Governo – posso dizer assim, porque é bom isso –, para que as pessoas percebam que é um debate equilibrado.

Queremos esclarecer os fatos, mas preservando sempre, claro, o interesse nacional. Há uma frase – Senador Garibaldi, V. Exª me ajude, só para encaminhar –, em que, uma vez, perguntaram para o Obama qual era a preocupação dele com a América Latina. Disse ele: "Tenho uma enorme preocupação com a América Latina, mas primeiro com o meu País".

Então, eu queria também que a gente tivesse também essa visão de estadista sobre a importância deste debate.

Senador Garibaldi, com a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, não é sem constrangimento que vou pedir licença a todos para me retirar. O Senador Paulo Paim e a Senadora Regina, Presidente e Vice-Presidente, sabem que, ao mesmo tempo, se reúnem aqui várias Comissões, e o ideal era que eu não falasse agora e pudesse ouvir o que todos têm a dizer, porque, senão, vão dizer "esse falou e não ouviu".

Quero, em primeiro lugar, saudar o Deputado Estadual Altemir Tortelli, o Dr. Coaraci Castilho, que é o Chefe de Gabinete do Ministro Blairo Maggi, o Ricardo João Santin, que acabou de falar, Vice-Presidente de Mercado da Associação Brasileira de Proteína Animal, Darci Pires da Rocha, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, o Antoninho Rovaris, Secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, e ainda o nosso amigo – desculpe-me a intimidade – Siderlei de Oliveira, Presidente da Confederação Democrática dos Trabalhadores.

Temos outra Mesa ainda. Acredito que esta audiência vá prolongar-se. Quero aplaudir a iniciativa da Comissão de trazer tantos convidados e de proporcionar aquilo que mais se disse aqui. Não procurar generalizar, trazer as opiniões e as informações de todos os lados da questão, porque estamos tratando, Senador Paulo Paim e Senadora Regina, de uma questão fundamental para a economia do nosso País.

Podemos ter um País, já em crise, com essa crise agravada. Foram apenas 33 funcionários até agora os responsáveis por esses problemas. Então, queria deixar aqui a minha mensagem.

Vou ver se eu volto, para não se dizer que eu fugi. Se eu puder voltar, eu volto. Se eu não voltar, fica aqui a minha palavra, pedindo a todos uma coisa que o Senador Paulo Paim sabe, que é inerente a mim: serenidade neste debate.

Quero agradecer a presença de todos que me ouviram nesta hora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Garibaldi! (*Palmas.*)

Com a palavra a Senadora Regina Sousa, Presidente desta Comissão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu também quero me desculpar. É que está havendo uma sessão solene na Câmara em homenagem ao meu Estado, o Piauí, que foi o que fez a história da Independência do Brasil fechar. Se não fosse a batalha que houve no Piauí, que só é contada agora nos livros de História, nós não seríamos do tamanho que somos. Havia um acordo de Portugal com o Príncipe D. Pedro para deixar um pedacinho mais perto da Europa para lá. Então, a Batalha do Jenipapo, no Piauí, foi fundamental para que o Brasil fosse do tamanho que é. Então, haverá uma homenagem lá, e tenho de ir. O Governador já está lá.

Mas quero só dizer uma coisa bem rapidamente, gente. Eu acho que, em todo lugar, ou em quase todos, pelo menos, há gente boa e gente não muito boa, há ética e não ética. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

está aí, é visível. Então, o problema geral nesse caso, por exemplo, e em outros em que há fiscalização, em que há fiscais, é que deve haver fiscalização permanente, sem fazer essas coisas de tempo a tempo, porque, onde você fiscaliza alguma coisa, você acaba descobrindo algo que está lá escondido. Agora, se você fiscaliza permanentemente, aí tem de haver mais fiscais, tem de haver diária para os fiscais viajarem, o que vai impedindo alguns avanços, algumas ousadias que alguns possam querer ter. Então, o que pode ficar para a gente de lição nesse negócio, nessa operação, é isto: tem de haver fiscalização permanente.

Agora, ficamos ansiosos para debater porque os dados que passam para a gente... É assim: passam-se dois anos para eles poderem vir à tona! Todo mundo tem o direito de desconfiar: "Em dois anos, eu comi o quê?" Pode ser que estivesse tudo saudável, mas isso fica na cabeça da pessoa, porque se passaram dois anos, para depois virem dizer isso. Podiam ter soltado aos pedaços, que não tinham gerado essa comoção toda. À medida que fossem fazendo isso, eles já podiam divulgar o que estava acontecendo, o que inibiria, inclusive, que isso acontecesse mais.

Vou tocar num tema que pode parecer que não tem nada a ver, mas que tem a ver: o problema do espetáculo que são as operações ultimamente. Desde 2014, mudou completamente o perfil das investigações neste País. Parece que as pessoas estão fazendo as coisas mais para mostrar – alguns, é claro – para o público, e, com o advento das redes sociais, aí é que a coisa...

Então, quando você diz que se põe papelão na carne, o cidadão comum acha que se vai misturar papelão na carne. Quem trabalha sabe que a embalagem de papelão conserva mais. E é mais cara, inclusive, ao que parece, não é? Mas o cidadão comum entendeu que iam misturar. E eles já tinham soltado o negócio. Se não tivessem botado aquilo, aquela gravação para todo mundo ouvir... A explicação no relatório, certamente, diz isso. Mas aí pronto, não há como desfazer, aparecem logo os memes com os espetos de churrasco de papelão, porque o pessoal é criativo. Então, acho que é preciso também maneirar nos espetáculos.

Quero voltar ao caso da Lava Jato, em que, realmente, houve uma comoção nacional. Aquele caso da condução do Lula foi um espetáculo produzido. E, agora, isso está vindo, vai virar filme. O Juiz Moro é coprodutor do filme da Globo, porque vai ceder as imagens. Precisava aquilo? O maior inimigo do Lula, tenho certeza, acha que aquilo não precisava. Lula nunca se negou a ir. E aí outras pessoas vão depor, como Fernando Henrique. Não havia um jipinho da Globo acompanhando o Fernando Henrique! Então, por que isso?

Então, há necessidade de espetáculo. O Ministério da Justiça poderia estar aqui também, numa destas Mesas, exatamente para ver isso. Agora, está difícil frear. Em tudo o que se faz, tem de se fazer uma apresentação com *data show*, e aí vira espetáculo, e o principal não é visto, fica nas entrelinhas.

A gente sabe de um monte de operações. Por exemplo, aqui em Brasília, há o caso dos médicos. São todos os médicos? Não. Mas houve médico colocando prótese em pessoas que não precisavam de prótese. Há médico que cobra consulta do SUS e do paciente. Então, em todo lugar, você encontra isso. Agora, não é preciso haver espetáculo, não é preciso fazer espetáculo desse negócio, porque isso prejudica um monte de outras pessoas, inclusive os produtores e os trabalhadores. Há muita gente desempregada aí, como a gente sabe. Para corrigir isso, é muito complicado.

Acho que precisamos também trabalhar esta questão de cada investigação não virar um espetáculo, porque, depois, tem de fazer atenuante, tem de desdizer algumas coisas, e aí a população já incorporou o que foi dito, pois a primeira verdade é a que fica. Então, acho que temos também de trabalhar essa questão. Agora...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ...a fiscalização permanente é que vai evitar que algumas coisas aconteçam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já pede um aparte de Senador para Senador. Se quiser um aparte, peça para ela.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, não se trata de aparte. A Senadora Regina pode até pensar que vou me contrapor a ela, mas vou, inclusive, dar razão a ela no que toca a haver uma fiscalização permanente, como ela falou.

Creio que o Dr. Castilho vai levar isso ao nosso Ministro Blairo Maggi, porque o Ministro Blairo Maggi é credor, no Senado, da nossa confiança. Nós temos absoluta confiança no Ministro Blairo Maggi, nosso colega aqui. A fiscalização precisa se tornar permanente. Acredito – esta é uma questão de minha confiança – que tudo vá ser esclarecido, porque o Senador Blairo Maggi faz questão disso. O Dr. Castilho está aqui para dizer isso melhor do que eu.

Obrigado, Presidente. Desculpe-me por interrompê-lo. É que vou agora para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde sou o Vice-Presidente. Dizem que vice é vice, mas vou lá de qualquer maneira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

À Senadora Regina, que fez sua fala e vai ter de sair, eu queria que a gente desse – já batemos palmas para o Garibaldi – uma salva de palmas! (*Palmas.*)

A palavra agora está com o Sr. Darci Pires da Rocha, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA).

O SR. DARCI PIRES DA ROCHA – Bom dia a todos e a todas!

Eu gostaria de, em nome do Senador Paulo Paim, que é o nosso defensor dos direitos dos trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul – sou daquele Estado também –, saudar os demais participantes da Mesa e desta audiência pública.

Já estivemos aqui, Senador, outras vezes para tratar deste mesmo setor, o setor da carne, o setor dos frigoríficos brasileiros, dos frigoríficos gaúchos, e para questionar as condições dadas aos trabalhadores. É evidente que minha fala aqui vai seguir muito mais na defesa dos trabalhadores que estão envolvidos nesse episódio e que correm risco de ficarem desempregados. Então, é nesse sentido que a nossa confederação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA), aceitou esse convite e vem aqui se pronunciar.

Quanto aos setores de frigorífico, há muito tempo a gente veio a esta Comissão para fazer uma discussão sobre as condições de trabalho. Nós fizemos uma pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul em parceria com a Universidade Federal de Pelotas e com a Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul, para fazer um diagnóstico do setor. Observamos lá, em 2003, em 2004, juntamente com a Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul – está aqui o Valdemir, está aqui o Siderlei –, que as condições nesse setor eram totalmente desfavoráveis aos trabalhadores. Estivemos, em duas oportunidades, nesta mesma Comissão, fazendo essa denúncia. Estivemos aqui outras vezes também, por causa de outras denúncias que não eram nossas, de acidente grave nesse setor. De lá para cá, pouco foi mudado, salvo a partir da NR 36, que foi uma construção de várias mãos, dos trabalhadores, do Governo e também do setor patronal. Com o advento da NR 36, formou-se uma força-tarefa no Estado do Rio Grande do Sul, e foi possível que, pela primeira vez, os trabalhadores adentrassem o local de trabalho – os representantes sindicais – e vissem as condições às quais os trabalhadores estavam submetidos.

É claro que, quando tu vais fazer uma fiscalização de condição de trabalho, tu também observas outras condições que existem dentro desse setor. Sem generalizar, eu gostaria de dizer aqui que nem todos os estabelecimentos oferecem péssimas condições de trabalho. A NR 36 tem mudado isso muito. Mas quero dizer que aquele grupo empresarial que não respeita as condições dignas de trabalho, por certo, não respeita também o consumidor. Essa é uma constatação nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Dentro de alguns estabelecimentos que visitamos, há alguns setores, como o setor da reciclagem, em que observamos algumas coisas que estão no conteúdo dessa denúncia, como a perda de validade, como a troca de embalagem, entre outras questões. É evidente que não é a grande maioria, mas é certo que isso existe.

Portanto, a nossa confederação apoia integralmente a investigação, para que todos os envolvidos sejam punidos, corruptos e corruptores. Para que um lado exista, é preciso que exista o outro. Não podemos perder isso de vista. É preciso ter clareza de que, infelizmente, nosso País vem sendo tomado por esta praga que é a corrupção, e, de alguma forma, todos têm responsabilidade, porque a corrupção é generalizada e, hoje, parece-me, faz parte da cultura do nosso País. Essa é uma coisa que tem de ser extirpada, para podermos avançar.

É evidente que a publicização generalizada também não ajuda em nada. Muito pelo contrário, ela coloca bons e maus no mesmo patamar. A gente sabe que é uma pequena parcela, felizmente, que faz isso. Mas, quando se generaliza, é a mesma coisa, Senador Paulo Paim, que dar um banho na criança na gamela e jogar a água e o neném fora. E é isso que se está fazendo neste momento, no nosso entendimento.

Os trabalhadores, Senador Paulo Paim – o senhor, para mim, é o maior defensor dos trabalhadores no Brasil, não em detrimento de outras pessoas –, não podem pagar essa conta, no nosso entendimento. Essa conta não pode ser paga pelos trabalhadores. Os governantes, neste momento, têm de trabalhar com os dois lados, o lado de salvar a indústria, aquilo que é bom, e de extirpar esses fatos que aconteceram e essas atitudes e o de sanar tudo isso, para que a gente consiga continuar produzindo e continuar empregando nesse setor.

A pressão que está na cabeça dos trabalhadores por causa das demissões é muito grande neste momento. Há trabalhadores que não sabem hoje se, amanhã, vão continuar empregados. Esses mesmos trabalhadores de que falei aqui são os que estão submetidos a extensas jornadas de trabalho, a um ritmo elevado de produção, a pressões de chefias, num ambiente frio, mórbido, com muitos acidentes de trabalho. Com essa pressão maior, é evidente que isso também pode aumentar dentro das empresas por conta dessa situação de insegurança que a gente está vivendo neste momento no nosso País.

As empresas desse setor são empresas altamente beneficiadas com incentivos fiscais, com isenção fiscal, com ajudas de governo, principalmente apoiadas pelo BNDES, que tem sido parceiro dessas empresas e, inclusive, sócio de algumas. Afora esses incentivos que são dados pelo Governo Federal, nós temos ainda os incentivos estaduais.

Está aqui o Deputado Tortelli, que tem conhecimento de que, no Estado do Rio Grande do Sul, há um programa chamado Agregar-RS, que também beneficia esse setor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DARCI PIRES DA ROCHA – ...e ajuda os empresários.

O que a CNTA vem propor, nesta audiência pública, é muito lógico, ou seja, que os governantes do nosso País tencionem medidas neste momento ou baixem um decreto ou façam uma negociação, alguma coisa do gênero, no sentido de garantir o emprego dos trabalhadores, Senador Paulo Paim. Os trabalhadores não podem pagar essa conta. Os trabalhadores estão inseguros. Os trabalhadores estão clamando contra tudo isso por que eles passam, pelo ambiente em que eles vivem, pelos baixos salários e, agora, ainda mais presente, por essa questão do desemprego.

Então, a nossa confederação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, propõe que seja garantido, no mínimo por seis meses, o emprego dos nossos companheiros. É isso que a gente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. DARCI PIRES DA ROCHA – Não adianta ficar aqui fazendo debates. É importante que a indústria se salve, mas nós, na nossa Confederação, somos defensores dos trabalhadores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

queremos garantia de emprego para eles nesta situação que o País atravessa. Os trabalhadores não têm nenhuma responsabilidade sobre isso. Os trabalhadores produzem, são subordinados e fazem a riqueza desse setor. Se algum trabalhador, em algum momento, teve de cumprir tarefas que desabonavam a conduta do cidadão brasileiro, ele é um subordinado. Devemos lembrar sempre disto: mandam que ele o faça. Portanto, nós queremos garantia de emprego para os trabalhadores.

A confederação agradece este espaço, agradece o convite desta Comissão e se coloca à disposição no decorrer do debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Darci Pires da Rocha, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins!

Eu perguntava ao Coaraci e ao Ricardo quantos empregos, quantos trabalhadores estão nesse setor. Você me disse aqui que são 6,7 milhões. Por isso, Darci, a sua preocupação é justa. Nós estamos falando aqui de quase sete milhões de famílias que dependem desse emprego. Você coloca, com muita convicção, com muita certeza, que os trabalhadores não podem pagar essa conta por causa do erro de alguns que estão sendo investigados. A Policia Federal está aí. O sindicato correspondente à Polícia Federal está presente e vai fazer uso da palavra também num segundo momento.

O SR. ALTEMIR TORTELLI – São 6,7 milhões no setor de carnes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos. Toda a rede.

O SR. ALTEMIR TORTELLI – De leite, ovos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Toda a cadeia, toda a cadeia.

O SR. ALTEMIR TORTELLI – No setor de carnes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No setor de carnes.

O SR. ALTEMIR TORTELLI – No de suínos, de aves e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso! É o setor de carnes, como me disseram aqui.

O SR. RICARDO JOÃO SANTIN – É o de carne, de suínos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E aves.

O SR. RICARDO JOÃO SANTIN – ...de aves e de ovos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente!

Com a palavra Antoninho Rovaris, Secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar o Senador Paim e, em nome dele, os demais Senadores que aqui estavam.

Quero cumprimentar o Deputado Estadual Tortelli, do Rio Grande do Sul.

Também contamos com a presença de Dirceu Dresch, de Santa Catarina, nosso Deputado Estadual. Quero cumprimentá-lo.

Quero cumprimentar o Coaraci, do MAPA; o Ricardo, da ABPA; o Darci, da CNTA; e o Siderlei, do setor da alimentação.

Vou ser muito rápido e tentar colocar, dentro do prazo, as nossas considerações.

Em primeiro lugar, quero colocar muito claramente para todos e todas que, infelizmente, a cada dia, nós vemos no Brasil a forma como a política brasileira interfere, inclusive, nas questões privadas. Esse setor, apesar de nós, agricultores familiares, lutarmos muitas vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

quanto à sua forma de existência, é um setor importante para o nosso Brasil, para a nossa Nação, sem dúvida alguma.

Não tenho dúvidas de que não há problemas com relação à produção de carnes no Brasil, até que essa carne chegue ao frigorífico. Nós, agricultores, sempre levamos em consideração toda a parte sanitária, nós damos o melhor trato possível às nossas criações, aos nossos animais. Agora, o problema de que estamos falando aqui se dá quando esses animais chegam ao frigorífico, porque aí é que acontece essa interferência. A partir da interferência partidária, acontecem os problemas que estamos detectando.

Só quero registrar que nós, da Contag, não lançamos nenhuma nota. Nós a temos aqui. Por quê? Porque nós respeitamos os agricultores do Brasil. Assim como os trabalhadores da indústria colocaram que eles não vão pagar esse pato, nós também entendemos que não devemos pagá-lo.

Faz-se uma grande pergunta aqui neste momento. Haverá perdas, com certeza, em função dessa denúncia apresentada pela Polícia Federal. Queremos que todos sejam punidos, obviamente os culpados. Mas a grande pergunta que fica é a seguinte: a carne caiu, o preço vai cair, o frango vai ficar nos estabelecimentos dos agricultores, os suínos não vão para o abate, e quem é que vai pagar essa conta? Outra vez, seremos nós, Tortelli, com o leite compensado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, fato que aconteceu outra vez? Então, são perguntas que a gente deixa no ar.

A gente sabe que, infelizmente, como foi dito aqui pelo Darci, representante da CNTA, nós trabalhamos arduamente para termos uma lei que regulasse a questão da integração, mas que, no momento de fecharmos minimamente algum tipo de garantia de estabilidade de preços para os agricultores, não conseguimos fazê-lo, infelizmente, com a intervenção do governo.

Então, o que temos hoje? Temos o onipotente senhor mercado mandando na realidade da agricultura brasileira. Endossando o que o Deputado Tortelli coloca, no Rio Grande do Sul, em 1980, ou melhor – desculpem-me! –, em Santa Catarina, em 1980, havia 59 mil produtores de suínos, Tortelli, mas, hoje, eles não passam de 8,5 mil, não chegam a nove mil, produzindo dez vezes mais do que estávamos produzindo.

A grande pergunta que fica no ar – digo isso, modestamente, como Secretário de Meio Ambiente da Contag – é a seguinte: qual é o preço que estamos pagando com relação a tudo isso que estamos vendo e ouvindo? Há frango com 40 dias sendo abatido; há concentração imensa de suínos no mesmo lugar, jogando seus dejetos dentro dos rios; há a expansão da Amazônia, onde, recentemente, o Ibama multou frigoríficos porque estavam abatendo animais de áreas griladas. Para que tudo isso? Essa é a grande pergunta que deixamos no ar.

Esta é a segunda questão: quantas visitas de fiscalização o MAPA fez nos últimos dez anos a essas empresas? Agora está fazendo? Qual é o quadro funcional dos fiscais do MAPA? Nós os defendemos, sem dúvida, apesar de sabermos que, desde 2006, estamos buscando a implantação do Suasa, que, para simplificar, é o SUS animal, e enfrentamos uma oposição ferrenha dessas pessoas, dos fiscais, porque eles acham que quebraremos o monopólio deles.

Aí surgem perguntas no ar: por que a Anvisa, que hoje é responsável por toda a parte da fiscalização vegetal e que é do Ministério da Saúde – estamos falando aqui de saúde, na nossa avaliação; não estamos falando apenas da questão comercial de uma cadeia produtiva, mas estamos falando aqui de saúde –, não passa a assumir essa parte de fiscalização animal? Por que isso tem de ser feito no MAPA? (*Palmas.*)

São questionamentos que colocamos no ar, para que comecemos, de uma vez por todas, a desmistificar a grande influência dos conglomerados internacionais, que estão, a cada dia, fazendo com que os monopólios passem a ser prioridade de governos deste País.

Isso vem frontalmente colocar para nós outra grande pergunta: qual é o modelo de desenvolvimento que queremos para este País? É uma agricultura sem gente, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

mecanização, com pequenas vilas rurais, com empregados dos grandes frigoríficos e dos grandes conglomerados, dos grandes fazendeiros?

São questionamentos que trazemos, porque, dentro de todo esse conjunto de discussões, precisamos ter muita clareza sobre algumas questões.

O vídeo que o Tortelli nos traz me aguçou uma curiosidade que jogo para vocês também como pergunta. Será que não há, por trás disso, uma ideia de privatização desses serviços? No Brasil, virou moda. Temos agora... Desculpe aqui o pessoal da área de alimentação, vai ficar pior, porque a terceirização passou agora. Então, temos muita chance de aqueles que eram e são empregados hoje – desculpe aqui – das indústrias diretamente serem substituídos por terceirizados. Pagarão menos, com certeza, terão menos garantia e tudo mais.

E isso é em nome do quê? Do ganho do mercado. E aí os milhões e bilhões de dólares que o nosso companheiro da ABPA disse que trouxe para o Brasil foram para onde mesmo? Temos agricultores e avicultores quebrados, dizendo para nós que não conseguem continuar tocando a sua granja, porque não têm condições.

Então, há perguntas, amigos e amigas, que a gente precisa fazer, num momento desses. E é necessário deixar muito claro que a Contag apoia indistintamente as questões das investigações. A Contag quer que todos e todas paguem por aquilo que fizeram, mas, principalmente, a Contag quer que a gente tenha, dentro desse processo, a seriedade de que nós não estamos tratando apenas das questões comerciais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONINHO ROVARIS – ... de mercado, mas estamos tratando também e principalmente de saúde pública. E 80% do povo brasileiro come esse alimento que está sendo produzido, e isso não pode simplesmente ser jogado como uma questão comercial.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Darci Pires da Rocha, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA).

Como temos três Mesas, pessoal, vou naturalmente dar o tempo igual de dez minutos com mais cinco para cada um.

E vou chamar...

O SR. ALTEMIR TORTELLI (*Fora do microfone.*) – O Darci foi antes do Rovaris.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem.

Então, agora vai ser o Siderlei de Oliveira, Presidente da Confederação Democrática dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins.

O SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA – Bom, estamos tratando do principal produto de exportação brasileira, que emprega 6 milhões de trabalhadores e que é um dos produtos principais para a balança comercial. Então, estamos tratando aqui de uma coisa muito importante.

A posição da Contac, que eu já externei em documento, que assinei e mandei, era a preocupação com o setor, que emprega 6 milhões, segundo a informação dos próprios empresários. É o setor que mais emprega no Brasil. É o setor que pega o dólar, lá na Europa, lá na Ásia, e joga lá na colônia, lá onde plantam milho, para os trabalhadores; são grandes empresas.

Colocar uma empresa avícola para produzir 20 mil não é viável. São empresas que empregam de mil trabalhadores para cima. Então, é um setor que emprega muito. E não estou dizendo que é um setor que emprega muito e paga bem; não, não é isso. É um setor que adoecia os trabalhadores. Discutimos e chegamos a fazer uma norma que regulamenta o trabalho nos frigoríficos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Estamos falando aqui, eu estou falando aqui da preocupação com a qualidade dos produtos que são exportados, e mais com a qualidade daquele produto que é consumido no Brasil. Primeiro, a exportação não tem problema. A forma com que foi divulgada a informação pegou em cheio, e isso já se espalhou para todo mundo.

O produto exportado é muito bem cuidado – é muito bem cuidado! Se os hospitais brasileiros tivessem a higiene que há dentro de um frigorífico, não existiria infecção hospitalar, porque o trabalhador chega, coloca outra roupa limpa, entra para trabalhar; há lugares que até banho ele tem que tomar antes de chegar ao local, exigência do comprador. Então, o problema lá... Nunca um frigorífico vai mandar um produto com problema, porque vai voltar, e ele vai perder o cliente.

Já estou envolvido com a questão da carne desde a luta, quando ajudamos a segurar para não fosse consumida a carne de Chernobyl. Quem se lembra disso, do acidente de Chernobyl? O Ministro da época a importou quase de graça, e aquilo era um lixo atômico. E, por denúncia sindical da Europa, nós começamos a acompanhar aqui. E demos uma piscada de olho, foi mudada a embalagem do produto, e ele foi consumido como salame. Quantos de vocês comeram aquilo? Então, não é de hoje que a gente tem que cuidar dessa questão.

Mas eu concordo que o debate aqui não é sobre a questão do salário, não é sobre a questão dos trabalhadores; temos que discutir em outro momento. Temos que discutir também sobre o produtor, que ganha muito pouco para produzir o frango. Em outra hora, é preciso haver uma discussão dessa. Estamos falando da questão da importância que tem esse setor.

A forma da divulgação foi muito ruim. Eu mesmo tive dificuldade. Quando me disseram: "Cabeça de porco faz mal, cabeça de porco é não sei o quê." Eu disse: "Para, eu como tanta cabeça de porco!"

Da forma como eles fizeram, quem comer cabeça de porco morre. E não era nada mais além do fato de não se poder misturar na linguiça porco com carne de gado, porque, na maturação, são tempos diferentes, e aí dá problema. Bom, não explicaram, mas, quando largaram assim...

A questão do papel na carne. A gente que conhece sabe que seria impossível aquilo acontecer. Agora, há uma coisa que não dá para negar: não há fiscalização para o consumo interno. Tenho um documento aqui de empresas maquiadoras de produto, que pegam o produto e mudam até a marca, até pirata eles faziam, até piratas há. Pegam o produto e colocam uma marca famosa, que é mais fácil para vender. E vendem para merenda escolar. Está aqui o nome da empresa, onde fazem isso. Esse documento já está na minha mão há mais de um ano. E estou buscando onde fazer a denúncia que surta efeito.

Gente, a corrupção continua sendo o maior problema brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Siderlei, na minha opinião, tu deverias dar o nome, porque senão fica na generalização. Então, dá o nome.

O SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA – São frigoríficos como: Apura Brasil Alimentos; Braskarne e Comércio Ltda. Esses são maquiadores.

O SR. ALTEMIR TORTELLI (*Fora do microfone.*) – De qual Estado?

O SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA – Há em São Paulo, e grande parte do produto veio do Paraná.

Então, não é a empresa grande que faz. Há uma máfia de maquiadores de produtos que vende para o consumo interno. Então, tem que haver fiscalização, tem que ser fiscalizar fortemente.

E a outra coisa perigosa que estão discutindo é sobre a retirada dos fiscais de dentro dos frigoríficos. Não pode! Fiscal federal tem um papel. Há alguns corruptos. Como apareceram? Mandem embora, punam. Agora, é muito importante a fiscalização interna dentro dos frigoríficos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

E aí, se municipalizar ou entregar para a empresa? Nós estamos pedindo para levar, como diz o outro. Não vai haver fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu posso fazer uma pergunta com o que já foi dito? E se terceirizar?

O SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA – Não. Aí existe outra. Eu ia falar. O Senador adiantou. Foi bom, Senador, mas eu ia falar. Imagine agora o setor da alimentação terceirizado – qualquer setor, mas estamos falando de alimentação. O trabalhador que trabalha tem responsabilidade. Ele é empregado daquela empresa. Ele sabe o compromisso e a responsabilidade dele com a qualidade. Agora, a cada dia muda o empregado. Terceirizado é assim. Que produção vai dar? Gente, a terceirização é olhada para os empresários só, a vantagem deles, mas o povo tem que olhar o problema que há para os trabalhadores e o problema que há para eles.

Eu estou citando o exemplo da carne aqui. A carne é um produto que nós consumimos muito. Não há fiscalização suficiente na ponta. Todas essas empresas que foram denunciadas foram empresas que vendem internamente. Podem ver. Talvez uma exporte. Parece que há uma ou duas que exportam, mas o problema está aqui internamente.

Então, inclusive, esse documento está à disposição. Eu posso disponibilizar para quem quiser esse documento. Os empregos correram um risco tremendo. Os trabalhadores estão dentro das fábricas apavorados, porque sabem que vai sobrar para eles. Para esse setor voltar a trabalhar de novo agora vai demorar, porque já mataram os pintos, quebraram os ovos que estavam chocando, mataram os pintinhos que tinham nascido. Então, até esse setor voltar e até o comprador ter confiança de novo para comprar do Brasil... Então, queira ou não, vai sobrar para os trabalhadores ainda. Já há demissões no Paraná e em outros lugares.

Então, também tem que cuidar disso. Eu acho que foi uma divulgação malfeita. Não tem que passar a mão em cima de corrupto. Tem que botar na cadeia. Mas tu podes prender o cara sem acabar com o setor, para a gente aprender a cuidar do setor. Punir os responsáveis, mas tem que preservar o setor produtivo, o que não aconteceu em outras ocasiões, onde o setor produtivo não foi preservado. Acho que é disso que temos que cuidar.

Quando um alemão vem aqui, nunca o vi falando mal do produto que ele fabrica. E nós, parece que é sucesso falar mal do negócio. Agora, só fala, porque há problema; só falamos, porque há malandragem, porque há corrupção. E fazer corrupção na alimentação tinha que ser pena perpétua, não poderia sair mais da cadeia. O cara que bota porcaria no alimento está matando criança, está matando consumidor adulto, velho e tudo. Não importa.

Há uma gravação sobre o leite, porcaria no leite, e o cara disse assim: "Tira para os meus barrigudinhos antes de botar a mistura." Para os filhos dele não era para botar naquele leite. Gente, tem que botar na cadeia mesmo, não passar a mão por cima, não tem que deixar... Depois, começa aquela enrolação, enrolação, a gente esquece, e o cara fica aí fazendo outras barbaridades.

Então, é um setor importante, tem que ser preservado. O número de empregos, a questão das doenças que há dentro nós estamos cuidando para ver se melhora esse setor, mas a questão da qualidade tem que ser preservada. E nós não podemos jogar a bacia com a criança dentro, como fizeram e já estourou lá fora, aquela ânsia de denunciar. A gente tem responsabilidade. A gente tem responsabilidade como sindicalista, porque nós somos responsáveis por aqueles trabalhadores. É lá no sindicato que vai bater na hora em que houver o desemprego. Em um momento desse a gente tem que preservar isso, mas tem que punir, tem que dar os nomes. A outra coisa errada que há é que começa a esconder nome do fulano, do ciclano e tal. Não! Vamos dar nomes aos bois para que isso acabe de vez, e nós voltemos a ter tranquilidade no setor.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Siderlei de Oliveira, Presidente da Confederação Democrática dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação e Afins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Siderlei, eu falava aqui com o representante do Ministério da Agricultura e do Senador e hoje Ministro Blairo Maggi. Ele mesmo entende que você deveria me entregar esse documento, e vou encaminhá-lo para o Ministério da Agricultura para que ele faça as devidas investigações necessárias. Se você puder me entregar agora, eu já o recebo neste momento aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Neste momento, porque nós temos três Mesas, pessoal, eu vou pedir aos convidados dessa primeira Mesa que, se puderem – as placas acompanham, porque teremos ainda o debate –, retornem para a primeira fila. E vamos convidar já a segunda Mesa. O.k.?

Valdemir Moreira Corrêa, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, por favor; Alexander Dornelles, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários; Flávio Werneck Meneguelli, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais (Sindipol); Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores; Claudir Nespolo, Presidente da CUT do Rio Grande do Sul; e ainda, nesta segunda Mesa, Dirceu Dresch, Deputado Estadual de Santa Catarina.

Teremos uma terceira Mesa: Ernane Garcia Ferreira, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná; João Bosco, Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários (Asfagro); Péricles Salazar, Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo); Carlos Cerqueira, Diretor do Sindalimentação do Estado da Bahia; pela Intersindical, ou seja, já foi chamado, o Bira.

Então, vamos, de imediato, à nossa segunda Mesa.

Eu pediria que os nossos convidados que estavam nessa Mesa ficassem, de preferência, na primeira fila – isso é praxe aqui na Comissão –, porque nós vamos, depois, às considerações finais e ao debate de cada um deles. É importante que os representantes do Governo e do setor empresarial, que já estão acomodados aqui na primeira Mesa, fiquem para o segundo momento.

Então, para ganhar tempo, de imediato, Valdemir Moreira Corrêa, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

O SR. VALDEMIR MOREIRA CORRÊA – Bom dia a todos!

Saudando o Senador Paim, eu saúdo os demais participantes desta Comissão. E, desde já, agradeço ao Senador Paim pela recepção dessa proposta de audiência pública para tratar de um tema tão caro e tão importante no momento para todos nós.

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul recebeu com bastante preocupação a publicação da Operação Carne Fraca, preocupação e surpresa. Nós, que representamos 35 sindicatos no Rio Grande do Sul, 125 mil trabalhadores – e, desses, mais de 50 mil trabalham diretamente em trabalhos formais no setor de indústria de carnes –, temos uma visão: nós acreditamos que houve uma dimensão desproporcional aos fatos e nos preocupa bastante a repercussão que pode haver com relação a esses impactos dessa divulgação.

Nós acreditamos que, de forma nenhuma, pode haver a generalização, porque a generalização faz com que nos preocupemos com toda a cadeia produtiva, desde os pequenos produtores, passando por nós, que participamos de uma etapa importante do processo produtivo, que é a transformação dos alimentos, que são os abates, enfim, a transformação e o processamento de alimentos. E, com certeza, pode afetar todo mundo, pode afetar, principalmente, a questão dos empregos. Nós trabalhadores temos uma preocupação muito grande com os empregos e temos preocupação com a economia, evidentemente, com o próprio setor e com o consumidor.

A Federação, Senador Paim, nós temos um projeto de segurança e soberania alimentar lá no Rio Grande do Sul que faz com que os trabalhadores também sejam vigilantes nessa questão de compromisso e responsabilidade com aquilo que se produz. O Ministério Público, que é um dos nossos parceiros – inclusive, lá no Rio Grande do Sul, o Ministério da Agricultura também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

tem participado de várias ações nossas –, diz assim: "Os trabalhadores, em frigoríficos do Rio Grande do Sul e nas indústrias da alimentação de modo geral, são os nossos olhos lá dentro." E, chamando esse trabalhador para a consciência de que ele é responsável pelo alimento que vai para a população, mas que vai para a sua família, que vai para ele consumir, ele tem um papel tão importante nesse processo. Ele também tem responsabilidade.

Quero dizer que no Rio Grande do Sul o sistema de investigação, o sistema de fiscalização público é muito eficiente, e, então, isso nos dá uma segurança quanto à questão da sanidade. Aí o problema pode ser muito além da sanidade: talvez mais do que um crime contra a saúde pública, possa haver o crime da corrupção, que tem que ser investigado.

Nós defendemos que qualquer irregularidade, qualquer envolvimento, seja de agente público, seja de agente privado, tem que ser investigado e tem que ser rigoroso. Nós defendemos que a investigação tem que ser ágil, tem que ser eficaz e tem que ser transparente – muito transparente! –, porque esse reflexo todo do que aconteceu nos deixa uma grande preocupação.

Por isso, nós estamos cada vez mais empenhados para que seja sanado esse problema. E repito: no Rio Grande do Sul, a federação exerce, junto com seus 35 sindicatos filiados, o papel de sindicato cidadão. Porque é importante lutar por salário, é importante se mobilizar por condições de trabalho, mas é importante existir a preocupação também com a população, é importante existir a preocupação com o consumidor.

Então, existem alguns vieses desse desdobramento relacionados à questão da preocupação com o desemprego e que podem afetar, como eu falei, toda a cadeia produtiva. E o nosso projeto, Senador Paim e demais participantes, criou um *site* específico para denúncias de violações da segurança alimentar. Os trabalhadores fazem a denúncia para esse *site* da federação, e da federação ela vai para o Ministério Público, que é, exatamente, a questão de se denunciar aquilo que está acontecendo no processo produtivo. E, mais do que ninguém, o trabalhador está atento. E é de quem eu faço a defesa, desde já, de que não se envolve nessas questões. Então, é importantíssimo que se avance nessa ideia de fiscalização, repito, ágil, eficaz e transparente.

E a preocupação da federação com a segurança alimentar e com a saúde do trabalhador vem de muito tempo. Esse projeto que o Darci citou, essa pesquisa que foi feita pela federação juntamente com Universidade Federal do Rio Grande do Sul, detectou uma série de problemas e a forma como se organiza o setor produtivo no Rio Grande do Sul. Diga-se de passagem, já melhorou muito – melhorou muito! Como que foi feito? A NR 36, que é NR específica dos frigoríficos, está fazendo com que, principalmente através da força-tarefa de que a federação também participa, se detectem os problemas que ainda existem de adoecimento dos trabalhadores – as questões ergonômicas, as adequações que as empresas têm que fazer. Isso está sendo feito pela grande maioria das empresas.

Então, repito, nós não podemos generalizar. Muito precisa ser feito ainda. Agora, não é essa dimensão toda que há. Nós temos que nos preocupar com os empregos, nós temos que nos preocupar com a cadeia produtiva, desde o produtor até o consumidor.

Então, a federação agradece. E nós pedimos, Senador Paim, que se unam forças no sentido de buscar com que se agilizem as investigações, que elas sejam feitas, e que os responsáveis sejam punidos severamente. Mas essa penalização não pode impactar no setor exportador, que é muito importante para o País.

E, diga-se de passagem, os países que recebem a carne brasileira têm um controle rígido de sanidade. Ou seja, as exigências para exportação são rigorosas. Por isso, os frigoríficos, com certeza, no Rio Grande do Sul, estão fazendo a sua parte, com a contribuição efetiva dos trabalhadores.

Agradeço, Senador Paim.

E contem com a federação para todas as ações necessárias para que sejam esclarecidos os fatos, e apurados e punidos os responsáveis, seja do setor público, seja do setor privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, nosso companheiro!

Eu estava aqui atendendo, pessoal, porque, ao mesmo tempo em que estou aqui, estou cuidando da terceirização com o meu relatório. O Presidente pediu, ele vai ser encaminhado agora, com uma pequena alteração.

Ao mesmo tempo, estão pedindo para eu registrar a minha presença, aqui ao lado nas Comissões. São cinco Comissões em que eu tinha que estar presente. Eu registro, num único computador, as cinco. Aí o Senador Acir Gurgacz vai ficar um pouco aqui até que eu vá lá registrar essa presença.

Eu peço aqui, com muito carinho... Valdemir, eu estava falando, quando você concluiu. Uma grande salva de palmas para o Valdemir, que defendeu com muita firmeza os interesses dos trabalhadores. Que se investigue tudo: culpado é culpado; inocente é inocente!

Chamo agora Alexander Dornelles, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA Sindical).

O SR. ALEXANDER DORNELLES – Bom dia a todos!

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim e todas as autoridades e representantes que participam desta audiência pública, já parabenizando a iniciativa desta Comissão do Senado por trazer esse tema à discussão, considerando todos os impactos diretos e indiretos relacionados à essa operação.

É importante frisar que eu represento aqui o Sindical Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários, que é de uma carreira composta por veterinários, agrônomos, zootecnistas, farmacêuticos e químicos. E todos nós temos paixão pelo que fazemos dentro dessa colaboração que a nossa categoria tem para todas as cadeias produtivas do agronegócio, pensando no pequeno e médio produtor.

É importante que alguns pontos, sob o nosso ponto de vista dentro dessa discussão, sejam esclarecidos nesta oportunidade. É importante colocar que, dentro da Administração Pública, o que mais queremos como categoria é oferecer um bom serviço para a cadeia agropecuária, pensando no consumidor final. E o que nós mais buscamos evitar é tudo isso que está acontecendo.

No entanto, muitas vezes, em função de dificuldades do que nós vimos discutindo e que é o pano de fundo desta discussão – a corrupção, em que nós temos corruptos e corruptores. E não nos esqueçamos desses componentes, a despeito de ser uma pequena parte de servidores públicos dedicados ao agronegócio, que é o que sustenta a economia deste País –, nós entendemos a necessidade de trazer à tona alguns pontos muito importantes, no sentido não de trazer à discussão, que foi muito bem conduzida e que teve muito bem levantados todos os pontos relacionados à operação, mas já no sentido de começar a nos encaminhar para as soluções e os aprendizados que temos com esse processo todo que estamos vivendo e que todos nós queremos que passe o mais rápido possível.

Recentemente, para discutir internamente a questão da meritocracia no Ministério da Agricultura – que se traduz na prática por criar cargos que valorizem mérito, capacidade e aptidão profissional para ser um dirigente dentro da Administração Pública –, visitando, por exemplo, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e estudos das escolas de gestão pública de Harvard, entre outras referências, chegamos à conclusão de que essa operação traz, de uma maneira muito contundente, a necessidade de profissionalizar, de forma muito contundente e de forma imediata, a forma de ascender aos cargos de comando dentro da Administração Pública. E, neste momento, discutimos a questão do Ministério da Agricultura: a despeito desse problema que vemos acontecer dentro do Ministério da Agricultura não ser exclusivo do Ministério da Agricultura, neste momento, é a discussão que se faz.

E, portanto, para que possamos nos relembrar de episódios anteriores – não muito positivos, porém necessários para que, a partir de agora, tenhamos um novo recomeço –, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

2005, ano em que vivemos situações muito importantes para o País, uma grande revista convidou vários especialistas em Administração Pública, os quais colocaram dois pontos como muito importantes a serem pensados dentro da cultura brasileira. O primeiro ponto é a distribuição política de cargos; e o segundo é o sucateamento do Estado. E é dentro desses dois pontos, Excelência, que trazemos, de maneira muito propositiva e positiva em relação ao cenário que estamos vivendo, três pontos principais.

O primeiro deles é o nosso apoio à Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, que nos traz à tona a necessidade de penalizarmos aqueles que não trabalham de maneira digna dentro do nosso interesse como categoria e como País.

O segundo ponto é a necessidade urgente, já discutida e colocada de maneira muito consistente e fundamentada, de reposição de mais profissionais que nos ajudem a desenvolver um melhor trabalho para o País. E essa é uma percepção que nós temos não somente dentro do nível federal, onde temos a nossa carreira de auditores fiscais federais agropecuários.

Isso se traduz nos Estados e nos Municípios de forma que tenhamos cada vez mais profissionais da nossa categoria de veterinários, de agrônomos, zootecnistas, químicos, farmacêuticos atuando em nome do Estado para proteger o interesse do cidadão.

A questão da terceirização dentro desse tipo de trabalho, quando a gente fala de fiscalização, fala de qualquer coisa em que a gente tenha interesse público, surpreende-me sobremaneira, uma vez que, se a gente analisar dentro de outros Poderes da Administração Pública, em função de todas as dificuldades de pessoal, não se questiona, por exemplo, terceirizar o Ministério Público, não se questiona terceirizar o juiz federal. Por que então se questiona terceirizar uma fiscalização que trabalha para proteger o interesse do cidadão? Para evitar tudo isso que nós temos discutido aqui – e que, felizmente, é uma pequena exceção a uma regra – tem-se trabalhado diuturnamente, muitas vezes finais de semana, para garantir todos os interesses do País, em termos de proteção do nosso patrimônio pecuário, do nosso patrimônio agrícola e dos interesses dos consumidores.

O segundo ponto, a questão de pessoal, só para que a gente possa exemplificar e entender numa dimensão mais prática o que tem acontecido, somente em um dos três serviços envolvidos nessa operação em que nós temos cerca de 700 servidores que atuam no Serviço de Inspeção Federal, um quarto deles está com abono de permanência. Para quem não tem muita familiaridade com o serviço público, significa que são pessoas que já têm idade de aposentadoria e condições de aposentadoria e que ainda não se aposentaram. Portanto, a qualquer momento, essas pessoas podem se aposentar.

De cerca 700 auditores fiscais federais agropecuários atuando no Serviço de Inspeção Federal, um quarto deles tem abono de permanência. A partir de parâmetros e de indicadores que definimos, de forma a gerir a Administração Pública, no nosso caso, Serviço de Inspeção Federal, temos uma necessidade de 1.200 auditores fiscais. Repetindo, dos 700 fiscais, um quarto tem possibilidade de aposentadoria hoje, por exemplo.

O terceiro ponto e o mais importante que eu gostaria de destacar e que, acredito, de maneira muito otimista, será um dos encaminhamentos que a administração do Ministério da Agricultura e provavelmente outras administrações de outros Ministérios de unidades da Administração Pública, seja em nível federal, estadual, municipal, é o processo meritocrático, em que comecemos a valorizar dentro de uma mudança de cultura os bons gestores públicos, os gestores públicos preparados gerencialmente para fazer os escassos recursos públicos funcionarem para atender o que a sociedade precisa. Preparados, conscientes e comprometidos com esse processo, que é muito sério para o nosso País.

A título de curiosidade – sei que não é de conhecimento de todos também –, desde maio do ano passado, existe o Decreto nº 8.762, que estipulou o prazo de um ano para que tivéssemos um avanço muito importante nesse sentido. E esse avanço trata de iniciarmos esse processo meritocrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, a partir de 10 de maio de 2017, sob o ponto de vista prático – isso, à época, foi um período de um ano –, o decreto determinou, de maneira muito clara, que precisamos ter servidores da casa, ou seja, servidores de carreira do Ministério da Agricultura que conhecem a casa, comprometem-se com a casa e não só isso, que estejam preparados para o desafio de gerir superintendências, unidades que têm que gerar retorno para a sociedade.

E, além disso, nós, da carreira de auditores fiscais, ainda propusemos um avanço maior: não somente ser da casa ou ter três anos de administração pública e ter nível superior; nós entendemos isso não ser o suficiente para trazer os resultados que nós esperamos para o agronegócio do nosso País. Portanto, avançamos. Durante todo o ano passado, um grupo de pessoas que entendem do tema, sob a coordenação da Escola Nacional de Gestão Agropecuária – que tem sido, de certa forma, enfraquecida nos últimos meses e precisa ser fortalecida para conduzir todo esse processo meritocrático –, passamos a uma proposta que valoriza basicamente três pontos. Não inventamos isso, senhoras e senhores. Trouxemos da experiência da própria casa, Ministério da Agricultura, que faz isso dentro da Embrapa e com cargo de adidos agrícolas, e a nossa pretensão é expandir isso para outras funções tão importantes quanto.

Primeiro ponto, vamos valorizar as pessoas que tenham formação e titulação apropriada para isso. Segundo ponto, vamos valorizar para ascender a esses cargos públicos dentro da administração do Ministério aqueles que têm experiência gerencial e vivência suficiente para saber o que é gerir uma Superintendência Federal de Agricultura, por exemplo. E, terceiro ponto, propusemos um mandato de dois anos, como acontece, repito, na Embrapa e para os adidos agrícolas, podendo ser prorrogado por mais dois anos. O candidato concorrendo àquele cargo de superintendente, por exemplo, apresentaria, de maneira estruturada, os objetivos estratégicos do Ministério, a visão de Estado e, ao orçamento daquela unidade administrativa, um plano de gestão. E esse plano vai ser objeto da análise e avaliação, para que, dentro de uma lista de interessados a determinado cargo, possamos encaminhar para a nomeação do Ministro os três mais competentes e mais preparados.

Portanto, o poder discricionário do Ministro é mantido, uma vez que ele tem indicado a ele os melhores, os mais preparados e mais competentes para gerir a Administração Pública em benefício da sociedade.

Então, eu gostaria de agradecer muito a oportunidade, parabenizá-los, mais uma vez, por trazer o tema à discussão da sociedade. A nossa sensação com os senhores trabalhando nisso o tempo que trabalhamos... Por exemplo, já trabalhei no interior do País, já trabalhei como técnico em agropecuária, médico veterinário. Já busquei cinco pós-graduações. Não só eu, como muito dos outros colegas. E a coisa que nós mais queremos é trabalhar de maneira independente e isenta, buscando o interesse da sociedade e da população.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Alexander Dornelles, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários – ANFFA Sindical.

Agradeço também o Senador Acir Gurgacz, que ficou aqui enquanto eu fui registrar presença nas comissões e no plenário. Queria também agradecer o Deputado Vicentinho. Coordeno, junto com ele, a Frente Parlamentar do Congresso Mista em defesa dos trabalhadores. Como estou aqui a pedido de vocês e de todos nossos convidados, a quem eu também fiz o convite – tenho a obrigação de estar –, o Deputado Vicentinho está condenando esta reunião.

Só a título de informação, vai haver uma reunião à tarde, às 14h30, com as Centrais Sindicais e o Presidente do Congresso, para discutir a questão da terceirização. Eu já pedi que encaminhassem a ele o meu relatório sobre o tema. Esse é um tema que está pegando fogo em todo o Brasil – a questão da terceirização –, que preocupa também a toda esta plenária ou esta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

De imediato – há uma expectativa muito grande também pela fala de todos –, vamos passar a palavra ao Flávio Werneck Meneguelli, que, algumas dezenas de vezes, nesses anos em que eu presidi a comissão, esteve aqui.

O Flávio Werneck Meneguelli é Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal – Sindipol.

Com a palavra, Flávio Werneck Meneguelli.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Agradeço novamente a possibilidade de estar aqui auxiliando o Senador Paulo Paim.

Eu vou tentar... Primeiro vou repisar, senhores, algo que já foi falado por todos, para que depois não me tomem como a pessoa que vá pautar uma situação que foge um pouco à normalidade dos discursos. Vou repisar o apoio incondicional aos investigadores, à investigação que se deu. O que houve ali foi uma falta de tato, um erro da Comunicação Social do Departamento de Polícia Federal, ou seja, uma falha que já vem há algum tempo acontecendo.

Todas as estruturas policiais mundo afora, Senador Paim, tem uma comunicação social. Não são os investigadores ou o chefe da investigação que vai a público para falar acerca da investigação, até porque, senhores, nós temos que fazer uma pergunta muito simples: qual o objeto de uma operação policial? Para que serve uma operação policial como tantas a que nós estamos assistindo no Brasil? Uma operação policial, senhores, serve basicamente para colher indícios de autoria e materialidade de um crime ou de um fato que possa vir a ser um crime. Para isso servem as operações policiais. E, pasmem, elas deveriam ser, na medida do possível, sigilosas. E isso em todo e qualquer estudo técnico feito acerca de investigação policial mundo afora. Por que tem que ser sigilosa? Para proteger A ou B? Não. Porque a operação é parte de uma investigação. E nós precisamos guardar determinado sigilo para que se atinja o fim, que é resolver o problema. Ou existem culpados ou não existem culpados daquela determinada conduta. Isso em todo o mundo.

Mas o Brasil, infelizmente, tem um modelo de segurança pública tupiniquim, só existe no Brasil esse modelo de segurança pública aqui aplicado. E aí não há um erro tamanho dos investigadores, dos agentes, escrivães, papiloscopistas que trabalharam e que têm que combater, sim, eventual corrupção. Se eventual corrupção existe, ela tem que ser punida, tem que ser investigada. Mas o que nós assistimos hoje é o inverso. Por dificuldade na finalização dessas investigações, ou seja, porque essas investigações, ao final, acabam soltando todos os investigados ou acabam, com cinco, seis, dez anos de investigação, não chegando ao cabo, criou-se uma situação que eu posso até reportar, Senador Paulo Paim, esquizofrênica no País. Então, se dá à mídia e se apresenta à mídia como se a operação policial fosse o fim da investigação e apresenta-se um rol de culpados sem sequer terem sido julgados.

Esse foi o problema da Operação Carne Fraca. Reiteradamente várias operações acontecendo, e essa foi mais uma operação em que aconteceu esse problema. Só que aconteceu de uma maneira mais agressiva, ofendendo todo uma cadeia produtiva, que é a cadeia produtiva da carne brasileira. Uma situação que era para investigar eventual corrupção de políticos, funcionários públicos e empresários acabou afetando toda a cadeia produtiva nacional.

E aí eu vou trazer para o consumo interno. Muito tem se falado da exportação, mas afetou o consumo interno. Não sei os senhores que estão aqui presentes, mas recebi ligação de parente perguntando se pode comer ou se não pode comer a carne brasileira, por conta de declarações que não são a realidade, não refletem a realidade da operação.

Vou repisar novamente, meu apoio e o apoio da Federação dos Sindicatos aos investigadores. Tem-se que se investigar, tem que se buscar e combater a corrupção. O que a gente tem que fazer no Brasil é buscar alternativas ao modelo de segurança pública, porque muito do que acontece, Senador Paulo Paim e demais colegas, com essa esquizofrenia, essa suposta esquizofrenia que eu citei aqui, é a necessidade de se apresentar uma operação como resultado final de uma investigação policial – o que não é o resultado final, que deveria ser a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

condenação e a prisão de eventuais crimes, criminosos. E isso se dá porque nós não temos a efetividade necessária. A Operação Carne Fraca e demais operações da Polícia Federal são pontas de *icebergs*.

Nós temos a ciência de que, por exemplo, o CNMP, em 2013, fez um levantamento de dados em que apenas 4% das operações, das investigações policiais – olha eu trocando também, ficando esquizofrênico – resultam em condenação ou absolvição. Esse é o índice de efetividade Brasil, 4%. Invertam senhores, em 2013 a pesquisa me fala que se eu cometer um crime afeto à investigação policial federal, afeto à investigação da União, eu tenho 96% de chance de sair impune.

E esse é um problema. E não é um problema só criminal, é um problema financeiro, como apresentado aqui agora. A falta de efetividade no combate à criminalidade no Brasil dá um prejuízo estimado para o Brasil de R$260 bilhões/ano.

Não é possível! Nós não podemos permanecer com este modelo que dá um prejuízo econômico-financeiro, além de um prejuízo moral e um prejuízo criminal, ao País. E nós mantemos, porque existe uma casta que se beneficia do modelo ineficiente.

Dentro dessa situação, eu gostaria de abrir um parêntesis e fechar um parêntese rapidamente sobre a terceirização. Muito foi citado aqui, pelo colega Dornelles, a situação da possibilidade de terceirização. Eu não sei qual a opinião dos senhores, mas eu vou retratar uma realidade. Todos nós já ouvimos falar e todos nós criticamos aqui vazamentos de investigações policiais para a imprensa, vazamentos até em páginas amarelas hoje em dia. Então, vaza-se e não acontece nada. Com a terceirização, senhores, isso pode acontecer de maneira até mais veemente, porque está escrito que não pode, Senador Paulo Paim, terceirizar atividades típicas de Estado, mas eu posso criar. Então, eu crio um analista de sistemas dentro da Polícia Federal e terceirizo. E aí esse analista de sistemas vai ter acesso a todo o banco de dados da Polícia Federal, ganhando um salário e ligado a uma empresa terceirizada cujo o proprietário ou real dono dessa empresa ninguém sabe.

E os senhores já ouviram falar em Snowden? Já? Pois é, já pensou, Senador Paulo Paim, se, no caos que nós já estamos com vazamentos, criarmos uma empresa terceirizada dentro do Departamento da Polícia Federal, com analista de dados terceirizado, que detém todo o banco de dados de informação das investigações em curso? O que que nós estamos criando? Nós temos que refletir muito acerca da terceirização, principalmente nos serviços públicos, na prestação de serviços públicos.

Também assino embaixo do que o colega Dornelles falou acerca da situação dos fiscais. Nós temos um mínimo de fiscais sendo investigados na Operação Carne Fraca. Esses têm que ser investigados e, realmente, punidos. E aí nós precisamos mudar o modelo para que exista efetividade, para que aconteça isso. Senão todo mundo, daqui a quatro ou cinco anos, estará solto, e não vai acontecer nada, além da execração pública que a imprensa faz, pois é essa a real punição que hoje existe no Brasil; uma suposta execração pública pela imprensa, porque, ao fim, pouquíssimas pessoas são condenadas, por conta da falta de estrutura.

Eu gostaria aqui, para terminar a minha fala, Senador Paulo Paim, de fazer um convite a todos. O Senador já foi convidado. Nós temos, em andamento, a partir de hoje, às 14h30 minutos, um seminário e o 1º Encontro de Profissionais de Segurança Pública da Central dos Sindicatos Brasileiros. Amanhã nós temos palestras com representantes dos Estados Unidos, representantes de Portugal e representantes Canadenses – que ainda não confirmaram; espero que confirmem – para apresentar o modelo de segurança pública e como funciona o modelo de segurança pública lá. Inclusive no texto recém-publicado pelo governo norte-americano do que eles entendem por polícia do século XXI ou por investigação no século XXI.

Faço o convite e estendo o convite a todos em nome do Presidente Neto, da CSB, que se encontra aqui ao fundo, acompanhando-me, do Ernesto e do Álvaro, que são da Central dos Sindicatos Brasileiros e que possibilitaram trazer esse pessoal para debate. Ou a gente debate modelo de segurança pública no Brasil ou nós não vamos ter apenas um equívoco, dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

equívocos ou quatro equívocos em investigações e execrações públicas que, depois, não vão virar nada lá na frente.

Nós precisamos mudar o nosso modelo de segurança pública. Em modelo de segurança pública, gente, não dá para fazer puxadinho e não dá para usar o jeitinho brasileiro. Ou funciona ou não funciona.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Flávio Werneck Meneguelli, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do DF (Sindipol), que anuncia, inclusive, um seminário internacional para debater essa questão tão importante sobre o sistema de polícia e mesmo de comunicação, que eu vi que é uma preocupação que você ....

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Modelo de segurança pública como um todo. Nós temos no modelo de segurança pública, Senador, quatro pontos, só para a gente ter uma ideia. Nós temos a prevenção, que no Brasil é fraquíssima, vide as nossas fronteiras; nós temos a investigação, quando já do cometimento dos ilícitos; nós temos a parte processual penal e a parte de execução penal. Todas essas etapas, no Brasil, têm problemas ou estão falidas. Então, a gente quer debater isso, quer colocar isso para debater.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato...

Queria cumprimentar o Neto, que está aqui presente. Seja bem-vindo, Neto. Você, como representante de uma central, terá direito à palavra, se assim entender também.

O SR. ANTONIO NETO (*Fora do microfone.*) – Já estou representado pelo nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, parabéns!

Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Companheiros, primeiramente, gostaria de saudar o companheiro Paulo Paim. Posso chamá-lo assim, porque é o seguinte: não tem uma confusão neste Brasil, não tem uma luta que envolva o povo, os trabalhadores, que esse companheiro não esteja presente, lutando e, na minha opinião, do lado certo, sempre. Por isso, agradeço essa oportunidade e parabenizo o senhor por essa grande iniciativa.

Eu vou começar dizendo o seguinte: existe uma política de destruir o Estado brasileiro, de acabar com o Estado brasileiro e construir o Estado mínimo, o que significa, em nossa opinião, destruir grandes conquistas do povo brasileiro, destruir lutas incansáveis que esse povo teve ao longo de centenas de anos.

Vejam a questão da fiscalização. Ora, a gente estava conversando, ano passado, no Ministério do Trabalho, e não há fiscal no Ministério do Trabalho para as demandas necessárias. Não há! Aí é terreno fértil para os maus empresários burlarem a lei e prejudicarem o trabalhador brasileiro.

Nessa questão que está em discussão aqui não é diferente. Essa questão da fiscalização, nós consideramos um problema muito grave. Como é que vai fiscalizar se você não tem um agente firme, decidido, em todo os campos, para poder impedir as falcatruas, as irregularidades?

Senhores, eu queria dizer que o problema aqui é de outra monta. É claro que não tem que generalizar não. Nós temos que pegar o problema real. Qual é o problema real, na minha opinião? São os monopólios antinacionais e os monopólios antissociais que se instalaram no nosso Brasil. Agora está assim: o servidor que denunciou está lascado, meus amigos. O servidor que denunciou foi mandado embora, está sendo perseguido, está uma confusão generalizada em cima do cidadão. Vejam vocês! O cara é perseguido, faz a denúncia, vira um auê lascado, e é ele quem leva na cabeça. Não está certo isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Vou ler um pedacinho do que o juiz falou a respeito do problema, se vocês me permitirem. A decisão do Juiz Federal Marcos Josegrei da Silva, que se estende por 413 páginas, é intocável, prudente, serena, mesmo quando até o Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Péricles Salazar, aparece conversando com um executivo da BRF sobre como ajudar uma das fiscais do Ministério da Agricultura e receptora de propina, segundo eles, a esconder uma viagem à Europa, abre aspas: "Com todas as despesas pagas pela empresa BRF S/A, a fim de que fosse aprovado o procedimento de aumento de velocidade de abate de aves por hora, o que geraria enorme ganho financeiro à BRF." Decisão: Pedido de Prisão Preventiva nº 5002951-83.2017.4.04.7000/PR. Não sou eu que estou inventando. Mais em cima aqui, você vai ver como é tratada a questão da situação objetiva. Outros caras conversando e dizendo o seguinte: "Tem aqui não sei quantas toneladas de carne com salmonela. O que a gente vai fazer com esse negócio aí?" O outro fala assim: "Vamos fazer o seguinte. A gente pode fazer salsicha ou então ração para porco." É assim que os caras falam, não sou eu que estou falando.

Aí o culpado é a Polícia Federal. É mole? Eu quero apoiar a Operação Carne Fraca, detonada pela Polícia Federal, apoiar de fato, e prender aqueles que cometeram esses absurdos. Vai responder para o juiz se não tem... Não dá para ficar culpando a Polícia Federal, senhores! Isso é um erro grave! Eu não sou da Polícia Federal, sou metalúrgico. Mas eu quero que a justiça seja feita. O Paim começou essa audiência dizendo o seguinte: "Eu não quero nem saber quem é o culpado. Tem que prender, tem que punir." Senão, o monopólio vai virar... Por que o monopólio é nefasto? Por que não quer concorrência, não admite concorrência. Ele esmaga a indústria genuinamente nacional, as micro, pequenas e médias empresas. Eles esmagam, jogam na lata do lixo, para poder reinar à vontade. Então, não venham me falar "churumelas".

É o seguinte: tem um processo concreto de monopolização. Olhem o que aconteceu com a Odebrecht! A Odebrecht e aquelas outras todas lá, mas eu cito a Odebrecht porque é maior: corromperam um monte de agentes públicos, arrebentaram com a Petrobras, privatizaram o Campo de Libra, em 2013, no governo da Dilma, e agora estão tentando acabar com a Lava Jato, vejam os senhores! O Presidente do Senado está envolvido, o Presidente da Câmara, vários Deputados, vários Senadores se articulando para ver se acabam com a Operação Lava Jato. Aí vão prender definitivamente quem roubou. Eu não sei quem roubou, eu não tenho prova, eu não sou polícia. Mas, se provou, o cara roubou a Nação, botou carne podre para as pessoas comerem, botou papelão para as pessoas comerem, então, prende!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ou não botou...

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Não, mas se botou, prende! Eu estou na linha do se botou. Porque monopólio não tem dó de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permite, Bira, só para ajudar o raciocínio...

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Posso terminar o raciocínio?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai terminar. Só quando fala o papelão, ou botou ou não botou. Se botou, prende.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Isso, é nesse sentido, está certo? Eu não me lembro de ter comido carne com papelão, mas eu me lembro de ter comido carne que se apresentava uma belezinha, aí você abre, lá dentro está só o rabo do peixe, no caso do peixe, ou aquele coxão duro que você não consegue nem morder. E aquelas carnes que vi na televisão, que não estão nem vermelhas, estão é roxas, o cara joga um produto e a carne fica da hora. Dá até água na boca, rapaz! Eu vou deixar quieto uma situação dessas? Tem que verificar com profundidade. Não vamos dar moleza para o cartel, para os monopólios. Eles querem destruir a indústria genuinamente nacional. Não venham me falar que tem centenas de frigoríficos muito bons, eu não vou falar porque eu não sou burro! O que se trata é de monopolizar. A JBS deve para a nossa Previdência, sabem quanto? R$1,835 bilhão e mais uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

merrequinha. Ora essa! Depois vem falar que a Previdência... Você viu como é tudo maquiado, manipulado, articulado? Vem falar que a Previdência...

Aliás, eu vou fazer um parêntese aqui, porque você foi muito feliz ontem, na sua fala no plenário, quando falou da greve geral.

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Ontem, às 14h, todas as centrais, por unanimidade – todas! –, decidiram greve geral no dia 28 de abril. Dia 28 de abril, nós vamos parar o Brasil contra essas e outras falcatruas que estão fazendo com o nosso povo, com os nossos trabalhadores.

Então, é necessário a gente abrir mais os olhos.

Vocês querem ver outro dado? Os frigoríficos implicados receberam R$4.593.137.474 em empréstimos do BNDES. Vejam os senhores aonde nós chegamos. Por isso que eu falo com muita tranquilidade.

Eu queria até dizer aqui que peguei uns dados do jornal *Hora do Povo*, do jornalista Carlos Lopes, que deu vários dados importantes para a gente colocar em xeque aqui, para discutir com os senhores. O que eu considero, meus amigos, eu escrevi aqui, é o seguinte: esses monopólios ou candidatos a monopólios são antinacionais, antissociais, não pagam a Previdência, não pagam os impostos, cevam relações de trabalho anteriores à Lei Áurea e secam os recursos para financiamento. Ora, se você vê um senhor, aquele senhor ali, com muita propriedade, o Sr. Darci, falou das condições de trabalho dentro dos frigoríficos. É gente cortando o braço, cortando barriga, é um desespero. E ele falou com uma propriedade! Parabéns, companheiro! Se esses caras tratam os trabalhadores assim, o que vão fazer com o povo lá fora?

Então, não tem critério. Eu ouvi todo mundo calado, não sou de ofender ninguém, não vou fazer isso aqui, em respeito ao senhor, que é o nosso Presidente, e à minha índole também. Agora, não pode dar moleza para aqueles que querem destruir o Brasil. Estão tentando entregar o pré-sal, o petróleo para os monopólios internacionais. Shell, Total, aquele pessoal lá que levou o Campo de Libra. Estão fazendo isso.

Os correios, companheiros, triste sina, uma das empresas mais importantes, que leva comunicação de um familiar para o outro, lá do outro lado do mundo, está dispensando todo mundo, está mandando embora, está fechando. Tem cidade do interior de São Paulo que não tem mais correio, o cara vai a pé, não tem mais, fechou, acabou. São milhares e milhares de trabalhadores sendo demitidos.

Aqui é que está. Não tem fiscalização para pegar em cima dessas pessoas que estão denegrindo a economia nacional, que se articulam internacionalmente, que esmagam as empresas genuinamente nacionais, para depois ficar pintando de bonzinho. Não é verdade. O nosso Brasil está numa situação em que se inverteu a lógica. Bandido recebe o apoio da imprensa e de determinados setores do empresariado interno e externo e aquele que denuncia, que trabalha vira o responsável pelo que está acontecendo. Nós temos que paralisar esse negócio.

Aquele vídeo em que o Altemir Tortelli, meu amigo de Consea de muito tempo – um batalhador, que reconheço como tal, sinceramente –, mostrou ali, sem dar uma palavrinha, sem editar nada. Botou ali, e não é do PT nem da CUT, foi inclusive a Globo que...

O SR. ALTEMIR TORTELLI – Do agronegócio.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – É do agronegócio, que soltou esse negócio. Então, a situação está nessa penúria.

Eu acredito, Senador Paulo Paim, que nós vamos fazer o movimento para botar esses caras na cadeia. Eu quero que desmintam aqui, venham aqui e digam: é mentira.

Botar um líquido no frango para ele ficar mais gordinho, mais fortão, pesar mais. Isso é irracional! Isso vai para criança comer, para velho, para o ser humano comer. É irracional! Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

isso que as mentes criadoras vão falar que daqui a pouco tem até coisa de cavalo nas carnes, porque a sem-vergonhice é tão grande que acaba dando asas à imaginação. Mas o problema existe, de fato.

Os pequenos agricultores estão se prejudicando, companheiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Estão se prejudicando, como foi colocado aqui pelos companheiros. A agricultura familiar, que eu defendo, estão tentando esmagar a agricultura familiar. Isso não está certo. A agricultura familiar bota comida na mesa do nosso povo, em todo o País. Eu não sou agricultor familiar, mas eu sei como é que toca.

Então, só peço aos senhores que a gente possa trabalhar para denunciar a maquiagem, o crime contra a nossa população. A imagem do Brasil. Quem está fazendo essa imagem do Brasil lá fora não é o agricultor pequeno, não; não é a empresa pequena: são os monopólios que estão fazendo isso, os monopólios que querem dinheiro, dinheiro, dinheiro, recurso, dinheiro, dinheiro, dinheiro... E não interessa a vida das pessoas, não interessa a vida do nosso povo, do trabalhador rural. Querem é que o trabalhador morra sem se aposentar. Querem que as mulheres morram sem se aposentar. Querem que a carne vá de qualquer jeito, para tudo que é lugar. O que interessa é ter dinheiro, recurso.

Nós vamos brecar isso aí. Os trabalhadores brasileiros estão se conscientizando, com pessoas como essa aqui, que está falando aos quatro cantos só a verdade. Eu nunca vi o Paim falar conversa fiada, um-sete-um. Não. Ele fala e prova. Por isso, meus parabéns. Estou um pouco indignado, me perdoem, porque o malfeitor leva o prêmio e o que sofre é condenado. É só observar a fala das pessoas. Vamos inverter essa lógica.

Por isso, eu acredito que esse movimento geral dos trabalhadores, essa greve geral, no dia 28, vai ter desdobramentos importantes. Eu acho que quem está destruindo o Brasil, quem está prejudicando a Nação não merece ficar no poder, inclusive porque não foi eleito, usurpou para prejudicar a Nação brasileira.

Muito obrigado, companheiros. Vamos em frente que atrás vem gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Ubiraci Dantas de Oliveira, que falou como Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. O Bira tem sido militante permanente. Todo e qualquer debate, a gente convoca, ele vem, faz um esforço enorme.

O SR. ALTEMIR TORTELLI (*Fora do microfone.*) – Eu o conheço há uns 80 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exagerou agora.

Quero convidar o meu amigo também, lá do meu Rio Grande, grande liderança lá, sem sombra de dúvida, o Claudir Nespolo, Presidente da CUT do Rio Grande do Sul.

O SR. CLAUDIR NESPOLO – Muito bem, Senador Paim. É uma honra compor esta segunda Mesa. Teremos uma terceira Mesa. Nós estamos iniciando o diagnóstico dos impactos dessa operação num dos principais ramos, que emprega intensamente mão de obra, no Brasil. Estamos iniciando o diagnóstico do impacto, não está ainda realizado, não temos nem todas as informações. Nem as grandes empresas conseguem ainda ter o contorno de até onde irá o efeito prático dessa história. Não está administrado o problema. O problema está só começando.

Daí que nós temos que elogiar a montagem rapidamente dessa iniciativa, agradecer ao Deputado Tortelli, do PT do Rio Grande do Sul, que está aqui, está na linha de frente dessa operação lá no Estado, e aproveitar a oportunidade e trocar algumas informações aqui, porque acho que estamos na linha do diagnóstico e nós não podemos errar no diagnóstico – ninguém que está em volta desta mesa e tem tarefas, portanto, em ajudar, porque estamos falando aqui de 12% a 13% do PIB brasileiro. Estamos falando de milhões de empregos. Nós sabemos onde é que estoura a coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

E eu quero começar falando isso, Senador Paim: é muito grave. Eu não vou fazer um discurso panfletário aqui – não estou dizendo que outros fizeram. Eu quero enumerar um pouco o que nós já debatemos lá no Rio Grande do Sul a partir dessa cadeia, que é intensa no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Motivo que nos unifica muito, Deputado Dirceu, esse tema, porque, para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, é determinante para os trabalhadores e para o setor econômico.

O que nós sabemos é que carne fraca mesmo é a carne dos trabalhadores do setor, os agregados e os trabalhadores dos frigoríficos. Essa é a carne fraca que existe. O resto é nome, apelido. Cada um dá o apelido que quiser. A carne fraca dessa história está aqui.

Eu falava com um agricultor bem posicionado na cadeia do frango agora de manhã, do interior de Getúlio Vargas, para saber o que está acontecendo no aviário dele, que produz ovos para pinto, para frango, não ovos para consumo humano. Um grande produtor, que é um agricultor familiar, bem posicionado, tem lá quatro galpões, um ciclo de quatro galpões. O que ele me dizia? Na sexta-feira, a JBS mandou buscar... Com dois meses de antecipação, recolheu uma quarta parte das galinhas. Portanto, as galinhas teriam ainda dois meses de atividade produtiva.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLAUDIR NESPOLO – Poedeiras. O que interessa aqui é que elas produzem ovo para criar frango, teriam ainda dois meses de vida útil para produzir ovos e foram transferidas para algum abatedouro, para se transformar em outro produto, com dois meses de antecipação. Significa dizer que o setor de frango está olhando a evolução do mercado e está ajustando a produção. O ciclo do frango é de 30 dias; entre sair o ovo, criar o ovo e chegar ao aviário, 30 dias depois, o frango está na linha de montagem. Aliás, uma cadeia muito eficiente. Parabéns aos que organizaram, trabalhadores e industriais. É o *just in time* perfeito, é a hora certa do frango chegar ali, o agricultor sabe quando entrega, o caminhão está ali para carregar. Chegou à indústria, está o trabalhador, a linha está livre para operar, está perfeito, é um negócio de excelência. Agora desorganizou esse treco.

E os indicativos, Deputado Tortelli, Siderlei, meu companheiro da Confederação, é de que o ajuste não será feito na redução do consumo, na ponta do consumo, seja internacional ou nacional, em cima da indústria. A indústria terá o seu prejuízo. Agora, quem não consegue transferir é o agregado e é o trabalhador que tem sua única renda no salário que tem naquele emprego, naquele frigorífico. O agregado, é uma atividade paralela que ele faz, é importante, seja o suíno, seja o frango.

Estou colocando essa informação, porque orienta o debate seguinte: a gente não viu ainda todo o impacto e nem vamos ver. Vamos observar, portanto, a progressão desse tema, a partir dessa situação, que começa a adaptar lá embaixo, no início da cadeia produtiva. É muito preocupante, porque, então, a dimensão desse negócio é arrasadora, destruidora.

Se é verdade que isso está em curso – e é verdade –, nós temos que aproveitar este momento, para que medidas atenuantes possa haver para poder enfrentar e manter esses postos de trabalho, manter o máximo possível a cadeia produtiva, voltar a adquirir confiança, para poder voltar a existir aquele giro que eu acho que é o desejo de todos que estão nesta sala. Está aqui o representante do Ministério, enfim, está aqui a indústria, estão aqui os trabalhadores. E todos têm interesse de que essa negociação restabeleça a confiança.

E como se faz para restabelecer a confiança – essa é a questão fatal – sem destruir emprego e sem nos liquidar, com redução brutal, Valdemir, dessas coisas? Então, eu queria apresentar algumas propostas nesse rumo, propostas simples. Não dá para o Presidente chamar os embaixadores com carne duvidosa, importada ou não. Chame os ministros, chame as autoridades e faça um frango *al primo canto*, com frango gaúcho, com frango nacional! É assim que vai começar a restabelecer; não é com atitude duvidosa. É uma piada que estou falando, mas é por aí que passa também, que se estabelece a confiança nas coisas. Chame os industriais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

vamos fazer aqui publicamente, coloque as televisões para filmar: "Olha, vamos fazer aqui um frango *al primo canto*", que é um excelente prato – não é? –, um frango nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Frango *al primo canto*, me convide que eu vou também. É o meu prato preferido.

O SR. CLAUDIR NESPOLO – É uma atitude para dizer: "Olha, a gente produz." A gente estará dizendo que não se atingiu toda a cadeia. Está aqui.

Porque eu vejo, do lado da sede da CUT, há restaurante em que eu almoço, e poucas pessoas param na banca da carne e do frango para servir. Estão servindo outras coisas e, quando chegam lá, pulam. Por quê? Há desconfiança. Alguém falou aqui, há desconfiança, acabou. Gerou um problema, trancou, e nós não vamos aceitar que se tranque e estoure na Carne Fraca.

Então, eu estou dizendo que vamos levar todo esse pessoal para as avenidas. A greve geral está aí, o Bira já falou; nós vamos levar o produtor que está prejudicado, vamos levar os trabalhadores todos para o meio das avenidas. Nós vamos destrancar esse negócio aí, porque quem pariu Moisés vai ter que ajudar a resolver, a embalá-lo.

Então, eu queria, de forma muito singela, propor algumas opções. Quem deu o primeiro presente para o auditor fiscal, para o auditor? Ele recebeu um presente ou ele pediu um presente do industrial? Por que tudo começa com os presentes? Então, haver um código de conduta nessa área é fatal. Se há, maravilha; se não há, tem que haver um código de conduta. Não pode dar presente! A corrupção começa com presente.

E eu não acho... Pode até ser que o agente público que deveria liberal o SIF, tenha pedido um presente para o aniversário da filha de 15 anos, quem sabe um porta-malas de carne; pode ser que tenha acontecido isso, ou pode ser que tenha acontecido o contrário, um mau gestor tenha dito: "Não, vamos dar um presente para o cara para ele aliviar certo procedimento que deveria fazer." Então, primeiro, é código de conduta, e esse negócio tem que ser um negócio sério, senão não se restabelece.

Segundo, tem que haver um programa emergencial do Governo Federal para consumo massivo de carne. Vai voltar muita carne, fica estocada um mês, dois meses, cinco meses e, conforme o tipo, mais tempo ou menos. Agora, tem que haver um programa popular para que essa carne seja consumida – não aquela carne identificada, aquela que está dentro da investigação; essa aí tem que ser incinerada, e tem que ir para cadeia quem fez esse negócio. Agora, quanto à outra, tem que haver uma certificação real do Presidente a comendo e dizendo: "É boa!"

E se faria um programa emergencial de grande consumo em massa, no Brasil, de carne, para efeito de essa coisa não ir... Ou, na pior das hipóteses, um programa que queime essa carne, incinere tudo, e não desative o processo produtivo, porque o ciclo da retomada da confiança pode ser curto, porque as pessoas vão ver que não deu dor de barriga na frente, vão ver que ninguém morreu. E começa a se restabelecer a confiança.

Agora, neste período, não dá para enfiar o prejuízo em cima de quem produz e quem é agregado a essa história. Não dá, porque as pessoas trabalham no limite do financiamento.

Este agricultor que eu consultei, agora de manhã, já falou com o gerente do banco; ele já viu dois meses de ovo a menos o que vão impactar na venda dele; ele já ligou para o gerente do banco, dizendo: "Olha, eu preciso de uma margem, porque eu não vou ter como cumprir os financiamentos que tenho com você." Esse é o drama. Então, a segunda sugestão é esta: um programa de massa para essa carne não ir fora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDIR NESPOLO – Agora, se for necessário, nós sabemos que na história já houve caso em que se pagou para as pessoas abrirem um buraco de dia para outra turma tapar de noite, para efeito de manter a economia circulando; observando-se o exemplo histórico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Terceiro, já foi dito aqui que investigação tem que ser feita; que haja cadeia para os corruptos; que esse exagero da investigação é uma tragédia para a indústria brasileira. Quanto à investigação, não sei se é o porta-voz da Polícia Federal, eu entendi o que você falou; eu entendi o que o nosso Flávio Meneguelli falou aqui. A forma com que está chegando, está chegando para desmontar o Brasil. Qual será a outra cadeia que vai ser atingida?

O SR. ALTEMIR TORTELLI (*Fora do microfone.*) – Biocombustível.

O SR. CLAUDIR NESPOLO – Será a de biocombustível? Qual será a outra cadeia que será destruída? Porque, em qualquer lugar do mundo, um negócio desse preserva a cadeia e pune o mal empreendedor. Em qualquer lugar do mundo. Aqui, parece que tem que se destruir tudo, para aparecer, por causa de uma televisão, de uma câmera, de um holofote. Não sei o que acontece com essa coisa. Então, cuidado! Essa coisa aqui é muito séria.

E, por último, Senador, é sobre um comentário que eu queria fazer, e encerro com isso, sei que há outra Mesa. É sobre segurança pública. Já que eu não vou estar no debate...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem cinco minutos ainda. Está lá, olhe!

O SR. CLAUDIR NESPOLO – Então, muito obrigado. Isso é um latifúndio, Senador, eu não quero abusar de vocês, mas eu tinha mais umas coisas, tinha mais umas coisinhas para dizer aqui. (*Risos.*)

Assim, o senhor me tranquiliza. Eu sei que estamos aqui num bom ar-condicionado, o ambiente está legal. Então, não há problema. Eu sei que todo mundo tem tarefa também, mas vamos progredir aqui.

Então, eu falei das medidas emergenciais do código de conduta, da cadeia para quem se atrapalhou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só informo que no mínimo 13 milhões de pessoas assistem a este debate.

O SR. CLAUDIR NESPOLO – Isso é muito importante.

E eu diria que a investigação da Polícia Federal não tinha que haver vazamento; tinha que ser ao vivo. A Polícia Federal, o Lula apoiou; a Dilma encheu de equipamento para a Polícia Federal investigar, combater a sonegação. E eu preferia que fosse ao vivo a investigação da Polícia Federal; aí não haveria seletividade, aí todo mundo ficaria sabendo da investigação. Poderia haver, quem sabe, a TV da Polícia Federal, ao vivo, buscando e fazendo transmissão, porque não haveria mais seletividade; aí seria uma transparência total, que é o terceiro ponto que eu queria colocar aqui. O tema da transparência da tarefa do camarada que é responsável por liberar o SIF. O tal do SIF tem uma assinatura, e temos pouca transparência sobre isso. Os nossos sindicatos poderiam ajudar, Valdemir. Não é isso?

A gente observa dentro da indústria, então, que, no setor no SIF, há o fiscal, médico, veterinário, e há ali um conjunto de funcionários da empresa que trabalham no SIF, dentro do setor. Normalmente, é um bom setor de trabalho. Não tem a ver com o pessoal que fica separando outros pedaços. É um bom setor de se trabalhar no SIF. Aliás, é uma promoção um trabalhador chegar ao setor do SIF.

O SR. ALTEMIR TORTELLI (*Fora do microfone.*) – Ele acha que é um *status*.

O SR. CLAUDIR NESPOLO – É um *status*.

E esse setor, Senador, em que o auditor público, na minha opinião, bem remunerado... Não é um setor que paga mal, que obriga o cara a, digamos... Não é um setor que paga mal. Ali que começa um problema que é falta de transparência e pouca visão republicana das coisas.

O sindicato, tenho certeza – conheço o Valdemir, que preside a nossa federação lá; conheço o Tortelli –, seguramente poderia ajudar nesse ponto. Ao mesmo tempo em que a gente combate, mantém a qualidade do trabalho, busca melhores condições de trabalho, a gente também quer ajudar na permanência de qualificação dos postos de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Nós sabemos que não adianta liquidar a empresa, passar a régua nas empresas ou fazer aqui o discurso de destruição total. Nós queremos que as coisas funcionem bem, sem injustiça, do jeito como acontece; a gente combateu muitas, até pelas conquistas que o Siderlei colocou.

Mas eu queria concluir, então, dizendo o seguinte: transparência no trabalho de inspeção, o sindicato tem que ter acesso a isso. Apresente uma emenda para que, na inspeção veterinária, o sindicato tenha... Digamos, não seja obrigado, mas tenha uma oportunidade de emitir uma CND dizendo: "Está o.k., estive lá, conversei redondinho". De fato, o auditor vem aqui na empresa, olha o produto, atesta que funciona. Quer dizer, o sindicato pode dar parecer, porque tem vontade de preservar aquela empresa. Entendeu? Então, não é no sentido de punir, de aumentar... Não! É para dar confiança ao processo. E é, nessas horas de aperto, de necessidade, que a gente busca as alternativas para melhorar para o futuro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDIR NESPOLO – E eu queria dar uma recomendação. Encerro com isso, já que eu não vou ter a oportunidade de participar do debate sobre o papel da segurança pública padrão, do modelo de segurança pública, mas eu sugiro a vocês examinarem com carinho a forma de ingresso.

Para discutir o modelo, tem-se que discutir a forma de ingresso. E essa forma de ingresso nas polícias, em que o oficial entra por uma porta, e o operador entra por outra, não dá certo em lugar nenhum do mundo. A porta de entrada nas polícias estaduais, na Polícia Federal, tem que ser a mesma: concurso público para agente; depois, plano de carreira, e, por meritocracia, você vai se dar bem ou não. Mas todos vão para campo, todos passam por aquilo que se chama de a parte do dia a dia, de enfrentar a situação real da vida etc., antes de mandar, de ser gerente, de ser um doutor lá de cima, que nunca colocou o pé numa operação e, portanto, não está em condição de compreender, muitas vezes, como funciona a vida aqui embaixo.

A porta de entrada das polícias tem que ser uma só – uma! Depois, se o cara tem condição, ele vai ter uma progressão na carreira, vai chegar a doutor, delegado, superintendente. Aí a vida organiza. Duas portas de entrada é para os bacanas entrarem pela porta de cima, e os outros entrarem pela porta de baixo. Assim, a coisa nunca vai funcionar. Não existe um modelo de segurança que sobreviva enquanto houver duas entradas para a área da segurança pública. Mas é um debate saudável.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI (*Fora do microfone.*) – Concordo em gênero, número e grau com o senhor. Enquanto houver senzala e casa-grande na segurança pública, nós não vamos evoluir na nossa segurança pública.

O SR. CLAUDIR NESPOLO – Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Claudir Nespolo, Presidente da CUT do Rio Grande do Sul, que deixou uma série de contribuições que eu já pedi para a assessoria, para, depois no final, fazermos os encaminhamentos aproveitando todas as sugestões.

Dirceu Dresch, Deputado Estadual de Santa Catarina.

Só digo que, na sexta-feira, nós estaremos na Assembleia em Curitiba, num grande evento, e, na segunda-feira, com você, na nossa capital de Santa Catarina, Floripa.

O SR. DIRCEU DRESCH – Muito bem!

Bom dia! Bom dia a todos vocês, às entidades!

É muito bem representativa esta audiência pública, Paim. Eu o parabenizo, você sempre está atendo aos grandes debates.

Segunda-feira nós faremos no Estado um grande evento. Propus a criação da frente parlamentar, na Assembleia Legislativa, sobre a questão da destruição da previdência pública; uma frente parlamentar mista em que nós estamos envolvendo, inclusive, os Vereadores também nos Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Cumprimento todas as lideranças aqui na Mesa, para ser breve, e os que nos acompanham. O pessoal já mandou mensagem do Estado, tem muita gente acompanhando a audiência pública, isso é muito bom.

E nós temos debatido esse tema muito nos últimos dias. Eu, inclusive, propus uma audiência pública. Semana que vem nós deveremos ter uma audiência pública em Chapecó, talvez outra em Videira, no Meio-Oeste, que é região das agroindústrias e dos trabalhadores do Estado, para justamente trazer as pessoas para fazer esse debate e compreender um pouco do que está acontecendo, porque, queira ou não queira, a sociedade precisa participar neste momento e precisa também tomar as suas decisões, porque o momento que a gente vive de disputa da reorganização do capitalismo no mundo, da rearticulação da hegemonia econômica mundial, o sistema Lava Jato, o sistema Carne Fraca são importantes nesta articulação. E é importante a sociedade compreender isso, para não apoiar cegamente atitudes políticas e jurídicas, inclusive, que podem estar servindo a toda esta rearticulação do grande capitalismo mundial e da disputa do espaço dos grandes aglomerados que dominam o mundo na economia, seja ela financeira, seja de outras áreas. E o Brasil está no meio e há grandes interesses também no nosso País, que nos últimos anos tem crescido e tem aparecido bem neste cenário.

Lamentavelmente, o Estado brasileiro, vivendo um período de diminuição do seu papel, digamos assim... E aqui foi comentado, em vários momentos – aqui estamos comentando também, inclusive –, sobre o papel da Justiça brasileira. E, no caso da Polícia Federal, que entra nesta mesma estratégia de terceirização, este famoso discurso da terceirização.

E eu quero dizer para vocês que em Santa Catarina a terceirização já funciona na inspeção estadual; já foi terceirizado o serviço, em todas as áreas. Em Santa Catarina, já existe a terceirização na inspeção sanitária; já faz quase dois anos, eu acho, que o Estado terceirizou esse serviço.

A gente na época fez um grande debate contrário, mas, inclusive, está-se trazendo esta proposta de Santa Catarina, que está vindo para o Brasil. Então, é um grande debate que nós precisamos fazer: quais são os serviços que não podem ser terceirizados de forma alguma? Na minha avaliação, é isso que foi colocado aqui sobre o tema da segurança, o tema do cuidado com o alimento. Isso tem que ser papel do Estado, tem que ser público. Nós entendemos que isso não é papel da iniciativa privada.

E a questão deste período agora, em que nós vivemos uma verdadeira espetacularização – até anotei aqui que é um nome difícil – dos grandes processos de destruição, inclusive; e não só destruição de empresas, mas de pessoas também. Lamentavelmente, nós vivemos num período em que ficou fácil você destruir.

E eu acredito que o Judiciário e a própria Polícia Federal não precisa disso; ela tem papel, claro. E eu fiquei feliz pela fala do representante do sindicato dos policiais, com esta visão de que nós precisamos primeiro aprofundar a apuração e depois ver o que é real e o que não é real.

Eu tenho estudado um pouco isso nos últimos dias e percebo que, pelo mundo afora, nós tivemos um fato da Siemens da Alemanha, que, inclusive, constrói metrô em São Paulo. E houve uma informação falsa de um carro que produziram lá na Alemanha, mas eles não destruíram a empresa; eles pegaram, isolaram o fato, apuraram, condenaram os responsáveis e não destruíram a sua empresa. Para mim isso é o correto que tem que ser feito.

Quer dizer, como nós vamos separar as indústrias e os parques industriais que fizeram a falsificação, ou os que estão em suspeita? Porque ninguém foi condenado ainda, e nós já estamos condenando as empresas e as pessoas sem apurar, de fato, se existiu ou não existiu. Nós já estamos prejulgando e condenando para a sociedade. Isso é muito grave, isso é muito grave na democracia inclusive. É constitucional ter o meu direito de me defender primeiro. Depois, bom, eu não vou conseguir me defender, eu sou culpado, eu vou ser punido e condenado, inclusive, depois da punição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, isso é urgente. Nós precisamos discutir isso no Brasil, como é que isso... Porque há outros setores ainda que vão... e pessoas que serão destruídas desta forma. Então, para mim esse é um grande debate.

Sobre a questão do sistema, e os trabalhadores falaram, o representante dos trabalhadores, e eu como agricultor e sindicalista, e cutista também, filiado à CUT, quero dizer o seguinte, eu já, em muitos momentos, critiquei, discuti o sistema agroindustrial; vivo no meio dele, no oeste catarinense, sou da região. Eu vivo nele desde pequeno, eu o discuto desde pequeno. Sempre tive minhas críticas pesadas ao sistema, porque o sistema se tornou grande, ele é competitivo no mundo hoje, mas também explora dois setores importantes, que são os trabalhadores que trabalham dentro da indústria e o agricultor familiar; e muitos deles... Os dados aqui estão claros, nós perdemos mais de 50 mil agricultores que eram integrados lá atrás, que hoje viraram menos de 8 mil – o Toninho da Fetaesc já falou.

Quer dizer, por que esses agricultores foram excluídos do processo? Por um modelo implantado de exclusão violenta dos agricultores familiares. Então, eu sempre fiz minhas críticas e continuo fazendo minhas críticas. Agora, nem por isso posso apoiar uma destruição do setor que se construiu, que se consolidou, certo ou errado, durante décadas e décadas, mas que está aqui hoje gerando emprego, gerando oportunidade para as pessoas que sobraram lá, especialmente no nosso caso, os agricultores, mas também os trabalhadores que estão dentro da indústria.

É preciso melhorar o processo? É preciso. Nós estamos, inclusive, com um documentário que saiu há pouco tempo, ao qual até recomendo aqui às pessoas assistirem, chamado "Carne e Osso", que trata internamente da situação dos trabalhadores dentro dos frigoríficos. Então, nós precisamos melhorar esse sistema? Precisamos.

Não dá para competir pelo mundo afora, produzir carne barata, colocar produto no mundo competitivo massacrando nosso trabalhador, seja ele o produtor, o agricultor, seja o trabalhador dentro da empresa. Mas não é destruindo o processo que a gente resolve o problema. Precisamos aperfeiçoar o processo. Precisamos discutir o papel do Estado. O Estado tem que ser forte, o Estado tem que ser o juiz desse jogo, porque é um jogo pesado.

Como você vai colocar um trabalhador contra uma empresa, muitas vezes multinacional, se não tem um juiz forte que apite esse jogo, que faça o controle, seja o Ministério da Agricultura, seja o Ministério do Trabalho? Temos a própria questão que apareceu agora, das suspeitas de falsificações, de compra de servidor público e tal.

Eu concordo com o companheiro da CUT, o Claudir, que fala de um conjunto de critérios que se colocam. Nós precisamos criar mecanismos, nós precisamos criar leis, e esse é o papel do Estado brasileiro, mas a sociedade pode participar. O sindicalismo tem um papel importante, porque ele está lá no dia a dia, também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIRCEU DRESCH – ...acompanhando a produção dentro das empresas. Está debatendo com os Municípios, com os governos, enfim.

Por isso, estou aqui apoiando que precisa, sim, apresentar um produto de qualidade. A sociedade merece um produto de qualidade. Mas nós também entendemos que o trabalhador, o agricultor não pode pagar a conta disso tudo, e especialmente outro setor que nós sempre defendemos, que são as pequenas agroindústrias familiares, que produzem um produto diferenciado, um produto que tem uma qualidade diferenciada, que vai ser de novo punido por esse processo.

Falou-se aqui do Suasa (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária), o sistema nacional de inspeção sanitária, que é uma política importante para as pequenas unidades agroindustriais, os agricultores familiares, nos Municípios, para gerar empregos, gerar renda. Eles não podem ser punidos por esse processo todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Nós entendemos que precisamos preservar um setor importante, que se construiu durante décadas e décadas, mas sim precisamos fazer a apuração da corrupção, uma coisa importante que este País precisa encarar, mas há equívocos latentes nesse processo que precisam também ser corrigidos, quanto à forma como vêm sendo jogados para a imprensa; e principalmente a mídia brasileira se tem colocado nessa estratégia de ajudar a destruir pessoas, a destruir empresas.

Então, nós temos que, com certeza, avançar em uma perspectiva de fazer as mudanças que precisam ser feitas. As apurações precisam ser feitas, as punições precisam ser feitas, para que a gente continue produzindo um produto de qualidade, gerando emprego, gerando renda e gerando oportunidade para as pessoas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dirceu Dresch, da Universidade Estadual de Santa Catarina.

Como já são 12h23, vou para a terceira Mesa, pedindo aos companheiros que retornem ao plenário. Ernane Garcia Ferreira, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná; Carlos Cerqueira, Diretor do SindAlimentação, do Estado da Bahia. Está aqui. Oswaldo Teófilo, Presidente da Federação Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Minas Gerais. Estão aí os três. De imediato.

Pediram só que eu registrasse a presença de João Bosco, Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários do DF (Asfagro), e Péricles Salazar, Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos. Péricles, se quiser vir para a Mesa... Péricles está aqui ainda? Não está mais. (*Pausa.*)

Esta aqui é uma lutadora de anos e anos. Nos conhecemos há uns dez anos. (*Risos.*)

Eu não quis falar a verdade: nos conhecemos há 30 anos, da caminhada.

Vamos, de imediato, à terceira Mesa: Ernane Garcia Ferreira, pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná.

Depois são as considerações finais. Três minutos cada um, e nós encerramos.

O SR. ERNANE GARCIA FERREIRA – Senador Paim, as nossas considerações a V. Exª, aos demais Deputados e Senadores que passaram, que estão neste momento nesta audiência pública, aos companheiros dirigentes sindicais, representantes dos trabalhadores; e não estou vendo aqui representantes das empresas, efetivamente os sindicatos patronais. Eu entendo que seria de suma importância que estivessem aqui para defender as empresas, que nem o fazem de outrora. Fica aqui o registro nosso do descontentamento com a organização patronal nesse sentido, de não estar aqui agora para defender as empresas, como as defendem em certas horas, quando a gente tem as discussões salariais nos Estados. Então, fica aqui a nossa queixa pela sua ausência.

Senador, sociedade, é triste nós estarmos aqui hoje. Eu vi um ou outro falando que é alegria. Eu tenho alegria de estar ao lado do Senador, mas é triste o que está acontecendo no Brasil e com mais essa cadeia produtiva dos trabalhadores em frigoríficos, que abrangem uma enormidade de pais e mães de família, que estão agora sendo, mais uma vez, deixados de lado. O Estado brasileiro, mais uma vez, faz com que muita gente sofra.

Eu tenho críticas à forma, sim, como foi feita por aqueles policiais – eu não posso aqui condenar todo o segmento –, e também pela nossa imprensa; a forma até espúria, Senador, como foi feita a espetacularização com isso. Se a investigação estava aberta há dois anos, por que se esperaram dois anos para alardear e fazer toda essa balbúrdia com um produto e com as empresas sérias e os nossos trabalhadores, que no dia a dia estão dentro do frigorífico?

É necessário passar... No dia a dia, tem que se cuidar com corte de cabelo, unha, banho, para produzir o que nós produzimos. Onde há os erros, nós sabemos, e esses estão aí apadrinhados por Deputados, por vereadores, por governadores, em todo o território. Há apadrinhamentos, como a gente viu ontem na imprensa dizendo da merenda escolar em São Paulo. Eu não estou vendo a imprensa falar, lá no Estado do Paraná, dos dois políticos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

estariam envolvidos na corrupção. Não estou vendo mais falar. E pouparam. Sumiu. E é Ministro. Inclusive dizem que é Ministro da Justiça do nosso País, e está ligado a um Partido que está na Casa, desse desgoverno que está acontecendo neste Brasil. Isso, sim, a gente tem que repudiar, e ficar chateado com o que está acontecendo. (*Palmas.*)

Eu não estou vendo nenhum desses presos, e a imprensa não está falando mais. Quanto foi que a JBS, a BRF deu para esses políticos? Não é só para os ficais, não, que têm que ser responsáveis nessa hora, que levaram por causa da viagem. Cadê esses Deputados e Senadores que receberam dinheiro? Citei de duas, e não são duas. É só levantar. A polícia tem esse levantamento. Por que a imprensa, por que a Rede Globo não está denunciando isso? Isso também é necessário, sim, debater nesta audiência pública, não se esquecer desses detalhes.

O BNDES injetou trilhões e trilhões nessas empresas para financiar política desses cidadãos, e agora quem paga é gente que votou, são os trabalhadores, são as trabalhadoras, são os pequenos empresários, são os agricultores, que vão pagar com o sofrimento, com a lamúria. Onde é que vai colocar?

Tudo isso é uma grande pergunta que eu faço, Senador Paim: a quem interessa? A quem interessa neste momento? Poucas horas depois de sair a denúncia, nós já temos aqui no Brasil carne importada. Inclusive o Presidente da República, numa palhaçada – esse é o meu entendimento, como trabalhador –, foi a um restaurante só de carne importada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – É engano!

O SR. ERNANE GARCIA FERREIRA – É engano nada! Isso está tudo preparado. Isso é uma brincadeira! É uma enganação, sim, com a sociedade, com os brasileiros, com as empresas sérias que produzem.

O nosso Presidente da CUT do Rio Grande do Sul falou de algumas propostas sérias. Realmente, a gente tem que fazer algumas coisas pra valer nesse Estado, nesse Brasil, porque não dá mais para deixar continuar acontecendo isso. A gente vê a mídia, no Estado também, defendendo, por causa da propaganda, do *marketing*, algumas picaretagens, coisas que já estavam programadas, como na BRF, no Estado do Paraná. Nós já tínhamos programação lá, de que a empresa iria parar; um aviso com uma certa antecedência. E agora a mídia está usando isso, que era por causa disso, e agora a empresa quer se aproveitar desse momento e fazer a demissão dos trabalhadores sem o fato se consumar. Sem o fato se consumar, as empresas já estão demitindo quem não tem culpa.

Aí eu critico sim a polícia, critico o poder judiciário, que não zelou por isso. Tem a obrigação constitucional de zelar por isso, e não está zelando por isso. Quem vai pagar são os trabalhadores, são os produtores que são inocentes nisso. Eu não estou vendo agora o Ministro da Justiça se pronunciar. Eu não estou vendo Deputado lá no Estado do Paraná se pronunciar. O que vão fazer com esses trabalhadores, com essas trabalhadoras, com os produtores? Onde vão colocar os porcos que estão na linha de produção, os bois, os frangos, os peixes, porque agora virou tudo. Tudo está na lata de lixo.

Grande parte disso, 90%, foi produzido com qualidade, com garantia, pelos trabalhadores e para os produtores. Disso eu não tenho dúvidas. Mas são os atravessadores nos esquemas, e é uma briga política entre policiais federais, juízes, para aparecer; ou o financiamento internacional. Por que agora já tem carne internacional aqui no Brasil? Outrora, a gente estava questionando a carne de Chernobyl. Qual é a qualidade da carne que está entrando aqui no Brasil para substituir o que nós produzimos com qualidade, que o produtor, dia e noite, sofreu para produzir?

Nós, lá nos frigoríficos, os trabalhadores e as trabalhadoras incansavelmente cumprimos com nossos horários, cumprimos com nossas obrigações para produzir, e agora não estou vendo nenhum político, não estou vendo nenhum jornal defender e se preocupar com isso, a não ser aqui nesta Comissão. Vi Deputados de Santa Catarina, vi um Deputado do Rio Grande do Sul, mas na grande maioria das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais, eu não estou vendo um vereador, eu não estou vendo nem muito empresário preocupado com isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

não. Não estou vendo, porque o deles está resolvido. Aperta uma tecla lá e para a produção. Para a produção, e o resto que se vire. Então, eu espero que desta audiência pública a gente consiga resolver.

Lá no Estado do Paraná, Senador, há dois anos, nossas discussões salariais, com uma empresa forte, a BRF, a gente não está conseguindo resolver. Há dois anos! Convenção coletiva não está cumprindo. Então, é sim de se questionar essas empresas. Nosso Presidente da Confederação buscou; nós, da Federação, buscamos diversas vezes a tentativa de dialogar com a empresa. É de se questionar, sim. Será que em todas as unidades, como no Estado do Paraná, está sendo cumprido? Eu questiono.

Eu espero do Ministério da Agricultura, eu espero da Polícia Federal, que a gente prenda mesmo alguns cidadãos por aí. Não dá para chamar de cidadãos essas pessoas que estão prejudicando toda uma sociedade, que são uma minoria. Tem que ser presa exemplarmente, seja ela Ministro da Justiça, Deputado Federal, Senador. Tem que ser achado. Não dá para nós, os trabalhadores, as trabalhadoras, a sociedade, pagarmos por um erro de dois ou três nessa estrutura.

Chega de desgoverno! É um absurdo o que está acontecendo neste País, Senador. É um absurdo! Nós estamos aqui, sim, eu estou aqui conclamando as empresas de bem, os sindicatos patronais de bem, a sair em defesa das empresas sérias. Não dá para ficar esperando só do Governo, não, porque o Governo não vai fazer. Está aí. Os políticos receberam, fizeram todas as mutretas; os que estão envolvidos. Não são todos os políticos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNANE GARCIA FERREIRA – É bom a gente deixar bem essa ressalva: não são todos os políticos. Mas tem gente aí, dentro das empresas e dentro da estrutura política, que está devendo, e eles têm que ser punidos exemplarmente. É isso que nós, trabalhadores do Estado do Paraná, pedimos. Não abrimos mão. A polícia tem que investigar. O Ministério da Agricultura e os fiscais têm que agir com independência. Não dá para aceitar, de jeito nenhum.

Imagina se nós deixarmos isso, Senador Paim. A sociedade tem que imaginar o seguinte; imagine que há poucas horas havia discussão, dentro da estrutura do próprio Congresso, de municipalizarmos a fiscalização do SIF. Se ela, federal, já é ruim... Representante do Ministro, por favor. Eu estou pedindo, por favor: não deixe isso acontecer. Se nós estamos discutindo a qualidade lá, e a gente garante a qualidade para exportação, a interna não dá, por causa dos atravessadores e dos esquemas políticos. Isso precisa ser investigado. A polícia precisa trabalhar com mais eficiência. As secretarias nos Estados precisam trabalhar com eficiência, porque parte do trabalhador brasileiro produz com qualidade, mas ele não está consumindo com qualidade.

Com isso, eu encerro a minha fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Ernane Garcia Ferreira, que falou como Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná.

Carlos Cerqueira, Diretor do SindAlimentação do Estado da Bahia.

O SR. CARLOS CERQUEIRA – Bom dia a todos e a todas! Quero agradecer a oportunidade, ao Senador Paim e ao Deputado Tortelli por esta iniciativa. Eu acho que este é o espaço que a gente tem para debater, porque nos Estados... Por exemplo, eu venho da Bahia, representando a Federação, o Sindicato da Alimentação. A gente não viu, neste momento, nenhuma movimentação dos políticos do Estado fazendo essa discussão. A Bahia é um Estado que tem sofrido, além de toda essa situação que vem acontecendo no País. É o segundo maior desemprego no Brasil, é a Bahia. A Bahia, com a questão da Lava Jato, perdeu mais de 30 mil empregos. E ainda tem um outro fenômeno que é a seca. A gente tem mais de três anos de seca, que praticamente dizimou o rebanho baiano. A gente não vê uma discussão dessa, a gente não vê nem a Assembleia Legislativa nem a Câmara Municipal fazendo essa discussão. Então, acho que aqui é uma oportunidade ímpar de a gente fazer essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Essa questão da Carne Fraca, a Bahia vai pagar o preço, mais uma vez, porque a gente tem dois grandes frigoríficos na Bahia, a JBS, um de carne bovina e um de frango. Já suspenderam. O de carne bovina já tem cinco dias que suspendeu o abate de bois. O frigorífico de aves, os agregados já estão suspendendo e estão todos desesperados, como todos falaram aqui, passando por dificuldades, sem saber como vão pagar as suas contas. Então, mais uma vez, quem vai pagar são os pequenos, os trabalhadores e os pequenos agricultores. Essa é uma preocupação nossa, que a gente tem. E há essa questão da Polícia Federal. Eu acho que a Polícia Federal faz o seu papel. Eu acho que têm que ser punidos os maus policiais, os maus fiscais. Tem que ser punido e preso, seja ele político, seja ele representante de empresa. Ele tem que ser punido. Isso é o que a gente defende. Tem que ser punido mesmo!

A gente tem que trazer aqui e fazer uma discussão mais em defesa do trabalhador. O Ernane e o Darci falaram... A BRF é uma das maiores empresas no País. E a gente está lá na Bahia. A base que a gente representa tem um centro de distribuição e a gente está há dois anos sem conseguir fechar acordo. Fechamos um acordo porque foi na base do dissídio coletivo, porque até a inflação do período a empresa vem se negando a repassar para os trabalhadores. Agora, mais uma vez, já vem ameaça, lá na unidade, de demissões. Sempre é o trabalhador que tem que pagar essa conta, Senador. Então, a gente tem que buscar alternativas para que os trabalhadores não paguem a conta, porque são os mais penalizados. Sempre que há qualquer movimentação, quem tem que pagar a conta é o trabalhador. A empresa, tudo bem, vai lá, fecha sua unidade. Já suspendeu a retirada de frango. E aí sobra para quem? Para os trabalhadores, para os agregados, para os pequenos produtores, os que têm aviários.

A gente mora em uma região, uma cidadezinha pequena, chamada Irará, onde está a maioria dos aviários. Ali na região do Recôncavo da Bahia, já tem alguns dizendo que vão ter que fechar, que não têm como pagar suas contas, que vão ter que demitir os trabalhadores. Aí sobra para o Estado, porque eles não vão ter como pagar parte das suas dívidas; consequentemente, não pagam os impostos. Aí, mais uma vez, o Estado vai sofrer mais, porque vai ser mais desemprego. As consequências vêm sempre na questão dos trabalhadores. A gente sabe que há empresas sérias. A questão da Carne Fraca... Se há carne fraca, talvez quem consuma seja a gente aqui. Fora daqui, não, porque o frango brasileiro é muito mais bem tratado do que o trabalhador que cuida dele. (*Palmas.*)

Até na hora de manusear, o trabalhador é treinado para pegar o frango. Porque, se pegar de uma forma inadequada, as empresas lá fora não aceitam.

Isto é que a gente tem que ver: as empresas têm que reconhecer e dar o mesmo tratamento, o mínimo. Se dessem ao trabalhador brasileiro que trabalha nos frigoríficos o mínimo tratamento que tem o frango, a gente poderia dizer que está bem. Então, eu acho que isso é uma das coisas que a gente tem que discutir.

Hoje, é claro, o frango, o próprio boi... Na Bahia, os grandes criadores, como Geddel Vieira Lima e Nilo Coelho, que é o Nilo Boi, que são os maiores criadores de boi na região... Aquele boi que é criado lá tem um tratamento especial, e o trabalhador não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS CERQUEIRA – É aquele mesmo Geddel, um dos maiores criadores de boi na Bahia. São ele e Nilo Coelho, que já foi da Casa, Deputado Federal, que, na Bahia, a gente chama de Nilo Boi, que foi do governo do Estado. Esses caras não pagam, não pagam salários, não pagam os impostos, não recolhem INSS e FGTS. E aí eu acho que é o papel da Polícia Federal, do Estado ir atrás desses caras e prender. Geddel é um dos que deveriam estar presos. Esse é um dos caras que deveriam estar presos. Eu falo com propriedade, porque eu sou do Estado. Eu acho que esse é o papel da Polícia Federal também, além de todo o trabalho que ela faz. O trabalho do Estado era punir esses.

Aí, eu agradeço mais uma vez. Eu termino minha fala por aqui. Eu acho que é isso aí. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos Cerqueira, Diretor do SindAlimentação, do Estado da Bahia.

Eu estou aqui, pessoal, mas estou com a terceirização aqui, pois eu tenho de entregar o relatório até às 14h. O relatório está pronto há dois meses, é que a Mesa não queria receber. Eu entreguei na CCJ, e agora a Mesa vai receber. Então, eu estou administrando o relatório e cuidando aqui da fala de cada um dos senhores, o que é importantíssimo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem falar da previdência.

Passo a palavra agora ao Osvaldo Teófilo, Presidente da Federação Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Minas Gerais.

O SR. OSVALDO TEÓFILO – Muito bom dia, Sr. Senador Paulo Paim. Muito bom dia, companheiros da Mesa. Bom dia a todos e todas aqui presentes.

É um prazer muito grande para nós estar aqui representando o Estado de Minas Gerais.

Eu creio, Senador, que vou precisar de muito pouco tempo para conversar sobre essa questão, mesmo porque os que me antecederam já disseram tudo o que a gente iria dizer. Então, ficaria muito repetitivo dizer a mesma coisa: o espetáculo, a carne, a terceirização, a situação dos trabalhadores. Tudo isso já foi falado e falado com muita propriedade. Então, eu acho que a gente não precisa ficar aqui repetindo aquilo que os companheiros já colocaram.

Eu não sou a pessoa ideal para falar de carne, porque eu sou especialista em cadeia produtiva do café. Não é à toa que eu sou de Minas Gerais. Mas, obviamente, Minas Gerais tem um papel muito importante na produção de carne, tendo em vista que nós temos, se não a maior, uma das maiores unidades da BRF, que é em Uberlândia. Se não me engano, as duas maiores do País são Uberlândia e Toledo, no Paraná. Nós de Minas Gerais estamos muito preocupados com tudo que está acontecendo, dado tudo aquilo que já foi dito aqui. Estamos fazendo um levantamento, Ernane, Senador e todos, de como as coisas vão se desenrolar em Minas.

Até agora, por enquanto, não houve demissão, a não ser especulação em cima disso, mas já temos notícias de que, lá nos rincões de Minas Gerais, aqueles frigoríficos que se encontram com algumas dificuldades já estão apresentando a ideia de fechar as portas, de demitir e de, futuramente, reabrir com contratação terceirizada.

Esse é o maior problema, é o calo do nosso pé, é a pedra no nosso sapato. Por quê? Vejam bem. Já falaram aqui, mas vou repetir: um trabalhador terceirizado, não só no setor da carne, mas em qualquer setor de atividade econômica produtiva do Brasil, não vai dar o resultado que um trabalhador efetivo daria. Por quais motivos? Por tudo aquilo que já falaram aqui. Se ele vai trabalhar três ou seis meses e vai cair fora, que interesse ele tem de contribuir com uma mão de obra especializada num setor importante, principalmente naquele de que se trata aqui, que é o setor da carne?

O SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Ganhando um salário mínimo ou menos.

O SR. OSVALDO TEÓFILO – Ou menos.

A grande preocupação de Minas – do Brasil todo, mas principalmente de Minas – é com essa questão.

Já há boatos de que, em Nanuque, que tem também um grande frigorífico, já está havendo essa discussão, essa possibilidade de se agir dessa forma. E é a principal empresa da cidade. Nanuque está lá nos confins das Minas Gerais, lá nas três fronteiras, entre Minas, Bahia e Espírito Santo. É uma cidadezinha razoável, porém, se precarizar a mão de obra mais do que já é precarizada, dada a distância de Nanuque dos centros desenvolvidos, certamente, vai ser o fim da mão de obra qualificada dos trabalhadores daquela região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Agora, o Carlos falava sobre o tratamento do frango. Como eu disse, eu não sou especialista em carne, mas, para uns gringos, uns caras religiosos que eu nem sei de onde são e que vêm comprar carne aqui – estou falando de Nanuque –, há regras: o boi tem que ser tirado do pasto e tem que ser transportado dignamente, tem que ser morto dignamente, não pode sofrer nenhuma lesão antes de morrer, tem que ser tratado com toda a dignidade. Enquanto isso, quando um trabalhador afastado por uma lesão – diga-se de passagem que a indústria que mais lesa os trabalhadores no Brasil é a indústria da carne, e quem é da área pode confirmar o que estou dizendo – ou por um acidente de trabalho, ele, que fica dois, três ou, no máximo, seis meses, dependendo dos acordos coletivos de trabalho dos sindicatos com suas empresas, perde plano de saúde, tíquete-alimentação, cesta básica. Ele vai viver com a migalha que a Previdência Social paga.

Resumindo, a preocupação é generalizada não pelo fato da produção da carne e da empregabilidade, mas pelo fato da precarização da mão de obra. Certamente, se essa terceirização se perpetuar, Srs. Senadores, a mão de obra dos brasileiros vai acabar. Vai ser uma precarização só da mão de obra no Brasil. Não é só na carne, repito, mas em todos os setores produtivos do Brasil.

Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui. É a primeira vez que venho aqui à mesa conversar com os companheiros e companheiras. Eu fico muito honrado em estar aqui representando o Estado de Minas Gerais, que, repito, é um Estado importantíssimo na produção de gado, de ovos e, principalmente, do leite.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Osvaldo Teófilo, Presidente da Federação Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Minas Gerais.

O último, João Bosco, Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários (Asfagro).

O SR. JOÃO BOSCO – Senhoras e senhores, bom dia.

Quero agradecer a atenção do Senador Paulo Paim, um baluarte, que, inclusive, nos ajudou a criar a carreira de fiscal federal agropecuário, que hoje tem a nova denominação de auditor fiscal federal agropecuário. Nós somos gratos a ele e também ao Congresso Nacional, que, no passado, nos ajudou a criar a carreira de fiscal federal agropecuário.

A Associação dos Fiscais Federais Agropecuários e seus associados vêm a público manifestar apoio a toda a categoria empenhada em exercer, com responsabilidade, suas atribuições, que sempre dignificaram a história do Serviço de Inspeção Federal (SIF) do centenário Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e à investigação necessária e criteriosa dos eventos e fatos relacionados à Operação Carne Fraca.

A qualidade das atividades de inspeção, auditoria e fiscalização do Serviço de Inspeção Federal (SIF) conduzidas pelos auditores fiscais federais agropecuários do MAPA nas unidades sob seu controle é reconhecida e validada pela sociedade brasileira e por mais de uma centena de parceiros internacionais que consomem e importam os produtos de origem animal inspecionados pela categoria. O Brasil se tornou referência mundial e tem *expertise* no domínio do mercado internacional de produtos de origem animal graças à seriedade, responsabilidade e eficiência de seu corpo de profissionais.

Desde o campo, executando atividades de fomento e promoção da pecuária sustentável e hígida, passando pela normatização do trânsito pecuário no País, instituindo o balizamento das atividades de inspeção sanitária dos produtos de origem animal e atuando de forma enérgica e oportuna na vigilância de nossas fronteiras internacionais, os auditores fiscais federais agropecuários executam múltiplas funções dentro do MAPA, sempre na vanguarda da proteção ao consumidor, seja a sociedade brasileira, seja o parceiro comercial internacional. Desde o nascimento até a idade de abate, todos os insumos e processos envolvidos na produção animal recebem a atenção do MAPA, seja como instância de execução direta ou coordenação central,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

no que concerne a auditoria e fiscalização da produção, medicamentos e tratamentos, qualidade zootécnica das raças, fornecimento de sêmen, controle de qualidade de vacinas, formulação e processamento de rações, análises laboratoriais, testes diagnósticos e outros insumos e procedimentos utilizados durante a vida do animal.

Há mais de 150 anos os servidores do Mapa zelam pela saúde da população brasileira e executam com dignidade e decoro suas funções. Graças a esse empenho e a essa responsabilidade, o Brasil conquistou espaço de destaque internacional na produção e exportação de carnes de bovinos, aves e suínos mostrando-se um competidor de elevado expoente no acirrado mercado mundial.

O Brasil conta com produtores rurais combativos, corajosos e de elevado nível, que enfrentam no cotidiano de suas atividades produtivas os constantes desafios das intempéries, da flutuação de preços de insumos e produtos e das disputas de mercado típicas da produção, que, no entanto, permanecem na atividade mesmo com inúmeros riscos, assegurando o fornecimento de alimento constante, ao longo de todo o ano, à população brasileira.

É muito importante que fique claro que as situações encontradas durante as investigações conduzidas pela Polícia Federal na Operação Carne Fraca tratam de exceções que fogem à regra da esmagadora maioria das unidades de produção brasileiras e dos servidores do Mapa. Estas exceções, ainda que em diminuto número, envergonham aqueles que destoaram da lisura e correção de nossa instituição, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de nossa categoria, dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários, e devem ser tratadas de forma enérgica e detalhada. Também em relação aos produtores e estabelecimentos envolvidos é fundamental a transparência na apuração de responsabilidades, a fim de que fique estampada a conduta adequada ou inadequada de cada envolvido.

Entendemos que constituem princípios basilares do servidor público federal, aí incluídos os auditores fiscais federais agropecuários e a Polícia Federal, proporcionar o retorno à sociedade que nos remunera, com serviços eficientes, qualificados e, sobretudo, responsáveis. Reafirmamos o nosso compromisso permanente para com o País em termos de agilidade, qualidade e urbanidade no atendimento aos clientes dos nossos serviços, além da necessária probidade e austeridade no trato para com a coisa pública, especialmente no que tange à segurança dos alimentos e à segurança alimentar.

Algumas lições podem ser tiradas desses eventos e requerem medidas imediatas de enfrentamento. Muitas dessas medidas vêm sendo, há anos, requeridas pela categoria dos auditores fiscais federais agropecuários como vitais para a otimização dos serviços conduzidos por esses servidores no âmbito de suas atribuições no MAPA e coibirão a ocorrência e recorrência de situações como as retratadas.

Citamos, primeiramente, a urgência de implantação de processos de meritocracia na ocupação dos cargos e funções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, seja na sede, seja nas suas unidades descentralizadas. A nomeação ou designação de pessoal não qualificado nem conhecedor das funções que deverá comandar e gerenciar, de pessoal externo à instituição, de pessoal cuja única característica requerida para ocupação do cargo ou função é a indicação política resulta em abominável fragilidade na capacidade de interferência adequada, oportuna e decisiva sobre os desvios de conduta, seja do setor regulado – produtores e estabelecimentos –, seja de servidores. A meritocracia é, portanto, reivindicação antiga de todas as categorias funcionais que compõem o MAPA e deve ser implementada e colocada em ação no menor espaço de tempo possível. Seus critérios, entretanto, devem ser transparentes e disponibilizados a qualquer cidadão ou cidadã, explicitando as qualidades técnicas e pessoais que resultaram na escolha dos servidores nomeados ou designados. O argumento de que a indicação de pessoal para ocupação de cargos de confiança ou funções de confiança é da livre escolha dos gestores de alto escalão não pode servir de subsídio à indicação de incompetentes, irresponsáveis ou de verdadeiros interventores externos, cujos interesses privados se sobreponham ao interesse institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Em segundo lugar, alertamos acerca das mudanças de lotação dos auditores fiscais federais agropecuários retirados de suas funções de inspeção, fiscalização e controle sobre estabelecimentos que estejam fraudando conformidade ou inocuidade, sendo lotados em outros serviços ou outras unidades de processamento, mediante interferência política oriunda de conhecimento e proximidade entre os proprietários ou responsáveis e políticos influentes. Mesmo telefonemas, conversas ou bilhetes podem trazer pressões veladas e discretas, mas perfeitamente compreendidas entre as partes, que resultem no afastamento do auditor fiscal federal agropecuário zeloso e sua substituição por algum envolvido no esquema de fraudes. É imperativo que essas mudanças de lotação ocorridas no âmbito das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados sejam justificadas, haja vista serem autorizadas – e muitas vezes promovidas – pelos respectivos superintendentes, dentro do escopo de seus poderes e atribuições. Quanto à capacidade técnica e ao engajamento...

A Asfagro e seus associados se solidarizam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BOSCO – ... com os pecuaristas sérios e batalhadores, muitos descendentes de famílias há décadas envolvidas com a desafiadora atividade, valorizando sua atuação destemida na formação do plantel nacional e no desenvolvimento de estratégias de produção inovadoras e inteligentes.

Finalmente, cabe uma abordagem aqui. O auditor fiscal federal agropecuário é carreira típica de Estado. O Ministério da Agricultura executa ações indelegáveis reconhecidas em acordos internacionais. A Anvisa é uma agência muito relevante, mas é normatizadora. Meritocracia não é corporativismo, mas é mérito na Administração Pública responsável. Hoje, nós nos deparamos com uma grande injustiça: o auditor fiscal federal agropecuário trabalha no sistema de fiscalização de porto e aeroporto, na fiscalização e inspeção dos frigoríficos e não tem assegurado o direito de receber insalubridade e o adicional noturno. E proclamamos, inclusive, ao representante do digno Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que consiga corrigir essa distorção, porque não há como se exigir de um profissional competente com condições de trabalho inadequadas.

Eu agradeço a atenção de todos os senhores e parabenizo todos que me antecederam. E vamos continuar nessa luta, porque essa bandeira da exportação, da produção e do abastecimento interno é uma demanda de toda a sociedade e não pode ser levada a segundo plano.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. João Bosco, Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários (Asfagro).

Pessoal, usaram a palavra 15 convidados. Todos foram brilhantes, acho que foi um debate qualificado.

Muitos estavam preocupados com o que poderia acontecer. Aqui não acontece nada que não seja dentro dos parâmetros da razoabilidade, do bom senso, por isso o debate foi à altura que o Brasil exigiu sobre esse tema.

Eu só faço uma pergunta. Como 15 usaram a palavra, se os 15 ainda fizerem as considerações finais, vamos ultrapassar o limite máximo, porque tenho que terminar esse rolo da terceirização. Então, eu pergunto: dos 15 que usaram a palavra, alguém teria alguma consideração final a fazer?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tortelli.

Sabendo que são três minutos para cada um.

Então, são três inscritos. Quatro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já vi que todos vão falar. Pronto. Eu vou chamar todo mundo. Não há negociação mais adequada do que você seguir a lista.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Nem que diga "agradeço pelo debate". Sei lá.

Vamos lá. Todo mundo.

Pode falar daí mesmo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, você quer o microfone? Tudo bem.

Mas eu vou avisar, pessoal, devido ao horário, são três minutos exatamente para cada um.

Com a palavra o Deputado Estadual Altemir Tortelli.

O SR. ALTEMIR TORTELLI – Primeiro, Senador, mais uma vez, quero agradecer esta oportunidade de fazermos um belo evento, uma bela atividade, que tenho certeza de que não vai servir só para trocarmos impressões. Por isso, fiz questão de fazer a segunda colocação.

Quero deixar claro que tenho uma trajetória de mais ou menos 35 anos nesse setor – sou agricultor familiar, vivi lá de pequenininho, adolescente, depois na vida sindical e política. É essa a minha relação com esse setor, portanto conheço um pouco essa realidade.

Tenho convicção de que não podemos ser irresponsáveis em generalizar a situação que estamos vivendo neste momento, mas, quando eu citava aqui, na minha colocação, o tema do Rio Grande do Sul... Eu vou dar números para ficar claro o tema do leite.

A polícia do Estado e o Ministério Público do Rio Grande do Sul já fizeram 12 ações da Operação Leite Compensado; a última foi dia 24 deste mês. São 41 pessoas indiciadas até esta última ação da polícia, 213 denunciados nessas duas etapas. Portanto, não estamos falando de brincadeira, estamos falando de fatos concretos e sérios no tema leite, que talvez seja o que mais chegue à casa, e as crianças tomam esse leite.

Agora, quero fazer duas ou três perguntas, para que o Governo possa nos ajudar. Primeiro, queria saber se o Ministério da Agricultura confirma os dados que foram apresentados pelo vídeo aqui sobre o crescimento da produção no mercado internacional e a relação dos embargos com essa questão do crescimento. Foi feita uma denúncia aqui por um órgão de apoio e assessoria ao agronegócio no Brasil, uma entidade reconhecida aqui e nos Estados Unidos. Eu quero saber se o Governo do Brasil reconhece essas denúncias. Se não reconhece, por favor, diga por que não reconhece.

Segundo: se o Ministério da Agricultura confirma a informação dada aqui pelos auditores fiscais, e agora referendada pelos fiscais federais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. ALTEMIR TORTELLI – ... sobre os dados aqui apresentados. São 700 auditores, precisaríamos de 1.200, e há 25% inativos.

Quarta pergunta: se o Ministério da Agricultura tem conhecimento das relações dos grandes grupos econômicos do agronegócio com os agricultores integrados e das denúncias feitas aqui com os trabalhadores, se o Governo sabe disso.

Mais uma pergunta: se o Governo, quando financia recursos via BNDES, exige alguma contrapartida das empresas – relação com o meio ambiente, relação social com os trabalhadores, relação com os seus integrados – e se compreende o que significa monopólio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

oligopólio; se o Governo tem alguma política de minimizar esse poderio desses grupos em relação a outras questões.

Por último, Senador, pergunto se o Governo e o Ministério da Agricultura pensam em chamar – essa é pergunta a fatal para mim. O Senador nos chama aqui para nós tratarmos do assunto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALTEMIR TORTELLI – ... e temos opiniões. Eu quero saber se o Governo e o Ministério pensam em chamar os trabalhadores, pensam em chamar os produtores, pensam em chamar o Senado para também serem fonte de informação e para, quem sabe, opinarem, como a proposta do Claudir, presidente da CUT, porque, se não houver essa disposição do Governo, estaremos fazendo diálogo de surdos ou de mudos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALTEMIR TORTELLI – Se o Governo brasileiro não quiser fazer, vamos ter que fazer como o Claudir disse: vamos fazer nas ruas as mobilizações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Ficou nos três minutos.

Em seguida, Coaraci Castilho, chefe de gabinete do Ministro Blairo Maggi, representante do Ministério da Agricultura, tem três minutos.

O SR. COARACI CASTILHO – Queremos agradecer este grande conclave, esta audiência pública magnífica. Já estive aqui outras vezes com o nosso Senador Paulo Paim.

Quero relembrar aqui que, quando tínhamos a Comissão Especial, Senador Paulo Paim, o Presidente da comissão era o Senador Blairo Maggi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É verdade.

O SR. COARACI CASTILHO – ... que, de pronto, designou como Relator o Senador Paulo Paim na terceirização. Então, temos que relembrar uma situação que foi de pronto; eu estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele e o Otto Alencar, inclusive.

O SR. COARACI CASTILHO – Exato, os dois: o Presidente e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os dois, um da Bahia e o Relator, porque o Otto Alencar era o Presidente e ele era o Relator.

O SR. COARACI CASTILHO – Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Caberia a ele, se assim quisesse, bancar a relatoria, mas ambos conversaram e cederam a relatoria para mim.

O SR. COARACI CASTILHO – Correto.

Quero agradecer e dizer, primeiramente, que essas perguntas, na hora certa, no momento certo, serão respondidas pelo Ministro Blairo Maggi, com certeza.

Nós temos aqui a nossa Ouvidoria do MAPA – vou passar o telefone para todo o povo brasileiro: 0800-704-1995.

Quero dizer que, de pronto, eu recebi essa denúncia e a encaminhei por WhatsApp ao Ministro Blairo Maggi. Ele já designou o Secretário de Defesa Agropecuária, o Dr. Rangel, para que tome a seguinte providência. O MAPA fará a avaliação em dois níveis: fraude de economia de uso de marcas de maneira a enganar o consumidor e prioritário risco à saúde pública. Assim que tivermos esse resultado, de imediato, eu o encaminharei para o Senador Paulo Paim e para a Comissão, para que ele possa encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Farei o devido encaminhamento para o líder Siderlei de Oliveira, que apresentou a denúncia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. COARACI CASTILHO – Tenho outra notícia que recebemos aqui: Hong Kong já liberou, com as restrições devidas, que é de 21 plantas. Então, temos hoje aqui Hong Kong, China, União Europeia praticamente liberados.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Senador, que tem esse preparo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. COARACI CASTILHO – ... de fazer audiência pública chamando as partes para haver equilíbrio e para que a população conheça verdadeiramente os fatos narrados na Carne Fraca, que, com certeza, já está sendo carne forte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Antoninho Rovaris, secretário do Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. (*Pausa.*)

Já saiu.

Ricardo João Santin, vice-presidente e diretor de Mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

O SR. RICARDO JOÃO SANTIN – Boa tarde, Senador; boa tarde a todos, já que estamos passando do horário do meio-dia.

Queria parabenizá-lo, mais uma vez, pela iniciativa, dizer que a indústria está à disposição para acrescer num processo como esse e reiterar pontos que falamos desde o começo.

Não há que generalizar temas; temos que preservar as carreiras que estão envolvidas, as empresas, a carreira do auditor fiscal federal agropecuário e a Polícia Federal. A corrupção tem que ser escarafunchada até o último limite e acabar com qualquer risco, mas quero lembrar a todos e a nossos telespectadores que podem confiar na carne brasileira. Não há crise sanitária no Brasil.

Nós temos que levar esse tema, Senador, como o senhor bem falou desde o começo: com parcimônia. Não podemos generalizar, não podemos ideologizar, não podemos partidarizar, porque a carne é um patrimônio do País. Temos 7 milhões de empregos envolvidos nisso. Não dá para brincar com isso, gente! São famílias, pessoas, e o País precisa dessa receita. Não podemos agora usar isso como um palanque para verificar o que vamos falar, nem tampouco dizer: "temos que falar de monopólio, de não sei o quê". Podemos discutir isso nos fóruns específicos, mas lembrando que BRF, JBS são empresas nacionais grandes. Fizeram, sim, uma consolidação, mas são empresas sérias, que sempre respeitaram as leis, de acordo com o Ministério da Agricultura, da mesma forma como todo o sistema cooperativo que temos lá no Paraná, com uma célula cooperativa maravilhosa, exportadora para todos os mercados, e a nossa carne chega a mais de 160 países no mundo. Mais de 70% do mundo confiam no Brasil.

O Brasil tem um longo trabalho. Então, mais uma vez, Senador Paim, para encerrar e nem usar os três minutos, queremos dizer: a crise não é sanitária, a qualidade de nossa carne é forte, podemos confiar e, para ser moderno, *hashtag* #euconfionacarnebrasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ricardo João Santin, vice-presidente e diretor de Mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Darci Pires da Rocha, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins.

O SR. DARCI PIRES DA ROCHA – Eu vou usar um minuto, Paim.

Eu queria só reafirmar a nossa proposta no sentido de que o Governo ou alguém interessado, Deputado ou Senador, apresentem uma emenda ou um projeto que, de alguma forma, salvaguarde o direito dos trabalhadores à estabilidade no emprego, para que aqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

maus produtores não possam utilizar agora como moeda de troca a demissão dos trabalhadores, fazendo pressão para que fiquem impunes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Siderlei de Oliveira.

O Darci falou.

O SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA – Agradeço a oportunidade do debate que nos deu, mas também queria deixar uma preocupação, mais ou menos na linha da do Darci, que é a seguinte: temos que estar atentos ao que vai acontecer com os trabalhadores, com essa reviravolta que deu, com esse desalojamento de pintos, com essa questão aí, se isso vai virar um desemprego.

Então, eu acho que temos que estar atentos para haver uma providência do Governo, inclusive, de garantir, ao menos, os salários dessa gente durante esse tempo de quarentena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seria como um seguro-desemprego.

O SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA – Alguma coisa tem que ser feita.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Siderlei de Oliveira. Está aqui nas propostas. No fim, farei os encaminhamentos.

Valdemir Moreira Corrêa, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Rio Grande do Sul.

O SR. VALDEMIR MOREIRA CORRÊA – Agradeço, mais uma vez, Senador, e nos coloco à disposição para futuros desdobramentos deste debate, desta discussão.

Quero dizer o seguinte: a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, junto com os seus sindicatos – tendo em vista que os trabalhadores do ramo lidam com a saúde do trabalhador, ou seja, com o direito fundamental do ser humano, que é o direito à alimentação saudável e adequada –, tivemos uma discussão com os empresários lá no Rio Grande do Sul e conseguimos colocar e aprovar, nas convenções coletivas praticamente de todos os setores que trabalham com produção de produtos de origem animal – com exceção dos suínos, mas com laticínios, bovinos e avícolas –, a criação das comissões de saúde e segurança alimentar, que são comissões paritárias.

Nós, no início de abril, vamos discutir na federação com os sindicatos filiados a efetiva implementação dessas comissões, que são paritárias – três representantes das empresas, três representantes dos trabalhadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDEMIR MOREIRA CORRÊA – .... para discutir a segurança alimentar e a alimentação saudável do trabalhador.

Então, isso, com certeza, vai alavancar essa discussão, e eu acho que, em boa hora, estamos criando essas comissões pensando na população, pensando nos trabalhadores também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Alexander Dornelles foi o que falou agora... Não. Falou o Valdemir Moreira Corrêa.

Agora é o Alexander Dornelles. Por favor.

O SR. ALEXANDER DORNELLES – Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a oportunidade e parabenizar pela ampla discussão com muitos representantes de todos os segmentos das cadeias.

Queria chamar a atenção, como técnico – não posso me furtar –, para o excesso de preocupação quando se trata de salmonela, que é um micro-organismo presente pelo tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

processamento térmico. Há medidas sanitárias, e elas vêm sendo adotadas. Portanto, não é necessária uma preocupação da população em termos de saúde pública.

As amostras, no trabalho que está sendo desenvolvido, estão identificando que as questões mais relevantes de saúde pública estão sob controle durante esse processo que o Ministério da Agricultura e que os auditores fiscais estão desenvolvendo.

Quanto à meritocracia, eu gostaria de deixar muito claro que não se trata de um interesse corporativo de uma carreira, e, sim, de permitir o acesso a servidores da casa e de todas as carreiras do Ministério comprometidos com a gestão e aptos, que, dentro desse processo seletivo, serão direcionados para a indicação do Ministro.

Por fim, foi citada a questão do Suasa (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária), quanto à relação dos auditores fiscais com os Estados e Municípios. Como eu já havia comentado, esse déficit de cerca de 500 auditores fiscais só nessa área de atuação do Serviço de Inspeção Federal nos impossibilita, na prática, de fazer um trabalho mais próximo aos Estados e Municípios. Ao longo dos últimos dez anos, já temos trabalhado, repassando *know-how*, *expertise*, experiência para que busquem mais eficiência no âmbito da fiscalização estadual e municipal.

Muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Alexander Dornelles.

De imediato, Flávio Werneck Meneguelli. (*Pausa.*)

Já saiu.

Ubiraci Dantas de Oliveira.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Queria agradecer ao Senador e dizer uma coisinha só: o que pensar de um Governo cujo Ministro da Justiça, numa ligação telefônica com um cidadão chamado Daniel, trata-o de chefe, e é o cara que fica fazendo essas irregularidades por aí? Uma ligação telefônica foi interceptada entre o Ministro e Daniel Gonçalves, fiscal agropecuário e superintendente do Ministério da Agricultura no Paraná entre 2007 e 2016. Segundo a PF do local, comandava a organização que atua no órgão, permitindo o recebimento de propina em troca de vista grossa na fiscalização de frigoríficos.

Osmar Serraglio inicia a chamada exclamando: "Grande chefe, tudo bom?" O que pensar de uma situação dessas? Não sou eu que estou dizendo.

Então, eu queria dizer aqui que os monopólios são antinacionais e são antissociais. Portanto, considero que a BRF e a JBS são monopólios nesse sentido, porque não conseguiram responder as denúncias feitas claramente pela Polícia Federal. Eu queria dizer sinceramente: apoio as investigações da Polícia Federal, da Lava Jato, porque temos que colocar os ladrões na cadeia.

Para você que está me ouvindo, trabalhador que está na sua casa, no seu serviço, onde estiver: no dia 28 de abril, nós vamos parar o Brasil em defesa da Pátria, em defesa do emprego, contra essa reforma da previdência, que está nos prejudicando, e contra essa reforma trabalhista, que está destruindo os direitos trabalhistas com muito custo conquistados pelo trabalhador brasileiro.

Eu queria que o Senador Paim, que já está fazendo isso, faça o esforço máximo possível, para que aquele projeto seu da terceirização possa estar... Sei que V. Exª já está fazendo. Vamos dar apoio ao Senador Paulo Paim nesse sentido, porque a proposta que ele apresentou é uma proposta que interessa a todos nós; só não interessa àqueles que querem destruir os direitos dos trabalhadores na nossa CLT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ubiraci Dantas de Oliveira.

Agora, Claudir Nespolo, presidente da CUT do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. CLAUDIR NESPOLO – Quero deixar um agradecimento pela oportunidade de expressar aqui algumas opiniões sobre esse grave momento e me somar ao Tortelli nas perguntas que ele deixou aqui para efeito de o Governo examinar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para dizer que, nos encaminhamentos finais, eu vou encaminhar as perguntas também.

O SR. CLAUDIR NESPOLO – Eu estou ciente de que, no final, o senhor vai fazer os desdobramentos aqui.

Quero me somar nesse esforço – queria ser muito cirúrgico aqui – e dizer que, obviamente, estamos falando aqui nesta sala e para muita gente que está fora dela também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No mínimo, três milhões de pessoas assistem.

O SR. CLAUDIR NESPOLO – Estamos muito preocupados. A CUT está engajada no sentido de ajudar a criar as condições de resolver isso sem que os trabalhadores se transformem na carne fraca. Estamos tomando as medidas para que se resolva sem sacrificar o emprego e a renda das pessoas. O Governo, se tiver alguma credibilidade, tem que se apresentar, e a indústria tem que se apresentar, tem a sua cota de sacrifício também. Não é uma questão que se resolva só um jogando um para o outro.

Nós sabemos o nosso papel nessa história e vamos acompanhar de forma consciente, fazer de forma responsável, mas faremos o que tem que ser feito para defender o emprego e a renda dessas pessoas. É muito importante essa equação na reta final desse evento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Claudir Nespolo, da CUT do Rio Grande do Sul.

Dirceu Dresch, Deputado Estadual de Santa Catarina.

O SR. DIRCEU DRESCH – Obrigado, Senador. Quero parabenizá-lo e cumprimentá-lo.

Com certeza, muita gente que está acompanhando o trabalho de V. Exª aqui e de tantas outras lideranças comprometidas com o Brasil, com a soberania nacional, com os trabalhadores e trabalhadoras vai perceber que a política é importante, é fundamental na vida delas. Infelizmente estamos vivendo um momento de destruição da política brasileira, quase geral, mas, com certeza, momentos como este são fundamentais quando há pessoas comprometidas, como V. Exª, em ajudar os movimentos, as organizações, o sindicalismo a enfrentar os grandes desafios. Parabéns!

Não estava previsto eu falar aqui, mas quero agradecer a oportunidade e nos colocar à disposição também lá no Estado, para contribuir com esse debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dirceu Dresch.

Vamos direto aos encaminhamentos.

O SR. DIRCEU DRESCH (*Fora do microfone.*) – E apoiar aqui as iniciativas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem. Rapidamente, a assessoria aqui tomou nota, e de pronto eu já digo: as seis perguntas eu vou entregar para o representante do Ministério da Agricultura, do Ministro Blairo Maggi, para que ele responda. Ele remete à Comissão, e eu remeto para os senhores. Mas uma coisa é a situação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza. As seis perguntas eu tenho certeza de que eles responderão. E eu me comprometo, o mais rápido possível, a remetê-las para você.

Outros encaminhamentos.

Encaminhar a denúncia apresentada pelo Siderlei ao Ministério da Agricultura, por meio do chefe de gabinete do Ministro, o Sr. Coaraci, o que já foi feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Ampliar a transparência sobre o SIF, com a participação de sindicatos.

Seleção de agentes de fiscalização e segurança apenas mediante concurso público. É uma forma já de dizer "não, não" à terceirização.

Apoiar a elaboração de um código de conduta para agentes públicos de inspeção e fiscalização que identifique os sinais de enriquecimento ilícito.

Apoiar um programa emergencial de consumo em massa de carne, com financiamento público, se for o caso. Ou seja, para não parar a produção, olhando lá onde tudo inicia, não é?

Punição mais severa para corruptos e corruptores.

Encaminhamento de um estudo de metodologia investigativa no Brasil para garantir menos espetaculização e mais eficiência.

Punição severa aos que cometerem um crime – estamos nos referindo a esse caso aqui. Nesse caso, doa a quem doer. Quem cometer um crime responda pelo que fez.

Buscar, em outros países que têm índice de eficiência, mais exemplos para nós aprimorarmos o nosso sistema, o que sempre é possível.

E o último: buscar caminhos para que o trabalhador não seja mais uma vez chamado a pagar a conta. Entre parênteses aqui está: "não seja demitido". Ou no mínimo, ampliar o seguro-desemprego, para que nesse período de certa quarentena, ele receba o seu salário, porque isso, o Governo poderá fazer. Mas o ideal mesmo é assegurar uma garantia no emprego, para que ele não seja penalizado devido a essa situação.

Com esses encaminhamentos, pessoal, a gente conclui a audiência de hoje. Cumprimento a todos que estiveram aqui: representantes dos empresários, representantes do Governo, representantes da sociedade civil, centrais, federação, confederações, os Deputados que aqui estiveram – os Deputados Federais e os Deputados Estaduais, eu diria, representados por você, Dirceu, e também pelo Altemir Tortelli, que foi quem me fez a primeira provocação.

E quero também dizer que, é claro, como eu coordeno aqui a Comissão Mista de Deputados Federais e Senadores que trata dessas questões, é com enorme satisfação que eu presidi esta reunião, que foi um debate qualificadíssimo, num alto nível. Repito: aqueles que às vezes duvidam da capacidade dos trabalhadores de saber fazer um debate com temas com tanta controvérsia, como esse... Porque de um lado está o mercado exportador; por outro lado, o mercado interno; e pelo outro lado, estão os trabalhadores, que não querem mais uma vez serem chamados a pagar a conta.

E ainda há a atuação dos policiais, que eu vi que têm uma preocupação muito grande. Não que eles não tinham que investigar; tinham que investigar, sim. E quem errou vai responder. Mas, pela forma como foi colocado, percebi que há uma preocupação. Mas concordo: não vamos ser nós aqui agora que vamos fazer crítica à Polícia Federal, tão elogiada por todos que estão neste plenário em outras operações. Isso ficou muito, muito claro. Porque não se pode elogiar por um lado e, pelo outro, querer criticar quando atinge outros setores.

Eu queria pedir, por uma questão apenas simbólica, mas importante... Eu não vou poder dar a palavra – eu atendo até pessoalmente –, porque, se eu abrir a palavra agora ao Plenário, pessoal, nós não terminaremos mais hoje.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu vou em seguida atender a senhora pessoalmente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu farei. Eu farei os encaminhamentos. A senhora me passa, que eu vou encaminhar, correto? Fica acertado. As suas duas sugestões eu vou encaminhar.

Eu peço que passem somente esse vídeo, pessoal, que tem tudo a ver com isso, porque, se acontecer o que nós estamos preocupados que aconteça, e a terceirização for feita inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

na atividade fim, aí, sim, vai ser um desastre para empregados e empregadores. Então, antes de encerrar, eu peço que passem esse vídeo, que é a nossa preocupação com a terceirização.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está encerrada a nossa audiência pública.

Muito obrigado a todos.

Eu convido a todos aqui, inclusive os representantes do Governo e do setor empresarial, para uma foto importante, porque aqui foi feito um grande debate sobre o tema.

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 27 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e quatorze minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz, José Medeiros, Sérgio Petecão, Romário, Thieres Pinto, Cidinho Santos e Wellington Fagundes e, ainda, dos Senadores não membros Ivo Cassol, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Eduardo Amorim, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2013 que: "Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011 que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 que: "Altera a Lei nº 8.069, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Lido o Relatório, adiadas a discussão e votação do Projeto. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2016 que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, adiadas a discussão e votação do Projeto. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, de 2016 que: "Dispõe sobre a impenhorabilidade do veículo da pessoa com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 13 - SUGESTÃO Nº 7, de 2016 que: "Sugere "Proibir, expressamente, o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de internet de Banda Larga Fixa"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 14 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 100 de 2016, que trata da realização de realização de audiência pública para debater "a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências", visando a inclusão dos seguintes convidados: da Sra. Elizabeth Guedes – Representante da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP, e do Sr. Ricardo Holz – Representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância - ABE-EAD." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 15 de 2017, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "O Autismo no Brasil", em razão do Dia Mundial da Conscientização do Autismo, ou simplesmente Dia Mundial do Autismo, celebrado anualmente em 02 de abril." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 19 de 2017, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública para debater "Aposentadoria Especial para os Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 16 de 2017, que: "Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para debater sobre "A Luta dos Povos Indígenas por Justiça e Direitos Humanos"." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 17 de 2017, que: "Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para debater sobre "A Criminalização dos Movimentos Sociais"." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores: Regina Sousa, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Thieres Pinto e Angela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 4ª à 7ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós temos a pauta praticamente terminativa, há só dois itens não terminativos. Está aqui o Senador Petecão, que é Relator de um deles. Desculpem! Não está, não. Ele disse que vinha, mas não chegou. Vamos aguardar, então.

Começaremos com os requerimentos, até aguardar a chegada dos Relatores; porque ele prometeu que estaria aqui.

ITEM 15
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 15, de 2017
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "O Autismo no Brasil", em razão do Dia Mundial da Conscientização do Autismo, ou simplesmente Dia Mundial do Autismo, celebrado anualmente em 02 de abril.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, Senadora Regina Sousa, Senador Thieres, eu queria só enfatizar que a Lei do Autismo surgiu aqui nesta Comissão. Foi uma iniciativa de um grupo de pais e mães de autistas que nos procuraram, e nós construímos juntos, então, uma redação. Eles andaram por toda Brasília à procura de alguém que desse guarida à proposta deles. Esta Comissão, então, os abraçou, e nós, a partir daqui, formatamos um projeto que virou lei. Agora, eles querem debater o autismo no Brasil em razão do Dia Mundial, celebrado em 2 de abril, que tem o objetivo de fazer com que a população tome mais consciência do autismo.

Por isso, Srª Presidente, eu solicito a aprovação desse requerimento, com esse objetivo, conforme já foi lido por V. Exª.

Esse é o requerimento, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou dar uma pausa nos requerimentos, porque o Relator chegou. Vamos aproveitar para votar o projeto.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre a impenhorabilidade do veículo da pessoa com deficiência.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para a leitura do relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, temos aqui o relatório. O autor da proposta, Senador Romário, não está presente, mas vamos ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 183, de 2016, de autoria do Senador Romário. A iniciativa pretende garantir a impenhorabilidade do veículo da pessoa com deficiência.

Na justificativa do projeto, o autor argumenta que as pessoas com deficiência enfrentam, diariamente, um sem número de obstáculos para o desempenho de suas variadas atividades. No seu entender, isso ocorre sobretudo por causa de persistente omissão do Poder Público, que falha em garantir a esses indivíduos a efetividade de seu direito à locomoção. Pontua, ainda, que, diante dessas circunstâncias, a propriedade sobre um bem automóvel constitui, para as pessoas com deficiência, legítimo instrumento para o exercício da cidadania e, por isso, merece ser protegida juridicamente. A solução proposta é a declaração da impenhorabilidade do veículo da pessoa com deficiência, nos mesmos moldes da que hoje é outorgada ao bem de família.

A proposição foi distribuída para a análise da CDH e será posteriormente remetida ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Eu vou ler o voto. Vou direto a ele.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto do Senado nº 183, de 2016.

Lido, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Petecão.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Paim, há um projeto seu que é terminativo, mas não foi lido. O senhor quer fazer a leitura?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço questão, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É o item 11 da pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Daí faremos um esforço concentrado, com todos os relatórios lidos?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Votamos todos os relatórios.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. É uma bela iniciativa. É só receber aqui o relatório do item 11.

Enquanto chega o relatório, Presidenta, se a senhora me permitir, eu queria cumprimentar a Bancada do PMDB. Senador Thieres... Eu o chamo de Thieres mesmo. É essa a pronúncia?

O SR. THIERES PINTO (Bloco Moderador/PTB - RR) – Pode ser.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Thieres, eu não dou muita bola pela visão deste ou daquele Partido. Eu dou bola para as causas. E tenho conversado muito com V. Exª sobre um projeto seu, do qual sou o segundo signatário, e o primeiro é V. Exª. É o debate do turno de seis horas, e que assinei, com enorme orgulho e satisfação. Oxalá, os 27 Senadores assinem, pois é para tramitar uma PEC com este objetivo. É uma bela iniciativa. Ele gera – estive fazendo os cálculos – em torno de quatro milhões de novos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

empregos no País, se essa jornada, mediante o seu projeto, fosse aprovada na Comissão. Então, cumprimento o Senador Thieres pela iniciativa.

Quero cumprimentar também os Senadores do PMDB. Se V. Exª, me permitir, Presidenta, recebemos a seguinte nota – o Brasil recebeu, e eu estou com uma cópia –, em que o PMDB do Senado é contra a sanção do projeto de terceirização:

Valdo Barbosa, Constituinte, faça o favor e sente-se conosco aqui.

> A Bancada do PMDB do Senado, em reunião nessa terça-feira (28) , decidiu, por maioria (dos presentes escrito a caneta), se posicionar contrária à sanção do projeto de lei de terceirização para todas as atividades, conforme texto aprovado na Câmara dos Deputados.
> A Bancada defende a regulação e a regulamentação das atividades terceirizadas que já existem [que são em torno de quinze milhões de brasileiros] e não a terceirização ampla e irrestrita, como prevê o projeto [aprovado na Câmara dos Deputados].
> Para a Bancada, o texto do projeto aprovado precariza as relações de trabalho, derruba a arrecadação, revoga conquistas da Consolidação das Leis de Trabalho e piora a perspectiva de aprovação da [própria] reforma da Previdência.

Assinam, como maioria dos presentes, a Senadora Marta, a Senadora Kátia, o Senador Eduardo Braga, o Senador Elmano, a Senadora Rose de Freitas, o Senador Hélio José, o Senador Renan Calheiros, a Senadora Simone Tebet e o Senador Moka.

Eu faço questão, Srª Presidenta, de deixar uma cópia nos Anais da Comissão de Direitos Humanos e farei o mesmo no plenário do Senado.

E ainda, Srª Presidenta, aproveitando este momento em que estamos esperando o quórum, eu queria também cumprimentar, muito, o Exmo Sr. Ministro Celso de Mello. Na mesma linha, ele deu ontem, em uma iniciativa da Rede – o Senador Randolfe foi quem encaminhou –, o seguinte despacho, mediante um pedido para que declarasse a prejudicialidade da aprovação desse mesmo projeto na Câmara que trata da terceirização sem limite, não respeitando nenhum setor, inclusive, como aqui diz com muita clareza, na atividade-fim. Foi o seguinte o despacho dele – é bem curto, Srª Presidenta –:

> Despacho.
> Trata-se de mandado de segurança, com pedido de medida liminar, impetrado, em litisconsórcio ativo, por eminentes Congressistas, no qual se postula "a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 4.302, de 1998, desde agosto de 2003, momento em que fora retirado pelo Chefe do Poder Executivo Federal e seu autor, com a consequente nulidade de todos os atos que se seguiram a essa data"
> [Diz o Ministro Celso de Mello, relator dessa iniciativa da Rede.]
> Entendo prudente solicitar, no caso, prévias informações ao órgão apontado como coator.

Srª Presidenta, esse projeto entrou na Casa em 1998, encaminhado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando o Lula assumiu em 2002, 2003 – porque aqui foi em 2003 –, ele pede o arquivamento do projeto, como Presidente da República. E é um ato, respeitando a independência dos Poderes, legítimo. O Presidente, uma vez que o projeto não tinha sido votado, pediu a retirada do projeto. A Câmara, simplesmente, não devolveu: arquivou o projeto e desarquivou por conta própria. Obra de quem? Quem não mandou foi o conhecido Eduardo, ex–Presidente da Câmara, ...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Cunha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Cunha – eu ia usar um nome de uma outra pessoa que eu li aqui agora que, inclusive, assinou requerimento a nosso favor. (*Risos*.)

O Eduardo Cunha não mandou. Agora o atual Presidente desarquiva e bota em votação o projeto.

Procede porque existe, inclusive, um precedente histórico. E aí, eu dou o meu testemunho. Quando eu era Deputado ainda, também o ex-Presidente antes de o Lula chegar encaminhou para aquela Casa o projeto do negociado acima do legislado. Nós fomos para a disputa – V. Exª acompanhou – e nós perdemos por dois votos. Eu me lembro de que foi aquilo que me provocou ser Senador – era fim de ano, e eu disse: "Eu vou para o Senado para derrubar esse projeto lá." Para satisfação minha, logo que chegamos aqui – quero elogiar aqui o ex-Governador e Ministro Jaques Wagner, que era Ministro do Trabalho na época –, fizemos uma articulação, e o Presidente Lula mandou retirar o projeto. E o Senado entregou, retirou, e acabou. E como é que o Sr. Eduardo Cunha não obedece – não é nem obedece! –, não cumpre o que manda a legislação e não devolve o projeto? – enquanto o outro projeto já havia sido aprovado na Câmara, estava no Senado e foi devolvido a pedido do Presidente. Então, procede esse encaminhamento. E se assim, acontecer, eu espero que a gente possa, de uma vez por todas arquivar esse projeto.

E cumprimento agora o Senador Eunício Oliveira, que, ontem, na reunião do Colégio de Líderes e, à tarde, com todas as centrais e confederações e federações, reafirmou que ele não ia rasgar o trabalho feito por nós e outros como Relator do PL da terceirização aqui na Casa, tanto do PL 30, que veio da Câmara, como do projeto do Senador Randolfe, como do projeto do Senador Crivella. E mandou apensar todos. Eu já fiz o relatório. O relatório está na Mesa da Câmara dos Deputados, que, por sua vez, vai remetê-lo para a CCJ e, parece-me, que para a Comissão de Assuntos Econômicos. Como ele afirmou que eu serei o Relator, eu tenho certeza absoluta de que os dois Presidentes dessas Comissões vão me manter na relatoria. O meu relatório está pronto, mas aberto ao diálogo, à construção de um grande entendimento. O Senador Thieres, que é um empresário bem-sucedido, um vencedor, eu diria, está aqui dando a sua contribuição. Vamos conversar todos nós. Vamos dialogar com todos os setores para construir uma redação que permita, eu diria, ao Presidente da República um certo conforto para vetar esse projeto, com o compromisso de que esse nosso relatório, que é apoiado por todos os setores... Mas eu reconheço que ele precisa de alguns ajustes e, feito o ajuste, a gente votará com certa rapidez tanto aqui no Senado como na Câmara. Se for para a Câmara, e a Câmara alterar, voltará para nós e nós daremos a palavra final.

Srª Presidenta, são esses os encaminhamentos que eu faria neste momento, antes de ler – eu espero que já esteja aqui – o parecer pela indicação de V. Exª. Mas, se quiser fazer algum comentário, eu me sentiria muito contemplado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quero parabenizar V. Exª pela negociação sobre a terceirização, porque realmente esse é um projeto que não pode vingar, já que vai acabar com o emprego neste País, já que vai haver uma rotatividade de nove em nove meses. Todo mundo vai contratar o empregado por nove meses e depois vai mandá-lo embora porque fica mais barato. Essa é só uma das consequências.

Mas também não é de estranhar o Eduardo Cunha desarquivar um projeto por conta própria, porque ele não agia como presidente, mas como imperador. Então, tudo que ele fez ali foi com atitudes imperiais. Felizmente, estamos caminhando para um desfecho.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2016
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Com a palavra o Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, Senadora Regina Sousa, foi com satisfação que eu, quando Presidente ainda, avoquei esse projeto para minha relatoria por ter sido o autor do Estatuto do Idoso.

Há alguns estatutos aqui, Senador Thieres e Divaldo Barbosa, de que eu fui o autor e para os quais eu olho com muito carinho, como se fossem um diamante que tem que ser sempre lapidado. Esses estatutos são o do Deficiente, o do Idoso e o da Igualdade Racial.

Então, nesse caso, eu acato a emenda, mas faço pequenas alterações, para que ele esteja contemplado também no Estatuto do Idoso.

Relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2016, de autoria do nobre Senador Acir Gurgacz, que altera o art. 39 do Estatuto, com o intuito de deixar expresso no texto legal a quem o beneficiário da gratuidade do transporte estabelecida no *caput* deverá comprovar sua idade, para habilitar-se ao benefício.

A proposição é composta de dois artigos. O art. 1º altera os §§ 1º e 3º e inclui um novo parágrafo no art. 39 da mencionada lei, que assegura a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos aos maiores de 65 anos. O art. 2º é a cláusula de vigência, que seria imediata.

O autor do projeto argumenta que a falta de disciplina legal acerca de a quem o idoso deve comprovar sua condição para fazer jus ao benefício da gratuidade tem gerado conflitos desnecessários no exercício desse direito pelos beneficiários.

O projeto foi distribuído a esta Comissão, em decisão terminativa.

Vamos à análise.

Compete a esta Comissão emitir parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito das proposições a ela submetidas, nos termos do art. 101 do Regimento Interno da Casa.

Preliminarmente, no que se refere à constitucionalidade da proposição, não se faz qualquer ofensa material ou formal à nossa Constituição de 1988 – eu fui Constituinte, e o Divaldo também foi –, tendo sido observados, na apresentação do Projeto, todos os preceitos constitucionais relativos ao processo legislativo, constantes dos arts. 59 a 69 da Constituição.

No que se refere à juridicidade e à regimentalidade, não se encontram, tampouco, quaisquer vícios impeditivos da tramitação do Projeto, cujo processo se deu em conformidade com todas as regras do Regimento Interno.

Quanto à técnica legislativa, entretanto, são necessários alguns ajustes, a fim de conformar a proposição ao que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em relação ao mérito, mostra-se pertinente tecer alguns comentários a respeito do tema.

A nova redação proposta pelo autor para o §1º do art. 39 do Estatuto do Idoso dá ensejo a que a comprovação da idade seja exigida mediante cadastro prévio, o que, do nosso ponto de vista, dificulta a utilização do transporte pelo idoso. Em alguns casos, como naqueles em que o idoso queira utilizar o serviço de transporte público em Município no qual não seja previamente cadastrado, pode chegar mesmo a impedir o usufruto do benefício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Nesse sentido, propomos uma pequena alteração à redação proposta, para que fique estabelecido em lei que a comprovação da condição de idoso deve ser feita ao condutor do veículo ou a agente autorizado para a liberação da entrada no sistema de transporte.

Ainda no mérito, não estamos de acordo com a nova redação proposta para o §3º do artigo retromencionado, pois acreditamos que deve ser deixada a critério do gestor municipal a decisão acerca do custeio da gratuidade concedida, se deve recair sobre o valor da tarifa ou sobre o orçamento da unidade federada.

Isso posto, consideramos que a aprovação do projeto sob análise, com a emenda que ora apresentamos, poderá facilitar aos idosos o usufruto do benefício da gratuidade no sistema de transporte coletivo.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2016, com uma pequena emenda, Srª Presidenta:

> Art. 39
> §1º Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça a prova da sua idade perante o condutor do veículo ou o agente autorizado para a liberação da entrada no sistema de transporte.

Porque senão, Srª Presidente, se ele estiver numa cidade ou outra, ele tem que procurar o cadastro, e vai ver lá quem é que vai dar o retorno para ele. Então, se ele tiver a sua identidade ou uma carteirinha mesmo qualquer – qualquer no bom sentido, não é? –, que seja expedida pelo órgão correspondente e com foto, assinatura e idade, ele comprova que tem a idade para o transporte gratuito.

Por isso somos pela aprovação com essa emenda.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Como é terminativo, a gente faz só a leitura, e numa oportunidade aí, a gente vai ter que juntar todos e votar, quando houver quórum. (*Pausa.*)

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015
- Terminativo -

Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE.

Observações:

Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.

- Em 01/09/2015, foi aprovada a matéria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Emenda nº 1-CE.

- Em 03/08/2016, na 73ª Reunião, o Senador Paulo Paim apresenta, durante a discussão, as Emendas nºs 2 e 3.

Concedo a palavra à Senadora para a leitura do seu relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Muito obrigada, Senadora Regina, Presidente da nossa Comissão. Estava aqui comentando com o Senador Paulo Paim que ele é apaixonado por este processo aqui, por este projeto do Donizeti,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

do nosso companheiro Donizeti Nogueira. Inclusive a gente passou alguns dias comentando sobre como aprimorar o projeto. Eu acho que o projeto ficou muito bom. Então eu já aproveito e parabenizo o autor Donizeti Nogueira, nosso Senador, e o Senador Paim também contribuiu imensamente, inclusive apresentando emendas, para que o projeto pudesse ser melhor apresentado e aprovado.

Vamos à leitura do relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 325, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que, no seu art. 1º, pretende tornar obrigatória a manutenção de exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto da Juventude, do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Igualdade Racial nas escolas públicas municipais, estaduais, federais e nas escolas privadas.

Em seu art. 2º, a proposição estabelece multa de dois salários mínimos pelo descumprimento dessa obrigação. Inclusive foi um dos motivos de debate desse projeto, foi exatamente essa multa que deveria ser imposta às escolas. Eu fui contrária a isso, Senador Paim, porque eu conheço muito bem a realidade das escolas públicas e privadas do nosso País.

E seria inconcebível estabelecer uma sanção para a escola diante da dificuldade de apresentar esses estatutos, que são de importância fundamental para a cidadania dos pais e dos alunos, mas as escolas certamente não têm condições financeiras de pagar dois salários mínimos diante da dificuldade de apresentar todos os estatutos para os pais e alunos nas escolas. Por isso a gente foi contra essa sanção.

O projeto prevê, ainda, em seu art. 3º, que o diploma legal entrará em vigor na data de sua publicação.

Segundo o autor, a proposição tem por objetivo proporcionar o acesso a esses exemplares por pais e alunos nas escolas privadas e públicas, de modo a induzir e a incentivar o exercício da cidadania.

O autor argumenta que a disponibilidade desses estatutos nas escolas propiciaria o envolvimento dos alunos, desde os primeiros anos de formação intelectual, com o debate sobre esses temas.

O projeto foi distribuído às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo a esta a decisão terminativa.

Na CE, o projeto foi aprovado com uma emenda, adicionando a obrigatoriedade de que também sejam disponibilizados exemplares da Lei Maria da Penha e do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Perante esta CDH, foram apresentadas duas emendas pelo Senador Paulo Paim. Em uma delas, amplia-se o conjunto dos diplomas legais que devem ser disponibilizados ao público, com a inclusão da Constituição Federal e da CLT, além daqueles acrescentados pela Emenda nº 1-CE. A segunda das emendas apresentadas adequa a ementa da proposição ao conteúdo emendado de seu art. 1º.

Análise.

Em decorrência do caráter terminativo da decisão nesta Comissão, incumbe-nos ainda examinar, além do mérito, a constitucionalidade e a juridicidade da proposição.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, importa dizer que a competência concorrente da União para legislar a respeito do tema está definida na Constituição Federal. Também é adequado o meio eleito – projeto de lei ordinária –, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar. Irretocável, ainda, é a iniciativa de lei sobre a matéria, que não está reservada ao Presidente da República nem ao Poder Judiciário.

Observamos também, em relação à juridicidade, que a proposição se revela adequada, pois possui o atributo da generalidade, inova o ordenamento jurídico, apresenta potencial coercitividade e materializa-se como projeto de lei modificativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

No mérito, a proposta é condizente com o avanço na legislação referente aos direitos humanos de maneira geral e ao fortalecimento da cidadania, especialmente desde a mais tenra idade.

O acesso aos exemplares do ECA, do Estatuto da Juventude, do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Igualdade Racial nas escolas fortalecerá a discussão pedagógica sobre essas leis, contribuindo para formar uma geração de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Em última análise, trata-se de fortalecer a democracia como um todo no Brasil.

A Emenda nº 1-CE complementa a ideia inicial do projeto, ampliando seu escopo com a inclusão da Lei Maria da Penha e do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

As emendas apresentadas perante esta Comissão pelo Senador Paulo Paim decerto aprimoram a proposição e merecem acatamento. Na primeira delas, logra redação definitiva do art. 1º da nova lei, fixando o conteúdo ampliado e incluindo os números dos diplomas legais de disponibilidade obrigatória. Como essa emenda abrange o conteúdo da Emenda nº 1-CE, ampliando-o, sua aprovação, que ora defendemos, torna prejudicada a emenda da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A segunda emenda ajusta a ementa ao conteúdo ampliado.

Apresentamos, ainda, emenda alterando a espécie de sanção estabelecida pelo art. 2º do PLS nº 325, de 2015, para obrigar os estabelecimentos de ensino inadimplentes a organizarem seminários sobre os temas dos textos faltantes, ao invés de aplicar multa em dinheiro, a qual, por sinal, referia-se ao salário mínimo, o que é vedado pela Carta Magna

Era esse o ponto polêmico do projeto. Felizmente a sanção vai ser a realização e a organização de seminário sobre os temas nas escolas.

Voto.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015, com a emenda que apresentamos, e pela aprovação das Emendas nº 2 e nº 3 do Senador Paulo Paim, ficando prejudicada a emenda nº 1-CE.

> EMENDA Nº - CDH
>
> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015, a seguinte redação:
>
> "Art. 2º. O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará a obrigatoriedade de o estabelecimento de ensino organizar seminários sobre os temas dos textos legislativos que não tiver mantido disponíveis."

São esses o relatório e o nosso voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ângela.

Como é terminativo, também nós...

Senador Paim, quer fazer algum comentário?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, primeiro quero elogiar o brilhante trabalho feito pela Senadora Ângela Portela, uma Senadora que tem se destacado, a exemplo de V. Exª, no dia a dia do Congresso Nacional, e tenho certeza de que ela, em 2018, estará na lista daqueles que voltarão. Porque aqueles que não voltarão serão aqueles que votarem a favor da reforma da previdência e a favor da reforma trabalhista, com certeza. Ela, como votará contra essas duas reformas, a favor dos trabalhadores do campo e da cidade e dos servidores, na minha lista está que ela voltará, como eu também votarei contra as duas reformas, V. Exª também.

E aqui nesse relatório que ela fez, eu quero também cumprimentar o ex-Senador Donizeti, porque, o que ele quer? Ele quer que ao alcance das nossas crianças, dos estudantes, enfim, não importa a idade, estejam os estatutos do idoso, da igualdade racial, da pessoa com deficiência, da juventude, enfim, a CLT e a Constituição, para que eles possam conhecer seus direitos e deveres.

Achei uma bela iniciativa. Cumprimento muito o Senador Donizeti. E não é porque eu sou autor de uns três, quatro aí não, e relator de um outro, é porque realmente eu acho importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

que o nosso povo conheça os instrumentos de cidadania que esses estatutos contemplam. Porque o desmonte da cidadania é a reforma da previdência, a reforma trabalhista e essa terceirização.

Eu li antes, Senadora Ângela, que a maioria da Bancada do PMDB já disse que é contra a terceirização da forma como foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Por isso, eu reafirmo, para que não fique nenhuma dúvida, que os Senadores presentes nesta reunião, por unanimidade, votarão contra a reforma da previdência e a reforma trabalhista e são contra esse projeto de terceirização, que oxalá o Presidente da República vete – o pedido é válido; se vai vetar ou não eu não sei.

Parabéns, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Senadora Regina...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Ângela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Eu só queria reafirmar aqui as declarações do nosso líder contra a reforma da previdência, que é o Senador Paulo Paim. Ele tem demonstrado todos os dias aqui a sua luta diária contra a reforma da previdência, contra esse projeto de terceirização, contra a reforma trabalhista, que prejudica a classe trabalhadora do nosso País. E ele sabe que eu sou uma das que está do lado dele contra essa reforma que retira direitos dos trabalhadores como um todo. É impressionante a falta de sensibilidade dessa proposta para o povo brasileiro. Prejudica todos!

Ela prejudica os jovens, porque só concede aposentadoria aos 65 anos de idade e com 49 anos de contribuição, para ter o direito à aposentadoria integral. Sendo assim, o jovem teria que começar a trabalhar aos 16 anos de idade, período em que ele ainda está estudando, preparando-se. Teria que começar a trabalhar aos 16 anos de idade para chegar aos 65 anos e receber aposentadoria integral. Por isso que eu vejo essa proposta como um prejuízo para os jovens.

Há prejuízo para as mulheres, porque hoje a mulher tem uma aposentadoria diferenciada, cinco anos a menos, considerando que a mulher tem uma tripla jornada de trabalho, considerando que a mulher recebe salários 27% a menos do que os homens, com a mesma formação, com a mesma escolaridade. Então, a proposta prejudica imensamente as mulheres. E, ao acabar com a aposentadoria especial de professores, também prejudica as mulheres, porque 85% dos trabalhadores em educação são mulheres.

Ela prejudica o trabalhador rural, que hoje pode, comprovando que trabalha no campo por 15 anos, aos 55 anos a mulher e aos 60 anos o homem, pode receber a previdência social, e a proposta acaba com a aposentadoria dos trabalhadores rurais. Ele vai ter que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Dez anos a mais.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Dez anos a mais!

Então, é uma proposta que prejudica a todos. Prejudica o servidor público, prejudica o servidor privado.

Graças a Deus, felizmente, nós observamos que a sociedade brasileira, os servidores do setor público e do setor privado, a sociedade como um todo percebeu a gravidade do que é essa reforma da previdência. Ao contrário do que aconteceu com a PEC 55, em que não houve essa mesma compreensão da sociedade brasileira – a PEC 55, em que nós votamos contra, congela os gastos públicos com saúde, educação, assistência social, segurança pública, e nós vamos ver logo, logo os efeitos dela –, ao contrário do que aconteceu com ela, em que não houve tanto envolvimento da sociedade, na reforma da previdência está havendo. E o povo, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

servidores, a sociedade como um todo está cobrando dos Deputados Federais, porque a proposta está em discussão lá, um posicionamento contra isso.

Então, nós acreditamos que essa participação popular maior vai, sim, interferir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – E muito!

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – ... e muito, na decisão em relação à aprovação dessa proposta, que é tão prejudicial para os trabalhadores brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Certamente, Senadora. Muito obrigada, e parabéns pela fala.

É verdade isso. O Senador Paim tem andado o Brasil, não só no Estado dele e nem só aqui, e a gente não encontra ninguém a favor. É impressionante. As reuniões que faço também no meu Estado, porque tenho ido muito aos Municípios, sempre tem Prefeitos, Vereadores, e quase na totalidade se manifestam contra. Então, realmente, é preciso que esta Casa pense no que vai fazer, porque os Vereadores estão tirando posições das câmaras e mandando para os Parlamentares. Ano que vem é ano eleitoral, eu acho difícil que eles votem, que eles corram esse risco, porque o *slogan* "se votar, não volta" está pegando. Se votar, não volta!

Eu queria voltar ao tema do projeto só para dizer, Senadora Ângela, que, nesses assuntos, há aqueles que querem proibir a tal da escola sem partido, querem proibir essas discussões, mas a gente tem que insistir, porque esses livros é que despertam as crianças, os adolescentes para exercerem a sua cidadania.

Um exemplo disso é o de uma moça de Minas Gerais que fez a Constituição em Miúdos – tem aqui no Senado – e eu mandei imprimir, fiz o lançamento, levei as autoras, a que escreveu e a que ilustrou; ela fez a Constituição em forma de história, com duas pessoas dialogando. E eu fiz dois lançamentos, um sucesso absoluto nas escolas. Os alunos atentos e, na hora em que a gente distribuiu para eles, já estavam todos abrindo os livros. A solenidade acontecendo, e eles já lendo a Constituição. Ela é muito gostosa para meninos de 12 a 15, 16 anos. Então, acho que esses livros têm que estar ao alcance das crianças. Infelizmente, quando tem, tem um exemplar lá na biblioteca, aonde ele não vai nunca. À biblioteca da escola ele só vai se a professora passar um trabalho, senão o menino passa o ano inteiro e não coloca o pé na biblioteca. Por isso, eu um projeto da lei do livro na sala de aula. Não é uma biblioteca na sala de aula, mas que haja uma estante que tenha livros que tenham a ver com a idade daqueles meninos, com a questão da cidadania, e que eles possam folhear, olhar e depois querer saber o que está escrito ali. Até para fomentar a leitura, esse projeto está andando na Comissão de Educação.

Parabéns ao Donizete e à Senadora Ângela pelo projeto. Fica para a votação depois por ser terminativo.

Voltamos aos requerimentos.

Eu consulto os Srs. Senadores e Senadoras se podemos acatar requerimentos extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Vamos passar para o requerimento do Senador Paim, extrapauta, nº 19 de 2017:

> Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal requeremos a realização de uma audiência pública para debater a aposentadoria especial para os enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, nós já aprovamos outros requerimentos em que as audiências públicas vão acontecer. Isso tem tudo a ver com essa reforma da previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Nós já aprovamos aqui, por exemplo, debater a aposentadoria especial para professores e os profissionais de segurança da área civil, sejam eles delegados, delegadas, inspetores, porque essa reforma da previdência é tão cruel para com esses profissionais da segurança, no caso que estou agora levantando, que dão a nós as suas vidas para defender as nossas vidas e o nosso patrimônio; que eles tenham o direito de receber o adicional de risco de vida e a aposentadoria especial depois de 25 anos de atividade.

Esse Governo, com essa reforma, está terminando com isso. Eles não terão mais direito a receber aposentadoria especial; vão ter que trabalhar o dobro – de 25 para 49 é praticamente o dobro. Como eu já expliquei algumas vezes, na verdade, o número 65 não chega a ser verdadeiro. Ele é, mas não é. Explico o porquê: devido ao desemprego – nós fizemos o cálculo com os dados da própria Previdência –, de cada 12 meses, o trabalhador efetivamente trabalha de 9 a 10 meses. Então, o número para se fazer o cálculo é 9,1. Há que se fazer a seguinte soma: pegue o dia em que se começou a trabalhar e some mais 64,6; vai dar 80 anos de idade. Se começou com 20, vai dar 84,6.

Calcule um delegado, um policial civil correndo atrás de um marginal, um moleque aí com 18, 20, 30 anos que seja, e o policial com 82, conforme o caso. Porque, para ser delegado, ele teve que estudar, teve que trabalhar. Então, ele vai ser penalizado porque estudou, porque se preparou, fez concurso. Enfim, não terá direito a aposentadoria especial. Nem concursado terá direito à especial. Calcule aquele que está no dia a dia da rua e que não tem direito a nenhum tipo de aposentadoria. Porque esse cálculo vale para todos, não só para a questão dos delegados.

Dou outro exemplo para a senhora, que é professora. Nós teremos, em uma cidadezinha, uma professora se aposentando com 25 anos; e, na cidadezinha ao lado, ou grande, teremos uma professora se aposentando com 49 anos de contribuição. Porque ele diz que é de responsabilidade do Município, agora, assegurar ou não o tipo de benefício.

Para o policial, a mesma coisa. Quem é da Federal vai ter que contribuir 49 anos. Quem é da Polícia Civil do Estado vai ter que contribuir 25. Em um Estado vai ser 25, no outro Estado pode ser 49, porque cada um vai dizer... Veja a anarquia e a irresponsabilidade.

Como eles apanharam muito pela irresponsabilidade – o termo é esse mesmo –, o povo ficou indignado, agora ele resolveu dar seis meses. O que se resolve com esses seis meses? Pelos primeiros seis meses, não vale a lei nacional; depois de seis meses, se eles não fizerem essa adaptação, vale a lei nacional. É como eu digo em um artigo: dividir para reinar. Mas só que ele não sabe que o rei está nu. E, quando o rei está nu, aparece tudo, não é? Aparece tudo! Então, eles não têm como fugir da situação em que se encontram.

Por isso, Presidente, mais uma vez – Presidente Temer e assessoria, que deve estar aqui, inclusive, na Comissão assistindo a este debate –, retire essa proposta. Sempre é tempo. Errar é humano; insistir no erro, aí é demais.

Por isso, Presidenta, faço aqui também o meu requerimento para discutir a aposentadoria especial para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, na mesma lógica que eu falei aqui. Todo mundo sabe que esse pessoal atua em área insalubre, penosa e periculosa. Na minha ótica, eles têm que ter direito à especial, o que não vão ter com esse Governo, de jeito nenhum.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

(Matéria não lida:

EXTRAPAUTA
ITEM 16
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 19, de 2017
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública para debater "Aposentadoria Especial para os Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem".

Autoria: Senador Paulo Paim.)

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu convido o Senador Paim para presidir aqui, enquanto apresento os meus requerimentos.

Passo a Presidência ao Senador Paim, para encaminhar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

EXTRAPAUTA
ITEM 17
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 16, de 2017
- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para debater sobre "A Luta dos Povos Indígenas por Justiça e Direitos Humanos".

Autoria: Senadora Regina Sousa.

Concedo a palavra, neste momento, à Senadora Regina Sousa, para encaminhar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigado, Senador.

Não é só porque é o mês de abril que vai entrar, que a gente sempre discute um pouco... Como março é o mês da mulher, a gente acaba discutindo mais, a gente aproveita para discutir mais e aprovar algumas coisas. Então, aproveitamos também o mês de abril, em que os indígenas se movimentam para buscar seus direitos, inclusive têm acampamentos, têm uma programação intensa, e para fazer essa discussão da luta deles e também ver o que podemos encaminhar.

Há umas duas semanas, eu recebi os caciques do Xingu, que têm uma pauta que é impressionante e tão difícil de encaminhar. Por exemplo, duas coisas que colocaram. Eles dizem uma coisa engraçada, que o homem branco leva doença, leva agrotóxico, leva uma série de coisas para eles, mas as coisas que eles pedem, não levam, por exemplo, energia. Lá na aldeia tem energia uma hora por dia, com gerador, e pronto. E tem tanto sol no Xingu! Poderiam levar energia solar. A gente precisa tentar encaminhar essas coisas para lá.

Assim também o aeroporto de lá. Eles precisam se locomover e são difíceis os acessos. Então, que a Anac regulamente o aeroporto lá, porque já pousam e tem só que reconhecer, regulamentar. Por isso a gente quer discutir uma pauta muito concreta, a qual possamos encaminhar aos ministérios, às agências possíveis.

Por isso, a gente precisa debater esses assuntos.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Para discutir, Senadora Ângela Portela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Senadora Regina, eu quero lhe parabenizar por trazer aqui para a Comissão de Direitos Humanos essa pauta dos indígenas e os direitos humanos. O meu Estado de Roraima tem 15% da população indígena. Nós temos oito etnias. O maior número de escolas, em nosso Estado, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

escola indígena. Existe um trabalho muito intenso dos povos indígenas com o Governo do Estado, na tentativa de melhorar as condições das escolas indígenas.

Eu faço parte do grupo que está sempre intermediando junto à Governadora, para dar melhor condição aos professores indígenas e à estrutura das escolas. São quase 300 escolas, e todas elas precisam de reforma, de ampliação.

É preciso também mudar a legislação, para que, no Conselho Estadual de Educação, lá em Roraima, sejam reconhecidas as especificidades da educação indígena. Lembro também da formação superior dos indígenas, através do Projeto Insikiran, realizado pela nossa Universidade Federal de Roraima.

Lembro também que, na questão indígena, nós temos que estar muito atentos às terras indígenas que estão sendo pleiteadas para mineração. E os povos indígenas são altamente contrários. Nós temos os ianomâmis, que lutam constantemente contra a mineração em suas terras; é uma luta insana, difícil, mas que continua bravamente. Inclusive, há Parlamentares pleiteando, junto ao DNPM, licença para mineração.

Então, quero lhe parabenizar por essa iniciativa de trazer esse debate bem geral. Já que são povos indígenas e direitos humanos, dá para trazer educação, mineração, saúde... É um tema bem abrangente que vale a pena debater aqui nesta Comissão.

Obrigada.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ângela. Que a gente principalmente saia com algum encaminhamento. Se conseguirmos alguma coisa para eles já é um avanço.

Mais alguém quer discutir?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu e você, nós dois somos meio vice, meio presidente. Isso é bom. É gestão compartilhada.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Aguarde-me que eu estou com uma relação para trazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Volto a palavra à nossa querida Presidenta Regina Sousa. Tenho outro requerimento dela também? Então, passo a ler outro requerimento da Senadora Regina, Presidente da Comissão.

EXTRAPAUTA
ITEM 18
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 17, de 2017
- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para debater sobre "A Criminalização dos Movimentos Sociais".

Autoria: Senadora Regina Sousa.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para encaminhar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quem vem dos movimentos sociais sempre tem lembranças da questão da criminalização dos movimentos, da repressão aos movimentos. Quem tem a minha idade, por exemplo, que viveu o período da ditadura, sabe o que é isso. Mas mesmo no período de não ditadura sempre há conflitos, principalmente na área da terra... A Comissão Pastoral da Terra, bem como algumas entidades da Igreja Católica, que acompanham, têm dados estarrecedores dos conflitos de terras e também urbanos.

A gente percebe aqui, nas manifestações, os problemas. E depois da aprovação da Lei Antiterrorismo, estão se aproveitando disso para, por qualquer coisa, criminalizar as pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

se manifestam. A gente já teve exemplo disso muito recentemente, lá em São Paulo, com o Boulos... Qualquer coisa, estão prendendo as pessoas do movimento. Então, estamos preocupados com isso, porque tolhe a liberdade de manifestação. E antes que isso cresça mais ainda...

Nós tivemos, semana atrasada, o assassinato de uma pessoa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Pará. Então, há sempre alguma coisa acontecendo e precisamos frear isso. Então, essa discussão é necessária, para, se for o caso, propormos mudança inclusive nessa lei. Por isso eu apresentei esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão.

Eu faço um rápido comentário dessa questão da criminalização dos movimentos sociais. V. Exª tem toda a razão, temos problemas seríssimos no País. Eu estive, recentemente, em Goiás, visitando um sem-terra. Na verdade, ele se preparou, estudou. Sabe por que o prenderam? Porque ele sabia demais. Disseram que ele estava muito preparado para ser sem-terra, aí prenderam o cara. E acharam que ele que era o grande articulador de todo o movimento que acontecia na região. Resultado: ficou acho que quatro, cinco ou seis meses preso, nós fomos lá em nome da Comissão, e hoje, felizmente, depois de uma decisão aqui em Brasília, tiveram que libertá-lo.

Mas houve inúmeros outros casos. No Paraná, por exemplo. Estive recentemente na Paraíba, mais 13 estavam presos. Daí o nosso Deputado lá, que é um Frei, uma figura especial, me mostrou a situação desses meninos que estão presos, no sentido de que a Comissão de Direitos Humanos... Ele virá aqui, trará um documento para que a gente faça uma visita lá e interceda, porque é exatamente nessa linha de criminalizar os movimentos sociais.

Por isso V. Exª tem toda a razão, será um grande debate para que a gente não permita que essas injustiças contra os lutadores sociais continuem acontecendo no nosso País.

Alguém mais para discutir? (*Pausa.*)

Agora foi a Senadora que me avisou que eu que estou presidindo. (*Risos.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Volto a palavra à nossa querida Presidente, Senadora Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Nós teríamos que pautar ainda a questão da avaliação das políticas públicas, mas eu peço para deixarmos para a próxima reunião, para discutirmos um pouquinho mais qual a temática vamos avaliar. Discutiremos na próxima reunião e indicaremos o relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2017, TERÇA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia catorze de março de dois mil e dezessete, na sala de reuniões nº 3 da ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador João Alberto Souza, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a Presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Humberto Costa, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Collor, Pedro Chaves, Hélio José, Ronaldo Caiado, e Armando Monteiro. Presentes também os Senadores não membros desta Comissão Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião, que tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2017–2018. O Presidente informa que foi registrada, até o momento, a indicação do Senador Fernando Collor para Presidente e do Senador Jorge Viana para Vice-Presidente. O Presidente consulta as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores se há outra chapa para a eleição. Não havendo manifestação, consulta aos membros da Comissão se podem eleger os indicados por aclamação, tendo em vista haver apenas essa chapa formada. Consulta aprovada. Faz-se Eleição por aclamação. Então, havendo o acordo de todos, o Presidente declara eleito, por aclamação, para a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Senador Fernando Collor e para Vice-Presidente o Senador Jorge Viana. O Presidente convida o Presidente eleito a ocupar a mesa e a fazer uso da palavra. O Presidente eleito faz seu pronunciamento. EXTRAPAUTA – 2ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2017, de autoria do Senador Fernando Collor, que "Comovido por sentimento de profunda consternação, requeiro, nos termos do artigo 218, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja registrado nos Anais desta Casa voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado WILDY VIANA, ocorrido no dia 13 de março, na cidade de Rio Branco, Acre." Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e cinquenta e dois minutos, lavrando, eu, Rodrigo Barbosa de Oliveira, Secretário-Adjunto desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (art. 88, § 1º do RISF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2017/2018.

Foi registrada até o momento a indicação do Senador Fernando Collor de Melo para Presidente e, para Vice-Presidente, o Senador Jorge Viana.

Não há mais outra chapa registrada.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos eleger os indicados por aclamação, tendo em vista haver apenas uma lista com chapa formada.

Concordam, Srs. Senadores? (*Pausa.*)

Então, havendo a concordância de todos, declaro eleito, por aclamação, para Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Senador Fernando Collor de Melo. (*Palmas.*)

E, para Vice-Presidente, o Senador Jorge Viana.

A Casa talvez não tenha conhecimento, mas faleceu ontem meu colega, ex-Deputado Federal, Wildy Viana, pai do Senador Jorge Viana. Por esse motivo, o Senador Jorge Viana não pôde estar presente. Falei com ele, o enterro do pai será hoje, e ele, evidentemente, não pode estar presente aqui.

Todos nós lamentamos a morte de Wildy. Foi um excelente Parlamentar, grande companheiro. Naquela era de chumbo, ele foi um companheirão que nós tivemos na Câmara Federal.

Quero, então, convidar agora para tomar assento à Mesa aqui, para presidir os trabalhos e me substituir, como Presidente eleito desta Comissão, o Senador Fernando Collor de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradecendo a V. Exªs a manifestação de apoio à eleição da chapa em que encabeço ao lado do Senador Jorge Viana, na condição de Vice-Presidente, eu gostaria que o nosso primeiro ato e gesto, neste momento, fosse o de propor um voto de profundo pesar pelo falecimento do Deputado Wildy Viana, pai de S. Exª, o Senador Jorge Viana, que ontem faleceu.

Portanto, coloco, verbalmente, o que farei em seguida por escrito, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Deputado Wildy Viana e coloco este voto à deliberação das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores presentes, integrantes desta Comissões.

Aqueles que concordam com este ato permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em segundo lugar, eu gostaria de convocar todos os senhores e as senhoras integrantes desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a nossa próxima reunião, ordinária, que será realizada na quinta-feira, depois de amanhã. Em vez das 10h, passamos para as 9h o início dos nossos trabalhos. Então, as reuniões ordinárias da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional passarão a se realizar todas as quintas-feiras, às 9h, impreterivelmente.

Nesta reunião trataremos já de vários assuntos, alguns atos que gostaria de submeter a este Plenário, atos de procedimento interno dos nossos trabalhos, para facilitar o andamento dos mesmos, ao tempo em que teremos várias matérias para deliberar.

Por isso, gostaria de deixar já convocada a primeira reunião ordinária desta Comissão para a próxima quinta-feira, às 9h.

Finalizando, agradeceria a presença aqui de S. Exª, o Senador João Alberto, que presidiu a instalação dos nossos trabalhos, ele que tem uma longa tradição de correção, de dedicação, de exação absoluta na sua vida pública e que nos honrou a todos presidindo esta reunião de instalação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Muito obrigado a V. Exª, Senador João Alberto, por este trabalho.

Portanto, encerro agora esta reunião, convocando, como disse anteriormente, os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a nossa primeira reunião ordinária, que se realizará às 9h – impreterivelmente às 9h – da próxima quinta-feira.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 52 minutos.)

2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2017.

Às nove horas do dia dezesseis de março de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Edison Lobão, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves, Roberto Requião, Hélio José, Acir Gurgacz, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Gladson Cameli, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. Registra presença o Senador não membro desta Comissão Davi Alcolumbre. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente informa que a Mensagem N° 25, de 2016, é prejudicada em razão da aprovação da Mensagem Nº 98, de 2016. O Presidente comunica a distribuição, aos Senadores, da publicação "Avaliação de Políticas Públicas: Atuação do Ministério das Relações Exteriores", de autoria do Senador Tasso Jereissati, membro desta Comissão. O Presidente faz a leitura de documento referente a normas e procedimentos adotados para esta Comissão. Passa-se à PAUTA – DELIBERATIVA: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 1 de 2017, de autoria do Senador Fernando Collor, que "Nos termos regimentais, requeiro a realização, no âmbito desta Comissão, de um ciclo de painéis de debates intitulado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?"' Aprovado. INVERSÃO DE PAUTA APROVADA: é deliberado o ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, de 2016, de autoria do Senador Wilder Morais, que "Altera o art. 25 da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão doadas para a utilização pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública da União e dos Estados." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Armando Monteiro, que faz a leitura do relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1-CRE. Registra-se voto contrário do Senador Roberto Requião. O Presidente registra a presença de Sua Excelência o Deputado Alberto Fraga. O Presidente comunica que em 10 de março de 2017, o Governo brasileiro indicou o Prof. Rodrigo More como candidato brasileiro a juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar, das Nações Unidas. ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2015, de autoria: Deputado Luis Carlos Heinze, que "Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Ronaldo Caiado, que faz a leitura do relatório. Vista coletiva concedida. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul, com sede no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências." Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde." É designado Relator *ad hoc* o Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela prejudicialidade da matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 6) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2017, de autoria do Senador Pedro Chaves, que "Requeiro, nos termos do artigo 55, III da Constituição Federal e artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Senado Federal, em Kourou (Guiana Francesa), no período de 20 de março a 23 de março do corrente ano, a fim de representar o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para compor a comitiva do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, na cerimônia de lançamento do Satélite SGDC, a ser realizado no dia 21 de março de 2017. Comunico, nos termos do art. 39, I, do regimento interno do Senado Federal, que estarei ausente do país no período de 20/03/2017 a 23/03/2017, para desempenho desta função." Aprovada a apresentação. Usa a palavra a Senadora Gleisi Hoffman, que faz sugestões de temas para os ciclos de debates a ser realizados no âmbito desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, Rodrigo Barbosa de Oliveira, Secretário-Adjunto desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Comunicados.

Comunico que a Mensagem nº 25, de 2016, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. José Marcos Nogueira Viana, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe, fica prejudicada, em função da aprovação, em 14 de dezembro de 2016, da Mensagem nº 98, do mesmo ano, que indica o nome do Sr. Vilmar Rogério Coutinho Junior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Esclareço também que esta Comissão aprovou, em 4 de outubro de 2016, a Mensagem nº 83, de 2016, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Marcos Nogueira Viana, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato do Omã.

Trago também ao conhecimento desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a publicação do importante trabalho realizado pelo Senador Tasso Jereissati, que aqui se encontra, que, em 2016, debruçou-se na análise e avaliação de políticas públicas no âmbito da política externa, em especial na conquista de novos mercados, na assistência e proteção de brasileiros no exterior e na estrutura organizacional e administrativa do Ministério das Relações Exteriores.

Esta publicação, aqui já mostrada, intitulada *Avaliação de Políticas Públicas – Atuação do Ministério das Relações Exteriores*, encontra-se disponível na Secretaria da nossa Comissão e será distribuída às Srªs e aos Srs. Senadores membros deste Colegiado.

Um segundo comunicado, em relação a atos normativos da Comissão – e quanto a isso eu pediria uma especial atenção de S. Exªs as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão. Ao assumir pela primeira vez, em 2011, a Presidência desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, percebi a necessidade de dar um ordenamento aos seus trabalhos, tanto no âmbito administrativo como no legislativo. Nesse sentido, no primeiro mês daquele mandato, em fevereiro de 2011, estabeleci algumas regras de funcionamento interno voltadas para a Secretaria e o assessoramento das reuniões da Comissão. Trata-se do documento denominado Normas e Procedimentos Internos, que adotarei novamente neste novo mandato do biênio 2017/2018, com a aquiescência de V. Exªs, e cujo texto passo a ler para conhecimento dos integrantes desta Comissão:

1. Serão realizadas reuniões semanais dos Consultores Legislativos com o Presidente da Comissão para discutir as matérias recebidas pelo órgão ou pelo colegiado; para assessorar o Presidente com relação à indicação dos relatores; para a identificação, em conjunto com a Secretaria da Comissão, das proposições pendentes de distribuição ao Relator, para as providências devidas no que tange à definição das matérias que entrarão na pauta da próxima reunião da Comissão ou os temas e os participantes de audiências públicas.

2. Os relatórios que ficarem com os relatores por mais de 15 dias, sem justificativa, serão cobrados pela Secretaria da Comissão. Passados mais 15 dias sem manifestação do relator, o próprio Presidente da Comissão entrará em contato com o relator, a fim de dialogar sobre a possibilidade de mudança da relatoria. O objetivo desse procedimento é reduzir o prazo para a entrega dos relatórios e, assim, dar celeridade ao andamento dos nossos trabalhos.

3. Todas as reuniões entre os Consultores Legislativos e o Presidente da Comissão contarão com a presença do responsável pela Secretaria da Comissão.

4. Um pequeno resumo das proposições constantes da pauta – no qual são indicados os consultores responsáveis pelas minutas de relatório e destacados eventuais vícios de constitucionalidade, legais ou regimentais constantes das proposições e relatórios – será usado como subsídio para as decisões tomadas nessas reuniões.

5. Haverá a presença de um a dois consultores durante as reuniões, para acompanhar as discussões e votações das proposições e prestar esclarecimentos, em caso de dúvidas por parte do Presidente ou dos membros da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Além desse regramento administrativo, esta Presidência também tratou, em 2011, de propor a deliberação de alguns atos normativos da Comissão para disciplinar algumas normas no plano legislativo que, à época, entendemos como lacunas do Regimento Interno do Senado Federal.

Assim, propusemos e aprovamos cinco atos naquela época, a saber:

Ato nº 1, de 2011 – CRE: Disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ato nº 2, de 2011 – CRE: Disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ato nº 3, de 2011 – CRE: Disciplina os procedimentos a serem observados nas audiências públicas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ato nº 4, de 2011 – CRE: Disciplina o rito para exame, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dos pedidos para representação da Casa ou para missão no exterior.

Ato nº 5, de 2011 – CRE: Acrescenta parágrafo único ao art. 3º do Ato nº 2, de 2011 – CRE (...) e altera o art. 2º do Ato nº 4, de 2011, desta Comissão.

Os quatro primeiros atos são datados de março de 2011 e foram relatados por S. Exª a Senadora Gleisi Hoffmann, que fez um minucioso e profícuo trabalho. Já o último, o nº 5, foi proposto e aprovado em junho daquele ano como aperfeiçoamento de dois atos anteriores, após a percepção de sua necessidade pela prática dos primeiros três meses de trabalho.

No biênio seguinte, sob a Presidência do Senador Ricardo Ferraço, a Comissão aprovou o Ato nº 6, de março de 2013, para disciplinar o processo de apresentação e votação de requerimentos de audiência pública, convocação ou convite de ministros e autoridades e de criação de subcomissões no âmbito da Comissão.

Hoje, passados quatro anos, ao reassumir o mandato nesta Presidência, graças à honrosa deferência de V. Exªs, verificamos de imediato a indispensabilidade de novo ordenamento desses atos, na medida em que alguns foram alterados e outros recepcionados, no todo ou em parte, pelo Regimento Interno do Senado Federal.

Aliás, essa foi uma satisfação de nossa parte ao constatar, por exemplo, que o Ato nº 1, de 2011 – relativo à apreciação de mensagens de indicação de autoridades – foi integralmente acolhido e adaptado pelo Regimento Interno para todas as Comissões do Senado Federal. Isso se deu por meio da Resolução nº 41, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões.

Ou seja, as regras aqui criadas e adotadas em 2011 pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional serviram de modelo para as demais instâncias da Casa. Sem dúvida, foi uma importante iniciativa e um inovador legado para os trabalhos do Senado Federal.

Contudo, em virtude dessas alterações não só regimentais, mas também dos próprios atos normativos da Comissão, o que percebemos agora é a necessidade de uma reorganização desse arcabouço de regras internas, de modo a dar maior compreensão daquilo que de fato está em vigor. Com isso, facilitaremos a condução e o assessoramento dos nossos trabalhos.

Nesse sentido, esta Presidência decidiu apresentar para deliberação em nossa próxima reunião ordinária de quinta-feira, dia 23 de março, uma consolidação dessas normas internas contendo, em um único ato, os dispositivos de todos os anteriores que ainda estão em vigor e que não foram subsidiariamente recepcionados pelo Regimento Interno.

É importante destacar que o objetivo é tão somente o de consolidar e adaptar as normas em vigor em um único ato. Portanto, não estaremos aqui propondo novas regras ou alterações de mérito daquele arcabouço já utilizado internamente pela Comissão. Eventuais modificações serão meramente adaptativas de redação ou técnica legislativa.

Por fim, esclareço que o texto desse novo Ato de consolidação – o de nº 7, de 2017 – estará disponível na semana que vem, quando da divulgação da pauta de nossa próxima reunião ordinária, divulgação esta que sempre se dará com 48 horas de antecedência da realização da nossa reunião.

A nossa preocupação é dar absoluta segurança e tranquilidade aos integrantes desta Comissão e a toda a Casa de que, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nada que não esteja colocado na pauta distribuída sempre, como já disse, 48 horas antes da realização da nossa reunião extraordinária – extraordinária não sei por que essa denominação, já que a reunião é ordinária; enfim, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

título que deve ser colocado, segundo o Regimento, é "extraordinária" – será deliberado. Nenhuma surpresa haverá para os Srs. Senadores e Srªs Senadoras quando receberem, com 48 horas de antecedência, a pauta da próxima reunião de que algo diferente daquilo venha a ser colocado em deliberação pelo Pleno desta Comissão.

Rápidas observações.

Nas eleições parlamentares realizadas ontem, nos Países Baixos, como é do conhecimento dos senhores, o partido de centro-direita do atual Primeiro-ministro Mark Rutte conquistou o maior número de cadeiras entre os diversos partidos na disputa.

O mundo assistiu atento às eleições na Holanda porque elas podiam indicar quão bem-sucedidos seriam os partidos populistas em eleições marcadas para este ano em países da União Europeia, ou seja, se teriam uma performance além do esperado. A França vai às urnas mês que vem para eleger seu novo presidente, enquanto a Alemanha terá eleições gerais em setembro.

Nós iremos, então, observar o comportamento desses eleitores em relação à escolha dos seus representantes para sabermos como a União Europeia irá se comportar depois da saída da Inglaterra da União Europeia, lembrando que a França também dá sinais de que está querendo deixar o bloco, bem como a Itália, o que é algo que preocupa a todos nós.

Temos a questão da imigração, que é um fato que preocupa bastante. A Europa está vivendo momentos de muita turbulência, e exatamente um dos motivos maiores é a questão dos fluxos migratórios, que estão no centro dos debates quando das realizações das eleições nesses países.

Temos também a questão que se desenrola na Síria, que é um fator extremamente preocupante, um fator de instabilidade para todo o Planeta. E, naturalmente, estamos acompanhando isso de perto, como de resto rodos os Srs. e Srªs Senadoras, para que nós possamos sempre estar atentos aos reflexos que isso poderá ter na política externa brasileira.

Esse fato recente ocorrido entre a Turquia e a Holanda também preocupa. Há um desentendimento que, acredito, poderá ser rapidamente superado, mas é algo que não está muito dentro do esquadro de tranquilidade que nós desejamos construir nas relações entre os países do nosso Planeta.

Há uma questão que diz respeito diretamente ao nosso País: o fluxo de venezuelanos ao território brasileiro. De acordo com dados do Ministério da Justiça, até setembro do ano passado, a quantidade de entrada de estrangeiros sem autorização, pelas fronteiras, chegou a 77 mil pessoas. O Estado mais afetado é Roraima, que tem registrado grande número de imigrantes venezuelanos tangidos pela crise política e econômica da Venezuela. Desses, 67 mil teriam ido para outras regiões, mas o Governo de Roraima acredita que 30 mil estrangeiros vivam nas ruas das principais cidades do Estado.

Relatório divulgado pela Polícia Federal indica que o número de pessoas que pediu refúgio no Brasil, a partir da delegacia do órgão em Boa Vista, saltou de 234 solicitações, em 2015, para 2.230, em 2016, enquanto o número de pessoas deportadas para a nação vizinha saltou de 54, em 205, para 440, em 2016.

Ainda segundo as informações das autoridades locais, entre os venezuelanos há muitos indígenas que necessitam de acompanhamento da Fundação Nacional do Índio (Funai), mas a instituição não vem respondendo ao pedido de ajuda do governo local. Segundo eles, temos uma grande quantidade de indígenas que representam um problema maior, pois eles apresentam baixa qualificação profissional, e temos maior dificuldade de inseri-los no mercado.

Trata-se, portanto, de uma questão também migratória que vem causando problemas sociais no Norte do País, que merece o contínuo acompanhamento e a permanente busca de soluções por parte dos Governos Estaduais e do Governo Federal.

Quanto às missões de paz brasileiras, segundo o Ministro da Defesa, Raul Jungmann:

> Participar de missões de paz é uma política de diplomacia do Brasil importante para ampliar sua projeção no exterior. Isso representa muito em termos diplomáticos e o Haiti se transformou num paradigma. Vamos continuar as missões, mas sempre sob o manto da ONU (Organização das Nações Unidas) [segundo o Sr. Ministro da Defesa].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Ao longo desses 13 anos há a existência do Minustah – é uma sigla meio esquisita, mas significa Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti –. O nome da missão da ONU no Haiti é esse Minustah. Segundo essas informações, 36 mil militares brasileiros passaram pela ilha caribenha, com revezamento a cada seis meses. Foram gastos, até agora, R$2,550 bilhões nas operações, tendo o Brasil sido ressarcido em US$930 milhões, em reembolso das Nações Unidas, porque nessas operações militares no exterior, a ONU arca com 60% dos custos e o país convidado que aceita participar, arca com os 40%.

Segundo o Ministro, a desmobilização das forças no Haiti, país que concentra hoje... Quer dizer, por lá já passaram 36 mil militares brasileiros, desde o início da operação até agora. Mas hoje, no Haiti, temos apenas 970 a serviço das Nações Unidas. E essa saída das nossas forças deverá ser decidida em abril ou maio. A nossa missão, segundo o Ministro, está encerrada naquele país.

Temos outras solicitações da ONU... O País tem outras solicitações da ONU para participar de uma força no Líbano, que é uma intervenção iniciada em 1978, após a invasão israelense. Outra missão para qual o País também vem sendo convidado, que é de alta complexidade, é na República Democrática do Congo. Essa missão da ONU na República Democrática do Congo é a maior missão das Nações Unidas.

Já contará com 23 mil integrantes, com orçamento anual de US$1,6 bilhão, e que 106 de seus integrantes, enfim, já tiveram já tiveram óbito. Para essa missão, o Brasil também está sendo convidado.

Também interessam ao Governo brasileiro missões em países da costa ocidental da África, como as da Libéria e da Costa do Marfim, contíguas ao país por meio do Atlântico Sul e hoje sob o comando militar nigeriano e francês, respectivamente.

Dito isso e agradecendo mais uma vez a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores nesta 1ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, passo a examinar a nossa pauta deliberativa, que tem no seu primeiro item o requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 1, de 2017.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 1, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeiro a realização, no âmbito desta Comissão, de um ciclo de painéis de debates intitulado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?"

Autoria: Senador Fernando Collor

Observações:

Leitura do requerimento.

Os painéis ocorrerão quinzenalmente, ao longo de 2017, sempre às segundas-feiras, às 18h, na Sala de Reunião da Comissão e, excepcionalmente, sempre que necessário, às quintas-feiras, durante a reunião ordinária da Comissão, ou nas segundas-feiras alternadas sem reunião.

Isso porque nós, ao invés de fazermos todas as segundas-feiras esse painel – essa série de painéis de debates sobre temas da ordem internacional e a inserção do Brasil nessa ordem que está aí sendo construída, dentro deste dilema, estender pontes ou erguer barreiras –, faremos quinzenalmente. A cada 15 dias, faremos uma reunião, sempre às segundas-feiras, às 18h. Esse é o objetivo, a proposta contida neste requerimento que é de minha autoria.

Coloco-o agora em discussão.

Passo a palavra, pela ordem, a S. Exª o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, em primeiro lugar, quero justificar o fato de eu não ter estado presente na reunião que realizou a eleição da Mesa. Eu não estive presente por um fato absolutamente inusitado dentro do Senado Federal. Eu fui afastado da titularidade de todas as comissões a que pertenci durante esses últimos seis anos de mandato. E o pretexto para esse afastamento é que S. Exª o Líder do PMDB, Renan Calheiros, não gostaria de escutar a minha opinião sobre algumas indicações, embora ele não soubesse qual seria a opinião, eu não a tivesse tornado pública. Realmente, não estava pensando em emitir opinião sobre as Mesas. Mas fui afastado, S. Exª entrou no meu lugar nesta Comissão em que eu permanecia como titular durante muito tempo. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

fato realmente inusitado. Então, é uma *capitis diminutio* média ao exercício do meu mandato, oficializada por parte do Líder do PMDB.

Quanto a esta Comissão, acho muito interessante. Eu já havia informado a V. Exª que eu pretendia sugerir um debate sobre um tema paralelo a esse, não exatamente, que seria: soberania ou dependência.

É a visão de um Brasil soberano ou de um dependente, porque eu realmente estou vendo que hoje estamos seguindo passo a passo aquela tese do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso da dependência como fator de desenvolvimento, que é a tentativa de uma inserção dependente à economia dos grandes países com uma lesão pesada à soberania.

Eu pretendo formalizar essa proposta, inclusive já propondo, inicialmente, como debatedores os três Ministros das Forças Armadas Brasileiras, o da Marinha, o do Exército e o da Aeronáutica; o Ministro Villas Bôas, o Ministro da Marinha e o Ministro da Aeronáutica. E gostaria também – evidente que essa é uma decisão do Plenário e não minha – de convidar o atual Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, e um Ministro anterior, o Ministro Celso. E nós teríamos um debate extremamente interessante. E eu me proporia também, nesse caso, para ser debatedor, porque acho que o tema da soberania nacional, neste momento em que as teses da globalização dependente do capital financeiro são derrotadas na Inglaterra com o Brexit; na Itália com a renúncia do Primeiro-Ministro, depois de propor a hegemonia do capital financeiro na direção do país; com a Espanha há mais de um ano sem conseguir montar um governo; com a destruição da Grécia; as dificuldades de Portugal; e o com o atual Presidente da França, Hollande, deixando de colocar a sua candidatura à reeleição pelo fracasso absoluto dessa tese da dependência.

Eu acho que seria extremamente interessante esta Comissão discutir e, na discussão, formular uma opinião sobre qual deveria ser o caminho do Brasil. Brasil soberano ou Brasil dependente? Ponte para o futuro ou ponte para a dependência definitiva dos objetivos nacionais permanentes, previstos inclusive na Constituição?

Eu acho oportuno o debate, mas eu gostaria que tivéssemos um debate paralelo, discutindo a soberania e a dependência, porque a ponte para o futuro, Presidente, pode ser a ponte para a extinção do Brasil Nação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente, Senador Roberto Requião. Acho que a sua sugestão é absolutamente válida e se insere perfeitamente dentro desse ciclo de debates que eu peço licença de V. Exªs para colocar à consideração de todos, que é: "O Brasil e a ordem internacional: estender pontes ou erguer barreiras". Isso muito tem a ver com a questão do protecionismo, com a questão do livre comércio. Quer dizer, há aí um espectro muito amplo para os debates, e se insere perfeitamente dentro disso um painel sobre a questão da soberania nacional, nos moldes em que V. Exª acaba de sugerir e propor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sem querer estabelecer uma discussão entre a Presidência e a minha pessoa, quero deixar claro que, se eu estivesse presente na reunião, V. Exª teria meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Pela sua condição de ex-Presidente da República e pelas posições que tem tomado no Congresso Nacional, no que diz respeito a política externa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Roberto Requião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pela ordem, Presidente. V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero tocar na proposta do Senador Requião, mas antes eu quero dizer que sou testemunha aqui do papel dele nesta Comissão e lamento muito que ele não tenha uma posição de membro efetivo. Fica aqui até um apelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A gente não tem que se meter nos outros Partidos, mas fica o apelo para que o PMDB reveja essa posição.

Eu pensava até que o Senador Renan Calheiros não tinha interesse por essa área, porque nunca o vi participando, apesar de que ele quase sempre foi Presidente do Senado durante todo esse tempo. Então, fica aqui o meu reconhecimento do papel do Senador Requião.

Agora, sobre a proposta dele. Creio que há uma diferença entre a sua e a dele, embora possam juntar-se: a sua, a meu ver, é como o Brasil vê a ordem internacional, o que é algo que a gente precisa – nós somos muito provincianos em geral –; a outra é como o Brasil se insere na ordem internacional. Podem juntar-se, mas são diferentes. Entretanto, eu não gostaria de ser de um seminário que debate soberania ou dependência. Eu me nego a ir a um debate sobre dependência. Eu acho que o tema seria: soberania em tempos de globalização; como sermos soberanos sabendo que o mundo hoje está integrado na comunicação, no comércio, nas ideias.

Então, eu gostaria de sugerir que houvesse o seu seminário, que achei muito oportuno para ver como o Brasil olha para o mundo – termos um na linha desse –, mas eu gostaria que fosse para discutir soberania em tempos globalização, e não se queremos ser soberanos ou dependentes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Acho que podemos chegar a um debate único com essa opinião do Senador Cristovam. Por que não um debate sobre a soberania no Brasil? Nós estaríamos englobando todos os temas. E eu insistiria na presença dos ministros, na presença dos ex-ministros chanceleres.

Eu quero deixar clara a minha estranheza da minha exclusão da Comissão, porque, por acaso, Senador Collor, eu fui eleito em Bruxelas Presidente do Parlamento Europeu Latino-Americano, como representante do Brasil, em uma eleição direta e acirrada, que representa 75 países. Então, a minha exclusão me aborreceu profundamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu pediria permissão aos senhores integrantes da Bancada do PMDB, da qual é Líder S. Exª o Senador Renan Calheiros, e dizer até onde é do meu conhecimento essa questão a que se refere o Senador Requião de não ter estado na lista de Senadores titulares.

Ao que me consta, essa decisão já foi ultrapassada, essa decisão que foi tomada na escolha, que foi feita muito às pressas. Como todos nós sabemos, a indicação dos integrantes para a formação das diversas comissões temáticas sofreu um processo muito longo, de muito entendimento, de muita negociação entre os partidos. E, talvez, em função disso, como os partidos não haviam indicado os seus integrantes, e na pressa de se fazer essa indicação, tenha havido algumas mudanças, não somente no caso de S. Exª o Senador Roberto Requião, mas em outras comissões também. Inclusive, em uma delas, o Bloco ao qual eu pertenço não teve a indicação dos senhores membros ao tempo em à hora. Enfim, houve certa dificuldade até que nós chegássemos a esta semana com o entendimento consensual entre os partidos na indicação dos seus integrantes na escolha dos Presidentes e Vice-Presidentes das comissões temáticas. Talvez por esse motivo tenha ocorrido isso.

Mas eu tenho certeza absoluta... Não estou aqui falando como advogado do Sr. Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, mas por ter sido uma pessoa que acompanhou de perto esse processo e porque isso será, ou já foi, inclusive, acho, revisto. Se não me engano, já deve ter sido publicado, inclusive, no Senado, a volta do Senador Roberto Requião como titular desta Comissão, o que muito nos honra a todos, sobretudo pelo currículo do Senador Roberto Requião. Agora ele nos brinda com essa informação da sua escolha como representante do Parlamento Latino-Americano na União Europeia, numa eleição direta.

Então, por esse motivo e vários outros que estão inscritos já na sua biografia, S. Exª merece de todos nós as maiores e melhores homenagens, e a sua presença nesta Comissão nos dá muita alegria e nos dá muito prestígio, como, de resto, a presença de todos os senhores integrantes.

De modo que eu acho que esse foi um episódio que está já devidamente ultrapassado. Eu tenho certeza de que, agora, com essa participação que já inicia os nossos trabalhos por parte do Senador Requião, com a sugestão desse painel, eu entendo que é perfeitamente possível realizá-lo, nessas questões de dependência ou não, como disse o Senador Cristovam, e foi aceito pelo Senador Requião, e nós encontraremos um título adequado para isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone*.) – Soberania.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Soberania. E, se todos entenderem que assim nós poderemos fazer, no momento oportuno, nós iremos submeter, depois, o requerimento do Senador Roberto Requião à votação do Plenário desta Casa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Hélio José. Posteriormente, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Como um dos Vice-Líderes do PMDB, eu queria fazer das suas palavras a nossa palavra. Realmente, o Senador Roberto Requião retornará à titularidade desta Comissão. A preocupação do Senador Renan, naquele primeiro momento, era efetivamente garantir a instalação da Comissão, como V. Exª colocou, com toda razão. Todos nós reconhecemos o trabalho internacional e toda a questão que o nosso nobre Senador Roberto Requião realiza por nós, pelo País, pelo nosso PMDB. Fui testemunha da fala do Senador Renan colocando que essa situação se resolveria esta semana. Se não estiver publicado, vai ser publicado o retorno.

Eu tenho o prazer, a satisfação... Da vez passada, eu era o último suplente desta Comissão, acho que fui o cara que mais esteve em todas as reuniões desta Comissão, e vou continuar. Tenho satisfação de ser suplente e vou continuar sendo suplente nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – E com muita satisfação, porque sei do trabalho importante dela. Mas o nosso nobre Senador Requião, até pelo que ele representa, por toda essa questão internacional, vai retornar à titularidade ainda esta semana. Vou reportar o que foi colocado ao Presidente Renan, nosso Líder Renan, e com certeza – ele já falou isso de pronto – vai ser resolvido.

Sobre a soberania, concordo realmente com a discussão, acho que esse debate sobre a soberania nacional encaixa bem pelas questões do momento.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José.

Então, S. Exª o Senador Roberto Requião irá apresentar um requerimento, já o fez oralmente. A Mesa recepcionará esse seu requerimento e o colocará em votação na próxima reunião, porque assim nós faremos a partir do momento em que deliberarmos sobre...

E eu pediria que agora se tomasse, com a permissão de S. Exªs, a deliberação sobre esse requerimento que apresento, logo após ouvirmos a palavra, pela ordem, de S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Exª pelas iniciativas para dar maior celeridade aos processos de tramitação de projetos nesta Comissão. Acho que é uma contribuição, neste momento, extremamente valiosa para a qualidade da produção legislativa, evitando que se perca tempo com matérias que são, digamos, rejeitadas por vícios de inconstitucionalidade e outros. E essa Assessoria da Consultoria Técnica é o melhor caminho.

Eu gostaria de que fosse incluída na pauta também para debate, porque penso que muitos brasileiros... Eu sou do Estado do Rio Grande do Sul, que tem uma área de oceanografia importante, uma base de acesso à base da Antártida, da Marinha Brasileira, e houve uma notícia que surpreendeu também outros centros de pesquisa e ensino, de que o Brasil está cedendo ao Paraguai uma vaga no Tribunal do Mar. E a justificativa é de que o Brasil estaria abrindo mão disso em favor de outras posições junto às Nações Unidas.

O Senador Roberto Requião, que foi, digamos, a nossa estrela do começo desta reunião, é um grande amigo dos paraguaios, mas não acredito que tenha sido dele a ideia para ceder ao Paraguai, ele que foi amigo do Lugo, o Presidente.

Então, eu penso que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deveria pelo menos dar ciência ao País dessa explicação de por que o Governo brasileiro tomou essa decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

E também a própria Universidade Federal de São Paulo, do *campus* da Baixada Santista, me mandou informações sobre isso, com preocupação sobre os prejuízos eventuais que possam ocorrer com essa decisão tomada pelo Governo brasileiro.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – V. Exª desejaria colocar...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Só um minuto, por favor, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É sobre esse assunto mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não.

Pela ordem, S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço muito a V. Exª, Sr. Presidente.

À guisa de esclarecimento à Senadora Ana Amélia, eu também recebi, Senador, o mesmo apelo e tive contato com o Itamaraty, mas fui comunicado que o Brasil indicou candidatura ao Tribunal do Mar. Então, talvez fosse o caso de a Comissão fazer formalmente a indagação, porque aquele temor da indicação que não ocorreria em favor do Paraguai, pelo que fui comunicado, informalmente, não ocorreu. E disseram que, de fato, o Brasil fez a indicação de um professor muito renomado e com muito preparo para essa função e que vai submeter seu nome ao colegiado.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu indago se seria possível fazer uma inversão de modo que pudéssemos fazer a leitura do relatório do item 5 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª o Senador Armando Monteiro solicita a inversão de pauta colocando o item 5 da pauta de hoje como o segundo item da nossa reunião de hoje, no caso, já que o primeiro item é esse requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordarem permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Portanto, o segundo item da pauta será preenchido pelo item 5.

Em relação ao que colocaram aqui a Senadora Ana Amélia e o Senador Antonio Anastasia, nós poderemos rapidamente elucidar isso. Eu poderei falar, se V. Exª assim permitir, com o Ministro das Relações Exteriores e tomarei dele a informação verbalmente a fim de acelerar o processo, para não o fazermos burocraticamente. É fácil, e eu me comunicarei imediatamente com a senhora e, na próxima reunião, darei a resposta à Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Embora haja credibilidade, competência e agilidade por parte do Senador Antonio Anastasia – penso que o esclarecimento que ele prestou já vale –, também a própria Comissão mereceria do Ministro das Relações Exteriores, seu antecessor no comando desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, uma formalização oficial...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... para que não haja dúvida nas informações que circulam a respeito desse tema tão relevante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Peço, então, com a permissão de S. Exª o Senador Antonio Anastasia, que o Secretário-Geral da Comissão providencie o encaminhamento ao Sr. Ministro das Relações Exteriores de ofício com a indagação formulada pela Srª Senadora Ana Amélia quanto à indicação de um representante do Brasil na questão do tratado do Tribunal Internacional de Direito do Mar.

Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, mais uma vez, pedindo licença a V. Exªs, eu colocaria em votação este requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Requerimento nº 1.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 1, DE 2017
- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeiro a realização, no âmbito desta Comissão, de um ciclo de painéis de debates intitulado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?".

Autoria: Senador Fernando Collor.

Observações: *Leitura do requerimento.*

O requerimento sugere a realização, numa segunda-feira, sim, e, noutra, não – portanto, serão sempre intercaladas; haverá duas reuniões por mês –, de um painel de debates sobre o tema "Brasil e a ordem internacional: estender pontes ou erguer barreiras?", sem que isso venha a alijar desse elenco de palestras e debates que serão realizados temas como esse que foi trazido hoje por S. Exª o Senador Roberto Requião, que apresentará um requerimento específico nesse sentido, para nós deliberarmos na reunião. Hoje, ele já o apresentou verbalmente, para que possamos deliberar na nossa segunda reunião, na próxima semana.

Portanto, em votação o Requerimento nº 1.

S. Exªs os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao segundo item, que é o item 5, de acordo com a inversão de pauta, aprovada por V. Exªs.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, DE 2016
- Não terminativo -

Altera o art. 25 da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer que as armas apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão doadas para a utilização pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública da União e dos Estados.

Autoria: Senador Wilder Morais.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: pela aprovação com emendas.

Observações: *A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Armando Monteiro, para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, o projeto em tela atende os requisitos de generalidade e de inovação da ordem jurídica e os princípios gerais do Direito. Além disso, não há nenhum dispositivo nesse projeto que contrarie qualquer disposição regimental ou que atente contra os melhores padrões da técnica legislativa.

No mérito, o projeto é conveniente e oportuno, porque é um desperdício destruir armas apreendidas, se elas podem ser aproveitadas pelas Forças Armadas e por órgãos de segurança pública, tão carentes de armamento.

Assim, por meio desta proposição, torna-se clara e inequívoca a possibilidade de doação de armas de fogo apreendidas às Forças Armadas e aos órgãos de segurança pública, para uso em suas atividades regulares.

O projeto, no entanto, merece alguns ajustes de redação e os seguintes aperfeiçoamentos:

> No *caput* do art. 25, convém manter a previsão explícita de laudo pericial, para que sempre se verifique se a arma está apta a efetuar disparos com segurança, possui numeração original e está em condições de ser doada;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

No *caput* e nos §§ 6º e 7º do art. 25, deve-se fazer menção expressa ao Distrito Federal, além dos Estados;
No § 7º do art. 25, convém esclarecer que as armas de fogo de valor histórico, obsoletas ou inservíveis, bem como as artesanais ou sem numeração original, não poderão ser doadas para uso operacional, devendo ser encaminhadas a um museu ou à destruição;
Como o disposto no § 8º do art. 25 passou a ser contemplado no § 7º, o § 9º deve ser renumerado como § 8º.

Portanto, em face do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 285, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CRE
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) no 285, de 2016, a seguinte redação:
Art. 1º O art. 25 da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 25. As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal, serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para doação às Forças Armadas e aos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal.
.....
§ 6° Do total de armas de fogo apreendidas em cada Estado e no Distrito Federal, e que estejam aptas para a doação, serão reservados 50% (cinquenta por cento) para as polícias civis e militares da unidade da Federação onde a arma foi apreendida, obedecidos o padrão e a dotação de cada polícia.
§ 7° As armas de fogo de valor histórico, obsoletas, inservíveis, sem numeração original ou artesanais serão doadas para museus das Forças Armadas ou dos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal, ou, se não houver interesse na sua conservação, destruídas, sob a supervisão do Comando do Exército.
§ 8° Não serão objeto do disposto no caput as armas apreendidas pertencentes ao ofendido ou ao terceiro de boa-fé, devendo ser aplicado, na hipótese, o procedimento previsto no art. 120 do Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941.

Era essa a emenda, Sr. Presidente.
Portanto, o parecer é pela aprovação com essa emenda.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Em discussão o relatório de S. Exª o Senador Armando Monteiro.

Com a palavra S. Exª o Senador Roberto Requião.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu também gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Em seguida, falará S. Exª o Senador José Medeiros e, depois, S. Exª a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Eu também, Presidente, por favor!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – E ainda S. Exª o Senador Cristovam e S. Exª o Senador Lasier.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente, é extraordinariamente bem intencionada a medida que discutimos agora, mas se trata, simplesmente, de um *bis in idem*.

O Decreto nº 8.938, de 21 de dezembro de 2016, que trata do Estatuto do Desarmamento, já previa a possibilidade da doação de armas de fogo apreendidas da seguinte forma – vou ler aqui o art. 25, Senador Armando Costa:

> Art. 25. As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal, serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta Lei.
>
> §1º As armas de fogo encaminhadas ao Comando do Exército que receberem parecer favorável à doação, obedecidos o padrão e a dotação de cada Força Armada ou órgão de segurança pública, atendidos os critérios de prioridade estabelecidos pelo Ministério da Justiça e ouvido o Comando do Exército, serão arroladas em relatório reservado trimestral a ser encaminhado àquelas instituições, abrindo-se-lhes prazo para manifestação de interesse.
>
> §2º O Comando do Exército encaminhará a relação das armas a serem doadas ao juiz competente, que determinará o seu perdimento em favor da instituição beneficiada.

Está extraordinariamente bem regulamentado e, inclusive, submete ao Exército, porque temos a necessidade absoluta de padronização, Senador Armando, dos calibres. A Polícia não deve utilizar armas, embora eficientes e modernas, de calibres diferenciados, porque a padronização do calibre ajuda na identificação, por exemplo, de um tiro acidental ou proposital em um incidente que envolva forças policiais.

Então, isso já está suficientemente regulamentado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Roberto Requião.

Pela ordem de inscrição, com a palavra S. Exª o Senador José Medeiros.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente, permita-me fazer apenas uma última observação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a permissão de S. Exª o Senador José Medeiros, com a palavra S. Exª o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O decreto anterior a que se referiu o Senador Armando Costa, realmente, não regulamentava, mas há um decreto de 21 de dezembro de 2016, que foi o que eu li, que resolveu o problema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a S. Exª o Senador Roberto Requião.

Com a palavra S. Exª o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Só quero fazer uma retificação aqui. Gostaria de lembrar que é Armando Monteiro. Eu vi que ele estava incomodado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Ele quis homenagear a bancada de Pernambuco ao mesmo tempo, dizendo Armando Costa. (*Risos*.)

Sr. Presidente, eu também comungo com a tese de que o intuito da medida é interessante, mas fico preocupado com a questão do laudo, porque o Exército já tem peritos, e mesmo as forças policiais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

montam e desmontam essas armas de olhos fechados. Assim, eu tenho para mim que, se colocarmos essa questão do perito, será mais um obstáculo, e, daqui a pouco, essa doação vai ficar inviabilizada, ou seja, pode ficar mais caro o molho do que o peixe, acabando a medida por se tornar inócua pelos obstáculos no meio do caminho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador José Medeiros.

Com a palavra S. Exª Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, eu vou votar de forma favorável, mas de certa maneira com dois constrangimentos. O primeiro é ver que nossas forças de segurança, no momento que estamos atravessando, vão ter necessidade de armas que não são as mais efetivas, provavelmente, ou que chegaram de maneiras diferentes do normal, porque nem escolheram as armas. Vão receber as armas que chegarem, porque foram recolhidas.

Mesmo assim, eu voto a favor, da mesma maneira que sou favorável quando vejo certos órgãos públicos distribuindo computadores velhos para as escolas. Eu queria que as escolas dessem seus computadores velhos para os bancos. Mas, de qualquer maneira, pelo menos chegam lá esses computadores velhos. Eu vou votar de forma favorável, embora de certa maneira constrangido.

O segundo constrangimento é que, embora eu elogie o autor, para nós aqui, a meu ver, não estamos tratando com a devida responsabilidade o clima de quase verdadeira "guerra civil" – entre aspas – que o Brasil atravessa.

Ontem, no Bom Dia Brasil, a jornalista Cecília Malan, que fala de Londres, falando dos seis anos da guerra civil síria, disse, em determinado momento, que, de repente, a Síria percebeu que estava em guerra civil. A gente não pode correr o risco de descobrir isso de repente.

Eu propus, na reunião de Líderes, que se fizesse uma daquelas sessões grandes no plenário, que o Senador Renan criou, para se debater o quadro de instabilidade e insegurança. Aliás, o senhor fez discurso sobre a instabilidade do ponto de vista das instituições. Eu creio que, com a crise institucional, com a crise das mobilizações corporativas, que param este País quando querem, e com a crise da violência, estamos caminhando para uma espécie – é o que o Presidente Sarney uma vez me disse que temia – de desagregação do Brasil. Não é desagregação por Estados, mas desagregação pelo desfuncionamento.

Aprovo votar de maneira favorável, mas acho que deveríamos dedicar um tempo aqui – talvez, seja mais um tema de debate – para discutir esse clima de insegurança, de quase guerra civil que o Brasil atravessa.

Esse é o meu pronunciamento, provocado pelo projeto ao qual votarei favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Cristovam.

Com a palavra S. Exª Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente Collor, eu concordo que o projeto é bom. E diz bem o nosso eminente Relator Armando Monteiro, no início do seu relatório, que há carência de armas hoje nos órgãos de segurança e no próprio Exército.

Agora, quanto ao fato invocado pelo nosso prezado Requião, de que há um *bis in idem,* eu acho que não é bem assim, porque o decreto é administrativo, e a lei é mais ampla, a lei viria substituir com vantagem. Eu acho que poderia, isto sim, haver uma distribuição um pouco melhor em favor das forças militares, das polícias militares estaduais, e das nossas polícias civis, não apenas com os 50%. O bom seria o percentual de 70%, porque há uma carência enorme de armas – e diz bem o nosso Relator –, enquanto delegacias de polícia, varas criminais, varas do júri estão repletas de armas recolhidas, que ali são depositadas por tempo indeterminado, indefinidamente.

Então, aí, sim, nós teríamos imediatamente uma regulamentação para a distribuição imediata, para suprir essa carência que existe nas inúmeras delegacias de polícia, nas forças militares.

Então, meu voto é a favor, acho que a medida é muito oportuna e vem socorrer uma carência, principalmente das nossas polícias civis. Por isso, acho que se pudesse, poderiam ser distribuídos 70% para as polícias civis e para as forças militares estaduais, e não apenas os 50%, porque as Forças Armadas não têm precisado desse uso, enquanto as nossas polícias, essas, sim, têm essa carência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Lasier por sua intervenção.

Passo a palavra agora a S. Exª a Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria fazer uma sugestão ao Senador Armando Monteiro. Acho que o fato de haver o decreto não prescinde de uma norma legislativa, uma lei. Acho que o Senador poderia olhar o decreto, adequar o seu relatório ao que diz o decreto e transformar isso numa lei, até porque a informação que tenho é a de que esse decreto foi orientado pelas Forças Armadas. Foi feito todo um estudo, e ele parece bem completo. Não sei se V. Exª teve oportunidade de vê-lo e de compará-lo para ver se não há nenhuma inconsistência. Não haveria problema nenhum em nós aprovarmos um projeto de lei, desde que ele esteja adequado ao que as Forças Armadas já estão fazendo. Parece-me que se avançou nesse decreto de dezembro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – O que me parece é que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra S. Exª o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...precisamos da regulamentação, porque, na prática, isso não está ocorrendo. Apesar da discussão do Estatuto do Desarmamento, isso não tem sido aceito, é letra morta, isso não tem tido consequências do ponto de vista da realidade concreta.

Portanto, com o projeto, parece-me que a questão da regulamentação fica atendida. Não me parece que o projeto possa ferir, de forma nenhuma, o decreto a que V. Exª aludiu.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está compatível?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu acho que sim. Portanto, precisamos regulamentar. Parece-me que o projeto atende essa necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Minha única preocupação é com a compatibilidade, para não aprovarmos algo aqui que esteja em desacordo com o que as próprias Forças Armadas já dispuseram no decreto, que, parece-me, está bem completo. De fato, como disse o Senador Requião, o decreto anterior não previa tudo isso que estamos discutindo aqui, mas esse decreto de 21 de dezembro prevê. Então, não vejo problema nenhum em aprovarmos a lei. Acho que o Senador Armando Monteiro tem razão, nós precisamos estar com isso regulamentado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Quero ainda lembrar que não é terminativo na Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ele o é na CCJ.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...mas, sim, na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ainda vai à CCJ.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E poderia ser adequada lá a redação. Não há problema nenhum. Se há esse entendimento, poderíamos, na CCJ, fazer um esforço de adequação.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Perfeito, se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem.

Muito obrigado.

Com a palavra S. Exª o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, não só aplaudo o relatório, mas também penso que é um tema que precisa sair dessa parte de decreto e dar garantia e segurança jurídica. É exatamente um projeto de lei muito bem aqui relatado pelo Senador Armando Monteiro.

Tenho a mesma preocupação do Senador Lasier. Se eu pudesse aqui apresentar uma emenda, ela seria no sentido de ampliar esse percentual para as polícias civis e militares dos Estados, que hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

são as que mais sofrem com essa situação de quase desarmamento das nossas polícias, com armas de calibre que realmente não têm como enfrentar essas quadrilhas que são montadas hoje para assaltar bancos. Na verdade, elas encurralam as delegacias de polícia, implantam o pânico em todas as cidades. Meu Estado, Goiás, como vários Estados do Brasil, tem sido vítima dessas quadrilhas que chegam com armamentos pesados e sofisticados, com uma tecnologia própria e ágil para explodir bancos, e os nossos policiais militares estão ali com arma de calibre 38. Eles logo, de chegada, já usam armamento para amedrontar toda a cidade, com capacidade de destruição e de impacto a que nós jamais assistimos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Outro ponto, Presidente, é que o narcotráfico hoje é uma grande realidade em nosso País. O Brasil já não é mais um país de rota de narcotráfico. O País hoje é o segundo maior consumidor de cocaína e o maior consumidor de *crack*. É lógico que passa a ser um mercado disputado, e nós não temos hoje a capacidade de fazer o enfrentamento.

É aquilo que colocou o Senador Cristovam: ainda não reconhecemos uma guerra civil instalada, que já existe, ou seja, os bandidos hoje, os chefes das facções, estão muito bem armados, fazendo contrabando de armas nas nossas fronteiras, armando todas as suas milícias, com alta tecnologia, com mira *laser* de alto alcance, de longa distância, e nós estamos vendo as polícias militares de nossos Estados totalmente acovardadas diante desse avanço nas armas utilizadas por essas quadrilhas tanto do narcotráfico quanto de assalto a bancos.

Então, Sr. Presidente, acho que é realmente um absurdo não termos uma lei, e não um decreto. Decreto é uma normatização que não tem a segurança jurídica de uma lei. O Senador Armando Monteiro está regulamentando a maneira como se dará tudo isso. E nós teríamos, exatamente como temos em todas as nossas polícias militares, aqueles grupos especializados para esse tipo de ação, com pessoas altamente preparadas para o uso desse armamento sofisticado, que hoje é utilizado.

V. Exª, a todo momento, assiste a esses carros de transporte de valores... A blindagem desses carros hoje é brincadeira, por exemplo, para as armas de calibre 50. O cidadão chega e para um carro daquele no meio da estrada com um único disparo. Então, o Brasil todo vê as milícias e as facções tomando conta, e todo mundo fica sem ter capacidade de ação.

Há fatos relatados pela imprensa: assaltaram a sede de uma empresa de transporte de valores...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Em Pernambuco.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu via a matéria de Campinas. A polícia foi informada em 40 minutos, ou seja, no momento em que houve o ataque, de que o calibre das armas era insuportável para a segurança, para aguentar o avanço da milícia. O que ocorreu? A polícia não tinha como chegar. "Sinto muito! Com o nosso calibre, não dá para chegar. O nosso colete à prova de balas não resiste a nada parecido com o que eles estão usando."

Então, a polícia ficou acuada, aguardando. Toda a empresa foi sequestrada. Eles assaltaram tudo e foram embora. Ou seja, a polícia foi avisada, teve um prazo de 40 minutos para agir e não agiu. Então, este é um ponto que acho que merece a nossa preocupação.

Mais do que nunca, é necessário que tenhamos essa distribuição. O Brasil também deve dar às nossas polícias hoje a condição de um armamento mais sofisticado, de maior precisão, com capacidade de atingir aquilo que seja o objetivo e de dar segurança à população.

Eu tive oportunidade, Presidente, de conversar com o ex-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro o Sr. Beltrame, que me dizia claramente da dificuldade de fazer a segurança pública no Rio de Janeiro, onde aqueles homens muito bem treinados pelas milícias, colocados à distância de quase mil metros, atingiam seus militares com armas de calibre de precisão.

Quer dizer, isso hoje passou a ser uma guerra real, como disse o Senador Cristovam, para a qual o Brasil está querendo fechar os olhos. Quando matam tantos no Espírito Santo e em Manaus, aí vem a discussão de novo aqui, e tudo permanece como está. Ou seja, governador de Estado nenhum hoje tem controle da segurança do seu Estado. Nós estamos vendo o ridículo, estamos assistindo ao absurdo de um governador de Estado ter de chamar chefe de facção para poder dar segurança a um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

evento no seu Estado. É a negação completa do Estado! Eu não entendo como nós podemos ver tamanha submissão do Estado à criminalidade instalada no País neste momento.

Então, Sr. Presidente, eu não só concordo como aplaudo. O único reparo que eu faria seria exatamente no percentual para as polícias civis e militares dos Estados, não de 50%, mas sim de um percentual maior, já que eles são a frente de ataque ou de combate da segurança da sociedade brasileira.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ronaldo Caiado.

Com a palavra S. Exª o Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Atendendo a preocupações trazidas pelos nobres Senadores Lasier Martins e Ronaldo Caiado, eu me disponho a mudar esse percentual, elevando-o para 70%, de modo que as polícias sejam contempladas com uma participação maior.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeito. Então, entendo que V. Exª está colocando agora, no seu relatório, a deliberação deste Plenário, elevando de 50% para 70% o índice de armas...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – ...destinadas às polícias.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ...destinadas às polícias.

Perfeitamente.

Então, com essa observação, Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, há mais alguém para discutir?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra S. Exª o Senador Hélio José para discutir.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Desculpe, Senador Anastasia. V. Exª estaria antes...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – O Senador Hélio José fala primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço a V. Exª a compreensão.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero agradecer ao nosso nobre Senador Anastasia a deferência, ao nosso nobre Presidente Collor, e cumprimentar o nosso querido Relator, Senador Armando Monteiro, por essa sábia decisão de ampliar o percentual, de 50% para 70%.

Nós estamos na Capital do Brasil, onde não deveria faltar nada, e o que foi colocado aqui também é realidade em Brasília, Presidente Collor. Há falta de armamento para as polícias civis e para a Polícia Militar. Essa atitude será bastante boa para o nosso País, ao aumentar esse percentual de 50% para 70%.

Eu só queria cumprimentá-los e dizer que o Senador Armando Monteiro tomou a sábia decisão de acatar essa solicitação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Igualmente, eu gostaria, de início, de louvar a iniciativa do Senador Wilder, pela apresentação do projeto, e de cumprimentar o Senador Armando Monteiro, pelo louvável parecer que apresenta.

Pelas discussões que tivemos neste momento, percebe-se a maioria absoluta favorável a esse projeto.

Eu gostaria tão somente, aqui, à guisa de esclarecimento sobre o que observei no parecer e no texto original, de dizer que, na realidade, a lei, que é o antigo Estatuto do Desarmamento, vigente em 2003, já tinha o dispositivo, que se quedou inócuo, como lembrou o Senador Armando Monteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Quedou-se inócuo em razão da inércia do Poder Judiciário, que não realizava a remessa ao Comando do Exército, para fazer essa distribuição. Então, na realidade, tivemos depois um decreto, que, aparentemente, estava dissonante. Por isso, lembramos a todos que nós temos de apresentar a lei. E é o decreto que se amolda à lei; jamais a lei precisa se amoldar ao decreto. O decreto virá para suprir as lacunas e para regulamentar aquilo que a lei prevê.

Daí por que me parece oportuna, de fato, a aprovação conforme o que foi apresentado pelo Relator, com a modificação, que é louvável, a despeito da menção do Senador Requião, que tem razão, até como Oficial do Exército que é. Há um critério de padronização de equipamentos. Então, parece-me que, dificilmente, as Forças Armadas vão querer aproveitar algo, porque imagino – não sou especialista em armas – que serão armas de diversos calibres, de diversas conformações, e que a padronização nacional será difícil, até a compra de munição. No caso das polícias, será mais fácil, porque o número é menor. Então, certamente, é preciso amoldar-se a essa necessidade. Por isso, a iniciativa de 70% deve ser aplaudida.

E, na CCJ, aí sim, devemos verificar o que temos em termos regimentais, para que, depois, aí sim, o Executivo se amolde ao que a lei determina. E, no segundo momento, o Comando do Exército, com a lei aprovada, poderá fazer injunções, inclusive, ao CNJ, para que os juízes cumpram a disposição, em vez de deixarem os foros abarrotados de armas, inclusive correndo o risco de assalto, que ocorre, vez por outra, nas delegacias e nos juízos para que essas armas roubadas voltem à criminalidade. Lamentavelmente, isso ocorre.

Então, é um projeto extremamente adequado, auspicioso, que deve receber o nosso aplauso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Anastasia.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Em votação o parecer de S. Exª o Senador Armando Monteiro referente ao Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2016.

S. Exªs as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário de S. Exª o Senador Roberto Requião.

Eu gostaria, antes de passarmos ao item seguinte da pauta, de registrar a presença de S. Exª o Deputado Alberto Fraga.

Muito obrigado por sua presença na nossa Comissão.

Também quero dar contas ao Plenário desta Comissão, de acordo com a solicitação formulada pela Senadora Ana Amélia ao Ministério das Relações Exteriores, de que a nossa Secretaria Executiva já lá entrou em contato com a assessoria do Ministério das Relações Exteriores, aqui presente. A resposta sobre a questão é a seguinte, Senador Antonio Anastasia e Senadora Ana Amélia.

Em 10 de março de 2017, o Governo brasileiro indicou o Prof. Rodrigo More como candidato brasileiro a juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar, das Nações Unidas. Rodrigo More é professor de Direito Internacional da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e já está indicado, portanto, como candidato brasileiro a juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar, das Nações Unidas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Sr. Presidente, as providências e, sobretudo, a informação, agora, positiva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passamos ao item seguinte da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze
Relatoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatório: Pela aprovação na forma da Emenda Substitutiva nº 1 - CRA.
Com a palavra S. Exª o Senador Ronaldo Caiado.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, o projeto de lei apresentado pelo Deputado Luis Carlos Heinze define aquilo que realmente já é uma exigência a que nos submetemos no dia a dia, na comercialização dos nossos produtos, como também nas exportações. Ele aqui regulamenta as regras e as exigências sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no Território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências.

É importante também dizer, dentro da análise do projeto, que a regra exigida para que os produtos na forma *in natura* ou semiprocessada sejam submetidos, Sr. Presidente, primeiro, a uma análise de resíduos de princípios ativos de agrotóxicos ou afins, micotoxinas, ou outras substâncias tóxicas, atestando o laudo ou certificado que, se existentes, tais resíduos não excedam os limites máximos estabelecidos em regulamento, e à inspeção sanitária relativa a produtos de origem vegetal ou animal, conforme o caso, atestando o laudo ou certificado a inexistência de infecções ou infestações por patógenos ou parasitos.

Essa regra foi estabelecida a partir da emenda do então Deputado e atual Senador Davi Alcolumbre, que considerou as dificuldades da exequibilidade do controle sanitário e de resíduos de produtos químicos de todas as mercadorias, texto incluído na versão original do PLC.

Assim, com as alterações promovidas, incluiu-se a obrigatoriedade do controle de resíduos e a inspeção sanitária em todos os produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados nas formas *in natura* ou semiprocessadas, excluindo, assim, a obrigação para os produtos que passaram por processamento industrial nos países de origem.

Então, está muito bem claro que, depois de passado por esse processo, logicamente, ela estaria totalmente liberada.

Outro ponto importante é que os custos referentes a esses procedimentos deverão ser arcados pelo infrator e a regulamentação da lei deverá estabelecer os limites máximos dos resíduos químicos que poderão ser tolerados em produtos agropecuários e seus derivados, sendo zero a tolerância para dioxinas e para princípios ativos de agrotóxicos ou afins não registrados no Brasil, na forma da legislação em vigor. Essas medidas não criam encargos para os contribuintes e, por outra parte, orientam o Estado na regulamentação de limites de resíduos.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República, não está no rol das competências exclusivas do Presidente, podendo a Casa legislar sobre o tema.

No mérito, entende-se que a proposição inova a legislação pátria, aprimora o marco legal, dá maior qualidade aos produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados nas formas *in natura* ou semiprocessadas, e, em consequência, agrega instrumento de eficiência e gestão ao controle sanitário.

Eu faria, Sr. Presidente, mais uma referência para que todos saibam. A falta desse controle trouxe ao Brasil um prejuízo ímpar. Entre algumas situações, cito a presença desastrosa em nossas plantações do bicudo do algodoeiro. Isso trouxe algo que realmente é um custo a mais para a agricultura brasileira e, muitas vezes, em várias regiões, chegou a dizimar o cultivo do algodão. E o Nordeste brasileiro sofreu enormemente por não ter... E o custo de combate é altíssimo.

Cito outro fato que quase colocou em risco a capacidade brasileira de produção de soja, que é exatamente a ferrugem asiática. Esse fungo realmente trouxe graves consequências, até que passamos a ter um controle sobre ele. Onera-se cada vez mais o custo da operação, e o Brasil ainda com certa restrição dos genéricos no setor da agropecuária. Nós temos genéricos para os seres humanos, no entanto, não admitimos até hoje, pelo *lobby* dessas grandes empresas, avançarmos nos genéricos para termos um menor custo no setor do agronegócio.

Não há razão, então, para qualquer produto de origem animal ou vegetal entrar no Brasil sem ser submetido a essas análises de risco sanitário e fitossanitário. O Ministério da Agricultura deve obedecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aos requisitos de identidade e qualidade correspondentes. Além disso, é exigida a apresentação do certificado expedido pelo país de origem.

Portanto, Sr. Presidente, nós sabemos muito bem que, em todo Território nacional para onde formos amanhã promover a exportação dos nossos produtos, existe um controle com barreiras sanitárias pesadas. Hoje, a agricultura brasileira se submeteu a todas essas regras. Nós podemos dizer que, não só em barreiras sanitárias, mas também em barreiras ambientais, o Brasil hoje é referência no mundo, e, com isso, não podemos sofrer uma concorrência desleal, predatória de outros países, que não têm o mesmo cuidado e que penalizam, muitas vezes, Estados fronteiriços como o Rio Grande do Sul.

Em certas situações, vemos ali importações de vários produtos *in natura,* sem seguir essas regras e provocando uma concorrência ao produtor do Sul do País, que torna inviável a competitividade.

Como tal, Sr. Presidente, concluo, opinando e pedindo a aprovação do PLC nº 49, de 2015, na forma da Emenda Substitutiva nº 1, da Comissão de Agricultura.

Esse é um relato do projeto. Acredito que estamos dentro daquilo que hoje é uma regra e uma exigência mundial, e, se somos submetidos a todas elas, não temos por que fazer concessões a importações que não estejam dentro dos demais critérios apresentados.

Peço o apoio a todos os Parlamentares da Comissão, Como V. Exª colocou, o projeto não é terminativo na Comissão de Relações Exteriores.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Ronaldo Caiado, pela leitura do seu relatório...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ... que coloco agora em discussão, relatório que pede a aprovação na forma da Emenda Substitutiva nº 1, corrigindo o que eu disse anteriormente, não é Comissão de Reforma Agrária e, sim, Comissão de Agricultura.

Para discutir, está inscrita S. Exª a Senadora Ana Amélia, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Em seguida, Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Logo em seguida, Senador Antonio Anastasia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente Collor, caro Senador Ronaldo Caiado, que fez um relatório tão preciso quanto fez na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

De fato, no comércio internacional, hoje, cada vez que o Brasil amplia sua presença e protagonismo no comércio global da agropecuária, maiores são as barreiras, sejam elas fitossanitárias, sejam elas sociais e trabalhistas, como na questão do trabalho infantil, sejam elas de toda a ordem. São as chamadas barreiras não tarifárias. E isso tem prejudicado enormemente o Brasil. Além da questão fitossanitária, bem abordada pelo Senador, o produtor rural brasileiro é obrigado a seguir regras que não são seguidas nos países cujos produtos importamos. E não é apenas uma questão da concorrência desleal com o produtor brasileiro; é, sobretudo, um desrespeito ao consumidor brasileiro, que compra esses produtos.

Não se trata apenas das doenças citadas, das pragas citadas pelo Senador, mas existe também, no caso da lavoura cacaueira, a vassoura de bruxa, que dizimou a produção de cacau no Brasil. E, apesar de um esforço extraordinário dos produtores de cacau em várias regiões – hoje, não só Ilhéus na Bahia, mas também o Pará, Rondônia são produtores de cacau –, o Brasil, de exportador, passou a ser importador de cacau. E há o risco de entrada, de novo, da vassoura de bruxa, pela fronteira na Região Norte do Brasil.

Temos um outro risco sanitário, a *Cydia pomonella,* uma doença que dá nos pomares de maçãs. Também com enorme esforço, os produtores erradicaram essa doença, mas agora temem que a importação de pera da Coreia do Sul, já autorizada pelo Ministério da Agricultura, possa trazer algum risco sanitário, porque também essa fruta pode conter resquícios dessa doença chamada *Cydia*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

pomonella, comprometendo novamente os pomares de maçãs. O Brasil hoje é o maior produtor mundial de maçãs, para o consumo interno e também para a exportação.

Então, penso que esses elementos levantados pelo Senador... Isso sem falar no cancro cítrico, que entra sobre todas as frutas cítricas, no Brasil. Hoje, estamos importando, em larga escala, laranja da Espanha; estamos importando cítricos de vários países. Não parece justo que as regras sanitárias impostas ao produtor brasileiro não sejam as mesmas regras exigidas de quem nós importamos esses produtos.

Entendo também as razões do próprio Ministério da Agricultura, que, provocado por mim quanto à questão da pera importada não só da Coreia, mas também da Bélgica, numa nota técnica, informa que o risco, no caso da *Cydia*, é mínimo. Mas existe risco. Mínimo, mas existe! Entendo também que as regras do comércio internacional são um toma lá, dá cá. Você compra, mas o país que está comprando do Brasil também quer vender os seus produtos. Então, claro que esses pontos de vista...

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), à época, levantou as questões de que isso criaria barreiras burocráticas e complicaria. O problema é: ou damos uma proteção aos nossos produtores, ou deixamos essa porteira aberta, para entrar doenças que já foram erradicadas e para prejudicar economicamente a produção agropecuária brasileira. Penso que devemos ter uma posição mais firme, claro, seguindo as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio), para evitar problemas maiores em relação a se criar um painel de debate sobre alguma questão no setor agropecuário.

Ademais, não menos importante é o fato de que poucos países têm um código florestal como o do Brasil, devido ao seu rigor. Também sob esse aspecto, poderíamos invocar essa exigência na hora em que compramos produtos de origem agropecuária.

Esse é o meu posicionamento, apoiando o relatório do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – A matéria continua em discussão.

Agradeço a S. Exª Senadora Ana Amélia.

Com a palavra S. Exª Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu não quero entrar aqui no mérito do projeto, no debate, acho que ele tem relevância. Eu também venho de um Estado em que a agricultura é nossa base da economia. Mas tendo em vista uma manifestação contrária do Ministério das Relações Exteriores e também um parecer dado pelo Senador Donizeti na Comissão de Agricultura, ainda quando exercia o cargo de Senador, eu gostaria de pedir vista desse projeto, para estudá-lo melhor, debatê-lo e decidir numa próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem. S. Exª Senadora Gleisi Hoffmann pede vista, que será concedida imediatamente após ouvirmos S. Exª Senador Antonio Anastasia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vista coletiva, Sr. Presidente. Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Vista coletiva.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Minha posição seria igualmente pela vista. Então, estou contemplado pelo pedido da Senadora Gleisi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Portanto, obrigado, Senador...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ... Antonio Anastasia.

S. Exª Senador José Agripino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Rapidamente. Só para manifestar a opinião que eu iria dar, e darei, de absoluto de acordo com o projeto. Ele é da lavra de um Deputado que conhece bem o assunto, Deputado Luis Carlos Heinze, e está relatado por um *expert* no assunto, que conhece muito bem o dia a dia da movimentação de carga de produtos da agropecuária pelo Brasil, e sabe quem precisa ser protegido e por onde se precisa caminhar, para que o interesse nacional seja atendido. De modo que me associo ao pedido de vista coletivo, mas manifestando desde já o meu apoiamento à iniciativa meritória do Deputado Luis Carlos Heinze, aqui relatada com competência pelo Senador Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois muito bem.

Com a compreensão de S. Exª Senador Ronaldo Caiado, fica concedida vista coletiva ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2015.

Item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2007
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul, com sede no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pela rejeição

Observações:

A matéria vai à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Por solicitação do Relator, Senador Tasso Jereissati, fica retirada de pauta a presente matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, qual a razão de se retirar de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – A solicitação do Relator.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Do próprio Relator?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Do próprio Relator.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas, se não me engano, a proposta é rejeição por causa de vício de origem. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Tem aqui relatório pela rejeição. Não saberia lhe dizer qual o motivo da solicitação da rejeição.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Porque se fosse para discutir já a rejeição... Eu quero dizer que aceito plenamente, acho que do ponto de vista legal está correto, mas é uma ideia tão louvável que valeria a pena a Comissão, alguma outra instância nossa, entrar em contato com o Ministro para que ele tomasse a iniciativa, porque é uma medida positiva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente, Senador.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu também estou na mesma linha do Senador Cristovam Buarque. Eu iria até pedir vista desse processo, porque o acho de extrema relevância, e isso vai ao encontro do próprio Mercosul. Já é possível viabilizar uma universidade do Mercosul, desde que haja ampla negociação entre os países partícipes do processo. E é fundamental, porque se consegue o reconhecimento binacional, trinacional, no mesmo diploma. Já existe precedência em outros países.

Então, se eventualmente for retirado mesmo de pauta, não será possível. Mas estou na mesma linha do Cristovam, se ele quiser aprofundar o assunto, viu, Cristovam? Poderíamos trabalhar isso, porque iria para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem. Ainda irá.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Para discutir, S. Exª Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No Rio Grande do Sul é onde seria instalada essa oportuna iniciativa, uma vez que o Estado faz fronteira com dois países dos mais atuantes no Mercosul, Argentina e Uruguai. Isso, claro, daria um *upgrade* no campo da pesquisa, no campo da educação, no campo da integração cultural dos países.

Nós temos uma universidade estadual, criada no governo Olívio Dutra, a Uergs, que padece graves problemas financeiros e de funcionamento. Depende de emendas que nós aqui no Parlamento temos de fornecer à Uergs, uma instituição importante, hoje voltada mais à parte didática e pedagógica, para melhorar a qualidade dos professores que servem também na área pública.

As universidades comunitárias, no Estado do Rio Grande do Sul, talvez diferentemente dos demais Estados brasileiros, têm um peso extraordinário em relação ao fato de que nasceram e existem pelo esforço da comunidade, que, na ausência do Estado para o ensino superior de modo especial, criou instituições que hoje são respeitadíssimas, com níveis de qualidade no ensino reconhecidos pelo Ministério da Educação. Eu vou citar apenas a Universidade de Passo Fundo, a Universidade de Caxias do Sul, a Universidade de Ijuí, de Santa Cruz do Sul e de Erechim, que são instituições comunitárias de grande qualidade.

Hoje, há um risco para essas instituições que atendem o Prouni, Presidente, qual seja, o risco de perderem a filantropia, o que significará dizer que nós vamos ter milhares de estudantes correndo o risco de não terem vagas no Prouni porque o *status* de filantrópica está sendo retirado dessas instituições. E elas atendem não apenas a educação, mas algumas delas, como a Universidade de Santa Cruz do Sul, têm um hospital que atende também a periferia dessas cidades pelo SUS. Então, também esse atendimento seria reduzido, porque é uma instituição de saúde ligada à universidade e ao curso de Medicina.

E temos ainda universidades federais de grande qualidade, tais como a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade Federal de Pelotas, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre. Todas essas também centros de excelência.

Por que não caminharmos para uma racionalização e criarmos, em uma universidade federal respeitada – seja Santa Maria, que é no coração do Rio Grande do Sul, seja em Pelotas, mais próxima do Mercosul – uma unidade ou um departamento dedicado às questões do Mercosul especificamente?

Eu acho que os tempos de crise nos ensinam muitas coisas, uma delas é racionalizar o gasto. Então, nós teríamos uma produtividade maior, até pela vocação que têm essas instituições que já existem e estão vinculadas a esse tema da integração regional.

Esta é uma sugestão que eu dou. Talvez, em vez de rejeitarmos o projeto, pudéssemos criar essa possibilidade, Senador Cristovam. V. Exª, que é um educador, conhece bem a UFRGS, conhece a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade Federal de Pelotas, e de Rio Grande também, que poderiam, sem dúvida, desenvolver núcleos com eficiência, talvez, no alcance que se deseja para tratar do tema de integração do Mercosul.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu acho que seria importante essa universidade do Mercosul, porque ela tem aspectos culturais, vamos dizer, do Paraguai, do Uruguai. Então, quando se fala de uma universidades federal, você dá uma ênfase, uma tônica na cultura brasileira. A minha preocupação é essa.

Uma universidade do Mercosul, que é tripartite ou mais do que isso, enseja essa oportunidade de se agregar elementos novos e atender, de forma conciliatória, as culturas diferentes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim; eu concordo com o Senador, Presidente Collor.

Nós temos a Unisul, com sede em Foz do Iguaçu, que acolhe estudantes universitários de todo o Mercosul. Foi criada pelo Presidente Lula. E essa universidade, de certo modo, dentro dessa lógica do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Senador Pedro Chaves, desempenha essa função. Então, nós teríamos uma segunda universidade para tratar dos mesmos temas.

Foz do Iguaçu é reconhecida. O primeiro reitor dessa universidade era do Rio Grande do Sul e trabalhou na instalação e na implementação da Unisul em Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra S. Exª a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só para um esclarecimento. A Senadora Ana Amélia falou em Unisul, mas é Unila – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Ela, inclusive, foi patrocinada e teve coordenada a sua implantação pela própria Itaipu.

Eu penso que ela trata de alguns temas, mas não necessariamente de todas os abordados pelo Mercosul, que, no meu entendimento, teriam aqui uma outra ótica. A Unila tem também uma grande ligação à área de humanas e tecnologia, na área de energia, não é necessariamente comércio.

Mas, enfim, nós não estamos discutindo o projeto, porque nem o autor e nem o Relator estão aqui, mas acho que é uma boa discussão a se fazer aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Respondendo à indagação feita logo no início da discussão desta matéria por parte do Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de informar que realmente o motivo por que o Relator retirou de pauta essa matéria aponta para rejeitá-lo é o vício de iniciativa. De qualquer maneira, a pedido do Relator, S. Exª o Senador Tasso Jereissati, a matéria está retirada de pauta para posteriormente deliberarmos sobre a mesma.

Item 4 da pauta de hoje.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

1. Constou da Pauta do dia 19/10/2016;

2.A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Indico como Relator *ad hoc* da matéria, pela ausência do Relator, S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Fernando Collor.

Como V. Exª já apregoou na abertura deste item, trata-se de um projeto de lei do Senado previsto para passar em quatro comissões. Recebeu parecer favorável na CAE e já pela prejudicialidade na CCJ. Na realidade o projeto – permita-me aqui uma síntese apertada – pretende autorizar a participação do capital estrangeiro na assistência à saúde por intermédio de doação de organismo internacional, além de entidade de cooperação técnica; identificando que dessas atividades poderiam ser objeto: hospital-geral, laboratórios de análises patológicas e de genética humana, serviço de fisioterapia, prevendo também um percentual com, no mínimo, 51% do capital pertencente a brasileiros natos e, claro, 49% aos estrangeiros. Faculta também o projeto a participação do capital estrangeiro em hospital-geral filantrópico.

Todavia, conforme o parecer do eminente Senador Valdir Raupp, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entrou em vigência, no início de 2015, a Lei nº 13.097, que tratou de modo semelhante o mesmo objeto.

Desse modo, como a lei atual vigente é mais ampla que o projeto, da mesma forma que o substitutivo na CAE, eliminando restrições necessárias à participação do capital estrangeiro nas questões de saúde elencadas nesse projeto, conclui, portanto, o Senador Raupp que o PLS nº 259 ficou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

prejudicado, de acordo com o art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual "o Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado, em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação".

Desse modo, o relatório conclui pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 259 – o que reitero –, tendo em vista que a matéria já é objeto da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

É o relatório apresentado pelo eminente Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Antonio Anastasia pela apresentação do relatório como Relator *ad hoc*.

Coloco agora em discussão.

Alguma Srª Senadora ou algum Sr. Senador deseja discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, passo à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2009.

O último item da pauta é um extrapauta. Nesse caso, estamos abrindo exceção, como os Srs. e as Srªs Senadoras já devem ter percebido, pela questão de urgência. Normalmente, nesta Comissão, nenhuma matéria extrapauta, como disse no início dos nossos trabalhos, é apreciada. Nada que seja extrapauta, a não ser casos como este, que é caso de viagem.

Por exemplo, o objeto do requerimento de S. Exª Senador Pedro Chaves, que requer, nos termos do artigo 55, inciso III, da Constituição Federal e artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Kourou (Guiana Francesa), durante o lançamento do Satélite SGDC, no período de 20 de março a 23 de março de 2017.

O autor do requerimento é o Senador Pedro Chaves. Em função desses casos específicos de viagens ao exterior, que normalmente são resolvidos de última hora, é que nós aceitamos que sejam apresentados esses requerimentos extrapauta.

ITEM 6

MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Requeiro, nos termos do artigo 55, III da Constituição Federal e artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Kourou (Guiana Francesa), no período de 20 de março a 23 de março do corrente ano, a fim de representar o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para compor a comitiva do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, na cerimônia de lançamento do Satélite SGDC, a ser realizado no dia 21 de março de 2017. Comunico, nos termos do art. 39, I, do regimento interno do Senado Federal, que estarei ausente do país no período de 20/03/2017 a 23/03/2017, para desempenho desta função.

Autoria: Senador Pedro Chaves

De acordo com S. Exª o Senador Pedro Chaves, portanto, que apresenta este requerimento, consulto o Plenário da Comissão para sua aprovação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de autoria de S. Exª o Senador Pedro Chaves.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

Eu não cheguei a tempo, quando V. Exª apresentou o requerimento para realização, aqui, de painéis e debates – O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras? –, mas quero cumprimentar V. Exª pela iniciativa. Acho que é muito bom estabelecermos debates de temas relevantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria fazer uma sugestão, Sr. Presidente. Eu pedi para entregar à Mesa quatro requerimentos de temas que julgo importantes que constem neste painel. V. Exª organizaria, de acordo com o calendário, o cronograma. Ainda há mais um tema cujo requerimento não terminei e que encaminharia na próxima semana.

Um dos requerimentos é para debater a venda de terra a estrangeiros. Acredito que é de interesse desta Comissão, assim como a segurança nacional. O outro requerimento é para debater os efeitos da Emenda Constitucional nº 95, a de limite de gastos, e a Operação Lava Jato na indústria de defesa do Brasil, que também acho relevante discutirmos aqui. Também a chamada aqui do Sr. Ministro Aloysio Nunes Ferreira, que não sei entraria neste ciclo de debate ou em uma audiência à parte, para falar sobre as diretrizes da política externa brasileira. Acredito que já deve estar preparada por V. Exª também a vinda dele. E o quarto seria sobre a renegociação do Acordo de Alcântara com os Estados Unidos, sob o prisma da defesa nacional e do desenvolvimento tecnológico brasileiro.

São os temas que eu gostaria que constasse dessa organização ...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pauta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso! Que constassem da pauta para aprovação na próxima quinta-feira e, se aprovados, que constassem do calendário do ciclo de debates.

E há ainda um requerimento que nós não conseguimos finalizar – vou trazê-lo na próxima semana –, que é sobre o satélite brasileiro recém-lançado e que – estou vendo pelo jornal – o Governo agora quer privatizar.

Acho que esta Comissão tem que se debruçar sobre esse tema, que tem interesse de segurança nacional. Foi uma solicitação inclusive das Forças Armadas brasileiras que nós tivéssemos um satélite de comunicação gerenciado pelo Governo, e não pela iniciativa privada. Penso que esse é um tema de fundamental importância para o nosso País e para a nossa segurança.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sem dúvida, Senadora Gleisi.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª.

S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero apoiar em parte a proposta da Senadora, porque esse é um tema fundamental.

Há 40 anos, Senador, ou há 30 mesmo, o Brasil era um dos países do segundo time das explorações espaciais. Segundo time; havia os grandes e nós. Hoje nós estamos em sétimo, décimo lugar. Nós estamos atrás de Paquistão, Coreia do Norte, Irã. Eu poderia citar muitos países. Creio que uma das tragédias brasileiras é como nós ficamos para trás nesse setor, apesar de termos o ITA, apesar de termos um produto como a Embraer e o CTA. Então, estou de acordo que nós precisamos trazer isso.

Só que eu acho que nós não podemos ficar na visão entre estatização e privatização. Nós vamos ter que descobrir uma maneira de entrar nesse debate mundial, nessa concorrência, em cooperação do setor privado com o setor estatal. Não vamos dar o salto nas mãos do Estado, até porque se esgotou a capacidade estatal brasileira de financiar projetos desse tipo. Um país como os Estados Unidos hoje já está dando um espaço grande ao setor privado na área de pesquisas espaciais. Tenho visto pelos jornais. Estão lançando satélites, estão lançando até turistas para irem à Lua, dar a volta. Eu vi, um dia desses, que dois turistas já pagaram para ir.

Pois bem. Eu creio que a Senadora Gleisi faz muito bem em trazer o tema. E devemos debater o tema, eu diria apenas, não no sentido de privatização ou estatização, mas de qual é o rumo que devemos seguir: a privatização – eu não acredito só nela –; a estatização, que demonstrou que não funciona, deixou o Brasil para trás; ou qual é a cooperação que podemos fazer, não apenas entre público e privado, mas também internacionalmente. Vamos conseguir dar saltos sem a Ucrânia, por exemplo, que tem um projeto conosco, que está parado por culpa nossa e não deles? Na hora de comprar os caças, por exemplo, foi preciso cooperação com os suecos – embora eu ache que, no caso dos caças, se tivéssemos dado dez anos, a Embraer seria capaz sozinha de desenvolver os caças, como a Índia hoje faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, eu apoio a proposta da Senadora Gleisi, mas a minha proposta é uma visão fora do tradicional choque entre privado ou estatal, nacional ou estrangeiro. É algo que misture tudo isso e faça o Brasil ser o centro do propósito, e não o Estado, e não o privado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Permita-me, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu não quero fazer a discussão do tema, mas eu acho relevante. Queria agradecer o apoio do Senador Cristovam, acho que nós temos que discutir, mas é um tema que preocupa bastante. O TeleSíntese traz que a Telebras vai privatizar os seus satélites para as grandes operadoras de telecomunicações, porque ela não se sente capaz de fazer a gestão.

Eu lembro, Senador Cristovam, que eu estava na Casa Civil quando nós discutimos o lançamento desse satélite, e houve um pedido específico das Forças Armadas, porque nós tínhamos um satélite que foi privatizado em 1999, por um preço pequeno inclusive. As Forças Armadas insistiram muito com a Presidenta Dilma que nós precisávamos lançar um satélite de comunicação gerenciado pelo Governo, por conta de segurança nacional.

Aí havia o componente da segurança nacional. Todos os países têm essa preocupação.

Nós investimos R$2 bilhões no lançamento desse satélite, importamos tecnologia, mandamos técnicos para a França, ou seja, nós nos preparamos. Se a Telebras não se sente capacitada para fazer a gestão, há outra empresa que foi criada para o lançamento desse satélite. Acho que temos de trazer aqui as pessoas responsáveis e de discutir sobre isso.

Duvido que, num processo de privatização, nós vamos conseguir recolocar os R$2 bilhões. Acho isso muito pouco provável. Então, a minha preocupação é essa. Já há um investimento enorme do Poder Público. E aí simplesmente entregar a gestão para as grandes empresas de telecomunicação, sendo que há esse fator da segurança nacional, da soberania?

É claro que vamos discutir isso, mas só estou levantando a preocupação e por que estamos pedindo essa audiência aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Permita-me, mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...dizer que acho que esse tema é tão importante, que, talvez, isso se justifique.

Primeiro, eu apoio a audiência. Segundo, quero dizer que uma coisa é o progresso e que outra coisa é a segurança nacional. É impossível, hoje, haver segurança nacional sem progresso, mas é possível haver progresso sem haver segurança nacional, se deixarmos nas mãos dos estrangeiros certas coisas que são do interesse e do zelo, sobretudo, das Forças Armadas. Hoje, estamos sem o progresso, e aí não temos segurança, mesmo que tudo esteja nas mãos de empresas brasileiras. Não teremos isso porque não vai haver o satélite. Então, não há segurança. Agora, com um satélite controlado por empresas estrangeiras, pode-se sacrificar a segurança, e aí a gente não pode aceitar.

Vamos debater como é que se faz isso, como é que se está fazendo isso em outros países. Como é que os americanos estão resolvendo o fato de que, para mandar alimentação para os seus astronautas, têm de pagar a um lançador soviético? Desculpem-me! Soviético é coisa do meu tempo. É um lançador russo. Então, vamos ver como está sendo feita essa cooperação internacional entre os grandes países. Eles abriram ou não mão da segurança?

Se não há progresso, não se dá segurança, mas precisamos construir o progresso sem sacrificar a segurança. Por isso, uma audiência como essa é positiva.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra S. Exª o Senador Pedro Chaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria de dizer que, na segunda-feira, foi autorizada por este Plenário a minha ida à Guiana Francesa, para exatamente eu ver o lançamento do foguete Ariane 5, com um satélite nacional. Esse satélite vai envolver R$2,1 bilhões. Em princípio, a ideia é ocupar mais de 50% de sua capacidade internamente, e a outra parte será comercializada. Então, acredito que existe um plano maior em relação a isso. Esse satélite será genuinamente nosso, mas será lançado da Guiana Francesa. Quero só informar aqui que não vamos ficar sem o nosso satélite, tão importante para as comunicações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado pela sua informação, Senador Pedro Chaves, o que demonstra que estamos avançando muito nesse campo das comunicações, no que está relacionado à segurança nacional.

Eu gostaria também de informar a S. Exª o Senador Cristovam Buarque que a Embraer já está a um passo de entrar na era supersônica. Dentro de mais um ou dois anos, a Embraer já estará com a tecnologia e com o conhecimento para dotar aeronaves de motores com capacidade supersônica.

Também quero dizer que a Embraer está agora com um grande projeto que envolve o interesse das Forças Armadas, especificamente da Aeronáutica, que é a construção do KC-390, que é um equipamento, uma aeronave de grande porte para transporte de tropas.

Já há dois protótipos em operação, fazendo a checagem e a finalização dos últimos aspectos que devem ser aperfeiçoados na aeronave, e, dentro de mais um ano, nós já teremos o primeiro definitivamente pronto, completo, para começar a servir às Forças Armadas brasileiras. Inclusive, essa aeronave já está com 150 unidades encomendadas por países do nosso Planeta, o que é uma demonstração de que a tecnologia brasileira vem avançando muito, sobretudo nessa área espacial e de aeronáutica.

Ao finalizar os trabalhos do dia de hoje, eu gostaria de agradecer penhoradamente a cada uma das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores que aqui estiveram presentes. Quanto ao quórum, eu não registrei ainda a minha presença, por isso está apontada no painel a presença de 16 – comigo, 17 – dos 19 Senadores que compõem o total de integrantes desta Comissão. Isso demonstra o interesse que as matérias hoje trazidas à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desperta em cada um dos integrantes do Senado Federal, bem como o interesse da sociedade brasileira.

Agradeço, portanto, a presença de cada um dos senhores. Sei do esforço que fizeram para estar aqui mais cedo do que o habitual, mas acredito que tenha sido bastante produtiva esta nossa reunião, e eu auspicio que continue assim a partir da próxima reunião, na quinta-feira que se aproxima.

Lembro que, de acordo com o requerimento aprovado no dia de hoje, estabelecendo a realização de um seminário, de um painel de debates todas as segundas-feiras, às 18h, neste plenário, nós iniciaremos esse ciclo de debates de painéis no próximo dia 27, deste mês, às 18h – segunda-feira, 27 de março –, no plenário desta Comissão, com o tema e palestrantes que ainda serão elaborados. Agora, nós temos mais ou menos um perfil daquilo que se deseja, de acordo com o que foi aqui demonstrado pela Comissão no dia de hoje, mas nós não podíamos convidar nenhuma pessoa, nenhuma autoridade para participar desse ciclo sem que antes houvesse a aprovação desse requerimento. Portanto, a partir de hoje, já faremos os convites àqueles que vão participar do primeiro tema do seminário, ou desse ciclo de debates.

Estamos abertos, a Presidência desta Comissão está aberta a sugestão, como foi agora há pouco demonstrado com a intervenção de S. Exª o Senador Roberto Requião, que solicitou um tema sobre soberania, juntamente com o Senador Cristovam Buarque. Desse modo, estaremos abertos não somente a acolher temas que venham a ser sugeridos por S. Exªs, como o fez a Senadora Gleisi – eu estava esquecendo –, que apresentou agora uma série de requerimentos, que serão apreciados na próxima reunião, também solicitando a inclusão de temas para debates, nesse ciclo que estaremos iniciando no próximo dia 27 de março, segunda-feira, às 18h, aqui nesta Comissão.

Portanto, mais uma vez, muito obrigado a V. Exªs pelo prestígio da presença que conferiram à nossa primeira reunião.

Dou por encerrada esta reunião, convocando os Srs. e as Srªs Senadoras para a nossa próxima reunião, na próxima quinta-feira, às 9h, neste plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2017.

Às nove horas do dia vinte e três de março de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves, Roberto Requião, Paulo Paim, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Hélio José. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente faz a leitura do REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7, de 2017, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Senador Fernando Collor de Mello (PTC-AL), a reativação dos trabalhos do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, aprovado pelo Senado Federal, por unanimidade, em 23 de fevereiro de 2016, quando a vice-presidente argentina, Gabriela Michetti, visitou o Senado. Esse interesse bilateral foi reafirmado, na recente visita do presidente Maurício Macri, a Brasília, no dia 7 de fevereiro último. Destaco o trabalho exemplar dos embaixadores Sergio Danese, do Brasil, em Buenos Aires, e Carlos Magariños, da Argentina, em Brasília, empenhados igualmente nessa agenda. Requeiro, portanto, à Vossa Excelência que a CRE encomende ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), com sede no Rio de Janeiro, a sugestão de uma pauta prioritária, considerando que essa instituição é liderada por ex-embaixadores que conhecem bem os interesses bilaterais, a saber: José Botafogo Gonçalves e Marcos Azambuja. Por fim, reitero, nesse processo, a inclusão de questões ligadas à defesa sanitária e vegetal por conta do protagonismo global dos dois países, no agronegócio." Lido. O Presidente faz a leitura de comunicado sobre o "Ciclo de Painéis de Debates – CRE 2017: O Brasil e a Ordem Internacional – Estender pontes ou erguer barreiras?". Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE: APRECIAÇÃO DO ATO Nº 7, DE 2017 – CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que consolida os Atos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que disciplinam regras e procedimentos internos de seus trabalhos. Aprovado. 2ª PARTE – DELIBERATIVA: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 2, de 2017, de autoria do Senador Roberto Requião, que "Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com objetivo de debaterem-se as seguintes questões: 1. Soberania nacional e política de Defesa em relação a recursos naturais: petróleo, minérios estratégicos, água e recursos humanos: educação, ciência e tecnologia; 2. Soberania nacional e política específica de Defesa: 3. Modernização das Forças Armadas; 4. A questão da internacionalização da terra no contexto da Defesa da Soberania Nacional; 5. Engenharia Nacional como instrumento de defesa da Soberania; 6. Políticas econômicas autônomas como expressão da soberania nacional." Aprovado. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 3, de 2017, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann e do Senador Roberto Requião, que "Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, com representantes do Ministério da Defesa, dos Comandos militares e da indústria de defesa, a serem definidos posteriormente, objetivando debater o impacto da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, da mudança de governo e da Operação Lava Jato na indústria de defesa do Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

particularmente sobre o projeto do submarino nuclear nacional." Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 4, de 2017, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann e do Senador Roberto Requião, que "Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, com representantes do Ministério da Defesa, dos Comandos Militares, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e da indústria aeroespacial, a serem definidos posteriormente, objetivando debater a renegociação do Acordo de Alcântara com os EUA, sob o prisma da Defesa Nacional e do desenvolvimento tecnológico brasileiro." Aprovado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, de 2017, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann e do Senador Roberto Requião, que "Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, com representantes do Ministério da Defesa e dos Comandos Militares, a serem definidos posteriormente, objetivando debater a venda de terras a estrangeiros, sob o prisma da Defesa Nacional." Aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, de 2017, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann e do Senador Roberto Requião, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senhor Aloysio Nunes Ferreira, com a finalidade de explanar sobre as diretrizes da política externa brasileira e temas afetos a sua pasta e atuação pública." Aprovado. ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2015, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que "Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências." Retirado de pauta. ITEM 7) MENSAGEM (SF) Nº 12, de 2017, de autoria do Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 8) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2017, de autoria do Senador Roberto Requião, que "Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata Voto de Pesar pelo terrível atentado terrorista que provocou a morte de quatro pessoas e deixou mais de quarenta feridos em Londres, capital do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte." Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado, com a subscrição de todos os membros desta Comissão. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. O Presidente faz a leitura dos comunicados: "Panorama internacional na palavra de especialistas: China e Estados Unidos"; "Guerra na Síria"; "União Europeia – 60 anos do Tratado de Roma". O Presidente concede a palavra ao Senador Jorge Viana, Vice-Presidente desta Comissão. Usa a palavra o Senador Pedro Chaves. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das duas reuniões anteriores a esta, que ficam dadas como lidas e aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e vinte e dois minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Leitura de requerimento.

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2017 - CRE

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Senador Fernando Collor de Mello (PTC-AL), a reativação dos trabalhos do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, aprovado pelo Senado Federal, por unanimidade, em 23 de fevereiro de 2016, quando a vice-presidente argentina, Gabriela Michetti, visitou o Senado. Esse interesse bilateral foi reafirmado, na recente visita do presidente Maurício Macri, a Brasília, no dia 7 de fevereiro último. Destaco o trabalho exemplar dos embaixadores Sergio Danese, do Brasil, em Buenos Aires, e Carlos Magariños, da Argentina, em Brasília, empenhados igualmente nessa agenda. Requeiro, portanto, à Vossa Excelência que a CRE encomende ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), com sede no Rio de Janeiro, a sugestão de uma pauta prioritária, considerando que essa instituição é liderada por ex-embaixadores que conhecem bem os interesses bilaterais, a saber: José Botafogo Gonçalves e Marcos Azambuja. Por fim, reitero, nesse processo, a inclusão de questões ligadas à defesa sanitária e vegetal por conta do protagonismo global dos dois países, no agronegócio.

Sala da Comissão,

Senadora Ana Amélia

Datado de hoje.

Feita a leitura desse requerimento, ele estará na pauta da próxima reunião para deliberação de S. Exªs, os senhores integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Comunicado.

Ciclo de Painéis de Debates – CRE 2017

O BRASIL E A ORDEM INTERNACIONAL

Estender pontes ou erguer barreiras?

O sistema internacional pós-Guerra Fria tem passado por significativas e intensas transformações nos últimos anos. O mundo assistiu atônito ao ano de 2017 iniciar-se com a uma superpotência do planeta sob novo governo, com mudanças nos rumos tanto das políticas públicas domésticas quanto da Política Externa. De fato, os especialistas ainda têm dificuldade de prever as ações do Presidente Donald Trump na condução das relações exteriores de seu país.

Se existe uma palavra que poderia resumir este início de Governo em Washington, é imprevisibilidade.

Na Europa, ainda surpreendida com a recente consulta popular que estabeleceu a saída do Reino Unido da União Europeia, discutem-se os destinos do bloco que, ao completar em 2017 sessenta anos de fundação [aí contado a partir do Tratado de Roma], passa pelos momentos mais críticos de seu processo de integração. De fato, os nacionalismos afloram, com motivações relacionadas à crise econômica e ao colapso do modelo da social-democracia e do Estado de bem-estar social, fundamentos da unidade europeia e norteadores do modelo de desenvolvimento da região, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Estaria a maior e mais bem-sucedida experiência de integração no Século XX prestes a naufragar? Os destinos da Europa também parecem incertos, com as pontes construídas pelos partidários da integração sendo substituídas por barreiras erguidas por movimentos nacionalistas e eurocéticos. Repita-se, nunca em sua história o Bloco Europeu esteve diante de desafios tão marcantes à sua existência.

A crise do modelo europeu de integração também suscita questionamentos sobre o multilateralismo nas relações internacionais e a viabilidade dos processos regionais de integração. Nesse contexto, indaga-se se existe espaço para grandes alianças regionais, como é o caso do Mercosul, criado em 1991 sob a égide de um projeto de integração e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

desenvolvimento das democracias sul-americanas. O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e o Acordo Transpacífico se veem ameaçados diante de fortes críticas por parte do Governo Trump. Já a Aliança do Pacífico, composta por países da América Latina que têm se desenvolvido rechaçando alternativas "bolivarianas", parece identificar oportunidades de crescimento e de novos acordos com as recentes mudanças em Washington. Qual o futuro dessas alianças? [Pergunta-se.]

Se o regionalismo parece perder força nas relações internacionais, o multilateralismo tampouco é percebido como solução. Assim é que, organizações prestigiosas como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização do Tratado de Atlântico Norte (OTAN) também passam por momentos de restruturação e de busca de alternativas para seus modelos de processo decisório. Nesse contexto, não são poucos os que criticam os foros multilaterais e defendem a alternativa bilateral como a melhor para os Estados modernos conduzirem as relações entre si.

No campo da Economia Internacional, crise ainda é uma palavra que se encontra no quotidiano de muitos países, inclusive das nações mais desenvolvidas. Como lidar com um sistema econômico internacional no qual as turbulências abalam mercados, o protecionismo ganha espaço em detrimento do livre comércio, as diferenças regionais se ampliam, a distância entre ricos e pobres se alarga, e as instituições internacionais parecem frágeis na busca de soluções conjuntas?

Nas esferas política e social, desafios deste início de século estão relacionados ao desemprego em muitos países, à queda do nível de renda das pessoas, a conflitos étnicos e ao crescimento do nacionalismo. Reflexo direto dessas questões é a crise da legitimidade da classe política em várias partes do globo, paralelamente ao surgimento de "alternativas" percebidas como radicais e, algumas vezes, contestatórias da democracia.

Estaria o modelo democrático ocidental passando por um momento de questionamento da sua eficácia como melhor alternativa para orientar os rumos da vida dos cidadãos?

Indubitavelmente, crise gera insegurança. No plano internacional, a questão da segurança ocupa um papel de destaque na agenda dos Estados. E se as chamadas "novas ameaças", como o crime organizado, a guerra cibernética e o terrorismo, ocupam papel de destaque na agenda sobre segurança internacional, também o fazem ameaças tradicionais relacionadas aos Estados, da guerra comercial ao conflito armado, passando pela espionagem, disputas fronteiriças, e pela interferência de uns países em assuntos internos de outros. Daí a necessidade de tratar desses assuntos e da preparação dos setores de Segurança, Defesa e Inteligência para que o Brasil possa se posicionar adequadamente no concerto das nações.

E como a segurança e o desenvolvimento não podem ser dissociados, fundamental que se conheça e se discuta as oportunidades e os obstáculos ao crescimento econômico, social e político do país. Afinal, segurança e desenvolvimento são aspectos essenciais à soberania nacional.

Pergunta-se, por exemplo, em que condições se encontra a Defesa Nacional do Brasil? Quais as oportunidades e os desafios para o estabelecimento de uma indústria nacional de defesa moderna, autônoma e competitiva no campo internacional? Que parcerias podem ser estabelecidas para o desenvolvimento de nossa indústria de defesa e qual papel dos investimentos em tecnologia nesse contexto? O que pode ser trazido desta indústria, em termos tecnológicos, para o setor civil? Continuamos claudicando em termos de Segurança Nacional e Defesa?

Fundamental à existência soberana de qualquer Estado é também o conhecimento de como atuam e quais são os interesses de outras potências no cenário internacional. Assim, entendemos relevante discutir como se conduzem atores como a Rússia e a China, bem como aqueles que se mostram como outros parceiros interessantes do Brasil, tanto em termos comerciais quanto geopolíticos. Destaque deve ser dado para o conjunto dos chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em suas relações internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Também nações que podem se consolidar como parceiros e ainda nossos aliados tradicionais merecem atenção.
Entre os principais temas da agenda internacional de nossos dias está, certamente, a questão das migrações. A Europa, por exemplo, tem presenciado fluxos de pessoas que chegam àquele continente fugindo de guerras, da miséria e da violência. Esses imigrantes têm despertado tanto a solidariedade quando a repulsa por parte dos europeus, em uma atmosfera de medo, ignorância e desconfiança, tudo isso culminado em conflito e em uma crise social sem precedentes na Europa unificada.
Medo, desconfiança e ignorância também se mostram presentes na maneira como muitos imigrantes são vistos na maior economia do planeta. A situação dos estrangeiros, em particular dos imigrantes ilegais, agravou-se em 2017 nos Estados Unidos, em razão de medidas mais rígidas do novo Governo daquele país para tratar da questão.
Meio ambiente é outro tema que deve ser considerado ao se discutir relações internacionais e soberania, particularmente no caso do Brasil.
Como se encontra o sistema internacional desde que o Brasil sediou, há 25 anos, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92 e, recentemente, com a Rio+20? Que avanços [ou eventuais] retrocessos [poderão haver] no campo ambiental? Vivemos em um mundo mais sustentável em 2017? E como se posicionam as grandes potências nesse contexto?
É sobre esse cenário internacional de instabilidade, insegurança e incerteza, mas também de grandes oportunidades para qualquer país que esteja disposto a ocupar um papel de destaque e a liderar outras nações nessa tormenta, que pretendemos tratar na série de painéis intitulada "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?".
Trata-se de um ciclo de conferências promovidas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, sobre temas variados relacionados ao seu campo de atuação. Para tanto, serão convidados especialistas de renome provenientes da sociedade civil, com o objetivo de apresentar sua perspectiva e contribuir para o debate no Parlamento. O objetivo, como se vê, é o de jogar luzes em todos os cenários possíveis
Assim, entre os palestrantes, teremos diplomatas (optamos por convidar aqueles com vasta experiência e reconhecimento, mas que não estão mais ocupando postos no Governo), acadêmicos, jornalistas, pesquisadores e profissionais que têm em Relações Internacionais e Defesa Nacional seu objeto de estudo e reflexão.
Nesse sentido, buscamos estabelecer temática abrangente, com os principais assuntos da agenda internacional e de Defesa que entendemos interessantes para [discutir sobre] o Brasil [nesta época de dilema entre estender pontes ou erguer barreiras].

O segundo comunicado, também sobre a questão do ciclo de painéis e debates, é apenas para informar a todas as Srªs e os Srs. Senadores e aqueles que nos assistem e nos ouvem neste momento, que, no ciclo no debates intitulado "O Brasil e a ordem internacional: estender pontes ou construir barreiras?", esses painéis ocorrerão quinzenalmente, sempre às segundas-feiras, a partir das 18h, na sala de reunião da Comissão de Relações Exteriores, ou seja, neste plenário 7 da Ala Alexandre Costa.

O primeiro Painel tem como tema Tempestade ou Calmaria? A configuração da Ordem Internacional Contemporânea e a atuação do Brasil, e contará com a participação, como palestrantes, dos Embaixadores Rubens Barbosa e Gelson Fonseca Júnior, e do professor da UnB Dr. Eduardo Viola.
Como se trata de evento público e transmitido pelos canais de comunicação do Senado Federal, a população poderá participar enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da Internet, no portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/eCidadania.
Com certeza, pelas experiências anteriores tanto nesta Comissão, como na Comissão de Serviços de Infraestrutura que [tive a honra de presidir] por duas oportunidades, a participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Agradecendo a V. Exªs a paciência por ouvirem a leitura desses comunicados, passamos a nossa pauta.

A primeira parte: apreciação do Ato nº 7, de 2017, desta Comissão.

Esse ato consolida os atos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que disciplinam regras e procedimentos internos de seus trabalhos.

Conforme comunicado na reunião passada, esta Presidência apresentou para deliberação hoje um ato de consolidação de todos os demais atos da Comissão e respectivos dispositivos ainda em vigor. Como dito anteriormente, as alterações, não só regimentais, mas também dos próprios atos normativos promovidos ao longo dos últimos anos, fizeram-nos perceber a necessidade de uma reorganização desse arcabouço de regras internas, de modo a dar maior compreensão daquilo que de fato está vigorando. O objetivo é facilitar a condução e o assessoramento dos nossos trabalhos.

Nesse sentido, foi divulgado preliminarmente, com a pauta da reunião de hoje, o Ato nº 7, de 2017, contemplando a consolidação dessas normas internas, ou seja, os dispositivos de todos os atos anteriores que ainda estão em vigor e que não foram subsidiariamente recepcionados pelo Regimento Interno.

É importante destacar mais uma vez que o objetivo é tão somente o de consolidar e adaptar as normas em vigor em um único ato. Portanto, não foram propostas novas regras ou alterações de mérito daquele arcabouço já utilizado internamente pela Comissão. Eventuais ajustes são de redação ou de técnica legislativa, como V. Exªs podem observar no quadro comparativo que está sendo distribuído – acredito que todos os senhores já o tenham em mãos.

O Senador Fernando Bezerra pediu a palavra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não.

Presidente, eu apenas fiz uma leitura rápida sobre esse Ato nº 7 e vi que o art. 2º disciplina o horário de funcionamento desta Comissão. E percebo que há a indicação de a abertura dos trabalhos se dar às 10h. V. Exª tinha sugerido às 9h.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – Não; 9h.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Está no art. 2º.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Foi um erro de redação, Senador. Desculpe.

Onde os senhores leem, nesse art. 2º, "quintas-feiras, às 10 (dez) horas", por favor, leiam "9 (nove) horas". Desculpem o equívoco.

Mais alguém desejaria discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a apreciação desse ato, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Segunda parte: deliberativa.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 2, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com objetivo de debaterem-se as seguintes questões:

1. Soberania nacional e política de Defesa em relação a recursos naturais: petróleo, minérios estratégicos, água e recursos humanos: educação, ciência e tecnologia;

2. Soberania nacional e política específica de Defesa:

3. Modernização das Forças Armadas;

4. A questão da internacionalização da terra no contexto da Defesa da Soberania Nacional;

5. Engenharia Nacional como instrumento de defesa da Soberania;

6. Políticas econômicas autônomas como expressão da soberania nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Autoria: Senador Roberto Requião

Coloco em votação o requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, percebo que há um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Para discutir, tem a palavra S. Exª o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Percebo que há um requerimento da Senadora Gleisi Hoffmann praticamente do mesmo teor de um dos pontos que é sugerido ou solicitado pelo Senador Roberto Requião, no que diz respeito à questão da internacionalização da terra no contexto da defesa da soberania. A Senadora Gleisi vai na mesma direção. Então, se formos aprovar o requerimento de Requião, peço que consideremos apensado esse requerimento da Senadora Gleisi, que me parece tratar do mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Como um desses requerimentos foi apresentado por S. Exª o Senador Roberto Requião e como quatro outros foram apresentados por S. Exª a Senadora Gleisi Hoffmann, sugiro o que já é de praxe nos nossos trabalhos: que aprovemos ou não os requerimentos; sendo aprovados os requerimentos de autores diversos tratando de um mesmo assunto, haveremos de fazer o cotejo e de oferecer depois uma proposta de audiência pública aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras, se os senhores concordarem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu só queria esclarecer que a intenção dessa espécie de seminário que proponho não é a de uma acareação. Então, a critério da Mesa, deveríamos fazer as reuniões. Por exemplo, sugeri a oitiva dos três Ministros militares. Isso podíamos fazer em conjunto. Propus uma audiência com o Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, e com Celso Amorim. Acho que não deveríamos fazer uma reunião conjunta com os dois, o ex-Ministro e o Ministro, porque a intenção não é a de fazer uma acareação, a intenção é a de fazer um esclarecimento sobre doutrinas e práticas nas relações exteriores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente. Está entendido, Senador Roberto Requião.

O que nós iremos propor? A partir da leitura dos requerimentos e da sua eventual aprovação – acredito que haja a aprovação unânime deste Plenário –, haveremos também de sugerir se não poderemos incluir esses temas nesse ciclo de debates que faremos. Talvez, esse fosse um cotejo mais objetivo, para que nós alcançássemos êxito nessa nossa intenção, no caso especificamente de S. Exª o Senador Roberto Requião.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o requerimento que faz parte do item 1 da nossa pauta, de autoria de S. Exª o Senador Roberto Requião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 3, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, §2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, com representantes do Ministério da Defesa, dos Comandos militares e da indústria de defesa, a serem definidos posteriormente, objetivando debater o impacto da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, da mudança de governo e da Operação Lava Jato na indústria de defesa do Brasil, particularmente sobre o projeto do submarino nuclear nacional.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Para discutir S. Exª o Senador Pedro Chaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nosso bom-dia. Eu gostaria de saber a respeito, segundo o requerimento, da presença não dos Ministros mas dos representantes. Será que é essa a intenção da Senadora Gleisi ou do Ministro da Defesa?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Aqui, pelo que consta do requerimento de S. Exª a Senadora Gleisi, está estabelecido com representantes do Ministério da Defesa, dos Comandos militares e da indústria de defesa. Então, o entendimento é de que sim, serão representantes. Poderão vir os próprios ministros, ou melhor dizendo, não são ministros militares, são hoje os comandantes militares ou representantes que eles indicarem para estarem aqui presentes.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Antes, com a palavra S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Estou conversando aqui com o Senador Fernando Bezerra, e a prática do Regimento é que, para votar os requerimentos, o autor teria de estar presente na reunião.

Só estou fazendo essa observação para que não haja depois uma interposição de qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade. Tem razão; V. Exªs têm toda a razão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Em função da fluência rápida dos assuntos da Comissão, eu subscrevo os requerimentos em que o autor não estiver presente nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem, S. Exª Senador Roberto Requião, muito obrigado, mas V. Exªs, Senador Flexa e Senador Fernando Bezerra, têm razão. Nós estávamos fazendo a leitura desses requerimentos, acreditando dar uma maior celeridade e por não serem requerimentos tão polêmicos.

Em geral, quando o requerimento tem alguma polêmica, nós exigimos a presença do autor do requerimento, mas, quando são requerimentos pedindo audiências públicas como essas, nós estamos relevando essa questão e fazendo a sua leitura.

Mas, agora, agradeço a S. Exª o Senador Roberto Requião, porque ele subscreve os presentes requerimentos de autoria de S. Exª a Senadora Gleisi Hoffmann.

Portanto poderemos dar prosseguimento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – E o faço, Presidente, porque eles são compatíveis com os assuntos que nós estamos discutindo no requerimento que eu mesmo fiz e no que V. Exª apresentou para o seminário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Então isso levaria a uma discussão posterior e atrasaria o meu requerimento e o de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Está muito bem.

Muito obrigado a S. Exª.

Podemos continuar, Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, não há nenhuma restrição quanto ao conteúdo do mérito do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Está entendido, perfeitamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É só para manter a...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Observância.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ...normatização que a Comissão sempre fez cumprir, e a subscrição do Senador Requião resolve essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, e a S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho.

Então, continuando.

Em votação o Requerimento nº 3, de 2017, de autoria de S. Exª a Senadora Gleisi Hoffmann.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de S. Exª a Senadora Gleisi Hoffmann e subscrito por S. Exª o Senador Roberto Requião permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Item 3 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 4, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, com representantes do Ministério da Defesa, dos Comandos Militares, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e da indústria aeroespacial, a serem definidos posteriormente, objetivando debater a renegociação do Acordo de Alcântara com os EUA, sob o prisma da Defesa Nacional e do desenvolvimento tecnológico brasileiro.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

O requerimento é subscrito também pelo Senador Roberto Requião.

Coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Uma questão singela, mas importante para todos nós.

Acaba de chegar a Senadora Ana Amélia, aniversariante do dia. Então, se V. Exª me permite, meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, que é querida por todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Parabéns, Senadora Ana Amélia. Em nome de todos os integrantes da Comissão, parabéns!

Muito bem lembrado, Senador Antonio Anastasia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muita obrigada, colega Senador Anastasia; obrigada, Presidente pela gentileza, pelo seu amável cartão. O Presidente Eunício acabou de me ligar. É muito agradável o afeto. Essa é a parte boa do aniversário, porque a outra é mais rugas, mais cabelos brancos e todo o resto que advém disso. (*Risos.*)

Muito obrigada. Espero que a experiência conte mais do que todos os outros.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone*.) – Estaremos todos no jantar. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Felicidades para V. Exª, Senadora Ana Amélia.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, com representantes do Ministério da Defesa e dos Comandos Militares, a serem definidos posteriormente, objetivando debater a venda de terras a estrangeiros, sob o prisma da Defesa Nacional.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Autoria de S. Exª Senadora Gleisi Hoffmann, como disse, subscrito este requerimento também por S. Exª o Senador Roberto Requião.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 5, Requerimento nº 6, também de autoria de S. Exª Senadora Gleisi Hoffmann, subscrito por S. Exª Senador Roberto Requião.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senhor Aloysio Nunes Ferreira, com a finalidade de explanar sobre as diretrizes da política externa brasileira e temas afetos a sua pasta e atuação pública.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda Substitutiva n.º 1 - CRA.

Observações:

1. Em 14/03/2017, foi concedida vista coletiva.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – No item 6, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze e relatoria do Senador Ronaldo Caiado, há algumas questões a serem debatidas no mérito do projeto.

Então, como o Senador não está presente, eu pediria a V. Exª que o retirasse de pauta para que, em uma próxima reunião com a presença do Senador Ronaldo Caiado, ele possa ler o seu parecer e abrir a discussão sobre a matéria, com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu até teria um encaminhamento diferente. Esse projeto precisa ser urgentemente rejeitado, não se deve aguardar para deliberar sobre isso, em função da confusão que está toda a exportação de carne brasileira, sofrendo restrições, retaliações, pelos eventos que todos aqui reconhecem em razão de operação da Polícia Federal.

Ocorre que esse projeto de lei está abandonando o princípio que vem dos acordos comerciais assinados pelo Brasil com a Organização Mundial do Comércio, no sentido de que o produto importado tem que ter o mesmo tratamento do produto nacional. Só este debate aqui já gera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

insegurança sobre se isso pode ser um instrumento de reação do Governo brasileiro em relação ao que está ocorrendo com a exportação da nossa carne.

Então, não sei se devemos submetê-lo já à votação, com a designação por V. Exª de um relator *ad hoc* pela ausência do Senador Ronaldo Caiado, ou se devemos aguardar. Mas acho que é, digamos assim, importante que a matéria seja urgentemente pautada, para que ela possa receber uma clara negativa de seguir essa tramitação, para não criar ainda mais ruídos neste momento tão delicado que o agronegócio brasileiro vem passando.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Fernando Bezerra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de corroborar com os argumento, no mérito, do eminente Senador Fernando Bezerra, tendo em vista que o projeto, aparentemente, contraria os interesses nacionais, na medida em que ele, de fato, coloca barreiras que não são previstas nos nossos tratados, cria dificuldades para a nossa política agropecuária e, em especial, em um momento que a nossa chancelaria, o Itamaraty, se empenha tanto, junto com os outros órgãos do Governo, para derrubar barreiras ilegais, semelhantes, que eventualmente existam em outros países.

Então, de fato, é muito danoso. A nossa posição será robustamente contrária, mas aguardaremos a decisão de V. Exª sobre a manifestação hoje ou em um momento que estiver presente o Relator, Senador Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Pela ordem, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, claro, a manifestação do Senador Fernando Bezerra e do Senador Antonio Anastasia é fundamentada no código de comércio da OMC. Entendo também que existem outras maneiras, no comércio internacional, de se estabelecer diferença de tratamento, considerando a chamada reciprocidade do país com o qual nós temos relação.

Eu penso que o caso da carne, que foi mencionado aqui, é um exemplo disso.

Estamos discutindo o que não deveríamos estar discutindo, que é o sistema de defesa sanitária agropecuária brasileiro, que é de qualidade reconhecida internacionalmente, inclusive pela Organização Mundial de Saúde Animal, com sede em Paris.

Além disso, o Ministro da Agricultura, no episódio da carne, foi muito pontual, quando um país da região disse que suspenderia toda a importação de carne, não apenas a proveniente das instalações industriais que estavam sob investigação. Então, é uma medida mais ampla e com um tratamento comercial que também fere um pouco esses tratados.

Dito isso, quero mencionar que há a capacidade de o Poder Executivo, nesses casos ou noutros semelhantes, de o Governo tomar pontualmente a decisão para resguardar a soberania e o interesse nacional, porque em nome desses interesses, às vezes, nós nos curvamos ao interesse estrangeiro e nem sempre estamos de acordo com aquilo que a sociedade ou os produtores rurais e a indústria brasileira estão esperando dos governantes. Então, penso que é possível, sim, pelo Poder Executivo, tomar medidas pontuais em casos como o que aconteceu recentemente.

A atitude do Ministro Blairo Maggi, nosso colega Senador, foi adequada exatamente na medida do tratamento dado, porque no comércio internacional a regra que prevalece é a do toma lá, dá cá, simplificando essa relação de comércio global. Então, eu considero muito adequadas as ponderações do Senador Fernando Bezerra e também do Senador Antonio Anastasia sobre o mesmo tema, já suscitado, aliás, na reunião anterior, quando foi apresentado o relatório do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Pela ordem, com a palavra S. Exª o Senador Pedro Chaves. Logo em seguida, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Presidente, estou na mesma linha do Senador Fernando Bezerra. Eu acho que temos diversos convênios com países, e nesses convênios fala-se muito em amostragem, na forma de tratamento de produtos da proteína animal, etc. Acho que, se aprovarmos esse projeto, teríamos inevitavelmente problemas muito graves com os demais países e um rigor exagerado, o que contraria fundamentalmente a OMC. Então, estou na linha do Fernando Bezerra de que a gente deva rejeitar de plano esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Presidente, meu entendimento sobre o mérito do projeto é que concordo com todos os Senadores e a Senadora que me antecederam. O projeto do Deputado, relatado pelo Senador Ronaldo Caiado, fere os acordos internacionais da OMC, do Mercosul, quando dá tratamento diferenciado para os produtos nacionais e os importados.

Eu só não queria discutir sem a presença do Relator, o Senador Ronaldo Caiado, que é a favor do projeto. Nós estamos contrários. Portanto, eu gostaria de debater com ele.

Como ele está chegando agora, resolveu-se todo o problema. Já podemos dar sequência ao item pautado por V. Exª, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Vamos aguardar, então, que S. Exª o Senador Ronaldo Caiado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Nós podemos fazer o seguinte: com a aquiescência do Plenário, nós podemos, então, retirar o item de pauta e colocá-lo numa próxima reunião, com a presença do Senador Ronaldo Caiado, tendo colhido as observações dos Srs. Senadores e da Srª Senadora, para que ele faça um juízo a esse respeito e nos traga aqui uma resposta na próxima reunião.

Então, com a aquiescência de todos, fica retirado de pauta o item 6, o Projeto de Lei da Câmara nº 49, para ser trazido na nossa próxima reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, apenas para concluir, pela ordem. Acho que não podemos desmerecer o propósito do autor, Deputado do Rio Grande do Sul, do meu Partido, no sentido da proteção dos produtores brasileiros, já que há desigualdade no tratamento em relação a várias questões, não só sanitárias, mas também questões ambientais nos países dos quais nós importamos esses produtos, dos quais ele sugere uma fiscalização igual à que é submetido o produto brasileiro.

Então, quero fazer este registro pelo mérito, pelo objetivo que teve o autor da proposta, Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem, Senadora Ana Amélia, fica registrada sua observação a respeito da posição do autor deste projeto de lei que é oriundo da Câmara, Deputado Luis Carlos Heinze.

ITEM 7
MENSAGEM (SF) Nº 12, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ele já vai encontrar essa questão da carne lá quando chegar.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Sr. Presidente, peço licença para antes de entrar na leitura fazer um pequeno comentário sobre sua fala na abertura desta reunião, que achei muito interessante. O senhor fala da instabilidade que temos hoje, que nem sabemos se o futuro será o da globalização universal ou regional diante do que está acontecendo em alguns países. Pessoalmente – não tenho maneira de mostrar que estou certo – eu acho que essas retrações localizadas, regionalizadas, vão ser passageiras. A tendência do mundo é, de fato, a globalização mais ampla, respeitando as soberanias, não apenas das nações, mas até mesmo dos pequenos povos e das diversas tribos – chamemos assim por falta de outra palavra.

Pois bem, eu creio que de uma coisa a gente pode ter certeza: fortalecendo o regional ou fortalecendo o global, inserindo-se o Brasil no regional ou no global, a nossa inserção será positiva se tivermos aquele que é o maior de todos os recursos, que é a ciência e a tecnologia, as quais vêm da educação.

Então, nessa instabilidade geral de falta de qual estratégia o futuro vai nos trazer, uma coisa a meu ver é certa: o país sem educação é um país que não vai ter futuro nem na inserção localizada nem na inserção universal.

Além disso, acho que vale a pena chamar atenção para os riscos de pequenos gestos arranharem, de uma maneira que não vou dizer definitiva, mas muito grave, esse processo. E nós estamos sendo vítimas disso. Um grupo pequeno de funcionários irresponsáveis, corruptos, terminaram gerando um prejuízo incalculável no caminho do Brasil à globalização, no caso dessa operação. É claro, uniu-se a esses irresponsáveis a espetacularização como hoje são efetuados os gestos da polícia, do Ministério Público, de cada um, de tudo. Hoje, a gente vive no mundo da espetacularização. Então, um pequeníssimo gesto de corrupção – pequeníssimo de tamanho, não na gravidade; na gravidade, qualquer corrupção é grave –, um fato bem localizado, pontual, melhor dito, termina gerando bilhões e bilhões de prejuízo e anos e anos, não sabemos quantos, para recuperar-se. Pode ser rápido ou não. Então, essa é a instabilidade em que na sua fala o senhor tocou.

Para mim, é preciso o Brasil despertar cada vez mais para o fato de que, qualquer que seja o rumo, é a educação que vai trazer a solução do problema. Se, em vez de "carne seca" essa operação fosse "celular seco", não haveria tanto problema, porque não é preciso Anvisa, não é preciso fiscalização sanitária. Se um bicho deste aqui fica ruim, a empresa recolhe, e está tudo resolvido. Ou seja, a dependência primária do Brasil, por incapacidade de sermos um país de alta tecnologia... Embora seja preciso dizer que a nossa produção agrícola tem alta tecnologia no processo de produção, como o da soja, mas não no produto. Soja é soja. É igual, sempre com pequenas mutações genéticas. A maneira de fazer é que se modernizou de forma muito radical, graças à ciência e à tecnologia da Embrapa.

Isto é o que a gente precisa trazer a esta Comissão de Defesa Nacional: o sistema educacional brasileiro é uma questão de defesa nacional. A gente esquece. A gente acha que educação é coisa de professor. Não; é tanto de nação como as questões de soldados. As questões de soldados, de Forças Armadas são questões nacionais. Educação também. E a sua fala me despertou para isto: os riscos serão maiores quanto menor seja o nosso desempenho na educação.

Fica aqui esse meu comentário à sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Passo a ler o relatório da indicação do Sr. Carlos Sérgio Sobral Duarte, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

Nós recebemos, esta Casa, a mensagem para deliberar sobre essa indicação.

A Constituição, claramente, atribui essa competência privativa ao Senado Federal – o que não é comum em outros países, mas eu acho uma prática muito saudável, salutar, no caso definido pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Constituição brasileira – a fim de atender ao preceito regimental para a sabatina, analisando o *curriculum vitae* que nós recebemos do Poder Executivo.

O Sr. Carlos Sérgio Sobral Duarte nasceu no Rio de Janeiro em 1959, filho de Sérgio de Queiroz Duarte e Lucia Maria Sobral Duarte.

Bacharel em Economia pela Universidade de Sussex, na Inglaterra, em 1980, iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1983, após concluir o Curso de Preparação à Carreira Diplomática no ano anterior. Em 2002, finalizou o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com o trabalho: "O Brasil Estado-Parte no Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP)".

Ascendeu a Segundo-Secretário, em 1987; a Primeiro-Secretário, em 1993; a Conselheiro, em 1999; a Ministro de Segunda Classe, em 2004; e a Ministro de Primeira Classe, em 2010, sempre por merecimento.

Ocupou várias funções de relevo. Fez parte da Assessoria Diplomática da Presidência da República (1993-95); foi Primeiro Secretário na Delegação Permanente em Genebra; Primeiro Secretário e Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires; Assessor no Gabinete do Ministro; Chefe da Divisão das Nações Unidas; Ministro-Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas; Diretor do Departamento de Organismos Internacionais; Embaixador na Embaixada em Nova Delhi; Embaixador na Missão junto às Nações Unidas (desde 2015).

O diplomata recebeu, do Brasil, as seguintes condecorações: Ordem de Rio Branco no grau de Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico; Ordem do Mérito Naval; e Ordem do Mérito da Defesa no grau de Comendador.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre o Chile, sua política interna e externa, bem como acerca de suas relações com o Brasil, do qual extraímos uma síntese.

Não houve tempo do Itamaraty para incluir, nos dados, a crise atual com o Chile por conta da interrupção de importação de nossa carne por parte daquele país.

O Brasil mantém antigo e sólido relacionamento bilateral com esse país. O intercâmbio comercial atingiu seu ápice em 2011, com US$10 bilhões, sempre em balança comercial equilibrada. Em 2016, esse fluxo caiu para US$7 bilhões, mantendo-se o perfil de equilíbrio.

Em ordem de importância, o Chile é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América Latina, para o qual exportamos principalmente óleos brutos de petróleo, automóveis, carnes e tratores. Já o Brasil importa do Chile sobretudo derivados de cobre, salmão e vinhos.

Igualmente, o Brasil é de grande atração para o Chile, sendo o local no mundo de maior estoque de investimentos externos deste país, ultrapassando a soma de US$27 bilhões.

Nesse sentido, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), assinado em 23 de novembro de 2015, por ocasião de visita do então Ministro do Desenvolvimento, nosso colega Armando Monteiro, facilitará o investimento mútuo. Devo dizer que, no momento da elaboração disso aqui, não tinha sido aprovado – porque foi ontem, eu creio – o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, que foi assinado, como eu disse aqui, em 23 de novembro de 2015, foi aprovado na Câmara e virá para cá agora.

Ademais, informa o Itamaraty que estão em negociação outros acordos.

Recentemente, com a constituição da Aliança do Pacífico, em 2012, houve maior contato dos países que a constituem com o Mercosul, o que tem sido acentuado igualmente como reflexo da retração estadunidense protagonizada pelo Presidente Donald Trump.

O discurso de posse do novo chanceler brasileiro, Ministro Aloysio Nunes Ferreira, no último dia 7 de março, enfatizou a importância de dar seguimento às ações de maior aproximação entre o Mercosul e os países da Aliança do Pacífico – na linha do que o senhor falou hoje de manhã, de uma maneira mais geral – e anunciou para o começo de abril um encontro com os chanceleres de Chile, Colômbia, México e Peru.

Eu, pessoalmente, não tenho dúvida de que Trump pode prestar esse grande serviço ao Brasil, de ampliar as nossas alianças comerciais além do Pacífico, o que nós deixamos de lado nos últimos tempos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Esse movimento é crucial, uma vez que o Chile, habituado a celebrar acordos de livre comércio, talvez o primeiro país da América Latina a dar um salto no livre comércio algumas décadas atrás... Nós só começamos, a meu ver, quando o senhor foi Presidente, quando deu os primeiros saltos nessa integração.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Hoje o Chile tem acordo com mais de 60 países, e 90% de suas exportações são destinadas a estes parceiros comerciais.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar, em caráter secreto, sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, Relator da Mensagem do Senado Federal nº 12, de 2017, que indica o Sr. Carlos Sérgio Sobral Duarte, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Essa matéria voltará na pauta da próxima reunião para deliberação do Plenário desta Comissão.

Mais um requerimento, que passo a ler, de autoria de S. Exª o Senador Roberto Requião.

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO Nº , de 2017

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata Voto de Pesar pelo terrível atentado terrorista que provocou a morte de quatro pessoas e deixou mais de quarenta feridos em Londres, capital do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Autoria: Roberto Requião

Justificação.

Infelizmente, atentados terroristas vêm se sucedendo com alarmante frequência, não apenas na Europa, mas também e sobretudo no Oriente Médio, na África e no sul da Ásia. Esse padrão mundial de violência cega e indiscriminada, dirigida cruelmente contra vítimas inocentes, atenta contra os princípios mais básicos da democracia e da civilização.

O terrível atentado ocorrido no dia 22 de março do corrente em Londres insere-se nesse padrão perverso de violência e provoca em todas as consciências estupor e horror. Mais uma vez, pessoas inocentes pagam o preço maior, que é o de suas próprias vidas, por conflitos políticos, religiosos e culturais que poderiam ser amenizados com ações e medidas mais racionais para dirimir controvérsias no plano mundial.

O Brasil, país de paz, que adota o princípio da solução negociada e pacífica de controvérsias como fundamento de sua presença no mundo, vê com muita apreensão esta escalada insensata de violência.

O Senado Federal da República Federativa do Brasil, ecoando a consciência nacional, expressa seu imenso pesar pelas vítimas inocentes e seu mais veemente repúdio ao atentado grotesco e desumano. O Senado também expressa sua convicção de que o povo e o governo britânicos saberão superar com coragem e determinação, como já fizeram no passado, o trauma dessa nova agressão inominável.

Por último, o Senado da República Federativa do Brasil envia orações e palavras de conforto a todas as vítimas do atentado terrorista.

Tendo em vista a oportunidade do tema, e por o fato ter realmente chocado todos nós e o mundo inteiro, sobretudo nós, um País credenciado para falar da paz hoje no concerto das nações, proponho que esse requerimento de S. Exª o Senador Roberto Requião seja colocado em deliberação nesta reunião, se os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras assim acharem conveniente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Poderemos colocá-lo em votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Perfeitamente!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Coloco em discussão o requerimento.

Com a palavra S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Antes da sua iniciativa, eu ia pedir para subscrever o requerimento do Senador Requião. Pela urgência, é preciso que a manifestação ocorra a tempo.

Concordo com os termos do requerimento do Senador. Estamos vivendo tempos muito difíceis do ponto de vista global. O problema do fluxo migratório na Europa é uma questão grave. Nós, aqui, estamos vivendo a questão de Roraima, com os venezuelanos. Então, é preciso uma nova visão, um novo entendimento sobre este momento dramático que está vivendo o mundo, não apenas a nossa região, mas o mundo.

Acho que o requerimento do Senador faz todo o sentido, e é próprio, oportuno e necessário, no mínimo, para hipotecar solidariedade a vítimas inocentes, que, ali passando, perderam a vida, num ato, como ele disse e descreveu bem, insano, inexplicável, selvagem, injustificável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Em votação esse requerimento de autoria do Sr. Senador Roberto Requião, originalmente, subscrito também por S. Exªs os Senadores Antonio Anastasia e Fernando Bezerra Coelho.

Pela ordem, têm a palavra S. Exªs o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Pedro Chaves e o Senador Lasier.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É para subscrever.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – A minha sugestão é a de que esse requerimento seja subscrito pela totalidade dos membros da Comissão e seja, depois de aprovado, enviado ao Embaixador da Inglaterra no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Coloco à apreciação das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores a postulação de S. Exª o Senador Roberto Requião.

Se estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a sugestão de S. Exª o Senador Roberto Requião de que esse requerimento se transforme num requerimento apresentado pela integralidade dos membros desta Comissão e de que ele seja, imediatamente, enviado ao chefe da missão diplomática do Reino Unido em Brasília.

Continuando, tem a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O Senador Flexa Ribeiro acrescenta que ele seja enviado também para o Governo inglês na pessoa da Rainha, que representa o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Na pessoa...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Da Rainha.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não.

Então, há o acréscimo de que também seja encaminhado, por sugestão de S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, à Sua Majestade Rainha Elizabeth II, da Grã-Bretanha.

Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria tão somente agradecer a V. Exª a leitura do requerimento de minha autoria sobre as relações entre Brasil e Argentina no âmbito da Comissão Parlamentar Mista Bilateral e informar aos colegas Senadores que tive a oportunidade de conversar com o Embaixador da Argentina no Brasil, Embaixador Carlos Magariños, e também com o Embaixador brasileiro em Bueno Aires, Sérgio Danese, de grata lembrança na convivência com esta Comissão de Relações Exteriores, e a eles sugeri também uma agenda de interesse bilateral.

Nessa conversa que eu repassei a V. Exª, em uma visita que fiz ao seu gabinete a propósito deste tema, foi sugerido que, como foi dito no requerimento, conversássemos com os dirigentes do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), cujos integrantes, dois deles, foram embaixadores do Brasil na Argentina, particularmente José Botafogo Gonçalves e Marcos Azambuja, para que também eles, com a experiência que têm no campo diplomático e da relação econômica com a Argentina, pudessem oferecer algum subsídio para o estabelecimento de uma pauta, para que não seja apenas uma visita formal de lá, sem um conteúdo específico dessa relação.

Ademais, por conta da crise que estamos vivendo em relação à operação da carne, a Argentina e o Brasil são os maiores protagonistas neste mercado. Então, o próprio Embaixador da Argentina voltou a enfatizar a necessidade de um acordo bilateral no campo da defesa fitossanitária animal e vegetal, que seria muito importante para fortalecer, considerando também o momento que vivemos, a expectativa de um acordo entre Mercosul e União Europeia – agora, evidentemente, distanciado em função desses episódios. De qualquer maneira, temos de trabalhar, penso, nessa agenda

Quero agradecer a V. Exª por ter feito a leitura e por submeter, na próxima reunião da CRE, aos colegas Senadores e Senadoras essa proposta de reativação desse acordo bilateral ou dessa Frente Parlamentar Brasil-Argentina de Senadores.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Outros comunicados.

Panorama internacional na palavra de especialistas: China e Estados Unidos.

O futuro do mundo depende decisivamente das relações entre os Estados Unidos, um país jovem e uma superpotência constituída, e a China, um império antigo e uma superpotência em ascensão.

Com essas palavras, o editor e principal analista econômico do jornal britânico *Financial Times*, Martin Wolf, em artigo publicado esta semana, ressalta a reversão dos tradicionais pontos de vista dos dois países com relação à economia mundial. Enquanto a política econômica da China é atualmente de reformar e abertura, os Estados Unidos, país do internacionalismo liberal pós-Segunda Guerra, elegeram como líder Donald Trump, que considera esta política uma inimiga dos interesses de seu país.

Para o especialista, nada ilustra melhor esta reversão de posições que o contraste entre o sólido apoio à globalização dado pelo Presidente Xi, na reunião anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro, e a chocante declaração de Trump apenas três dias depois de que, abro aspas: "a proteção levará à grande prosperidade e força" – fecho aspas.

Na opinião de Wolf, as implicações desse protecionismo dos Estados Unidos ainda são desconhecidas, mas são altamente perturbadoras. Segundo ele, a última coisa que a nossa frágil economia mundial precisa é de uma guerra comercial entre os Estados Unidos e a China.

Por esse motivo, acredita ele ser evidente que esse casal exótico está condenado a colaborar se quiser proteger os bens públicos mundiais essenciais, a gestão do patrimônio mundial, a segurança internacional e a prosperidade estável.

Trump pode declarar a América em primeiro lugar; a liderança chinesa pode se concentrar no bem-estar dos seus cidadãos, mas nenhum desses dois países conseguirá oferecer o que querem sem dar atenção aos interesses e opiniões dos outros. É espantoso, ressalta Martin Wolf, que atualmente a liderança chinesa parece entender isso melhor que a dos Estados Unidos. Segundo Wolf, quando os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Presidentes Xi e Trump se reunirem no mês que vem em Mar-a-Lago – que é uma propriedade belíssima do Trump na Flórida, chamada agora de a "Casa Branca de inverno" –, no primeiro encontro dos dois, terão de vislumbrar uma base de cooperação, e os presságios não são bons.

Em primeiro lugar, acredita Wolf, os dois líderes têm de se convencer mutuamente de que nenhum deles conquistará os seus objetivos se entrarem em conflito. Isso vale evidentemente para uma guerra efetiva, mas vale também para uma guerra comercial. Sem dúvida, ambos perderiam direta e indiretamente. Por mais contrastantes que os dois países possam parecer, conclui o especialista, eles inegavelmente compartilham interesses. Manter a economia mundial aberta é um deles. É vital que Trump seja persuadido de que suas opiniões sobre comércio exterior estão equivocadas, e é surreal que dependamos de um comunista chinês para convencer um presidente americano dos méritos do comércio mundial liberal. Mas esses desesperados dias de hoje, continua Wolf, requerem medidas desesperadas como essa, finaliza o comentarista.

Um outro comentário. Política comum de segurança e defesa da União Europeia.

Nas próximas semanas, deverá ser instalado junto ao Estado-Maior da União Europeia, Bruxelas, na Bélgica, um centro militar de planejamento e gestão, com o objetivo de cuidar de missões e operações militares não executivas, chamadas operações de não guerra, integrante do polo da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia, a exemplo do que ocorre no Mali e na Somália.

Estrutura permanente de nível estratégico similar ao já existente, o centro civil que planeja e conduz operações civis, sua implantação foi decidida na Reunião nº 3.525 – interessante esse número! São 3.525 reuniões do Conselho da União Europeia para tratar de assuntos relacionados a esse tema –, realizada no dia 06 de março deste ano. O objetivo é melhorar a capacidade da União Europeia de reagir, com rapidez e eficiência, em situações de necessidade de ação conjunta, com ênfase no desenvolvimento de sinergia civil, militares, talvez como decorrência da afirmação do atual Presidente americano de, no longo prazo, não mais se ocupar da segurança europeia.

Em relação à Síria, o programa de apoio militar dos Estados Unidos aos rebeldes do Exército Livre da Síria, coordenado pela Agência Central de Inteligência norte-americana, está interrompido desde janeiro deste ano. O programa existe há seis anos e consta de apoio financeiro e fornecimento de treinamento, armamento e suprimentos. Não obstante o Governo americano atual não especificar uma política clara quanto ao papel dos Estados Unidos no conflito, isso indica uma mudança coerente com as declarações de campanha do candidato eleito, dizendo que priorizaria o combate ao Estado Islâmico e que poderia encerrar o apoio aos grupos rebeldes.

Aproveitando-se dessa indecisão dos Estados Unidos, o Governo Assad, apoiado pela Rússia, vem aumentando suas operações contra os grupos rebeldes e obtendo consistentes vitórias ao retomar o controle de significativas áreas em poder desses mesmos grupos.

Por fim – ainda no panorama internacional na palavra de especialistas –, agora, especificamente em relação aos 60 anos do Tratado de Roma, que constituiu a União Europeia.

Ao comentar a atual situação da União Europeia, na véspera dos 60 anos de assinatura de seu documento fundador, o Tratado de Roma, que criou a Comunidade Econômica Europeia, o professor de economia política internacional na Faculdade de Governo John F. Kennedy, de Harvard, Dani Rodrik acredita que o bloco está mergulhado em profunda crise existencial e que seu futuro está substancialmente em dúvida.

Apesar de reconhecer que, depois de séculos de guerra, turbulência e assassinatos em massa, a Europa está pacífica e democrática, destaca o professor em artigo sobre integração fiscal e política do bloco que a União Europeia trouxe 11 países do ex-grupo soviético para seu abrigo, orientando com sucesso suas transações pós-comunistas, e que, em uma era de desigualdade, os países membros da União Europeia apresentam as mais baixas disparidades de renda em comparação com qualquer outra parte do mundo.

Porém, destaca o professor de Harvard que hoje a União Europeia está mergulhada em profunda crise existencial e que seu futuro está substancialmente em dúvida. Para ele, os sintomas estão por toda parte – o Brexit; enormes níveis de desemprego juvenil na Grécia e na Espanha; dívida e estagnação na Itália; crescimento dos movimentos populistas e reação contra imigrantes e o próprio euro. Todos eles sinalizam a necessidade de uma grande revisão das instituições europeias, na opinião do especialista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Para o Prof. Rodrik, por este motivo, o novo Livro Branco sobre o futuro da Europa, publicado pelo Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, chega em boa hora. O documento define cinco caminhos possíveis: prosseguir com a agenda atual; concentrar-se apenas no mercado único; permitir que alguns países se movam mais rapidamente do que outros rumo à integração; reduzir a agenda e empenhar-se por uma integração uniforme e mais completa.

Na opinião do Prof. Rodrik, continuando a ler suas afirmações sobre essa questão, para que as democracias europeias recuperem a saúde, a integração econômica e a política não podem ficam dessincronizadas. Ou a integração política se aproxima da econômica, ou a integração econômica será reduzida. Enquanto essa discussão for evitada, a União Europeia, no seu entender, permanecerá disfuncional. E isso implica que a Europa precisará desenvolver a flexibilidade e os arranjos institucionais para acomodá-los.

Na sua opinião, hoje pode ser demasiado tarde para tentar promover a integração fiscal e política da União Europeia. Menos de um em cada cinco europeus é favorável a tirar poder dos Estados membros. Ele acredita que talvez novos líderes e novas formações políticas consigam gerar entusiasmo por um projeto europeu reformado. Mas ressalta o professor que os mais pessimistas, por outro lado, torcem para que, nos corredores do poder, em Berlim e Paris, economistas e advogados preparem secretamente um plano B para ser posto em ação quando chegar o dia em que o afrouxamento da união econômica não puder mais ser adiado.

Que isso, esperamos todos, não ocorra.

Com a palavra S. Exª o Senador Jorge Viana, nosso Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente, cumprimento V. Exª, as colegas e os colegas. Eu queria, antes de mais nada, agradecer exatamente por ter sido indicado e acolhido pelo Plenário como Vice-Presidente da Comissão, o que é uma honra, uma satisfação pelo trabalho que V. Exª já começou a fazer, pela importância desta Comissão e pelas companhias que tenho aqui. Queria agradecer muito.

E o outro agradecimento – esse primeiro é um reconhecimento e um agradecimento – é em nome da minha família pelo primeiro ato de V. Exª e dos colegas ao aprovar uma manifestação de pesar pelo falecimento do meu pai há pouco mais de dez dias. Exatamente por isso, eu me fiz ausente aqui durante a semana passada. Mas queria muito agradecer aos colegas e a V. Exª a manifestação feita aqui, de pronto, naquela reunião inaugural, na Presidência de V. Exª.

E aí, deixando um pouco as tristezas de lado, eu queria compartilhar com vocês que hoje estamos com o aniversário da nossa querida Senadora Ana Amélia, no meu caso, privilégio de colega e amiga. Então, toda felicidade e saúde! Ela é uma aquisição muito importante do Senado, saiu do jornalismo, onde fez um nome para todo mundo. Antes de uma viagem, estava conversando com o Presidente Lula, viagem que fizemos juntos, e o Presidente Lula falava do tanto que ela tinha dado de oportunidade a ele quando ele tinha poucos espaços na imprensa brasileira, e a Ana Amélia ligava – como ligou para mim quantas vezes, eu governador, me acordando, porque são duas, três horas a menos de fuso no Acre e o pessoal não leva em conta, às vezes são três horas de fuso horário, às 5h: "Tudo bem? Estou acordando?" "Não está não, está tudo bem." E fazia entrevistas comigo, mesmo sem me conhecer pessoalmente.

Então, hoje ela faz aniversário e sei que é o desejo de todos nós cumprimentá-la pela capacidade que tem de trabalho e de procurar fazer um bom mandato para servir o Brasil e o Rio Grande do Sul aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Toda a Comissão se junta aos votos de V. Exª, como já foi feito aqui anteriormente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

Presidente, ela vai certamente falar agora – nós estávamos aqui conversando – que nós fizemos uma viagem – isso já diz respeito ao tema extrapauta que V. Exª trouxe. Nós fizemos uma viagem agora para Israel: o Senador Ferraço, eu, a Senadora Ana Amélia, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Humberto Costa e um grupo de Deputados e Deputadas. Tivemos oportunidade de ir nas áreas de conflito, próximo delas, tivemos uma visão no Estado palestino, com autoridades palestinas, com pessoas de oposição, com pessoas de governo e tivemos uma oportunidade fantástica – isso que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vou falar para a Senadora Ana Amélia completar – de conversar com uma pessoa – ela vai fazer uma proposta em meu nome, dela e dos colegas –, com um conselheiro do Papa Francisco, um jornalista que inclusive faz algumas matérias para a GloboNews, mas faz para outros quatro países, a emissoras em línguas diferentes, é um português israelense, e com atividade jornalística – eu vi, com bastante isenção – tem uma leitura muito apropriada do que estamos vivendo e correndo o risco de viver nesse conflitos novos contemporâneos que estamos tendo com o Estado Islâmico.

Falou muito da Al-Qaeda, falou muito da Primavera Árabe e do Estado Islâmico, onde nasceu e aonde vai, a ponto de o Papa Francisco, ele discordando, dizer que nós já estamos vivendo a Terceira Guerra Mundial e que o enfrentamento do Estado Islâmico, que está se dando lá por uma coalizão de sessenta países, sendo dez do mundo árabe, é apenas o início, porque eles vão conseguir fazer uma eliminação dos territórios dominados pelo Estado Islâmico, mas certamente aí é que vai começar o processo das células no mundo inteiro, que é outra etapa da ação do Estado Islâmico.

Enfim, foi algo chocante de ouvir, mas muito embasado em fundamentos de quem vive lá, o mundo – ele vai aos lugares, conversa, é levado às cegas para ter audiências com os líderes em vários territórios –, e nós achamos muito interessante.

Eu passo, se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... mais uma vez agradecendo a todos, para que a Senadora Ana Amélia possa apresentar uma proposta conjunta nossa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente Fernando Collor, como disse o Senador Jorge Viana, essa missão talvez tenha sido a mais proveitosa, pelo menos na minha avaliação e na minha percepção pessoal, mas, pela conversa com os colegas Deputados e Senadores, foi a mesma.

Primeiro, uma agenda densa, com o olhar sob os dois lados da questão do Oriente Médio especificamente, Israel e Palestina. Depois, na figura que ele está trazendo, que eu endosso, e proponho que façamos uma reunião conjunta da Comissão de Relações Exteriores presidida por V. Exª com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal, considerando até que a atual Presidente, Bruna Furlan, estava...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – Ela foi eleita?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi eleita Bruna Furlan, penso que sim.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Ela estava na missão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ela também estava na missão.

E esse jornalista que foi incluído na agenda lá em Israel nos deu, eu diria, mais do que uma aula; foi uma conferência acadêmica de uma profundidade extraordinária.

Eu aproveito até para saudar aqui a presença de um dos líderes da comunidade israelita lá no Rio Grande do Sul, Henry Chmelnitsky – muito obrigada pela presença –, e também para dizer que a agenda que foi montada pelo Conib, confederação nacional que trata das questões judaicas, e também pela AJC Global Jewish Advocacy, organizada por eles, teve a qualidade de colocar os dois lados. Tanto que essa agenda foi montada, e nós fomos a Hamala, a sede da Autoridade Palestina, e fomos recebidos pelo Primeiro-Ministro palestino.

O Embaixador brasileiro na Palestina esteve lá, nos acompanhou, foi parte também da organização dessa agenda, mas ela foi extremamente valiosa pelo que aprendemos lá, dos dois lados: o que estão fazendo, as dificuldades existentes e também os aspectos todos de geopolítica.

Esse jornalista, Henrique, eu penso que vai impressionar todos os Senadores e Deputados, primeiro pelo alcance e pela qualidade intelectual, pelo conhecimento que tem da história e a atualização sobre o que está acontecendo no mundo hoje. Por isso que o Senador Jorge Viana falou da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

relação que ele tem, direta e pessoal, com os grandes líderes globais, não só da região, mas fora da região também.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Inclusive com o Papa Francisco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, ele mencionou o Papa Francisco. Ele tem uma relação pessoal também com o Papa. Mas esse, digamos, é um detalhe, tal é a agenda que ele tem pela seriedade e pela competência.

Então, a vinda desse jornalista, a convite da Comissão de Relações Exteriores, nós vamos formalizar depois com o Senador Jorge Viana e, em seguida, na Câmara, e com os outros colegas que estiveram presentes, como a Senadora Kátia, o Senador Humberto Costa, o Senador Ricardo Ferraço, porque estivemos juntos, compartilhando, e em todos a impressão foi a mesma, foi de altíssima qualidade, pela relevância que tem nesse momento.

O Senador Requião, há pouco, fez o requerimento solidário à Inglaterra, sobre os atos terroristas lá em Londres, mas penso que tudo isso está dentro desse cenário nebuloso, preocupante no qual vive o mundo, e a presença dele vem trazer... Porque ele tem uma habilidade tranquilizadora, mas também de conhecimento profundo sobre o que está acontecendo no mundo, especialmente no Oriente Médio. Então, eu queria endossar essa posição do Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois muito bem, Senadora Ana Amélia, a Mesa fica aguardando, então, essa manifestação, o requerimento por escrito de V. Exª, que também será subscrito, pelo que eu entendo, por S. Exª o Senador Jorge Viana.

Meus cumprimentos pelo êxito da viagem que V. Exªs empreenderam, que foi realmente coroada de êxito. A Senadora Ana Amélia já havia comentado sobre isso comigo, Senador Jorge Viana, e realmente os detalhes da conversa, o nível com que se desenvolveu toda a ação de V. Exªs lá é motivo de realmente fazermos algo aqui no Brasil. E a ideia de ser juntamente com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados é também muito auspiciosa.

Muito obrigado a V. Exª.

Pela ordem, S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Excelência, gostaria de comunicar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que a viagem que eu deveria fazer para a Guiana Francesa foi cancelada por problema de greve lá na Guiana. Então, foi transferida para futuramente.

Eu estava indicado para assistir, juntamente com o Ministro da Ciência e Tecnologia e com o Ministro da Defesa Nacional, ao lançamento do satélite Ariane 5, no valor de R$2,1 bilhões, um satélite genuinamente nacional, que nós compramos realmente para melhorar as comunicações nacionais. Infelizmente, foi adiado, e na próxima oportunidade certamente eu trarei novamente mais notícias em relação a essa viagem e ao próprio lançamento do Ariane 5.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves, pela comunicação que faz, dando conhecimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da impossibilidade de sua viagem à Guiana para assistir ao lançamento do Ariane, em função de problemas localizados no país que o senhor estaria visitando. Muito obrigado a V. Exª.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com o agradecimento de sempre à presença de S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores a esta nossa reunião, declaro encerrada a presente reunião, nossa 3ª Reunião, convidando todos para o início do nosso ciclo de debates, que se dará na próxima segunda-feira, dia 27, às 18h, aqui na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Muito obrigado pela presença de todos.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia quinze de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Braga e Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Romero Jucá, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, José Agripino, Otto Alencar, Roberto Muniz, Lasier Martins, Ivo Cassol, Vanessa Grazziotin, Fernando Bezerra Coelho, Vicentinho Alves, Armando Monteiro, Thieres Pinto e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jorge Viana, Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima, Wilder Morais e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2017-2018. **Resultado:** Foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura os Senadores Eduardo Braga e Acir Gurgacz, respectivamente, para o biênio 2017-2018. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 1, de 2017 - Não Terminativo –** que requer a realização de ciclo de palestras e debates sobre a expansão da infraestrutura como alavanca para a retomada do crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável do país. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Srs. Senadores e convidados, nosso bom-dia! Declaro aberta esta 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2017/2018, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi registrada, até o momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Eduardo Braga, do PMDB, do Amazonas; para Vice-Presidente, Senador Acir Gurgacz, do PDT, de Rondônia.

Consulto os Srs. Senadores quanto à possibilidade de elegermos os indicados por aclamação, tendo em vista que não há outra indicação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a eleição por aclamação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vou colocar, então, em votação, por aclamação. (*Palmas.*)

Aprovado por aclamação. A Srªs e os Srs. Senadores favoráveis à chapa já manifestaram seu voto.

Proclamo eleitos, por aclamação, para o biênio 2017/2018, o Senador Eduardo Braga para Presidente e o Senador Acir Gurgacz para Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Convido os Senadores eleitos a ocuparem seus lugares à mesa e passo a Presidência da reunião ao Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Bom dia a todos e a todas. Queria, em primeiro lugar, agradecer ao nosso querido Senador Pedro Chaves, que, de forma tão correta e gentil, preside esta Comissão e nos permite fazer sua instalação e eleição do seu Presidente e do seu Vice-Presidente por aclamação.

De igual modo, quero agradecer a cada um dos companheiros Senadores e Senadoras desta Casa pela oportunidade que nos dão. É com alegria, com determinação e vontade de trabalhar que eu e o companheiro Acir recebemos mais esta incumbência na nossa vida profissional: a de presidir um colegiado com a envergadura que tem esta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado.

Agradeço, inicialmente, a confiança dos colegas Senadores e das colegas Senadoras, comprometendo-me a empregar, no exercício da Comissão, todo o conhecimento e toda a experiência que consegui acumular na vida que tive na área de infraestrutura ao longo desses anos, seja como engenheiro eletricista de formação, seja como membro titular da Comissão no biênio de 2013/2014, seja como Ministro de Minas e Energia entre janeiro de 2015 e abril de 2016.

Já vivi a experiência de presidir Comissão Permanente nesta Casa, quando estive à frente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, no biênio 2011/2012, mas sei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

que cada Comissão impõe seu próprio desafio, e esses últimos dois anos podem servir de padrão de muito trabalho à espera, neste e no próximo ano, aqui, na Comissão de Infraestrutura.

Vejamos que, no biênio 2015/2016, a Comissão de Infraestrutura foi uma das mais ativas do Senado Federal, com 86 reuniões de trabalho, 33 audiências públicas, 236 matérias avaliadas nessas reuniões, audiências e proposituras. Tratou-se de temas da mais alta relevância social e econômica para o País. Discutiu-se a limitação da banda larga da internet, a crise hídrica, discutiu-se a transposição do Rio São Francisco. Aprovaram-se projetos sobre biocombustíveis, fontes renováveis de energia, mobilidade urbana, entre outros tantos temas. Aprovaram-se ainda, nada mais, nada menos que 28 indicações de autoridades para órgãos reguladores, uma recomposição urgente e necessária naquele momento. Tínhamos agências que estavam paralisadas por falta de quadros em suas diretorias, e assim foram deliberados acertadamente por esta Comissão.

Cabe, neste momento, fazer um elogio ao Senador Garibaldi Alves Filho... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... que presidiu brilhantemente a Comissão de Infraestrutura no biênio 2015/2016, e ao Senador Ricardo Ferraço, que ocupou a Vice-Presidência da CI neste mesmo período. V. Exªs fizeram um trabalho exemplar ao aliar uma notável capacidade de trabalho, em um período conturbado da vida nacional, com a sensibilidade de pautar os assuntos mais delicados e urgentes em cada momento específico. Muito obrigado a V. Exªs e parabéns pelo trabalho modelar que desenvolveram à frente desta Comissão.

Eu gostaria de encerrar estas breves palavras, agradecendo, mais uma vez, a confiança que V. Exªs depositam na minha capacidade, e me declarando ansioso pelo biênio que agora se inicia. Teremos a oportunidade de contribuir na discussão e solução de questões da mais alta relevância, como a crise hídrica, que ainda persiste principalmente no Nordeste brasileiro e agora no Centro-Oeste; a transposição do São Francisco; a renovação da malha viária, incluindo aqui uma importante estrada na Região Amazônica, a BR-319, que retira o Estado do Amazonas do isolamento em relação ao Brasil; questões importantes na área hidroviária, fundamental para a integração das nossas economias, principalmente integração entre as economias do Norte, Sul, Centro-Oeste, Nordeste, que são importantes; infraestrutura no setor elétrico, que é da maior importância.

Ainda ontem, éramos indagados por um dos Senadores de Mato Grosso com relação, por exemplo, a uma linha de transmissão extremamente importante e que, lamentavelmente, pelas regras atuais, as distribuidoras não têm recursos suficientes para investir em linhas de transmissão de 138kV na Região Norte e, principalmente, na Região Nordeste do País.

Vários programas, por exemplo, de energia eólica, estão prejudicados neste momento pelos atrasos nas linhas de transmissão. Estas, entre outras questões importantes e fundamentais para o desenvolvimento econômico do País, passam por esta Comissão de Infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero aqui fazer um agradecimento muito especial ao companheiro Acir Gurgacz, nosso companheiro da Amazônia, que me dá o prazer e a honra de, juntos, comandarmos, com a experiência e a contribuição de todos os Srs. Senadores, esta Comissão pelos próximos dois anos.

Eu vou franquear a palavra – embora antes vá passar a palavra ao nosso Vice-Presidente, Senador Acir Gurgacz –, porque gostaríamos de poder conversar um pouco com os Senadores, até com uma certa informalidade, sobre o horário de funcionamento que nós queremos adotar para a Comissão de Infraestrutura, isto é, de que forma vamos poder ter um horário que atenda não só a presença dos companheiros, sem os quais não será possível fazer a Comissão funcionar a pleno, bem como uma estratégia para que possamos também ocupar, de forma destacada, os espaços importantes na TV Senado, tendo em vista que este é um tema do momento, ou seja, a questão da infraestrutura, a questão de marcos regulatórios para que possamos fazer concessões e outras ações. Portanto, eu quero compartilhar aqui com os companheiros Senadores quais as datas e horários que vamos estabelecer.

Ainda há pouco, inclusive, conversava com o Senador Acir sobre algumas propostas, e o Senador já tem um requerimento.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, eu cumprimento o nosso Presidente Garibaldi Alves pelo brilhante trabalho que fez à frente desta Comissão, juntamente com o Senador Ricardo Ferraço. S. Exªs fizeram um trabalho importante nesses últimos dois anos.

Agradeço a confiança, Senador Pedro, em mim depositada pelos demais Senadores e digo que nós iremos iniciar os nossos trabalhos nesta que é uma das comissões mais importantes do Congresso Nacional, do Senado Federal, com a missão de discutir aquilo que, hoje, é o gargalo do Brasil: a infraestrutura.

Nós temos uma produção grande, mas a infraestrutura não está crescendo no nível da nossa produção, tanto de grãos, agropecuária, como também a produção industrial. Por isso é importante nós trabalharmos e darmos sequência àquilo que já foi feito nesta Comissão pelo Presidente Garibaldi Alves. Nós vamos dar sequência, Presidente, àquilo que V. Exª fez e à forma tão brilhante como V. Exª conduziu esta Comissão.

Então, agradeço a todos pela confiança em mim depositada e digo que vamos nos empenhar ao máximo para atender a todas as Srªs Senadoras e a todos os Srs. Senadores, que têm as suas demandas por setores e também por seus Estados, a fim de que possamos atender à altura aquilo que é importante para nós avançarmos na questão da infraestrutura brasileira.

Muito obrigado a todos e muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Temos um ofício extrapauta, já iniciando os nossos trabalhos, Sr. Presidente, porque nós entendemos ser necessário um debate mais amplo com relação à infraestrutura brasileira. Nós precisamos criar um espaço para debater esses problemas, os gargalos de infraestrutura brasileira.

Temos aqui, então:

> EXTRAPAUTA
> ITEM 1
> REQUERIMENTO Nº... DE 2017 – CI
> Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), ciclos de palestras e debates dentro de uma agenda específica ao longo do biênio 2017/2018.
> Participarão desses ciclos especialistas, técnicos e autoridades do setor público e privado, apresentando contribuições para o debate e soluções para "a expansão da infraestrutura como alavanca para a retomada do crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável do País".
> As referidas audiências públicas deste ciclo de palestras e debates deverão ser realizadas às sextas-feiras, a partir das 14h, no plenário desta Comissão.

Este é o requerimento, Sr. Presidente. Entendo que é uma forma de nós contribuirmos com o nosso País, debatendo e trazendo soluções por meio de especialistas, tanto da iniciativa privada quanto do setor público, para que possamos ajudar a destravar esse gargalo da infraestrutura brasileira.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Bota para segunda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Segunda-feira.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Segunda-feira é...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Pegando a parte da tarde.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Dezoito horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Vamos fazer, aproveitando o requerimento do nosso Acir Gurgacz, uma deliberação. Eu creio que se nós marcássemos para segunda-feira, de 16h em diante, daria tempo para que pudéssemos chegar e estarmos com uma presença maior na Comissão.

Submeto aos Srs. Senadores, para aprovação, o requerimento do nosso Senador Acir Gurgacz. E, tendo em vista inclusive os horários dos voos que chegam, talvez seria bom marcar 17h...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Dezessete horas é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... de segunda-feira.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – A vantagem das 17h é que o Plenário está encerrando as discussões, e a TV...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Exatamente. Então, marcaríamos às 17h. Às segundas-feiras, às 17h, seriam as datas para os ciclos de palestras e de debates de nossa Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, encerramos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Qual o nosso horário?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Então, a princípio, nós vamos marcar para as terças-feiras, às 9h da manhã, para que nós possamos...

Nós vamos, a partir de agora, negociar com as outras comissões e com a TV Senado para que se confirme. Mas, a princípio, a nossa próxima reunião ordinária será na próxima terça-feira, às 9h da manhã.

Com a palavra...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Ciência e tecnologia às 8h30min.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ciência e Tecnologia às 8h30; 9h aqui na Comissão de Infraestrutura. Quarta-feira às 8h30. Então, nós ficaríamos na terça-feira, às 9h.

Com a palavra o Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Sr. Vice-presidente, Senador Acir Gurgacz, eu quero agradecer as referências ao nosso trabalho, ao meu e ao do Senador Ricardo Ferraço, e dizer que tudo isso que foi dito se deveu sobretudo à colaboração dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

nossos colegas de trabalho aqui na Comissão, claro. E se deveu também aos universitários – à frente, o universitário Thales. (*Risos.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – E também quero agradecer à Consultoria do Senado, às representações dos Ministérios, quero agradecer à imprensa, quero agradecer a todos que ensejaram que nós tivéssemos a oportunidade de dizer: missão cumprida!

(*Interrupção do som.*)

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Com a palavra o Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Presidente, quero inicialmente parabenizar V. Exª por assumir esta Comissão. Pela experiência que V. Exª tem como ex-governador, Líder, sem dúvida nenhuma, vai conduzi-la com muita eficiência.

Tivemos aqui a Presidência do Senador Garibaldi Alves, que, igualmente, foi governador várias vezes, é um homem muito experiente, e essa experiência é muito importante para conduzir uma comissão permanente. E quero também parabenizar o Senador Acir Gurgacz.

Mas gostaria de falar aqui um assunto que considero da maior importância, Sr. Presidente. Esta Comissão é de infraestrutura. Nós latinos somos tidos pelos formadores de opinião dos países desenvolvidos como os mais eficientes construtores do subdesenvolvimento.

Então, como nós verificamos, a infraestrutura do País é construída com muita lentidão e, muitas vezes, com baixa qualidade. Enquanto os Estados Unidos constroem uma rodovia que vai sofrer a primeira manutenção 30 anos depois, nós fazemos aqui rodovias que, às vezes, em 90 dias o asfalto já está arrancando. Isso significa dizer que nós vamos fazer a mesma obra muitas vezes, quando deveria ser apenas uma obra. Temos que encontrar instrumentos nesta Comissão para tratar deste assunto: qualidade das obras da infraestrutura no País. Esse é um assunto.

O segundo é que se fala 50 anos a respeito de uma rodovia, a respeito de uma transposição, a respeito de uma obra de infraestrutura importante. Passa-se 50 anos falando. No dia em que o Governo resolve construir aquela obra, não há projeto executivo. Então, começa toda esta confusão: a demora na realização da obra, os preços que são alterados.

O Brasil precisa de planejamento, e uma das formas de planejamento, um dos instrumentos de planejamento é ter na gaveta sempre uma quantidade enorme de projetos executivos de obras de infraestrutura. Não se pode fazer toda, mas pode-se fazer o projeto executivo para que a licitação seja corretamente no seu valor, o orçamento seja correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

São esses os dois assuntos que eu considero da maior importância para a nossa Comissão: qualidade nas obras e projetos executivos para o futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Concordo com o nosso eminente Senador Raimundo Lira. Inclusive, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, há uma matéria a ser votada que estabelece, a partir da sua aprovação, a obrigatoriedade de que nenhuma obra mais será licitada sem que haja as licenças ambientais pertinentes.

Esse é outro ponto importante, porque as obras são anunciadas, as obras são licitadas e, muitas vezes, elas acabam sendo embargadas e postergadas por questões de licenças ambientais.

Concordo com V. Exª. Além da questão dos projetos executivos, nós temos uma questão de licenças ambientais, licenças de modo geral, não apenas ambientais, também temos licenças com relação à Funai, com relação a outras entidades e organismos de comando e controle no nosso País que acabam retardando nossas obras e prejudicando muitas vezes os prazos das obras. A outra questão, sem nenhuma dúvida, é a questão da qualidade das obras executadas.

Pela ordem, Senadora Vanessa.

Logo a seguir, nosso bom baiano falando em nome da Bahia.

Depois, meu colega engenheiro, companheiro aqui do Distrito Federal, Hélio José.

Por favor, com a palavra, a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador Eduardo.

Quero primeiro dizer da alegria e cumprimentá-lo pela eleição, tendo também o Senador Gurgacz na Vice-Presidência. Para nós, é muito importante, principalmente porque são dois Senadores que representam a Região Norte.

Senador Garibaldi, o Brasil entende pouco quando falamos isso, mas é que temos tantas dificuldades a superar, tantos problemas, que, quando qualquer um de nós ocupa uma posição importante, para nós, sempre é uma alegria e uma esperança que se reacende, que se ilumina mais.

Todos conhecemos a capacidade, o entusiasmo do Senador Eduardo Braga para o trabalho. Não tenho dúvida nenhuma de que esta Comissão será extremamente ativa. Basta ver o que acabamos de aprovar aqui, debates temáticos a partir da segunda-feira. Certamente, Senador Eduardo, V. Exªs deverão revezar, não contarão conosco em todas as reuniões, mas em muitas delas poderão contar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu, Senador Eduardo Braga, peço a palavra neste momento não só para cumprimentá-lo, cumprimentar o Senador Acir, mas também para sugerir já que debatamos – e com a presença de todos, e não apenas a nossa – o papel das instituições que temos e como está sendo utilizado o papel dessas instituições em prol do desenvolvimento, sobretudo da infraestrutura.

Nós estamos diante de um debate muito importante neste momento relativo a uma medida provisória que muda apenas a forma de cobrança de taxas que já existem hoje, cobradas pela Zona Franca de Manaus.

Só que a Suframa, a nossa superintendência, não apenas administra esses incentivos fiscais. É uma superintendência, é uma autarquia que tem que atuar no processo de desenvolvimento da Amazônia Ocidental e mais parte do Estado do Amapá, ou seja, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá.

Nós então precisamos debater isso, Senador Eduardo Braga. Eu gostaria que fizéssemos aqui, nesta Comissão de Infraestrutura, um debate sobre o papel dessa autarquia – podemos até debater outras, mas desta autarquia –, posteriormente, num ciclo, no processo de desenvolvimento.

O que acontece? Nós arrecadamos recursos lá, e 60% dos recursos são contingenciados. O que sobra é para pagar servidor e manter o funcionamento da autarquia. Aí o que nós temos? O maior polo eletroeletrônico da América do Sul com estradas e vias todas esburacadas, porque não nos sobra nada, e ficamos todos nós aqui com pires na mão.

Então, essa é a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senadora, a senhora me permite um aparte?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Gostaria de submeter aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras um adendo ao requerimento que, em alguns momentos, deliberaremos.

Além de mantermos, em todas as segundas-feiras, às 17h, o ciclo de debates e de audiências na Comissão, a proposta é que nós estabelecêssemos as sextas-feiras, dependendo das demandas, como o dia para o deslocamento da Comissão às diversas regiões, para que, *in loco*, por exemplo, na Amazônia Ocidental, discutíssemos a questão da Suframa; na Amazônia Oriental, discutíssemos a questão da Sudam; no Nordeste, a questão da Sudene, a questão da revitalização do Rio São Francisco, a questão da Codevasf, que tem infraestrutura hídrica como um dos seus principais valores e questões. Ou seja, às segundas-feiras, às 17h, data e hora para que nós fizéssemos esses ciclos de debates e de audiências públicas aqui em Brasília, e, às sextas-feiras, data para que nós pudéssemos deslocar a Comissão, para fazer, *in loco*, discussões regionais, sobre infraestruturas regionais, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tem um papel *sine qua non* no desenvolvimento regional brasileiro e na integração das diversas regiões com o País.

Registro...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... quero apenas cumprimentar... Cumprimentei V. Exª, mas não cumprimentei o Senador Garibaldi...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Elogio, ele volta. (*Risos*.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... Senador que nos dirigiu também com muita competência. Aliás, essa... Está vendo? Olha a figura! Isso não existe. Ele, inclusive, Senador Eduardo Braga, foi um grande parceiro nosso – Senador Acir tem provas disso – na nossa luta em prol da BR-319. Quando precisamos da Presidência do Senador Garibaldi, para aprovarmos algo de emergência ou utilizarmos a Comissão em prol dessa bandeira, ele sempre estava lá.

Então, nossos agradecimentos. Parabéns pela condução dos trabalhos!

E continuaremos nos cansando aqui, porque a Comissão começa às 8h, 8h30, trabalha segunda, trabalha sábado, e assim está bom.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz, ao Senador Hélio José e ao Senador Agripino Maia, pela ordem.

Senador Roberto Muniz, por favor.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Inicialmente, Presidente, queria agradecer a oportunidade de também saudar o brilhantismo, a sabedoria, a capacidade de mediação do Senador Garibaldi.

Garibaldi, ouça também; não ouça só o elogio dela, não. Volte também e escute.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador Garibaldi, não se ausente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não se ausente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Fique aqui, porque você vai ser muito elogiado.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Se fosse alguma crítica, o senhor poderia caminhar, sair, mas, como é um elogio, queria fazê-lo com a sua presença.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – O problema é a saudade aumentando. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Foi essa capacidade de mediação do Senador Garibaldi que permitiu que os trabalhos desta Comissão fossem muito proveitosos durante os últimos meses do ano passado, em que eu tive a oportunidade de aqui estar.

Tenho a convicção, Presidente, até pela sua formação e pelo seu empenho no setor, de que o Senador Eduardo vai também dar prosseguimento e, já demonstrando esse dinamismo, estabelecer algumas metas que não estejam restritas às nossas reuniões aqui semanais. Então, eu queria parabenizar V. Exª pela eleição e parabenizar o Senador Acir também. Tenho certeza de que vão fazer uma dupla muito vitoriosa.

Rapidamente, eu só quero dizer que a infraestrutura parece o enigma da esfinge: decifra-me ou devoro-te. O Brasil, todos os anos, discorre sobre o enigma da infraestrutura no Brasil. Então, é um gargalo para o desenvolvimento do qual nunca conseguimos fazer um enfrentamento real. Fazemos aos soluços. Quando temos uma bolha de crescimento, estabelecemos a possibilidade de maior investimento.

Eu tenho uma visão, Presidente, que pode não ser da maioria, mas eu acho que, toda vez que o Governo está forte, a sociedade fica fraca, principalmente com a participação da iniciativa privada. Quando o Governo vê dinheiro no caixa, abandonamos a parceria público-privada como uma solução. E nós tivemos diversos setores que avançaram enormemente neste País, mesmo ainda com baixa qualidade de serviço, como telecomunicação, a própria energia. A capacidade que tivemos nos últimos programas, como o Luz no Campo, Luz para Todos, certo? A capacidade que tivemos também de fazer e levar energias alternativas através dos leilões. Percebemos que temos um caminho.

Aí, eu proponho, já aproveitando a iniciativa do Senador Acir, que façamos uma primeira discussão não com um tema muito específico, regionalista, entendeu, Acir? Se pudéssemos ter um panorama... Em vez de um tema específico, regionalista, se tivéssemos um panorama para cada setor, como ele está se apresentando entre a iniciativa de parcerias público-privadas... Por que a energia avançou mais do que o saneamento? Por que o transporte ainda não avançou o suficiente? Como é que está o percentual da presença do privado nos setores como o aeroportuário, portos? Então, se nós colocássemos inicialmente uma visão maior, quer dizer, um voo sobre todos os setores e elegendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alguns vetores.... Por exemplo, parceria público-privada, a questão de marcos regulatórios, alguns planos que nos colocássemos todos da mesma página, aí nós poderíamos talvez usar melhor a *expertise* de cada um aqui nesses setores.

E aí, só para sugerir. Eu quero fazer um alerta aqui na Comissão. Eu fiz um discurso em plenário sobre o qual estou muito preocupado. Se existe um setor no Brasil que não avançou é o saneamento. Então, nós temos um débito enorme com o saneamento no País. O saneamento no País é um *apartheid* social. As pessoas mais pobres não têm acesso a água e nem a esgoto.

E o que é que nós estamos propondo, agora, com essas reformas que estão chegando ao Congresso Nacional? O Governo Federal deseja sangrar dinheiro do saneamento, através dos Governos de Estado, para fazer frente a débitos de outros setores. Então, eu li na imprensa, ficou claro na imprensa que os recursos da privatização da Cedae seriam usados para pagamento de passivos anteriores, e não para investimento no setor de saneamento. Isso é um risco muito grande para o País. Isso é um absurdo, é tirar sangue de um setor que está anêmico.

Nós precisamos ter muito cuidado com isso, porque, se esta for a prática para criar o equilibro fiscal, nós vamos, no futuro, ver que isso não resolveu o problema do equilíbrio fiscal, não resolverá o problema do saneamento, porque sangrará esses recursos do saneamento. E nós vamos, amanhã, dizer que a parceria público-privada é negativa para o País, porque, em vez de entregar para pessoas que fazem gestão de serviço, nós vamos entregar a quem cumpra fluxo de caixa.

Então, eu acho que nós precisamos ter uma atenção muito grande sobre este assunto, porque ele está passando por aqui com outra modelagem, que é a renegociação da dívida dos Estados, mas não é justo sangrar o saneamento para pagar débitos que não são do saneamento. Já tem passivo de mais o saneamento, Presidente, para que nós possamos retirar recursos dele.

Eu acho que, se nós pudéssemos fazer esse voo mais alto e colocar todos na mesma página desses setores, nós poderíamos avançar depois por mecanismo que debatesse e aprimorasse as discussões setoriais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu queria, inclusive, propor algo aos companheiros Senadores, porque parece-me que nós precisaríamos escolher, prioritariamente, Senador Agripino, pelo menos cinco grandes eixos da infraestrutura. E, a partir da escolha desses cinco grandes eixos da infraestrutura, nós poderíamos formar um grupo com cinco ou seis Senadores para que nós pudéssemos estabelecer um plano de trabalho sobre cada um dos eixos.

Dou um exemplo: Senador Roberto Muniz, saneamento. V. Exª elaboraria um plano de trabalho sobre o qual a Comissão pudesse se debruçar para que nós pudéssemos ter um diagnóstico, apresentar proposituras na questão da regulação do saneamento. Porque creio que um dos grandes problemas hoje para que o setor de infraestrutura tenha o sucesso que aconteceu, por exemplo, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

setor elétrico é exatamente a regulação de forma segura, do ponto de vista da segurança jurídica, da transparência, da segurança remuneratória, etc, para que o investidor se sinta atraído e invista efetivamente.

De igual modo na questão viária do País. Eu acho que nós temos aí um eixo viário importante. Não dá para que, todos os anos, quando haja uma supersafra de grãos, a gente assista pela televisão aos percalços que essa supersafra de grãos passa para poder retirar a produção, tendo em vista a situação de pontos de alagação, pontos em que as estradas não têm condições de escoar.

Então, me parece que nós poderíamos reunir um subgrupo de Senadores, estabelecer uns cinco itens, fazer com que cada um coordene um plano de trabalho sobre cada um dos setores escolhidos e, a partir daí, então, ter um plano de trabalho definido para poder ser deliberado pela Comissão. O Senador Gurgacz, por exemplo, assumiria a área de transportes, em que tem grande experiência; o Senador Hélio José, por exemplo, no setor elétrico, em que tem grande experiência; e assim sucessivamente. Nós poderíamos criar uma dinâmica descentralizada e organizada para que alcancemos metas.

Eu queria apenas, antes de passar a palavra para o Senador Hélio José, dizer o seguinte, que acho importante: se para cada um desses grandes setores nós conseguirmos na nossa gestão tirar um produto ou uma medida provisória, um marco regulatório que faça com que aquele determinado setor da infraestrutura evolua e possa avançar, isso eu acho que será o grande resultado e o grande ganho.

Passo a palavra ao Senador Hélio José e, em seguida, ao nosso Presidente Agripino Maia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar o nosso Presidente recém-eleito, o engenheiro, o amigo Eduardo Braga; cumprimentar o nosso amigo Vice-Presidente, Senador Acir Gurgacz; cumprimentar o nosso querido Presidente de honra, Pedro Chavez, Senador de Mato Grosso do Sul; e todos os demais aqui nesta Comissão.

Quero dizer, querido Presidente, nobre Senador Eduardo Braga, que acho que V. Exª acerta quando propõe discutir esses temas de forma segmentada, porque, dessa forma, permite-se que quatro, cinco, seis Senadores, no máximo, consigam concentrar e trazer para cá, sob a sua Presidência, uma proposta concreta para ser debatida, avaliada e encaminhada. Porque esta Comissão tem um temário tão extenso, tão denso e tão importante que, dessa forma que o Brasil anseia por um desenvolvimento da sua infraestrutura nacional, que o Brasil necessita voltar a gerar emprego, gerar oportunidade, tem condições de melhor avaliar esses eixos: o eixo portuário, o aeroportuário, o eixo do transporte, da energia renovável e não renovável, a questão do saneamento básico, a questão minerária. Então, concordo em gênero, grau e número com a proposta colocada pelo nosso Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acho que os meus antecessores, Excelência, colocaram pontos importantes com que nós devemos nos preocupar. O nosso querido Senador Lira colocou as dificuldades que temos com relação a esse Crema, todo ano, que recupera o "asfalto sonrisal" – deu uma chuva, não conseguimos transitar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – Asfalto sonrisal?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ele desmancha fácil com a chuva.

Então, nós precisamos ver o estilo melhor, porque você anda pela Europa ou pelos Estados Unidos, quilômetros e quilômetros, e jamais encontra um buraco. Aqui, nós andamos 10 quilômetros e já está cheio de buraco para todo lado. Então, nós precisamos mudar essa realidade em nosso País, e com a qualidade podemos melhorar.

A questão energética está aí. Nós não podemos ter usinas prontas, construídas, e não ter linha para escoar essa produção. O caso aconteceu com eólicas, em vários lugares, e em outras questões que nós tivemos de usinas importantes. E temos que nos concentrar no desenvolvimento energético das energias renováveis.

Inclusive, há um trabalho, nobre Senador Eduardo Braga, que era para ser entregue hoje – está pronto, está na impressão, creio que já o teremos na próxima reunião ou daqui a duas reuniões –, sobre a política pública debatida o ano passado inteiro aqui, que foram as energias renováveis. Esse trabalho está na fase final, está na gráfica. Acho que na próxima reunião V. Exª já terá condição de distribuir esse material, que foi fruto de uma discussão intensa, com vários debates aqui o ano inteiro.

Então, quero concluir cumprimentando V. Exªs. Quero dizer que, para mim, como engenheiro, como analista de infraestrutura, é um prazer, uma satisfação imensa colaborar com esta Comissão naquilo que é possível.

Acho que estamos aí com um Presidente e um Vice-Presidente cuja competência dispensa apresentação. É conhecido por todos nós o trabalho que têm feito pelo Brasil. Então, vamos trabalhar juntos pelo melhor para nossa Pátria. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Com a palavra o nosso Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Presidente Eduardo Braga, eu fiz questão de vir à sua eleição por entender que, primeiro de tudo, a Comissão de Infraestrutura é uma comissão importante, mas importante também é a sua Presidência pelo seguinte: V. Exª foi Governador de Estado, V. Exª é Senador, foi Ministro de Estado, tem uma carga de experiência muito forte e é um pragmático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho que a crise que o Brasil vive no momento exige que o Poder Legislativo dê a sua contribuição no enfrentamento dos problemas e na identificação de saída para os problemas.

Ontem, eu assisti à posse e à eleição de Tasso Jereissati, que é um empresário, também ex-Governador, Senador, com larga experiência com atividade de um lado do balcão e do outro lado do balcão. E ele fez um enunciado daquilo que pretende levar a efeito como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, como V. Exª fez.

Eu acho... Por exemplo, no Nordeste, qual é o grande problema? Transposição do São Francisco? Revitalização do São Francisco? Sem dúvida que é. Na Região Norte, você tem BRs, tem a Zona Franca; na Região Sudeste, a parte da energia elétrica, que é, digamos, o grande fundamento da região. O que é preciso? É preciso que o Poder Legislativo encontre, como V. Exª colocou, de forma muito apropriada, os nichos de preocupações e atue indo ao local, provocando o problema e forçando o Poder Executivo a acordar para soluções.

Então, na medida em que o Poder Legislativo faça essa tarefa, que será nova, é preciso que... Sem demérito aos que já passaram – eu mesmo fui Presidente desta Comissão lá atrás –, neste momento, as Comissões têm uma importância dobrada em relação ao momento político que a gente vive e à solução dos nossos problemas. E homens com a qualidade de V. Exª e de tantos outros que estão se elegendo têm papel fundamental na retomada do crescimento e na solução dos nossos problemas.

Foi por isso que fiz questão de vir aqui. Eu sou suplente da Comissão, participarei dos trabalhos no limite do possível. Mas quero desejar muito boa sorte e dizer que estamos engajados nesse esforço de recuperação nacional, que é tarefa de todos nós – do Poder Executivo e também do Poder Legislativo.

Muito boa sorte a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu que agradeço as palavras de V. Exª, Senador Agripino.

Quero aqui registrar também a presença do Diretor-Geral da Antaq, Sr. Adalberto Tokarski. Muito obrigado pela presença. Tenho certeza de que a Antaq será uma das agências com as quais teremos que desenvolver diversos debates e diversas proposituras de encaminhamento de solução.

Ao encerrar, creio que uma frase que o Senador Agripino colocou há pouco, Senador Acir, Senador Pedro, é fundamental: nós precisamos ser objetivos e pragmáticos. O Brasil vive um gargalo na sua infraestrutura e, ao mesmo tempo, vivemos uma crise econômica. Se nós conseguirmos ajudar na solução desses gargalos para que, ao retomarmos a economia, nós possamos fluir a nossa produção pela infraestrutura renovada, com a participação da iniciativa privada, de uma forma célere,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

correta, transparente, e com um custo compatível com a nossa realidade, eu tenho certeza de que nós teremos dado uma grande contribuição.

Portanto, é com esse espírito de pragmatismo, de objetividade que nós chegamos a esta Comissão para ajudar o Brasil a vencer os desafios e ajudar as nossas regiões a poderem estar integradas ao novo momento que o Brasil está buscando construir para a sua economia e para o seu povo.

Muito obrigado pela presença de todos.

Declaro encerrada a reunião e convoco uma nova reunião ordinária para a próxima terça-feira, às 9h.

(*Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e um minuto do dia vinte e um de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Raimundo Lira, Hélio José, Garibaldi Alves Filho, José Pimentel, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Roberto Muniz, Lasier Martins, Vanessa Grazziotin, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Armando Monteiro e Thieres Pinto. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer, Ângela Portela, Jorge Viana, Cássio Cunha Lima e Wilder Morais. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 19, de 2016** que encaminha, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei Geral de Telecomunicações - Lei nº 9.472/97, Relatório da Ouvidoria da Anatel - agosto 2016. **Autoria:** Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2012** que altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional. **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado parecer pela prejudicialidade da matéria. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2008** que dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências. **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013** que altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 2 de 2017 - Não Terminativo -** que requer a realização de diligência, com membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a fim de promover, no município de Manaus, seminário para debater a "Suframa como fator de desenvolvimento regional" e discutir a Medida Provisória (MPV) nº 757, de 2016, que institui a taxa de controle de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

incentivos fiscais e a taxa de serviços em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 3 de 2017 - Não Terminativo -** que requer a realização de audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a participação do Sr. Juarez Quadros, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações. **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 4 de 2017 - Não Terminativo –** que requer a indicação para participar, como representante da Comissão de Serviços de Infraestrutura, do Fórum Pró-Ferrovia em Cuiabá/MT, em 24 de março de 2017. **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior e da Ata da 42ª Reunião de 2016, realizada em 15 de dezembro de 2016.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Temos alguns comunicados.

Documentos recebidos pela Comissão.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 76/2017, do Tribunal de Contas da União, que aborda pedidos de reexame no âmbito de processo que trata de denúncia, com pedido de cautelar suspensiva, sobre possíveis irregularidades existentes no âmbito do Programa Multimodal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Transporte e Desenvolvimento Minério-Industrial do Estado da Bahia (Complexo Porto Sul), envolvendo a implantação da Ferrovia de Interligação Oeste-Leste (Fiol), do Terminal Portuário Privativo da Bahia Mineração Ltda. (Bamin) e do Porto Sul, no Município de Ilhéus, na Bahia.

Cópias desse documento encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Documentos recebidos pela Presidência da Comissão

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 61/2017, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria operacional, realizada com o objetivo de avaliar os procedimentos de unitização em áreas do polígono do pré-sal, de responsabilidade da empresa Pré-sal Petróleo S.A.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Comunicado: respostas a requerimentos de informação.

A Presidência da Comissão registra o Ofício nº 1543, de 2016, do Ministério do Meio Ambiente, que apresenta informações sobre as políticas públicas voltadas à mitigação do efeito estufa, o uso da água para geração elétrica e o aumento da participação das fontes renováveis na matriz energética.

Da mesma forma, recebemos o Aviso nº 224/2016, do Ministério de Minas e Energia, que apresenta informações sobre o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Programa Luz para Todos).

Os documentos oferecem os esclarecimentos solicitados, respectivamente, pelos Requerimentos de Informações nº 520 e 521, de 2016, de iniciativa desta Comissão, e originalmente formulados por S. Exª o Senador Hélio José, no âmbito de sua relatoria sobre a avaliação de políticas públicas (artigo 96-B do RISF).

Além de cópias já encaminhadas ao gabinete do Senador Hélio José, cópias adicionais estão disponíveis às Srªs e aos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Último comunicado:

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 97/2017, da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e Aeroportuária do Tribunal de Contas da União, que encaminha à Comissão cópia do Acórdão 306/2017, do Plenário do TCU.

O referido acórdão trata de solicitação do Congresso Nacional para avaliação dos resultados quanto à utilização do instituto da contratação integrada, no âmbito do regime diferenciado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

contratações públicas, a partir da comparação de uma amostra significativa de obras similares, contratadas sob esse regime e sob outros regimes.

Cópias desse documento encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Agradeço a presença dos nossos Senadores na manhã de hoje.

Iniciamos a nossa pauta.

Senador Fernando Bezerra, V. Exª gostaria de fazer alguma colocação?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quero saber se é possível, já que estou relatando o PLS nº 379, terceiro item da pauta, chamá-lo para que eu possa relatá-lo, porque tenho um compromisso e terei que me ausentar da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Se as Srªs e Srs. Senadores concordam, passaremos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2008

- Terminativo -

Dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela rejeição

Observações: *Não foram oferecidas emendas ao projeto. A matéria tem parecer da Comissão de Assuntos Econômicos pela rejeição também.*

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra para relatar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – De forma muito breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Esse projeto, de iniciativa do então Senador Renato Casa Grande, que é do meu partido, foi Governador do Espírito Santo e é o Presidente da Fundação João Mangabeira, data de 2008, quando estava se iniciando o desenvolvimento da indústria de energia eólica no Brasil. Hoje, a energia eólica já é a segunda fonte de geração de energia elétrica, ficando só atrás da hidráulica, e se transformou em uma das alternativas mais competitivas na produção de energia para o sistema elétrico brasileiro.

A proposta do Senador Renato Casagrande era de ampliar o subsídio em relação à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão, conhecida por Tust, e também em relação à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, conhecida por Tusd. Hoje, os geradores de energia eólica têm um desconto de 50% nessas tarifas, e S. Exª pretendia elevar esse desconto para 100%.

Desde 2011, quando a energia eólica já desenvolveu uma cadeia de produção no Brasil, com insumos, permitindo, portanto, reduzir os preços, o Ministério de Minas e Energia trabalha na direção contrária, ou seja, ir gradualmente retirando os subsídios para não impactar no preço da tarifa de energia que é paga pelo consumidor.

Essa indústria da energia eólica está bastante desenvolvida no Brasil, todo o mercado tem uma expectativa de que, neste ano, o Ministério de Minas e Energia retome os leilões de energia renovável, que não ocorreram no ano passado em função da situação de sobreoferta que existe no mercado de energia no Brasil.

O nosso voto, portanto, em relação a esse projeto do Senador Renato Casagrande é no sentido da rejeição, tendo em vista a consolidação da energia eólica como uma das alternativas das mais legítimas, das mais válidas para a expansão das fontes energéticas renováveis em nosso País.

Este, o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Fernando Bezerra. Meus cumprimentos pelo relatório.

De fato, é uma matéria importante e que tem que ser, como foi, muito bem analisada e avaliada por V. Exª.

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo e, portanto, exige quórum qualificado.

A matéria está em discussão.

Se alguém desejar discutir... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu sugiro vista coletiva, pois não temos quórum qualificado para deliberação. Assim, na próxima reunião, com o quórum qualificado, nós poderemos colocar em votação a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, fica concedida vista coletiva.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 19, de 2016

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/97), Relatório da Ouvidoria da Anatel – agosto 2016.

Autoria: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lasier Martins para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz.

Sr. Presidente, prezados colegas, trata-se de um relatório muito interessante nesta época em que tanto discutimos telecomunicações. Trata-se de uma crítica feita às telecomunicações pela própria Ouvidoria.

Então, embora seja um documento apenas para conhecimento, vale a pena para nós atualizarmos não só a nossa Comissão, mas todos aqueles que nos acompanham, sobre o que se constatou, o que existe nas telecomunicações, na Anatel.

Este é o relatório. Eu vou saltar alguns pontos. Já resumimos aqui os pontos principais, por isso não faremos a leitura completa, mas uma leitura parcial dos pontos principais.

Chega à Comissão de Serviços de Infraestrutura o Relatório de Atividades da Ouvidoria da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), publicado em agosto do ano passado, 2016.

Na apresentação do relatório, o Ouvidor da Agência alerta existir na cultura da instituição uma “resistência implícita” ao acolhimento do cidadão, sendo necessária uma maior sensibilidade às demandas dos consumidores dos serviços de telecomunicações. Critica ainda o estrangulamento orçamentário sofrido pela Anatel no último período que, segundo ele, chegou a “limites insuportáveis”, prejudicando atividades cotidianas fundamentais da Agência, como a fiscalização das operadoras. Esta é a primeira crítica: queda na fiscalização das operadoras, o que me parece muito notório por todos os consumidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na primeira seção do documento, a Ouvidoria discorre sobre o instituto da ouvidoria pública no Brasil, descrevendo seu histórico, conceito, características de gestão e modelos. Assim, assevera, citando a Ouvidoria-Geral da União, que "uma Ouvidoria deve ser compreendida como uma instituição que auxilia o cidadão em suas relações com o Estado, permitindo que suas críticas e sugestões subsidiem a melhoria dos serviços públicos prestados".

De acordo com o relatório, algumas proposições da Ouvidoria da Anatel sofrem resistências internas, não havendo o reconhecimento, por setores do órgão, de que o direito de petição do cidadão junto à agência é um direito concreto, legalmente garantido pelo art. 3º, XI, da LGT.

Ainda segundo o relatório, a Ouvidoria está trabalhando com um corpo de pessoal aquém de suas necessidades. É outro item da crítica: pouca fiscalização, insuficiência de pessoal. E o pleito de atenção para o problema não foi devidamente considerado pela administração da casa. Para o órgão, falta à Anatel uma política de participação social que busque promover uma cultura de atendimento ao cidadão. Não há nenhuma novidade – incontáveis queixas dos brasileiros com relação ao atendimento de suas demandas.

A segunda seção aprecia a atuação regulatória da Anatel e analisa a participação da Agência na tentativa do mercado em limitar o volume de dados no provimento de conexões de banda larga fixa – discutimos isto. Segundo a Ouvidoria, as ações iniciais do órgão regulador sobre o tema podem ser consideradas insuficientes e inadequadas.

A propósito, à margem do relatório, quero lembrar que o Senado aprovou, na semana passada, um projeto proibindo esta prática, que é comentada aqui pelo relator.

Sobre a recuperação judicial da Oi – outro tema importante, a recuperação da Oi, tão comentada nos jornais –, o órgão afirma que "a Anatel vem acompanhamento a contento a questão que, sem dúvida, é extremamente pertinente".

O terceiro capítulo do Relatório de Atividades trata do atendimento dispensado pela Anatel aos consumidores dos serviços de telecomunicações.

Sobre o tema, a Ouvidoria considera que o modelo de atendimento ao consumidor em prática tanto pelas operadoras dos serviços quanto pela Anatel é ineficiente, precisando ser estruturalmente reformulado. Nesse contexto, avalia a atuação das empresas e da agência em relação ao bloqueio da conexão de dados nos serviços de banda larga móvel estabelecido a partir do início de 2015. Para o órgão, seria necessário que a Anatel resguardasse o direito dos consumidores que firmaram seus contratos prevendo, em casos de esgotamento da franquia contratada, apenas a redução da velocidade de conexão e não o bloqueio do serviço. E conclui: "é lamentável e controversa esta visão até o momento não revista pela direção da Agência".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No que tange aos canais de atendimento ao consumidor disponibilizados pela Anatel, a Ouvidoria defende alterações que levem em consideração o resultado final da satisfação do cidadão depois de todo o procedimento.

Quanto ao tratamento das reclamações registradas pelos consumidores na agência, a Ouvidoria discorda da metodologia estabelecida pela Superintendência de Relação com os Consumidores, que considera uma reclamação atendida com a mera resposta ao protocolo, e não com a solução efetiva do problema reclamado – isso aqui é uma verdadeira denúncia que a Ouvidoria faz, Senador Otto, Senador Pedro e Senador Fernando. Quer dizer, é o ouvidor denunciando aquilo que nós desconfiávamos, mas que agora é comprovado por órgão de dentro mesmo. Não se considera a reclamação a não ser como uma formalidade.

Ainda sobre o tema, o órgão aponta que, em média, "perto de 50% dos consumidores dos serviços de telecomunicações estão insatisfeitos em relação à capacidade de solução dos problemas pelas empresas prestadoras de serviço".

Na última seção do relatório são listadas as ações da Ouvidoria para o aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão, das quais destaca o acordo de cooperação técnica firmado com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para a implementação da chamada "Pesquisa de Satisfação na Anatel".

Por fim, o órgão apresenta um balanço de sua atuação em números: até agosto de 2016, a Ouvidoria atendeu 3.425 manifestações acerca de questões envolvendo a agência, como reclamações, pedidos de informação, críticas e agradecimentos.

Análise.

À luz das informações apresentadas pela Ouvidoria da Anatel em seu relatório, consideramos que foram cumpridos os preceitos legais estatuídos na LGT referentes à atuação daquele órgão.

Entendemos que a Ouvidoria atuou com isenção e independência em relação à Anatel, destacando-se as observações críticas tecidas pela Ouvidoria quanto à insuficiência de desempenho daquela agência com respeito a algumas de suas atribuições. A Ouvidoria demonstra desempenhar com eficácia seu papel de defender os direitos e deveres básicos dos usuários dos serviços de telecomunicações, buscando instituir canais permanentes de comunicação e interação entre ela e a sociedade em geral.

Voto.

Com base no exposto, opinamos que Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº 19, de 2016 (nº 26, de 2016, na origem), da Agência Nacional de Telecomunicações, e delibere pelo encaminhamento do processo ao Arquivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

É o voto, para conhecimento, mas um conhecimento importantíssimo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Lasier.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos pelo belo relatório que V. Exª faz, para que possamos tomar conhecimento dessa matéria tão importante.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. *Fora do microfone*.) – O trabalho louvável foi do...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Do Senador Otto?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sim, mas também da honestidade, da sinceridade do ouvidor, que revela as mazelas das telecomunicações. Ele cumpriu a sua obrigação, o que, aliás, poucos fazem hoje nessas atividades públicas, pelo que se está vendo agora no caso da carne.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem! Meus cumprimentos.

Em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, muito obrigado pela oportunidade de discutir.

Também acompanhei o relatório do Senador Lasier Martins. Essa é uma matéria que precisa ser discutida no Senado Federal e me parece... Aliás, já defendo isso há muito tempo, desde a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Aprovei um requerimento e mandei para o Tribunal de Contas da União, para que se fizesse auditoria nas telefônicas, o que foi feito e até serviu agora, nesta nova lei que votamos e aprovamos aqui, para se ter uma ideia do que acontecia. Esse relatório do Tribunal de Contas da União eu tenho na minha mesa. Inclusive, o relatório tem avaliação dos bens da telefonia fixa, que não são 130 bilhões; isso era lá atrás, em 1998. Na verdade, hoje, a avaliação do TCU é em torno de R$20 bilhões de centrais já obsoletas, de novecentos e tantos mil de orelhões que não são mais utilizados, torres de telefonia móvel que só jogam sinal para quatro quilômetros. Então, é preciso realmente um investimento deste, e o Governo não tem como fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, lá também sugerimos à Anatel e à época ao Ministro das Comunicação, cujo nome não me lembro, mas ao que antecedeu o Gilberto Kassab, que, para fiscalizar a ação das telefônicas nos Estados, seria preciso ter ou a descentralização para os Estados construírem as suas próprias agências de fiscalização ou, então, colocar uma filial da Anatel em cada Estado brasileiro. Como alguém no interior do Amazonas vai fazer uma denúncia à Anatel e a central da Anatel vai atender, vai dar atenção? Absolutamente não dá atenção nenhuma! Eu, Vice-Governador da Bahia e Secretário de Infraestrutura, ia para Anatel, marcava audiência e era recebido duas horas depois. Não tinha como agir, porque o Diretor da Anatel tem um mandato e ele dá satisfação a quem ele achar que deve dar em quatro ano ou em três anos. Então, é uma situação muito ruim.

O que se deveria fazer, se se quisesse fazer a fiscalização, seria colocar uma agência em cada Estado Federal – acho que o Governo Federal não vai fazer isso, porque é custo operacional e com pessoal – ou descentralizar para cada Estado ter a sua agência de fiscalização. No meu Estado, a capital Salvador, na Ladeira da Montanha, onde quase chegaram os portugueses pela primeira vez, tem sombra e não se consegue ligar de celular.

Na Ladeira da Montanha, no quintal do Palácio Rio Branco, o primeiro palácio onde ficavam os governadores, não há sinal. Se você chega à distante Praia do Forte, não há sinal de internet. E não há como fiscalizar. A culpa nem é dos diretores. É que há muito trabalho para uma agência só num país de dimensão continental, com 26 Estados – são 26 Estados e o Distrito Federal. Não há como fiscalizar. Então, vai se denunciar, como já denunciei várias vezes ainda quando eu era Secretário de Infraestrutura da Bahia. Não vejo absolutamente nenhuma ação.

Com essa centralização de poder em Brasília, Senador Lasier, para um órgão só fiscalizar o Brasil inteiro, não se vai fiscalizar absolutamente nada nesse setor e em nenhum dos outros setores em que o consumidor clama pela melhoria dos serviços. Não vai acontecer absolutamente nada. Essa é a situação. E isso acontece também na Anac e em outras agências aqui. Estão todas centralizadas em Brasília, como a Aneel, na parte de energia. Na Antaq, na área dos portos, ocorre a mesma coisa. As Companhias Docas, nos Estados onde há portos, não têm autorização para absolutamente nada! É tudo centralizado em Brasília. Tiraram todo o poder das Companhias Docas. Se existe lá uma coisa pequena, para ceder ao Estado, tem de se mandar para a Antaq. Às vezes, é uma área importante para o investimento no Estado. No Porto de Salvador, é assim; no Porto de Aratu, era assim. Nós trabalhamos muito para isso.

Para se ter uma ideia, para eu conseguir, na época, fazer a dragagem do Porto de Salvador, isso demorou dois anos. Foram dois anos para eu conseguir fazer a dragagem, porque vinha para cá. Eu tive de contratar, primeiro, um especialista, um nadador profissional, um sujeito que pudesse verificar o fundo do mar de Salvador, um arqueólogo subaquático ou submarino, não sei como é. Arrumar esse cara foi difícil para caramba! E ainda dei o maior azar do mundo! Na Baía de Todos-os-Santos, houve muitas lutas, muitas guerras. Apareceu esse arqueólogo e identificou uma imagem de santo quebrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Segundo ele, segundo os entendidos, era uma imagem de São Lázaro, que não tinha mais a perna. Mas o pior não foi isso: é que ele identificou também a imagem de um exu, que é um orixá do candomblé da Bahia, o Exu Tranca Rua. E, para tirar esse exu, isso deu um trabalho enorme, e eu só podia fazer a dragagem do porto depois de retirar dali o exu. Mas ninguém queria tirar dali o exu com medo do candomblé. Então, eu tive de arrumar alguns amigos meus, para, de noite, amarrar o pé do exu e puxá-lo para o meio do mar, para poder fazer a dragagem. Dragar o porto de Salvador demorou dois anos, porque tudo dependia da Antaq, e, depois, eu tive o desacerto de depender do exu, pois tive de retirar o exu do fundo do mar, o que deu um trabalho muito grande.

Portanto, essa centralização de poder em Brasília é um negócio fora do comum. O Brasil, com dimensão continental, não pode depender só de Brasília. Ou se toma a decisão de fazer realmente a descentralização de poder, esse Pacto Federativo, com mais Estados, mais Municípios e menos Brasília... Quando Brasília for menor, o Brasil avança. Enquanto ela for grande, enquanto for centralizado tudo aqui, o Brasil não vai absolutamente para lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – V. Exª tem toda a razão, Senador Otto. É necessária a descentralização, para que a gente possa diminuir a burocracia do Governo e atender a população.

Passo a palavra a quem já a havia pedido, o Senador Lasier, para discutir.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Bem rápido.

Sr. Presidente Acir, em função desse relatório firmado pelo Sr. Aristóteles dos Santos – eu havia omitido o nome, agora faço questão de colocá-lo –, que é o Ouvidor que nos trouxe a público essas deficiências que ele vê de dentro da Anatel, e com as considerações preciosas do Senador Otto Alencar, eu quero propor, Sr. Presidente, que nós convidemos o Presidente da Anatel para vir aqui, para não ficarmos meramente na constatação. Muito bem, hoje lemos aqui o relatório, há uma série de deficiências, mas vamos ficar por isso? Precisamos saber do Presidente da Anatel, de posse desse relatório, o que está sendo providenciado para corrigir essas várias falhas.

Então, eu quero encaminhar o pedido para que se traga até a nossa Comissão o Sr. Juarez Quadros, que é o Presidente da Anatel, para uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, só para informação, o Regimento Interno diz que todos os presidentes das autarquias, das agências têm que vir à Comissão de Infraestrutura para prestar esclarecimentos ao menos uma vez por ano sobre as ações das agências. Podemos usar esse artigo para convidar o Presidente dessa agência para vir. Solicito a V. Exª que faça o requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito, será feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E nós o encaminharemos ao Plenário e convidaremos ou convocaremos o Presidente para vir aqui prestar esclarecimentos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente, eu queria parabenizar o Senador Lasier pelo relatório e dizer que, dentro dessa solicitação do convite ao Presidente da Anatel, que a gente tivesse o foco também, e quero destacar isso, na questão da qualidade dos serviços. Na ponta, a Justiça do direito do consumidor, os PROCONs estão completamente engarrafados porque, ano após ano, as empresas de telecom são as empresas que mais são acionadas pelos consumidores. Isso é em São Paulo, isso é na Bahia, isso é no Brasil todo. Eu queria ver qual é o plano que a Anatel tem para poder tirar esta situação de engarrafamento no Procon, porque é feito através de um serviço que é regulado por ela. Então, eu queria ver se há, na Anatel, Presidente, alguma ação específica, e, se há, quais foram os impactos que aconteceram nos últimos anos para tirar as empresas de telecomunicação da lista e dos primeiros locais do Procon.

A sociedade não aguenta mais ligar para o 0800 e ouvir: "Disque 1 para não ser atendido; disque 2 para também não ser atendido e disque 3 para continuar na linha para não ser atendido." Então, este é o sentimento da população: os serviços de atendimento ao consumidor dessas empresas não funcionam. A regulação precisa dar um resultado rápido nisso. E nós queríamos saber, já que é algo recorrente no Brasil, quanto à ação do consumidor contra essas empresas no Procon, o que a Anatel está fazendo sobre isso.

Eu queria subsidiar essa solicitação do Senador Lasier, ampliando esse leque e focando nessa questão, para que possamos ter um resultado mais efetivo na ponta e diretamente na vida do consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Vamos convidar o Presidente da Anatel para aqui fazer esses e muitos outros esclarecimentos, porque, com certeza, todos nós temos dúvidas com relação à nossa Anatel.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, sugiro que encerremos a discussão e aguardemos o quórum qualificado, de doze Senadores. Estamos com nove Senadores, então, faltam três para que possamos deliberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Continuaremos a leitura dos demais relatórios – temos o item 2 da pauta – enquanto aguardamos o quórum qualificado.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

1 - Parecer da CCJ pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado;

2 - Votação simbólica, nos termos da Instrução Normativa nº 5/2015-SGM.

Como o Senador Hélio José acabou de sair para atender a uma ligação, vamos passar ao próximo item, o item 4, enquanto S. Exª retorna, e daremos continuidade.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados.

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1-CI, oferecida pelo Senador Flexa Ribeiro.

Observações: *A matéria tem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos.*

Sugiro que tenhamos um Relator *ad hoc.*

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu não tenho nenhum problema de ser. O problema é que a liderança do Governo nesta Casa está solicitando que eu peça vista e converse com o Relator para aperfeiçoar o texto. O Governo não é contra; acha meritório o projeto de lei, mas gostaria de discutir uma melhor redação para ele.

Nesse sentido, eu declino de ser o Relator *ad hoc*, porque farei o pedido de vista. Mas poderia sê-lo, caso V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – V. Exª pode pedir vista antes da leitura.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu o farei.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não; antes mesmo da leitura. V. Exª pode fazer o pedido de vista agora.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pronto! Então...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E, assim, nós eliminamos a leitura.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... eu solicito vista do PLS nº 11, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Concedida vista ao Senador Fernando Bezerra.

Voltamos, então, à Ordem do Dia.

Vamos verificar se o Senador Hélio José está pronto para fazer a leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

Ah, está vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Depois nós teremos ainda um prazo, se algum Senador assim o desejar, para fazer comentários sobre a nossa política e sobre os acontecimentos do final de semana, principalmente sobre a nossa economia.

Contudo, antes disso, vamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional.

Autoria: Senador Waldemir Moka.

Relatoria: Senador Hélio José.

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

1 - Parecer da CCJ pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado;

2 - Votação simbólica, nos termos da Instrução Normativa nº 5/2015-SGM.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Presidente, nobres membros desta Comissão de Infraestrutura, como o Presidente já esclareceu o preâmbulo do projeto. E u, para tentar ser breve, passarei direto à análise e, em seguida, ao voto.

Como esta Comissão tem a incumbência de se pronunciar de forma terminativa sobre o projeto, faz-se necessária a verificação da constitucionalidade do projeto.

A matéria se insere na competência legislativa da União e não está entre aquelas de iniciativa privativa da Presidência da República, nos termos dos arts. 61 e 84 da Constituição Federal. Por outro lado, ao exigir que a agência preste contas de suas atividades ao Congresso Nacional, a proposição assegura o cumprimento do previsto no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, que atribui ao Congresso a competência de fiscalizar e controlar, diretamente ou por quaisquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta. Sendo assim, a proposição está adequada aos ditames constitucionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Do pondo de vista do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104, I, manifestar-se sobre o mérito do presente projeto de lei que diz respeito à agência reguladora. Há também aderência da proposição aos aspectos da juridicidade. Conclui-se, portanto, pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade do projeto.

O PLS nº 475, de 2012, acrescenta ao art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o inciso XXII, que cria nova atribuição para a Aneel, a saber: enviar um relatório semestral de suas atividades ao Congresso Nacional, por intermédio do Ministério de Minas e Energia e da Presidência da República.

Conforme ressaltado na justificação, as agências reguladoras foram instituídas para cumprir a importante função de fiscalizar a prestação dos serviços públicos concedidos à iniciativa privada. Para tanto, foram criadas sob a forma de autarquia, em regime especial, com considerável autonomia em relação ao Ministério ao qual estão vinculadas.

Essa autonomia, contudo, não as isenta do poder fiscalizatório do Congresso Nacional, que tem a atribuição constitucional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo não só com vistas à prevenção e à repressão de atos ilícitos, mas também – e principalmente – com a finalidade de sugerir a adoção de medidas que contribuam com a maior eficiência na prestação de serviços públicos ou que sejam de relevância pública.

Por essa razão, propõe-se incluir entre as atribuições da Aneel a obrigatoriedade da prestação semestral de contas ao Congresso Nacional. A agência atua em um setor de importância crítica para a economia e para a sociedade brasileira e precisa ter sua atuação acompanhada e eventualmente ajustada por aqueles que representam a vontade da população como um todo. Se o Legislativo puder avaliar qualitativa e quantitativamente o desempenho dessa agência, poderá propor planos de atuação e, quando for o caso, até mesmo adequar a legislação às necessidades da boa prestação da atividade.

A exigência de prestação de contas pela Aneel, inspirada em exigência semelhante criada para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), é, sem dúvida, fator que contribuirá para uma melhora nos serviços públicos prestados na área de energia elétrica e para a implantação progressiva dos princípios constitucionais de adequação do serviço, modicidade tarifaria e universalização do acesso. Apoiamos plenamente o proposto pelo autor do PLS.

Concordamos também com a ponderação apresentada no relatório da CCJ, que recomenda que a prestação de contas e a apresentação do relatório pela Aneel se dê anualmente, a exemplo do que é exigido da Anac.

Ocorre que foi aprovado em caráter terminativo, em 23 de novembro deste ano, pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN), o PLS nº 52, de 2013, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras e, em seu art. 8º, assim determina:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

> Art. 8º As Agências Reguladoras deverão elaborar relatório anual circunstanciado de suas atividades e publicizar, nele destacando o cumprimento da política do setor definida pelos Poderes Legislativo e Executivo.
> Parágrafo único. O relatório anual de atividades deverá ser encaminhado pela Agência Reguladora, por escrito, no prazo máximo e intransponível de noventa dias após o encerramento do exercício, ao titular do Ministério a que estiver vinculada, ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados e deverá ser disponibilizado em local especificado e de destaque no sítio da Agência Reguladora na Internet, como em sua sede e suas unidades descentralizadas.

Quero elogiar aqui o nosso nobre Senador Otto Alencar, que era o Presidente da CEDN, pela aprovação desse projeto, que resolve o problema para todas as agências.

Tendo em vista que o PLS nº 52, de 2013, já torna obrigatória a elaboração de relatório anual pela agência reguladora e seu encaminhamento às duas Casas do Congresso Nacional, consideramos que o PLS nº 475, de 2012, fica prejudicado, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Então, é meritoso o projeto, mas ele fica prejudicado com a aprovação do PLS nº 52, de 2013, pela nossa Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.

Voto.

Diante do exposto, voto pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2012, uma vez que ele já foi contemplado no PLS nº 52, de 2013.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Hélio José, pelo seu relatório.

Da mesma forma, nós ainda aguardamos quórum qualificado para podermos fazer as votações na Comissão.

Deixamos a discussão em aberto. (*Pausa.*)

Encerramos a discussão e deixamos a matéria aguardando o quórum, para que nós possamos proferir a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que a ausência do Senador Eduardo Braga se dá por conta de uma licença médica, mas ele nos assiste através da TV Senado. Portanto, ele não pôde estar presente hoje em função desta licença médica, mas tenho certeza de que sua recuperação se dará o mais rápido possível. Esse é o desejo de toda a Comissão de Infraestrutura. Com certeza, na próxima semana, na próxima terça-feira, o Senador Eduardo Braga estará junto conosco.

Ele fez a pauta; e nós cumprimos aqui a pauta elaborada pelo Senador Presidente Eduardo Braga. Nós não temos nenhuma matéria a ser deliberada. Pergunto aos Srs. Senadores se alguém gostaria de fazer alguma colocação... (*Pausa.*)

Senão nós consideraremos vista coletiva dos itens 1 e 2 para que, na próxima reunião, nós possamos deliberar sobre as duas matérias. Faltam apenas dois Senadores, se nós tivermos a presença de mais dois – o Senador Flexa chegou, já é mais um –, nós poderemos ainda deliberar. A fé é grande.

Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, é só para ver como é que está o andamento das questões aqui na Comissão. Na última reunião, o Presidente Eduardo e o senhor indagaram-nos – e até por uma proposta iniciada pelo Senador Acir – sobre a possibilidade de se criarem subgrupos de trabalho e que fosse apresentado planejamento específico para cinco áreas da infraestrutura. Eu só queria saber se isso avançou, se realmente será esse o formato do trabalho e se a gente vai produzir esse plano de trabalho para este ano aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Isso foi discutido já internamente e deverá ser aplicado dessa forma. Nós aguardaremos o Presidente retornar. Como retornará na próxima semana – aliás nesta semana ainda –, mas como teremos reunião da Comissão na próxima semana, ele já trará sugestões; também aceitamos sugestões dos Srs. Senadores para quais as áreas específicas que gostariam que fossem feitas as subcomissões. Então, isso já está sendo discutindo, o Senador Eduardo Braga já está com isso praticamente elaborado, e eu gostaria de aguardar a presença do Presidente para ele próprio anunciar e debater com V. Exªs a criação dessas subcomissões, assim como também os nossos temas que nortearão os próximos debates, o chamado ciclo de palestras e debates, que será feito nas sextas-feiras, à tarde, para que a gente possa discutir temas da questão da nossa infraestrutura.

Recebemos hoje uma informação – através da imprensa, é claro –, uma pesquisa da CNI que mostra que o investimento na recuperação das estradas brasileiras caiu 44% nos últimos seis anos. Então é uma queda muito grande de investimento, e, portanto, precisamos debater também e discutir esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu não sei nos Estados de V. Exªs, mas no nosso Estado, Rondônia, agora em que atravessamos o período de chuvas intenso no Estado, embora no final das chuvas da Amazônia, especificamente no Estado de Rondônia, enfrentamos um sério problema de buracos na BR-364, no trecho próximo a Vilhena, próximo a Pimenta Bueno, entre Ouro Preto e Ariquemes. Intensificaram-se as chuvas, não houve manutenção, não houve recuperação, e a estrada ficou com graves problemas. Esse é o principal problema do Estado de Rondônia.

A BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, no trecho que consiste exatamente entre Humaitá e Castanho, é uma outra situação gravíssima, em que está interrompida a estrada em função das chuvas. As empresas estão lá no local, prontas para reiniciar os trabalhos, mas aguardando o fim das chuvas para poderem reiniciar.

O caso da 364 já é mais ameno, mas por outro lado é mais grave, porque as empresas não estão no local. Nós precisamos debater esse assunto, porque há uma emergência em recuperar a BR-364, que é a espinha dorsal do Estado de Rondônia.

O Senador Lasier gostaria de fazer uma comunicação.

Com a palavra V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Nessa mesma linha, Presidente Acir. É problema crônico de Norte a Sul do Brasil.

Quero informar a V. Exªs e aos demais colegas que ontem, por exemplo, em Porto Alegre, durante duas horas e meia, tivemos uma reunião com mais ou menos mil pessoas em função da BR-116 Sul. É o trecho que vai do Município de Guaíba até o Município de Pelotas. Essa BR está com obras paralisadas. São mais ou menos 214km paralisados. É uma rodovia importantíssima; das mais importantes do Estado. É a que leva, por exemplo, para o Porto de Rio Grande, que é o principal escoamento da produção do Rio Grande do Sul.

Estiveram lá os 13 Prefeitos que circundam essa BR, Deputados Federais, Deputados Estaduais, empresários, o próprio bispo de Pelotas esteve presente, enfim, autoridades de todos os setores, em um clamor candente que nunca se tinha visto em função de uma estrada.

Quanto ao Ministério, estivemos na semana passada com o Ministro Maurício Quintella, e ele disse: "para este ano de 2017, nós temos 59 milhões". Mas 59 milhões são um pingo d'água, quase nada! Então, foi decidido ontem que haverá uma comissão, e iremos até o Presidente da República. Ninguém aguenta mais.

E essa é apenas uma, que hoje é a prioridade um do Rio Grande do Sul. A prioridade um do Rio Grande do Sul hoje é essa Rodovia 116. Mas há a 290 também e a 386. Estão todas elas com carências ou de duplicação ou de recuperação etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, apenas quero somar-me a esse relato de V. Exª com relação às deficiências de rodovias no Brasil. O Rio Grande do Sul, que já vive uma terrível crise econômico-financeira, vive também essa crise aí da falta de rodovias.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, eu quero louvar a atitude do nosso Presidente e de V. Exª, Vice-Presidente, de distribuir em cinco blocos os grandes temários brasileiros para a gente poder acentuar o nosso trabalho.

Eu acho que o bloco energia, o bloco saneamento, o bloco transporte nas vias terrestres, nas vias marítimas e nas vias aéreas e, talvez, um bloco específico a respeito do transporte aeroportuário e portuário, além de outro, separado, em que se que juntassem as outras coisas que não estão nesses quatro blocos que acabei de colocar seria de fundamental importância para que pudéssemos discutir – acabou chegar o nosso milagre do santo aqui –, de forma mais plotada, gargalos e assuntos fundamentais para o desenvolvimento nacional, para a infraestrutura nacional, para a volta do crescimento, para a volta da geração de empregos e para que o País pudesse estartar.

V. Exª mesmo, que é um homem do transporte, sabe que, quando a gente fala em rodovias, não se pode esquecer das ferrovias. Nós temos uma discussão muito grande a ser feita sobre as ferrovias, para que a gente possa realmente garantir o transporte mais barato da carga, com menos perda e com chegada em melhores condições aos nossos portos.

Além disso, há a questão das hidrovias, muito pouco usadas no Brasil. Nós temos rios enormes, rios que podem ser melhorados para garantir transporte de longa distância de forma mais barata e mais acessível a todos. Então, a gente precisa discutir isso com mais cautela e com mais precisão aqui.

Sou um analista de infraestrutura. Meus colegas concursados da área pública federal estão nos quinze ministérios da infraestrutura nacional, e a gente carece de discutir aqui todo esse temário, seja do racionamento, seja da energia, seja dos portos e aeroportos, seja das três vias de transporte, seja de obras menores.

Eu mesmo discuti aqui ano passado a questão da política pública das energias alternativas. Quero notícia aqui ao senhor, que é o Presidente da Comissão neste momento, e para o nosso Presidente, que está nos ouvindo pela tevê. Está pronto, acabei de revisar todo o relatório. A gente deve encaminhar à gráfica, e deve estar pronto nesta semana ou na semana que vem, para ser distribuído a todos. Foi uma importante discussão sobre esse tema. Esse é um tema muito caro a esta Comissão e poderia entrar naquele bloco dos demais assuntos ou no próprio bloco só de energia mesmo, embora eu ache que ele seja mais amplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu queria concluir, cumprimentando o nosso Presidente da Comissão, que está ausente, por essa ideia de sedimentar, de dividir, achando que, dessa forma, poderemos atuar com especialistas, focados nas questões essenciais para o nosso País.

Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, queria só comunicar que estarei ausente do Brasil amanhã e certamente quinta-feira, porque eu, a serviço da Comissão de Relações Exteriores, estarei na Guiana Francesa, para assistir ao lançamento do satélite nacional, pelo Ariane 5. O satélite custou para o Brasil R$2,1 bilhões e vai ser muito importante, porque vai realmente ligar todo o País em termos de comunicações, em termos de geoprocessamento, tudo aquilo que é importante para o País. Estaremos lá juntamente com o Ministro da Ciência e Tecnologia e com o Ministro da Defesa.

Então, essa é a boa notícia. Entramos no mundo dos satélites, entramos no primeiro mundo. Já era tempo realmente de fazermos isso, lançar um satélite eminentemente nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem! Realmente, é uma notícia importante. V. Exª também estará lá representando a nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura, porque a comunicação faz parte também da nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Então, vamos aos itens de votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Senador Flexa, pode ser depois?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado. Agradeço a sua atenção.

Vamos à votação do item 1, o relatório da Ouvidoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para o seguimento de sua tramitação.

Vamos ao item 2, que "altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional".

Em votação o relatório do Senador Hélio José.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Hélio José permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Os demais itens dependem de votação nominal. Aliás, foram pedidas vistas coletivas. Nós a faremos na próxima semana.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, quero saudar V. Exª e o nosso Presidente licenciado, Senador Eduardo Braga.

Tenho certeza de que vamos ter um ano legislativo muito produtivo na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, que é, sem sobra de dúvida, uma das comissões mais importantes da Casa.

Quero só complementar a observação que o Senador Lasier Martins fez com relação às estradas federais do Rio Grande do Sul.

Quero lamentar, Senador Lasier, ter de dizer aqui que as condições das estradas federais no meu Estado, o Estado do Pará, são lamentáveis. O Estado do Pará é o caminho de escoamento natural que traz maior competitividade para os produtos brasileiros, por estar o Porto de Vila do Conde, em Barcarena, mais próximo de todos os mercados consumidores, sejam os da América, sejam os da União Europeia, sejam os da Ásia. Dobrando à esquerda e passando pelo Canal do Panamá, saímos diretamente para a Ásia. E há uma redução de custos, que começa no transporte. Para sair do norte de Mato Grosso para levar a soja para os portos que eram utilizados para exportar, o de Santos ou o de Paranaguá – é um absurdo você rodar no sentido contrário aos mercados consumidores –, vindo para o Pará, para Vila do Conde, você já economiza dois a três dias de viagem de caminhão e, depois, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

levá-la para os mercados consumidores, também economiza três dias de transporte em navios. Então, essa é uma economia que traz aumento de competitividade para os produtores brasileiros.

Os nossos produtores, nesse caso especial em que me refiro a grãos, são competitivos até a porteira da fazenda. Daí para frente, eles perdem competitividade.

Mas eu me refiro, nesse caso, às BRs 158 e 155, no sul do Pará, e à BR-163, Santarém-Cuiabá. Essas três BRs, que são os canais de escoamento para a soja, estão praticamente intrafegáveis e foram matéria permanente, há cerca de uns dez dias, nos jornais nacionais. Eles mostraram atoleiros em todas essas três estradas, em especial na 163, com filas intermináveis de caminhões e de trens, que estavam paralisados porque não tinham como passar, em trechos pequenos em relação à totalidade da estrada – os trechos em que há o atoleiro –, de 30 a 40km. E o que falta asfaltar da 163 são 170km.

Nós tivemos, Senador Acir Gurgacz, uma reunião com o Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, e o diretor geral do DNIT, Dr. Valter Casimiro, na semana passada, na quarta-feira, com a presença dos Deputados Federais Joaquim Passarinho e Júlia Marinho e de vários prefeitos, vereadores, representantes dos produtores e do Governo do Estado, para que pudéssemos "cobrar" – entre aspas – do Ministro uma ação no sentido de resolver isso, tanto em relação à 155 como à 158. As duas, Senador Acir, somam 90km. E, lá na 163, são 170km. Não é impasse para o Governo Federal uma estrada de 90km ou de 170km.

Eu disse ao Presidente Michel Temer, em uma oportunidade que tive de estar com ele no Planalto, que ele poderia e pode ser o Presidente que vai passar para a história, vai ficar registrado como quem concluiu o asfaltamento da BR-163. Porque, se faltam 170km, ele pode fazer metade em 2017, no verão – tem que ser no verão, porque, na nossa região, Senador Acir, como V. Exª sabe, temos a janela hídrica; só trabalhamos seis meses –, e ano que vem a outra metade, e inaugurar a Santarém-Cuiabá, que é importante não para o Pará, é importante para o Brasil. Tanto a 163 quanto a 155 e a 158 são vias de escoamento.

Então, quero deixar isso registrado na Comissão de Infraestrutura, porque vou ficar atento a tudo aquilo que foi registrado na audiência com o Ministro Maurício Quintella – os prazos, a retomada das obras, a licitação da BR-155 –, para que eu possa acompanhar aquele cronograma que o Ministro nos deu e, se necessário for, pedir aqui na Comissão de Infraestrutura que se faça uma audiência para tratar especificamente das rodovias federais no Estado do Pará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Flexa. Aguardaremos o seu requerimento para que possamos marcar audiência pública e debater não só as rodovias federais do Pará, mas também...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... todas, as da Amazônia, do Sul. É necessário.

Há uma cobrança muito grande do setor produtivo com relação à infraestrutura brasileira. Há uma colocação de que a produção agrícola e pecuária brasileira tem crescido acima da média brasileira, e nós não conseguimos acompanhar na nossa infraestrutura para dar escoamento a essa produção, produção que é a alavanca da economia brasileira.

Nesse sentido, eu não poderia deixar de comentar, Senador Lasier, Senador Flexa, a Operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal na última sexta-feira. Esse tema se tornou o mais importante da agenda nacional e também internacional. Precisamos agir com muita rapidez para evitar uma crise sem precedentes no setor do agronegócio brasileiro, com reflexos que podem ser muito negativos a toda a economia nacional. Eu sempre coloco que toda ação que vem para corrigir o que está sendo feito de errado, para desmascarar e punir os corruptos, para colocar ordem na casa é uma ação muito positiva e sempre bem-vinda. No entanto, não é por alguém estar agindo de má-fé que todos precisam ser punidos. A culpa, por conta do erro isolado, não pode cair sobre um setor inteiro, no conjunto de uma instituição, empresa ou governo. A pirotecnia na divulgação das investigações e das prisões de alguns é sempre muito ruim para todos. Por isso, por mais que a Operação Carne Fraca seja positiva para o mercado da carne, na medida em que retira de circulação quem está agindo de má-fé, a forma como ela foi deflagrada e divulgada nos meios de comunicação prejudicou todo o setor agropecuário brasileiro, dando um reflexo forte na economia brasileira. É como se, enquanto nós estamos aqui trabalhando para ajudar o nosso País a sair da crise, houvesse alguém pensando: "Como podemos prejudicar o País? É no agronegócio. Então, é lá que nós vamos colocar o nosso dedo e vamos travar a economia brasileira." Foi tão ruim essa operação no sentido amplo da palavra com relação à economia que me parece que foi feita a capricho: "Vamos achar uma forma de prejudicar a economia brasileira." Então, foram muitos equívocos e informações erradas que viraram piada na internet e já estão causando um impacto grande em toda a nossa economia.

É bom pontuar que as investigações foram feitas em apenas 21 frigoríficos, sendo que são quase 5 mil frigoríficos existentes no Brasil. Também é importante sublinhar que apenas 33 fiscais sanitários estão sendo investigados, Senador Lasier, de um total de 11 mil servidores públicos do Ministério da Agricultura. É bom pontuar também que, dos 21 frigoríficos investigados, apenas 6 exportaram tanto carne bovina quanto de frango nos últimos 60 dias. Portanto, não podemos colocar sob suspeita todo o setor, todo o sistema de defesa agropecuária brasileiro, o trabalho de muitos anos, feito com muita transparência, cujo rigor é reconhecido, por conta de alguns poucos desvios de conduta.

O nosso sistema de defesa agropecuária é um dos melhores do mundo. Nossas empresas estão entre as mais modernas e com rigorosos controles de qualidade. Nossa carne também é reconhecidamente uma das melhores carnes do mundo. Portanto, cobramos rigor nas investigações e punição severa para os que realmente cometeram irregularidades, mas também cobramos muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cautela das autoridades e discernimento do mercado para que o setor agropecuário, que é a locomotiva da economia nacional, não seja prejudicado, o que seria um caos para toda a economia brasileira.

Temos de tratar esse assunto com muita responsabilidade para não prejudicar quem está fazendo a coisa certa, quem trabalha com rigor, com esmero, com exemplo. O Governo brasileiro precisa se apressar para dar explicações aos países que importam a carne brasileira para que não percamos nenhum mercado. Temos que correr para atuar no mercado externo. Não podemos permitir o fechamento de nenhum mercado, pois foram muitos anos de trabalho sério para abrir fronteiras e derrubar todas as barreiras sanitárias e econômicas desse mercado competitivo.

Nós estamos vendo isso acontecer através do Ministério da Agricultura, liderado pelo Ministro Blairo Maggi, nosso colega aqui, no Senado, que faz um trabalho excepcional. Ele agiu rapidamente, com firmeza, para poder dar uma resposta ao mercado internacional e também ao mercado interno, para tranquilizar os brasileiros de que não há nenhum risco em consumir a carne brasileira ou embutidos brasileiros.

Alguns países já anunciaram restrições e suspenderam temporariamente as importações da carne brasileira. Não podemos permitir que essas restrições e suspensões temporárias se efetivem e se tornem permanentes, porque seria uma tragédia para a economia de todo o nosso País.

Tenho total confiança nas pessoas que estão à frente do Ministério da Agricultura, como já falei, sob o comando do Ministro Blairo Maggi, e sei que ele está tomando todas as medidas necessárias para esclarecer os fatos, pois ele tem não apenas amplo conhecimento sobre o agronegócio brasileiro, mas também uma grande credibilidade internacional para reverter todo esse processo.

Sei bem o trabalho que tivemos para construir essa credibilidade ao longo dos anos. Em Rondônia, construímos um sistema de parceria público-privada para a defesa agropecuária, envolvendo técnicos municipais; estaduais; federais; profissionais da defesa sanitária agrossilvipastoril do Estado de Rondônia, o Idaron; fiscais sanitários do Ministério da Agricultura e profissionais do Fundo Emergencial de Febre Aftosa do Estado de Rondônia (Fefa), locomotiva da economia nacional, que tem realmente feito um trabalho diferenciado.

Reuniram-se também a Secretaria de Agricultura do Estado, a Emater, a Embrapa, além de todas as associações rurais, cooperativas, bem como os técnicos sanitários e funcionários dos frigoríficos. Todos fizeram um trabalho duro e contribuíram para a evolução da qualidade da carne bovina de Rondônia, para construir esse sistema de defesa agropecuária e para Rondônia conquistar o mercado da carne no mundo inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O boi de Rondônia também é chamado de boi verde, porque é criado solto no pasto abundante. É o mais cobiçado no Brasil e já ganhou fama no mundo inteiro. É exportado para mais de 20 países. Portanto nós temos que cuidar desse mercado.

É evidente que tem que se fiscalizar, tem que se punir aquelas pessoas, Senador Lasier, que fazem alguma coisa errada. Não tenho dúvida nenhuma. Mas uma operação como essa, uma ação como essa deveria ser mais cirúrgica, onde exatamente está o problema, e punir aquelas pessoas que devem, não generalizar todo o mercado. O Brasil amanheceu sexta-feira em pânico, os produtores, a indústria e também os consumidores, e continuaram ontem, na segunda-feira, e hoje, com alguns países colocando em dúvida a qualidade da carne brasileira. Então, essas questões deveriam ser feitas internamente. Há problema? Vamos corrigir imediatamente, não levar dois anos para se fazer uma ação pontual como deveria ser feita.

É um tema que eu não poderia deixar de colocar. Embora não seja ligado diretamente à Comissão de Infraestrutura, há uma ligação indireta muito forte entre a Comissão de Infraestrutura, a Comissão de Agricultura e a produção do agronegócio brasileiro.

Gostaria de fazer essas colocações, Senador Flexa. E vejo que o Senador Lasier quer fazer as suas colocações.

Passo a palavra ao Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Peço a palavra, Senador Acir, para endossar inteiramente os seus comentários, que são procedentes. Os prejuízos aconteceram. Inegavelmente, há suspensão de importações, principalmente da China, que é o nosso grande importador. E concordo inteiramente com V. Exª: houve um erro estratégico incompreensível, precipitado, de parte da Polícia Federal, ao generalizar. Se essa investigação já ocorre há dois anos, poderia muito bem ter centrado a sua ação naqueles dois Estados, naqueles dois frigoríficos comprovadamente infratores, um no Paraná e outro em Goiás. Na medida em que levantou suspeita sobre mais 21, generalizou, ampliou, estendeu a meio mundo. E temo que as consequências venham a se abater sobre o prestígio que a Polícia Federal vinha conquistando na Lava Jato, que seja agora prejudicada por precipitação de alguém.

O Ministro da Justiça tem obrigação de saber de quem foi esse erro de generalizar esse crime a todos os produtores desse setor de carne, um setor da economia nacional que vinha dando certo. A rigor, o único setor que realmente dá certo é o agronegócio. Pois exatamente esse agora também está abatido.

Aproveitando a oportunidade, já que há quórum regulamentar, regimental, eu queria pedir agora, Senador Acir, que V. Exª submetesse à votação extrapauta o requerimento verbal que fiz no início da reunião e que agora formalizo por escrito, para trazer-nos aqui o Presidente da Anatel, Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Juarez Quadros, em razão do relatório denunciador do Ouvidor da Anatel, que nos revelou, pelo relatório que foi lido hoje, as inúmeras mazelas, anormalidades e deficiências da Anatel.

Então, faço esse pedido a V. Exª. O Ofício "S" nº 19 foi votado agora, há poucos instantes, de modo que há condições para votarmos a aprovação da vinda do Presidente da Anatel. É esse o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Colocaremos em votação depois da fala da Senadora.

Pois não, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador Acir.

Companheiros e colegas Senadores, eu quero, em primeiro lugar, registrar aqui meus votos de que possa restabelecer-se rapidamente o Senador Eduardo Braga, Presidente desta Comissão, que, da mesma forma que o Presidente da Casa, foi operado da vesícula, em urgência, no Estado de São Paulo. Em breve, tenho certeza, estará restabelecido e voltará ao nosso convívio. Ficam aqui meus votos de pronto e pleno restabelecimento.

Quero cumprimentar V. Exª, Senador Acir, pela condução dos trabalhos e pelo que V. Exª falava no momento em que cheguei a esta Comissão. Acho que esse é o sentimento de todos os brasileiros. As irregularidades, em qualquer setor que seja, têm que ser apuradas, mas eu prefiro ficar aqui com a própria entidade representativa dos Delegados de Polícia Federal, que primeiro exaltou a operação, a investigação, mas criticou a atitude, a forma como tudo foi conduzido por parte do delegado da Polícia Federal, ao divulgar uma matéria, uma notícia tão assustadora. Se para os olhos do Brasil, parece que é todo o segmento que vive problemas, imagine para os olhos do mundo. O Brasil é um dos principais exportadores desse setor. Eu e o Senador Flexa, que aqui está, tivemos várias oportunidades de ver carrinhos de mão transportando frango do Brasil na China. Ele, que preside a Frente Parlamentar Brasil-China, sabe o quanto aquele mercado tem sido importante para a indústria nacional, para a geração de empregos e para o desenvolvimento.

Então, também registro aqui a opinião, que comungo com V. Exªs, de que todo malfeito tem que ser resolvido. Aliás, acho que precisamos também separar o que é um malfeito individual da questão sanitária de uma empresa. Acho que são duas coisas que têm que ser separadas. V. Exª dizia: se foram detectados problemas de pagamento de propina para liberação de mercadorias sem a devida fiscalização, isso não poderia ter perdurado por dois anos. Não podia, porque acaba sendo conivente quem permite que isso aconteça e não denuncia imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E é uma questão de saúde pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Saúde pública, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não podemos esperar dois anos, nem uma semana, nem um dia. Tem que ser tomadas providências imediatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Imediatamente! No setor de medicamentos, o que a gente vê é que, se há qualquer problema, recolhe-se o lote. Se for necessário, fecha-se a indústria, mas não é todo o segmento que é denunciado por conta dessas irregularidades. Foi o que nós vimos: todo um segmento maculado por conta disso.

Enfim, que não confundam: nós não somos contra a investigação. Pelo contrário, tem que ser investigado. Quem tem que ser interditado, que se interdite; quem precisa ser fechado, que feche. Mas não manchar aqueles que trabalham dentro da legalidade, gerando tantos empregos e divisas para o nosso País. Então, faço das palavras de V. Exª as minhas palavras também.

E, tal qual o Senador que me antecedeu, eu também gostaria, se possível, visto que não há nenhuma polêmica...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. *Fora do microfone*.) – Fui eu.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, sim, eu sei, Lasier.

Visto que não há nenhuma polêmica – assim como no requerimento dele não há, creio que no meu também não haja –, apenas estou solicitando, Sr. Presidente, que possamos fazer uma diligência, de acordo com o Regimento Interno da Casa, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional, à Zona Franca de Manaus ou a alguns dos Estados que compõem o sistema Zona Franca, para discutirmos os impactos da Medida Provisória 757, que é a medida provisória que muda as taxas da Suframa. Nós estamos discutindo uma emenda muito importante, que é, a partir dessa medida provisória, incluir a impossibilidade de contingenciamento desses recursos que tanta falta fazem para Rondônia, Roraima, Acre, Amapá e Amazonas.

É esse o requerimento que já encaminhei à Mesa. Se V. Exª puder colocá-lo extrapauta, eu, da mesma forma que o Senador Lasier, ficaria muito agradecida.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigada, Senadora Vanessa.

Vamos, então, à extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Inicialmente o primeiro item, extrapauta, do Senador Lasier Martins.

Nos termos do art. 93, II c/c o art. 96-A, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a participação do Sr. Juarez Quadros, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações. O debate tem por finalidade, discutir sobre as conclusões do Ofício "S" nº 19, de 2016, que trata sobre Relatório da Ouvidoria da Anatel em relação à sua atuação, bem como outros temas correlatos.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 3, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a participação do Sr. Juarez Quadros, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações.

Autoria: Senador Lasier Martins.

Como muito bem colocou o Senador Hélio José, vamos debater e discutir vários temas.

Em votação o requerimento de audiência pública do Senador Lasier Martins.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Segundo requerimento, extrapauta.

Requeiro, nos termos do inciso XIII, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Diligência, com a presença de membros desta digna Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjuntamente com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, a fim de promover no município de Manaus seminário a fim de debater a "SUFRAMA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL" e discutir a Medida Provisória (MPV) nº 757, de 2016, que "Institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais e a Taxa de Serviços em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa".
Justificativa.
A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Autarquia Federal atualmente vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), tem por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

objetivo a promoção do desenvolvimento econômico regional, garantindo investimentos em serviços e infraestrutura, além de promover a proteção ambiental da região.
A área de atuação da Suframa não se restringe ao Polo Industrial de Manaus, mas inclui os estados da Amazônia Ocidental e Amapá, configurando uma área total que corresponde a 27% do território brasileiro.
Dentre as competências da Suframa, pontua-se a de regulamentar e administrar a concessão de incentivos fiscais no âmbito da Zona Franca de Manaus e demais áreas vinculadas, além de controlar o ingresso de mercadorias, sejam importadas ou nacionais.
Por decorrência das atividades desenvolvidas, no ano de 2000 fora criada a Taxa de Serviços Administrativos – TSA (Lei 9.960, de 28 de janeiro de 2000), cujos recursos arrecadados junto às empresas beneficiadas com os incentivos fiscais do modelo ZFM seriam destinados à celebração de parcerias entre a Suframa e governos estaduais e municipais, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe e cooperativas para viabilizar projetos de apoio à infraestrutura econômica, produção, turismo, pesquisa e desenvolvimento, formação de capital intelectual e ainda capacitação, treinamento e qualificação profissional.
Entretanto, a referida taxa, por equívocos técnicos pontuais na lei que a instituiu, teve sua inconstitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, o que provocou grande perda de arrecadação e, por via de consequência, de investimentos na região.
A fim de solucionar o impasse surgido desde então, fora editada a Medida Provisória nº 757, de 2016, ora em trâmite no Congresso Nacional, cujo escopo busca fixar duas novas taxas, em substituição à TSA, de modo a corrigir as inconstitucionalidades reconhecidas pela Suprema Corte.
Propõe-se, portanto, diligência a fim de promover no município de Manaus seminário para discutir os necessários investimentos em infraestrutura para toda a região de abrangência da Suframa, além do fortalecimento desta, que representa mola propulsora para o desenvolvimento regional.
Por todo o exposto, submeto aos nobres pares o presente requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 2, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de diligência, com membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a fim de promover, no município de Manaus, seminário para debater a "Suframa como fator de desenvolvimento regional" e discutir a Medida Provisória

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(MPV) nº 757, de 2016, que institui a taxa de controle de incentivos fiscais e a taxa de serviços em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Lido o requerimento, coloco-o em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 2.

Passo a palavra ao nobre Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Já concluiu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Já concluí. V. Exª tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – É que estou também apresentando um requerimento, Sr. Presidente. Ele já está no forno. É um requerimento que faço para que a Comissão de Serviços de Infraestrutura possa se fazer presente numa audiência pública que faremos na próxima sexta-feira, dia 24/3, em Mato Grosso, em Cuiabá, no auditório da FIEMT, sobre a nossa luta pela chegada da ferrovia a Cuiabá.

A Ferronorte chegou a Mato Grosso, inicialmente, em Alto Taquari; depois de mais algum tempo, chegou ao Alto Araguaia. E, depois de muita luta, conseguimos, então – à época, o Ministro era Alfredo Nascimento –, fazer com que essa ferrovia pudesse chegar a Rondonópolis. Após a sua chegada, com a inauguração dessa ferrovia, com a presença, inclusive, da Presidente Dilma, que foi extremamente importante... A sua aparição foi feita quando ela era ainda Ministra. A concessão dessa ferrovia ia até Santarém, e outro ramal ia até Uberlândia. À época, como não havia definição de prazo para a construção, foi feito um aditivo, e a Ferronorte, à época administrada pela ALL, abriu mão dos outros trechos, com o compromisso de chegada a Rondonópolis. Mas o nosso objetivo, o de Mato Grosso, até em homenagem à luta do Senador Vicente Vuolo, que foi o autor dessa lei, era o de que essa ferrovia fizesse não só a integração, mas principalmente o desenvolvimento de uma vasta região.

Então, essa lei foi aprovada à época pelo Senador Vicente Vuolo, mas hoje há uma frustração muito grande, por parte da população cuiabana e do movimento do Fórum Pró-Ferrovia, que há muito tempo está organizado, cobrando esse trabalho, no sentido de que a ferrovia chegue até Cuiabá, mas não só de que chegue até Cuiabá; o trabalho de todos nós mato-grossenses é que ela chegue a Cuiabá e, de Cuiabá, vá a Sinop. Porque hoje nós já temos também a Ferrogrão, que está aí, já com essa medida provisória, uma realidade já bem mais presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A exportação dos produtos da região norte do Mato Grosso, V. Exª conhece muito bem, hoje se dá principalmente pelos portos do Arco Norte. Mas a possibilidade de nós termos uma ferrovia que vá até Miritituba e de Miritituba até Santos, ou seja, a integração dos portos fluviais, dos portos do Arco Norte também com o maior porto do Brasil, que é o Porto de Santos, é fundamental, porque aí o produtor terá a possibilidade de escolher: "Vamos exportar via 364, lá por Porto Velho? Não; vamos exportar por Itaqui..." Até por Itaqui, no Maranhão, através da Norte-Sul, porque o futuro também é essa interligação, que seria extremamente estratégica para o País. Ou por Miritituba, que já é hoje uma grande realidade, através da BR-163. Eu gostaria, inclusive, de falar um pouquinho sobre a BR-163, desde que o requerimento fique pronto aqui para que eu possa entregar.

Eu penso que essa luta, Presidente – e V. Exª é de Rondônia –, é uma luta de todos nós. E nós temos tido todo o apoio da Bancada de Rondônia. Trabalhamos juntos, inclusive, na Ferrovia Transcontinental, na Frente Parlamentar em que V. Exª é sempre atuante – já tivemos várias audiências com o Embaixador da China e há outras articulações que temos feito.

Da mesma forma o Pará. Assim como o desenvolvimento de Rondônia, o desenvolvimento do Pará é importante para Mato Grosso, porque Mato Grosso está um pouco já à frente no sentido da produção agropecuária, mas nós precisamos escoar a produção. E nós temos ainda muitas frentes de nova fronteira agrícola, que é exatamente essa região norte de Mato Grosso, que está chegando, mais do que nunca, à produção agrícola, e da mesma forma o Araguaia. Hoje só a região do Araguaia tem capacidade de produzir tudo o que produz Mato Grosso. E Mato Grosso tem condições de produzir tudo o que se produz no Brasil. E a Região Amazônica, quando eu digo, é sem impacto ambiental, sem ter que derrubar nenhuma árvore.

Então, de que nós precisamos? De uma eficiente logística. Ou seja, nós precisamos melhorar as nossas estradas, precisamos construir mais ferrovias. E as hidrovias, que têm sido um dogma – não se toca nisso –, todo país do mundo, todo o mundo usa as hidrovias como uma grande fonte de escoamento da produção, de levar e trazer o desenvolvimento.

Como, especificamente, aqui nós estamos falando dessa questão do fórum em Cuiabá, eu gostaria aqui de ter a autorização para a aprovação desse requerimento. E, em não sendo possível outro Parlamentar, eu mesmo estaria lá representando a Comissão. Mas gostaria, de forma oficial, então, de ter a aprovação e a aquiescência aqui do Plenário.

Eu só quero concluir, Sr. Presidente, dizendo também da questão da BR-163. V. Exª acompanhou, como todos nós, aquele problema, que ocorreu há poucos dias, do atoleiro na BR-163. Houve críticas, mas, por outro lado também, eu quero aqui registrar que foi bom, no sentido de que alertamos mais ainda o Governo.

É claro que essa BR-163 era um sonho que muitos Presidentes da República prometeram, e ninguém praticamente – a não ser o governo militar – avançou na BR-163. E, para fazer justiça, a partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

do governo Lula, da Presidente Dilma, a BR-163 avançou e avançou muito. Hoje faltam apenas 180km, e a estrada teve esse problema do atoleiro.

A estrada está lá, hoje, com equipamento, toda recuperada; agora, nós não podemos nos acomodar. Por isso, eu quero aqui colocar a nossa vigilância. Estive em várias reuniões no DNIT, com o Ministro dos Transportes, com o próprio Presidente da República, a que levamos esse assunto.

Quero, inclusive, oportunamente, fazer aqui um requerimento para que a Comissão possa ir lá conhecer a região, até para ver a necessidade, pois precisamos garantir o orçamento para o ano que vem, porque essa estrada não pode ter sua construção parada. A meta do Ministério dos Transportes e do DNIT é construir 100km, 80km este ano. E ela é fundamental, porque a região, cada dia mais, aumenta a sua produção. Hoje, este ano, nós tivemos uma supersafra, está já definido, mas eu tenho certeza de que, ano que vem, nós teremos não só a supersafra, mas nós teremos aumento da produção, porque são novas áreas ampliando a produção.

Sobre a questão da ferrovia Ferronorte, hoje ela está com toda sua carga, 100%, absorvida. Por quê? Porque temos pontos de gargalo no Estado de São Paulo. Então, em Mato Grosso, ela é uma ferrovia moderna, tem uma velocidade relativamente grande, mas chega a São Paulo, há lá seus problemas nas passagens urbanas. Por isso nós, inclusive, fazemos parte da PEC 246 e da PEC 242, duas PECs em que estamos falando na questão das concessões, até das prorrogações.

Eu quero aqui, então, dizer que a nossa vigilância em relação à BR-163 não é só de Mato Grosso, não é só do Pará; eu penso que é de todos nós que estamos aqui defendendo o desenvolvimento da Amazônia. E V. Exª, sem dúvida nenhuma, é um conhecedor dessa área, sabe o que é o transporte, sabe a necessidade, porque conhece a logística tanto para transporte de carga, como também para transporte de passageiros.

Eu quero aqui aproveitar para convidar todos os internautas, todos aqueles que estão nos assistindo, para acompanharem esse evento que acontecerá, na sexta-feira, repito, aqui no auditório da FIEMT (Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso). Esse fórum está sendo organizado pelo nosso companheiro, filho do Vicente Vuolo, que chamamos carinhosamente de Vuolinho. Então, o Fórum Pró-Ferrovia acontecerá nesta sexta-feira.

E, ainda, Sr. Presidente, apesar de não ser tema diretamente desta Comissão, nós também propusemos, na Comissão de Agricultura, um requerimento, que foi aprovado no ano passado, para tratar da questão do seguro rural, cujo Relator sou eu. Esse requerimento já está aprovado, e nós teremos a oportunidade de amanhã, então, nessa audiência pública – convidamos já o Ministro Blairo Maggi –, discutir a questão do seguro rural, mas também o que estamos tendo agora, esse evento da "carne fraca", que nos deixa a todos extremamente preocupados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estamos falando de logística aqui; da dificuldade do produtor que trabalha no sol a sol, na chuva, derramando seu suor e até seu sangue para produzir para o Brasil, e às vezes fica lá o produto parado, sendo perdido por falta de estrada, de pontes e tudo o mais.

Por isso, queremos aproveitar para dizer que a produção agrícola depende muito, muito da capacidade do produtor, da tecnologia, porque temos no Brasil, hoje, um dos maiores índices de produtividade do mundo, mas ainda competindo, no caso de Mato Grosso e Rondônia, com uma logística difícil. Para nós, do Mato Grosso, que estamos no centro do Brasil e da América do Sul, as distâncias são muito grandes. Então, a logística é fundamental. E além da logística, há a questão do armazenamento.

A presença do Ministro Blairo – espero que dê tudo certo para que ele esteja presente amanhã, nessa audiência pública da Comissão de Agricultura – seria também uma oportunidade para discutirmos esse momento de dificuldade em que o produtor brasileiro está perplexo.

Anteontem, em Cuiabá, eu conversava com um produtor de perus lá do Rio Grande do Sul, e ele dizia o seguinte: "Na minha propriedade, que é uma pequena propriedade, eu crio os perus, no sistema integrado. Eu, com a minha família, não posso entrar no aviário sem cumprir todas as regras de higiene, como tomar banho, desinfetar, porque existe a rigidez do controle sanitário desde a produção."

Claro que o Brasil hoje está na ponta, nessa questão da produção da nossa proteína animal. Eu estive inclusive no Japão e na Rússia, com a ex-Ministra da Agricultura Kátia Abreu, trabalhando, lutando para abrir o mercado japonês, principalmente, que é o maior comprador mundial de carne de aves do Brasil, mas ainda não compra a nossa carne bovina. Então, para abrir esse mercado houve uma luta muito grande, para conseguir abrir o mercado dos Estados Unidos, porque isso permite a abertura de tantos outros mercados. Isso não é um trabalho de um ano, é trabalho de muitos anos da nossa indústria, dos nossos produtores, e a gente não pode vacilar e colocar tudo isso a perder.

A briga comercial internacional é muito grande. Aqui, como todos os Senadores falaram, a questão da polícia, de investigar aqueles que estão errados é muito bom, é importante. Agora, não podemos expor o País de uma forma que amanhã prejudique toda uma cadeia de produção.

Eu espero que essa investigação... De todas que estão aí, Sr. Presidente, toda investigação é importante, mas eu espero que essa investigação obtenha o esclarecimento o mais rápido possível, de tudo aquilo que a polícia apurou, até para não colocar a grande maioria dos produtores e da indústria totalmente em suspeita, como estão hoje. Aqueles que estiverem fazendo errado, ou serão banidos ou terão que ser penalizados, para que se adaptem às regras internacionais, que hoje são muito rígidas.

Então, agradeço imensamente, Sr. Presidente. E aí está o requerimento, para, se for possível, votarmos esse requerimento hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Wellington Fagundes.

Requerimento nº 4, extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 4, de 2017

- Não terminativo -

Requer a indicação para participar, como representante da Comissão de Serviços de Infraestrutura, do Fórum Pró-Ferrovia em Cuiabá/MT, em 24 de março de 2017.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

De fato, Senador Wellington, é um tema bastante importante. A sua participação tenho certeza de que vai levar o pensamento desta Comissão. Nós não podemos ficar só com as rodovias para transportar a supersafra de Mato Grosso e a safra de Rondônia, que também será logo supersafra de grãos – está caminhando para isso –, nós precisamos das ferrovias, as que ligam o norte do Mato Grosso ao Pará, mas também a ferrovia que liga até Porto Velho, de Lucas do Rio Verde – que está projetada – até Porto Velho e Lucas do Rio Verde ligando à malha ferroviária brasileira. Nós precisamos dessas ferrovias.

Agora, no início da seca amazônida, começará a dragagem do Madeira, que possibilitará dobrar o transporte de grãos que hoje é feito na hidrovia do Madeira, ligando Porto Velho a Itacoatiara. Isso vai impactar muito na Ferrovia 364, que hoje já está com problema. Então, a solução é arrumar a BR-364 e duplicá-la. Positivamente, ela não conseguirá dar vazão à produção de Rondônia, à produção de Mato Grosso. Isso é positivo, é bom para o País; não é um problema negativo, é um problema positivo, e a solução para isso é a ferrovia. A ferrovia tem que chegar a Porto Velho ligando à hidrovia do Madeira, e assim ligando todos os portos brasileiros. O Arco Norte, como nós chamamos, é a nova fronteira de exportação, que está dando possibilidades para que o produto produzido no Norte, que era um problema no passado por conta do custo de transporte, hoje seja uma solução em função da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

hidrovia do Madeira. Consequentemente, a hidrovia, através de Santarém, do Porto de Miritituba, é a nova fronteira agrícola brasileira e o novo caminho de exportação.

Então, desejo a V. Exª um bom encontro lá em Cuiabá. Já está aprovado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... ao concluir também, eu gostaria de pedir a interferência da nossa Comissão junto à comunicação da Casa para a possibilidade de a TV Senado acompanhar essa audiência pública. Eu só queria aí a nossa Secretaria... Eu já conversei na semana passada, existe essa possibilidade da TV Senado, com o apoio da TV Assembleia. A TV Assembleia geraria a imagem, e poderia ser feito esse trabalho conjunto. Como a nossa Comissão é na sexta-feira, acho que é possível. Esse é apenas um apoio que eu gostaria da Comissão nesse sentido.

Eu ainda só quero ler aqui a matéria do *Valor Econômico*, que coloca que:

> Exportações brasileiras já sentem o baque.
> A Operação Carne Fraca, deflagrada na sexta-feira [...], já começou a provocar estragos no comércio internacional. Enquanto aguardam pelas respostas do Ministério da Agricultura sobre a extensão das irregularidades que possam atingir alimentos exportados pelo Brasil, China, União Europeia, Chile e Coreia do Sul, que em conjunto gastaram quase US$ 4 bilhões ao longo do ano passado com a importação de carnes do país, suspenderam – total ou parcialmente – as compras dos produtos brasileiros.
> Ainda que o setor privado seja cauteloso em estimar as perdas financeiras, as exportações no primeiro semestre devem ficar comprometidas, frustrando a expectativa de recuperação acalentada pelas indústrias de carne bovina e limitando a vantagem que os frigoríficos de carne de frango esperavam com o surto de gripe aviária que atinge mais de 50 países – entre eles, concorrentes como EUA.

Ontem, nós já tivemos uma boa notícia, porque a China já aceitou as explicações brasileiras. Parece-me que a única dificuldade ainda estava sendo com o Chile, mas que também é um país próximo e sabe que nós somos um grande importador também do salmão. Eles vão ter juízo e saber que o Brasil, claro, dentro das regras, que nós temos que cumprir... Mas não podem colocar isso também como mote de barreira à exportação daquilo em que o Brasil hoje é tão competente, tanto é que nós somos o maior exportador do mundo da carne bovina, de frango também e de outras tantas proteínas animais.

Eu não sei se é possível, mas eu gostaria de deixar como lida toda essa matéria do *Valor Econômico*, dada a importância que representa essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Está chegando aqui o Senador Caiado. Não sei se ele vai ter oportunidade de falar, mas, com certeza, ele, que é um profundo conhecedor, também sabe o quanto essa operação tem criado uma expectativa muito negativa para o nosso produtor, desde o produtor lá da ponta, quem está produzindo o frango, quem está produzindo o milho... Se não vai haver consumo, quem sabe isso também pode abaixar todos os produtos, inclusive o consumo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Essa é a preocupação nossa, Senador Fagundes. A exportação nos remete ao produtor, que, com certeza, hoje, terá o preço da arroba de boi diminuído, o preço do frango *in natura*, vivo, diminuído também, provocando uma crise grande no setor, na base. Essa é a grande preocupação. Alguns frigoríficos vão estar impedidos, realmente, de exportar, diminuindo a compra; outros utilizarão dessa questão para baixar o preço da arroba do boi gordo, do boi em pé, em todo o País. Essa é a principal preocupação que nós temos. No caso do Estado de Rondônia, que é o quarto maior exportador de carne do Brasil hoje, não há nenhum frigorífico com problemas – nenhum! –, mas, com certeza, vão utilizar-se disso para talvez diminuir o preço da carne em pé. Então, espero que esse problema todo seja resolvido o mais rapidamente possível.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, desculpe-me ter que estar falando também, mas, como nós temos um Senador que é Ministro da Agricultura, que é da nossa região, eu quero aqui registrar também a capacidade de articulação do Senador Blairo como Ministro. Ele trabalhou no final de semana, ele que tinha, inclusive, pedido licença, mas que voltou rapidamente, junto com o Secretário-Executivo Novacki, que também foi bastante presente. Eu quero elogiar o trabalho do Senador Blairo, com o Novacki, que é o Secretário-Executivo e que também é do Mato Grosso, e de toda a sua equipe, toda a equipe do Ministério da Agricultura.

Eu, que sou veterinário, tenho aqui que transmitir o apoio também a todos os fiscais, porque, infelizmente, Sr. Presidente, o número de veterinários do Ministério da Agricultura, nesses últimos anos, diminuiu muito por aposentadoria ou por outros terem ido para o mercado da indústria. E os convênios foram cessados. Então, hoje, tem que se discutir de que forma nós vamos poder dar segurança a essa questão da inspeção sanitária.

Não há como se nós não tivermos um número suficiente de veterinários. Então, fica aqui também o meu apoio à classe de médicos veterinários, para que nós encontremos a solução. Hoje estão proibidos os concursos. Vamos ter que fazer o concurso. Temos que encontrar uma solução. Não podemos deixar essa insegurança no mercado, porque amanhã podem questionar que não temos o número de veterinários suficiente para fazer a inspeção.

Tudo isso será discutido – eu tenho certeza –, em curto prazo, com a competência do Ministério da Agricultura, com toda a equipe. Eu quero aqui registrar isso, faço questão de registrar, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

também é o nosso compromisso e também da classe veterinária dar uma resposta, o mais rápido possível, à população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Wilder Morais, Roberto Muniz, Lasier Martins, Ivo Cassol, Vanessa Grazziotin, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Armando Monteiro, Thieres Pinto, Dalirio Beber e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Romero Jucá, Raimundo Lira, Ângela Portela, Paulo Rocha e Ronaldo Caiado. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2008** que inclui a ligação ferroviária EF-410 e a ferrovia transversal EF-225, previstas na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, entre os trechos integrantes da Ferrovia Transnordestina. **Autoria:** Betinho Rosado. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2008** que dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências. **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** O projeto é rejeitado, em decisão terminativa, com 12 (doze) votos contrários ao projeto, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013** que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015** que altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 5 de 2017 - Não Terminativo –** que requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de instruir o PLS nº 37, de 2011, que "altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências". **Autoria:** Senador Elmano Férrer. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 6 de 2017 - Não Terminativo -** que requer a realização de diligência na cidade de Porto Velho (RO), para debater o processo de Concessão / Duplicação da BR 364 – Trecho Comodoro - Porto Velho, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

como as previsões da execução das obras do Contorno de Porto Velho. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** O requerimento é subscrito pelos Senadores Eduardo Braga, Jorge Viana e Wellington Fagundez, e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 7 de 2017 - Não Terminativo –** que requer a realização de audiência pública para debater o relatório final do estudo de viabilidade técnica e econômica da Ferrovia Transcontinental (Bioceânica). **Autoria:** Senador Jorge Viana e outros. **Resultado:** O requerimento é subscrito pelos Senadores Eduardo Braga, Acir Gurgacz e Wellington Fagundes, e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - MENSAGEM (SF) Nº 109, de 2016** que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MARCELO VINAUD PRADO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** É lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Com as bênçãos de Deus, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Inclui a ligação ferroviária EF-410 e a ferrovia transversal EF-225, previstas na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, entre os trechos integrantes da Ferrovia Transnordestina.

Autoria: Deputado Betinho Rosado

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela rejeição.

Atendendo à solicitação do nosso Senador Elmano Férrer, a matéria será retirada de pauta para reexame do parecer.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2008

- Terminativo -

Dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: O parecer é pela rejeição.

Observações:

1. Matéria tem parecer da CAE, pela rejeição;

2. Matéria constou da pauta de 06/07/2016 e 23/03/2017, ocasião em que foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Eu queria fazer uma proposta, e perguntaria aos Srs. Senadores. Não temos ainda o quórum de 12, chegamos a 11 Senadores presentes na reunião.

Bom dia, Senador Lasier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para deliberação, são 12. No entanto, se houver discussão, debate sobre a matéria, nós mantemos o encaminhamento para que possamos iniciar a discussão, depois sobrestaríamos para alcançarmos o quórum e votarmos. Se não houver discussão sobre a matéria, podemos inverter a pauta e irmos para outro item, até que tenhamos o quórum necessário para a matéria terminativa.

Eu indago ao Plenário se quer debater a matéria enquanto completamos o quórum ou se vamos ao próximo item.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que a matéria ficou devidamente esclarecida quando da última reunião, na qual tivemos a oportunidade de dizer que esse projeto do então Senador Renato Casagrande data de 2008, quando se iniciava o processo de implementação de energias renováveis no País. Naquela época, o Governo brasileiro, o Governo Federal, instituiu como incentivo a redução na Tarifa de Uso de Sistema de Transmissão (Tust) e na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição na ordem de 50%.

O Senador Casagrande, à época, sugeria, através dessa iniciativa, que o incentivo se elevasse para 100%, o que não se verificou como sendo a medida mais correta.

Hoje, com o forte programa de energia eólica desenvolvido pelo Governo Federal, pelos diversos Ministros – inclusive V. Exª, à frente do Ministério de Minas e Energia, deu forte apoio à utilização das energias renováveis –, ela terminou se constituindo nas mais competitivas fontes de energia dentro da matriz energética brasileira.

Portanto, esse projeto leva o parecer que ofereço à rejeição, porque não se faz necessário. Já se discute até a retirada de incentivos, tendo em vista que, com todo o parque de fabricação de componentes, de equipamentos, que se instalou no País, haja vista a escala dos leilões, a energia eólica já alcançando próximo a 5% da matriz energética brasileira, não se faz necessário, não se recomenda que a gente venha a ampliar a escala de incentivos para produção de energia eólica.

Então, essas considerações eu tive oportunidade de fazer quando da leitura do meu relatório na reunião anterior, mas não tivemos a oportunidade de votar pela insuficiência de quórum, mas estarei à disposição caso haja necessidade de algum esclarecimento adicional, em que poderei aqui voltar aos pontos do relatório para tirar ou suprimir qualquer dúvida que seja aventada pelos nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O eminente Senador Fernando Bezerra Coelho, como sempre de forma muito brilhante, traz uma questão que envolve o projeto do Senador Casagrande, que estabelecia um desconto de 100% sobre a Tust e sobre a Tusd, que são as linhas de transmissão e de distribuição das energias alternativas. E coloca muito bem S. Exª o tema.

No entanto, nós também sabemos que nós estamos vivendo dois momentos muito importantes nessa questão no Brasil, e talvez esse projeto nos possibilite esse debate, até para poder contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Vejam, antes de fazermos a modalidade de leilão que o Brasil acabou adotando, e nós saímos do Ministério exatamente quando estávamos modificando a regulação com relação às linhas de transmissão e os pontos de conexão das linhas de transmissão dos projetos de energia alternativa à rede básica, porque essa é a grande questão... Os Srs. Senadores sabem, há uma rede básica de 230kV que vai até determinados pontos de conexão, e desses pontos de conexão até os parques, seja de energia solar, seja de energia eólica, seja de que fonte alternativa de energia for, há linhas de transmissão que, via de regra, são construídas ou pelo empreendedor ou pela distribuidora. Nas regiões mais pobres do País... As distribuidoras em Roraima, por exemplo, eu não tenho dúvida de que nem a Boa Vista Energia muito menos a CERR (Companhia Energética de Roraima) possuem recursos para construir linhas de 138kV para podermos interligar.

E aí nós temos algumas situações bastante esdrúxulas. Vou dar um exemplo, Senador Fernando Bezerra, no Estado do Amazonas. A Linha de Tucuruí foi construída levando energia de Tucuruí até o grande polo consumidor, que é Manaus, numa linha de 500kV. Existe uma subestação construída com recurso de rede básica, na estrada da Várzea, de 230kV. No entanto, por falta de recursos para a rede de distribuição, a cidade de Itacoatiara, polo de escoamento de toda a soja do norte do Mato Grosso, tem 41MW de energia sendo gerados por óleo diesel todos os dias. E nós estamos a 70km, 80km da subestação de 230kV.

Se fizéssemos uma rede de 138kV e uma subestação de 138kV, rebaixadora, em sete meses a linha estaria paga. No entanto, por falta de recursos, nós não conseguimos fazer.

Nós remuneramos durante algum tempo parques eólicos. Os brasileiros pagaram na sua conta de energia parques eólicos que estavam gerando vento, sem poder transmitir porque não havia linha de transmissão instalada, a Chesf mesmo com grandes desafios sobre esse tema.

Eu abordo isso, Senador Fernando Bezerra, apoiando o parecer de V. Exª pela rejeição, mas dizendo que este tema Tust/Tusd e linhas de transmissão de rede básica, nos Estados do Nordeste e nos Estados do Norte, principalmente nas fronteiras em que podemos abrir novos parques eólicos, seja na Bahia, seja no Piauí – porque temos grandes ventos centrais na região do Piauí –, seja no Rio Grande do Norte, em que temos grandes ventos centrais, seja na região da Raposa Serra do Sol, que tem grandes ventos, e há grandes e sérios problemas de logística para colocar combustível naquela região, poderia ser resolvido se o Congresso Nacional...

Porque um decreto há, mas lamentavelmente não se implementa o decreto. Eu estou inclusive com uma audiência marcada com S. Exª o Ministro Fernando Bezerra para tratar do tema. Espero poder fazê-lo nesta semana, porque estive esses dias ausente.

Mas acho que esse tema – e continuamos aguardando o quórum – é pertinente, acho que nós precisamos aprofundar esse debate. E queria apenas colocar mais um tema sobre essa questão desse desequilíbrio que existe ainda, em que pese os esforços do eminente Ministro Fernando Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O Brasil está sobrecontratado de energia velha, cara e suja. É mais barato, a meu ver, descontratar e pagar a multa da descontratação contratual desta energia do que suspender leilão de energia alternativa, nova, limpa, eficiente e barata, que gera emprego, gera atividade econômica, emprega no Nordeste, emprega em todo o Brasil, do que simplesmente suspender os leilões, quebrar o arranjo produtivo, gerar desemprego e manter contratos que são caros, de uma energia poluidora e de uma energia que não traz ganhos para o Brasil.

Ela foi importante para que o Brasil vivesse a crise do risco de apagão quando a economia brasileira estava crescendo em ritmo de 5%, 6%, 7% e quando nós estávamos diante de uma crise hídrica desequilibrada. Nós não vivemos uma crise hídrica desequilibrada, nós temos uma crise hídrica pontual em determinadas regiões, mas nós não estamos na situação de crise hídrica desequilibrada, como estivemos em 2014, como estivemos em 2015, como estivemos em 2001, como estivemos em 2000, na época do governo Fernando Henrique, em que a grande maioria dessas térmicas foram contratadas por uma empresa chamada CBEE, que era a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial elétrica, para colocar pequenos módulos de grupo geradores, para que não houvesse racionamento. Minha cidade, cidade de Manaus, teve um ano de racionamento de energia, quando tem 4% do PIB industrial brasileiro.

Então, essas questões acabam entrando no contexto do debate com relação à linha de transmissão, com relação ao reequilíbrio da Tust e da Tusd, para que nós possamos reequilibrar essa questão da geração. O Estado do Rio Grande do Sul também é outro Estado que tem forte geração de emprego e renda na micro e na macroeconomia, com as energias alternativas, e acho que essa é uma pauta que esta Comissão...

O Senador Flexa Ribeiro completa, neste momento, o quórum deliberativo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Já registrou? Então, não resolveu o nosso problema, lamentavelmente.

Feitas essas colocações, eu indago aos companheiros se alguém quer fazer o uso da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, vamos ao próximo item, tendo em vista que continuamos com 11 Senadores, não havendo, portanto...

O item 3 também é um item terminativo. Eu indago aos Srs. Senadores se lemos o item, e vamos à discussão e deixamos apenas a votação. Fazemos assim? (*Pausa.*)

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva.

Observações:

1. Matéria tem parecer da CMA, pela aprovação com uma emenda.

2. Aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Srs. Senadores, primeiro, quero festejar a recuperação de V. Exª, que já está no convívio nosso com a saúde restabelecida.

O PLS nº 291, de 2013, é de autoria do Senador Cyro Miranda e altera a Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para determinar a cobrança, de forma separada, dos serviços públicos de esgotamento sanitário e de abastecimento de água. A proposição ainda condiciona a cobrança dos serviços públicos de saneamento básico à efetiva prestação do serviço, observando-se a proporcionalidade entre a cobrança e os níveis de tratamento e de disposição final dos esgotos coletados.

Finalmente, o projeto impõe multa administrativa ao incorporador, construtor ou proprietário de edificação que se omita ou se recuse a conectá-la à rede pública de esgotamento sanitário, desde que previamente notificado a fazê-lo.

Como V. Exª já anunciou, na CMA, a matéria recebeu parecer favorável, com uma emenda de técnica legislativa. Cabe à Comissão de Infraestrutura deliberar terminativamente sobre o projeto. No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto ao mérito, concordamos com a argumentação do autor, no sentido de que a cobrança conjunta dos serviços desestimula a expansão da cobertura da rede de coleta de esgoto e o nível adequado de tratamento dos dejetos.

A questão da coleta dos resíduos, do tratamento dos dejetos, é um problema lamentavelmente nacional. Quanto menos desenvolvido for o Estado ou o Município, pior é a situação de tratamento de água, de fornecimento de água tratada, e muito mais do tratamento dos dejetos.

Alguns Municípios não têm nenhum metro de rede de esgoto, e são muitos no Brasil. A capital do meu Estado, Belém, deve ter – se tiver – alguma coisa em torno de, no máximo, 15%, se tanto, de rede de esgoto. O resto, lamentavelmente, não tem.

O Governo Federal lançou um programa, através do BNDES, para que as empresas de saneamento de todos os Estados possam, dentro desse programa, partir para uma parceria público-privada, de tal forma que possam atender a todos os cidadãos, Senador Acir, em um prazo médio, não menos de dez anos, mas pelo menos vai haver um projeto com recursos da iniciativa privada para que possa dar esse serviço aos cidadãos. Esse é um projeto que está sob a coordenação do BNDES, e quase todos os Estados já aderiram ao programa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O que V. Exª traz à Comissão, neste momento, eu reputo de muita importância. Como V. Exª sabe, sou da região, como o Senador Acir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não. V. Exª é paraense, mas com vida pública muito exitosa no Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mas me sinto amazonense de coração, sem jamais esquecer minhas origens.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Paraenses.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Paraenses. Mas eu diria a V. Exª que Manaus foi a primeira capital brasileira a privatizar o setor de saneamento e abastecimento de água e esgoto, mas isso não trouxe para a população mais carente do Amazonas a solução dos seus problemas. Ao contrário, foi o Governo do Estado, enquanto eu estive no Governo, que acabou tendo que investir em uma nova estação de tratamento, em numa nova tomada d'água, em um novo sistema de adução para poder atender às áreas de expansão.

E o mais grave: o cumprimento das metas e das submetas pelas concessionárias privatizadas, que deveriam ser controladas pelas agências estaduais de concessão, via de regra, não são cumpridas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

e, via de regra, o cumprimento não é punido como deveria ser. Exemplo: taxa de cobertura de rede de esgoto pela meta assinada no contrato de concessão. Manaus hoje era para ter 70% da sua cidade, da área urbana coberta pela meta de rede de distribuição de esgoto. Nós não temos mais que vinte e poucos por cento. No entanto, na tarifa de água e esgoto, que é paga pela população, está a cobrança, muitas vezes, do serviço que não é realizado pela concessionária, que, muitas vezes, sequer se endividou para aquilo e que, muitas vezes, sequer outorga onerosa teve para poder ter aquela concessão. A outorga era no sentido de cumprimento de metas, e não de pagamento de oneração pela outorga para reposição de capital ao Poder Público.

Portanto, eu quero trazer a esta Comissão que este é um tema que diz respeito a todos os brasileiros que nos assistem neste momento. Falta água em muitos Municípios brasileiros, principalmente nos rincões e nos grotões, ou porque falta água mesmo – e aí está a transposição do São Francisco e outras obras que estão sendo feitas –, ou, em muitos casos, porque não há infraestrutura de saneamento.

E, quando há infraestrutura de saneamento, o preço, muitas vezes, não é levado em consideração, as políticas das leis nacionais de tarifa social, etc. e tal. Acho que é um tema que... Faço este aparte a V. Exª e vejo que vários Senadores vão se manifestar, porque esse é um tema que não é tão simples assim, de realização de PPP.

Eu acho que nós estamos com carência de regulação. Nós temos problemas de regulação, temos problemas de fiscalização e temos problemas de execução, nos Municípios e nas grandes capitais brasileiras, na área de saneamento.

Devolvo a palavra a V. Exª e vejo o Senador Wilder e o Senador Roberto também solicitando a palavra. Por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu ouço o Senador Wilder e o Senador Roberto. Depois eu faço...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente Eduardo Braga, amigo Flexa Ribeiro.

Presidente, eu acho que o assunto de Manaus, como bem o senhor falou antes, da relação dos novos leilões e também da compra de energia limpa, eu acho que a modelagem PPP, a privatização pode até não ter dado certo lá por uma questão de modelagem, do processo que foi feito. Mas no mundo inteiro isso é feito. Então, até pegar esse exemplo do que não deu certo lá é uma maneira de a gente corrigir nos outros.

Porque se a gente pegar hoje, eu acho que o Brasil estava mal-acostumado com as empresas nossas que participavam disso. Eu acho que com essa Operação Lava Jato, com as coisas que... Foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

feito um contrato. As empresas têm que cumprir. Então, eu acho que é um modelo agora, e principalmente na nossa Comissão, em que o contrato tem que ser respeitado.

Então as nossas regras no Brasil, pegando esses modelos...

O projeto também não é diferente no meu Estado. Também hoje a gente cobra a taxa do esgoto, que não é entregue a quem está sendo pago. Então mal há água.

Mas as privatizações nos segmentos que têm as modelagens bem feitas e que têm as empresas... Eu acho que outra coisa que a gente tem que fazer, Presidente, é que nós temos que abrir para as empresas internacionais virem para o Brasil, que têm custo muito mais barato. Eu visitei na Espanha empresas espanholas. Há 30, 40 países que fazem água. Então, o Brasil tem que modernizar. Então esses contratos têm que ser cumpridos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Me perdoe, Senador, (*Fora do microfone.*)

apenas para contribuir. A Lyonnaise des Eaux era francesa, e foi ela que privatizou no Amazonas. Portanto, nessa questão não se trata de capital estrangeiro ou nacional. Do que se trata é de falta de política pública de regulação e de fiscalização.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Então o problema é nosso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – É, o problema é nosso.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – É nosso, então não é da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O problema não é das empreiteiras, o problema é do setor público, que não faz aquilo que se estabelece.

Eu vou dar um exemplo concreto e objetivo: lei federal estabelece que quem é filiado ao programa nacional do Bolsa Família tem direito à tarifa social. Eu pergunto neste momento aos brasileiros que nos assistem: quantos brasileiros têm o programa Bolsa Família e não têm a tarifa social de água e esgoto? Posso dizer no meu Estado: milhares. E milhões de brasileiros têm o direito legal, dado por este Congresso e pela União, de ter tarifa social, mas não têm acesso a ela. E nós não conseguimos fazer com que os instrumentos de comando, fiscalização e controle façam com que isso chegue até eles.

Portanto, esse é um tema que eu reputo extremamente importante, porque não é apenas captação de recursos; não é apenas a instalação física da estrutura do saneamento que é necessária. É necessário fazer isso chegar até eles, mas é necessário fazer com que a regulação do setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

efetivamente funcione nas concessões de serviços públicos estratégicos, e em todos, mas nesse caso da água e do esgoto, isso é gritante em quase todas as regiões do Brasil.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, eu acho que poderíamos trazer a esta Comissão, que é o lugar, a discussão desse contrato. Vamos fazer isso aqui. Acho que é o momento de fazer isso, o Brasil está precisando, vamos trazer esse contrato. Se é um contrato, então, com uma empresa francesa, com certeza deve ser uma grande empresa. Então, o Brasil precisa fazer a parte dele, e nós, Senadores, temos que fazer, com certeza, as leis e fazer todo o compromisso de contrato, tanto da parte da empresa como da parte do Governo.

Então, meu colega, caro Senador Flexa Ribeiro, o projeto é muito bom. Nós temos que pegar os erros e os acertos no Brasil afora. E é um bom exemplo, podemos trazer esse debate aqui, dessa concessão de Manaus, ou do Amazonas, para a nossa Comissão. Essa era a minha contribuição, Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu agradeço a V. Exª e ouço o Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, o Senador Flexa já finalizou a leitura? Só para uma informação. Não finalizou?

Porque, para ampliar esse debate, eu queria só colocar luz em uma questão importante. Apenas 5% dos serviços de água e esgoto no Brasil são feitos por alguma empresa privada. Se existe um *apartheid* social hoje no Brasil, onde, a cada dois brasileiros, apenas um tem coleta de esgoto; a cada três brasileiros, apenas um tem tratamento de esgoto, e existem mais de 30 milhões de brasileiros que não têm acesso à água tratada, não podem os 5% ser os responsáveis pelo déficit que existe em 95%.

Nesse caso específico de Manaus, eu acho que Manaus tem um pecado, que é ter sido o primeiro. Se ainda hoje nós não conseguimos criar um ambiente propício a investimento privado no setor de água e esgoto, imagine o que foi isso há 20 anos. Eu queria até louvar quem teve essa coragem, porque eu digo sempre que o setor de água e esgoto é a fronteira do capitalismo. Você hoje tem mais serviços realizados por empresas privadas no setor de energia do que no setor de água e esgoto, e olhe que nós temos a Petrobras como a proprietária da maior parte do mercado brasileiro. Então, se há um setor a que o serviço privado não atende é o de água e esgoto.

Nessa questão, eu tenho conversado muito com o Senador Flexa – e quero parabenizá-lo pelo seu relatório. Precisamos só ter cuidado, porque nós temos as tarifas hoje, que estão construídas em cima de um equilíbrio que pensamos que está atacando o setor privado, e muitas vezes estamos desequilibrando todas as companhias estaduais. As companhias estaduais fazem um sistema tarifário em que se retiram recursos de uma cidade e se levam para outra, construindo um subsídio cruzado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A outra questão que é realmente pertinente, que é cobrar de fato o serviço realizado, a gente precisa entender que impacto terá isso dentro das companhias estaduais, porque eu tenho certeza que as empresas privadas são muito cobradas sobre isso, mas eu não sei se as companhias estaduais, que têm todo um trabalho fundamentado em cima de contratos de programas, que são contratos muito antigos, Sr. Presidente, que são contratos que não têm metas...

Nas relações do Governo com os Municípios, não há meta, não há um cronograma de investimento, não há a data da universalização, o que é diferente dos novos contratos com empresas privadas, porque há a própria fiscalização feita pelo Ministério Público, pela Câmara de Vereadores e pela sociedade. Quando um prefeito decide trazer o privado para a parceria, ou mesmo um governador, essa ampliação do debate sempre se dá. Isso ocorre quando há uma participação privada, mas ocorre muito pouco quando há uma participação pública.

Então, eu queria parabenizar o Senador Flexa. Acho que coisas importantes ele traz no relatório dele. Há alguns ganhos. Mas eu queria só dizer que, logo após, vou pedir vista do processo, para fazer uma análise.

Acho que, diante até da provocação de V. Exª, Presidente, poderíamos criar alguns temas, para que se aprofundasse esse debate. Eu queria dizer que nada é mais importante agora do que água e esgoto, porque o Governo Federal está dando sinais de que, para os governos poderem fazer a discussão sobre o reequilíbrio das contas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – É o ajuste fiscal estadual.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... sobre o ajuste fiscal, eles terão de lançar mão da venda das suas companhias estaduais, para cobrir o déficit de outros setores.

O setor de saneamento já está moribundo, não temos nenhuma perspectiva. O Plansab (Plano Nacional de Saneamento Básico) dizia que iríamos universalizar em 2030, mas já se dá conta de que isso não chega a 2060 realizado. Se isso acontecer, nós vamos ter dois problemas, Senador Wilder. Primeiro, nós não vamos conseguir a universalização, porque estamos tirando... Aí o primeiro caso emblemático é o da Cedae, que diz que vai tirar R$3,5 bilhões para pagamento de prejuízos passados, relativos à folha e a outras questões. E, segundo, daqui a dez anos, teremos de enfrentar isso aqui, dizendo: "Olha, as parcerias público-privadas não deram certo porque retiraram recursos de investimento, e nada foi feito, porque esses recursos foram drenados para outros setores." Aí nós vamos, de novo, colocar o peso sobre a parceria público-privada da sua ineficiência, quando o Governo está incentivando os Estados a retirarem recursos do saneamento para colocá-los em outros setores, o que acho muito preocupante. Precisamos debater isso aqui com muita profundidade, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador Roberto, concordo, em número, gênero e grau, com o que V. Exª está falando, mas eu apenas gostaria de dizer o seguinte: acho que o sistema de concessão no Brasil precisa, efetivamente, ser revisto. Não sou contra o capital privado. Sou contra a forma de gestão, de fiscalização, de comando e de controle.

V. Exª falou em meta. Explico a V. Exª que, em 2001, quando venderam a empresa de saneamento de Manaus para a Lyonnaise des Eaux, foi estabelecida uma meta, mas se estabeleceu, por exemplo, que essa meta seria medida só daí a seis anos. Não haviam sido estabelecidas submetas anuais. Muito bem, a Lyonnaise des Eaux vendeu por R$1 para uma empresa que alguns conhecem agora, uma empresa de saneamento de São Paulo conhecida como Vega Saneamento, associada a outra que agora alguns conhecem e que é chamada Carioca Engenharia, do Estado do Rio de Janeiro, etc.

Conclusão: a única coisa que não se leva em conta é a melhoria do serviço. A concessão pode ser por outorga onerosa – quem paga mais fica com a concessão –, pode ser por menor tarifa – quem cobra menos fica com a concessão –, mas pode ser também para quem apresenta o melhor plano de investimento. E o melhor plano de investimento é aquele que estabelecerá uma prestação de serviço continuada de boa qualidade, com baixa tarifa e com alto índice de investimento.

Nesse sentido, o setor elétrico avançou, mas, no saneamento, nós não avançamos.

E, quando vemos o BNDES falar tanto em parcerias público-privadas e nós ampliarmos não de 5%, mas para 70%, 80% do universo de saneamento básico no Brasil a modelagem da concessão, é exatamente o momento em que precisamos ajustar a modelagem da concessão, ajustar a modelagem da fiscalização, comando e controle, para que o cidadão possa finalmente receber água de boa qualidade e ter tratamento de rede de esgoto, porque hoje paga caro, não tem tratamento de rede de esgoto e tem água de péssima qualidade.

Mas não quero aqui deixar qualquer impressão de que não sou a favor do capital privado. Sou a favor, mas não da forma como está hoje e não da forma como vem acontecendo em alguns Estados, inclusive no meu, com relação à questão de saneamento.

Por isso, esta questão de criarmos um núcleo, uma subcomissão permanente, para fazermos um estudo e apresentarmos um projeto de lei que trate das mudanças de como fazer de verdade concessão na área de saneamento neste País, para que a população seja beneficiada, para que possamos levar água e esgoto a milhões de brasileiros que lamentavelmente não têm água e esgoto, até hoje, em sua residência.

Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, o problema de Mato Grosso do Sul, especialmente Campo Grande, é semelhante ao de Manaus. Há cobranças de esgoto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

diversas residências que não o possuem. E, aqui, pelo parecer, pelo que o Flexa está dizendo, deveria ser cobrado de todos igualmente.

Por outro lado, acho que é importante a gente definir a relação entre a cobrança de esgoto e água, porque lá se cobra de esgoto 70% e de água 30%; às vezes se cobra de esgoto 80% do total da conta e de água 20%.

Seria importante definir qual é essa relação entre a cobrança do valor da água e do valor de esgoto, que vem na mesma conta. E todos os usuários realmente reclamam muito disso, porque, às vezes, quando se consome muito pouca água, carrega-se no esgoto, e o valor total da conta fica inacessível à população mais carente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Em muitos casos, é até de 100%.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu serei breve, Senador Eduardo Braga, porque creio que V. Exª retratou, de forma fidedigna, a situação da cidade de Manaus em relação ao oferecimento dos serviços de abastecimento de água e de esgoto.

De fato, Manaus foi privatizada, há muito tempo. Entretanto, de lá para cá, o que vimos foram investimentos públicos somente. Se hoje parte da população de Manaus tem água, não é por conta da empresa, porque todos os investimentos previstos não foram feitos. E eu me lembro de que V. Exª, como Governador, foi exatamente o responsável, Senador Eduardo Braga, por ter acontecido isso.

Foi preciso buscar ajuda. O Governo do Estado, na época em que V. Exª era Governador, buscou ajuda financeira com o Governo Federal para o Estado atuar na captação da água e, aí, garantir o serviço às pessoas.

Então, é lamentável. Acho que discutir isso é necessariamente discutir concessões, é necessariamente discutir mudanças profundas no sistema vigente hoje, porque só quem perde é a população.

Mas, dizendo isso, eu quero apoiar integralmente o projeto do Senador Flexa Ribeiro.

Senador Eduardo, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu pergunto se haverá pedido de vista.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pedido de vista?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Posso continuar o relatório? Para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pode continuar o relatório, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Bom, eu vou fazer, Presidente, Senador Eduardo Braga, algumas observações sobre as falas de V. Exª e dos Senadores e da Senadora que solicitaram a discussão da matéria.

Primeiro, eu lamento que a parceria público-privada de Manaus não tenha sido exitosa. Poderia citar aqui inúmeros exemplos pelo Brasil em que a parceria público-privada trouxe ao cidadão o acesso à água tratada e aos dejetos tratados também.

Senador Eduardo Braga, V. Exª tem razão: a modelagem é importante. E, depois da modelagem, deve-se fazer uma proteção ao usuário. Quer dizer, a tarifa tem de ser modelada de tal forma que o usuário não seja penalizado, que ele tenha o serviço de qualidade a preços justos, para que ele possa pagar.

Agora, nós não podemos, ao corrigir as falhas, como aconteceu em Manaus, jogar a água suja da tigela com a criança dentro. Então, nós temos de preservar a criança e despejar a água suja.

Estou de comum acordo com V. Exª quanto à necessidade de se debruçar sobre a questão da regulamentação.

Depois de feita a parceria público-privada, a agência reguladora do Estado teria de ter fiscalizado as metas e o desenvolvimento da parceria. Se não o fez, lamento mais uma vez, porque deveria tê-lo feito. A agência reguladora do Estado deveria ter acompanhado o cronograma de metas. Se não o fez, não é problema do sistema. É problema localizado de acompanhamento.

No meu Estado, a energia é uma concessão para uma empresa privada. Lá, existe a tarifa social implantada para todos aqueles que têm direito. Com relação à água, é pública a gestão. Há a tarifa social também.

Agora, eu acho que isso acontece com quase todas as empresas de saneamento no Brasil. Lá no meu Estado, lamentavelmente, tratam-se 100% de água e só cobram 30%, 35%. São desperdiçados 70% ou 65%, ou em vazamento ou ligação clandestina. Quer dizer, como é que se pode manter o equilíbrio financeiro de uma empresa se há custo para tratar 100% e só se recebem 35% desse trabalho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Senador Roberto Muniz tem conversado comigo quanto à questão sobre a qual ele também se debruça. Na conversa que tivemos, ele disse que iria fazer um pedido de vista. Eu disse: "Ótimo, porque vamos poder aprofundar o estudo."

E eu já quero pedir ao Senador Roberto que ele possa fazer um requerimento, eu o subscreverei junto com ele, para que possamos fazer uma audiência pública. Vamos trazer o BNDES aqui, vamos trazer a agência reguladora para que possamos, aqui, discutir e talvez – talvez não, com certeza – sairmos com uma regulamentação que evite esses dissabores que houve lá em Manaus.

Só concluindo para ser rápido aqui, já que o Senador Roberto vai pedir vista...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mas antes da vista, o Senador Lasier...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só vou concluir o relatório bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Concluindo, eu passarei ao Senador Lasier.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Hoje, predomina a cobrança conjunta, mesmo que os níveis de atendimento de coleta e tratamento de esgotos sejam precários.

Isso resulta na cobrança de um serviço, como disse o Senador Roberto, nem sempre prestado. Então, você cobra e não presta o serviço, porque está conjunto. No meu Estado, é 100% o tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – No Amazonas também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O esgoto é igual ao valor da água que é medido, o esgoto não mede, não há como medir, por enquanto. Então você gasta R$50 de água e é R$50 de esgoto, se tiver prestado o serviço, como o projeto do Senador Cyro Miranda, se não, você vai cobrar daquilo que não é prestado.

Pretende-se superar esse problema ao condicionar a cobrança à efetiva prestação, observada sua proporcionalidade, Senador Roberto, com os níveis de tratamento e disposição final dos esgotos. O projeto do Senador Cyro Miranda, para evitar um dos eventuais impactos negativos da cobrança em separado, o impõe uma multa administrativa àqueles que não conectarem a edificação urbana à rede pública de esgotamento sanitário.

A cobrança é em separado e com discriminação dos custos relativos a cada serviço. É importante isso. Então, a proposta aqui do Senador Cyro é cobrar separadamente, discriminando e calculando a tarifa separadamente. Nós fizemos uma emenda para que a tarifa seja cobrada separadamente, quer dizer, ver quais são os níveis de tratamento e, em função desses níveis de tratamento, definir o quanto será cobrado tanto de água quanto de esgoto, mas a cobrança, ao final, seja em conjunto, porque não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

há como cortar o esgoto daqueles que não paguem a prestação, mas há como cortar a água. Então, para garantir a prestação, você calcula em separado e cobra em conjunto.

E, por final, criam-se condições de penalidades para aqueles que, dado o acesso ao serviço de água e esgoto, não o utilizam por terem tratamento próprio – condomínio fechado que põe estação de tratamento de esgoto, ou captação e tratamento de água isolados –, se o serviço for disponibilizado e ele não ligar, ele vai pagar como se tivesse ligado para poder dar o equilíbrio econômico-financeiro para a empresa pública ou privada que estiver gerindo o sistema de saneamento.

Esse é o relatório, pela aprovação do projeto do Senador Cyro Miranda, com a emenda da Comissão de Infraestrutura que define exatamente esses pontos que eu falei agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu passo a palavra ao Senador Lasier.

Em seguida, vamos à votação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente Eduardo Braga e colegas, eu queria lembrar, a propósito desse relatório muito bem-vindo do Senador Flexa, que, no ano passado, votamos aqui, no Senado, e se transformou em lei a Lei nº 13.329, do Senador José Serra, que cria Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico, mas a vigorar a partir de dois anos depois da publicação, portanto a vigorar no ano que vem. A expectativa é que se confirme esse tratamento e esse regime.

Agora, o problema do saneamento é de norte a sul, com exceções um pouco melhores, um pouco piores. O seu Estado parece que está sendo razoavelmente atendido. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o fornecimento de água é bem atendido; agora, o esgotamento sanitário é ruim. Temos menos da metade de Municípios com atendimento satisfatório, e sabemos da importância da repercussão que tem para a saúde em razão das doenças parasitárias que a falta de saneamento provoca, principalmente nas periferias.

Esse é um problema nacional, e devemos reconhecer que, nesse cenário de crises que vive o País, em que há outras prioridades assim consideradas – saúde, educação, segurança –, o saneamento, que, de um modo geral, está enterrado, vai ficando relegado, secundarizado.

Então, é muito oportuna a proposta relatada aqui hoje. Quem sabe lá nós consigamos, através daquilo que V. Exª arguiu logo no começo – é um problema de políticas públicas; esse é o grande problema –, e, na medida em que formos agitando isso, passemos a ter algumas soluções.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu agradeço a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vista concedida ao Senador...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Vista coletiva...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É mais eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... concedida ao Senador Roberto Muniz e ao Senador Acir Gurgacz.

Voltamos ao item...

Informa o secretário que ainda está faltando um Senador para que tenhamos quórum para voltarmos a itens terminativos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – É nominal. Quando é terminativo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – É no computador. Não, não pode. É regimental.

O Senador Wellington já estava contabilizado. Está faltando apenas um.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – (*Fora do microfone.*)

... para relatar a matéria lá.

Infelizmente eu vou ter que me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu compreendo essa dificuldade, porque eu também sou membro da CAE, tenho matéria para relatar lá, mas eu acho que esta Comissão é tão importante quanto. Nós estamos em pleno...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não; com certeza. É porque já são 10h20.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mas os Senadores, com certeza, também têm os seus horários etc.

Se nós abrirmos a votação, Senador, vamos ficar paralisados no meio da votação, sem poder avançar, para deixar em ponto, para, quando tivermos quórum, podermos votar pelo menos aquilo que tivermos em ponto.

Se for da vontade do Plenário, podemos iniciar a votação. Ficaremos apenas paralisados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu me submeto à decisão de V. Exª. Não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Se entrarmos em processo de votação...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Só peço a compreensão porque terei que me ausentar e voltarei assim que houver quórum. Estou aqui do lado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – É claro, enfim.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva

Observações:

Aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É muito meritório esse projeto do Senador Flexa, porque diz respeito à vida, pois se refere à travessia de rodovias em zonas urbanas e aos efeitos nocivos.

O relatório não é muito longo. Mesmo assim, eu vou suprimir a leitura de alguns pontos desnecessários.

O projeto dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas.

Esse projeto possui dois artigos. O primeiro altera a Lei nº 12.379, de janeiro de 2011, para incluir-lhe o art. 19-A, a fim de obrigar que as rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário Federal sejam segregadas das vias locais urbanas e que sejam minorados seus impactos negativos ao ambiente urbano – eu acho que agora teremos quórum. Ademais, ele acrescenta parágrafo único ao dispositivo para que regulamento estabeleça cronograma para seu atendimento. Já o segundo artigo traz a cláusula de vigência, que afirma que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificativa, o autor destaca a necessidade de evitar os efeitos negativos das rodovias quando atravessam zonas urbanas, tais como atropelamentos, acidentes de trânsito, congestionamentos e poluição, e argumenta que, em países desenvolvidos, o trânsito local é segregado das vias de trânsito rápido por meio de vias paralelas ou por meio de túneis e de viadutos.

A matéria tramitará apenas nesta Comissão, onde deverá obter decisão terminativa.

Decorrido o prazo regimental, não lhe foram oferecidas emendas.

Análise.

Regimentalmente, o PLS 702, de 2015, vem à apreciação da Comissão em respeito ao art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, em especial quanto ao inciso I, em que está prevista a competência desta Comissão para opinar sobre matérias pertinentes a transportes e obras públicas em geral.

Com relação à constitucionalidade, não há contestação. Com relação à juridicidade, também não há reparos. Então, sigo adiante.

É meritória a proposição do nobre Senador Flexa Ribeiro ao procurar corrigir os efeitos negativos das rodovias sobre as comunidades urbanas locais. Os acidentes de trânsito provocados pelo conflito das vias rápidas com as ruas locais ceifam muitas famílias de seus entes queridos ou deixam graves sequelas para o resto da vida dos acidentados. Ademais, conflitos de tráfego mal resolvidos provocam severas perdas na qualidade de vida das famílias, que vivem próximas ou às margens das rodovias federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Embora concordemos com a argumentação, é forçoso reconhecer também que, em muitos casos, talvez a esmagadora maioria deles, as rodovias foram implantadas anteriormente às vias locais, e estas, por falha de planejamento municipal, se instalaram em conflito com as vias de trânsito rápido. Muitos polos geradores de trânsito foram fomentados, construídos ou financiados pelas administrações municipais, estaduais e federais sem a devida preocupação com a mobilidade e a segurança nas vias. Não raros são os casos em que sequer as faixas não edificáveis de 15m de cada lado de rodovias foram respeitadas pelas administrações municipais ao permitirem a implantação de loteamentos nessas áreas.

Portanto, para resolver o problema do conflito de trânsito local com o regional e nacional, além da necessária segregação das vias, é preciso impor diretrizes não apenas para a União, mas também para os Estados, Distrito Federal e Municípios, para que futuros loteamentos não voltem a ocupar indevidamente as margens das rodovias do SNV, o que deve ser feito por meio de alterações na Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências", de forma a se evitar a conexão direta de vias urbanas locais com rodovias.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015, na forma da seguinte emenda substitutiva:

> Emenda Nº 1 - CI (Substitutivo)
> Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015
> Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que *dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação*, para determinar a segregação das vias em função de critérios de acessibilidade, mobilidade e segurança e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que *dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências*, para vedar a conexão direta de vias urbanas locais com rodovias.
>
> Art. 1º A Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A:
> "Art. 19-A As rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário Federal deverão ser segregadas das vias locais urbanas, e seus impactos negativos no ambiente urbano minorados.
> §1º A segregação de que trata o *caput* além de outros parâmetros definidos em legislação específica e regulamentos deverá, respeitados critérios de acessibilidade, mobilidade e segurança, priorizar os contornos, anéis, arcos viários, rodovias perimetrais ou variantes em detrimento das travessias urbanas, sempre que for técnica e economicamente viável.
> §2º O regulamento estabelecerá cronograma para o atendimento no disposto neste artigo."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a inclusão do seguinte inciso V:

"Art. 4º .....

.....

V – o tráfego dos loteamentos deverá ser projetado de forma a evitar a conexão direta das vias locais com rodovias e vias de tráfego rápido.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Iniciado o processo de discussão, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

Inicio o processo de votação, mesmo com a discussão em andamento, por decisão do Plenário.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quero agradecer ao Senador Lasier Martins pelo relatório que fez pela aprovação.

Esta questão – acho que todos têm conhecimento – é de extrema necessidade, porque trata de proteger vidas humanas. Eu vou dar um exemplo, Senador Lasier: no meu Estado, há uma rodovia que está lamentavelmente nos jornais nacionais, com problema de atoleiro, com quilômetros e quilômetros de carretas paralisadas, que é a Santarém-Cuiabá, a BR-163. Nesse trajeto, Senador, hoje estão passando quase cinco mil carretas diárias, e não foram projetadas pelo DNIT, pelo Ministério do Transporte as vias laterais nas zonas urbanas. Eu consegui, seis anos atrás, quando o Dr. Pagot era o diretor-geral do DNIT, estive com ele e com a então prefeita de Novo Progresso, a Madalena, e ele, por reconhecer a necessidade, autorizou que fossem feitas as vias laterais em Novo Progresso. Mas, ao longo do restante da BR – e são 700km –, não há nenhuma via paralela para que seja segregado o trânsito da BR. Então, isso é uma questão importantíssima.

Eu pedi para fazer esse relato antes da votação porque eu quero fazer um apelo ao Senador Lasier...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Lasier.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... com relação à emenda que ele está propondo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Preocupa-me muito, muito o final do §1º do art. 19-A, que diz: "sempre que for técnica e economicamente viável". Economicamente não será nunca num Estado como o Pará, numa via como a BR-163, como a Transamazônica. Não será nunca!

Então, se nós deixarmos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Sempre que for tecnicamente viável.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Aí, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mas haverá votação em turno suplementar, quando podemos fazer...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas, se o Relator concordar, eu peço a ele que retire o "economicamente viável", porque nós não vamos fazer nunca, só em São Paulo ou Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mas no turno suplementar V. Exª pode suprimir, apresentar um destaque de supressão, ou o Relator pode acatar desde já.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Acato desde já.

Vai, então, até "travessias urbanas", cortando a frase "sempre que for técnica e economicamente viável". É suprimida essa frase.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Muito obrigado, Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Portanto, apenas para informar que quem vota aprovando vota "sim" para o substitutivo.

Eu pergunto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Falta Senador votar ainda. Por favor.

Há só mais um item terminativo, por favor, Pimentel.

Otto, por favor, se V. Exª pudesse votar, fecharia o quórum. Eu lhe agradeceria.

Ataídes, por favor, Senador.

Jorge Viana, já votou? Por favor. Jorge Viana não votou.

O Relator já votou.

Flexa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Continua em processo de votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Vou encerrar a votação, então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O seu voto não está computado? Roberto Muniz...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – É porque ele é o Relator, o Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – É que eu sou suplente, e eu havia votado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Não, V. Exª é o Relator. É o seu voto que conta.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – É, o meu voto foi computado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ah, está certo! Está certo.

É que nós estamos estreando hoje aqui, na CI, a votação em Bancada.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, é elementar, só que, como Relator, eu tinha que votar. Por isso, tomei o lugar do nosso Senador Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Sim, o próprio sistema reconhece. É automático.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O próprio sistema reconhece.

(Continua em processo de votação.)

Eu pergunto se todos já votaram.

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Foi de 14 o quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Houve 13 SIM; nenhum NÃO.

Aprovado o substitutivo.

Fica prejudicado o projeto, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno.

A matéria será submetida a turno suplementar, na próxima reunião deliberativa da comissão.

Volto ao item 2 da pauta, cuja discussão já havia sido encerrada.

Vamos à votação.

Em processo de votação o item nº 2 da pauta, agora.

Iniciada a votação. Podem votar.

Aqueles que aprovam o relatório votam "sim"; aqueles que votam contra o relatório votam "não".

Em votação o projeto de lei.

Quem vota com o Relator vota "não"... Perdão! Quem vota com o Relator, ou seja, pela rejeição do projeto, vota "não".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pode votar de novo. Já está aberto.

É só votar de novo que o sistema substitui o voto automaticamente.

Quem vota com o Relator vota "não". Quem vota com o projeto original vota "sim".

Fomos todos traídos pelo desejo de fazermos a votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Quem vota com o Relator vota "não", Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Quem vota com o Relator vota "não".

Nós temos mais dois requerimentos importantes que foram apresentados, mas não mais com quórum qualificado.

(*Procede-se à votação.*)

Já deram 12.

Vou encerrar a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pimentel votou?

Pergunto ao Senador Ataídes: posso encerrar a votação?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Wellington já votou.

(*Continua em processo de votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Foram 12 votos NÃO.

Quórum: 13.

Aprovado, portanto, o parecer do Senador Fernando Bezerra.

Apresento, agora, dois requerimentos.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 5, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de instruir o PLS nº 37, de 2011, que "altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências".

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Consulto os Senadores presentes se gostariam de se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 6, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que requer:

> [...] nos termos do art. 58, §2°, II da CF c/c art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal - CI, no dia 28 de abril de 2017 às 14 horas, na cidade de Porto Velho, para debater o processo de Concessão / Duplicação da BR 364 – Trecho Comodoro – Porto Velho – RO, bem como as previsões da execução das obras do Contorno de Porto Velho, com a presença das seguintes entidades:
> - Representante do MTPA - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
> - Representante da ABCR - Associação Brasileira de Concessionárias e Rodovias;
> - Representante da EPL - Empresa de Planejamento e Logística;
> - Representante da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres;
> - Representante do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 6, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de diligência na cidade de Porto Velho (RO), para debater o processo de Concessão / Duplicação da BR 364 – Trecho Comodoro - Porto Velho, bem como as previsões da execução das obras do Contorno de Porto Velho.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Consulto os Senadores presentes se gostariam de se manifestar sobre o requerimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu gostaria de subscrever. Acho da maior importância que possamos discutir toda a 364 até Cruzeiro do Sul, porque a situação é muito grave – e V. Exª sabe muito bem, Presidente.

Considero uma iniciativa fundamental. Eu só queria que incluísse o meu nome subscrevendo essa proposta do nobre Senador Acir Gurgacz.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Da mesma forma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Em apoiamento ao requerimento do Senador Acir Gurgacz, da mesma forma, tanto eu quanto o Senador Wellington Fagundes o estamos subscrevendo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria inclusive, Sr. Presidente, de incluir a possibilidade de visitarmos, a partir de Cuiabá, já que a 364 também tem um trecho concessionado a partir de Cuiabá. Mas, claro, aí vai depender muito bem da organização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Podemos tratar desse tema para que possamos estabelecer as condições.

Aprovado, portanto, o requerimento apresentado.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Entendo que é oportuno nós tratamos de toda a questão da BR-364, mas temos questões diferentes. Parte da BR-364 no Mato Grosso já está concessionada. Então, são temas e problemas diferentes para discutirmos.

Entendo que temos que fazer uma inspeção, uma visita a esse trecho que está concessionado, tanto na BR-364 como também na BR-163. Fazermos essa visita, *in loco,* para discutirmos e vermos como andam os trabalhos e como está o resultado da concessão.

É um assunto diferente com relação à BR-364 ligando Comodoro a Porto Velho e, também, como bem colocou o Senador Jorge Viana, de Porto Velho a Cruzeiro do Sul.

Então, entendo que são duas questões diferentes, e nós deveríamos fazer uma diligência no outro trecho para discutirmos a questão desse pedaço que já está concessionado.

Agradeço a V. Exª por subscrever, juntamente com o Senador Wellington e o Senador Jorge Viana, para podermos debater, pois temos um fato importantíssimo, Srs. Senadores. Este ano nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

teremos a dragagem do Rio Madeira. Com isso, haverá um aumento em 100% do transporte de grãos através do Rio Madeira. E para chegar ao Rio Madeira é preciso utilizar a BR-364.

Portanto, nós temos que preparar a BR-364 numa questão emergencial para sua duplicação. E nós falávamos há pouco, eu e V. Exª, que não adianta nós fazermos isso através do Governo; tem que ser feito por meio de uma concessão. É muito mais rápido, mais ágil, mais eficiente, e o Governo não precisa investir. Por mais que tenha que haver uma verba através do BNDES para a execução dessa obra, para financiamento, que é o que se estabelece com mais rapidez, mesmo o BNDES financiando, é um financiamento e não um investimento do Governo. Vai haver um retorno desse empréstimo, desse investimento, e nós teremos essa duplicação da BR-364 o mais rápido possível. Isso movimenta a economia do Mato Grosso, movimenta muito a economia do Estado de Rondônia e também movimenta a economia do Estado do Amazonas. Como não é diferente também a economia do Acre, que depende integralmente, assim como Rondônia, dessa BR-364.

Antes de passar a palavra aos Senadores inscritos, eu gostaria apenas de dizer o seguinte: eu acredito que a 364 é vital tanto para o Mato Grosso, quanto para Rondônia, quanto para o Acre, quanto para o Amazonas. E essa é uma rodovia que já tem viabilidade econômica para ser concessionada. Ao fazê-lo, se nós fizermos com uma regulação adequada, tendo em vista não só a questão da soja, não só a questão da pecuária, mas, também, o polo industrial de Manaus, ela tem viabilidade econômica. Dentro desse aspecto, ela passaria a ter, portanto, acesso não só ao PPI, mas, também, acesso a financiamentos diferenciados e, também, a financiamentos de debêntures estruturadas, que são isentas de imposto de renda, que têm, hoje, uma boa captação no mercado e que resolveriam definitivamente o eixo central de escoamento da produção.

Portanto, acho que este é o momento de nós trazermos esse debate e colocarmos a 364 como sendo uma das BRs a serem colocados no topo da agenda para serem concessionadas ao setor privado no País.

Ouço o Senador Wellington e, em seguida, o Senador Jorge Viana.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, nesse aspecto, tudo o que foi falado aqui é exatamente a necessidade, mas eu gostaria de sugerir também um convite, tanto ao Ministério dos Transportes, o que já está previsto, como ao do Planejamento. E, se for o caso, esta Comissão aqui também, que se definirá pela visita, poderá ir oficialmente, pela Comissão de Infraestrutura, ao Ministério do Planejamento, porque nós temos que discutir exatamente a questão orçamentária. Porque essa concessão de que está se falando... Antes disso, nós precisamos fazer uma manutenção ideal dessa estrada.

E eu acredito que essa concessão também precisa ser discutida por nós que vivemos na região, porque não adianta pensar em fazer uma concessão para exigir do concessionário a duplicação imediata, como foi feito no caso da concessão da BR-163 no Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, essa estrada lá, nós a defendemos muito bem, a PPP Caipira, ou seja, ir fazendo investimentos de acordo com o aumento da carga, com o aumento do volume...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mas na 364?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Isso, mas a discussão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Aumento da carga na 364?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – V. Exª acha que ela tem pouca carga?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Não; é porque quanto mais se beneficia... Hoje é o que está acontecendo na 163, lá no Estado do Pará. Com a abertura dos portos de Miritituba, o volume de carga foi, de uma hora para outra, para aquela região, e, claro, aquilo não tinha um planejamento.

Então, nós podemos discutir, neste momento de crise, o tipo de investimento e em quanto tempo de prazo esse investimento poderia ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Permita-me, Senador.

V. Exª não crê que há interesse do setor privado na BR-364?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Acredito que há interesse e, como eu disse, a partir de Posto Gil, inclusive, porque a concessão prevista é de Comodoro para frente. Mas eu acredito... Porque até Posto Gil é a duplicação da concessão; a partir de Posto Gil, ela muda. Então, a sobreposição deixa de existir ali. Então, acredito que a gente poderia pensar, inclusive, nela como um todo, a partir de Posto Gil, e principalmente no tipo de investimento a ser feito, para que se dê um prazo para haver uma implantação, de acordo com os investimentos que forem feitos, e essa tarifa poder ir também...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Isso depende de regulação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas isso é apenas uma discussão que eu penso que nós, Comissão de Infraestrutura – V. Exª, que é um conhecedor da área, o Senador Acir, que vive isso –, precisamos também ajudar ou participar dessa discussão e dar uma modelagem.

É isso só que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Claro.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, Senador Acir... Não é nem divergindo, mas é me associando ao Presidente, Senador Eduardo Braga. Não há como discutir qualquer mudança ou alteração na gestão da BR-364 sem considerar que o Acre está lá na ponta, e ela é uma espinha dorsal para Rondônia e para o Amazonas, porque há que se chegar a Porto Velho para depois pensar na 319. Há que se chegar lá a Rio Branco para pegar a 317, para ir para o Pacífico ou para ir...

Então, é fundamental que estejamos juntos em qualquer debate que aconteça, em qualquer etapa desse debate. Não dá para pensar uma concessão... Inclusive, acho que o Brasil pode ter aí um exemplo para fazer as coisas de maneira certa.

Por que nós não temos aviação regional? Porque é uma ação descasada dos voos mais rentáveis no sul do Brasil. Deveria haver uma associação. Por que nós temos concessão na Dutra e não conseguimos fazer uma concessão em outra parte do Brasil? Tinha que ser uma operação casada, com certo equilíbrio, e o País tem que ser visto como um só. Senão, nós vamos ter alguém – negócio de carne fraca, não é bom falar disso – ficando só com o filé, e outros tendo que comer carne com osso.

Mas a situação é um pouco essa. Então, acho que é muito importante. O projeto pode ser por etapas, pode ter situações diferentes, mas é um projeto só, porque é uma rodovia fundamental para aquela região, a parte mais ocidental do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mesmo o acesso da 163...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Era essa a minha observação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mesmo o acesso para Miritituba, da 163, depende da 364. E Miritituba se viabiliza obviamente com grãos, mas se viabiliza também com cargas que estão referentes à questão de petróleo e referentes à questão do polo industrial.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só para concluir essa questão de fazer por etapas.

Estuda-se uma forma de gatilho, um nível de quantidade de automóveis e caminhões trafegando pela BR. Quando se atingir esse nível, se duplica. Então, essa talvez seja uma medida acertada.

Falando da 364, por exemplo, entre Comodoro e Porto Velho. Entre Comodoro e Vilhena, não há necessidade de duplicação. Entre Vilhena e Pimenta Bueno, talvez não haja também. Mas de Pimenta Bueno a Jaru, com certeza, porque vai passar por Cacoal, Presidente Médici, Ji-Paraná, Ouro Preto, chegando a Jaru. Precisa de duplicação. Talvez entre Ariquemes e Itapuã também não se precise de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

duplicação. Então, criando esse gatilho, nós vamos ter a certeza de que, quando o tráfego aumentar, nós vamos ter a duplicação.

Essa é uma fórmula que se está estudando, que também se aplica entre Porto Velho e Rio Branco, que talvez não precise duplicação no trecho por inteiro, mas em alguns pedaços há a necessidade. Com esse gatilho, eu entendo que nós vamos atender a necessidade e também a questão econômica das empresas, que com certeza não conseguirão duplicar onde não há uma quantidade mínima de veículos para fazer os recolhimentos, infelizmente, por meio dos pedágios.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, não é para me estender muito, mas eu acho que é um tema importante. Para nós que vivemos lá, que conhecemos... Por isso que eu entendo que a Comissão tem que participar inclusive da modelagem.

No nosso caso de Mato Grosso, na concessão da 163, foi feita a licitação com o início da duplicação do norte para o sul, sendo que nós tínhamos a inauguração do terminal da ferrovia Ferronorte chegando a Rondonópolis, na região sul, e a distância da ferrovia até a divisa de Mato Grosso do Sul, que também se está duplicando, ficaria por último. E ali está o congestionamento naquele momento.

Então, foi preciso haver uma interferência muito grande, e a Presidente da República ir a Rondonópolis inaugurar, para ver que realmente tinha que ser mudado.

Por isso, acho que vai ajudar muito a participação de quem vive na Amazônia, principalmente V. Exª, Governador, e todos aqui que conhecem aquela região.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Estamos todos de acordo.

Quem está a favor permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Peço a gentileza para ler um relatório extrapauta que consegui aprontar na data de hoje. Eu trouxe extrapauta para a gente fazer o relatório da indicação de um diretor para a ANTT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Aprovo, portanto, se o Plenário estiver de acordo com a leitura do extrapauta, informando ao Plenário que obedeceremos aos prazos regimentais estabelecidos para o rito de sabatina.

Portanto, com a palavra V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Senhor Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome de Marcelo Vinaud Prado para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 109, de 2016 (Mensagem nº 642, de 2016, na origem).

Nos termos do art. 104, combinado com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão arguir o indicado à diretoria de quaisquer das agências reguladoras de transportes, bem como apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

O histórico profissional do indicado registra que ele é servidor efetivo da carreira de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, tendo tomado posse na ANTT no ano de 2005. Desde então, exerceu os cargos de assessor técnico da Diretoria-Geral, de gerente de Fiscalização, de superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas, além de representar a agência junto ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Em julho de 2015, o Sr. Marcelo Vinaud Prado, após aprovação nesta Casa, foi empossado diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, cargo para o qual busca, neste momento, recondução, nos termos do art. 54 da Lei nº 10.233, de 2001.

Segundo as informações apresentadas, o indicado não mantém, ou manteve nos últimos doze meses, vínculos com empresa exploradora de atividades reguladas pela ANTT, como exige o art. 58 da Lei nº 10.233, de 2001.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Marcelo Vinaud Prado para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com os arts. 53, 54 e 58 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Relatório apresentado pelo Senador Acir Gurgacz. Eu pergunto se alguém...

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Não é sobre o tema?

Eu concedo vista coletiva, a pedido do Senador Wellington Fagundes, e marco para a próxima terça-feira a audiência de sabatina do Sr. Marcelo Vinaud.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu conversei com nosso Secretário e conversei também com o Senador Wellington, com o Senador Acir e com V. Exª e eu estou solicitando, já estou encaminhando neste momento à Mesa e pedindo a tolerância e a compreensão de V. Exª...

Nós criamos a Frente Parlamentar de apoio à iniciativa da ferrovia, que é algo fundamental para se avançar. Isso é fruto de um acordo assinado ainda no governo da Presidente Dilma, entre ela e o Presidente da China. Isso virou um compromisso da China de investimento de US$50 bilhões na região, envolvendo Peru, Brasil e também uma parte na Argentina. Foram contratados estudos técnicos de viabilidade da ferrovia. Há mais de um ano foram gastos já mais de uma centena de milhões de dólares. Eu participei de uma missão para a China ano passado. Foi feita aqui, ano passado, uma audiência pública em que os estudos preliminares foram apresentados e debatidos. E muitas sugestões surgiram, muitas dúvidas surgiram. A equipe trabalhou, e eu agora tomei conhecimento – reuni-me com os representantes do Governo chinês, da empresa que trabalha, e vou me reunir esta semana com o embaixador – de que o estudo foi concluído. Então, eles têm já um estudo concluído, do ponto de vista dos parâmetros chineses, de viabilidade da ferrovia.

Há ainda obviamente uma etapa, que é o Governo brasileiro também querer esse estudo com base nos parâmetros brasileiros. Mas, do ponto de vista dos parâmetros chineses, é absolutamente viável. Foi o que eu tive conhecimento.

Eu queria, então, propor a V. Exª que nós tivéssemos, ainda no mês de abril, se possível – sei que há um calendário que V. Exª está montando, mas não necessariamente precisa ser nas datas ordinárias de reuniões da Comissão –, a audiência pública em que nós teríamos conhecimento da questão. Nós não queremos que esse estudo ou que essa proposta fique entre governos. Nós queremos dar transparência para ela, para o povo do Acre, para o povo de Rondônia, para o povo peruano também, para o povo do Amazonas, para o povo do Mato Grosso. Ela é fundamental.

É óbvio que, diante da condição econômica do Brasil, ela não tem nenhuma viabilidade se formos discutir financiamento brasileiro. E não é nada disso. O Governo chinês tem uma proposta de financiamento, tem obviamente uma proposta de uso de tecnologia – eu pude ver lá – para a execução da obra. Mas ela é uma obra nossa. Então, temos de debater. Já ocorreram vários encontros, os Governadores também da região também já se encontraram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora há essa Frente Parlamentar. Então, peço em meu nome e em nome dos colegas das Frente Parlamentar, que é mista, envolve Deputados, envolve Senadores. Eu, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Wellington e o Senador Raupp estamos na coordenação dessa comissão do ponto de vista do Senado. E também temos quatro Parlamentares, Deputado Federais, que compõem uma espécie de Secretaria Executiva da Frente Parlamentar. Já tivemos reuniões com o Ministério do Planejamento.

E, pasmem... Até vou procurar o nosso colega Senador Blairo Maggi – ele esteve no Acre no período da enfermidade do meu pai, do falecimento do meu pai, exatamente no dia mais terrível que nós vivemos. Eu ia a uma palestra na visita que ele fez no Acre. Ele foi perguntado sobre a ferrovia e falou: "Isso não tem viabilidade nenhuma". Achei estranho o Ministro falar isso. E eu só ia perguntar se ele tinha algum interesse no transporte de grãos por água, na hidrovia, porque, se tiver, fica mais claro o porquê da resposta do Ministro, do nosso colega Senador. Com todo o respeito, mas não pode alguém que tem uma empresa... Porque o Pará também é contra, mas, é claro, tem receio de perder os portos. Ninguém vai perder porto nenhum. A 163 está lá com aquele problema todo; o Pará; São Paulo também fica contra. Mas ninguém vai perder porto. O Brasil tem que aumentar a sua produção.

Agora, os chineses – ontem eu estava na Comissão de Relações Exteriores – não querem ficar reféns do Canal do Panamá. Eles não querem ficar reféns do Canal do Panamá, que obviamente tem uma influência americana e está sendo ampliado. Eles querem ter um modal de transporte onde possam ter algo que faça uma conexão do nosso continente sul-americano com os portos da Ásia. E estão propondo, então, que se possa fazer esse estudo de viabilidade.

Eu estou com o requerimento – chegou o Senador Raupp – aqui. Então, em meu nome, do Senador Acir, do Senador Raupp, certamente, e do Senador Wellington, proponho, nobre Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E com o meu apoiamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... e com apoiamento de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Portanto, aprovado por antecipação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado. Nós vamos fazer...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu queria apenas dizer que está aprovado, portanto, o requerimento de V. Exª.

Ficou também estabelecido, quando da instalação da Comissão, que nós teríamos, às sextas-feiras e às segundas-feiras, datas para que pudéssemos fazer audiências aqui, em Brasília, ou nos locais onde houvesse a determinação da Comissão. Preferencialmente, às sextas-feiras nos locais onde há...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, só para contribuir. Na última sexta-feira, o Senador Wellington fez a sua audiência pública em Cuiabá, e foi um sucesso. Foi importante a participação. A Comissão esteve presente, a TV Senado transmitiu ao vivo. As sextas-feiras são da maior importância para discutir esses temas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Então, às sextas-feiras, sempre nos locais regionais, ou seja, indo até os Estados. E, sempre que houver audiência pública, Senador Acir, Senador Raupp, Senador Jorge Viana, aqui em Brasília, será às segundas-feiras, às 17 horas, para dar tempo de os Senadores estarem presentes. Nós faremos, portanto, às sextas e às segundas.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Eduardo Braga, eu quero também, primeiramente, agradecer ao Senador Raupp, que, na sua ausência, por questões de enfermidade, esteve presidindo.

Nós aprovamos esse requerimento, e a Comissão esteve em Cuiabá. Foi uma reunião extremamente importante, dada a presença das pessoas, e também da TV Senado, da Rádio Senado, em parceria com a TV Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Esse é um detalhe importante, Sr. Presidente, porque não precisou de estrutura. Foi só uma pessoa daqui. A Assembleia colocou toda a estrutura, com *uplink*, facilitando, inclusive, a questão dos custos.

E eu quero aqui, rapidamente, Sr. Presidente, dizer que lá tivemos o Fórum Pró-Ferrovia, que é dirigido pelo Francisco Vuolo, que é o filho do autor do projeto de lei que criou a ferrovia Ferronorte, que é o nosso Senador Vicente Vuolo. Na verdade, eles lançaram, lá, inclusive, a campanha publicitária "Ferrovia traz", que tem o objetivo de demonstrar os benefícios de uma possível extensão da Ferrovia Vicente Vuolo, de Rondonópolis até Cuiabá, e, claro, depois também, até Sorriso.

Nesse evento, foi apresentado um estudo de viabilidade técnica e econômica, realizado pelo EPL, através da Universidade Federal de Santa Catarina. Então, entre outras coisas, o estudo aponta que a extensão de cerca de 260km da Ferrovia Vicente Vuolo até a capital deve aumentar a capacidade de escoamento do modal em 8 milhões de toneladas por ano, sendo que a capacidade atual é de 15 milhões de toneladas.

Eu, particularmente, gostaria que o cidadão olhasse para uma locomotiva e enxergasse além de um modal de transporte. Que, ao olhar para uma locomotiva, pensasse que, nos locais de onde ela vem e para onde vai, ela está, na verdade, criando oportunidades de emprego e de melhor qualidade de vida. Por isso, não pode ser uma luta de segmentos, mas de todos que perseguem uma vida melhor.

Falando especificamente para a população de Mato Grosso, chamo os cidadãos, todos, para se engajarem na luta pela ferrovia até Cuiabá e, de lá, para todas as demais regiões do Estado, que é,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

reconhecidamente, um dos maiores polos de desenvolvimento social e econômico do País, tendo em vista a grande produção de alimentos.

De acordo com os estudos, a extensão da ferrovia até Cuiabá deverá custar cerca de R$1,3 bilhão e deve demorar até cinco anos para ser concluída. O valor, claro, é da Rumo, a empresa que hoje detém essa concessão.

Quero dizer que lá também estavam presente: o Senador José Medeiros; o Deputado Estadual Presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho; o Líder da nossa Bancada em Mato Grosso, Deputado Federal Victório Galli; o Prefeito da nossa capital, Emanuel Pinheiro; o Anderson Moreno Luz, Coordenador-Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes do Ministério dos Transportes, que representou o Governo Federal; e, claro, outras tantas pessoas, já que foi realizado na Federação das Indústrias.

Sr. Presidente, eu também apresentei um requerimento, mas não faço questão de que seja votado hoje, não. Se for o caso, podemos deixá-lo para a semana que vem, sem nenhum problema. É exatamente o requerimento que faço para a gente ir também conhecer a situação da BR-163, principalmente no Estado do Pará.

E gostaria de, mais uma vez, pedir aqui, porque a ANTT... a Antaq é a única agência que só tem três. Como já venceu o prazo, então nós já temos uma indicação que foi feita pelo Presidente Michel Temer para esta Comissão. Trata-se de um mato-grossense. Como é de Mato Grosso, claro, eu tenho que aqui pedir a V. Exª para que distribua...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – A ANTT?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Não, a Antaq.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Você falou ANTT.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Não, eu falei errado. É Antaq – eu corrigi. A ANTT já está. Inclusive, V. Exª já distribuiu, e já foi feita a leitura aqui do relatório. Mas, por ser a única que só tem três, então, decidir num quórum sem o voto de Minerva, é sempre mais complicado. Então, eu gostaria de pedir, muito, a V. Exª a possibilidade de a gente distribuir logo, de V. Exª distribuir a um Relator, para que a gente possa votar o mais rápido possível também, e concluir e completar a nossa agência com todos os seus membros.

Quero aqui parabenizar mais uma vez esta Comissão, o ex-Presidente Garibaldi Alves, porque, Sr. Presidente, quando assumimos o mandato como Senador, a maioria das agências estavam incompletas, e houve uma luta de desta Comissão para isso. Felizmente, hoje, praticamente todas elas estão completas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu tenho certeza de que V. Exª, com a sua competência de ex-Governador, já começou dando celeridade a esta Comissão. E eu quero tê-lo como parceiro, porque penso que a Amazônia tem uma representatividade relativamente pequena na Câmara dos Deputados, mas, aqui no Senado, a gente pode ajudar muito a toda essa Amazônia no que diz respeito à melhoria da sua infraestrutura.

Eu, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento, quero convidá-lo para estar conosco nessa frente, até porque todo esse problema que tivemos lá na 163 se deu principalmente pela falta de armazenamento. Como o produtor não tem onde colocar o seu produto, às vezes é obrigado a entregá-lo sem ter a oportunidade de escolher qual é o melhor mercado, o melhor preço. Então, ele tem que entregar o seu produto e praticamente usar os caminhões como local de armazenamento. E isso acaba levando um prejuízo muito grande

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu queria agradecer ao Senador Wellington e explicar a S. Exª que, lamentavelmente, tomei posse na Comissão e, logo a seguir, fui acometido de uma cirurgia de emergência. Em seguida, meu pai teve um problema gravíssimo de saúde – inclusive, encontra-se internado, mas, graças a Deus, está passando bem. Eu deveria retomar minhas atividades no Senado apenas na próxima sexta-feira, mas antecipei, mesmo estando de licença médica, para retomar as atividades no Senado da República e na Comissão de Infraestrutura. E tão logo eu me assenhoreie dos trabalhos, porque cheguei nesta madrugada a Brasília, darei curso às demandas que V. Exª tão pertinentemente traz a este plenário. Cumprimento V. Exª, desde já, pela exitosa reunião que a Comissão de Infraestrutura realizou no seu Estado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu quero dizer, Presidente, que todos nós aqui estávamos preocupados com a sua recuperação, torcendo para que fosse o mais rápido possível. Como sou um homem que tem muita fé em Deus, fiz também as minhas orações para que isso acontecesse o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E eu agradeço a V. Exª.

Antes de encerrarmos, convoco-os para a nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 4 de abril, terça-feira próxima, às 9h, neste plenário, com a pauta deliberativa e a sabatina do indicado à ANTT.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE MARÇO DE 2017.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia quinze de março de dois mil e dezessete, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Lasier Martins e posteriormente do Presidente eleito, Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Ivo Cassol, Roberto Rocha, Wellington Fagundes, Romero Jucá, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Thieres Pinto e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Eduardo Amorim, Lúcia Vânia e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião destinada à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA para o biênio 2017/2018, nos termos do artigo 88 do Regimento Interno do Senado Federal - RISF. O Senhor Presidente, Senador Lasier Martins, comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Memorando nº 003/2017/GLDPP, de 9 de março do corrente, subscrito pelo Senador Benedito de Lira, Líder do Partido Progressista (PP), indicando o Senador Ivo Cassol para a Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Ofício nº 053/2017/GLPMDB, de 14 de março do corrente, subscrito pelo Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB e da Maioria, indicando o Senador Valdir Raupp para a Vice-Presidência. O Senador Lasier Martins consulta os senadores membros da Comissão se concordam em proceder à eleição dos indicados por aclamação, haja vista não haver outras indicações. Com a anuência dos senadores, a Comissão elege Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Valdir Raupp por aclamação. O Senador Lasier Martins passa a presidência da Comissão ao Senador Ivo Cassol, que agradece sua condução à presidência da CRA. Em seguida, os Senadores decidem que as reuniões da Comissão acontecerão toda quarta-feira às 14 horas. Os Senadores Ivo Cassol, Lasier Martins, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Pedro Chaves e Dalirio Beber fazem uso da palavra. O Senador Ivo Cassol manifesta a necessidade de reduzir a burocracia e de incentivar o transporte e energia para facilitar o escoamento da produção. O Senador Pedro Chaves destaca o agronegócio na alavancagem do PIB e o Senador Dalirio Beber, apoiado pelos Senadores Valdir Raupp, Ivo Cassol e Lasier Martins, lamenta a transferência da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, solicita aos senadores que sendo designados relatores, observando o prazo regimental, apresentem com celeridade os relatórios, como também solicita que toda audiência pública ocorra no dia em que o senador requerente esteja presente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Boa tarde, senhoras e senhores, assessorias, imprensa, Senadores.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2017/2018, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Comunico o recebimento do Memorando nº 3/2017, subscrito pelo Senador Benedito de Lira, Líder do Partido Progressista (PP), o qual indica o Senador Ivo Cassol para a Presidência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Comunico também o recebimento do Ofício nº 53/2017, subscrito pelo Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB e da Maioria, que indica o Senador Valdir Raupp para a Vice-Presidência desta Comissão.

Passamos ao processo de eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição dos indicados por aclamação, haja vista não haver outras indicações.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Todo mundo de acordo?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Não se esperava outra coisa do candidato à Presidência, porque, se discordasse, seria criada uma confusão enorme aqui.

Dessa forma, proclamo eleitos por aclamação o Senador Ivo Cassol, como Presidente da CRA, e o Senador Valdir Raupp, como Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para o biênio 2017/2018.

Convido o Senador Ivo Cassol e o Senador Valdir Raupp para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço às senhoras e aos senhores, especialmente ao Presidente que me sucedeu, Senador Lasier.

Quero dizer que é uma alegria e uma satisfação ter junto a mim, nesta Comissão, como Vice-Presidente, o Senador Valdir Raupp, Senador do Brasil pelo nosso Estado de Rondônia, quero cumprimentar os assessores parlamentares desta Comissão que estão presentes, mas aproveito esta oportunidade para colocar em votação, se os Senadores permitirem, para nós deliberarmos, a questão dos dias de reunião desta Comissão de Agricultura. Na minha opinião, a sugestão que faço é que as reuniões sejam realizadas todas as quartas-feiras, às 14h30. Por que às 14h30? Porque nós já temos outras Comissões que se reúnem no período da manhã...

Só um minutinho, pessoal, por gentileza, porque a voz de vocês está mais alta do que a voz do Senador. Desculpem-me, mas já estou começando como Presidente, tá? (*Risos.*)

Com o devido respeito.

É que na terça-feira há reunião das outras Comissões, pela manhã, assim como na quarta-feira pela manhã. Eu sei que a preocupação de muitos, às vezes, quando assumem uma comissão, é pegar um horário que possa ser televisionado ao vivo. Eu também gostaria que esta Comissão fosse transmitida pela TV ao vivo. Quem não gostaria? Mas nós, como Parlamentares que somos, como Senadores pelo Brasil, queremos o melhor. Todas as Comissões são gravadas e, depois, retransmitidas. Portanto, todo o trabalho dos Senadores e das Senadoras vai ser retransmitido pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Portanto, minha sugestão é que nós marquemos para todas as quartas-feiras, às 14h30. Por esse motivo, há sempre o quórum mínimo necessário, tornando mais fácil a gente debater os assuntos; e também nos dias de votação.

Então, por isso eu queria aqui colocar, abrir a palavra, franquear a palavra para os nossos Senadores presentes, para saber se concordam, se o Vice-Presidente também concorda com que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

reuniões sejam nas quartas-feiras. Isso também facilita o trabalho de quem tem outros compromissos nas suas bases, nos seus Estados, em nível nacional, na quinta-feira, na sexta-feira...

Ah, outra sugestão. Eu queria também propor a vocês que, quando houver audiência pública que não possa coincidir com o horário da Ordem do Dia, então que a gente deixe já programadas essas audiências que vão debater, para quem tem interesse, para quem faz a solicitação, para um dia especial, uma segunda à tarde, uma quinta-feira de manhã, quando há audiências públicas em que se discute por várias e várias horas. E quando é votação normal, então a gente abre sempre às 14h30 e quando for 15h30 ou 16h, quando não está na Ordem do Dia, já está tudo encerrado. Então...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, eu concordo com a proposta de fazermos à tarde, porque realmente não temos muitas alternativas, mas eu só queria lhe propor que, ao invés de ser às 14h30, fosse às 14h, porque, quando há audiência pública, normalmente se alonga muito, e, como o novo Presidente do Senado tem sido pontual na abertura da Ordem do Dia às 16h, algumas vezes nós teremos aí uma colisão de horários.

Então, é uma sugestão que queria lhe fazer, porque não faz muita diferença para aqueles que integram a Comissão, mas, em termos de facilidades de cumprir a Ordem do Dia da Comissão, quem sabe às 14 horas fique um pouco melhor. Mas peço-lhe que submeta a consideração aos demais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – No meu ponto de vista, não tenho nada contra.

Eu queria ouvir a palavra do nosso Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, inicialmente, parabenizá-lo pela ascensão à Presidência desta Comissão de Agricultura. Cumprimentar o Senador Lasier, que presidiu aqui, na eleição difícil, dura para eleger o Presidente e o Vice-Presidente. Cumprimentar o Senador Waldemir Moka, obrigado, tinha também um pleito do Senador Moka para assumir a Vice-Presidência desta Comissão. Eu pleiteava a Presidência também dessa Comissão, mas, tendo em vista que o Partido do Senador Ivo Cassol comanda o Ministério da Agricultura, o Senador Blairo Maggi, acho que é justo que um Parlamentar do seu Partido possa comandar também a Presidência desta Comissão.

Mas, Senador Acir Gurgacz, Senador Pedro Chaves, senhoras e senhores, estou aqui para, ao lado do Senador Ivo Cassol, ajudar na condução desta Comissão, que é muito importante para o Brasil.

Quanto à questão do horário, acho que não há problema de se iniciar às 14 horas, até porque facilitou muito. Com esse registro de presença eletrônico, você passa de manhã numa comissão e já registra para todas as comissões.

Então, isso facilitou muito, porque o grande problema era os Senadores virem às comissões no horário. Se tem uma comissão marcada para a tarde, você pode dar presença de manhã. De qualquer comissão em que estiver, você pode dar presença do painel. Então, isso facilitou muito a condução aqui dos trabalhos do Presidente da Comissão.

Ademais, coloco-me à disposição do Senador Ivo Cassol e desta Comissão para o trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Queria consultar também o nosso Senador Moka e o Senador Pedro Chaves sobre a questão do... Eu sugiro às 14 horas e 30 minutos, às 14 horas, e, como o horário...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu acho que às 14 horas está ótimo, excelente, porque o Senador Lasier tem razão. O Senador Eunício, o nosso atual Presidente, tem sido rigoroso com a abertura, às 16 horas, da Ordem do Dia, obrigatoriamente. Quando abre a Ordem do Dia, nós...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Temos que encerrar os trabalhos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... seremos obrigados a encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Queria confirmar também com o Senador Acir, porque tinha surgido a sugestão das 14 horas e 30 minutos. Aí, o Senador Lasier sugeriu a mudança para às 14 horas. Eu não tenho nada contra, também sou a favor, foi só uma sugestão que eu dei. Se V. Exª também concorda com a mudança, para todas as quartas-feiras, às 14 horas.

E também a sugestão de que, quando houver uma audiência pública que vai se prolongar, para nós não começarmos e com ela terminarmos, que a gente marque, então, na quinta-feira ou num outro dia, para a própria Comissão deliberar sobre isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, eu entendo que 14 horas é mais oportuno, exatamente pelo fato de termos mais tempo para discutir, debater. Têm vários projetos importantes aqui, audiências públicas que também são importantes.

E aproveito a oportunidade para parabenizá-lo pela Presidência desta Comissão, tanto V. Exª quanto o Senador Raupp também.

Eu fico satisfeito que a Comissão permaneça com o Estado de Rondônia. Eu tive o prazer de estar nesta Presidência por uma vez, e na Vice-Presidência por duas vezes.

Então, será o quarto mandato em que teremos Parlamentares de Rondônia na Presidência e na Vice-Presidência. Eu entendo que isso seja positivo para o nosso Estado de Rondônia.

Parabenizo V. Exª. Parabenizo o Senador Valdir Raupp também.

Desejo sucesso e conte com o meu apoio.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu gostaria, Senador Ivo Cassol, de parabenizar o Senador Acir, que assumiu a Vice-Presidência da Comissão de Infraestrutura, que é muito importante também para todo o Brasil, sobretudo para o Norte, que carece muito ainda de infraestrutura. Nós vamos fazer um trabalho juntos lá também, eu como membro da Infraestrutura. Você nos ajuda aqui e nós o ajudamos lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, Senador Raupp e Senador Acir. Agradeço também o apoio de V. Exªs. Tenho certeza de que esse trabalho como Presidente... Pela primeira vez fui indicado para Presidente de uma comissão, contribuí muito como membro desta Casa. Tenho certeza de que vou poder contar com V. Exªs, tanto Senadores como Senadoras, para que a gente possa fazer o melhor possível, uma vez que hoje o Brasil ainda se encontra num momento de crise mais estável graças ao agronegócio, graças à agricultura, graças à pecuária, graças ao homem do campo, de mão calejada, de sol a sol, que acredita naquilo que faz.

Como disse o Senador e Ministro Blairo Maggi, Senador Raupp, quando eu vinha nessa viagem, quero aproveitar e deixar o meu abraço, o meu agradecimento – Senador por Santa Catarina, é uma alegria tê-lo aqui junto –, pois esteve no nosso Estado, na última segunda-feira, fazendo campanha para os Estados e Municípios. Lá estava presente, além do Governo do Estado, sua equipe, os prefeitos do Estado de Rondônia; o Senador Petecão, do Estado do Acre; secretários municipais de agricultura, especialmente para o destravamento da burocracia que impera no Brasil.

O que nos entristece é verificar que havia leis de 50, 60, 70, 80 anos atrás que já não se praticavam mais hoje e, infelizmente, as exigências acabavam sendo a trava de tudo isso. E o Senador Blairo esteve em nosso Estado e, como incentivador do setor do agronegócio, como um dos produtores que sentem na pele a situação que o setor vive, nós só temos o caminho que aí está. Como o Acir está aqui e é Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura, e o Senador Eduardo Braga é Presidente da Comissão, nós precisamos que a Comissão de Infraestrutura – fiz parte até o ano passado e estou à disposição – tenha condições para dar suporte ao Ministério dos Transportes e do setor elétrico, para que a gente, juntamente com a agricultura, tenha como escoar a produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não basta só produzirmos, mas o que precisamos também é fazer o escoamento da produção.

Primeiro o Pedro Chaves, que já estava aguardando; depois passo para V. Exª, Lasier.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Inicialmente, eu quero dar os parabéns ao Senador Cassol pela Presidência e ao Senador Raupp pela Vice-Presidência de uma Comissão tão importante como a da Agricultura.

Eu sou de Mato Grosso do Sul, o Moka é o legítimo representante do agronegócio em Mato Grosso do Sul e tem trabalhado exaustivamente em todos os recantos onde encontra os produtores rurais, tem colaborado muito com isso – nós temos que agradecer muito a ele. Tenho certeza de que a nova Comissão vai, na verdade, implementar projetos importantes para alavancar ainda mais o agronegócio, que tem segurado o próprio PIB nacional.

Então, eu quero mais uma vez me colocar à disposição e dizer que fico muito feliz com a posse de hoje. Acho que nós podemos somar muito em relação a isso. Mato Grosso do Sul espera muito, na verdade, desta Comissão, porque ela é fundamental para a continuidade do nosso desenvolvimento e até para o aumento da produtividade.

A soja agora demonstrou, realmente, resultados surpreendentes – 70 sacos por hectare, 80, coisas em que não se pensava. A gente não achava que se poderia ultrapassar a casa dos 50, 54, mas há fatos pontuais que nós estamos... Que são casos realmente muito bons. É importante que a gente continue incentivando isso, e é óbvio que vamos trabalhar muito com a comissão do Eduardo, que hoje foi eleita, de Infraestrutura, porque ela é fundamental.

O problema que nós temos em Mato Grosso do Sul ainda é o escoamento da produção. Nós temos as estradas vicinais em condições muito precárias. É necessário que as duas Comissões trabalhem em conjunto, para que a gente possa somar e ter resultados e produtividade maiores ainda, favorecendo mais a exportação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Passo a palavra para o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu queria apenas fazer um apelo, Presidente, além de cumprimentá-lo pela eleição, bem como ao Senador Raupp. É uma pequena preocupação: esta Comissão passa a ser dominada pelo Norte. Não só o senhor como Vice, como o Senador Acir – há um predomínio nortista impressionante. Quero pedir aos senhores que não se esqueçam de que lá no extremo sul do Brasil existe um Estado, e o Centro-Oeste também tem muita expressão. Acho que falo também em nome do Dalirio Beber, porque lá no Sul existem Estados muito prósperos na agropecuária. Então, que V. Exªs não olhem só pelo Norte; olhem também pelo Sul, para que tenhamos apoio e possamos continuar trabalhando – até porque sei que o Senador Raupp tem familiares lá no Rio Grande do Sul e o Senador Cassol...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Também tenho, no Rio Grande do Sul.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – É, é lá de perto. Então, não se esqueçam das suas origens. Era isso. Obrigado. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Muito obrigado.

Antes de passar para o Dalirio... Só um minutinho, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu só vou dizer... Na verdade, V. Exª está se esquecendo da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que também é do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com V. Exª, a Senadora Ana Amélia e o Dalirio aqui, eu acho que vocês vão acabar sendo maioria. Sem falar que os dois, embora sejam do Norte, são originariamente de Santa Catarina, não é? Tanto o Valdir como o Ivo. Na verdade, minoria somos eu e o Pedro Chaves, aqui do Centro-Oeste. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Olha só, pode ficar tranquilo, Senador Lasier, porque a política agrícola em nível nacional é para todo o Brasil. Simplesmente, nós respeitamos sempre a potencialidade regional de cada Estado e a questão climática.

Com certeza, sou oriundo, como falou o Senador Moka, de Santa Catarina, mas estou em Rondônia há mais de 40 anos. A preocupação de V. Exª quanto ao Rio Grande do Sul... Eu saí de Santa Catarina e estudei em Santa Maria, mas continuo sendo gremista. Estou lá em Rondônia... (*Risos.*)

Só para dizer que...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Ninguém é perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Continuo sendo gremista. Portanto, pode contar conosco; não há problema algum.

Vou passar a palavra para o nosso amigo e parceiro catarinense Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu gostaria de cumprimentar o Presidente Ivo, o Vice Raupp. Com dois catarinenses, com certeza o nosso Estado de Santa Catarina estará bem representado na direção dos trabalhos desta importante Comissão.

Aqui já foi dito que o setor da agricultura é um dos setores que mais se tem desenvolvido nesses últimos 40 anos, graças à Embrapa e às nossas companhias estaduais, que têm procurado tanto aprimorar suas técnicas no plantio, aumento da produtividade, bem como também no desenvolvimento de sementes adaptadas às nossas condições climáticas, para que se atingisse mais rapidamente a produtividade que pode ser alcançada em um hectare de terra.

Mas eu gostaria de, nesta oportunidade, lamentar, realmente – lamentar! –, porque nós, em Santa Catarina, temos no setor da pesca uma atividade extremamente importante. Representamos mais de 60% da pesca em nível de Brasil. Fomos surpreendidos por um decreto do Presidente da República, do último dia 13, segunda-feira, que transfere, ou seja, retira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a atividade pesqueira, que está muito desorganizada. Mesmo tendo passado por um estágio em que era Ministério, lamentavelmente, a desorganização é absoluta. Nós estamos hoje preocupados porque, se isso não for revertido, nós podemos ter um retrocesso ainda maior do que aquele que o setor da pesca enfrenta em nível de Brasil. Não falamos aqui apenas de Santa Catarina. Falamos de todo o nosso litoral e também da aquicultura, que é uma atividade que, com certeza, tem crescido e se desenvolvido muito em função da iniciativa privada. Se dependêssemos das ações em nível de poder público, com certeza nós não teríamos atingido os estágios que o setor tem.

Por isso, nós – a própria Comissão – vamos requerer algumas consultas, audiências públicas, no sentido de debater em maior profundidade essa questão. Eu acho que nós tivemos, no caso de Santa Catarina, no ano passado, naquela safra da tainha, problemas sérios no sentido de autorizar, ou seja, licenciar embarcações para promoverem a pesca, e ela passou. E passou mar afora, e nós perdemos a chance de gerar empregos e oportunidades.

Então, o Ministério da Agricultura, através de uma ação muito forte por parte do nosso colega Senador e Ministro Blairo, fez um trabalho sério que com certeza nos dava esperança de que nós poderíamos ter um setor pesqueiro organizado, para o bem de todo o Brasil. Nós vamos apresentar inclusive na tarde de hoje um decreto legislativo tentando sustar os efeitos desse decreto presidencial, para provocar um debate mais aprofundado, e nós podermos reverter essa situação, permitindo que essa atividade continue sob a égide do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que é de fato o local onde ela deve permanecer, até por causa da estrutura do Ministério da Agricultura, um Ministério que tem mais de cem anos. Com certeza, ele pode oferecer suporte muito mais forte e muito mais claro para que esse setor se desenvolva e produza aquilo que ele tem capacidade de produzir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Passo a palavra para o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Realmente, Senador Dalirio, essa é uma preocupação de todos os Estados brasileiros. O Ministério da Agricultura tem, além da estrutura do Ministério, os órgãos afins nos Estados, que são as EMATERs, as Secretarias de Estado de Agricultura, os institutos de defesa sanitária. Então, no Ministério é infinitamente maior a estrutura da área da agricultura e da pecuária, para que pudesse fazer esse trabalho na área da pesca. Com todo o respeito ao Ministro Marcos Pereira, pessoa maravilhosa, mas o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços não tem essa estrutura nos Estados. Eu não entendi até agora porque foi deslocada do Ministério da Agricultura para o Ministério da Indústria e Comércio Exterior a questão da pesca.

Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só para concluir aqui, nós temos aqui, da Confederação Nacional da Agricultura, também essa reivindicação.

O que me entristeceu muito e me entristece – e os próprios Senadores acompanharam, lá atrás, no governo passado – foi quando, na verdade, fizeram do Ministério da Pesca um verdadeiro festival de defeso. Havia Município, no Brasil, que tinha 10 mil habitantes e 20 mil pescadores. Eu não tenho nada contra isso, mas isso é um absurdo, isso é caso de polícia. Eu espero que, no Governo Federal, Michel Temer tenha tomado essas providências. Eu espero que, com essa mudança, seja revisto, para que volte às origens, onde há condição e infraestrutura para que possa dar o suporte; caso contrário, esse festival de defeso vai continuar.

Senador Lasier, por gentileza.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu quero apenas aderir à proposta do Senador Dalirio, porque o Rio Grande do Sul também tem muita importância e dependência da área pesqueira, com Municípios muito expressivos no setor, como Rio Grande, Torres, Tramandaí. Então, até sugeri ao Senador Dalirio, quem sabe já comecemos por aí, uma audiência pública a respeito do tema levantado.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Se o Presidente acatar, vamos pedir essa audiência pública para que nós possamos, de fato, debater em profundidade. Apresentamos hoje – não sei se vocês poderiam acompanhar na assinatura – esse decreto legislativo que busca exatamente criar, digamos, o impasse construtivo, com vista a convencermos a Presidência da República no sentido de que a permanência vai ser muito melhor para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu já faço a solicitação de que, na próxima semana, o senhor já encaminhe o requerimento solicitando essa audiência pública.

Eu só queria aproveitar aqui, antes de encerrar... Eu já estava falando com a equipe que compõe esta Comissão que nós temos o Regimento Interno. O Regimento Interno, quando há um projeto para ser relatado, traz prazo. Muitas vezes, o prazo infelizmente não é expirado, ele é prolongado mensalmente, há alguns que quase chegam a anualmente. Eu não gostaria de que, de repente, de alguma maneira, continuasse. Que todos os projetos sejam distribuídos, especialmente dando prioridade para que todos os Senadores façam parte da relatoria.

Também, ao mesmo tempo, eu gostaria, como Presidente desta Comissão, que houvesse o retorno, não no prazo regimental, que é de sete dias, mas que, pelo menos, no máximo, com 20, 25, 30 dias, ele estivesse colocado em pauta para que pudéssemos votar "sim" ou votar "não", mas temos que votar.

Eu não quero que as prateleiras aqui dentro fiquem ocupadas com projetos que já foram ultrapassados e outros que são modernos e que precisam ser aplicados na atualidade. Portanto, eu só queria pedir a compreensão dos nobres colegas para que possamos ter esse trabalho. Com isso, com certeza, nós aqui vamos conseguir dar um resultado mais rápido, como o Dalirio e o próprio Lasier acabaram de falar aqui, como também há no meu Estado.

Fizeram um decreto – com certeza foi pressão política – tirando o Ministério da Pesca do departamento, que seja qualquer coisa da pesca, na agricultura, ou secretaria, e estão indo para outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

ministério que não tem nada a ver com isso. Como diz aquela menina da Praça é Nossa: "Nada a ver." Resultado: mais uma vez, vai continuar sendo o quê? De repente, um acordo para simplesmente acobertar aquele seguro-defeso que se paga para os pescadores, e muitos deles nem são pescadores. Os pescadores, sim, têm direito. Agora os outros, não. No meu Estado também há isso. Portanto, eu sou a favor.

Nós já precisamos deliberar, nos próximos dias, para poder discutir nas audiências públicas que marcarmos. Vamos já marcar, discutir o assunto e dar continuidade na semana seguinte.

Uma coisa que eu também queria que ficasse registrada: toda audiência pública que algum Senador solicitar, que a data fosse marcada no dia em que o Senador que solicitou estivesse presente. Eu não quero uma audiência pública no Mato Grosso, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, em que, de repente, o Senador que solicitou, que levantou aquela bandeira, não esteja naquela data. Então tem que ser toda audiência pública marcada com o Senador daquela localidade. E, de preferência, o Senador que pedir essa comissão, eu faço questão que seja o meu substituto aqui. Vou fazer parte como membro, mas quero que cada um consiga interagir com os demais Parlamentares para colocar em prática e aprovar aquilo que tem necessidade na sua região. Com isso não vai ficar como o Lasier falou, só para a Região Norte. Será para todos os Estados da Federação brasileira.

Não temos mais nada a tratar.

Agradeço a atenção de vocês. Um abraço. Obrigado. E sucesso.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 5 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES (2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA COM A 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 22 DE MARÇO DE 2017.

Às quatorze horas e quatro minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e dezessete, no Plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Lúcia Vânia, Roberto Rocha, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Kátia Abreu, Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel, Omar Aziz, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Ângela Portela, Paulo Paim, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, José Medeiros, Ana Amélia, Pedro Chaves, Eduardo Lopes, Roberto Muniz, Magno Malta, Wilder Morais e Zeze Perrella. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior das respectivas Comissões, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a participação do Sr. Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e do Sr. Marcos Pereira, Ministro de Estado da Industria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), que tem por finalidade discutir as medidas tomadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em relação às denúncias reveladas pela Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, deflagrada no dia 17/03/2017, observado o disposto no artigo 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme entendimento mantido por contato telefônico com o Senhor Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, em consonância com o Requerimento nº 3, de 2017, de autoria do Senador Lasier Martins, subscrito pelo Senador Ivo Cassol, apresentado perante a CRA, e com o Requerimento nº 2, de 2017, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, aprovado pela CAE. Após a exposição dos Srs. Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Industria, Comércio Exterior e Serviços, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Cidinho Santos, Dalirio Beber, Dário Berger, Eduardo Lopes, Simone Tebet, Kátia Abreu, Pedro Chaves, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim, Roberto Muniz, Magno Malta, Lúcia Vânia, José Medeiros, Zeze Perrella e Ataídes Oliveira fazem uso da palavra. Antes do encerramento, é dada como aprovada a Ata da presente reunião, dispensando-se sua leitura. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE MARÇO DE 2017.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e dezessete, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e do Senador José Medeiros, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Thieres Pinto, Pedro Chaves, Antonio Carlos Valadares, José Pimentel, Hélio José e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, Lúcia Vânia e Roberto Rocha. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião destinada à audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes. A Presidência comunica o recebimento do expediente, proveniente de Manaus/AM, datado de 21 de fevereiro de 2017, subscrito pela Associação de RPPNs e Reservas Privadas de Minas Gerais (ARPEMG) e por outras entidades, manifestando repúdio à proposta de se constituir instrumento legal, projeto de lei ou medida provisória, que promova as alterações nos limites da Reserva Biológica do Manicoré, do Parque Nacional do Acari e das Florestas Nacionais do Aripuanã e de Urupadi e sobre a extinção da Área de proteção Ambiental dos Campos de Manicoré. Após a apreciação de requerimento, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 50, de 2016, de autoria do Senador José Medeiros, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2015, que "Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para tratar da medição e demarcação de lotes distribuídos para fins de reforma agrária e para ampliar a gratuidade da alienação desses imóveis cujas áreas não ultrapassem dois módulos fiscais", com a participação do Sr. Ewerton Giovanni dos Santos - Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Sra. Cléia Anice da Mota Porto - Assessora da Secretaria de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); Sr. José de Arimatéia Barbosa - Oficial Registrador de Imóveis de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso (MT); Sr. João Francisco Ferreira - Membro do Conselho de Regularização e Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso (MT). Os Senadores José Medeiros, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Elmano Férrer e Dalirio Beber fazem uso da palavra. O Senador José Medeiros, relator do PLS nº 734/2015, como também o Senador Waldemir Moka, sugerem aprovar a Medida Provisória nº 759, de 2016, por ser mais abrangente. A Comissão aprova extrapauta os seguintes requerimentos de audiência pública: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 4, DE 2017 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública para debater o Decreto Legislativo nº 9.004, de 13 de março de 2017, que determinou a mudança da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Autoria: Senador Dalirio Beber. Resultado: A Comissão aprova o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Requerimento. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, DE 2017 – EMENTA: Requer a realização de audiência pública para tratar da vigilância sanitária brasileira e de assuntos correlatos à crise verificada na cadeia produtiva de proteína animal. Autoria: Senadores Wellington Fagundes e Ivo Cassol. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento, subscrito pelo Senador Ivo Cassol. O Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, parabeniza o Ministro Blairo Maggi, e toda a equipe do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pela determinação e empenho na luta para reduzir os efeitos da crise desencadeada pela Operação Carne Fraca da Polícia Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Boa tarde!

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª sessão legislativa ordinária da 55ª Legislatura.

Comunico à Comissão o recebimento do Ofício s/nº, datado de 21 de fevereiro de 2017, subscrito por várias entidades, como a Associação RPPNs e Reservas Privadas de Minas Gerais, a Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas, o Instituto Socioambiental, a Fundação Vitória Amazônica, entre outros, que manifestam repúdio às alterações dos limites da Reserva Biológica do Manicoré, do Parque Nacional do Acari e das Florestas Nacionais do Aripuanã e de Urupadi, e sobre a extinção da Área de Proteção Ambiental dos Campos de Manicoré.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 50, de 2016, do Senador José Medeiros, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para tratar da medição e demarcação de lotes distribuídos para fins de reforma agrária e para ampliar a gratuidade da alienação desses imóveis cujas áreas não ultrapassem dois módulos fiscais.

Comunico a presença dos seguintes convidados: Sr. Ewerton Giovanni dos Santos, Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Srª Cléia Anice da Mota Porto, Assessora da Secretaria de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). Também convido à Mesa o Dr. José de Arimatéia Barbosa, Oficial Registrador de Imóveis de Campo Novo do Parecis, no Mato Grosso – está convidado para se sentar à Mesa.

Sobre a mesa o Requerimento nº 5, de 2017.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para tratar da vigilância sanitária brasileira e de assuntos correlatos à crise verificada na cadeia produtiva de proteína animal.

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos VI e XXI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para tratar da vigilância sanitária brasileira e de assuntos correlatos à crise ora verificada na cadeia produtiva de proteína animal.

Para tanto, deverão ser convidados, dentre outros que oportunamente também o serão: Prof. Josélio Moura e Dr. Josaphat Paranhos de Azevedo Filho, representantes da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária; convido também o Dr. José Alberto Rossi, representante da Federação Nacional dos Médicos Veterinários; também convido o Dr. Sebastião da Costa Guedes, representante da Academia Brasileira de Medicina Veterinária; convido também o Dr. Francisco Turra e o Dr. Ariel Mendes, respectivamente Presidente e Diretor da Associação Brasileira de Proteína Animal; e Dr. Antonio Jorge Camardelli, representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes.

Justificativa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não precisa? É o Senador Welington Fagundes que subscreveu, e subscrito também pelo Senador Ivo Cassol. O Senador José Medeiros é o autor do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Passo a palavra para o nosso amigo aqui. Agradecer aqui a nossa...

Dª Cléia, tudo bem? Seja bem-vinda.

A SRª CLÉIA ANICE DA MOTA PORTO (*Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Também o Dr. Ewerton, e nós já cumprimentamos...

E passo a palavra para o nobre colega mato-grossense, Senador por esse nosso Brasil, esse querido Brasil, e Relator do Projeto no Senado, nº 734, de que a matéria está sendo instruída, Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, os Senadores aqui presentes: Senador Raupp; Senador Waldemir Moka, do Mato Grosso do Sul – ele achou que eu tinha esquecido o nome dele; impossível, até porque ele é Senador de dois... Ele é que nem José Garibaldi, ele tem ligação com Mato Grosso e com Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, quero também registrar aqui a presença da Vereadora Elza, de Itanhangá, e de João Francisco, também de Itanhangá, que sempre estão presentes aqui quando a gente trata do assunto de regularização fundiária.

Sr. Presidente, eu fiz um requerimento para que a gente pudesse tratar desse assunto, justamente para instruir o PLS 734, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, e já trouxe escrito também aqui, para não fazer mais delongas e deixar que os nossos convidados possam nos trazer os subsídios necessários para a gente instruir esse projeto.

A questão agrária no Brasil, Sr. Presidente, é marcada por uma grande concentração, o que é uma herança histórica do processo de colonização. Muita gente até demoniza quem tem terras, mas o nosso modelo sempre foi este de uma grande concentração. E ocorreram profundas implicações nas relações de produção no campo, resultando em desigualdades socioeconômicas marcantes e já muito estudadas.

Entre 1975 e 1985, o número de estabelecimentos rurais cresceu cerca de 18,4%, mas, no período seguinte, até 2006, a trajetória inverteu-se, apresentando uma queda de 12,6%. Entre 1975 até 1985, período da expansão da fronteira agrícola em direção às Regiões Centro-Oeste e Norte, a área total dos estabelecimentos mostrou um crescimento de 16,1. Mas de 1985 até 2006, houve uma inflexão no crescimento de menos 11%.

Tais dados são relevantes pois, mesmo com uma redução da área dos estabelecimentos rurais, o período entre 1995 e 2006 foi marcado pelo aumento da produção agropecuária decorrente dos ganhos da produtividade. A persistência da desigualdade na distribuição fundiária no Brasil é evidenciada pelo fato de que os estabelecimentos agropecuários com área maior ou igual a mil hectares representava até 2006 em torno de 1% do total existente, embora tenha ocupado cerca de 45% da área rural total. Ao passo que os de área inferior, dez hectares, representavam 47,9% dos estabelecimentos e ocupavam 2,3% da área total. Em todas as regiões brasileiras, o quadro de concentração fundiária permanece tal como o nacional.

A presente Audiência Pública acontece com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 734, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previsto no Capítulo 3, Título 7º, da Constituição Federal, para tratar da medição e demarcação de lotes distribuídos para fins de reforma agrária e para ampliar a gratuidade da alienação desses imóveis, cujas áreas não ultrapassem dois módulos fiscais.

O Projeto de Lei do Senado nº 734 visa a instituir o aperfeiçoamento legislativo para atacar as causas da morosidade na implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária promovido pelo Incra.

As medidas propostas consistem em:

a – Permitir que os serviços de medição e demarcação topográfica exigíveis pela legislação vigente em projeto de assentamento originado sobre as terras rurais de domínio da União, dos Estados e Municípios, possam ser contratados e custeados pelos assentados, individual ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

coletivamente, com recursos próprios ou de terceiros, mediante cooperação técnica entre Incra e outros entes públicos ou entidades privadas na forma do regulamento;

b – Estender a gratuidade na alienação de lotes da reforma agrária para até dois módulos fiscais em projetos de assentamentos criados em terras devolutas federais, desapropriadas ou adquiridas; e

c – Determinar o prazo de dez anos, no qual os títulos de domínio, a concessão de uso e a concessão de direito real de uso serão inegociáveis. Passa a ter como termo inicial o ato formal, homologatório dos candidatos selecionados como beneficiários da reforma agrária, em vez da data do respectivo título.

Muito embora tais medidas pareçam claramente contribuir para a maior agilidade no processo de implantação e consolidação dos projetos de assentamento no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, é importante que possamos conhecer a opinião dos representantes das entidades que têm algum tipo de relação com o projeto, notadamente nos que se refere ao impacto da gratuidade na alienação de imóveis de até dois módulos fiscais.

Então, Sr. Presidente, essa Audiência se reveste de uma importância eu diria vital para esse projeto, porque nós precisamos discutir bastante a questão fundiária no Brasil, visto que, hoje, nós temos situações que poderiam estar muito bem resolvidas, e esses pequenos produtores poderiam estar tendo acesso ao crédito. Devido às filigranas das leis, dos regulamentos, das portarias e com esse cipoal de legislação municipal, estadual e federal, criam-se embaraços, sendo quase impossível regularizarmos algum pedaço de terra.

Recentemente, fizemos audiências sobre a questão do Banco da Terra, já que foram feitos aqueles empréstimos do Banco da Terra por via das associações. Boa parte dos usuários do sistema, Senador Moka, queriam pagar os seus débitos, mas o banco não recebia. O MDA dizia: "Olha, isso não é comigo; isso é com o banco." O Banco do Brasil simplesmente dizia: "Olha, isso não é comigo, porque eu já peguei a carteira do Banco da Terra." Aí, deu-se um prazo – conseguimos um prazo para que pudesse ser regularizada a questão do Banco da Terra.

Bem, quando essas pessoas procuraram e chegaram para negociar, tanto as prefeituras como o Banco do Brasil criaram entraves enormes. Diziam: "Não, você não se enquadra no perfil para obter essa terra." Havia pessoas que tinham feito o título há 30 anos, há 20 anos, mas elas não se enquadravam mais. Às vezes, já tinham comprado um tratorzinho, uma caminhonete, alguma coisa assim.

Então, são discussões que, é lógico, não têm tanto a ver com o que estamos falando aqui, mas isso é só para dar uma ideia do quadro geral da nossa regularização fundiária.

Em Mato Grosso, por exemplo, que é o meu Estado – eu creio que a realidade de Rondônia e de Mato Grosso do Sul não deve ser muito diferente –, há várias áreas que já estão desmatadas e, de certa forma, com a produção precária, mas poderiam ser muito bem utilizadas. No entanto, essas pessoas não têm acesso a crédito, não têm nada, por quê? Porque, em Brasília, há um entrave que parece a sua luta pela fosfoetanolamina.

É isso, Senador Ivo Cassol. Faço muito gosto de que V. Exª esteja, neste momento, presidindo, porque foi Governador e conhece muito a fundo o tema. Eu não tenho dúvida de que essa audiência vai nos dar uma clareza melhor para que possamos encaminhar esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Medeiros.

Eu li antes o Requerimento nº 5. Antes de passar a palavra aos nossos convidados, pergunto aos nobres colegas se estão de acordo com a aprovação do requerimento do Senador Wellington Fagundes, que eu subscrevi, convidando para discutir mais sobre os médicos veterinários, sobre essa questão da Operação Carne Fraca.

Se todo mundo concorda, fica aprovado. (*Pausa.*)

Está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

A colocação do Senador Medeiros é real. Estou aqui com um ofício na mão, que foi distribuído para vários órgãos, associações e ONGs, sobre a criação de reserva. Eu quero ser muito verdadeiro. Infelizmente, muitas dessas criações de áreas, ampliações de áreas são feitas goela abaixo, sem responsabilidade. Eu quero deixar bem claro que não há nenhuma ONG, nenhuma fundação que faça algo de graça – em tudo há interesse. Mas eu também quero deixar bem claro que nós temos uma Constituição, uma legislação, que tem que ser respeitada.

Muitas vezes, esses representantes que dizem que querem criar e ampliar as unidades de conservação – não bastam os conflitos que nós temos pelo Brasil afora – vão às localidades e, mesmo a população toda sendo contra, fazem o documento do jeito que querem, como se todo mundo fosse a favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Fazem audiência ao meio-dia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Fazem audiência ao meio-dia, não explicam direito o que é e colocam goela abaixo. A população é contra, e eles fazem pela metade. E, na calada da noite, como aconteceu com a ex-Presidente Dilma, em retaliação ao que o Congresso, ao que a Bancada, ao que todo mundo estava fazendo, com a mudança, naquele momento do *impeachment*. Na calada da noite, assinaram aquelas portarias ou decretos criando essas unidades de conservação sem sequer verem a potencialidade que tem em cima, o que pode ser aproveitado ou não.

E cabe a nós, esta Casa, aos demais Senadores e aos Deputados também na Câmara, discutirmos uma legislação segura para todos.

Nós precisamos de segurança jurídica, porque, do contrário, nós vamos criar uma estabilidade no campo, especialmente quando a gente está aqui discutindo para aumentar o modo de um para dois, ou vice-versa.

Então, eu só busco isso. Como Presidente da CRA, quero dizer que não vou impor nada e não vou colocar nada, mas vou continuar respeitando o direito de todos, como os desses que representam esses organismos ambientais. Eu também defendo, acho que temos que preservar, mas nós também não podemos criar embaraço para aqueles que vivem nessas regiões, que tentaram fazer.

Agora, aqueles que fazem as coisas à revelia da lei, infelizmente nós não podemos fazer nada, porque não estamos aqui para cobrir erro de ninguém. Mas nós não podemos também entrar no jogo de interesses de outros países ou de algum organismo, porque ia inviabilizar a nossa estrutura.

E quanto à questão da presença do diretor de desenvolvimento de projetos e assuntos do Incra, como também da Contag, a dona Cléia Anice, é importante tirarmos essas dúvidas, discutir, para facilitar a vida de todos.

Portanto, em respeito às mulheres que são em número maior no Brasil, vamos ouvir primeiro a Assessora da Secretaria de Política Agrária da Contag, a dona Cléia Anice da Mota Porto, por 10 minutos.

A SRª CLÉIA ANICE DA MOTA PORTO – Obrigada, Senador Ivo Cassol. Meus cumprimentos aos demais Senadores, parece que não há nenhuma Senadora na sala; demais convidadas e convidados, companheiros de Mesa. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a lembrança do nome da Contag como uma das participantes desse debate que, para nós, é extremamente importante. Para trazer o tema do PLS, antes acho que é importante ressaltarmos esse espaço como um espaço qualificado para fazer o debate da reforma agrária como um todo.

Para nós, para a Contag, a reforma agrária é um elemento central, é um pilar para se produzir um desenvolvimento que seja sustentável e que combata um elemento que inclusive foi citado aqui pelo Senador Wellington, que é esse processo da desigualdade.

Nós compreendemos a reforma agrária como uma medida essencial para se pensar qualquer forma de desenvolvimento que tenha a inclusão, que esteja pautada na soberania territorial, na soberania alimentar. Por isso, nós entendemos que todo e qualquer debate que traga esse tema é extremamente fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Entendemos que, infelizmente, apesar desse papel tão destacado na reforma agrária, ela vem perdendo bastante espaço, tanto do ponto de vista dos governos quanto do ponto de vista das decisões do Judiciário, e também aqui nesta Casa.

O que nós estamos sentindo é que, a partir da proposta de uma reforma agrária ampla, a maioria dos projetos das legislações que caminham aqui são no sentido de reduzir as ações da reforma agrária, de reduzir o orçamento da reforma agrária, de criminalizar as lutas, de criminalizar os movimentos sociais que lutam pelo direito à terra, de criminalizar os movimentos sociais ou deslegitimar, de tentar não reconhecer esse importante sujeito social, que é um sujeito que tenta organizar exatamente essa demanda que hoje, para ser bastante expressa, gira em torno de 200 mil famílias que permanecem acampadas nas beiras das estradas, em terras improdutivas. Então, é realmente fundamental que se traga, com muita seriedade, esse debate da reforma agrária.

Para tentar não perder muito tempo, sobre o convite que foi feito para discutir o PLS 734. Uma primeira observação que a gente gostaria de fazer é que existe... Queria aqui até entender, Senador, como vocês estão tratando a relação desse PLS com a Medida Provisória 759? Neste momento, inclusive, aqui ao lado está sendo instalada a Comissão que está discutindo a MP 759, que trata, no geral, dos temas que estão presentes nesse PLS. Será possível fazer algum tipo de relação? Até no próprio debate? Nós ficamos um pouco confusos com a oportunidade, mas de maneira nenhuma deixaríamos de fazer a discussão.

Em relação tanto à MP como a esse projeto, esse PLS, para nós fica uma impressão – e aí é muito importante entender o posicionamento da Contag – de que se pretende agilizar um processo de regularização e titulação das terras de assentamentos.

É importante esclarecer isso, para não ficar dúvida, que no âmbito do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais há uma parcela extremamente grande de assentados, assentadas, defensores do direito à terra, que não defendem o título definitivo como mecanismo de garantia do direito à terra. E há uma outra parcela também, expressiva, que, sim, defende o título definitivo nas áreas de assentamentos.

De qualquer forma, o princípio que a Contag coloca, que o movimento sindical coloca, é que o título deve ser precedido de elementos e condições que assegurem aos assentados e assentadas o pleno desenvolvimento nas suas áreas. Por que isso? Seja ele no aspecto da CDRU (Concessão de Direito Real de Uso), ou no título definitivo, se não houver esse elemento inicial da garantia da sustentabilidade do processo de assentamento e, assim, a vulnerabilidade dos trabalhadores assentados, especialmente aqueles que estão cercados por áreas onde o agronegócio está em um processo muito forte, a tendência natural será uma pressão tão grande que haverá, sim, uma entrega ou uma corrida na entrega destas terras ao mercado.

Não que as pessoas possam ser impedidas de fazer as suas vendas, mas nós entendemos que os projetos de assentamento, as áreas de reforma agrária são fruto de lutas em que muitas pessoas já perderam a vida. E o Estado não obteve essas áreas de graça, os pagamentos feitos nas indenizações das desapropriações são altíssimos, oneram, e muito, o Poder Público.

Então, são áreas que foram absorvidas como áreas públicas, são áreas em que foram concretizados espaços a partir de um processo enorme de lutas e que por uma dificuldade, por uma ausência da capacidade do Estado de executar de fato a política agrária ampla, uma boa parte desses projetos de assentamento encontra-se de forma bastante vulnerável. E a possibilidade, então, do título ser um instrumento facilitador, potencializador da venda dessas terras é muito grande. Então, essa é a nossa condição.

O Ewerton, o Incra conhece qual é a preocupação, qual é o posicionamento da Contag. E é inclusive nesse sentido que nosso posicionamento, as emendas que nós sugerimos, que nós mobilizamos em torno da MP 759 vão muito nesse sentido.

Eu estou um pouco preocupada com o tempo. Então, eu queria tentar, nesse preâmbulo, comentar muito rapidamente os parágrafos e os artigos da lei proposta, do PLS proposto.

Bom, em relação aos serviços de demarcação sendo contratados pelos assentados como um mecanismo de agilização do assentamento. Foi assim que a gente entendeu, da consolidação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

assentamento, a proposta. É importante entender que não é só demarcação e topografia que estão atrasadas nos seus recursos no assentamento. Os recursos de assistência técnica, pelo menos o controle que a gente tem dos dados do Ministério do Planejamento, do Ciop em relação ao orçamento do Incra, os recursos de assistência técnica, para se ter uma ideia, foram aplicados... O Ewerton pode ajudar. Nesse ano, só foi aplicado 1,8% dos recursos que estavam destinados à assistência técnica.

Se a gente for pegar demarcação e topografia, está realmente zero, não foi ainda aplicada esse ano. Mas qual é a relação entre assistência técnica e demarcação e topografia? Toda. Então, eu estou trazendo isso como exemplo para dizer que demarcação e topografia onerosas acabam sendo, sim, uma despesa a mais para os trabalhadores assentados, em um momento em que, muitas vezes, eles podem não dispor desse recurso, porque o assentamento ainda não está consolidado. E, se onera demarcação e topografia, aí tem que onerar a assistência técnica, tem que onerar a infraestrutura, porque, de fato, o total do orçamento aplicado hoje é menos de 6% do Incra. Só para ter uma ideia. Eu estou pegando esse ano, mas a gente podia pegar qualquer outro ano.

Então, para tentar compreender que essa lógica que, além da terra, os serviços, as infraestruturas, os créditos que são destinados aos assentamentos estão sim... E não é de agora, mas agora de uma maneira mais grave, talvez em razão do acórdão do TCU, que impediu a execução de uma quantidade de atividades. Mas há sim uma inércia – vou colocar essa palavra – na aplicação dos recursos, dos serviços, dos direitos que são assegurados aos assentados. Demarcação e topografia é uma delas. Então, essa é uma preocupação. Será que de fato vai cumprir esse papel? Parece que é apenas mais um encargo a ser colocado para os trabalhadores.

Em relação à alienação de forma gratuita dos dois módulos, sem nenhum problema. Agora, a pergunta que fica é por que dois e não quatro, já que, pela lei agrária, a pequena propriedade ou a propriedade familiar estaria entre os quatro?

(*Soa a campainha.*)

A SRª CLÉIA ANICE DA MOTA PORTO – Talvez se pudesse fazer a discussão.

O senhor me dá mais uns minutinhos? Por favor.

Então, assim, de novo... Teria mais alguns detalhes, mas de novo nos parece que é uma liberalização que, sim, beneficiaria os trabalhadores, mas ela também viria embutida nesse aspecto de facilitar a titulação e a "liberação" – entre aspas – dos assentamentos do compromisso público.

Por fim, o art. 18, a mudança do art. 18, que propõe... Que também está exatamente assim lá na MP 759, que propõe que o prazo de dez anos comece a contar da homologação e não do... Como é hoje, no processo já da realização de algumas tarefas, algumas atividades, dentre elas demarcação e topográfica.

Nós também entendemos que isso acaba facilitando esse processo que eu disse aqui, que é fazer a titulação em situações vulneráveis das áreas.

Porque se hoje já há – contados os dez anos do momento do início dos serviços – um ambiente de vulnerabilidade em razão dos elementos que coloquei aqui, o fato de ser só da homologação, essa vulnerabilidade acrescenta. É comum, infelizmente, acontecer projetos de assentamentos cujas famílias estão nas RBs, que o assentamento está com a homologação, etc, mas ainda se constituem em um espaço como aqueles que eram dos acampamentos à beira das estradas. Infelizmente é assim. Não é regra. Existem muitos assentamentos que são exemplos de desenvolvimento, exemplos de modos novos de produção, exemplos de geração de trabalho, exemplo de produção de alimentos, mas existem aqueles que estão nessa situação.

O meu tempo terminou. Fico à vontade. A Contag está à disposição para continuar esse debate. Estamos fazendo o debate também no âmbito do debate da medida provisória. E esperamos poder contribuir com essa conversa, que certamente há bastante discordância, porque esse tema é sim polêmico em todos os espaços em que fazemos essa discussão.

Mais uma vez agradeço pela oportunidade de trazer esse posicionamento, essa visão da Contag em relação às questões aqui colocadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado. Vamos passar a palavra ao Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra, Giovanni.

O SR. EWERTON GIOVANNI DOS SANTOS – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol; Srs. Senadores; demais colegas da reforma agrária, colega Selma, colega de mesa, colega registrador, José Arimateia, acho que já estivemos juntos em outra ocasião.

Primeiramente, quero dizer que, em nome do Incra, é uma honra, um prazer, estar aqui na presença dos ilustres Senadores e de todos os presentes para debater esse tema proposto no Projeto de Lei nº 174, de autoria do Senador José Medeiros, que, em 2015, quando propôs, realmente se deparou com essa situação difícil enfrentada por grande parte dos assentados, que, mesmo diante da possibilidade de arcar com a despesa de fazer os serviços de demarcação topográfica, não poderia, sem inclusive com uma justificativa legal, ser recebida essa questão técnica pelo Incra. Além também da grande demanda de equidade em relação à gratuidade da alienação das parcelas obtidas por processo de compra ou demarcação em relação à já disponível gratuidade para aquelas parcelas oriundas de áreas públicas.

Então, imagino eu que, na ocasião, diante dessa situação fática, foi proposto esse projeto de lei.

Passe, por favor.

As propostas de alteração colocadas incluem dois dispositivos ao art. 13 da Lei 8.629, que seriam serviços de medição e demarcação topográfica. Exigidos pela legislação vigente em projetos de assentamentos originados sob as terras de que trata o *caput*, poderão ser contratados e custeados pelos assentados individual ou coletivamente, com recursos próprios ou de terceiros, mediante cooperação técnica entre o Incra e os outros entes públicos ou entidades privadas, na forma do regulamento.

E o segundo acréscimo seria que a alienação dos lotes de até dois módulos fiscais em projetos de assentamento criados em terras devolutas federais, desapropriadas ou adquiridas, ocorrerá de forma gratuita.

Então, são duas inserções ao art. 13 e também uma alteração do §1º do art. 18, que diz que os títulos de domínio, a concessão de uso e a concessão de direito real de uso serão inegociáveis pelo prazo de dez anos, a contar do ato formal homologatório dos candidatos selecionados como beneficiários da reforma agrária, observado o disposto na lei.

Pode passar.

Pois bem, nesse interstício aí, nós tivemos a Medida Provisória 759, que, de certa forma, trouxe uma redação que atende ao demandado no dispositivo. Ele alterou o §1º do art. 18 e concedeu, ao prazo de dez anos, a contagem a iniciar do contrato de concessão de uso ou instrumento equivalente.

Há aí uma pequena diferença entre as duas redações, e bastante significativa, porque a primeira prevê a partir da homologação como beneficiário, contudo, entre a homologação do candidato como beneficiário e a sua imissão, de fato, na propriedade, isso pode levar alguns anos. Então, ele está homologado como candidato beneficiário da reforma agrária, mas ele ainda, de fato, não exerce nenhuma atividade, nenhum tipo de trabalho na propriedade. Então, o Incra considera que esse lapso temporal não poderia ser contado para fins da inalienabilidade prevista na Constituição, que já traz "a contar do contrato de concessão de uso". Poderia, inclusive, ser objeto, no futuro, de uma ação de inconstitucionalidade.

No entanto, a medida provisória resolveu isso, trazendo de volta o que já se tinha na redação anterior à Lei 13.001, e considera a contagem a partir do contrato de concessão de uso, que é o documento que deve ser entregue ao assentado no dia em que ele, de fato, acessa a propriedade, embora nós tenhamos aí um número significativo, aliás, um grande percentual dos assentados que sequer têm hoje esse documento, motivo de grandes transformações internas administrativas que, a partir desse momento, torna possível a correção dessa distorção e a entrega desse importante documento – que é o contrato de concessão de uso, conhecido CCU –, que muitos assentados nunca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

obtiveram, mas que, agora, passa a ser uma facilidade instrumental na instituição. Então, tanto o CCU é o marco temporal inicial, como também alguns documentos equivalentes, antigos, de antes da existência do próprio CCU, como os termos de posse, as declarações de posse e outros documentos equivalentes que podem, sim, servir como marco temporal.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vou só fazer um parêntese para eu entender. O sujeito está há 30 anos, mas ele não tinha documentação nenhuma, então, possíveis evidências de que ele está ali, nesse período, valeriam como marco temporal.

O SR. EWERTON GIOVANNI DOS SANTOS – Documentos equivalentes, porque o ato homologatório realmente não pode ser um parâmetro, porque, às vezes, você tem, entre a homologação e seleção e a efetiva emissão na posse, o lapso de um ano, seis meses ou dois anos, que, teoricamente, poderia afrontar a Constituição por não ter realmente, de fato, uma concessão de uso.

Então, a medida provisória sana satisfatoriamente esse... E precisa somente ser convertida, com o apoio dos Srs. Senadores e Deputados, em lei, no prazo de 60 dias.

Pode passar, por favor.

Com relação à proposta do §2º do art. 13, a atual gestão do Incra já entende que nunca houve um óbice legal para que o Incra recebesse as peças técnicas dos assentados, produzidas por eles ou por quem quer que seja, desde que um técnico habilitado, como, aliás, é uma obrigação de todos, inclusive do próprio Incra, e poderia dela se valer para concluir e homologar esse processo de parcelamento e o processo de georreferenciamento das parcelas.

Então, diante disso, o Incra já – na atual gestão – propõe uma alteração na sua instrução normativa. Eu até trouxe a redação que está na nossa instrução normativa interna, por entender que não haveria uma necessidade obrigatória de uma legislação específica; é um tema que pode ser tratado infralegalmente. Então, já havia um texto proposto, mas, nada impede, para conferir direito legal, para conferir maior segurança jurídica, para desburocratizar e agilizar o desenvolvimento dos assentamentos, até mesmo para solucionar déficits orçamentários da própria instituição, que, como bem colocado aqui pela nossa colega Cléa, que é nossa parceira e está sempre presente e conhece bem a política, sabe que o Incra tem grandes dificuldades orçamentárias... Mas, então, o Incra se manifesta favorável a essa inclusão do dispositivo. No entanto, já de imediato, isso vai ser objeto de uma instrução normativa da Casa de aplicação imediata, por meio de processo infralegal.

Pode passar, por favor.

Com relação à proposta de alteração do art. 18, que diz respeito à gratuidade, primeiramente a gente precisa apenas destacar, se não for informação errada, que a proposta de inclusão de um § 3º conflita topograficamente no texto da 8.629, na medida em que deveria estar ali alterando, não com a inclusão de artigo no 13º, mas, sim, uma alteração de redação do § 5º, do art. 18, que já tem a relação... Essa é a redação atual que a medida provisória não alterou, que o valor da alienação, na hipótese do beneficiário optar pelo título de domínio, será definido com base no valor mínimo da PPR, que é a Planilha de Preços Referencial do Incra, sobre a qual incidirão os redutores, rebates ou bônus de adimplência.

E o § 7º já garante, então, como eu disse, antecipadamente,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EWERTON GIOVANNI DOS SANTOS – ... a possibilidade de alienação gratuita de um módulo para aquelas áreas, que vieram de áreas públicas e não abrangem – é o que propõe a nova redação – as áreas obtidas por desapropriação ou alienação, mesmo compra e venda. Então, precisaríamos primeiro corrigir essa possibilidade de alterar não o 13, mas o 18.

Pode passar, por favor.

A medida provisória já traz alguma coisa muito parecida no Terra Legal, ou seja, nas áreas fora das áreas de reforma agrária, na regularização fundiária, na Amazônia Legal e, agora, fora da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Amazônia Legal, mas estabelece um percentual de rebate e não a gratuidade total e, sim, um percentual de rebate, que é o que está hoje na legislação com a medida provisória.

Pode passar.

E, no entanto, o impacto disso na reforma agrária é de 100%, porque o art. 18-A já previa, desde antes, que os lotes da reforma agrária não poderiam ser superiores a dois módulos. Então, se a gratuidade, prevista na proposta, prevalecesse, todos os lotes da reforma agrária seriam alienados gratuitamente. Então, nós não teríamos nem alienação, é doação propriamente dita, porque nós adquirimos por desapropriação ou compra direta, mas todos são abaixo de dois módulos. Ao contrário do que muitos imaginam, os lotes da reforma agrária são no máximo dois módulos.

Pode passar, por favor.

Aqui é só para que vocês tenham uma noção do impacto, de forma prática, nas famílias: são 6.009 assentamentos que se enquadrariam no benefício, são 573 mil famílias que receberiam gratuitamente os seus lotes, porque a grande maioria, a média é de 0,7 módulos, e a proposta é de atingir até dois. Então, ela atingiria 100% – vocês vão ver aí que não há nenhum Estado que tenha uma média maior do que 1,1 módulo de lote.

Pode passar, por favor.

No entanto, o Incra, para atender isso, está propondo uma alteração de redação não no projeto que está em comento, mas na Medida Provisória 759, tendo em vista que existem várias emendas nesse sentido, buscando a gratuidade total para até dois módulos rurais... Dois módulos fiscais, desculpe. Então, o Incra fez uma redação alternativa propondo ao Relator uma gradação em função da área a ser estabelecida, de até dois módulos, com até 50% do valor mínimo da PPR. Ou seja, o desconto para o beneficiário alcançaria no máximo 50%, de uma forma geral. É uma proposta alternativa. O Incra entende que a gratuidade não atende aos princípios da reforma agrária como um todo. É a posição institucional.

Acho que é essa é a última, pode passar.

Bom, era isso o que eu tinha a dizer. Agradeço o tempo extra. Tentei resumir o máximo possível. Encontro-me aqui à disposição para podermos debater, trazer mais alguma informação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Quero passar a palavra agora para o Oficial Registrador de Imóveis de Campo Novo do Parecis, Mato Grosso, José de Arimatéia Barbosa, por dez minutos.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉIA BARBOSA – Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Mesa, Senador Ivo Cassol, e os demais Senadores. Faço-o agradecendo ao grande arquiteto do universo pelo privilégio estar aqui, agora, a convite do Senador do meu Estado, José Medeiros.

O tema é por demais intrigante. Eu cheguei a Rondônia em 1997. Lá conheci o relatório da CPI da Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica e me apaixonei pelo tema. De lá passei a fazer pesquisa, hoje integrando a equipe do Prof. Bastiaan Reydon, da Universidade de Campinas, e também o grupo de trabalho que elaborou a minuta da MP 759, representando os registradores do Brasil. Então, sinto-me muito à vontade para tratar desse tema, claro que em poucas linhas, porque o tempo é exíguo.

A colega de Mesa já bem esclareceu que esse projeto de lei merece ser conjugado com o que se discutiu na Medida Provisória 759. Exaustivamente, por mais de seis meses, debatemos sobre o tema. Foi inserida a parte do art. 1º ao art. 8º daquela medida já no final, quando da edição do decreto pelo Presidente da República, e vale a pena aliar esse projeto de lei, os argumentos aqui desenvolvidos, àqueles já exaustivamente debatidos lá. O que se vê, na verdade, é o trato com duas coisas, mas que até hoje não se chega a uma sintonia: posse e propriedade. O tamanho da propriedade. Lá no relatório da CPI da Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica, na exposição de motivos da Lei nº 10.267, que criou o georreferenciamento, já diz tudo: até quatro módulos seria gratuito, e o Estado teria essa obrigação de fazer. O Decreto nº 4.449, que regulamentou aquela lei, já o diz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O que acontece é que, segundo palavras do Ministro Luís Roberto Barroso, há uma insinceridade normativa quando se busca contemplar o pequeno, mas deixando esse pequeno a ver navios. Hoje se paga muito caro para fazer o georreferenciamento e há demora na certificação. E só se consegue isso com muito dinheiro.

Eu cheguei ontem de uma conferência anual mundial do Banco Mundial, em Washington, cujo tema é este: governança da terra e pobreza. Então, isso está na agenda do mundo todo.

No Brasil, o que nós vemos é a sobreposição de órgãos – conforme bem disse o Senador José Medeiros – a tratar de um mesmo assunto. Isso no âmbito vertical, no horizontal e, às vezes, marginalizando o Município, esse Município que está mais perto do problema, o que conhece realmente a realidade do que se passa.

Em Mato Grosso nós temos um exemplo de Nova Ubiratã, onde um colega meu, registrador de imóveis, abraçando essa bandeira – em parceria com Incra, com Intermat e com a comissão de regularização fundiária de imóveis rurais e urbanos e registros públicos, criada há mais de cinco anos lá em Mato Grosso, um exemplo para todos os outros Estados, e, na sequência, com juízes da comarca – reuniu-se com registradores de imóveis, oficiais do registro civil e notas, representantes do Poder Legislativo e Executivo. Eles sentaram-se à mesa, à mesma mesa, para discutir e solucionar esses problemas com as associações. Esse exemplo é de Nova Ubiratã. O colega Bruno tem conseguido muita coisa, notadamente no que tange aos assentamentos rurais.

Na Universidade de Campinas, nós temos um pré-projeto: conheça teu Município – lá em Campo Novo e em Tangará da Serra, cidade próxima, nós estamos implantando, com apoio do *kadaster*, da Holanda, que tem dinheiro disponível para ajudar nessa medição com relação aos pequenos. É um projeto-piloto, que nós estamos prestes a realizar com apoio da Unicamp. Claro que aí viriam as associações, tudo isso para contribuir.

Por que esperar que o Estado cumpra a sua parte? Lamentavelmente nós temos prova de que isso jamais acontece. Nós vivíamos em Rondônia e conhecíamos de perto toda essa questão dessas subdivisões de área, que na Argentina se chamam parvifúndio, ou seja, são a redução daquilo que já é o minifúndio.

Então, se buscarmos o cumprimento da função social, nós veremos que não é por esse caminho que nós vamos fazer com que a maioria dos nossos ruralistas saia da pobreza e da ilegalidade. O Senador Cassol sabe muito bem disto, foi prefeito, governador do nosso Estado – eu digo nosso, porque o coração ainda é rondoniense: estou em Mato Grosso, sou mineiro, é coração que tem que estar muito dividido –, ele sabe muito bem que esta questão lá em Rondônia é crucial: no cartório de notas e no registro de imóveis, quantas pessoas são detentoras de uma área pequena e compareciam ao cartório, porque já haviam feito o fracionamento daquela área em vários outros pedaços. E isso sem a possibilidade de haver documento, porque não havia nem o documento primeiro ainda.

Com relação à cláusula resolutiva de dez anos, está inserido na Constituição o tempo, conforme bem disse o Ewerton, através de um ato regulatório do próprio instituto que administra as terras do Brasil. É possível ser feito isso. Tenho nas minhas mãos aqui, de 17 de março, da superintendência lá de Mato Grosso, dirigido aos cartórios, disciplinando esta questão: como é que se procede para dar baixa nessa condição resolutiva? Qual tempo? É contado a partir de quando?

Então, eu penso que melhor proveito teria a tramitação desse projeto se buscassem realmente aliá-lo aos ditames dos arts. 1º a 8º da Medida Provisória nº 759, que está em debate aqui, nesta Casa. É muito interessante que sejam buscados aqueles argumentos, para que sejam analisados e inseridos nesse projeto.

Era o que eu tinha a manifestar e me coloco à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vou passar a palavra agora, e com o aval do nosso Senador de Mato Grosso José Medeiros, para o Sr. João Francisco, do Município de Itanhangá, Mato Grosso, que representa o Conselho de Regularização dos Municípios e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais por dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. JOÃO FRANCISCO FERREIRA – Boa tarde a todos vocês, ao Senador José Medeiros, que fez o convite para que viéssemos aqui participar desta audiência.

Quero agradecer a presença de todos vocês da Mesa e dizer o seguinte: nós, no ano passado, já tivemos uma audiência aqui, a convite do Senador; e, nessa discussão, também estava o Senador de Mato Grosso do Sul, representante nosso também.

A questão nossa é, pegando o assentamento nosso no Município de Itanhangá, o maior assentamento do Brasil, criado em 1995, assentadas lá, numa área de 116 mil hectares de terra, 1.140 famílias: o Incra, simplesmente como o Ewerton colocou ali, homologa, faz o cadastro de assentados, assenta a família, mas nunca... Por exemplo, passou dez anos para ir entregar o título de domínio a uma parte das famílias. Aí entramos na questão de até dois módulos fiscais, porque o assentamento tem lotes com área de 90ha a 140ha; de a todos os lotes com mais de 100ha o Incra não fez o título.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO FRANCISCO FERREIRA – É essa barreira que temos na lei que precisamos flexibilizar para que isso realmente aconteça.

É isso. Se puder dar mais um minutinho, eu teria mais um ponto, que seria o quê?

Como ela colocou aqui um exemplo: temos essa questão dos dois módulos fiscais e lá é um. Se pusermos quatro módulos fiscais, isso regularizaria uma boa parte, e aí eu vou defender a questão sindical. Eu represento o sindicato também, sou um associado, e nós, como exemplo, temos o quê? Os produtores hoje não têm garantia nem segurança jurídica nenhuma para poder trabalhar e produzir. As pessoas estão morrendo de fome, precisam abandonar seus lotes, aí o sindicado ou a federação vão assentar uma outra pessoa, que vai morrer de fome novamente, sem o documento. Então, precisa-se do documento. É preciso assentar a pessoa e entregar realmente o documento em definitivo; e não passarem dez anos e entregar um documento para mais de dez anos, que cancela: é o caso nosso. Faz mais de dez anos que as pessoas pegaram os documentos e cumpriram, mas não há a quebra das cláusulas resolutivas. Então, são vários fatos que precisam, não só com isso aqui.

Quanto à emenda da Medida Provisória nº 759, que estamos discutindo, tivemos reuniões segunda-feira já com vários Senadores e Deputados, para melhorar e haver emendas que atendam a sociedade e não alguns interesses particulares.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação importante do João Francisco.

Tanto isso é verdadeiro, que me recordo de quando, ainda antes de disputar o primeiro mandato de prefeito, eu via o discurso da esquerda de que tinha que fazer reforma agrária, tinha que fazer reforma agrária, tinha que fazer reforma agrária. Ficaram 20 anos discursando em cima da nossa cabeça e, no dia em que o PT assumiu o Governo Federal, quando poderia ter feito a maior reforma agrária do Brasil – eu falo porque, fui prefeito e governador nesse período de 2002 –, praticamente não se viu nada da reforma agrária.

O que vimos foi desestruturar o Incra e criar o Terra Legal, que eu entendo que deveriam trabalhar irmanadamente juntos, com o mesmo propósito. Hoje o Incra está um seleto time de aposentados, que estão se aposentando e há pouca atividade para fazer – eu digo pelo Estado de Rondônia –, e pegamos o Terra Legal, com poucas condições de poder exercer o mesmo trabalho.

Eu espero que o Governo Michel Temer, como tem coragem e determinação de fazer as mudanças necessárias, também faça.

E vou dizer uma outra coisa, o meu ponto de vista como empreendedor, como produtor: na reforma agrária, essas famílias têm que ser assentadas, em meu entendimento, ao redor de cidades, para que possam, num módulo menor, de 5 alqueires, produzir sua monocultura, em que se aproveitam os filhos. Não a pecuária – a pecuária só precisa de 1ha ou 1 alqueire para um gado leiteiro se manter. Mas o restante pode produzir fruticultura, para abastecer as cidades. Por exemplo, no meu Estado de Rondônia, vimos que muita coisa vem de fora: chuchu, cenoura, um monte de coisa que pode ser produzido como já foi lá em Vilhena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, essa reforma agrária, para ter menos carência e menos custo, devia ocorrer ao redor dessas cidades, para facilitar, diminuir o custo. Muitas vezes, pegam-se as pessoas e são jogadas lá no campo – como acabou de falar o João –, onde não há escola, não há estrada, não há energia e não há nada. Automaticamente o governo está bancando essas famílias que estão na beira das estradas vivendo também na pura situação degradante e vivendo de uma cesta básica. Então, eu acho que há como resolver.

Agora, também tem que separar o joio do trigo: há muitos caras no meio que não sabem plantar um pé de feijão, não sabem plantar um pé de alface. Então, esse, meu chefe, que volte para outro lugar, porque só está querendo pegar uma cesta básica, explorar, e há muitos que vão lá para pegar um pedaço de terra para depois picaretar e vender na frente.

Esse picareta tem que botar para correr, esses que já foram beneficiados, mas há muitos caras bons, há muitos que precisam de um pedaço de terra para ajudar.

O SR. JOÃO FRANCISCO FERREIRA – Por isso, o que realmente quer produzir quer o documento para dar a garantia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O documento para poder ir ao banco.

O SR. JOÃO FRANCISCO FERREIRA – O que quer para poder enrolar e passar para os outros é aquele que não quer documento. Então, nós queremos documento para realmente permanecermos na terra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É verdade, o documento é fundamental para você também ter acesso às linhas de crédito.

Vou passar para o Senador, se ainda quer usar a palavra, José Medeiros e, depois, ao Senador Waldemir Moka.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu creio que pode passar para o Senador Waldemir Moka e depois eu faço a indagação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ótimo, melhor.

Vamos direto ao Senador pelo Mato Grosso do Sul e pelo Brasil, Senador Moka, um grande defensor dessa regularização desse conflito agrário.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu acompanho o problema, me lembro do primeiro assentamento em Mato Grosso do Sul que é Nossa Senhora Aparecida, hoje são vários. Existem assentamentos e assentamentos. Há um assentamento em Sidrolândia próximo a Campo Grande e hoje estão absolutamente quase que independentes.

Eu participei dentro do assentamento de uma associação liderada por – me lembro o apelido – Alemão, um rapaz de Santa Catarina, eles fizeram uma associação, plantam hortaliças e abastecem todo o supermercado, o mercadão de Campo Grande. E o que eles querem, Presidente Ivo? Querem um caminhão baú para levar, para não perder a qualidade da hortaliça. Quer dizer, é um assentamento que, se tivesse, por exemplo, o documento, se tivesse a posse como disse o nosso representante aqui do sindicato, João Francisco... Eu me lembro da vinda dele aqui. É uma cidade, já é uma cidade.

Agora, essa questão do documento me parece que – é o juízo que faço – é uma questão ideológica dos que querem manter as pessoas reféns do modelo. Se der o documento, a pessoa vai passar a ser livre, não vai depender porque ela tem a terra como garantia e gente que ficou há 20 anos é claro que se for trabalhador, a condição da pessoa hoje é muito melhor do que a que era quando foi assentado. Aí as pessoas dizem: "você não se enquadra aqui". É claro que não se enquadra, ele evoluiu. E, graças a Deus. Há que se levar isso em consideração senão vai enquadrar quem nisso daí?

Por exemplo, no Estado, Drª Cléia, é claro que deve existir gente contrária, mas a maioria aonde eu vou – confesso que tenho uma ligação maior com o setor já de médias e grandes propriedades... Desde que o Deputado João Grandão não se reelegeu, eu comecei a visitar os assentamentos até a pedido dele e me tornei muito próximo. Eu percebo que eles precisam de pouca coisa e, se visitam o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

assentamento, eles têm uma grande produção de leite e o que eles querem? Um caminhão tanque para levar aquele leite produzido para vender no mercado da cidade mais próxima.

Então, o documento é importante. Agora, eu penso que o Wellington Fagundes, quando fez o projeto – ele não está presente –, evidentemente, não conhecia que o Governo ia editar a Medida Provisória 257, é lógico. Ele não ia fazer alguma coisa em duplicidade. A intenção do Wellington aqui é uma só: agilizar a questão, para que os assentados tenham, afinal, o seu lote. Existe gente que está há 20 anos, até mais, e não tem o documento. É um absurdo! E ali, eu já ouvi do próprio representante nacional, há muita coisa para ser entregue, mas falta ainda alguma coisa, que é o georreferenciamento, que tem um custo e tal. Mas é verdade que já poderia ser entregue um monte de documentos, e não são entregues. Aí, não. Se há o documento pronto, o Incra tem mais é que promover e entregar esses documentos.

Eu não tenho perguntas, é apenas a observação. Acho que o debate vai servir para a gente levar o José Medeiros, como Relator, chamar o Wellington e dizer: "Olha, como vocês estão sugerindo, vamos acompanhar a Medida Provisória 257, vamos fazer um esforço lá." Parece que lá foi debatido, quer dizer, é uma questão mais lógica. Quer dizer, já há um texto mais convergente com o propósito.

Saudando o Relator José Medeiros, mas, realmente, de tudo isso aqui, eu só quero firmar o meu ponto de vista. Primeiro, o Incra, de muito tempo, virou uma coisa... Por exemplo, pegar o custo do Incra, como instituição, quanto custa o Incra, e comparar com o que se leva para os assentados, é um absurdo.

Quer dizer, eu acho que nós temos que começar a pensar em outras coisas. Pelo menos cuidar daquilo que nós já temos e dar para esse pessoal que já está assentado condições para se tornar autônomo. Aí, sim, você vai abrir espaço para outras pessoas.

Sem crítica, sem nada, respeitando os pontos de vista, mas alertando para essa questão. Porque, gente, o cara que tem dois módulos, acho que há uma confusão aí. Acho que quatro módulos é o conceito de agricultura familiar e dois módulos é o conceito do Incra para fazer a doação. Acho que aí há uma certa confusão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sim, mas eu digo assim: até dois módulos, é normal.

O SR. EWERTON GIOVANNI DOS SANTOS – Veja bem, eu me ative, então, a apresentar especificamente o que me foi proposto, mas agradeço a possibilidade do debate nesse sentido, porque, Srs. Senadores, os senhores têm em mãos uma medida provisória que tem um claro objetivo, muito alinhado com essa proposta e diversas outras.

Nós tivemos 732 emendas nessa Medida Provisória 759, que só perdeu para alguns projetos importantes aqui nesta Casa. Eu tive oportunidade de acompanhar praticamente todas, apenas aquelas que não dizem respeito à área rural, porque a medida provisória abrange também a área urbana.

O objetivo desse texto é aquilo que o João acabou de dizer. Primeiro, possibilitar o título, mas também possibilitar a própria autonomia do título. O título precisa, num determinado dia, passar a ser de propriedade plena do titulado, mas o texto que se propõe aqui não tem esse alcance. Isso tem que ficar bem claro. Ele apenas marca o início da contagem, mas, em momento nenhum...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, aí, não, eu achei que ele fosse responder alguma coisa que eu tivesse... Ele vai ter o tempo em que vai se pronunciar a respeito disso, mas nós vamos discutir o projeto e eu não vou concluir a minha fala.

O SR. EWERTON GIOVANNI DOS SANTOS – Desculpe, pode concluir.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Desculpe, mas eu achei que você fosse falar alguma coisa em relação ao que eu estava dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pode concluir, Senador Moka.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só para concluir, como eu não tenho pergunta, eu vou sugerir ao Wellington Fagundes – não faço parte, pelo que me consta, da 257, mas nem por isso a gente não vai acompanhar –, pelo que eu vi aqui, a melhor coisa a ser feita é convencer o Wellington Fagundes – vai ser tarefa do Relator –, a pedir o arquivamento do projeto e a gente se dedicar à aprovação da 257, que eu acho que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É 759, que está muito mais avançado e mais convergente, pelo número de emendas, as discussões que já foram feitas.

Agora, essa questão, para concluir, do Incra, eu acho que nós vamos ter... Eu me lembro da Empaer, da antiga empresa, Embrater, no âmbito nacional. Ela acabou virando Empaer e hoje cada Estado tem uma denominação, Emater, Agraer no meu Estado, era uma coisa que foi indo, foi indo, foi indo e acabou. E era extensão rural. É uma coisa necessária.

Então, sobre o Incra, a gente precisa ter uma discussão séria, respeitosa, com o Incra. O trabalho que o Incra já fez pelo País merece um tratamento respeitoso, no sentido de dar uma nova dimensão para o Incra. Eu penso isso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Moka.

Vamos passar ao Senador Elmano, se quiser usar a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Apenas eu queria, inicialmente, cumprimentar o nosso Presidente e demais membros da Mesa e fazer minha a proposição do nosso companheiro Moka. Creio que tramitam, neste instante, esses dois instrumentos, esses dois projetos, sendo um projeto de lei e uma medida provisória. Creio que a medida provisória vai transcorrer de forma mais rápida. Talvez nós tenhamos, digamos, uma oportunidade, de forma consistente, de materializar muitas coisas, haja vista a dimensão que tomou esta Comissão.

De outra parte, eu queria fazer um comentário, com a devida permissão do nosso Presidente. É que o usuário, o beneficiário das nossas ações, teve apenas dois minutos. Me parece, eu não sei se ele constava como palestrante ou mesmo foi convidado, eu achei muito pouco tempo. O usuário, o beneficiário dessas ações governamentais, deve ter o mesmo tempo que os outros de instituições formais, no caso do Incra, da Contag, que já representa. Eu creio que ele poderia ter dado uma contribuição bem maior com os problemas vivenciados pelos beneficiários desses projetos de assentamento.

Eu conheço alguns projetos de assentamento lá no nosso Estado, no Piauí, em que se faz a entrega da terra, quando se faz, e abandona. A infraestrutura social, educação, saúde, bem como a infraestrutura econômica, a energia, a comunicação, estradas e o mais fundamental, o crédito e a assistência técnica de que se tratou aqui, isso não se faz. Então, as condições reais para o assentado permanecer naquela localidade são dificílimas. Isso é ilusão! O setor público tem pecado muito, desde o Incra ao próprio Ministério da Agricultura; a Embrater, que já existiu e morreu; a própria Embrapa, que gera a tecnologia para o agronegócio, mas também fez uma tentativa de gerar para a agricultura familiar, para o pequeno produtor. Ou seja, há uma desarticulação total na ação pública. A terra é fundamental, é o fator de produção. Agora, sem uma política agrícola e de infraestrutura, nós vamos continuar por dezenas de anos com essa mesma lenga-lenga e não vamos ter mais ninguém no campo.

Hoje, de cem brasileiros, apenas 16 estão na zona rural, embora hoje estejamos produzindo muito mais com esse pequeno contingente populacional. Com uma tecnologia avançadíssima, somos os grandes produtores. Mas jamais podemos deixar a pequena agricultura, o agricultor familiar, principalmente, eu estou falando aqui na região semiárida do Nordeste, que tem uma população muito grande. Quase um milhão de quilômetros quadrados, com uma população de quase 20 milhões de pessoas em solos áridos, sem as mínimas condições de produzir. Sei que as condições nossas são bem aquém das condições do Brasil Central e da própria Região Norte do País. Acho que nós teríamos de pensar, aqui na Comissão de Agricultura, de uma forma mais global. Quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

dizer, a terra é fundamental. Daí porque nós temos de aprender a ouvir mais quem vive o problema. Nós tivemos aqui vinte minutos para autoridades governamentais, dez minutos para a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e dois minutos, dos trinta, para o usuário, o beneficiário, quer dizer, o alvo das ações governamentais.

Portanto, era apenas uma observação que nós queríamos fazer com relação a um tema da mais alta relevância – essa questão da reestruturação agrária, da reforma agrária, como também nós temos questões bem maiores, como a questão da parte urbana, da ocupação do solo urbano, tão mais complexo hoje, com 80 e tantos por cento da população brasileira nos aglomerados urbanos, do que o contingente de 16% nos territórios rurais do Brasil.

Essa era a observação que nós queríamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Elmano Férrer.

Antes de passar para o Senador Dalirio Beber, eu só vou ler aqui algumas participações. Nós estamos transmitindo pelo YouTube, e o pessoal também está participando. Eu só vou ler rapidinho e depois vou passar para o Dalirio.

Aqui, a participação do Robson Elpidio Ribeiro, de Pernambuco: "Não adianta dar terra para quem não é da terra ou não sabe lidar com a terra. O Incra deve regularizar o que já existe. Não adianta colocar uma família em uma área de terra sem assistência técnica e extensão rural de qualidade. Vai continuar criando novas favelas rurais?"

Tenho também aqui a participação de Carlos Eduardo Rezende Werner, de Minas Gerais: "Que todos possamos ter direito a terra, principalmente os que vivem e cuidam dela."

Participação também de Debi Peccin, do Rio Grande do Sul: "Aprovo esta proposta que no meu entendimento já vem tarde."

Participação de Alexandre Massaneiro, de Santa Catarina: "Chega de prestigiar movimentos criminosos e partidários no País."

Essa é a participação do povo, e eu tenho a obrigação de ler aqui para não dizer: "Olha, facilitou para cá ou para lá." Estou lendo aqui. Depois, cada um toma as suas conclusões.

E também a participação de Dolores Amaral, do Rio Grande do Sul: "Sou contra! [Ela é uma pequena produtora.] Cada um trabalha e compre suas terras, como nós, pequenos agricultores, sempre fizemos, nunca ganhamos de graça. Desde nossos pais, que adquiriram pequenas terras e aos poucos compraram mais, os filhos continuam plantando e vivendo do que produzem."

Então, essa é a participação da população, que chegou pelo Portal e-Cidadania.

Vou passar agora para o Senador de Santa Catarina, Dalirio Beber, com muito prazer.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Quero cumprimentar o nosso Presidente da Comissão, Senador Ivo Cassol, cumprimentar também aqueles que estão nos brindando com informações preciosas que, com certeza, vão nos proporcionar maior conhecimento da problemática que envolve essas questões de tantos brasileiros. E, com certeza, diríamos que a intenção de quem aqui está é fazer com que a legislação possa produzir decisões que melhorem a vida dos brasileiros.

Senador Elmano falou com muita propriedade aquilo que ele conhece em profundidade, uma vez que foi também prefeito da capital do Piauí. E vi também na iniciativa do nosso Senador Wellington essa disposição, essa vontade de fazer com que um problema que já vem sendo demandado há tempo pudesse de fato ser resolvido.

E, através da lavra do nosso Senador José Medeiros, essa mesma disposição.

O Governo editou uma medida provisória, que tem uma força maior do que o nosso projeto e toda a sua tramitação. Por isso, eu acho que nós todos devemos aprimorar aquele texto, que tem de fato uma velocidade maior na hora da sua tramitação e aprovação, para que essa realidade de fato, digamos, exista.

Os assentamentos: nós, em Santa Catarina, temos vários assentamentos no oeste do nosso Estado. E, a bem da verdade, nós temos o Município de Abelardo Luz, onde nós temos mais de 1,4 mil famílias assentadas. A demanda, agora, recente, era por emendas parlamentares que pudessem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

ajudar com algum recurso para manter as estradas, exatamente para permitir que esses assentados continuem estimulados de morarem um pouco distantes dos centros urbanos, porque sabem como levar as suas mercadorias, ou seja, aquilo que eles produzem, à praça onde existe o consumo.

A gente lamenta que, de repente, o Incra esteja de tal forma desestruturado que não possa dar esse acompanhamento todo. A emancipação desse homem assentado nasce com o título da propriedade e, naturalmente, tendo ao lado a assistência do Poder Público no sentido de fazer com que essas tecnologias hoje extremamente avançadas no sentido de desenvolver atividades na produção no campo possam também ser incorporadas por esses assentados com muito mais rapidez.

Simplesmente entregar a terra, e ele que se vire com a enxada, com a foice, com a pá, é muito pouco. Acho que nós temos que oferecer a ele exatamente essa oportunidade. A escola das nossas extensões, do serviço de extensão que cada estado desenvolveu, produziu mudanças brutais na cultura das pessoas que, por mais conhecedoras que fossem das atividades às quais se dedicavam, não tinham incorporado os avanços que a tecnologia proporcionou. A Embrapa tem grandes méritos por ter deixado o Brasil, nos últimos 60 anos, com essa grande produção, orgulho de todos os brasileiros.

Então, a gente quer aproveitar este debate também para isto, ou seja, para aumentarmos o nível de consciência de cada um de nós de que é possível fazer mais e melhor com aquilo de que dispomos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agradecemos o Senador Dalirio Beber, agradecemos todos os participantes que estiveram aqui. Eu creio que o objetivo desta audiência era justamente buscarmos subsídios – está chegando neste momento o Senador Cidinho – para avaliarmos esse projeto.

Pelo que eu vi aqui, eu creio que quase todos concordam que o projeto já está, de certa forma, com o objeto satisfeito, na Medida Provisória 759, de forma que, como sugeriu o Senador Moka, nós vamos conversar com o Senador Wellington Fagundes, para que a gente possa, de repente, deixar a medida e arquivar o projeto. Vamos conversar, obviamente, com ele.

E aí, já para finalizarmos, o Senador Cidinho quer fazer uso da fala?

Então, para as considerações finais, vamos deixar para cada palestrante da Mesa fazer as suas colocações.

Com a palavra Cléa Anice, assessora da Secretaria de Política Agrária da Contag.

A SRª CLÉIA ANICE DA MOTA PORTO – Obrigada, Senador.

Eu queria, nesses breves últimos minutos, trazer um elemento que, para nós, é um destaque na medida provisória. Inclusive, a partir da fala do Francisco, é importante a gente identifica que há na legislação atual a opção dos trabalhadores assentados entre a CDRU e o título definitivo. Nós entendemos que a medida provisória restringiu essa opção, e a gente defende como uma das questões centrais, porque, assim como Francisco defende o título definitivo, se nós tivéssemos de um outro lado um assentado ou uma assentada que não, que prefere a CDRU, teria um argumento tão incisivo e tão apaixonado na defesa da CDRU.

Então, para nós, é importante manter essa opção e que o fato de ter uma CDRU ou ter um título definitivo não exima os trabalhadores e trabalhadoras dos direitos que o Senador tão bem disse, porque terra sozinha não dá. A terra tem um valor imenso, mas é a partir do direito à terra que se inaugura uma quantidade de outros direitos para essas famílias, que, normalmente, antes da terra, não tinham direito – educação, associação, crédito. A terra inaugura esse direito, ela permite que essas famílias tenham esse direito, e elas não podem ser eximidas de ter esse direito pelo fato de terem uma escolha de uma forma de título que é a CDRU ou o título definitivo.

Então, eu acho que essa é uma consideração importante sobre o valor que tem a terra, que, para muitos assentados e assentadas, não é considerada como uma mercadoria. Ela é um direito que para muitos é um direito universal. Quer dizer, são conceitos que estão colocados que aqui nesses breves minutos fica muito difícil de a gente conversar. E todos eles têm uma relação direta com as mudanças que precisam ser proferidas na política de reforma agrária. Não há dúvida de que a política de reforma agrária ou as ações de reforma agrária – porque nós não podemos considerar que o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

em nenhum momento teve uma política de reforma agrária, mas as ações de reforma agrária continuam sendo feitas como elas eram feitas na década de 70, na década de 80 –, de fato, elas precisam ser transformadas, mas esses conceitos, esses princípios, essas formas diversas de ver a questão, o problema, e de tratar esse problema, precisam ser todas consideradas. Não pode simplesmente um desejo, um ponto de vista – vou usar uma expressão que a gente usa muito – tratorar os demais.

Por fim, apenas mais uma consideração: eu espero sinceramente que essas louvações que estão sendo feitas às melhorias das ações de reforma agrária aconteçam, porque infelizmente os dados, os números não apontam para essas melhorias. Quero pegar apenas dois exemplos, dois dentro do orçamento. Houve uma redução de pelo menos R$300 milhões em relação à dotação orçamentária do governo passado, que era muito baixa. Houve – vou dizer – um corte na proposta orçamentária. E, até agora, 20 de março, eu mencionei, mesmo desse orçamento extremamente reduzido, houve uma aplicação de apenas 6,7% dos recursos da LOA autorizados. A maioria desses recursos, ratificando o que os senhores disseram aqui, são recursos pagos pelos serviços do Incra, e não pelas políticas fins a que os trabalhadores e trabalhadoras assentadas têm direito.

Então, Francisco, é isto.

Como é que um trabalhador ou trabalhadora assentada, que, assim como qualquer outro, para ser produtiva também depende de política pública, depende de recursos orçamentários... Sim, porque não vamos dizer que as grandes atividades do agronegócio também não têm recursos públicos, gente! Têm. Basta ver o número de devedores também do agronegócio. Então, é preciso considerar que mais do que nunca as trabalhadoras e os trabalhadores assentados, beneficiários da reforma agrária, das regularizações fundiárias, que estão no campo, também dependem da política pública, dependem do Estado forte e dependem, sim, desses recursos orçamentários que, pelo que nós estamos observando, não foram e não estão sendo aplicados nesse destino. Por isso é que titulação sem dotar esses trabalhadores, essas trabalhadoras dessas condições é um risco, sim. E é nesse sentido que nós estamos colocando.

Muito obrigada.

Desculpem-me se extrapolei mais uma vez o tempo, mas obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra o Dr. Ewerton Giovanni.

O SR. EWERTON GIOVANNI DOS SANTOS – Bem, na verdade eu gostaria apenas de agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui debatendo o tema.

Imagino que a proposta que se conclui agora, de incluir na medida provisória este debate, é realmente a mais acertada. Apenas chamo a atenção para o que os Senadores colocaram em relação à necessidade de ouvir atentamente o que o João acabou de mencionar. Concluindo o que eu havia iniciado antes, o texto que se propõe aqui, embora esteja abraçado na medida provisória em algumas emendas, não atende aquilo que o João apresenta como a realidade dos assentamentos. Em nenhuma das 732 emendas há um texto que atenda aos anseios que o João veio aqui hoje frisar novamente. É por isso que eu deixo aos Srs. Senadores essa advertência com relação aos textos que se propõem, porque nenhum tem o alcance de pôr fim a essas cláusulas resolutivas de que o nosso colega aqui registrador falou com propriedade.

Por fim, ainda que se estabeleça um marco temporal inicial para a contagem do prazo de dez anos do título, não existe na legislação algo que dê fim, que coloque o marco temporal final para as cláusulas resolutivas, que é o que hoje impede realmente a titulação dessas pessoas que receberam o título há dez ou vinte anos. Então, a medida provisória tem grandes avanços, mas os senhores terão ainda dois meses de amplos debates para poder observar essas questões.

No mais, o Incra se coloca à disposição dos senhores para também participar de novos debates.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra o Dr. José de Arimatéia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉIA BARBOSA – Uma vez mais, Senador José Medeiros, agradeço pelo privilégio de estar aqui neste instante; aos demais Senadores em nos ouvir; e a todos que assistem a nós.

Eu gostaria, ao final, de manifestar a minha preocupação com relação a essa omissão do Estado em levar a cabo o que nós estamos a ver ao longo desses anos todos. Num processo de desjudicialização e, mais recentemente, com a usucapião extrajudicial, um dos artigos inseridos na Medida 759, o 483, fala da interpretação do silêncio como concordância para que se conclua o procedimento da usucapião extrajudicial.

Esse entrave ia de encontro ao art. 111 do Código Civil Brasileiro, que exigia que os detentores de direitos reais – dentre eles muitos proprietários – se manifestassem de acordo com a usucapião. Por que usucapião? Tudo isso que nós falamos ou ouvimos ao longo do tempo é uma forma administrativa de usucapião. O próprio Estatuto da Terra, lá no art. 97 e em vários outros itens da própria Constituição, diz que, quando não houver possibilidade de solucionar a questão, resolve-se através da usucapião. Então, por que não abraçar esse instituto que está aí a solucionar grande parte dos problemas – ele está deitado eternamente, sem uma utilização maior – e aplicá-lo também naquelas questões em que a função social da propriedade está bem cumprida e reconhecida, valorizando o Município, dotando-o de infraestrutura para acompanhar de perto o que se passa no âmbito federal?

A distância que separa o Incra da pessoa que vai receber o título, ou dos institutos estaduais que às vezes conflitam com o próprio órgão federal na emissão do título, no limite das áreas que serão objeto dessa titulação – no caso, dois, quatro módulos, ou até 1,5 mil hectares, que é o que aconteceu em relação à Amazônia Legal... Se nós registradores, que nos colocamos à disposição para ajudar o Estado, sendo nós também parte delegada do Estado para assim proceder – no âmbito urbano já estamos fazendo, com a regularização fundiária urbana... A maioria dos Municípios está aí a resolver essa questão. Na medida está sendo criado, porque ninguém trabalha de graça, um fundo para compensar esse ônus, esses emolumentos que seriam repassados ao registrador, ao notário. Ele faria esse primeiro ato relativamente de graça; seria compensado através de um fundo, e estaria a resolver não só as questões de ordem privada, mas aquelas relacionadas às terras devolutas não discriminadas, não destinadas, terras essas que nem o Estado conhece, e que, em sendo cumprida a função social, poderiam também ser inseridas nesse contexto no âmbito estadual, no âmbito federal. Exemplo disso nós temos em várias situações dos diversos Estados – pessoas que estão aí a trabalhar, a gerar emprego em áreas em que o Estado não tem nenhum interesse. Eles poderiam, associados ao registrador, promover essa usucapião extrajudicial, que seria uma forma de regularizar com mais rapidez, com menos custo. É a sugestão que faço ao final.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Obrigado aos nossos convidados, também aos nobres Senadores.

Só para aproveitar aqui, e para encerrar, porque nós temos um evento agora às 16h no Palácio, especificamente com o nosso Ministro Blairo Maggi, eu quero parabenizar o Ministério da Agricultura pela dedicação e determinação que tanto o Ministro Blairo Maggi quanto toda a sua equipe tiveram, especialmente com essa situação triste que foi criada com o nosso agronegócio, com a nossa economia, com a proteína animal, especialmente quando colocamos aí tanto carne de gado como de porco, como de frango, quando deveria ser uma mera operação contra a corrupção – contra a corrupção.

Ao mesmo tempo, quero lembrar que esses servidores do Ministério da Agricultura são servidores, não são indicados de políticos. Aqui disse na semana passada um nosso colega: "Olha, somos contra a indicação!" Indicação não tem nada de errado, desde que as pessoas sejam sérias e competentes. Qualquer setor, qualquer categoria e qualquer área sempre tem aqueles que, infelizmente, acabam pisando na bola. E essa operação tem de continuar; ela não pode parar de maneia nenhuma. Nós temos de combater quando se vende dificuldade, para depois vender facilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Graças a Deus nós temos à frente da pasta, neste momento de crise, no momento dessa operação, o melhor nome, que colocou a sua credibilidade pessoal – porque, queira ou não queira, é o maior exportador de soja do Brasil –, a sua seriedade, o seu compromisso em xeque. Não foi só o Senador e o ex-Governador: foi o produtor, foi o agricultor, foi o empresário, foi o comerciante que não deixou nem minutos, nem horas, nem dias passarem. Tomou as providências, foi aos frigoríficos, verificou aqueles que tiveram problema. Eu espero que aqueles que tiveram problema, e que fecharam hoje, amanhã possam voltar ao mercado, mas dentro da realidade da fiscalização e exigência da sanidade animal, porque nós precisamos ter o nosso... Então, quero aqui parabenizar o Ministro Blairo Maggi, nosso colega Senador, pelo empenho e dedicação, e ao Governo Michel Temer, que deram uma atenção extraordinária para que a gente pudesse evitar o máximo possível da paulada, da pancada que nós levamos no pescoço. Era o que os concorrentes queriam.

Graças a Deus os grandes mercados como a China, Hong Kong e tantos outros voltaram atrás, mas o prejuízo é inevitável. O que está acontecendo? Esses países estão baixando o preço. Estão ficando com a carne que está chegando, mas colocando um preço menor, e esse preço está recaindo sobre os produtores, tanto de porcos como de frangos, como, no meu Estado, também de gado. Quer dizer, o nosso Estado não foi afetado em nada. Rondônia não teve nenhum frigorífico denunciado. Levamos anos para poder conseguir o selo de qualidade, especialmente de livre de febre aftosa, com vacinação. Foi um trabalho duro que nós fizemos. E o resultado? Uma ação, infelizmente mais jornalística do que real, que acabou destroçando a nossa economia também no Estado de Rondônia. A arroba do boi, que estava a R$130, veio para R$116, R$117. Quem perdeu com isso? Todo o setor produtivo.

Portanto, quero aqui parabenizar o Ministro Blairo Maggi e toda a sua equipe, que se dedicou, bem naquela semana em que o Senador Blairo Maggi tinha um recesso de interesse particular – uma mudança que estava fazendo, mudando de residência, ajeitando as coisas –, parou naquele instante e se dedicou de corpo e alma a diminuir esse baque. Esse trabalho, esses 20%, 30% que a gente perdeu no mercado internacional são 30% da nossa produção aqui que vai haver a menos. Então, nós vamos ter de correr desse prejuízo; esse prejuízo não vai sair do dia para a noite. Isso é bom porque, quando se fizer uma operação de novo, mesmo que seja de quaisquer setores, que sempre se faça com cuidado, para que não haja excesso ou abuso, porque, convenhamos: eu sou um prefeito, eu fui o governador.

Aí vem alguém e me denuncia que há algo irregular, especialmente, em alimentação. E eu demoro dois anos para tomar um posicionamento, deixando a população consumindo um produto que... Isso é um absurdo!

Quanto à questão de corrupção, eu não defendo. Onde houver, tem que se banir e tem que se meter a taca, porque não é justo. Aí, a Polícia Federal tem que continuar fazendo essa operação dessa maneira.

Por isso, quero aqui deixar o meu agradecimento ao Ministro Blairo Maggi e ler o Requerimento nº 4, de 2017, de autoria do Senador Dalirio Beber.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 4, de 2017
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Decreto Legislativo nº 9.004, de 13 de março de 2017, que determinou a mudança da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Requer, com base no art. 58 da Constituição e no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de debater o Decreto Legislativo nº 9.004, de 13 de março de 2017, que determinou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

mudança da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura... O senhor até me ligou por telefone, e eu falei que estou aqui, à disposição. A melhor maneira que vocês acharem aqui, a data, o momento... Aqui não tem... Se eu não puder estar presente no dia, quem fizer o requerimento poderá presidir. Aqui é democrático. Aqui nós queremos ganhar tempo, ganhar produção e discutir, especialmente, essa mudança da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços com os seguintes convidados...

Em votação o requerimento.

Se todo mundo concorda, permaneça como está. (*Pausa.*)

Está aprovado.

É só marcar a data.

Comunico que, no dia 5 de abril de 2017, próxima quarta-feira, às 14 horas, esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizará audiência pública, com a finalidade de "debater o Decreto Legislativo nº 9.004, de 13 de março de 2017...", que não tem nada a ver... Desculpem-me, mas não tem nada a ver. São situações... É isso que não pode se perpetuar na vida pública: tirar de um setor que tem toda uma estrutura, em todos os Estados, a fim de levar para a Indústria e Comércio, que, infelizmente – entendeu? – não tem estrutura. O que, muitas vezes, a política sem conhecimento faz...

"... que determinou a mudança da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura [– eu não culpo o Ministro Blairo Maggi, porque é uma briga política. Então, vem de cima –] Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em cumprimento ao Requerimento nº 4, de autoria do Senador Dalirio Beber."

Consulto o Plenário se está tudo certo. (*Pausa.*)

Tudo combinado? (*Pausa.*)

Então, aprovado.

Dia 5, às 14h.

A Comissão declara encerrada esta audiência pública.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE ABRIL DE 2017.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezessete, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e do Senador Dalirio Beber, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Rose de Freitas, Romero Jucá, Ângela Portela, Humberto Costa, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Garibaldi Alves Filho, José Pimentel e Hélio José. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, Acir Gurgacz, Lúcia Vânia, Roberto Rocha e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente: Aviso nº 198 GM/MS, de 2017, subscrito pelo Sr. Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde, encaminhando esclarecimentos prestados pela Secretaria de Vigilância em Saúde, constantes da Nota Informativa nº 17, de 2017/CGPNCMD/DEVIT/SVS/MS, em resposta ao Requerimento de Informações nº 927, de 2016, de autoria desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, referente a estudos em desenvolvimento para utilização da aviação no combate aos mosquitos transmissores da Dengue, Chikungunya e Zica. Após a leitura do expediente, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 4, de 2017, de autoria do Senador Dalirio Beber, atendendo solicitação do Requerimento (RRA) nº 7, de 2017, do Senador Flexa Ribeiro, destinada a debater o Decreto Legislativo nº 9.004, de 13 de março de 2017, que determinou a mudança da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, com a participação do Deputado Cleber Verde - Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pesca e Aquicultura; Sr. Walzenir Falcão -Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA); Sr. Mário Cesar dos Santos - Reitor da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Sr. José Jorge Neves Filho - Presidente do Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI); Sr. Dayvson Franklin de Souza - Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Francisco das Chagas Medeiros - Secretário Executivo da Associação Brasileira de Piscicultura (Peixe BR) (representante de: Ricardo Neukirchner, Presidente da Associação Brasileira de Piscicultura (Peixe BR)); Sr. Eduardo Akifumi Ono - Presidente da Comissão Nacional de Aquicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Agostinho Peruzzo - Presidente da Câmara de Desenvolvimento da Indústria da Pesca da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC); Sr. Alexandre Espogeiro - Presidente do Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE). Os Senadores Wellington Fagundes, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Dário Berger, Ivo Cassol, Dalirio Beber e Flexa Ribeiro fazem uso da palavra. O Senador Omar Aziz sugere encaminhamento de solicitação de recadastramento dos pescadores ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O Senador Randolfe Rodrigues sugere a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente com a presença dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Senhores Ministros da Agricultura e da Indústria e Comércio. O Senador Lasier Martins informa que formalizará o requerimento de audiência pública com os Ministros do MAPA e MDIC. O Senador Dalirio Beber comunica a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo 33/2017, que susta os dispositivos do Decreto 9004/2017. O Senador Flexa Ribeiro sugere que o tema seja tratado com o Senhor Presidente da República. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e seis minutos do dia quinze de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores João Alberto Souza e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Omar Aziz, Cristovam Buarque, Thieres Pinto e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fátima Bezerra, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Comparecem à reunião os Senhores Senadores Hélio José e Maria do Carmo Alves, não membros da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2017/2018. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador João Alberto Souza, propõe ao Plenário que a eleição da chapa única seja realizada por aclamação. A proposta é aprovada por unanimidade. Após a aclamação, o Senhor Presidente Eventual, Senador João Alberto Souza, proclama eleitos e empossados os Senhores Senadores **Otto Alencar e Waldemir Moka** como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente. Assume a Presidência o Senador **Otto Alencar**. Usam da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Omar Aziz, Pedro Chaves, Cristovam Buarque e Hélio José, não membro da Comissão. Após o discurso, o Presidente eleito, Senador **Otto Alencar**, encerra a reunião às nove horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de março de 2017.

Srªs e Srs. Senadores, a presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio de 2017/2018.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente, Senador Otto Alencar; para Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka.

Consulto a Comissão, tendo em vista o fato de haver somente uma chapa, se podemos eleger os candidatos por aclamação. (Pausa.)

Havendo concordância de todos, declaro eleitos, por aclamação, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, os Senadores Otto Alencar e Waldemir Moka. (Palmas.)

Convido os Srs. Senadores recém-eleitos a ocuparem os seus lugares à mesa, por gentileza. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quero agradecer aos Senadores e Senadoras que me confiaram a missão de presidir a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, tendo, como Vice-Presidente, o nobre Senador Waldemir Moka. S. Exª é um companheiro que tem trabalhado conosco, tem feito um ótimo trabalho. Tive oportunidade até de relatar o projeto de S. Exª e da Senadora Ana Amélia, de pesquisa clínica, que foi um projeto superimportante para o Brasil. Espero que ele seja aprovado também na Câmara dos Deputados.

Pela segunda vez, agradeço esta eleição por aclamação. Todas as outras, foram por voto, e com muita dificuldade, com muita disputa. No entanto, aqui, como foi por aclamação, não tenho como deixar de agradecer a todos os Senadores e Senadoras que me confiaram a missão de ser Presidente.

E, dentro do Regimento, temos número para que possamos iniciar e dar seguimento a esta 1ª Reunião da 55ª Legislatura. Vamos iniciar os trabalhos com a participação de todos. Há pouco, eu conversava com os Senadores Flexa Ribeiro e Waldemir Moka acerca da importância desta Comissão neste momento que estamos vivendo no nosso País.

Eu tive a oportunidade, como Secretário da Indústria e Comércio, Mineração do meu Estado, a Bahia, de iniciar um trabalho que eu considero da maior relevância para o Estado, que, hoje, serve muito a todos os baianos e que é, talvez, um dos maiores centros de tecnologia, inovação e informática do Brasil: o Cimatec, resultado de uma parceria entre Senai, Sesi e o Governo do Estado.

O Senador Moka dizia há pouco que o seu Estado, na fronteira, o Mato Grosso do Sul, ainda não dispõe de um centro dessa natureza. Nós temos, pois, que não só apreciar aqui as matérias que são importantes nessa área, mas também, de alguma forma, buscar parcerias com os governos estaduais, com o Governo Federal e com todos esses órgãos que podem colaborar para avançar no sentido de que a pesquisa, a inovação e a informática possam evoluir e chegar a todos os rincões do nosso País.

Eu creio que este é um momento importante para essa discussão, até porque nós temos ainda uma deficiência muito grande em vários setores: na telefonia móvel, no WhatsApp, na internet, na banda larga... No meu Estado, quase nenhuma escola pública dispõe ainda de banda larga. Então, é importante que se trabalhe para dar condições às escolas públicas, às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

universidades públicas para que possam ter a mesma condição que têm as escolas privadas de ponta em nosso País, dando assim oportunidade a todos.

Eu quero, ainda, deixar claro que eu vou consultar os membros da Comissão para saber qual o melhor horário e dias da semana para nós nos reunirmos aqui. Começamos hoje, quarta-feira, às 8h30, e alcançamos o quórum às 9h. Assim, pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se este horário será conveniente ou se teremos que mudar para atender a decisão da maioria. (Pausa.)

Senador Flexa... (Pausa.)

Está bom?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora...

Senador Moka...

Sim; quarta-feira. (Pausa.)

Então, a maioria decide que fiquemos neste horário.

Eu queria ter chegado no horário que marquei, 8h30, mas eu tive uma reunião com os Deputados, porque estamos apreciando a medida provisória do Refis – eu vou presidir a Comissão Mista respectiva –, que vai apreciar a renegociação das dívidas dos Municípios e também das empresas privadas. Nós, então, fizemos uma reunião para alinhar algumas das alterações que poderão ser feitas. Por essa razão eu me atrasei um pouco.

Agora, eu quero deixar a palavra franqueada a qualquer Senador que queria se manifestar.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar; Sr. Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka; Presidente de honra, Senador João Alberto; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, para mim, é uma satisfação ter V. Exª presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia. Fui seu liderado na Comissão de Meio Ambiente nos dois anos que precederam este e sei que V. Exª tem competência e determinação para conduzir a Comissão para alcançar os objetivos que todos nós procuramos.

Inúmeros serão os desafios, não sei se o maior ou um dos maiores, sobre os quais a gente tem discutido muito ao longo das reuniões da CCT e em todo o Brasil – conversávamos ainda há pouco sobre isso –, é dar acesso à banda larga a todos os brasileiros e, em especial, àqueles que estão nas regiões mais afastadas e menos desenvolvidas, como é o caso da nossa Região Amazônica. Então, você não tem ainda acesso à banda larga e hoje, lamentavelmente, se não estiver conectado, está fora do contexto das informações.

Eu tive a honra de presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia por dois anos também e tenho certeza absoluta de que V. Exª vai continuar – ao relatar a todos nós membros – dando importância para a área da ciência e tecnologia. A Comissão é de ciência, tecnologia e comunicação. A comunicação toma um espaço muito grande da atividade da Comissão, mas não podemos deixar de também priorizar ciência e tecnologia para todo o Brasil.

Quero desejar sucesso a V. Exª e ao Senador Waldemir. Que Deus abençoe os dois e que possamos ter uma atividade bastante objetiva, trazendo os resultados que nós queremos para o nosso País.

Parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Omar Aziz, depois o Senador Hélio José.

Senador Hélio José, o Omar se antecipou um pouquinho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Presidente Otto Alencar; meu querido amigo e Vice-Presidente desta Comissão Waldemir Moka; nosso companheiro, Senador João Alberto; Senadora Ângela e os Senadores que compõem esta Comissão, nos dois últimos anos que se passaram, nós tivemos aqui o Cristovam como primeiro Presidente, depois, com a mudança de partido, o Lasier foi eleito Presidente desta Comissão e o Hélio José era o Vice-Presidente.

Nós procuramos conversar com a sociedade, principalmente com a sociedade científica, uma parcela importante. Lógico que há uma divergência muito grande em alguns pontos, mas convergimos em alguns. Quando da indicação do Senador Otto para presidir esta Comissão e hoje votado à unanimidade... Precisamos procurar, nesses próximos dois anos, focar na valorização da mão de obra qualificada no Brasil, que é o grande problema que enfrentamos hoje. Não adianta a gente falar em projetos sem antes tratarmos da valorização. Nós temos dois médicos hoje presidindo, tanto o Otto quanto o Waldemir, que sabem muito bem – são de uma área que sabe que a tecnologia hoje funciona com muita eficácia, facilita muito a vida do médico e do paciente – que é impossível se ter um avanço em tecnologia própria do Brasil, uma autossuficiência em algumas tecnologias sem mão de obra. Agora mesmo, se discute a implantação de uma indústria de semicondutores, que é muito importante para o momento que nós vivemos de alta tecnologia.

Mas é uma tecnologia que muda de seis em seis meses e, muitas vezes, nós temos que importar essa tecnologia para poder produzir aqui.

Há vários centros – e eu espero, Senador Otto e Senador Waldemir Moka, que a gente possa conhecê-los – de pesquisas sem condições nenhuma de estar fazendo pesquisa, não é por má vontade dos pesquisadores, é por falta de apoio mesmo político. Eu cito um: Centro de Biotecnologia da Amazônia. Tenho que falar isso porque é na minha região, mas tem no Sul do País, tem no Nordeste do País. Há universidades federais no Nordeste importantes que precisam deste aporte, para que possamos – e aí é uma sugestão que eu dou, Senador Otto, até porque quem vem do Executivo sabe que a atividade-fim para a gente é muito mais eficiente do que a discussão pura e simples. A discussão é importante, mas a atividade-fim é mais importante ainda –, nesses próximos dois anos, com a liderança de V. Exªs, trazer para dentro o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Indústria e Comércio, ministérios afins à nossa perspectiva de melhorar a qualidade da tecnologia brasileira em todos os sentidos.

Quando a gente fala em banda larga, para muitos brasileiros isso é sonho, é sonho. O Governo, hoje, trabalha para que a gente possa ter satélites e poder colocar essa banda larga em escolas, em zona rural, em comunidades rurais, onde você não tem nenhum tipo de conhecimento do que está se passando ali e eles muito menos têm conhecimento do que se está passando aqui fora.

Então, acho que nós temos um papel importante. Por isso eu fiz questão de vir para esta Comissão de Ciência e Tecnologia, porque eu não vejo nenhum tipo de futuro para um país, em que a gente possa realmente produzir, sem ter um conhecimento necessário de onde nós vivemos. Coisa que a gente não tem. Infelizmente nós não temos; nós não temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

conhecimento pleno da nossa fauna; nós não temos conhecimento pleno da nossa flora; nós não temos conhecimento pleno das nossas riquezas. Por quê? Porque a gente, realmente, vem postergando e se alinhando a uma linha de trazer. Vou dar um exemplo aqui claro: produção de TV, coreana. Ninguém produz mais TV, só coreanos produzem TV. As duas maiores marcas que vendem no Brasil e no mundo são LG e Samsung. As empresas japonesas não existem mais; a

Philips, que era uma empresa grande, não produz mais televisão. Então, o que aconteceu? Nós sempre estamos ficando na dependência de um país, de uma tecnologia.

Por isso, eu era fã daquele programa da Presidente Dilma que mandava estudantes... Mas, depois que eu fiz o relatório, a situação não é bem essa. Muita gente vai viajar para passear, para fazer intercâmbio, não é para aprender e trazer esse conhecimento para dentro do País. Quer dizer, está se jogando muito dinheiro no ralo.

E aí a minha proposta, no final do relatório, foi muito clara: depois de a pessoa se graduar no Brasil, passar dois, três anos, fazendo um intercâmbio, mas estudando e, com esse estudo, ele tem o compromisso de voltar para o Brasil para ensinar os jovens que não tiveram essa oportunidade de sair daqui, com recursos pagos pelo Governo brasileiro; não para ir aprender inglês ou para ir à festa de universidade. Hospedar-se lá; passar seis meses, um ano hospedado, sem trazer nenhum tipo de conhecimento...

Eu não tive nenhum prazer de, em todas as audiências públicas que fizemos aqui, ver alguma pessoa que foi e trouxe algo novo para o Brasil, que pudesse ajudar os estudantes brasileiros.

Então, nós temos esse papel importante.

O programa em si, o início do programa que levava esses estudantes para fora era bom, mas se perdeu sem objetividade; não há objetividade. Isso virou simplesmente um intercâmbio, aquela coisa: vamos fazer um intercâmbio com recurso público. Hoje, as pessoas fazem esse intercâmbio com recurso do pai e da mãe, e isso se tornou o recurso público, sem nenhum objetivo para a ciência brasileira, para o conhecimento brasileiro e para trazer novas ideias.

Era isso, Senador.

Acredito muito. Houve um esforço muito grande do Senador Cristovam aqui. É uma pessoa da área, é ex-reitor da Universidade de Brasília e fez um belíssimo trabalho. Depois, com a ascensão do Senador Lasier, continuamos na mesma marcha, mas acho que este é o momento de a gente sentar, a Comissão se reunir e a gente definir uma pauta com atividade-fim para o Brasil. Nós temos de ter uma pauta aqui, não podemos esperar as coisas virem para cá. É reunir a Comissão em uma sala e dizer: "Vamos fazer uma pauta de atividade-fim." O que é interessante para a gente discutir agora na Comissão de Ciência e Tecnologia? Senão vamos aprovar aqui rádio comunitária, não sei o quê, e não saímos disso. Então, acho que temos um papel fundamental neste momento de transição por que o País passa, no momento em que mais conhecimento... Eu não acredito em desenvolvimento sem conhecimento. Eu não acredito nisso. Eu só acredito que o País vá realmente se desenvolver a partir do conhecimento que o povo brasileiro tem. E discurso de educação todo mundo faz, todo mundo faz discurso.

Era isso, Senador Otto Alencar. Desejo sorte ao Senador Otto Alencar e ao Senador Waldemir Moka nesta nova empreitada que visa trazer mais conhecimento para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar nosso nobre Senador Otto Alencar por esta importante tarefa e nosso nobre Senador Waldemir Moka. Sei que para o PMDB é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

importante ele continuar colaborando na direção desta Comissão; daí nós do PMDB termos feito essa importante indicação do nosso querido Dr. Waldemir Moka para esta Comissão. Agradeço ao nosso querido Senador João Alberto e os servidores da Comissão. Fui Vice-Presidente nesses dois últimos anos, e, o Omar bem relata, fizemos muito – não é, Omar? –, mas há muito ainda por fazer. Quero agradecer à Egli em nome da Comissão e também ao Ivônio. Acho que os dois sintetizam todos os servidores que trabalham nesta Comissão.

Quero dizer ao Otto que temos dois desafios: um é a ciência e tecnologia, que o Omar muito bem descreveu, e também o Flexa; o outro é o das comunicações. As telecomunicações brasileiras têm passado por muitas dificuldades, seja na discussão da banda larga, seja na discussão do sinal de telefonia, seja nos serviços prestados pelas prestadoras de serviço, a Oi, Vivo, Claro, etc. As reclamações são imensas. Fizemos uma série de audiências públicas, encaminhamos uma série de resoluções. Fizemos análise dos fundos.

Esperamos que você e o Moka, dando continuidade, nos liderando nesta Comissão, consigam dar prosseguimento a esse trabalho, comandado inicialmente pelo Cristovam e por mim, depois pelo Lasier e por mim e agora por você e pelo Moka. Com certeza, há condição de a gente melhorar tanto as telecomunicações brasileiras quanto a ciência e tecnologia, que tanto necessitam de investimento. Quero agradecer a V. Exª e desejar muito sucesso ao senhor e ao nobre Senador Moka.

Quero dizer que estaremos juntos, participando. Devo, provavelmente, compor uma suplência nesta Comissão, exatamente porque sei que temos certa dificuldade para atingir o quórum. Sei da importância desta Comissão e quero que ela possa funcionar perenemente, para podermos encaminhar as coisas importantes que se discutem aqui.

Muito obrigado, nobre Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Presidente eleito, Otto Alencar; o Vice-Presidente, Waldemir Moka, da minha terra, Mato Grosso do Sul, que se dedicou, por muito anos, ao magistério, que é pessoa muito dedicada; e o nosso querido Presidente de Honra, João Alberto.

Quero dizer da alegria de ter o Senador Otto como Presidente. Já fomos colegas na Comissão de Meio Ambiente, onde trabalhamos juntos, onde ele mostrou seu dinamismo, sua determinação, o que foi muito bom. Isso permitiu avançarmos bastante num projeto sobre o Pantanal e sobre os produtores rurais. Aquilo, inclusive, até hoje estamos questionando. Vamos relatar brevemente um projeto que vai pacificar, na verdade, essa relação, que é a mais saudável possível.

Por outro lado, quero dizer da importância da integração entre o Senado, as universidades e as empresas. É necessário que não haja afastamento. A Academia não é incompatível com o mercado. Ela deve, na verdade, produzir os insumos e deve produzir condições para que a empresa produza os bens através de inovação tecnológica, para que, realmente, o País tenha independência econômica e, acima de tudo, independência tecnológica.

Hoje, deverei ter o prazer de relatar o projeto referente à banda larga, um projeto importante, em que se elimina o problema da franquia. É da lavra de Ricardo Ferraço, de Humberto Costa e de Eunício Oliveira. É um projeto bastante importante, que vai abrir a possibilidade de as escolas públicas e os portais terem liberdade total em relação à banda larga fixa. Isso me traz muita alegria. Esse projeto já está há mais de um ano na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Quero dizer que eu me coloco à disposição. Embora eu seja suplente, estarei sempre aqui para colaborar, porque é uma área com que, realmente, eu sinto muita intimidade. É a relação entre a própria universidade, a pesquisa e a extensão. A pesquisa é fundamental.

Por outro lado, eu gostaria de dizer que nós temos condição de criar neste País os tais Vales do Silício. Em Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, há o início de uma série de indústrias que precisam de uma independência tecnológica maior. Quanto a isso, nada melhor do que nós aprofundarmos este debate, para que possamos imitar um pouquinho a querida Bahia, Salvador, que é um ícone neste País.

Muito obrigado.

Parabéns! Continue assim!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço as palavras do Senador Pedro Chaves e do Senador Omar Aziz.

Eu queria cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, que agora chega aqui e que já presidiu esta Comissão, e também o nosso querido amigo Davi Alcolumbre.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, a gente deve cumprimentar as pessoas que assumem um cargo quando termina o período, quando termina o mandato. Mas tenho certeza de que, no final do próximo ano – poucos de nós podem ter certeza de que estarão aqui na próxima Presidência, mas, no final do ano de 2018, se estivermos bem de saúde, estaremos aqui –, vou querer cumprimentá-lo mais fortemente, como fiz no caso do Senador Lasier. Mas, de qualquer maneira, estou absolutamente tranquilo e seguro de que vamos ter um bom Presidente, pela sua maneira de ser, pela forma carinhosa como nos trata, pelo humor que tem sempre. Estou satisfeito de tê-lo como nosso Presidente nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Muito obrigado pelas palavras, Senador Cristovam Buarque.

Vamos ter agora outras reuniões para formação de outras comissões.

Quero reiterar que as reuniões serão às 8h30, às quartas-feiras. Temos que começar mais cedo, às 8h30, e o Moka concordou, porque havia uma questão... Quem chega cedo, Senador Omar, é quem bebe água limpa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Fora do microfone.) – Quem madruga cedo, Deus ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é. Então, vamos começar às 8h30. Pode haver uma tolerância, claro, de 15, 20 minutos.

Quero encerrar e agradecer a todos. Na próxima quarta-feira, vamos discutir com todos os Senadores e estabelecer uma política pública para este ano de 2017 e trazer aqui técnicos, cientistas. Espero até que possamos trazer um conterrâneo, talvez um dos maiores sanitaristas e médicos epidemiologistas do Brasil, com um destaque muito grande no mundo, Dr. Roberto Badaró. Estive conversando com ele esta semana sobre técnicas e avanços para o combate da zika, da dengue. Ele esteve conosco no Cimatec, esse centro que temos lá na Bahia, para, a partir daí, trazer alguma inovação nesse sentido. E os outros Senadores que também queiram convidar membros de universidades e de centros de tecnologia podem encaminhar os nomes, que vamos trazê-los para debater, discutir todas essas questões que são importantes para o País agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Gleisi Hoffmann, Paulo Rocha, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Thieres Pinto, Magno Malta, Pedro Chaves e Eduardo Lopes. Comparecem à reunião os Senadores Vicentinho Alves, Paulo Paim e Ronaldo Caiado, não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, José Agripino e Omar Aziz. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, de 2014** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ricardo Izar, que: "Altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos," que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n.º 438 de 2013 de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que: "Altera o art. 1º da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para proibir o uso de animais em testes de produtos cosméticos," e com o Projeto de Lei do Senado n.º 45 de 2014 de caráter não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que: "Altera a Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para proibir a utilização de animais na pesquisa e no desenvolvimento de produtos cosméticos e de higiene pessoal. **Relatório:** Pela aprovação do PLC nº 70 de 2014, com as emendas que apresenta, e pela prejudicialidade dos PLS nº 438 de 2013 e PLS nº 45 de 2014. **Resultado:** O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pela Pela aprovação do PLC nº 70 de 2014, com as emendas que apresenta, e pela prejudicialidade dos PLS nº 438 de 2013 e PLS nº 45 de 2014. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Gleisi Hoffmann, Pedro Chaves, Flexa Ribeiro e Jorge Viana. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao PLC nº 70 de 2014, com as Emendas nº 01 a 03-CCT, e pela prejudicialidade dos PLS nº 438 de 2013 e PLS nº 45 de 2014. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, de 2015** que: "Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT." **Autoria:** Deputado João Colaço. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação, com as Emendas que apresenta. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, de 2012** que: "Inclui o parágrafo único no art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, e dá outras providências, para permitir aos usuários dos serviços de telefonia a plena fruição do princípio da liberdade de escolha de sua prestadora." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** É concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014** que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do PLS 175, de 2014 e da Emenda nº 1-CAS. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC, INOV, COM. E INFORMÁTICA Nº 1 de 2017 - Não Terminativo** - que requer, "...nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Exmo. Ministro de Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações, Sr. Gilberto Kassab, para que compareça à Comissão, a fim de apresentar as ações do Governo Federal na sua área de atuação." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV, COM. E INFORMÁTICA Nº 2 de 2017 - Não Terminativo** - que requer, "...nos termos do art. 96- B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, selecione, como política pública a ser avaliada no âmbito do Poder Executivo, as ações e execuções de todos os programas relacionados à Banda Larga." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 149, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO – RÁDIO ELDORADO – DA REGIÃO DO BAIRRO ELDORADO DE CONTAGEM - MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (Ad hoc), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e (01) uma abstenção. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 152, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Remígio, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (Ad hoc), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e (01) uma abstenção. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 167, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E ECOLÓGICA DESPERTA FM – RÁDIO COMUNITÁRIA DESPERTA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (Ad hoc), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e (01) uma abstenção. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 41, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM COLINA DO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Una, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (Ad hoc), substituiu Sen. Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e (01) uma abstenção. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 269, de 2013** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA POÇO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (Ad hoc), substituiu Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação, com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CCT por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e (01) uma abstenção. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga permissão à GOMES COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e (01) uma abstenção. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 372, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE ITAMARACÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Groaíras, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e (01) uma abstenção. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 380, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL, AMBIENTAL E COMUNITÁRIA DE IPORÃ DO OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e (01) uma abstenção. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de março de 2017.

Submeto ao Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Vamos ao primeiro item da nossa pauta de hoje.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, de 2014

- Não terminativo -

Altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos.

Autoria: Deputado Ricardo Izar.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, de 2013

- Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para proibir o uso de animais em testes de produtos cosméticos.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

TRAMITA EM CONJUNTO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para proibir a utilização de animais na pesquisa e no desenvolvimento de produtos cosméticos e de higiene pessoal.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 70 de 2014, com as emendas que apresenta, e pela prejudicialidade dos PLS nº 438 de 2013 e PLS nº 45 de 2014.

Observações:

1) Em 26/05/2015, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria em atendimento ao Requerimento nº 29/2015-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque;

2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O Relator é o Senador Randolfe Rodrigues, que não se encontra presente. Eu pergunto se outra Senadora ou outro Senador gostaria de relatar o projeto, *ad hoc*. (*Pausa.*)

Informa-se a assessoria que o Senador Randolfe Rodrigues está a caminho. Vamos aguardá-lo.

Ele também tem tramitação conjunta com o PLS 45, de 2014, que altera a Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008, para proibir a utilização de animais na pesquisa e no desenvolvimento de produtos cosméticos e de higiene pessoal. É de autoria do Senador Alvaro Dias e da relatoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Já que o Senador Randolfe Rodrigues está a caminho, vamos aguardar.

Talvez, possamos passar para outro item da pauta, que é o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, DE 2015

- Não terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Autoria: Deputado João Colaço.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: pela aprovação, com as emendas que apresenta.

Observações: - *a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

O Relator não está presente.

Essa matéria ainda vai passar pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Não está presente o Senador Cristovam Buarque. Não sei se há a informação de que ele vem para a Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vou aguardar um pouco a chegada do Senador Randolfe Rodrigues.

Estamos sem quórum para deliberação.

Eu queria apenas passar uma informação.

Quero agradecer a presença aqui do Deputado Paulo Magalhães, nosso conterrâneo, da Bahia.

Temos também um requerimento. Esse requerimento é de minha autoria. Se ele for aprovado hoje, traremos na próxima reunião o Ministro Gilberto Kassab, de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para expor aqui a política que o Governo pretende fazer neste ano na área em que ele é o titular. Já fiz o contato com ele. Está certo de que ele, convidado, virá aqui na próxima quarta-feira.

Eu queria passar uma informação aos Senador Pedro Chaves e ao Senador Waldemir Moka.

Tivemos uma reunião muito proveitosa na sexta-feira da semana passada, ou melhor, na segunda-feira agora, no dia 20, no nosso centro na Bahia chamado Cimatec, um centro de ciência e tecnologia. É um centro dos mais adiantados do Brasil, onde temos o maior computador de centro de tecnologia do Brasil. Fizemos uma reunião com seus diretores e com o Diretor da Fieb (Federação das Indústrias do Estado da Bahia). Eles virão aqui a meu convite.

Vou trazer também o Dr. Roberto Badaró, um cientista baiano que tem várias patentes registradas no mundo.

Nós vamos iniciar lá o setor do Instituto de Tecnologia da Saúde. Estamos já com a área pronta e vamos buscar recursos, inclusive com o apoio aqui do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À época, eu estava no Governo do Estado e fizemos uma parceria com o Sistema S, que ajudou muito na construção, na compra dos equipamentos, para que esse núcleo pudesse chegar aonde chegamos hoje, com a formação de nível superior. Eu estive lá com o Senador Roberto Muniz, cuja filha se formou nesse centro.

Portanto, como tanto o Senador Pedro Chaves quanto o Senador Waldemir Moka nos passaram a informação de que o Estado de Mato Grosso do Sul carece da implantação de um centro dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

natureza, acho que poderemos começar a trazer aqui os representantes do Sistema S para, de alguma forma, com os Governos Estaduais e também com outros organismos, buscar fazer essa expansão. Porque, para o nosso Estado, foi fundamental para a formação da mão de obra.

Nós implantamos a indústria automotiva na Bahia, a Ford, no ano de 1999. Em 2000, ela começou a funcionar e, depois, em 2002, com a inauguração desse centro, nós tivemos condição de treinar mão de obra para todas as empresas sistemistas que atuam na Ford.

A Ford é uma planta de produção de automóveis, montadora, e em torno dela gravitam todas as empresas que produzem todos os acessórios e equipamentos necessários para a montagem dos veículos da Ford, que vão do rádio à capa da porta, enfim, todos os equipamentos. E muita dessa mão de obra foi depois treinada e formada lá no Cimatec, bem como a mão de obra do Poloplast, que a Bahia não tinha e passou a ter. Ela também foi treinada nesse centro que eu considero de excelência.

Eu vou até convidar os Srs. Senadores para que em alguma oportunidade possamos ir à Bahia para conhecer o Cimatec, que é um centro visitado permanentemente por empresários interessados nessa área, nesse setor. Eu creio que vai ser de grande valia.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É apenas para dizer que, na verdade, nós já criamos o chamado PTIn (Parque Tecnológico Internacional de Ponta Porã). Escolhemos como sede a cidade de Ponta Porã, mas tomamos o cuidado de envolver tanto a Universidade Federal como a Universidade Estadual, os cursos técnicos que existem em Ponta Porã, o Sistema S. No caso, a federação da agricultura, a federação da indústria e a federação do comércio são parceiras, e também as universidades. Nós buscamos inspiração...

Aliás, eles ajudaram muito. Foi na cidade de Foz do Iguaçu, onde a Itaipu criou e é a grande mantenedora de um centro de tecnologia de inovação e informação. Foz do Iguaçu é uma cidade muito semelhante a Ponta Porã; é uma cidade em que do outro lado tem a Ciudad del Este. Isso foi tão importante que não é por acaso...

Eu estive visitando esse centro. E depois levaram um grupo do Mato Grosso do Sul que ficou mais de uma semana, por uns dez dias lá, observando como funciona. É claro que estamos engatinhando nisso. Eu acho que seria importante uma visita também a esse centro tecnológico na Bahia, mas quero, aproveitando a presença da Senadora Gleisi, elogiar, de público, a iniciativa do Presidente da Itaipu à época, que nos recebeu de forma muito elegante, nos ajudou e colocou os professores à disposição para orientar.

Então, não é por acaso que Foz do Iguaçu, a cidade, no levantamento tem a qualidade da educação como uma das melhores no País. Esses professores todos receberam treinamento nesse centro de tecnologia. Há alunos que fazem toda a parte do trabalho de rede e de transmissão daquela região do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Então, eu penso que, principalmente na fronteira, Senador Otto, uma forma de se tirar as fronteiras das páginas policiais e colocá-la exatamente nas páginas do desenvolvimento e do progresso é fazer o investimento sobretudo na área de inovação, de informação, em centros tecnológicos, até para se qualificar mão de obra jovem, uma presa muito fácil do crime organizado.

Muito obrigado a V. Exª pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Waldemir Moka.

Com a presença do Senador Flexa Ribeiro, vamos ao Projeto de Lei do Senado 333, de 2012, do qual ele é o Relator. Não há quórum para deliberação, mas passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para que ele possa ler o relatório da matéria, até que possamos, com o quórum qualificado para votação, fazer a votação.

Recebi o telefonema do Senador Randolfe Rodrigues, que já está a caminho. Quando ele chegar, após a leitura do relatório do Projeto 333, passaríamos ao item 1, cujo Relator está a caminho.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Antes de o Senador Flexa iniciar seu relatório, sou Relator do item 4 e do item 13. Já fiz a leitura do Relatório do item 4; o item 13 é sobre rádio. Vou ter, daqui a pouco, uma reunião no Palácio do Planalto, que o Presidente fez em dois blocos da Base para conversar sobre as reformas. Assim, se pudesse, após a leitura do Flexa, fazer a inversão e eu fazer a leitura do relatório item 13...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Se o Flexa ceder a V. Exª, V. Exª pode ler o relatório. Já que leu o do item 4, vamos passar ao item 13, que V. Exª poderia ler sem nenhum problema.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado. Será um minuto.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 372, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE ITAMARACÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Groaíras, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação.

V. Exª pode ler, votaremos ao final.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 372, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Desenvolvimento Comunitário de Itamaracá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Groaíras, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O item 14 também é de V. Exª, sobre a mesma matéria.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 380, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL, AMBIENTAL E COMUNITÁRIA DE IPORÃ DO OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Vamos direto ao voto também.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 380, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural, Social, Ambiental e Comunitária de Iporã do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Agradeço ao Senador Valdir Raupp. A discussão e votação dessa matéria serão feitas quando o quórum estiver qualificado.

Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, de 2012

- Terminativo -

Inclui o parágrafo único no art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, e dá outras providências, para permitir aos usuários dos serviços de telefonia a plena fruição do princípio da liberdade de escolha de sua prestadora.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka, quero, antes de fazer a leitura do parecer, parabenizar V. Exª e o Senador Moka por sua eleição para presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal. Tive a alegria de ser presidido por V. Exª nos dois últimos anos, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Pela forma como V. Exª, com competência e determinação, presidiu aquela Comissão, tenho certeza absoluta de que, à frente da CCT, vai dar continuidade ao trabalho que foi desenvolvido pelo Senador Lasier, que presidiu na sessão legislativa passada. Parabéns, e que Deus abençoe a todos nós nesta Legislatura, nos dois anos que se iniciam agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado. Eu pergunto a V. Exª se a receita, a orientação ortopédica que eu dei a V. Exª surtiu efeito. V. Exª melhorou dos problemas que estava sofrendo nas articulações?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Otto, eu tenho que agradecer a Deus, em primeiro lugar, e a V. Exª. A minha sorte é que a minha consulta foi pelo SUS.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, estou aliviado. Tenho só que agradecer, porque V. Exª já fez melhorar uns 90% da dor que sentia no joelho, que era esforço de atleta. Então, aqui me coloco agradecido a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A minha esperança é que V. Exª fizesse uma consulta particular, mas já que apresentou a carteirinha do SUS, tive que atendê-lo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu a fiz pelo SUS, não é?

É lamentável que o Presidente Lula não use o SUS. Ele usa os melhores hospitais, quando diz que o SUS é de excelência. Nós queremos que ele o seja.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já tive oportunidade de atendê-lo pelo SUS na Bahia, uma vez. Não houve problema, não. Ele foi muito humilde.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu fui lá pela orientação de V. Exª e agradeço.

Agora, na Comissão de Meio Ambiente, eu comecei me dirigindo a V. Exª como "Velho Chico".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ao final, eu disse "Novo Chico". Agora, tenho de ver na CCT como é que vou me referir a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ontem, nós tivemos uma reunião que me deixou muito feliz, porque me parece que, realmente, o Governo vai fazer aquilo que precisa ser feito no Rio São Francisco.

O Rio São Francisco é praticamente uma coisa da minha vida, eu o conheci com 15 anos de idade, muito garoto, à beira do rio. Eu vi, ao longo dos anos, a degradação do rio, com erosão, com assoreamento, com desmatamento das nascentes, das matas ciliares. O vapor que saía de Pirapora para Juazeiro, hoje, não pode passar. Canoas encalham porque o rio está com uma profundidade muito pequena, ou seja, o calado do rio diminuiu muito.

Desde 2003, venho lutando para chamar a atenção das autoridades, para que possam começar a revitalização do Rio São Francisco, porque é o único manancial de água que pode suprir os Estados receptores das águas do rio, a Paraíba, o Agreste de Pernambuco, Alagoas, parte do Rio Grande do Norte e o Ceará. Parte do Sertão do Ceará, no Cariri, precisa muito dessas águas.

A transposição, que foi uma coisa correta feita pelo Presidente Lula, foi uma decisão política das mais acertadas para o Nordeste brasileiro, sem nenhuma dúvida. A transposição andou com a Presidente Dilma, mas nenhum dos dois Presidentes, nem o Presidente Lula, nem a Presidente Dilma, começou o que seria superimportante fazer, que seria a revitalização concomitante com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

transposição. Um paciente com hipovolemia, perdendo sangue, como o rio perde água, não pode doar sangue, como o rio não poderá doar as águas permanentemente.

Depois de muita luta, parece-me que o Governo Federal atual, com a reunião que tivemos ontem com o Ministro Helder Barbalho, vai tomar a decisão de publicar uma medida provisória criando um fundo que será alimentado, talvez, com recursos das hidrelétricas do Rio São Francisco. São seis hidrelétricas: Xingó, Itaparica, Sobradinho, Paulo Afonso I, II e III. A partir daí, esses recursos serão alocados no fundo, e haverá recursos para, permanentemente, fazer a revitalização dessa grande bacia, que tem 2.780Km. Nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, no Município de São Roque de Minas. Minas Gerais é a caixa d'água do Brasil porque manda água para todo canto. A maioria dos Estados, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, todos os Estados recebem água de Minas Gerais.

Ao longo da bacia inteira do rio, há graves problemas de erosão, de assoreamento, de desmatamento das fontes, das nascentes, das matas ciliares. Ontem, Senador Flexa, recebemos um relatório que é praticamente um atestado de óbito do rio. O mar já entrou 15Km no Rio São Francisco, já está na cidade de Propriá, em Sergipe, e na cidade de Penedo, em Alagoas. O principal sintoma de que um rio praticamente está na UTI é quando o mar começa a entrar em um grande rio, e já entrou 15Km.

Portanto, ou se toma uma providência para revitalizar o rio, ou os R$9 bilhões que foram colocados na transposição não servirão absolutamente de nada, no futuro. Vai chegar água agora, mas, pela projeção que estamos fazendo, em 2030 não chegará nem uma gota d'água à maior barragem do Brasil, a Barragem de Sobradinho, que acumula quase 40 bilhões de metros cúbicos de água; só o volume morto são cinco bilhões de metros cúbicos de água.

Eu luto por isso há muito tempo porque conheço o rio em toda a sua extensão. Se me perguntarem aqui onde nasce qualquer afluente, em Minas ou na Bahia, eu sei onde nasce, onde desemboca. Acompanho isso há muito tempo porque é a paixão da minha vida. Então, o meu sentimento, às vezes, me leva até a ser muito enfático e a falar isso com muita força, com muita veemência, exatamente por isto. Você não pode assistir, sendo baiano, e a maior extensão do rio passa na Bahia... A Bahia é um dos donos da bacia do rio, como é Minas; a produção da água é ali. Onde é que se produz água no rio? Em Minas e na Bahia. A partir dali, o rio só faz doar água. Então, vendo um ente dessa natureza, que passou esses anos todos fazendo o bem... O Rio São Francisco, para definir em poucas palavras, é como todo ente generoso: deu tudo de si e não recebeu nada em troca.

Então, é uma coisa que vejo com grande responsabilidade. Se o Governo não começar agora um projeto de revitalização, o rio estará morto em 2030. Não sei quem será o Presidente da República que vai colocar o epitáfio "aqui jaz o Velho Chico". Aliás, isso foi vaticinado, em 1972, pelo maior poeta de Minas Gerais, Carlos Drummond de Andrade. Segundo dizem, não sei se é verdade ou não, porque não tive essa oportunidade de conhecê-lo nem de conversar com ele, foi lá em Pirapora que ele, vendo o rio vaticinado a morrer, já em 1970, fez aquela belíssima poesia "E agora, José?":

Com a chave na mão
quer abrir a porta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

não existe porta;
quer morrer no mar,
mas o mar secou;
quer ir para Minas,
Minas não há mais.
José, e agora?

O José era o ribeirinho, que ele achava que no futuro não ia ter o peixe, não ia ter a canoa, não ia ter o barco, não ia viver mais daquilo que o rio podia oferecer às pessoas.

Então, é quase um sentimento emocional que trago comigo. E, realmente, se o Governo tomar essa decisão, vai tomar a decisão mais acertada em todos os tempos para o Nordeste brasileiro, que é iniciar de verdade a revitalização do Rio São Francisco. E ela pode ser feita tranquilamente utilizando a força dos Batalhões de Engenharia e Construção do Exército, o 4º BEC, que fica em Barreiras, e o 7º BEC, que fica no Rio Grande do Norte, que já tem *expertise* na revitalização do rio, pois já fez 20Km algum tempo atrás, que ficaram numa situação muito boa.

Ontem eu soube dessa notícia. Se realmente ela se confirmar, eu vou ter que bater palmas para o Governo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, V. Exª qualificou a sua defesa do São Francisco como veemente, e eu sou testemunha disso. Eu acho até que... Não sei se V. Exª foi batizado nas águas do Rio São Francisco, de tão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Onde eu nasci é bem distante do rio. Não tinha água e tomava banho de bacia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas todos nós também defendemos a...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu nasci em uma área em que há dez anos não chove, mas eu gosto de lá, porque lá eu nasci (*Fora do microfone*.). Então, aos 21 anos – eu era do quarto ano de Medicina, e o meu irmão Eduardo também fazia Medicina – isso em 1970, a água era muito pouca, e eu e o Eduardo tomávamos banho em bacia. A bacia era grande, e se tomava banho na bacia porque não tinha chuveiro. Então, nasci na região da seca. Há dez anos que não chove regularmente lá, mas acreditamos que um dia São Pedro vai se lembrar do Sertão da Bahia.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª me permite, Senador, entrar na conversa dos nordestinos?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Diga.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu tive de estar na Paraíba neste fim de semana, junto com o Presidente Lula, na inauguração...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Eu vi as imagens. Foi uma coisa belíssima.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Belíssima!

Eu conheço pouco o Nordeste brasileiro; conheci alguns Estados, não conhecia a Paraíba. É impressionante a forma como o povo recebe, a alegria que tem, mesmo com as dificuldades, e o reconhecimento do que foi a transposição do São Francisco.

V. Exª está falando das dificuldades, dos problemas que há – acho que temos de avançar –, mas a alegria de saberem que naquela região em que o rio estava praticamente seco...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Todo seco.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...todo seco vai ter água de novo, vai verter, é uma coisa impressionante.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não foi uma decisão acertadíssima do Presidente Lula fazer a transposição?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E o carinho daquela gente com ele foi muito legal, muito legal!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É porque nordestino é assim: tira tudo da gente, mas não tira a alegria de jeito nenhum. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É só felicidade.

Deixe-me perguntar, Sr. Presidente. Sei que V. Exª está esperando o Senador Randolfe. Na realidade, vim a esta reunião hoje – sou suplente da Comissão – exclusivamente por conta desse projeto que o Senador Randolfe relata. A minha preocupação é que temos reunião da CCJ agora, sou titular e tenho de ir para lá daqui a pouco. Será que não dá para gente iniciar a leitura? A hora em que ele chegar, eu passo a leitura para ele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vou passar a palavra ao Senador Flexa, ele faz a leitura do relatório do item 3 e, depois, V. Exª faz a leitura do item 1.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu inicio e, quando o Senador Randolfe chegar, passo para ele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está certo.

Senador Flexa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Retornemos à pauta, Sr. Presidente.

Parecer do PLS nº 333, de 2012.

É submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 333, de 2012, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que inclui parágrafo único no art. 3º da Lei Geral de Telecomunicações (LGT).

O projeto pretende tornar facultativa a marcação, pelo usuário, do Código de Seleção de Prestadora (CSP), a cada chamada de longa distância por ele realizada. Esse código de seleção é o código que, para se fazer uma ligação de longa distância, tem-se de escolher a operadora que mais lhe convém. Esse número identifica as operadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades de Longa Distância Nacional e Internacional (LDI), hoje responsáveis pelo "completamento" desse tipo de ligação, tanto na telefonia fixa quanto na telefonia móvel. Para tanto, a proposta possibilita a pré-seleção da prestadora responsável pelo "completamento" das chamadas de longa distância, de modo que todas as suas ligações sejam completadas pela mesma prestadora.

O autor argumenta que, embora haja um grande número de CSPs à disposição do usuário, 95% das chamadas de longa distância são realizadas por apenas cinco operadoras, sendo que as duas maiores realizam 75% das ligações. Isso demonstraria a – aspas – "desnecessidade de marcação chamada a longa distância do CSP como forma de se promover a competição e a oferta de serviços a preços mais razoáveis para o usuário". Fecho aspas.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

A Lei Geral de Telecomunicações determina competência da Anatel para organizar a exploração dos serviços de telecomunicações, disciplinando e fiscalizando sua execução. Atribui à Anatel, entre outras, as seguintes competências:

> Art. 19. À Agência compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade, e especialmente:
> I - implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de telecomunicações;
> .....
> IV - expedir normas quanto à outorga, prestação e fruição dos serviços de telecomunicações no regime público;
> .....
> XIV - expedir normas e padrões que assegurem a compatibilidade, a operação integrada e a interconexão entre as redes, abrangendo inclusive os equipamentos terminais;
> .....

Esses dispositivos evidenciam a tendência à prática da "deslegalização", surgida com a criação das agências reguladoras. Trata-se de opção de política legislativa por meio da qual o Poder Legislativo limita-se a estabelecer princípios e normas gerais, deixando para o órgão regulador a tarefa de dar concretude e eficácia a esses preceitos mediante a edição de normas de conteúdo específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No que respeita às chamadas de longa distância, a LGT conferiu o direito de o usuário escolher a prestadora do serviço. Foi a partir desse dispositivo legal que o órgão regulador estabeleceu no Regulamento a possibilidade de escolha, pelo usuário, de sua operadora de telefonia fixa para as chamadas de longa distância, tanto nacionais quanto internacionais, de forma a incrementar a competição no segmento.

Há cerca de quatro anos, por ocasião da proposta de revisão do Regulamento de Numeração do STFC, o Conselho Diretor da Anatel travou uma discussão sobre o modelo de seleção de prestadora, de forma a contemplar modificações na atribuição dos recursos de numeração a ele associados. Isso porque, dos 72 CSPs possíveis, de acordo com a regulamentação ora vigente, 61 já haviam sido designados às concessionárias e autorizadas.

Naquele debate, restou evidenciada a concentração de mercado nas chamadas de longa distância, notadamente de longa distância nacional, em apenas seis operadoras.

A Anatel entendeu, todavia, que não seria conveniente modificar a atual sistemática de seleção, pois a eventual adoção de um modelo de pré-seleção demandaria a implementação de medidas complexas que envolveriam alterações no arcabouço regulatório, com sensíveis implicações à prestação do serviço e à competição.

Diante disso, em vista dos aspectos técnicos envolvidos na definição do modelo, entendo que a matéria deva ser disciplinada pela agência reguladora, não sendo conveniente fixar em lei o modelo de seleção das prestadoras do serviço de chamadas de seleção.

Voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2012.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Gostaria de pedir vista do relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senadora. Concedida vista à Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Coletiva, a pedido do nobre Senador Pedro Chaves.

Eu passo a palavra agora – nós não temos quórum para deliberação, esperamos ter dentro de pouco tempo – ao Senador Randolfe Rodrigues para esse item não terminativo que, como tal, poderemos deliberar, até porque ele será encaminhado à Comissão, se não me engano, de Assuntos Econômicos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Meio Ambiente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Otto, Presidente desta Comissão, agradeço a V. Exª, aliás, agradeço em dobro a V. Exª. O engarrafamento tinha me impedido de chegar até então aqui, mas, pela condescendência sua e dos demais colegas desta Comissão, poderei, ainda a tempo, fazer a leitura desse importante projeto, dessa importante matéria para a ciência e para a tecnologia em nosso País.

Sr. Presidente, submetem-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 70, de 2014 (Projeto de Lei nº 6.602, de 2013, na origem), de autoria do Deputado Ricardo Izar, e os Projetos de Lei do Senado (PLS) nº 438, de 2013, do Senador Valdir Raupp, e nº 45, de 2014, do Senador Alvaro Dias. As proposições tramitam em conjunto em razão do Requerimento nº 181, de 2015, e, na sequência, serão examinadas, como V. Exª já destacou, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O primeiro artigo do PLC altera o art. 14 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para vedar a utilização de animais de qualquer espécie em atividades de ensino, pesquisa e testes laboratoriais que visem à produção e ao desenvolvimento de produtos cosméticos e de higiene pessoal e perfumes quando os ingredientes tenham efeitos conhecidos e sabidamente seguros, enquanto no caso dos ingredientes terem efeitos desconhecidos, a vedação vigorará por até cinco anos, contados do reconhecimento de técnica alternativa capaz de comprovar a segurança para o uso humano.

Além disso, o art. 1º determina que: as técnicas alternativas internacionalmente reconhecidas serão aceitas pelas autoridades brasileiras em caráter prioritário.

Os artigos seguintes modificam a Lei nº 11.794, de 2008, para aumentar o valor das multas referentes às penalidades administrativas no caso de instituições e pessoas físicas, respectivamente.

O art. 4º estabelece que a lei resultante do projeto entrará em vigor após noventa dias de sua publicação.

Os demais PLS tratam do mesmo tema.

Partindo, então, diretamente para a análise, Sr. Presidente.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 104-C, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal...

Com relação ao mérito, as três proposições em análise buscam impedir a utilização de animais em testes de produtos cosméticos.

Desse modo, as proposições não apenas cumprem o princípio ético de evitar maus-tratos a outras formas de vida decorrentes do teste de cosméticos como também ajudam a promover as exportações brasileiras para a União Europeia e outros países relevantes no Comércio Global que eliminaram essas práticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

No presente caso, devemos aprovar o PLC nº 70, de 2014, por ser mais detalhado e proteger de forma mais ampla os animais, restando prejudicados os outros dois projetos. Devemos ressaltar, todavia, o empenho dos Senadores Valdir Raupp e Álvaro Dias em sua preocupação com a vedação aos maus-tratos aos animais.

Estes projetos de lei visam a acabar com essa infame prática que é condenada pela opinião pública em nosso País.

Com relação ao mérito, os projetos em apreciação são uma resposta do Congresso Nacional a uma demanda da sociedade que teve seu epicentro desencadeado após o resgate dos cães da raça *beagle* do Instituto Royal. O evento causou comoção nacional e chamou atenção para os maus-tratos infligidos aos animais em testes de laboratório.

Em setembro de 2013, após denúncias de maus-tratos em animais usados em pesquisas e testes de produtos farmacêuticos e cosméticos - incluindo cães da raça *beagle*, camundongos e coelhos -, ativistas passaram a protestar em frente ao Instituto Royal. Os manifestantes acusaram o instituto de usar métodos cruéis na realização de experimentos. Já no dia 12 de outubro, ativistas se acorrentaram no portão da unidade e prometeram ficar no local até terem uma lista de reivindicações atendidas. Na época, representantes do laboratório conversaram com os manifestantes, mas, segundo uma das organizadoras do protesto, não houve acordo.

O movimento ganhou adesões após notícias se espalharem nas redes sociais de que o Instituto Royal estava preparando a retirada e o sacrifício dos animais da unidade. Na madrugada do dia 18 de outubro, cerca de cem ativistas ocuparam o instituto e retiraram do local 178 *beagles* e sete coelhos. Na época, constatou-se toda sorte de maus-tratos: fotos de animais congelados em freezers, amputados, sem alojamento e alimentação totalmente inadequada.

Eu queria, Sr. Presidente, só para registro, trazer neste meu relatório algumas das fotos do ocorrido naquele 18 de outubro de 2013, aqui citado. São fotos que mostram a crueldade com que animais eram tratados: coelhos acorrentados, animais congelados e animais sacrificados até a morte. Enfim, as fotos do ocorrido, trazidas por ativistas, dão conta do nível a que pode chegar a crueldade praticada em animais, nesses exames laboratoriais e cosméticos. As fotos continuam mostrando animais mutilados de toda forma, utilizados da pior maneira que qualquer ser vivo poderia ser tratado.

Sr. Presidente, a prática de utilização de testes em animais para fabricação de cosméticos já foi banida no exterior em pelo menos 37 países: União Europeia, Índia, Israel, Noruega, Suíça, Nova Zelândia, Coreia do Sul, Guatemala, Taiwan, Turquia, Estados Unidos, Austrália, Rússia, Argentina, Canadá e Chile estão também discutindo legislações semelhantes.

Cada vez mais, Sr. Presidente, fotos como esta, de utilização de animais como cobaias, de maus-tratos e mutilação com animais para a produção de cosméticos e de produtos de beleza individual, têm sido banidas em todo o mundo.

Isso é mais do que natural. A humanidade evolui. Há dois mil anos, parte da humanidade se divertia colocando humanos para se digladiarem até a morte no Coliseu. A humanidade compreendeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

que essa era uma prática que deveria ser banida. O que nós estamos querendo legislar aqui é um instrumento legal que no futuro diga, compreenda que o que é feito na atualidade em nosso País na produção de cosméticos, no tratamento com animais, é uma prática tão condenável como era, há dois mil anos, a exibição de humanos para o conflito até a morte em coliseus.

Sr. Presidente, continuo a leitura do relatório.

Testes em animais mais caros e mais longos, como os testes de carcinogenicidade e de toxicidade reprodutiva, são raramente realizados para cosméticos, a menos que haja uma preocupação específica indicada nos testes de curto prazo. No entanto, em tais casos, a propensão da empresa de cosméticos em abandonar o uso de tal ingrediente é maior do que a possibilidade de realização de novos testes, simplesmente porque o risco de expor consumidores a um novo ingrediente que é potencialmente cancerígeno ou tóxico para a reprodução não vale à pena.

Mais adiante no relatório – para resumir a sua leitura – nós citamos o acordo de mútua aceitação de dados do Conselho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em que o Brasil já reconhece dados obtidos por meio dos métodos alternativos disponibilizados pela OCDE. Ou seja, existe uma convenção internacional sobre a existência de métodos alternativos para a produção que não necessitem o sacrifício e a utilização de animais.

Apresentamos aqui a Resolução Normativa nº 18, de 24 de setembro de 2014, do Conce, que tornou obrigatória a implementação de 17 métodos alternativos (relevantes para cosméticos, mas também para outros setores) no País. No Brasil, essa convenção passa a valer a partir de 2019. Desde 2012, Sr. Presidente, o Ministério da Ciência e Tecnologia criou a Rede Nacional de Métodos Alternativos acelerar o desenvolvimento desses métodos em nosso País.

Como foi dito, a testagem em tecidos humanos mantidos em laboratório representa muito mais acurácia de resultados, pois não há diferença interespecífica (entre espécies diferentes, como roedores, utilizados em testes, e humanos, destinatários finais dos cosméticos).

A propósito, embora a Constituição vede a comercialização de tecidos humanos, vale observar, como destacou o próprio Concea, que "a vedação constitucional à comercialização de tecidos humanos não impede a sua realização, pois pode-se cobrar pelo processamento dos tecidos e pela execução do teste, mas não cobrar pelo tecido humano em si", à similaridade do que ocorre em sangue e hemoderivados: a coleta, processamento e armazenamento são cobradas, muito embora o sangue em si não seja comercializado. Essa perspectiva é confirmada pela manifestação do órgão competente do Ministério de Ciência e Tecnologia brasileiro.

É oportuno destacar, Sr. Presidente, que a própria Anvisa, que demonstrou resistência à matéria em discussão, estima que menos de 0,1% dos cosméticos aprovados anualmente são testados em animais.

Desse modo, a manutenção de tais testes abomináveis é uma ofensa frontal ao preceito constitucional insculpido no art. 225, VII, da Carta Magna, segundo o qual são “vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

submetam os animais a crueldade". Isso porque maus-tratos a animais já seriam questionáveis, sob a ótica constitucional e ética, inclusive quando houvesse consenso sobre a necessidade de tais testes, mas é certo que, uma vez havendo certeza da sua desnecessidade, a inconstitucionalidade é patente, incontroversa sob o mais frouxo parâmetro de controle que se leve em conta.

Citamos várias outras resoluções existentes inclusive na comunidade internacional, no sentido de abolir a prática de testes em animais.

Já partindo diretamente à análise.

Por derradeiro, consideramos oportuna a adoção de uma excepcionalíssima cláusula derrogatória, à similaridade da existente no Regulamento Europeu, com vistas à autorização extraordinária de tais testes, por parte da autoridade sanitária nacional, em circunstâncias em que surjam graves preocupações no que diz respeito à segurança de um ingrediente cosmético, sempre após ampla consulta à sociedade civil, desde que as seguintes condições estiveram simultaneamente satisfeitas:

A. Tratar-se de ingrediente amplamente utilizado no mercado e que não possa ser substituído por outro capaz de desempenhar função semelhante;

B. Detectar-se um problema específico de saúde humana relacionado ao ingrediente, de modo fundamentado;

C. Inexistir método alternativo hábil a satisfazer as exigências de testagem.

Há uma questão de técnica legislativa no que respeita à ementa do PLC nº 70, de 2014; ela requer ajuste redacional para espelhar adequadamente a redação resultante das alterações aqui apresentadas e, ainda, atender o requisito técnico de concisão.

Todas as demais modificações sugeridas ao PLC nº 70, de 2014, podem ser realizadas por meio de emenda ao seu art. 1º.

Indo para o voto.

Diante do exposto, votamos pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 438, de 2013, e nº 45, de 2014, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014, com as seguintes emendas:

A emenda que passamos, que é de técnica legislativa, em que destacamos o seguinte:

"Altera a Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais visando ao desenvolvimento de produtos de uso cosmético."

O art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014, passa a ter a seguinte redação.

No art. 3º nós destacamos quais passam a ter a proibição de vedação e no art. 14 nós ampliamos o leque da vedação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ao art. 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014, destacamos a seguinte redação:

"Art. 4º. Esta Lei entra em vigor após decorridos três anos da data de sua publicação.

§1º Em relação aos produtos acabados, a vigência das proibições constantes desta Lei possui eficácia imediata."

Quero destacar esta mudança que aqui alteramos. Nós passamos: em relação a produtos acabados, a vigência dessa proibição, tão logo seja sancionada essa lei, passa a ter eficácia.

"§2º A vedação à comercialização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, bem como dos ingredientes que os compõem, que hajam sido testados em animais não incide sobre os produtos e substâncias testados até o término do período constante do *caput*."

Incluindo esses dois parágrafos no art. 4º, nós mantemos o prazo que foi proposto no projeto de lei da Câmara, para que a indústria possa se adequar, mas também destacamos que, de acordo com resoluções já vigentes da Anvisa, de acordo com resoluções de que o Brasil é signatário, da Organização Mundial do Comércio, nós destacamos que, devido a esse arcabouço legislativo de que o Brasil é signatário, já existente, a eficácia dessa lei deve ser imediata, logo após a sua publicação, pois não se justifica a continuação de métodos tão cruéis quanto esse que foi destacado, no caso Beagle, e tantos outros que ainda subsistem em nosso País.

Sr. Presidente, é esse o nosso parecer pela aprovação do projeto de lei da Câmara, com as alterações que aqui apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Randolfe Rodrigues.

Eu coloco a matéria em discussão.

Para discutir, a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Pedro Chaves.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Eu, em primeiro lugar, queria parabenizar o relatório do Senador Randolfe Rodrigues, feito de forma muito cuidadosa, aprofundada, e que realmente ajuda o PLC 70 a cumprir sua função. O projeto, de fato, avança muito na legislação, mas tinha algumas margens para interpretações que poderiam levar ainda à utilização de animais para testes de cosméticos e outros. Então, se nós aprovarmos o relatório tal qual o Senador Randolfe Rodrigues apresentou a esta Comissão, nós vamos estar seguindo exemplos de proibição existentes em Estados como São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná – o meu Estado –, Pará, Amazonas e em outras 37 grandes economias do mundo. Então, de fato, o Brasil vai se equiparar a uma legislação avançada, em relação à proteção dos animais, com a proibição da utilização de animais em testes farmacêuticos por empresas farmacêuticas e de cosméticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que essa é uma matéria que tem sido muito discutida no nosso País, nas redes sociais, com os movimentos, com as sociedades de proteção aos animais, mas também nas universidades, e tem a ver com a ética do cuidado. O uso de testes em animais, por empresas farmacêuticas e de cosméticos em geral, é uma prática condenável, como eu já disse, nas maiores economias do mundo.

Eu queria fazer algumas considerações, aqui, para que nós tenhamos isso de forma muito clara, porque podem surgir argumentos de que são importantes os testes, principalmente na área farmacêutica, para salvar vidas humanas. E eu queria começar, aqui, com uma declaração do Dr. Albert Sabin, que falou que:

> '[...] pesquisas em animais prejudicaram o desenvolvimento da vacina contra a pólio. A primeira vacina contra pólio e contra raiva funcionou bem em animais, mas matou as pessoas que receberam a aplicação. Albert Sabin reconhece que o fato de haver realizado pesquisas em macacos Rhesus atrasou em mais de 10 anos a descoberta da vacina para a pólio.'
> 'As perigosas drogas Talidomida e DES foram lançadas no mercado depois de serem testadas em animais. Dezenas de milhares de pessoas sofreram com o resultado. [Aliás, nós acompanhamos essa situação e acompanhamos ainda as vítimas da Talidomida.]
> Já existem inúmeros métodos substitutivos [Sr. Presidente] eficientes e eficazes que podem e já estão sendo usados nessa área [na área de testes farmacêuticos e de cosméticos]. Isso sem falar dos modernos processos de análise genômica e sistemas biológicos *in vitro*, que vêm sendo muito bem utilizados por pesquisadores brasileiros. Sem falar que culturas de tecidos, provenientes de biópsia, cordões umbilicais ou placentas descartadas, dispensam o uso de animais. Vacinas também podem ser fabricadas a partir da cultura de células do próprio homem.
> A vivissecção envolve basicamente interesses financeiros e políticos, e nem tanto científicos como se pensava. [Vivissecção é a dissecação de animais vivos para estudos.]
> Quando um medicamento chega ao mercado, são os consumidores as primeiras cobaias de fato, independentemente da quantidade de testes conduzida previamente em animais. Somente os humanos podem exibir efeitos desejáveis ou colaterais na espécie para qualquer substância testada. A indústria vivisseccionista não apenas coloca em risco nossas vidas como impede que outras vidas sejam salvas.
> Seguem alguns dados, [Sr. Presidente]:
> Várias diretrizes da União Europeia foram firmadas com o propósito de abolir os testes com animais, dentre eles o terrível DL 50. Trata-se, portanto, de uma tendência mundial, em que a preocupação com o bem-estar dos animais de laboratório provoca discussões éticas no meio acadêmico e científico.
> Na Europa muitas faculdades de medicina não utilizam mais animais, nem mesmo nas matérias práticas como técnica cirúrgica e cirurgia, oferecendo substitutivos em todos os setores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

> Na Inglaterra e Alemanha, a utilização de animais na educação médica foi abolida. Sendo que na Grã-Bretanha (Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda) é contra a lei estudantes de medicina praticarem cirurgia em animais. Note-se que os médicos britânicos são comprovadamente tão competentes quanto quaisquer outros.
> A produção de anticorpos monoclonais por meio de animais foi banida na Suíça, Holanda, Alemanha, Inglaterra e Suécia.
> Na Itália, entre 2000 e 2001 mais de um terço das universidades abandonaram a utilização de animais para fins didáticos. A Província de Sul de Tirol, Itália, proibiu a experimentação em animais ao longo de seu território.
> Nos EUA, mais de 100 faculdades de Medicina (70%) não utilizam animais vivos nas aulas práticas. As principais instituições de ensino da Medicina, como a Harvard, Stanford e Yale julgam os laboratórios com animais vivos desnecessários para o treinamento médico.
> A abolição total dos testes em animais depende única e exclusivamente de nós consumidores. Hoje, com as informações disponíveis, podemos escolher entre produtos testados e não testados em animais. Nós devemos pressionar e exigir o fim da utilização de animais pelas empresas que ainda insistem em utilizar esse método retrógrado, ineficiente e cruel. Mas, mais importante ainda, é fazer com que as indústrias saibam do nosso descontentamento com seus métodos de pesquisa. Não adianta parar de usar um produto sem comunicar a empresa sobre as razões que motivaram essa decisão. Como consumidores, devemos exigir que nossas dúvidas (...)
> Como consumidores, devemos exigir que nossas dúvidas sejam devidamente sanadas, uma vez que toda e qualquer empresa tem o dever de nos informar sobre o produto que estão vendendo, desde a matéria-prima, fabricação, até os testes.

Eu tenho aqui, Sr. Presidente, a descrição de vários testes que são comumente feitos em animais. São terríveis! Vai do teste de irritação dos olhos, em que o coelho é muito usado, porque ele tem olhos grandes; há a irritação dermal; esse teste LD 50, que foi criado em 1920 e serve para medir a toxidade de certos ingredientes, causa convulsões, diarreia, dispneia, coma e morte nos animais. Nós não precisamos disso para testar os nossos produtos e nem para nós consumirmos. Podemos dar um passo, avançando na nossa qualidade de seres humanos e não deixando que os animais sofram esse tipo de crueldade.

Portanto, Sr. Presidente, queria pedir, junto com o Senador Randolfe, que fez brilhante relatório, a aprovação desse projeto de lei com as alterações sugeridas pelo Senador Randolfe. Não tenho dúvidas de que vamos estar inseridos nas legislações mais avançadas existentes que dispõem sobre o tema.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu caro Relator, eu gostaria apenas de questionar o projeto de lei da Câmara no §15, nas alíneas "a", "b" e "c".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Parece-me que aí abre exceções que eu acho extremamente perigosas, porque às vezes, no Brasil, trabalha-se muito mais com as exceções do que com a regra. Aqui fala-se, inclusive, como exceção: "Tratar-se de ingrediente amplamente utilizado no mercado e que não possa ser substituído por outro capaz de desempenhar função semelhante", então está admitindo a utilização de animais. Segundo: "Detectar-se um problema específico de saúde humana relacionado ao ingrediente, de modo fundamentado". E o "c": "Inexistir método alternativo hábil a satisfazer as exigências de testagem". Se a gente pudesse melhorar a redação talvez desses itens a, b e c.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª gostaria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sim, sim, Presidente.

Senador Pedro Chaves, quero agradecer o questionamento de V. Exª, agradecer também as colocações da Senadora Gleisi. Na verdade, a Senadora Gleisi teria também toda... Ela tem se destacado aqui entre nós pela causa de proteção aos animais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com algum exagero, porque é contra a vaquejada.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sem exagero nenhum, sem exagero nenhum. Podemos rediscutir isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É contra a vaquejada...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sem exagero.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas, Senador Pedro Chaves, o dispositivo destacado por V. Exª nós reproduzimos do regulamento da União Europeia. E a aplicação desses dispositivos... Na verdade, a alínea "a", "Tratar-se de ingrediente amplamente utilizado no mercado e que não possa ser substituído por outro"; alínea "b", "Detectar-se um problema específico de saúde humana relacionado ao ingrediente, de modo fundamentado"; e a alínea "c", "Inexistir método alternativo hábil a satisfazer as exigências de testagem", a condição de aplicação desses dispositivos é excepcionalíssima, ou seja, é a exceção da exceção. Como o próprio dispositivo diz, é uma cláusula derrogatória. E nós a trouxemos para esse projeto de lei assimilar o que existe no regulamento europeu, com vistas a estabelecer autorização extraordinária de tais testes. Ou seja, nós abrimos essa situação para um caso de, digamos, extrema calamidade pública, para um caso de gravíssimo risco sanitário, em que esteja sob risco a saúde da população e que seja necessário retomar esse tipo de teste, esse tipo de exame.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós trouxemos algo já existente na legislação mundial, notadamente, repito, na legislação europeia para, em casos excepcionalíssimos, a comunidade científica, a pesquisa poder abrir mão de reutilizar esses testes. Seria, entre esses excepcionalíssimos, um caso de calamidade pública, de gravíssima crise sanitária, de não ocorrência nem de pesquisas em testes de outra fórmula que não seja necessária a reutilização dessas práticas em testes cosméticos.

Não sei se esclareci, mas a ideia é esta: trazer um dispositivo já existente na legislação internacional que só seria aplicado em casos excepcionalíssimos.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – A minha preocupação, Senador, é que o Brasil trabalha muito com a exceção, muito pouco com a regra. A própria Lei de Diretrizes e Bases dizia: o ensino superior será ministrado em universidades, excepcionalmente em instituições isoladas. E 70% são instituições isoladas. Quer dizer, a gente vai muito pela exceção. Mas eu acolho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Entendo a preocupação de V. Exª, eu até exulto, mas colocamos uma escala para ficar bem claro, bem caracterizado na lei qual seria a situação que ocorreria, primeiro: "Tratar-se de ingrediente amplamente utilizado no mercado e que não possa ser substituído por outro capaz." Vou dar um exemplo concreto: uma gravíssima epidemia de zika vírus, sendo que o princípio ativo seja derivado somente daquele ingrediente, que essa epidemia já tenha trazido consequências gravíssimas para a população e que não haja alternativa. Com o pressuposto na legislação, o Estado brasileiro não poderá autorizar o que não estiver claramente destacado nessa exceção.

É óbvio. Eu concordo plenamente com V. Exª. O ideal seria que nós não tivéssemos exceção, mas é um tipo de situação em que considero necessário a legislação prever, visto que algum caso de calamidade dessa natureza, algum caso excepcionalíssimo dessa natureza poderia representar risco à saúde humana, sendo que nessa situação fosse necessário voltar a utilizar isso.

Parece-me que da forma como colocamos os dispositivos, inclusive reproduzindo a legislação europeia, fica claro que é um caso de exceção, mas comungo da preocupação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Pedro Chaves, V. Exª então se dá por satisfeito com a explicação dada pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Relator, Senador Randolfe Rodrigues, e os autores dos projetos, o que foi utilizado pelo Senador Randolfe para o seu parecer, do Deputado Ricardo Izar, mas também dos Senadores Alvaro Dias e Valdir Raupp, que apresentaram projeto no mesmo sentido.

Creio que o caminho da não utilização de animais para testes de produtos cosméticos é importante, tanto que já foi proibida em 37 países, como disse o Relator, e em alguns Estados do nosso País, inclusive no Estado do Pará, que já fez uma lei que não permite a utilização de animais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, somos a favor do projeto. Vamos votar favoravelmente, Senador Randolfe, mas queremos registrar aqui algo que precisa ficar corrigido e firmado para tudo, não só para essa questão do impedimento da utilização de animais para testes: é a questão da forma como os ativistas se colocaram para tentar fazer o que hoje estamos fazendo aqui.

O caminho natural e normal é o Congresso ou as Assembleias, como os Estados fizeram: vamos aprovar a lei que não permite a utilização dos animais. Para que fosse talvez chamada a atenção a isso – alterar a legislação –, houve a invasão do laboratório de pesquisa, em que foram perdidas as pesquisas que estavam feitas há muitos anos, como também o mesmo fato ocorreu, parece-me, no Rio Grande do Sul, no laboratório da Embrapa, que também foi quebrado pelos ativistas do MST, jogando fora pesquisas que estavam sendo desenvolvidas há décadas.

Então, é importante que os ativistas podem e devem – o ativismo é importante em qualquer setor, o papel deles deve ser respeitado e apoiado –, agora, quanto aos meios que eles utilizam, não devemos defender o tipo de ação que aqui foi utilizada no laboratório.

Quanto ao mérito do projeto, somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, Sr. Presidente, cumprimentar V. Exª – eu ainda não tinha tido a oportunidade de cumprimentá-lo pela eleição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Minha ausência era justificada. Como eu estava com um problema muito grave em família, não pude estar aqui.

Quero cumprimentar os colegas e dizer que acho muito importante que comecemos os nossos trabalhos aqui, nessa retomada, com a apreciação desse projeto.

Não estamos falando de qualquer matéria. Eu queria levantar um aspecto: quase 2% do PIB brasileiro está diretamente vinculado a essa atividade que estamos discutindo. São centenas de bilhões de reais por ano que a indústria cosmética e de higiene pessoal movimenta. Não é qualquer coisa.

Estamos acabando de nos deparar com essa operação, que, para mim, tem sido um desastre para um setor importantíssimo da economia, que fragiliza os produtores, criadores, por conta de ações isoladas que foram transformadas como ações de um setor tão importante para o Brasil, como é o agronegócio. Nessa área, eu acho que hoje, Senador Randolfe – a Senadora Gleisi depurou mais –, estamos dando uma segurança ao setor, porque imagine – o Brasil é o terceiro mercado da indústria cosmética do mundo, movimenta centenas de bilhões de reais por ano – uma notícia de que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produtos cosméticos brasileiros estão sendo utilizados e fabricados a partir de maus-tratos. Uma marca dessa inviabiliza o mercado. Acaba.

Estou associando este caso com a história da Carne Fraca e acho que esse é o papel da legislação e dos legisladores – dar segurança jurídica para quem quer produzir, industrializar, tratar os produtos. É óbvio que a tal da Operação Carne Fraca poderia ter sido simples. Se é um problema de segurança alimentar, de risco para a população, não se pode esperar dois anos para depois fazer um espetáculo desse, como todo mundo está criticando – aja imediatamente.

Acho que estamos agindo preventivamente. Parabenizo os colegas todos.

O Brasil tem um potencial enorme. Mais de 70% da base dos medicamentos de câncer – V. Exª é médico – e também de produtos cosméticos, muito mais, vêm da natureza, podem ter a base usando a biodiversidade. Nós aprovamos lei de ciência de tecnologia de acesso... V. Exª trabalhou... Nós estamos criando mecanismos. Por que fazer uso de sacrifícios e maus-tratos de animais para uma indústria que não para de crescer, é a que mais cresce. A indústria cosmética teve uma retração nos últimos dois anos, pela primeira vez em 20 anos, mas ela cresce sempre acima de 10%, 15%.

Então, acho muito importante esta matéria. Já estou me credenciando para ser o relator lá na Comissão de Meio Ambiente para poder dar celeridade à matéria e para que ela possa chegar o quanto antes ao Plenário, a fim de darmos uma satisfação a todo mundo.

É claro que há risco. Todos nós usamos o desodorante, o sabonete, o creme; todos nós estamos, de alguma maneira, em contato direto com os produtos que saem dessa indústria. Então, o Senado hoje trabalha para dar uma segurança em um aspecto muito importante. Porque, do meu ponto de vista, por mais que esteja aqui colocado que é uma minoria da minoria que faz uso dessa prática, mas há alguns que querem, talvez de alguma maneira disfarçada... Porque acabei de ser informado também que eles usam isso como propaganda, dizendo: "Nós não usamos animais nos testes dos nossos produtos." Ora, mas isso não pode ser objeto de propaganda de uma indústria cosmética: que não usa, porque alguém usa.

O certo é darmos a segurança definitiva nesse aspecto e concordarmos com as entidades que já trabalham, que têm similar, que não precisam do uso de animais, como já há na União Europeia, em vários países, como a Coreia, que tem avançado muito nessa indústria cosmética. Talvez seja o lugar que mais tenha avançado nos últimos anos. Eles têm muitas possibilidades que passam longe da utilização de maus-tratos a animais para o desenvolvimento da indústria cosmética.

Então, parabéns! Este PLC 70, de autoria do Deputado Ricardo Izar, merece os votos de todos nós, porque ele ajuda o País a se desenvolver, mas se desenvolver com os fundamentos do século XXI, e não com os seus primórdios, que nos envergonharam tanto, como disse em seu relatório o querido amigo Senador Randolfe, que está aqui ao meu lado.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

Coloco em votação o relatório proferido pelo nobre Senador Randolfe Rodrigues.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero parabenizar o Senador Randolfe Rodrigues e concordar com o seu relatório, porque realmente é uma matéria importante, e eu conheço muito bem essa situação.

Creio que nós marcamos um momento importante para preservação e cuidados com os animais nesses testes cosméticos. Espero que, na Comissão de Meio Ambiente, o Senador Jorge Viana, dando celeridade ao projeto, possa vigorar para proteger os animais.

E eu queria colocar em votação aqui dois...

Senador Moka.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, eu queria só registrar e agradecer a V. Exª...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Embora a votação seja simbólica, eu quero registrar o meu voto "sim", dizendo realmente que o projeto tem um alcance muito grande e é importante. Eu acho que nós vamos ficar com uma legislação segura e vamos realmente acabar com qualquer tipo de risco que se possa ter.

Então, eu acho importante.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Será registrado o voto favorável do Senador Moka, bem como da Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu quero só parabenizar a Comissão por esse avanço importante que nós tivemos. Nós estamos equiparando a nossa legislação às legislações mais avançadas do mundo e quero aqui cumprimentar todas as pessoas que lutam em defesa dos animais, da causa animal, que estão presentes aqui e que se articularam muito para que a gente conseguisse a aprovação desse relatório hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, da mesma forma eu queria agradecer a todas as colegas e os colegas desta Comissão, a V. Exª pela celeridade em pautar e enfrentar este tema nesta Comissão.

Esta Comissão de Ciência e Tecnologia deu um passo importantíssimo, não só para a nossa economia, mas também para a compreensão de que nós, no mundo, temos de ter uma convivência harmônica com os outros seres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Eu vou colocar em votação dois requerimentos, ambos da minha autoria. O primeiro requerimento:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 1, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Exmo. Ministro de Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações, Sr. Gilberto Kassab, para que compareça à Comissão, a fim de apresentar as ações do Governo Federal na sua área de atuação.

Autoria: Senador Otto Alencar

O comparecimento será na próxima quarta-feira.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, aprovado o requerimento.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 2, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 96- B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, selecione, como política pública a ser avaliada no âmbito do Poder Executivo, as ações e execuções de todos os programas relacionados à Banda Larga.

Autoria: Senador Otto Alencar

E eu pergunto aos Srs. Senadores se concordam. Se concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a concordância que eu considero importante do Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Inclusive, se V. Exª não for tratar desta matéria, eu me candidato para ser o sub.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, sem dúvida nenhuma.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Porque eu acho da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Claro, claro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós estamos às vésperas do 5G e temos que tratar a banda larga.

V. Exª, mais uma vez, está de parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado. Eu sei que vou contar com o apoio integral de V. Exª.

Portanto, estão aprovados os dois requerimentos.

Eu pediria ao Senador Flexa Ribeiro, se possível, relatar um item 10 da pauta, que diz respeito ao Projeto nº 41, de 2016.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 41, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM COLINA DO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Una, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Gladson Cameli

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Esta rádio é lá no extremo sul de Una, onde se produz uma das frutas que mais admiro que é o mangostim. Não sei se as pessoas... Há também no Pará? Há no Pará, Paulinho?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, eu passo a palavra a V. Exª, como Relator *ad hoc*, para relatar esse projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, vou fazer a leitura do parecer do Senador Gladson Cameli, que trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2016 (nº 23, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Colina do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Una, Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu pediria aos Senadores, como esse projeto é terminativo...

Senador Randolfe, eu pediria a V. Exª e aos outros Senadores, como é terminativo, que ficassem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Eu não vou sair.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já foram lidos dois projetos pelo Senador Valdir Raupp. Quero ver se os aprovamos para dar celeridade. Ele, inclusive, pediu que se convidassem os outros Senadores que estão próximos para que pudessem vir para aprovar esses projetos. Há outros projetos também aqui de outorga.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Volto ao relatório, Sr. Presidente, referente à Rádio FM Colina do Sol Ltda. na cidade de Una, no Estado que V. Exª tão bem representa aqui no Senado Federal.

Vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 41, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio FM Colina do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Una, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente, do relatório do Senador Gladson Cameli.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu pediria a V. Exª que continuasse, lendo o PDS nº 152, que outorga permissão à Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda., do Estado da Paraíba.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Qual é o item?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria de pedir inversão da pauta na próxima, para o item 12, porque eu precisava me ausentar por problemas de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, eu vou pedir a compreensão do Senador Flexa Ribeiro, e V. Exª pode relatar o item 12, Senador Pedro Chaves.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à GOMES COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – O item 12...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Só que, se V. Exª sair, cai o quórum de deliberação.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu seguro até o último minuto que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está bem. V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Trata-se, em caráter terminativo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2016, que aprova o ato que outorga permissão à Gomes Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul.

No relatório, o importante é: a proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto do Relator. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 58, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão a Gomes Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Senador Flexa Ribeiro, V. Exª... É o item 7.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É o oitavo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos começar pelo item 7. Sete, oito, nove.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Falta o 7, o 8, o 9 e o 11; 7, 8, 9 e 11.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 149, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO – RÁDIO ELDORADO – DA REGIÃO DO BAIRRO ELDORADO DE CONTAGEM - MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 152, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Remígio, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 167, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E ECOLÓGICA DESPERTA FM – RÁDIO COMUNITÁRIA DESPERTA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 269, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA POÇO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação, com a Emenda de redação que apresenta

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sete, oito, nove e onze. Todos de outorga de rádio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, eu vou fazer a leitura do *caput* e do voto ao final, de todos que são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O item 7 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Rádio Eldorado, da região do bairro Eldorado, de Contagem, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais. (*Pausa.*)

Item 8. Trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2015, que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Remígio, Estado da Paraíba. (*Pausa.*)

Item 9. Trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária e Ecológica Desperta FM, Rádio Comunitária Desperta FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Esses três projetos, dos itens 7, 8 e 9....

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Falta o item 11.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O 11 tem uma emenda. Eu vou ler em separado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Termino já, Senador Paulo Rocha, para que a gente possa votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ele vai e volta, com dois Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então os três projetos de decreto legislativo, dos itens 7, 8 e 9, são pela aprovação.

Não existindo vício de legislação, nem de constitucionalidade ou juridicidade, pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O item 11, que trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Poço Cerrado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte. Esse item também é pela aprovação, mas tem uma emenda. Por isso que eu deixei para relatar ao final o voto.

A emenda é a seguinte: "Substitua-se na ementa e no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2013, a denominação Associação Rádio Comunitária Poço Cerrado por Associação Rádio Comunitária Poço Cercado."

Essa é a emenda, só fazendo uma alteração na denominação da associação.

Também o voto é pela aprovação, não havendo vício de constitucionalidade, nem de juridicidade.

Esses são os votos, Sr. Presidente, todos pela aprovação, e o de nº 11 com uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em votação. Os Srs. Senadores já podem votar. O painel está aberto. Votação, em globo, dos projetos PDS 149, 152, 167, 41, 269 e 58, de 2016, e 372 e 380, de 2015, além do Projeto de Lei do item 3, que foi lido pelo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Após esse, votaremos o item 3, que... Aliás, foi pedida vista coletiva. Não pode votar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – No item 11, o Relator acrescentou uma emenda, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Os Srs. Senadores concordam que sejam votados em globo? (*Pausa.*)

Todos concordam. Então, poderão ser votados em globo.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Cadê as suas leitoras? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lá no seu Estado, produz também lagostim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É mesmo?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Japonês, é? (*Pausa*.)

Senadora Regina, o voto de V. Exª é importante aqui para atender... (*Pausa*.)

Senadora Lídice da Mata...

Senadora Ângela, obrigado pela presença. Nós conseguimos quórum qualificado, necessário para aprovar aqui as matérias em caráter terminativo.

Vamos encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração*.)

Aprovado, com 8 votos "sim" e uma abstenção.

Então, aprovados os projetos constantes dos itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14, de outorga de rádio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não havendo outra matéria, está encerrada a presente reunião, convocando para a semana que vem o Ministro Gilberto Kassab para aqui fazer uma explanação a respeito das ações do Governo Federal na área de sua atuação.

Está encerrada.

(*Iniciada às 8 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1 ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Hélio José e Dalirio Beber, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro e Wellington Fagundes. Comparecem também os Senadores Wilder Morais, Eduardo Amorim, Romero Jucá, José Pimentel, Waldemir Moka, Garibaldi Alves Filho e Ângela Portela, não-membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Cristovam Buarque. Passa-se à apreciação da pauta: **Finalidade:** A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão Senado do Futuro para o biênio 2017/2018. **Resultado:** Instalada a Comissão, foram eleitos, por aclamação, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 2017/2018, os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Vamos aproveitar a presença do número regimental para declararmos aberta a 1ª Reunião da Comissão Senado do Futuro, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de abril de 2017.

Srªs e Srs. Senadores, a presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos desta Comissão e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2017/2018.

Foi, até o presente momento, registrada somente a indicação do Senador Hélio José para presidir a Comissão Senado do Futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Não havendo outros que tenham colocado o seu nome à disposição, nós consultamos se podemos fazer essa escolha através de aclamação e não de votação. (*Pausa.*)

Se todos concordam, nós damos como eleito o Senador Hélio José para presidir a Comissão do Futuro.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, não só por aclamação, mas por aclamação efusiva à indicação do Senador Hélio José para presidir a Comissão Permanente Senado do Futuro.

Como não há ainda uma indicação a Vice, eu queria colocar para os nossos membros da Comissão que pudéssemos aprovar o nome de V. Exª, Senador, como Vice-Presidente da Comissão Permanente Senado do Futuro.

Se V. Exª aceitar...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu acho que deveríamos deixar para, na primeira reunião sob a Presidência do Senador Hélio José, fazermos também essa escolha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas o Senador Hélio José, já eleito por aclamação, vai presidir. Coloco o seu nome.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Como quem vai tocar o grande trabalho dessa nova Comissão será o Hélio José, secundá-lo na condição de Vice-Presidente não será, digamos, um trabalho árduo, e, sim, uma grande honra podermos colaborar com a Comissão e com o Senado Federal.

Antes de encerrar a minha participação e convidar o Senador Hélio José para assumir, eu gostaria de prestar uma pequena homenagem a uma pessoa que teve assento aqui no Senado durante um bom tempo, contribuindo de forma muito grande para a valorização do trabalho que os Senadores realizam ao longo da sua jornada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª ainda não citou o Senador a que vai fazer referência, mas eu tenho certeza de que é referência para todos nós. É o Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Tive o privilégio de ser o seu Primeiro Suplente, e lamentavelmente, em função de sua morte súbita, assumi o Senado Federal não para substituí-lo, mas para dar continuidade a um mandato que pertence ao Estado de Santa Catarina.

Gostaria de ler apenas algumas palavras que ele proferiu no dia da instalação da Comissão do Futuro, em 2013:

> [...] há não muito tempo, a linha do futuro era vista como a linha do infinito, algo ansiado, desejado, mas intocável, inacessível, inatingível. Assim, a humanidade vivia engolfada nas suas emergências mais imediatas. Tradição e conservadorismo eram a marca de sociedades estáveis e imutáveis. Alguns eventos extraordinários mudaram esse quadro: o fogo, a roda, o arco e a flecha.
>
> Assim, ao longo de milênios, a humanidade foi evoluindo lentamente.
>
> [Ele dizia:] Em 1970, quando assumi o meu primeiro dos doze mandatos consecutivos, era a lei indiscutível da gestão de que administrava com êxito quem sabia escolher as prioridades. Hoje, passados apenas 43 anos [na oportunidade, 2013], o bom administrador deve saber prognosticar, adivinhar as posteridades.
>
> Muitas gestões foram malsucedidas e muitas empresas desapareceram porque não souberam seguir essa nova regra, imposta pela estonteante evolução do conhecimento, sobretudo o científico e o tecnológico.
>
> Nós perdemos a liderança em alguns ciclos econômicos porque fomos incapazes de criar políticas de desenvolvimento, baseadas num esforço nacional de pesquisa científica. São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

casos clássicos o da borracha e do algodão seridó, da energia nuclear e, mais recentemente, dos elementos de terras-raras.

Portanto, o Luiz Henrique era sempre um visionário com relação ao futuro. Nós tivemos o privilégio de tê-lo como Governador de Santa Catarina por dois mandatos consecutivos e pudemos constatar que ele era um homem que antevia o futuro. Ele construía o futuro, em função de sua ousadia, de sua dedicação. Por isso, neste momento em que estamos reinstalando a Comissão Senado do Futuro, era importante que nós fizéssemos essa referência a essa figura que ocupou espaço destacado aqui no Senado Federal, sobremaneira na própria Comissão Senado do Futuro.

Com isso, agora eu passo a Presidência ao recém-eleito Senador Hélio José para dar continuidade aos trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu queria consultar os nobres presentes sobre a questão da indicação do Senador Dalirio Beber para Vice-Presidente desta Comissão. Há alguma outra candidatura? Se não, seria por aclamação a indicação de Dalirio Beber, se fosse o caso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – No acordo, há uma indicação. Seria feita a indicação do PR, tanto é que nós abrimos mão da Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Sem nenhum tipo de problema. E quem seria o indicado?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – O indicado é Wellington Fagundes.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Mas acho melhor eu indicar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Então indique, por favor.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu gostaria de indicar o Senador Wellington Fagundes para ser o Vice-Presidente da Comissão Senado do Futuro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eu não tinha conhecimento do acordo, por isso fizemos a indicação do Senador Dalirio.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu também não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas, como existe o acordo, nós temos que cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, nós também indicamos o Senador Wellington Fagundes. E o Senador Dalirio já compreendeu...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É o Vice de honra nosso aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – De forma correta, justa e cordial, retirou o seu nome, do qual eu tinha feito a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu gostaria de consultar todos os presentes se podemos eleger por aclamação o nosso nobre Senador Wellington Fagundes para Vice.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com certeza, Presidente Hélio José. Há esse acordo. Eu, na verdade, não vim para cá na expectativa de, eventualmente, ocupar a Vice-Presidência. O Flexa Ribeiro é que fez essa colocação, mas, tendo havido esse entendimento político entre os diversos partidos que têm assento no Senado Federal, esses entendimentos têm de ser respeitados e acolhidos por todos nós. Portanto, eu entendo que nós devemos fazer também por aclamação a indicação e eleição do Senador Wellington para a Vice-Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradecido, nobre Senador Dalirio Beber.

Então, fica aclamado o nosso nobre Senador Wellington Fagundes como Vice-Presidente desta Comissão Senado do Futuro. Eu gostaria de dizer umas breves palavras a respeito de algumas expectativas e da importância deste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Eu quero agradecer a presença do Flexa – sempre brilhantes as palavras por ele colocadas –, a presença do nosso Senador Dalirio Beber, do nosso querido amigo – amigo – Senador Davi. Não há nada, nem disputas, nenhum tipo de coisa que arranhe a nossa amizade, e ele sabe disso, não é, Davi?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – E o nosso amigo Wellington Fagundes como Vice-Presidente.

Eu agradeço o apoio dos meus colegas e a confiança dos membros da Comissão Senado do Futuro para que eu conduza os trabalhos deste Colegiado nos próximos dois anos.

Uma das mais novas comissões permanentes do Senado Federal, o Senado do Futuro tem um papel que ainda não é compreendido por todos, mas a cada ano isso vai mudando, à medida que os debates são aqui realizados e novas perspectivas são abertas.

Vivemos um momento de dificuldades: desemprego crescente, aumento da violência e crises ambientais que chegam às portas das casas das famílias. Quando falta água na casa, as pessoas acabam tendo dificuldades em pensar no futuro; quando o desemprego se instala, nada é mais urgente – o futuro deixa de existir. Quem está enfrentando essas dificuldades tem razão em não olhar para o futuro distante.

A Comissão Senado do Futuro tem por competência regimental promover discussões sobre grandes temas e o futuro do País, bem como aprimorar a atuação do Senado nessas questões. Nesse caso, nossa função é fazer a ligação, a ponte entre o presente e o futuro; olhar nossos problemas e verificar soluções. Por isso, vou ouvir os Senadores e as Senadoras que formam este Colegiado, para que tenhamos um olhar especial sobre algumas questões, como as políticas voltadas à juventude – um dos temas que eu quero debater com os Senadores, para ver se trazemos função para esta Comissão –, para sabermos o que estamos fazendo e o que precisamos fazer para que sejam garantidos aos jovens educação de qualidade, segurança e direito, em especial o direito ao futuro. Podemos também debater o futuro da democracia, como garantir o aprofundamento das garantias e da participação social na produção das leis, na administração das políticas públicas e na fiscalização dos Poderes.

Estamos vivendo um longo período de crise hídrica e de abastecimento das grandes cidades – é um tema que liga o presente e o futuro. A água faz parte da base dos direitos humanos essenciais à vida. Nem devemos imaginar a expansão dessa crise e sua transformação em crise social: temos é que apontar como superá-la. No mesmo campo, encontramos a possibilidade de um futuro limpo e próspero, com mudança dos padrões de produção de energia a partir da utilização das novas tecnologias de produção de energia com o uso dos recursos renováveis e sustentáveis, como a eólica, a fotovoltaica e a dos resíduos sólidos.

Há um conjunto importante de questões que podem ser objeto da nossa atenção e da atenção próxima da sociedade, das universidades, das entidades não governamentais, dos movimentos sociais, das igrejas, dos sindicatos e dos governos. Esta Comissão pode ser um fórum importante de debates; espero com entusiasmo que possamos trabalhar juntos para que isso ocorra.

Também nesta Comissão, eu quero debater fraternalmente com nossos amigos e colegas do PSDB a possibilidade de a gente trazer para cá a defesa do consumidor, porque a defesa do consumidor, que está lá junto com o debate de fiscalização, controle, governança e transparência, precisa ter uma relevância maior, igual tem nas 27 Assembleias Legislativas do nosso País, onde a defesa do consumidor tem uma comissão própria de debate e de defesa dos direitos dos contribuintes, que são pagadores de impostos.

Então, eu quero articular, junto com o PSDB, com o nosso Senador Dalirio Beber, o nosso Senador Raupp, com o nosso Senador Wellington, a apresentação de um PDS solicitando a transformação desta Comissão em "Defesa do Consumidor, Energias Renováveis e Senado do Futuro". É isso que eu quero colocar aqui nesta Comissão, para a gente debater este assunto e não ter a dificuldade de ter quórum aqui nesta Comissão, porque é uma comissão importante, porque ela pensa o futuro, pensa a vida.

E eu me sinto orgulhoso pela indicação do PMDB, indicação do meu Partido para poder compor esta Comissão. Sinto-me agradecido pela presença dos nobres Senadores, aqui inclusive com o meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Vice-Líder, Senador Valdir Raupp, representando aqui a liderança do meu Partido, do nosso querido Dalirio Beber, que é um irmão, companheiro.

Dalirio, você é um entusiasta nesta Casa. Você leu aqui um discurso – um discurso, não, uma fala – de um ídolo nosso, um ícone, que foi o Senador Luiz Henrique. Todo mundo que é da minha faixa etária lembra da atuação do Luiz Henrique aqui no MUP, nas organizações da resistência dos trabalhadores na época da votação da Constituinte. Então, eu me sinto muito orgulhoso de tomar posse, na presença desta Comissão, tendo inclusive V. Exª presidido a minha eleição, lido uma passagem importante do nosso nobre, saudoso Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina.

Era isso que eu tinha para falar neste momento, e quero que a gente consiga, nobres Senadores aqui presentes, realmente dar vida a esta Comissão. Eu sei dos esforços do meu Vice-Presidente, Senador Wellington Fagundes, que fez um trabalho excepcional, tentou de toda forma dar um norte nesta Comissão. E queria pedir apoio ao meu Vice-Presidente, para que a gente – de repente até você mesmo – pudesse fazer o PDS para ver se a defesa do consumidor ganha a importância de vir para esta questão.

Já conversei com vários líderes desta Casa, estamos conversando com o PSDB para ver se a gente dá a importância que a defesa do consumidor precisa, trazendo para esta Comissão, e também a questão das energias renováveis, que é uma coisa que é futuro, que é parte da questão, e a gente pode aqui aprofundar essa discussão, sem nenhum tipo de desavença, malquerença ou problema com a Comissão de Infraestrutura, que é presidida por um colega, inclusive, do PMDB, que é o Senador Eduardo Braga. O.k.?

Nobre Senador Wellington Fagundes com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu quero aqui agradecer, Senador Hélio José, a V. Exª e a todos os componentes desta Comissão, ao Senador Dalirio Beber e também ao Senador Valdir Raupp, que aqui está, como a todos os que estiveram presentes e dizer que, da mesma forma, para mim foi uma honra muito grande assumir esta Presidência da Comissão Senado do Futuro, em substituição, ou seja, na sequência do Senador Luiz Henrique, dada a experiência de vida, enfim, a história do Senador Luiz Henrique, e também ter como Vice-Presidente o nosso companheiro, o Senador Cristovam Buarque, porque o Senador Cristovam Buarque foi o idealizador, junto com o Senador Luiz Henrique, para que esta Comissão fosse implantada aqui, no Senado da República, espelhando-se, principalmente, no êxito da comissão no Chile.

Só para que a população entenda, no Chile, essa é a comissão mais importante do Congresso chileno, tanto é, Senador Dalirio, que é a única comissão que tem dotação orçamentária próprio no Congresso chileno. Nós tivemos oportunidade de estar no Chile, juntamente com o Senador Cristovam, em dois congressos internacionais. No último congresso, estavam presentes quatro prêmios Nobel. Então, foi um evento com uma dotação orçamentária bastante significativa, com quase 80 palestrantes de nível internacional, para discutir...

É importante que a população entenda que esta Comissão não tem o propósito de discutir o futuro do Senado, ela tem o propósito de discutir as futuras gerações, a qualidade de vida no Planeta, tudo aquilo em que possamos trabalhar de forma legislativa, para que possamos propiciar um mundo melhor para as nossas futuras gerações. É claro que aí vêm a tecnologia, a questão da preservação do meio ambiente e tudo mais.

Como V. Exª colocou, Senador Hélio, esta Comissão não é deliberativa e, portanto, não é uma comissão onde temos a obrigação de, toda semana, estar reunidos com quórum para poder votar projetos, mas V. Exª coloca aqui a sugestão que eu acredito que é possível, que é uma evolução. Vamos trabalhar conjuntamente. Eu acho que esse projeto pode ser, inclusive, um projeto da própria Comissão, por todos nós. Aí caberá a V. Exª já marcar a próxima reunião em que poderíamos deliberar.

Eu quero registrar também que foi uma iniciativa desta Comissão a criação do que hoje é, oficialmente, o projeto e-Cidadania, que é um grande instrumento que o Congresso Nacional, o Senado da República tem para permitir que a população, em qualquer lugar deste País ou em qualquer lugar do mundo, possa participar, com perguntas, com sugestões, em todas as comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

Eu quero registrar principalmente o papel de todos aqueles trabalhadores da Secretaria e do Secretário. Inclusive, agora, o nosso Secretário Waldir está na Diretoria-Geral. Hoje, está o Bandeira como o Secretário-Geral do Senado da República, e ele está como o Secretário-Geral do Congresso Nacional. Ele é bastante jovem – acho que tem menos de 40 anos – e já é uma pessoa... Assim é o Bandeira também. Isso é a capacidade da nossa juventude, a intelectualidade que tem sido demonstrada. Sem dúvida nenhuma, o Senado tem um dos quadros melhores do mundo, com pessoas que estão à altura realmente para nos auxiliar, nos ajudar na diversidade do trabalho que temos que desempenhar.

Senador Hélio, o Senador Davi, agora há pouco, já saiu daqui, mas, ontem mesmo, eu registrava da tribuna que ele... V. Exª acabou, em função do acordo para assumir a Presidência da Comissão Senado do Futuro, abrindo mão da Comissão de Meio Ambiente. E o Davi não teve a oportunidade de ver voto a voto. Mas eu acho que esta Casa tem procurado ser realmente a Casa do acordo. O importante é que V. Exª trabalhou de forma bastante firme, entusiástica, e não vamos discutir aqui o mérito da eleição em si. Mas o importante é que estamos, o Senador Davi como Presidente, V. Exª aqui como Presidente de uma comissão que eu não acredito que é menos importante que as outras... Nós realizamos, no ano passado, o 1º Congresso do Futuro, internacional, que foi um sucesso. E com certeza V. Exª dará continuidade a esse trabalho. Eu quero aqui, como Vice-Presidente, estar ajudando-o realmente para que a gente consolide o congresso internacional. V. Exª esteve presente, no ano passado, nesse congresso, um dos grandes eventos do Senado da República. Aliás, fizemos esse evento, inclusive num momento de crise, e trouxemos autoridades nacionais e internacionais. Eu penso que esse foi um evento de alto nível e que recebeu bastante apoio.

Então, eu quero agradecer a todos os companheiros. Vamos discutir esse assunto. Acho que isso seria um grande ganho para a Comissão, até porque a defesa do consumidor tem a ver com todas as pessoas que vivem neste País. Eu agradeço muito a oportunidade e tenho certeza de que vamos fazer um grande trabalho conjunto, principalmente dado o dinamismo de V. Exª, presente nesta Casa todos os dias. O fato também de ser de Brasília facilita para que possamos fazer reuniões na segunda, na sexta; enfim, em outros momentos em que a Comissão teria espaço, inclusive mais acesso aos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe e nos proteja.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza, nobre Senador Wellington Fagundes, orgulho-me muito de tê-lo na Vice-Presidência. Sua experiência vai somar muito aqui para nós.

Eu gostaria de agradecer ao Dirceu, Secretário das Comissões, e agradecer a todos os funcionários da Comissão pela ajuda.

Passo a palavra para o meu nobre Vice-Líder, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Presidente, Senador Hélio José, quero parabenizá-lo pelo bom senso que teve com relação ao consenso de ontem junto ao Senador Davi Alcolumbre. Eu sempre falo que o Senador Wellington, que presidiu esta Comissão, deu a ela um destaque extraordinário, assim como o Luiz Henrique, que foi o seu grande entusiasta e primeiro Presidente.

Foi ele o primeiro Presidente, não é, Senador? Luiz Henrique tinha um trabalho muito voltado para projetar o Senado da República e conseguiu, durante o tempo em que ele passou por aqui, fazer esse trabalho, que, com certeza, inspirou muitos de nós a melhorarmos os processos e a imagem do Senado da República.

Então, eu quero que V. Exª tenha muito sucesso nessa Presidência. Pode contar comigo. Eu sempre falo que, no final, tudo dá certo. Tivemos embates. Eu também comecei a disputar cargo na Mesa, presidência de comissão, mas, como fui Presidente do meu Partido por quase quatro anos, eu disse: "Não posso disputar um cargo de presidência de uma comissão com um colega da Bancada." E olha que o PMDB hoje tem 22 Senadores, mais de um quarto do Senado da República é da Bancada do PMDB. Então, não há presidência de comissão, não há cargo na Mesa que possa contemplar toda a Bancada do PMDB. E aí fomos ajeitando dali e daqui. E o Renan, com a sua capacidade também, e o Senador Eunício foram acomodando um aqui, outro acolá; e acabou terminando tudo bem, encerrando com essa eleição de hoje da Presidência da Comissão Senado do Futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

No final tudo dá certo; se não deu certo ainda, é porque não chegou no final. Então, eu tenho esse princípio de que no final tudo dá certo. Pode contar comigo aqui. Tenho certeza de que com a tenacidade, a perspicácia de V. Exª, o arrojo de V. Exª, esta Comissão vai ter o mesmo o mesmo empenho, o mesmo trabalho que teve com o Luiz Henrique, com o Senador Wellington Fagundes, levando cada vez mais esse projeto de moldar, de desenhar o Senado que todos nós queremos, o Senado do futuro.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço a V. Exª, nobre Senador Valdir Raupp, como agradeço profundamente ao nosso Líder, Senador Renan Calheiros; V. Exª, além de Senador membro desta Comissão também é Vice-Líder do meu Partido, para meu orgulho, companheiro meu também agora na CMO, porque nós vamos instalar a CMO hoje. Foi indicada a Senadora Rose para Presidente, V. Exª e eu como membros da CMO e mais alguns dos nossos membros do PMDB.

Eu quero dizer o seguinte, para encerrar os trabalhos, meus nobres amigos aqui. Gostaria de, antes de definirmos uma data de reunião da Comissão, nós poderíamos tirar por base que nos reuníssemos na próxima semana, nesse mesmo horário, com o seguinte dever de casa que eu vou passar para todos os demais Senadores aqui, de pensar soluções e encaminhamentos da política para discutirmos aqui, conforme foi colocado: essa questão da defesa do consumidor, essa questão da política da juventude, essa questão das energias renováveis, outras questões que não estão tendo um fórum para ser discutidas e que nós poderíamos trazer para cá, até para que esta Comissão, que é permanente, possa passar a ser uma comissão deliberativa, avaliando matérias e tendo condição de contribuir para o processo legislativo do nosso País. Pensaríamos nisso e deixaríamos convocada outra reunião para a próxima semana, também na quarta-feira, que é o dia em que todos os Senadores estão aqui, nesse horário das 11h30, porque uma hora de conversa, de debate acho que é o suficiente para encaminhar.

O que vocês acham, nobres Senadores Dalirio, Valdir, Wellington? Tudo bem? (*Pausa.*)

Então, com essa concordância, eu só queria pedir ao meu nobre Secretário... Quero agradecê-lo e parabenizá-lo pela juventude altamente proveitosa porque, no cargo em que você está, no posto em que você está não é qualquer um que chega. Parabéns! Eu me orgulho de ter você aqui como nosso Secretário. Solicito a você que tome providência para fazer um quadro ali com os Presidentes desta Comissão, que quero homenagear. Ah, o Luiz Henrique está ali. Wellington já está lá. Eu nunca tinha visto. Porque esta Comissão é tão importante quanto as outras desta Casa, e eu quero contar com a colaboração de vocês para nós a transformarmos, como o nosso Wellington falou aqui, na Comissão mais concorrida da próxima eleição do Senado, daqui a dois anos, quando formos discutir novamente comissões nesta Casa.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores João Alberto Souza e Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Dário Berger, Jorge Viana, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão, Roberto Muniz, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Thieres Pinto, José Pimentel, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Wellington Fagundes, Fátima Bezerra e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Lindbergh Farias e Cristovam Buarque. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente para o biênio 2017/2018. **Resultado:** Instalada a Comissão de Meio Ambiente – CMA, para o biênio 2017/2018. Foi eleito Presidente o Senador Davi Alcolumbre. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Srs. Senadores, eu queria fazer uma ponderação. Normalmente, nós fazemos a eleição da Presidência por consenso nas comissões. Entretanto, o que estamos sentindo agora é que não há um consenso. Eu já procurei falar com as partes e não consegui esse consenso. Assim, eu queria consultar os Srs. Líderes se não seria interessante marcarmos uma nova reunião, para que haja consenso. Eu tenho a impressão de que nós vamos encontrar consenso.

Dois candidatos se apresentaram aqui. E eu pediria aos candidatos e às Lideranças que se entendessem – Caiado, Renan, os Líderes partidários – para que nós tivéssemos a oportunidade de chegar ao consenso.

Consulto o Senador Renan Calheiros se a ideia é interessante, se nós poderemos buscar esse consenso.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Eu queria agradecer a intervenção do Senador João Alberto e dizer que sou daqueles que entendem que o processo legislativo caminha muito mais pelo consenso, pelo entendimento, pela conversa amistosa. Aliás, se algo me credencia, nos anos todos em que estive nesta Casa e até na outra Casa do Congresso Nacional, foi exatamente perseguir esse caminho. De modo que eu entendo também que não tem sentido nenhum, de acordo com o formato que se estabeleceu para colocar na forma da proporcionalidade dos partidos, que exatamente nesta Comissão nós tenhamos de fazer uma disputa entre companheiros.

Desse modo, naquilo que V. Exª entender que é o mais correto conta com o meu apoio e com a minha solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado, por gentileza.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu quero pedir um minuto de atenção dos nobres pares. Quando se iniciou o ano legislativo de 2017, o Presidente Eunício Oliveira nos chamou, juntamente com o Senador José Agripino, e ponderou que o Senador Davi Alcolumbre deveria retirar a sua candidatura avulsa, já que o entendimento estava sendo feito para que se respeitasse a proporcionalidade na Casa. Imediatamente, Sr. Presidente, o Senador Davi Alcolumbre retirou a candidatura e manteve o acordo da proporcionalidade, para que nada acontecesse no sentido de provocar uma eleição entre os cargos da Mesa e que tudo respeitasse exatamente aquilo que a Secretaria da Mesa define como participação de cada candidato.

Nós chegamos à situação agora das comissões. Veja, Sr. Presidente, a situação do Democratas. O Democratas tinha a Comissão de Desenvolvimento Regional. Nós perdemos a Comissão de Desenvolvimento Regional. Até a data de hoje, ou seja, três meses após, temos a oportunidade hoje de chegar à nossa comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se a nossa comissão – e isso foi colocado aqui pelo Líder que me antecedeu – procura o entendimento? Eu concordo, Sr. Presidente. Agora, não é justo fazer entendimento em cima da vaga do outro. O entendimento pode ser feito entre as partes. Olha, eu abro mão da minha, o senhor abre mão da sua. Tudo bem. Agora, nós não podemos fazer o entendimento em que eu vou atingir a comissão que é do Senador Wilder. Nós não temos essa prerrogativa.

Por isso, Sr. Presidente, eu até pedi que distribuísse aos Senadores, porque a Secretaria-Geral da Mesa é que define como cada partido tem que estar nas comissões.

O PMDB tem que estar na primeira escolha, na segunda escolha, na quinta escolha e na décima terceira escolha. O PMDB escolheu as três. Os outros partidos escolheram as deles. O Democratas, Sr. Presidente, ficou exatamente com a décima escolha.

Agora, o que não pode é o PMDB, na décima terceira escolha, nos atropelar e tomar a décima escolha do Democratas. O que estamos pedindo... Se há alguma coisa que realmente está clara... Porque não é a ponderação – só para concluir, Sr. Presidente – do Senador Ronaldo Caiado. Aqui é a ponderação do Regimento e da Secretaria-Geral da Mesa. Não sou eu que estou fazendo esse cálculo.

Então, Sr. Presidente, não é possível e não tem lógica o PMDB negociar com outros partidos, e o partido que vai pagar a conta ser o Democratas. Não! Tanto é que eu cheguei ao Líder do PMDB e perguntei: como este é um momento importante agora, o Senador José Agripino poderia ficar na Comissão de Relações Exteriores, que é do PMDB? Ele disse: "Não dá." Não deu. Eu entendi. É a opção do PMDB. O PMDB tem a primeira, a segunda, a quinta escolha e a décima terceira. Nós temos a décima.

Então, Sr. Presidente, não poderia haver essa eleição hoje. Ela não deveria existir, porque o que está acontecendo é o PMDB lançando uma candidatura avulsa, em cima daquele que é realmente o representante da Comissão.

Se nós abrimos mão para não disputarmos com o PT, porque nós não queríamos quebrar a regra da proporcionalidade, quem quebra a regra da proporcionalidade agora, e nos constrange é o PMDB, apresentando um candidato avulso em cima daquele que é o candidato que tem a opção de ter a vaga.

Como tal, Sr. Presidente, peço a ponderação de V. Exª, pela experiência que V. Exª tem por ter presidido momentos importantes desta Casa, em saber que hora nenhuma há alguma intransigência do Democratas.

Agora, não é justo, Sr. Presidente, que aquilo que seja nosso, outras pessoas se achem no direito de negociar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu gostaria de consultar o Líder do PSDB se nós poderíamos suspender a reunião para um entendimento melhor sobre o assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sr. Presidente, obviamente, o entendimento é sempre o melhor caminho e a melhor solução.

Eu suponho que os dois nomes aqui postos como candidatos merecem, sem dúvida nenhuma, tanto um quanto o outro, o apoiamento de todos nós.

Eu não tenho a intenção de dificultar e protelar a decisão. Entretanto, se a maioria dos colegas Senadores e Senadoras entenderem, e V. Exª também, que se deva utilizar mais um tempo para avaliar, para conversar, eu não vou me opor, o PSDB não se oporá.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Armando Monteiro, pela Liderança do PTB.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, evidentemente deve-se sempre tentar exaurir a possibilidade de um entendimento. De forma que o PTB também não se oporá, de forma nenhuma, a que se tente buscar esse entendimento, consagrando sempre uma solução justa e equilibrada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pela Liderança do PSB, a posição do Senador Capiberibe sobre se podemos buscar um entendimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Olha, se o entendimento entre as partes que disputam essa Presidência for possível, Sr. Presidente, eu acho que seria... Eu defendo o entendimento na área política, porque o confronto sempre desagrada os dois lados. Mas, se não tiver jeito, vamos à votação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Sim, mas V. Exª concorda com o entendimento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Então, concorda.

As Lideranças concordando, eu suspendo a sessão e marco...

Para que data nós marcaremos a nova reunião?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Quarta-feira. Na próxima quarta-feira, no mesmo horário.

Está suspensa a sessão.

Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Amanhã? Vai ficar mais 10 dias.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Nós estamos sem comissão, Sr. Presidente. Pondero com V. Exª que seja amanhã, Sr. Presidente. Nós estaremos sem comissão!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Um momentinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Qual a melhor data?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, não vai haver acordo. Vamos fazer a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Então, vamos fazer hoje ainda.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos fazer agora.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Vamos fazer a votação agora, Presidente.

A votação agora.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu já atendi às Lideranças. Vamos marcar para 15h?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sim; às 15h.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Então está marcada a reunião.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Às 15h, Sr. Presidente, a votação. Está marcado.

(*Iniciada às 09 horas e 42 minutos e suspensa às 09 horas e 52 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 24 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 1ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Diga-se de passagem, que eu a declarei aberta pela manhã e suspendi a reunião.

Srs. Senadores, a presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos desta Comissão e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio de 2017/2018.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Sr. Presidente, se eu puder, se V. Exª se dispuser a conceder-me a palavra por dois minutos...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Se os Srs. Senadores estiverem de acordo? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pois não, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós estamos chegando à reta final desse processo que objetiva eleger as Mesas das Comissões permanentes da Casa. São, Sr. Presidente, Srs. Senadores, 13 Comissões permanentes. E, desde o início desse processo, o Presidente da Casa, Senador Eunício Oliveira, pediu-me para recolher, na medida do possível, as prioridades de cada bancada. Foi isso, Sr. Presidente, que eu pacientemente fiz: recolher a prioridade de cada Bancada.

É evidente que em 13 Comissões e com o número de bancadas que nós temos, algum problema teria de haver. Mas não na forma do encaminhamento, porque se fez um acordo, entre os partidos, entre todos os partidos, com exceção do DEM. Nós havíamos, nas conversas preliminares, recolhido a prioridade por qualquer uma das duas comissões. Aí, Sr. Presidente, deixamos que a coisa evoluísse.

O PMDB praticou gestos e mais gestos. Nós abrimos mão, na Mesa, da 1ª Vice-Presidência para o PSDB. De acordo com a proporcionalidade, o PMDB tinha direito à Presidência do Senado e à 1ª Vice-Presidência. E, nas Comissões permanentes, igualmente, o PMDB abriu mão da Comissão de Assuntos Econômicos, também para o PSDB. Pela mesma proporcionalidade, Senador Armando, o PMDB tinha direito a indicar as duas primeiras comissões. Mas, em nome de uma participação política mais expressiva das bancadas e da necessidade de tornar esse ambiente cada vez mais civilizado, o PMDB abriu mão, abriu mão e fez, pela proporcionalidade, quatro opções.

A não ser a Comissão de Constituição e Justiça, que foi pedida primeiro pelo direito regimental que o PMDB tinha, nós aceitamos as outras Comissões que foram dedicadas ao PMDB, ou seja, não foram reivindicadas pelas outras bancadas. Isso não é um jogo de vale-tudo; é o Senado Federal.

Sou amigo, sou muito amigo do Senador Davi Alcolumbre, gosto muito dele, desde a época da Câmara dos Deputados. O Senador Davi Alcolumbre tem condição não apenas de presidir essa Comissão; ele tem condição de presidir qualquer comissão da Casa, mas assegurando a proporcionalidade.

Não acho prudente, estratégico, localizar uma dessas comissões para se fazer-se uma disputa contra o Senador Hélio José. Por que isso? Por que exatamente a disputa nessa Comissão que caberia ao PMDB? Isso é uma coisa inexplicada. E é muito mais inexplicada ainda quando se sabe que o nosso querido Senador Davi Alcolumbre é membro da Mesa, ou seja, nem disputar presidência de comissão, regimentalmente, ele pode.

Então, se querem fazer eleição, Senador João Alberto, se o acordo não dá para ser cumprido pelos partidos que participaram do acordo – e cito aqui o PSDB, e cito o PT também –, se é essa a questão, se tem que ser o Davi Alcolumbre contra a opção do PMDB, eu queria te fazer um apelo, Hélio José, para que você não dispute, não entre nessa irracionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há, inclusive, uma vedação do próprio Regimento da Casa no sentido de que o Davi, com todos os méritos, repito, seja candidato. Isso além de se desfazer um acordo no qual todo partido acabou entrando, sendo as suas prioridades materializadas.

De modo, Sr. Presidente, que eu acho que essa disputa não engrandece o Senado. Eu queria, em nome do PMDB, retirar a candidatura do Hélio José e dizer que, seja quem for que o DEM escolher, que seja eleito por aclamação, com a participação do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Assim sendo...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Qual o Senador que pediu a palavra?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Senador Hélio José, por gentileza.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria de cumprimentar nossos nobres amigos aqui, Senadores, meu Líder, Senador Renan Calheiros, uma Liderança que nos orgulha como liderados, especialmente por ser uma pessoa competente, capaz e cumpridora de acordos.

Quero dizer que eu não tenho nenhum problema com o Senador Davi Alcolumbre nem com nenhum Senador aqui desta Casa. Eu tenho uma bandeira, que eu trouxe para essa Casa, que é a bandeira da sustentabilidade, do meio ambiente, do clima, principalmente debatendo a questão das energias alternativas, debatendo uma situação melhor para o nosso País, melhores condições de sobrevivência. É por isso que o PMDB construiu, com muita dificuldade, com o PSDB, a separação de uma Comissão, que se chamava antes Meio Ambiente, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor. E criou-se a Comissão de Meio Ambiente no acordo colocado com o PMDB.

Depois que se encaminhou todo esse percurso – está certo? –, criou-se essa celeuma. Então, muito bem faz o nosso Presidente Renan Calheiros: o PMDB não enxerga o Senado como *telecatch* nem casa para ficar disputando, de maneira fratricida, espaços.

Eu, como Senador desta Casa, como engenheiro eletricista que sou, como uma pessoa que está em outros espaços colaborando, quero deixar claro, com o nosso aceno, que quero trabalhar sempre pela paz, pela fraternidade nesta Casa. Foi muito difícil, muito dolorido, abordamos todos, pedimos a todos para cumprir os acordos que foram feitos, e que nós fizemos. Porém, se não há alternativa, é a palavra do nosso Líder que tem a minha vênia e meu acordo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu só quero, no mais, agradecer a atitude do PMDB de não lançar um candidato avulso, até porque, pela fala do Líder, ficou muito claro, Sr. Presidente, que, se há algo que nós respeitamos na Casa é a proporcionalidade. Nós nunca nos insurgimos contra ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Presidente Eunício é testemunha de que, ao solicitar a retirada da candidatura do Davi Alcolumbre, alegando a proporcionalidade, eu me dirigi ao Senador Pimentel, juntamente com o Senador José Agripino, e retiramos a candidatura.

Eu vejo o entendimento como sendo salutar, mas é, Sr. Presidente, inadmissível e, ao mesmo tempo, inaceitável que alguém possa fazer acordo com aquilo que é de outro partido. Se o PMDB fez concessões a alguns partidos, é uma prerrogativa do PMDB; agora, a posição do Democratas é a décima posição na proporcionalidade feita pela Secretaria-Geral da Mesa. Então, em hora alguma, nós estamos quebrando a proporcionalidade. No momento em que o PMDB não vai lançar o candidato avulso, pacifica-se o processo, respeita-se a proporcionalidade, e nós vamos poder assumir a Presidência.

Outro ponto, Sr. Presidente. O Regimento do Senado Federal só impede o Presidente da Casa de assumir presidência de comissões – repito: só o Presidente é impedido de assumir uma comissão. O Regimento não faz referência a nenhum outro membro da Mesa, muito menos ao Senador Davi Alcolumbre, que é 3º Suplente. Então, não existe essa regra no Regimento. Nós não estamos, de maneira alguma, quebrando nenhuma norma regimental. O que nós estamos pedindo é que seja mantido aquilo que a Secretaria da Mesa nos passa, ou seja, o Democratas tem a décima opção, pela ordem de chamada. O PMDB tem a primeira, a segunda, a quinta e a décima terceira ordem de chamada.

Com isso, Sr. Presidente, eu acho que fica esclarecido. Assunto pacificado. Neste momento, eu acho que é extremamente positivo o gesto de não termos aqui uma disputa.

Como tal, Sr. Presidente, eu acredito que pode ser por aclamação, já que não temos mais nenhuma disputa na Comissão de Meio Ambiente e a candidatura é única do Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador José Agripino, por gentileza.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Muito rapidamente, Presidente, só para fazer algumas considerações rápidas.

Esta é uma Casa de diálogo, é uma Casa política, onde as pessoas, no seu limite, procuram o entendimento. Buscou-se o entendimento, no limite, é verdade. Nós tínhamos as nossas razões, o PMDB tinha as suas razões, e os partidos fizeram, no silêncio, as suas opções. Ao final, prevaleceram o diálogo, o entendimento e a sensatez.

Aqui, eu quero elogiar e cumprimentar a posição do Líder Renan Calheiros, que, para não destoar de tudo que aconteceu em todas as comissões, optou pela votação por aclamação do indicado a que nós julgamos ter direito, o Senador Davi Alcolumbre, para também ser ele eleito por aclamação.

O apelo que eu faço é para que esse episódio não deixe sequelas, para que as relações do PMDB com o Democratas e com os demais partidos da Casa fique inalterada em função da solução a que pelo diálogo e pelo entendimento nós chegamos neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Este, o apelo que faço para que este assunto seja encerrado no momento da aclamação e que as relações políticas entre dos dois partidos continuem como sempre foram, cordiais e confluentes.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Srs. Senadores, com a retirada da candidatura do Senador Hélio José, agora sobre a mesa só temos a candidatura do Senador Davi Alcolumbre.

Consulto a Comissão, tendo em vista apenas uma chapa, se podemos eleger o candidato por aclamação. Não temos candidato a Vice. Depois da eleição do Senador Davi Alcolumbre, se assim ocorrer, ele marcará uma data para fazer a eleição do Vice-Presidente.

Então, consulto se podemos fazer a eleição por aclamação. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente desta Comissão o Senador Davi Alcolumbre, que convido para assumir a Presidência da Comissão de Meio Ambiente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar os servidores do Senado Federal, os assessores, e de cumprimentar a imprensa aqui presente neste momento importante na história do Senado Federal.

Gostaria de, antes de cumprimentar os Senadores, cumprimentar este Senador que é um guerreiro, um defensor do seu Estado, que teve a humildade e a grandeza de abrir mão da disputa neste processo. Em seu nome, em nome do Senador Hélio José, gostaria de cumprimentar o Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, e de agradecer a gentileza.

Cumprimento o Líder do meu Partido, Senador Ronaldo Caiado; cumprimento o Presidente do meu Partido, Senador José Agripino, e agradeço a confiança mais uma vez depositada neste Senador, Senador Ataídes, para honrar o nome deste partido, o Democratas, pelo qual eu exerço o quarto mandato, três como Deputado Federal, representando o Estado do Amapá, e um como Senador da República, representando o Estado do Amapá.

Tive a confiança do Democratas no primeiro biênio, quando fui indicado pelo Senador José Agripino, na época Líder do Partido, para presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado. Tive novamente a confiança do Partido para assumir este posto que muito me honra e que, com certeza, trará para os meus ombros mais responsabilidade, mais dedicação e muito trabalho, principalmente pela Amazônia, pelo Norte e pelo Amapá, que é o Estado que eu represento.

O Estado do Amapá, Senador Roberto, tem 95% da sua cobertura vegetal preservada, intacta. O Estado do Amapá tem o maior parque de floresta tropical do Brasil e do Planeta: Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, o parque que tomou 33,4% do território do Estado do Amapá. Esse tema de meio ambiente, com certeza, vai ter desta Presidência e dos membros desta Comissão a importância que tem para a sociedade brasileira e para a humanidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.069279/2017-74

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu gostaria de agradecer a todos os Senadores titulares e suplentes, com os quais tive a oportunidade de conversar pessoalmente ou por telefone, ainda no momento da discussão do embate ou não da composição desta Presidência, pela confiança depositada, pelo apoio incondicional. Quero citar os que estão presentes; os que se ausentaram da reunião sabem que o farei pessoalmente.

Quero agradecer ao Senador João Capiberibe, que é do Amapá, ex-governador, ex-prefeito, Senador da República, que caminhou ao nosso lado desde que se iniciou esse debate.

Senador Armando Monteiro Neto, muito obrigado pela confiança depositada neste Parlamentar. Tenha certeza de que nós iremos honrar cada voto e a esperança depositada ainda no decorrer desse processo.

Senador Roberto, muito obrigado pela confiança, pela presença e pela participação diante de todo esse processo.

Senador Jorge Viana, Senadora Regina, Senador Hélio José, saibam V. Exªs que terão desta Presidência uma condução imparcial dos interesses do meio ambiente do Brasil.

Esta Presidência estará à disposição dos servidores do Senado Federal, da imprensa e, acima de tudo, dos interesses nacionais. E é com essa determinação, com essa dedicação, como amazônida que vem do extremo norte do Brasil, do Estado que possui o maior parque de floresta tropical do mundo, que nós iremos trabalhar para que a gente possa fazer com que essas riquezas naturais voltem para a sociedade como benefícios dados pelo Estado brasileiro.

Muito obrigado pela confiança novamente. Espero que a gente possa ter, nos próximos dois anos, uma convivência harmoniosa, com debate de ideias, Senador Caiado. E que a gente possa tirar desse exemplo do dia de hoje bons frutos para a convivência de Senadores e Senadoras na Casa, que é a Casa da Federação, o Senado Federal, em que cada Estado tem igualdade de representantes neste plenário e nesta Casa.

Muito obrigado novamente a todos.

Eu gostaria de agradecer à assessoria técnica.

Eu gostaria de solicitar à Secretaria da Comissão que encaminhe convocatória aos gabinetes dos Senadores e Senadoras da Comissão, para que a gente possa, na terça-feira ou na quarta-feira, fazer a eleição para o Vice-Presidente que irá compor comigo esta importante Comissão do Senado Federal.

Agradecendo a todos e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CDFF4D56001A084D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.